SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 01 de Abril de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3501

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
RESOLUÇÃO 01 2026 - ASSINATURA ELETRÔNICA.PDF

Resolução nº 01/2026

Dispõe sobre o uso de assinatura eletrônica no âmbito do CIEDEPAR - Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná e dá outras providências.

O Presidente do CIEDEPAR - Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto Federal nº 6.017/2007, Cláusula Vinte e Um do Protocolo de Intenções e no artigo 44 do Estatuto do Consórcio;
CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 10 da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, documentos eletrônicos assinados digitalmente com certificados emitidos pela ICP-Brasil têm a mesma validade jurídica que documentos em papel com assinaturas manuscritas;
CONSIDERANDO que o Decreto Federal n.º 8.539, de 8 de outubro de 2015, passou a admitir duas espécies de assinaturas eletrônicas, a digital e a cadastrada;
CONSIDERANDO que a Lei Federal n.º 14.063, de 23 de setembro de 2020, estabeleceu novas formas de assinatura eletrônica em comunicações com os entes públicos;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos inerentes ao uso de assinaturas eletrônicas no âmbito do Consórcio Intermunicipal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 12.682, de 9 de julho de 2012, sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meio eletromagnético;
CONSIDERANDO os estudos e os pareceres constantes do processo do Tribunal de Contas da União TC 023.402/2009-1, que trata da validade jurídica dos documentos eletrônicos;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer padrão mínimo exigido para assinatura eletrônica em documentos e transações internas e externas em interação entre setores do Consórcio Intermunicipal e entre esse e os particulares,
RESOLVE:
Página 2 de 9
Art. 1º O uso de Assinatura Eletrônica no âmbito do CIEDEPAR - Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná obedece ao disposto nesta resolução, observada a legislação vigente.
Art. 2º Para os efeitos desta resolução, entende-se por:
I - Usuário Interno - autoridade ou servidor ativo do CIEDEPAR que tenha acesso, de forma autorizada, a informações e documentos produzidos ou custodiados pelo Consórcio Intermunicipal, bem como outros a que se reconhecer acesso às funcionalidades internas de sistemas de processamento em meio eletrônico, tais como estagiários e prestadores de serviço;
II - Assinatura Eletrônica - registro realizado eletronicamente por usuário identificado de modo inequívoco com vistas a firmar determinado documento com sua assinatura, podendo ser classificada em simples, avançada e qualificada;
III - Autoridade Certificadora - entidade autorizada a emitir, suspender, renovar ou revogar certificados digitais, bem como a emitir lista de certificados revogados e manter registros de suas operações;
IV - Certificado Digital - arquivo eletrônico que contém dados de uma pessoa ou instituição e um par de chaves criptográficas utilizadas para comprovar identidade em ambiente computacional;
V - Mídia de Armazenamento do Certificado Digital - dispositivos portáteis (como os tokens) que contém o certificado digital e são inseridos no computador para efetivar a assinatura digital;
VI - Assinatura Digital - código anexado ou logicamente associado a uma mensagem eletrônica que permite de forma única e exclusiva a comprovação da autoria de um determinado conjunto de dados (um arquivo, um e-mail ou uma transação). A assinatura digital comprova que a pessoa criou ou concorda com um documento assinado digitalmente, como a assinatura de próprio punho comprova a autoria de um documento escrito;
VII - Documento Híbrido - documento digitalizado que contêm assinaturas físicas (de próprio punho) e assinaturas digitais;
VIII - Documento Digitalizado - documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital.
CAPÍTULO I
Página 3 de 9
DAS ESPÉCIES DE ASSINATURA ELETRÔNICA
Art. 3º Os documentos eletrônicos produzidos no CIEDEPAR terão garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas nos termos da lei, mediante utilização de assinatura eletrônica baseada em certificado digital e demais formas previstas nesta resolução.
Art. 4º As assinaturas eletrônicas, de acordo com o nível de confiabilidade sobre a identidade e a manifestação de vontade de seu titular, classificam-se em:
I - Assinatura Eletrônica Simples: aquela que permite identificar o seu signatário;
II - Assinatura Eletrônica Avançada: aquela que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características:
a) estar associada ao signatário de maneira unívoca;
b) utilizar dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo e;

c) estar relacionada aos dados a ela associados de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável;
III - Assinatura Eletrônica Qualificada - aquela que utiliza certificado digital, nos termos do disposto na Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
CAPÍTULO II
DA ASSINATURA ELETRÔNICA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL ou QUALIFICADA
Art. 5º Sempre que possível, o uso da assinatura eletrônica por certificação digital ou qualificada deve ser priorizado na comunicação e/ou na assinatura de documentos do CIEDEPAR.
Art. 6º O uso da assinatura eletrônica por certificação digital ou qualificada preferencialmente ocorrerá nos seguintes documentos:
I - nos contratos firmados com o Consórcio Intermunicipal;
II - nas declarações de Ordenador de Despesa;
Página 4 de 9
III - nos atos praticados pelo Presidente e/ou pelo Secretário Executivo, bem como pelos praticados pelas gerências do Consórcio que impliquem em decisões de recursos e atos normativos;
IV - nas demais hipóteses previstas em lei.
Art. 7º A certificação digital será utilizada para assinaturas de documentos produzidos em meio eletrônico, para autenticação de documento eletrônico resultante de digitalização e para outros procedimentos que necessitem de comprovação de autoria e integridade em ambiente externo ao CIEDEPAR, ressalvadas as hipóteses em que for admitida a utilização de outra modalidade de assinatura eletrônica nos termos deste decreto.
§1º Poderá ser utilizado certificado digital para a assinatura de todo e qualquer documento do CIEDEPAR, atos processuais, correspondências oficiais, licitações, dispensas ou inexigibilidade de licitação e atos administrativos.
§2º O certificado digital a ser utilizado nos termos do parágrafo anterior deve ser emitido por autoridade certificadora credenciada à ICP-Brasil.
§3º Os documentos poderão ser produzidos em papel e assinados de próprio punho pela pessoa competente, podendo a versão assinada ser digitalizada e certificada digitalmente.
§4º O documento digital e a sua reprodução, por qualquer meio, realizada de acordo com a legislação vigente, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito.
§5º Os documentos gerados e assinados digitalmente cuja existência ocorra somente em meio digital devem ser armazenados de forma a protegê-los de acesso, uso, alteração, reprodução e destruição não autorizados.
§6º Qualquer servidor ativo poderá certificar documentos eletrônicos oriundos da digitalização, quando solicitado, mediante uso da assinatura eletrônica descrita no caput deste artigo.
Art. 8º Quando necessário, por interesse do Consórcio Intermunicipal, o CIEDEPAR proverá os usuários internos de certificado digital e respectiva mídia de armazenamento, podendo, se for o caso, o usuário utilizar seu próprio certificado digital se o possuir.
§1º A distribuição de certificados digitais será realizada na medida da necessidade e da implantação das funcionalidades tecnológicas que exijam o seu uso.
Página 5 de 9
§2º O CIEDEPAR promoverá a reemissão do certificado digital sempre que houver a expiração do respectivo prazo de validade.
Art. 9º O detentor de certificado digital fornecido pelo CIEDEPAR é responsável por sua utilização, guarda e conservação, respondendo pelos custos de reposição no caso de perda, extravio ou mau uso da mídia de armazenamento.
§1º O certificado digital é de uso pessoal, intransferível e hábil a produzir efeitos legais em todos os atos nos quais vier a ser utilizado, dentro ou fora do âmbito de atuação do CIEDEPAR.
§2º A utilização do certificado digital para qualquer operação implica não-repúdio, não podendo o detentor negar a autoria da operação nem alegar que tenha sido praticada por terceiro.
§3º O não-repúdio de que trata o parágrafo anterior se aplica também às operações efetuadas entre o período de solicitação da revogação ou suspensão do certificado e respectiva inclusão na lista de certificados revogados publicadas pela autoridade certificadora.
Art. 10. Na hipótese de o certificado digital perder a validade, as assinaturas digitais anteriormente efetuadas permanecem válidas, podendo, também, ser verificadas a autoria e a integridade dos documentos já assinados.
Art. 11. Compete ao usuário interno detentor de certificado digital:
I - apresentar-se tempestivamente à autoridade certificadora com a documentação necessária à emissão do certificado digital, após a autorização de aquisição pelo setor administrativo;
II - estar de posse do certificado digital para o desempenho de atividades profissionais que requeiram o uso deste;
III - solicitar, de acordo com procedimentos definidos para esse fim, a imediata revogação do certificado em caso de inutilização;
IV - alterar imediatamente a senha de acesso ao certificado em caso de suspeita de seu conhecimento por terceiro;
V - observar as diretrizes definidas para criação e utilização de senhas de acesso ao certificado;
VI - manter a mídia de armazenamento dos certificados digitais em local seguro e com proteção física contra acesso indevido, descargas eletromagnéticas, calor excessivo e outras condições ambientais que representam risco à integridade dessas máquinas;
Página 6 de 9
VII - solicitar o fornecimento de nova mídia ou certificado digital nos casos de inutilização, revogação ou expiração da validade do certificado;
VIII - verificar periodicamente a data de validade do certificado e solicitar tempestivamente a emissão de novo certificado, conforme orientações publicadas para esse fim;
IX - solicitar a revogação/cancelamento do Certificado Digital à Autoridade Certificadora responsável pela emissão, em caso de perda, roubo ou extravio.
Parágrafo único. Para os atos exclusivos de advogado e assessor jurídico, se necessário, poderá ser utilizada a mesma certificação digital adotada para os atos externos praticados no âmbito dos processos eletrônicos do Poder Judiciário.
Art. 12. A prática de atos assinados eletronicamente importará aceitação das normas regulamentares sobre o assunto e da responsabilidade pela utilização indevida da assinatura eletrônica.
Parágrafo único. A exoneração, licenciamento, demissão, aposentadoria ou qualquer forma de vacância do quadro de pessoal não implica recolhimento, pelo CIEDEPAR, do certificado digital e da respectiva mídia de armazenamento anteriormente distribuídos ao usuário interno, sendo de responsabilidade de servidor designado o cancelamento da assinatura digital do servidor, se essa for a decisão da autoridade do CIEDEPAR.
Art. 13. O uso inadequado do certificado digital fica sujeito a apuração de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.
CAPÍTULO III
DA ASSINATURA ELETRÔNICA SIMPLES
Art. 14. Assinatura simples definida nos termos do artigo 4º, Inciso I, desta resolução, será admitida para as hipóteses cujo conteúdo da interação não envolva informações protegidas por grau de sigilo e não ofereça risco direto de dano a bens, serviços e interesses do ente público, incluídos:
I - solicitação de agendamentos, atendimentos, anuências, autorizações e licenças para a prática de ato ou exercício de atividade;
II - a realização de autenticação ou solicitação de acesso a sítio eletrônico oficial que contenha informações de interesse particular, coletivo ou geral, mesmo que tais informações não sejam disponibilizadas publicamente;
Página 7 de 9
III - envio de documentos digitais ou digitalizados e o recebimento de número de protocolo decorrente da ação;
IV - participação em pesquisa pública;
V - requerimento de benefícios assistenciais, trabalhistas ou previdenciários diretamente pelo interessado.
§1º A assinatura simples será admitida para interações eletrônicas em sistemas informatizados de processo administrativo ou de atendimento a serviços públicos, por parte de agente público, exceto nas hipóteses previstas no artigo 6°.
§2º A assinatura eletrônica simples (nome de usuário, login e senha) de acesso aos sistemas e bases de dados do CIEDEPAR, são de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.
§3º A utilização de assinatura eletrônica simples para qualquer operação nos sistemas e bases de dados do CIEDEPAR implica não-

repúdio, não podendo o detentor negar a autoria da operação nem alegar que tenha sido praticada por terceiro.
CAPÍTULO IV
ASSINATURA ELETRÔNICA AVANÇADA
Art. 15. A assinatura eletrônica avançada, pode ser admitida, além das hipóteses previstas no artigo 4º, inciso I e artigo 14 (que admitem a utilização da assinatura simples), nas interações com o CIEDEPAR que, considerada a natureza da relação jurídica, exijam maior garantia quanto à autoria, incluídos:
I - as interações eletrônicas entre pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado e os entes públicos que envolvam informações classificadas ou protegidas por grau de sigilo;
II - os requerimentos de particulares e as decisões administrativas para o registro ou a transferência de propriedade ou de posse empresariais, de marcas ou de patentes;
III - a manifestação de vontade para a celebração de contratos, convênios, acordos, termos e outros instrumentos sinalagmáticos bilaterais ou plurilaterais congêneres;
IV - os atos relacionados a auto cadastro, como usuário particular ou como agente público, para o exercício de atribuições, em sistema informatizado de processo administrativo eletrônico ou de serviços;
Página 8 de 9
V - as decisões administrativas que envolvam dispêndio direto ou renúncia de receita pela administração pública;
VI - as declarações prestadas em virtude de lei que constituam reconhecimento de fatos e assunção de obrigações;
VII - o envio de documentos digitais ou digitalizados em atendimento a procedimentos administrativos ou medidas de fiscalização;
VIII - a apresentação de defesa e interposição de recursos administrativos.
CAPÍTULO V
DOS DOCUMENTOS HÍBRIDOS
Art. 16. Excepcionalmente, serão admitidos documentos híbridos no âmbito do CIEDEPAR nos processos eletrônicos.
Art. 17. Os documentos híbridos serão produzidos a partir da sequência das seguintes atividades:
I - impressão do documento;
II - coleta das assinaturas físicas (de próprio punho);
III - digitalização pelo agente público responsável, obedecendo aos critérios da Lei Federal n.º 12.682, de 9 de julho de 2012;
IV - coleta das assinaturas digitais.
CAPÍTULO VI
DA GESTÃO E TEMPORALIDADE DOS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS
Art. 18. A via física do documento convertido em documento digitalizado e devidamente anexado ao respectivo processo digitalizado, após verificada a integridade do documento digital poderá ser descartada de acordo com a tabela de temporalidade a ser estabelecida, por ato normativo, pelo CIEDEPAR.
Página 9 de 9
Art. 19. Caberá ao setor gestor do sistema onde serão registrados os processos eletrônicos, prover os setores do CIEDEPAR das orientações necessárias para padronizar as assinaturas eletrônicas nos documentos.
Parágrafo único. As orientações poderão ser dadas através de mensagens no sistema onde serão tramitados os processos. É de responsabilidade total e exclusiva de cada servidor (usuário) dos setores a leitura e compreensão das mensagens emitidas no sistema.
Art. 20. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Curitiba/PR, 31 de março de 2026.

AIRTON ANTONIO AGNOLIN
Presidente do CIEDEPAR
Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:E8D4CE82

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026
Processo Adm: Nº 025/2026
Objeto: Contratação de empresa capaz de fornecer mão de obra terceirizada, de OPERADOR DE MÁQUINAS, para prestar suporte junto a Secretária de Viação e Obras, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 192.000,00(cento e noventa e dois mil reais):**E. S. VAZ PAISAGISMO**(20543148000180) com o lote: 1 no valor total de R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais).
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 31 de março de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:B85CBDA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 024.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 024/2026
Processo N° 036/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de um (01) gerador a Diesel 220Kva e um gerador a Diesel 125Kva, com instalação e garantia mínima de 12 meses, com objetivo de equipar/estruturar o Centro de Saúde NIS e a Unidade de Saúde da Família em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 383.072,50 (trezentos e oitenta e três mil, setenta e dois reais e cinquenta centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 31/03/2026 às 08h30min do dia 14/04/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 14/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 14/04/2026.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR LOTE.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 30 de março de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:AF17200F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 025.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 025/2026
Processo N° 041/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, montagem, instalação e posterior desmontagem de estruturas temporárias, visando à realização do 33º Aniversário de Boa Esperança do Iguaçu/PR, promovido pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, em atendimento ao convênio n° 135/2026 celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 423.200,00 (quatrocentos e vinte e três mil e duzentos reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 01/04/2026 às 08h30min do dia 17/04/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 17/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 17/04/2026.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR LOTE.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 31 de março de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:9E8EB4D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 810, DE 31 DE MARÇO DE 2026

LEI Nº 810, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar Termo de Cooperação com a Associação Comercial e Empresarial de Boa Esperança do Iguaçu-PR - ACEBEI, para realização da "III ExpoBEI", e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu-PR, autorizado Celebrar Termo de Cooperação com a Associação Comercial e Empresarial de Boa Esperança do Iguaçu – ACEBEI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.817.679/0001-06, com sede na Avenida Vereador Valmir Antonio Alexandre, Centro, nesta cidade de Boa Esperança do Iguaçu-PR, para realização da *"III Exposição da Agricultura, Indústria e Comércio de Boa Esperança do Iguaçu-PR - EXPOBEI"*, a ser realizada entre os dias 24 a 26 de abril do corrente ano.

Art. 2º - Caberá à Associação Comercial e Empresarial de Boa Esperança do Iguaçu – ACEBEI, as seguintes atribuições:
I - Manter conta corrente específica em instituição financeira para movimentação dos valores referentes à "III ExpoBei";
II - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio e de investimento;
III - Permitir o livre acesso da Câmara dos Vereadores do Município, do controle interno e do Tribunal de Contas, correspondente aos processos, aos documentos e as informações relacionadas ao presente acordo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
IV - Obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas;
V - Atender ao que dispõe a Lei de Acesso à Informação;

Art. 3º - A participação/contrapartida da Associação Comercial e Industrial de Boa Esperança do Iguaçu-PR - ACEBEI ao Município, está devidamente descriminada no Termo de Cooperação nº 01/2026, firmado com o Município, parte integrante desta Lei.

Art. 4º – Associação Comercial e Industrial de Boa Esperança do Iguaçu-PR - ACEBEI deverá empregar os valores arrecadados com a "III EXPOBEI" exlusivamente com as obrigações assumidas no Termo de Cooperação nº 001/2026, a ser firmado com o Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:2FCCF4D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 811, DE 31 DE MARÇO DE 2026

LEI Nº 811, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 459.040,00, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um crédito adicional Suplementar/Especial no valor de ***R$ 459.040,00 (Quatrocentos e cinquenta e nove mil e quarenta reais)***, nas seguintes dotações orçamentárias:

-09.00	*- Secretaria de Esporte e Cultura*		
-09.01	*- Secretaria de Esporte e Cultura*		
-27.812.0038.2016	*- Manutenção das Atividades de Esporte e Cultura*		
-3339039000.0000	*- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*		
-26135	*- Transferências Convênio 135- SETU*	*R$*	*459.040,00*

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar/Especial de que trata a presente Lei, serão:
- Excesso de Arrecadação;

-26135	**- Transferências Convênio 135- SETU**	**R$**	**459.040,00**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:1419F328

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 812, DE 31 DE MARÇO DE 2026

LEI Nº 812, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 3.450.000,00, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um crédito adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 3.450.000,00 (Três milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00	*- Secretaria de Viação e Obras*		
07.01	*- Secretaria de Viação e Obras*		
26.782.0050.1005	*- Pavimentação Readequação e Calçadas em Ruas e Rodovias*		
3449051000.0000	*- Obras e Instalações*		
00363	*- Convênio 363 - Pavimentação de Vias Urbanas*	*R$*	*3.000.000,00*
00504	*- Outros Royalties e Compensações Financeira*	*R$*	*450.000,00*

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar/Especial de que trata a presente Lei, serão:
- Excesso de Arrecadação:

00363	*- Convênio 363 - Pavimentação de Vias Urbanas*	*R$*	*3.000.000,00*

- Superávit:

00504	*- Outros Royalties e Compensações Financeira*	*R$*	*450.000,00*

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:E70E9396

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 813, DE 31 DE MARÇO DE 2026

LEI Nº 813, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 199.000,00, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo municipal, autorizado a abrir no orçamento geral do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um crédito adicional Suplementar/Especial no valor de ***R$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais)***, nas seguintes dotações orçamentárias:

-06.00	*- Secretaria de Educação*		
-06.01	*- Secretaria de Educação*		
-12.361.0028.2011	*- Manutenção das Atividades da Educação*		
-3339030000.0000	*- Material de Consumo*		
-10180	*- Emendas Individuais Impositivas*	*R$*	*199.000,00*

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar/Especial de que trata a presente Lei, serão:
- Excesso de Arrecadação;

-10180	***- Emendas Individuais Impositivas***	**R$**	**199.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:00B7B959

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
QUARTO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

QUARTO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contrato 52/2024
Termo Aditivo: 4/2026
Licitação: Concorrência Eletrônica n° 001/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: CRESCER CONSTRUTORA LTDA, ESTABELECIDA NA RUA 26 DE ABRIL, Nº 608, CENTRO, NA CIDADE DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: Construção do Centro Cultural com área construída de 593 m², de acordo com projetos e planilhas em anexo aprovadas pelo PARANACIDADE SAM 29.
Prazo de Vigência: 01/04/2026 à 01/07/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 31 de março de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:D95FE6B6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO Nº 093/2026 - DE 31 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre o parcelamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e fixa valor mínimo da parcela.

O Prefeito DO MUNICÍPIO de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido que poderá ser parcelado em até 08 (oito) vezes o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para o exercício de 2026, da seguinte forma:

Cota Única – Até o dia 11 de maio de 2026.

1ª parcela – no dia 11 de maio de 2026.
2ª parcela – no dia 10 de junho de 2026.
3ª parcela – no dia 10 de julho de 2026.
4ª parcela – no dia 10 de agosto de 2026.
5ª parcela – no dia 10 de setembro de 2026.
6ª parcela – no dia 13 de outubro de 2026.
7ª parcela – no dia 10 de novembro de 2026.
8ª parcela – no dia 10 de dezembro de 2026

Art. 2º - Fica ainda estabelecido que o valor mínimo de cada parcela será de R$ 30,00 (trinta reais).

Art. 3º - O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU em **Cota Única**, com **vencimento em 11 de maio de 2026**, obterá um desconto de 15% (quinze por cento), sobre seu valor total.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 175/2025 de 26 de março de 2025 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 31 de MARÇO de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:6DB9C404

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 90014/2026 - CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO, NO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR (NOVO PAC): COM A EXECUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY, MEIA QUADRA DE BASQUETE, PLAYGROUND, PISTA DE CAMINHADA, JARDIM E DEMAIS ITE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90014/2026
O Município de Chopinzinho-PR torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 17 de abril do ano de 2026, na Rua Miguel Procópio Kurpel n° 3811, Bairro São Miguel, Estado Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, modo de disputa aberta, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
CONSTRUÇÃO DEESPAÇO ESPORTIVO	Obra	3.000,00 m²	210 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, solicitada através do e-mail licita2@chopinzinho.pr.gov.br,
no sítio eletrônico da Prefeitura de Chopinzinho https://www.chopinzinho.pr.gov.br/licitacao ou obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (46) 9 9937-0154.
Chopinzinho-PR, 31 de março de 2026.

Divisão de Licitação e Contratos

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:85BCF2F5

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 90015/2026 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADA VICINAL EM CBUQ, 67.648,44M², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90015/2026
O Município de Chopinzinho-PR torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 22 de abril do ano de 2026, na Rua Miguel Procópio Kurpel n° 3811, Bairro São Miguel, Estado Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, modo de disputa aberta, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Vicinal - Comunidade Bugre	Pavimentação em CBUQ	67.648,44 m²	300 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, solicitada através do e-mail licita2@chopinzinho.pr.gov.br,
no sítio eletrônico da Prefeitura de Chopinzinho https://www.chopinzinho.pr.gov.br/licitacao ou obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (46) 9 9937-0154.
Chopinzinho-PR, 31 de março de 2026.

Divisão de Licitação e Contratos

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:93F755F8

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90011/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA nº 90011/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Concorrência, tipo Menor Preço Por Lote - Empreitada por Preço Global, nº 90011/2026, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Denis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto às empresas:

Empresas	Valor Total – R$
PEDREIRA SANTIAGO LTDA	8.439.708,16

Que apresentou o menor preço.
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.
É A DECISÃO.

Chopinzinho - PR, 27 de março de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:7BFEFCE0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2025.

Espécie: Extrato do 5° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 79/2025. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Posto de Combustíveis Portal São Francisco Ltda. CNPJ Nº 08.225.949/0002-82. Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a revisão de preços com fundamento nos Arts. nº 301 a 303, do Decreto Municipal nº 73/2023, que regimenta as Atualizações Periódicas, art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, no Item 11 do Edital de Pregão nº 90019/2025 e na Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços n° 79/2025 - DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, com efeitos financeiros a partir do dia 01/04/2026, sobre o saldo remanescente, conforme segue: Item 1- Combustível Tipo Gasolina Comum: R$ 5,9670/litro. Gestor da ARP: Neide Marinês Caldato – Gestora da Secretaria de Administração, Clecia Steilmann Weber - Fiscal da Secretaria de Administração, Clévis Trindade da Silva - Fiscal Substituto da Secretaria de Administração. Origem: Pregão Eletrônico 90019/2025. Fundamento Legal: Artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e Artigos nº 301 a 303, do Decreto Municipal nº 73/2023. Data da assinatura: 31/03/2026. Assina: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:396CDCCC

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2025.

Espécie: Extrato do 6° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 80/2025. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Posto de Combustíveis Portal São Francisco Ltda. CNPJ Nº 08.225.949/0002-82. Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a revisão de preços com fundamento nos Arts. nº 301 a 303, do Decreto Municipal nº 73/2023, que regimenta as Atualizações Periódicas, art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, no Item 11 do Edital de Pregão nº 90019/2025 e na Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços n° 80/2025 - DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, com efeitos financeiros a partir do dia 01/04/2026, sobre o saldo remanescente, conforme segue: Item 2- Combustível Tipo Diesel BS 500, filtrado: R$ 6,6210/litro. Gestor da ARP: Neide Marinês Caldato – Gestora da Secretaria de Administração, Clecia Steilmann Weber - Fiscal da Secretaria de Administração, Clévis Trindade da Silva - Fiscal Substituto da Secretaria de Administração. Origem: Pregão Eletrônico 90019/2025. Fundamento Legal: Artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e Artigos nº 301 a 303, do Decreto Municipal nº 73/2023. Data da assinatura: 31/03/2026. Assina: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:FCC91BF5

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2025

Espécie: Extrato do 6° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 81/2025. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Posto de Combustíveis Portal São Francisco Ltda. CNPJ Nº 08.225.949/0002-82. Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a revisão de preços com fundamento nos Arts. nº 301 a 303, do Decreto Municipal nº 73/2023, que regimenta as Atualizações Periódicas, art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, no Item 11 do Edital de Pregão nº 90019/2025 e na Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços n° 81/2025 - DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, com efeitos financeiros a partir do dia 01/04/2026, sobre o saldo remanescente, conforme segue: Item 3- Combustível Tipo Diesel S10, filtrado: R$ 6,7100/litro. Gestor da ARP: Neide Marinês Caldato – Gestora da Secretaria de Administração, Clecia Steilmann Weber - Fiscal da Secretaria de Administração, Clévis Trindade da Silva - Fiscal Substituto da Secretaria de Administração. Origem: Pregão Eletrônico 90019/2025. Fundamento Legal: Artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e Artigos nº 301 a 303, do Decreto Municipal nº 73/2023. Data da assinatura: 31/03/2026. Assina: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:C16EBD16

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2026 -PEDREIRA SANTIAGO LTDA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2026 -PEDREIRA SANTIAGO LTDA

CONTRATANTE: Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, com sede à Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, São Miguel, Chopinzinho - PR, inscrito no CGC/MF nº 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.124.995-4 SSP-PR e do CPF/MF nº 009.378.889-40, e

CONTRATADA: Pedreira Santiago Ltda, CNPJ 77.744.134/0001-41, localizada na Rua Treze de maio, s/n – prolongamento, Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, neste ato representada por Moises de Gasperin portador da cédula de identidade R.G. n. º 3.519.935-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 518.634.809-00.

OBJETO: Pavimentação Asfáltica com CBUQ – Distrito Industrial do Município de Chopinzinho, 30.937,00m², incluindo serviços de terraplenagem, pavimentação, ligantes betuminosos, drenagem e obras arte correntes, sinalização, serviços complementares, administração local, instalação do canteiro, mobilização e desmobilização.

VALOR R$ 8.439.708,16 *(*oito milhões, quatrocentos e trinta e nove mil setecentos e oito reais e dezesseis centavos*)*

PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 (duzentos e quarenta) DIAS.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27 de março de 2026.

FORO: Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho, 27 de março de 2026.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:272E5D6B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 347-2026 - LICENÇA PRÊMIO LINDAMARA ALBERTI GIRELLI

PORTARIA Nº 347/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 421/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses à servidora Lindamara Alberti Girelli, matrícula funcional nº 1291-4, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao quinquênio aquisitivo de 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020, para fruição de 13 de abril de 2026 a 11 de julho de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 31 DE MARÇO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:1A0C9370

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 069/2026 - CONVOCAÇÃO PROFESSOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 069/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professor, realizado de acordo com os editais de abertura nº 101/2024,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: PROFESSOR TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
83º	GABRIELLE COPPE
84º	THIAGO LOTTERMANN
85º	BRUNA ALVES DOS SANTOS

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 31 DE MARÇO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:300C4073

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE SORTEIO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS

EDITAL DE SORTEIO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO

REF: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026.

Edital da sessão para sorteio da ordem de contratação, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 02/2026.

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 09 (nove) horas, em sessão pública, sob a responsabilidade dos membros da Comissão Julgadora, Senhores Alana Patrícia Locatelli, Cinara Aline Martinelli e Silvio Alves da Rosa, reuniu-se a Comissão designada pela Portaria nº 048/2026, para proceder ao sorteio da ordem de contratação, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 02/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS. Aberta a sessão, **foi dado início ao sorteio, de modo que se chegou à seguinte ordem da contratação:**

ITEM 01 – BENS MÓVEIS		
EMPRESA/PESSOA FÍSICA	**CNPJ/CPF**	**CLASSIFICAÇÃO**
HELCIO KRONBERG	085.187.848-24	**1° SORTEADO**
JAQUELINE SPERANÇA	859.917.759-15	**2° SORTEADO**
MARCOS ANTONIO TULIO	046.021.839-56	**3° SORTEADO**
SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR	049.611.679-75	**4° SORTEADO**
ALEX SANDRO VIERIA FELIX	026.187.549-30	**5° SORTEADO**
PATRICIA PIMENTEL GROCOSKI COSTA	035.022.569-93	**6° SORTEADO**
ANDRE LUIZ WUITSCHIK	028.240.179-29	**7° SORTEADO**
JOACIR MONZON POUEY	007.917.900-29	**8° SORTEADO**
LUCIANO MARANGONI	028.943.219-70	**9° SORTEADO**
JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA	007.834.909-50	**10° SORTEADO**
PAULO ROBERTO NAKAKOGUE	041.361.129-98	**11° SORTEADO**
LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR	397.601.709-49	**12° SORTEADO**
ULISSES DONIZETE RAMOS	102.471.938-36	**13° SORTEADO**
LUIZ CARLOS DALL AGNOL	607.889.929-53	**14° SORTEADO**
FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO	039.167.186-30	**15° SORTEADO**
LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA	014.721.886-16	**16° SORTEADO**
CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI	066.326.499-55	**17° SORTEADO**
JORGE MARCO AURELIO BIAVATI	580.826.389-15	**18° SORTEADO**
CLEVER ELMES MILANI	000.567.899-47	**19° SORTEADO**
PEDRO LERNER KRONBERG	005.142.199-20	**20° SORTEADO**
JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA	065.132.226-05	**21° SORTEADO**
ADALBERTO SCHERER FILHO	301.894.209-44	**22° SORTEADO**
DANIEL ELIAS GARCIA	910.192.149-53	**23° SORTEADO**
MARCIANO MAURO PAGLIARINI	021.563.329-67	**24° SORTEADO**
ANDRESSA NATIELLE DE MELLO	096.385.149-73	**25° SORTEADO**
LELIA MARIA DE PAULA LENZ CÉSAR	839.225.129-68	**26° SORTEADO**
RICARDO FERREIRA GOMES	005.114.589-83	**27° SORTEADO**

ITEM 02 – BENS IMÓVEIS		
EMPRESA/PESSOA FÍSICA	**CNPJ/CPF**	**CLASSIFICAÇÃO**
JAQUELINE SPERANÇA	859.917.759-15	**1° SORTEADO**
PEDRO LERNER KRONBERG	005.142.199-20	**2° SORTEADO**
JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA	065.132.226-05	**3° SORTEADO**
PAULO ROBERTO NAKAKOGUE	041.361.129-98	**4° SORTEADO**
LELIA MARIA DE PAULA LENZ CÉSAR	839.225.129-68	**5° SORTEADO**
MARCIANO MAURO PAGLIARINI	021.563.329-67	**6° SORTEADO**
LUIZ CARLOS DALL AGNOL	607.889.929-53	**7° SORTEADO**
LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR	397.601.709-49	**8° SORTEADO**
ULISSES DONIZETE RAMOS	102.471.938-36	**9° SORTEADO**
ADALBERTO SCHERER FILHO	301.894.209-44	**10° SORTEADO**
ANDRE LUIZ WUITSCHIK	028.240.179-29	**11° SORTEADO**
JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA	007.834.909-50	**12° SORTEADO**
SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR	049.611.679-75	**13° SORTEADO**
ALEX SANDRO VIERIA FELIX	026.187.549-30	**14° SORTEADO**
HELCIO KRONBERG	085.187.848-24	**15° SORTEADO**
CLEVER ELMES MILANI	000.567.899-47	**16° SORTEADO**
JOACIR MONZON POUEY	007.917.900-29	**17° SORTEADO**
RICARDO FERREIRA GOMES	005.114.589-83	**18° SORTEADO**
FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO	039.167.186-30	**19° SORTEADO**
LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA	014.721.886-16	**20° SORTEADO**
JORGE MARCO AURELIO BIAVATI	580.826.389-15	**21° SORTEADO**
LUCIANO MARANGONI	028.943.219-70	**22° SORTEADO**
MARCOS ANTONIO TULIO	046.021.839-56	**23° SORTEADO**
ANDRESSA NATIELLE DE MELLO	096.385.149-73	**24° SORTEADO**
DANIEL ELIAS GARCIA	910.192.149-53	**25° SORTEADO**

Consoante **Item 9.1 do Edital de Chamamento Público**, homologada a licitação pela autoridade competente, e havendo necessidade da realização do serviços a Secretaria de Administração Finanças convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar o Contrato (Anexo VII) através de Inexigibilidade de Licitação, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo

representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

ALANA PATRÍCIA LOCATELLI –
Membro da Comissão Julgadora.

CINARA ALINE MARTINELLI –
Membro da Comissão Julgadora.

SILVIO ALVES DA ROSA –
Membro da Comissão Julgadora.

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:D227D0BC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 002-2026

PORTARIA Nº 02/2026
DE 31/03/2026

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O RECESSO ADMINISTRATIVO NO PERÍODO DE 02 DE ABRIL DE 2026 ATÉ ÀS 13 HORAS DO DIA 06 DE ABRIL DE 2026".

SELCINO PINHEIRO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, pela presente:
RESOLVE
Art. 1º Em função da celebração da Semana Santa e da Páscoa, fica instituído recesso administrativo no âmbito da Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, no período de 02 de abril de 2026 até às 13 horas do dia 06 de abril de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Corumbataí do Sul/PR, 31 de março de 2026.

SELCINO PINHEIRO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2025-2026

Publicado por:
Fabio José Sobrinho
Código Identificador:D1974B42

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N. 01/2026

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas final da Deliberação 47/2022-CEDCA Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância como prestação de contas final, do Município de Corumbataí do Sul-Pr.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do município de Corumbataí do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 996/2023 e considerando a Deliberação da plenária realizada em 31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a Prestação de Contas final da Deliberação 47/2022-CEDCA Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância como prestação de contas final, do Município de Corumbataí do Sul-Pr.

Art 2º -Aprovar o saldo em conta superior a 30%.

Art 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corumbataí do Sul, 31de março de 2026.

SARA STEPHANY TEODORO DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:DD28CA6A

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N. 02/2026

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas parcial da Deliberação078/2022 do CEDCA-Pr., Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, referente ao período anual de 01/01/2025 a 31/12/2025 do Município de Corumbataí do Sul-Pr.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do município de Corumbataí do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 996/2023 e considerando a Deliberação da plenária realizada em 31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a Prestação de Contas parcial da Deliberação078/2022 do CEDCA-Pr., Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, referente ao período anual de 01/01/2025 a 31/12/2025 do Município de Corumbataí do Sul-Pr.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corumbataí do Sul, 31 de março de 2026.

SARA STEPHANY TEODORO DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:E758EF79

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N. 03/2026

SÚMULA:Aprova a Prestação de Contas parcial da Deliberação 80/2022 do CEDCA-PR; Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência, referente ao período anual de 01/01/2025 a 31/12/2025, do Município de Corumbataí do Sul-Pr.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do município de Corumbataí do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 996/2023 e considerando a Deliberação da plenária realizada em 31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a Prestação de Contas parcial da Deliberação 80/2022 do CEDCA-PR; Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência, referente ao período anual de 01/01/2025 a 31/12/2025, do Município de Corumbataí do Sul-Pr.

Art 2º -Aprovar o saldo em conta superior a 30%.

Art 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corumbataí do Sul, 31 de março de 2026.

SARA STEPHANY TEODORO DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:ACB64715

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2026

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do Piso Único de Assistência Social – PAS do município de Corumbataí do Sul-Pr., referente ao ano de 2025, em conformidade com a Deliberação nº 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 867/2018 e considerando a deliberação da Plenária realizada em 31/03/2026;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do Piso Único de Assistência Social – PAS do município de Corumbataí do Sul-Pr., referente ao ano de 2025, em conformidade com a Deliberação nº 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS/PR.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Corumbataí do Sul, 31 de março de 2026

VITÓRIA DE OLIVEIRA DE FREITAS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:CA7FE459

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2026

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Corumbataí do Sul-Paraná, referente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2024, Deliberação Nº 009/2024-doConselho Estadual dos Direitos da Pessoa com DeficiênciaCOEDE/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1053/2024 e considerando a deliberação da Plenária realizada em 31 de março de 2026;

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Corumbataí do Sul- Paraná, referente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2024, Deliberação Nº 009/2024- doConselho Estadual dos Direitos da Pessoa com DeficiênciaCOEDE/PR.

Art. 2º Aprovar o saldo superior a 30% em conta do Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Corumbataí do Sul, 31 de março de 2026.

FRANCK APARECIDO DOS SANTOS
Presidente do CMDPCD

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:5360B9FA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº57/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Alexandre Donato, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 11.947/2009, que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE,

RESOLVE
Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor o conselho de Alimentação Escolar – CAE, conforme segue abaixo:
I – Representantes do Poder executivo:

Membro Titular
Zilmara Tatiane de Camargo Gonçalves – CPF: 045.178.329-88
Membro Suplente:
Juliana P. Derber – CPF: 093.729.969-39

II – Representante das entidades de docentes, discentes e de trabalhadores na área de educação:

Membro Titular
Rosemar de O. Pickler – CPF: 023.215.959-90
Membro Suplente:
Rosecler de Jesus Padilha – CPF: 958.140.359-00

Membro Titular:
Silvana Regina da Silva – CPF: 017.940.119-00
Membro Suplente:
Marinete Pereira da Silva Murbach – CPF: 571.721.299-20

III – Representantes dos pais de alunos:
Membro Titular
Ellen Karolaine Rezende – CPF: 107.968.489-12
Membro Suplente:
Andressa Rosangela dos Santos – CPF: 086.399.649-39

Membro Titular
Samara Rita Miguel da Silva Batista – CPF: 077.886.209-71
Membro Suplente:
Daiane Jesus da Silva Mangolim – CPF: 076.242.029-48

IV – Representantes da sociedade civil:

Membro Titular
Mylla Evenlyn de Andrade Souza – CPF: 401.865.328-06
Membro Suplente
Rildo Aparecido Marins – CPF: 026.139.999-40

Membro Titular
Francisco Fantuci Neto – CPF: 030.132.739-74
Membro Suplente:
Patrícia Aparecida Prado –CPF: 051.832.319-66

Art. 2º - Fica designado Presidente do CAE a Senhora Ellen Karolaine Rezende, tendo como vice presidente a Senhora Daiane Jesus da Silva Mangolim.
Art. 3º – Os membros do conselho de alimentação Escolar – CAE, ora nomeados, exercerão o mandato por um período de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com indicação dos seus respectivos segmentos.
Art .4º - O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se

Paço Municipal, 31 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:DE2FA97A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6458-2026

DECRETO Nº 6458/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** de **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**400.000,00** (quatrocentos mil reais) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:C082E0BF

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO DE VALOR

Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná
cnpj 95.589.230/0001-44

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR - CONTRATO DE FORNECIMENTO
PREGÃO ELETRONICO 037/2024
CONTRATO N° 082/2024
Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO 906, inscrito no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jean Carlos Cardoso, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-00, e RG sob o nº 7.889.518-7, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa POSTO CRUZEIRO DO IGUAÇU LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.994.524/0001-35, estabelecida a Rodovia PR 473, 340, Cruzeiro do Iguaçu - Paraná, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por sua sócia Gerente Sra. JANETE JARDIM DE MELLO BERGAMO, portador do RG: 91533499, CPF: 041.189.499-46, , processo licitatório Pregão Eletrônico nº 037/2024 e pelas cláusulas seguintes:
CLÁUSULAS
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Contratação de empresa para futuro e eventual FORNECIMENTO GRADUAL DE COMBUSTÍVEIS (gasolina aditivada, óleo diesel S500 comum, diesel S10), com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, com a finalidade de garantir o abastecimento, da frota de veículos pertencente e/ou incorporado à Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR e suas Secretarias.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica estabelecido entre as partes o aumento no valor de até R$:9.605,20 (nove mil seiscentos e cinco reais e vinte centavos), referente ao aumento no valor.

Lote I					
Descrição	Valor atual	Quantidade restante no contrato	Valor De Acréscimo	Valor atualizado	Valor Total Aditivado
Gasolina Aditivada	6,45	24.012,99 LT	0,40	6,85	9.605,20

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelo Primeiro termo aditivo. E assim por estarem justos e contratados, assinam o segundo termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Cruzeiro do Iguaçu, 25 de Março de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO	***POSTO CRUZEIRO DO IGUAÇU LTDA***
Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR.	Contratada
Contratante	

Testemunhas:

1 - _____
Nome:
CPF/MF nº

2 - _____
Nome:
CPF/MF nº

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:E26C1AFC

SECRETARIA DE FINANCAS
INEXIGIBILIDADE

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 023/2026
Em análise ao processo de Inexigibilidade de Licitação nº 023/2026, instaurado pela Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, o JEAN CARLOS CARDOSO, Prefeito de Cruzeiro do Iguaçu, em exercício R A T I F I C A o procedimento tomado pela Secretaria Municipal de Finanças com amparo na Lei Federal 14.133/2021, artigo 74, §1º.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 27/03/2027.
VALOR R$:13.880,00 (treze mil oitocentos e oitenta reais).
OBJETO: Aquisição de materiais educativos e pedagógicos (cartilhas e folhetos) de edição e publicação exclusiva da Editora Amigos da Natureza Ltda, em sua versão padrão destinados às ações de conscientização da Secretaria Municipal de Assistência Social de Cruzeiro do Iguaçu.
EMPRESA: Editora Amigos da Natureza Ltda inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 04.096.738/0001-55.

CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO 023/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR
	EMPRESA CONTRATADA: Editora Amigos da Natureza Ltda inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 04.096.738/0001-55.
OBJETO:	**Aquisição de materiais educativos e pedagógicos (cartilhas e folhetos) de edição e publicação exclusiva da Editora Amigos da Natureza Ltda, em sua versão padrão destinados às ações de conscientização da Secretaria Municipal de Assistência Social de Cruzeiro do Iguaçu.**
VALOR TOTAL:	R$:13.880,00 (treze mil oitocentos e oitenta reais)
FUNDAMENTO LEGAL:	Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 74, §1º da Lei Federal 14.133/2021.
DOTAÇÃO:	3.3.90.30.00.00 Material de consumo.

HOMOLOGO E ADJUDICO INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026
Homologo o resultado apresentado pela Comissão de Licitações, referente ao Processo de Inexigibilidade nº 023/2026, em favor Editora Amigos da Natureza Ltda inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 04.096.738/0001-55, com o valor de R$:13.880,00 (treze mil oitocentos e oitenta reais)
Cruzeiro do Iguaçu, 27 de marco de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:CBCC16DE

SECRETARIA DE FINANCAS
RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO
Inexigibilidade n°. 24/2025
Contrato nº 052/2025.

O MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no MF/CNPJ 95.589.230/0001-44, com sede a Av. 13 de maio, 906 – Centro – nesta cidade de Cruzeiro do Iguaçu – Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Jean Carlos Cardoso, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-00, e RG sob o nº 7.889.518-7, doravante denominada CONTRATANTE, e OSMAR ORSO ALEXANDRE, CPF n°. 034.079.309-09, com endereço em Foz do Chopim, Cruzeiro do Iguaçu – PR, observadas as condições da Inexigibilidade nº. 024/2025 que regem e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem, resolvem rescindir o contrato nº 052/2025, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Locação de imóvel urbano com área total construída de 250m², matrícula n°. 3.371, localizado na Avenida Parigot de Souza, distrito de Foz do Chopim, n°. 410, esquina com a Rua José Cleto, imóvel de propriedade do Sr. Osmar Orso Alexandre, o qual seria utilizado pela empresa A. Silvestro Ltda – CNPJ 58.770.826/0001-10 – Zarro, conforme lei municipal 1567/2025.

CLAUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO – Por força do presente termo de rescisão, o presente termo tem como objeto a RESCISÃO CONSENSUAL do CONTRATO N° 52/2025, firmado entre o MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PARANÁ e OSMAR ORSO ALEXANDRE, que tem como objeto Locação de imóvel urbano (...).

CLAUSULA TERCEIRA-DO PRAZO
Fica rescindido a partir da data 31/03/2026.

CLAUSULA QUARTA – DO FORO – Para dirimir questões oriundas do presente instrumento, as partes elegem o foro da Comarca de Dois Vizinhos – Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explícitos, assinam as partes o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com duas (02) testemunhas.

Cruzeiro do Iguaçu - PR, 31 de março de 2026.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU	***OSMAR ORSO ALEXANDRE***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1 - _____
CPF/MF nº

2 - _____
CPF/MF nº

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:6B7BF06F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO SUAS
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas FINAL do Repasse: Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Enéas Marques – PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 883 de 26 de setembro de 2013 e considerando a necessidade de aprovação urgente da prestação de contas final do Repasse: Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de Idade - Primeira Infância,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *ad referendum* a Prestação de Contas FINAL referente a Deliberação Nº 047/2022 CEDCA/PR – Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial ás Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 06 anos de idade – Primeira Infância.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Enéas Marques, 31 de março de 2026.

LUIZA FERNANDA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Jiselli Marchesi Pissaia
Código Identificador:6458DFA5

DEPARTAMENTO DE GESTÃO SUAS
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 02

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 02, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Enéas Marques – 2026 - 2035.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Enéas Marques – PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 883 de 26 de setembro de 2013, em

conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e considerando a necessidade de aprovação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Enéas Marques para o período de 2026 a 2035,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar *ad referendum* do plenário, o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Enéas Marques/PR, para o período de 2026 a 2035.

Art. 2º O Plano Decenal aprovado estabelece diretrizes, objetivos, metas e ações voltadas à garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no âmbito municipal, devendo ser observado por todos os órgãos e entidades envolvidos na sua execução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Enéas Marques, 31 de março de 2026.

LUIZA FERNANDA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Jiselli Marchesi Pissaia
Código Identificador:5E352903

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
Processo Adm: Nº 007/2026

Objeto: Contratação para pavimentação asfáltica de Estrada Rural em CBUQ, 23.538,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual
Empresas vencedoras valor total: R$ 4.345.500,00 (quatro milhões e trezentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais): **PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA** (79569398000131) com os lotes: 1 no valor total de R$ 4.345.500,00 (quatro milhões e trezentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021., e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ENÉAS MARQUES (PR), terça-feira, 31 de março de 2026

EDSON LUPATINI
Autoridade Competente

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:31500AA1

DEPARTAMENTO DE SAUDE
RESOLUÇÃO N° 03, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Aprova o Relatório Anual de Gestão (RAG 2025) da Secretaria Municipal de Saúde de Enéas Marques – PR.

O Conselho Municipal de Saúde de Enéas Marques – PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.142/1990 e Lei Municipal nº 1353/2023,
Considerando a Lei Complementar nº 141/2012, que estabelece normas de financiamento, transparência, controle e avaliação no âmbito do SUS;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 1/2017, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde e o Sistema de Planejamento do SUS;
Considerando que o Relatório Anual de Gestão (RAG) é o instrumento de prestação de contas que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS), subsidiando o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Saúde;
Considerando a deliberação da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada em 27 de março de 2026;

Resolve:
Art. 1º Aprovar o Relatório Anual de Gestão (RAG 2025) da Secretaria Municipal de Saúde de Enéas Marques – PR.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Enéas Marques, 31 de março de 2026.

LUCI HONORIO BORGES MENIN
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Enéas Marques

Homologo a presente Resolução nos termos do §2º do art. 1º da Lei nº 8.142/1990.

LEANDRO LEGRAMANTI
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Leandro Legramanti
Código Identificador:91F78E03

DEPARTAMENTO DE SAUDE
RESOLUÇÃO N° 04, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Aprova a Programação Anual de Saúde para o ano de 2027 (PAS 2027) da Secretaria Municipal de Saúde de Enéas Marques – PR.

O Conselho Municipal de Saúde de Enéas Marques – PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.142/1990 e Lei Municipal nº 1353/2023,
Considerando a Lei Complementar nº 141/2012, que estabelece normas de financiamento e execução orçamentária no âmbito do SUS;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 1/2017, que dispõe sobre a organização e funcionamento do SUS;
Considerando que a Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as ações do Plano Municipal de Saúde, conforme normativas do SUS;
Considerando a deliberação da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada em 27 de março de 2026;

Resolve:
Art. 1º Aprovar a Programação Anual de Saúde para o ano de 2027 (PAS 2027) da Secretaria Municipal de Saúde de Enéas Marques – PR.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Enéas Marques, 31 de março de 2026.

LUCI HONORIO BORGES MENIN
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Enéas Marques

Homologo a presente Resolução nos termos do §2º do art. 1º da Lei nº 8.142/1990.

LEANDRO LEGRAMANTI
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Leandro Legramanti
Código Identificador:111C3EA3

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2025

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação da Ata Registro de Preço Nº 53/2025
Pregão Nº 03/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **52.208.900 JOSE DE CASTRO GOMES FILHO**
Objeto: registro de preços para futura e parcelada aquisição de serviços gráficos, material de expediente, pedagógicos e artesanato que visa abastecer os almoxarifados das secretarias do Município de Enéas Marques os órgãos a elas vinculados e o Poder Legislativo do Município, para atendimento desta municipalidade, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes neste instrumento.
Valor: R$ 7.158,00 **(sete mil, cento e cinquenta e oito reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **31/03/2026**
Nova vigência: **01/04/2026 até 01/04/2027**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 31 de março de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:EBB99A7A

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2025

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação da Ata Registro de Preço Nº 54/2025
Pregão Nº 03/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **53088755 LORENA RAMOS FIGUEIREDO ISALBERTI**
Objeto: registro de preços para futura e parcelada aquisição de serviços gráficos, material de expediente, pedagógicos e artesanato que visa abastecer os almoxarifados das secretarias do Município de Enéas Marques os órgãos a elas vinculados e o Poder Legislativo do Município, para atendimento desta municipalidade, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes neste instrumento.
Valor: R$ 1.712,00 **(mil, setecentos e doze reais.)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **31/03/2026**
Nova vigência: **01/04/2026 até 01/04/2027**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 31 de março de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:FEAF7FDB

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 55/2025

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação da Ata Registro de Preço Nº 55/2025
Pregão Nº 03/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **A & H SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA**
Objeto: registro de preços para futura e parcelada aquisição de serviços gráficos, material de expediente, pedagógicos e artesanato que visa abastecer os almoxarifados das secretarias do Município de Enéas Marques os órgãos a elas vinculados e o Poder Legislativo do Município, para atendimento desta municipalidade, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes neste instrumento.
Valor: R$ 6.714,70 **(seis mil, setecentos e quatorze reais e setenta centavos)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **31/03/2026**
Nova vigência: **01/04/2026 até 01/04/2027**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 31 de março de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:FAB8B784

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2025

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação da Ata Registro de Preço Nº 65/2025
Pregão Nº 03/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **GILBERTO SUZIN EIRELI - ME**
Objeto: registro de preços para futura e parcelada aquisição de serviços gráficos, material de expediente, pedagógicos e artesanato que visa abastecer os almoxarifados das secretarias do Município de Enéas Marques os órgãos a elas vinculados e o Poder Legislativo do Município, para atendimento desta municipalidade, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes neste instrumento.
Valor: R$ 67.137,00 **(sessenta e sete mil, cento e trinta e sete reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **31/03/2026**
Nova vigência: **02/04/2026 até 02/04/2027**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 31 de março de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:1BAF1464

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2025

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação da Ata Registro de Preço Nº 66/2025
Pregão Nº 03/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **JOARES MELO DOS SANTOS LTDA**
Objeto: registro de preços para futura e parcelada aquisição de serviços gráficos, material de expediente, pedagógicos e artesanato que visa abastecer os almoxarifados das secretarias do Município de Enéas Marques os órgãos a elas vinculados e o Poder Legislativo do Município, para atendimento desta municipalidade, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes neste instrumento.
Valor: R$ 5.896,00 **(cinco mil, oitocentos e noventa e seis reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.

Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **31/03/2026**
Nova vigência: **02/04/2026 até 02/04/2027**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 31 de março de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:72CD4EDA

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2025

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação da Ata Registro de Preço Nº 70/2025
Pregão Nº 03/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **OURO FLEX COMERCIA LTDA**
Objeto: registro de preços para futura e parcelada aquisição de serviços gráficos, material de expediente, pedagógicos e artesanato que visa abastecer os almoxarifados das secretarias do Município de Enéas Marques os órgãos a elas vinculados e o Poder Legislativo do Município, para atendimento desta municipalidade, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes neste instrumento.
Valor: R$ 8.750,00 **(oito mil, setecentos e cinquenta reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **31/03/2026**
Nova vigência: **02/04/2026 até 02/04/2027**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 31 de março de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:DB020EC5

SETOR DE PESSOAL
CONVOCA VANIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 19/2026

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, incisos II, III e IV da Constituição Federal, artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e considerando a homologação do resultado final do Edital nº 10/2025 de 03/03/2025, e Processo Seletivo Simplificado - PSS realizado nos termos do Edital nº 006/2025 de 31/01/2025.
RESOLVE:
1 – Convocar o candidato aprovado na ordem de classificação, para apresentar-se no edifício da Prefeitura Municipal de Enéas Marques, dentro do prazo máximo de cinco dias, contados na data da publicação deste Edital, a fim de iniciar o processo para provimento no respectivo cargo.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20H:
INSCRIÇÃO NOME CPF CLASSIFICAÇÃO

124	VANIA DA SILVA BORBA	010.296.270-70	38º

2 – Para o provimento no cargo respectivo o candidato deverá atender ao disposto no item 9 do edital do processo seletivo simplificado, sob pena de desclassificação.
3 – O candidato que não se apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis será desclassificado automaticamente.
4 – Revoga-se disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
Gabinete do Prefeito de Enéas Marques/PR.
Em 31 de março de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:A8CFEB9E

SETOR DE PESSOAL
PRORROGA PSS ABRIL

PORTARIA 4185/2026

SÚMULA – Prorroga contrato por tempo determinado das pessoas abaixo relacionadas, aprovadas em Processo Seletivo Simplificado, realizado nos termos do Edital nº 006/2025 de 31/01/2025 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, Inciso II, alínea "b" e "e" da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1460/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar contrato por tempo determinado das pessoas abaixo relacionadas, aprovadas em Processo Seletivo Simplificado, realizado nos termos do Edital 006/2025 de 31/01/2025.

NOME	CPF	ADMISSÃO	C.H. SEMANAL	CARGO	PRORROGAÇÃO
KAUANA PEREIRA NUNES	071.358.579-09	03/04/2025	20 Horas	AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL	03/04/2026 a 02/04/2027
MAIRI MACAGNAN GEREMIA	036.391.719-50	03/04/2025	40 Horas	SERVENTE DE LIMPEZA	03/04/2026 a 02/04/2027
NELCY TEREZINHA DA SILVA	925.399.049-04	10/04/2025	40 Horas	SERVENTE DE LIMPEZA	10/04/2026 a 09/04/2027
EDINOSANI MARIZA T. TONKELSKI	040.488.329-05	10/04/2025	40 Horas	INSTRUTOR DE ARTESANATO	10/04/2026 a 09/04/2027
RAFAELA PARZIANELLO CATANIO	095.254.429-69	10/04/2025	40 Horas	INSTRUTOR DE ATIVIDADES RECREATIVAS	10/04/2026 a 09/04/2027
FRANCIELLY ADALGIZA DORIGONI	063.790.629-20	10/04/2025	40 Horas	INSTRUTOR DE ATIVIDADES RECREATIVAS	10/04/2026 a 09/04/2027
NEREIDE DA SILVA	043.297.639-66	25/04/2025	40 Horas	SERVENTE DE LIMPEZA	25/04/2026 a 24/04/2027

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM 31 DE MARÇO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:34A69717

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026

FORNECEDOR: TRIBUTECH GESTÃO PUBLICA LTDA – CNPJ Nº 18.236.979/0001-67.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA URBANA, VISANDO A REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE FÊNIX - PR, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 10.257/2001 (ESTATUTO DA CIDADE) E AS DIRETRIZES DO PARANACIDADE.

DOTAÇÕES: 13.001.04.122.0004.2059.3.3.90.39.00.00 – 1001 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

ITENS

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA URBANA, VISANDO A REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE FÊNIX - PR, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 10.257/2001 (ESTATUTO DA CIDADE) E AS DIRETRIZES DO PARANACIDADE	Unid.	12	R$ 17.083,33	R$ 205.000,00
TOTAL					R$ 205.000,00

VALOR TOTAL: R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais).

EMBASAMENTO LEGAL: Art. 74, III, alíneas "a", "b" e "c" da Lei 14.133/2021.

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
Com base nas informações constantes no processo, torna-se público a adjudicação e homologação do procedimento licitatório em epígrafe.

Fênix, 30 de março de 2026.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:F96C77D9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

PROCESSO LICITATÓRIO
27/2026

PREGÃO ELETRÔNICO
07/2026

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE FÊNIX

OBJETO
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO (ZERO QUILÔMETRO), ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2026/2026, TIPO VAN. CAPACIDADE: 16 LUGARES, TETO ALTO MÍNIMO DE 1,80MT; MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 CV.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 346.511,33 (trezentos e quarenta e seis mil, quinhentos e onze reais e trinta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 13/04/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:
Menor preço por item

Modo de disputa:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:7BB8ECEF

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
142/2026

PORTARIA Nº 142/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear na data de 01 de abril de 2026, conforme a Lei Municipal nº 23/2025, **LUCAS YUICHI DA SILVA AOKI,** para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Comunicação Social.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 31 de março de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:0BD0FF95

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA N° 206/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR, no uso de suas atribuições legais, em especial a conferida pelo artigo 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando o Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 e Artigo 7º da Lei Estadual nº 18.519/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica recomposta a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, com a seguinte composição:

COORDENADOR MUNICIPAL: MAURICIO GOMES DA SILVA, CPF: ***.970.219-**;

SECRETÁRIA: JULIANA APARECIDA FERREIRA BARRETO, CPF: ***.609.339-**;

DIRETOR OPERACIONAL: LUCIANO CAVALHEIRO, CPF: ***.871.219-**.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 50/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 31 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:8CB82274

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 204/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor da Sra. Vanessa da Silva Maziero, motorista, referente ao pagamento de 1(uma) diária, face a viagem do dia 30/03/2026 à 31/03/2026 para Carlópolis-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde para levar paciente.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 30 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:CFDFCE1C

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 02/2026 CMAS

Súmula: DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO ATESTADO DE REGISTRO DA APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS-ESTADO DO PARANÁ, .

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal nº 755 de 07 de setembro de 2016. O Conselho Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora das Graças-Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8742 de 07 de dezembro de 1993 e de acordo com a lei municipal nº 755 de 07 de setembro de 2016. Considerando a deliberação ocorrida no dia 10 de Fevereiro de 2026.
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR, procedimentos referente ao Registro de Entidades não-governamentais que executam Serviços de Proteção de Proteção Social Básica, Programas e e/ou Projetos Socioeducativos no município de Nossa Senhora das Graças.
Art. 2º APROVAR O REQUERIMENTO DE REGISTRO DA APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS-ESTADO DO PARANÁ, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 71. Concede Certificado de Registro Nº 002/2026 no Conselho Municipal de Nossa Senhora das Graças-Estado do Paraná, para a Entidade com CNPJ: 07.299.814/0001-18.
Art. 3º A inscrição tem validade por tempo de 01 (um) ano, após o vencimento da inscrição é de responsabilidade da **APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS-ESTADO DO PARANÁ**, requerer ao Conselho Municipal de Assistência Social a sua renovação para regularização da situação cadastral, mediante a apresentação de Plano de Ação do Ano Corrente, Relatório de Atividades do ano anterior e regularidade fiscal.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças, 10 de fevereiro 2026

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:334ECC27

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 03/2026 CMAS

Súmula: DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO ATESTADO DE REGISTRO DA ASSOCIAÇÃO RENASCER NA TERCEIRA IDADE DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal nº 755 de 07 de setembro de 2016. O Conselho Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora das Graças-Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8742 de 07 de dezembro de 1993 e de acordo com a lei municipal nº 755 de 07 de setembro de 2016 considerando a deliberação ocorrida no dia 10 de fevereiro 2026.
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR, procedimentos referente ao Registro de Entidades não-governamentais que executam Serviços de Proteção de Proteção Social Básica, Programas e e/ou Projetos Socioeducativos no município de Nossa Senhora das Graças.
Art. 2º APROVAR O REQUERIMENTO DE REGISTRO DA ASSOCIAÇÃO RENASCER NA TERCEIRA IDADE DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS com endereço na Avenida Curitiba s/n. Concede Certificado de Registro Nº 003/2026 no Conselho Municipal de Nossa Senhora das Graças-Estado do Paraná, para a Entidade com CNPJ: 12.108.960/0001-56.
Art. 3º A inscrição tem validade por tempo de 01 (um) ano, após o vencimento da inscrição é de responsabilidade da **ASSOCIAÇÃO RENASCER NA TERCEIRA IDADE DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, requerer ao Conselho Municipal de Assistência Social a sua renovação para regularização da situação cadastral, mediante a apresentação de Plano de Ação do Ano Corrente, Relatório de Atividades do ano anterior e regularidade fiscal.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Nossa Senhora das Graças-PR, 10 de Fevereiro de 2026.

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:6C9E27F9

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 04/2026 CMAS

Súmula: DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO ATESTADO DE REGISTRO APMF – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUIZA CUBA DE OLIVEIRA,

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal nº 755 de 07 de setembro de 2016. O Conselho Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora das Graças-Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8742 de 07 de dezembro de 1993 e de acordo com a lei municipal nº 755 de 07 de setembro de 2016. Considerando a deliberação ocorrida no dia 10 de Fevereiro de 2026.
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR, procedimentos referente ao Registro de Entidades não-governamentais que executam Serviços de Proteção de Proteção Social Básica, Programas e e/ou Projetos Socioeducativos no município de Nossa Senhora das Graças.
Art. 2º APROVAR O REQUERIMENTO DE REGISTRO da APMF – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUIZA CUBA DE OLIVEIRA, com endereço Rua Castro Alves nº 145 Concede Certificado de Registro Nº 004/2026 no Conselho Municipal de Nossa Senhora das Graças-Estado do Paraná, para a Entidade com CNPJ 31.987.813/0001-40
Art. 3º A inscrição tem validade por tempo de 01 (um) ano, após o vencimento da inscrição é de responsabilidade da **APMF –**

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LUIZA CUBA DE OLIVEIRA, requerer ao Conselho Municipal de Assistência Social a sua renovação para regularização da situação cadastral, mediante a apresentação de Plano de Ação do Ano Corrente, Relatório de Atividades do ano anterior e regularidade fiscal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Nossa Senhora das Graças, 10 de fevereiro 2026

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:D90CD706

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 04/2026 CMDCA

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas Repasse Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, recebido pelo fundo para infância e adolescência - FIA do pagamento até 30 de outubro de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal n° 740/2015 de 16 de junho 2015, considerando a deliberação ocorrida no dia 31 de março de 2026

RESOLVE:

Art. 1°- Aprovação da Prestação de Contas Repasse Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, do período referente ao pagamento até 30 de outubro de 2025. Valor do Repasse: R$5.000,00, recebido pelo fundo para infância e adolescência – FIA, para o município de Nossa Senhora das Graça – Paraná.

Art. 2° - - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças-PR, 31 de Março de 2026

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:B0E6A587

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 05/2026 CMAS

SÚMULA: Aprovação da Prestação de Contas Repasse Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, recebido pelo fundo para infância e adolescência - FIA do pagamento até 30 de outubro de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora das Graças-PR, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal n° 755 de 14 de setembro de 2016 e considerando a plenária realizada em 31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art.1º. Aprovação da Prestação de Contas Repasse Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, do período referente ao pagamento até 30 de outubro de 2025. Valor do Repasse: R$5.000,00, recebido pelo fundo para infância e adolescência – FIA, para o município de Nossa Senhora das Graça – Paraná.

Art.2º. Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças, 31 de março de 2026.

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:EB40F618

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 05/2026 CMDCA

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas Repasse Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância, recebido pelo fundo para Infância e Adolescência – FIA. Prestação de Contas FINAL.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal n° 740/2015 de 16 de junho 2015, considerando a deliberação ocorrida no dia 31 de março de 2026

RESOLVE:

Art. 1°- Aprovação da Prestação de Contas Repasse Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância. Período da prestação de contas FINAL. Valor do Repasse: R$75.000,00, recebido pelo fundo para Infância e Adolescência – FIA, para o município de Nossa Senhora das Graça – Paraná.

Art. 2° - - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças-PR, 31 de março de 2026

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:B2244ECD

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 06/2026 CMAS

SÚMULA: Aprovação da Prestação de Contas Repasse Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância, recebido pelo fundo para Infância e Adolescência – FIA. Prestação de Contas FINAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora das Graças-PR, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal n° 755 de 14 de setembro de 2016 e considerando a plenária realizada em 31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art.1º. Aprovação da Prestação de Contas Repasse Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância. Período da prestação de contas FINAL. Valor do Repasse: R$75.000,00, recebido pelo fundo para Infância e Adolescência – FIA, para o município de Nossa Senhora das Graça – Paraná.

Art.2º. Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças, 31 de março de 2026.

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:6EF6034C

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 06/2026 CMDCA

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas Repasse Piso Único de Assistência Social – PAS, recebido do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, período da prestação de contas: Anual – 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal n° 740/2015 de 16 de junho 2015, considerando a deliberação ocorrida no dia 31 de março de 2026

RESOLVE:

Art. 1°- Aprovação da Prestação de Contas Repasse Piso Único de Assistência Social – PAS, Período da prestação de contas ANUAL 2025. Valor do Repasse: R$75.000,00, recebido pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o município de Nossa Senhora das Graça – Paraná.

Art. 2° - - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças-PR, 31 de março de 2026

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:B0E2D9ED

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 07/2026 CMAS

SÚMULA: Aprovação da Prestação de Contas Repasse Piso Único de Assistência Social – PAS, recebido do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, período da prestação de contas: Anual – 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora das Graças-PR, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal n° 755 de 14 de setembro de 2016 e considerando a plenária realizada em 31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art.1º. Aprovação da Prestação de Contas Repasse Piso Único de Assistência Social – PAS, Período da prestação de contas ANUAL 2025. Valor do Repasse: R$75.000,00, recebido pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o município de Nossa Senhora das Graça – Paraná.

Art.2º. Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças, 31 de março de 2026.

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:8EEA2F26

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 07/2026 CMDCA

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas Repasse Incentivo qualificação da estrutura para CRAS, recebido do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, período da prestação de contas: Do pagamento até 31 de dezembro de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal n° 740/2015 de 16 de junho 2015, considerando a deliberação ocorrida no dia 31 de março de 2026

RESOLVE:

Art. 1°- Aprovação da Prestação de Contas Repasse Incentivo qualificação da estrutura para CRAS. Período da Prestação de Contas: Do pagamento até 31 de dezembro de 2025. Valor do Repasse: R$30.000,00, recebido pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o município de Nossa Senhora das Graça – Paraná.

Art. 2° - - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças-PR, 31 de março de 2026

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:46740B31

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
RESOLUÇÂO Nº 08/2026 CMAS

SÚMULA: Aprovação da Prestação de Contas Repasse Incentivo qualificação da estrutura para CRAS, recebido do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, período da prestação de contas: Do pagamento até 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora das Graças-PR, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal n° 755 de 14 de setembro de 2016 e considerando a plenária realizada em 31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art.1º. Aprovação da Prestação de Contas Repasse Incentivo qualificação da estrutura para CRAS. Período da Prestação de Contas: Do pagamento até 31 de dezembro de 2025. Valor do Repasse: R$30.000,00, recebido pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o município de Nossa Senhora das Graça – Paraná.

Art.2º. Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças, 31 de março de 2026.

SUELEN MARQUES ARIAS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:2136491D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº207/2026

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Sancionador em face da empresa Marianos Distribuidora Ltda, em razão da inexecução parcial da Ata de Registro de Preços nº34/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, Senhor Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 155 a 158

da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como na cláusula de penalidades prevista na Ata de Registro de Preços nº34/2025,

CONSIDERANDO que a empresa Marianos Distribuidora Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 23.121.920/0001-63, deixou de assumir a execução do saldo remanescente da referida Ata, caracterizando inexecução parcial do ajuste;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Sancionador em face da empresa Marianos Distribuidora Ltda, em razão de possível infração ao disposto nos incisos I e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como à cláusula contratual constante da Ata de Registro de Preços nº 34/2025.

Art. 2º Designa-se a seguinte Comissão Processante, composta por servidores(as) estáveis deste Município, para condução dos trabalhos:

Presidente: Juliana Marchioreto Iani – Matrícula n°944
Membro: Jackelyne Souza Oliveira – Matrícula n°943
Membro: Danubia Lafaiete Rodrigues – Matrícula n°785

Art. 3º A Comissão ora constituída deverá proceder à devida instrução processual, garantindo à empresa o exercício do contraditório e da ampla defesa, apresentando ao final relatório conclusivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Graças, 31 de Março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:B9A03BF6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 2 TERMO ATA 73/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 73/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 31/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ N°.76.995.380/0001-03
Contratada:	**AUTO POSTO IRMAOS LOURENCO LTDA – CNPJ nº.** 82.456.989/0002-98
Objeto:	**O presente Termo tem por objeto o reequilíbrio do valor do seguinte produto; LOTE 1 – ITEM 01: GASOLINA COMUM LT: de R$ 6,36 (seis reais e trinta e seis centavos), para R$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos).**
Prazo de vigência	**15/08/2026**
Prazo de execução	**15/08/2026**
Data assinatura	26/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:797D04EB

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 35/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 35/2026 Pregão/N°. 10/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	TONI MATHIAS PEREIRA- CNPJ nº. 41.314.693/0001-74
Objeto	**Contratação de empresa especializada no fornecimento de cadeiras plásticas com assento rebatível e encosto anatômico, conforme especificações do produto no Centro Esportivo Egídio Veronese (Ginásio "Carecão"), incluindo a instalação e os materiais necessários para a instalação, ou ainda, poderão ser instaladas em outros centros esportivos municipais, adequando as arquibancadas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, bem como, do interesse da Administração Municipal de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 199.920,00 (cento e noventa e nove mil, novecentos e vinte reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses), até 31/03/2027
Prazo de vigência	até 31/03/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 31/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:D807780E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 019/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 019/2026
Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 019/2026**, de 30/03/2026, instaurado pela Secretaria de Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sr. Gilmar Paixão**, Prefeito de São Jorge D`Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei n° 14.133/2021, art. 74, *caput.*

VALOR ESTIMADO - R$ 171.743,64 (cento e setenta e um mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Contratação da empresa MINAS INDUSTRIA DE MOVEIS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 34.237.336/0001-94, localizada na Rua Maria Claudina Rocha Silva, Nº 150, Bairro Areias (Justinopolis), CEP 33.920-005, Ribeirão das Neves/MG, para fornecer:1 (um) equipamento de ultrassom, em adesão a Ata de Registro de Preços nº 010/2026, gerenciada pela entidade CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO DE MINAS GERAIS - COMGRANBEL, para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de São Jorge D'Oeste – Pr.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, *caput* da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: **MINAS INDUSTRIA DE MOVEIS HOSPITALAR LTDA**. **CNPJ Nº. 34.237.336/0001-94**, residente na Rua Maria Claudina Rocha da Silva, 150 - CEP: 33920005 - BAIRRO: Areias CIDADE/UF: Ribeirão das Neves/MG.

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste, 30/03/2026.

GILMAR PAIXÃO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:3501BBCD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 4936 EXONERA RAFAEL WELLINTON CATORI MENDES

DECRETO Nº 4936/2026

Exonera o Sr. Rafael Welliton Catori Mendes, do cargo efetivo de Professor.

Gilmar Paixão, Prefeito em exercício de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera o Sr. **RAFAEL WELLITON CATORI MENDES,** portador do CPF n.º 104.057.709-10, do cargo efetivo de Professor, a partir de 02 de abril de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GILMAR PAIXÃO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:85E43AEF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 4937 NOMEIA CLENICE ROOS MACIEL

DECRETO Nº 4937/2026

Nomeia a Sra. Clenice Roos Maciel, para o cargo temporário Monitora Escolar.

Gilmar Paixão, Prefeito em exercício de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.168/2025, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025, para o provimento de cargo temporário de Monitor Escolar, promovido nos termos do Edital nº 004/2025 de 09 de abril de 2025, homologado pelo Edital nº 007/2025 em 19 de maio de 2025 publicado no A.M.P Edição 3278, de 19 de maio de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Sra. **CLENICE ROOS MACIEL,** portadora do CPF n.º 033.664.609-70, para o cargo temporário de Monitora Escolar, trinta (30) horas, a partir de 06 de abril de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GILMAR PAIXÃO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:64712858

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3160 DESIGNA SERVIDORA PARA ATUAR JUNTO A CASA LAR DE SÃO JOÃO

PORTARIA Nº 3160/2026

Designa servidor para atuar junto à Casa Lar Anjo da Guarda, em São João - PR.

GILMAR PAIXÃO, Prefeito em exercício do Município de São Jorge d'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 68, inciso VII, alínea "a" da Lei Orgânica do Município – LOM;
CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das determinações judiciais e do Convênio firmado junto aos Municípios de São João e Sulina;
CONSIDERANDO que é dever do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, nos termos do Art. 227 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que é dever do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, nos termos do Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
CONSIDERANDO que para efetivação da proteção aos direitos das crianças e adolescentes, acima mencionados, há necessidade excepcional de substituição do profissional psicólogo lotado junto à Casa Lar Anjo da Guarda, no Município de São João – PR;
CONSIDERANDO, por fim, os princípios constitucionais explícitos e implícitos, especialmente os princípios da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público;
RESOLVE:
Art. 1º. Excepcionalmente, fica designada a servidora GESSICA APARECIDA CELESKI, detentora do cargo efetivo de psicóloga, para desempenhar suas funções junto Casa Lar Anjo da Guarda, no Município de São João – PR, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 30 de março de 2026.
Art. 2º. Excepcionalmente, fica designado o servidor IVAM CARLOS HERMES, detentor do cargo provisório de psicólogo, para desempenhar suas funções junto à Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e da Mulher pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 30 de março de 2026.
Art. 3º. Os prazos de que tratam os artigos 1º e 2º poderão ser prorrogados caso permaneça a necessidade excepcional.
Art. 4º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário em especial a Portaria nº 3156/2026.
Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GILMAR PAIXÃO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:C5500235

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 005/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, **DIEGO TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo Único do Art. 9º da Lei Municipal nº 1.120/2017 e pelo Inciso XVII do Art. 17 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao seguinte Servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná conforme abaixo especificado:

Nome do Servidor / Matricula	Dias	Período Aquisitivo	Período Concessivo
Carlos Nei Nichelle/ 110-4/1	05	02/06/25 a 01/06/26	06/04/2026 a 10/04/2026

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Poder Legislativo de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 31 de Março de 2026.

DIEGO TRINDADE
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:D496DAB7

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 06/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, **DIEGO TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo Único do Art. 9º da Lei Municipal nº

1120/2017 e pelo Inciso XVII do Art. 17 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar **KARINE PIAIA**, portadora do RG: 10.454.820-2SSP/PR e do CPF: 081.265.829-95 do cargo de Cargo de Assessor Parlamentar, Símbolo CC-2 de acordo com a Lei Municipal nº 1120/2017, Anexo II, alterada pelas Leis nº 1166 de 21 de março de 2018, 1222, de 04 de setembro de 2018 e 1338 de 10 de março de 2020, revoga-se a Portaria nº 13/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

DIEGO TRINDADE
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:5F55C865

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI Nº 1.678/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

LEI Nº. 1.678/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

A Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 197.979,35 (cento e noventa e sete mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 17 – Saneamento
Sub-função: 511 – Saneamento Básico Rural
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.057 – Serviços de Saneamento Básico Rural
Fonte: 2555 – SANEPAR - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 100.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 2991 – Incremento Temporario APS Emenda Individual 202543140002 - Superávit
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 50.000,00

Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 2.037 – Serviços do Departamento de Engenharia
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
Valor em R$: 42.979,35

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.016 – Gestão da Secretaria de Assistência Social
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
Valor em R$: 5.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 197.979,35.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, conforme definido no art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 2555 – SANEPAR - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 100.000,00

Fonte de Recurso: 991 – Incremento Temporario APS Emenda Individual 202543140002
Valor do Superávit Financeiro R$: 50.000,00

Fonte de Recurso: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 47.979,35

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 197.979,35.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:BF22F02E

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI Nº 1.679/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

LEI Nº. 1.679/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

A Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor

de R$ 199.101,00 (cento e noventa e nove mil e cento e um reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.030 – Promoção e Incentivo as Atividades Culturais
Fonte: 996 – Convênio 103/2026 SETU/PR – Apoio a Realização de Eventos
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 199.101,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 199.101,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura do crédito previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação de receitas, conforme definido no art. 43, § 1º, II, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.7.2.4.99.0.1.03.00
Descrição: Convênio SETU/PR 103/2026 Apoio a Eventos
Fonte de Recurso: 996 – Convênio 103/2026 SETU/PR – Apoio a Realização de Eventos
Valor Excesso de Arrecadação R$: 199.101,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 199.101,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:17968007

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA Nº 7/2026 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 7/2026-PMSI.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança desarmada, a serem executados durante a realização da EXPOSAUDADE 2026, nos dias 10, 11 e 12/04/2026.
VALOR MÁXIMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 15.028,00 (quinze mil e vinte e oito reais).
DATA DA SESSÃO: 08/04/2026.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 8h30 às 9h30.
LOCAL: www.bll.org.br "**Acesso Identificado** no link – licitações". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu - **Setor de Licitações**, localizada na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - Centro - CEP: 85.568-000, TEL: 0800 090 6545 – ramal 212, e-mail: compras@saudadedoiguacu.pr.gov.br

Saudade do Iguaçu, 31 de março de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:64186928

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2022

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Abatiá - Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, CONVOCA o Sr. **RODRIGO ALVES VICARRI**, a comparecer nesta Autarquia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos especificados no Edital nº 01/2022, com vista a assumir a vaga para o cargo de **Auxiliar de Operação e Manutenção**, aprovado em 3º lugar no concurso, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 25/2022 de 26 de outubro de 2022. O não atendimento à referida convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação.

Abatiá – Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:796DA5B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO – CP - 001/2022 – Nº 76

Edital de Chamamento – CP - 001/2022 – nº 76

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis-PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:

CONVOCAR
– O candidato aprovado no Concurso Público - 01/2022, para o cargo de:
– AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
50º - ORAZIL PEREIRA NEVES

3.0 - Deverá no prazo de 05 (cinco) dias uteis, se apresentar:

Período:	01/04 a 09/04/2026
Local:	PREFEFEIURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Endereço:	Av. Mal. Mascarenhas de Morais, 115 - Centro

4.0 - Portando cópia e originais dos seguintes documentos:
a) Cédula de Identidade - RG
b) CPF/MF
c) carteira ou órgão de classe
d) Histórico Escolar
e)Cartão do PIS/PASEP
f) Atestado Medico pré-admissional
g) 02 fotos 3x4
h) Titulo Eleitoral
i) Conta Corrente Banco ITAU

j)Declaração de não ocupação em outros cargos ou funções publicas
k)Certidão de casamento
l)Certidão de filhos menores de 14 anos
m)Certidão de antecedentes criminais
n)certidão de alistamento militar ou reservista

Adrianópolis, 31 de março de 2026

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:8C7E9006

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.290/2026 - CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO NA MODALIDADE FAMÍLIA ACOLHEDORA, QUE VISA O ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

LEI Nº 1.290/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a Criação do serviço de acolhimento na modalidade família acolhedora, que visa o acolhimento provisório de crianças e adolescentes em situação de risco, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Adrianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Considerando, a necessidade de fortalecer, no âmbito do Município de Adrianópolis, políticas públicas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes em situação de risco, especialmente quando houver necessidade de afastamento temporário do núcleo familiar de origem;
Considerando, que o acolhimento em ambiente familiar, ainda que provisório, representa medida mais humanizada e compatível com o melhor interesse da criança e do adolescente, favorecendo cuidado individualizado, proteção afetiva e desenvolvimento saudável;
Considerando, a importância de instituir normativa municipal clara para disciplinar a atuação do Serviço de Família Acolhedora, com definição de critérios, responsabilidades, acompanhamento técnico e apoio adequado às famílias participantes;
Considerando, que a presente proposição busca aprimorar a rede de proteção social do Município, conferindo maior eficiência, organização administrativa e efetividade às ações de acolhimento, em consonância com o interesse público e a dignidade da pessoa humana.

CAPÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º- Fica instituído no Município de Adrianópolis-Pr o Serviço Municipal de Acolhimento na modalidade de família acolhedora destinado à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, à manutenção do acolhimento de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, determinada pela autoridade competente.

Art. 2º- Para os efeitos desta lei, considera-se:

Acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;
Família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;
Família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;
Família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;
Família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento na modalidade família acolhedora, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;
Bolsa-auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido.

CAPÍTULO II: DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º- O Serviço Municipal de acolhimento na modalidade de família acolhedora, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

Garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;
Atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
Proporcionar atendimento individualizado às crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;
Contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;
Articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas;

Art. 4º- A gestão do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social que deverá atuar em consonância com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

Poder Judiciário do Estado do Paraná;
Ministério Público do Estado do Paraná;
Defensoria Pública do Estado do Paraná;
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Conselho Municipal de Assistência Social;
Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;
Conselhos Tutelares;
Segurança Pública.

Art. 5º- A modalidade é destinada a crianças e adolescentes entre zero e dezoito anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, dependendo, nestes casos, de parecer técnico em que deverá constar o grau de autonomia alcançado pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei nº8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º- A modalidade de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes do município que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art. 7º- A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora será realizada mediante determinação da autoridade competente.

§ 1º - Os profissionais de acolhimento na modalidade de família acolhedora farão contato com as famílias acolhedoras habilitadas ao acolhimento, observadas as características e as necessidades da criança ou do adolescente.

§ 2º - A permanência da criança e do adolescente em acolhimento familiar não excederá 18 meses, a menos que seja devidamente fundamentada pela autoridade judiciária, com base no relatório elaborado pela equipe técnica interdisciplinar com comprovação de necessidade que atenda ao seu superior interesse.

CAPÍTULO III: DOS RECURSOS

Art. 8º- O Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora contará com recursos orçamentários e financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal executora da política pública de Assistência Social, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência - FIA e de parcerias com o Estado e a União.

Art. 9º -Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora serão destinados a oferecer, no mínimo:

Bolsa-Auxílio para as famílias acolhedoras;
Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;
Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;
Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço, que podem ser compartilhados a depender das circunstâncias fáticas somadas ao parecer prévio do coordenador da equipe técnica do serviço;
Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;
Manutenção de veículo(s) disponibilizado para o Serviço;
Entre outras demandas devidamente justificadas no âmbito do serviço.

CAPÍTULO IV: DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 10 - O serviço de acolhimento na modalidade de Família Acolhedora será realizado por equipe técnica, preferencialmente exclusiva, sendo que cada equipe técnica do serviço família acolhedora atenderá até 15 (quinze) famílias de origem e 15 (quinze) famílias acolhedoras, concomitantemente, nos termos da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social — NOBRH/SUAS e orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes vigentes.

Art. 11 - Cada equipe técnica será composta por, ao menos:

01 (um) coordenador por serviço de acolhimento familiar, com formação mínima de nível superior.
01 (um) psicólogo, com capacitação no atendimento de crianças e adolescentes e famílias.
01 (um) Assistente Social, com experiência no atendimento de crianças e adolescentes e famílias.

§ 1º - A Equipe Técnica, poderá ser ampliada com os demais profissionais que compõe os trabalhadores do SUAS, conforme a NOB/RH SUAS e a Resolução n°17/2011.

§ 2º - Poderá o poder executivo firmar acordos de cooperação técnica com outros municípios e ou Estado e contratos de programa com consórcios públicos para fins de composição regionalizada da equipe e coordenação prevista neste artigo.

§ 3º - A equipe técnica poderá contar com apoio de um técnico ou auxiliar administrativo, motorista e educador social.

Art. 12- São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento na modalidade de Família Acolhedora, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

Em se tratando que o serviço que decorra de convênio, e/ou consórcio, e/ou parceria, ou de responsabilidade Municipal deverá ser enviado sempre que necessário o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade a fim de informar e esclarecer as condições daqueles que recebem atendimento continuado;
Encaminhar em tempo hábil relatório mensal para a administração financeira municipal, no qual deverão constar: data da inserção da família acolhedora; nome do responsável; RGdoresponsável; CPF do responsável; endereço da família acolhedora; nome da criança(s)/adolescente(s) acolhido(s); data de nascimento; número da medida de proteção; período de acolhimento; se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais; valor a ser pago;
Encaminhar, em tempo hábil, à administração financeira municipal a relação de nome das famílias, nome do banco e número da agência e da conta bancária para depósito da bolsa-auxílio;
Remeter, mensalmente, relatório indicando todos os acolhidos no Serviço ao Juiz competente;
Prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças e adolescentes acolhidos;
Encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;
Cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (Suas).
Monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço;
Acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das Famílias Acolhedoras.

Art. 13 - São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

Cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;
Acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;
Acompanhar as crianças e adolescentes e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;
Elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes após o acolhimento;
Acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;
Monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e ou extensa e família acolhedora.

§ 1º - Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhido e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento técnico da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 2º - Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança ou adolescente acolhido e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO V: DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 14- A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com o responsável pela execução do serviço.

Art. 15 - Cada família poderá receber uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos.

Art. 16- São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em família acolhedora:

Ser maior de dezoito anos, sem restrição quanto ao estado civil;
Ser residente no Município há um ano;
Não estar habilitado ou em processo de habilitação para adoção de crianças ou adolescentes;
Não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;
Ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;
Apresentar boas condições de saúde física e mental;
Comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros, maiores de 18 anos, que residem no mesmo domicilio da família acolhedora;
Comprovar renda familiar;
Possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;
Parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora e por outros profissionais da rede de proteção, quando necessário;
Participar obrigatoriamente das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora.

Art. 17- Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 18- O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

Documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;
Certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;
Comprovante de residência;
Certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;
Comprovante de rendimento de pelo menos um membro da família;
Comprovante de benefício, aposentadoria, pensão, entre outros (no caso de beneficiários da Previdência Social);
Atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 19- A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

Participação em capacitação preparatória;
Orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas.

Art. 20- As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças e ou adolescentes.

Art. 21- São obrigações da família acolhedora:

Prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança ou ao adolescente;
Atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;
Prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora;
Contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;
Comunicar imediatamente à Equipe Técnica quaisquer intercorrência que possam impedir ou inviabilizar a permanência do acolhido, para que as medidas necessárias sejam adotadas.
Participar dos encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relação intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 22- A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora.

Art. 23- O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

Solicitação formal por meio do termo de desligamento, constando o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;
Descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 20 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;
Por determinação judicial.

CAPÍTULO VI: DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 24- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de transferência bancária em conta-corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§ 1º - A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§ 3º - Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será corresponde ao número de acolhidos.

§ 4º - Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal deverá ser ampliado, em no mínimo, 1/3 do valor estabelecido.

§ 5º - A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de mínimo de 10 (dez) anos.

§ 6º - O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§ 7º - A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigado a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.

§ 8º - O valor da bolsa-auxílio será de até um salário mínimo nacional e não inferior a 30% de um salário mínimo nacional.

Art. 25 - A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento na modalidade de família acolhedora, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;
A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês pagar-se-á integralmente este valor, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;
Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência.
Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC - ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício
depositado em conta judicial em nome do beneficiário, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora, visando ao atendimento das necessidades do acolhido, sem prejuízo do pagamento da bolsa auxilio mensal.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 26- A família acolhedora poderá ter direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO VII: DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 27- Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal executora da política pública de Assistência Social autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento na modalidade de família acolhedora, em consonância com a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais.

Art. 28- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil, termos de convênio com outros órgãos públicos, termos de cooperação técnica com outros municípios, com o Estado do Paraná e contratos de programa com Consórcios Públicos Intermunicipais na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora.

Art. 29 - O município poderá transferir ao consórcio público a execução, coordenação e normatização do Serviço de acolhimento na modalidade de família acolhedora.

Parágrafo único. As disposições pertinentes aos procedimentos de execução, monitoramento e avaliação, prevista nesta lei, serão regulamentadas por meio de atos normativos.

Art. 30- O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com as dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO VIII: DA FISCALIZAÇÃO

Art. 31- O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora será realizado pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família acolhedora e pela Secretaria Municipal executora da política pública de Assistência Social, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32- Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades credenciadas, parceiras ou contratadas pelo Município ou por meio de consórcios para execução do Serviço de Acolhimento na modalidade de família acolhedora.

Art. 33- Esta Lei será regulamentada por meio de decreto.

Art. 34- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis-PR, 31 de março de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:5CF313B6

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.291/2026 - RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ SUBSCRITORES, COM A FINALIDADE DE FORMALIZAR A CONSTITUIÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS

LEI nº 1.291/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026

EMENTA: Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Câmara Municipal de Adrianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ratificado, nos termos daLei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005e seuDecreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º - Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3º- O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º- Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 31 de Março de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:9FEF1F14

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1292/2026 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

LEI Nº 1292/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2025

Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), e dá outras providências"

A Câmara Municipal de Adrianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de **R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais),** e demais suplementações que fizerem necessárias, integrando e alterando a Lei nº 1.282/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.

Art. 2º - A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

16.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA.
03 – Departamento da Pessoa Idosa.
14.241.0011.1.181 - REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA – ESPAÇO IDOSO.

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	11107	OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 450.000,00
	R$ 450.000,00		

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso 11107 - Resolução SEMIPI nº 25/2025 - Reforma do Centro de Convivência.

Art. 4º- O valor que trata esta Lei, não será computado para efeitos do artigo 7°, da Lei Municipal nº 1.284 de 19 de dezembro de 2025.

Art. 5º- Ficam alteradas as leis nº 1.283/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e nº 1.282/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas e Projetos/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 31 de Março de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:1CE71CE4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 232/2026 - COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E OU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA nº 232/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre nomeação da COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E OU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Art. 168 da Lei Municipal 465/94 – Estatuto do Servidor Público...
Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º - Ficam nomeados os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a **COMISSÃO DE SINDICANCIA E OU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, contra a Servidora Pública Municipal – **V.O.P.**

JACKSON FELIX FILIPAK	**RG nº 8.821.826-4 PR**
ERIK FRANCIS PEREIRA DA LUZ **JULIANO CARVALHO DE DEUS**	**RG nº 7.853.226-2 PR** **RG nº 5.405.696-6 PR**

PARAGRAFO ÚNICO – A Comissão de que trata esta Portaria, terá a seguinte atribuição:
Analisar fatos relacionados a regularidade do cumprimento da jornada de trabalho, do registro de ponto e da documentação apresentada para justificativa de ausência de trabalho.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especificamente a Portaria nº 182/2026 de 10 de Março de 2026.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 31 de Março de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:D3E3795A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMS

RESOLUÇÃO CMS Nº 04/2026, de 31 de março de 2026

Aprovação do Dispositivo IMPLANON, fornecido pelo Ministério da Saúde, pelo SUS com critérios de prioridade – Agudos do Sul/Pr;

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Agudos do Sul-PR, em reunião Ordinária, realizada em 31 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 384/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar dispositivo de longa duração contraceptivo IMPLANON, fornecido pelo Ministério da Saúde, seguimos a liberação dos mesmos, pelo SUS com critérios de prioridade, visando mulheres em vulnerabilidade social, com transtorno mentais graves, HIV;

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 31 de março de 2026.

DENIZETE OLIVEIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:D3D47819

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
COMUNICADO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DAS LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EXISTENTES POR LUMINÁRIAS EM LED, INCLUINDO A TROCA DE BRAÇOS, SUPORTES, CABOS E DEMAIS ACESSÓRIOS, BEM COMO O DESCARTE ADEQUADO DOS EQUIPAMENTOS SUBSTITUÍDOS COM EMISSÃO DE CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO FINAL (CDF) E INSTALAÇÃO DE PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL".**

Senhores Licitantes,

Em atendimento ao memorando nº 0168/2026, expedido pela Secretaria Municipal de Obras e infraestrutura, o qual segue anexo, informamos que o presente processo licitatório encontra-se *temporariamente* **SUSPENSO**, a fim de possibilitar análise mais aprofundada dos esclarecimentos apresentados pelas empresas MAGNETICA ENGENHARIA S/A – (CNPJ nº 30.698.733/0001-02) e GABRIEL MEROLLI (CPF nº 101.589.989-79).

Ressaltamos que os referidos esclarecimentos encontram-se devidamente disponibilizadas para consulta na plataforma BNC, bem como no Portal da Transparência referente ao presente processo licitatório.

Atenciosamente,

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

PEDRO MOECKE
Agente de Contratação Responsável / Pregoeiro

Publicado por:
Pedro Juergen Moecke
Código Identificador:A7F67A34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 084/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 084/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 084/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA UNIÃO NUTRICIONAL LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, FÓRMULAS ENTERAIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E MÓDULOS NUTRICIONAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE DIETAS ESPECIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O prazo de execução será de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 300.547,20 (trezentos mil, quinhentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).**

Data de Assinatura: 25.03.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.32.00 – 1000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
3.3.90.32.00 – 1303 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:4CE7AE85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 087/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 087/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 087/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVIÇOS.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, FÓRMULAS ENTERAIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E MÓDULOS NUTRICIONAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE DIETAS ESPECIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O prazo de execução será de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 7.680,00 (sete mil, seiscentos e oitenta reais).**

Data de Assinatura: 25.03.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.32.00 – 1000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
3.3.90.32.00 – 1303 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:0CC99645

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 088/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 088/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 088/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA MN NUTRIÇÃO LTDA - ME.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, FÓRMULAS ENTERAIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E MÓDULOS NUTRICIONAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE DIETAS ESPECIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O prazo de execução será de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 74.959,20 (setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos).**

Data de Assinatura: 25.03.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.32.00 – 1000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
3.3.90.32.00 – 1303 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:A5BEE8C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 090/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 090/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 090/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, FÓRMULAS ENTERAIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E MÓDULOS NUTRICIONAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE DIETAS ESPECIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O prazo de execução será de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 36.880,00 (trinta e seis mil oitocentos e oitenta reais).**

Data de Assinatura: 25.03.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.32.00 – 1000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
3.3.90.32.00 – 1303 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:8465F964

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 019/2026

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 019/2026
PROTOCOLO Nº 0018.000003463/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento nas disposições do Artigo 74, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alicerçado no Parecer Jurídico, pelo presente ato, RATIFICA a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026 visando a " CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO KIT PARA SISTEMAS DE MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE FONTE PRIMARIA SOLAR (ON-GRID) PARA A PLANTA DE SOLO DE 155 KWP A SER INSTALADA NO PARQUE ANÍBAL KHURY EM ALMIRANTE TAMANDARÉ – PR" em favor da empresa DANT ELETRICIDADE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº nº02.951.469/0001-31, com o valor global de R$ 999.750,00 (novecentos e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta reais), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Previdência.

Publique-se o presente no prazo de 5 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Freitas Corrazo
Código Identificador:4114024B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026

PROTOCOLO 0018.000003736/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento nas disposições do Artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alicerçado no Parecer Jurídico, pelo presente ato, **RATIFICA a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** visando a **"CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL – GABRIELA ROCHA, PARA REALIZAÇÃO DE 01 (UM) SHOW ARTÍSTICO, NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2026, COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 01H30MIN, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR",** em favor da empresa **CRIATIVE AGENCIAMENTO LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 63.712.077/0001-04**, com o valor global de **R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:E150624D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 012/2025

PROTOCOLO 0018.000004439/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é "**AQUISIÇÃO DE UMA (01) ROÇADEIRA ARTICULADA ACOPLADA AO TRATOR.",** em favor da empresa **CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 04.742.267/0001-05,** com o valor global de **R$ 55.990,00 (cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa reais)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Freitas Corrazo
Código Identificador:16C3DBA5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 020/2026

PROTOCOLO 0018.000004003/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ",** a favor da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60,** com o valor global de **R$ 35.980,85 (trinta e cinco mil novecentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Freitas Corrazo
Código Identificador:B6E4C104

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 021/2026

PROTOCOLO 0018.000002646/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é o **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, COMPREENDENDO: (I) REFORMA PREDIAL DO IMÓVEL DENOMINADO CASA SANTA MARIA; (II) IMPLANTAÇÃO E FIXAÇÃO DE ESTRUTURAS DE COBERTURA DESTINADAS AO ABRIGO DE USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO.",** a favor da empresa **PALMAS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 50.432.024/0001-98,** com o valor global de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Previdência. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Freitas Corrazo
Código Identificador:36D2C9BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018.2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026

PROTOCOLO 0018.000002127/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento nas disposições do Artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alicerçado no Parecer Jurídico, pelo presente ato, **RATIFICA a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** visando a **"CONTRATAÇÃO CURSO DE CAPACITAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ATUAM DIRETAMENTE NA FASE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, ESPECIALMENTE NA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD), ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP), MAPA DE RISCOS E TERMO DE REFERÊNCIA (TR), EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021.",** em favor da empresa **INSTITUTO LICIDATA TREINAMENTOS LTDA.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 48.941.653/0001-00**, com o valor global de **R$ 47.600,00 (quarenta e sete mil e seiscentos reais)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Previdência. Publique-se o presente no prazo de 5 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Freitas Corrazo
Código Identificador:ED4006F0

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/2025

Número Do Processo: 0018.000003826/2026.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ENCONTRO COM DEUS (ECD)
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e o reajuste do valor do Contrato Administrativo nº 100/2025, que visa à: "prestação de serviço de acolhimento para mulheres, com filhos ou sem, em situação de risco pessoal, social ou de ameaças em razão de violência doméstica e familiar"
CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
O prazo de vigência do Contrato nº 100/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 09 de abril de 2026 e término em 08 de abril de 2027, em conformidade com o artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DO REAJUSTE
O valor da diária para a prestação do serviço objeto do contrato fica reajustado, passando de R$ 166,66 (cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos) para R$173,77 (cento e setenta e três reais e setenta e sete centavos).
Parágrafo Primeiro. O reajuste foi calculado com base na variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme previsto na Cláusula Segunda do contrato original e oficializado pela Portaria nº 02/2026 do COMESP.
Parágrafo Segundo. O valor total estimado do contrato para o período de 12 (doze) meses de prorrogação passa a ser de R$ 63.426,05 (sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinco centavos), considerando a estimativa de 365 diárias.

Data da Assinatura: 17/03/2026.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:C60291CE

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 378/2025

Número Do Processo: 0018.000003887/2026.
OBJETO: Execução de pavimentação de via urbana em CBUQ com área de 2.342,04 m², considerando serviços preliminares, terraplanagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos e placas de comunicação visual.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E PRISMA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO QUANTITATIVA

Fica alterado o objeto do Contrato nº 378/2025 para registrar um acréscimo de serviços no valor de R$40.670,92 (quarenta mil, seiscentos e setenta reais e noventa e dois centavos), correspondente a 7,49% do valor inicial do contrato, e uma supressão de serviços no valor de R$ 45.906,19 (quarenta e cinco mil, novecentos e seis reais e dezenove centavos), correspondente a 8,97% do valor inicial, conforme planilhas e justificativas constantes no Parecer Técnico nº 20260309-001.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO NOVO VALOR DO CONTRATO

Em decorrência da alteração prevista na Cláusula Primeira, o valor global do contrato sofre uma supressão líquida, conforme demonstrado no Memorando nº 058/2026 – SMF, da Secretaria Municipal da Fazenda:

Valor Original do Contrato: R$ 511.994,04
Valor da Supressão Líquida: 5.235,27
Novo Valor Global do Contrato: 506.758,77

Data da Assinatura: 24/03/2025.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:002F7697

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 487/2025

Número Do Processo: 0018.000003607/2026.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E BETHA SISTEMAS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 487/2025, cujo objeto é a "contratação emergencial de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos"

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 487/2025 fica prorrogado por 90 (noventa) dias, com início em 20 de março de 2026 e término em 19 de junho de 2026.

Data da Assinatura: 26/03/2026.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:36B0304D

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 137/2023

Número Do Processo: 0018.000003530/2026.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de manutenção, suporte técnico e operativo ao programa da Secretaria Municipal de Habitação.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E BETHA SISTEMAS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VIGÊNCIA

Prorrogam-se os prazos de execução e vigência do Contrato nº 137/2023 pelo período de 09 de março de 2026 a 09 de junho de 2026, ou até a conclusão do Processo Licitatório nº 20854/2025 e efetiva implantação do novo sistema, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor para o período prorrogado, previsto na Cláusula Primeira, é de R$ 5.244,15 (cinco mil, duzentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos).

Data da Assinatura: 05/03/2026.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:5BC3E963

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2026

Dispõe sobre os procedimentos e critérios de matrícula e estabelece diretrizes para a organização administrativa e pedagógica da Jornada Ampliada nas unidades educacionais que ofertam Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Educação de Almirante Tamandaré.

A Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelece por meio da presente Instrução Normativa, os critérios que devem ser adotados no processo de efetivação de matrícula, bem como as diretrizes para a organização administrativa e pedagógica da Jornada Ampliada nas unidades educacionais que ofertam Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Educação de Almirante Tamandaré. CONSIDERANDO:

Considerando o Art. 6º da Constituição Federal de 1988, dispõe que "são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados";

Considerando o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que " a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho";

Considerando o Art. 208 Inciso VII da Constituição Federal de 1988, estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático , transporte escolar, alimentação escolar e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009);

Considerando o Art. 217 da Constituição Federal de 1988, que assegura que "é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um", reforçando o compromisso de democratizar o acesso às atividades esportivas como parte da formação integral de crianças, adolescentes e jovens;

Considerando o Art. 227 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão";

Considerando a Lei Federal Nº 8.069, de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. A referida lei define crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado;

Considerando o Art. 1° da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 que dispõe que "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência comunitária, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais";
Considerando a Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2015-2024 aprovado pela Lei Nº 13.005/2014 e contemplada na Lei Ordinária Nº 1842 de 23 de junho de 2015 - Plano Municipal de Educação (PME) de Almirante Tamandaré, "Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica";

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e dispõe sobre a indissociabilidade entre educar e cuidar, bem como a organização dos tempos, espaços e rotinas respeitando as necessidades das crianças;

Considerando a Lei nº 13.445/2017, que assegura aos migrantes e seus familiares o acesso a direitos e serviços públicos, inclusive à educação, em igualdade de condições com os nacionais, vedada qualquer forma de discriminação;

Considerando a Lei Federal N.º14.640, 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral e a Portaria Nº 1495 que dispõe sobre adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em Tempo Integral;

Considerando a Instrução Normativa Nº 05/2025, CEE/PR, que dispõe sobre a implantação e/ou regulamentação da oferta da Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único e Atividades de Ampliação de Jornada Escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

Considerando o Decreto Municipal nº 067/2025, que institui e regulamenta a Política Municipal de Educação para as Relações Étnicos Raciais – ERER, no município de Almirante Tamandaré/PR;

Considerando a Resolução nº 7/2025, CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

Considerando a Lei Ordinária Nº 2.398/2023, que dispõe sobre o Currículo da Rede Municipal de Educação de Almirante Tamandaré, que institui a necessidade de ampliação da vivência educacional dos educandos, de modo a promover, além do aumento da jornada, a oferta de práticas pedagógicas intencionais nos diversos espaços e aprendizagens da unidade educacional e do Território, visando o desenvolvimento da integralidade dos sujeitos;

Considerando o Decreto Municipal Nº 009/2026, que institui e regulamenta a Política Municipal de Educação Integral de Almirante Tamandaré;

Considerando a Instrução Normativa nº 04/2026, que dispõe sobre o momento do descanso e sono dos educandos matriculados em período integral na etapa da Educação Infantil e Educação Integral em Tempo Integral nas unidades educacionais da Rede Municipal da Educação de Almirante Tamandaré/PR.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º Instituir procedimentos e critérios para a efetivação das matrículas, bem como as diretrizes para a organização administrativa e pedagógica da Jornada Ampliada nas unidades educacionais da Rede Municipal de Educação que ofertam Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 2º A Educação Integral em Tempo Integral tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento integral dos educandos nas dimensões biopsicossocial e espiritual, por meio da ampliação do tempo de permanência dos educandos nas unidades educacionais.

Parágrafo único: A Educação em Tempo Integral contribuirá para a redução das desigualdades educacionais relacionadas a raça, sexo e nível socioeconômico, bem como para o fortalecimento das modalidades de ensino, por meio da adequação do ambiente educacional e a ampliação de conhecimentos e saberes imprescindíveis para o desenvolvimento integral dos educandos.

Art. 3º O processo de efetivação da matrícula dos educandos para a Jornada Ampliada observará critérios definidos nesta Instrução Normativa, assegurando transparência, equidade e prioridade aos educandos em situação de maior vulnerabilidade social, quando aplicável.

Art. 4º A Educação Integral em Tempo Integral caracteriza-se pela ampliação do tempo de permanência do educando na unidade educacional ou sob sua responsabilidade, sendo ofertada nos seguintes espaços educacionais:

I. Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI);
II. Escola Municipal exclusiva em tempo integral;
III. Escola Municipal mista em tempo integral e parcial;
IV. Instituição parceira certificada/conveniada pela SME;
V. Equipamentos públicos de outras secretarias municipais;

Art. 5º Nas unidades educacionais exclusivas em Tempo Integral (escolas), caracterizadas pela oferta da totalidade das matrículas e turmas em Jornada Ampliada, a carga horária diária será de 9 (nove) horas, totalizando, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas anuais, distribuídas em, no mínimo 200 (duzentos) dias letivos.

§ 1º O educando permanecerá na unidade educacional durante o período de almoço, sendo a Alimentação Escolar ofertada na própria unidade, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

§ 2º O atendimento aos educandos nas unidades educacionais, ocorrerá de segunda a quinta-feira, no período das 8h às 17h, e às sextas-feiras, das 8h às 13h, incluindo o horário de alimentação, que será ofertado na própria unidade, em conformidade com as diretrizes do PNAE.

Art. 6º Nas unidades educacionais exclusivas em Tempo Integral (CMEI), o atendimento ocorrerá de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h, totalizando 11 (onze) horas diárias, incluindo o horário de alimentação, que será ofertado na própria unidade, em conformidade com as diretrizes do PNAE.

Art. 7º Nas unidades educacionais mistas, caracterizadas pela oferta parcial de matrículas em Jornada Ampliada, a carga horária será 9 (nove) horas diárias, totalizando, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas anuais, distribuídas em, no mínimo 200 (duzentos) dias letivos.

§ 1º A carga horária da Jornada Ampliada, somada à carga horária do ensino/turno regular de escolarização, igualmente fixada em 800 (oitocentas) horas anuais, totalizará, no mínimo, 1.600 (mil e seiscentas) horas anuais.

§ 2º O educando(a) permanecerá na unidade educacional durante o horário de almoço, sendo a alimentação ofertada na própria unidade ou em espaço adequado no Território, em conformidade com as diretrizes do PNAE.

§ 3º A Jornada Ampliada nas unidades educacionais mistas ocorrerá 4 (quatro) dias por semana, no período matutino das 8h às 13h e ou no período vespertino das 12h às 17h.

§ 4º Deverá ser considerado, na contagem da carga horária, o tempo de deslocamento dos(as) educandos(as) entre a unidade educacional e

a instituição parceira devidamente certificada ou conveniada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), assegurando o acompanhamento, segurança e a responsabilidade pelos(as) educandos(as) durante todo o percurso, conforme regulamentação da SME, mediante autorização prévia e formal dos pais e/ou responsáveis legais.

§ 5º O(a) educando(a) matriculado(a) nas turmas de Jornada Ampliada deverá cumprir a carga horária estabelecida no Regimento Escolar da unidade educacional, conforme legislação vigente, frequentando regularmente os períodos matutino e vespertino.

§ 6º Não será permitido o(a) educando(a) ausentar-se de quaisquer dos períodos da Jornada Ampliada, sendo as ausências justificadas apenas mediante apresentação de atestado ou declaração médica, ou outros documentos devidamente comprovados e aceitos pela unidade educacional.

Art 7º A oferta da Jornada Ampliada destina-se aos educandos regularmente matriculados na Rede Municipal de Educação, conforme a disponibilidade de vagas nas unidades educacionais.

Art. 8º A organização do trabalho pedagógico nas unidades educacionais deverá assegurar a indissociabilidade entre cuidar e educar, garantindo a realização de práticas pedagógicas intencionais que contemplem o acolhimento, a higiene, a alimentação, o descanso, a socialização e a escuta ativa dos educandos, configurando-se como ações pedagógicas de cuidado e proteção integradas ao processo educativo e ao desenvolvimento integral dos educandos.

Art. 9º A proposta pedagógica curricular, deve contemplar as Áreas do Conhecimento e Componentes Curriculares integrando a Parte Diversificada (PD) , os quais deverão constar no Projeto Político-Pedagógico da unidade educacional que oferta a Educação Integral em Tempo Integral.

A**rt. 10** As práticas desenvolvidas nas unidades educacionais deverão ser planejadas e implementadas com intencionalidade pedagógica, contemplando as Áreas do Conhecimento e Componentes Curriculares integrados No e Com o Território alicerçadas no Currículo da Rede Municipal de Educação.

Art. 11 O Coordenador Pedagógico de Referência da unidade educacional organizará a grade curricular com a distribuição das Áreas do Conhecimento e Componentes Curriculares da Parte Diversificada (PD) durante a semana, assegurando a efetivação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento pleno - biopsicossocial e espiritual.

Parágrafo único: Os trabalhadores devidamente habilitados e responsáveis por estas Áreas do Conhecimento e Componentes Curriculares da Parte Diversificada (PD), atuarão conforme cronograma específico destinado a ampliação da jornada, observando os objetivos de aprendizagem.

Art. 12 A proposta de Educação Integral em Tempo Integral compreenderá, em sua organização da rotina, momentos de higiene, alimentação, descanso, práticas de autonomia e cuidado com os espaços coletivos, bem como o desenvolvimento de oficinas, as quais deverão ser contempladas no Projeto Político-Pedagógico das unidades educacionais.

Parágrafo único. Os momentos que compõem a rotina deverão ser organizados de forma intencional e integrada, considerando a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, reconhecendo todos os tempos e espaços como educativos, de modo a promover o desenvolvimento integral dos(as) educandos(as), por meio de práticas pedagógicas que contemplem a convivência, hábitos de saúde e bem-estar, articulando os objetivos de aprendizagem com o território educativo no qual a unidade educacional está inserida.

Art. 13 Apoiar os(as) educandos(as) participantes de projetos e iniciativas esportivas, culturais e artísticas, de modo a assegurar o cumprimento de compromissos relacionados a treinos, competições, ensaios e apresentações, mediante apresentação de declaração de participação emitida pelos responsáveis pelo projeto ou iniciativa, contendo a data de matrícula, a descrição das atividades desenvolvidas, bem como dias, horários de participação, assinatura e carimbo do responsável.

§ 1º A declaração deverá ser atualizada sempre que houver alteração nas informações apresentadas, especialmente quanto aos dias e horários das atividades.

§ 2º A unidade educacional deverá analisar e validar a declaração apresentada, considerando a compatibilidade com a organização da jornada escolar e o direito à aprendizagem do educando.

§ 3º O atendimento ao disposto neste artigo não poderá comprometer a participação do educando nas atividades pedagógicas obrigatórias.

§ 4º A unidade educacional poderá, quando necessário, solicitar documentos complementares ou realizar contato com os responsáveis pelo projeto ou iniciativa, a fim de verificar a veracidade das informações prestadas.

Art. 14 Assegurar apoio aos educandos que estejam em acompanhamento pelos serviços de saúde e de assistência social, de modo a viabilizar o comparecimento a consultas, atendimentos e demais compromissos relacionados.

I. Mediante apresentação de comprovante de agendamento ou declaração de comparecimento emitida pelo serviço responsável.
II. Com comunicação prévia à unidade educacional pela família ou responsável legal, sempre que possível.

§ 1º As ausências decorrentes das situações previstas neste artigo deverão ser devidamente justificadas e registradas pela unidade educacional.

§ 2º A unidade educacional deverá garantir estratégias de reposição ou acompanhamento das atividades pedagógicas, de modo a não prejudicar o processo de aprendizagem do educando.

Art. 15 A ampliação da jornada atenderá turmas da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

Art. 16 Recomenda-se o quantitativo de educandos(as) por turma, conforme discriminado a seguir:

I. Unidade Educacional Exclusiva:
a) 1º e 2º anos – 25 (vinte e cinco) educandos;
b) 3º, 4º e 5º anos – 30 (trinta) educandos.

II. Unidade Educacional Mista:
Ciclos I e II – até 25 (vinte e cinco) educandos por turma.

§ 1º A definição do quantitativo de educandos(as) por turma poderá ser ajustado a cada ano letivo, conforme a demanda de matrícula, à capacidade e condições da infraestrutura física das unidades educacionais e as diretrizes da SME.

§ 2º As turmas da etapa da Educação Infantil, seguem as orientações da Deliberação 06/2025 do CEE/PR.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS PARA AS MATRÍCULAS

Art. 17 O processo de seleção para matrícula dos(as) educandos(as) na Educação em Tempo Integral nas unidades educacionais da Rede Municipal de Educação, observará critérios técnicos, sociais e pedagógicos, visando garantir o acesso equitativo às vagas disponíveis.

§ 1º Terão prioridade no atendimento os educandos que atendam a um ou mais critérios, na seguinte ordem:

1º Educandos da Rede Municipal de Educação acompanhados pela Rede de Proteção, em situação de violências ou violações de direitos, beneficiários de medida de proteção ou incluídos em Programas de Atendimento Familiar, Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF e Programa de Atendimento Especializado Família e Indivíduos PAEFI;
2º Educandos pertencentes a famílias inscritas em programas de transferência de renda, tais como o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

3º Educandos que apresentam defasagem no processo de aprendizagem, identificada na Avaliação Diagnóstica, realizada pelo Coordenador Pedagógico em parceria com o professor regente do educando, a fim de observar também a dimensão integral do educando, considerando a necessidade de ampliação no tempo de permanência na unidade educacional, proporcionando outras oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem;

4º Situações de ausência ou fragilidade de rede de apoio familiar, especialmente nos casos de educandos com irmãos com necessidades educacionais específicas que demandem acompanhamento terapêutico contínuo;

5º Educandos filho(a) de mãe/pai solo sem rede de apoio ou rede de apoio fragilizada;

6º Educandos negros, pardos, indígenas, quilombolas, imigrantes, apátridas e refugiados;

7º Educandas do gênero feminino em até 50% (cinquenta por cento) das vagas disponíveis;

8º Educandos em defasagem idade/série;

9º Educandos identificados com agravos no estado nutricional (magreza acentuada, magreza, obesidade e obesidade grave) em avaliação antropométrica realizada na unidade educacional;

10º Educandos com guarda provisória sob responsabilidade da família extensa.

§ 2º Nas unidades educacionais de atendimento exclusivo em Educação Integral em Tempo Integral, será adotado como critério prioritário de seleção, residir no Território de abrangência da unidade educacional.

§ 3º Priorizar, como critério, a transferência de educando(a) já matriculado(a) em regime de Educação Integral em Tempo Integral, oriundo(a) de outra unidade educacional da Rede Municipal de Educação que oferte o referido atendimento, mediante disponibilidade de vaga, visando à continuidade do percurso formativo.

§ 4º Em caso de inscrições superior ao número de vagas ofertadas, a unidade educacional deverá:

I. aplicar os critérios de prioridade estabelecidos neste artigo, conforme a ordem de relevância;
II. realizar análise documental comprobatória;
III. constituir lista de classificação e lista de espera, garantindo transparência no processo;
IV. divulgar os resultados, resguardando os dados pessoais dos educandos;

§ 5º A gestão da unidade educacional em consonância com o Conselho Escolar deverá, a qualquer tempo, reavaliar a lista de espera, considerando a necessidade de maior priorização do atendimento aos educandos que atendam aos critérios estabelecidos, nesta Instrução Normativa ou conforme recomendação da SME em casos específicos, procedendo à devida atualização da ordem de atendimento e aos encaminhamentos necessários.

CAPÍTULO III
DA SELEÇÃO, VALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA VAGA

Art. 18 A seleção dos(as) educandos(as) a serem matriculados nas turmas das de Jornada Ampliada será organizada pela gestão educacional e validada pelo Conselho Escolar da unidade educacional, conforme os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 19 A desistência da vaga ocorrerá nas seguintes situações:

I. quando a família e/ou responsável legal abdicar da vaga ofertada pela unidade educacional, mediante apresentação de justificativa;
II. transferido(a) para outra unidade educacional da Rede Municipal de Educação ou para outra rede de ensino.

Art. 20 Em caso de desistência da matrícula do(a) educando(a) na Jornada Ampliada das unidades educacionais Mistas, os pais ou responsáveis legais deverão manifestar o interesse à unidade educacional.

§ 1º A unidade deverá registrar em ata a justificativa apresentada e realizar mediação com a família, com o objetivo de evitar a desistência, garantindo o direito de acesso e permanência do(a) educando(a).

§ 2º Nos casos de educandos acompanhados pela Rede de Proteção, em que houver desistência da vaga, a unidade educacional deverá encaminhar cópia da ata e do Termo de Desistência (Anexo I) aos órgãos competentes da Rede de Proteção e aguardar o retorno, antes de cancelar a vaga do educando na jornada ampliada.

§ 3º A vaga pode ser ofertada à família considerando o princípio do melhor interesse da criança, consolidado no art. 3º do ECA (Lei 8.069/90) e art. 227 da Constituição, determina que todas as ações e decisões administrativas devem priorizar o desenvolvimento, dignidade e proteção integral do menor. Ele sobrepõe o bem-estar da criança aos interesses dos pais ou de terceiros.

§ 4º Caso a decisão de desistência seja mantida, deverá ser preenchido o Termo de Desistência (Anexo I), devidamente assinado pelos responsáveis legais.

§ 5º Após a formalização da desistência, a vaga será disponibilizada para outro educando da lista de espera.

Parágrafo único. Em hipótese alguma, a desistência à vaga poderá estar fundamentada em justificativas que indiquem possíveis violações de direitos, devendo, nesses casos, a unidade educacional proceder aos devidos encaminhamentos aos órgãos competentes de proteção, bem como registrar a situação e adotar as providências cabíveis no âmbito da Rede Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV
DA MATRÍCULA, FREQUÊNCIA E BUSCA ATIVA

Art. 21 No ato da matrícula nas unidades educacionais mistas, os pais ou responsável legal deverá assinar o Termo de Compromisso proposto pela unidade educacional referente à frequência do(a) educando(a), conforme Anexo II.

Art. 22 As matrículas nas unidades educacionais exclusivas (escolas) deverão seguir os critérios estabelecidos no art. 17, desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Nas unidades educacionais em Tempo Integral Exclusiva, a desistência da matrícula será efetivada somente mediante solicitação formal de transferência do(a) educando(a) para outra unidade educacional, acompanhada da devida declaração de vaga.

Art. 23 As matrículas e desistências nas unidades educacionais exclusivas (CMEI) deverão seguir orientações e legislações específicas.

Art. 24 A matrícula ou rematrícula na Educação em Tempo Integral, realizada em instituição parceira certificada/conveniada pela SME para atendimento dos educandos em Jornada Ampliada, deverá ser

efetuada diretamente pelos pais ou responsáveis legais junto à instituição parceira.

§ 1º Após a confirmação da matrícula, a instituição parceira emitirá atestado de matrícula na Jornada Ampliada nas unidades educacionais vinculadas à parceria, mediante os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa, encaminhando-o diretamente a unidade educacional de origem, a qual deverá registrar a matrícula no sistema Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE e Livro Registro de Classe Online - LRCO. (Anexo III)

§ 2º Caso haja desistência da matrícula, seguir as orientações que consta no art. 19 desta Instrução Normativa, informando a unidade educacional da matrícula regular por meio de ofício para a exclusão da matrícula da jornada ampliada no sistema SERE.

Art. 25 A gestão da unidade educacional será responsável por acompanhar a frequência e fazer a busca ativa dos educandos da Jornada Ampliada, assegurando a permanência na Educação em Tempo Integral, seguindo orientações e legislações já aplicadas nas matrículas regulares.

Art. 26 Assegurar, sempre que possível, a continuidade da matrícula em Educação em Tempo Integral ao longo das etapas da Educação Básica.

I. Nos casos de transferência do(a) educando(a) para outra unidade educacional da Rede Municipal de Educação que oferta Educação em Tempo Integral.
II. A continuidade da oferta de Educação em Tempo Integral na Rede Estadual de Ensino será assegurada, sempre que possível, considerando o georreferenciamento do(a) educando(a).

§ 1º A continuidade de que trata este artigo estará condicionada à existência de vaga na unidade educacional de destino.

§ 2º A unidade educacional deverá orientar a família quanto às possibilidades de continuidade do atendimento em tempo integral, no âmbito da rede municipal e estadual.

§ 3º Para fins do disposto no inciso II, deverá ser considerada a proximidade da unidade educacional em relação à residência do(a) educando(a), visando garantir o acesso e a permanência.

CAPÍTULO V
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA JORNADA

Art. 27 Para garantir a execução das propostas da Educação Integral em Tempo Integral, os profissionais que atuarão na jornada ampliada serão selecionados e vinculados conforme a natureza das atividades desenvolvidas, observadas as necessidades pedagógicas da unidade educacional e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Havendo participação voluntária, deverá ser observado o disposto na Lei Federal nº 9.608/1998, que regula o serviço voluntário, mediante formalização de termo de adesão e definição clara das atividades a serem desenvolvidas, desde que o voluntário atue com acompanhamento do professor habilitado para a docência ou coordenador pedagógico de referência, em consonância com o Currículo da Rede Municipal de Educação.

§ 2º Poderá ser admitida a atuação de profissionais com notório saber para o desenvolvimento de oficinas, atividades complementares e práticas pedagógicas integradas, desde que comprovada experiência e reconhecida competência na área de atuação, em consonância com o Currículo da Rede Municipal de Educação, não substituindo, em nenhuma hipótese, o profissional habilitado para a docência.

§ 3º Nas atividades desenvolvidas em parceria com outras Secretarias Municipais, a SME deverá formalizar a participação por meio de instrumento próprio, com definição das responsabilidades entre as partes, garantindo que os parceiros atuem com acompanhamento do professor habilitado para a docência ou coordenador pedagógico de referência, em consonância com o Currículo da Rede Municipal de Educação.

§ 4º A atuação dos profissionais na jornada ampliada deverá estar integrada ao planejamento pedagógico da unidade educacional, assegurando a intencionalidade educativa, a articulação com o currículo e a qualidade das práticas desenvolvidas.

Art. 28 Nas unidades educacionais da Educação Integral em Tempo Integral, institui-se a função de Coordenador Pedagógico Referência da Jornada Ampliada como parte integrante da equipe gestora da unidade educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, podendo ser composta por dois padrões efetivos de 20 horas cada ou por um padrão efetivo de 20h, acrescido de mais um padrão de 20h por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Parágrafo único. Constitui função do Coordenador Pedagógico de Referência da Jornada Ampliada será integrar as Áreas do Conhecimento dos Componentes Curriculares da Parte Diversificada, assegurando o diálogo, o acompanhamento das aprendizagens e a efetivação do Direito à Educação, sem prejuízo de outras atribuições inerentes à função, conforme regulamentação da SME.

Art. 29 Nas unidades educacionais de Educação em Tempo Integral, institui-se a função de Professor da Parte Diversificada, com carga horária de 40 (quarenta) ou 20 (vinte) horas semanais, com habilitação em cursos de licenciaturas, tais como: Pedagogia, Educação Física, Artes Visuais, Música, Ciências da Natureza, Geografia, Dança, Teatro, História, Computação/Informática entre outras, conforme a etapa e componente curricular de atuação.

Art. 30 Compete ao Professor da Parte Diversificada mediar as práticas pedagógicas integradas, assegurando a articulação entre as Áreas do Conhecimento e Componentes Curriculares da Educação em Tempo Integral, com intencionalidade pedagógica, visando ao desenvolvimento integral dos educandos.

§ 1º No âmbito pedagógico, compete ao professor:

I. educar e cuidar de forma indissociável;
II. planejar práticas pedagógicas integradas, em articulação com os componentes curriculares da formação básica e a parte diversificada;
III. acompanhar e avaliar as aprendizagens dos educandos, garantindo intervenções pedagógicas quando necessárias.

§ 2º No âmbito administrativo, compete ao professor:

I. realizar o registro de frequência no Livro de Registro de Classe Online (LRCO);
II. manter atualizados os registros pedagógicos, conforme regulamentação vigente da SME.

CAPÍTULO VI
ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

Art. 31 O acompanhamento e monitoramento das ações da Educação em Tempo Integral serão realizadas por meio de instrumentos sistemáticos, com a finalidade de subsidiar a avaliação e o replanejamento das práticas pedagógicas.

§ 1º Constituem instrumentos de acompanhamento e monitoramento:

I. planejamentos pedagógicos e registros das atividades desenvolvidas;
II.relatórios periódicos elaborados pelos trabalhadores da unidade educacional;
III. controle de frequência e participação dos educandos;
IV. registros avaliativos do desenvolvimento integral dos educandos;
V. atas de reuniões pedagógicas e do Conselho Escolar;
VI.observação in loco das atividades;
VII. devolutivas pedagógicas e processos de replanejamento;
VIII. sistemas informatizados de gestão educacional, quando disponíveis.

§ 2º Os registros e instrumentos de monitoramento deverão ser organizados e mantidos atualizados pela unidade educacional, garantindo sua sistematização, transparência e disponibilidade para acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º Os resultados do monitoramento deverão ser utilizados para:

I. reorientação das práticas pedagógicas;
II. tomada de decisão pela equipe gestora;
III. qualificação da atuação dos profissionais envolvidos;
IV. aprimoramento das ações da Educação Integral em Tempo Integral;
V. fortalecimento da articulação entre a unidade educacional, as famílias e a comunidade.

Art. 32 A avaliação da Educação Integral em Tempo Integral deverá ocorrer de forma contínua, processual e participativa, tendo como finalidade qualificar as práticas pedagógicas, fortalecer a política pública e garantir o desenvolvimento integral dos educandos.

§ 1º A avaliação deverá considerar:

I. a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas na jornada ampliada;
II. a articulação entre o currículo e as Práticas Pedagógicas Integradas;
III. o desenvolvimento integral dos educandos, considerando as dimensões: biológica, psicológica, social e espiritual;
lV. a frequência, a participação e a permanência dos educandos;
V. a atuação dos profissionais envolvidos na jornada ampliada;
VI. a integração entre a unidade educacional, as famílias e a comunidade;
VII. a articulação das práticas no e com o território.

§ 2º A avaliação deverá subsidiar:

I. o replanejamento das ações pedagógicas;
II. a qualificação da aprendizagem contínua dos profissionais;
III. o aprimoramento das estratégias de acompanhamento e monitoramento;
IV. o fortalecimento da Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Educação;
V. a tomada de decisões pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir instrumentos específicos de avaliação da Educação Integral em Tempo Integral, observadas as diretrizes da política educacional vigente e as especificidades das unidades educacionais e dos territórios.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 34 Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogado a Normativa nº 002/2024.

Almirante Tamandaré, 31 de março de 2026.

ADRIANE DE FÁTIMA TREVISAN
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA NAS UNIDADES EDUCACIONAIS MISTAS

Eu,.....RG……..
responsável legal pelo(a)educando(a),.....
regularmente matriculado na turma……., estou ciente que de que o(a) mesmo(a) está sendo desligado da Educação em Tempo Integral nas unidades educacionais mistas pelo seguinte motivo:

( ) a família em acordo com o educando abdica da vaga, mediante justificativa.

( ) foi transferido(a) para outra unidade educacional da Rede Municipal de Educação ou para outra rede de ensino.

( ) outros:

Fico ciente também que o educando, após a desistência da vaga de Educação Integral em Tempo Integral, deverá continuar a frequentar as aulas em turno regular, conforme legislação vigente, exceto para os casos que se enquadram nos itens II do art. 19 desta Instrução Normativa.
Todas as condicionalidades para a desistência da vaga do educando das atividades de Educação Integral em Tempo Integral nas unidades educacionais que ofertam Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Educação de Almirante Tamandaré estão vinculadas à Instrução Normativa Nº 05/2026.

Nome e assinatura dos pais ou responsável legal do educando(a):

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS

Unidade
Educacional:.....

1. Horários de entrada e saída:

Os horários de entrada e saída dos educandos estão estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da unidade educacional, devendo os pais ou responsáveis legais e educandos cumprirem as normas estabelecidas no Regimento Escolar.

Quando for necessário a saída antecipada do educando(a), os pais ou responsáveis deverão comunicar formalmente o professor ou a gestão.

2. Frequências dos educandos:

I. É obrigatória a frequência diária dos educandos(as) nas Práticas Integradas da Parte Diversificada da Educação em Tempo Integral;
II. Conforme o calendário escolar do ano letivo, os educandos terão recesso no mês de julho e férias no mês de janeiro. São previstos no Calendário Escolar momentos para Reuniões Pedagógicas e Conselho de Turma. Nesses dias os educandos poderão ficar ausentes e os pais ou responsáveis legais serão comunicados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

3. É de responsabilidade dos pais ou responsáveis legais:

I. Valorizar, zelar e incentivar a participação dos educandos(a) nas práticas individuais e coletivas;
II. Entrar em contato com os professores ou gestão para esclarecimentos e informações sempre que surgirem dúvidas quanto ao atendimento do educando(a) e acompanhamento pedagógico;
III. Zelar pela frequência e pontualidade.

Concordo com o exposto neste termo compromisso, e comprometo-me a cumpri-lo integralmente.

Nome e assinatura dos pais ou responsáveis legal pelo(a) educando(a):

Nome:……Ass:.....
.....

Almirante Tamandaré, …….. de……. de ……..

ANEXO III
ATESTADO DE MATRÍCULA EM INSTITUIÇÃO PARCEIRA CONVENIADA

Declaro, para os devidos fins, que o(a) educando(a) abaixo identificado(a) encontra-se devidamente matriculado(a) nesta instituição parceira conveniada, conforme as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré.
Unidade Educacional de Origem:
Ano/Turma: _____ Período: _____
Nome da Mãe:
Nome do Pai:
Instituição Parceira Conveniada:
CNPJ (se aplicável):
Atividade/Atendimento Realizado:
Dias e Horários de Atendimento:
Declaro que as informações acima são verdadeiras e que o(a) educando(a) participa regularmente das atividades ofertadas por esta instituição.

Almirante Tamandaré, _____ de _____de 2026.

Assinatura e carimbo da Instituição Parceira

Publicado por:
Vera Von Kriger
Código Identificador:AD9FD70D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 171/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. EXONERAR o(a) servidor(a) Sr(a). ADIR PAULO DE LARA JUNIOR, RG nº 12.XXXXX1-0, do cargo comissionado de DIRETOR TÉCNICO a partir de 31 de março de 2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 24 de março de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:2AE71A9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 008/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, Vereador Sergio Mesquita de Oliveira, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 015/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 31 de março de 2026, Edição nº 3500, oriundo do Gabinete do Poder Executivo Municipal, que decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais;

RESOLVE:
Art. 1º Instituir ponto facultativo na Câmara Municipal de Altamira do Paraná no dia 02 de abril de 2026, em razão do Decreto Municipal nº 015/2026, alusivo ao feriado nacional de Sexta-feira Santa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:36253F24

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

O MUNICÍPIO de Altamira do Paraná torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 16 de abril do ano de 2026, na plataforma BLL Compas, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua João Maria de Ramos, Bairro Centro	Construção de Capela Mortuária	166,53 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Altamira do Paraná e na plataforma BLL Compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Altamira do Paraná, 31 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:1682BA4A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 436/2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 436/2025

OBJETO: A aquisição de 01 (uma) Retroescavadeira Hidráulica nova, zero quilômetro, sem uso anterior, com suas respectivas especificações técnicas, acessórios e documentação, para fins de modernização e incremento da capacidade operacional da frota de máquinas pesadas do Município de Altamira do Paraná, a ser entregue no pátio da Secretaria Municipal de Obras.
FORNECEDOR: YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS LTDA
CNPJ: 22.087.311/0001-72

1. FUNDAMENTAÇÃO
Trata o presente processo administrativo da aquisição de 01 (uma) Retroescavadeira Hidráulica nova, zero km, potência mínima de 96 HP, tração 4x4, com cabine fechada e ar-condicionado, destinada ao atendimento das demandas de infraestrutura deste Município.
Considerando que o Município de Altamira do Paraná figura na condição de Órgão Participante originário da Ata de Registro de Preços nº 057/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 097/2025, conduzido pelo Município de Campo Mourão/PR;
Considerando o Parecer Jurídico exarado nestes autos, o qual atestou a regularidade da instrução processual, a adequação dos preços praticados e a viabilidade da contratação;
Considerando a Certidão de Regularidade de Habilitação e de Sanções, a qual atesta o estrito cumprimento ao disposto no art. 91, § 4º, combinado com os arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, restando comprovada a inexistência de penalidades impeditivas e a plena regularidade fiscal e trabalhista da empresa;

Considerando que o procedimento encontra-se juridicamente amparado nas disposições dos arts. 82 a 86 e art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, tratando-se de execução regular de registro de preços;

2. DECISÃO
No uso das atribuições legais inerentes ao cargo de Chefe do Poder Executivo, **AUTORIZO A CONTRATAÇÃO** da empresa **YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.087.311/0001-72, no valor total de **R$ 380.000,00** (trezentos e oitenta mil reais).
Desta forma, determino o encaminhamento dos autos para os trâmites contábeis de praxe e, ato contínuo, ao Departamento de Licitações e Contratos para adoção das seguintes providências:
I – A convocação formal da empresa adjudicatária para a assinatura do **Termo de Contrato**;
II – A publicação do extrato contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Imprensa Oficial do Município, visando garantir a eficácia do ato e a transparência pública.

Altamira do Paraná/PR, 23 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:A964D563

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026 ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025 – CODAP

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025 – CODAP

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como considerando:

• A regular instrução do Processo Administrativo nº 024/2026, originado pela Secretaria Municipal de Saúde, consubstanciado no Documento de Formalização de Demanda (DFD);
• O Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR) devidamente analisados e aprovados;
• A autorização formal emitida pelo Órgão Gerenciador (Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP) e o aceite expresso da empresa fornecedora detentora da Ata;
• A declaração de disponibilidade de recursos atestada pelo Departamento Financeiro/Contábil, com a devida indicação da dotação orçamentária (07.002.10.301.0021.1060 - 4.4.90.52.00.00);
• O Parecer Jurídico favorável emitido pela Assessoria Jurídica do Município, atestando a legalidade dos procedimentos adotados na presente adesão e a conformidade da minuta do contrato;

RESOLVE:

AUTORIZAR a contratação e **ADJUDICAR** o objeto do presente processo, que consiste na Adesão à Ata de Registro de Preços nº 19/2025 do CODAP, visando a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, em favor da empresa **MÓBILE AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.951.008/0001-20, pelo valor global de **R$ 737.600,00** (setecentos e trinta e sete mil e seiscentos reais), correspondente aos seguintes itens:

• **02 (duas) unidades - Van 10+1 lugares** (Citroën Jumpy 2.2 TD Bluehdi transformada em Minibus 11 lugares - 2025/2025). Valor unitário: R$ 245.000,00. Valor total: R$ 490.000,00.

• **02 (duas) unidades - Veículo Automotor mínimo 7 lugares** (Citroën C3 Aircross 7L Feel Turbo 200 AT - 2025/2025). Valor unitário: R$ 123.800,00. Valor total: R$ 247.600,00.

Determino, por conseguinte, o encaminhamento dos autos para a convocação da referida empresa para a assinatura do Contrato Administrativo e a publicação deste ato e do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais meios oficiais do Município, em observância ao princípio da publicidade e da transparência.

Altamira do Paraná/PR, 31 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:1EBC12D2

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO N° 016/2026

Dispõe sobre a autorização e regulamentação da pesca no Lago Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ – PR, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 55 da Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a competência do Poder Executivo para administrar e regulamentar o uso dos bens públicos municipais;
CONSIDERANDO o interesse público em promover atividades de lazer e convivência social à população;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regras para garantir a organização, segurança e preservação ambiental do Lago Municipal;

DECRETA:
Art. 1º. Fica autorizada a prática de pesca no Lago Municipal, em caráter excepcional, no período de 31 de março a 02 de abril de 2026, no horário das 13h às 20h.

Art. 2º. A pesca será permitida exclusivamente na modalidade amadora, observadas as seguintes regras:
I – será permitida a utilização de apenas uma vara de pesca por pessoa;
II – fica proibida a utilização de tarrafas, redes, espinhéis ou qualquer outro petrecho considerado predatório;
III – é vedada qualquer prática que comprometa a preservação ambiental do local.

Art. 3º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências do Lago Municipal durante o período de que trata este Decreto.

Art. 4º. A permanência de crianças e adolescentes no local somente será permitida quando acompanhados pelos pais ou responsáveis legais.

Art. 5º. Os participantes deverão:
I – manter o local limpo, sendo responsáveis pelo recolhimento de seus resíduos;
II – respeitar as normas de convivência e segurança;
III – atender às orientações dos servidores responsáveis pela fiscalização.

Art. 6º. Fica proibida a prática de atos que:
I – causem poluição ou degradação ambiental;
II – coloquem em risco a segurança dos frequentadores;
III – perturbem a ordem pública.

Art. 7º. O pescado capturado poderá ser destinado ao consumo próprio, sendo vedada sua comercialização.

Art. 8º. A participação na atividade de pesca é de inteira responsabilidade do participante, ficando o Município isento de eventuais acidentes.

Art. 9º. A autorização prevista neste Decreto poderá ser suspensa a qualquer momento por razões de interesse público, segurança ou preservação ambiental.

Art. 10. A fiscalização do cumprimento deste Decreto ficará a cargo dos órgãos competentes do Município, podendo contar com o apoio da Polícia Militar, se necessário.

Art. 11. O descumprimento das disposições deste Decreto poderá ensejar:
I – advertência;
II – retirada do local;
III – aplicação de outras medidas administrativas cabíveis.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Altamira do Paraná – PR, 31 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:329CDC24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EDITAL DE INTERESSADOS DO DIA 30/03/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº 158/2025)

O agente de contratação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Chamamento Público nº 001/2026, que após o recebimento da carta de credenciamento da data de 30/03/2026, de acordo com o horário e meio de credenciamento, foram os seguintes interessados:

Nº	NOME	CNPJ	MEIO DE CREDENCIAMENTO	HORARIO
1	VIA PARTS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	07.257.649/0001-31	EMAIL	18H34

A comprovação dos e-mails e envelopes recebidos presencialmente consta em anexo a esse documento, e também na integra do processo.

Comunico, que dentro do prazo de 2 (*dois*) dias úteis contados da data deste edital, em 03/04/2026 as 09h00 a comissão de licitação realizará a abertura dos documentos de habilitação das credenciadas, conforme item 4. do edital do credenciamento/chamamento público nº 001/2026.

Amaporã, 31 de março de 2026.

GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA
Agente De Contratação

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:2DB31C2C

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 050/2026

DECRETO Nº 050/2026

SUMULA: "Nomeia Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente Interino para o Cargo em Comissão de "DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO" e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, as exigências da Secretaria de Saúde;

DECRETA:
Art. 1º. A nomeação do(a) Sr(a). **ONOFRE DE OLIVEIRA NETO**, nomeado(a) no cargo em comissão de **"DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE**", portador(a) da Cédula de Identidade nº 7.077.865-3 e do CPF nº 017.691.609-14 para responder cumulativamente, de forma interina como **"DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**", considerando as exigências, com vencimentos inerentes ao cargo já nomeado, sem acúmulo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 31 (trinta e um) dias do mês de março do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal
.

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:94E24EF7

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 051/2026

DECRETO N.º 051/2026

Súmula: Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

O Prefeito de Amaporã, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,
Considerando o processo de aposentadoria voluntária integral, da servidora **MARIA CREUZA FERREIRA RAMOS**.
D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedido a partir **01/04/2026** a servidora **MARIA CREUZA FERREIRA RAMOS**, brasileira, servidora público municipal, ocupante do cargo professora, matricula 1066, residente e domiciliada na cidade de Amaporã–PR, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS – ESPECIAL DE PROFESSOR,** nos termos do artigo 52-A Lei Complementar 07/2023.
Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria, o valor de R$ 6.170,06 (seis mil, cento e setenta reais e seis centavos), conforme cálculo de proventos.
Art. 3º - Os proventos de aposentadoria da servidora serão revistos nos termos do artigo 65, inciso I da Lei Complementar 07/2023.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edificio da Prefeitura Municipal de Amaporã – Estado do Paraná, aos trinta e um (31) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:4E81F22C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 114/2026

PORTARIA Nº 114/2026

SÚMULA: Concede Licença à Servidor Público para Tratamento de Saúde e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 98, § 1º, 2º e 3° da Lei Municipal nº 298/93:

RESOLVE:

Art. 1o – Concede 180 (cento e oitenta) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao(à) servidor(a) Público(a) Sr(a). **DANIEL BERTELLI VANUCCHI,** lotado(a) no Departamento de Educação, Esporte e Cultura, no cargo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL** a partir do dia **20/03/2026**, conforme Atestado Médico arquivado na Divisão de Recursos Humanos.

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 31 (trinta e um) dias do mês de março do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:A2C327C0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 115/2026

PORTARIA Nº 115/2026

SÚMULA: Concede a Servidor(a) Público(a) Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao(a) Sr(a). **WILSON BEZERRA DA SILVA,** lotado no Departamento de Saúde, no cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** relativas ao período de 01/10/2023 a 30/09/2024, a partir de **31/03/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 31 (trinta e um) dias do mês de março do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:3489E25B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1.132, 31 DE MARÇO DE 2026

LEI N. 1.132, 31 DE MARÇO DE 2026.

Altera a Lei nº 78, de 05 de dezembro de 2003, para adequação à Emenda Constitucional nº 132, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 78, de 05 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º *Fica instituída a Contribuição, nos termos do art. 149-A da Constituição Federal, destinada exclusivamente ao custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.*

Art. 2º Fica acrescido o art. 1º-A à Lei Municipal nº 78, de 05 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

Art. 1º-A *O serviço de iluminação pública compreende a iluminação de vias, logradouros, praças e demais áreas públicas, enquanto os sistemas de monitoramento destinados à segurança e preservação de logradouros públicos consistem em tecnologias, equipamentos e estruturas voltados à vigilância, proteção e conservação desses espaços, com o objetivo de assegurar a integridade dos locais e a segurança da população.*

§ 1º *Para os efeitos desta Lei, entende-se por expansão e melhoria do serviço de iluminação pública a realização de ações como instalação, manutenção, modernização, aprimoramento e ampliação da rede de iluminação, incluindo a aquisição e instalação de sistemas de geração fotovoltaica, bem como a execução de demais atividades correlatas.*

§ 2º *Entende-se por sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, além de outros correlatos:*

I – *Monitoramento por câmeras: instalação de câmeras de vigilância em áreas públicas para detectar atividades suspeitas, prevenir ilícitos e auxiliar em investigações;*

II – *Sensores e alarmes: utilização de sensores, como detectores de movimento, de fumaça e similares, para alertar sobre situações de risco, tais como incêndios, invasões ou vazamentos;*

III – *Iluminação inteligente: sistemas de iluminação automatizados, permitindo o ajuste dinâmico da luminosidade conforme condições ambientais, visando à melhoria da segurança noturna;*

IV – *Telegestão: controle remoto e monitoramento dos sistemas de iluminação, permitindo ajustes eficientes e detecção de falhas;*

V – *Integração com serviços de emergência: conexão direta com órgãos de segurança pública, como polícia e bombeiros, para respostas rápidas a incidentes;*

VI – *Análise de dados: utilização de algoritmos e ferramentas analíticas para o processamento das informações coletadas, com o objetivo de identificar padrões de comportamento e situações anômalas que demandem intervenção.*

§ 3º *O serviço de iluminação pública e os sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos de que trata a presente Lei abrangem exclusivamente os situados na zona urbana e de expansão urbana deste Município.*

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Amaporã, 31 de março de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:38FAEB49

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 1.133, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

LEI N. 1.133, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Altera a Lei Municipal 1.061 de 12 de novembro de 2024, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 1.061, de 12 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º *Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agropecuária e Meio Ambiente, tendo como finalidade o custeio de ações destinadas à universalização e aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental ou o Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental, com as normativas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, e cuja realização seja de competência do município e não constitua obrigação contratual do prestador.*

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 3º da Lei Municipal nº 1.061, de 12 de novembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º *A gestão administrativa do FMSBA será exercida pela Secretaria de Municipal de Infraestrutura, Agropecuária e Meio Ambiente por meio de suas unidades financeira e contábil.*

§ 1º *O plano de aplicação para os recursos do Fundo Municipal deSaneamentoBásico e Ambiental - FMSBA, será elaborado, anualmente, em conjunto pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agropecuária e Meio Ambiente.*

Art. 3º Fica acrescido o Parágrafo único ao artigo 1º à Lei Municipal nº 1.061, de 12 de novembro de 2024, com a seguinte redação:

Parágrafo único *- A gestão administrativa do FMSBA será exercida pela Secretaria de Municipal de Infraestrutura, Agropecuária e Meio Ambiente por meio de suas unidades financeira e contábil.*

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Amaporã, 31 de março de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:E7F723BC

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA N.º 03/2026

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Amaporã no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 275 de 23 de junho de 2009;

RESOLVE:

Art.1°. Aprovar a prestação de contas Anual de 01/01/2025 a 31/12/2025, sem ressalvas, do repasse "**Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima**" do Fundo Estadual da Infância e da Adolescência (FIA), em conformidade com a Resolução 078/2022 e 013/2023-CEDCA/PR.

Art.2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Amaporã/PR, 27 de março de 2026

SIRLEI MARIA FARIAS DA SILVA MARQUES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Naira Lígia Lopes Ferreira do Vale
Código Identificador:7B0B4448

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 022/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY, CNPJ: 95.594.800/0001-94, torna pública a Retificação ao Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (Diário Eletrônico) – Edição nº. 3491 – Pág. 33; no jornal "O Paraná" – Edição nº. 14.815 – Pág. Editais 14 e no "Diário Oficial Paraná" – Edição nº. 12.096 – Pág. 63 ambos no dia 18 de março de 2026

I – Na capa do edital, no objeto; no subitem 1.1 do item 1 – DO OBJETO E CONDIÇÕES; no subitem 1.1 (Objeto), do item 1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO, do ANEXO I – Termo de Referência; no subitem 6.2 do item 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, do ANEXO I – Termo de Referência; e no item 1 – Objeto, do ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços:

ONDE LE-SE: "Engenheiro Mecânico Responsável"

LEIA-SE: "Responsável técnico devidamente habilitado, com formação e atribuições compatíveis com o objeto da contratação, conforme legislação e normas dos respectivos conselhos profissionais."

II- Em razão das alterações promovidas no instrumento convocatório, fica retificado o prazo para apresentação das propostas e envio da documentação de habilitação, que passará a contar novamente por mais 10 (dez) dias úteis a partir da data de publicação desta retificação, ficando estabelecido o novo prazo conforme disposto abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das **09h00 do dia 01/04/2026** até às **08h00 do dia 16/04/2026.**
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das **08h00 às 09h00 do dia 16/04/2026.**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às **09h00 do dia16/04/2026.**

III – Permanecem inalteradas todas as demais disposições contidas no Edital. Para mais informações, entrar em contato pelo telefone: (45) 3249-1149.

Anahy/PR, 31 de março de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:533C8B57

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 023/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 012/2026

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março do ano 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à futura e eventual aquisição de materiais de iluminação pública, destinados à manutenção e à substituição do sistema de iluminação pública do Município de Anahy/PR, conforme especificações técnicas e quantitativos estabelecidos no Anexo I deste Edital.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: A empresa **ALAN WAGNER BRAGA - INSTALADORA** inscrita no **CNPJ sob 11.713.313/0001-03**, localizada na Rua Manaus, 470, Centro, NOVA AURORA/PR, representada por seu **SÓCIO ADMINISTRADOR** o Sr**. ALAN WAGNER BRAGA**, portador do RG nº 8.918.923-3 SSP-PR e CPF nº 040.956.789-25, Telefone: 45 9 9982-9783 e-mail: awbraga@hotmail.com.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17 e 18	ALAN WAGNER BRAGA - INSTALADORA CNPJ: 11.713.313/0001-03	R$ 87.558,80 (oitenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:D2530F86

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 011/2026
Aos 30 (trinta) dias do mês de março do ano 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir: 1. **DO OBJETO:** 1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e materiais diversos para atender a Escola Municipal Vinicius de Moraes, Centro de Educação Infantil Menino de Jesus, Centro Municipal de Educação Infantil Anna Limpo Felisberto, Departamento de Educação, Conselho Tutelar, Clube do Irmão Mais Velho, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Departamento de Ação Social e Entidade Crescer do Município de Anahy, de acordo com as especificações técnicas do anexo I e demais disposições do edital. **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS** 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem: 2.2 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: A empresa REINERI & CIA LTDA, CNPJ nº 11.230.105/0001-53, com sede na Rua Bandeirantes, nº 842, Centro, Anahy/PR, CEP: 85.425-000, representada neste ato por sua socia administradora a Sra. Zelia Lopes dos Santos Cruz Reineri Portadora do RG sob nº 5.518.068-7/SSP-PR e CPF nº 038.658.669-13, E-mail: supermercadoreineri@hotmail.com.

Itens	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1, 2, 3, 5, 8, 11, 16, 17, 19, 24, 25, 27, 29, 32, 33, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 47, 48, 52, 53, 55, 60, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 79, 81, 82, 84, 90, 91, 92, 103, 105, 112, 116, 117, 120, 127, 128, 129, 134, 135, 143, 144, 149, 150, 155, 160, 178, 182 e 183	REINERI & CIA LTDA CNPJ: 11.230.105/0001-53	R$ 114.352,89 (cento e quatorze mil e trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos).

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:3A1B5C97

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 027/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 011/2026

Aos 30 (trinta) dias do mês de março do ano 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir: 1. **DO OBJETO:** 1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal e materiais diversos para atender a Escola Municipal Vinicius de Moraes, Centro de Educação Infantil Menino de Jesus, Centro Municipal de Educação Infantil Anna Limpo Felisberto, Departamento de Educação, Conselho Tutelar, Clube do Irmão Mais Velho, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Departamento de Ação Social e Entidade Crescer do Município de Anahy, de acordo com as especificações técnicas do anexo I e demais disposições do edital. **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS** 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem: 2.2 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: A

empresa **ZENAIDO SARTORI MERCADO - ME, CNPJ nº 81.233.694/0001-09**, com sede na Avenida Brasil, 430, Centro, do município de Anahy, estado do Paraná, CEP: 85.425-000, neste ato representada por seu socio administrador o Sr. Zenaido Sartori, Portador do RG sob nº 4.594.934-6 e CPF nº 644.278.709-53, Whatssap (45) 98838-1817; E-mail: supermercadosartori@gmail.com.

Itens	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
4, 6, 9, 10, 12, 13, 15, 18, 22, 28, 31, 34, 35, 40, 46, 49, 50, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 73, 75, 77, 78, 80, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 131, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 151, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181 e 184	ZENAIDO SARTORI MERCADO CNPJ: 81.233.694/0001-09	R$ 187.606,30 (cento e oitenta e sete mil e seiscentos e seis reais e trinta centavos)

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:A29DDCBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025.

O MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Arilson Batista de Souza, e a do outro lado a empresa **ANDRIO I SIRINO LTDA** inscrita no **CNPJ nº 24.038.326/0001-76**, com endereço na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, n° 1189, centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP 85.440-000, neste ato representado por seu prorpietário, Sr. Andrio Inacio Sirino, brasileiro, inscrito no CPF nº 035.063.449-19 e no RG nº 77379576, residente e domiciliado na cidade de Ubiratã, Estado de Paraná, telefone nº (45)98825-1572, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 006/2025, processo administrativo n.º 024/2025, RESOLVE promover alterações na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS em epígrafe, de acordo com as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir: **CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de endodontia e de cirurgia bucomaxilofacial para pacientes em tratamento odontológico junto às Unidades Básicas de Saúde – UBS e demandas existentes na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Anahy/PR, as quantidades e especificações constam no Anexo I, parte integrante deste Edital. **CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA:** Fica prorrogada por 12 (doze) meses, contados da data de 04/04/2026 a 04/04/2027, a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada, conforme previsão constante do Artigo n° 84 da Lei n° 14.133/2021. § 1º. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão renovados a partir da assinatura deste aditivo. § 2º. Assegura-se à detentora da ata o direito ao reajuste de preços a partir de 04/04/2026. **CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais condições da ata de registro de preços ora aditada. **CLÁUSULA QUARTA: DO FORO**: Foro da Comarca de Corbélia – PR. **Anahy/PR, 31 de março de 2026**.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:48229ACF

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.328/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Gabinete do Prefeito Municipal deste poder e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do Senhor Arilson Batista de Souza, Prefeito Municipal, portador do RG. 5.341.856-2/PR, 02 (duas) diárias e meia para empreender viagem a serviço do Município, sendo:

Data:	06 à 08 de abril de 2026.
Destino:	Curitiba/PR.
Objetivo:	Tratar de assuntos de interesse do Município onde participarei de audiências junto aos órgãos do governo do estado abaixo relacionados: - SECID – Secretaria de Estado das Cidades; - SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; - SEIL – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística; - SESA – Secretaria de Estado da Saúde; - IAT – Instituto Água e Terra; - Gabinete dos Deputados Estaduais: Gugu Bueno e Ademar Traiano. O deslocamento será realizado com o veículo TORO placa: TBL6B67.
Protocolo nº	149/2026.
Quant. de diárias:	02 (duas) diárias e meia.
Valor Total:	R$ 1.750,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 31 dias do mês de março de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:275F649C

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.329/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor comissionado Marlon Raffael Pinto, Diretor do Depto. de Administração, portador do RG. 9.102.893-0/PR, lotado no Departamento de Administração, matrícula funcional nº 12085-1, 02 (duas) diárias e meia, para empreender viagem a serviço do Município de Anahy, sendo:

Data:	06 à 08 de abril de 2026.
Destino:	Curitiba – Pr.
Objetivo:	Transportar o Prefeito o Municipal de Anahy que irá Participar de audiências junto aos órgãos do governo do estado abaixo relacionados: - SECID – Secretaria de Estado das Cidades; - SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; - SEIL – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística; - SESA – Secretaria de Estado da Saúde; - IAT – Instituto Água e Terra; - Gabinete dos Deputados Estaduais: Gugu Bueno e Ademar Traiano. Para o deslocamento será utilizado o veículo TORO placa: TBL6B67.
Protocolo nº	150/2026
Quant. de Diária:	02 (duas) diárias e meia.
Valor Total:	R$ 1.250,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 31 dias do mês de março de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:E2AFA9B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 01/2026

Projeto de Resolução nº 01/2026
Autoria: Mesa Diretiva

RESOLUÇÃO Nº 01/2026-CMA.

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

A Câmara Municipal de Andirá, através da Mesa Diretiva, conforme disposto no Artigo 13, Inciso VI do Regimento Interno, encaminha para apreciação dos pares a Resolução 01/2026-CMA para abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir "**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR",** na Dotação Orçamentária abaixo:

01.001.01.031.0001.2.001 MANTER O LEGISLATIVO
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 55.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata esta Resolução será resultante do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:
01.001.01.031.0001.2.001 MANTER O LEGISLATIVO
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 55.000,00

Art. 3° - Fica acrescentada no Anexo – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.990 de 27 de dezembro de 2025, no Programa descrito abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

PROGRAMA	Acrescentar	Reduzir
2001 – Manter o Legislativo Municipal	55.000,00	55.000,00

Art. 4° - Fica acrescentada no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4.004 de 23 de dezembro de 2025, nas ações descritas abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:
2.001. Manter o Poder Legislativo 55.000,00 0,00
2.001. Manter o Poder Legislativo 0,00 55.000,00

Art. 5° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Andirá "Dr. Álvaro de Andrade Margotto", Andirá, 31 de março de 2026.

GILMAR ROBERTO DE REZENDE
Presidente

Publicado por:
Anderson Cesar do Carmo Zeneratto
Código Identificador:AFB4E884

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 293/2024 PREGÃO Nº 003/2025 - FORMA ELETRÔNICA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E VENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA.

EMPRESA VENCEDORA APÓS CONVOCAÇÃO – 3° LUGAR - LOTE 166:

LALUH COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA, inscrito no **CNPJ: : 27.084.275/0001-07,** com o valor total de **R$ 34.484,00** (trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: 31.03.2026 A 30.03.2027

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira

CARLOS ALEXANDRE RAYZEL DE SOUZA
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO https://andira.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:DC94FD1D

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 011/2026 - PROCESSO 110/2026

A Prefeita Municipal, através de sua representante Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira, no uso de suas atribuições, RESOLVE, ADJUDICAR e HOMOLOGAR, enquanto autoridade competente, a Dispensa de Licitação de nº 011/2026, oriunda do Processo Administrativo de nº 110/2026, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA 2ª FASE DA OBRA DO GALPÃO DE RECICLADOS NO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ, CONSISTINDO NO FECHAMENTO LATERAL DA ESTRUTURA E REESTUDO/READEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS. Outorgando, assim, a contratação da empresa MR MANFIO CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 51.149.392/0001-96, sediado na Rua Bahia, 427 – Centro – Andirá/PR – CEP: 86.380-000, tendo sua contratação autorizada pelo valor global total de R$ 51.717,27 (cinquenta e um mil setecentos e dezessete reais e vinte e sete centavos).

Andirá, 31 de março de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:4C7C3B93

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 03/2026 PSS – VETERINARIO 2024

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2024 de VETERINARIO - PSS, objeto do Edital nº 001/2024, homologado em 23 de abril de 2024, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 02 de abril de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidatos convocados:
Cargo: VETERINARIO - PSS.

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATOS
3º	ROBERTO LIMA DE OLIVEIRA

O candidato convocado terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da convocação, para comparecer à Prefeitura Municipal (Paço Municipal), no Setor de Recursos Humanos, localizado à Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº. 190 – Andirá-Pr, a fim de que seja instruído a, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, apresentar os documentos necessários à contratação, sendo convocado o candidato classificado em ordem subseqüente, de acordo com item 12.4 do Edital nº 001/2024.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 31 de março de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:806D25D6

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 033/2026– PSS – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I /EDUCAÇÃO INFANTIL, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ANTES E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I /EDUCAÇÃO INFANTIL e PROFESSOR DE ARTES, objeto do Edital nº 004/2024, homologado em 09 de Abril de 2024, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 02 de março de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
60º	EDÊ ANGÉLICA DAIANE DA SILVA

O candidato classificado convocado que não se apresentar para os procedimentos administrativos de admissão no prazo fixado de 2 dois dias úteis, deve ser considerado desistente, sendo convocado o candidato classificado em ordem subseqüente, de acordo com item 12.6 do Edital nº 004/2024.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 31 de março de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:B7FA7F3D

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º, 2° E 3° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **31/03/2026** e término em **30/03/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores, na importância de **R$ 130.800,00** (cento e trinta mil e oitocentos reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Os valores deste instrumento foram ajustados conforme a variação do IPCA, a partir da data da proposta, aplicando-se o percentual acumulado no período (3,81%).

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31.03.2026

Pregão Eletrônico n° 003/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

GIOVANI SURDI DEBASTIANI
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:926AB980

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º, 2° E 3° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
SHEILA PRISCILA CASTELHONE DE DEUS ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **31/03/2026** e término em **30/03/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores, na importância de **R$ 396.496,16** (trezentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores deste instrumento foram ajustados conforme a variação do IPCA, a partir da data da proposta, aplicando-se o percentual acumulado no período (3,81%).

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31.03.2026

Pregão Eletrônico n° 003/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

SHEILA PRISCILA CASTELHONE DE DEUS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:61AE237A

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º, 2° E 3° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
RADIONET LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **31/03/2026** e término em **30/03/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores, na importância de **R$ 34.121,40** (trinta e quatro mil cento e vinte e um reais e quarenta centavos), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Os valores deste instrumento foram ajustados conforme a variação do IPCA, a partir da data da proposta, aplicando-se o percentual acumulado no período (3,81%).

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31.03.2026

Pregão Eletrônico n° 013/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

ANTONIO ALVES DE ARAÚJO NETO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:5EC37733

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º E 2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
ESKIP DISTRIBUIDORA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **31/03/2026** e término em **30/03/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, na importância de **R$ 24.525,00** (vinte e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31.03.2026

Pregão Eletrônico n° 003/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

KALISSA STRESSER MAXIMIANO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:1540AF96

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º E 2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
58.689.441 VALDENYSE TAMARA DE SANTI

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **31/03/2026** e término em **30/03/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, na importância de **R$ 76.899,00** (setenta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 27.03.2026

Pregão Eletrônico n° 015/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

VALDENYSE TAMARA DE SANTI
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:74F99737

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 8º E 9º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 023/2022

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
JOSÉ PAULO DE OLIVEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com inicio em **31/03/2026** e término em **30/03/2027**, com fundamento no Art. 57 Inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores na importância de **R$ 31.450,68** (trinta e um mil quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos), com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31.03.2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

JOSÉ PAULO DE OLIVEIRA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:A5C607D8

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO N° 046/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE ANDIRÁ

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR ANIMAIS SOB POSSE E RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALOR: Pela prestação do serviço o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor de **R$ 48.000,00** (quarenta e oito mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de **01.04.2026 a 31.03.2027.**

DATA: 31.03.2026.

INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

nadia yasser salameh kairalla
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:056FEFB7

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.966 DE 31 DE MARÇO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 10 dias de férias iniciais, a partir do dia 15 de abril de 2026, a Servidora Pública Municipal **MONICA FERNANDA PEREIRA ANDRE FERNANDES** ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS** lotada na Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos, referente ao período aquisitivo: 24-06-2024 a 23-06-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:EC430029

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.967 DE 31 DE MARÇO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 106, da Lei Municipal nº. 1.170 de 26 de outubro de 1993;

CONSIDERANDO o atestado médico emitido pelo Dr. Nícolas Basana Dias, na data de 30 de março de 2026, a Servidora Pública Municipal **LARISSA FERNANDA MITIKO TAMURA**.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder**,** a partir do dia 31 de março de 2026, por um período de 07 dias, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a Servidora Pública Municipal, **LARISSA FERNANDA MITIKO TAMURA**, ocupante do cargo de **EDUCADORA INFANTIL**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor nesta data,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:83FED06A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.968 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO o Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:
Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	REGINALDO REINALDO		
Fiscal Substituto:	LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA		
Gestor Titular:	GERSON CARLOS MARCHIONI		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Contrato nº	046/2026	**VIGÊNCIA:**	01.04.2026 a 31.03.2027
Modalidade:	INEXIGIBILIDADE		
Nº licitação	017/2026		
Contratado:	**ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE ANDIRÁ**		
Objeto:	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR ANIMAIS SOB POSSE E RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Valor:	R$ 48.000,00		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:F719BE3E

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 19.969 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: *Dispõe sobre a abertura de Procedimento Administrativo de desapropriação, amigável, em favor do Município de Andirá.*

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37 da Constituição Federal, que impõe à Administração Pública os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei nº 3.365/1941, que regula as desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 11.090 de 11 de fevereiro de 2026, que declarou de utilidade pública o imóvel objeto do presente procedimento, destinado à construção de casas populares;

CONSIDERANDO o ofício interno da PGMA n.º 122/2026 o qual recomenda abertura do presente procedimento administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento ao interesse público, consistente na implantação de programa habitacional destinado à população do Município;

CONSIDERANDO a regular instauração do processo administrativo, devidamente instruído com identificação do imóvel, matrícula atualizada, laudo de avaliação e demais documentos pertinentes;

CONSIDERANDO a concordância do proprietário quanto à desapropriação na modalidade amigável e ao valor da indenização;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o presente **Procedimento Administrativo de Desapropriação Amigável**, com a finalidade de aquisição do imóvel descrito no Decreto Municipal nº 11.090 de 11 de fevereiro de 2026, declarado de utilidade pública para fins de construção de casas populares.

Art.º 2º Designar ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO, servidor público, FABIO BIANCARDI BALDINI, servidor público e MARCEL LEMANA, servidor pública, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando

Art. 3º Reconhecer que o procedimento encontra-se devidamente instruído com:

I – Identificação do imóvel e matrícula atualizada;
II – laudo de avaliação;
III – documentação do proprietário;
IV – termo de concordância quanto ao valor da indenização;
V – parecer jurídico favorável;
VI – comprovação de dotação orçamentária.

Art. 4º Autorizar a formalização da desapropriação na modalidade amigável, mediante pagamento da indenização no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme laudo de avaliação e concordância do proprietário.

Art. 5º Determinar o encaminhamento ao setor competente para:
I – emissão de empenho;

II – realização do pagamento;

III – juntada do comprovante aos autos.

Art. 6º Após o pagamento, determinar a lavratura do instrumento de desapropriação amigável e o encaminhamento ao Cartório de Registro de Imóveis para a devida transferência da propriedade ao Município.

Art. 7º Após o registro, seja juntada a matrícula atualizada em nome do Município e promovido o encerramento do procedimento administrativo.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:1D42A360

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.970 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO o Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	Otávio Milani Bueno De Godoi Eduardo Fidelis Da Silva Cleusa Rosa Da Silva Madoglio Juliana Casagrande Felix Juliana Del Ciampo Oliveira Jamecelani Oliveira Dias Amanda Emanuelly Fregolão De SOUZA Lisandra Cristina Da Silva Daniel Luiz Milani Leonardo Ferreira Da Silva Rafael Vital Dos Santos Fabio Biancardi Baldini Daniel Tavares De Andrade Marielle De Oliveira Pereira Paulo Henrique Da Silva Rodrigues Raimundo Eleoterio Benfica Junior Carlos Henrique Claro De Carvalho		
Fiscal Substituto:	MARIANA YASMIM GRANATTO Reginaldo Reinaldo Gabriela Rodrigues Reynaldo Jucelina De Souza Costa Birello Marlene Maria Da Silva Mitrovini Simone Godoi Audi De Mello Silvana Aparecida Jesus Da Silva Ana Helena Pereira De Campos Bernardini Júlio Cesar Carvalho Marcel Lemana Antonio Eduardo Bonifácio Luiz Antonio De Aguiar Camila Nardoni Gonçalez Rafael Gustavo De Souza Guerra Cristiana Da Silva Santos CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO IVANA APARECIDA COSTA NUNES PEDRO HENRIQUE DA SILVA SANCHES LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA EVELISE NOGUEIRA DA SILVA SONIA APARECIDA DE CARVALHO MARIA CRISTINA CORREIA ROCHA ANA CLAUDIA MONTEIRO		
Gestor Titular:	Rosilene Marques Fernandes Farinha		
Gestor Substituto:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Ata nº	023/2026	**VIGÊNCIA:**	31.03.2026 A 30.03.2027
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	003/2025		
Contratado:	**LALUH COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E VENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA.		
Valor:	**R$ 34.484,00**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 31 de Março de 2026, 83º da Emancipação Política;

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:9FC53215

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.971 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO o Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá-Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO FABIO BIANCARDI BALDINI MARCEL LEMANA		
Fiscal Substituto:	DANIEL TAVARES DE ANDRADE RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	ANDRÉ LUIZ MALUZI		
Termo de Credenciamento n°:	049/2026	**Vigência:**	31.03.2026 A 30.03.2027
Modalidade:	**INEXIGIBILIDADE**		
Nº licitação	018/2026		
Contratado:	**FERNANDO LEITE PINTO LTDA**		
Objeto:	CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR, ATENDENDO ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 94.500,00**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 31 de Março de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA,
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:BEF63DAB

GABINETE DA PREFEITA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CANCELAMENTO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025 - PROCESSO LICITAÇÃO Nº 352/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2024 - FORMA ELETRÔNICA

O extrato da Ata de Registro de Preços n.º 021/2025, referente ao Pregão Eletrônico n.º 098/2024, publicado em 31/03/2026, na página 48 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, sob o Código Identificador 7DC57E34, deve ser cancelado, devendo, portanto, ser desconsiderado.

Andirá, 31 de Março de 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:CCD9C475

GABINETE DA PREFEITA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ - PR PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 293/2024
DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 30/03/2026
DATA DE ADJUDICAÇÃO: 30/03/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE EXPEDIENTE E ARTESANATO, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA.

EMPRESA VENCEDORA APÓS CONVOCAÇÃO – ITEM 166 – 3° COLOCADO:

LALUH COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA, inscrito no **CNPJ: 27.084.275/0001-07,** no valor total dos itens vencidos de **R$ 34.484,00** (trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais).

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E196F921

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 049/2026 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 149/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ, ATENDENDO ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

FORNECEDOR CREDENCIADO:
FERNANDO LEITE PINTO LTDA, inscrito no **CNPJ: 35.459.602/0001-96;**

VIGÊNCIA: 31.03.2026 a 30.03.2027

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

VITÓRIA MIYAO GOMES
Agente de Contratação

FERNANDO LEITE PINTO
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 049/2026, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO https://andira.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:63A8FA66

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE EXTINÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

TERMO DE EXTINÇÃO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO n° 075/2024, a partir do dia **31/03/2026**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL, ATENDENDO ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA,** entre o **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR** e a empresa **SRC COMERCIO DE VARIEDADES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 09.943.233/0001-00.

Com fundamento no art. 138, II da Lei 14.133/2021, extinção do contrato consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
Andirá, 31.03.2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

TIAGO ESTEFANUTO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:918F83CA

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE EXTINÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

TERMO DE EXTINÇÃO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO n° 041/2024, a partir do dia **30/03/2026**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, E AQUISIÇÃO DE TONER PARA IMPRESSORA, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA,** entre o **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR** e a empresa **RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO - INFORMÁTICA ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 27.386.520/0001-30.

Com fundamento no art. 138, II da Lei 14.133/2021, extinção do contrato consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
Andirá, 30.03.2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:39547BF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA CICLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Tema Geral
"Apoio Escolar na Educação Pública: comunicação, inclusão e cuidado no cotidiano escolar"

Justificativa

A presença do profissional de apoio escolar no contexto da educação pública tem se consolidado como elemento fundamental para a garantia de uma escola inclusiva, equitativa e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. No âmbito da rede municipal de ensino de Andirá, essa função assume relevância ainda maior diante da diversidade de demandas presentes no cotidiano escolar, que envolvem não apenas o público-alvo da educação especial, mas todos os estudantes que necessitam de suporte em diferentes dimensões da vida escolar.

Em consonância com os princípios estabelecidos pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996)*, pela *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, pela *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, além de *Instrução Normativa 001/2025 da Secretaria Municipal de Educação*, compreende-se que a escola deve assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem a todos. Nesse contexto, o profissional de apoio escolar configura-se como agente essencial na mediação de processos que favorecem a inclusão, a autonomia, a interação social e o bem-estar dos estudantes no ambiente educativo.
A atuação desses profissionais extrapola a dimensão assistencial, envolvendo práticas que articulam o cuidado, a mediação, a comunicação e contribuindo na organização do cotidiano escolar. Seja no apoio às atividades de vida diária, na promoção de interações sociais, na mediação de conflitos ou no acompanhamento da rotina dos estudantes, o apoio escolar contribui diretamente para a construção de um ambiente seguro, acolhedor e pedagogicamente significativo.

No município de Andirá, por meio da Secretaria Municipal de Educação, reafirma-se o compromisso com a valorização e a formação dos profissionais que atuam no espaço escolar. Nesse sentido, o presente Ciclo de Formação integra as ações do setor de formação continuada, que busca, de maneira periódica e fundamentada em aportes teóricos e científicos, qualificar os profissionais de apoio escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação pública ofertada.

Além disso, reconhece-se que o cotidiano escolar apresenta desafios que exigem preparo técnico e emocional, como o manejo de comportamentos desafiadores, a atuação em situações de crise, a mediação de conflitos e o apoio ao desenvolvimento socioemocional dos estudantes. Assim, a formação proposta visa instrumentalizar os participantes para uma atuação ética, reflexiva e comprometida com os princípios da educação pública, fortalecendo práticas que promovam a inclusão, o respeito à diversidade e a construção da cidadania.
Por fim, destaca-se que esta iniciativa também contribui para o fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade, consolidando uma rede de apoio que favorece o desenvolvimento integral dos estudantes e reafirma o papel da escola como espaço de formação humana, social e democrática.

Objetivos
- Compreender o papel do profissional de apoio escolar no contexto da educação pública, diferenciando suas atribuições em relação aos demais agentes da escola e reconhecendo sua função como mediador no cotidiano escolar;
- Desenvolver habilidades de comunicação interpessoal, escuta ativa e mediação de conflitos, favorecendo interações respeitosas e eficazes com estudantes, professores e equipe gestora;
- Conhecer os princípios da educação inclusiva, com base na legislação vigente, e reconhecer as especificidades relacionadas às deficiências, transtornos do neurodesenvolvimento e dificuldades de aprendizagem, sem restringir sua atuação exclusivamente a esse público;
· Capacitar os participantes para atuar no apoio às atividades de vida diária dos estudantes, promovendo autonomia, segurança, bem-estar e respeito às singularidades;
- Estimular práticas que contribuam para a construção de um ambiente escolar acolhedor, organizado e seguro, favorecendo a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes;
- Orientar a atuação do apoio escolar no acompanhamento da rotina dos alunos, na organização de atividades e na mediação de comportamentos, respeitando os limites éticos e profissionais da função;
- Preparar os profissionais de apoio escolar para lidar com situações do cotidiano, incluindo comportamentos desafiadores, situações de crise e demandas socioemocionais, de forma responsável e equilibrada;
- Fortalecer a atuação colaborativa com a equipe pedagógica, incentivando o trabalho em equipe, o cumprimento das normas institucionais e a comunicação eficiente no ambiente escolar;
- Promover a reflexão sobre ética, responsabilidade, sigilo profissional e postura no serviço público;
- Incentivar a participação em processos formativos contínuos, reconhecendo a importância da ampliação de conhecimentos e da formação permanente para a qualificação da prática profissional.

Estrutura do Curso
*** Temporalidade: Formação Continuada (Trimentral)**

Módulo 1 – O papel do apoio escolar
Conteúdos:

• O que é ser apoio escolar (e o que NÃO é)?
• Diferença entre professor, cuidador e apoio.
• Ética, responsabilidade e postura profissional no espaço público.
• O cotidiano da escola pública: desafios reais.

Módulo 2 – Comunicação e interação no ambiente escolar .
Conteúdos:

• Comunicação com crianças (afetividade e efetividade);
• Escuta ativa e linguagem acessível;
• Como lidar com conflitos?
• Como prevenir e/ou apoiar em situação de crises (comportamento desafiadores)?
• Como orientar sobre regras e procedimentos escolares;
• A importância da boa comunicação com professores e equipe gestora (Comunicação organizacional).

Módulo 3 – Inclusão e diversidade na escola
Conteúdos:

• Conhecer e manter-se informado sobre Síndromes, Transtornos e Deficiências;
• O que é educação inclusiva?
• O que significa neurodivergente?
• **Noções básicas** sobre:

Autismo (TEA)
TDAH
Deficiência intelectual
Deficiência física.
Transtornos de aprendizagem (dislexia, discalculia, entre outras)
Ansiedade e questões emocionais

• Empatia e Respeito às diferenças.

Módulo 4 – Estratégias práticas de apoio
Conteúdos:

• Como ajudar sem fazer pelo aluno (o processo de suporte e mediação)?
• Apoio na organização, rotina escolar e atividades de vida diária.
• Incentivo à autonomia.

Módulo 5 – Cuidado, empatia e limites
Conteúdos:

• Empatia x permissividade
• Limites no relacionamento com alunos
• Respeito e autoridade
• Cuidado com o emocional (do aluno e do próprio estagiário)

Módulo 6 – Trabalho em equipe e rotina escolar
Conteúdos:

• Relação com professores, coordenação e direção.
• Organização do tempo e planejamento.
• Sigilo e responsabilidade
• Postura profissional no ambiente escolar.

Conclusão
A implementação do presente Ciclo de Formação reafirma o compromisso da Secretaria Municipal de Educação de Andirá com a qualificação contínua dos profissionais que atuam no espaço escolar, especialmente daqueles que desempenham a função de apoio escolar. Ao investir em processos formativos sistemáticos, fundamentados em referenciais teóricos e nas demandas concretas da rede municipal de ensino, busca-se fortalecer práticas mais qualificadas, éticas e alinhadas aos princípios da educação pública.
A formação proposta contribui para o aprimoramento das competências necessárias à atuação no cotidiano escolar, favorecendo a organização dos espaços, a mediação das relações e o atendimento às diferentes necessidades dos estudantes. Nesse sentido, consolida-se como uma ação estratégica que articula conhecimento, prática e reflexão, promovendo maior segurança e intencionalidade na atuação dos profissionais que atuam no apoio escolar.
Por fim, destaca-se que iniciativas dessa natureza potencializam a qualidade dos serviços educacionais ofertados, ao mesmo tempo em que fortalecem uma cultura institucional pautada na formação permanente, na valorização dos profissionais e no compromisso com uma educação inclusiva, democrática e socialmente referenciada.

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:00B634A6

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

OBJETO: GESTÃO ADMINISTRATIVA DE ESTAGIÁRIOS, COM PAGAMENTO DE BOLSAS, SEGURO E DOCUMENTAÇÃO. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até as 08h:00 do dia 15/04/2026; **INÍCIO DA SESSÃO**: 09h:00m do dia 15/04/2026. **LOCAL:** BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br. **AQUISIÇÃO DO EDITAL**: O edital completo encontra-se no site do SAMAE de Andirá https://samaeandira.com.br/licitacoes ou www.bnc.org.br, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras - Rua Minas Gerais, nº 828 – Jardim Centenário – Andirá – PR, das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m às 17h:00m, ou pelo telefone 43 3538 – 7575. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Andirá, 31 de março de 2026.

FERNANDO PREVIATO BAZZO
Pregoeiro Substituto.

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:F381CCFA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO RESULTADO DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 4/2026 – PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 93/2026.
HOMOLOGADO DIA: 31/03/2026.

OBJETO:SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM SISTEMAS DE CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO

RESULTADO:
52.644.269 MARIO HENRIQUE DIAS, CNPJ 52.644.269/0001-04, Valor total: R$ 23.000,00(vinte e três mil reais)

ANDIRÁ, 31 de março de 2026.

FERNANDA LEITE BRUNAÇO
Agente de Contratação

MARCOS CÉSAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:383A848E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026

Pelo presente instrumento, com base na Lei n.º 14.133/2021, adjudico e homologo o Procedimento Administrativo nº 003/2026, em favor da autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE devidamente inscrita no CNPJ nº 75.247.098/0001-85 valor global de R$ 2.000,00. O objeto é a contratação de serviços de fornecimento de água. A homologação da presente Inexigibilidade de Licitação, é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação em Diário Oficial Eletrônico, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.
Antonina, 15 de janeiro de 2026

YURI YORIAKI OSAKI
Presidente

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:515478E6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PE N° 005/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2026
AMPLA CONCORRÊNCIA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA/PR

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00 do dia 06/04/2026 às 08h30 do dia 17/04/2026.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/04/2026 às 09h00.

DA SESSÃO PÚBLICA: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Antonina

utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS: https://bllcompras.com/Home/Login para realização deste certame. Os licitantes poderão efetuar
download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Antonina: https://antonina.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e obter informações EXCLUSIVAMENTE na plataforma ou excepcionalmente através do e-mail: licitacao@antonina.pr.gov.br

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@antonina.pr.gov.br

Antonina, 31 de março de 2026.

THIAGO AFONSO DE SOUZA
Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:EE025CBD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO
DISPENSA N.º 014/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação de Mini Trio, para realização do evento "Paixão de Cristo", nos dias 02 e 03 de abril de 2026, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, conforme especificações descritas no Termo de Referência.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA;

FORNECEDOR:

CONTRATO Nº 051/2026
EMPRESA: EMPRESA SOM E LUZ CURITIBA LTDA
CNPJ N.º 53.588.605/0001-01
LOTE: 01.
NO VALOR TOTAL DE R$ 33.277,00 (trinta e três mil duzentos e setenta e sete reais)

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 60 (noventa) dias, contados da assinatura contratual.

DATA DO FIRMAMENTO: 30/03/2026.

ASSINADO PELA: SRA. ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, PREFEITA DE ANTONINA – PR, SR. THIAGO AFONSO DE SOUZA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SR. TONY FABIAN BECKER SIATKOVSKI PELA EMPRESA SOM E LUZ CURITIBA LTDA.

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:40370315

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2026 - SEC DE OBRAS E URBANISMO

3º AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2026

1. DO PREÂMBULO

1.1. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO** torna público **a prorrogação** ao processo que visa obter PATROCÍNIO PARA SUBSIDIAR PROJETOS PARA CIDADE DE ANTONINA, conforme ANEXO I – Termo de Referência, em conformidade com as disposições deste edital e respectivos anexos, assim como no Decreto Municipal nº 174/2022.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste procedimento a obtenção de apoio, por meio de patrocínio, para a realização de PATROCÍNIO PARA SUBSIDIAR PROJETOS PARA CIDADE DE ANTONINA, mediante patrocínio, conforme o disposto no Termo de Referência - Anexo I;

2.2. Para fins deste instrumento, considera-se:

2.2.1. PATROCÍNIO: a ação de comunicação que busca agregar valor à marca, consolidar posicionamento, gerar identificação e reconhecimento, estreitar relacionamento com públicos de interesse, ampliar venda de produtos e serviços, divulgar programas e políticas de atuação, por meio da aquisição do direito de associação da imagem nos "projetos para cidade de Antonina", enquanto patrocinador de projetos de iniciativa de terceiros;

2.2.2. OBJETIVOS DO PATROCÍNIO: gerar identificação e reconhecimento do patrocinador por meio da iniciativa patrocinada; ampliar relacionamento com públicos de interesse; divulgar marcas, produtos, serviços, posicionamentos, programas e políticas de atuação; ampliar vendas e agregar valor à marca do patrocinador;

2.2.3. PATROCINADO: pessoa jurídica que oferece ao patrocinador a oportunidade de patrocinar projeto;

2.2.4. EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA: A exploração publicitária das marcas deverá obedecer aos princípios estabelecidos no Anexo III.

2.2.5. O patrocínio se dará por participação através da aquisição de cotas por evento.

2.2.6. As cotas serão divididas em duas categorias:

2.2.6.1 **Patrocínio Ouro:** Valor mínimo de R$ 200.000,00.

2.2.6.2. **Patrocínio Prata:** Valor mínimo de R$ 175.000,01.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão participar os interessados que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital.

3.2. Será vedada a participação de empresas:

a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

b) Impedidas de licitar, contratar ou transacionar com órgão ou entidade de qualquer ente federativo;

3.3. Os participantes devem ter pleno conhecimento das regras constantes neste instrumento, das condições gerais e específicas do objeto pretendido, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato de Patrocínio, decorrente desta licitação.

3.4. Serão permitidas propostas por uma única pessoa jurídica, com possibilidade de exploração de marca e redistribuição de cotas, conforme disposto no item 3.5.

3.5. Será permitida a redistribuição da exploração publicitária prevista neste edital em seu Anexo I – Termo de Referência, para, no máximo 02 (dois) patrocinadores detentores de cotas repassadas, que terão direito de exposição de acordo com a redistribuição proposta pelo vencedor do certame, com a condição de apresentação das respectivas anuências para exploração das demais marcas.

3.6. As inscrições são gratuitas e poderão ser realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, localizada na Rua Marquês Do Herval, 136 – Casarão Macedo – Centro, Antonina/PR, a partir da publicação do presente edital até **30 de abril de 2026, das 9h às 12h e das 14h às 17h**, ou por meio do **e-mail: semobras@antonina.pr.gov.br até às 23h59min do dia 30 de abril de 2026**.

3.6.1. As inscrições podem ser encerradas ou suspensas a qualquer momento, desde que tenha se arrecadado o valor total estimado para a realização dos projetos, ou a critério da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

3.7. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo não se responsabilizará por inscrições não enviadas em razão de problemas particulares dos candidatos e/ou de congestionamento do servidor web.

3.8. Os candidatos deverão anexar na sua inscrição, além da proposta de patrocínio, declarando o valor do aporte e a categoria a qual tal aporte se encaixa, os seguintes documentos (cópias simples) abaixo listados:

a) Documento de identidade: podendo ser os seguintes: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e

Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97.
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Anexos a esse edital preenchidos e assinados;
d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
e) Prova de inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal, se houver, de contribuintes da sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade;
f) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal da sede ou do domicílio do interessado.
g) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Estadual da sede ou do domicílio do interessado.
h) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular impugnações contra este edital de chamamento público, sendo que eventuais impugnações ao Edital deverão ser relatadas por escrito e protocoladas diretamente na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no prazo de até 02 (dois) dias úteis posteriores a data de publicação deste chamamento no Diário Oficial dos Municípios, sob pena de decadência do direito.
4.2. Caberá a Comissão de seleção manifestar-se, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão antes da data prevista de encerramento do chamamento.
4.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para o encerramento do chamamento.
4.4. As decisões das impugnações serão divulgadas em Diário Oficial.

5. DO RESULTADO DO CREDENCIAMENTO

5.1. O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios, e no site oficial www.antonina.pr.gov.br
5.2. Do resultado caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação da relação das empresas que aderiram ao Projeto, devendo ser protocolado na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, localizada na Rua Marquês Do Herval, 136 – Casarão Macedo – Centro, Antonina/PR.
5.3 A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo não se responsabilizará por recursos não enviados em razão de problemas particulares das empresas.
5.4. Os recursos serão analisados pelos membros da Comissão e o relatório da Comissão de Seleção do Chamamento Público poderá ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer jurídico a critério do Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.
5.5. Sendo o caso, após parecer jurídico caberá a decisão ao Secretario Municipal de Obras e Urbanismo, com os recursos a ela inerentes.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A Prefeitura Municipal de Antonina, através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, será responsável pela prestação de contas referente à aplicação dos recursos provenientes dos patrocínios captados para a realização dos projetos.
6.2. Para garantir a transparência e o controle dos recursos, a prestação de contas deverá incluir: a) Relatório de Execução, contendo a descrição das ações realizadas e a comprovação da aplicação dos recursos conforme o objeto do chamamento público;
b) Demonstrativo Financeiro, evidenciando os valores arrecadados e os pagamentos efetuados, com a devida documentação comprobatória;
6.3. A prestação de contas será elaborada pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, e estará sujeita à análise dos órgãos de controle interno e externo, conforme a legislação vigente.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. As normas disciplinadoras deste chamamento serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os participantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança jurídica.
7.2. À administração é reservado o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, anular ou revogar o presente chamamento público, sem que isso represente motivo para que os participantes solicitem qualquer tipo de indenização.
7.3. Os patrocinadores assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas ofertas e a **Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo** não será, em nenhuma hipótese, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
7.4. Os participantes deste certame são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase deste edital.
7.5. Para solucionar quaisquer questões oriundas deste chamamento, é competente, por disposição legal, o foro do Município de Antonina/PR.
Antonina, 31 de março de 2026.

GIANCARLO NOGUEIRA DA CRUZ
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PATROCÍNIO PARA SUBSIDIAR PROJETOS PARA O MUNICIPIO DE ANTONINA

1. OBJETO

1.1 Chamamento público visando a obtenção de apoio, por meio de PATROCÍNIO para a realização de **PROJETOS PARA O MUNICIPIO DE ANTONINA**, obtendo a PATROCINADORA como contrapartida, o direito de exploração publicitária do seu nome ou da sua logomarca atendendo obrigatoriamente as regras dispostas neste instrumento, desde que atendidas todas as exigências descritas neste instrumento e no ANEXO III do Edital.

2. DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A competência para a definição das diretrizes e premissas às quais a PATROCINADORA estará submetida é da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO** sendo as demais Secretarias, órgãos e entidades da administração envolvidas em todas as atividades relacionadas às suas respectivas esferas de atuação.
2.2. Para a execução do objeto do contrato, a PATROCINADORA deverá observar as seguintes diretrizes:
É expressamente vedada a concessão de incentivos fiscais e tributários à PATROCINADORA não previstos na legislação.
O valor da quota de patrocínio deverá ser pago, na forma prevista no termo de parceria, do qual igualmente é parte integrante este Termo de Referência, em pagamento único conforme a cota escolhida pelo patrocinador:
- Patrocínio Ouro: Valor mínimo de R$ 200.000,00, sendo no máximo 01 (uma) cota nesta categoria.
- Patrocínio Prata: Valor mínimo de R$ 175.000,01, sendo no máximo 01 (uma) cota nesta categoria.

3. CONTRAPARTIDAS À PATROCINADORA

3.1. A empresa vencedora do certame e suas eventuais consorciadas se for o caso, terá como contrapartida o direito de divulgação de sua marca, obedecendo às regras para Patrocinadores dos projetos, respeitada a legislação aplicável.
3.2. As contrapartidas referentes à publicação e divulgação das marcas patrocinadoras em materiais de divulgação desta prefeitura, quando vinculadas em sua página oficial desta prefeitura os projetos, objeto deste patrocínio, onde deverão respeitar as orientações constantes no ANEXO III.
3.3. As divulgações de que trata o subitem 3.2, deverão atender ao ANEXO III.

- PATROCÍNIO OURO

Acesso aos processos dos projetos, objeto deste patrocínio junto a Prefeitura Municipal durante sua confecção.
Exposição da marca através de divulgação em todas as postagens em mídias digitais desta prefeitura relacionadas ao objeto deste patrocínio.

- PATROCÍNIO PRATA

Divulgação do nome do patrocinador nas ações objeto deste patrocínio junto a esta Prefeitura.
Acesso aos processos dos projetos, objeto deste patrocínio junto a Prefeitura Municipal após sua confecção.

4. DA FISCALIZAÇÃO

4.1. O Município será responsável pela fiscalização das obrigações contidas no Contrato de Patrocínio para a realização dos projetos.
4.2. O Município contará com equipes de fiscalização da parceria com a especial finalidade de comprovar a efetividade das entregas pactuadas entre as partes.

4.3. Os fiscais emitirão relatórios de fiscalização, consubstanciando a realidade dos fatos averiguados.

5. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. A vigência do termo de parceria se inicia com a assinatura e se encerra após o termino dos projetos.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os casos omissos serão resolvidos pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO**, que deverá interpretar as regras aqui previstas e basear as suas decisões segundo as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública.

Antonina, 22 de janeiro de 2026

GIANCARLO NOGUEIRA DA CRUZ
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

ANEXO II

ESTIMATIVA DOS SUBSIDIOS PARA PROJETOS OBJETO DE CUSTEIO PELO PATROCÍNIO

Projetos Básico e Executivo de uma passarela para pedestres com extensão de 40,00 metros, a ser implantada nas coordenadas geográficas 25°14'35.1"S 48°44'53.5"W. A prestação dos serviços deverá incluir levantamento topográfico, estudos geotécnicos (sondagem), cálculos estruturais e memórias descritivas

Projetos Básico e Executivo de Revitalização da Rodovia PR-408, em uma extensão de 3,6 km. O escopo dos serviços compreende a elaboração de projetos de geometria, terraplenagem, drenagem e sinalização (vertical e horizontal), subsidiados por estudos preliminares de traçado, topografia, hidrologia, geotecnia, tráfego e segurança viária, em estrita conformidade com as normas técnicas do DER/PR

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PATROCÍNIO

O Patrocinador ....., inscrito no CNPJ sob o nº....., estabelecido na..... nº....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu representante legal..... portador do RG nº ..... e do CPF nº....., apresenta proposta em conformidade com o Edital e demais anexos.

VALOR DE OFERTA DE PATROCÍNIO R$_____,_____ (VALOR POR EXTENSO)	
COTA (assinale)	
OURO	**PRATA**

- PATROCÍNIO OURO

Acesso aos processos dos projetos, objeto deste patrocínio junto a Prefeitura Municipal durante sua confecção.

Exposição da marca através de divulgação em todas as postagens em mídias digitais desta prefeitura relacionadas ao objeto deste patrocínio.

- PATROCÍNIO PRATA

Divulgação do nome do patrocinador nas ações objeto deste patrocínio junto a esta Prefeitura.

Acesso aos processos dos projetos, objeto deste patrocínio junto a Prefeitura Municipal após sua confecção.

(Local e data)

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante com carimbo da empresa e CNPJ)
Nome: R.G.:
Cargo:

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

O patrocinador ....., com sede na....., nº....., C.N.P.J. nº ....., DECLARA, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que:

Inexiste Fato Impeditivo à Habilitação e aceitação das condições do Edital e seus anexos.

Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e tampouco menor de dezesseis anos, salvo a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Cumpre, com rigorosa observância, as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e de outras disposições acerca da matéria.

(Local e data)

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO V
MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE PARCERIA / PATROCÍNIO

Pelo presente TERMO DE PATROCÍNIO, de um lado, o MUNICÍPIO DE ANTONINA, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.516/0001-07, situado na Rua XV de Novembro, nº 150, Centro, Antonina, Paraná por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas; e de outro lado a empresa _____, Patrocinadora, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, lavram o presente Termo nas condições a seguir aduzidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo consiste no patrocínio de subsidio para "PROJETOS NO MUNICIPIO DE ANTONINA", nos termos do Edital nº 001/2026

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS AÇÕES DE APOIO OU PATROCÍNIO

A ação de patrocínio consiste no aporte de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para ser utilizado na realização de projetos, tendo como cota de patrocínio a categoria [nome da categoria]

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DO PATROCINADOR

Constituem obrigações do PATROCINADOR:

a) Efetuar o depósito do valor pactuado na conta bancária indicada pela Prefeitura Municipal de Antonina, dentro do prazo estipulado;

b) Utilizar as marcas, logotipos e demais sinais distintivos do evento exclusivamente nos limites autorizados no Edital nº 001/2026 e Termo de Referência;

c) Observar a legislação vigente, em especial as normas de proteção ao consumidor, direitos autorais, ambientais e de propriedade intelectual;

d) Abster-se de realizar qualquer ação promocional ou publicitária que comprometa a imagem institucional do Município ou a finalidade cultural do evento;

e) Responsabilizar-se integralmente por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de suas ações promocionais vinculadas ao patrocínio.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO
Constituem obrigações do MUNICÍPIO DE ANTONINA:
a) Aplicar os recursos recebidos exclusivamente na execução do objeto deste Termo, observadas as normas legais e administrativas pertinentes;
b) Assegurar ao patrocinador as contrapartidas institucionais previstas no Edital nº 001/2026, especialmente quanto à divulgação da marca, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
c) Promover a divulgação institucional do evento e do patrocínio nos meios oficiais, nos limites permitidos pela legislação;
d) Disponibilizar informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento da execução do objeto deste Termo;
e) Publicar o extrato do presente Termo no Diário Oficial do Município e divulgar sua íntegra no site oficial da Prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
O presente Termo entra em vigor na data de sua assinatura, firmando-se em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores.
Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, observada a legislação aplicável.
Fica eleito o Foro da Comarca de Antonina/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Antonina, ____, de _____ de 2026.

Município de Antonina
ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
GIANCARLO NOGUEIRA DA CRUZ
Secretário Municipal

_____
Empresa

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:5F1566E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 115/2026 - ABRE CRÉDITO AO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 115/2026, de 24 de março de 2026

Abre crédito adicional especial na importância de até R$ 159.757,18 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos).

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 014/2026,

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional especial no Orçamento Municipal, com a correspondente adequação do Plano Plurianual - PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no valor de até R$ 159.757,18 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos), na dotação orçamentária abaixo discriminada.

Crédito Especial

12.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**	
12.002.00.000.0000.0.000.	Divisão de Cultura	
12.002.13.122.0003.2.022.	Preservação Tradicional e Desenvolvimento da Cultura	
564 - 3.3.90.39.00.00	1422 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 159.757,18

Valor: R$ 159.757,18

Art. 2º. Para atendimento ao disposto no artigo 1º deste decreto, servirão como recursos os valores provenientes do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 24 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:98110901

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 89/2026 - ABRE CRÉDITO AO ORÇAMENTO R$ 313.192,99

DECRETO Nº 089/2026, de 13 de março de 2026

Abre crédito adicional especial na importância de até R$ 313.192,99 (trezentos e treze mil, cento e noventa e dois reais e noventa e nove centavos).

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 13/2026,

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional especial no Orçamento Municipal, com a correspondente adequação do Plano Plurianual - PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no valor de até R$ 313.192,99 (trezentos e treze mil, cento e noventa e dois reais e noventa e nove centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas.

Crédito Especial

12.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**	
12.002.00.000.0000.0.000.	Divisão de Cultura	
12.002.04.131.0003.2.068.	Desenvolvimento dos Assuntos de Comunicação, Cultura e Patrimônio Histórico	
561 - 3.3.90.36.00.00	3806 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 130.858,55
562 - 4.4.90.52.00.00	1806 Equipamentos e Material Permanente	R$ 25.000,00
12.002.13.122.0003.2.022.	Preservação Tradicional e Desenvolvimento da Cultura	
563 - 3.3.90.39.00.00	1412 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 157.334,44

Valor: R$ 313.192,99

Art. 2º. Para atendimento ao disposto no artigo 1º deste decreto, servirão como recursos os valores provenientes do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:C190E232

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 006-2026 CP - DE 27 DE MARÇO DE 2026 - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL N.º 006-2026 CP - DE 27 DE MARÇO DE 2026

CONCURSO PÚBLICO

A Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Edital CP nº 009/2022 de 14/10/2022 do resultado final e homologação do Concurso Público de Provas e Títulos – Edital CP nº 001/2020, para provimento de cargos no Quadro de Pessoal do Executivo Municipal e vagas para os Cargos Públicos, relacionados em anexo:

RESOLVE CONVOCAR:

1. Os candidatos aprovados e classificados no referido Concurso, para o Cargo Público, conforme relação anexa, parte integrante deste Edital, para comparecerem **no período de 01/04/2026 à 10/04/2026**, no horário das 09:00 Hs as 17:00, sito à Rua XV de Novembro, 150, na Divisão de Recursos Humanos, munido dos seguintes documentos

Carteira de Identidade (xerox)
Título de Eleitor (xerox)
CPF/MF (xerox)
Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (se for o caso)
Certidão de Nascimento de filhos menores
Comprovante de Residência
Documento de habilitação no órgão competente (se for o caso)
01 foto 3x4
PIS OU PASEP (se já inscrito)
Atestado de vacina de filho menores
Atestado médico de capacitação física e mental
Comprovante de escolaridade exigida no Edital.
Certidão Negativa de antecedentes criminais.

N.B:. O convocado deverá comparecer no prazo estipulado, sob pena de perda da vaga.
Antonina, 27 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

ANEXO I - EDITAL Nº 006/2026 CP
DE 27 DE MARÇO DE 2026

RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARCIAL DE PESSOAL APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO HOMOLOGADO PELO EDITAL Nº 009/2022, DE ACORDO COM O NÚMERO DE VAGAS ABERTAS :

CARGO – ASSISTENTE SOCIAL

NOME	*INSCRIÇÃO*	*POSIÇÃO*
KASSIA LORENA FERNANDES CORDEIRO	*3825*	*18º*

CARGO – CONTADOR

NOME	*INSCRIÇÃO*	*POSIÇÃO*
MATHAUS JOHANN FOLKUENIG	*5310*	*9º*

CARGO – PSICÓLOGO

NOME	*INSCRIÇÃO*	*POSIÇÃO*
JOANA SCHENATZ TRAUTWEIN	*8989*	*22º*
JOÃO GUSTAVO FARIAS RIBEIRO	*7752*	*23º*

Antonina, 27 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:A8EE6720

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER TERMO APAE - 2026

PARECER JURÍDICO

Protocolo digital: 9053/2025
Interessado: Secretaria Municipal de Educação e Esportes.
Assunto: Parecer Jurídico – Possibilidade de formalização de parceria com Organização da Sociedade Civil (OSC).

DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº 14.133/2021. LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. INEXIGIBILIDADE. RECOMENDAÇÕES.

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de análise jurídica sobre o procedimento de inexigibilidade de chamamento público visando a celebração de parceria entre a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Antonina) e o Município de Antonina/PR, conforme Plano de Trabalho.
O presente feito foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise da legalidade e regularidade dos atos praticados, notadamente quanto à adequação do enquadramento legal da hipótese de contratação direta e à conformidade do processo com a legislação aplicável.
Para tanto, foi aberto o processo com protocolo nº 9053/2025, na forma digital e física, com a finalidade de garantir a observância das formalidades legais para a referida contratação, tendo sido juntados os seguintes documentos:
Certidões de regularidade da entidade;
Cópia da lei de utilidade pública;
Ofício de solicitação;
Plano de trabalho;
Documentos da entidade;
Parecer contábil e indicação de dotação orçamentária.

Por fim, foram enviados os presentes autos para esta assessoria jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico.
É o breve relatório.

FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

Preliminarmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.
Como se pode observar do dispositivo legal, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.
Ainda, de acordo com o disposto no artigo 2º da Lei Municipal 04/2024 "*a Procuradoria-Geral do Município é o órgão de assessoramento do Gabinete do Prefeito, com subordinação direta ao Chefe do Poder Executivo e abrange atribuições cujo desempenho requeiram conhecimentos a nível universitário, com funções relativas à liderança e articulação institucional, no setor de suas atividades*".
De forma convergente, o inciso II do art. 9º da referida Lei estabelece que compete aos Procuradores "*exarar pareceres, notas, informações, cotas e despachos*", ou seja, exercer função de consultoria jurídica, emitindo parecer sobre matérias e processos administrativos submetidos ao seu exame. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº 7
A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Ressalte-se que as especificações técnicas e o detalhamento do objeto foram definidos pelo agente requisitante, presumindo-se que tenham sido estabelecidos com base em critérios técnicos e objetivos, voltados ao atendimento do interesse público.
Nesse mister, a presente análise restringe-se a apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real

dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não as recomendações apresentadas.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Os instrumentos jurídicos previstos na Lei Federal nº 13.019, de 2014, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, são os adequados para a formalização do repasse de verbas públicas para incentivo financeiro a ser aplicado em ações que atendam o interesse público e as ações sociais.

O **Termo de Colaboração** é utilizado para a execução de políticas públicas nas mais diferentes áreas, nos casos em que a política pública em questão já tem parâmetros consolidados, com indicadores e formas de avaliação conhecidos, integrando muitas vezes sistemas orgânicos, conforme se verifica do art. 16 da Lei 13.019/2014 – MROSC.

Já o **Termo de Fomento** pode apoiar e reconhecer iniciativas das próprias organizações civis, buscando atrair para as políticas públicas tecnologias sociais inovadoras, fomentar projetos e eventos nas mais diversas áreas e ampliar o alcance das ações desenvolvidas por parte das organizações, é que se interpreta do art. 17 do MROSC.

Quando a parceria não envolve transferência de recursos financeiros será firmado o **Acordo de Cooperação**. O Acordo, em geral, não exige prévia realização de chamamento público. Mas no caso de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, deve haver chamamento. Como exemplo, pode-se citar o intercâmbio de conhecimentos e de quadros técnicos, cessão de servidores, ou a outorga de bens para o empoderamento de agricultores familiares, entre outros.

No caso em análise, considerando o conteúdo do processo e a necessidade de repasse e/ou utilização de verbas públicas, o instrumento jurídico que se mostra pertinente é o Termo de Fomento, nos termos da Lei nº 13.019/2014, diferentemente do enquadramento inicialmente justificado pela entidade.

Isso porque a própria APAE apresenta projeto específico e solicita apoio financeiro para sua execução, caracterizando iniciativa da organização da sociedade civil, hipótese que se amolda ao conceito legal de Termo de Fomento, conforme art. 2º, inciso VIII, da referida lei.

Ressalte-se, ainda, que o plano de trabalho anexado aos autos prevê expressamente a captação de recursos com o objetivo de custeio das ações nele previstas, o que reforça a natureza de fomento da parceria, consistente no apoio financeiro do Poder Público à iniciativa apresentada pela entidade.

Dos requisitos legais e da Inexigibilidade do Chamamento Público

Com o advento da Lei Federal nº 13.019/2014 ficaram definidas as regras para a celebração das parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil com o intuito de cooperação para alcance de interesse comum de finalidade pública.

Essa lei reconhece que as parcerias aproximam as políticas públicas das pessoas e das realidades locais possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora. Por ter abrangência nacional, a lei deve ser cumprida por todos os órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais.

Logo, em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.

Em regra, para que a administração municipal possa celebrar parcerias com outras entidades deverá realizar chamamento público, podendo ser usados como exceção a dispensa e inexigibilidade.

In casu, não se pretende a realização de Chamamento Público, haja vista que a Instituição APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é a única entidade nesta área de atuação no Município reconhecida de Utilidade Pública, conforme Lei Municipal nº 004/88, de 9 de junho de 1988 e autorizada por Lei1, enquadrando-se na hipótese e Inexigibilidade prevista no art. 31, caput, c/c inciso II, da Lei 13.019/2014.

Nestes casos, a Lei nº. 13.019/2014 preceitua que, havendo singularidade do objeto da parceria, ou apenas uma entidade capaz de cumprir com o plano de trabalho, pode haver inexigibilidade do chamamento público pertinente.

Conforme os documentos apresentados, se observa que apenas uma entidade é capaz de cumprir com o objeto proposto no plano de trabalho apresentado, bem como por se tratar de organização da sociedade civil autorizada em lei (**Lei Municipal nº 29/2002**) e com o tipo de subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320/1964, deve-se recorrer ao comando constante do artigo 31 do mesmo diploma, que dita:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

1 LEI MUNICIPAL Nº 29/2002

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Antonina para fins de repasse de recursos financeiros.

- o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

- a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art.

12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Outrossim, foi especificado o objetivo geral do projeto, seu público-alvo de alcance, a descrição da realidade local e o impacto social esperado, pretendendo a Instituição dar assistência indispensável a estudantes especiais, sendo que alguns recebem atendimento em domicílio.

Diante desse contexto, evidencia-se a relevância social da proposta e sua consonância com as políticas públicas voltadas à educação inclusiva e à proteção de pessoas com deficiência, mostrando-se, em tese, juridicamente possível a formalização da parceria, desde que observados os requisitos legais previstos na Lei nº 13.019/2014, especialmente quanto à aprovação formal do plano de trabalho, adequação orçamentária, autorização da autoridade competente e regular instrução processual.

Plano de trabalho

Para realização da parceria visando a formalização de Termo de Fomento, o mesmo deve ser precedido do Plano de Trabalho elaborado nos termos do parágrafo único do inciso XX do art. 42, o qual deverá ser devidamente aprovado, conforme determina o art. 35, IV da Lei 1.3019/2014.

Verifica-se que está presente nos autos o Plano de Trabalho, onde consta o objeto da parceria, a justificativa para sua realização, as metas a serem atingidas, previsão de receitas, forma de execução das atividades, definição dos parâmetros para aferição do cumprimento das metas, indicação do gestor e do fiscal do termo e cronograma de desembolso.

Assim, nos limites de análise do termo para elaboração de parecer, entende-se, em tese, como presentes os elementos mínimos necessários para sua aprovação, eis que a legislação não impõe ao Plano de Trabalho exigências de conteúdo, assim como o faz em relação ao Termo.

Além disso, a celebração do Termo de Fomento exige prévia análise e aprovação expressa do Plano de Trabalho pela autoridade competente, com manifestação técnica

quanto à compatibilidade do objeto com as políticas públicas municipais, adequação orçamentária e regularidade documental da entidade, conforme arts. 35 e 42 da Lei nº 13.019/2014.

Dessa forma, impõe-se que o Plano de Trabalho seja submetido à apreciação técnica do setor competente, com emissão de parecer conclusivo quanto à sua viabilidade, adequação financeira e atendimento aos requisitos legais, somente após o que poderá ser formalizada a parceria pretendida.

Da autorização do Chefe do Poder Executivo

Verifica-se que não consta nos autos autorização formal do Chefe do Poder Executivo para a celebração da parceria pretendida.
Nos termos da Lei nº 13.019/2014 e da sistemática de controle interno da Administração Pública, a formalização de Termo de Fomento exige prévia autorização da autoridade competente, especialmente quando envolver repasse de recursos públicos.
Assim, faz-se necessária a juntada de despacho formal de autorização da Exma. Sra. Prefeita, com a devida manifestação expressa quanto à conveniência e oportunidade da celebração da parceria, previamente à adoção de quaisquer providências para sua formalização.

Indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria
Consta nos autos parecer financeiro contendo a indicação da rubrica orçamentária, atendendo as exigências legais.

Minuta do Termo de Fomento
Verifica-se que não consta anexada aos autos a minuta do Termo de Fomento a ser celebrado, o que se mostra indispensável à adequada análise jurídica do instrumento.
Nos termos do art. 42 da Lei nº 13.019/2014, as parcerias formalizadas por meio de Termo de Fomento devem conter cláusulas essenciais, tais como a descrição do objeto, obrigações das partes, cronograma de desembolso, vigência, forma de prestação de contas, mecanismos de monitoramento e avaliação, hipóteses de restituição de recursos, titularidade de bens remanescentes, prerrogativas da Administração, responsabilidade da organização da sociedade civil, dentre outros requisitos legalmente previstos.
Além disso, nos termos do parágrafo único do referido artigo, o Plano de Trabalho deve constar como anexo do instrumento, integrando-o de forma indissociável.

Dessa forma, faz-se necessária a juntada da minuta do Termo de Fomento, devidamente estruturada em conformidade com os requisitos do art. 42 da Lei nº 13.019/2014, para fins de análise jurídica prévia e verificação da regularidade formal do instrumento antes de sua eventual celebração.

RECOMENDAÇÕES
Elaboração e Publicação da justificativa
A Secretária Municipal de Educação – gestora da pasta, deverá apresentar justificativa fundamentada, expondo a motivação para a celebração do Termo de Fomento, devendo ser publicada, em atendimento ao disposto no art. 32, § 1º, da Lei 13.019/2014.

Dos documentos necessários
Por fim, o estatuto de eleição, relação dos dirigentes e certidões negativas foram acostadas aos autos de acordo com a legislação de regência (arts. 33 e 34). Todavia, algumas certidões estão com prazo de validade expirado, sendo necessária a juntada de certidões válidas para formalizar a parceria.

IV. CONCLUSÃO:
ANTE O EXPOSTO, em resposta à consulta realizada, opina-se pela possibilidade de o Município formalizar parceria através de Termo de Fomento com a Organização da Sociedade Civil - APAE, mediante inexigibilidade de Chamamento Público nos termos do art. 31 da Lei 13.019/2014, desde que que atendidas as seguintes recomendações legais:
Apresentação dos documentos contidos no rol do art. 34 da Lei 13019/2014 e declarações de não impedimento;
Parecer da comissão de seleção (art. 2º, X da Lei 13019/2021) ou comissão específica com finalidade semelhante sobre a aprovação do plano de trabalho (art. 35, IV da Lei 13.019/2014);
Elaboração da minuta do termo de parceria a ser realizado;
Publicação do extrato da justificativa da inexigibilidade no seu sítio oficial da internet, ou seja, no meio oficial de publicidade (Diário Oficial dos Municípios) e no portal de transparência do ente, antes da celebração da parceria, ao efeito de se garantir ampla publicidade e a concessão do prazo mínimo de 05 (cinco) dias a contar da publicação para eventual impugnação;
Designação do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação em conformidade com o art. 2º, XI, a fim de cumprir os requisitos estabelecidos no art. 35, V, "g" e "h" da Lei 13.019/2014;
Recomenda-se a retificação formal do Plano de Trabalho, com a devida adequação terminológica e jurídica do instrumento pretendido, para que reflita corretamente a natureza da parceria, evitando inconsistências formais e assegurando conformidade com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Ressalta-se que todas as recomendações acima elencadas foram formuladas em conformidade com as exigências legais previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.
É o parecer.

Antonina, Datado e Assinado Digitalmente.
FERNANDA CASARIL
Procuradora Municipal

OAB/PR 130.833
EMELEN SUÉLEN DA CUNHA
Procuradora- Geral -
Decreto nº 391/2025 OAB/PR 93.134

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:A5DA47FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 146/2.026 - EXONERAR, A PEDIDO A(O) SERVIDOR(A) DAIANE NARCIZO PINTO , ENFERMEIRA – MATRICULA Nº 6150

PORTARIA Nº 146/2.026, de 30 de março de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme protocolo nº 3594/2026.

Resolve:

Exonerar, a PEDIDO a(o) Servidor(a) **DAIANE NARCIZO PINTO , Enfermeira – Matricula nº 6150**, **em 26/03/2026.**

Declarar vago o cargo público de **ENFERMEIRA** no Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 30 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:18FF372D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 147/2026 - LICENÇA ESPECIAL - SIRLENE DOS SANTOS XAVIER , TELEFONISTA/ATENDENTE DE SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 147/2026, de 30 de março 2026.
A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 2123/2026.

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **SIRLENE DOS SANTOS XAVIER , TELEFONISTA/ATENDENTE DE SECRETÁRIA - matricula nº 251601,** 90 (noventa) dias de Licença Especial remunerada, no período de **01/04/2026 à 29/06/2026.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 30 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:6B309E92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 148/2026 - LICENÇA ESPECIAL ARI HAROLDO DE OLIVEIRA , MOTORISTA D/E

PORTARIA Nº 148/2026, de 30 de março 2026.
A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 3267/2026.

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **ARI HAROLDO DE OLIVEIRA , MOTORISTA D/E - matricula nº 277231,** 90 (noventa) dias de Licença Especial remunerada, no período de **30/03/2026 à 27/06/2026**.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 30 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:D5FEB89C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 149/2026 - LICENÇA ESPECIAL VALDECIR ELIAS DA CRUZ , PEDREIRO - MATRICULA Nº 247671

PORTARIA Nº 149/2026, de 30 de março 2026.
A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 0053/2026.

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **VALDECIR ELIAS DA CRUZ , PEDREIRO - matricula nº 247671,** 90 (noventa) dias de Licença Especial remunerada, no período de **01/04/2026 à 29/06/2026**.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 30 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:658CAB8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 150/2026 - LICENÇA ESPECIAL REMUNERADA, FABIANE DE OLIVEIRA ALVES , PROFESSOR(A) - 2 MATRICULAS Nº 354401 E 310541

PORTARIA Nº 150/2026, de 30 de março 2026.
A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 3133/2026.

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **FABIANE DE OLIVEIRA ALVES , PROFESSOR(A) - 2 matriculas nº 354401 e 310541 ,** 90 (noventa) dias de Licença Especial remunerada, no período de **16/03/2026 à 13/06/2026.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 30 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:027BDAAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 155/2.026 - EXONERAR, A(O) SERVIDOR(A) ANITA FERNANDES DA SILVA , AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MATRICULA Nº 305031, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA

PORTARIA Nº 155/2.026, de 30 de março de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Carta de Beneficio NIT nº 239.034.369-9.

Resolve:

Exonerar, a(o) Servidor(a) **ANITA FERNANDES DA SILVA , AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – Matricula nº 305031,** por motivo de aposentadoria, **em 01/04/2026.**

Declarar vago o cargo público de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** no Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 30 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:EB4124B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PSS 001/2025 - EDITAL 001/2025 - TORNAR PÚBLICO CONVOCAÇÃO Nº 15/2026 1. A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS ELENCADOS NOS ITENS 6 E 8 DO EDITAL Nº 01/2025:

Edital 001/2025 - TORNAR PÚBLICO

Convocação nº 15/2026

1. A convocação dos candidatos abaixo relacionados para entrega dos documentos elencados nos itens 6 e 8 do Edital nº 01/2025:

PROFESSOR I

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SOMA
	AMPLA CONCORRÊNCIA	
377º	Roni Von Nunes Cordeiro	8
338º	Saryta Passos Ivanovitis Matta Pires	8
399º	Silvana Vaz Carneiro Albiero Leal	8
340º	Thaís Alvim De Minas Santos	7
341º	Anne Carolline Dos Santos Freitas	7

2. A apresentação dos documentos deve ocorrer no período de **06 de abril de 2026**, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 15h00min na sede da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Avenida Conde Matarazzo, 758- Penha.
3. A avaliação da documentação será realizada no dia **06 de abril de 2026**.
4. Os candidatos com inscrições duplicadas para a mesma função terão apenas uma das inscrições validadas após a entrega dos documentos.
5. As vagas disponíveis são para o período da **TARDE**.
6. Os professores com documentação devidamente legitimada serão comunicados a comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação e Esporte para definição de vaga em data a definir.

Dê-se ciência e cumpra-se.
Antonina em 30 de março de 2026.

FABIANA DAS GRAÇAS SOUZA CERQUEIRA
Presidente da Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:8ED5B8D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PSS 003/2025 – CONVOCAÇÃO Nº 14/2026 - TORNAR PÚBLICO 1. A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS ELENCADOS NOS ITENS 5 E 7 DO EDITAL Nº 03/2025:

PSS 003/2025 – Convocação nº 14/2026

TORNAR PÚBLICO

1. A convocação dos candidatos abaixo relacionados para entrega dos documentos elencados nos itens 5 e 7 do Edital nº 03/2025:

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SOMA
22º	Hevelyn Katyene da Silva Martins	21

2. A apresentação dos documentos deve ocorrer no período de **06 de abril de 2026, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 15h00min** na sede da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Avenida Conde Matarazzo, 758- Penha.
3. A avaliação da documentação será realizada no dia **06 de abril de 2026**.
4. Os candidatos com inscrições duplicadas para a mesma função terão apenas uma das inscrições validadas após a entrega dos documentos.
5. Os professores com documentação devidamente legitimada serão comunicados a comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação e Esporte para definição de vaga em data a definir.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Antonina em 30 de março de 2026.

FABIANA DAS GRAÇAS SOUZA CERQUEIRA
Presidente da Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:08817A44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FOMENTO 001/2026 - MUNICÍPIO E APAE

TERMO DE FOMENTO - PMA - nº 001/2026

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR E A A.P.A.E. – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE ANTONINA/PR PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ASSISTÊNCIAIS.

O MUNICÍPIO DE ANTONINA, inscrito no CNPJ sob nº 76.022.516/0001-07, localizado à Rua XV de Novembro, 150 – Centro – Antonina/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal - ROZANE MARISTELA BENEDETI OSAKI, portadora da cédula de identidade nº expedida pela SSP-PR e do C.P.F. nº , residente e domiciliado à Rua Edgar Withers, 51 - Penha – Antonina/PR , doravante denominado**MUNICÍPIO**e a**A.P.A.E - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE ANTONINA/PR**, inscrita no CNPJ sob n**°**79.103.420/0001-53, localizada à Rua Izari Carlos da Silva, nº245 - Caixa D'água – Antonina/PR, entidade privada sem fins lucrativos neste ato representada pelo seu presidente WAGNER MAURICIO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do RG/CPF nº 038.289.349-27, residente e domiciliado à Avenida Thiago Peixoto, 370 -Batel – CEP 83370-730, nesta cidade de Antonina/PR e doravante denominada**APAE**, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regido no que couber, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei 13.019 de 31 de Julho de 2014, Resolução TCE/PR nº 028/2.011 e 046/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objetivo a concessão de repasse de recursos financeiros para o custeio das despesas operacionais da**A.P.A.E.,**conforme o Plano de Aplicação detalhado devidamente assinado pelo Representante da Entidade e Aprovado pelo Concedente, fator preponderante para o desenvolvimento de suas atividades assistenciais, autorizado pela Lei Municipal nº 29, de 02 de Dezembro de 2.002.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
São obrigações das partes:

DO MUNICÍPIO
repassar à APAE de Antonina os recursos financeiros acordados para dar cumprimento aos objetivos definidos na cláusula primeira;
Fixar e dar ciência à APAE de Antonina dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução deste Termo de Fomento;
Acompanhar, supervisionar os serviços, realizando vistorias in loco, diretamente ou através de terceiros, expressamente autorizados;
Exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do Termo de Fomento.

II – DA APAE
receber e aplicar integralmente os recursos financeiros recebidos na cobertura de suas despesas operacionais, tais como: aquisição de equipamentos, materiais de limpeza, de expediente e didáticos, de gêneros alimentícios, de manutenção de veículos, aquisição de combustível, assim como, despesas ordinárias de pessoal e outros desde que abrangidos pelo escopo de que trata a clausula primeira.
Executar diretamente as atividades essenciais da entidade de forma qualificada, em consonância com as diretrizes técnicas e programáticas da Prefeitura Municipal de Antonina/PR, e de conformidade com um Plano de Atendimento.
Proporcionar aos técnicos credenciados pela Prefeitura Municipal de Antonina/PR, todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento de supervisão, ao controle a à fiscalização da execução do Termo de Fomento.
Arcar com o pagamento de toda e quaisquer despesas excedentes aos recursos transferidos pelo Município de Antonina.
Manter atualizada a escrituração contábil especifica dos atos e fatos relativos à execução do Termo de Fomento, para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos no desenvolvimento de suas atividades.
Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes dos atendimentos, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais deles resultantes não gerando para o Município de Antonina obrigação ou encargo de qualquer natureza.
Os saldos do Termo de Fomento, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de órgão oficial. Quando a previsão de uso for igual ou superior a 01 (um) mês ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo menores de 01 (um) mês.
Alimentar o SIT – Sistema integral de Transferência mensalmente, realizando a inclusão dos documentos essenciais e o fechamento dos Bimestres, de acordo com a Resolução nº 028/2011 e 046/2014 e Instrução Normativa do TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA– RECURSOS FINANCEIROS
O valor total do presente termo será de**R$ 200.000,00**(trezentos mil reais), dividido em**09**(nove) parcelas mensais, de**R$ 22.222,22**(vinte e dois mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), conforme cronograma de desembolso.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
As parcelas a serem liberadas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento da Prefeitura Municipal de Antonina/PR, para os atendimentos de que trata este instrumento.
04.122.0000.2.038.3.3.5.0.43.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO
Este Termo de Fomento poderá ser rescindido por descumprimento de suas cláusulas, por ambas as partes. O presente Termo de Fomento também poderá ser rescindido por iniciativa das partes desde que comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
Este Termo de Fomento será publicado no Jornal Oficial do Município, em Extrato correndo as despesas à conta da Prefeitura Municipal de Antonina/PR.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO
Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Antonina/PR a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre os atendimentos objeto deste Termo de Fomento, diretamente ou através de terceiros devidamente credenciados.
A forma de execução do acompanhamento e da fiscalização deverá ocorrer por meio de relatórios, inspeções, visitas e emissão de certificados e/ou relatórios.
A Fiscalização será realizada pelo(a) servidor(a), Paola Marciele Fumaneri Valerio – Assistente Administração, servidora de provimento efetivo da Prefeitura e acompanhada pelo Controle Interno do Poder Executivo, através dos seus membros.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO
A APAE de Antonina, compromete-se a restituir os valores repassados pela Prefeitura Municipal de Antonina/PR, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicada aos débitos para com a Fazenda Estadual e Municipal a partir da data do seu recebimento, na hipótese de inexecução do objeto ou outra irregularidade em que resulte prejuízo ao erário publico.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA
O presente Termo de Fomento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 09 (nove) meses, podendo ser rescindido a qualquer tempo, motivado pelo descumprimento de qualquer das cláusulas, ou prorrogado o seu prazo através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO
Os participes elegem o foro da Comarca de Antonina/PR, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E assim, os participes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas que também subscrevem-no.

Antonina, 27 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal de Antonina PR

APAE ANTONINA/PR
Presidente da APAE de Antonina PR

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Visto:

EMELEN SUELEN DA CUNHA
Procuradoria Juridica

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário Mun de Finanças

ANEXO I

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Nº DE PARCELA	DATA	VALOR
01	04/2026	R$ 22.222,22
02	05/2026	R$ 22.222,22
03	06/2026	R$ 22.222,22
04	07/2026	R$ 22.222,22
05	08/2026	R$ 22.222,22
06	09/2026	R$ 22.222,22
07	10/2026	R$ 22.222,22
08	11/2026	R$ 22.222,22
09	12/2026	R$ 22.222,24
		R$ 200.000,00

Antonina, 27 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal de Antonina PR

APAE ANTONINA PR
Presidente da APAE de Antonina PR

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Visto:

EMELEN SUELEN DA CUNHA
Procuradoria Jurídica

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário Mun de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:01A334F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 016/2026

Atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997, **NOTIFICAMOS**, aos Partidos Políticos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Astorga, da **liberação dos seguintes recursos federais ao Município de Astorga:**

ORIGEM / OBJETO DOS RECURSOS	VALOR (R$)	DATA
- Fundo Especial do Petróleo	32.970,31	27/03/2026
- Fundo de Participação dos Municípios	1.465.745,46	30/03/2026
- FUNDEB 60%	164.262,33	30/03/2026
- ICMS – desoneração das exportações	14.840,92	30/03/2026
- FMS CT SUSCUSTEIOSUS	12.992,32	30/03/2026
- INCRA-ITR	3.077,25	30/03/2026
- ASTORGABL PSB FNAS	17.614,68	30/03/2026
- ASTORGABL GBF FNAS	4.626,54	30/03/2026
- ASTORGABL MAC FNAS	17.950,47	30/03/2026

Astorga, 31 de março de 2026.

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:3FF93B91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.407/2026

SÚMULA: INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA COMO VEÍCULO OFICIAL DE COMUNICAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE ASTORGA-PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA - ESTADO DO PARANÁ, **APROVOU** E EU, PREFEITA MUNICIPAL, **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído como veículo oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos do Município de Astorga-PR o DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA.
Parágrafo Único. Serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Astorga os atos normativos e administrativos dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como dos órgãos que compõem a administração pública direta e indireta.

Art. 2° - As edições do Diário Oficial Eletrônico do Município de Astorga serão disponibilizadas na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico do Município de Astorga, assegurando-se amplo, irrestrito e gratuito acesso público de forma ininterrupta.

Art. 3° - As edições do Diário Oficial Eletrônico do Município de Astorga atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade e validade jurídica das informações divulgadas.

Art. 4° - As publicações eletrônicas realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Astorga substituirão quaisquer outras formas de publicação utilizadas pelo Município, exceto quando a legislação federal ou estadual exigir outro meio de publicidade e divulgação dos atos administrativos.

Art. 5° - Os direitos autorais dos atos municipais publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Astorga são reservados ao Município de Astorga-PR.

Art. 6º - A responsabilidade pelo conteúdo da publicação é do órgão que o produziu.

Art. 7º - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - O Diário Oficial Eletrônico do Município de Astorga fica vinculado à Secretaria Municipal de Administração e não possuirá autonomia administrativa ou financeira.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 03 (três) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:6348EE70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 369/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n.º 1.352/2025, de 13 de novembro de 2025;

R E S O L V E

CONCEDER à servidora **ALINE PEREIRA FONSECA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Professor de Educação Infantil, Nível D-1, LICENÇA MATERNIDADE, pelo **período de 180 (cento e oitenta) dias**, com **início em 21 de março de 2026 e término em 17 de setembro de 2026**, conforme atestado médico e requerimento protocolado sob n.º 4968/2026, de 27/03/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:3864F4CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 370/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n.º 1.352/2025, de 13 de novembro de 2025;
Considerando o inciso III, do Art.112, da Lei Complementar n.º 1.232/94-E - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Astorga, com redação dada pela Lei Complementar n.º 2.528/2013, de 25/04/2013 e a Lei Complementar n.º 3.139/2021, de 11/11/2021;

R E S O L V E

Art.1º - Autorizar a **conversão de 03 (três) dias da licença-prêmio**, relativos ao período aquisitivo de **12/02/2012 a 11/02/2017**, da servidora **FERNANDA APARECIDA VITO DA SILVA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Professor de Educação Infantil, conforme requerimento protocolado sob n.º 5007/2026, de 27/03/2026.

Art. 2º - A conversão em pecúnia prevista no artigo anterior, será utilizada exclusivamente para o pagamento de tributos municipais (IPTU), existentes em nome da servidora.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:43ACB145

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 371/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n.º 1.352/2025, de 13 de novembro de 2025;
Considerando o inciso III, do Art.112, da Lei Complementar n.º 1.232/94-E - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Astorga, com redação dada pela Lei Complementar n.º 2.528/2013, de 25/04/2013 e a Lei Complementar n.º 3.139/2021, de 11/11/2021;

R E S O L V E

Art.1º - Autorizar a **conversão de 44 (quarenta e quatro) dias da licença-prêmio**, relativos ao período aquisitivo de **03/04/2016 a 02/04/2021**, do servidor **DARCI PEREIRA DA SILVA**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Motorista de Veículos Pesados, conforme requerimento protocolado sob n.º 4831/2026, de 25/03/2026.

Art. 2º - A conversão em pecúnia prevista no artigo anterior, será utilizada exclusivamente para o pagamento de tributos municipais (IPTU), existentes em nome do servidor.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:EA4C7752

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BALSA NOVA – PR RESOLUÇÃO Nº 03/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BALSA NOVA – PR

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Súmula: Dispõe sobre a atualização cadastral e renovação da Entidade Governamental Unidade de Acolhimento Abrigo Emília Dreviniake Bora junto ao CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balsa Nova – PR, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 218/1990, com alterações posteriores pelas Leis Municipais nº 617/2011 e nº 1397/2024, bem como demais dispositivos legais aplicáveis, torna público que, em **Assembleia Ordinária** realizada em 30 de março de 2026, este colegiado

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração do nome da entidade anteriormente denominada Casa Lar Santo Antônio, passando a denominar-se Abrigo Emília Dreviniake Bora, conforme Lei Municipal nº 1343/2023.

Art. 2º - Aprovar a alteração de endereço da entidade, passando a localizar-se na Rua Francisco Manoel da Cruz – Centro - Balsa Nova-PR.

Art. 3º - Aprovar a renovação da entidade **Governamental Unidade de Acolhimento Abrigo Emília Dreviniake Bora**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.105.527/0001-42, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Balsa Nova-PR, conforme tipificação de Acolhimento Institucional, sob nº 001/2026 P04 pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 30 de março de 2026.

Balsa Nova, 31 de março de 2026.

ANAILCE DA SILVA OLIVEIRA
Presidente | CMDCA
(Resolução nº 001/2025)

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:50A3E446

ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BALSA NOVA – PR RESOLUÇÃO Nº 04/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BALSA NOVA – PR

RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Súmula: Dispõe sobre a alteração dos conselheiros titulares e suplentes, representantes dos segmentos do governamental e não governamental.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balsa Nova - PR, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 218/1990, alterada pela Lei Municipal nº 617/2011 e Lei Municipal nº 1397/2024 e demais dispositivos aplicados à espécie, torna público que, em **Assembleia Ordinária** realizada em **30 de março de 2026**, o colegiado resolveu:

I – Representantes do Poder Executivo do Município de Balsa Nova

Art. 1º Fica alterada a representação do membro titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, passando a exercer a função o Sr. Jeferson Luiz Bonato Cochinski, em substituição à Sra. Anailce da Silva Oliveira.

Art. 2º Fica alterada a representação do membro suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social, passando a exercer a função a Sra. Elaine Ribeiro Dourado, em substituição à Sra. Neucimar Aparecida Vieira de Amorim de Souza.

Art. 3º Fica alterada a representação do membro titular da Secretaria Municipal de Saúde, passando a exercer a função a Sra. Eliane Zoviak Gomes, em substituição à Sra. Carla Natiana Gionedes Chybior.

Art. 4º Fica alterada a representação do membro suplente da Secretaria Municipal de Saúde, passando a exercer a função a Sra. Fabiula de Lurdes Roesner, em substituição à Sra. Caroline Alberton Gasparetto.

Art. 5º Fica alterada a representação do membro titular da Secretaria Municipal de Obras, passando a exercer a função o Sr. Gabriel da Silveira, em substituição ao Sr. Daniel Augusto Bertotti.

II – Representantes da Sociedade Civil

Art. 6º Fica alterada a representação do membro suplente do Instituto Pununã, passando a exercer a função a Sra. Patrícia Mello Leal Garret, em substituição à Sra. Camilla Ziliotto Kretschmer.

Art. 7º Fica alterada a representação do membro titular do Sindicato de Trabalhadores de Balsa Nova – SINDIBALSA, passando a exercer a função o Sr. Fabiano Felipe Prestes, em substituição à Sra. Elaine Ribeiro Dourado.

Art. 8º Fica alterada a representação do membro suplente do Sindicato de Trabalhadores de Balsa Nova – SINDIBALSA, passando a exercer a função a Sra. Rosilda Maria Alves de Paula, em substituição ao Sr. Fabiano Felipe Prestes.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2026.

Balsa Nova, 31 de março de 2026.

ANAILCE DA SILVA OLIVEIRA
Presidente – CMDCA
(Resolução Nº 001/2025)

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:AF1D31C6

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 012/2026 - CHAMADA PÚBLICA 005/2024 - AGENTE EDUCACIONAL

EDITAL Nº 012/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, considerando, rigorosamente, a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 005/2024, homologado, pelo Decreto nº. 331/2024 visando a contratação em caráter temporário do cargo de Agente Educacional, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 4145/2024 nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e 661/2012.

TORNA PÚBLICO:

Que em atendimento aos dispositivos contidos no **ITEM 9 DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO**, da **CHAMADA PÚBLICA 005/2024** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas desta Municipalidade, na Avenida Brasil, 665, em Balsa Nova, no dia **06/04/2026, às 15:00 horas**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **AGENTE EDUCACIONAL** ou pela opção de desistência, conforme consta em Edital **não é facultado o pedido de final de lista**.

Conforme memorando nº. 103/2026, processo nº. 3976/2026 e da SMECE, às vagas são:

LOCAL	N° DE VAGAS
Escola Rural Municipal Professor Joaquim da Rocha Soares	01

A escolha das vagas respeitará rigorosamente a ordem classificatória.

Os candidatos interessados deverão entregar a documentação necessária para sua admissão conforme item 9.

CLASS.	CANDIDATOS	N° DO PROCESSO
58°	LISANGELA BERNARDO RIBEIRO	10896/2024

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescido de 01 (uma) cópia, às suas expensas:
1) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2) 1 fotos 3x4 recentes
3) CTPS (pág. da foto e verso) e o número do PIS;
4) Comprovante de abertura de conta corrente no banco informado pelo departamento de gestão de pessoas, contendo o número da agência e conta;
5) Comprovante de endereço atual;
6) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
7) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral;
8) Avaliação médica de saúde ocupacional a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas;
9) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;
10) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
11) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do anexo IV deste Edital.
12) CPF dos dependentes.

Balsa Nova, 31 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:799704D6

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 049/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 049/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: ALCION BUBNIAK.
OBJETO: Locação de imóvel urbano, registrado sob a Matrícula nº 17.071 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo/PR, destinado ao funcionamento das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Balsa Nova/PR.
VALOR: Até R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), por todo o objeto contratado, com parcelas mensais de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
13.002.08.122.0015.2129-3.3.90.36.00.00.3000

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 30 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:6FAC924D

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 233/2026

PORTARIA N.º 233/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, considerando o processo administrativo n.º 7490/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **TANIA KRASNIAK,** registrada na matrícula n.º 31011 e ocupante do cargo de "Administrador", lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, **gratificação por exercício de atividade de Coordenação**, conforme prevista na Lei Municipal n.º 1232/2021.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 31 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:B4DDBB43

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 234/2026

PORTARIA N.º 234/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em atenção ao Processo administrativo n° 7571/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear **JAIRO JOSE DA VEIGA BUENO**, portador do CPF XXX.XXX.XXX-34, para o cargo de provimento em comissão de "Diretor de Departamento", lotado na Secretaria Municipal de Obras.
Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 31 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:F56396FB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 235/2026

PORTARIA N.º 235/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em atenção ao Processo administrativo n° 6453/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear **RAFAEL JOSE MELLO**, portador do CPF XXX.XXX.XXX-52, para o cargo de provimento em comissão de "Diretor de Departamento", lotado na Secretaria Municipal de Obras.
Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 31 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:C4C9CB91

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 236/2026

PORTARIA N.º 236/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 6927/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
MARCIA RENATA REIS DA MOTTA **Origem:** SMS – Secretaria de Saúde **Destino:** SMAS – Centro de Referência de Assistência Social	Auxiliar Administrativo	30491	30/03/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 31 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:6116AF23

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 237/2026

PORTARIA Nº. 237/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, conforme necessidade de substituição de servidor designado na Portaria nº 426/2025 e em especial ao contido no Processo n° 108/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os seguintes servidores para comporem a **COMISSÃO PERMANENTE ORGANIZADORA** de Processo Seletivo Simplificado, para contratação por tempo determinado e excepcional interesse público exercerem as atribuições inerentes ao cargo de **"FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO"** sob o regime jurídico da Lei Municipal 879/2015.

Matrícula	Nome	Função	Cargo/Formação
47033	ALINE DOS SANTOS GARRETT FARIAS	Presidente	Assistente Administrativo
17721		Secretária	Psicólogo

	JOSIMARI STANSKI		
32671	FERNANDO MAGATÃO	Membro	Administrador

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Balsa Nova, 31 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:FB7BA132

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 238/2026

PORTARIA Nº. 238/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, conforme necessidade de substituição de servidores designados na Portaria nº 427/2025 e em especial ao contido no Processo n° 108/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os seguintes servidores para comporem a "***Comissão Permanente Avaliadora***" do Processo Seletivo Simplificado, para contratação por tempo determinado e excepcional interesse público exercerem as atribuições inerentes ao cargo de **"FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO"** sob o regime jurídico da Lei Municipal 879/2015.

Matrícula	Nome	Função	Cargo/Formação
47369	MÔNICA KAPP GENARI	Presidente	Nutricionista
42371	MARCIA TEREZINHA FLOR TEODORO DA SILVA	Secretária	Auxiliar Administrativo
42471	VIVIANE MILLIORIN	Membro	Nutricionista

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua data de publicação.

Balsa Nova, 31 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:7625F275

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 239/2026

PORTARIA N.º 239/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 7528/2026,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
SILVANA REGINA BIONDO DE OLIVEIRA **Origem:** SMS – UBS Tancredo Neves - Bugre **Destino:** SMS – UBS Jardim Serrinha - Itambé	Técnico em Saúde	46681	27/03/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 31 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:B8086A33

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 240/2026

PORTARIA Nº 240/2026

"Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 230/2026 e dá outras providências. "

CONSIDERANDO o disposto no art. 21 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO que a Portaria nº 230/2026 autorizou o uso do Complexo Esportivo Joaquim Soares Ferreira, localizado no Rodeio Chapada, em favor da ESCOLA GÊNESIS EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, no dia 02 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela própria interessada, solicitando o cancelamento da utilização anteriormente autorizada;
CONSIDERANDO o caráter precário e revogável da autorização concedida;
RESOLVE:
Art. 1º Fica revogada, a pedido da interessada, a Portaria nº 230/2026, que autorizou o uso do Complexo Esportivo Joaquim Soares Ferreira, no dia 02 de abril de 2026.
Art. 2º Em razão da revogação, fica sem efeito a autorização de uso anteriormente concedida, não subsistindo quaisquer direitos ou obrigações dela decorrentes.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Balsa Nova, 31 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:04ADFDFB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 241/2026

PORTARIA N.º 241/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:
Art. 1º - Designar como responsável pelos Procedimentos de Sindicância, o servidor **FERNANDO APARECIDO CÂMARA,** Assistente Social, matrícula 46821 como responsável pelo tramite dos procedimentos de sindicância do poder executivo deste Município,

Art. 2º - Designa a servidora **TÂNIA KRASNIAK,** Administradora, matrícula 31011 – Suplente

Art. 3º - Fica assegurado aos membros das Comissões a percepção das gratificações na forma estabelecida pela Lei Municipal 1232/2021, sendo expressamente vedada a acumulação com outra forma de gratificação.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 31 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:4FB1D7F5

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 242/2026

PORTARIA N.º 242/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em atenção ao Processo administrativo n° 6851/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. – Rescindir a pedido o contrato de trabalho por prazo determinado de **MARCELO KOPANSKI**,matrícula n.º 541837, do cargo de "PSS – Motorista", lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 31.03.2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:D9C2375D

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
PORTARIA Nº005/2026

Súmula: Exoneração de servidor público ocupante de Cargo em Comissão da Câmara Municipal de Balsa Nova –PR

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o dispositivo no inciso XIV, do artigo 35 da Lei Orgânica Municipal de Balsa Nova; a Lei Municipal nº. 627 de 06 de junho de 2011, Art. 6º, §1 e a Lei Municipal nº 976/2016 de 19 de dezembro de 2016,
Resolve:
Art. 1º Exonerar, a pedido, com efeitos a partir de 01 de abril, **REGIANE PORTELLA GOMES**, RG nº 1x.xxx.x4x-x, CPF sob nº06x.xxx.xx9-xx, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA, símbolo CC – 4, da Câmara Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Balsa Nova, em 01 de abril de 2026

JUCELIA LEAL FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Luana Savio Pacheco
Código Identificador:33BC22F6

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
PORTARIA Nº006/2026

Súmula: Nomeação de servidor para cargo em Comissão da Câmara Municipal de Balsa Nova – PR

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o dispositivo no inciso XIV, do artigo 35 da Lei Orgânica Municipal de Balsa Nova,
Resolve:
Art. 1º Nomear, com efeitos a partir de 01 de abril, **DELMAR SELMAR METZ**, RG nº 2.xxx.xx9-x, CPF sob nº4xx.xx1.xxx-7x, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Jurídico da Presidência, símbolo CC – 4, da Câmara Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Balsa Nova, em 01 de abril de 2026.

JUCELIA LEAL FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Luana Savio Pacheco
Código Identificador:0E1DEC05

GABINETE
DECRETO Nº 063/2026

DECRETO Nº 063/2026

Súmula: Dispõe sobre o cancelamento de Restos a Pagar inscritos em 31 de dezembro de 2025 e dá outras providências.

O **PREFEITO DE BALSA NOVA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados, integralmente, os Restos a Pagar inscritos em 2025, provenientes de órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo, constantes do Orçamento Fiscal, abaixo especificados:

Empenho	Data	Credor	Fonte	G.F.	Valor
5210/2025	15/08/2025	AD TREINAMENTOS E SERVICOS DE SAUDE LTDA	1002	E	9.298,76
8241/2025	10/12/2025	CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA	1002	E	1.100,00

Art. 2º - A relação de Restos a Pagar cancelados por força deste Decreto deverá ser parte integrante do balancete do mês de março de 2026.

Art. 3º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados através deste Decreto poderá ser atendido a conta de dotação constante de Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais, abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 31 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:06A303B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
RECESSO ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº 51/2026

EMENTA: Decreta Recesso Administrativo na Câmara Municipal de Barbosa Ferraz – PR.

ANDRÉ DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, biênio 2025/2026, com arrimo na alínea 'a', inciso II do art. 17 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a alínea 'a', inciso III do artigo 69 do Regimento Interno.

RESOLVE: Art. 1° - Decreta Recesso Administrativo na Câmara Municipal no dia 02 de abril de 2026 (quinta-feira), em razão da Semana Santa.

Parágrafo único. O expediente retornará no dia 06 de abril de 2026 (segunda-feira), a partir das 8:00 horas.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir das 0:00 horas do dia 02/04/2026.

Barbosa Ferraz/PR, 30 de março de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Sirley Montila de Sá
Código Identificador:85A4F620

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 011/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 011/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº. 011/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 011/2026

Fundamentado na alínea f, do inciso III, do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21, em consonância com o Parecer Jurídico, acostado aos autos, exigência do art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação **Nº. 011/2026.**

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CNPJ/MF: 77.227.726/0001-96

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 790 – CENTRO
BARBOSA FERRAZ- PR CEP 86.960-000

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar curso de capacitação em gestão pública na modalidade **MÉTODO CONSULTOR,** denominado: **19º CONGRESSO DE UNIÃO E FORTALECIMENTO DA VEREANÇA – ELEIÇÕES 2026 E OS SEUS IMPACTOS NOS MUNICÍPIOS; E O NOVO PROLEGIS DO TCE/PR (PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL)**, na cidade de Curitiba-PR, nos dias **17/03/2026 a 20/03/2026,** com 05 participantes.

CONTRATADO: UVEPAR – UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES PÚBLICOS DO PARANÁ.

CNPJ: 81.398.232/0001-41.

ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTE, 742 – SÃO FRANCISCO, CENTRO, CURITIBA/PR.

VALOR TOTAL: R$13.450,00(TREZE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).

CLASSIFICAÇÃO DA ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Barbosa Ferraz/PR, 16 de março de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Milton Rubens Buss Júnior
Código Identificador:787CC308

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 012/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº. 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 012/2026

Fundamentado na alínea f, do inciso III, do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21, em consonância com o Parecer Jurídico, acostado aos autos, exigência do art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação **Nº. 012/2026.**

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CNPJ/MF: 77.227.726/0001-96

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 790 – CENTRO
BARBOSA FERRAZ- PR CEP 86.960-000

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar curso de capacitação em gestão pública na modalidade **MÉTODO CONSULTOR,** denominado: **SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS. COMO AS EMENDAS PARLAMENTARES E AS ONGS PODEM TRANSFORMAR A VIDA NOS MUNICÍPIOS**, na cidade de Curitiba-PR, nos dias **24/03/2026 a 27/03/2026,** com 04 participantes.

CONTRATADO: IDADI – CONSULTORIA E TECNOLOGIA E LTDA.

CNPJ: 58.511.090/0001-65.

ENDEREÇO: AVENIDA CANDIDO DE ABREU, 526 – CONJ 1401, ANDAR 14 – CENTRO, CEP 80.530-905 CURITIBA-PR.

VALOR TOTAL: R$10.760,00 (DEZ MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS).

CLASSIFICAÇÃO DA ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Barbosa Ferraz/PR, 23 de março de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Milton Rubens Buss Júnior
Código Identificador:23834B3B

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 013/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 013/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº. 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 013/2026

Fundamentado na alínea f, do inciso III, do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21, em consonância com o Parecer Jurídico, acostado aos autos, exigência do art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação **Nº. 013/2026.**

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CNPJ/MF: 77.227.726/0001-96

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 790 – CENTRO

BARBOSA FERRAZ- PR CEP 86.960-000

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE **MÉTODO PREMIUM,** DENOMINADO: **CICLO DE CAPACITAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL – EDIÇÃO FRONTEIRA**, NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇÚ-PR, NOS DIAS **24/03/2026 A 27/03/2026,** COM 03 PARTICIPANTES.

CONTRATADO: LPB – LIDERANÇA PÚBLICA BRASIL LTDA.

CNPJ: 59.200.229/0001-12.

ENDEREÇO: RUA NARCISO SIMÃO, 1318 – CENTRO CEP 87.250-000 PEABIRU-PR.

VALOR TOTAL: R$8.091,00 (OITO MIL E NOVENTA E UM REAIS).

CLASSIFICAÇÃO DA ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Barbosa Ferraz/PR, 23 de março de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Milton Rubens Buss Júnior
Código Identificador:598C8EEA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 2.807/2026.

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.807/2026.

SÚMULA: *Altera o art. 285 da Lei Complementar nº 2.568/2022 – Código Tributário do Município de Barbosa Ferraz e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, aprovou e eu, Carlos Rosa Alves, prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o § 3º e seus incisos do art. 285 da Lei Complementar nº 2.568, de 2022.

Art. 2º O §4º do art. 285 da Lei Complementar nº 2.568/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º Para efeito do lançamento do imposto devido na forma deste artigo, será considerado ocorrido o fato gerador na data em que for efetivamente tomado o serviço.

Art. 3º Fica alterado o §9 ao art. 285 da Lei Complementar nº 2.568/2022, com a nova redação:
§ 9º Fica concedido isenção de 60% (sessenta por cento) no Imposto Sobre Serviços - ISS sobre a construção civil em aprovação de projetos de construção, reformas e ampliações residenciais de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 31 de março de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:3974F812

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 140/2026

PORTARIA N° 140/2026
De: 31/03/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a transferência do servidor CARLOS FERREIRA BARBOSA e dá outras providências".

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1° - Transferir o servidor **CARLOS FERREIRA BARBOSA,** matrícula 600577, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista, conforme especificado abaixo:

Da Secretaria Municipal de Obras, Projetos e Serviços Urbanos, sede do Município de Barbosa Ferraz Pr, **para a Secretaria Municipal de Saúde**, sede, Município de Barbosa Ferraz Pr a contar de 01 de abril de 2026.

Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 31 de março de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

PAULO CEZAR SILVERIO PETERNELLI
Secretário Municipal de Obras, Projetos e Serviços Urbanos

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:91F08D44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE 06/03/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ-PR, com sede no município de Barra do Jacaré, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.407.568/0001-93, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº. LUIZ FABIANO ZANATTA, residente nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e ANA PAULA VENTURA GREGÓRIO MONTEIRO – Matr. 360796 – Cargo de PROFESSORA/PSS – residente e domiciliada na cidade de Andirá - PR, sito a Rua A**** ** M*****, *** – CEP 86380-000, denominada simplesmente CONTRATADA, nos termos do art. 249 § 1º,2º e 3º, art. 250 ítem V e art. 252 da Lei Municipal n°. 16/93 e Lei Municipal nº. 820/2023 de 22/08/2023, anexo I (Tabela de Vencimentos).

Cláusula primeira – do objeto

Prorrogar o prazo de vigência de contrato nº. 02/2025 de 06/03/2025 com vencimento em 05/03/2026 por período de até 12 (doze) meses, ou seja, até 06/03/2027.

Cláusula segunda

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

A prorrogação do contrato é amparada pela aprovação no processo seletivo (PSS) – Edital nº. 02/2025 de 05/02/2025 – (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3209 de 05/02/2025*) – resultado homologado através do Edital nº. 02.03/2025

de 18/02/2025, (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3218 de 18/02/2025*).

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor.

Barra do Jacaré-PR, 05 de Março de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

ANA PAULA VENTURA GREGÓRIO MONTEIRO
Contratada

TESTEMUNHAS:

CIBELLI K. C. DUTRA

VANESSA DOS SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:A43A2AC9

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE 16/03/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ-PR, com sede no município de Barra do Jacaré, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.407.568/0001-93, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº. LUIZ FABIANO ZANATTA, residente nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e SHIRLENE CORDEIRO TERRA BATISTA – Matr. 360799 – Cargo de PROFESSORA/PSS – residente e domiciliada na cidade de Andirá - PR, sito a Rua L*** B*******, *** – CEP 86380-000, denominada simplesmente CONTRATADA, nos termos do art. 249 § 1º,2º e 3º, art. 250 ítem V e art. 252 da Lei Municipal n°. 16/93 e Lei Municipal nº. 820/2023 de 22/08/2023, anexo I (Tabela de Vencimentos).

Cláusula primeira – do objeto

Prorrogar o prazo de vigência de contrato nº. 08/2025 de 21/03/2025 com vencimento em 16/03/2026 por período de até 12 (doze) meses, ou seja, até 17/03/2027.

Cláusula segunda

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

A prorrogação do contrato é amparada pela aprovação no processo seletivo (PSS) – Edital nº. 02/2025 de 05/02/2025 – (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3209 de 05/02/2025*) – resultado homologado através do Edital nº. 02.03/2025 de 18/02/2025, (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3218 de 18/02/2025*).

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor.

Barra do Jacaré-PR, 16 de Março de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

SHIRLENE CORDEIRO TERRA BATISTA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CIBELLI K. C. DUTRA

VANESSA DOS SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:0A83B9C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PRIMEIRO APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 57/2025

PRIMEIRO APOSTILAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 57/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/2025

O MUNICIPIO DE BARRA DO JACARÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 96, inscrito no CNPJ nº. 76.407.568/0001-93, e a **AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ MATRIZ n.º 81.632.093/0001-79**, com sede na Rua Manoel Francisco da Costa, n.º 2010, Sala 01, Bairro Vieiras, Jaraguá do Sul-SC, CEP: 89.257-000, **CNPJ FILIAL n.º 81.632.093/0017-36,** com sede na Rua Padre Josafat Roga, n.º 611, Bairro Ronda, Prudentópolis-PR, CEP: 84.400-000. Nos termos do Art. 124, II, d, da Lei 14.133/2021, resolve promover o **APOSTILAMENTO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 57/2025,** nos termos que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto do contrato.
AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Lote	Item	Produto/Serviço
2	1	OLÉO DIESEL S-10
2	2	OLÉO DIESEL S-500

CLÁUSULA SENGUNDA: Reajuste dos valores.
Os valores reajustados segue conforme a tabela abaixo:

LOTE	**PRODUTO**	*Valor atual*	**Valor Reajustado**
2	OLÉO DIESEL S-10	R$ 5,90	**R$ 6,76**
2	OLÉO DIESEL S-500	R$ 5,89	**R$ 6,77**

CLÁUSULA TERCEIRA: Das demais cláusulas contratuais.
As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas, tendo o presente aditivo a assinatura das partes e de testemunhas.
Paço Municipal José Galdino Pereira, em 26 de março de 2026**.**

LUIZ FABIANO ZANATTA	
Prefeito Municipal	
Testemunhas:	
Lincon Calixto Silva	**Patrick de Castro Silva**
Sec. de Adm. e Planejamento	Dir. Dep. Almoxarifado e Patrimônio

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:81A1ABC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 098/2025 - SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO

Contratante...: Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Contratada....: MINERPAV LTDA
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE DE BELA VISTA DA CAROBA ATRAVÉS CONVÊNIO SAM 27 DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
Valor Suprimido: R$ 59.172,23
Valor Acrescido.: R$ 56.523,73
Vigência.....: Início: 01/04/2026 Término: 09/08/2026
Licitação.....: Concorrência Nº.: CC3/2025
Bela Vista da Caroba, 31 de março de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:253D2F38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO Nº 03 - CONTRATO Nº 042/2023 - RENOVAÇÃO

Contratante...: Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Contratada....: LEIS LTDA
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E COMPILAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO
Valor.....: R$ 5.740,56 (cinco mil e setecentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência.....: Início: 10/04/2026 Término: 09/04/2027
Licitação.....: Inexigibilidade Nº.: IL15/2023
Bela Vista da Caroba, 31 de março de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:36A02858

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO Nº 03 - CONTRATO Nº 044/2023 - RENOVAÇÃO

Contratante...: Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Contratada....: KVF SERVICOS LTDA
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO MUSICAL PARA O GRUPO DE IDOSOS, DE ACORDO COM O PROJETO "VALORIZANDO A MELHOR IDADE" DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA
Valor.....: R$ 46.393,80 (quarenta e seis mil e trezentos e noventa e três reais e oitenta centavos)
Vigência.....: Início: 13/04/2026 Término: 12/04/2027
Licitação.....: Pregão Nº.: PR28/2023
Bela Vista da Caroba, 31 de março de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:22FBD241

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO DE EMPRESA

O prefeito, Gelson Maffi no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de contratação, torna público o seguinte:
Licitação nº: IL3/2026
Modalidade: Inexigibilidade/Credenciamento
Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (HORA TRABALHADA) DE RETÍFICA DE MOTORES E CABEÇOTES, REPARO DE BOMBAS E BICOS INJETORAS, REPARO EM INJEÇÃO ELETRÔNICA E SERVIÇOS EM BOMBAS E DIREÇÕES HIDRÁULICAS DE VEÍCULOS LEVES, VANS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.

Empresa Credenciada:

J. MARTINELLI LTDA
CNPJ: 01.400.519/0001-20

Data do Credenciamento: 31/03/2026

Bela Vista da Caroba, 31 de março de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:19294763

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 051/2026

DECRETO Nº 051/2026

SÚMULA: Constitui a Comissão Especial de Concurso Público 01/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º: Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Público, composta pelos membros abaixo relacionados, para sob a Presidência **da primeira** e Secretária **pela segunda**, o acompanhamento, fiscalização e coordenação das atividades necessárias ao Concurso Público de Provas para o provimento de cargos do quadro de pessoal do Executivo Municipal de Bela Vista da Caroba:

NOME	CARGO
RUHAMA JULYEGGE ANDRIGHETTI GIROLLETE	CONTADORA
DYENIFFER ELSEMBAK	OFICIAL ADMINISTRATIVO
ALAN LARA NEIMAIER	VETERINÁRIO

Art. 2º: Compete ainda, à Comissão Especial de Concurso Público, baixar, mediante Edital, as Instruções Especiais do Concurso Público, bem como a sua execução e coordenação, naquilo que não couber a empresa responsável pela elaboração, aplicação e correção das provas.

Art. 3º: Este decreto entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:EC41F43C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 052/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 052/2026

SÚMULA: *Declara luto oficial pelo falecimento do Sr. Izidio Maffi, pai do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba-PR.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º - É declarado luto oficial no Município de Bela Vista da Caroba, pelo período de três dias, contado da data de hoje, em sinal de pesar pelo falecimento do Sr. Izidio Maffi, pai do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, em 31 de março de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:893DE32E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 029/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: VISMAQ CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS LTDA
Valor.....: R$ 1.059.996,24 (um milhão e cinquenta e nove mil e novecentos e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos)
Vigência...: Início: 31/03/2026 Término: 19/01/2028
Licitação..: Concorrência Nº.: CC1/2026
Recursos...: Dotação: 518 - 1 . 11001 . 27 . 812 . 3 . 1.62 . 0 . 449051 Obras e Instalações
513 - 1 . 11001 . 27 . 812 . 3 . 1.62 . 0 . 449051 Obras e Instalações
368 - 1 . 11001 . 27 . 812 . 3 . 1.62 . 0 . 449051 Obras e Instalações
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL COM ÁREA DE 540,47M², LOCALIZADO NA AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, CENTRO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA ATRAVÉS DO CONVÊNIO SAM 35 DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 31/03/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:AF50D6ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 030/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: ZACARIAS VEICULOS LTDA
Valor.....: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
Vigência...: Início: 31/03/2026 Término: 30/03/2027
Licitação..: Pregão Nº.: PR12/2026
Recursos...: Dotação: 477 - 1 . 9002 . 8 . 243 . 5 . 5.58 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
478 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 1.50 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE VEICULO DESTINADO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 31/03/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:7E52A3A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 031/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA
Valor.....: R$ 126.900,00 (cento e vinte e seis mil e novecentos reais)
Vigência...: Início: 31/03/2026 Término: 30/03/2027
Licitação..: Pregão Nº.: PR12/2026
Recursos...: Dotação: 477 - 1 . 9002 . 8 . 243 . 5 . 5.58 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
478 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 1.50 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE VEICULO DESTINADO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 31/03/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:9BC01F1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 032/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: J MARTINELLI LTDA
Valor.....: R$ 113.993,80 (cento e treze mil e novecentos e noventa e três reais e oitenta centavos)
Vigência...: Início: 31/03/2026 Término: 15/03/2027
Licitação..: Credenciamento Nº.: IL3/2026
Recursos...: Dotação: 488 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
483 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
474 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
473 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.40 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
291 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
269 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
267 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
268 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
234 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
233 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
195 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
194 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
193 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
192 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
191 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
77 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
60 - 1 . 4001 . 4 . 123 . 1 . 2.6 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
51 - 1 . 3001 . 4 . 122 . 1 . 2.5 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
34 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 1 . 2.2 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto.....: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (HORA TRABALHADA) DE RETIFICA DE MOTORES E CABEÇOTES, REPARO DE BOMBAS E BICOS INJETORAS, REPARO EM INJEÇÃO ELETRÔNICA E SERVIÇOS EM BOMBAS E DIREÇÕES HIDRÁULICAS DE VEÍCULOS LEVES, VANS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 31/03/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:8F6267D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR12/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 31/03/2026
d) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE VEICULO DESTINADO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

5645 - ZACARIAS VEICULOS LTDA (79.138.608/0005-60)
5646 - APPLAUSO NISSAN VEICULOS LTDA (18.255.634/0001-50)

TOTAL GERAL: R$ 246.900,00

Bela Vista da Caroba, 31/03/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:7F76D8C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 – EDITAL DE RETIFICAÇÃO N.º 21/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 – EDITAL DE RETIFICAÇÃO N.º 21/2026
EDITAL DE RETIFICAÇÃO
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,
TORNA PÚBLICO o presente **EDITAL DE RETIFICAÇÃO**, referente ao Edital de Convocação nº 20/2026 do Concurso Público nº 01/2025, conforme segue:
ONDE SE LÊ:
"...para comparecer em cinco dias úteis de, 30 de março de 2026 até o dia 03 de abril de 2026..."

LEIA-SE:
"...para comparecer no período de 30 de março de 2026 até o dia 06 de abril de 2026..."
Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no Edital de Convocação nº 20/2026.
Revogada as disposições em contrário, este edital entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 31 de Março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:333BEADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 137/2026

DECRETO Nº 137/2026
O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

EXONERAR: Fica exonerado a pedido, em 31 de Março de 2026, do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Transporte, O Sr. Elói Augustinho Viana, matricula de Nº 417999, nomeado através do Decreto nº 13/2025, com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, este Decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 31 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:B4B78662

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA INSTRUÇÃO NORMATIVA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ERRATA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026

A Secretaria Municipal de Educação de Boa Ventura de São Roque – PR, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente ERRATA para correção de fundamento legal constante na Instrução Normativa nº 02/2026, publicada em 27 de março de 2026.
ONDE SE LÊ:
"CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 832/2015, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Boa Ventura de São Roque."
LEIA-SE:
"CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 236/2005, que institui o Estatuto do Magistério Público Municipal de Boa Ventura de São Roque."
JUSTIFICATIVA:
A presente correção se faz necessária em razão de equívoco na indicação do fundamento legal anteriormente citado, sendo substituída a legislação geral dos servidores públicos pela legislação específica do magistério municipal.
Permanecem inalteradas as demais disposições da Instrução Normativa.
Boa Ventura de São Roque – PR, 31 de março de 2026.

RONALDO FOGAÇA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Lucimara Moreira de Almeida
Código Identificador:F3D69A84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 58/2026.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 58/2026.

PARTES:
CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR**
CONTRATADO: SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita RUA ANTÔNIO MOISÉS SAADI, 470, 470, Parque Industrial Lagoinha, SALA 6, Ribeirão Preto/ SP, CEP: 14095230– Ribeirão Preto/SP, inscrita no CNPJ n.º 29.987.662/0001-89
OBJETO (S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM (POPULAR, PICK-UP, AMBULÂNCIA E ÔNIBUS), CONFORME AS RESOLUÇÕES DA SESA PR 1699/2024, 1063/2025, 1137/2025 1357/2025 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR.
VALOR CONTRATUAL: R$ 310.399,99 (Trezentos e Dez Mil e Trezentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes do Orçamento Geral Vigente, conforme contrato.
PERÍODO/VIGÊNCIA: Até 27 de março de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 27/03/2026.
FORO: Pitanga - Pr.

Boa Ventura de São Roque, 27/03/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***ALEXANDRE PLENTZ FRAGA***
Prefeito Municipal	CNPJ sob n.º 29.987.662/0001-89

Publicado por:
Flavio Augusto Gonzales Batista
Código Identificador:73BEA555

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 1326/2026

LEI 1326/2026

Declara Utilidade Pública a Associação da Comunidade São Sebastião de Boa Ventura de São Roque - PR e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Declarado de Utilidade Pública a Associação da Comunidade de São Sebastião de Boa Ventura de São Roque - PR, devidamente inscrita no CNPJ nº 36.137.783/0001-05.

Parágrafo Único: Atividades de associações de defesa de direitos sociais, constituída com finalidade de buscar melhorias das condições de vida da comunidade.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque-PR, 31 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:7061F99A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1325/2026

LEI Nº 1325/2026

Declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Boa Ventura de São Roque – ACEB, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – ACEB, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 22.513.490/0001-62, com sede na Avenida Dalzotto, s/n, Centro, no Município de Boa Ventura de São Roque – PR.

Art. 2º A entidade de que trata esta Lei fica assegurada de todos os direitos e benefícios previstos na legislação municipal aplicável às entidades declaradas de utilidade pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque-PR, 31 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:C006C24F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RES 08 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº08/2026
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 200/2004 de 15 de junho de 2004 e a Lei 1.084/2020 de 13/02/2020.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Sistema Fundo a Fundo/FIA Estadual, referente ao Apoio e Fortalecimento do Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância, no período anual de 01/01 a 31/12/2025. Justifica-se o saldo superior a 30% neste período em razão da demora da empresa na entrega dos kits natalidades.
Art. 2º- Aprovar a prestação de contas referente ao Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 3°- Essa Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Boa Ventura de São Roque, 30 de março de 2026

ROSENILDA DE PONTES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Maria Luiza de Oliveira Dos Santos
Código Identificador:3430A2CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RES CMAS FEAS

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 09/2026
O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Boa Ventura de São Roque no uso da sua competência que lhe conferem a Lei Municipal N°354/2007 de 07 de dezembro de 2007. E a Lei Municipal N° 938/2017, de 25 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a Prestação de Contas Anual – 2025, do Município de Boa Ventura de São Roque, referente ao repasse do Cofinanciamento Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), Expansão MSE- LA e PSC.

Artigo 2º- Aprovar a prestação de contas referente ao Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Boa Ventura de São Roque, 30 de março de 2026

ROSANE DE FÁTIMA PEREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria Luiza de Oliveira Dos Santos
Código Identificador:0A472F8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOL 12 PAS CMAS

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 12/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Boa Ventura de São Roque no uso da sua competência que lhe conferem a Lei Municipal N°354/2007 de 07 de Dezembro de 2007. E a Lei Municipal N° 938/2017, de 25 de março de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a prestação de contas do Fundo a Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), Piso Único de Assistência Social – PAS, Anual 2025, do Município de Boa Ventura de São Roque.

Artigo 2º- Aprovar a prestação de contas referente ao Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Boa Ventura de São Roque, 30 de março de 2026

ROSANE DE FATIMA PEREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria Luiza de Oliveira Dos Santos
Código Identificador:2BDFD959

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOL CMAS PAEFI REGIONALIZADO

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 11/2026
O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Boa Ventura de São Roque, no uso das competências que lhe conferem a Lei Municipal nº 354/2007, de 07 de dezembro de 2007, e a Lei Municipal nº 938/2017, de 25 de março de 2017,
RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar a Prestação de contas do Cofinanciamento - Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), PAEFI Regionalizado – exercício anual de 2025, referente ao Município de Boa Ventura de São Roque.
Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Boa Ventura de São Roque, 30 de março de 2026.

ROSANE DE FÁTIMA PEREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria Luiza de Oliveira Dos Santos
Código Identificador:72E60AA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOL CMDCA CRIANÇA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº08/2026
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 200/2004 de 15 de junho de 2004 e a Lei 1.084/2020 de 13/02/2020.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas Sistema do Fundo a Fundo/FIA Estadual, referente ao Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância, Anual – 01/01 a 31/12/2025.
Art. 2º- Aprovar a prestação de contas referente ao Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 3°- Essa Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Boa Ventura, 30 de março de 2026

ROSENILDA DE PONTES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Maria Luiza de Oliveira Dos Santos
Código Identificador:07CA5E5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOL CMDCA HIG INTIMA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 200/2004 de 15 de junho de 2004 e a Lei 1.084/2020 de 13/02/2020.
RESOLUÇÃO Nº09/2026

RESOLVE:
Artigo 1º – Aprovar a prestação de contas referente ao Incentivo ao Apoio à Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do fornecimento de produtos de higiene íntima, pelo Sistema Fundo a Fundo Estadual (SIFF), com pagamento até 30 de setembro de 2025.

Art. 2°- Essa Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Boa Ventura, 30 de março de 2026.

ROSENILDA DE PONTES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Maria Luiza de Oliveira Dos Santos
Código Identificador:820AF3E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 107/2026

Prefeitura do Município de Boa Vista da Aparecida
DECRETO Nº 107 de 31 de Março de 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Estiagem (14110).

O(A) Senhor(a) **Eduardo José Henrichs**, Prefeito(a) do município de **Boa Vista da Aparecida**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

Que ocorreu estiagem, onde choveu aproximadamente 213,4 milímetros, no período de 03 meses (janeiro a 23 de março de 2026), sendo que nesse mesmo período o índice normal de chuva seria aproximadamente 515,3 milímetros, ocasionando danos ambientais, prejuízos aos serviços essenciais e prejuízos à agricultura e pecuária. O evento caracterizou-se pela redução significativa e má distribuição das precipitações, com longos períodos consecutivos sem ocorrência de chuvas, agravando o déficit hídrico no solo e comprometendo a recarga de mananciais. Como efeitos diretos, observam-se a diminuição dos níveis de rios, nascentes, açudes e poços, redução da disponibilidade de água para abastecimento humano e dessedentação animal, prejuízos às atividades agropecuárias (especialmente milho safrinha, sericicultura, pastagens e silagem), além da necessidade de medidas emergenciais como transporte de água por caminhões-pipa e racionamento. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de
Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Estiagem (14110)**.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da
COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o
processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 31 de Março de 2026.
'

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:5CFFB34F

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 38/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 38/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: TONINATO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (RECAPEAMENTO) EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ, A SER EXECUTADA NA ESTRADA DE ACESSO À COMUNIDADE SÃO CRISTÓVÃO, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.160.000,00 (um milhão, cento e sessenta mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Rosmir Marcos Dallabrida.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **31 de março de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:313E4EA1

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 39/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 39/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ADNILSON GRANDI METALURGICA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTUFAS AGRÍCOLAS, DESTINADAS AO CULTIVO PROTEGIDO DE OLERÍCOLAS E CULTURAS AGRÍCOLAS COMPATÍVEIS, A SEREM IMPLANTADAS EM PROPRIEDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES SELECIONADOS POR CHAMADA PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 771/2025 – DESAN, POR INTERMEDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO..

VALOR DO CONTRATO: R$ 214.800,00 (duzentos e quatorze mil e oitocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Jefferson Ramon Rigatti .

Boa Vista da Aparecida – PR, em **31 de março de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:3A4D4A36

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 23/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 23/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: FERNANDO CUMERLATO CONSTRUCAO CIVIL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE REFORMA E PINTURA NO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 14.501,00 (quatorze mil, quinhentos e um reais).

VALOR DO CONTRATO ADITADO: R$ 17.275,00 (dezessete mil, duzentos e setenta cinco reais).

Boa Vista da Aparecida – PR, em **31 de março de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:7F57B018

LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026.

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026.
O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, torna público que às 09h (nove) horas do dia 17/04/2026, na plataforma www.gov.br/compras/pt-br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:
OBJETO QUANTIDADE VALOR TOTAL PRAZO
Conjunto de Britagem 1 R$ 1.045.000,00 90 dias
Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Boa Vista da Aparecida e na plataforma
www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de
esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.
Boa Vista da Aparecida, 30 de março de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:49D93E60

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 71 2026

PORTARIA nº 71/2026
Data: 31/03/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de pagamento de pecúnia de licença prêmio a ex-servidores efetivos em virtude de pedido de exoneração, conforme legislação vigente Lei nº 40/2017, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Concede pagamento de pecúnia de licença prêmio a ex-servidores efetivos em virtude de pedido de exoneração, conforme abaixo relacionado:

Ex-servidor: CELIA REGINA PERES WEIERBACHER			
Quant. de meses de Licenças	**Valor Final**	**Parcelas**	**Valor da Parcela**
3	R$ 6.286,37	05	R$ 1.257,27

Ex-servidor: GABRIEL HENRIQUE CAIMI			
Quant. de meses de Licenças	**Valor Final**	**Parcelas**	**Valor da Parcela**
3	R$ 4.046,05	05	809,21

Ex-servidor: MAYCON JEFERSON DOS REIS			
Quant. de meses de Licenças	**Valor Final**	**Parcelas**	**Valor da Parcela**
3	R$ 3.931,72	05	R$ 786,35

Art. 2º - O pagamento dar-se-á a partir do dia 10 do mês subsequente à assinatura do presente acordo prevista na Lei nº 40/2017.

Art. 3º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 31 de março de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:FA26209A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 558/2026

DECRETO Nº 558/2026

Súmula: Nomeia Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 01 de abril de 2026, Luana Vitória Cardoso do Nascimento Menezes, CPF Nº ***610.079-**, para ocupar o cargo em provimento em Comissão de Assessora de Planejamento lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 31 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:47F2BFA3

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 559/2026

DECRETO Nº 559/2026

Súmula: Exonera a pedido Classificados em PSS (Processo Seletivo Simplificado).

João de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam Exonerados a pedido os classificados em Processo Seletivo Simplificado – PSS, conforme abaixo especificado:

Nome	Cargo	Data
Andreia Adriane Faria dos Santos	Professora	31.03.2026
Vinicius Z. Andrade	Agente de Apoio Educacional	31.03.2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 31 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:B1D09157

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 560/2026

DECRETO Nº 560/2026

Assunto: *Dispõe sobre a desvinculação de receitas correntes do Município de Bocaiúva do Sul, nos termos do art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e dá outras providências.*

CONSIDERANDO que o art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 93/2016 e alterado pela Emenda Constitucional nº 136/2025, dispõe que são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2026, 50% (cinquenta por cento) e, de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais e outras receitas correntes;
CONSIDERANDO que o referido dispositivo constitucional estabelece a possibilidade de desvinculação de receitas correntes municipais, com eficácia plena e aplicabilidade imediata;
CONSIDERANDO o disposto no art. 11, § 1º, da Lei nº 4.320/1964, que define as receitas correntes;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior flexibilidade à gestão fiscal e orçamentária do Município, observados os princípios da legalidade, eficiência e interesse público previstos no art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO as orientações da Nota Técnica nº11/2016, emitida pelo Sistema de Informações Municipais –SIM/AM - Acompanhamento Mensal do Tribunal de contas do Estado do Paraná:
DECRETA:
Art. 1º. Fica desvinculado a partir do mês de abril de 2026, até 31 de dezembro de 2026, o montante de 50% (cinquenta porcento) e de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2032, o montante de 30% (trinta porcento) da receita proveniente dos valores relativos à Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (COSIP), nos termos do artigo 76-B, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 136/2025.
Parágrafo único. A desvinculação de que trata o caput deste artigo abrange seus adicionais e respectivos acréscimos legais.
Art. 2º. Excetuam-se da desvinculação de que trata este Decreto:
I – os recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 198 da Constituição Federal;
II – os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal;
III – as receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores públicos;
IV – as transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação específica prevista em lei.
Art. 3º. As receitas desvinculadas de contas bancárias específicas de fundos, órgãos ou programas deverão ser transferidas para conta bancária municipal de livre movimentação, aberta exclusivamente para tal finalidade.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul,31 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:F1A6022F

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

ASSEMBLEIA GERAL PARA COMPOSIÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS MEMBROS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
BOCAIÚVA DO SUL – PR
A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação municipal vigente, TORNA PÚBLICA a presente convocação para Assembleia Geral, com a finalidade de compor, aprovar e dar publicidade à composição dos membros do Fundo Municipal de Cultura do Município.
Ficam CONVOCADOS:
Representantes do Poder Público Municipal;
Representantes de entidades culturais;
Artistas, produtores e agentes culturais;
Trabalhadores da cultura;
Comunidade em geral; para participarem da Assembleia a ser realizada conforme segue:

DATA 07 ABRIL DE 2026
HORÁRIO: 09:00

LOCAL: RUA PEDRO MUSSOLINE GASPARIN, 87 – SÃO MARCOS
BIBLIOTECA MUNICIPAL ANA NARROZNY

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:94C93EA1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N º 136/2026

PORTARIA Nº 136/2026

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Cancelar as férias que constava na Portaria 135/2026 da Servidora :
Marilia Mottin Leonardo

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 31 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:B0CBC217

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 532/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS LIVRES AUTORIZADO PELO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 532/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 5º da Lei Municipal nº. 1044/2024 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de **R$ 581.960,20 (Quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e sessenta reais e vinte centavos)** com a seguinte especificação:

11– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

F3000	11.006.10.122.0014.2.022 – Hospital Santa Júlia e Reabilitação		
891	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	486.339,76
892	3.1.90.13 – Contribuições Patronais	R$	95.620,44

	TOTAL	**R$**	**581.960,20**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (01/03/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:D2E31412

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 550/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AUTORIZADO PELO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 550/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 6º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO** no valor de **R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)** com a seguinte especificação:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

F303	11.006.10.301.0013.2.020 – Atenção Básica em Saúde – Recursos Próprios		
508	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	330.000,00
510	3.1.90.13 – Contribuições Patronais	R$	70.000,00

	TOTAL	**R$**	**400.000,00**

Art. 2º – Para dar cobertura ao crédito aberto na forma do artigo 1º é indicado como recurso, a redução parcial da(s) seguinte(s) dotação(ões):

	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

F1000	11.006.10.122.0014.2.022 – Hospital Santa Julia e Reabilitação		
436	3.3.72.30 – Material de Consumo	R$	400.000,00

	TOTAL	**R$**	**400.000,00**

Art. 3º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.
Art. 5º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 6º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (26/03/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:29705A9F

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 561/2026 - DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL, EM RAZÃO DA QUEDA NA ARRECADAÇÃO

DECRETO Nº 561/2026

Súmula: Dispõe sobre a limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito da Administração Municipal de Bocaiúva do Sul, em razão da queda na arrecadação.

JOÃO DE LIMA, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 13 da Lei Municipal nº 1043/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026),
CONSIDERANDO os efeitos econômicos adversos decorrentes da guerra no Oriente Médio, que impactaram diretamente a arrecadação municipal;
CONSIDERANDO a redução do índice de participação do Município no Fundo de Participação dos Municípios – FPM, de 1,0 para 0,8, ocasionando diminuição de aproximadamente R$ 600.000,00 mensais nas transferências constitucionais federais;
CONSIDERANDO que a limitação de empenho será aplicada a partir do mês de abril de 2026, resultando em impacto estimado de R$ 5.400.000,00 até dezembro do exercício;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o equilíbrio fiscal e o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 1043/2025;
DECRETA:
Art. 1º
Fica determinada a **limitação de empenho e movimentação financeira** das dotações orçamentárias do exercício de 2026, de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de **outras despesas correntes** e **investimentos**, nos termos do artigo 13 da Lei nº 1043/2025.
Art. 2º
Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas:
I – Ao pagamento do serviço da dívida;
II – ao pagamento de precatórios judiciais;
III – ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, especialmente aquelas vinculadas à saúde, educação e assistência social.
Art. 3º
O montante da limitação de empenho corresponderá a R$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais), distribuídos proporcionalmente entre as dotações de outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras, conforme **Memória de Cálculo** anexa. O percentual de corte aplicado será de **15,28%** sobre as categorias econômicas: Outras Despesas Correntes e Investimentos, baseados no orçamento inicial.
Art. 4º
Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição das dotações limitadas será realizada conforme dispõe o § 4º do artigo 13 da Lei nº 1043/2025.
Art. 5º
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, 31 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito

ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO
Impacto da queda de receita

• Perda mensal estimada: R$ 600.000,00
• Período de impacto: abril a dezembro (9 meses)
• Total da perda: R$ 5.400.000,00

Distribuição proporcional

Categoria de despesa	Dotação inicial (R$)	Percentual sobre o total	Corte proporcional (R$)	Percentual de corte
Outras despesas correntes	34.937.121,54	92,6%	5.000.000,00	14,15%
Investimentos	776.119,00	7,4%	400.000,00	1,13%
Total	**35.337.121,54**	100%	**5.400.000,00**	**15,28%**

Gabinete do Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, 31 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:BEDBF004

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – RESCISÃO DOS CONTRATOS: 102/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DOCUMENTADOR ESCOLAR
CONTRATADO: LEONILDA DE JESUS SIMIONI
CPF: XXX.932.XXX-04
DATA DA RESCISÃO: 31/03/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 31 DE MARÇO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:4A37BE87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO 8/2026

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 17/04/2026, às 13h30min, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte terrestre de pacientes.
Recebimento das propostas: de 07/04/2026 às 08h00min até 17/04/2026 às 13h00min.
Abertura das propostas: 17/04/2026, às 13h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 17/04/2026, às 13h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 31 de março de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:ED85B1FA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 40-2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº40-2026.

CONTRATANTE: Município de BOM JESUS DO SUL, Estado do Paraná, com sede à Rua São Paulo, N°185, Centro, inscrito no CNPJ Nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. HELIO JOSÉ SURDI, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.176.318-3 e do CPF/MF nº 757.804.379-04, e

CONTRATADA: **FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA**.

OBJETO: **Pavimentação de Estrada Rural/Vicinal São Luiz, XV de Novembro, Vera Cruz e Sagrado Coração de Jesus em CBUQ, 92.826 m2, incluindo serviços preliminares, base, camada de bloqueio, imprimação, pintura de ligação, revestimento, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra no município de Bom Jesus do Sul/PR. Área: 92.826,00 m² Distância: 10.314 m**.

VALOR: **R$ 13.099.900,00 (treze milhões, noventa e nove mil e novecentos reais).**

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 de março de 2026.

FORO: Comarca de Barracão, Estado do Paraná.

Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:90F2008C

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 41-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº41/2026.
CONTRATADA: VILMAR TEIXEIRA 00161610099.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de criação e desenvolvimento de artes gráficas e peças publicitárias destinadas à campanha "Abrace essa ideia – compre no comércio local 2026", visando a veiculação em programas de mídias sociais e demais canais de comunicação institucional do Município de Bom Jesus do Sul/PR.
VIGÊNCIA: 31/03/2026 à 30/03/2027.
VALOR: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).
FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação N°8/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FDBCCB62

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DISPENSA 9/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº9/2025

RATIFICAÇÃO

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21,

RATIFICA, a dispensa de licitação para a contratação direta, cujo objeto é a contratação da Empresa **RECH & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 08.079.459/0001-34, com sede na Rua Almirante Tamandaré, nº 357, centro do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, objetivando a contratação de empresa para aquisição de 03 (três) roçadeiras, com fundamento no Parecer Jurídico do Advogado do Município e da Comissão de Contratação do Município de Bom Jesus do Sul e segundo o estatuído no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 10.167,00 (dez mil, cento e sessenta e sete reais)**, em favor da empresa **RECH & CIA LTDA**, cujo pagamento far-se-á em parcela única, mediante emissão de Nota Fiscal, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 31 de março de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:839D3C69

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.815, DE 31 DE MARÇO 2026.

Altera o Cronograma Financeiro para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, Senhor Maico Diogo Faversani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
DECRETA

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 3.736/2025 de 26 de novembro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas do cronograma de desembolso, alterações adicionais do cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o anexo I do decreto.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:009F0A50

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
PROTOCOLO 2026/02/292866
CONTRATANTE: Município de Bom Sucesso do Sul – Estado do Paraná
CNPJ nº 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: 11.653.649 JULIANE BASEGGIO - MEI
CNPJ nº 11.653.694/0001-82

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação Direta de profissional ou empresa especializada para prestação de serviços de assessoramento artístico e musical do Projeto Natal de Luz 2026, conforme descritivo abaixo.

Item	Descrição dos Itens:	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	• Acompanhar o processo de criação do projeto NATAL DE LUZ 2026. • Treinamento para Professor durante o ano todo em reuniões quinzenais. • Acompanhamento de relatórios e cronogramas. • Instrução da professora de dança para coreografias. • Ajuste de figurinos. • Ajuste dos elementos disponíveis para uso no dia(dança, coral, orquestra de viola, solistas). • Desenvolver a costura entre as músicas escolhidas. • Ajustar e adequar elementos disponíveis na parte cênica e musical. • Desenvolver Arranjos compatíveis às necessidades cênicas(dança, fala, teatro e entradas e saídas). • Entrega de Playbacks para ensaio no início do ensaio do natal com voz guia e somente trilha. • Gravação de todas as faixas escolhidas com equipe de 6 músicos de renome nacional (cachês inclusos no valor proposto) • Gravação das vozes do coral Infantil. • Gravação dos solistas infantis e Adultos. • Gravação de orquestra de viola Caipira com até 20 componentes. • Edições e mixagem/masterização das músicas gravadas.	Meses	8	R$ 6.468,75	R$ 51.750,00
Total dos Itens					R$ 51.750,00

VALOR: R$ 51.750,00 (cinquenta e um mil setecentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº: 09.00 - Departamento de Educação, Cultura e Esportes; 09.03 - Divisão de Cultura; 1339200112035-Apoio ao Desenvolvimento de atividades Culturais; 33.90.39 Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa 662.
JUSTIFICATIVA: Art. 75 inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Bom Sucesso do Sul, 31 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:B5CDB231

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 07/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026
PROTOCOLO 2026/03/292957
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ**
CNPJ nº 80.874.100/0001-86.

CONTRATADO/CREDENCIADO: LB PRODUÇÕES LTDA - ME
CNPJ nº 59.412.378/0001-45

OBJETO: A presente contratação tem como objeto a apresentação artística da dupla Léo e Fabiano, representada pela empresa LB PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.412.378/0001-45, para realização de show musical durante o evento em homenagem ao Dia das Mães, promovido pelo Município de Bom Sucesso do Sul – PR, conforme especificações, conforme especificações.

Item	Descrições do Item	Valor Unit. (R$)	Valor Total Máximo (R$)
1	Show Léo e Fabiano para o dia das mães. **Item:** Apresentação musical da dupla Léo e Fabiano. **Quantidade:** 01 apresentação. **Duração:** Aproximadamente 02 horas. **Data do evento:** 02 de maio de 2026. **Local:** Centro Social Padre Aldacir José Carniel – Bom Sucesso do Sul – PR.	R$ 6.000,00	R$6.000,00
Valor total R$ 6.000,00			

VALOR: **6.000,00(seis mil reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à contar com o nº 09.00 - Departamento de Educação, Cultura e Esportes; 09.03 - Divisão de Cultura; 1339200112035-Apoio ao Desenvolvimento de atividades Culturais; 33.90.39 Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa 662.

JUSTIFICATIVA: Art. 74 inciso III, da Lei nº 14.133/21.

Bom Sucesso do Sul, 31 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:F4EF967C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 18/2026

SÚMULA: Convocam as Pré-Conferências da XIII Conferência Municipal de Saúde de Braganey.

O Sr. **Valdir Zielinski,** Prefeito Municipal de Braganey do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 623/2015, de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam Decretadas as Pré-Conferências da XIII Conferência Municipal de Saúde de Braganey, a serem realizadas nas seguintes datas, locais e horários:
14 de abril de 2026;
Posto de saúde da Comunidade Bragantina, às 18h30min;
15 de abril de 2026
Posto de saúde da Comunidade longuinopolis, às 18h30min;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal João Cappelletto, aos 31 dias do mês de março de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:3E198DFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 19/2026

SÚMULA: Convoca a XIII Conferência Municipal de Saúde de Braganey.

O Sr. VALDIR ZIELINSKI, Prefeito Municipal de Braganey, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 623/2015, de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a XIII Conferência Municipal de Saúde de Braganey, a ser realizada na Câmara Municipal de Braganey, no dia 23 de abril de 2026, a partir das 13h00min, com o tema: “Saúde, Democracia, Soberania e Sus: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal João Cappelletto, aos 31 de março de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:72BE0AA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 56/2026

SÚMULA: Nomeia a Comissão Organizadora da XIII Conferência Municipal de Saúde.

O Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, Prefeito Municipal de Braganey, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 623/2015, de junho de 2015,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear, para a organização da XIII Conferência Municipal de Saúde, sob a coordenação do Secretário Municipal de Saúde, Sr. **José Valdo Vieira dos Santos**, a seguinte Comissão Organizadora:

• Delmir Sanagiotto
• Elza Cristina de Souza Jesus
• Fernanda Sanagiotto Rodrigues
• Marilete Cazzo Modolo
• Pricila Caroline Boeke Dias
• Sonia de Fátima Zanin
• Valdenir Mauricio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal João Cappelletto, aos 31 de março de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:5E1356DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 01/2026

SÚMULA: DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INCENTIVO Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância 2022 – braganey/PR.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, em especial com base na Lei Municipal nº 432/2011 e na Lei Municipal nº 617/2015, considerando a Deliberação Plenária realizada em 31 de março de 2026,
Art. 1º- Aprovar a prestação de contas do final do incentivo Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância 2022
Art. 2°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Braganey, 31 de março de 2026.

MARIA DE LURDES DA FONSECA COSTA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Braganey/Paraná

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:9BEEC90A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 02/2026

SÚMULA: DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INCENTIVO Apoio a promoção dos direitos da criança e adolescente por meio de acesso a produtos de higiene íntima – 2023 – braganey/PR
.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, em especial com base na Lei Municipal nº 432/2011 e na Lei Municipal nº 617/2015, considerando a Deliberação Plenária realizada em 31 de março de 2026,
Art. 1º- Aprovar a prestação de contas do incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente por Meio de Acesso a Produtos de Higiene Íntima – 2023, referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025.
Art. 2°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Braganey, 31 de março de 2026.

MARIA DE LURDES DA FONSECA COSTA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Braganey/Paraná

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:C99B78B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 02/2026

SÚMULA: APROVA A PRESTAÇÃO DA EXPANSÃO MSE - LA E PSC DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais, em especial no disposto na Lei Municipal n° 375 de 14 de maio de 2010, considerando a Deliberação Plenária realizada no dia 13 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas anual de 2025 da secretaria de Assistência Social para Expansão a Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC),do governo do Estado.
Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Braganey,13 de março de 2026.

LIDAMARES DE OLIVEIRA BARBOSA
Presidente do Conselho de Assistência Social
Município de Braganey/Paraná

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:3CEF0DFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 03/2026

SÚMULA: SÚMULA: DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INCENTIVO PROJETO VIAJA MAIS 60 – DEL. 24/2023 - BRAGANEY-PR.

.A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Braganey, no uso de suas atribuições legais e, em consonância com a Lei Municipal n° 376 de 14 de maio de 2010, considerando a Deliberação Plenária realizada em 30 de março de dois mil e vinte e seis,

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a prestação de contas do Incentivo Viaja Mais 60 – Del. 24/2023 - referente ao pagamento ate 31 de dezembro de 2024.

Art. 2°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Braganey, 31 de março de 2026.

MARIA DE LURDES DA FONSECA COSTA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
Município de Braganey/Paraná

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:A6633DD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 03/2026

SÚMULA: DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INCENTIVO atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade – 2024 - braganey/PR

.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, em especial com base na Lei Municipal nº 432/2011 e na Lei Municipal nº 617/2015, considerando a Deliberação Plenária realizada em 31 de março de 2026,

Art. 1º- Aprovar a prestação de contas do incentivo Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade – 2024, referente ao período de pagamento até 31/12/2025.
Art. 2°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Braganey, 31 de março de 2026.

MARIA DE LURDES DA FONSECA COSTA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Braganey/Paraná

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:C29416D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 03/2026

SÚMULA: APROVA A PRESTAÇÃO PAEFI regionalizado DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais, em especial no disposto na Lei Municipal n° 375 de 14 de maio de 2010, considerando a Deliberação Plenária realizada no dia 13 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas anual de 2025 da secretaria de Assistência Social para PAEFI regionalizado do Governo do Estado.
Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Braganey, 13 de março de 2026.

MARIA DE LURDES DA FONSECA COSTA
Presidente do Conselho de Assistência Social
Município de Braganey/Paraná

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:2BD4F2D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 04/2026

SÚMULA: SÚMULA: DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INCENTIVO DE GARANTIA DE DIREITOS À PESSOA IDOSA – CENTRO DE CONVIVÊNCIA - BRAGANEY-PR.

.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Braganey, no uso de suas atribuições legais e, em consonância com a Lei Municipal n° 376 de 14 de maio de 2010, considerando a Deliberação Plenária realizada em 30 de março de dois mil e vinte e seis,

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a prestação de contas do Incentivo de Garantia de direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência 2022 – referente ao período de 31 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Braganey, 31 de março de 2026.

MARIA DE LURDES DA FONSECA COSTA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
Município de Braganey/Paraná

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:0C14B221

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 04/2026

SÚMULA: APROVA A PRESTAÇÃO Piso Único de Assistência Social - PAS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais, em especial no disposto na Lei Municipal n° 375 de 14 de maio de 2010, considerando a Deliberação Plenária realizada no dia 13 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas anual de 2025 da secretaria de Assistência Social para Piso Único de Assistência Social – PAS do Governo do Estado.
Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Braganey,13 de março de 2026.

MARIA DE LURDES DA FONSECA COSTA
Presidente do Conselho de Assistência Social
Município de Braganey/Paraná

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:A82EB56A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
O MUNICÍPIO DE BRAGANEY, Estado do Paraná, por meio do Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, torna público o RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2026, cujo objeto é a contratação de médicos generalistas, conforme condições estabelecidas no edital.
Após a realização da sessão pública de sorteio e análise da documentação de habilitação, restaram HABILITADAS e CLASSIFICADAS, conforme ordem de sorteio, as seguintes empresas:

EMPRESAS HABILITADAS E CLASSIFICADAS

Classificação	Empresa	CNPJ
1º	EDUARDA BACCIN DA LUZ – CLÍNICA MÉDICA	63.442.752/0001-32
2º	RZP SERVIÇOS MÉDICOS	64.508.049/0001-32
3º	JORMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	56.687.741/0001-07
4º	ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA	50.306.377/0001-41
5º	MOVI MED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA	16.993.043/0001-55
6º	MEDICON SERVIÇOS MÉDICOS	65.296.111/0001-32
7º	PLENAMED GESTÃO EM SAÚDE LTDA	29.162.295/0001-84
8º	BALDESSAR SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	64.339.544/0001-65
9º	MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA	55.820.671/0001-90
10º	ALEXANDRE DENARDIN SERVIÇOS MÉDICOS	60.454.561/0001-92
11º	EQUIPE GESTÃO EM SAÚDE LTDA	46.602.691/0001-02

DISPOSIÇÕES FINAIS
As empresas acima relacionadas encontram-se devidamente credenciadas, estando aptas à contratação, conforme a necessidade da Administração Pública, observando-se rigorosamente a ordem de classificação definida por meio de sorteio, nos termos do edital.
Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento convocatório, fica assegurado aos interessados o direito à interposição de recurso administrativo no prazo legal.

Braganey/PR, 30 de março de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:0B865203

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 016.2026 - SERVIÇOS DE ENDODONTIA

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 029/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 016/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por Item, tendo por objeto a prestação de serviços de endodontia e de cirurgia bucomaxilofacial para pacientes em tratamento odontológico junto às Unidades Básicas de Saúde – UBS e demandas existentes na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cafelândia/PR, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$124.217,19 (cento e vinte e quatro mil, duzentos e dezessete reais e dezenove centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **16 de abril de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 31 de março de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:42B333E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2026 – PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 003/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 002/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2026 – Processo inexigibilidade nº 003/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 002/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: CASA DE APOIO BENEVITA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 04.489.149/0001-37, RUA ANTONIO MARTINS DE ARAUJO, 111 - CEP: 80210050 - BAIRRO: JARDIM BOTANICO, E-MAIL: benevita.saude.adm@gmail.com, Telefone, (41) 99556-4731 CIDADE: Curitiba/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) ALINE AZZOLINI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO, DESTINADOS AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA TRATAMENTO MÉDICO NA CAPITAL DO ESTADO. A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DEVERÁ OBSERVAR RIGOROSAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES, CLÁUSULAS E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, GARANTINDO A ADEQUADA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E O ATENDIMENTO EFICIENTE ÀS NECESSIDADES DOS BENEFICIÁRIOS.

Valor Total: R$ 125.303,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil, Trezentos e Três Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, ALINE AZZOLINI
Vigência: 31/03/2026 a 30/03/2027.
Data da Assinatura:31/03/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:C73E83D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2026 – PREGÃO Nº 009/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2026 – Pregão nº 009/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito

Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: PINAUTO AUTOMOVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 34.177.379/0001-21, Avenida Bernardo Sayão, 490 - CEP: 76300000 - Bairro: Centro, E-mail: licitacao@pinauto.com.br, Telefone, (62) 3523-1961 CIDADE: Ceres/GO, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) LUCAS JOVE OZORIO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DO GABINETE DO PREFEITO, DO GABINETE E DA SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 190.100,00 (Cento e Noventa Mil e Cem Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, LUCAS JOVE OZORIO
Vigência: 31/03/2026 a 30/03/2027.
Data da Assinatura:31/03/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:C4EE5521

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS Nº 002/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. º 014/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS Nº 002/2025

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado N.º 002/2025,

TORNAR PÚBLICO

Art.1º A CONVOCAÇÃO dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado N.º 002/2025, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cafelândia, munidos da documentação e fotocópias abaixo relacionados: Documento de Identificação (RG), Cartão do Cadastro de Pessoa Física (CPF),Título de Eleitor, Prova de quitação com a Justiça Eleitoral, Prova de quitação com o Serviço Militar (se masculino), Comprovante de Residência, Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, caso possua, Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Declaração de União Estável se for o caso, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e/ou dependentes, Fotocópia do CPF e RG do cônjuge e filhos se houver, Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos, Declaração de Imposto de Renda ou Declaração de Bens, Carteira de trabalho, Fotocópia do Número do PIS/PASEP, Fotocópia do Comprovante de Escolaridade exigido como requisito do cargo, Fotocópia do Registro no Órgão de classe (para cargos cuja categoria profissional o exigir), Conta no banco ITAU, Comprovante de Situação Cadastral do CPF atualizado, 1 foto 3x4 recente, Cartão SUS, Declaração de dependentes, Auto Declaração étnica, Declaração/Atestado de não ter sido demitido do serviço público por justa causa, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais dos Setores de Distribuição dos foros criminais em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, da Justiça Federal e Estadual, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, Declaração referente ao exercício ou não de outro cargo ou função pública e sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão; e outros documentos listados no ato convocatório.
Os convocados deverão comparecer no **prazo de 05 (cinco) dias** úteis a contar da data da Publicação deste **Edital Nº 014/2026 – PSS Nº 002/2025**.

Classif.	Nome	Cargo (PSS)	Data de Nascimento
4º	Diana Catâneo Avancini	Enfermeiro	19/11/1992

Art.2º Os candidatos convocados que compareceram na data estipulado no Art. 1º, desse edital, deverão comparecer na data e horário informados pelo Departamento de Recursos Humanos para consulta médica admissional, munidos com documento de identificação (com foto) e da carteira de vacinação atualizada. A relação dos candidatos convocados neste ato público também está disponível no site **www.cafelandia.pr.gov.br**.

Art.3º O candidato que não apresentar toda a documentação solicitada no prazo previsto no parágrafo único, acarreta a impossibilidade de sua titularização.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B631BE76

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 196/2026 - DRH

PORTARIA N.º 196/2026-DRH

SÚMULA: Exonera Servidor Ocupante de Cargo em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR em 01/04/2026 o Servidor **BERTOLDO CARDOSO MINATTI** matrícula 767322718**,** ocupante do cargo em Comissão de **DEPARTAMENTO DE DIVISÃO DE PAISAGISMO E ÁREAS VERDES,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada em conformidade com o Oficio Nº 049/2026 - SAMACIT.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:57AADCD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 197/2026 - DRH

PORTARIA N.º 197/2026-DRH

SÚMULA: Nomeia Servidor para Ocupar Cargo em Comissão do Quadro Único de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º NOMEAR em 01/04/2026 **VALDELI JOSÉ LELIS,** para ocupar o Cargo em Comissão de **DEPARTAMENTO DE DIVISÃO DE PAISAGISMO E ÁREAS VERDES**, Símbolo CC-6 do Quadro Único de Pessoal, do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C48EA1AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 198/2026 - DRH

PORTARIA N.º 198/2026-DRH

SÚMULA: Nomeia Servidor para Ocupar Cargo em Comissão do Quadro Único de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º NOMEAR em 02/04/2026 **BERTOLDO CARDOSO MINATTI,** para ocupar o Cargo em Comissão de **DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA MUNICIPAL**, Símbolo CC-4 do Quadro Único de Pessoal, do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:0DCD952A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 199/2026 - DRH

PORTARIA N. º 199/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença Sem Vencimentos à Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença Sem Vencimentos à Servidora **ELIZABETE FLORIANI ROGESKI**, matrícula 767321814, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR 20 HORAS**, no período compreendido de 28/03/2026 a 27/03/2027.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:36F3580C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 200/2026 - DRH

PORTARIA N. º 200/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde aos servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Avaliação Médica Ocupacional expedida por Médico do Trabalho,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Licença para tratamento de saúde aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo abaixo relacionados.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	INÍCIO	TÉRMINO
MARIA CLAUDINA DE SOUZA	COZINHEIRA	767321682	17/03/2026	28/07/2026
WILIAN SQUIZATTO KASIRADZI	PINTOR	767321615	25/03/2026	05/04/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:547F0088

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 005.2026 - PROJETO PREVENÇÃO DE INCÊNDIO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 028/2026

Fundamenta-se a presente contratação no artigo 75, inciso I da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação para elaboração de projetos.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados visando à elaboração de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio, contemplando plantas técnicas, memorial descritivo, dimensionamentos, especificações de equipamentos, definição de materiais e demais documentos necessários à aprovação junto ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, incluindo a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), destinado às edificações referentes à Reforma e Ampliação da Quadra Poliesportiva da Comunidade Central Santa Cruz e à Construção do Centro de Convivência no Município de Cafelândia/PR, com a finalidade de garantir a regularização das edificações, o atendimento às normas de segurança contra incêndio e pânico e a proteção da vida e do patrimônio público.

Vencedor do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
FUOCO ENGENHARIA LTDA CNPJ 55.707.399/0001-37	7.140,00	sete mil e cento e quarenta reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

Cafelândia/PR, 31 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:CD02982A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAFELÂNDIA

Resolução Nº. 01/2026

Súmula: Aprovar a prestação de contas FINAL do repasse Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância. Deliberação 047/2022 do CEDCA/PR.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Cafelândia, em conformidade com a ***Lei nº1.294/2013***, de **18/12/2013**, neste ato representado pelo Presidente, Nilson José de Lima, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao Regimento Interno, vem tornar público, que em Reunião Ordinária, levada a efeito no dia 31/03/2026, às 13:30 horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Cafelândia/PR. Conforme Ata 01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas FINAL do repasse Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância – Deliberação 047/2022 do CEDCA/PR. Valor do recurso: R$ 75.000,00

Obs.: Recurso totalmente gasto de acordo com a deliberação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cafelândia/PR, 31 de Março de 2026

NILSON JOSÉ DE LIMA
Presidente CMDCA

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B5C7B11B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 23 de abril de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes destinados à uniformização e identificação dos servidores que atuam nas diversas Secretarias Municipais, bem como camisetas a serem utilizadas em campanhas institucionais, educativas, informativas e promocionais realizadas no âmbito do Município de Califórnia – PR.**. Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 31 de março de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:54375905

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 081/2026

DECRETO Nº 081/2026

SÚMULA: Exonerar o funcionário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SERGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - EXONERAR a pedido, a partir de 30/03/2026, a servidora, **HELOA RAISA BERNARDES**, matrícula sob nº 119425482, o qual deixará de ocupar o cargo de Provimento em Assessor Jurídico - conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas.

Artº. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 27º dia do mês de Fevereiro de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:B63CDFF9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 083/2026

DECRETO Nº 083/2026

SÚMULA: Nomeia Assessor Juridico do Poder Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - NOMEAR na data de 01/04/2026, O servidor **ANDRE HENRIQUE LISSOTI FERRERO**, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico - conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas.

Artº. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 31º dia do mês de Março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:3C51D005

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 084/2026

DECRETO Nº 084/2026

SÚMULA: Nomeia Assessor II do Poder Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - NOMEAR na data de 01/04/2026, **KESLLEY GOMES DE SOUZA**, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Provimento em Comissão de Assessor II – C3, junto a Secretaria Municipal de Esportes, conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas.

Artº. 2º - Entrando o presente em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao, 31º dia do mês de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:50D83799

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 085/2026

DECRETO Nº 085/2026

SÚMULA: Nomeia Assessor de Habitação e Desenvolvimento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - NOMEAR na data de 01/04/2026, **VINICIUS EDUARDO DAS NEVES**, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Habitação e Desenvolvimento Econômico e obras – C1, junto a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Econômico e Obras- SEHADO, conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas.

Artº. 2º - Entrando o presente em vigor a partir da data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao, dia 31 do mês de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:1330EC16

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2026

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2026

OBJETO: Aquisição de vacinas antirrábicas, para imunização de cães e gatos em condições de vulnerabilidade do município de Califórnia/PR.

RAZÃO DA DISPENSA: A aquisição de vacinas antirrábicas se faz necessária para a imunização de cães e gatos em condições de vulnerabilidade no município de Califórnia/PR. A raiva é uma zoonose viral de alta letalidade, representando um risco significativo à saúde pública, sendo a vacinação a principal medida de prevenção e controle da doença.

O município possui uma população considerável de animais domésticos em situação de risco, incluindo aqueles pertencentes a famílias de baixa renda, bem como animais errantes. A imunização desses animais é essencial para reduzir a incidência da raiva, protegendo tanto a população animal quanto humana.
A distribuição e aplicação das vacinas serão realizadas por meio de campanhas de vacinação coordenadas pelos órgãos responsáveis, garantindo a cobertura necessária para a prevenção da doença e o cumprimento das diretrizes sanitárias vigentes.
Dessa forma, a aquisição das vacinas visa promover a saúde pública, prevenindo possíveis surtos da doença e garantindo o bem-estar da comunidade e dos animais do município de Califórnia/PR.

Nos casos de dispensa de licitação (art. 75, e II da Lei nº 14.133/2021), cumpre destacar que:
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
Por fim, em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração realizar a compra sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios. **VALORES:** O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **R$ 1.872,50 (um mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).**

FORNECEDOR: APLICAPET 39724032 PRODUTOS E SERVICOS VETERINARIOS LTDA
CNPJ: 39.724.032/0001-75
VALOR: R$ 1.872,50 (um mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II.

Califórnia, 31 de março de 2025.

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:33C36034

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 39/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 39/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/ 2025
MODALIDADE Inexigibilidade Nº 2/ 2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP do Município de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: EF GEROLINO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ/CPF: 63.992.719/0001-76
REPRESENTANTE LEGAL: ELISANGELA FUMAGALI GEROLINO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 2.528.800,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:BD50247C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 40/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 40/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/ 2025
MODALIDADE Inexigibilidade [[Nº 2/ 2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP do Município de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: RENAN WILLIAN TEIXEIRA LTDA
CNPJ/CPF: 64.778.956/0001-00
REPRESENTANTE LEGAL: RENAN WILIAN TEIXEIRA,
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 2.528.800,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:58846A8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 41

EXTRATO DO CONTRATO N° 41/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/ 2025
MODALIDADE Inexigibilidade [[Nº 2/ 2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP do Município de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: JPF HEALTH CARE LTDA
CNPJ/CPF: 63.811.031/0001-42
REPRESENTANTE LEGAL: JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 2.528.800,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:10E9C0BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 42/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 42/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/ 2025
MODALIDADE Inexigibilidade [[Nº 2/ 2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP do Município de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: J.L CARDOSO MEDICAL CARE LTDA
CNPJ/CPF: 63.852.492/0001-63
REPRESENTANTE LEGAL: JOAQUIM LUCAS SILVA CARDOSO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 2.528.800,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:4EF9E90F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 43/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 43/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/ 2025
MODALIDADE Inexigibilidade Nº 2/ 2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS
Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP do Município de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: AIG SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ/CPF: 60.834.457/0001-23
REPRESENTANTE LEGAL: ADRIANI ILSE GOLLO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 2.528.800,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:5997E865

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 44/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 44/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/ 2025
MODALIDADE Inexigibilidade [[Nº 2/ 2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP do Município de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: DIMEDCS CLINICA MEDICA LTDA
CNPJ/CPF: 25.176.756/0001-17
REPRESENTANTE LEGAL: CELSO GODOI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 2.528.800,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:02AAFB11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 45/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 45/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/ 2026
MODALIDADE Dispensa Nº 2/ 2026

OBJETO: Aquisição de vacinas antirrábicas, para imunização de cães e gatos em condições de vulnerabilidade do município de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: APLICAPET 39724032 PRODUTOS E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA
CNPJ/CPF: 39.724.032/0001-75
REPRESENTANTE LEGAL: JHENIFFER CINTI BENETI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 1.872,50
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 31/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:74F1D68F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 066/2026

PORTARIA Nº 066/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das rotinas das linhas escolares e linha rural dos trabalhadores, com carga horária que demandam em alguns casos 3 viagens, que podem compreender os horários das 6:00 às 8:00h, das 11:30 às 13:30, das 16:30 às 18:30h ou 22:00 às 00:00h, para atendimento da demanda da Secretaria de Educação e Cultura –SEDUC e Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos - SETOSP.
CONSIDERANDO o art. 4º do Decreto 087/2025 que Regulamenta O Banco de Horas e trata da Jonada de Trabalho e da Tolerância de Atraso no Município de Califórnia.

R E S O L V E :

Artº. 1º - Designar os motoristas adiante citados, para cumprir carga horária de segunda a sexta-feira de 6 horas diárias, tolalizando 30 horas semanais até 18/12/2026, conforme término do calendário escolar municipal 2026 para os motoristas lotados na SEDUC e 31/12/2026 para o motorista lotado SETOSP .

- André Luiz Reis dos Santos – matrícula n° 10053241
- Ariel Lourenço da Silva – matrícula nº 670
- Clair Bento – matrícula nº 10029452
- Ederson Aparecido de Mattos – matricula nº 10004461
- Leandro Apº de Souza Magalhães de Lima – matrícula nº 10041233
- Maurício Ramos da Rocha – matrícula nº 760
- Marcos Antônio de Barros – matrícula nº 10072891
- José Carlos Souza – matrícula nº 10007991
- Sergio Luiz Voltarelli – matricula nº 10017361
- Sidnei Ferreira dos Santos – matrícula n° 10057151
- José Claudio Bovo – matricula n° 10047941

- José Mariano da Silva – matricula nº 10052861

Artº. 2º - Em caso de necessidade de substituição de servidor fica aplicado a presente Portaria a quem vier a lhe suceder na referida linha escolar ou linha rural do trabalhador.

Parágrafo Único – Os motoristas são totalmente responsáveis pela manutenção e abastecimento de seus veículos, encaminhando e acompanhamento quando necessário, ao profissional habilitado.

Artº. 3º - Em caso de jornada excedente, será aplicado o art. 4º do Decreto 087/2025, §, que diz que:
Art. 4º. (...)
Parágrafo único. O servidor detentor de cargo cuja jornada semanal de concurso seja de 40 (quarenta) horas, que a critério do órgão onde esteja lotado tiver sua jornada diária reduzida na forma do caput deste artigo, ao ser convocado, ou ainda, devido à necessidade do trabalho para execução das atividades além da jornada semanal de 30 (trinta) horas, não fará jus ao recebimento de horas extras, ou ainda, banco de horas, sendo-lhe computadas apenas as horas superiores à jornada semanal de seu cargo, ou seja, as executadas acima de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 292/2025 de 27/10/2025, publicada no Diário Oficial dos Municipios, entrando a presente em vigor nesta data..

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 30º dias do mês de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:EC563E12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 002/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 002/2026

DO OBJETO: Aquisição de vacinas antirrábicas, para imunização de cães e gatos em condições de vulnerabilidade do município de Califórnia/PR.

FORNECEDOR: APLICAPET 39724032 PRODUTOS E SERVICOS VETERINARIOS LTDA
CNPJ: 39.724.032/0001-75
VALOR: R$ 1.872,50 (um mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II.

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **Valor Total: R$ 1.872,50 (um mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Ratifico a Aquisição de vacinas antirrábicas, para imunização de cães e gatos em condições de vulnerabilidade do município de Califórnia/PR.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:7557D39B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025

RATIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 036/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025

CREDENCIADO	CNPJ	MÉDICO CREDENCIADO	CRM/PR N°	DATA REGISTRO
EF GEROLINO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	63.992.719/0001-76	ELISANGELA FUMAGALI GEROLINO	62115	05/12/2025
RENAN WILLIAN TEIXEIRA LTDA	64.778.956/0001-00	RENAN WILLIAN TEIXEIRA	64032	11/03/2026
JPF HEALTH CARE LTDA	63.811.031/0001-42	JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO	61885	28/11/2025
J.L CARDOSO MEDICAL CARE LTDA	63.852.492/0001-63	JOAQUIM LUCAS SILVA CARDOSO	61865	27/11/2025
AIG SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	60.834.457/0001-23	ADRIANI ILSE GOLLO	60908	11/07/2025
DIMEDCS CLÍNICA MÉDICA LTDA	65.281.541/0001-80	CELSO GODOI	36355	20/06/2016

O Prefeito do Município de Califórnia/PR, no uso das atribuições inerentes ao cargo, RATIFICA a Dispensa de Licitação por Inexigibilidade n° 002/2025, que tem por objeto Credenciar Empresas para Contratação de empresa especializada em atendimento médico Clinico Geral para demanda 24h da UBS Pe Tito Cerasoli e Equipes EAP.

Califórnia, 31 de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:614D2E67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2026-PMCS

CONTRATANTE: Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jose Pedro Seleme, inscrito no CGC/MF nº 01.611.489/0001-09, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, André Junior de Paula, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.406.494-7 e do CPF/MF nº 047.758.429-27, e

CONTRATADA: GKK GUILHERME KUSTER KAMINSKI LTDA – CNPJ 19.135.608/0001-51.

OBJETO: A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO URBANA EM VIAS PÙBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO/PR, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, EM CONSONÂNCIA COM O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS PEÇAS E DOCUMENTOS DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. º 04/2025.

VALOR: R$ 4.400.000,00 (Quatro Milhões e Quatrocentos Mil Reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 480 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 26 de março de 2026.

FORO: Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná.

Campina do Simão, 30 de março de 2026.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:89042635

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2026-PMCS

CONTRATANTE: Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jose Pedro Seleme, inscrito no CGC/MF nº 01.611.489/0001-09, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, André Junior de Paula, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.406.494-7 e do CPF/MF nº 047.758.429-27, e

CONTRATADA: ALB ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - CNPJ 27.150.711/0001-07.

OBJETO: A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO URBANA EM VIAS PÙBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO/PR, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, EM CONSONÂNCIA COM O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS PEÇAS E DOCUMENTOS DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. º 04/2025.

VALOR: R$ 1.016.000,00 (Um Milhão e Dezesseis Mil Reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 480 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 25 de março de 2026.

FORO: Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná.

Campina do Simão, 30 de março de 2026.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:FE24F031

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2026-PMCS

CONTRATO 12/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, PROFISSIONAIS DE MEDICINA – CLÍNICA GERAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DISPENSADO O CONCURSO PÚBLICO, CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: LZR MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA inscrita no CNPJ n.º **65.008.824/0001-80**, situada a Avenida Tancredo Neves nº 3457, Bairro Porto Belo, CEP: 85867-318 no Município de Foz do Iguaçu – Paraná, neste ato representada pela Sr. **LILLIAM ZAMPIER RAYMUNDI**.

VALOR: R$381.795,60 (Trezentos e Oitenta e Um Mil, Setecentos e Noventa e Cinco Reais e Sessenta Centavos).

VIGÊNCIA: 12 DE MARÇO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 27 DE MARÇO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:01EE23AD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

PREGÃO Nº 03/2026-PMCS

CONTRATO 13/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES E ACOMPANHANTES PARA TRATAMENTO TFD

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: VALDINEI DA SILVA TOIGO TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.799.987/0001-80, sediada na Rua José Valentin, CEP 85148-000, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Valdinei da Silva Toigo.**

VALOR: R$ 899.280.00 (oitocentos e noventa nove mil duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 30 DE MARÇO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 30 DE MARÇO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:98C13EB9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2026 - PMCS

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a **Homologação**, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/21, do procedimento licitatório modalidade **Pregão Eletrônico N.º 04/2026 - PMCS** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE FERTILIZANTES QUÍMICOS SENDO, CLORETO DE POTÁSSIO FÓRMULA NPK 00-00-60 E SUPERFOSFATO SIMPLES FÓRMULA NPK 00-18-00**, e **Adjudicação** à empresa **CB AGRO INSUMOS AGRICOLAS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º **19.495.736/0001-06,** situada a Avenida Prefeito Moacir Júlio Silvestri, 3305, Jardim das Américas, Cep: 85.030-000 no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, vencedora dos **Lotes 01 e 02**, com valor global de **R$ 319.767,68** (Trezentos E Dezenove Mil Setecentos e Sessenta e Sete Reais e Sessenta e Oito Centavos)**.**

Campina do Simão, 31 de março de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:7F6BA668

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 28 DE 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Esportes (CME), representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação em vigor, e com fundamento na **Lei Municipal nº 915, de 16 De dezembro de 2025**,
CONSIDERANDO a necessidade de instituir o Conselho Municipal de Esportes e Recreação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
CONSIDERANDO que os representantes da sociedade civil foram eleitos conforme o Regulamento Interno da Conferência Municipal de Esportes, realizada no dia 10 de setembro de 2025, e devidamente homologados pela referida Secretaria;
RESOLVE:
Art. 1º – Nomear os membros do Conselho Municipal de Esportes (CME), vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 2º – O **Conselho Municipal de Esportes** é o órgão colegiado de caráter consultivo e fiscalizador das políticas públicas de esporte e recreação desenvolvidas no Município, tendo por objetivo:

I– Auxiliar na organização do esporte municipal;
II – Consolidar políticas públicas voltadas ao esporte e à recreação;
III – Contribuir para a gestão, qualidade, transparência e eficiência do esporte municipal;
IV – Institucionalizar a relação entre a administração pública e os setores da sociedade civil ligados ao esporte, na elaboração e fiscalização das políticas esportivas e recreativas de Campina do Simão.
Art. 3º – Ficam nomeados os seguintes membros, titulares e respectivos suplentes, do **Conselho Municipal de Esportes (CME)**, para o mandato de **02 (dois) anos**, contados a partir da data de publicação desta Portaria:

Representantes de Entidades Não Governamentais	
Membro Titular	***Membro Suplente***
Elian Cristian Grenzel CPF: ******959-41 Representante Profissional De Educação Fisica	**Ariuson José Ribeiro Agostinho** CPF: ******.009-62 Representante Profissional De Educação Fisica
Rafael De Lima CPF: ******439-62 Representante Associação Esportiva	**Krigor Matheus De Paula Freitas** CPF: ******819-12 Representante associação esportiva
Yuri Barbosa Da Costa CPF: ******929-19 Representante Organização Sociedade Civil com atuação esportiva	**Adriano De Lima Dos Anjos** CPF: ******069-51 Representante Organização Sociedade Civil com atuação esportiva
Matheus Nezi Scheller CPF: ******.679-45 Representante Organização Sociedade Civil com atuação esportiva	**Lucas Ferreira Dos Santos** CPF: ******769-48 Representante Organização Sociedade Civil com atuação esportiva
Anderson Scheller CPF: ******539-79 Representante Organização Sociedade Civil com atuação esportiva	**Eduardo Fraga Leal** CPF: ******529-30 Representante Organização Sociedade Civil com atuação esportiva
Luiza Zolet CPF: ******649-10 Representante Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	**João Fabricio Zimerman Sydor** CPF: ******409-37 Representante Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Representantes de Entidades Governamentais	
Membro Titular	***Membro Suplente***
Edina Maciel Wendler CPF: ******539-60 Secretaria Municipal de Assistência Social	**Gabriel Jacoby** CPF: ******979-83 Secretaria Municipal de Assistência Social
Crislaine De Paula Freitas CPF: ******929-40 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	**Jonas Pires Da Silva** CPF: *****839-1 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Jessica Cristina Sott CPF: ******239-80 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	**Rosane Nezi Teodoro** CPF: ******079-20 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Eliane Zolet Lazzaretti CPF. ******869-15 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	**Silmara Brandalise Hardt** CPF. ******019-25 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Francisco Rogerio Teixeira Aguiar CPF: ******919-92 Secretaria Municipal de Administração	**Camila De Paula Freitas** CPF: *******749-27 Secretaria Municipal de Administração
Lisandra Salvadori CPF: ******079-73 Secretaria Municipal de Meio Ambiente	**Fabio Junior Soares** CPF: ******189-56 Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Art.4°- Pela regra de alternância, a Presidência do Conselho será governamental, sendo assim:

Fica designada como **Presidente** a **Sra. Crislaine de Paula Freitas** (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte) e como **Vice-Presidente** o **Sr. Jonas Pires da Silva** (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte).

Art. 5º – A **Secretaria Executiva** do Conselho Municipal de Esportes e Recreação ficará sob a responsabilidade da **Secretaria Municipal de Administração**, sendo designado como Secretário Executivo o Sr. FRANCISCO ROGERIO TEIXEIRA AGUIAR.
Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga a Portaria n° 27, de 23 de março de 2026.

Campina do Simão, 31 de março de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:7946C95C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 29 DE 01 DE ABRIL DE 2026

Súmula: Exonera a pedido servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora Thainara Regina De Paula, nomeada anteriormente para o cargo de Assessor Administrativo II.

Art. 2º –Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revoga a Portaria n° 120, de 08 de julho de 2025.

Art.3º Registre-se e publique-se em 01 de abril de 2026

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:F9E939C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA Nº 09, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Exonera a servidora DANIELE CAVALI, ocupante do Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar, da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 454, de 25 de abril de 2017,**RESOLVE**:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 01 de abril de 2026, a servidora **DANIELE CAVALI**, matrícula funcional n° 416, do Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar, símbolo CC-4 da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

Campina Grande do Sul, 31 de março de 2026.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Elizete Machowski
Código Identificador:BD22F63B

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA N.º 001/2026

O Diretor Geral da Fundação de Atenção à Saúde de Campina Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

C O N C E D E

FÉRIAS

AO SERVIDOR ABAIXO INFORMADO.

MATR.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO		
25	JULIANA HELENA KICHE	10/02/2025	09/02/2026	06/04/2026	à	20/04/2026

Campina Grande do Sul, 31 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

ERNANI SPERANCETA
Diretor Geral – FASCAMP
Decreto nº 2.369/2025

Publicado por:
Ernani Speranceta
Código Identificador:77433B3C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°. 001/2026

Processo de Progressão Funcional Vertical por Aperfeiçoamento, por Merecimento e
Progressão Funcional Horizontal

O **MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n°. 76.105.600/0001-86, com sede no endereço Praça Bento Munhoz da Rocha Neto n°30, Centro, CEP: 83.430-000, por meio da **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO** instituída pela Portaria n°. 535, de 29 de março de 2021 e com base no Decreto Municipal n°. 726, de 10 de junho de 2016 e Decreto Municipal nº. 1.035, de 06 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições legais, torna pública a convocação para o processo de Progressão Funcional Vertical por Aperfeiçoamento e Progressão Funcional Horizontal, conforme previsão contida na Lei Complementar Municipal n°. 07, de 23 de maio de 2012, alterada pela Lei Complementar Municipal nº. 77, de 27 de março de 2024, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do quadro geral e Lei Complementar Municipal nº. 31, de 20 de outubro de 2017, que dispõe sobre o plano de cargos carreiras e vencimentos da Guarda Civil Municipal.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente edital trata do processo de Progressão Funcional Vertical por Aperfeiçoamento, por Merecimento e Progressão Funcional Horizontal promovidos pelo Município de Campina Grande do Sul, para os servidores públicos efetivos, submetidos ao regime estatutário e que tenham vencido o estágio probatório ou que, na última avaliação funcional encontravam-se em licença, e que tenham completado até a data de 31 de dezembro de 2025 dois anos contínuos de efetivo exercício, com exceção daqueles pertencentes ao quadro do magistério e daqueles que já tenham progredido no ano anterior referente aos anos de 2023/2024/2025.

Parágrafo Único. Nos termos do §4º da Lei Complementar Municipal nº. 77/2024, considerando a atualização das tabelas de vencimentos do quadro geral da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, com a concessão de aumento real aos servidores, a progressão funcional vertical por aperfeiçoamento e por merecimento somente poderá ser concedida após o decurso do prazo mínimo de 02 (dois) anos contados da data de publicação da referida lei complementar.

Art. 2º Compete à Comissão de Avaliação, proceder à análise dos requerimentos de progressão vertical por aperfeiçoamento e merecimento.

Art. 3º A progressão horizontal, no entanto, será recebida e processada diretamente pelo departamento de gestão de pessoal do Município, que remeterá para parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município, quando necessário.

Art. 4º O presente edital será amplamente divulgado, devendo ser publicado no diário oficial do Município, no portal eletrônico e afixado nas repartições públicas.

Parágrafo único. As Secretarias Municipais serão responsáveis por cientificar os servidores das unidades administrativas, através das chefias imediatas, e, ainda, os servidores cedidos a outros órgãos, a fim de que tomem ciência do presente edital, garantindo o direito previsto em lei.

CAPÍTULO II
DA PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL POR APERFEIÇOAMENTO, MERECIMENTO E PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Art. 5º Entende-se por progressão vertical por aperfeiçoamento e merecimento a passagem do servidor público de um nível para outro superior dentro da mesma classe, mediante comprovação de qualificação profissional e pontuação obtida nos termos do Anexo IV da Lei Complementar nº. 07/2012, desde que cumprida a qualificação necessária que retrata o contínuo aprimoramento do servidor visando o melhor desempenho de suas atividades.

Art. 6º Entende-se por progressão horizontal por titulação a passagem do servidor público, somente por titulação, para a classe superior, mediante requerimento e comprovação da titulação exigida para a respectiva tabela, na forma dos anexos V ao XVI, da Lei Complementar nº. 07/2012.

§ 1º. Somente serão aceitos para esse fim títulos inerentes à área de atuação do servidor.

§ 2º. Quando da realização da primeira progressão horizontal por titulação, o servidor poderá utilizar de toda a sua titulação obtida.

§ 3º. O servidor na progressão horizontal será mantido no mesmo nível vertical anteriormente ocupado.

Art. 7º Ficam convocados somente os servidores públicos efetivos, submetidos ao regime estatutário, que tenham vencido o estágio probatório ou que estavam de licença na última avaliação funcional e completaram até a data de 31 de dezembro de 2025 dois anos contínuos de efetivo exercício, com exceção daqueles pertencentes ao quadro do magistério e daqueles que já tenham progredido no último processo e/ou que deveriam ter progredido, para apresentar os certificados e pleitear a progressão funcional vertical por aperfeiçoamento e progressão funcional horizontal a partir do dia **07de abril de 2026**.

CAPÍTULO III
DO REQUERIMENTO

Art. 8º O servidor deverá protocolar o requerimento, conforme modelo constante no anexo I e II, no prédio administrativo da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, situado a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto n° 30, Centro, no horário de atendimento das 08h30min às 12h00 e das 13h30min às 17h30.

§1º Para progressão funcional horizontal, deverá ser anexada ao requerimento a respectiva titulação (diploma ou certidão de conclusão de curso). Nos casos de graduação deve constar na certidão à data da colação de grau. Após o recebimento e processamento, o pedido poderá ser remetido à Procuradoria Geral do Município para emissão de parecer, quando necessário.

§ 2º Para progressão funcional vertical por aperfeiçoamento, deverão ser anexados ao requerimento todos os certificados de conclusão de curso de formação, aperfeiçoamento, treinamento, atualização, extensão ou capacitação e demais documentos que comprovem as situações de pontuação previstas no anexo IV da Lei Complementar Municipal n°07/2012, expedidos exclusivamente no período compreendido entre os anos de **2023, 2024 e 2025**, mediante apresentação de cópia para conferência junto ao Departamento de Gestão de Pessoal.

§3º Constituem situações de pontuação as previstas no anexo IV da Lei Complementar n°. 07/2012, nestes termos:

I - Comprovante de participação em comissão ou conselho municipal de política pública, designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, com efetividade de pelo menos 1/3 do mandato;

II - Comprovante de publicação de trabalhos científicos de autoria própria;

III - Comprovante de apresentação de trabalho em Congresso ou Seminário;

IV - Comprovante de aula ministrada em favor de servidores municipais;

V - Comprovante do exercício de cargo de chefia;

VI - Comprovante de congratulações e premiações.

§4º A Comissão de Avaliação poderá indeferir certificados ou documentos apresentados que não possuam relação direta com as atribuições do cargo ou com a área de atuação do servidor, observador os critérios previstos na Lei Complementar nº. 07/2012.

§5º O servidor terá até o dia **07 de maio de 2026** para promover o protocolo, conforme cronograma constante no Capítulo VI deste Edital, após esta data não serão mais recebidos os requerimentos para progressão.

§6º Para progressão funcional vertical por merecimento ocorrerá na forma do caput deste artigo, se na média da avaliação funcional dos últimos 02 (dois) anos, o servidor atingir no mínimo a nota equivalente ou superior a 6,5 (seis vírgula cinco) pontos.

§7º Excepcionalmente, conforme previsto no parágrafo anterior, o servidor que tenha em sua avaliação nota igual ou superior a 7,5 (sete vírgula cinco) pontos, poderá progredir por merecimento.

§8º As progressões serão em até dois níveis a cada dois anos, sendo 01 (um) nível por aperfeiçoamento e 01 (um) nível por merecimento.

Art. 9º O resultado preliminar será publicado no Diário Oficial do Município, conforme cronograma constantes do Capítulo VI deste Edital.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS

Art. 10. Será admitida a interposição de recurso, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital, dirigido à Comissão de Avaliação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do deferimento ou indeferimento do pedido no Diário Oficial do Município.

§1º A Comissão de Avaliação disporá de 7 (sete) dias a contar da data do protocolo para análise do acolhimento do recurso, com reconsideração ou não da decisão.

§2º No caso de não reconsideração, após parecer da Procuradoria Geral do Município, o recurso deverá ser remetido à instância superior máxima para decisão final no mesmo prazo.

§3º Os recursos poderão ser encaminhados via e-mail institucional (rhumanos@pmcgs.pr.gov.br) ou protocolados diretamente no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado no prédio administrativo da Prefeitura Municipal, junto a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto n° 30, Centro, mediante protocolo. O atendimento presencial ocorrerá das 08h30min às 12h00 e das 13h30min às 17h00.

Art. 11. O recurso somente será apreciado se for interposto dentro do prazo legal, por escrito, contendo o nome, a lotação, o cargo e a matrícula do servidor, com a descrição de argumentos claros e objetivos, devidamente fundamentados e justificados.

Parágrafo único. Para fundamentar o recurso, deverá ser juntada cópia da grade curricular do curso; matriz de referência; conteúdo programático ou documento similar que possa corroborar na reapreciação da correlação do curso com o cargo ou função ocupada pelo servidor.

Art. 12. Não serão reconhecidos como recurso, meros protestos ou manifestações desprovidas de fundamento, bem como recursos encaminhados por meios diversos daqueles expressamente previstos neste Edital.

Art. 13. A não interposição de recursos implica na aceitação do deferimento ou não da progressão funcional vertical por aperfeiçoamento e progressão funcional horizontal.

Art. 14. Os recursos interpostos não suspendem ou interrompem os outros processos de progressão.

CAPÍTULO V
DOS RESULTADOS

Art. 15. Os resultados preliminares e definitivos das progressões serão divulgados no diário oficial do Município no prazo estipulado neste edital.

CAPÍTULO VI
DOS PRAZOS

Art. 16. O processo administrativo de progressão funcional por aperfeiçoamento e progressão funcional horizontal, obedecerá aos prazos a seguir definidos:

PRAZO	AÇÃO
01/04/2026	Publicação do Edital
02/04/2026	Início do prazo para impugnação do Edital.
06/04/2026	Resultado Impugnação do Edital.
07/04/2026	Início do prazo para protocolo do pedido de progressão funcional vertical e horizontal.
07/05/2026	Final do prazo para protocolo do pedido de progressão funcional vertical e horizontal.
13/05/2026	Publicação do resultado preliminar.
14/05/2026	Início do prazo para interposição de eventual recurso, direcionado à Comissão de Avaliação.
21/05/2026	Último dia de prazo para interposição de recurso.
22/05/2026	Análise dos recursos pela Comissão de Avaliação.
02/06/2026	Publicação do resultado definitivo após análise de eventuais recursos interpostos.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Aplicam-se ao processo administrativo de progressão funcional vertical por aperfeiçoamento e progressão funcional

horizontal, o disposto na Lei Complementar n° 07, de 23 de maio de 2012 e os procedimentos previstos no Decreto n° 726, de 10 de junho de 2016 e Decreto 1.035, de 06 de agosto de 2018.

Art. 18. A data de protocolo dos documentos, para qualquer das progressões, não gera direito adquirido ao servidor requerente.
Art. 19. O servidor público somente fará jus aos efeitos financeiros decorrentes da progressão funcional após a publicação da respectiva portaria de concessão no Diário Oficial do Município.

Art. 20. Os casos omissos serão analisados pela Comissão de Avaliação, podendo ser submetidos à manifestação da Procuradoria Geral do Município quando necessário, observados os princípios que regem a Administração Pública.

Art. 21. A concessão das progressões funcionais previstas neste Edital observará as disposições da Lei Complementar nº. 07/2012, da Lei Complementar nº. 77/2024, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, nos termos da legislação vigente.

Art. 21. Este edital produz efeitos a partir da data de publicação.

Campina Grande do Sul, 31 de março de 2026.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

SILMARA TAYS ANDRADE GONÇALVES DOS SANTOS

MARIA GUADALUPE STRAPASSON

DAIHANE GISELE DOS SANTOS

WILLIAN MISAEL OLIVEIRA REIS

PATRÍCIA SIMIONI DA CRUZ

ANEXO I

REQUERIMENTO PADRÃO

À COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL POR APERFEIÇOAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PR	
Nome:	Telefone:
Endereço Completo:	
Secretaria:	Unidade Administrativa:

Matrícula:	Cargo:

Vem requer a Vossa Senhoria que se digne em conceder de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, minha progressão vertical por aperfeiçoamento, de acordo com os documentos apresentados em anexo na quantidade de _____ certificados.

Campina Grande do Sul, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Requerente

Decisão:
Deferimento

indeferimento
Motivo:

Campina Grande do Sul, _____ / _____/ 2026.

_____
Presidente da Comissão

Ciente do Servidor:

ANEXO II

REQUERIMENTO PADRÃO

À COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PR	
Nome:	Telefone:
Endereço Completo:	
Secretaria:	Unidade Administrativa:

Matrícula:	Cargo:

Vem requer a Vossa Senhoria que se digne em conceder de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, minha progressão funcional horizontal, de acordo com os documentos apresentados em anexo na quantidade de _____ certificados.

Campina Grande do Sul, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Requerente

Decisão:
Deferimento

indeferimento
Motivo:

Campina Grande do Sul, _____ / _____/ 2026.

_____
Presidente da Comissão

Ciente do Servidor:

ANEXO III

RECURSO ADMINISTRATIVO

À COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL POR APERFEIÇOAMENTO E PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PR	
Nome:	Telefone:
Secretaria:	Unidade Administrativa:
Cargo:	

Vem requer a Vossa Senhoria, a **reconsideração** do parecer emitido no processo sob nº_____/2026, progressão vertical por aperfeiçoamento e progressão funcional horizontal, pelos motivos que passa a expor:
_____
_____
_____
_____
_____
_____
Para corroborar com estes fundamentos, apresento em anexo os seguintes documentos:
_____
_____
_____

RECONSIDERAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

( ) SIM ( ) NÃO

Campina Grande do Sul _____, de _____de 2026.

_____
Presidente da Comissão

DECISÃO FINAL DA INSTÂNCIA MÁXIMA SUPERIOR:

( ) RECURSO PROVIDO ( ) RECURSO DESPROVIDO

Campina Grande do Sul _____, de _____de 2026.

_____
Instância Máxima Superior

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:A37748AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026

Processo: Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação nº 001/2026, nos termos do art. no art. 74, inc. III, alínea f da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021. **Objeto**: CURSO "AULAS PRÁTICAS DE COTAÇÃO, EDITAL, ETP E TR". MODALIDADE: PRESENCIAL. CARGA HORÁRIA: 17 HORAS. **Empresa Vencedora**: UNYGOV

GOVERNANCE CAPACITACAO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA CNPJ: 55.930.096/0001-89. **Valor Total:** R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais). **Dotação Orçamentária:** 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00; 3.3.90.39.48.00. **Data da Autorização e Ratificação:** 17/03/2026.

RAFAEL DE JESUS VENTURA
Presidente

Publicado por:
Mariane de Souza
Código Identificador:4B45F75F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CHAMADA PUBLICA Nº 01/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PUBLICA Nº 01/2026
Objeto: Credenciamento de Instituições com e sem Fins Lucrativos para a Realização de Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial e Prestação de Serviços de Acolhimento Temporário e/ou Longa Permanência, Conforme as Diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Campo do Tenente/Pr. Data: 28/04/2026, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.
Campo do Tenente, 31 de março de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:F6D14B71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.° 244/2026

Alteração dos integrantes da rede de proteção da criança e do adolescente do Município de Campo Magro e revogação do Decreto Municipal nº 242/2026 e o artigo 4º do Decreto Municipal nº 1012/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferida pelo Artigo 69, Inciso VIII, da Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A

Art. 1°. Mantém-se instituída a Rede Municipal de Proteção da Criança e do Adolescente de Campo Magro, destinada à organização e articulação das ações voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, consoante artigo 1º do Decreto Municipal nº 1012/2025.

Art. 2°. A coordenação da Rede Municipal de Proteção segue sob responsabilidade da Servidora Caroline Aparecida de Almeida Siqueira, assim como a Secretaria Executiva continua sob responsabilidade da Servidora Maria José Ferro, consoante artigos 2 e 3 do Decreto Municipal nº 1012/2025.

Art. 3°. Ficam nomeados como membros da Rede Municipal de Proteção, representando seus respectivos órgãos e instituições, revogando o artigo 4º do Decreto Municipal nº 1012/2025:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS;
Titular: Tiago Mainginski
Suplente: Jeanine Luzia Ferreira de Paula

II – Secretaria Municipal de Saúde – SESAU;
Titular: Tatiane Barbara Walger
Suplente: Paula Cristina Santos Clazer Chaves

III – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SEMEC;
Titular: Maria José Ferro
Suplente: Caroline Aparecida de Almeida Siqueira

IV – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
Titular: Leonardo Henrique Melo Silva
Suplente: Tatiane Cristina Dina Dembicki

V – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
Titular: Bruno Gurgel Nonvieri
Suplente: William Robson Martins de Freitas

VI – Unidade de Acolhimento Institucional – UAI;
Titular: Camila Farias Pereira
Suplente: Felipe de Souza Barros

VII – Atenção Primária e Secundária em Saúde;
Titular Representante Atenção Básica: Claudia Maria Oliveira de Andrade
Suplente Representante Atenção Básica: Iasmym Alves de Andrade Soares
Titular Representante Atenção Especializada: Caroline Isabel Voziniack
Suplente Representante Atenção Especializada: Beatriz Sponholz Oliveira

VIII – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA;
Titular: Amanda Ataele Lovato
Suplente: Josiane Gomes Garcia Ferreira

IX – Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte;
Titular: Rosana da Silva Oliveira Marques

X – Conselho Tutelar.
Titular: Araci Batista ferreira Martins
Titular: José Roque de Oliveira Freitas
Titular: Kauê Lacerda Nunes
Titular: Marcos Urbano da Silva
Titular: Priscila Ribas Machado

Art. 5°. Ficam revogados o artigo 4º do Decreto Municipal nº 1012/2025 e a íntegra do Decreto Municipal nº 242/2026.

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro
30 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:A9B8C072

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 037/2026 PSS EDITAL N.º 012/2025 CHAMAMENTO PARA ANTECIPAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado PSS/SEMEC n.º 012/2025,

TORNA PÚBLICO

O chamamento dos candidatos relacionados abaixo, aprovados no PSS/SEMEC n.º 012/2025, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ANOS INICIAIS (20 HORAS),** para comparecerem ao departamento de Gestão de Pessoal, localizado no térreo do prédio da Prefeitura do Município de Campo Magro, na Estrada do Cerne, n.º 20.830 – KM 20, na data e horário informados juntamente na lista de chamamento, exclusivamente para realização da avaliação médica e psicológica, devendo apresentar a documentação prevista neste edital.

1. DA FINALIDADE

1.1 O presente Edital tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos(as) classificados(as) para a antecipação da Avaliação Médica e Psicológica, previamente agendada pelo Departamento de Gestão de Pessoal.
1.2 A realização antecipada desta etapa não gera direito à convocação e a contratação, permanecendo está condicionada:
a) à necessidade e conveniência da Administração.
b) ao cumprimento integral das exigências previstas no Edital de abertura do PSS/SEMEC nº 012/2025;

2. DO COMPARECIMENTO

2.1 O comparecimento no local, data e horário agendados é de responsabilidade exclusiva do (a) candidato (a).
2.2 O não comparecimento à Avaliação Médica e Psicológica na data e horário estabelecidos, bem como a não apresentação da documentação mínima exigida neste Edital, por qualquer motivo, implicará de desistência da etapa e resultará na perda do direito à eventual e futura contratação, nos termos do edital de abertura.

3. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTA ETAPA

3.1 Para realização da Avaliação Médica e Psicológica deverão ser apresentados exclusivamente os seguintes documentos:
I – Cópia e original do documento de Identificação (RG);
II – Cópia e original do Cartão do CPF;
III – Cópia e original do Diploma e/ou Certificado de Conclusão do Curso ou escolaridade exigida para o cargo, devidamente reconhecida pelos órgãos competentes;
IV – Cópia e original do comprovante de residência, onde conste o CEP. (O candidato que não possuir comprovante de residência em seu nome deverá apresentar uma declaração do proprietário do imóvel ou declarar de próprio punho o endereço de residência);
3.2 Os demais documentos exigidos no Edital de Abertura serão apresentados oportunamente, quando da eventual convocação da contratação.

4. DA LEGALIDADE DA MEDIDA

4.1 A antecipação da avaliação médica e psicológica não altera o procedimento seletivo nem modifica as regras estabelecidas no edital de abertura do PSS/SEMEC nº 012/2025.
4.2 Permanecem plenamente aplicáveis as disposições constantes nos itens14 (da convocação) e 15 (da contratação), especialmente quanto a ordem classificatória, forma de convocação e exigências de apresentação integral da documentação prevista no item 14.5.
4.3 Excepcionalmente, a etapa prevista nos itens 14.6 (2ª parte), 14.7 e 14.8 do Edital de abertura será realizada de forma antecipada por meio do presente chamamento, exclusivamente quanto a realização da avaliação Médica e Psicológica.

GABINETE DO PREFEITO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS/SEMEC Nº 012/2025
[...]
14.6 [...] terá a Avaliação Médica e Psicológica, agendada pelo Departamento de Gestão de Pessoal.
14.7 É responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) o comparecimento ao local indicado para a Avaliação Médica, na data e horário agendado pelo Departamento de Gestão de Pessoal.
14.8 O(a) candidato(a) que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para Avaliação Médica, será considerado desistente e não será contratado.

4.4 A convocação, se necessária, ocorrerá em momento posterior, mediante publicação especifica, nos termos do item 14 do edital de abertura.
4.5 A medida fundamenta-se nos princípios da eficiência, razoabilidade e interesse público, visando conferir maior celeridade à eventual contratação, especialmente para assegurar a continuidade do serviço público de educação, sem prejuízos da legalidade, da vinculação ao edital e da isonomia entre os candidatos.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 30 de março de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

DATA DA CONVOCAÇÃO: 06/04/2026 - 15h00

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – ANOS INICIAIS (20 HORAS)

Convocação	PCD	Classificação Ampla	Data de Nascimento	Candidatos(as) do PSS 20 h (Edital n.º 012/2025)	Nota
75	N	74	28/06/1990	Aline Colaço	58
76	N	75	09/12/1992	Rhanaiane Cristian da Silveira de Lima	58
77	N	76	27/06/1979	Benedita da Silva Domingues Machado	56
78	N	77	01/11/1980	Viviane do Rocio Dallazoana Túlio	56
79	N	78	02/08/1981	Alessandra de Amorim Carvalho	56
80	N	79	11/09/1983	Suelen Rangel Domingues	56
81	N	80	25/08/1989	Nivea Laura Pontes de Souza	56
82	N	81	16/08/1964	Nilzi Bueno Vida	54
83	N	82	07/04/1975	Luciana Mendes Tavares Barboza	54
84	N	83	08/05/1978	Renata Bianchi Cazarote	54

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:CD6783B2

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 031/2026 PSS EDITAL N.º 013/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, convoca os candidatos relacionados abaixo, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, **Edital n.º 013/2025**, para os cargos mencionados abaixo, presentes no **CHAMAMENTO PARA ANTECIPAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA ATRAVÉS DOS EDITAIS N.ºs 023 E 029/2026, REALIZARAM OS EXAMES ADMISSIONAIS E FORAM CONSIDERADOS APTOS,** para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado no térreo do prédio da Prefeitura do Município de Campo Magro, na Estrada do Cerne, n.º 20.830 - Km 20, no horário determinado abaixo, para apresentação dos documentos referentes à habilitação do **Edital n.º 013/2025**.
Para investidura no cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (40 HORAS)** será exigido dos candidatos aprovados o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação conforme Item 14.5 do Edital n.º 013/2025 e que sejam observados os 14.1 ao 14.9 do Edital n.º 013/2025:

- I. Cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
- II. Cópia e Original do RG e CPF do cônjuge, se for o caso;
- III. Certidão de Quitação Eleitoral (não é comprovante de votação);
- IV. Cópia e original do Título de Eleitor;
- V. Comprovante de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
- VI. Cópia e original do documento de Identificação (RG);

- VII. Cópia e original do Cartão do CPF;
- VIII. Cópia e original do Diploma e/ou Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigida pelo cargo,devidamente reconhecido pelos órgãos competentes;
- IX. Cópia e original da Certidão de Nascimento, RG e CPF do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;
- X. Certidão Negativa CRIMINAL e CÍVEL expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;
- XI. Cópia e original do comprovante de residência, onde conste o CEP. (O candidato que não possuir comprovante de residência em seu nome deverá apresentar uma declaração do proprietário do imóvel ou declarar de próprio punho o endereço de residência);
- XII. 02 fotos 3x4;
- XIII. Cópia e original da carteira de trabalho (identificação e número do PIS/PASEP);
- XIV. Certidão de Antecedentes Criminais da Polícia Federal disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-deantecedentes-criminais, dentro da validade da publicação do presente edital;
- XV. Atestado de Aptidão Física e Mental (será agendado pelo Departamento de Gestão de Pessoal).

Os candidatos já deverão providenciar a COPIA juntamente com original da documentação contida neste Edital para apresentação na data abaixo.

Os candidatos convocados que não comparecerem no dia e horário da reunião ou não apresentar toda a documentação solicitada perderão o direito à investidura no cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 30 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

DATA DA CONVOCAÇÃO: 06/04/2026 - 09h00
Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL (40 HORAS)

EDITAL N.º 023/2026			
CLASSIFICAÇÃOAMPLA	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 40 H (EDITAL N.º 013/2025)**	**DATA DE NASCIMENTO**	**NOTA**
44	FRANCIELE MACHADO DOS SANTOS	02/08/1993	72

EDITAL N.º 029/2026			
CLASSIFICAÇÃOAMPLA	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 40 H (EDITAL N.º 013/2025)**	**DATA DE NASCIMENTO**	**NOTA**
49	ADRIANA MAIA RIBEIRO FAGUNDES	19/08/1977	70
56	GIVANE DE OLIVEIRA	10/07/1981	70

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:616DC95D

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 032/2026 PSS EDITAL N.º 012/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, convoca os candidatos relacionados abaixo, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, **Edital n.º 012/2025**, para os cargos mencionados abaixo, presentes no **CHAMAMENTO PARA ANTECIPAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA ATRAVÉS DO EDITAL N.º 028/2026, REALIZARAM OS EXAMES ADMISSIONAIS E FORAM CONSIDERADOS APTOS,** para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado no térreo do prédio da Prefeitura do Município de Campo Magro, na Estrada do Cerne, n.º 20.830 - Km 20, no horário determinado abaixo, para apresentação dos documentos referentes à habilitação do **Edital n.º 012/2025**.

Para investidura no cargo de **PROFESSOR – 20 HORAS** será exigido dos candidatos aprovados o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação conforme Item 14.5 do Edital n.º 012/2025 e que sejam observados os 14.1 ao 14.9 do Edital n.º 012/2025:

- I. Cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
- II. Cópia e Original do RG e CPF do cônjuge, se for o caso;
- III. Certidão de Quitação Eleitoral (não é comprovante de votação);
- IV. Cópia e original do Título de Eleitor;
- V. Comprovante de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
- VI. Cópia e original do documento de Identificação (RG);
- VII. Cópia e original do Cartão do CPF;
- VIII. Cópia e original do Diploma e/ou Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigida pelo cargo,devidamente reconhecido pelos órgãos competentes;
- IX. Cópia e original da Certidão de Nascimento, RG e CPF do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;
- X. Certidão Negativa CRIMINAL e CÍVEL expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;
- XI. Cópia e original do comprovante de residência, onde conste o CEP. (O candidato que não possuir comprovante de residência em seu nome deverá apresentar uma declaração do proprietário do imóvel ou declarar de próprio punho o endereço de residência);
- XII. 02 fotos 3x4;
- XIII. Cópia e original da carteira de trabalho (identificação e número do PIS/PASEP);
- XIV. Certidão de Antecedentes Criminais da Polícia Federal disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-deantecedentes-criminais, dentro da validade da publicação do presente edital;
- XV. Atestado de Aptidão Física e Mental (será agendado pelo Departamento de Gestão de Pessoal).

Os candidatos já deverão providenciar a COPIA juntamente com original da documentação contida neste Edital para apresentação na data abaixo.

Os candidatos convocados que não comparecerem no dia e horário da reunião ou não apresentar toda a documentação solicitada perderão o direito à investidura no cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 30 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

DATA DA CONVOCAÇÃO: 06/04/2026 - 10h00
Cargo: PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA – 20 HORAS

CLASSIFICAÇÃOAMPLA	CANDIDATOS(AS) DO PSS 20 H (EDITAL N.º 012/2025)	DATA DE NASCIMENTO	NOTA
56	SILVANA DA SILVA MARTIN	21/02/1986	60
57	JOSIANE SUELEN ZALESKI MACHADO	02/08/1986	60

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:83601C59

GABINETE DO PREFEITO
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LP - LICENÇA PRÉVIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO – Estado Paraná, torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Prévia para Posto de Atendimento Médico a ser implantada na Rua Gumercindo Boza, S/N – Passaúna - 83535-000 - sob matrícula 29.903 no município Campo Magro- Paraná.

Campo Magro, 31 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:F62167F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: ADG SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO EM LICITAÇÕES LTDA
CNPJ: 49.483.960/0001-49
DO OBJETO: Contratação de empresa (s) especializada (s) em confecção e serviço de personalização de camisetas para atender Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em parceria com o CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Municipal de Turismo do município de Campo Magro/PR
DO OBJETO DO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Pelo presente instrumento, originário do protocolo 991/2026, fica prorrogado o prazo de vigência da referida ata de registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, passando de 26 de fevereiro de 2026 para 26 de fevereiro de 2027
DO VALOR: O valor previsto para fazer frente à execução do presente aditivo será o saldo remanescente de até R$ 42.168,80 (quarenta e dois mil, cento e sessenta e oito reais, com oitenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 26 de fevereiro 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:6CC6BDA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: EXTINGÁS COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO EIRELI - ME
CNPJ: 27.098.161/000-16
DO OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de extintores novos e recargas, placas de sinalização, mangueiras e suportes de extintores, bem como prestação de serviços de inspeção e manutenção de mangueiras de incêndio em atendimento as necessidades das secretarias municipais, para fins de registro de preços
DO OBJETO DO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Pelo presente instrumento, originário do protocolo 1045/2026, fica prorrogado o prazo de vigência da referida ata de registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, passando de 12 de março de 2026 para 12 de março de 2027
DO VALOR: O valor previsto para fazer frente à execução do presente aditivo será o saldo remanescente de até R$ R$ 64.010,00 (sessenta e quatro mil e dez reais)
DATA DE ASSINATURA: 12 de março de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:434CBAE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO 1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 27/2025 ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: JH CURSOS CONSULTORIAS E TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 11.392.410/0001-41
DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa(s) especializada(s) em prestação de Serviços de Oficinas para Crianças e adolescentes dos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social.
OBJETO DO ADITIVO CONTRATUAL: Pelo presente termo aditivo, originário do protocolo n.º 722/2026, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato, pelo período de 6 (seis) meses, passando de 03 de março de 2026 até 03 de setembro de 2026
DATA DE ASSINATURA: 03 de março de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:7774433B

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 4º ADITIVO DO CONTRATO Nº 28/2024 ORIGINÁRIO DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADA: SANETRAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA
CNPJ: 95.391.876/0001-12
DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares até o aterro sanitário de Fazenda Rio Grande/PR ou outro local indicado pela municipalidade; coleta e transporte de resíduos sólidos recicláveis – coleta seletiva até a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Fazenda Solidariedade localizada no Município de Campo Magro/PR ou outro local indicado pela municipalidade; e serviços de varrição de vias e equipamentos públicos.
DO OBJETO DO ADITIVO CONTRATUAL: Pelo presente termo aditivo, originário do protocolo 1182/2026, fica prorrogado a vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, perfazendo o período entre 06 de março de 2026 até 06 de março de 2027, conforme cláusula 2º do instrumento contratual.
DO VALOR: O valor para execução do presente aditivo contratual, fica reajustado, considerando a aplicação da média aritmética dos índices IGP-M/FGV (02/2025 a 01/2026) e IPCA/IBGE (02/2025 a 01/2026), em 1,76% e repactuado em conformidade com os reajustes previstos nas novas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs), passando o valor mensal de R$ 306.631,76 (trezentos e seis mil, seiscentos e trinta e um reais, e setenta e seis centavos), para R$ 326.814,06 (trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e quatorze reais, e seis centavos). Totalizando R$ 3.921.768,72 (Três milhões e novecentos e vinte e um mil e setecentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos) para 12(doze) meses de contrato.
DATA DE ASSINATURA: 06 de março de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/1993, Constituição Federal de 1988, CCT PR 000232/2024 (data de Registro no MTE 24/01/2024), CCT PR 001776/2024 (data de Registro no MTE 18/07/2024), Artigo n.º 164 do Decreto Municipal n.º 22/2024.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:75A21F83

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 015/2026

PROTOCOLO 1641/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DOS PROTOCOLOS DE RESPOSTAS DOS TESTES PSICOLÓGICOS E PSICOPEDAGÓGICOS,** em favor de **RACIONAL MATERIAL DIDÁTICO E RECURSOS HUMANOS LTDA,** inscrita no **CNPJ 77.063.527/0001-90**, com o valor global de **R$ 29.350,00 (Vinte e nove mil, trezentos e cinqüenta reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 31 de março de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:3A93C339

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 228/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora **MARIA CELMIRA ALCANTARA NUNES**, brasileira, inscrita no CPF nº 926.xxx.xxx-04, ocupante do cargo efetivo de **SERVENTE DE LIMPEZA,** nomeada pela Portaria nº 752/2000, matrícula: 1385-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, por **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, conforme benefício do INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 27 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:E9CF4E79

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CREDENCIAMENTO Nº 90.001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.365/2025

LISTA ATUALIZADA DE CREDENCIADOS O Agente de Contratação, Sr. Silvestre Gonçalves Ferreira Filho, torna público o resultado do julgamento realizado na primeira reunião que aconteceu no dia 31 de março de 2026, e a lista atualizada das empresas credenciadas no presente processo, que tem por objeto o "Credenciamento de clínicas veterinárias para a realização de procedimentos de esterilização (castração) e implantação de microchip em cães e gatos em conformidade com a Lei Municipal nº 1.806/2025" Habilitado e Credenciado: Ordem do Protocolo Razão Social CNPJ 1º HERCULES ALEXANDRE MARTINS 32.735.817/0001-02 Nos termos da Cláusula Oitava do Edital, fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para apresentação de eventuais recursos administrativos relativamente ao julgamento ocorrido em 31/03/2026. Destaca-se que a qualquer momento, durante a vigência do edital, qualquer interessado poderá protocolar requerimento de participação, obedecendo as regras do edital. Candói, 31 de março de 2026.

SILVESTRE GONÇALVES FERREIRA FILHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:FFF5F606

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 100 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas do município afetadas por Estiagem (14110).

O Senhor Maxwell Scapini, Prefeito do município de Capitão Leônidas Marques, localizado no estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,
CONSIDERANDO:
Que no mês de janeiro foram computados 110,7 mm de precipitação, acumulados em 6 dias. Já no mês de fevereiro foram computados 40,4 mm, acumulados em 9 dias, sendo o maior volume diário de 8,1 mm.
Considerando que a média dos últimos 6 anos (2020 a 2025) para esses meses é de aproximadamente 350 mm, e neste ano foram observados apenas cerca de 150 mm, de forma irregular;
Que essa condição tem causado impactos diretos na agropecuária, comprometendo o desenvolvimento das lavouras, especialmente do milho safrinha, e gerando risco de perdas significativas na produção;
Que houve redução dos níveis de água em mananciais, afetando o abastecimento humano e animal, principalmente na zona rural;
Que, conforme parecer da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e laudo da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Águas Paraná, foram afetadas as áreas descritas no FIDE;
Que o parecer da COMPDEC municipal é favorável à declaração de Situação de Emergência;
DECRETA:
Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE), em virtude do desastre classificado como Estiagem (14110).
Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários e campanhas de arrecadação para assistência à população afetada.
Art. 4º Autoriza-se, em caso de risco iminente:
- Entrada em propriedades para socorro ou evacuação;
- Uso de propriedade particular, com indenização posterior, se houver dano.
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente que se omitir.
Art. 5º Autoriza-se o início de desapropriações em áreas de risco.
Art. 6º Ficam dispensadas de licitação contratações necessárias à resposta ao desastre, conforme Lei nº 14.133/2021.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de 180 dias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito, 31 de Março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:2EFE2844

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 105/2026 DATA: 31-03-2026

SÚMULA: Exonera a pedido a servidora que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a servidora **Maria Eduarda Rapkiewcz Quadros**, RG-CPF. nº 050.***.***-60/PR, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, Referência 77, da Tabela de Vencimento I, desta Municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 31 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:6E191C4C

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 106/2026 DATA: 31-03-2026

SÚMULA: Exonera a pedido a servidora que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a servidora **Juliane de Carvalho Abido**, RG-CPF. nº 070.***.***-19/PR, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão Administrativa da Secretária de Saúde, Símbolo CC-03, desta Municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 31 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:13970BE7

GABINETE PREFEITO
DECRETO N.º 107/2026 DATA: 31-03-2026

SÚMULA: Concede Função Gratificada a Servidora Pública designada para a função que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 2.699/2023, de 20 de dezembro de 2023,

D E C R E T A

Art. 1º- Fica concedida Função Gratificada, a servidora abaixo relacionada, de acordo com a função designada e respectivo símbolo:

Nome	Cargo	Função	Nº Contrato	Símbolo
Nakiely Cristina Lopes	Advogado(a)	Fiscal de Contrato	377/2023	FGFC

Parágrafo Único - Considerando a vedação de acumulo de gratificações, nos termos do art. 12 da Lei nº 2.699/2023, será assegurado aos servidores indicados para mais de uma função e/ou contrato, a percepção da gratificação de maior valor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro retroativo ao mês de janeiro de 2024, conforme § 1º, do art. 15 da Lei nº 2.699/2023.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:9A88BE2E

GABINETE PREFEITO
DECRETO N.º 108/2026 DATA: 31-03-2026

SÚMULA: Concede Estabilidade aos Servidores Públicos que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 41 da Constituição Federal,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedida Estabilidade, aos Servidores Públicos abaixo relacionados, por haverem concluído com aprovação o Estágio Probatório, passando os mesmos a ocupar a seguinte referência:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.	A partir de
124008/1	Leticia do Amaral	Técnico em Enfermagem	I	37	02-03-2026
124003/1	Lucilene Weber Buzin	Técnico em Enfermagem	I	37	01-03-2026
124020/1	Marcelo Marion	Motorista	I	19	22-03-2026
124010/1	Rosangela Ana Mandelli de Melo	Agente de Administração	I	31	06-03-2026
124018/1	Scheilla Fernanda D. Jacobowski	Farmacêutico (a)	I	74	17-03-2026

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:AA19A6E8

GABINETE PREFEITO
ERRATA PORTARIA N° 134/2026

ERRATA
ONDE SE LÊ:
PORTARIA Nº 134/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente 04 (quatro) diárias inteiras e 01 (uma) diária reduzida, e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Valdomiro Correia de Mello	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	24 de março de 2026.	Hospital Nossa Senhora da Aparecida.
Luiz Carlos Ledur	Secretário de Educação		Cascavel – PR	26 de março de 2026.	Capacitação dos Profissionais que compõem a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.
Everton Kuhn Bittencourt	Motorista				
Adriely Maria Portes	Psicóloga				
Isabel Anzoategui	Conselheira Tutelar				
Uziara C. de M. Dallazen	Psicóloga				
Vagner A. Loures	Assistente Social				
Solange D. Neckel	Conselheira Tutelar				

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de março de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

LEIA -SE:
PORTARIA Nº 134/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente 04 (quatro) diárias inteiras e 01 (uma) diária reduzida, e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Valdomiro Correia de Mello	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	24 de março de 2026.	Hospital Nossa Senhora da Aparecida.
Luiz Carlos Ledur	Secretário de Educação		Cascavel – PR	26 de março de 2026.	Capacitação dos Profissionais que compõem a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.
Everton Kuhn Bittencourt	Motorista				
Adriely Maria Portes	Psicóloga				
Tayna Kananda Ribeiro	Conselheira Tutelar				
Uziara C. de M. Dallazen	Psicóloga				
Vagner A. Loures	Assistente Social				
Solange D. Neckel	Conselheira Tutelar				

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de março de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:E0C3D25B

GABINETE PREFEITO
PORTARIA SMS 02/2026, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Determina a intimação por meio de publicação no Diário Oficial para apresentação de defesa em Processo Administrativo Sancionador.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 490/2025,
CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Sancionador nº 01/2026, por meio da Portaria nº 01/2026, de 23 de janeiro de 2026;
CONSIDERANDO que o referido processo apura possíveis irregularidades na execução do Contrato Administrativo nº 513/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 115/2025, celebrado com a empresa ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA;
CONSIDERANDO que a empresa foi regularmente notificada por meio do Ofício SMS nº 15/2026 – PAS, datado de 02 de fevereiro de 2026, para apresentação de defesa, não tendo apresentado manifestação no prazo concedido;
CONSIDERANDO a ausência de resposta às notificações administrativas expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 490/2025, que prevê a intimação por meio de publicação no Diário Oficial, iniciando-se o prazo no primeiro dia útil subsequente à publicação;
RESOLVE
Art. 1º Determinar a INTIMAÇÃO POR MEIO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL da empresa abaixo identificada, para que apresente defesa no âmbito do Processo Administrativo Sancionador nº 01/2026:

• Empresa: ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA
• CNPJ: 22.802.868/0001-48
• Endereço: Travessa José Magnani, nº 21 – Centro – São Mateus do Sul/PR

Art. 2º Fica a empresa INTIMADA para apresentar defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à publicação desta Portaria, sob pena de revelia e continuidade do processo administrativo sancionador.
Art. 3º A defesa poderá ser apresentada:

• por meio eletrônico*: clmsaude@caplmarques.com.br*
• presencialmente no setor de protocolo do Município

Art. 4º A íntegra do processo encontra-se à disposição para consulta junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques/PR, 30 de março de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:E2EE5B42

GABINETE PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026 - CMDCA DATA: 31 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas FINAL referente ao repasse de Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.691 de 06 de dezembro de 2023, considerando a deliberação em plenária realizada em 31 de março de 2026.
CONSIDERANDO que o Município de Capitão Leônidas Marques recebeu recurso no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) referente ao Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância;
CONSIDERANDO que a Prestação de Contas apresentada refere-se ao período FINAL de execução do recurso;
CONSIDERANDO que o município apresentou a execução da proposta de atendimento físico conforme previsto no plano de trabalho;
CONSIDERANDO a análise da documentação e dos comprovantes de execução apresentados pelo município;
CONSIDERANDO que os recursos foram aplicados em conformidade com as finalidades do repasse e com as normas vigentes;
CONSIDERANDO a deliberação dos membros deste Conselho em reunião plenária realizada no dia 31 de março de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas Final referente à execução do repasse de Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), realizada pelo Município de Capitão Leônidas Marques.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de março de 2026.

GRACIELI FARINA ZENIECWISCZ
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:C670D3B1

GABINETE PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026 DATA: 31 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação com ressalvas da execução da proposta de atendimento físico referente ao repasse de Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, exercício de 2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMPCD de Capitão Leônidas Marques, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.397 de 17 de abril de 2019, considerando a deliberação em plenária realizada em 31 de março de 2026.
RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar, com ressalvas, a execução da proposta de atendimento físico do Município de Capitão Leônidas Marques, relativa ao repasse no valor de R$ 68.493,15 (sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos), referente ao Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, período de prestação de contas do pagamento até 31 de dezembro de 2025, considerando que, no referido período, não houve utilização dos recursos financeiros.
Art. 2º – As ressalvas de que trata o artigo anterior referem-se à não utilização, no período de referência, do recurso financeiro repassado, devendo o Município observar a legislação vigente quanto ao seu adequado emprego e à correspondente prestação de contas.
Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques, 31 de março de 2026.

UZIARA CHRYSTIANE DE MOURA DALLAZEN
Presidente do Conselho Municipaldos Direitos da Pessoa com Deficiência

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:EA3B92C6

GABINETE PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 02/2026 - CMDCA DATA: 31 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Aprova com ressalvas a Prestação de Contas referente ao Incentivo para atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -- CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.691 de 06 de dezembro de 2023, considerando a deliberação em plenária realizada em 31 de março de 2026.
CONSIDERANDO que o Município de Capitão Leônidas Marques recebeu recurso no valor de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), referente ao Incentivo para atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
CONSIDERANDO que o período da prestação de contas compreende do pagamento até 31 de dezembro de 2025;
CONSIDERANDO que, no período de execução estabelecido, o município não utilizou o recurso repassado;
CONSIDERANDO a necessidade de aprovação com ressalvas da prestação de contas em virtude da ausência de execução dos recursos no período estabelecido;
CONSIDERANDO a deliberação dos membros deste Conselho em reunião plenária.
RESOLVE
Art. 1º - Aprovar com ressalvas a Prestação de Contas referente à execução do Incentivo para atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), no valor de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), relativa ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2025.
Parágrafo único - A ressalva fundamenta-se na ausência de utilização dos recursos no período de execução estabelecido, devendo o município observar a legislação vigente quanto ao adequado emprego e à correspondente prestação de contas dos valores remanescentes.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de março de 2026.

GRACIELI FARINA ZENIECWISCZ
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitosda Criança e do Adolescente

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:B4B518F5

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA
ATA CREDENCIAMENTO 005/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às nove horas do dia trinta e um do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 005/2026 de 16.03.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de captura, retirada e destinação de enxames de abelhas, marimbondos e vespas, visando atender as demandas da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Município de Capitão Leônidas Marques – Pr, em atendimento a solicitação nº 051/2026 e conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento. Foi registrado, conforme protocolo em anexo ao processo, o interesse da seguinte empresa em se credenciar: ***ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES E MELIPOLINICULTORES DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES E REGIAO,*** inscrita no CNPJ sob nº 62.355.146/0001-07. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, a empresa, ao se apresentar para este processo de credenciamento, declara ter conhecimento e sujeitar-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura do envelope. Conferidos todos os documentos apresentados e verificada a regularidade às vistas das exigências deste edital, nos termos do **item 3** (habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, documentos técnicos e complementares), a empresa acima relacionada foi considerada habilitada no presente processo. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. A Comissão deliberou credenciar a empresa acima mencionada para a execução do objeto em consideração. Fica aqui registrado que a empresa declara ciência de que o serviço a ser prestado será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio de Declaração do Anexo III, e que também é ciente de todas as condições da prestação dos serviços. Após transcorridos todos os procedimentos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município. Poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias contados da data de publicação deste Ato, devendo protocolar a ação no serviço de protocolo da Prefeitura Municipal. O recurso neste caso deverá ser dirigido à Assessoria Jurídica, visto que não há conhecimento por parte da Comissão, das razões que não foram motivadas no ato da sessão pública. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico para assinar o Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar a presente licitação, por justas razões de conveniência e interesse público,

decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital continua em validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, necessidade e conveniência da administração. Os atos administrativos que dizem respeito a este Credenciamento Público, serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de licitações e contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Nada mais havendo e no aguardo dos prazos encerra-se a presente sessão.

De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

ANDREA OLINDA DE OLIVEIRA TORALES MATTOS
Membro

MICHELI ZACHE
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:5BB2FA6C

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
ATA CREDENCIAMENTO 013/2025

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às dez horas do dia trinta e um do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se a Agente de Contratação e os membros da Comissão de Contratação, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 013/2025 de 30.12.2025,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de cuidador social, destinados ao acolhimento, acompanhamento e assistência contínua a pessoas idosas e/ou com deficiência em situação de vulnerabilidade e hipervulnerabilidade social, em atendimento à Recomendação Administrativa nº 05/2025, anexa a este processo, e conforme demanda que venha a surgir no Município, junto aos diversos casos atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, em conformidade com a Política Nacional e Municipal de Assistência Social e com a Lei Municipal nº 2.259/2017, e especificações do Termo de Referência/Anexo I, bem como os critérios para credenciamento. Foi registrado, conforme protocolo em anexo ao processo, o interesse da seguinte empresa em participar e se credenciar: ***65.874.183 SILVANE MARIA KALKMANN***, inscrita no CNPJ sob nº 65.874.183/0001-10. Não houve presença na sessão de representante, porém, ao apresentar-se para este processo de credenciamento, a empresa declara ter conhecimento e sujeitar-se às condições nele estabelecidas. Em todos os procedimentos, foi verificada a regularidade às vistas das exigências deste edital, nos termos do **item 8** do Termo de Referência (habilitação jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira, documentação técnica). Foi analisado também os documentos complementares, compreendendo declarações e as solicitações de credenciamentos. A empresa acima relacionada, foi habilitada atendendo a todos os requisitos do cargo. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. A Comissão deliberou credenciar a empresa acima mencionada para a execução do objeto em consideração. Poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias contados da data de publicação deste Ato, devendo protocolar a ação no serviço de protocolo da Prefeitura Municipal. O recurso neste caso deverá ser dirigido à Assessoria Jurídica, visto que não há conhecimento por parte da Comissão, das razões que não foram motivadas no ato da sessão pública. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico para assinar o Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Os atos administrativos que dizem respeito a este Processo de Credenciamento serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de licitações e contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. O presente Edital tem validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a efetiva contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, ficando então no aguardo de convocação para que possam também firmar o contrato de prestação de serviços, observada a necessidade e conveniência da secretaria requisitante. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar a presente licitação, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado. Nada mais havendo, estando em conformidade com as disposições do edital e tendo transcorridos todos os procedimentos legais, encerra-se esta sessão de julgamento e análise, cujos atos foram aqui registrados, lavrando-se esta Ata circunstanciada, a qual será assinada também pelos membros da Comissão Julgadora, ficando no aguardo dos prazos para dar seguimento ao processo.
De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

ANDREA OLINDA DE OLIVEIRA TORALES MATTOS
Membro

MICHELI ZACHE
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:7EA46417

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
DECRETO Nº 103, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CMPCD), GESTÃO 2025 A 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMPCD), de acordo com a Lei Municipal nº 2.397 de 17 de abril de 2019, nas seguintes representatividades:

GOVERNAMENTAIS		
	TITULARES	**SUPLENTES**
Secretaria de Assistência Social e cidadania	UZIARA CHRYSTIANE DE MOURA DALLAZEN	VAGNER ANDERSON LOURES
Secretaria de Saúde	ANNA PAULA BALZAN	ADRIANA KRUMMENAUER DE SOUZA
Secretaria de Educação	ÉDINEIA CONCI	JANICE BAZARETTI BORTOLINI
Secretaria de Esporte e Lazer	SILVANA CRISTINE TORMEM	ALTER JOSÉ RAGADALI
Secretaria de Planejamento	SCHEILA BOFF NARDON	JOICE SOROK LARSE
Secretaria de Finanças	MARCIA ANDREIA RIBEIRO PARCIANELLO	JANE ANDREOLI BIASUZ

NÃO GOVERNAMENTAIS		
	TITULARES	**SUPLENTES**
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	FABIOLA NARDIN	LORENI DE FATIMA MARTINI HOFSTETTER
	SANDRA FELIX DOS SANTOS	JAQUELINE SEIDEL
Instituições Religiosas	MARCIA DE CHECHI AFONSO	ANDREA OLINDA DE OLIVEIRA TORALES MATTOS
	MARINEZ MENGUES DA SILVA	IVANETE FATIMA DALLAGNHOL
Usuários	LAURICI MACHADO	GILMAR GOLÇALVES ALVES
	GIOVANA FRANCISCA DE LIMA FIELDKIRCHER	LUANA CHAGAS DALLAZEN

Art. 2º. O mandato dos membros governamentais e não-governamentais nomeados pelo presente Decreto vigorará até 24 de novembro de 2027.
Art. 3º. Ficam nomeadas **Uziara Chrystiane de Moura Dallazen** como Presidente, **Édineia Conci** como Vice-Presidente e **Janice Bazaretti Bortolini** como Secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, 31 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula de Borba Juliao
Código Identificador:9D6209BA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
DECRETO Nº 104, 31 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a substituição de membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), gestão 2025 a 2027, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), de acordo com a Lei Municipal nº 2.691 de 06 de dezembro de 2023, nas seguintes representatividades:

GOVERNAMENTAIS		
	TITULARES	SUPLENTES
Secretaria de Assistência Social e Cultura	Gracieli Farina Zeniewicz	Paula de Borba Julião
Secretaria de Saúde	Anna Paulla Balzan	Adriana Krummenauer de Souza
Secretaria de Educação	Elaine Maria de Moura de Oliveira	Edinéia Conci
Secretaria de Administração	Nakiély Cristina Lopes	Valdir Giachini
Secretaria de Esporte e Lazer	Alter Jose Ragadali	Daiana Aparecida Ruth da Silva Valendolf
Secretaria de Finanças	Silvana Bellon Hauser	Bruna Fernanda Dias da Silva

NÃO GOVERNAMENTAIS		
	TITULARES	SUPLENTES
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Fabiola NArdin	Marcia Raulino Barea Vcozak
SAMMAR – Sociedade de Amparo ao Menor Marquesiense	Marlize Thomé Scapini	Daniel Borges Bueno
Pastoral da Criança	Marinês Mengues da Silva	Sebastiana Alexandre Maciel da Costa
	Marcia De Chechi Afonso	Elisete Teresinha Bellei
Instituições religiosas	Flausina Maria Rodrigues	Vera Lucia Zeni
APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários	Gislaine Alves de Resena Zaleski	Geovana Francisca de Lima

Art. 2º. O mandato dos membros governamentais e não-governamentais nomeados pelo presente decreto vigorará até 06 de dezembro de 2027.

Art. 3º. Ficam nomeadas: **Gracieli Farina Zeniewicz** como presidente, **Edinéia Conci** como vice-presidente e **Silvana Bellon Hauser** como secretária.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, 31 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula de Borba Juliao
Código Identificador:184564CE

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N º 077/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***DPL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,*** com sede na Av. Iguaçu, nº 106, Sala 02, Centro, Município de Capitão Leonidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 21.169.166/0001-06, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *DRAUCIO PEDRO LORENZETTI,* portador do CPF sob n. 793.818.989-87. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 02 (dois) meses a partir do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA:
Fica prorrogada a vigência para até 26.05.2026.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

DPL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:5B26C63D

SECRETARIA DE ESPORTE
TERMO ADITIVO Nº 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N º 080/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA,*** com sede na Rua Jacob Porsak, Nº 437, Chácaras Aeroporto, Município de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87.053-360, inscrita no CNPJ sob n. º 41.227.145/0001-07, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *BRUNO BERTOLASCE,* portador do CPF sob n. 115.915.329-90. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 03 (três) meses a partir do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA:

Fica prorrogada a vigência para até 27.06.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:301CDD03

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 110/2026

DATA: 31.03.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

Órgão: 09.000 – Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 09.001- Fundo Municipal de Saúde - FMS
Classificação Funcional:10.301.1077.1125 – Equipamentos e Material Permanente
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Conta/Fonte de Recurso: 344/ 00338/01005.03.02.01.01.2.632.0000 (SF) - CV 148/2022 F.E.Saude PR Equipamentos Hospital R$ 300.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro parcial apurado no encerramento do Exercício Anterior, na seguinte Fonte de Recurso:

Fonte - Valor
00338 - R$ 300.000,00
Total.....R$ 300.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 31 de Março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Aparecida Perin
Código Identificador:4D9F3137

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 102/2026 DATA: 30-03-2026

SÚMULA: Eleva o Adicional por Tempo de Serviço, Qüinqüênio, aos Servidores Públicos que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, com base no Artigo 162, da Lei Municipal nº 1.784/2012 de 23/03/2012,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica elevado o Adicional por Tempo de Serviço, Quinquênio, a partir do mês de março de 2026, dos servidores públicos abaixo relacionados:

MATR:	SERVIDOR (A)	CARGO	PERCENTUAL
115891/1	Bernadete Teresinha Tondo Gugel	Agente de Serv. Públicas	30%
115821/1	Elaine Maria de Moura de Oliveira	Professor – LF 01	30%
123559/1	Elizangela Luciana M. Matte da Costa	Professor – LF 01	10%
115841/1	Iara Pessatto	Professor – LF 01	30%
115691/1	Janete Inês Alberti Samuelsson	Professor – LF 02	30%
123560/1	Odolir Otavio Lorenzetti	Vigia	10%
116892/1	Rosane Dolores Jope Wollmer	Professor – LF 02	25%
115831/1	Soely Raizel de Meira dos Santos	Professor – LF 01	30%
115932/1	Terezinha de Oliveira	Professor – LF 01	30%

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 30 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:EC74AC64

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 003/2024. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 266/2024.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor ***MAXWELL SCAPINI***, em pleno exercício de seu mandato e funções e de outro lado a empresa ***SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE,*** com sede na Rua da Pampulha, 204, Bairro Cascavel Velho, CEP: 85.818-000, Município de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 73.471.963/0098-70, neste ato representada legalmente pelo Sr**.** ***CARLOS BONAMIGO JUNIOR*** – CPF-95982230197 – Gerente da Unidade DN153 Cascavel/PR. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 06 (seis) meses a partir do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogada a vigência para até 22.09.2026.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DE TRANSPORTE
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:283AE62D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 018/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 137/2026 de 31.03.2026.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 018/2026 de 23.02.2026,** a presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços terceirizados de Auxiliar de Serviços Gerais e Encarregado, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades das instituições da rede municipal de ensino de Capitão Leônidas Marques, incluindo escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, em atendimento a solicitação nº 020/2026 e conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência e seus anexos. Considerando o ***"Menor Preço por lote",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***EMR SERVIÇOS LTDA*** com o valor de ***R$ 740.808,00 (Setecentos e quarenta mil oitocentos e oito reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 31 de Março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
N. º 128/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 018/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: EMR SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços terceirizados de Auxiliar de Serviços Gerais e Encarregado, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades das instituições da rede municipal de ensino de Capitão Leônidas Marques, incluindo escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, em atendimento a solicitação nº 020/2026 e conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência e seus anexos.
VALOR: R$ 740.808,00 (Setecentos e quarenta mil oitocentos e oito reais), pelo fornecimento integral do objeto.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (meses) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 216 - 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.39.00 – livre, 103 e 104;**
*** 231 - 06.007.12.365.1019.2137.3.3.90.39.00 – livre, 103 e 104;**
*** 240 - 06.008.12.365.1019.2138.3.3.90.39.00 – 103 e 104;**
*** 454 - 11.001.08.243.1029.2192.3.3.90.39.00.**
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 31 de Março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:493940E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ATA CREDENCIAMENTO 004/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às onze horas do dia trinta e um do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 004/2026 de 05.03.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos na especialidade de ortopedia e traumatologia, para realização de atendimentos ambulatoriais eletivos e acompanhamento clínico, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Capitão Leônidas Marques – Pr, com execução em local, dias e horários previamente definidos pelo órgão gestor, pelo período estimado de 12 (doze) meses, em atendimento a solicitação nº 046/2026 e conforme especificações do Termo de Referência, bem como os demais critérios para credenciamento. Foi registrado, conforme protocolo em anexo ao processo, o interesse da seguinte empresa em se credenciar: ***SOTINE CLÍNICA MEDICA LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 15.204.607/0001-60. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, a empresa, ao se apresentar para este processo de credenciamento, declara ter conhecimento e sujeitar-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura do envelope. A empresa apresentou documentação faltante referente a habilitação técnica, visto que em ata anterior havia sido inabilitada. Conferidos todos os documentos apresentados e verificada a regularidade às vistas das exigências deste edital, nos termos do **item 3** (habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, documentos técnicos e complementares), a empresa acima relacionada foi considerada habilitada no presente processo. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. A Comissão deliberou credenciar a empresa acima mencionada para a execução do objeto em consideração. Fica aqui registrado que a empresa declara ciência de que o serviço a ser prestado será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio de Declaração do Anexo III, e que também é ciente de todas as condições da prestação dos serviços. Após transcorridos todos os procedimentos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município. Poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias contados da data de publicação deste Ato, devendo protocolar a ação no serviço de protocolo da Prefeitura Municipal. O recurso neste caso deverá ser dirigido à Assessoria Jurídica, visto que não há conhecimento por parte da Comissão, das razões que não foram motivadas no ato da sessão pública. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico para assinar o Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor

Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar a presente licitação, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital continua em validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, necessidade e conveniência da administração. Os atos administrativos que dizem respeito a este Credenciamento Público, serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de licitações e contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Nada mais havendo e no aguardo dos prazos encerra-se a presente sessão.
De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

ANDREA OLINDA DE OLIVEIRA TORALES MATTOS
Membro

MICHELI ZACHE
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:B07F99DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO (SUPRESSÃO) Nº. 002/2026. CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA N. º 040/2021 DE 03.03.2021. CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. º 007/2020 DE 29.10.2020.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES,* e, de outro lado a empresa ***CONSTRUTORA PROJETO NOVO LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Osvaldo Cruz nº 1554, Bairro Neva, CEP 85.802-160 na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.371.074/0001-34, Inscrição Estadual nº 41014502-23, Inscrição Municipal/ISS nº 4708800. Fundamentando-se no artigo 65, da Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
REF.: ***"Construção da Unidade de Atenção Especializada em Saúde, com área total de 2.524,90m², a ser implantada no Lote Urbano nº 325-A, da Gleba 11, continuação da Rua Itararé, s/n, no Município de Capitão Leônidas Marques-PR, conforme Pasta Técnica anexa ao processo licitatório"***
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a supressão de valor em decorrência de serviços glosados, conforme parecer técnico de engenharia, parecer jurídico e despacho, mantidas as demais condições firmadas no Termo Original e aditivos subsequentes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor suprido é de R$ 33.908,31 (trinta e três mil novecentos e oito reais e trinta e um centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:7E99E246

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 43/2025 PROCESSO INTERNO Nº 234/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**A S CLARO MULTIMARCAS - CNPJ 41.742.282/0001-80**
Objeto	Chamamento público com a finalidade de se realizar captação de patrocínio, para a realização da XV FRUTFEST
Vigência do Contrato	31/03/2026 à 25/10/2026
Valor Contratual	**R$ 4.000,00 (quatro mil reais)**

Dotação Orçamentária
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 963 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 31 de março de 2026.

NILTON JOSÉ TELES Secretario Municipal de Turismo e Cultura
Contratante
A S CLARO MULTIMARCAS
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:F5454CE5

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 43/2025 PROCESSO INTERNO Nº 234/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**LUIS DE ABREU CARRIEL & FILHOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ 14.943.846/0001-70**
Objeto	Chamamento público com a finalidade de se realizar captação de patrocínio, para a realização da XV FRUTFEST
Vigência do Contrato	31/03/2026 à 25/10/2026
Valor Contratual	**R$ 8.000,00 (oito mil reais)**

Dotação Orçamentária
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 963 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 31 de março de 2026.

NILTON JOSÉ TELES Secretario Municipal De Turismo E Cultura
Contratante
LUIS DE ABREU CARRIEL & FILHOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:110590E9

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 43/2025 PROCESSO INTERNO Nº 234/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**ODONTOLOGIA SILVA LTDA - CNPJ 34.660.287/0001-06**
Objeto	Chamamento público com a finalidade de se realizar captação de patrocínio, para a realização da XV FRUTFEST
Vigência do Contrato	31/03/2026 à 25/10/2026
Valor Contratual	**R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**

Dotação Orçamentária
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.39.00.00. - 963 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 31 de março de 2026.

NILTON JOSÉ TELES Secretario Municipal de Turismo e Cultura
Contratante
ODONTOLOGIA SILVA LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:5F84E9BF

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 033/2026-DP

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS**, Estado do Paraná, Senhor **NILTON DOUGLAS DE MEIRA**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela **Lei Orgânica Municipal,** resolve:

Art. 1º. – Nomear **MARIA CAROLINA SOUZA MENDES**, portadora do RG nº. 012.XXX.XXX-05-SESP-PR, inscrita no CPF nº 012.XXX.XXX-05, para o cargo efetivo-comissionado de **Subsecretário de Compras, Almoxarifado e Patrimônio**, a partir de **01 de abril de 2026**.

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis/PR, 01 de abril de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Etiene Araújo Kuster
Código Identificador:2A6FAFCA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 59/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **NÓRDICA VEÍCULOS S.A,** estabelecida na Rua Alfred Nobel, n° 795, Bairro Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, CEP 81170-280., inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 77.997.187/0001-74, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Nelson Pizani Neto, brasileiro, portador do CPF nº 005.xxx.xxx-61 ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente da **lnexigibilidade nº 15/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO 6X4 EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE DE 12 M³, CONFORME ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ATC001/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 – LOTE N° 10, FIRMADA COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO VALE DO PIQUIRI – CIMVAP, NA CONDIÇÃO DE ÓRGÃO NÃO-PARTICIPANTE.**
1-Documentação que justifica o processo de aquisição por ADESAO A ATA (CARONA) estão no processo e fazem parte/embasa o presente contrato.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Todas as despesas com transporte, armazenamento adequado, descarregamento e demais custos relacionados a entrega correrão por conta exclusiva da contratada, a quern cabera a responsabilidade integral pela integridade e qualidade do bem ate o recebimento definitive.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A empresa devera realizar a entrega técnica, apresentando ao contratante todas as informações pertinentes as funcionalidades da maquina e de seus implementos, incluindo:
Recurses disponíveis e suas respectivas operações;
Instruções de condução econômica;
lmportância da manutenção preventiva e periodicidade de trocas de óleo e filtros;
Esclarecimentos quanto as condições de garantia.
- É obrigatório a entrega de manual de operação e manutenção em língua portuguesa, acompanhado de treinamento in loco, destinado a servidores designados pelo órgão contratante, sem ônus adicional para a Administração.
PARÁGRAFO QUARTO - Nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021:
A - O recebimento provisório será feito de forma sumária, por servidor responsável pela fiscalização, no ato da entrega, com verificação inicial da conformidade com o contrato;
B - O recebimento definitive ocorrera após inspeção detalhada, instalação e testes operacionais, mediante termo lavrado por servidor ou comissão designada.
C - O objeto poderá ser rejeitado total ou parcialmente se constatado desacordo com o contrato, edital, termo de referência ou folhas de dados.
PARÁGRAFO QUINTO - Prazo de garantia não poderá ser inferior ao previsto na folha de dados de cada item, contado a partir da efetiva entrega. Na ausência de especificação, o prazo mínimo será de 24 (vinte e quatro) meses para máquinas e equipamentos pesados, sem limitação de horas de uso. Caso o proponente ofereça prazo superior, este será automaticamente incorporado ao contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Durante o período de garantia, a contratada devera:
A - Realizar manutenção corretiva sempre que necessário, arcando com peças de reposição e mão de obra, diretamente no local indicado pelo órgao contratante;
B - Manter assistência técnica autorizada dentro do território nacional, devendo comprovar previamente a existência de rede de concessionárias/revendas aptas a atender a demanda;
C - Disponibilizar telefone de atendimento emergencial 24h para suporte e acionamento de garantia.
D - É vedada a elaboração de manuais exclusivos distintos daqueles entregues a proprietários particulares do mesmo modelo.
E - As revisões previstas em manual deverão ser realizadas em rede autorizada, e caso haja necessidade de substituição de peças genuínas por defeito de fabricação, a contratada assumirá todos os custos envolvidos, sem ônus para a Administração.
F - Após reparo ou substituição, o bem terá prazo adicional de 90 (noventa) dias de garantia legal (art. 26, II, do CDC), sem prejuízo de eventual prazo contratual ou estendido pelo fornecedor.

G - O prazo para reparo ou substituição de produto defeituoso será de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por igual período mediante justificativa aceita pelo contratante, conforme art. 18, §§ 1º e 2º, do Código de Defesa do Consumidor.
PARÁGRAFO SETIMO - A contratada deverá assegurar o fornecimento de peças originais de reposição pelo prazo mínimo correspondente à vida útil das máquinas (estimada em 15 anos),contada da data do recebimento definitivo, em conformidade com o art. 32 do Código de Defesa do Consumidor e com o art. 13, XXI, do Decreto nº 2.181/1997.
PARÁGRAFO OITAVO - Esse compromisso inclui componentes, acessórios e insumos necessários ao funcionamento pleno dos equipamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a entregar o bem, objeto deste contrato, pelo preço de **R$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais).**
PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O pagamento será efetuado:
a) após entrega, mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br"
sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra "**c**", implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
e) A Nota fiscal que vem com a mercadoria, deve permanecer no local em que a mesma foi entregue.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 — No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
– o contido no item PARÁGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentara o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente a transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO — A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação;
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido;
1 - Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
- A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
- O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenho concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 - Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor R$	Código Despesa
02.08.26.782.1900.2.021	4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	000 4025	25.594,23 649.405,77	2062 1935

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGENCIA DO CONTRATO
e LOCAL DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Entrega conforme as regras da ata de registro de preços nº ATC001/2026, pregão eletrônico nº 002/2025 – lote n° 10, firmada com o consórcio intermunicipal multifinalitário vale do Piquiri – CIMVAP.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A entrega deverá ser diretamente no endereço indicado na Autorização de Fornecimento emitida pelo Município. O transporte deverá ser realizado exclusivamente em veículos apropriados, não sendo permitido o deslocamento rodando do equipamento, a fim de preservar sua integridade.
PARÁGRAFO TERCEIRO — A vigência é de 30 dias, além do prazo contratual.

CLÁUSULA QUINTA — DAS INFRAÇÕESE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa a inexecução parcial do contrato;
II - dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa a inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X – comportar se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 52 da Lei nº 12.846, de 12 de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 2º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 3º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 4º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, Xl e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, Ill, IV, V, VI e VIl do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 3º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 5º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
Il – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente as autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 6º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 7º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 8º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO - A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA — GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o nº caso.
- Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAFO SEGUNDO - CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designado para fiscalização do contrato: **Jair da Rocha.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato em especial o contido na Cláusula terceira, parágrafo primeiro, letra "**c**" desse contrato, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 – Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes a execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;

7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação de plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:

1 - Atender ao contido na Cláusula terceira, parágrafo primeiro, letra "c" desse contrato, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substitui-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 — Entregar o bem dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a entrega do bem objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda as especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Entregar o bem, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do produto, obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:

1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2- Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 – A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 – É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 – Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 – O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas;
2 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.2 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes praticas:
PRATICA CORRUPTA: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

PRATICA FRAUDULENTA: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
PRATICA COLUSIVA: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
PRATICA COERCITIVA: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
PRATICA OBSTRUTIVA:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja de impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
Il — Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
lll - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUCESSAO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 31 de março de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Nórdica Veículos S.A
NELSON PIZANI NETO
Representante Legal
CPF: 005.xxx.xxx-61

JAIR DA ROCHA DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Fiscal do Contrato Gestora do Contrato

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:B8B691E5

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO 6X4 EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE DE 12 M³, CONFORME ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ATC001/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 – LOTE N° 10, FIRMADA COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO VALE DO PIQUIRI – CIMVAP, NA CONDIÇÃO DE ÓRGÃO NÃO-PARTICIPANTE.
EMPRESA: NÓRDICA VEÍCULOS S.A
CNPJ: 77.997.187/0001-74
ENDEREÇO: Rua Alfred Nobel, n° 795, bairro Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81170-280.
PREÇO: R$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais).
PRAZO: Entrega conforme as regras da ata de registro de preços nº ATC001/2026, pregão eletrônico nº 002/2025 – lote n° 10, firmada com o consórcio intermunicipal multifinalitário vale do Piquiri – CIMVAP, A vigência é de 30 dias, além do prazo contratual.

Catanduvas - PR, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:F233327C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE AJUSTE DE PREÇO REGISTRADO/FIXADO

INEXIGIBILIDADE N° 14/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2024

Conforme itens 1, 2, 3, 4 e 5 do edital supracitado, ficam reajustados os preços dos combustíveis, passando a vigorar os seguintes valores:

ITEM	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO VÁLIDO DA SEMANA DE 01/04/2026 À 07/04/2026
1	Litro	ARLA	R$ 3,09
2	Litros	Diesel comum – S500	R$ 7,27
3	Litros	Diesel S10	R$ 7,29
4	Litros	Etanol	R$ 4,39
5	Litros	Gasolina comum	R$ 6,79

Catanduvas – PR, 31 de março de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:8957B89A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 017/2026

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado na íntegra os Atos da Mesa 015 e 016/2026 de 30/03/2026.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 31 de março de 2026

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:A452198A

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 38/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N. 22/2026. AMPLA CONCORRÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 38/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. 22/2026.
AMPLA CONCORRÊNCIA

Não aplicação da Exclusividade/Benefício ME – Microempresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte (Art. 48, Lei complementar 123/2006):
O Art. 48, inciso I, da LC 123/2006 estabelece a exclusividade para ME/EPP em contratações até R$ 80.000,00. Contudo, o Art. 49, inciso II da referida lei, preceitua que tal tratamento não se aplica quando "não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório".
Durante a fase de planejamento e pesquisa de preços, a Administração realizou diligências para identificar o potencial de competitividade. Verificou-se que o objeto (software de automação financeira) exige requisitos técnicos específicos de integração bancária e segurança de dados que restringem o universo de fornecedores aptos.
Ante a impossibilidade de confirmar a existência de ao menos 3 (três) fornecedores ME ou EPP na região que atendam plenamente ao Termo de Referência, a manutenção da exclusividade representaria um alto risco de o certame resultar deserto ou fracassado. Tal situação acarretaria prejuízo à eficiência administrativa e atraso na implantação de melhorias críticas na gestão financeira municipal.
Visando garantir a ampla competitividade (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e a seleção da proposta mais vantajosa, opta-se pela Ampla Concorrência. Ressalte-se que as ME e EPP continuam gozando dos demais benefícios legais, como o direito de preferência no empate ficto (Art. 44 da LC 123/2006).
O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a cessão de uso de software de automação financeira voltado à gestão pública, incluindo licença de uso de sistema de lançamentos automatizados baseado em robótica, tecnologia da informação e inteligência artificial, que permita aos usuários executar rotinas financeiras e contábeis de forma integrada ao sistema de gestão já utilizado pela Prefeitura Municipal, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda..

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 23/04/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 23/04/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 23/04/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 57.691,08 (Cinqüenta e Sete Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais e Oito Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br/.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Centenário do Sul (www.centenariodosul.pr.gov.br); no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU no Portal Bll (https://www.bll.org.br/).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações e Contratos, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – Centenário do Sul-Pr, E/OU por meio do Telefone (43) 3675-8000.
Centenário do Sul/Pr, 31 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:BB9080A9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 40/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N. 24/2026. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 40/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. 24/2026.
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de tecnologia da informação para prestação de serviços de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas, para atender as necessidades deste município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência..

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 17/04/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 17/04/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 17/04/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 41.934,10 (Quarenta e Um Mil, Novecentos e Trinta e Quatro Reais e Dez Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br/.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Centenário do Sul (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal Bll** (https://www.bll.org.br/).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações e Contratos, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – Centenário do Sul-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.
Centenário do Sul/Pr, 30 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:438538BA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 41/2026 PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 25/2026. EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/MEI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 41/2026
PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 25/2026.
EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/MEI

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM - REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Aquisição de Produtos para Limpeza da Fonte Localizada na Praça Central do Município de Centenário do Sul - PR. Ata de Registro de Preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 15/04/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:45 às 09:00 do dia 15/04/2026 .
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 15/04/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALORESTIMADOPARAA LICITAÇÃO:R$ 20.416,80 (Vinte Mil, Quatrocentos e Dezesseis Reais e Oitenta Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de CENTENÁRIO DO SUL (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de CENTENÁRIO DO SUL, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal ComprasBR** (http://bllcompras.com).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – CENTENÁRIO DO SUL-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.

CENTENÁRIO DO SUL/Pr, 31 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:5C31244C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 42/2026 PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 26/2026. LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS (COTA PARTE) PARA MEI, ME E EPP

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 42/2026
PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 26/2026.
LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS (COTA PARTE) PARA MEI, ME E EPP

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM - REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES, PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE CENTENARIO DO SUL - ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 15/04/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:45 às 09:00 horas do dia 15/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 15/04/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALORESTIMADOPARAA LICITAÇÃO: R$ 2.515.151,36 (Dois Milhões, Quinhentos e Quinze Mil, Cento e Cinqüenta e Um Reais e Trinta e Seis Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de CENTENÁRIO DO SUL (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de CENTENÁRIO DO SUL, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal ComprasBR** (http://bllcompras.com).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – CENTENÁRIO DO SUL-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.

CENTENÁRIO DO SUL/Pr, 31 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:0393714E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 052/2026

DECRETO Nº 052/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a recondução de servidor ao cargo em comissão de Controlador Interno, revoga o Decreto nº 243/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a decisão judicial proferida nos autos nº 0100685-23.2025.8.16.0000, que determinou a recondução do servidor ao cargo de Controlador Interno até 11 de setembro de 2027, salvo ulterior deliberação judicial,
DECRETA:
Art. 1º Fica reconduzido ao cargo em comissão de Controlador Interno do Município de Centenário do Sul o servidor **Luan Vicente**

dos Santos, no período de 1º de abril de 2026 até 11 de setembro de 2027, em cumprimento à decisão judicial mencionada.
Art. 2º Fica expressamente revogado o Decreto nº 243/2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
.
Centenário do Sul, 30 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:07D75671

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2026 - ID Nº 5026

ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2026 - ID Nº 5026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL - PR
CONTRATADO: POWER ENERGY BATERIAS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS NOVAS, LIVRES DE MANUTENÇÃO, DESTINADAS A ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
ONDE-SE LÊ:
VALOR GLOBAL: R$ 139.899,99 (Cento e Trinta e Nove Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos).
LEIA-SE:
VALOR GLOBAL: R$ 139.899,00 (Cento e Trinta e Nove Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais).
PERMANECEM INALTERADOS OS DEMAIS DISPOSITIVOS DO EXTRATO.
DATA DE ASSINATURA: 31/03/2026

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:965A2901

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº01/2026

RESOLUÇÃO Nº01/2026

Súmula: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 1.270/1994.

RESOLVE:
ARTIGO 1º- APROVAR, por unanimidade, em sessão plenária deste Conselho, realizada no dia 31 de março de 2026, a Prestação de Contas Final do Incentivo para Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), referente ao período de pagamento até 31 de dezembro de 2025, no valor de R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), conforme Deliberação nº 13/2024 do CEDCA/PR.

ARTIGO 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, de 31 Março de 2026.

SINTIA DOS SANTOS PEREIRA MARIN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:FEEC99E3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº02/2026

RESOLUÇÃO Nº02/2026

Súmula: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 1.270/1994.

RESOLVE:
ARTIGO 1º - APROVAR, por unanimidade, em sessão plenária deste Conselho, realizada no dia 31 de Março de 2026, a Prestação de Contas do **INCENTIVO APOIO A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POR MEIO DO ACESSO A PRODUTOS DE HIGIENE ÍNTIMA,** referente ao período anual de **01/01/25 a 31/12/2025** no valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme Deliberação - CEDCA/PR n° 078/ 2022 e n° 013/2023.
ARTIGO 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 31 de Março de 2026.

SINTIA DOS SANTOS PEREIRA MARIN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:9E6AB707

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 03/2026

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Súmula: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 1.270/1994.

RESOLVE:
ARTIGO 1º - APROVAR, por unanimidade, em sessão plenária deste Conselho, realizada no dia 31 de Março de 2026, a Prestação de Contas final do **APOIO E FORTALECIMENTO AO ACOMPANHAMENTO INTERSETORIAL ÀS FAMÍLIAS COM GESTANTES e/ou CRIANÇAS DE 0 a 6 ANOS DE IDADE- PRIMEIRA INFÂNCIA**, no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais), conforme Deliberação 78/2022 - CEDCA/PR.
ARTIGO 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 31 de Março de 2026.

SINTIA DOS SANTOS PEREIRA MARIN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:7341AAAC

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 06/2026

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Súmula: O Conselho Municipal de Assistência Social de Centenário do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.404/2010:

RESOLVE

Artigo 1º- APROVAR, por unanimidade, em sessão plenária realizada no dia 31 de Março 2026, a prestação de contas anual de 2025, do repasse **PAEFI REGIONALIZADO – FEAS**, no valor de 60.00,00 (sessenta mil reais).

Artigo 2°- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 31 de Março de 2026.

PAULA ALESSANDRA DE MELO MARQUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:9291E35F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 07/2026

RESOLUÇÃO Nº 07/2026

Súmula: O Conselho Municipal de Assistência Social de Centenário do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.404/2010:

RESOLVE

Artigo Art. 1º – Aprovar, por unanimidade, em sessão plenária realizada no dia 31 de março de 2026, a prestação de contas referente ao período anual de 2025, do Piso Único de Assistência Social – PAS, no valor de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

Artigo 2°- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 31 de Março de 2026.

PAULA ALESSANDRA DE MELO MARQUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:791827BD

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº08 /2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CENTENÁRIO DO SUL - PR

RESOLUÇÃO Nº08 /2026

Súmula: O Conselho Municipal de Assistência Social de Centenário do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.404/2010.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - APROVAR, por unanimidade, em sessão plenária deste Conselho, realizada no dia 31 de março de 2026, a prestação de contas **Final** do **Incentivo de Qualificação da Estrutura para o CREAS,** relativa ao período de execução até 31 de dezembro de 2025, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme a Deliberação nº 88/2024 – CEAS.

ARTIGO 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 31 Março de 2026.

PAULA ALESSANDRA DE MELO MARQUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:C1E78D08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 042/2026

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CERRO AZUL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, DETERMINA

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito do Poder Legislativo Municipal no dia 2 de abril (quinta-feira), com o retorno das atividades normais no dia 6 de abril (segunda-feira), a partir das 8 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 31 de março de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:B5A10986

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
RESOLUÇÃO Nº 004/2026

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA DISTRIBUIÇÃO COMO LEMBRANÇA AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, EM DATAS COMEMORATIVAS, E ESTABELECE O LIMITE DE VALOR E AS CONDIÇÕES PARA O GASTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por iniciativa da Mesa Diretora, APROVOU e Eu, ROGÉRIO DA SILVA GODOI, Presidente da Câmara Municipal, PROMULGO, a seguinte: RESOLUÇÃO

Art.1º Fica autorizada a aquisição de brindes institucionais, consistentes em produtos alimentícios de caráter meramente comemorativo e sem natureza remuneratória, para distribuição aos servidores efetivos, comissionados, agentes políticos e demais colaboradores da Câmara Municipal de Cerro Azul/PR, em datas festivas de relevância para a instituição ou para o calendário civil.

Parágrafo único. São consideradas datas comemorativas, para fins desta Resolução: Natal, Páscoa e Dia do Servidor Público.

Art. 2º Os produtos alimentícios a serem adquiridos deverão se enquadrar na natureza de brinde ou lembrança de baixo valor comercial, respeitando as seguintes condições:

I – O valor unitário individual de cada kit/brinde por servidor não poderá ultrapassar o limite de R$ 200,00 (duzentos reais), incluindo todos os custos de aquisição e embalagem.

II – A distribuição deve ser de caráter generalizado a todos os Servidores, Funcionários e Parlamentares garantindo a impessoalidade e a isonomia.

III – A finalidade da aquisição é estritamente de cortesia, valorização e divulgação institucional, sendo vedado o seu uso para fins eleitorais ou de promoção pessoal.

Art.3º A aquisição dos produtos de que trata esta Resolução deverá ser precedida de regular processo de compra, observando-se:

I – A legislação federal sobre licitações e contratos vigente Lei nº 14.133/2021, buscando a modalidade que melhor se adéque à necessidade e ao valor estimado.

II – A prévia existência de dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual (LOA) da Câmara Municipal, devendo a despesa ser classificada como Material de Consumo – Distribuição Gratuita, ou conforme classificação contábil do Tribunal de Contas.

Art.4º Compete ao Departamento de Licitações e Contratos:

I – Elaborar a pesquisa de preços e o Termo de Referência para a aquisição;
II – Coordenar o processo licitatório ou a contratação direta, se for o caso;
III – Realizar a distribuição, mantendo registro da entrega.

Art.5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Pref. Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, em 31 de março de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal de Cerro Azul

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:02ACD253

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2° RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1512, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

2° RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1512, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 93, II, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a sentença proferida nos autos de Mandado de Segurança nº 0001285-29.2025.8.16.0067, que concedeu a segurança à servidora IZANDRA NICOLAU DA SILVA LOBO, reconhecendo a ilegalidade dos atos administrativos que indeferiram sua progressão funcional
CONSIDERANDO que a decisão judicial declarou expressamente a nulidade dos atos administrativos que desconsideraram, para fins de estágio probatório e progressão funcional, o período de exercício em funções de direção e coordenação pedagógica;
CONSIDERANDO o reconhecimento judicial de que tais funções integram o conceito de atividades de magistério, nos termos da legislação municipal (Lei nº 05/2017) e da Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB), devendo ser computadas como tempo de efetivo exercício;

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARAR A NULIDADE dos atos administrativos que indeferiram a progressão funcional da servidora IZANDRA NICOLAU DA SILVA LOBO, com fundamento na não contagem do tempo de serviço exercido em funções de direção e coordenação pedagógica.
Art. 2º RECONHECER, de forma definitiva, que o período em que a servidora exerceu funções de direção e coordenação pedagógica, conforme Portarias nº 03/2020 e nº 142/2020, constitui tempo de efetivo exercício do magistério para fins de estágio probatório e progressão funcional, nos termos da sentença proferida nos autos nº 0001285-29.2025.8.16.0067.
Art. 3° CONCEDER a progressão funcional à servidora, com a respectiva elevação de classe, conforme segue:

NOME	CARGO	CLASSE ATUAL	CLASSE NOVA
IZANDRA NICOLAU LOBO	PROFESSORA 40 HORAS	B	C

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data revogando-se, as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 30 de março de 2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:30FCF2DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 46.01/2024

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2024

EDITAL Nº 46.01/2024

38º Chamamento

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas e considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo, para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária, de excepcional interesse público.

RESOLVE

CONVOCAR o (s) aprovado (s) no Processo Seletivo Simplificado N° 01/2024 abaixo relacionado(s) com base na lista de Classificação Final a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Barão do Cerro Azul, 63 – Centro, Cerro Azul – PR - CEP 83570-000, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste ato para tomar Posse do cargo.
1. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.
2. Os convocados deverão no momento da Posse, cumprir todos os requisitos obrigatórios para a investidura.
3. A Prefeitura Municipal de Cerro Azul pode, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documentos ou provas complementares que viabilizem a contratação.

Enfermeiro

Classificação	*Candidato*	*Data de Nascimento*
20º	Karen Whuiny Ricci Cordeiro	02/02/2001

Cerro Azul-Pr, 30 de março de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:B721B91A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA - AVISO DE SUSPENÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA - 006-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026
MODALIDADE – CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026

OBJETO: A aquisição de materiais esportivos diversos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Cerro Azul/PR, durante o exercício de 2026.

Referente ao Aviso de Suspensão – Contratação Direta – Dispensa de Licitação, publicado no Diário Oficial do Município de Cerro Azul/PR em 30 de março de 2026.

ONDE SE LÊ:
AVISO SUSPENSÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055-2025

LEIA-SE:
AVISO SUSPENSÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006-2026

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na publicação original.

Cerro Azul, 31 de março de 2026.

PAULA CRISTINA BREGINSKI
Departamento de Licitação e Compras
Decreto nº 164/2025

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:F4176C4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: R77 SPORT – EVENTOS E VENDAS** – CNPJ: nº 30.601.285/0001-87.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de treinamento esportivo na modalidade de futsal, destinado a crianças com idade entre 08 e 13 anos, com fornecimento de profissionais qualificados, conforme condições, exigências e especificações técnicas constantes neste processo, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Esportes.

VALOR TOTAL**:** R$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 05 de janeiro de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:CA2B1173

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 004/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: GEOMAT ESTUDOS GEOLOGICOS LTDA** – CNPJ: nº**EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2026**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: GEOMAT ESTUDOS GEOLOGICOS LTDA** – CNPJ: nº 34.928.886/001-50.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de 02 (dois) poços artesianos, incluindo todos os serviços necessários para a sua completa implantação e funcionamento, conforme normas técnicas vigentes e exigências dos órgãos competentes, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

VALOR TOTAL**:** R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:889CAD96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 005/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: MINEIA SCARIOT BRUSKE** – CNPJ: nº 05.639.875/0001-51.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de hospedagem na cidade de Campina Grande do Sul/PR, incluindo fornecimento de alimentação e transporte até a unidade hospitalar de referência, destinados a pacientes e/ou seus acompanhantes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, visando atender às demandas assistenciais decorrentes de tratamentos de saúde realizados fora do Município de Cerro Azul/PR.

VALOR TOTAL**:** R$ 62.700,00 (sessenta e dois mil e setecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 13 de fevereiro de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:A0EA4667

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 010/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: ISAIAS VON DER OSTEN** – CPF nº 037.988.649-93.

OBJETO: A presente contratação tem por objeto a locação de imóvel, descrito junto à matrícula nº 3/4.851, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul/PR, com área do terreno: 1.298,00 m², constante da área construída total: 122,25 m², situado na Estrada Saída para Rio Branco do Sul, s/nº - Vila Braine, Cerro Azul/PR, CEP: 83570-000, destinado à instalação e funcionamento do Abrigo Municipal de Proteção Animal, em atendimento ao Departamento de Meio Ambiente.

VALOR TOTAL**:** R$ 38.904,00 (trinta e oito mil, novecentos e quatro reais).

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:6AEEDEF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 011/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: NAIR APARECIDA STIVAL MOTTIM** – CPF nº 974.859.939-68.

OBJETO: A presente contratação tem por objeto a locação de imóvel, descrito junto à matrícula nº R1/1.294, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul/PR, com área do terreno: 1.999,00 m², correspondente ao 2º andar, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, s/nº - centro, Cerro Azul/PR, CEP: 83570-000, destinado à instalação e funcionamento do Módulo da Policia Militar, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração.

VALOR TOTAL**:** R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 03 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:612C75DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: WATANABE ENGENHARIA LTDA** – CNPJ nº 34.424.400/0001-46.

OBJETO: A contratação integrada de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia, com vistas à elaboração de licenciamentos, levantamentos, estudos e projetos executivos de pavimentação de vias urbanas no município de Cerro Azul – PR, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico.

VALOR TOTAL**:** R$ 98.780,00 (noventa e oito mil e setecentos e oitenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 03 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 08 (oito) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:58D56E87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 013/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: SESSMA SOLUCOES E BENEFICIOS LTDA** – CNPJ nº 18.113.470/0001-27.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Perícia Médica Oficial e Junta Médica Oficial, com o objetivo de realizar até 50 (cinquenta) Perícias Médicas Individuais e 15 (quinze) Juntas Médicas, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração conforme especificações constantes no edital e seus anexos e, ainda, a documentação, a proposta de preços, os lances apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar, visando contratações futuras.

VALOR TOTAL**:** R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 04 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:F25C639B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 014/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: JONATHAN MENUSI KOLTER** – CNPJ nº 47.305.311/0001-22.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de conserto, manutenção corretiva e adequações estruturais da estufa agrícola localizada nas dependências do IDR Paraná, incluindo a substituição do plástico de cobertura, correções estruturais, ajustes técnicos e demais serviços necessários para garantir o pleno funcionamento da estufa, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

VALOR TOTAL**:** R$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 06 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:D84D3FE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 015/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: ARCHITHEUS – ARQUITETURA E ENGENHARIA** – CNPJ nº 30.165.886/0001-94.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de engenharia relacionados à pavimentação rural em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), em vias públicas do Município de Cerro Azul/PR, totalizando 6,24 km de extensão em trechos distintos, com recursos destinados às futuras obras provenientes do Governo do Estado do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico.

VALOR TOTAL**:** R$ 33.072,00 (trinta e três mil e setenta e dois reais).

DATA DE ASSINATURA: 09 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:86A48194

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 016/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: COMERCIAL GETRIX LTDA** – CNPJ nº 03.488.409/0001-97.

OBJETO: Aquisição de ENXOVAL HOSPITALAR, compreendendo lençóis, fronhas, cobertores, travessas e demais itens destinados ao uso na Unidade de Pronto Atendimento Municipal (PAM), conforme especificações técnicas em atendimento a Secretaria de Saúde.

VALOR TOTAL**:** R$ 37.776,00 (trinta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais).

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:69F36FE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 017/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: ENCANTADA PRODUÇÕES LTDA** – CNPJ nº 42.145.362/0001-10.

OBJETO: A contratação da empresa ENCANTADA PRODUÇÕES LTDA, especializada em produção artística teatral e performática, para apresentação do espetáculo temático "Páscoa Encantada", consistente em espetáculo infantil alusivo à Páscoa, com encenação de personagens vivos, realização de brincadeiras, danças e interações com o público, a ser realizado no Município de Cerro Azul.

VALOR TOTAL**:** R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 02(dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:6D26CA2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 020/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: RUDYNEY DE ANDRADE FRANCA** – CNPJ nº 52.599.809/0001-85.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para a execução de serviços de mão de obra e fornecimento de materiais, destinados à execução de piso, arquibancada, muro e instalação de rede no barracão da quadra de esportes da Escola Caminhos da Igualdade, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

VALOR TOTAL**:** R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 23 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:69D6E504

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 021/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: LEIS LTDA** – CNPJ nº 03.725.725/0001-35.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o serviço de gerenciamento, publicação, consolidação e compilação dos Atos Oficial do Município, compreendendo:
Implantação e publicação online do compêndio – 2000 Normas – dos Atos Oficiais de efeito externo (Lei Orgânica, Leis Complementares, Lei Ordinárias e Decretos a partir da assinatura do contrato), em arquivos no formato de texto editável (html) e imagem (pdf);

VALOR TOTAL**:** R$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 26 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:423B8B9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 022/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - EPP,** – CNPJ nº 09.519.064/0001-78.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para confecção, fornecimento e instalação de móveis planejados, destinados à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município, contemplando mobiliários para os setores de recepção, sala de emergência e posto de enfermagem, visando proporcionar melhor organização dos ambientes, funcionalidade dos espaços e adequação às necessidades de atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL**:** R$ 14.990,00 (quatorze mil, novecentos e noventa reais).

DATA DE ASSINATURA: 27 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:17C72951

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 023/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: CIBELI REGINA NODARI SERVIÇOS COMBINADOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA,** – CNPJ nº 53.721.246/0001-19.

OBJETO: Aquisição de chocolates, destinados aos alunos da rede municipal de ensino, bem como às crianças e participantes dos programas e grupos atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, e aos servidores do município, em atendimento às Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Assistência Social.

VALOR TOTAL**:** R$ 64.383,48 (sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:D89DD74B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 126/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: GOTO COMERCIO E SERVIÇOS POR LICITAÇÃO LTDA** – CNPJ: nº 41.064.485/0001-64

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção corretiva no sistema de embuchamento da retroescavadeira XCMG – modelo XC870-BRI, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Obras e Viação.

VALOR TOTAL**:** R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)**.**

DATA DE ASSINATURA: 22 DE OUTUBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:FEED5138

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 127/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA: R77 SPORT – EVENTOS E VENDAS – CNPJ: nº 30.601.285/0001-87

OBJETO: A contratação de empresa especializada na organização, gestão e execução do Campeonato Municipal de Futsal Adulto, incluindo estrutura necessária para o desenvolvimento do evento esportivo, como arbitragem, apoio logístico, cronograma de jogos, conforme as especificações e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Esportes.

VALOR TOTAL: R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 29 de outubro de 2025

VIGÊNCIA: 03 (três) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:D6C81051

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 129/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: ENCANTADA PRODUÇÕES LTDA**– CNPJ: nº 42.145.362/0001-10,

OBJETO: Contratação da empresa ENCANTADA PRODUÇÕES LTDA, especializada em produção artística teatral e performática, detentora exclusiva dos direitos de comercialização do espetáculo temático "UM NATAL ENCANTADO", para realização de apresentação artística com personagens vivos, brincadeiras, danças, interações com o público e mensagem de valorização do verdadeiro espírito do Natal, durante a Abertura Oficial do Natal de Cerro Azul – 2025.

VALOR TOTAL**:** R$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 03 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:CD66CE7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 130/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: LIBERATO LUIZ FILIPINI** – CPF: nº 278.466.438-43.

OBJETO: Contratação do artista **LIBERATO LUIZ FILIPINI**, CPF nº 278.466.438-43, responsável e representante exclusivo do grupo teatral "**TURMA DISCÍPULOS KIDS**", especializado em produções cênicas voltadas ao público infantil, para a realização de apresentação artística natalina intitulada "O Nascimento de Jesus", a ser apresentada no dia 19 de dezembro de 2025, durante a Programação Oficial de Natal do Município de Cerro Azul – 2025.

VALOR TOTAL**:** R$ 6.000,00 (seis mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 03 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:AF07B06C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 131/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
CONTRATADA**: MARIA MARTE SCHITICOSKI** – CNPJ: nº 59.031.654/0001-25,

OBJETO: Aquisição de parque infantil, composto por playgrounds, piscina de bolinhas, cama elástica e balanço em ferro, destinados ao atendimento das necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) Tia Lea e Tia Clarinha e da Escola Municipal Athanagildo de Souza Laio, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

VALOR TOTAL**:** R$ 14.389,44 (quatorze mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:923FC657

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 132/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
CONTRATADA**: MSC SOLUÇÕES LTDA - EPP** – CNPJ: nº 11.122.005/0001-03.

OBJETO: Aquisição de parque infantil, composto por playgrounds, piscina de bolinhas, cama elástica e balanço em ferro, destinados ao atendimento das necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) Tia Lea e Tia Clarinha e da Escola Municipal Athanagildo de Souza Laio, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

VALOR TOTAL**:** R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 03 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:FCD8879D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 133/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
CONTRATADA**: ALPHAVIAS ENGENHARIA LTDA** – CNPJ: nº 35.190.568/0001-05.

OBJETO: A contratação integrada de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia, com vistas à elaboração de licenciamentos, levantamentos, estudos e projetos executivos de pavimentação de vias urbanas no município de Cerro Azul – PR, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico.

VALOR TOTAL**:** R$ 98.780,00 (noventa e oito mil e setecentos e oitenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 05 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 08 (oito) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:C6EE94A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 134/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
CONTRATADA**: WALTER LUCIO LTDA** – CNPJ: nº 04.262.074/0001-57.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para atender às demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Cerro Azul de acordo com o Termo de Referência - Anexo I do Edital - **Pregão Presencial nº 022/2025** e Proposta de Preços, todas partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

VALOR TOTAL**:** R$ 286.632,84 (**d**uzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:C01604DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 135/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
CONTRATADA**: COMERCIAL J. COSTA LTDA**, – CNPJ: nº 76.105.626/0001-24.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para atender às demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Cerro Azul de acordo com o Termo de Referência - Anexo I do Edital - **Pregão Presencial nº 022/2025** e Proposta de Preços

VALOR TOTAL: R$115.379,55 (cento e quinze mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:AF8D53AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 136/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
CONTRATADA**: CASTRO ALIMENTOS COMERCIO E TRANSPORTE LTDA** – CNPJ: nº 50.674.879/0001-25.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para atender às demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Cerro Azul de acordo com o Termo de Referência - Anexo I do Edital - **Pregão Presencial nº 022/2025** e Proposta de Preços, todas partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

VALOR TOTAL**:** R$117.183,36 (cento e dezessete mil, cento e oitenta e três reais e trinta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:B9A658B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 137/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA: JJF ANIMAÇÕES E PRODUÇÕES LTDA– CNPJ: nº 24.627.924/0001-80

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação do espetáculo artístico denominado “Dreams and Magic”, a ser executado pela CONTRATADA, para realização de apresentações natalinas no Município de Cerro Azul/PR, nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2025, como parte integrante da programação oficial de Natal promovida pelo Município.

VALOR TOTAL: R$ 20.190,00 (vinte mil, cento e noventa reais).

DATA DE ASSINATURA: 13 de novembro de 2025

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:7AD1F03F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 138/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA: ECCOBRAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: nº 51.231.403/0001-82

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para a elaboração de projetos executivos de recapeamento asfáltico em aproximadamente 5 km de vias urbanas já existentes no Município de Cerro Azul–PR, abrangendo o levantamento topográfico, diagnóstico estrutural e a elaboração de todos os documentos técnicos necessários para a futura execução das obras.

VALOR TOTAL: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 17 de novembro de 2025.

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:774CC3DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 141/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.
CONTRATADA**: DEDETIZA AG CONTROLE DE PRAGAS LTDA** – CNPJ: nº 40.157.741/0001-03

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de pragas e vetores, compreendendo desinsetização, desratização e limpeza de caixas d’água, com o fornecimento de toda a mão de obra, materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, conforme as especificações e diretrizes estabelecidas pelas Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Educação e Cultura, e Saúde.

VALOR TOTAL**:** R$ 39.920,00 (trinta e nove mil novecentos e vinte reais).

DATA DE ASSINATURA: 28 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 03 (três) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:11C914CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 142/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: DD SOLUÇÕES LTDA** – CNPJ: nº 46.070.016/0001-71.

OBJETO: A aquisição de mobiliário e equipamentos eletrônicos, visando garantir infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas, pedagógicas e operacionais, assegurando melhores condições de trabalho às equipes e a melhoria na prestação dos serviços públicos, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social e de Educação e Cultura.

VALOR TOTAL**:** R$ 58.890,18 (cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa reais e dezoito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 28 DE NOVEMBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:4958B2AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 143/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: CRISTIANO RODRIGO DREBES** – CNPJ: nº 50.443.975/0001-62

OBJETO: A contratação da empresa CRISTIANO RODRIGO DREBES, especializada em produção musical e detentora de exclusividade na comercialização do show acústico (voz e violão) da dupla Willian e Roberto, para a realização de apresentação artística durante o evento beneficente, a ocorrer no dia 07 de dezembro de 2025 (domingo).

VALOR TOTAL**:** R$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 03 de dezembro de 2025

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:8CFD4DFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 144/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: EDIELSON ANTONIO LOPES** – CPF: nº 836.437.299-87.

OBJETO: A presente contratação tem por objeto a locação de imóvel, descrito junto à matrícula nº 5.792, registrado no Livro 2-T, fls. 092 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul/PR, com área urbana de 921,1457 m², constante do lote "B" situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 418, Centro, Cerro Azul/PR, CEP 83570-000, destinado à instalação das atividades administrativas, pedagógicas, culturais e de atendimento ao público da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR TOTAL**:** R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 04 de dezembro de 2025

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:90CA7A13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 145/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: L. CONTI E CIA LTDA** – CNPJ: nº 03.138.766/0001-25

OBJETO: Constitui-se objeto deste instrumento de contrato a **Aquisição de Kit Cestas Natalinas para distribuição entre os servidores ativos, comissionados, contratados, em função da festividade natalina em atendimento a Secretaria Municipal de Administração** e, ainda, a documentação, a proposta de preços, os lances apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar, visando contratações futuras.

VALOR TOTAL**:** R$ 181.893,20 (cento e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte centavos).

DATA DE ASSINATURA: 08 de dezembro de 2025

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:D236BBE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 146/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: W A DOS SANTOS PRODUÇÕES** – CNPJ: nº 00.109.094/0001-31.

OBJETO: A contratação da empresa V A DOS SANTOS PRODUÇÕES, especializada na produção musical e detentora da exclusividade na comercialização e representação artística da dupla WILLIAN E RENAN, para a realização de apresentação musical ao vivo durante o evento de Réveillon, a ocorrer no dia 31 de dezembro de 2025.

VALOR TOTAL**:** R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 08 de dezembro de 2025

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:5F9BC952

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 147/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: BETHA SISTEMAS LTDA** – CNPJ: nº 00.456.865/0001-67.

OBJETO: Constitui-se objeto deste instrumento de contrato a **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de serviços de tecnologia da informação, envolvendo o licenciamento de uso de**

software, em ambiente nativo web e sob o modelo de computação em nuvem, para gestão municipal, em conformidade com as especificações e detalhamentos estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência.

VALOR TOTAL**:** R$ 636.920,00 (seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte reais).

DATA DE ASSINATURA: 09 de dezembro de 2025

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:1FEF06DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 149/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CERRO AZUL.

CONTRATADA**: SINDICATO RURAL DE CERRO AZUL – PR** – CNPJ: nº 78.145.679/0001-02.

OBJETO: A presente contratação tem por objeto a locação do imóvel descrito na Matrícula nº 1.015, registrada no Livro 2-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul/PR, situado na Rua José Przysiada, nº 80 (82 conforme matrícula), Centro, Cerro Azul/PR, CEP: 83570-000, destinado à instalação e funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

VALOR TOTAL**:** R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 17 de dezembro de 2025

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:B16766C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO Nº 008/2026

DECRETO Nº 008/2026

Dispõe sobre ponto facultativo em virtude da sexta-feira santa

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Estabelecer Ponto Facultativo aos servidores da Câmara Municipal de Clevelândia nos dias 02 e 03 de abril de 2026, em virtude da sexta-feira santa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia - Paraná, 30 de março de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:D96BA09F

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 021/2026

PORTARIA Nº. 021/2026

Dispõe sobre a designação de membros do Grupo de Estudos para participar do processo de atualização do Regimento Interno

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar sem ônus os vereadores e servidores abaixo relacionados para comporem o grupo de estudos para debate e atualização do Regimento Interno deste Poder:

Camila Daneluz – Vereadora
Diego Martignoni - Vereador
Henrique Dall'Asta – Vereador
Julio Cezar Calgaro Dal Pizzol - Vereador
Manoel Augusto Gollub Inocêncio - Presidente
Ariele Aparecida Felipe – Contadora
Débora Aline Binotto – Agente Administrativo II
Eliaki Marceli Zanini – Agente Administrativo I
Juliana Pogogelski Reali – Agente Administrativo I
Julio Cesar Frosi – Procurador Jurídico
Thais de Jesus Ferreira – Diretora
Onilda Aparecida Lamp – Controladora Interna

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia/PR, 30 de março de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:41730BAA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 022/2026

PORTARIA Nº. 022/2026

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial para tratar do Projeto de Lei de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar sem ônus os vereadores abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial de acordo com o Art. 175 do Regimento Interno deste Poder:

Cinara Borges de Souza - Vereadora
Diego Martignoni - Vereador
Henrique Dall'Asta – Vereador

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia/PR, 30 de março de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:4DC3115D

GABINETE
DECRETO N°075/2026

DECRETO N°075/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD.

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal nº 2.824, de 25 de maio de 2023, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 2.865, de 13 de agosto de 2024,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, os seguintes membros:

GOVERNAMENTAL:
I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) Titular: KELI ROBERTA A. A. RUARO
b) Suplente: CAMILA SERPA BALENA

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
a) Titular: ANDRÉ HENRIQUE RIBEIRO BUENO – PRIMEIRO SECRETÁRIO
b) Suplente: TANIA MARIA WEBER

III – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: FRANCIELEN S. SENHOR
b) Suplente: EMANUELLE SERPA STALCHIMIDT

IV – Representantes da Proteção Social Especial (PSE) – Equipe Técnica:
a) Titular: ISABELA GRELLERT BRANCO – SEGUNDO SECRETÁRIO
b) Suplente: IVANIR ISOPPO

NÃO GOVERNAMENTAL – SOCIEDADE CIVIL:
V – Representantes do Segmento de Pessoas com Deficiência (Usuários):
a) Titular: ANA MARIA PAVLAK DE ANDRADE – PRESIDENTE
b) Suplente: SIDNEI MARÓSTICA,

VI – Representantes de Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) da APAE:
a) Titular: MARIA HELENA MULLER MINIUK
b) Suplente: ALINE LINS DA R. DA MAIA

VII – Representantes de Entidade Civil de Defesa ou Atendimento à Pessoa com Deficiência (APAE):
a) Titular: ZELI TEREZINHA DANELUZ – VICE PRESIDENTE
b) Suplente: KEILA GESIELI OLIVEIRA MENDES

VIII – Representantes de Responsáveis por Pessoa com Deficiência (Pessoa Física) :
a) Titular: ELIZANGELA QUIRINO DOS SANTOS
b) Suplente: CLEITON LUIZ LAY

Art. 2ºO mandato dos membros do CMDPD terá o final em setembro de 2026, com o término de (dois) anos, permitida a recondução por mais um período.

Art. 3º As funções de membros do CMDPD não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

Art. 4ºA Mesa Diretiva do CMDPD, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários fica determinada conforme aprovação pelos próprios conselheiros;

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:EF5BFDBE

GABINETE
DECRETO N°076/2026

DECRETO N°076/2026
A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Concede férias ao Servidor Municipal, **Gilmar Renato de Oliveira Ribeiro**, a partir do dia 06/04/2026 à 05/05/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:229EDA24

GABINETE
NOTIFICAÇÃO - SEMA

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO
Notificante:
Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Município de Clevelândia – PR
Notificado(a):
Nome: **Patricia Cristine dos Santos.**
CPF:**077.098.159-36**
Data da Notificação: 31 de março de 2026.
Local da Infração: Rua Coronel Manoel Ferreira Bello, bairro: Santa Terezinha, quadra 0012, lote 0012 cadastro 205.
Base Legal: Lei Municipal nº 2.690/2019 – Arts. 35 e 44, incisos I e II

DISPOSITIVOS LEGAIS — Lei Municipal nº 2.690/2019:

• **Art. 35:** O proprietário ou possuidor é responsável pela construção, conservação e limpeza do passeio (calçada) em frente ao seu imóvel, devendo mantê-lo livre de resíduos, vegetação e quaisquer obstáculos que impeçam o trânsito de pedestres e comprometam a higiene e a segurança pública.
• **Art. 44, inciso I:** O proprietário ou possuidor é responsável por manter o imóvel limpo, drenado e livre de matérias que possam comprometer a salubridade, higiene, segurança e o meio ambiente.
• **Art. 44, inciso II:** Constatado o descumprimento do disposto no inciso I, o Município poderá determinar a limpeza compulsória, às expensas do proprietário, além de aplicar multa e outras sanções previstas.

Descrição da Infração:
Verificou-se que o terreno/lote de sua propriedade encontra-se em estado de abandono, com acúmulo de resíduos, vegetação alta e falta de limpeza no passeio (calçada), contrariando o disposto nos Arts. 35 e 44 da Lei Municipal nº 2.690/2019.

Tal conduta compromete a salubridade, a segurança e o meio ambiente no entorno.
Providência Obrigatória:
Determina-se que o(a) notificado(a) **efetue a limpeza completa do terreno e se houver, do passeio (calçada)** no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento desta notificação.

Advertência:
O não cumprimento do disposto no prazo estabelecido permitirá à Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

• Promover a limpeza compulsória do imóvel e do passeio, com despesas cobradas do(a) infrator(a);
• Aplicar multa conforme previsto na referida lei;
• Adotar outras medidas administrativas cabíveis.

Em caso de regularização dentro do prazo, desconsidere esta notificação.
Clevelândia – PR, 31 de março de 2026.

Atenciosamente,

MAURICIO AUGUSTO SCHREINER
Secretária Municipal do Meio Ambiente

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:6415FF73

GABINETE
NOTIFICAÇÃO - SEMA

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO
Notificante:
Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Município de Clevelândia – PR
Notificado(a):
Nome: **Nadir Fraitg Gonçalves.**
CPF:**604.382.749-20**
Data da Notificação: 31 de março de 2026.
Local da Infração: Rua Santa Terezinha, bairro: Santa Terezinha, quadra 0020, lote 005B.
Base Legal: Lei Municipal nº 2.690/2019 – Arts. 35 e 44, incisos I e II

DISPOSITIVOS LEGAIS — Lei Municipal nº 2.690/2019:

• **Art. 35:** O proprietário ou possuidor é responsável pela construção, conservação e limpeza do passeio (calçada) em frente ao seu imóvel, devendo mantê-lo livre de resíduos, vegetação e quaisquer obstáculos que impeçam o trânsito de pedestres e comprometam a higiene e a segurança pública.
• **Art. 44, inciso I:** O proprietário ou possuidor é responsável por manter o imóvel limpo, drenado e livre de matérias que possam comprometer a salubridade, higiene, segurança e o meio ambiente.
• **Art. 44, inciso II:** Constatado o descumprimento do disposto no inciso I, o Município poderá determinar a limpeza compulsória, às expensas do proprietário, além de aplicar multa e outras sanções previstas.

Descrição da Infração:
Verificou-se que o terreno/lote de sua propriedade encontra-se em estado de abandono, com acúmulo de resíduos, vegetação alta e falta de limpeza no passeio (calçada), contrariando o disposto nos Arts. 35 e 44 da Lei Municipal nº 2.690/2019.
Tal conduta compromete a salubridade, a segurança e o meio ambiente no entorno.

Providência Obrigatória: Determina-se que o(a) notificado(a) **efetue a limpeza completa do terreno e se houver, do passeio (calçada)** no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento desta notificação.

Advertência:
O não cumprimento do disposto no prazo estabelecido permitirá à Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

• Promover a limpeza compulsória do imóvel e do passeio, com despesas cobradas do(a) infrator(a);
• Aplicar multa conforme previsto na referida lei;
• Adotar outras medidas administrativas cabíveis.

Em caso de regularização dentro do prazo, desconsidere esta notificação.
Clevelândia – PR, 31 de março de 2026.

Atenciosamente,

MAURICIO AUGUSTO SCHREINER
Secretária Municipal do Meio Ambiente

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:F9225493

GABINETE
PORTARIA N°127/2026

PORTARIA N°127/2026

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Avaliação de Bens Móveis considerados inservíveis para a Administração Municipal.

RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal de Clevelândia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º. Designar as pessoas abaixo nominadas, sem ônus e sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis, considerados inservíveis para a Administração Municipal, destinados à Licitação na modalidade Leilão Eletrônico:

Membros	Matrícula/ CPF
Marcos Pinto Carneiro	1520-2
Antonio Chiarani Neto	555.065.009-63
Vinicius Sampaio de Lima	3059-7
Keli Roberta Aparecida Anhaia Ruaro	30520-6
Gilmar Renato De Oliveira Ribeiro	2683-2
Vilmar Adão Alves da Cruz	243.117.589-87
Thiago Luiz Piazza	026.652.629-24
Jessica Caroline Provenzi	3124-7
Sandrigo Senhor Zorzi	31252-3
Felipe Ramos Menegotto	24430-01
Lucas Antonio Casagrande	043.624.799-62
Fabricio Elizeu Isoppo	23752

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, incluindo a Portaria n°126/2026, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:7F8F014B

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO LEILÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026 - PROCESSO Nº 13/2026

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026 - PROCESSO Nº 13/2026
Objeto: A Presente licitação visa a outorga de permissão de uso de bem público, das instalações físicas destinadas ao Café da luz, localizada na praça Getúlio Vargas, localizado na Avenida nossa Senhora da Luz, na cidade de Clevelândia com CEP 85530.000, estado do Paraná, com área total de 171,16 metros quadrados. De instalação física..

Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:
LUIS FELIPE JACOBSEN COMERCIO LTDA - CNPJ: 45.638.259/0001-09
ITEM 1 - QTDE 1 - UND UN - COMPLEMENTO: permissão de uso de bem público, das instalações físicas destinadas ao Café da luz, localizada na praça Getúlio Vargas, localizado na Avenida nossa Senhora da Luz, na cidade de Clevelândia com CEP 85530.000, estado do Paraná, com área total de 171,16 metros quadrados. VALOR FINAL 2.200,00

Clevelândia, 31 de março de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:56A8E856

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 031/2026

DECRETO N.º 031, DE 30 DE MARÇO DE 2026

Institui o Comitê Gestor de Festas e Eventos no âmbito do Município de Colombo, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor de Eventos Municipais, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a realização dos eventos oficiais e culturais do Município, no período de 2026 a 2028.

Art. 2º - O Comitê Gestor de Eventos Municipais será composto pelos representantes dos seguintes órgãos:

I – Secretaria Municipal de Governo;
II – Secretaria Municipal de Administração;
III - Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia;
IV– Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º A presidência do Comitê Gestor será presidida pelo Secretário Municipal de Governo.

§ 2º Os membros titulares e respectivos suplentes serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º O Presidente do Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades da Administração Pública, direta ou indireta, sempre que necessário.

Art. 3º - Compete ao Comitê Gestor de Eventos Municipais:
I – planejar, organizar, publicar e coordenar os eventos constantes do calendário oficial e cultural do Município;
II – definir diretrizes, estratégias e ações para a realização dos eventos;
III – supervisionar e acompanhar a execução dos eventos pelas comissões específicas;
IV – promover a articulação entre os órgãos e entidades envolvidos;
V – propor a expedição de normas complementares, instruções e orientações;
VI – fomentar a participação da comunidade nos eventos municipais;
VII – assegurar a ampla divulgação e publicidade dos eventos;
VIII – acompanhar a estimativa e execução dos custos, zelando pelo uso adequado dos recursos públicos;
IX – exercer outras atribuições correlatas.

Art. 4º - Para cada evento oficial do Município será instituída Comissão Organizadora Específica, por ato do Comitê Gestor.

§ 1º As Comissões Organizadoras Específicas serão responsáveis pela execução, operacionalização e acompanhamento de cada evento.

§ 2º O Comitê Gestor definirá a composição de cada comissão específica, podendo incluir representantes de outras Secretarias, órgãos e entidades, conforme a natureza do evento.
§ 3º As Comissõesespecíficasdeverão atuar em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor.

Art. 5º - Compete às Comissões Organizadoras Específicas:
I – executar as ações necessárias à realização do evento;
II – planejar, organizar e operacionalizar as atividades;
III – adotar as providências administrativas, logísticas e operacionais;
IV – cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor;
V – prestar informações e relatórios ao Comitê Gestor;
VI – exercer outras atribuições necessárias à realização do evento.

Art. 6º - A participação no Comitê Gestor e nas Comissões Organizadoras Específicas será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 7º - Os membros do Comitê Gestor poderão ser substituídos, em suas ausências ou impedimentos, por servidores previamente indicados.

Art. 8º - O Comitê Gestor poderá expedir atos complementares necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 30 de março de 2026.

HELDERLUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:10AC2A22

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 344/2026

PORTARIA N.º 344/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor Público Municipal **LUANA LUSTOSA RODRIGUES** CPF n.º 074.xxx.xxx-35, do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 02/04/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:0AFBF7A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 345/2026

PORTARIA N.º 345/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º - Ceder a servidora **CAROLINE FERNANDA MENDES DA LUZ,** matrícula n.º 10910, da função de Educadora Infantil, para prestar serviços como Assessora Parlamentar na Câmara Municipal de Colombo, com ônus para o órgão de destino, pelo período de 01 de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro 2026.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria n.° 222/2026, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 27/02/2026. Edição 3478.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:B65E57EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 346/2026

PORTARIA N.º 346/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora abaixo relacionada, para atuar, sem prejuízo de suas funções, como Fiscal de Contrato, do contrato n.º 122/2026, Processo Licitatório: Dispensa n.º 032/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de cenografia, profissionais com preparo técnico e produtos de qualidade para compor cada etapa do serviço encenação da "PAIXÃO DE CRISTO 2026", nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento,conforme segue:

Fiscal Contrato:
Luana Caroline Claucio da Silva, matrícula: 15.360, RG n.º 8.xxx.xxx-1 e CPF n.º 056.xxx.xxx-x2 – Contato: (41)3656-8054; E-mail: luanaclaucio@hotmail.com.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:95949D83

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 347/2026

PORTARIA N.º 347/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhoras abaixo relacionadas, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestora e Fiscal de Contrato, do contrato n.º 123/2026, Processo Licitatório: Dispensa n.º 030/2026, com objeto de Contratação de Empresa especializada para serviço de dosimetria pessoal com emissão de laudo e cessão de uso de dosímetros para monitorar a radiação recebida por operadores de equipamentos emissores de Raio-X nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento,conforme segue:

Gestora de Contrato:
Ana Mara Harbs de Oliveira, portadora do RG nº 8.xxx.xxx-1,CPF n.º 051.xxx.xxx-78, Telefone:(41) 3656-8200, e-mail:direcaopscolombo@gmail.com

Fiscal Contrato:
Miriam Appel Martins, portadora do RG n.º 76x.xx3, CPF n.º 564.xxx.xxx-49, Telefone: (41) 3605-8232, e-mail: odontosmsclbo@gmail.com

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:4E432278

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 348/2026

PORTARIA N.º 348/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **TATIANA STEFANI DOS SANTOS JULIATTO,** portadora do CPF n.° 069.XXX.XXX-52 e RG 9.XXX.XXX-1 para a função de Gestora de Receitas, do Núcleo de Gestão de Receitas, do Departamento de Gestão Tributária, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda a partir de 05 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:AAC092B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 349/2026

PORTARIA N.º 349/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor **ANDRE DO NASCIMENTO DE SOUZA,** portador do RG n.° 10.XXX.XXX-1, CPF n.º 090.XXX.XXX-09, matrícula n.º 18181, da função de Gestor do Núcleo Auxiliar - Centro de Atenção Psicosocial CAPS AD,

vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Abril de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F507613F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 350/2026

PORTARIA N.º 350/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora **FERNANDA CASSANHO TEODORO,** portadora do RG n.° 33.XXX.XXX-9/SP, CPF n.º 310.XXX.XXX-02, matrícula n.º 13.785, da função de Gestora do Núcleo Auxiliar Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), do Departamento de Vigilância e Promoção à Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2026**.**

Art. 2º - Designar a servidora **JULIANE BADARO LEME PESCARA,** portadora do RG n.° 690.XXX-6, CPF n.º 359.XXX.XXX-70, matrícula n.º 17.396**,** para a função de Gestora do Núcleo Auxiliar Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), do Departamento de Vigilância e Promoção à Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2026**.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:AE53CBC7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 351/2026

PORTARIA N.º 351/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora **JANETE LASKOWSKI,** portadora do RG n.° 6.XXX.XXX-8, CPF n.º 883.XXX.XXX-15, matrícula n.° 9499, da função de Gestora do Núcleo de Especialidades Médicas (CEM), da Coordenação de Média e Alta Complexidade (MAC) do Departamento de Atenção à Saúde, vinculado àSecretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2026**.**

Art. 2º - Designar a servidora **FERNANDA CASSANHO TEODORO,** portadora do RG n° 33.XXX.XXX-9/SP, CPF n.º 310.XXX.XXX-02, matrícula n.° 13.785, na função de Gestora do Núcleo de Atenção Especializada em Odontologia (CEO), da Coordenação de Média e Alta Complexidade (MAC), do Departamento de Atenção à Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Abril de 2026**.**

Art. 3º - Exonerara servidora **DAYANE CRISTINE LASKOWSKI SCHIER,** portadora do RG n.º 94XXX.XXX15, CPF n.º 049.XXX.XXX-59, Matrícula n.° 12571**,** da função de Gestora de Núcleo de Saúde em casa, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Abril de 2026.

Art. 4º - Designar a servidora **JANETE LASKOWSKI,** portadora do RG n.º 6.XXX.XXX-8, CPF n.º 883.XXX.XXX-15, matrícula n.° 9499, na função de Gestora de Núcleo de Saúde em casa,vinculado àSecretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:FB0CF63E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 352/2026

PORTARIA N.º 352/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora **ALCILENE TEOBALDO DE OLIVEIRA**, portadora do RG n.º 30.XXX.XXX-5, CPF n.º 213.XXX.XXX-06, matrícula n.º 18649, para o cargo de Gestora do CRAS Maracanã, na Proteção Social Básica (PSB), vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:FE79D494

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 353/2026

PORTARIA N.º 353/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora **SARA SANFELICE MARTINS**, portadora do RG n.º 7.XXX.XXX-0, CPF n.º 039.XXX.XXX-31, para o cargo de Gestora do Centro de Convivência São Gabriel, na Proteção Social Básica (PSB), vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:116E4CD2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 354/2026

PORTARIA N.º 354/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º -Exonerar a senhora **VERA KOZOW,** portadora do RG n.º 10.XXX.XXX-7, CPF n.º 274.XXX.XXX-04, matrícula n.° 15193, do cargo de Gestora do Centro de Convivência São Gabriel, ao Departamento de Proteção Social Básica (PSB), vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 20 de março de 2026.

Art. 2º - Nomear a senhora **VERA KOZOW,** portadora do RG n.º 10.XXX.XXX-7, CPF n.º 274.XXX.XXX-04, matrícula n.° 15193, para o cargo de Gestora do Centro de Convivência Roça Grande, no Departamento de Proteção Social Básica (PSB), vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:21B3E63E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 355/2026

PORTARIA N.º 355/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor **ALECSANDRO BETINARDI,** portador do CPF n.º 000.XXX.XXX-86**,** Matrícula funcional n.º 3607, da Função de Gestor do Núcleo de Cadastro e Controle de Bens Móveis, no Departamento de Controle e Conservação de Patrimônio, vinculado á Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 2º - Designar oservidor **ALECSANDRO BETINARDI,** portador do CPF n.º 000.XXX.XXX-86**,** Matrícula funcional n.º 3607**,** para a função de Gestor do Núcleo Administrativo, no Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico, vinculado á Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:AEC697C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 367/2026

PORTARIA N.º 367/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **JEAN MARCEL DE FRANÇA SOARES,** portador do RG n° 14.XXX.XXX-2, CPF n.° 006.XXX.XXX-90, matrícula n.° 17.665, para a função de Gestor do Núcleo Auxiliar de Farmácias Municipais, da Coordenação de Assistência Farmacêutica, do Departamento de Atenção à Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Abril de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 31 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:D3991E77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 034/2026.

Processo:	7324/2026 - Dispensa Nº 034/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **TENDAS LIMA ESTRUTURAS EM ALUMINIO P/ EVENTOS LTDA.** **CNPJ: 55.571.560/0001-98.**
	Aquisição de tenda sanfonadas, tipo pontográfica/dobrável, com respectivos acessórios, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria de Municipal de Turismo, em feiras, eventos e ações institucionais, para uso operacional e apoio aos empreendedores assistidos.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 23.760,00 (vinte e três mil e setecentos e sessenta reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei nº.14.133/2021. **Data 31/03/2026**

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:4E9C5A84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPENHO N 6640/2026

N° do Empenho:	**6640/2026.**
Data:	**31/03/2026**
Valor Total do Empenho:	R$ 56.900,00 (cinquenta e seis mil e novecentos reais).
Nº da Dispensa de Licitação	**033/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR,**MAC LED PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.** **CNPJ: 45.937.427/0001-59.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Contratação de empresa especializada para Serviços de Fornecimento de infraestrutura audiovisual, compreendendo a locação de equipamentos, operação de sistema de painéis de LED com captação e transmissão ao vivo e iluminação cênica para o evento de Encenação da Paixão de Cristo 2026, a realizar-se no dia 03/04/2026.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:EA05814F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPNHO 6639/20256.

N° do Empenho:	**6639/2026.**
Data:	**31/03/2026**
Valor Total do Empenho:	R$ 23.760,00 (vinte e três mil e setecentos e sessenta reais).
Nº da Dispensa de Licitação	**034/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **TENDAS LIMA ESTRUTURAS EM ALUMINIO P/ EVENTOS LTDA. CNPJ: 55.571.560/0001-98.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de tenda sanfonadas, tipo pontográfica/dobrável, com respectivos acessórios, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria de Municipal de Turismo, em feiras, eventos e ações institucionais, para uso operacional e apoio aos empreendedores assistidos.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Turismo.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:54E482BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 23

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Leis Municipal 576/1995 e alteração nº 1341/14, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia extraordinária, no dia 31 de março de 2026. Resolve:

-Art 1º – Aprova a **Prestação de contas** da Deliberação nº 72/2023 CEAS Pr – Cofinanciamento Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência - Expansão, no valor de R$ 120.000,00;
Sendo:

Prestação de Contas Anual 2025
Saldo em 01/2025 – ***R$ 79.152,84***

Entradas - ***R$ 90.000,00***
03/2025 – R$ 30.000,00
05/2025 – R$ 30.000,00
08/2025 - R$ 30.000,00

Rendimentos/2025 – ***R$ 11.241,42***

Débitos/2025 – R$ ***64.338,79***

Saldo em 12/2025 – ***R$ 116.055,47***

Art. 2º - Aprovar o saldo superior a 30% e a justificativa apresentada pelo órgão gestor.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:D2523D39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº.24

O Conselho Municipal da Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1341/14 de 24 de abril de 2014. Em conformidade com a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de reunião extraordinária no dia 31 de março de 2026.

Art. 1º - Aprova a prestação de contas referente a deliberação n.º 88/2024 CEAS/PR - Incentivo Qualificação da Estrutura para CRAS -
Sendo:

Prestação de Contas – do pagamento até 31 d dezembro de 2025

Saldo em 01/2025 – ***R$ 60.000,0***
Rendimentos/2025 – ***R$ 6.388,90***
Débitos/2025 – R$ ***21.023,94***
Saldo em 12/2025 – ***R$ 45.365,00***

Art. 2º - Aprovar o saldo superior a 30% e a justificativa apresentada pelo órgão gestor.

Art. 3º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:4735A7A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 25

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Leis Municipal nº 1341/14, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia extraordinária, no dia 31 de março de 2026. Resolve:

-Art 1º – Aprova a **Prestação de contas Final** da Deliberação nº 50/2023 CEAS Pr – Incentivo de Proteção Social Básica e custeio de Benefícios Eventuais, sendo:

Anual 2025

Saldo em 12/2024 -– R$ 156.348,12
Rendimentos – R$ 2.845,62
Despesas – R$ 159.93,00
Devolvido – R$ 100,74
Saldo em 12/2025 – R$ 0,00

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:F4386593

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 26

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Leis Municipal nº 1341/14, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia extraordinária, no dia 31 de março de 2026. Resolve:

Art 1º – Aprova a **Prestação de contas** referente a Deliberação nº 59/2023 CEAS Pr – Piso Único de Assistência Social, sendo:

Prestação de contas de 01/02 a 31/12/2025

Saldo em 01/2025 – R$ 428.379,30

Entradas: R$ 272.500,00
Parcelas recebidas:
09/2025 - R$ 131.250,00
11/2025 - R$ 10.000,00
12/2025 - R$ 131.250,00

Rendimentos – R$ 44.634,90
Despesas – R$ 517,830,81

Saldo em 12/2025 – R$ 230.919,91

Art. 2º - Aprovar o saldo superior a 30% e a justificativa apresentada pelo órgão gestor.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:BF9F2EAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO AD Referendun Nº. 11

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº n.º 1.707/2023 , . Resolve:

Art 1° - Aprovar o ***relatório da prestação de contas da Deliberação 078/2022*** - Incentivo "Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima". Sendo:
- Prestação de Contas Final- Anual 2025

Saldo – *01*/2025 – R$ 3,229,02
Despesas – R& 3.227,60
Rendimento – R$ 136,16
Saldo – 12/2025 – R$ 0,00

Art 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO VIEIRA JUNIOR
Presidente do CMDCA

Colombo 31/03/2026

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:673FDB49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Ad ReferendunNº. 12

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº n.º 1.707/2023 , . Resolve:

Art 1° - Aprovar a P***restação de contas da Deliberação 013/2024 CEDCA***
Incentivo para o atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC),
- Prestação de Contas - do pagamento até dezembro/2025

Saldo – *02*/2025 – R$ 236.000,00
Rendimento – R$ 28.398,84
Saldo – 12/2025 – R$ 264.398,84

Art. 2~- Aprovar o saldo superior de 30% e a justificativa apresentada pelo gestor.

Art 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO VIEIRA JUNIOR
Presidente do CMDCA

31/03/2026

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:7A836876

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Ad Referendun Nº. 13

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.707/2023, . Resolve:

Art 1° - Aprovação da ***Prestação de contas*** referente à Deliberação nº 047/2022 ao Incentivo para "Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 aos 6 anos de idade. Primeira Infância.. Sendo:

- Prestação de Contas -01/01 á 31/12/202

Receita - 01/2025 – R$ 141,046,98
Rendimento – R$ 11.297,10
Despesas - R$ 83.833,03

Saldo em 12/2025 – R$ 68.511,05

Art. 2º – Saldo superior a 30%, e a justificativa apresentada pelo órgão gestor.

Art 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO VIEIRA JUNIOR
Presidente do CMDCA

Colombo31/03/2026

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:64DFF95D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 1.860,00 (mil, oitocentos e sessenta reais)
CONTRATADA: ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 56.393.363/0001-99
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:436179DF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 10.298,09 (dez mil, duzentos e noventa e oito reais e nove centavos)
CONTRATADA: J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22.525.517/0001-37
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:1BEA0239

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 4.321,70 (quatro mil, trezentos e vinte e um reais e setenta centavos)
CONTRATADA: DENTAL UNIVERSO EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 26.395.502/0001-52
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:BE0C7B96

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 8.456,00 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais)
CONTRATADA: MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 27.105.456/0001-72
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:DCEAEACF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 25.495,66 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos)
CONTRATADA: SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIR, inscrita no CNPJ sob nº 28.820.255/0001-10,
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:D3F9E164

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 2.644,90 (dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos)
CONTRATADA DIPROM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 16.366.888/0001-10
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:3CF05C17

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 4.238,70 (quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta centavos)
CONTRATADA:E.C.S. TECNOLOGIA EM SAUDE, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO, inscrita no CNPJ sob nº 35.706.397/0001-16,
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A1CA15D7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 8.571,35 (oito mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e cinco centavos)
CONTRATADA: GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 46.884.097/0001-43

DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:98722488

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 4.385,00 (quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais)
CONTRATADA: UNIVERSO ODONTO IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.591.166/0001-09
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:27063E90

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 18.807,71 (dezoito mil, oitocentos e sete reais e setenta e um centavos)
CONTRATADA: BÉRITH COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 57.642.694/0001-88
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:747592EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 4.031,05 (quatro mil e trinta e um reais e cinco centavos)
CONTRATADA: DENTAL IPO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 50.567.060/0001-69
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:59EA6550

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 11.054,50 (onze mil e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)
CONTRATADA: MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 43.352.606/0001-07
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:BDB399C3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 33.613,05 (trinta e três mil, seiscentos e treze reais e cinco centavos)
CONTRATADA: DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI EPP inscrita no CNPJ sob nº 26.240.632/0001-16
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:DFF7146D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 16.127,89 (dezesseis mil, cento e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos)
CONTRATADA: ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 54.322.844/0001-88
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:39E00ABB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 64.742,00 (sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e dois reais)
CONTRATADA BHDENTAL COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 29.312.896/0001-26, **DATA:** 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A82AF2BA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 17.046,87 (dezessete mil, quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos)
CONTRATADA: C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 24.864.422/0001-73
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:5768DEE7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 2.180,00 (dois mil, centos e oitenta reais)
CONTRATADA: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 06.175.908/0001-12
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:17F6E103

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 9.087,50 (nove mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)
CONTRATADA: HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 20.861.961/0001-06
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:473944AC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 3.525,20 (três mil, quinhentos e vinte e cinco reais e vinte centavos)
CONTRATADA: ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.362.195/0001-85
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:562A6F6C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 459,00 (quatrocentos e cinquenta e nove reais)
CONTRATADA: CAMBÉ MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 46.073.134/0001-33
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:C8AD0A2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 3.245,80 (três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)
CONTRATADA: CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 60.599.605/0001-72
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:802C7337

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 5.259,10 (cinco mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dez centavos)
CONTRATADA: DL DENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.827.565/0001-96
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:7452329C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 2.085,30 (dois mil e oitenta e cinco reais e trinta centavos)
CONTRATADA: HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.676.642/0001-08
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:90BE0212

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 2.950,00 (dois mil e novecentos e cinquenta reais)
CONTRATADA:MEDLIFE PRODUTOS HOSPITALARES inscrita no CNPJ sob nº 50.737.688/0001-65
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:78513B28

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)
CONTRATADA:LUIS MIGUEL VIEIRA MARQUES EIRELI, inscrito CNPJ sob nº 19.575.409/0001-64
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:7DFF222E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 7.820,14 (sete mil, oitocentos e vinte reais e quatorze centavos)
CONTRATADA: DPS COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 32.473.099/0001-35
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:9218470D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos
VALOR TOTAL: R$ 1.341,60 (mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos)
CONTRATADA: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.633.441/0001-84
DATA: 17/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:5BB164AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO CONTRATO Nº 081/2026 PREGÃO ELETRONICO N° 011/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 081/2026
PREGÃO ELETRONICO N° 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 301/2026

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para ministrar aulas de música e regência.
DOTAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA:06.004.13.392.0017.2.038.3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
VALOR: R$ 46.492,80 (quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)
CONTRATADA: MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA, CNPJ nº 33.044.384/0001-01
DATA:27/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:47D7CFF2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO 137/2025 - ERRATA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172/2025

EXTRATO DE CONTRATO 137/2025 - ERRATA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172/2025
OBJETO: Aquisição de Secador de Grãos Cilíndrico Rotativo novo, conforme especificações do Termo de Referência e Edital, com recursos provenientes do Convênio – MAPA nº 957259/2024, TRANSFEREGOV.BR nº 008102/2024.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
05.001.20.606.0008.1.002.4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – FONTE 883
05.001.20.606.0008.1.002.4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – FONTE 3501
05.001.20.606.0008.1.002.4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – FONTE 3883
VALOR TOTAL: R$ 343.800,00 (trezentos e quarenta e três mil e oitocentos reais).
PRAZO DE ENTREGA: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS
CONTRATADA: CALLI DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA - CNPJ 78.056.272/0001-09.
DATA: 23/10/2025

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:074CA808

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2026 INEXIGIBILIDADE N° 074/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2026
INEXIGIBILIDADE N° 074/2026
CHAMADA PUBLICA Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2026
OBJETO: contratação de serviço de acolhimento institucional de idoso
VALOR: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
CONTRATADA: LAR ROSA CARON LTDA, CNPJ nº 37.742.468/0001-61
DATA: 27/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:57F67E92

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/2024 CONCORRENCIA N° 008/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/2024
CONCORRENCIA N° 008/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 228/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da lei 14.133/2021
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de pavimentação em bloco de concreto sextavado de dois trechos localizados no bairro de Pedro Machado, incluindo serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública e ensaios tecnológicos da Rua Olímpio Ferreira Padilha e Rua Francisco Vaz de Jesus.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 de abril de 2026 até 30 de junho de 2026.
CONTRATADO: AACS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTO LTDA, CNPJ nº 15.082.833/0001-16
DATA: 27/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:527BFB42

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 132/2026

SÚMULA: Exonera servidor contratado por prazo determinado

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e obedecendo ao disposto no inciso IX do art. 37 da CF, e o inciso XI do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Contenda, e a Lei Municipal nº 1812/2019 de 09 de outubro de 2019,

D E C R E T A

Art.1º Fica exonerado (a) o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Nome	CPF	Cargo	Matr.	Data
JUAREZ BAPTISTA DO CARMO	385.335.617-68	Agente Comunitário De Saúde - Pss - Jd Planalto	37659	28/03/2026
Regime/Natureza do cargo: Especial - Temporário Causa: Término de Contrato				

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados seus efeitos conforme o disposto no Art. 1º.

Prefeitura do Município de Contenda, 31 de março de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:C3767189

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 133/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024, para provimento ao cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em conformidade com as disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 032/2025.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
CAMILA APARECIDA BAPTISTA	123.369.699-80	38º	01/04/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 31 de março de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:0199449D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 134/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,
D E C R E T A

Art.1º Fica nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024 para provimento ao cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1342/2012.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
BRUNO DANILO FERREIRA DOS SANTOS	479.928.908-09	3º	01/04/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 31 de março de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:335EE94A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 135/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,

D E C R E T A

Art.1º Ficam nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024, para provimento ao cargo de PROFESSOR DE ED. INF - EXTINÇÃO, em conformidade com as disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 032/2025.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
BRENDA KNIAZEWSKI	101.932.709-00	39º	01/04/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 31 de março de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:B132CBCC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 136/2026

Nomeia a Comissão de Contratação para examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,e demais disposições legais:

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133, de 2021, que regula todas as licitações e contratos da administração pública direta e indireta, e suas autarquias federais;

RESOLVE:
Art. 1º Designar para compor a Comissão de Contratação os seguintes servidores públicos:

I – JAIME KFIATKOSKI – (membro)
II – FABIO SANTOS FERNANDES – (membro)
III – MAYNARA CORDEIRO – (membro)
IV – JULIANA GOOD SOARES – (membro)
V – ALANA MAZUR DOS ANJOS – (membro)
VI – DEIVID AUGUSTO FRAGOSO – (membro)
VII - ALEXANDRE PANIAGUA – (membro)
VIII – BRUNA PAOLA DZIURA – (membro)
IX – THAYS DAYANE KRINSKI PADILHA – (membro)
X – LUANA GRAZIELLE LAVANDOSKI GOOD SEMES – (membro)
XI - MAYARA INAYE GENOVEZ KOMINE– (membro)

Art. 2º O prazo da função atribuída aos servidores acima designados será por tempo indeterminado, até deliberação em contrário;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto nº 003/2026 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 31 de março de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:257DCCCF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.340/2026

Súmula: "Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 124.798,87 (Cento e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos) no

Orçamento do Município de Contenda para o exercício 2026".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte**:**

LEI

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Exercício na rubrica orçamentária de despesa abaixo discriminada o Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 124.798,87 (Cento e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos):

I – RECEITA ORÇAMENTÁRIA
2.0.0.0.00.00.00.00 – RECEITA DE CAPITAL
2.1.0.0.00.00.00.00 – OPERAÇÃO DE CRÉDITO
2.1.1.0.00.00.00.00 – OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS 124.798,87

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID/USO/FONTE	VALOR
08.000	SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.002	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
08.243.0021.5039	Construção de Creche		
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	1.00.619	124.798,87
TOTAL			**124.798,87**

Art. 2º Como recursos para abertura de credito suplementar, de que trata o presente Projeto de Lei, serão utilizadas as receitas provenientes de Operação de Crédito autorizada pela Lei 2.221/2025 de 20 de maio de 2025, conforme disposto no inciso IV, do § 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 31 de março de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:7CF26A68

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.341/2026

Súmula: "Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) no Orçamento do Município de Contenda para o exercício 2026".

A Câmara Muncipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Exercício na rubrica orçamentária de despesa abaixo discriminada o Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais):

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID/USO/FONTE	VALOR
08.000	SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.002	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
08.243.0021.6054	FMDCCA - Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade		
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais	3.00.906	200.000,00
TOTAL			**200.000,00**

Art 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior será utilizado o seguinte recurso:

I - O valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) com superávit financeiro da seguinte fonte de recurso:

ID/USO/FONTE	Descrição	VALOR
3.00.906	Estruturação SUAS Investimento – Emenda Toninho Wandscheer APAE	200.000,00
TOTAL		**200.000,00**

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 31 de março de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:A5B7A11E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.342/2026

Súmula: "Institui o Protocolo Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, cria a Rede Municipal de Proteção e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Contenda/Pr, o **Protocolo Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência**, com a finalidade de padronizar, organizar e integrar os fluxos de atendimento, proteção, responsabilização e garantia de direitos.
Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se violência contra crianças e adolescentes qualquer ação ou omissão que lhes cause morte, dano, sofrimento físico, psicológico, sexual, moral ou patrimonial, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) e da Lei Federal nº 13.431/2017.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS DO PROTOCOLO
Art. 3º O Protocolo Municipal de Atendimento tem como objetivos:
I – garantir atendimento humanizado, integrado e contínuo às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;
II – evitar a revitimização institucional;
III – assegurar a articulação intersetorial entre as políticas públicas;
IV – definir responsabilidades, competências e fluxos de atendimento;
V – fortalecer a atuação da Rede Municipal de Proteção;
VI – assegurar o cumprimento da legislação vigente e das determinações dos órgãos de controle e do sistema de justiça.
CAPÍTULO III
DA REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO
Art. 4º Fica criada a **Rede Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência**, composta pelos órgãos, serviços e instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela garantia de direitos.
Art. 5º Integram a Rede Municipal de Proteção, no mínimo:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Educação;
IV – Conselho Tutelar;
V – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
VI – CREAS e CRAS;
VII – CAPS;
VIII – Unidades de Saúde;
IX – Unidades Educacionais;
X – Polícia Civil e Militar;
XI – Ministério Público;

XII – Poder Judiciário;
XIII – Defensoria Pública;
XIV – Organizações da Sociedade Civil que atuem na área da infância e adolescência.
Art. 6º A Rede Municipal de Proteção atuará de forma articulada, respeitando as atribuições legais de cada órgão, observando os princípios da proteção integral, prioridade absoluta, sigilo profissional, escuta qualificada e interesse superior da criança e do adolescente.

CAPÍTULO IV
DOS FLUXOS E DO ATENDIMENTO
Art. 7º O atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência deverá seguir os fluxos definidos no Protocolo Municipal, observando:
I – identificação e notificação da violência;
II – acolhimento e atendimento inicial;
III – escuta especializada, quando couber;
IV – encaminhamentos à rede de proteção;
V – acompanhamento contínuo do caso;
VI – articulação com o sistema de justiça.
Art. 8º A escuta especializada será realizada exclusivamente por profissionais capacitados, conforme previsto na Lei Federal nº 13.431/2017, vedada qualquer forma de exposição desnecessária da criança ou adolescente.

CAPÍTULO V
DA GESTÃO, CAPACITAÇÃO E MONITORAMENTO
Art. 9º Compete ao Poder Executivo Municipal:
I – regulamentar esta Lei por meio de decreto;
II – instituir o Protocolo Municipal detalhado;
III – promover capacitações periódicas aos profissionais da Rede;
IV – garantir condições técnicas e estruturais para a execução da Lei;
V – monitorar e avaliar a efetividade do Protocolo e da Rede de Proteção.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Contenda, 31 de março de 2026.

ANTÔNIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:48505262

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO PRÓXIMAS CLASSIFICADAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025
Considerando o termo de cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 134/2025 com a empresa B. G. L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, o qual ainda restam 176 (cento e setenta e seis) dias de execução, desta forma, FICAM, CONVOCADAS AS PRÓXIMAS CLASSIFICADAS DOS LOTES 02, 03, 05, 06, 07 e 08 para negociação, do saldo remanescente, a qual se realizará no dia 08 DE ABRIL de 2026, as 09h, através do sistema BNC, de acordo com o disposto no Art. 90, §2º e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 junto do Decreto Municipal nº 8.266/2023 e edital. Coronel Vivida, 31 de março de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:AE7B2AD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026

ERRATA RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA
Nº 002/2026
PROCESSO Nº 23/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

A Agente de Contratação do Município de Cruz Machado - PR nomeada através da Portaria 02/2025, no uso de suas atribuições legais, resolve corrigir o aviso do resultado final da chamada pública nº 002/2026, no que se refere à seguinte situação:Na publicação do dia 30/03/2026, edição nº 3408 do Diário Oficial do município, na edição nº 5568 do Jornal Iguassu e no dia 31/03/2026 na AMP:Alterar a redação da tabela do resultado final, referente ao item 26 a 29Onde se lê 26 a 29 Espaço Maquinário (10x10m) Solo Nu 04 - Comercial Agrícola de Paranavai Ltda - Toni CerealistaLeia-se: 26 a 29 Espaço Maquinário (10x10m) Solo Nu 04 - MS Consórcios Seguros e Investimentos Ltda - Toni CerealistaPermanecem inalteradas todas as demais condições constantes na publicação originária.

Cruz Machado, 30 de março de 2026.

VERA MARIA BENZAK KRAWCZYK
Pregoeira

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:CFE840ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2026
PROCESSO nº 19/2026

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a **contratação de empresa especializada para construção de 25 (vinte e cinco) unidades habitacionais de interesse social, com financiamento através do programa "Minha casa, minha vida", c**onforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.515.646,39 (Três milhões quinhentos e quinze mil seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO e FECHADO

RITO: COM INVERSÃO DE FASES

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento dos documentos de habilitação e proposta: das 15:00 do dia 01/04/2026 às 08:00 horas do dia 20/05/2026.
Abertura e julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇAO: a partir das 08:30 horas do dia 20/05/2026.
Início da sessão de lances: após análise da habilitação.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 31 de março 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:61386363

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
RETIFICAÇÃO PR 05/2026

R E T I F I C A Ç Ã O
No Aviso de Licitação, Edital e Anexos; PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº 25/2026; PREGÃO ELETRÔNICO SOB Nº 05/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no TRIBUNA, no dia 05-03-2026.
ONDE CONSTA: Abertura para dia 17-03-2026 às 09:00 horas;
Convênio nº 789/2025.
CONSTAR: Abertura para dia 16-04-2026 às 09:00 horas;
Convênio nº 787/2025.
INCLUIR NA LICITAÇÃO: • Registro da empresa licitante no CREA;
• Registro do responsável técnico no CREA;
• Comprovação de vínculo entre a empresa e o responsável técnico;
• Apresentação de **atestado de capacidade técnica acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA**, comprovando execução de implantação ou montagem de estufas agrícolas ou estruturas similares;
• Comprovação de execução mínima de **1.000 m² de estufas**;
• Apresentação de **ART – Anotação de Responsabilidade Técnica** referente à execução do objeto.
• Inclusão da exigência de realização de visita técnica ao local da obra, com emissão de declaração de comparecimento.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:2A7329EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
REVOGAÇÃO PR 10/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO

Despacho de Revogação de processo licitatório, em razão de inconveniência e importunidade do objeto do Edital de Licitação.

Assunto: Pregão Eletrônico n° 10/2026; Processo Licitatório n° 40/2026;

Objeto: A aquisição de adubo orgânico, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Diamante D'Oeste – PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE/PR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei nº 14.133/21, art. 71, caput, e **CONSIDERANDO** que em razão da necessidade de incluir exigência legais de registros junto ao MAPA, com isso, alteração no valor unitário do produto, com vista a fazer uma licitação satisfatória e que atenda ao solicitado, se assim desejar:

RESOLVE

ACOLHER o contido no Parecer da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, exarado pelo Secretário da pasta, do Município de Diamante D´Oeste, ficando **REVOGADO** o Pregão Eletrônico de Licitação n° 10/2026**,** Processo n° 40/2026, cujo objeto é a aquisição de adubo orgânico, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Diamante D'Oeste – Pr.
Publique-se.

Diamante D´Oeste, 31 de Março de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:2A0B5070

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ADITIVO REEQUILIBRIO INEX 22/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
2° Termo aditivo do contrato nº.61/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 22/2025 de
CONTRATAÇÃO DA APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA
HELENA, SERVIÇO ESPECIALIZADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DESTINADA A PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, MÚLTIPLA E TRANSTORNO GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO.
TRABALHO ESPECIALIZADO, ATENDIMENTO PEDAGÓGICO E CLÍNICO PARA 30 ALUNOS, 200
DIAS LETIVOS, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, COM CARGA HORÁRIA DE 4H16
MINUTOS DIÁRIOS; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO DO
MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa APAE SANTA HELENA , inscrita no CNPJ sob nº.
77.820.181/0001-27, com sede no endereço AV. DEPUTADO ARNALDO BUSATO, 980, CENTRO,
CENTRO SANTA HELENA-MA neste ato representada por SANDRO BARTH, portador do RG n°
3.671.149-3, portador do CPF sob n° 645.357.709-72, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância
de R$ 7.352,64 (sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) ,
corresponde ao acréscimo de 0,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o
Contrato sob nº 61/2025, referente à licitação por Inexigibilidade sob nº 22/2025, com base na citada
norma legal da lei 14.133/21, fazer realinhamento de preço do item 01 - Serviços especializado de
educação especial; reequilibrado o item de R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) mensal, para
R$ 14.412,72 (quatorze mil quatrocentos e doze reais e setenta e dois centavos) aumento de 4,44%;
sendo aumento global do contrato de R$ 7.352,64 (hum mil duzentos e vinte e cinco reais e quarenta
e quatro centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE APAE SANTA HELENA
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:778.201.810-00127
SANDRO BARTH
PREFEITO MUNICIPAL RG:3.671.149-3
CPF:645.357.709-72
DIAMANTE DO OESTE 31 de março de 2026.

Representante Legal
AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:48B6B38D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 22

EXTRATO CONTRATUAL DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado à empresa abaixo qualificada; PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº 48/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO SOB Nº 22/2026. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada e autorizada pelo fabricante Marcopolo Volare para fornecimento de peças e prestação de serviços de natureza continuada para manutenção preventiva, corretiva e preditiva, incluindo reposição de peças e/ou acessórios quando necessário no veículo VOLARE V8L EXECUTIVO placa BAE4758, o referido veículo compõe a frota do Município, atendendo a Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO SOB Nº 99/2026, datado de 31-03-2026, com Vigência de 06 (seis) meses, ou seja, até 30 de Setembro de 2026.

EMPRESA CONTRATADA	Valor Global R$
"RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA", CNPJ/MF. Sob nº 20.290.311/0001-40;	R$ 3.865,69

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:17F3CECD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
RETIFICAÇÃO PR 01/2026

R E T I F I C A Ç Ã O
No Edital e Anexos; PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº 10/2026; PREGÃO ELETRÔNICO SOB Nº 01/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no TRIBUNA, no dia 16-02-2026.
RETIRAR: A exigência de primeiro emplacamento em nome do município de Diamante d' Oeste/PR.
Poderão participar do certame, todas as atuantes na comercialização de veículos automotores, desde que, atendidas as demais exigências do Edital.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:0A23166E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
AVISO DE LICITAÇÃO PE 12/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o **Processo Licitatório sob nº 47/2026**, na modalidade Pregão na forma Eletrônica por **Registro de Preço sob nº 12/2026**, do tipo menor preço por item unitário, para **contratação de empresa especializada para eventual e fracionada aquisição de pneus novos e câmaras de ar, para atender as necessidades da frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Diamante D´Oeste/PR., através da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Rodoviário,** devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **15-04-2026 às 9h (nove horas).** Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.
Diamante D' Oeste, 31 de Março de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:70D11A64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
1 ADITIVO REEQUILIBRIO CONRATO 152/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2025 CELEBRADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA PANDA AUTO POSTO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getúlio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000 e a empresa **PANDA AUTO POSTO LTDA,** com sede na Rodovia BR 277, s/n KM 506, Município de Diamante do Sul-Pr, CEP nº 85408-000 Inscrita no CNPJ sob. n.º 03.222.765/0008-30, neste ato representada por seu Sócio Administrador o Sr. João Pedro Gervinski, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Francisco Beltrão-Pr, portador do RG nº 13.343.473-9 SSP-PR e inscrito no CPF sob n.º 012.011.539-56, que também subscreve, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Conforme Contrato nº 152/2025, Inexigibilidade nº 07/2025, firmado entre as partes para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS (S-10) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL**, conforme pedido da empresa e Parecer Jurídico, resolvem fazer o **REEQUILÍBRIO FINANCEIRO,** sendo:
- Lote 01 - Item 01: Diesel S-10
- Valor do litro que era de **R$ 6,22 (seis reais vírgula vinte e dois centavos).**
- Ficando reajustado para **R$ 7,56 (sete reais vírgula cinquenta e seis centavos).**
TOTAL DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO: R$ 135.239,37 (cento e trinta e cinco mil duzentos e trina e nove reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Conforme previsto na Cláusula Quinta, item 5.3 estipulado no contrato original e nos moldes do **Art. 124, II, 'd'** da lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O Valor acrescido ao contrato correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
00 EXECUTIVO MUNICIPAL

001 GABINETE DO PREFEITO
04.122.401.2.2 MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
1000 Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
001 GABINETE SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
20.606.2001.2.10 GAB SEC DE AGRICULTURA MEIO AMB E TURISMO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
1000 Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2.11 PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO- FEP
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrim. Previdenciárias
20.606.2001.2.12 MANUNTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
1000 – Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
001 GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.20 MANUTENÇÃO TRANSP. ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
12.361.1201.2.21 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 25%
104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
12.361.1201.2.22 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 5%
103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
12.361.1201.2.25 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
1000 Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.18 MANUTENÇÃO QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
107 Salário Educação

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.35 INCENTIVO FINANCEIRO DA APS- ATENÇÃO A SÁUDE BUCAL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
494 Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públicos de Saúde
10.301.1001.2.36 PROGRAMA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE – APS
495 Atenção Básica
10.301.1001.2.44 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
1000 Recursos Ordinários (Livres)
10.301.1001.2.45 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2.47 MANUTENÇÃO GAB SEC OBRAS E URBANISMO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
1000 Recursos Ordinários (Livres)
15.451.1501.2.50 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO OBRAS E URBANISMO
1000 Recursos Ordinários (Livres)

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
003 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.2601.2.51 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
1000 Recursos Ordinários (Livres)
26.782.2601.2.52 RECUPERAÇÃO E REVISTIMENTO DE ESTRADAS
1000 Recursos Ordinários (Livres)
26.782.2601.2.53 MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
512 – CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas. E por assim estarem ajustados., firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

As partes firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, elegendo para Foro da Comarca de Guaraniaçu, Estado do Paraná.
Diamante do Sul, 31 de março de 2026.

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL
Contratante

PANDA AUTO POSTO LTDA
Contratado

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:6870F77F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/2026

CONTRATANTE
Município de Diamante do Sul/PR, inscrito no CNPJ sob nº **95.595.120/0001-95**.

CONTRATADA
FUNDAÇÃO DE SAÚDE SANTO ANTÔNIO DE GUARANIAÇU, inscrita no CNPJ sob nº **03.434.647/0001-10**.

OBJETO
Contratação da Fundação de Saúde Santo Antônio de Guaraniaçu para prestação de **serviços médico-hospitalares em unidade hospitalar com funcionamento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas**, compreendendo atendimento ambulatorial, urgência, emergência, pronto socorro, observação clínica e internamento clínico, destinados aos pacientes do Município de Diamante do Sul/PR.

FUNDAMENTO LEGAL
Art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021.

VALOR
Valor global estimado de **R$ 514.560,00 (quinhentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta reais)**.

VIGÊNCIA
O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas correrão por conta de dotações próprias da **Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde**, consignadas no orçamento vigente, elemento de despesa:
148 – 0.7001.10.301.1001.2.33.0.319011
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade: 7001 – Gabinete do Secretário de Saúde
166 – 0.7002.10.301.1001.2.40.0.319011
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade: 7002 – Fundo Municipal de Saúde
179 – 0.7002.10.301.1001.2.44.0.319011

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade: 7002 – Fundo Municipal de Saúde
186 – 0.7002.10.301.1001.2.45.0.319011
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Diamante do Sul
Unidade: 7002 – Fundo Municipal de Saúde
Diamante do Sul/PR, 31 de março de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:6B4003A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

O Prefeito do Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando os elementos constantes no Processo Licitatório nº 208/2026, referente à **Inexigibilidade de Licitação nº 04/2026**, que tem por objeto a **contratação da Fundação de Saúde Santo Antônio de Guaraniaçu para prestação de serviços médico-hospitalares em unidade hospitalar com funcionamento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas**, destinados ao atendimento dos pacientes do Município de Diamante do Sul/PR, com fundamento no **art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021**, em razão da inviabilidade de competição, **HOMOLOGA o presente procedimento**.
Fica homologada a contratação da entidade:
FUNDAÇÃO DE SAÚDE SANTO ANTÔNIO DE GUARANIAÇU
CNPJ: 03.434.647/0001-10
CNES: 2572443
pelo valor global estimado de **R$ 514.560,00 (quinhentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta reais)**, para vigência de **12 (doze) meses**, conforme condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e minuta contratual.

Publique-se.
Cumpra-se.

Diamante do Sul/PR, 31 de março de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:905B00DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
RESOLUÇÃO Nº 001/2026

Institui o Sistema de Fiscalização Parlamentar e o Plano Anual de Fiscalização da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Vereadores de Dois Vizinhos,** aprovou**,** e eu **Juarez Alberton**, Presidente do Poder Legislativo Municipal, promulgo a seguinte,

Resolução:

CAPÍTULO I
DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Fiscalização Parlamentar da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, com a finalidade de organizar, padronizar e dar efetividade às ações de controle externo exercidas pelo Poder Legislativo.

Art. 2º A fiscalização compreenderá ações planejadas, sistemáticas e documentadas, destinadas a verificar:

I – legalidade;
II – legitimidade;
III – economicidade;
IV – eficiência;
V – cumprimento de metas e políticas públicas.

CAPÍTULO II
DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO – PAF

Art. 3º A Câmara elaborará, anualmente, o Plano Anual de Fiscalização – PAF.
§1º O Plano deverá ser aprovado em Sessão Plenária.
§2º O Plano será publicado no site oficial da Câmara Municipal.

Art. 4º O PAF conterá obrigatoriamente:

I – áreas temáticas a serem fiscalizadas;
II – justificativa técnica;
III – cronograma com prazos definidos;
IV – os responsáveis pela execução;
V – a metodologia de trabalho;
VI – a previsão de relatórios parciais e finais.

CAPÍTULO III
DA CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES

Art. 5º As fiscalizações poderão ser executadas por:

I – Comissões Permanentes;
II – Comissões Temporárias constituídas para finalidade específica;

CAPÍTULO IV
DOS REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

Art. 6º Os requerimentos de informação dirigidos ao Prefeito ou aos Secretários Municipais:

I – serão formalizados por escrito;
II – terão prazo de até 30 (trinta) dias para resposta, admitida prorrogação mediante justificativa;
III – especificarão de forma clara os documentos e dados solicitados.
IV – os requerimentos de informação deverão ser protocolados, incluídos no Expediente da Sessão Ordinária e, posteriormente, na Ordem do Dia para votação.

CAPÍTULO V
DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 7º Ao término dos trabalhos será elaborado Relatório de Fiscalização contendo:
I – a identificação do objeto fiscalizado;
II – a metodologia adotada;
III – as ocorrências identificadas;
IV – a fundamentação legal;
V – as recomendações formuladas;
VI – o prazo sugerido para adoção de providências.

CAPÍTULO VI
DA DISCUSSÃO PRÉVIA DAS OCORRÊNCIAS

Art. 8º Antes da publicação do Relatório Final, as ocorrências identificadas serão formalmente comunicadas aos gestores responsáveis, assegurando-se o direito à manifestação.

§1º A comunicação será realizada por meio de ofício, encaminhando-se a versão preliminar do relatório.

§2º O gestor terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para apresentar esclarecimentos, justificativas ou documentação complementar.
§3º As manifestações apresentadas serão analisadas e poderão integrar o Relatório Final.
§4º O Relatório Final consignará, de forma expressa, as ocorrências mantidas, as sanadas e as justificadas.
§5º Diante das ocorrências constatadas, as recomendações constantes do Relatório de Fiscalização serão encaminhadas ao Poder Executivo, para que avalie a adoção de Plano de Ação destinado ao seu atendimento, contendo as ações necessárias, os prazos e os responsáveis pela implementação, em observância às diretrizes do Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (PROGOV).

CAPÍTULO VII
DOS ENCAMINHAMENTOS

Art. 9º Constatadas irregularidades graves ou indícios de ilegalidade, o Relatório poderá ser encaminhado ao:

I – Ministério Público do Estado do Paraná;
II – Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
III – outros órgãos competentes.

CAPÍTULO VIII
DA PUBLICIDADE

Art. 10. Serão publicados no site oficial da Câmara Municipal:

I – o Plano Anual de Fiscalização;
II – os Relatórios Finais;
III – o Relatório Anual Consolidado das fiscalizações realizadas.

CAPÍTULO IX
DO RELATÓRIO ANUAL

Art. 11. Ao final de cada exercício será elaborado Relatório Anual contendo:

I – as fiscalizações previstas;
II – as fiscalizações executadas;
III – os resultados alcançados;
IV – o acompanhamento das recomendações expedidas.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, em 31 de março de 2026.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Publicado por:
Fabiana Luisa Krudycz
Código Identificador:5E81D530

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

Aprova o Plano Anual de Fiscalização do exercício de 2026 da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Vereadores de Dois Vizinhos,** aprovou**,** e eu **Juarez Alberton**, Presidente do Poder Legislativo Municipal, promulgo a seguinte,

Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2026 da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, na forma do Anexo I desta Resolução.
Art. 2º O Plano estabelece as áreas prioritárias, o cronograma, os responsáveis, a metodologia e as metas das ações fiscalizatórias a serem executadas no exercício de 2026.
Art. 3º As fiscalizações previstas neste Plano poderão ser ajustadas mediante deliberação do Plenário, em razão de fatos supervenientes ou de relevante interesse público.
Art. 4º O Plano Anual de Fiscalização será publicado no site oficial da Câmara Municipal.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, em 31 de março de 2026.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

ANEXO I
PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO – 2026

1. OBJETIVO GERAL

Planejar e executar ações de fiscalização parlamentar nas principais áreas da Administração Municipal, assegurando controle externo efetivo, transparência e aprimoramento das políticas públicas.

2. CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DAS ÁREAS

Foram considerados:
- Relevância orçamentária;
- Impacto social;
- Demandas apresentadas por vereadores;
- Indicações legislativas;
- Demandas da Ouvidoria;
- Áreas essenciais de prestação de serviços;
- Áreas e setores que não foram atendidas ou que foram consideradas deficitárias no Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (PROGOV).

3. PROGRAMAS DAS AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO 2026

3.1 EDUCAÇÃO

Período: Maio e junho de 2026.
Responsável: Comissão Permanente de Direitos Humanos.

Objeto:
- Lista de espera por vagas na Educação Infantil;
- Plano de ação para ampliação de oferta de vagas;
- Manutenção da infraestrutura das escolas;
- Formação para professores em período integral;

Metodologia:
- Requerimento formal de informações;
- Análise documental;
- Visitas técnicas às unidades escolares;
- Relatório preliminar;
- Discussão com gestores;
- Relatório Final;
- Encaminhamento do Relatório Final ao Poder Executivo, para que avalie a adoção de Plano de Ação.

3.2 SAÚDE
Período: Junho e julho de 2026.
Responsável: Comissão Permanente de Direitos Humanos.

Objeto:
- Fila de exames e consultas especializadas;
- Controle de medicamentos;
- Estrutura física das Unidades Básicas de Saúde;

Metodologia:
- Requerimento formal de informações;
- Análise documental;
- Visitas técnicas às unidades básicas de saúde;
- Relatório preliminar;
- Discussão com gestores;

- Relatório Final;
- Encaminhamento do Relatório Final ao Poder Executivo, para que avalie a adoção de Plano de Ação.

3.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Período: De maio a julho de 2026.
Responsável: Comissão Permanente de Direitos Humanos.

Objeto:
- Plano Municipal de Assistência Social;
- Programas sociais;
- Critérios de concessão de benefícios;
- Regularidade cadastral;

Metodologia:
- Requerimento formal de informações;
- Análise documental;
- Visitas técnicas ao CRAS e ao CREAS;
- Relatório preliminar;
- Discussão com gestores;
- Relatório Final;
- Encaminhamento do Relatório Final ao Poder Executivo, para que avalie a adoção de Plano de Ação.

3.4 AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Período: De abril a outubro de 2026.
Responsável: Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.

Objeto:
- Licitações, dispensas e inexigibilidades;
- Publicidade dos contratos;
- Execução e fiscalização dos contratos.

Metodologia:
- Requerimento formal de informações;
- Análise documental;
- Relatório preliminar;
- Discussão com gestores;
- Relatório Final;
- Encaminhamento do Relatório Final ao Poder Executivo, para que avalie a adoção de Plano de Ação.

3.5 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Período: De abril a outubro de 2026.
Responsável: Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.

Objeto:
- Execução orçamentária;
- Cumprimento de metas fiscais;
- Evolução da despesa pública;

Metodologia:
- Requerimento formal de informações;
- Análise documental;
- Relatório preliminar;
- Discussão com gestores;
- Relatório Final;
- Encaminhamento do Relatório Final ao Poder Executivo, para que avalie a adoção de Plano de Ação.

3.6 TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Período: De abril a outubro de 2026.
Responsável: Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.

Objeto:
- Portal da transparência;
- Respostas à Ouvidoria;
- Publicidade de atos administrativos;

Metodologia:
- Requerimento formal de informações;
- Análise documental;
- Relatório preliminar;
- Discussão com gestores;
- Relatório Final;
- Encaminhamento do Relatório Final ao Poder Executivo, para que avalie a adoção de Plano de Ação.

3.7 MEIO AMBIENTE

Período: De abril a outubro de 2026.
Responsável: Comissão Permanente de Desenvolvimento Sustentável.

Objeto:
- Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Drenagem e manejo de águas pluviais;
- Ações de proteção às nascentes;

Metodologia:
- Requerimento formal de informações;
- Análise documental;
- Relatório preliminar;
- Discussão com gestores;
- Relatório Final;
- Encaminhamento do Relatório Final ao Poder Executivo, para que avalie a adoção de Plano de Ação.

4. PROCEDIMENTO PADRÃO DAS FISCALIZAÇÕES

- Designação formal da Comissão Temporária ou Permanente;
- Expedição de requerimento de informações;
- Análise técnica e documental;
- Elaboração de Relatório Preliminar;
- Encaminhamento aos gestores para manifestação;
- Análise das justificativas;
- Emissão de Relatório Final;
- Publicação do relatório final no Portal da Transparência da Câmara de Vereadores;
- Acompanhamento das recomendações pelas Comissões responsáveis, com o objetivo de verificar a eventual adoção de providências pelos órgãos da Administração Municipal.

5. RESULTADOS ESPERADOS

- Aprimoramento da gestão pública;
- Correção de falhas administrativas;
- Fortalecimento da transparência;
- Consolidação do papel fiscalizador do Legislativo.

Publicado por:
Fabiana Luisa Krudycz
Código Identificador:7C6E8881

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23366/2026

DECRETO Nº 23366/2026

Contrata a Senhora Diuly Alves da Silva para o cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena (Vespertino).

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata a Senhora **DIULY ALVES DA SILVA,** matrícula funcional 20796-1, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 12/2025, para o cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena (Vespertino), para desempenhar

suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Jardim da Colina, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, no período de 11 de março de 2026 a 17 de dezembro de 2027, com base na Lei nº 2917/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F15681F6

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23367/2026

DECRETO Nº 23367/2026

Concede Licença para Casamento à servidora Melissa de Souza Lima Marques.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1° CONCEDE Licença para Casamento à servidora **MELISSA DE SOUZA LIMA MARQUES**, matrícula funcional 20233-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médica Generalista, lotada junto a Secretaria de Saúde/PSF Norte, no período de 14 a 21 de março de 2026, com base no artigo 152, Inciso I, da Lei 577/93 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FFDA58AA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23368/2026

DECRETO Nº 23368/2026

Concede Licença para Casamento ao servidor Jonas Diego Lima.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1° CONCEDE Licença para Casamento ao servidor **JONAS DIEGO LIMA**, matrícula funcional 19843-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Generalista, lotada junto a Secretaria de Saúde/PSF Colina, no período de 14 a 21 de março de 2026, com base no artigo 152, Inciso I, da Lei 577/93 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:400E88E9

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23369/2026

DECRETO Nº 23369/2026

Nomeia o Senhor Daniel Silveira Pereira para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível – 14.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **DANIEL SILVEIRA PEREIRA**, matrícula funcional 20801-1, regularmente aprovado em Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível – 14, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17 de março de 2026, com base na Lei 577/1993, Lei 1666/2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F0A7C559

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23370/2026

DECRETO Nº 23370/2026

Contrata a Senhora Ironi Angelica Carli para o cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena (Vespertino).

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata a Senhora **IRONI ANGELICA CARLI,** matrícula funcional 20794-1, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 12/2025, para o cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena (Vespertino), para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Santa Luzia, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, no período de 16 de março de 2026 a 17 de dezembro de 2027, com base na Lei nº 2917/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:69175214

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23371/2026

DECRETO Nº 23371/2026

Concede Licença para tratar de doença em pessoa da família à servidora Salete Rex**.**

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Licença para tratar de doença em pessoa da família (cônjuge) à servidora **SALETE REX**, matrículas funcionais 4715-1(1º padrão) 4715-2 (2º padrão), ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental (anos iniciais) Licenciatura Plena + Pós, lotada junto à Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Santa Luzia, no período de 01 de fevereiro a 01 de maio de abril de 2026, com redução para 70% (setenta por cento) de seus vencimentos, com base no artigo 94, inciso II e artigo 110 § 2º da Lei 577/1993, conforme requerimento protocolizado nº 450/2026- 1Doc.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5600BEAD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23372/2026

DECRETO Nº 23372/2026

Concede Licença para tratar de doença em pessoa da família à servidora Elisangela Negri Zenci**.**

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Licença para tratar de doença em pessoa da família (filho) à servidora **ELISANGELA NEGRI ZENCI**, matrículas funcionais 9730-1(1º padrão) 9730-2 (2º padrão), ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental (anos iniciais) com Habilitação em Magistério, lotada junto à Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Carrossel, no período de 23 de fevereiro a 08 de abril de 2026, com redução para 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos, com base no artigo 94, inciso II e artigo 110, § 2º da Lei 577/1993, conforme requerimento protocolizado nº 945/2026 – 1Doc.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8701FE02

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23377/2026

DECRETO Nº 23377/2026

Concede Licença por morte em pessoa da família à servidora Eudes Aparecida dos Santos.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença por Morte em Pessoa da Família (irmão) à servidora **EUDES APARECIDA DOS SANTOS**, matrícula funcional 20757-1, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós (Turno Matutino), lotada junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Tia Anastácia, no período de 16 a 20 de março de 2026, com base no artigo 10, Inciso VII, alínea "b", da Lei 1875/2014 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A61D8CD8

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23378/2026

DECRETO Nº 23378/2026

Concede Licença Paternidade ao servidor Euzebio Jose Cagnini.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1° CONCEDE Licença Paternidade ao servidor **EUZEBIO JOSE CAGNINI**, matrícula funcional 18064-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado junto a Secretaria de Educação e Cultura, no período de 14 a 18 de março de 2026, com base no artigo 112 da Lei 577/1993.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FF51767F

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23379/2026

DECRETO Nº 23379/2026

Contrata a Senhora Rosangela de Oliveira Grandi para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata a Senhora **ROSANGELA DE OLIVEIRA GRANDI,** matrícula funcional 20790-1, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 12/2025, para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/ CMEI Mãe Maria, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 de março de 2026 a 17 de dezembro de 2027, com base na Lei nº 2917/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:58EAF523

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23380/2026

DECRETO Nº 23380/2026

Contrata a Senhora Nathiele Gossi para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata a Senhora **NATHIELE GOSSI,** matrícula funcional 20804-1, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 12/2025, para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/CMEI Professora Nadir Ramuski, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 18 de março de 2026 a 17 de dezembro de 2027, com base na Lei nº 2917/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:6E299DB1

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23381/2026

DECRETO Nº 23381/2026

Contrata a Senhora Marcia Regina Ferreira Péres para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata a Senhora **MARCIA REGINA FERREIRA PÉRES,** matrícula funcional 20802-1, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 12/2025, para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/CMEI Professora Nadir Ramuski, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 17 de março de 2026 a 17 de dezembro de 2027, com base na Lei nº 2917/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3DDEDEAB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23382/2026

DECRETO Nº 23382/2026

Concede Avanço Horizontal por motivo de conclusão do Estágio Probatório às servidoras.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Avanço Horizontal da Classe I para – Classe 2, por motivo de conclusão do Estágio Probatório, das professoras abaixo relacionadas, a partir de 01 de março de 2026, com base na Lei 2902/2025, artigo 59, parágrafo 2°:

Matrícula	Nome	Cargo
19662-1	Adriana Teles da Fonseca	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós
19709-1	Ana Paula Somariva Recco	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós
19711-1	Any Carolyne Caetano Ferreira	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena
19669-1	Celene Aparecida Balena	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós
19684-1	Daiane Pereira Picetti	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós
19731-1	Elaine Suely Sobiray	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós
19614-1	Eliane Pallas	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós
19695-1	Juliana Leria	Prof. Educ. Inf. Lic. Magistério
19581-1	Marinalva Vieira Schmitz	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós
19673-1	Maristela Priotto de Oliveira	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós
19676-1	Rosicleia de Mello Pimentel	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós
19679-1	Simoni Aparecida Mistura	Prof. Educ. Inf. Lic. Plena+Pós

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D21F433B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23383/2026

DECRETO Nº 23383/2026

Concede Licença Maternidade à servidora Andrea Regina Pellin Cagnini.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença Maternidade à servidora **ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI**, matrícula funcional 19203-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada junto à Secretaria de Saúde, no período de 14 de março a 09 de setembro de 2026, com base na Lei n° 1.551/2010.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:340D508B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23384/2026

DECRETO Nº 23384/2026

Concede Licença Maternidade à servidora Emily Angela Manica.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença Maternidade à servidora **EMILY ANGELA MANICA**, matrícula funcional 19585-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta - 20 Horas, lotada junto à Secretaria de Saúde, no período de 17 de março a 12 de setembro de 2026, com base na Lei n° 1.551/2010.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:619C383E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23385/2026

DECRETO Nº 23385/2026

Revoga o dispositivo do Decreto nº 23314/2026 que concedeu férias ao servidor Rafael Krupinski.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga o dispositivo do Decreto n° 23314/2026, que concedeu férias ao servidor **RAFAEL KRUPINSKI**, matrícula 18268-1, lotado junto a Secretaria Saúde, a partir de 02 de março de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8CCB0D60

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23386/2026

DECRETO Nº 23386/2026

Nomeia a Senhora Anabele Pires Santos para o cargo de provimento efetivo de Médica Veterinária, Nível – 36.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **ANABELE PIRES SANTOS,** matrícula funcional 20799-1, regularmente aprovada em Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Médica Veterinária, Nível – 36, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 19 de março de 2026, com base na Lei 577/1993, Lei 1666/2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9A2556ED

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23387/2026

DECRETO Nº 23387/2026

Nomeia o Senhor Luciano Ferreira Gonçalves para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível – 14.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **LUCIANO FERREIRA GONÇALVES,** matrícula funcional 20803-1, regularmente aprovado em Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível – 14, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Tia Anastácia, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17 de março de 2026, com base na Lei 577/1993, Lei 1666/2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F0950128

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23388/2026

DECRETO Nº 23388/2026

Nomeia a Senhora Graciéli Negri para o cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **GRACIÉLI NEGRI,** matrícula funcional n° 20798-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/CMEI Sagrada Família, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 25 de março de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:17DAC451

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23389/2026

DECRETO Nº 23389/2026

Concede férias à servidora Fernanda Hubner de Lima.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE férias a servidora abaixo mencionada, com base no Artigo 95 da Lei 2902/2025 e suas alterações:

Matricula Funcional	Nome	Período aquisitivo	Período de gozo
18859-1	Fernanda Hubner de Lima	2024/2025	30/03/2026 a 28/04/2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7F7A8C51

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23390/2026

DECRETO Nº 23390/2026

Concede Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento – Graduação do servidor Alcinei Tadiotto.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Gratificação de Progressão de Carreira Por Aperfeiçoamento – Graduação, por motivo de de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, junto ao Centro Universitário Internacional - UNINTER, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o seu vencimento básico do servidor **ALCINEI TADIOTTO,** matrícula funcional 19549-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado junto a Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Ensino, a partir de 01 de março de 2026, com base no Artigo 95 - inciso V da Lei 1666/2011.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário De Administração E Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9992EC31

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23391/2026

DECRETO Nº 23391/2026

Concede Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento – Graduação da servidora Kellyane Terezinha Dembinski.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Gratificação de Progressão de Carreira Por Aperfeiçoamento – Graduação, por motivo de de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, junto ao Centro Universitário Fael - UNIFAEL, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o seu vencimento básico da servidora **KELLYANE TEREZINHA DEMBINSKI**, matrícula funcional 19572-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado junto a Secretaria de Saúde/PSF Nossa Senhora de Lourdes, a partir de 01 de março de 2026, com base no Artigo 95 - inciso V da Lei 1666/2011.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:C3586B56

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23392/2026

DECRETO Nº 23392/2026

Concede Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento – Pós-Graduação à servidora Janaina Helena Matievicz.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento – Pós-Graduação "*Lato Sensu*" em Educação Física com Ênfase em Fisiologia do Exercício e Avaliação Nutricional Desportiva, junto a Faculdade São Fidélis - FSF, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico da servidora **JANAINA HELENA MATIEVICZ,** matrícula funcional 19579-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Orientador Desportivo I, lotada junto à Secretaria de Esportes e Lazer/Departamento de Esportes, a partir de 01 de março de 2026, com base no Artigo 95 – inciso VI, da Lei 1666/2011.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:98923877

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23393/2026

DECRETO Nº 23393/2026

Concede Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento – Pós-Graduação à servidora Dirlei Luci Lermen Obergen.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento – Pós-Graduação "*Lato Sensu*" em Contabilidade Pública – área de conhecimento: Negócios, administração e direito, junto a Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico da servidora **DIRLEI LUCI LERMEN OBERGEN**, matrícula funcional 19578-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada junto à Secretaria de Administração e Finanças/Departamento de Contabilidade, a partir de 01 de março de 2026, com base no Artigo 95 – inciso VI, da Lei 1666/2011.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário De Administração E Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B5114E08

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23394/2026

DECRETO Nº 23394/2026

Concede Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento – Pós-Graduação à servidora Emily Angela Manica.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento – Pós-Graduação "*Lato Sensu*" em Terapia Manual e Postural Aplicado a Ortopedia e Traumatologia, junto a Faculdade de Tecnologia IBRATE, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico da servidora **EMILY ANGELA MANICA**, matrícula funcional 19585-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, lotada junto à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de março de 2026, com base no Artigo 95 – inciso VI, da Lei 1666/2011.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:AF8528CB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23395/2026

DECRETO Nº 23395/2026

Designa o servidor Carlos Eduardo Mangini Silva para responder pela Secretaria de Comunicação Social e Marketing.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º DESIGNA servidor **CARLOS EDUARDO MANGINI SILVA**, matrícula funcional nº 20392-1, ocupante do cargo de provimento em comissão de Agente Político – Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas, lotado junto à Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas, para responder pela Secretaria de Comunicação Social e Marketing, a partir de 18 de março de 2026, como prevê o memorando 2.436/2026 (1Doc).

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:61E59971

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23396/2026

DECRETO Nº 23396/2026

Designa Professor para Jornada Suplementar.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Designa o Professor abaixo relacionado, para Jornada Suplementar com 20 (vinte) horas semanais, com base na Lei 2902/2025, no período de 01 de abril a 18 de dezembro de 2026.

Matrícula Funcional	Nome do (a) Servidor (a)	Cargo	Local
20539-1	Giovani Kubiak	Professor Lic. Plena + Pós	SEMED

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0BD4D86F

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23400/2026

DECRETO Nº 23400/2026

Nomeia a Senhora Cassia Halas da Luz para o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, Nível-20.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **CASSIA HALAS DA LUZ**, matrícula funcional n° 20805-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, Nível-20, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Saúde/Centro Integrado de Especialidades Médicas - CIEM, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 18 de março de 2026, com base na Lei 577/1993, Lei 1666/2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:85043D65

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23401/2026

DECRETO Nº 23401/2026

Concede ajuda de custo a professora.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede ajuda de custo (difícil acesso) no percentual de 15% (quinze por cento) da classe em que se encontra, para auxiliar nas despesas de deslocamento, com base no art. 77º, §1º da Lei 2902/2025, a professora abaixo relacionada:

Matrícula Funcional	Nome do (a) Servidor (a)	Deslocamento Origem/Destino	Período
20776-1	Rafaela Lais Bissotto	Linha Tartari/CMEI Ciranda do Saber	02.03.2026 a 18.12.2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:C8BBFFDA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23402/2026

DECRETO Nº 23402/2026

Concede ajuda de custo a professora.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede ajuda de custo (difícil acesso) no percentual de 20% (vinte por cento) da classe em que se encontra, para auxiliar nas despesas de deslocamento, com base no art. 77, §1º da Lei 2902/2025, aos professores abaixo relacionados:

Matrícula Funcional	Nome do (a) Servidor (a)	Deslocamento Origem/Destino	Período
17636-1	Digeani Macagnan	Linha Cordeiro/CMEI Mundo Feliz	01.03.2026 a 18.12.2026

Art. 2º Revoga-se o Dispositivo do Decreto 23262/2026 que concedeu ajuda de custo (difícil acesso) no percentual de 15% (vinte por cento) da classe em que se encontra a professora Digeani Macagnan.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3BE7939B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23405/2025

DECRETO Nº 23405/2025

Designa o servidor Clésio Fidêncio para desempenhar a função de Fiscal de Obras.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Designa o servidor **CLÉSIO FIDÊNCIO,** matrícula funcional nº 9620-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, lotado junto a Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas, para desempenhar a função de Fiscal de Obras**,** junto à Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas e conceder Gratificação de 10% (dez por cento) sobre seu vencimento, conforme prevê o art. 11 da Lei 1910/2014 e o memorando 1.820/2026 – 1Doc, a partir de 02 de março de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 20581/2024.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:25C9334B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23407/2026

DECRETO Nº 23407/2026

Concede Função Gratificada ao servidor Everton Carlos de Barros.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede ao servidor **EVERTON CARLOS DE BARROS**, matrícula funcional n.º 15318-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário, lotado junto à Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, Função Gratificada – G-1, de Assistente Administrativo, a partir de 02 de março de 2026, com base na Lei n.º 1666/2011 e suas posteriores alterações em atendimento ao Memorando/CI 1Doc nº 2418/2026.

Art. 2° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9B92FB9A

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23408/2026

DECRETO Nº 23408/2026

Revogar o Decreto n.º 23361/2026 que concedeu Função Gratificada (GD) de Coordenador Municipal de Frota ao servidor Cleverson Alessio da Silva.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga o Decreto n.º 23361/2026 que concedeu ao servidor **CLEVERSON ALESSIO DA SILVA**, matrícula funcional 8770-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Em Agropecuária, lotado junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Função Gratificada (GD) de Coordenador Municipal de Frota, a partir de 15 de março de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:DE5FAFAD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23409/2026

DECRETO Nº 23409/2026

Concede Função Gratificada ao servidor Isac Vitor Medeiros.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede ao servidor **ISAC VITOR MEDEIROS,** matrícula funcional n.º 19497-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado junto à Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, Função Gratificada (GD) de Coordenador Municipal de Frota, a partir de 16 de março de 2026, com base na Lei n.º 1666/2011 e suas posteriores alterações e Memorando/CI 1 Doc n° 2.317/2026.

Art. 2° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E7A13A34

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23410/2026

DECRETO Nº 23410/2026

Exonera o servidor Caetano Besson Fernandes do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Compras, Símbolo C-2.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado o servidor **CAETANO BESSON FERNANDES**, matrícula funcional 20286-1, do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Compras, Símbolo C-2, lotado junto à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 31 de março de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 21728/2025.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:653393A2

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23411/2026

DECRETO Nº 23411/2026

Contrata a Senhora Vanessa Constantino da Silva para o cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena (Turno Vespertino).

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata a Senhora **VANESSA CONSTANTINO DA SILVA,** matrícula funcional 20806-1, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 12/2025, para o cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena (Turno Vespertino), para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Santa Luzia, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, no período de 23 de março de 2026 a 17 de dezembro de 2027, com base na Lei nº 2917/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E3D16FE4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23412/2026

DECRETO Nº 23412/2026

Concede Promoção por Merecimento aos servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Promoção por Merecimento, com base na Lei 577/93 e suas alterações e no relatório emitido pela Portaria 054/2025, aos servidores municipais, no mês de março de 2026, conforme tabela abaixo:

MATRÍCULA	NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ADMISSÃO	NÍVEL ATUAL	NÍVEL PROMOÇÃO
18369-2	Ana Valeria Goncalves Pitz	09.03.2023	11	12
18996-1	Bruno Dambros	20.03.2020	18	19
3700-1	Claudete Maria Bachi de Col	17.03.1988	32	33
17949-1	Claudete Meurer	19.03.2014	45	46
17935-1	Cleusa de Fatima Santiago Kurkievicz	06.03.2014	20	21
17946-1	Dilema Kogikoski de Lima	18.03.2014	11	12
13535-1	Elenice Oliveira de Freitas	11.03.2005	18	19
13116-1	Everaldo Cordeiro	11.03.2002	20	21
17943-1	Fernanda Pauli	17.03.2014	20	21
13717-1	Giseli Baranoski Brasil Sabedot	07.03.2008	25	26
13718-1	Gizeli Juliana Cordazzo	07.03.2008	24	25
13110-1	Josmar Americo da Silva	01.03.2002	34	35
17939-1	Kelin Ghizzi	10.03.2014	45	46
17944-1	Loreni de Fatima Ferras Rossetti	17.03.2014	09	10
15971-1	Marcelo Borges Martins	03.03.2011	35	36
18474-1	Marcio Trentini	03.03.2017	52	53
13538-1	Neide Gonsalves Leite Pandolfi	01.03.2005	18	19
15589-1	Odinei Martini de Lima	03.03.2011	35	36
13714-1	Pamela Behling Rosalino	04.03.2008	28	29
2852-1	Romoaldo Nicolodi	01.03.1986	41	42
18990-1	Sayedne Katry Steinheuzer	20.03.2020	41	42
17945-1	Sidneia da Silva Rufatto	18.03.2014	29	30
17948-1	Sonia de Brito	20.03.2014	11	12
19753-1	Tatiane Bratti	01.03.2023	11	12

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:97373650

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23413/2026

DECRETO Nº 23413/2026

Concede Bolsa Auxílio à servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Bolsa Auxílio, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o nível 01 da tabela de vencimentos dos servidores efetivos do Município, no período de 01 de março a 31 de dezembro de 2026, com base no Art. 108 da Lei n° 1666/2011, Lei n° 2541/2021, Portaria 128/2025 e Artigo 47 da Lei 2902/2025.

MATRICULA	NOME	CARGO	CURSO	INSTITUIÇÃO
19906-1	Gustavo Lemos Nogueira Martins	Agente de Combate às Endemias	Pós-Graduação em Gestão Pública	Faculdade Iguaçu - FI
20622-1	Joberson Antonio Roveda Galvan	Operador de Máquina Rodoviária	Graduação em Gestão Pública	Centro Universitário UniFECAF
17027-1	Leticia Maiara Ribeiro da Silva	Agente Comunitária de Saúde	Pós-Graduação em Gestão Pública	FACUMINAS

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7F1D8496

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23415/2026

DECRETO Nº 23415/2026

Concede Função Gratificada ao servidor Victor Carlos Prado.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede ao servidor **VICTOR CARLOS PRADO,** matrícula funcional n.º 18995-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado junto à Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, Função Gratificada – G-1 de Assistente Administrativo, a partir de 02 de março de 2026, com base na Lei n.º 1666/2011 e suas posteriores alterações, em atendimento ao Memorando/CI 1Doc nº 1542/2026.

Art. 2° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:CCF700D4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23416/2026

DECRETO Nº 23416/2026

Exonera, a pedido, a servidora Dieihse Sara Neuhaus Gebauer Monteiro do cargo de provimento efetivo de Enfermeira.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **DIEIHSE SARA NEUHAUS GEBAUER MONTEIRO**, matrícula 19469-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada junto à Secretaria de Saúde/PSF Luz, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 18587/2022.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FD4C95E3

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23417/2026

DECRETO Nº 23417/2026

Exonera, a pedido, a servidora Valeria Macagnan Schwingel do cargo de provimento efetivo de Assistente Social.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **VALERIA MACAGNAN SCHWINGEL**, matrícula 20081-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada junto à Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 26 de março de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 20663/2024.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D5ECFC97

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23419/2026

DECRETO Nº 23419/2026

Nomeia a Comissão Municipal de Controle de Infecção em Serviços de Saúde – CMCISS.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Municipal de Controle de Infecção em Serviços de Saúde – CMCISS, composta pelos membros abaixo:

Unidade de Pronto Atendimento - UPA	
Nome	**Função**
Guilherme de Carvalho Horsh	Médico Responsável Técnico
Amanda Cristina de Assis Rosa	Coordenação de Enfermagem
Marli Rochemback	Controle de Infecção

Atenção Primária à Saúde	
Nome	**Função**
Mauricio Lucas Honetta Anziliero	Médico da APS
Jaqueline Cordeiro dos Santos de Almeida	Coordenação Geral
Adriana Staziaki Kovaleski	Centro de Especialidades
Hospital Pró-Vida	
Suzane Marafon	Infectologia
Priscila Antunes Vieira	CCIH
Demais Representantes	
Grasieli Richetti da Silva Pedrussi	Coordenadora da Epidemiologia
Iara Anay Charlene Piana Massignan	Vigilância Sanitária
Karen Cardoso Ubiali	Farmácia
Raquel Cristina Pacci de Lima	Odontologia
Louize Cristine Rossi	Núcleo de Segurança do Paciente
Ana Paula da Veiga Godoy	Serviço de Apoio
Franciele Tessaro	Saúde Mental

Art. 2º Comissão Municipal de Controle de Infecção em Serviços de Saúde – CMCISStem como objetivo principal a formulação, implementação e monitoramento de estratégias voltadas à prevenção e controle de infecções nos serviços de saúde do município, buscando assegurar a segurança de pacientes e profissionais, promovendo a qualidade e a eficiência no atendimento.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 21879/2025.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65 º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D35735DB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23420/2026

DECRETO Nº 23420/2026

Concede Gratificação de Assiduidade.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:
Art. 1º CONCEDE Gratificação de Assiduidade com base no Artigo 150, parágrafo único da Lei 577/93 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e suas alterações, aos servidores abaixo relacionados:

MÊS DE PAGAMENTO MARÇO/2026

Matrícula Funcional	Nome do (a) Servidor (a)
17949-1	Claudete Meurer
18845-1	Iris Cristina Bertolini
18853-1	Marcelo Stein
10630-2	Nelci Block
18268-1	Rafael Krupinski
18017-1	Rosemara Nepomuceno
13292-1	Solange Macieski Vigarani
18016-1	Terezinha Pires Leandro

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A57AB8DD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23423/2026

DECRETO Nº 23423/2026

Declara a vacância do cargo público do servidor João Alves de Morais, em razão da concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Declara a vacância, nos termos do Artigo 79 – inciso V da Lei 577/93 e suas alterações, do cargo de provimento efetivo de Servente, lotado junto à Secretaria de Esporte e Lazer, em razão da concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ao servidor **JOÃO ALVES DE MORAIS**, matrícula funcional 12713-1, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 2º Conceder prêmio por motivo de aposentadoria, no valor correspondente ao vencimento básico do nível em que se encontra, conforme prevê o art.109 da Lei 1666/2011.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2C7A2645

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23424/2026

DECRETO Nº 23424/2026

Concede Licença Maternidade à servidora Ana Paula Somariva Recco.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença Maternidade à servidora **ANA PAULA SOMARIVA RECCO**, matrícula funcional 19709-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, lotada junto à Secretaria de Educação e Cultura/CMEI Ciranda do Saber, no período de 23 de março a 18 de setembro de 2026, com base na Lei n° 1.551/2010.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2E947398

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23425/2026

DECRETO Nº 23425/2026

Concede Licença por morte em pessoa da família a servidora Vanessa Constantino.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença por Morte em Pessoa da Família (pai) a servidora **VANESSA CONSTANTINO**, matrículas funcionais 17799-1 e 17799-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Física com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, lotado junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Carrossel, no período de 23 a 30 de março de 2026, com base no artigo 10, Inciso VII, alínea “b”, da Lei 1875/2014 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:93B69B6C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23426/2026

DECRETO Nº 23426/2026

Declara a utilidade pública de obras e intervenções necessárias para a execução de Pavimentação Urbana - recapeamento asfáltico.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO, que nos termos do art. 3º, VIII, “b”, da Lei Federal 12.651/2012, consideram-se de utilidade pública as obras de infraestrutura destinadas à melhoria do sistema viário;

CONSIDERANDO que as intervenções previstas consistem em obras de manutenção, melhoria e requalificação da malha viária urbana já implantada;

CONSIDERANDO que tais obras serão executadas em vias públicas existentes, inseridas em área urbana consolidada, não implicando abertura de novos traçados ou supressão de vegetação nativa;

CONSIDERANDO a necessidade de obtenção de licenças ambientais para a realização dessas obras infraestruturais perante os órgãos competentes;

CONSIDERANDO, por fim, que as obras contribuirão para a melhoria da mobilidade urbana, segurança viária e qualidade de vida da população;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada, para os fins legais e administrativos, a utilidade pública das obras de Pavimentação Urbana - recapeamento asfáltico nas vias urbanas do Município de Dois Vizinhos, nos trechos descritos a seguir:
COORDENADAS GEOGRÁFICAS UTM (22J – SIRGAS 2000):
1. RUA PARANÁ: Trecho entre a Rua José do Patrocínio e Rua Aníbal Bonatto. Coordenadas do eixo do trecho:
P1: X=294.727,65 | Y=7.149.634,89
P2: X=294.440,97 | Y=7.149.572,91
P3: X=294.166,37 | Y=7.149.508,27

2. RUA JOÃO XXIII: Trecho entre a Avenida México e Rua Paraná.
P1: X=294.243,74 | Y=7.149.647,62
P2: X=294.271,18 | Y=7.149.536,57

3. RUA IRINEU GUSE E CLAUDINO: Trecho entre a Avenida México e Rua Paraná.
P1: X=294.351,97 | Y=7.149.673,29
P2: X=294.378,46 | Y=7.149.560,12

4. RUA TIRADENTES – TRECHO 01: Entre a Rua Niterói e Rua Goiás.
P1: X=293.441,36 | Y=7.149.211,39
P2: X=293.497,96 | Y=7.148.968,79

5. RUA TIRADENTES – TRECHO 02: Entre a Rua Firmo Hablich e João Alves Martins.
P1: X=293.538,60 | Y=7.148.796,74
P2: X=293.584,18 | Y=7.148.592,79

6. RUA MÁRIO DE BARROS: Trecho entre Firmo Hablich e Rua Amapá.
P1: X=293.466,60 | Y=7.148.666,46
P2: X=293.508,47 | Y=7.148.480,64

7. RUA SANTOS DUMONT: Trecho entre Avenida México e Rua Amazonas.
P1: X=292.812,76 | Y=7.149.338,70
P2: X=292.759,02 | Y=7.149.562,93
P3: X=292.698,06 | Y=7.149.834,73

8. RUA MARECHAL RONDON: Trecho entre Rua Rio Branco e Rua Santos Dumont.

P1: X=292.784,41 | Y=7.149.459,15
P2: X=292.873,85 | Y=7.149.477,87

9. RUA CAPANEMA: Trecho entre Rua Mato Grosso e Avenida México.
P1: X=293.097,64 | Y=7.149.403,92
P2: X=293.068,27 | Y=7.149.526,24
P3: X=293.045,45 | Y=7.149.628,10

10. RUA MATO GROSSO: Trecho entre Rua Santos Dumont e Rua Salgado Filho.
P1: X=292.760,99 | Y=7.149.563,13
P2: X=293.143,15 | Y=7.149.648,58
P3: X=293.645,95 | Y=7.149.763,78

11. RUA IGUAÇU: Trecho entre Rua Mato Grosso e Avenida México.
P1: X=292.933,59 | Y=7.149.677,54
P2: X=292.950,41 | Y=7.149.603,79
P3: X=293.000,47 | Y=7.149.381,99

12. AVENIDA MÉXICO – TRECHO 01: Entre Rua Iguaçu e a rotatória da Rua José do Patrocínio.
P1: X=293.006,64 | Y=7.149.373,87
P2: X=293.298,92 | Y=7.149.439,19
P3: X=293.597,89 | Y=7.149.506,82
P4: X=293.868,32 | Y=7.149.573,37
P5: X=294.103,76 | Y=7.149.622,82

13. RUA JOSÉ SANTI: Trecho entre Rua Hilário M. Dalpasquale e Avenida das Torres.
P1: X=291.769,23 | Y=7.148.734,19
P2: X=291.820,36 | Y=7.148.743,79

14. AVENIDA MÉXICO – TRECHO 02: Entre Avenida das Torres e Rua Santos Dumont.
P1: X=291.862,08 | Y=7.148.764,64
P2: X=292.107,20 | Y=7.148.909,24
P3: X=292.218,29 | Y=7.149.032,19
P4: X=292.316,00 | Y=7.149.129,85
P5: X=292.433,86 | Y=7.149.236,43
P6: X=292.523,26 | Y=7.149.263,63
P7: X=292.680,31 | Y=7.149.302,35

15. RUA HILÁRIO MARTIN DALPASQUALE: Trecho entre Rua José de Santi e Rua Caracas.
P1: X=291.764,30 | Y=7.148.728,40
P2: X=291.749,96 | Y=7.148.868,00
P3: X=291.718,99 | Y=7.149.234,31

Art. 2º O Poder Executivo Municipal adotará todas as providências necessárias à obtenção de licenças ambientais e autorizações pertinentes para a regular execução das obras descritas neste decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e seis do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2BC57DCA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23427/2026

DECRETO Nº 23427/2026

Nomeia a Senhora Juliana Stodulny Andrade para o cargo de provimento em comissão de Assessora de Gabinete, Símbolo C-5.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **JULIANA STODULNY ANDRADE**, matrícula funcional 20808-1, para o cargo de provimento em comissão de Assessora de Gabinete, Símbolo C-5, para desempenhar suas atividades junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 01 de abril de 2026, enquadrado nos termos da Lei 1666/2011, de 09 de dezembro de 2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5BA74DC3

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COLETIVA Nº 002/2026 – FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COLETIVA Nº 002/2026 – FISCALIZAÇÃO DE OBRAS
ASSUNTO: EXECUÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS (CALÇADAS)
O Município de Dois Vizinhos, através da Secretaria de Planejamento e da Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a **Lei Municipal nº 1214/2005**, faz saber a todos os proprietários de imóveis (edificados ou não) situados em logradouros que possuam meio-fio e pavimentação asfáltica ou poliédrica, que:
1. DA OBRIGATORIEDADE
Ficam os proprietários **NOTIFICADOS** a realizar a construção, reconstrução ou reparo do passeio público (calçada) em toda a extensão da testada de seus respectivos imóveis, garantindo as condições de acessibilidade e trafegabilidade segura aos pedestres.
2. DOS PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES

• **Prazo para execução:** O proprietário dispõe de **90 (noventa) dias**, a contar da publicação deste Edital, para concluir a execução das obras (Art. 2º, § 1º da Lei 1214/2005).
• **Padrão Técnico:** A calçada deverá seguir as normas técnicas de acessibilidade (**NBR 9050**) e o alinhamento fornecido pelo setor de urbanismo.

3. DAS PENALIDADES E EXECUÇÃO DIRETA
O descumprimento desta notificação sujeitará o infrator a:

• **Multa:** Conforme previsto na legislação municipal vigente.

• **Execução pelo Município:** Findo o prazo, o Município poderá executar os serviços e cobrar os custos, acrescidos de uma **Taxa de Administração de 10%** (Art. 2º, § 3º da Lei 1214/2005).

Dois Vizinhos - PR, 31 de março de 2026.

NILSON VICENTE TERRA
Fiscal de Obras - Município de Dois Vizinhos

MARCOS ANDRÉ MATACZINSKI
Fiscal de Obras - Município de Dois Vizinhos

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito Municipal de Dois Vizinhos

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7F74367C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 034/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 034/2026

Contrato	082/2026 – Pregão Eletrônico nº 90011/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Nutrisano Comercio e Distribuição Ltda - CNPJ/MF nº 51.163.953/0001-01.
Objeto	Aquisição de rações animais, secas e úmidas, destinadas a alimentação de cães e gatos, (adultos e filhotes) atendidos pelo Centro de Acolhimento e Tratamento Animal (CATA) / Canil Municipal de Dois Vizinhos, em conformidade com a Lei Municipal nº 2132/2027, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 137.990,00 (cento e trinta e sete mil, novecentos e noventa reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	27 de março de 2026.

Contrato	084/2026 – Pregão Eletrônico nº 90020/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Siprolimp - Simionato Produtos de Limpeza Ltda - CNPJ/MF nº 05.340.608/0001-89.
Objeto	Aquisição de 100 (cem) unidades de bombonas plásticas de 200 litros para disponibilização nos ecopontos de coleta de vidros para reciclagem no Município de Dois Vizinhos – PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 18.060,00 (dezoito mil e sessenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	27 de março de 2026.

Contrato	085/2026 – Pregão Eletrônico nº 90009/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Avanti Office Ltda - CNPJ/MF nº 46.186.229/0001-63.
Objeto	Aquisição de mobiliários e aparelhos eletrônicos para as Unidades de Saúde e para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em conformidade com a Resolução SESA nº 1364/2025, com o objetivo de aprimorar as condições dos ambientes e elevar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 21.950,00 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	30 de março de 2026.

Contrato	086/2026 – Pregão Eletrônico nº 90009/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	BR 2000 Industria e Metalurgica Ltda - CNPJ/MF nº 43.633.468/0001-26.
Objeto	Aquisição de mobiliários e aparelhos eletrônicos para as Unidades de Saúde e para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em conformidade com a Resolução SESA nº 1364/2025, com o objetivo de aprimorar as condições dos ambientes e elevar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	30 de março de 2026.

Contrato	087/2026 – Pregão Eletrônico nº 90009/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Castro Equipamentos Ltda - CNPJ/MF nº 42.753.718/0001-07.
Objeto	Aquisição de mobiliários e aparelhos eletrônicos para as Unidades de Saúde e para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em conformidade com a Resolução SESA nº 1364/2025, com o objetivo de aprimorar as condições dos ambientes e elevar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 69.793,60 (sessenta e nove mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	30 de março de 2026.

Contrato	089/2026 – Pregão Eletrônico nº 90009/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Emma Móveis e Transportes Ltda - CNPJ/MF nº 31.810.636/0001-22.
Objeto	Aquisição de mobiliários e aparelhos eletrônicos para as Unidades de Saúde e para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em conformidade com a Resolução SESA nº 1364/2025, com o objetivo de aprimorar as condições dos ambientes e elevar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	30 de março de 2026.

Contrato	090/2026 – Pregão Eletrônico nº 90009/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Naiz & Silva Ltda - CNPJ/MF nº 28.636.965/0001-94.
Objeto	Aquisição de mobiliários e aparelhos eletrônicos para as Unidades de Saúde e para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em conformidade com a Resolução SESA nº 1364/2025, com o objetivo de aprimorar as condições dos ambientes e elevar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 19.590,00 (dezenove mil, quinhentos e noventa reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	30 de março de 2026.

Contrato	091/2026 – Pregão Eletrônico nº 90009/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Paperflex Comercial Ltda - CNPJ/MF nº 07.299.558/0001-69.
Objeto	Aquisição de mobiliários e aparelhos eletrônicos para as Unidades de Saúde e para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em conformidade com a Resolução SESA nº 1364/2025, com o objetivo de aprimorar as condições dos ambientes e elevar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	30 de março de 2026.

Contrato	092/2026 – Pregão Eletrônico nº 90009/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Prosul Comercio e Serviços Ltda - CNPJ/MF nº 62.110.122/0001-98.
Objeto	Aquisição de mobiliários e aparelhos eletrônicos para as Unidades de Saúde e para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em conformidade com a Resolução SESA nº 1364/2025, com o objetivo de aprimorar as condições dos ambientes e elevar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 83.559,20 (oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	30 de março de 2026.

Contrato	093/2026 – Pregão Eletrônico nº 90009/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Tekcad Mobiliário Corporativo - Ind. Com. e Importação Ltda - CNPJ/MF nº 20.315.728/0001-10.
Objeto	Aquisição de mobiliários e aparelhos eletrônicos para as Unidades de Saúde e para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em conformidade com a Resolução SESA nº 1364/2025, com o objetivo de aprimorar as condições dos ambientes e elevar a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 21.125,00 (vinte e um mil, cento e vinte e cinco reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	30 de março de 2026.

Contrato	094/2026 – Pregão Eletrônico nº 90009/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Atuati Maquinas e Equipamentos Agricolas Ltda - CNPJ nº 01.435.215/0001-06.
Objeto	Fornecimento de implementos agrícolas novos, pela CONTRATADA, conforme Ata de Registo de Preços.
Valor	R$ 167.850,00 (cento e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais).
Prazo de Vigência	3 (três) meses.
Data de Assinatura	30 de março de 2026.

Contrato	095/2026 – Dispensa Eletrônica nº 90007/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	31.952.424 Cristina Gervinski Manfroi - CNPJ nº 31.952.424/0001-80.
Objeto	Locação de brinquedos recreativos, destinados à realização das campanhas de vacinação promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde, a serem executadas ao longo do ano, especificamente nas campanhas de Vacinação contra Influenza, no mês de março, e de Multivacinação, no mês de outubro, com o objetivo de promover a adesão da população, especialmente do público infantil, às ações de imunização, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 10.940,00 (dez mil novecentos e quarenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	31 de março de 2026.

Dois Vizinhos, 31 de março de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5127909B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 029/2026

PORTARIA Nº 029/2026

Designa a servidora Jaqueline Possan como responsável pela avaliação e envio de documentação para concessão do Selo Arte e do Selo Queijo Artesanal do município de Dois Vizinhos e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.099/2022 que regulamenta o artigo 10-A da Lei nº 1.283 e a Lei nº 13.860 de 2019 que trata da comercialização e elaboração de queijos artesanais,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR a servidora **JAQUELINE POSSAN,** matrícula funcional nº 20059-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médica Veterinária, lotada junto à Secretaria de Desenvolvimento Rural, como responsável pela avaliação das solicitações e encaminhamento para concessão do Selo Arte e do Selo Queijo Artesanal no Âmbito Municipal.

Art. 2º Revoga-se a Portaria n° 014/2025.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:BC7E147B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 031/2026

PORTARIA Nº 031/2026

Nomeia o Gestor e o Fiscal de Convênio**.**

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeado o Gestor e o Fiscal do Convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, referente à realização da Etapa Duovizinhense da Copa Paranaense de Balonismo, conforme segue:

Gestor – **FLÁVIO ANTONIO GALEAZZI,** matrícula funcional nº 20452-1

Fiscal – **JOSÉ AGOSTINHO DA ROSA,** matrícula funcional nº 20579-1

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:88F05EEB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 032/2026

PORTARIA Nº 032/2026

Nomeia a Comissão Regional de Enfrentamento e Controle de Infecção e Serviços em Saúde – CRECISS.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1° NOMEAR a Comissão Regional de Enfrentamento e Controle de Infecção e Serviços em Saúde – CRECISS, composta pelos seguintes servidores:

Grasieli Richetti da Silva Pedrussi - Titular
Amanda Cristina de Assis Rosa – Suplente.

Art. 2° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:55B26A1C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 033/2026

PORTARIA Nº 033/2026

Nomeia Comissão de Avaliação de Amostras e Portfólio, referente ao Pregão Eletrônico nº 90031/2026.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1° NOMEAR a Comissão de Avaliação de Amostras e Portfólio, destinada a analisar as amostras e o portfólio apresentados no procedimento licitatório - Pregão Eletrônico nº 90031/2026, cujo objeto é: Aquisição de fantasias tipo mascote (corpo inteiro) para ações institucionais em datas comemorativas e eventos do Município de Dois Vizinhos, conforme critérios previstos no edital e no Termo de Referência, composta pelas seguintes servidoras:

Gilvana Fatima Schmoeller
Jailene Dal Bosco
Leda Maria Ferrari

Art. 2° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A996F6D6

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 034/2026

PORTARIA Nº 034/2026

Nomeia Comissão de Análise de Amostras, referente ao Pregão Eletrônico nº 90029/2026.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1° NOMEAR a Comissão de Avaliação de Amostras apresentadas no procedimento licitatório - Pregão Eletrônico nº 90029/2026, cujo objeto é: Contratação de serviços de confecção e personalização de camisas e camisetas para uso institucional e campanhas do Município de Dois Vizinhos, composta pelos seguintes servidores:

Geisekele Leão
Helena Horbatei
Mateus Joao Cordeiro Schmoeller de Lima

Art. 2° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:1C93A5E5

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 036/2026

PORTARIA Nº 036/2026

Nomeia Comissão Processante.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando as razões constantes no Proc. Administrativo n° 958/2026-1Doc;
Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 22932/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR a Comissão Processante para a apuração de infrações, composta pelos servidores abaixo descritos:

SERVIDOR	MATRÍCULA
Gilvana Fatima Schmoeller	18326-1
Jailene Dal Bosco	17798-1
Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima	19494-1

Art. 2º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 3º Determino que a Procuradoria Jurídica do Município participe ativamente de todos os trabalhos da Comissão, podendo, inclusive, formular perguntas e solicitar diligências.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B734A869

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 273/2025

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 273/2025

O Município de Dois Vizinhos, inscrito no CNPJ nº 76.205.640/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Luis Carlos Turatto, **DECIDE RESCINDIR UNILATERALMENTE,** na data de 31 de março de 2026, o **Contrato n.º 273/2025**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90010/2025**,** através do Memorando/CI 2.319/2026– 1Doc, com fulcro nos arts. 138, inciso I e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 22.932/2025, nas Cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda e Termo de Referência do Contrato n° 273/2026, celebrado com a empresa **V M DISTRIBUIDORA DE COMPUTADORES LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 075.xxx.xxx-56, sediado(a) na Padre Aurélio, 117, sala 1, centro na cidade de São José do Cedro-SC, representado(a) por Vitória Maria Vargas, CPF 075.xxx.xxx-56, que tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE ITENS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS TODOS DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS-PR E DO DEPARTAMENTO DE CULTURA. COM ITENS DE AMPLA**

CONCORRÊNCIA, COTA RESERVADA E COTA EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Dois Vizinhos, 31 de março de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9A7BFB18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 0028/2026
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0006/2026

ERRATA DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 0028/2026

Origem: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0006/2026

Onde se lê: "Data da assinatura: 25 DE MARÇO DE 2026."
Leia-se: "Data da assinatura: 27 DE MARÇO DE 2026."

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – PR CNPJ 95.422.911/0001-13.
Contratada: PINHEIRO S VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.692.763/0001-03, com sede na Avenida t-09, nº 500, bairro Setor Marista, Goiania - GO.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR DE PASSEIO, TIPO HATCH, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO ITEM 1 DO LOTE 1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI-CED Nº 87/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025, GERENCIADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID/PR.

Valor Global: R$ 108.900,00 (CENTO E OITO MIL E NOVECENTOS REAIS).

Prazo de Vigência: 12 MESES.

Doutor Ulysses, 27 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:15738FEC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SMS N º 005/2026, DE 12 DE MARÇO DE 2026. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E COORDENAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – RUE.

PORTARIA SMS N º 005/2026, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a designação de servidor para exercer a Coordenação Administrativa e Coordenação da Rede de Urgência e Emergência – RUE.

O Secretário Municipal de Saúde, senhor Anderson Leme da Silva, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a necessidade de organização, supervisão administrativa e fortalecimento da gestão no âmbito da Unidade Mista de Saúde Dep. Aníbal Khury;

CONSIDERANDO a importância da Coordenação da Rede de Urgência e Emergência – RUE para o adequado funcionamento dos serviços de pronto atendimento, atendimentos de urgência e suporte às equipes de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a servidora pública municipal VERISSIMA CALAZANI ALVES, portadora do CPF nº 063.XXX.XXX-27, para exercer a função de Coordenação Administrativa e Operacional no âmbito da Unidade Mista de Saúde Dep. Aníbal Khury e da Rede de Urgência e Emergência – RUE, competindo-lhe:
I – Coordenar, organizar e supervisionar o funcionamento geral da unidade, assegurando a integração entre os setores assistenciais e administrativos;
II – Planejar, implantar e monitorar os fluxos de atendimento, protocolos internos e processos de trabalho relacionados à urgência, emergência e atenção contínua;
III – Articular as ações entre as equipes multiprofissionais, compreendendo enfermagem, farmácia, recepção, serviços gerais, apoio administrativo e demais áreas correlatas, promovendo a eficiência e resolutividade dos serviços;
IV – Gerenciar e acompanhar escalas de trabalho, cobertura de plantões e organização dos recursos humanos, garantindo a continuidade e qualidade da assistência;
V – Supervisionar os processos administrativos da unidade, incluindo controle de insumos, apoio logístico, organização documental e fluxos internos;
VI – Atuar na integração da Unidade com os demais pontos da Rede de Atenção à Saúde, especialmente no âmbito da RUE, promovendo a regulação adequada de atendimentos e encaminhamentos;

Art. 2º A presente indicação tem caráter administrativo e organizacional, relacionada às atividades de gestão, planejamento, monitoramento e apoio às equipes, não implicando designação de Responsável Técnica de Enfermagem, função que permanece sob competência privativa de profissional Enfermeiro, conforme a legislação vigente.

Art. 3º – A servidora desempenhará suas funções sob orientação direta da Secretaria Municipal de Saúde, devendo cumprir as responsabilidades previstas nesta Portaria e demais normas internas.

Art. 4º - fica revogada a seguinte portaria SMS nº 022/2025, de 12 de dezembro de 2025.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposiçõesemcontrário.

Edifício da Secretaria Municipal de Saúde de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, em 03 de Março de 2026.

ANDERSON LEME DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 008/2025

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1762EE7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: DORIVAL GAPINSKI
CNPJ: 27.041.419/0001-48

OBJETO: Aquisição de óleo lubrificante e Arla 32 destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos da Prefeitura Municipal.

PRAZO DE ENTREGA: 05 (cinco) dias.
VALOR: R$ 12.260,00 (doze mil, duzentos e sessenta reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro, 31 de março de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:F01BD4BE

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 31/2026

Súmula: Dispõem sobre licença para tratamento de saúde concedida a servidora Sandra Mara Sarnoski Afonso

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado na Lei n° 722/2019 e em conformidade com atestado médico, protocolo n° 61/2026 de 06/03/2026;

RESOLVE:

Art. 1°- CONCEDER, 14 dias, no período entre 02/03/2026 a 15/03/2026, de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora SANDRA MARA SARNOSKI AFONSO, matrícula 402-1, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.
Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, em 06 de março de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:5A16AE1C

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 32/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no ofício da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo,

RESOLVE:

Art. 1°- Fica retificada a carga horária de jornada suplementar no exercício das funções de magistério concedida a servidora Marlei Viegandt de Meira, matrícula 292, passando de 20h para 16h semanais.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 06 de março de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:F26B0C1E

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 33/2026 SÚMULA: AUTORIZA JORNADA SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no ofício n° 17/2026 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo,

RESOLVE:

Art. 1°- AUTORIZAR, a partir de 02/03/2026, a prestação de serviço em regime de jornada suplementar no exercício das funções de magistério de 20 horas semanais concedida a servidora conforme quadro abaixo:

MATRÍCULA	NOME	CARGO
9281	EMANOELE CRISTINA PORTELA FRANCO VIZINONI	PROFESSOR

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 09 de março de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:E215F1BD

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 34/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei 834/2023, e e considerando o Ofício n° 17/2026 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, e Esportes,

RESOLVE:
Artigo 1º - Designar a servidora EMANOELE CRISTINA PORTELA FRANCO VIZINONI, matrícula 928-1, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, para desempenhar a função de Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo**.**
Art. 2° - Conceder adicional de 30% (trinta por cento) do vencimento base do início da carreira, a partir de 02/03/2026, em conformidade ao disposto na Lei Municipal n° 834/2023.
Art. 3° -Esta Portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 09 de março de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:D5073D48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 02/2026 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2025

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul
CONTRATADO: LEONEL DA ROCHA GONCALVES XXX.XXX.XXX-69, inscrita no CNPJ sob o nº. 28.444.873/0001-02.
OBJETO ORIGINAL: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de gravação, transmissão ao vivo e em tempo real de áudio e vídeo via internet das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes da Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul, serviço de caráter contínuo.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação de Prazo - O prazo de vigência constante na Cláusula Segunda do contrato nº 01/2025 fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, a contar de 02/04/2026 com término previsto para 01/07/2026.
SALDO CONTRATUAL: Em razão da prorrogação de Prazo, fica prorrogado o saldo dos serviços contratados por mais 90 (noventa) dias.

Flor da Serra do Sul, 30 de março de 2026.

JUNIOR BERNO
Presidente

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:D8E619C1

LICITAÇÕES
35/2026

Contrato N°	35/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	54.973.123 JESSICA CRISTINA DEFANT			
Valor:	45.912,00			
Vigência:	Início:	31/03/2026	Término:	27/09/2026
Licitação:	12/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição de ovos de Páscoa destinado aos alunos da Rede Municipal de Educação e aos Idosos participantes dos grupos da Terceira Idade do Município de Flor da Serra do Sul-PR.				
Flor da Serra do Sul, 31 de Março de 2026				

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:0C42DED3

LICITAÇÕES
PROCESSO DE COMPRA Nº 30/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
PROCESSO DE COMPRA Nº 30/2026

O Agente de Contratações e equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 104/2026, com base na Lei Federal 14.133/2021, torna público o resultado do julgamento da Dispensa de Licitação n. 002/2026, Processo Administrativo n. 030/2026, para "**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS do Município de Flor da Serra do Sul/PR.**".

Foram observados os requisitos da contratação direta com base no Decreto Municipal 12/2024, Lei Federal 14.133/2021 em seu art. 75 inciso II, sendo importante destacar:

Do preço: O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo esta em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência, de acordo com a Lei 14.133/2021.

Razão da Escolha do Fornecedor: Fornecedor selecionado mediante Dispensa Eletrônica com disputa, sendo empresa do ramo do objeto, devidamente constituída, diante apresentação do menor preço do certame e comprovação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica.
Resultado:
Nome Empresarial: C M ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA
CNPJ: 10.528.717/0001-64
Total (R$): R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Flor da Serra do Sul, 31 de Março de 2026.

JULIANA BORGES DA ROSA DE ALMEIDA
Agente de Contratação

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:6DED969C

RH
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
2º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 056/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***LUAN GUSTAVO ZANELLA DALLE LASTE***
OBJETO/CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 01/04/2026 a 30/04/2026

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:81A78D93

RH
PORTARIA 139/2025

PORTARIA Nº 139/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026, Processo Nº 21/2026**:

Objeto / EXECUÇÃO	**Gestor**
Aquisição de ovos de Páscoa destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação e aos Idosos participantes dos grupos da Terceira Idade do Município de Flor da Serra do Sul-Pr.	Thaisline Maso Felipe
	Fiscal Titular
	Deisy Cristina Reina
	Fiscal Suplente
	Maiara Fatima Peron Ortiz

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II – Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 31 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:E1B02C8C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.032, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 5.032, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Exonera a servidora Milena Caroline Fernandez Mariano, do cargo em comissão de Assessor Especial ll.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, em 31 de março de 2026, a servidora Milena Caroline Fernandez Mariano, matrícula nº 4-02009, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial ll, simbologia CC-4.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de emissão.

Flórida, 31 de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:3A4F783C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.033, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 5.033, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Exonera a servidora Viviane Moura da Costa, do cargo em comissão de Assessor Especial llI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, em 31 de março de 2026, a servidora Viviane Moura da Costa, matrícula nº 4-01988, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial Ill, simbologia CC-5.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de emissão.

Flórida, 31 de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:3B063220

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.034, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 5.034, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Nomeia Milena Caroline Fernandez Mariano para o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 004/2001 alterada pela Lei Municipal nº 372 de 19 de julho de 2011

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, Milena Caroline Fernandez Mariano, portadora do CPF: ***.***.019-12, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária, simbologia CC-2, a partir de 1º de abril de 2026.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 31 de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:7FA95E14

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.035, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 5.035, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Nomeia Viviane Moura da Costa para o Cargo em Comissão de Assessor Especial II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 004/2001 alterada pela Lei Municipal nº 372 de 19 de julho de 2011

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, Viviane Moura da Costa, portadora do CPF nº ***.***.419-37, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial II, simbologia CC-4, a partir de 1° de abril de 2026.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 31 de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:91C67B31

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 9/2026

O Município de Flórida, Estado do Paraná, com sede na Rua São Pedro, 443, CEP 86780-000, inscrito no CNPJ/MF sob n° 75.772.400.0001/14, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte da divisão competente e o parecer jurídico emitido, ratifica a DISPENSA de licitação n° 9/2026, nos termos do Artigo 75, caput, II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 9/2026
CONTRATADA: MARCOS GONÇALVES ROZAS JUNIOR 07781039947
CNPJ: 19.520.120/0001-48.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços complementares de tecnologia de informação (T.I.) para as secretarias municipais de Flórida - PR.

VALOR: R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).
FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Paço Municipal aos 31 dias do mês de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:C786B564

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: 19.520.120 MARCOS GONCALVES ROZAS JUNIOR
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços complementares de tecnologia de informação (T.I.) para as secretarias municipais de Flórida - PR.
Valor Total Contratação: R$ 35.400,00 (trinta e cindo mil e quatrocentos reais).
Vigência do contrato: Até 30/03/2027.

Flórida, 31 de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:F67E5794

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
RESOLUÇÃO Nº. 005/2026

RESOLUÇÃO Nº. 005/2026

Súmula: Estabelece Recesso da Semana Santa aos servidores da Câmara Municipal de Foz do Jordão/PR e dá outras providências.

CONSIDERANDO o **DECRETO Nº. 025/2026** do Poder Executivo, que estabelece recesso da semana santa, aos servidores dos órgãos da administração municipal e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas atividades administrativas da Câmara Municipal de Foz do Jordão do Estado do Paraná, no **dia 02 de Abril de 2026 (Quinta-feira Santa)**, referente ao feriado nacional do **dia 03 de Abril de 2026 (Sexta-feira - Paixão de Cristo)**, aos servidores da Câmara Municipal de Foz do Jordão/PR.

Art. 2º - Em virtude dos efeitos do **art. 1º**, não haverá expediente na Câmara Municipal de Foz do Jordão/PR, dentro das condições fixadas.

Art. 3º. Este Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, em 31 de Março de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MOARAES
Presidente da Câmara

Publicado por:
Gilvan Pinheiro da Silva
Código Identificador:388EACBB

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação N°. 04/2026

Processo Administrativo 06/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar serviço de lavagem completa do veículo oficial da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, durante 12 meses.

Analisado todos os Atos do Processo de Dispensa de Licitação n°. 04/2026, Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e dos objetos licitantes:

Empresa **SILVIO DE ALMEIDA Nº: 63.647.716/0001-03,** pelo valor total de R$ 1.980,00 (Um Mil Novecentos e Oitenta Reais), nas condições de sua proposta e do Processo de Dispensa de Licitação nº. 04/2026.

Foz do Jordão, 31 de Março de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:155519BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - TESTE SELETIVO ESTAGIÁRIOS

TESTE SELETIVO Nº 01/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, em conformidade com as condições gerais estabelecidas para o Processo Seletivo Simplificado de Estágio nº 01/2025, **CONVOCA** a candidata aprovada, abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Foz do Jordão, para regularização de seu registro funcional, em um prazo de 05 (cinco) dias desta convocação, obedecendo rigorosamente ao contido no Edital de Abertura nº 01/2025, deste Município, conforme segue:
TÉCNICO EM ENFERMAGEM
03º Amanda Thaynna Kraus Ribeiro

Os candidatos convocados deverão munidos dos seguintes documentos:

a) Declaração de Matrícula expedida pela instituição de Ensino, atualizada e compatível com o Estágio Pretendido.
b) Fotocópia dos documentos pessoais, como: RG, CPF, Título de Eleitor, PIS, Comprovante de Residência e Conta Bancária.

Será aceita DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA E HISTÓRICO ESCOLAR impressos pela internet em que conste expressamente a assinatura digital ou código de autenticidade ou se carimbado e assinado pela Instituição de Ensino.
É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados.
A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, regido estritamente pela Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, elaborado pelo Agente Integrador,

firmado entre o Município de Foz do Jordão, a Instituição de Ensino e o Estagiário.
É vedado ao estagiário do Município de Foz do Jordão praticar, isoladamente ou conjuntamente, atos privativos de membros do Executivo Municipal.
O não comparecimento no prazo estabelecido implica na tácita aceitação da desistência da vaga ou pedido de final de lista, bem como de todos os direitos decorrentes de sua aprovação no Teste Seletivo, sem posterior recurso.

Foz do Jordão, 31 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:E84B0D36

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 079/2026

PORTARIA Nº 079/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 1130/2026.

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar o servidor "**ALCEU ROSA DOS SANTOS"** portador do RG n° 5.384.613 e inscrito no CPF nº 045.762.449-30, ocupante do Cargo em Comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 31 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:0C1B9793

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 080/2026

PORTARIA Nº 080/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 1130/2026.

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar o servidor "**EVERTON EDUARDO DE ALMEIDA"** portador do RG n° 14.109.442-4 e inscrito no CPF nº 113.248.329-83, ocupante do Cargo em Comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 31 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:DA809A9D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 081/2026

PORTARIA Nº 081/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO:

A disponibilidade de o servidor (a) conduzir veículos oficiais da Prefeitura, tendo em vista que isto não acarretará ônus ao município, uma vez que possui habilitação compatível com o devido transporte, e que não se encontre com a sua C.N.H vencida.

R E S O L V E

Artigo 1º - Autorizar o servidor abaixo a conduzir os veículos públicos;

NOME DO SERVIDOR	RG	N° DE REGISTRO C.N.H
ROGÉRIO MEDEIROS ALVES	10.496.474-5	01245821900 (categoria AD)

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 31 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:6BB147BB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 082/2026

PORTARIA Nº 082/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade a seguinte Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Revoga a Portaria **242/2021** que nomeou a Senhora "**MARCIA REGINA BRASIL"** portadora do RG n° 4.679.876-7 e inscrita no CPF nº 700.572.579-49, ocupante do cargo em comissão de "**ASSESSOR DE APOIO TÉCNICO",** a conduzir veículos oficiais do Município de Foz do Jordão Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 31 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:8738A31A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 084/2026

PORTARIA Nº 084/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO:

A disponibilidade de o servidor (a) conduzir veículos oficiais da Prefeitura, tendo em vista que isto não acarretará ônus ao município, uma vez que possui habilitação compatível com o devido transporte, e que não se encontre com a sua C.N.H vencida.

R E S O L V E

Artigo 1º - Autorizar o servidor abaixo a conduzir os veículos públicos;

NOME DO SERVIDOR	RG	N° DE REGISTRO C.N.H
JOHEL NOGUEIRA DO AMARAL	6.187.609-0	01651422237 (categoria AB)

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 31 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:D204EECC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 83/2026

PORTARIA Nº 083/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO:

A disponibilidade de o servidor (a) conduzir veículos oficiais da Prefeitura, tendo em vista que isto não acarretará ônus ao município, uma vez que possui habilitação compatível com o devido transporte, e que não se encontre com a sua C.N.H vencida.

R E S O L V E

Artigo 1º - Autorizar a servidora abaixo a conduzir os veículos públicos;

NOME DO SERVIDOR	RG	N° DE REGISTRO C.N.H
KARINA MICHELON	7.870.556-6	02714006706 (categoria AB)

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 31 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:0CE5CA52

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 85/2026

PORTARIA Nº 085/2026 – Município de Foz do Jordão

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a funcionária Sara Duarte RG. nº 10.822703-6, brasileira, servidora desta Prefeitura Municipal, no cargo de Assistência Social , para responder como Gestora do Convênio e como Fiscal, fica designado o funcionário Jucélio Ayres Machado RG. nº 7.187.370-6, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Engenheiro Civil , para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio a ser firmado com A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR visando a implementação de empreendimento habitacional de interesse social, consistente na edificação de até 10 (dez) unidades habitacionais, em área regularizada e devidamente disponibilizada pelo MUNICÍPIO, mediante aporte financeiro da COHAPAR, observado o limite estabelecido neste instrumento, e contrapartida do MUNICÍPIO, na forma do Plano de Trabalho quando aprovado.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 31 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal de Foz do Jordão

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:B8306FBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.° 015/2026

PORTARIA N.° 015/2026, de 31 de março de 2026.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O SOBRE RECESSO ADMINISTRATIVO.

Melchisedeque de Oliveira Machado Filho, Vereador Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO:
A PORTARIA MGI n.º 11.460 que estabelece os dias 03/04/2026 como feriado nacional e bem como a conveniência para os serviços administrativos desta Casa de Leis;

O Decreto Municipal de n.º 444/2026 que estabelece o dia 02/04/2026 como ponto facultativo;

RESOLVE:

Art. 1° O Presidente do Legislativo resolve que no dia 02/04/2026 a Câmara Municipal de General Carneiro estará em Recesso devido ao ponto facultativo. Caso convocação de sessão extraordinária no referido dia o horário de funcionamento será normal.

Art. 2° Esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Sebastião Branco Costa, Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

Registre-se e Publique-se.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente Da Câmara Municipal De General Carneiro/PR.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:33AEA3E9

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO de N.º 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO de N.º 008/2026
O Senhor Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA o Ato de Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2026** feito pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, quanto a resultado do Processo **Administrativo n.º 008/2026**, definindo pela contratação da empresa

UNYFLEX - UNYGOV GOVERNANCE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA, CNPJ n.º 55.930.096/0001-89, para a aquisição de 02 inscrições para o curso LICITAEXPO 4ª edição – 2026, a ser realizado nos dias 07, 08, 09 e 10 de abril de 2026, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com fundamento no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, pelo valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Acolhendo o resultado, determina a(o) Agente de Contratação e Equipe de Apoio que comunique ao licitante o resultado da mesma, convidando-o a fornecer o objeto da presente Licitação à Câmara Municipal de General Carneiro/PR, pelo valor acima especificado, tornando a presente decisão de conhecimento público conforme determina a Legislação vigente.

A Contratação pretendida se efetivara mediante entrega dos serviços supramencionados desde que estejam de acordo com as especificações constantes da solicitação da contratação, oportunidade na qual se emitirá o respectivo empenho e o pagamento pelos serviços prestados será efetuado em parcela única em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos bens e/ou a prestação dos serviços, com a emissão da nota fiscal, razão pela qual a contratação terá vigência de 30 dias a partir da autorização.

General Carneiro/PR, 31 de março de 2026.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro/PR.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:216F7BAA

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 452 DE 31 DE MARÇO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por leis considerando o requerimento feito pelo servidor municipal:

DECRETA

ART. 1º - Em Conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de General Carneiro, fica concedido Licença sem vencimentos pelo período de 2 (dois) anos consecutivos a Sr.**ª ANGELA APARECIDA CARNEIRO,** Matrícula n.º 1359, servidora pública, cargo de Professora de Educação infantil, a partir de 06 de abril de 2026.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, PR, em 31 de março de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:AFE05F1B

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº.453 DE 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio a servidora Juliana Venante Maidana matrícula n.º 998, como abaixo se específica e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, com base no Artigo 94 §1º e §2º da Lei Complementar n°002/2005 de 25/07/2005.

RESOLVE

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias consecutivos a servidora **JULIANA VENTANTE MAIDANA**, matrícula n° 997, cargo de Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - A presente Licença será no período de 06/04/2026 à 06/03/2026, totalizando 90 (noventa) dias, referentes ao Qüinqüênio – (24/02/2012 – 24/02/2017).

ART. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição contrárias.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, PR, em 31 de março de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:455892AA

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 451 DE 31 DE MARÇO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 01/2023 com Homologação de resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01 de novembro de 2023, Ano XII / n° 2890.

DECRETA

ART. 1° - Fica **NOMEADA,** no dia 01 de Abril de 2026, **ANA CLAUDIA VIEIRA DE MOURA,** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS - MODALIDADE ESTATUTÁRIO**, do CONCURSO PÚBLICO N° 01/2023.

ART. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 31 de MARÇO de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:77D08936

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 172 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Dispõe: Sobre a DESIGNAÇÃO da função de DIRETORA ESCOLAR

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná. Nos Termos do Art.52, § 3º da Lei Municipal n.º 1967/2023.

RESOLVE

DESIGNAR a Sr.ª **ROSANGELA DA SILVA STEFANES DE PAULA, Matrícula funcional n.º. 1270** cargo de Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, desta municipalidade, para exercer o cargo de DIRETORA da ESCOLA MUNICIPAL DOM CARLOS BANDEIRA DE MELLO, a partir do dia 01 de Abril de 2026.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:A6375245

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 001
Contrato n° 301/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: GIACOMINI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a atualização do valor unitário do litro do Diesel s10 e Diesel s500 fornecida no âmbito do Contrato nº 301/2025, firmado com a empresa GIACOMINI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, em razão da variação de preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, os valores unitários dos combustíveis passam a ser atualizados, sendo o Diesel S-10 de R$ 5,89 (cinco reais e oitenta e nove centavos) para R$ 7,32 (sete reais e trinta e dois centavos), e o Diesel S-500 de R$ 5,81 (cinco reais e oitenta e um centavos) para R$ 6,58 (seis reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012**.**

Inexigibilidade de Licitação nº. 029/2025;
Processo nº. 147/2025.
Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel S500, para atender as necessidades de todas as Secretarias deste Município.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 11 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:20CEA515

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 001
Contrato n° 475/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: AUTO POSTO SANTO ANTÔNIO LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a atualização do valor unitário do litro do Diesel s10 e Diesel s500 fornecida no âmbito do Contrato nº 475/2025, firmado com a empresa AUTO POSTO SANTO ANTÔNIO LTDA, em razão da variação de preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, os valores unitários dos combustíveis passam a ser atualizados, sendo o Diesel S-10 de R$ 5,89 (cinco reais e oitenta e nove centavos) para R$ 7,32 (sete reais e trinta e dois centavos), e o Diesel S-500 de R$ 5,81 (cinco reais e oitenta e um centavos) para R$ 6,58 (seis reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação nº. 029/2025;
Processo nº. 147/2025.
Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel S500, para atender as necessidades de todas as Secretarias deste Município.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 11 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:D950C33F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 001
Contrato n° 012/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: AUTO POSTO SANTO ANTÔNIO LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a atualização do valor unitário do litro da gasolina comum e etanol fornecida no âmbito do Contrato nº 012/2026, firmado com a empresa AUTO POSTO SANTO ANTÔNIO LTDA, em razão da variação de preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, os valores unitários dos combustíveis passam a ser atualizados, sendo a gasolina comum de R$ 6,58 (seis reais e cinquenta e oito centavos) para R$ 6,65 (seis reais e sessenta e cinco centavos) e o etanol de R$ 5,05 (cinco reais e cinco centavos) para R$ 5,26 (cinco reais e vinte e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2026;
Processo nº. 002/2026.
Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Etanol e Gasolina Comum, visando atender a demanda da frota de veículos do município de General Carneiro/PR, de forma parcelada.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 11 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:96CD436B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 001
Contrato n° 014/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: GIACOMINI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a atualização do valor unitário do litro da gasolina comum fornecida no âmbito do Contrato nº 014/2026, firmado com a empresa GIACOMINI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, em razão da variação de preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, o valor unitário do litro da gasolina comum passa a ser atualizado de R$ 6,58 (seis reais e cinquenta e oito centavos) para R$ 6,65 (seis reais e sessenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2026;
Processo nº. 002/2026.
Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Etanol e Gasolina Comum, visando atender a demanda da frota de veículos do município de General Carneiro/PR, de forma parcelada.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 11 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:46158FD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento
Termo Apostilamento nº 001
Contrato n° 203/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: DUDZIAK, FILHOS & CIA LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a atualização do valor unitário do litro do Diesel s10 fornecida no âmbito do Contrato nº 203/2025, firmado com a empresa DUDZIAK, FILHOS & CIA LTDA, em razão da variação de preços praticados no mercado local.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência do disposto na cláusula anterior, os valores unitários dos combustíveis passam a ser atualizados, sendo o Diesel S-10 de R$ 6,33 (seis reais e trinta e três centavos) para R$ 6,95 (seis reais e noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão Eletrônico nº. 038/2025;
Processo nº. 109/2025.
Objeto: "**Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gasolina Comum e Óleo Diesel S10, na região de São Mateus do Sul, para atender à demanda das Secretarias Municipais de Saúde e Administração deste Município de General Carneiro/PR.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 11 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:C7FE1495

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REAVISO DE REPUBLICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

REAVISO DE REPUBLICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Processo de Licitação N° 048/2026
Dispensa Eletrônica N° 022/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, a REPUBLICAÇÃO da Dispensa Eletrônica nº 022/2026.
Informa-se que, na sessão anteriormente designada não houve apresentação de propostas, diante disso, e visando assegurar a vantajosidade da contratação, a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos dos princípios que regem as contratações públicas, fica reaberto o prazo para recebimento de propostas, mediante a republicação do aviso e do edital.

A nova sessão pública será realizada no dia **06 de abril de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico: www.bll.org.br, onde ocorrerá o recebimento e abertura das propostas e documentos de habilitação.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pares de placas de identificação veicular no padrão MERCOSUL, destinadas aos veículos pertencentes à frota do Município de General Carneiro – PR, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes dos órgãos de trânsito competentes.

General Carneiro - PR, 31 de março de 2026.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contração

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:41984942

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.727/2026

DISPÕE SOBRE A REPRESENTAÇÃO E ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS, TITULARES E SUPLENTES, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, conforme Lei Municipal n.º 2.662/2019, ficando assim constituído por seus titulares e suplentes:

I - Representantes Governamentais:

- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:
Titular: Elaine Valencio da silva de Carvalho
Suplente: Sandra Regina de Souza Vieira

- Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Priscila Veloso Eler Ilto
Suplente: Angela Maria Zabot

- Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Renata Zamproni
Suplente:Karina Vieira de Souza

- Representante da Secretaria Municipal de Administração:
Titular: José Joaquim Soares
Suplente: Izaias Ferreira Lima

II - Representantes não governamentais:
- Representante da 3ª Idade de Goioerê:
Titular: Cilço Isidoro do Nascimento
Suplente:Ibanês Azevedo

- Representante de Entidades Socioassistencial:
Titular: Elizia Lessio Barbosa
Suplente: Vanilde Isabel Peloí Venturoso

- Representante de Credo religioso com atividades ao atendimento e promoção do idoso:
Titular: Claudia Adriana cacela Ilto de Moura
Suplente: : Neymar Gomes da Silva

- Representante de outros grupos que possuam políticas relativas ao idoso:
Titular: Andreia Barros Caires
Suplente: Micheli Barbosa Chagas Francisco

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 9.342/2025.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de março 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Municipio de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:5DCC6D5E

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.195/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR CONCESSÃO DE USO, NÃO ONEROSA, DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a concessão de uso, não onerosa, em favor de entidade, sem fins lucrativos, dos seguintes veículos, abaixo identificados:
I -Veículo Marca GM/Astra, ano 2007/2008, Chassi nº 9BGTR69W08B163823, RENAVAM nº 00940774089, Placas n. APJ-4B60, cor preta.
II -Veículo Marca VW/Kombi, ano 2012/2013, cor branca, Chassi nº 9BWMF07X3DP009278, RENAVAM nº 00489406491, Placas n. AWA-1D57.

Art. 2º A utilização dos veículos cedidos por esta Lei, destinam-se única e exclusivamente para atender as demandas da entidade, sendo vedado sua utilização por terceiros.

Art. 3º A concessão de que trata esta Lei é concedida gratuitamente e será efetivada mediante a celebração de Termo de Concessão de Uso de Imóvel Público, e dar-se-á pelo prazo de 03 (três) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período e durante o período em que perdurar a concessão autorizada por esta Lei, as despesas de conservação, abastecimento e lubrificantes correrá por conta exclusiva da beneficiária, que deverá zelar, guardar e conservar o bem, mantendo integro e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Art. 4º Ficará ainda a beneficiária obrigada a contratar seguro contra terceiros e arcar com as despesas de licenciamento, seguro obrigatório, efetuando toda a manutenção do veículo cedido, quer seja preventiva ou corretiva, fincando ainda responsável pelo pagamento integral de multas de trânsito com a respectiva indicação do infrator.

Art. 5º A beneficiária deverá apresentar no ato da assinatura do Termo de Cessão de Uso, as respectivas certidões negativas de âmbito Federal, Estadual e Municipal, conforme preceitua a Lei.

Art. 6º O termo poderá ser reincidido unilateralmente pela Administração Municipal caso os bens cedidos sejam utilizados para outras atividades que não as previstas na área de atuação da Associação, ora beneficiária.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:D89E0878

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.196/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR CONCESSÃO DE USO, NÃO ONEROSA, DE BENS PÚBLICOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a concessão de uso, não onerosa, em favor de entidade, sem fins lucrativos, dos seguintes equipamentos, abaixo identificados:

I - 01 (uma) Balança Eletrônica, capacidade 1.000kg, patrimônio sob nº 036982;

II - 01 (uma) Prensa Hidráulica Azul, patrimônio sob nº 036981;

III - 01 (uma) Esteira para Reciclagem, patrimônio sob nº 036983;

IV - 01 (um) carrinho para transporte de bags, patrimônio sob nº 036986;

V - 01 (um) carrinho para transportes de fardos;

VI - 01 (uma) empilhadeira elétrica.

Art. 2ºA utilização dos equipamentos concedidos por esta Lei, destinam-se única e exclusivamente para atender as demandas da entidade sendo vedado sua utilização por terceiros.

Art. 3ºA concessão de que trata esta Lei é concedida gratuitamente e será efetivada mediante a celebração de Termo de Concessão de Uso de Imóvel Público, e dar-se-á pelo prazo de 03 (três) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período e durante o período em que perdurar a concessão autorizada por esta Lei, a beneficiária ficará responsável pela conservação dos equipamentos cedidos, mantendo integro e em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Art. 4ºA beneficiária deverá apresentar no ato da assinatura do Termo de Cessão de Uso, as respectivas certidões negativas de âmbito Federal, Estadual e Municipal, conforme preceitua a Lei.

Art. 5ºO termo poderá ser reincidido unilateralmente pela Administração Municipal caso os bens cedidos sejam utilizados para outras atividades que não as previstas na área de atuação da Associação, ora beneficiária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:D6B97847

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.197/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA NA TABELA GERAL DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, BEM COMO INSTITUI AUMENTO REAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Goioerê autorizado a realizar, a partir de 1º de abril de 2026, revisão geral nas tabelas de vencimentos dos servidores públicos ativos no Município de Goioerê, efetivos e comissionados, a título de reposição inflacionária, em 3,36 % (três vírgula trinta e seis por cento), correspondente a variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo único.A reposição de que trata o*caput*deste artigo estender-se-á, no mesmo percentual, aos proventos de aposentadorias e pensões de servidores públicos inativos, nos termos do art. 54 da Lei Municipal nº 1.884/2009, bem como aos Conselheiros Tutelares, em observância ao art. 40, da Lei Municipal nº 2.347/2015.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, a título de aumento real, em 2,64% (dois vírgula sessenta e quatro por cento) aos vencimentos dos servidores públicos citados no*caput*do art. 1º, bem como aos proventos e pensões dos inativos constantes do parágrafo único do art. 1º, inclusive os Conselheiros Tutelares, a partir de 1º de abril de 2026.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 31 de março de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:73F89BFD

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.198/2026

ALTERA A LEI Nº 2.524, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017, PARA CRIAR O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica criado, na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito do Departamento de Merenda Escolar, o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Gestão da Merenda Escolar, passando o parágrafo único do artigo 21 da Lei nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, a vigorar acrescido do item 12.2.1, com a seguinte redação:

"Art. 21. .....

Parágrafo único. .....:
(...)
12.2 – .....:.....;
12.2.1 – Chefe de Divisão de Gestão da Merenda Escolar"
(AC)

§ 1º. A Divisão de Gestão da Merenda Escolar passa a integrar o "Anexo II", da Lei Municipal nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, acrescido do item 12.2.1, com a seguinte redação:

CARGO	GRAU DE COMISSÃO (CC)	GRAU DE FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)
Chefe de Divisão de Gestão da Merenda Escolar	CC 05	FG 05

(AC)

§ 2º. O ocupante da Divisão de Gestão da Merenda Escolar terá os vencimentos correspondente aos graus mencionados no § 1º, deste artigo, e fixados no Anexo III, da Lei nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017.
(AC)

Art. 2.º À Divisão de Gestão da Merenda Escolar, diretamente subordinada a Diretoria de Merenda Escolar, compete:

I – acompanhar o recebimento, armazenamento, controle de estoque, logística e distribuição dos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, assegurando a correta execução dos procedimentos operacionais;

II – orientar e acompanhar os servidores e colaboradores envolvidos na execução da merenda escolar quanto aos procedimentos operacionais padronizados de preparo, conservação, controle e distribuição dos alimentos, conforme orientações técnicas previamente definidas;

III – realizar o controle administrativo e operacional dos insumos, materiais, equipamentos e utensílios utilizados na merenda escolar;

IV – acompanhar a execução operacional dos contratos administrativos, convênios e ajustes relacionados ao fornecimento de gêneros alimentícios e serviços, comunicando eventuais irregularidades ao superior hierárquico;

V – elaborar relatórios administrativos, planilhas de controle, registros operacionais e demais documentos necessários ao acompanhamento da execução da merenda escolar;

VI – prestar suporte operacional ao Diretor do Departamento de Merenda Escolar e às unidades escolares no que se refere à organização, controle e execução da alimentação escolar;

VII – propor melhorias nos fluxos, rotinas e procedimentos operacionais relacionados à merenda escolar, submetendo-as à apreciação da chefia imediata e das áreas técnicas competentes;

VIII – executar outras atividades correlatas de natureza administrativa e operacional, compatíveis com o cargo e determinadas pela autoridade superior.

Parágrafo único. O Anexo IV, da Lei nº 2.524, de 04 de dezembro de 2017, passa a vigorar acrescido das atribuições do cargo de Chefe da Divisão de Gestão da Merenda Escolar, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e do Departamento de Merenda Escolar, e que estão descritas neste artigo.

(AC)

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 31 de Março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:DF84DF1B

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.199/2026

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL E REAJUSTE SALARIAL DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU DE AUTORIA DA MESA DIRETORA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Para efeito de concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, fica revisado em 3,36% (três vírgula trinta e seis por cento), o vencimento dos servidores efetivos e comissionados do Poder Legislativo Municipal, a título de reposição inflacionária aferida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 2º. Fica concedido à título de aumento real o percentual de 2,64% (dois vírgula sessenta e quatro por cento) aos vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Goioerê.

Art. 3º. Ficam reajustadas automaticamente com os percentuais tratados no *caput* dos artigos 1º e 2º desta Lei, as tabelas constantes dos Anexos IV e V da Lei Municipal nº 1.758/2007, assim como, os valores constantes do § 1º, Art. 52-B, da Lei nº 1.758/2007, e § 1º do Art. 90, da Resolução nº 001/2018, de 9 de abril de 2018.

Art. 4º. A revisão e o reajuste tratados nos artigos 1º e 2º desta lei serão concedidos a partir de 1º de abril de 2026.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:C4719CA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2026.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO: 31 DE MARÇO DE 2026.
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2026.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Bairro Jardim Lindóia, nesta cidade e comarca de Goioerê – PR, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.167.875-9 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

TOMADOR: CENTRO DE REINTEGRAÇÃO CRISTO TE AMA, instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública por meio da Lei Municipal nº 2.893/2022, inscrito no CNPJ sob o nº 40.374.123/0001-07, situada na Estrada Aldeias SOS, Sítio São Luiz, nesta cidade de Goioerê/PR, doravante denominada simplesmente TOMADOR, neste ato representada por seu presidente, Senhor MÁRIO JOSÉ PARIS, portador da Cédula de Identidade nº 6.215.495-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 911.836.779-87, residente e domiciliado na Rua Tsutomu Tanaka, nº 85, Bairro Jardim Primavera, nesta cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

OBJETO PROPOSTO: O presente instrumento tem por objeto ofertar o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade Serviço de Acolhimento Provisório, destinado a pessoas em situação de rua, do sexo masculino, a partir de 18 anos, que utilizam a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência e que não apresentem demandas de maior complexidade. O serviço ofertará acolhimento provisório com estrutura adequada que assegure privacidade, proteção e condições de convivência, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ao desenvolvimento da sociabilidade e a construção de novos projetos de vida.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PROVENIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Recurso Livre
14.002.8.244.0008.2.053.3.1.50.43.00.00.0.00 (360)
14.002.8.244.0008.2.053.3.3.50.43.00.00.0.00 (361)
14.002.8.244.0008.2.053.4.4.50.42.00.00.0.00 (362)
Recurso Impositivo
14.003.8.244.0009.2.296.3.3.50.43.00.00.0.00 (394)

VALOR: O valor global ajustado para este Termo de Fomento é de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), que será repassado em 12 (doze) parcelas mensais, a serem depositadas no Banco do Brasil, Agência nº 0847-8, Conta Corrente nº 43.271-7, em nome do Centro de Reintegração Cristo Te Ama, conforme cronograma de desembolso que faz parte do Plano de Trabalho aprovado.

PERÍODO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: De 01 de abril de 2026 a 31 de março de 2027.

FORO: Comarca de Goioerê, Estado do Paraná.

Goioerê, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê-PR

MÁRIO JOSÉ PARIS
Presidente do Centro de Reintegração Cristo Te Ama

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:E98E5F29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2026.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO: 31 DE MARÇO DE 2026.

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, nesta cidade e comarca de Goioerê – PR, doravante denominado, simplesmente, CONCEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.167.875-9 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

TOMADOR: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIOERÊ, instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública por meio da Lei Municipal nº 802/05/76, inscrita no CNPJ sob o nº 75.838.672/0001-70, com sede na Rua Mário Ribeiro, nº 77, Jardim Lindóia, nesta cidade de Goioerê – PR, doravante denominada, simplesmente, TOMADOR, neste ato representada por seu representante legal, Senhor SÉRGIO FORTIS, portador da Cédula de Identidade e inscrito no CPF/MF sob o nº 676.179.649-00, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

OBJETO PROPOSTO: O presente instrumento tem por objeto a aquisição de tablets e telas interativas destinados ao atendimento de usuários com Deficiência Intelectual e Múltipla cadastrados nos serviços ofertados pela APAE, com a finalidade de ampliar recursos pedagógicos, de comunicação alternativa e de estimulação cognitiva. Os dispositivos serão utilizados em atividades ludo pedagógicas e terapêuticas, possibilitando suporte personalizado conforme as necessidades de cada usuário. Por meio de aplicativos educacionais e recursos interativos, busca-se favorecer a comunicação para os usuários não verbais, o aprendizado e o desenvolvimento global dos usuários, contribuindo para o estímulo dos aspectos físico, motor, cognitivo, afetivo e psicossocial em um ambiente inclusivo e adaptado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
14.006.8.244.0008.2.062.4.4.50.42.00.00.0.00 (436).

VALOR: O valor global ajustado para este Termo de Fomento é da ordem de R$27.384,06 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e seis centavos), que será repassado em parcela única, a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 8570-7, Conta Corrente 876-1 em nome da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê, conforme cronograma de desembolso, que faz parte, do Plano de Trabalho.

PERÍODO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: De 01 de abril de 2026 até 30 de junho de 2026.

FORO: Comarca de Goioerê, Estado do Paraná.

Goioerê, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê-PR

SERGIO FORTIS
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê-PR

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:6BD19FC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 008/2026

TERMO DE FOMENTO N° 011/2026

Concedente: Município de Goioerê/PR.
CNPJ: 78.198.975/0001-63.

Tomador: Centro de Reintegração Cristo Te Ama.
CNPJ: 40.374.123/0001-07.

Objeto Proposto: O presente instrumento tem por objeto ofertar o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade Serviço de Acolhimento Provisório, destinado a pessoas em situação de rua, do sexo masculino, a partir de 18 anos, que utilizam a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência e que não apresentem demandas de maior complexidade. O serviço ofertará acolhimento provisório com estrutura adequada que assegure privacidade, proteção e condições de convivência, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ao desenvolvimento da sociabilidade e a construção de novos projetos de vida.

Valor Total do Repasse: R$230.000,00 (duzentos e trinta mil reais):
Orçamento Livre: R$212.210,00 (duzentos e doze mil, duzentos e dez reais).
Orçamento Impositivo: R$17.790,00 (dezessete mil, setecentos e noventa reais), destinados às ações com Assistência Comunitária – Chácara de Recuperação do CRISTMA – Movimento Cristo Te Ama.

Projeto de Lei nº 060/17/2025	
Vereador	**Valor da Emenda**
Fabiano Aparecido Barboza	R$12.790,00
Marcelo Concencio Zaia	R$ 5.000,00

Dotações Orçamentárias provenientes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Recurso Livre
14.002.8.244.0008.2.053.3.1.50.43.00.00.0.00 (360)
14.002.8.244.0008.2.053.3.3.50.43.00.00.0.00 (361)
14.002.8.244.0008.2.053.4.4.50.42.00.00.0.00 (362)
Recurso Impositivo
14.003.8.244.0009.2.296.3.3.50.43.00.00.0.00 (394)

Base Legal: Artigos 29 e 31, caput, da Lei Federal nº 13.019/2014, e Artigo 9, § 2°, inciso I, do Decreto Municipal nº 7.843/2022.

Goioerê-PR, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê-PR

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:A52F9E68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 009/2026

TERMO DE FOMENTO N° 012/2026

Concedente: Município de Goioerê/PR.
CNPJ: 78.198.975/0001-63.

Tomador: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê.
CNPJ: 75.838.672/0001-70.

Objeto Proposto: O presente instrumento tem por objeto a aquisição de tablets e telas interativas destinados ao atendimento de usuários com Deficiência Intelectual e Múltipla cadastrados nos serviços ofertados pela APAE, com a finalidade de ampliar recursos pedagógicos, de comunicação alternativa e de estimulação cognitiva. Os dispositivos serão utilizados em atividades ludo pedagógicas e terapêuticas, possibilitando suporte personalizado conforme as necessidades de cada usuário. Por meio de aplicativos educacionais e recursos interativos, busca-se favorecer a comunicação para os usuários não verbais, o aprendizado e o desenvolvimento global dos usuários, contribuindo para o estímulo dos aspectos físico, motor, cognitivo, afetivo e psicossocial em um ambiente inclusivo e adaptado.

Valor Total do Repasse: R$27.384,06 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e seis centavos).

Dotação Orçamentária:
14.006.8.244.0008.2.062.4.4.50.42.00.00.0.00 (436).

Base Legal: Artigo 31, caput, da Lei Federal nº 13.019/2014, e Artigo 9º, § 2º, inciso I, do Decreto Municipal nº 7.843/2022.

Goioerê-PR, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê-PR

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:6A018572

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 222/2026

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 01 de abril de 2026, o servidor público municipal FELIPE DA COSTA GUERAS, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Apoio a Transporte de Pacientes.
Art. 2º O servidor público indicado no caput, a partir de 01 de abril de 2026, voltará a exercer as atribuições do cargo efetivo no qual se encontra investido.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:0B063FBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 223/2026

Designa como coordenador do posto de identificação e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
RESOLVE:

Art. 1º Designar, a servidora pública municipal ANGELA BEATRIZ RIBEIRO DANTAS, portadora do RG. nº.: 12.947.303-7 SESP/PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para responder como IDENTIFICADOR DO POSTO DE IDENTIFICAÇÃO do Município de Goioerê, sem acumulo de vantagens e sem ônus a Administração Municipal.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:DF39183B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 224/2026

Nomeia cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
RESOLVE:
Art. 1º Nomear, a partir de 1º de abril de 2026, o senhor ROSIVAL RODRIGUES DA SILVA, portador do RG. nº.: 446.195.969-49 SESP/PR, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Apoio a Transporte de Pacientes, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo seus vencimentos pelo CC-05, constante no anexo II da tabela de vencimentos dos cargos em comissão da Lei Municipal nº. 2.524/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:0A81590B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 225/2026

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de abril de 2026, a servidora pública municipal MARIA GABRIELLA MATTOS MARTINS DOS SANTOS, do cargo de Chefe de Divisão de Assistência ao Educando, com admissão em 02 de junho de 2025, nomeada por meio da Portaria nº 482./2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:60014ABC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 226/2026

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de abril de 2026, a servidora pública municipal ADRIANA APARECIDA MENEZES MOREIRA, do cargo de Chefe de Divisão de Assistência de Apoio Administrativo (educação), com admissão em 03 de fevereiro de 2025, nomeada por meio da Portaria nº 159/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:868F3F8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 227/2026

Nomeia cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de abril de 2026, a senhora ADRIANA APARECIDA MENEZES MOREIRA, portadora do RG. nº.: 6.762.965-5 SESP/PR, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Assistência ao Educando, lotado na Secretaria Municipal de Educação, percebendo seus vencimentos pelo CC-05, constante no anexo II da tabela de vencimentos dos cargos em comissão da Lei Municipal nº. 2.524/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:047CB04F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 228/2026

Nomeia cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de abril de 2026, a senhora a senhora MARIA GABRIELLA MATTOS MARTINS DOS SANTOS, portadora do RG. nº.: 14.944.862-4 SESP/PR, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Orientação Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, percebendo seus vencimentos pelo CC-05, constante no anexo II da tabela de vencimentos dos cargos em comissão da Lei Municipal nº. 2.524/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:EC4FE761

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 229/2026

Nomeia cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de abril de 2026, a senhora a senhora MARIA GABRIELLA MATTOS MARTINS DOS SANTOS, portadora do RG. nº.: 14.944.862-4 SESP/PR, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Orientação Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, percebendo seus vencimentos pelo CC-05, constante no anexo II da tabela de vencimentos dos cargos em comissão da Lei Municipal nº. 2.524/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:FB1BE1E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA N° 268/2026 – CMAS

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Mauro Mori, nº 1164, Jardim Lindóia, no município de Goioerê, Estado do Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social em reunião extraordinária. A presidente, Sra. Isabela Zabot Rocha, cumprimentou a todos com um bom dia e deu início aos trabalhos, passando à pauta do dia, que tratou da prestação de contas. Dando continuidade, foi realizada a leitura da prestação de contas referente ao repasse do Piso Único de Assistência Social (PAS), referente ao período anual de 2025, bem como a prestação de contas anual do repasse de incentivo da Proteção Social Básica e dos Benefícios Eventuais, 2025. Após análise, ambas as prestações de contas foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, eu, Danyelle Ramos Lopes Leal Guimarães, lavrei a presente ata, a qual, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais presentes. A lista de presença consta em anexo.

Publicado por:
Claudia Adriana Cacela Ilto de Moura
Código Identificador:12499007

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2026 – CMAS

CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ – PARANÁ

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas dos recursos da assistência social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Goioerê/PR, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1.447/97 e nº 3.073/2024, considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
Considerando a Lei Federal nº 8.742/93;
Considerando a reunião extraordinária realizada no dia 31 de março de 2026, às oito horas, conforme registrado em ata do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Av. Mauro Mori, nº 1164, Jardim Lindóia, no município de Goioerê – PR;
Resolve:
Art. 1º. Aprovar a prestação de contas referente ao repasse do Piso Único de Assistência Social (PAS), relativa ao período anual de 2025.
Art. 2º. Aprovar a prestação de contas referente ao repasse de incentivo da Proteção Social Básica e dos Benefícios Eventuais, relativa ao período anual.
Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ISABELA ZABOT ROCHA
Presidente do CMAS de Goioerê – PR
Gestão 2025–2027

Publicado por:
Claudia Adriana Cacela Ilto de Moura
Código Identificador:8DE8CE62

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 22/2026
OBJETO: Aquisição de um VEÍCULO NOVO TIPO SEDAN - 05 LUGARES, com características técnicas descritas e disponibilizadas pelo SECID, de acordo com Convênio n° 2193/2025 que será destinado a Secretaria Municipal de Administração.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 102.900,00

DATA: 31/03/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Queiroz de Loyola da Silva
Código Identificador:B0DF2A52

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 4/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 23/2026

OBJETO: Aquisição de PLAYGROUND com FORNECIMENTO e INSTALAÇÃO no bairro Jardim Galileia do município de Goioerê-PR, de acordo com o Convênio SECID n° 2166/2025, conforme projetos, planilhas e memorial descritivo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: DELLA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 300.000,00

DATA: 31/03/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Queiroz de Loyola da Silva
Código Identificador:2A01BF77

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 25/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
Contratada: PARANA DIESEL VEICULOS LTDA
Valor: R$ 727.000,00
Vigência: Início: 01/04/2026 **Término:** 01/04/2027
Inexigibilidade de Licitação nº 15/2026
Objeto da Contratação: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA) N.º 057/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 97/2025, firmado pelo MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO (PR), com o objetivo de adquirir um (01) CAMINHÃO 6X4 - CAÇAMBA BASCULANTE, NOVO ZERO KM ATEGO 2730/36, da marca MercedesBenz, ano/modelo 2025, 0 KM.
Goioerê/PR, 31 de Março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:D373D7BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2026
OBJETO: Registro de Preços visando aquisições futuras de ASFALTO ENSACADO (ASFALTO A FRIO), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras do município de Goioerê-PR.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: ASFALTEC PAVING LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 76.000,00

DATA: 31/03/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Queiroz de Loyola da Silva
Código Identificador:C51662C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 37/2026
OBJETO: Registro de preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na COLETA, TRANSPORTE e DESTINAÇÃO FINAL de CHORUME, produzidos na Lagoa Anaeróbica do Aterro Sanitário do município de Goioerê, conforme demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: PIRES LIMPEZA AMBIENTAL LTDA
VALOR DA DESPESA:R$ 351.600,00

DATA: 31/03/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Queiroz de Loyola da Silva
Código Identificador:36CB472E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 15/2024

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, resolve apostilar o Contrato nº 15/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo de apostilamento tem por objeto:
1.1.1. **Alteração de fiscal** no **Contrato nº 15/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO
2.1. Ficam incluídas as servidoras ELISANGELA TEODORO RAFAEL (matrícula nº 5061991); SELMA APARECIDA DE SOUZA (matrícula nº 5061521) e FABIANA PEREIRA (matrícula nº 505597), como fiscais do Contrato nº 15/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 31 de março de 2026

Assinado Digitalmente
PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:9AC8AA22

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 16/2024

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, resolve apostilar o Contrato nº 16/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo de apostilamento tem por objeto:
1.1.1. **Alteração de fiscal** no **Contrato nº 16/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO
2.1. Ficam incluídas as servidoras ELISANGELA TEODORO RAFAEL (matrícula nº 5061991); SELMA APARECIDA DE SOUZA (matrícula nº 5061521) e FABIANA PEREIRA (matrícula nº 505597), como fiscais do Contrato nº 16/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 31 de março de 2026

Assinado Digitalmente
PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:2F0403F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 17/2024

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, resolve apostilar o Contrato nº 17/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo de apostilamento tem por objeto:
1.1.1. **Alteração de fiscal** no **Contrato nº 17/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO
2.1. Ficam incluídas as servidoras ELISANGELA TEODORO RAFAEL (matrícula nº 5061991); SELMA APARECIDA DE SOUZA (matrícula nº 5061521) e FABIANA PEREIRA (matrícula nº 505597), como fiscais do Contrato nº 17/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 31 de março de 2026

Assinado Digitalmente
PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:99C9194F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 34/2025

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, resolve apostilar o Contrato nº 34/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo de apostilamento tem por objeto:
1.1.1. **Inclusão de fiscal** no **Contrato nº 34/2025.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO
2.1. Ficam incluídos os servidores BRUNO SCARDELATO TERTULINO (matricula nº 506240) e PRISCILA ALVES SIQUEIRA (matrícula nº 506570), como fiscais do Contrato nº 34/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 27 de março de 2026.

Assinado Digitalmente
PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:B6FD521C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAUDE	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS	27/03/2026	14.887,40
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	ICS	31/03/2026	268.818,18
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FUS	31/03/2026	62.034,94
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FUNDEB	31/03/2026	52.678,27
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	31/03/2026	6.745,63
Goioerê, 31 de março de 2.026.			

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:C84CCC32

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
Ministério das Cidades	Convênio nº 939643/2022 – Pavimentação Asfáltica	31/03/2026	287.306,00
Goioerê, 31 de Março de 2.026.			

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Graciele Giopato Lima Rosa
Código Identificador:81726F0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
RESOLUÇÃO N° 03/2026

Declara Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Goioxim, face ao feriado de Sexta-Feira Santa e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica e Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1° Declara Ponto Facultativo o dia 02 de abril do corrente ano, na Câmara Municipal de Goioxim, face ao feriado de Sexta-Feira Santa, que ocorrerá no dia 03 de abril.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, 31 de março de 2026.

MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:33EF96AE

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2026
PROCESSO Nº 24

LICITAÇÃO: Dispensa Eletrônica nº 12/2026 (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 75, inciso II).

OBJETO: Aquisição de 01 (um) fogão com seis queimadores e forno e 01 (um) esterilizador de mamadeiras para micro-ondas, destinados ao CMEI – Creche Pró Infância Bela Vista, em atendimento ao Termo de Compromisso PAR nº 202300060, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC e o Município de Goioxim/PR.

VALOR ESTIMADO: R$ 3.460,41

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78.

LOCAL: Sistema LICITANET (https://licitanet.com.br/).

DATA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 01/04/2026.

DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: 08/04/2026 - das 8:00h às 14:00h.

INFORMAÇÕES: através do protocolo digital acessível no site oficial do Município ou através do e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.goioxim.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Goioxim, 31/03/2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:9737B919

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 10. 2026-DISPÕE SOBRE FERIADO DA SEXTA FEIRA SANTA

SÚMULA: DECRETA RECESSO E PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica do Município.
Considerando o período da Semana Santa e o feriado nacional de 03 de abril de 2026 (Sexta-feira Santa).
DECRETA
Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 02 de abril de 2026, em razão do feriado da Sexta-feira Santa, celebrado em 03 de abril de 2026. Nessa data, os servidores estarão dispensados do expediente.
Parágrafo único - Durante o período mencionado, não haverá interrupção dos serviços considerados essenciais, conforme determinação do Secretário responsável pela respectiva pasta
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito municipal de Goioxim-PR em 30 de março de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Goioxim

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:25DAA681

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 960-2026 -DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 881.619,76

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 881.619,76 (oitocentos e oitenta e um mil e seiscentos e dezenove reais e setenta e seis centavos) no orçamento vigente e dá outras providências**.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal Eder dos Santos, sanciono com base no art. 56, inciso I da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial por Superavit Financeiro do Exercício anterior no valor de RS 385.396,41 (Trezentos e oitenta e cinco mil e trezentos e noventa e seis reais e quarenta e um centavos) nas seguintes contas de despesas:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA**
09.001	**Departamento de Cultura**

13.695.0009-2057	**CONVENIO 413-2025 SETU - RESTITUIÇAO SALDO**	
33.90.93.00.00	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	
00969- 00836	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	R$: 20.061,77

13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA**	
13.003	**Departamento de Agricultura Familiar**	
20.605.0013-2063	**EMENDA INDIVIDUAL Nº 202545000010 - ELTON C WELTER - AQUISIÇÃO TRATOR AGRICOLA**	
44.90.52.00.00	**EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**	
01781- 00831	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)-FT 831	R$: 253.902,21

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.004	**Departamento de Vigilância em Saúde**	
10.304.0010-2052	**SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO ANTERIOR**	
33.90.14.00.00	**DIARIAS PESSOAL CIVIL**	
01089- 00339	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - PróVigia	R$: 10.000,00
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01091- 00339	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - PróVigia	R$: 30.000,00
33.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA**	
01092- 00339	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - PróVigia	R$: 71.432,43

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos resultantes de superávit financeiro do exercício anterior, nas fontes relacionadas, em conformidade com o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei nº4320/1964, conforme demonstrado abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	SUPERÁVIT FINANCEIRO
00831	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)-FT 831	253.902,21
00836	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	20.061,77
00339	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – PróVigia	111.432,43

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial por anulação de dotações no valor de RS 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) nas seguintes contas de despesas:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.004	**Departamento de Vigilância em Saúde**	
10.304.0010-2064	**PROGRAMA – PROVIGIA CUSTEIO**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01291- 00339	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – PróVigia	R$: 51.000,00

Art. 4º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo 3º, serão utilizados os recursos de cancelamento parcial de dotações, em conformidade com o inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei nº4320/1964, conforme demonstrado abaixo:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.004	**Departamento de Vigilância em Saúde**	
10.304.0010-2027	**ATIVIDADES DE AQUISIÇAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA A SAUDE E MAN. ATIVIDADES DA SAUDE**	
44.90.52.00.00	**EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**	
01270- 00339	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – PróVigia	R$: 51.000,00

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar especial por Tendência de Excesso de Arrecadação no valor de R$ 445. 223,35 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil e duzentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos) nas seguintes contas de despesas:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA**	
09.001	**Departamento de Cultura**	
13.695.0009-2057	**CONVENIO 413-2025 SETU - RESTITUIÇAO SALDO**	
33.90.93.00.00	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	
00968- 00000	Recursos Ordinarios (Livres)	R$: 80.838,23

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.001	**Departamento Administrativo Secretaria de Saúde**	
10.301.0010-2065	**EXCESSO DE ARRECADAÇAO – SAUDE**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01093- 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	R$: 180.000,00
33.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA**	
01094- 00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	R$: 184.385,12

Art. 6º Para dar cobertura ao credito aberto no art. 5º, serão utilizados os recursos de tendência de excesso de arrecadação, apurado em 28-02-2026, **em conformidade com o inciso II, § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320/1964**, conforme quadro abaixo:

Conta receita	Denominação	Fonte de Recursos	Valor Excesso
17.11.51.10.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – COTA MENSAL	00303	364.385,12
17.21.51.01.00.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	00000	80.838,23

Art. 7º Ficam assim, alterados os anexos do Plano Plurianual de 2026 a 2029, Lei nº 936/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 935-2025 e da Lei Orçamentária Anual nº 936/2025.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 31 de março de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:5F3E78F2

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 90 DE 31 DE MARÇO DE 2026, TASSIELE MARIA PEDROSO.

PORTARIA Nº 90 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Exonera à pedido, servidor público municipal, ocupante do cargo comissionado, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada a servidora TASSIELE MARIA PEDROSO, matricula funcional nº 138034, a partir da data de 31 de março de 2026 do cargo de Chefe de Gabinete.

Artigo 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, 31 de março de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:9395D6E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 022/2026

P O R T A R I A Nº 022/2026
D a t a: 31 de março de 2026.

Ementa: Concede férias ao servidor GEAN LOURENÇO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

A Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com supedâneo no art. 89 e 217 da Lei Municipal n. 1.246/2003 e a pedido do servidor através do memorando nº 2025000560,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder férias ao servidor GEAN LOURENÇO DA SILVA, matrícula nº 1131, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo da Câmara Municipal, portador da Cédula de Identidade n. 31.571.XXX-X SSP/PR e CPF n. 174.XXX.017-77, **no período compreendido entre 22 de abril à 04 de maio de 2026**, relativo ao período aquisitivo de 06 de maio de 2024 a 05 maio de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:2DBCDA40

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 023/2026

P O R T A R I A Nº 023/2026
D a t a: 31 de março de 2026.

Ementa: Concede férias ao servidor EDSON JOSÉ ITO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo.

A Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com supedâneo no art. 89 e 217 da Lei Municipal n. 1.246/2003 e a pedido do servidor através do memorando nº 2026000008,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder férias ao servidor EDSON JOSÉ ITO, matrícula nº 1130, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo da Câmara Municipal, portador da Cédula de Identidade n. X.878.50X-X SSP/PR e CPF n. XXX.731.93X-XX, **no período compreendido entre 22 à 30 de abril de 2026**, relativo ao período aquisitivo de 06 de maio de 2024 a 05 maio de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:8B016170

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 024/2026.

PORTARIA Nº. 024/2026.
DATA: 31 de março de 2026.

EMENTA: Autoriza o servidor SERGIO ELLOIR BELLIO, Matrícula nº 19, ocupante do cargo de Escriturário, cumprir jornada de trabalho na modalidade *home office* e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em conformidade com o artigo 8º, da Lei nº 2.221/2022,

Considerando o contido no Memorando Interno n°. 2026000219;

Considerando a manifestação jurídica favorável do Advogado Público;

Considerando a Declaração Médica que recomenda o trabalho remoto ao referido empregado público;

Considerando o Relatório apresentado pela Direção Administrativa da Câmara;

RESOLVE

Art. 1° Autorizar o servidor **Sergio Eloir Bellio**, Matrícula 19, ocupante do cargo de Escriturário da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, a cumprir sua jornada de trabalho na modalidade *home office*, até 31 de dezembro de 2026.

Art. 2° São consideradas obrigações a serem observadas e cumpridas pelo empregado para o regime *home office*:

I - A realização da jornada de trabalho diária integral, com registro em sistema de ponto eletrônico online;
II - A realização de atividades em local adequado às condições de privacidade e segurança exigidas pelo serviço, mediante a utilização de tecnologias da informação e comunicação;
III - Atendimento imediato, quando requerido, durante o horário de expediente, bem como a permanência à disposição, para comparecimento presencial na Câmara Municipal, caso necessário, observado o prazo razoável para deslocamento, tendo em consideração sua condição de locomoção;
IV - A consulta diária das contas de e-mail, memorando, e a resposta tempestiva, pela via adequada, aos expedientes recebidos;
V - O atendimento aos vereadores e demais servidores da Casa, durante o horário de expediente, por telefone, aplicativo de *WhatsApp* ou por outro meio de comunicação;
VI - Outras atividades a serem determinadas pelo Presidente ou pelo Diretor da Câmara;
VII - Apresentação de relatório mensal de suas atividades; demais funções constantes das atribuições pertinentes ao cargo, constantes do anexo da Lei 2.221/2022;

VIII - apresentar, a cada 3 meses, relatório médico a fim de atestar a evolução do tratamento.

Art. 3° O servidor deverá estar remotamente presente durante os horários das Sessões Ordinárias e Extraordinárias realizadas na Câmara Municipal de Guaíra.

Art. 4° É de responsabilidade do servidor buscar e levar documentos físicos que julgar necessários para elaboração de atos oriundos de suas atribuições, bem como material de expediente para cumprimento de suas atividades.

Art. 5° Qualquer conduta praticada pelo servidor, que seja incompatível com a modalidade de trabalho *home office*, acarretará a revogação da presente Portaria, observado o contraditório.

Art. 6º O servidor fica autorizado a levar para sua residência o computador que costuma utilizar no âmbito da Câmara Municipal, ficando inteiramente responsável por eventuais danos.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente – Gestão 2025/2026.

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:2F8A4341

COMPRAS E LICITAÇÕES
1ª ATA DE JULGAMENTO REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 003/2026

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, no edifício da Prefeitura Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, localizado na Avenida Coronel Otávio Tosta, 126, sala de abertura de licitações do Departamento de Compras, em relação ao mérito das propostas inscritas ao CHAMAMENTO PÚBLICO N° 003/2026. Estiveram presentes à sessão os membros da Comissão: Graziela Barbosa de Azevedo, Michele Tais Claro Guedes e Gabriel Ribeiro do Monte e o Diretor de Compras e Licitações que acompanhou os procedimentos.

No horário estabelecido, iniciou-se a sessão com a análise dos documentos e propostas, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de cuidados pessoais destinados às crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente na Casa Abrigo, compreendendo corte de cabelo masculino e feminino, penteados femininos para eventos especiais, manicure e pedicure, a serem executados sob demanda, conforme as necessidades do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes do Município de Guaíra/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.
Após analisada a documentação da respectiva proponente e de seus profissionais, foi declarada HABILITADA, e os respectivos profissionais aptos a prestação dos serviços, conforme segue o resultado preliminar:
Proponente (PD 8578/2026): CLEUSA RAFACHO RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº 50.541.724/0001-10, a apresentação de documentos e proposta dos seguintes profissionais:
CLEUSA RAFACHO RODRIGUES, nos itens 02, 03, 04 e 05.
GLEICI KELLY DE JESUS SPAK, nos itens 02, 03, 04 e 05.

Nada mais havendo a relatar, esta Comissão encerra os trabalhos com a lavratura desta Ata, que após lida e achada conforme, irá assinada pelos membros da Comissão. Esta Ata será publicada e divulgada através do Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP e através do sítio do Município no site: www.guaira.pr.gov.br , pelo link Chamamento Público.

Publique-se.

Guaíra/PR, 31 de março de 2026.

NATALIA GABRIELA M. AZEVEDO	***MICHELE TAIS CLARO GUEDES***	***GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO***
Membro da Comissão Permanente de Licitações	Membro da Comissão Permanente de Licitações	Membro da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:72A91DA3

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 101/2026

Extrato do Segundo Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 235/2025 e Contrato de Prestação de Serviços nº 294/2025, do Edital da Dispensa de Licitação nº 016/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **CENTRO NORTE - SINALIZACAO VIARIA COMERCIAL E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.525.549/0001-74**

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de colunas semafóricas compostas, braços projetados e cabos específicos para implantação de semáforos no Município de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 294/2025, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 235/2025.

Do Acréscimo do Valor: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 40.848,30 (quarenta mil oitocentos e quarenta e oito reais e trinta centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:346B59C4

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 102/2026

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 479/2024, da Inexigibilidade de Licitação nº 052/2024

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **CARTÓRIO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE GUAÍRA, CNPJ nº 50.034.931/0001-89,** investida na função de delegada do Serviço de Registro de imóveis, Registro civil das Pessoas Naturais e Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Guaíra **a Sra. BRÍCIA VIEIRA NEPOMUCENO, CPF n° ***.446.***-91**

Objeto do Contrato: Contratação de serviços de cartório de registro de imóveis, a serem utilizados pelas diversas secretarias e unidades administrativas deste município de Guaíra, Paraná.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é o **acréscimo de percentual de valor** no Contrato de Prestação de Serviços nº 479/2024, decorrente de alteração de meta física.

Do acréscimo do valor: os Contratantes pagarão ao Contratado o valor total adicional de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, correspondente ao percentual de **25,00%** do valor total original contratado, que é de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**. O valor total final do objeto, considerando o presente Aditivo será de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E5756B40

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 103/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 264/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 011/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.418.655/0001-09**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de **procedimentos ambulatoriais de média complexidade em Reabilitação Intelectual para os alunos de Escola Especial**, em ambientes especializados e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as normas do sistema, visando à garantia da atenção integral à saúde dos usuários que integram a região de abrangência/referência da CONTRATADA, sem prejuízo da observância do setor Regulador da CONTRATANTE.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato Administrativo nº 264/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, até **03 de abril de 2027.**
Do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo de **R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E6638AEC

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 047/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Global

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual prestação de serviços de plantio e manejo de mudas de espécies nativas em propriedades públicas deste município, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 17/04/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 17/04/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 17/04/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 31 de março de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:CDC15B95

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 048/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura aquisição de 01 (um) veículo tipo SUV para atender as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, desse município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 15/04/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 15/04/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 15/04/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 31 de março de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:85D40BE0

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Global

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços de outsourcing de impressão (managed print services), compreendendo a locação de equipamentos multifuncionais e impressoras, todos novos, sem uso anterior, não recondicionados e não remanufaturados, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos incluindo toners, tintas e cabeças de impressão (exceto papéis), para atendimento do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 17/04/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 17/04/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 17/04/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 31 de março de 2026.

BARBARA DA SILVA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:DF964748

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026

Pregão Eletrônico nº 004/2026
Processo Administrativo nº 363/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **UNIFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRO-INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 88.442.553/0001-45**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 32.414,80 (trinta e dois mil e quatrocentos e quatorze reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:DDF64708

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026

Pregão Eletrônico nº 004/2026
Processo Administrativo nº 363/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **LEANDRO ALBERTO KERBER LTDA, CNPJ nº 42.921.840/0001-37**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 3.864,00 (três mil e oitocentos e sessenta e quatro reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:AD00D77C

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026

Pregão Eletrônico nº 004/2026
Processo Administrativo nº 363/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **TOLEQUIP VENDAS LTDA, CNPJ nº 59.764.011/0001-90**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 86.205,00 (oitenta e seis mil e duzentos e cinco reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:28B0AFEE

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026

Pregão Eletrônico nº 004/2026
Processo Administrativo nº 363/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA, CNPJ nº 21.613.975/0001-65**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:0A3D848B

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026

Pregão Eletrônico nº 004/2026
Processo Administrativo nº 363/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **IMPACTO ADMINISTRACAO E EFICIENCIA LTDA, CNPJ nº 60.173.263/0001-24**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 8.639,75 (oito mil e seiscentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E8568FA6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 113/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **UNIFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRO-INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 88.442.553/0001-45**

Objeto do Contrato: Aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 32.414,80 (trinta e dois mil e quatrocentos e quatorze reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:42D86DA9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 114/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **LEANDRO ALBERTO KERBER LTDA, CNPJ nº 42.921.840/0001-37**

Objeto do Contrato: Aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 3.864,00 (três mil e oitocentos e sessenta e quatro reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:04F4F989

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 171/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 115/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **TOLEQUIP VENDAS LTDA, CNPJ nº 59.764.011/0001-90**

Objeto do Contrato: Aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 86.205,00 (oitenta e seis mil e duzentos e cinco reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:967E55F5

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 116/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**
Contratada: **TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA, CNPJ nº 21.613.975/0001-65**

Objeto do Contrato: Aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:7F6D32BA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 117/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 004/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **IMPACTO ADMINISTRACAO E EFICIENCIA LTDA, CNPJ nº 60.173.263/0001-24**

Objeto do Contrato: Aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços.

Valor Total: R$ 8.639,75 (oito mil e seiscentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:CA8A6D8D

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 204/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 004/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de **Pregão Eletrônico nº 004/2026,** cujo objeto é a aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Salão dos Produtores Rurais da Comunidade Maracaju dos Gaúchos e à Casa do Mel, visando atender às necessidades operacionais desses espaços, sendo as empresas vencedoras:

UNIFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRO-INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 88.442.553/0001-45**, vencedora do item 1 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 32.414,80 (trinta e dois mil e quatrocentos e quatorze reais e oitenta centavos);**

LEANDRO ALBERTO KERBER LTDA, inscrita no **CNPJ nº 42.921.840/0001-37**, vencedora do item 2 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 3.864,00 (três mil e oitocentos e sessenta e quatro reais);**

TOLEQUIP VENDAS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 59.764.011/0001-90**, vencedora dos itens 4, 5, 8 e 11 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 86.205,00 (oitenta e seis mil e duzentos e cinco reais);**

TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 21.613.975/0001-65**, vencedora do item 9 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais);**

IMPACTO ADMINISTRACAO E EFICIENCIA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 60.173.263/0001-24**, vencedora do item 10 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 8.639,75 (oito mil e seiscentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos);**

Art. 2º - Declarar que restaram DESERTOS os itens 3, 6 e 7 da Licitação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 30 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:1AC70E3D

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 21/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Art. 1º Fica este Consórcio autorizado abrir, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar na importância de **R$ 250.000,00**

(duzentos e cinquenta mil reais), destinado à rubrica orçamentária a seguir relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.001 Manutenção do Quadro de servidores
Despesa: 3.1.90.91.00.00 – Sentenças Judiciais
Fonte de Recurso: 01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados
Valor: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Art. 2º A importância **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)** é decorrente de redução parcial da dotação orçamentária abaixo relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.001 Manutenção do Quadro de servidores
Despesa: 3.1.90.16.00.00 – Outras despesas de variáveis- pessoal civil
Fonte de Recurso: 01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados
Valor: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 31 de março de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:FDEBA08E

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº22/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Considerando a publicação do Ato de Consórcio nº 21/2026 que altera o Orçamento do Exercício de 2026 e sua Programação Financeira.

Art. 1º Alterar o Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, como estabelece abaixo:

§ 1º Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados	3 Despesa Corrente	R$ 250.000,00

Parágrafo 2: Alterações Diminutivas do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados	3 Despesa Corrente	R$ 250.000,00

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 31 de março de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:C45B510E

CONSAMU
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 17.420.047/0001-07, torna público, que realizará no dia **14/04/2026** às **08h31min** a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico do **tipo MENOR PREÇO POR ITEM,** que tem por objeto **"**Fornecimento de materiais de expediente, pilhas e baterias, por meio do Sistema de Registro de Preços**".** Início da sessão de disputa de preços às **09h00min** do dia **14/04/2026.** A retirada do edital poderá ser realizada através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@consamu.com.br, pelo site www.novobbmnet.com.br ou na Sede Administrativa do CONSAMU, situado à Rua Uruguai, nº 283, Setor de Compras/Licitação, Bairro Alto Alegre, Cascavel – PR. Telefone: (045) 3036-7117 – Site: https://www.consamu.com.br/

Cascavel – PR, 31 de março de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:2FFCF906

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 EDITAL Nº 066/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2024 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 242/2024 nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **01/04/2026 a 08/04/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
2º	1.829	JOHNNY CARDOSO	Motorista Socorrista	Assis Chateaubriand
50º	3.360	LIANARA FREYTAG CARNEIRO	Agente Administrativo	Cascavel
22º	1.802	JOÃO OTÁVIO LOPES ASSIS	Médico 24h / SAMU	Cascavel
98º	2.216	ALAN JACKSON MELQUIADES DE ANDRADE	Médico 24h / UPA / HOSPITAL / MACRORREGULAÇÃO	Cascavel
99º	3.273	JOÃO GABRIEL KOVAL SANT'ANA	Médico 24h / UPA / HOSPITAL / MACRORREGULAÇÃO	Cascavel
100º	2.745	KAMILA TOMAZINI BATISTA	Médico 24h / UPA / HOSPITAL / MACRORREGULAÇÃO	Cascavel
38º	3.060	WILLIAN SZEWCZUK	Motorista Socorrista	Cascavel
17º	3.891	MARCELLO AUGUSTO AGUIAR DE SOUZA	Técnico em Enfermagem / SAMU	Cascavel
7º	1.415	VANIA BEATRIZ FALCI	Enfermeiro / UPA	Guaíra
21º	2.569	JULIAN LOPES OJEDA	Agente Administrativo	Toledo

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:

- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:7832FC7C

CONSAMU
PORTARIA Nº 025/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Encarregado de Setor lotado no Setor de Controle e Manutenção de Frota, o Sr. Jonas Vinicius Reinhardt dos Santos, RG 8.147.903-8 SSP PR com gratificação de 23%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 002/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.

Cascavel, 31 de março de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:F6A75060

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar, com fornecimento de enxoval hospitalar e sistema de rastreabilidade por RFID (Identificação por Radiofrequência) para atender as demandas do Hospital de Retaguarda Allan Brame Pinho, localizado em Cascavel-PR, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de empreitada por preço unitário".

RESULTADO – Empresa: GOTA D AGUA LAVANDERIA LTDA. no lote 1, com valor total de R$ 2.337.385,60 (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

Cascavel – PR, 31 de março de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:AFF81FD3

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Contratação de empresa (s) para prestação de serviços de gestão de internet – Fibra ótica em regime de empreitada por preço unitário".

RESULTADO – Empresas: LIGGA TELECOMUNICACOES S.A. nos lotes 2, 3, 7, 8 e 9, com valor total de R$ 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais). **TELEFONICA BRASIL** nos lotes 1, 4, 5, 6, com valor total de R$ 19.998,76 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos).

Cascavel – PR, 31 de março de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:8F7DDE6E

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU
EDITAL Nº 068/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 029/2026, nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **01/04/2026 a 08/04/2026**, **das 8h30min**

às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
020º	323/2026	Alexandre Coronado do Nascimento	Médico 24h	Toledo

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:302CB9F4

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU
EDITAL Nº 067/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2025 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 193/2025, nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **01/04/2026 a 08/04/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
05º	1060/2025	Glaucio William De Abreu Dos Santos	Enfermeiro	Guaíra
058º	010/2025	Francieli Da Silva Souza	Técnico em Enfermagem	Cascavel
060º	446/2025	Rafaela Lunardi	Técnico em Enfermagem	Cascavel
14º	299/2025	Zenir Teodoro De Moura Schweig	Técnico em Enfermagem	Palotina
46º	709/2025	Tatiane Fatima De Souza Wazlawick	Técnico em Enfermagem	Toledo
47º	935/2025	Marli Dill	Técnico em Enfermagem	Toledo

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.

- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:2B9A39B9

PROJUR
10. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 08/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AOF5134	275710T000005713	27/12/2025	67690	

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 19/03/2026 10:49 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:C7489E2C

PROJUR
11. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 14/05/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ALD8B01	275710NIC0000759	06/03/2026	50020
AQB2269	275710NIC0000745	06/03/2026	50020
ATU4A13	275710NIC0000747	06/03/2026	50020
AXK3859	275710NIC0000770	06/03/2026	50020
BDD4A78	275710NIC0000757	06/03/2026	50020
BDM5I93	275710NIC0000778	06/03/2026	50020
BEC8B75	275710NIC0000763	06/03/2026	50020
BYJ1H16	275710NIC0000783	06/03/2026	50020
DLR7H21	275710NIC0000752	06/03/2026	50020
FFJ0J19	275710NIC0000772	06/03/2026	50020
FPH3F37	275710NIC0000743	06/03/2026	50020
IOI5I38	275710NIC0000768	06/03/2026	50020
JCR2G82	275710NIC0000767	06/03/2026	50020
JDC3D80	275710NIC0000766	06/03/2026	50020
JDJ7A08	275710NIC0000775	06/03/2026	50020
JDK7E12	275710NIC0000764	06/03/2026	50020
LQX3B16	275710NIC0000761	06/03/2026	50020
MBF9B72	275710NIC0000756	06/03/2026	50020
MJD6A00	275710NIC0000754	06/03/2026	50020
NMX3A94	275710NIC0000771	06/03/2026	50020
RHV1H07	275710NIC0000785	06/03/2026	50020
RYU3F46	275710NIC0000760	06/03/2026	50020
SEJ4A44	275710NIC0000782	06/03/2026	50020
SEU7E22	275710NIC0000755	06/03/2026	50020
SEZ4D17	275710NIC0000784	06/03/2026	50020
SIS9D18	275710NIC0000738	06/03/2026	50020
SUU3E30	275710NIC0000744	06/03/2026	50020
SXD0A09	275710NIC0000779	06/03/2026	50020
SYO0E97	275710NIC0000780	06/03/2026	50020
TPR4A29	275710NIC0000786	06/03/2026	50020
TPX4G00	275710NIC0000753	06/03/2026	50020
TQT6B51	275710NIC0000773	06/03/2026	50020
UAJ5A87	275710NIC0000758	06/03/2026	50020
UDW9C41	275710NIC0000751	06/03/2026	50020

Emitido por: LEANDRO ROHDE em: 28/03/2026 14:03 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:11013510

PROJUR
13. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 11/05/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA1G54	275710T000007442	20/03/2026	60412
AFM8C89	275710T000006147	20/03/2026	64080
AJN3465	275710T000007444	20/03/2026	60412
AQR5H17	275710T000007446	20/03/2026	60412
ATZ8846	275710T000007455	21/03/2026	60412
AUP5G18	275710T000007453	21/03/2026	60412
AVM2B64	275710T000007445	20/03/2026	60412
AWJ4G74	275710T000007459	21/03/2026	60412
AWJ4G74	275710T000007438	20/03/2026	60412

AZV0C12	275710T000007448	21/03/2026	60412
BTH0443	275710T000007454	21/03/2026	60412
ETQ0153	275710T000007449	21/03/2026	60412
FAK0F70	275710T000007465	22/03/2026	60412
HGA0101	275710T000006149	21/03/2026	59670
HJF3876	275710T000007451	21/03/2026	60412
HRC6961	275710T000007443	20/03/2026	60412
ITY7J05	275710T000007440	20/03/2026	60412
MMJ5C08	275710T000007439	20/03/2026	60412
MXG4992	275710T000007456	21/03/2026	60412
NXL5H67	275710T000007452	21/03/2026	60412
OON3G99	275710T000007435	20/03/2026	60412
PZW3372	275710T000007458	21/03/2026	60412
REZ0E39	275710T000007461	21/03/2026	60412
SMI7C63	275710T000006148	20/03/2026	66371

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 24/03/2026 07:17 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:C5C8090B

PROJUR

15. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 08/05/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACQ8420	275710T000007416	18/03/2026	60412
AGJ9841	275710T000007423	18/03/2026	60412
AHO7F95	275710T000007421	18/03/2026	60412
APM8557	275710T000006394	19/03/2026	51691
APM8557	275710T000006393	19/03/2026	66450
APM8557	275710T000006392	19/03/2026	65992
AQF2605	275710T000006391	17/03/2026	55680
ARG9753	275710T000002507	17/03/2026	55417
ASQ0F09	275710T000006011	18/03/2026	54522
AUZ2932	275710T000006146	18/03/2026	66020
AYB5550	275710T000007408	18/03/2026	60412
AYE1368	275710T000007413	18/03/2026	60412
AYG0451	275710T000002502	17/03/2026	55417
BAZ8H57	275710T000005104	18/03/2026	55417
BCF8504	275710T000007420	18/03/2026	60412
BCY1I45	275710T000006009	18/03/2026	57380
CLN5H55	275710T000006143	18/03/2026	55680
DHH8E15	275710T000006388	17/03/2026	55417
HEE5F88	275710T000007410	18/03/2026	60412
HSS9H67	275710T000006010	18/03/2026	76332
HTM4F35	275710T000006145	18/03/2026	66371
JKJ3B74	275710T000006013	18/03/2026	55417
MEE2372	275710T000005107	18/03/2026	55417
MKE4B36	275710T000007414	18/03/2026	60412
NYE6619	275710T000007411	18/03/2026	60412
OOG7611	275710T000007412	18/03/2026	60412
OOR3E72	275710T000007418	18/03/2026	60412
PZA1J71	275710T000007426	18/03/2026	60412
QIS5661	275710T000007427	18/03/2026	60412
RAT0E86	275710T000007422	18/03/2026	60412
RFM7G49	275710T000005103	18/03/2026	55680
RHY5E56	275710T000007407	18/03/2026	60412
SWU1I86	275710T000007419	18/03/2026	60412
TBI3A49	275710T000005102	18/03/2026	57380
UBC8F33	275710T000007424	18/03/2026	60412

Emitido por: LEANDRO ROHDE em: 20/03/2026 08:39 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:E60FEE3A

PROJUR

16. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 07/05/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ERS0G50	275710S000008706	10/03/2026	60503
QAR2I83	116100T002134439	11/03/2026	55250
QHU1C17	275710S000008937	14/03/2026	56732

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 19/03/2026 10:49 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:6A06EE0D

PROJUR

1. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 18/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AMV3J01	275710T000005940	20/01/2026	70561	R$ 293,47
EUN4B32	275710T000005814	21/01/2026	55411	R$ 195,23
NRY4871	275710T000006342	20/01/2026	55417	R$ 195,23
QPV7C78	275710T000005813	21/01/2026	55411	R$ 195,23

Emitido por: LEANDRO ROHDE em: 28/03/2026 14:03 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:EB26A8E2

PROJUR

2. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 15/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
JGR4C84	275710T000005327	17/12/2025	55500	R$ 130,16

Emitido por: LEANDRO ROHDE em: 28/03/2026 14:03 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:B86D4E5A

PROJUR

4. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 11/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AXK4997	275710S000005403	08/01/2026	60503	R$ 293,47
BBT7G45	275710S000005492	10/01/2026	60503	R$ 293,47
BEQ8E59	275710NIC0000168	23/12/2025	50020	R$ 586,94
BET2G05	275710S000005545	12/01/2026	60503	R$ 293,47
JAX5H36	275710S000005284	06/01/2026	60503	R$ 293,47

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 24/03/2026 07:17 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:0F55D032

PROJUR

6. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 08/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
BEZ6G52	275710T000002875	02/01/2026	54870	R$ 195,23
SXR8D83	275710S000005105	03/01/2026	60503	R$ 293,47
TAY0D24	275710T000005931	23/12/2025	59670	R$ 1.467,35

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 19/03/2026 10:49 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:B8879CFE

PROJUR

8. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 14/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AVL7H05	275710S000005886	16/01/2026	56732	
AXL6H37	275710S000005839	15/01/2026	56732	
BCZ9H28	275710S000005843	15/01/2026	56732	
ETD6C37	275710S000005971	18/01/2026	56732	
FXG3G06	275710S000005884	16/01/2026	56732	
GAB0F39	275710S000005907	17/01/2026	56732	
HTA9404	275710S000005984	18/01/2026	56732	
MGC7D24	275710S000005827	15/01/2026	56732	06669756830
NPP0A38	275710S000005893	16/01/2026	56732	
OOS3391	275710S000005903	17/01/2026	56732	
PPY5D04	275710S000005787	15/01/2026	56732	
QAO7H70	275710S000005847	16/01/2026	56732	
QNF6E34	275710S000005969	18/01/2026	56732	
RAM9H34	275710S000005916	17/01/2026	56732	00165881492
RHA8C53	275710S000005968	18/01/2026	56732	
RRR1I91	275710S000005902	17/01/2026	56732	
RUU5I75	275710S000005833	15/01/2026	56732	

Emitido por: LEANDRO ROHDE em: 28/03/2026 14:02 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:95F6EAC1

PROJUR

9. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 11/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AJP4137	275710S000005627	10/01/2026	56732	
AQJ9B04	275710S000005595	10/01/2026	56732	
ATZ0299	275710S000005558	12/01/2026	56732	
AVE8408	275710T000005787	10/01/2026	58780	
AZM2338	275710S000005409	08/01/2026	56732	00409778504
BDP7J49	275710S000005614	10/01/2026	56732	08941376368
FIJ0H73	275710S000005607	10/01/2026	56732	
MHH6H45	275710S000005496	10/01/2026	56732	
NDK1F33	275710S000005400	08/01/2026	56732	
NZV4308	275710S000005602	10/01/2026	56732	
OLS0G56	275710S000005673	08/01/2026	56732	04871826090
OOH1D66	275710S000005617	10/01/2026	56732	
OQP9B18	275710S000005601	10/01/2026	56732	
RHG7G14	275710S000005559	12/01/2026	56732	
RTU0C75	275710S000005615	10/01/2026	56732	
SEF1E49	275710S000005561	07/01/2026	56732	
SFH6J49	275710S000005579	08/01/2026	56732	
SFH9E23	275710S000005606	10/01/2026	56732	02298778354

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 23/03/2026 07:38 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:9D327950

PROJUR

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS SUB 50 EDITAL Nº 001/2026 – MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR

Registrado no memorando online sob o n° 129/2026.

O Município de Guaíra, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento e da Diretoria de Habitação, torna pública a LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINALdos candidatos inscritos no processo de seleção de famílias beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, conforme critérios estabelecidos no Edital nº 001/2026.

A classificação foi realizada pela Comissão Municipal de Análise e Seleção, observadas as cotas específicas e a ordem decrescente de pontuação.

Lista principal: 25 (vinte e cinco) candidatos selecionados, observadas as cotas especificas e a ordem de pontuação.

Lista de Reserva imediata: 10 (dez) candidatos subsequentes, classificados na sequência da pontuação, destinada à substituição de candidatos da lista principal que venham a ser impedidos desclassificados ou desistam antes da assinatura do contrato e da entrega das unidades habitacionais, inclusive por exigência da Caixa Econômica Federal.

LISTA PRINCIPAL – CANDIDATOS SELECIONADOS

1.1 Família monoparental chefiada por mulher (15 unidades)

Classificação	Cad. Habitacional	Nome do candidato	Pontuação
1	797	ANA MARIA FERNANDES	90
2	199	RAYANE DE LIMA COLMAN	90
3	206	PATRÍCIA PEREIRA TUPINAMBÁ	87
4	193	SILVANA RAMOS DA SILVA	85
5	181	ANA MARIA DE SOUSA	82
6	195	ELIANA MARIANO DA SILVA	82
7	197	DIANA SEIXAS FERREIRA	80
8	205	TAINÁ GIMENEZ DE FARIAS	80
9	160	TAIS GIMENEZ DE FARIAS	80
10	326	ELAINE DIAS DE LIMA	80
11	873	TAIS GOMES ALBANO	79
12	205	MARCIA MARINS SILVA	77
13	233	DANIELE DENIZ SERVIN GERONIMO	77
14	161	FRANCELINE PEREIRA DOS SANTOS	93
15	912	TATIANE CAMPOS DE OLIVEIRA	80

1.2 Pessoa com deficiência ou TEA no núcleo familiar (2 unidades)

Classificação	Cad. Habitacional	Nome do candidato	Pontuação
1	207	MICHELE MAIARA FERREIRA DOS SANTOS	92
2	759	ANDREA RAMIREZ FERREIRA	82

1.3 Pessoa idosa como titular (1 unidade)

Classificação	Cad. Habitacional	Nome do candidato	Pontuação
1	206	CACILDA CARDOSO DE ALMEIDA DOS SANTOS	69

1.4 Demanda geral (7 unidades)

Classificação	Cad. Habitacional	Nome do candidato	Pontuação
1	206	SUZAMAR DOS SANTOS DE LIMA LOPES	85
2	189	NAIARA PEREIRA AMES	78
3	151	CLEUNICE DE JESUS SILVA	77
4	144	LARISSA LORENA GOMES DOS SANTOS	75
5	167	EMILY DE MORAES TORRES	75
6	383	MARISA ROMERO GIMENEZ	72
7	634	JULIANE APARECIDA RUBIN	67

2. LISTA DE RESERVA IMEDIATA

(10 candidatos)

Classificação Geral	Cad. Habitacional	Nome do candidato	Pontuação	Enquadramento
26	155	SIMONE FRANCO DE SOUZA	75	MONOPARENTAL
27	162	LUCINEIA ROQUE BENTO	75	MONOPARENTAL
28	135	BEATRIZ CAMILO MOREIRA	75	MONOPARENTAL
29	171	LIDIA PEREIRA TUPINAMBA	70	MONOPARENTAL
30	207	LUCIMARA FERNANDES DE SOUZA DE CAMPOS	67	DEMANDA GERAL
31	208	ALINE ABBUD DE OLIVEIRA	67	DEMANDA GERAL
32	184	CAROLINA VIEIRA DOS SANTOS	67	DEMANDA GERAL
33	174	MARLI DE FATIMA ALEIXO DA SILVA	67	PESSOA IDOSA
34	104	LETICIA DA SILVA SANTANA	80	PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU TEA
35	641	ELIANDRA CRISTINA DE ABREU	75	PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU TEA

Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:7A8FD8B4

PROJUR
PORTARIA Nº 205/2026 DATA: 31.03.2026 EMENTA: INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SUMÁRIO E CONSTITUI COMISSÃO PARA APURAR FATOS E RESSALVAR OS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003, artigo 87 e seguintes da Lei Municipal nº 2.279/2023, e, ainda considerando o memorando online sob o nº 4.292/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Procedimento Administrativo Disciplinar Sumário em desfavor de I.S.A.S., destinado a apurar a conduta de servidor, conforme art. 32, da Lei Municipal nº 1.246/2003, e decreto nº 252/2005, Art. 11º, § 2º:

Art. 2° Designar os servidores públicos municipais a seguir, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a respectiva Comissão:

Função	**Nome**	**Matrícula Nº**
Presidente	William Grecco	29454-02
Membro	Rosislaine de Lima Balastrelli	30553-01
Membro	Fernanda Lopes Marcante Baches	29324-01

Art. 3º O prazo para a Comissão concluir os seus trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, conforme artigo 88 da a Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 4° Fica atribuída a gratificação no valor de R$ 459,52 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pelo exercício de encargos especiais, durante o período de participação no Procedimento Administrativo Disciplinar Sumário.

§ 1° A gratificação não se aplica aos membros que possuírem cargo de provimento em Comissão ou Função Gratificada ou ainda que recebem outra espécie de gratificação, ficando vedada a acumulação e gratificações.

§ 2° A gratificação será paga integralmente no mês seguinte ao da publicação da presente Portaria instauradora.

§ 3° Ainda que haja prorrogação do prazo de conclusão do feito, o pagamento da gratificação será de até 30 (trinta) dias para os membros de comissão do Procedimento Administrativo Disciplinar Sumário, conforme § 4°, II, d, do artigo 12 da Lei Municipal n° 2.279/2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:EC4F9904

PROJUR
PORTARIA Nº 206/2026 DATA: 31.03.2026 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - SINVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 2.303/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Sindicância Investigativa - SINVE, instaurada por meio da Portaria nº 446/2025 de 04.08.2025, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:DD3F347A

PROJUR
PORTARIA Nº 207/2026 DATA: 31.03.2026 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - SINVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 4.102/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Sindicância Investigativa - SINVE, instaurada por meio da Portaria nº 022/2026 de 12.01.2026, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:E353C766

PROJUR
PORTARIA Nº 208/2026 DATA: 31.03.2026 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - SINVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 3.329/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Sindicância Investigativa - SINVE, instaurada por meio da Portaria nº 563/2025 de 02.10.2025, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:CAD37C7A

PROJUR
PORTARIA Nº 209/2026 DATA: 31.03.2026 EMENTA: CONCEDE LICENÇA ESPECIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 065/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial ao Servidor Público Municipal mencionado, durante três (3) meses, conforme segue:

Nome	Função	Matrícula Nº	Período aquisitivo	Período de gozo
Alessandro Rocha Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	19607-01	**2015/2020**	01/04/2026 a 30/06/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1° de abril de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:0E07BD5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRENCIA ELETRONICA N° 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRENCIA ELETRONICA N° 004/2026

O Município de Guaraci torna público que realizará, as 09:00 horas do dia 22 de abril de 2026, na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https:// www.bll.org.br/, **CONCORRÊNCIA** na forma eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de Execução
Guaraci-PR	Iluminação Pública	Luminárias: 34,00 Unidades Postes: 34,00 Unidades	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Publicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Guaraci, e na Plataforma BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https:// www.bll.org.br/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Guaraci, 31 de março de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:660C28D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 040/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 64.078,81 (sessenta e quatro mil, setenta e oito reais e oitenta um centavos), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 64.078,81 (sessenta e quatro mi, setenta e oito reais e oitenta um centavos), conforme abaixo:
15 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
001 – Departamento de Obras e Viação
04 – Administração
0122 – Administração Geral
0007 – Manutenção e Conservação de Próprios Municipais
2.019 – Manutenção do Departamento de Obras
3.3.90.30 – Material de Consumo - Cód. 189..... R$ 50.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros – PJ – Cód. 191..... R$ 14.078,81

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 64.078,81

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do superávit financeiro e do excesso de arrecadação como segue:

Fonte de recurso – 1073..... R$ 13.061,16
Fonte de recurso – 504..... R$ 50.000,00

1.3.2.1.01.1.1.55.00 – Rend. De Aplicação Financeira..... R$ 1.017,65

78TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 64.078,81

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 31 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:13AF7C9A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 053/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei

R E S O L V E :

Conceder 03 (três) diárias, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores Henrique José Amaro e Ricardo José Amaro, para levar equipamentos de informática em manutenção (nobreaks, impressores, notebooks etc), nos dias 02, 16 e 20 de março de 2026, nas cidades de Arapongas e Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor das servidoras Leila Pereira de Oliveira Lima, Simone de Oliveira Freitas Martins e Sinthia Maria Colombar da Silva, para participar de reunião PPP e regimento da rede municipal – NRE Londrina, com saída às 07:00h e retorno às 18:00h do dia 30 de março de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 20 (vinte) diárias, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores André Moraes de Oliveira e Valdir Alves Martins, para levar universitários em aula durante mês de abril de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 20 (vinte) diárias, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor do servidor Eric Leandro Rosa, para levar alunos em aula no colégio agrícola durante o mês de abril de 2026, na cidade de Astorga - PR.
Conceder 04 (quatro) diárias, no valor de R$ 140,00 cada uma, a favor do servidor Valdir Alves Martins, para levar alunos em aula no colégio agrícola, nos dias 05, 12, 19 e 26 de abril de 2026, na cidade de Apucarana - PR.
Conceder 20 (vinte) diárias para cada, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores Andreia Santana dos Santos, Ari Osvaldo Soares de Farias, Denilson Munhoz, Divair Francisco Ferreira, Ednaldo de Jesus Silva, Marcelo Luiz da Silva, Marcio Fernandes Chaves e Paulo Rogerio Oliveira Sales, para levar pacientes em consulta no mês de abril de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 12 (doze) diárias para cada, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores Allan José Pitta Nhoque, Altair Luiz Matheus, Anderson Roberto da Silva, Ednaldo Silva de Araújo, Gilvano Campos Pacheco, João Paulo Carvalho Rodrigues, Nivaldo Ap. da Silva e Sergio Davi, para levar pacientes em consulta no mês de abril de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 03 (três) diárias, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor da servidora Simone Ligia Alves Moreira Fecchio, para comparecer a oficina de vacinação, com saída às 05:30h e retorno às 14:30h nos dias 25 de março e 02 e 07 de abril de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Willian Saab Galdioli, para levar amostras de água para análise de qualidade, assim como levar amostra de morcego em monitoramento de raiva, com saída às 07:00h e retorno às 15:00h do dia 17 de março de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 02 (duas) diárias, sendo uma no valor de R$ 350,00 e outra no valor de R$ 210,00, a favor do servidor Sérgio Davi, para levar paciente C.A. e equipe de saúde em curso, assim como realizar retirada de suplementos para o centro de saúde, com saída às 11:00h do dia 23 e retorno às 01:00h do dia 25 de março de 2026, nas cidades de Campo Largo, São José dos Pinhais e Curitiba - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Paulo Rogerio de Oliveira Sales, para levar paciente(s) C.C. e A.P. em

consulta médica, com saída às 07:00h e retorno às 15:00 do dia 21 de março de 2026, nas cidades de Jaguapitã e Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Paulo Rogerio de Oliveira Sales, para levar paciente(s) M.B.L. e R.N. em consulta médica, com saída às 22:00h do dia 28 e retorno às 09:00 do dia 29 de março de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 20 (vinte) diárias, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores Antônio Correa da Silva Neto e Anderson Castilho Zago, para levar usuários da assistência social em para atendimento de situação de vulnerabilidade durante o mês de abril de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 02 (duas) diárias, sendo uma no valor de R$ 140,00 e outra no valor de R$ 210,00, a favor do servidor Anderson Castilho Zago, para levar usuário(s) da assistência social S.P.A.S. e L.O. em atendimento multissetorial (visita a familiar apenado), nos dias 21 e 22 de março de 2026, nas cidades de Londrina e Paranacity – PR.
Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor da Secretária de Assistência Social Mismonia Ferreira Gomes e das servidoras Josimara da Cruz Matheus e Mariele Rosa Portuguez, para visitar adolescente institucionalizado no Lar da Sagrada Família, com saída às 08:00h e retorno às 14:00 do dia 01 de abril de 2026, na cidade de Apucarana - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 105,00, a favor do servidor Eduardo Renan da Silva Guimarães, para transportar equipe musical para apresentação em cantata de páscoa, com saída às 12:00h e retorno às 18:30h, no dia 28 de março de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Eduardo Renan da Silva Guimarães e Rafael Vitore, para levar atletas do município para participar da 18ª Copa Primavera de Futsal de Categorias de Base, com saída às 19:30h e retorno às 23:45h do dia 25 de março de 2026, na cidade de Lobato - PR.
Conceder 03 (três) diárias, sendo uma no valor de R$ 35,00 e duas no valor de R$ 105,00, a favor do servidor Adelmiro Pinas do Nascimento, para realizar transporte de munícipes para cumprimento de agenda do departamento de cultura (ensaio para cantata de páscoa, apresentação de cantata e participação em evento de dia das mulheres), nos dias 27, 28 e 29 de março de 2026, nas cidades de Londrina e Jaguapitã – PR.

Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, estado do Paraná
Aos 31 dias do mês de março de 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:419C2714

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 03, de 31 de março de 2026.

SÚMULA: Aprova o Repasse Fundo A Fundo de Emenda Parlamentar nº 202628740002, no valor de R$ 50 mil reais para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraci.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal nº 1178 de agosto de 2010;

Considerando a deliberação em reunião ordinária realizada na data de 26 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova o Repasse Fundo A Fundo de **Emenda Parlamentar nº 202628740002, no valor de R$ 50 mil reais** para a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraci**, decorrente da **Programação nº 410920320260002**, para **Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Socia- SUAS,** indicada pelo parlamentar **Luiz Nishimori.**

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci/PR, 31 de março de 2026.

JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:1257212F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO Nº 04, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 04, de 31 de março de 2026.

SÚMULA: Aprova o Repasse Fundo A Fundo de Emenda Parlamentar nº 202618670005, no valor de R$ 100 mil reais para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraci.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal nº 1178 de agosto de 2010;

Considerando a deliberação em reunião ordinária realizada na data de 26 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova o Repasse Fundo A Fundo de **Emenda Parlamentar nº 202618670005, no valor de R$ 50 mil reais** para a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraci**, decorrente da **Programação nº 410920320260001**, para **Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Socia- SUAS,** indicada pelo parlamentar **Luiz Carlos Hauly.**

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci/PR, 31 de março de 2026.

JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:C89F994F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO Nº 05, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 05, de 31 de março de 2026.

SÚMULA: Aprova o Repasse Fundo A Fundo de Emenda Parlamentar nº 202640890015, no valor de R$ 130 mil reais para o Lar da Divina Providência de Guaraci.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal nº 1178 de agosto de 2010;

Considerando a deliberação em reunião ordinária realizada na data de 26 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova o Repasse Fundo A Fundo de **Emenda Parlamentar nº 202640890015, no valor de R$ 130 mil** reais para o **Lar da Divina Providência de Guaraci,** decorrente da **Programação nº 410920320260003**, para **Estruturação da Rede de Serviços e**

Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Socia-SUAS, indicada pelo parlamentar **Oriovisto Guimarães**

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraci/PR, 31 de março de 2026.

JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:2EA90F63

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº07 /2026

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

O Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba o Vereador Julhardy Costa de Arruda, Presidente , Paraná, usando de suas atribuições regimentais, e, em cumprimento aos demais diplomas legais aplicados à espécie, e:

Considerando a organização da administração e gestão do legislativo, visando a eficiência do mesmo e respeitando os princípios da transparência e impessoalidade bem como o da eficiência no trato da coisa pública ;

Considerando o amparo do artigo.18 do Regimento Interno que entre outros que cabe ao Presidente executar e disciplinar os trabalhos legislativos

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder férias regulamentares, computados em **Março de 2026**, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos e periodo que mencionam:

N°	NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE SAÍDA
01	EMERSON ROBERTO DE MIRANDA MENDES	14	ANO DE 2024/2025	CONTADOR	01/04/2026 À 15/04/2026
02	MARCOS FLÁVIO MALUCELLI	13	ANO DE 2024/2025	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	01/04/2026 À 20/04/2026

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com data retroativa a 30 de março de 2026.

Publique-se.
Informe ao Depto. De Recursos Humanos. Anote-se em sua ficha funcional.

Guaraqueçaba, 30 de Março de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA.
Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:7741D4AF

CAMARA MUNICIPAL
SÚMULA 001-2026 PARECER JURÍDICO 019-2026

INEXIGIBILIDADE- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CURSOS EM ATENDIMENTO CAMARA MUNICIPAL – INEXIGIBIIDADE 006-2026 até 08-2026 e PARA AS DEMAIS. EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORMAÇÃO E CURSOS EM ATENDIMENTO CAMARA MUNICIPAL – CAPACIDADE COMPROVADA DA EMPRESA – VALORES COMPATIVEIS – PARECER FAVORÁVEL PELA CONTRATAÇÃO COM JUSTIFICATIVAS NOS AUTOS.

Guaraqueçaba, 20 de Janeiro de 2026,

ADALBERTO CORDEIRO ROCHA.
Procurador Jurídico.

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:665EB834

CAMARA MUNICIPAL
TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2025

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo ao Contrato Adminitrativo n° 009/2005 de Contratação de Empresa para Instalação de 2 Links de Dados Empresarial de Fibra Óptica com 100MB e IP válido, em atendimento à Câmara Municipal, referente ao Processo de Dispensa n° 008/2025.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA E A EMPRESA GUARÁ LINK LTDA.

Trate-se de pedido aditivo ao Contrato Administrativo 009/2025 celebrado entre a Câmara Municipal de Guaraqueçaba, com registro no CNPJ n° 01.004,459/0001-26 com sede na Rua Major Domingos Nascimento n° 35, Bairro: Centro, cidade de Guaraqueçaba-PR, neste ato representado pelo Presidente, senhor **Julhardy Costa de Arruda**, já qualificado no contrato originário ora CONTRATANTE e GUARÁ LINK JR. LTDA., representado pelo Sr. **João Severino**, com registro no CNPJ sob o n° 58.936.884/0001-70, com sede na Rua Superagui, nº 17,centro de Guaraqueçaba-PR, CEP 83390-000, neste ato representado pela persona representante legal supracitado, portador da cédula de RG sob n° 032735798-01 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n° 718.702.969-15, igualmente qualificado no contrato originário, ora CONTRATADO referente a **Contratação de Empresa para Instalação de 2 Links de Dados Empresarial de Fibra Óptica com 100MB e IP válido, em atendimento à Câmara Municipal**:

A celebração do contrato originário acima mencionado,fora celebrado em 08/05/2025, com vigência de 12 (doze) meses e sua respectiva homologação e publicação em diário oficial em 09/05/2025**.** As partes acima qualificadas celebraram o presente Termo Aditivo ao contrato administrativo nº009/2025, nos termos do Processo de Dispensa nº008/2025, com fundamento no art. 72 Capur e art. 75, inciso II e demais artigos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

DA JUSTIFICATIVA.

Considerando a necessidade dos serviços prestados no referido contrato, ser contínuo, de carater essencial, todavia, mantendo as diversas demandas institucionais desta Casa de Leis em pleno funcionamento junto à rede mundial de computadores. Contudo, no que diz respeito a segurança navegabilidade incurtando a aproximação da Câmara Municipal de Guaraqueçaba com o público alvo, quais são os munícipes internautas, dando-lhe primazia aos princípios que regem a Administração Pública, no caso a Eficiência e Publicidade.
Considerando, que esta Casa de Leis, vem passando por reforma de ampliação, devido aumento em seu quadro funcional, como a chegada da Controladoria Interna, estagiários e nova sala de convívio bem como a criação da sala de almoxorifado, a execução da prestação do objeto ocorreu de forma eficiente e com ausência de medidas sancionadoras a Contratada, bem como o princípio da economicidade e vantajosidade para a administração pública continou preservada.

Considerando, que CONTRATADA, cumpriu de forma assídua o contrato originário.

Considerando que, Todos os setores terão sua rede de Internet própria. Sendo eles: Secretaria Administrativa, Departamento Financeiro, Controladoria Interna, Procuradoria da Mulher e Gabinete da Presidência. Sendo que alguns setores têm funções específicas que

necessitam de uma rede (ip) única. Trazendo maior segurança e melhor conexão a Internet a cada funcionário da câmara. Neste sentido, perfaz a necessidade de instalação de 2 (dois) pontos a mais do objeto contratual, no intuito de suprir a demanda justificada, trazida em tela.

Nesse sentido, nos termos do, art. 124, inciso I, b) da Lei 14.133/21, art. 125 e do mesmo dispositvo legal, resolvem que:

Por fim, tem entre si, justo acordado o presente Termo aditivo de Contrato de Prestação de Serviços retro, segundo condições adiante especificadas, no qual aceitam e se comprometem a cumprir nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA (OBJETO): O presente Termo Aditivo de Contrato tem por objeto a instalação adicional de 2 (dois) Links de Dados Empresarial de Fibra Óptica com 100MB e IP válido, em atendimento à Câmara Municipal, conforme termo de referência acostado no contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA (ALTERAÇÃO): O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração das cláusulas PRIMEIRA E SEGUNDA do contrato originário de prestação de serviços as demais cláusulas permanecerão inalteradas e vinculantes a e este, para seu devido cumprimento e execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA (DOS ACRÉSCIMOS): A claúsula SEGUNDA do contrato originário estipula o valor inicial da contratação no importe de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). O presente Termo Aditivo vem estabelecer novo valor adicional nos termos do art. 125 da Lei n° 14.133/2021, no qual com sua alteração passa a estipular o valor adicional de **R$ 4.769,05 (quatro mil setecentos e sessenta e nove reais e cinco centavos)**, conforme demostrativo de cálculo anexo. Perfazendo, 25% do valor atualizado inicial permetido em lei.

CLÁUSULA QUARTA (DO VALOR): O contrato originário estipula o valor de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais), com advento do acréscimo quantitativo do Termo Aditivo, o valor contratual atual ficará no importe de **R$ 21.569,05 (vinte e um mil quinhentos e sessenta e nove reais e cinco centavos).**

CLÁUSULA QUINTA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEXTA (DA PUBLICAÇÃO): O contratante providenciará a publicação em sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal um resumo do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA (FORO) - O foro do presente contrato será a Comarca de Antonina, Estado do Paraná, excluído qualquer outro expressamente por mais privilegiado que seja. E, por estarem justas e contratadas assinam o presente instrumento de contrato, por seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor, forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo assinam.

Guaraqueçaba, 30 de março de 2026.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Contratante

GUARÁ LINK JR. LTDA.
Contratada

Testemunha

Testemunha

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:1C1BB003

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 694 DE 31 DE MARÇO DE 2026

"Institui o Regimento Interno do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e dá outras"

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba – Estado do Paraná senhor ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, no uso das atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, **DECRETA.**

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o funcionamento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

CONSIDERANDO a importância da participação da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas públicas de esporte e lazer;

DECRETA: Fica instituído o Regimento Interno do Conselho Municipal de Esporte e Lazer do Município de Guaraqueçaba, na forma do Anexo Único deste Decreto.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE GUARAQUEÇABA - PR

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS
CAPÍTULO I- DA FINALIDADE, COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Art. 1º O Conselho Municipal de Esporte e Lazer, criado pela Lei Municipal nº 1.026, de 04 de novembro de 2025, é órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer. Tem por finalidade auxiliar na organização do esporte, na consolidação de políticas públicas e na melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do esporte municipal, nos termos do art. 3º da referida Lei.

Art. 2º Ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer compete, em estrita observância ao art. 5º da Lei Municipal nº 1.026/2025:

I - Cooperar com o Conselho Estadual de Desporto e com os órgãos federais e estaduais incumbidos da execução das políticas de esporte;

II - Adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas, objetivando a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;

III - Fornecer, quando solicitados, auxílio e informações ao Poder Público e à comunidade, quanto a programas e projetos que visem à melhoria da prática de atividades físicas e do esporte no Município;

IV - Opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações esportivas sediadas no Município;

V - Zelar pela memória do esporte;

VI - Contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo, visando potencializar os benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva;

VII - Acompanhar, a partir de análises orçamentárias, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e esportivas, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos;

VIII - Realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização, por parte das entidades beneficiárias, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e esportivas;

IX - Elaborar e aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho;

X - Orientar para o cumprimento das Leis Federal e Estadual do Esporte, zelando pelo uso adequado dos recursos do Fundo do Esporte e Lazer.

Parágrafo único. Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, conforme art. 15 da Lei de criação.

Art. 3º O Conselho Municipal de Esporte e Lazer será composto pelos seguintes membros, seguindo rigorosamente a estrutura definida no art. 7º da Lei Municipal nº 1.027/2025:
I - 01 (um) representante dos Esportes Coletivos;
II - 01 (um) representante dos Esportes de Combate/Lutas;
III - 01 (um) representante dos Esportes Individuais;
IV – 01(um) representante dos Esportes à Canoa
V - 01 (um) representante do Esporte vinculado ao Executivo;
VI - 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;
VII - 01 (um) representante da Secretaria de Educação;
VIII – 01 (um) representante da Câmara Municipal.
§ 1º Os órgãos e entidades de que tratam os incisos V a VIII indicarão seus representantes à Secretaria Municipal responsável pela área de esporte para posterior designação do Prefeito Municipal.
§ 2º O representante do Poder Público ou entidade da sociedade civil poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado, em conformidade com o § 4º do art. 7º da Lei Municipal nº 1.026/2025, desde que apresente requerimento de desligamento.
Art. 4º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Esporte é de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, conforme preceitua o art. 9º da Lei Municipal nº 1.026/2025.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO
CAPÍTULO I
DAS ATRIBUIÇÕES DE MEMBRO DO CONSELHO
Art. 5º São atribuições de membro do Conselho:
I – Relatar e discutir os processos que lhe forem atribuídos e neles proferir seu parecer e voto;
II – Participar das discussões e deliberações do Conselho;
III – Determinar, como relator, as providências necessárias à boa instrução do processo, inclusive solicitar diligência;
IV – Solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença em sessão do postulante ou titular de qualquer órgão informante, para as entrevistas que se fizerem indispensáveis;
V – Solicitar, em plenário, à Secretaria Executiva e às Comissões, por intermédio do Presidente, os esclarecimentos verbais que entender necessários;
VI – Pedir vista de processo e requerer adiamento de votação;
VII – Fazer indicações, requerimentos e propostas relativas a assuntos de exclusiva competência do Conselho;
VIII – Assinar atos e pareceres dos processos em que for relator;
IX – Propor convocação de sessão extraordinária;
X – Propor emenda ou reforma do Regimento Interno do Conselho;
XI – Após justificar, declarar-se impedido de participar de votações;
XII – Exercer outras atribuições definidas em lei ou em regulamento.
Parágrafo único. Apenas os membros do Conselho, discriminados no art. 3° deste Regimento, possuem direito a voto.
Art. 6º Aos conselheiros poderá ser concedida, mediante requerimento, licença, a critério do Plenário, por um prazo não superior a 90 (noventa) dias na vigência do mandato.
Art. 7º Aquele que utilizar de sua condição de conselheiro com má fé ou para fins diversos dos previstos no art. 2º deste Regimento, terá seu mandato submetido à cassação pelo voto da maioria do Plenário, sem prejuízo de outras penalidades previstas na forma da lei.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA
Art. 8º O Conselho Municipal de Esporte tem a seguinte estrutura, de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº 1.026/2025:
I – Plenário;
II – Mesa Diretora;
III – Secretaria Executiva.
CAPÍTULO III
DO PLENÁRIO
SEÇÃO I - DA COMPOSIÇÃO
Art. 9º O Plenário, órgão soberano do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, compõe-se dos membros do Conselho, discriminados no art. 3º deste Regimento.
Art. 10. O membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativas, a 3 (três) sessões consecutivas ou à metade das sessões plenárias realizadas no período de um ano, será substituído em seu mandato pelo suplente, perdendo o seu mandato e deixando de ser considerado para efeito de quórum, conforme disciplina o parágrafo único do art. 9º da Lei Municipal nº 1.026/2025.
§ 1º A entidade representada pelo conselheiro demitente será comunicada e terá a faculdade de indicar o substituto no prazo de 10 (dez) dias.
§ 2º A justificativa de ausência em reunião só será aceita e aprovada pela Mesa Diretora, após análise mediante ofício ou e-mail – desde que garantido o recebimento – contendo os motivos da ausência, no prazo mínimo de 24 horas de sua convocação, salvo em caso de reunião extraordinária.
§ 3º Não se aplicam as regras deste artigo nos casos de licença concedida, deixando-se, porém, de considerar os licenciados para efeito de quórum.
SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PLENÁRIO
Art. 11. Ao Plenário compete:
I – Discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados neste Regimento;
II – Julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à apreciação do Conselho.
CAPÍTULO IV
DA MESA DIRETORA
SEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES
Art. 12. São atribuições da Mesa Diretora:
I – Dispor sobre as normas e atos relativos ao funcionamento administrativo do Conselho com auxílio da Secretaria Executiva;
II – Convocar reuniões extraordinárias;
III – Encaminhar as questões administrativas, submetendo-as a apreciações e aprovação do Plenário;
IV – Definir os ritos para a acolhida de denúncias, reivindicações ou outras manifestações da sociedade, submetendo-se à apreciação e aprovação do Plenário;
V – Apreciar matéria em caráter de urgência, a seu critério, especialmente, submetendo sua a deliberação da próxima sessão do Conselho;
VI – Dar encaminhamento às questões que lhe tragam sido delegadas pelo Plenário, bem como às surgidas entre sessões, submetendo-as à apreciação e aprovação pelo Plenário na sessão subsequente;
VII – Observar e fazer cumprir este Regimento Interno.
Art. 13. A Mesa Diretora será composta por:
I – Presidente;
II – Vice-presidente;
III – 1º Secretário.

SEÇÃO II – DO PRESIDENTE
Art. 14. São atribuições do Presidente:
I – Presidir as sessões e os trabalhos do conselho;
II – Encaminhar propostas à apreciação e votação;
III – Delegar competências;
IV – Distribuir matérias;
V – Nomear os integrantes das Comissões;
VI – Designar relator para os assuntos em pauta;
VII – Participar, quando julgar necessário, dos trabalhos de qualquer Comissão;
VIII – Formular consultas e promover conferências sobre matéria do interesse do Conselho;
IX – Representar o Conselho ou delegar representações;
X – Submeter à apreciação do Plenário, os convites para representação em eventos externos, oficializando a representação;
XI – Mobilizar os meios e recursos indispensáveis ao pleno e eficaz funcionamento do Conselho;
XII – Após processo circunstanciado, aplicar penas disciplinares;
XIII – Autorizar a execução de serviços fora da sede do Conselho;
XIV – Manter contato permanentemente com o Conselho Estadual de Desportos e, sempre que possível, com os demais Conselhos Municipais de Esporte do Estado do Paraná;
XV – Determinar a elaboração de normas para a execução dos serviços administrativos;
XVI – Conceder licença, a critério do Plenário, aos conselheiros na forma e nos casos previstos neste Regimento;
XVII – Assinar resoluções pareceres e correspondências em geral do Conselho;
XVIII – Assinar solicitação, ao órgão competente, de recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do Conselho;

XIX – Decidir sobre questões de ordem;
XX – Exercer as demais atribuições não especificadas nesse Regimento e inerentes à sua função, "ad referendum" do Plenário.

SEÇÃO III – DO VICE-PRESIDENTE

Art. 15. São atribuições do Vice-Presidente:
I – Substituir o Presidente em seus impedimentos;
II – Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
III – Exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Plenário.

SEÇÃO IV – DO 1º SECRETÁRIO

Art. 16. São atribuições do 1º Secretário:
I – Assessorar o presidente e o Vice-Presidente no cumprimento de suas funções específicas e nas tarefas por eles designadas;
II – Prestar as informações que lhe forem solicitadas nas reuniões pelo Presidente ou por conselheiros;
III – Coordenar os trabalhos das Comissões;
IV – Orientar e acompanhar os trabalhos da Secretaria Executiva;
V – Lavrar as atas das reuniões com o auxílio da Secretaria Executiva e proceder à sua leitura na reunião subsequente;
VI – Elaborar as pautas das reuniões com o auxílio da Secretaria Executiva e submetê-las ao Presidente para aprovação;
VII – Encaminhar à Secretaria Executiva a execução das medidas aprovadas pelo Plenário.

SEÇÃO V – DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 17. A Secretaria Executiva será exercida por servidor do órgão da administração direta ou indireta, ao qual o Conselho Municipal de Esporte é vinculado, especialmente designado para tal função.
Art. 18. São atribuições da Secretaria Executiva:
I – Preparar as sessões, providenciando e organizando os documentos, as informações e os demais recursos que se façam necessários;
II – Elaborar a pauta das reuniões com o auxílio do 1º Secretário e submetê-la ao Presidente para aprovação;
III – Lavrar as atas das sessões com auxílio do 1º secretário;
IV – Convocar os conselheiros e os convidados para as sessões, remetendo aos primeiros, cópia das atas referentes a sessões anteriores ainda pendentes de aprovação;
V – Receber dos conselheiros propostas de alteração às atas de sessões anteriores;
VI – Secretariar as sessões do Conselho;
VII – Prestar o apoio administrativo e logístico à Mesa Diretora, ao Plenário e às Comissões em suas atividades pertinentes ao Conselho;
VIII – Providenciar a execução das medidas determinadas pela Mesa Diretora;
IX – Prestar, em Plenário, as informações que lhe forem solicitadas pela Mesa Diretora e pelos conselheiros;
X – Receber das Comissões seus relatórios, atas e outros documentos, e encaminhá-los ao Plenário;
XI – Submeter ao Plenário propostas relativas à sua própria organização interna;
XII – Manter informações atualizadas sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho;
XIII – Municiar o Plenário com informações atualizadas e fidedignas sobre a situação das atividades em andamento;
XIV – Controlar a presença dos conselheiros;
XV - Manter permanentemente informados os segmentos representados no Conselho Municipal de Esporte;
XVI – Providenciar a divulgação de todas as decisões do Conselho Municipal do Esporte;
XVII – Arquivar e controlar a movimentação de documentos;
XVIII – Zelar pela conservação dos bens e documentos do Conselho e dos que estejam sob sua guarda;
XIX – Manter registro dos conselhos municipais paranaenses relativos ao esporte;
XX – Elaborar, com auxílio da Mesa Diretora, o relatório anual de atividades do Conselho, submetendo-o ao Plenário.
Art. 19. A Secretaria Executiva funcionará na sede do Conselho: Rua Paula de Miranda, s/n, Centro, Guaraqueçaba, Paraná - Anexo ao Mercado Municipal – Sala 02.

SEÇÃO VI – DA ELEIÇÃO E MANDATO

Art. 20. Os membros da Mesa Diretora serão eleitos dentre os conselheiros, mediante votação secreta, em observância ao art. 8º da Lei Municipal nº 1.026/2025.
Parágrafo único. Recomenda-se a alternância na presidência do conselho, entre membro da administração pública e membro da sociedade civil, ou seja, um mandato para cada.
§ 1º O mandato dos membros da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução de igual período ao mesmo cargo.
Art. 21. A inscrição para eleição da Mesa Diretora será feita mediante apresentação de candidatura individual ao Plenário, sendo facultado a qualquer conselheiro se candidatar.
Parágrafo único. A inscrição das candidaturas será feita no primeiro dia da reunião em que ocorrerá o processo eleitoral, com pauta especificamente programada para a escolha da Mesa Diretora, a qual deverá ter assegurada divulgação prévia a cada um dos conselheiros.
Art. 22. A qualquer tempo e por iniciativa de no mínimo 2 conselheiros, o Conselho poderá convocar reunião extraordinária com a finalidade de destituir, por dois terços de votos, qualquer membro da Mesa Diretora. Nenhuma sanção ou destituição será aplicada sem a prévia oportunidade de manifestação do envolvido, garantindo-se o acesso integral aos fatos e a apresentação de justificativas
Art. 23. No caso de ausência eventual dos membros da Mesa Diretora, os componentes de Mesa Diretora presentes responderão por eles, e no caso de vacância, será determinada nova eleição, no prazo de trinta dias contados da abertura da última vaga, para suprir e complementar o mandato em claro.

TÍTULO III
DA SESSÃO
CAPÍTULO I
DAS PRELIMINARES DA SESSÃO

Art. 24. As sessões serão públicas, podendo ser reservadas quando assim o desejar o Plenário.
Art. 25. O Conselho Municipal de Esporte poderá realizar sessões solenes para comemorações ou homenagens, que serão consideradas ordinárias se coincidirem com as sessões ordinárias do Conselho.
Parágrafo único. O Plenário poderá destinar parte da sessão a comemorações ou interromper os seus trabalhos, em qualquer tempo, para recepção à personalidade, por proposta do Presidente ou de conselheiro.

CAPÍTULO II
DA ORDEM DA SESSÃO

Art. 26. Em cada sessão haverá:
I – Leitura da ata;
II – Expediente;
III – Ordem do dia;
IV – Assuntos gerais.

CAPÍTULO III
DA CONVOCAÇÃO DA SESSÃO

Art. 27. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer se reunirá ordinariamente de forma quadrimestral, em alinhamento estrito ao disposto no caput do art. 10 da Lei Municipal nº 1.026/2025.
Parágrafo único. No caso da data programada recair em feriado ou ponto facultativo no Município, a reunião se realizará no primeiro dia útil seguinte.
Art. 28. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer se reunirá extraordinariamente mediante convocação da Mesa Diretora ou da maioria dos conselheiros, na forma do art. 10 da Lei Municipal nº 1.026/2025.
§ 1º A convocação para reuniões extraordinárias presenciais poderá ser feita com 24 horas de antecedência se formalizada no dia da reunião ordinária, e nos demais casos com 72 horas de antecedência, pelo menos, tomando-se providência para que os conselheiros recebam em tempo a comunicação.
§ 2º Em se tratando de reuniões realizadas no formato virtual, conforme autorizado pelo § 1º do art. 10 da Lei Municipal nº 1.026/2025, a convocação deverá observar as regras contidas no respectivo regramento legal.

CAPÍTULO IV
DO QUÓRUM

Art. 29. As deliberações do Conselho serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros presentes às sessões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, consoante o art. 11 da Lei Municipal nº 1.026/2025.
Parágrafo único. As sessões do Conselho serão instaladas com a presença mínima de **dois terços** dos conselheiros, cumprindo-se o determinado no parágrafo único do art. 11 da supracitada Lei.

CAPÍTULO V
DA SUSPENSÃO E ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Art. 30. Poderá a sessão ser suspensa ou encerrada por:

I – Conveniência de ordem disciplinar;
II – Falta de quórum para votação das proposições;
III – Falta de matéria a ser discutida.
Parágrafo único. Fora dos casos expressos no "caput", somente mediante deliberação do Plenário, a requerimento de um terço, no mínimo, dos conselheiros presentes, poderá a sessão ser suspensa ou encerrada.

CAPÍTULO VI
DO ORADOR E DO APARTE
Art. 31. Nenhum conselheiro poderá usar da palavra sem que lhe tenha sido concedida pelo Presidente da sessão.
§ 1º Ao pronunciar-se, o conselheiro deverá ater-se à matéria em discussão.
§ 2º O conselheiro que usar da palavra sem que lhe tenha sido concedida será convidado, pelo Presidente, a aguardar a permissão.
§ 3º Nenhum conselheiro poderá referir-se ao Conselho ou a qualquer um de seus membros de forma descortês ou injuriosa.
Art. 32. A palavra será concedida ao conselheiro que primeiro a tiver solicitado, cabendo ao Presidente regular a precedência quando mais de um a pedir ao mesmo tempo.
§ 1º O relator terá precedência para manifestar-se sobre a matéria em discussão.
§ 2º O Presidente poderá solicitar ao conselheiro que interrompa o seu discurso para:
I – Comunicação importante;
II – Recepção de autoridade ou personalidade.
Art. 33. Aparte é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativos à matéria em debate.
§ 1º Pela ordem, o conselheiro somente poderá interromper o orador se dele obtiver permissão.
§ 2º Não será permitido aparte:
I – À palavra do Presidente;
II - Paralelo à discussão;
III – Por ocasião do encaminhamento de votação;
IV – Quando o orador estiver suscitando questões de ordem.
CAPÍTULO VII
DA QUESTÃO DE ORDEM
Art. 34. Questão de ordem é solicitação de esclarecimento que se fizer necessário ao bom andamento de uma sessão e à normalidade da discussão e da votação de proposição.
Art. 35. Caberá ao Presidente resolver, soberanamente, as questões de ordem, ou delegar ao Plenário a decisão.
Art. 36. As questões de ordem poderão ser levantadas em qualquer fase dos trabalhos, para arguir a inobservância de preceito regimental.
Art. 37. Suscitada a questão de ordem, sobre ela só poderá falar um conselheiro, que contra-argumente as razões invocadas pelo autor.
Art. 38. O tempo para formular questões de ordem, em qualquer fase da sessão, ou contraditá-la, não poderá exceder 2 (dois) minutos.
CAPÍTULO VIII
DA ATA
Art. 39. Das sessões do Conselho serão lavradas atas, assinadas pelos presentes, consoante o art. 12 da Lei Municipal nº 1.026/2025.
Parágrafo único. As sessões poderão ser realizadas de maneira remota, com respaldo no § 1º do art. 10 da Lei Municipal nº 1.026/2025, mediante publicação em Diário Oficial e gravadas, sendo as gravações publicadas e armazenadas para transparência das atividades do conselho.
Art. 40. As sessões do Conselho terão início com a leitura da ata da reunião anterior.
§ 1º Não havendo manifestações contrárias ao teor da ata, ela será aprovada e subscrita pelos conselheiros presentes que participaram da sessão anterior.
§ 2º As retificações requeridas por conselheiros serão inseridas na ata da sessão em que foi lida.
Art. 41. A ata será lavrada mesmo que a sessão não seja iniciada, fazendo-se nela constar os nomes dos conselheiros presentes.

CAPÍTULO IX
DO EXPEDIENTE
Art. 42. No expediente, o Presidente dará ciência, em sumário, das proposições, ofícios, representações, petições e outros documentos dirigidos ao Conselho.
Parágrafo único. As proposições e papéis deverão ser entregues ao Presidente até o momento da instalação dos trabalhos, para leitura e encaminhamento.

CAPÍTULO X
DAS PROPOSIÇÕES DA ORDEM DA PAUTA
Art. 43. A ordem das proposições será organizada pela Secretaria Executiva.
§ 1º Na organização, a Secretaria Executiva colocará em primeiro lugar as proposições em regime de urgência, seguidas de um regime de prioridade e, finalmente, das em regime de tramitação ordinária, na seguinte sequência:
I – Votações adiadas;
II – Discussões adiadas;
III – Proposições que independem de pareceres, mas dependem de apreciação do Plenário;
IV – Proposição com pareceres aprovados pelas Comissões.
§ 2º Os atos do Presidente, sujeitos à homologação, serão incluídos em último lugar, dentro do grupo correspondente ou regime em que tramitam.
CAPÍTULO XI
DAS EMENDAS ÀS PROPOSIÇÕES
Art. 44. A emenda à proposição constante na pauta só poderá ser apresentada antes de iniciada a discussão da proposição e haverá deliberação se ela for acatada pelo relator.
Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas por escrito.
CAPÍTULO XII
DA DISCUSSÃO E DA VOTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES
Art. 45. Iniciada a discussão, a palavra será dada ao relator, que terá o tempo necessário para dar conhecimento da matéria ao Plenário.
Parágrafo único. O conselheiro terá liberdade de se pronunciar na ordem em que solicitar a palavra.
Art. 46. A votação e as discussões de matérias poderão ser adiadas mediante requerimento de conselheiro, apresentado antes de iniciadas as discussões e se aprovado pelo Plenário.
Art. 47. Encerradas as discussões, nenhum conselheiro poderá usar da palavra sobre o assunto debatido, salvo para encaminhamento de votação.
Art. 48. Antes do início da votação de qualquer matéria será concedida vista ao conselheiro que a pedir, devendo o processo voltar à pauta na mesma sessão.
Art. 49. As votações serão simbólicas, podendo qualquer conselheiro requerer votação nominal.
CAPÍTULO XIII
DOS ASSUNTOS GERAIS
Art. 50. Em Assuntos Gerais será dada a palavra aos conselheiros que a solicitarem, para versar sobre assunto de livre escolha, cabendo a cada um, três minutos, no máximo, salvo manifesto interesse da maioria dos conselheiros e autorização do Presidente para prorrogação predeterminada do tempo de pronunciamento.
TÍTULO IV
DAS COMISSÕES
CAPÍTULO I
DAS PRELIMINARES
Art. 51. Para fins de assessoramento técnico e estudo de assuntos de competência do Conselho Municipal de Esporte, o Presidente poderá constituir Comissões.
Art. 52. As Comissões serão constituídas por área temática, definindo-se atribuições e determinando-se os componentes.
Art. 53. As Comissões serão ouvidas todas as vezes que o Plenário solicitar.
Art. 54. Para exames de assuntos específicos poderá a comissão convocar qualquer conselheiro vinculado à matéria em pauta.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO
Art. 55. As comissões devem ser integradas por, no mínimo, um conselheiro e por profissionais de notório saber ou representantes de órgãos e entidades diretamente relacionados com o tema, respaldado pelo caput do art. 13 da Lei Municipal nº 1.026/2025.
Parágrafo único. Cabe à Presidência do Conselho estabelecer a composição das comissões, bem como convidar profissionais ou órgãos e entidades a indicarem seus representantes, nos termos do parágrafo único do art. 13 da referida Lei.

Art. 56. Cada Comissão será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros dentre os quais será eleito o seu Coordenador.

CAPÍTULO III

DA DELIBERAÇÃO DE COMISSÃO

Art. 57. Os pronunciamentos das Comissões terão caráter de parecer e serão submetidos à discussão e votação do Plenário.

Art. 58. As matérias distribuídas às Comissões serão objeto de parecer escrito, devendo os conselheiros discordantes, caso julguem necessário, apresentar nota técnica à parte.

Art. 59. Poderão participar dos trabalhos das Comissões, como convidados e sem direito ao voto, técnicos de reconhecida competência, ou representantes das entidades interessadas, para esclarecimento das matérias em debate.

Art. 60. As deliberações das Comissões serão tomadas pela maioria dos presentes com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES

Art. 61. Compete às Comissões:

I – Prestar, em Plenário, as informações que lhe forem solicitadas pela Mesa Diretora e pelos conselheiros;

II – Dar parecer e promover estudos técnicos e pesquisas sobre assuntos relativos à sua competência, tomando a iniciativa na elaboração das proposições necessárias;

III – Baixar processos em diligência para complementar sua instrução ou para determinar o cumprimento de exigências indispensáveis à apreciação do requerido.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 62. O período de atividades ordinárias do Conselho Municipal de Esporte será de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 63. A apresentação de matéria para deliberação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer compete:

I – Ao Prefeito Municipal;

II – Ao Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer;

III – Ao membro do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

IV – A quem tiver legítimo interesse, mediante petição fundamentada.

Art. 64. As propostas de modificações e os casos omissos deste Regimento serão apreciados e resolvidos pelo Plenário, por maioria absoluta dos conselheiros em exercício, observadas as disposições legais.

Este Regimento Interno foi aprovado na sessão ordinária realizada no dia 31 de março de 2026, em Guaraqueçaba, pelos seguintes conselheiros:

WESLLEN RAUL PIRES DAS NEVES
Representante dos Esportes Coletivos

WALLACE LOURENÇO XAVIER
Representante dos Esportes de Combate/Lutas

NATÃ ANTONIO BATISTA CUNHA
Representante dos Esportes Individuais

LUCAS TEIXEIRA PEREIRA RODRIGUES
Representante do Esporte vinculado ao Executivo

GABRIEL DOS SANTOS LOPES
Representante da Secretaria de Saúde

REGINALDO PONTES GONÇALVES
Representante da Secretaria de Educação

JEFFERSON LUIS BARBOSA
Representante da Câmara Municipal

Art. 65º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL em Guaraqueçaba, 31 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

LEONARDO HENRIQUE BARBÓS SALLES
Portaria n.145/2026
Procurador-Geral de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:BA984DE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 034/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, Estado do Paraná, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 52/2021, bem como no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001 /2025 TORNA PÚBLICO o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, nos seguintes termos:

1. DA CONVOCAÇÃO

1.1. Ficam convocados os candidatos classificados para os cargos conforme relação constante no **Anexo I** deste edital, visando ao preenchimento de abertura de vagas a fim de atender as demandas educacionais, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, nos termos da Lei Municipal nº 52/2021 e do edital do certame e considerando

2. DO COMPARECIMENTO

2.1. Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, no horário de expediente (das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:30h) da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, junto à Secretaria Municipal da Administração – Departamento de Protocolo, localizada à Travessa Sete de Setembro, S/N, Centro, no Município de Guaraqueçaba/PR, com envelope lacrado e identificado pelo candidato contendo a documentação descrita no ANEXO II deste Edital.

3. DA CONTRATAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA

3.1. Esta convocação visa o preenchimento imediato das vagas remanescentes e a organização administrativa do cadastro de reserva para os cargos relacionados no ANEXO I deste edital, conforme o quantitativo previsto no item 1.25 do Edital de Abertura.

3.2. A inclusão de candidatos em número superior às vagas disponíveis não assegura a contratação imediata, caracterizando apenas expectativa de direito e habilitação para eventual contratação futura, conforme a conveniência da Administração.

3.3. Os candidatos serão chamados para assinatura do contrato obedecendo rigorosamente à ordem de classificação definitiva, respeitando as reservas de vagas para PCD e PPIQ (Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas), conforme os critérios de alternância e proporcionalidade previstos nos itens 1.15 a 1.17 do Edital.

3.4. Os candidatos que apresentarem a documentação e forem considerados aptos, mas que excederem o número de vagas imediatas, permanecerão na condição de "Cadastro de Reserva", podendo ser convocados dentro do prazo de validade de 1 (um) ano da seleção.

3.5. A contratação efetiva está condicionada à apresentação de todos os requisitos de habilitação e ao resultado da inspeção de saúde física e mental, de caráter obrigatório.

3.6. A contratação efetiva fica condicionada à emissão de Atestado de Sanidade Física e Mental, a ser realizado por profissional ou junta médica designada pelo Município, de caráter eliminatório, conforme previsto no item 5.12 do Edital de Abertura.

4. DAS DESISTÊNCIAS

4.1. O candidato que não comparecer no prazo estabelecido, ou que não apresentar a documentação exigida, será considerado desistente, nos termos da Lei Municipal nº 52/2021, possibilitando a convocação do candidato subsequente, conforme ordem de classificação.

4.2. O não comparecimento no prazo legal ou a não apresentação de qualquer documento exigido implicará na exclusão definitiva do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais referentes ao Processo Seletivo Simplificado, especialmente no Diário Oficial do Município de Guaraqueçaba, no endereço https://www.diariomunicipal.com.br/amp/
5.2. O contrato terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração, não ultrapassando o limite legal estabelecido na Lei Municipal nº 52/2021.
5.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com a Lei Municipal nº 52/2021 e demais normas aplicáveis.
5.3. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Guaraqueçaba/PR, 31 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba

ANEXO I

FUNÇÃO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E DOS ANOS INICIAIS
LOCALIDADE: ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO BARBOSA PINTO
AMPLA CONCORRÊNCIA
CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO
CADASTRO DE RESERVA
30º JAINE DO ROSÁRIO PIRES
31º IRENE RAMOS DO NASCIMENTO

FUNÇÃO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E DOS ANOS INICIAIS
LOCALIDADE: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
AMPLA CONCORRÊNCIA
CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO
33º LIDIANNY REDEDE ALVES MOREIRA DO ROSÁRIO
34º GENIRA FERREIRA DA SILVA

FUNÇÃO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E DOS ANOS INICIAIS
LOCALIDADE: ESCOLA RURAL MUNICIPAL BARBADO
AMPLA CONCORRÊNCIA
CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO
7º ADRIANO JUSTINO MONTEIRO
CADASTRO DE RESERVA
8º TATIANI SILVA MARQUES
9º JUSSARA PEREIRA MAIA

FUNÇÃO: ASSITENTE ADMINISTRATIVO
LOCALIDADE: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO
AMPLA CONCORRÊNCIA
CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO
10º THAIS KELEN LIMA DA ROSA
11º MICHAELLA FRANCIELE RIBEIRO ATANASIO
CADASTRO DE RESERVA
12º MELISSA DUARTE FEITOZA
13º PRISCILLA MALHEIROS DE ARAUJO
14º SERGIO RICARDO DAL LAGO
15 SILVIA ALVES SIMOES
16º MARCO AURELIO OWCZARZAK

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCALIDADE: ESCOLA RURAL MUNICPAL PADRE MÁRIO DE MARIA
AMPLA CONCORRÊNCIA
CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO
2º NEIDE ROSA PONTES

FUNÇÃO: AX. DE SERVIÇOS GERAIS
LOCALIDADE: ESCOLA RURAL MUNICIPAL VENCESLAU DE ARAÚJO
AMPLA CONCORRÊNCIA
CLASSIFICAÇÃO CANDIDATO
FRANCIELE DO NASCIMENTO

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Ficha de Dados Cadastrais do servidor público devidamente preenchida (retirar esta Ficha no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura);
Fotocópia do cartão de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
Certidão de quitação eleitoral (http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral).
Fotocópia do Comprovante de endereço;
Duas fotografias 3X4 (iguais e recentes);
Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, PIS/PASEP;
Fotocópia da Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos;
Fotocópia do CPF dos filhos, independentemente da idade.
Fotocópia do documento de Quitação das Obrigações Militares, quando for o caso;
Fotocópia do Certificado ou Diploma que comprove a escolaridade exigida para exercício do cargo;
Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), expedida por profissional médico a ser obtido, gratuitamente, na UBS – Unidade Básica de Saúde da Sede de Guaraqueçaba/PR;
Certidão negativa Regional para fins Gerais, cível e Criminal (http://www.trf4.jus.br/Certidao On-line);
Declaração dos Bens, Direitos e Valores pertencentes ao patrimônio do candidato (Art. 13 da Lei Federal 8.429/92) - retirar na Secretaria Municipal de Administração;
Declaração Negativa de acumulação de cargo público ou de condições de acumulações amparadas pela Constituição Federal - retirar na Secretaria Municipal de Administração;
Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade de demissão a bem do serviço público no Município de Guaraqueçaba/PR (retirar na Secretaria Municipal de Administração);
candidato inscrito como pessoa com deficiência (PCD) deve apresentar a documentação que comprove a sua deficiência – especialmente o laudo caracterizador de deficiência, que ateste o tipo, o grau ou o nível da deficiência, e que inclui o código da Classificação Internacional de Doenças (CID), além da causa provável da deficiência – assim como outras informações e documentos complementares que possam ser requisitados pelo Município de Guaraqueçaba (PR) para avaliar a garantia do direito à vaga reservada para PCD pelo candidato.

Parágrafo Único - Os documentos devem estar atualizados, e todas as Certidões solicitadas devem estar com datas de emissão inferior a 30 (trinta) dias.

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:6FE60714

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042.2026

CONCORRENCIA Nº 001/2026
CONTRATO Nº 042.2026

CONTRATANTE:O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Major Domingos Nascimento, nº 46, Centro, CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52.

CONTRATADA: Empresa Fernando Santana Salvador , inscrita no CNPJ sob o nº 08.168.224/0001-40, sediada à Rua Antonio Mendes, nº 135, Bairro Centro, Cidade Antonina, Estado Paraná, Telefone nº 41 3432-1398, doravante designado CONTRATADA, neste ato representada por Fernando Santana Salvador, portador(a) do CPF nº 975.841.934-04

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obras para a construção integral de **20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares** de interesse social na sede do Município de Guaraqueçaba/PR, para entrega-las às famílias beneficiárias que preencham todos os requisitos exigidos em Edital. O empreendimento

integra o Programa Moradia Digna – Novo PAC, referente ao **Termo de Compromisso nº 983417/2025 (Operação 1104134-44)**. Cada unidade possui área de 53,86 m², totalizando **1.077,20 m²** de área construída, com padrão construtivo em concreto armado e alvenaria.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
CR 298 07.001.16.481.0002.1.020.4.4.90.51.00.00 CONSTRUCAO CASAS POPULARES – MCMV – OBRAS E INSTALACOES

R$ 2.810.000,00 (Dois Milhões Oitocentos e dez mil reais).

Guaraqueçaba, 30 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:0A5F1E8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº043.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043.2026

CONCORRENCIA Nº 002/2026
CONTRATO Nº 043.2026

CONTRATANTE:O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Major Domingos Nascimento, nº 46, Centro, CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52.

CONTRATADA: Empresa Fernando Santana Salvador , inscrita no CNPJ sob o nº 08.168.224/0001-40, sediada à Rua Antonio Mendes, nº 135, Bairro Centro, Cidade Antonina, Estado Paraná, Telefone nº 41 3432-1398, doravante designado CONTRATADA, neste ato representada por Fernando Santana Salvador, portador(a) do CPF nº 975.841.934-04

Objeto: "Produção de 25 Unidades Habitacionais na sede do município, referente ao Termo de Compromisso nº 974642/2025 - Operação 1100471-45, compreendendo a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final das unidades habitacionais às famílias beneficiárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
Prazo de vigência: 12 (doze) meses
DOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
CR 298 07.001.16.481.0002.1.020.4.4.90.51.00.00 CONSTRUCAO CASAS POPULARES – MCMV – OBRAS E INSTALACOES
R$ 3.674.763,97 (Três milhões seiscentos e setenta e quatro mil setecentos e sessenta e três reais e noventa e 97 centavos).

Guaraqueçaba, 30 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:B66BFA32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGALAÇAO CONCORRENCIA 001.2026

Termo de adjudicação e homologação

O prefeito Municipal de Guaraqueçaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - Adjudicar
02 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

Concorrência Nº 001.2026

Contratante:O**MUNICÍPIODEGUARAQUEÇABA,PARANÁ**,PessoaJurídicadeDireitoPúblico,comsedenaRuaMajorDomingosNascimento,nº46,Centro,CNPJ/MFnº76.022.508/0001-52,nesteato,representadopeloPrefeitoMunicipalSr.**Alessandro Carneiro Soares Truchinski**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº039.773.459-07 eportadordaCarteiradeIdentidadeRGnº7892010-6,doravantedenominadaCONTRATANTE.

Contratada: Fernando Santana Salvador, com sede na cidade de Guaraqueçaba PR, Endereço: Rua Antonio Mendes Nº 135, Sala B, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.164.224/0001.40, neste ato representada por sua procuradora o Sr Fernando Santana Salvador, inscrita no CPF/MF sob nº 975.841.934-04, e portadora da Carteira de Identidade RG nº4484068.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obras para a construção integral de **20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares** de interesse social na sede do Município de Guaraqueçaba/PR, para entrega-las às famílias beneficiárias que preencham todos os requisitos exigidos em Edital. O empreendimento integra o Programa Moradia Digna – Novo PAC, referente ao **Termo de Compromisso nº 983417/2025 (Operação 1104134-44)**. Cada unidade possui área de 53,86 m², totalizando **1.077,20 m²** de área construída, com padrão construtivo em concreto armado e alvenaria.

Lote 01 - Construção integral de **20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares** de interesse social na sede do Município de Guaraqueçaba/PR, para entrega-las às famílias beneficiárias que preencham todos os requisitos exigidos em Edital. O empreendimento integra o Programa Moradia Digna – Novo PAC, referente ao **Termo de Compromisso nº 983417/2025 (Operação 1104134-44)**. Cada unidade possui área de 53,86 m², totalizando **1.077,20 m²** de área construída, com padrão construtivo em concreto armado e alvenaria.

Valor unitário R$ 2.810.000,00 (Dois milhões oitocentos e dez mil reais).

Dotação Orçamentária Secretaria de Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos

CR 298 07.001.16.481.0002.1.020.4.4.90.51.00.00 CONSTRUCAO CASAS POPULARES – MCMV – OBRAS E INSTALACOES

Guaraqueçaba, 30 de Março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:D7B13B98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGALAÇAO CONCORRENCIA 002.2026

Termo de adjudicação e homologação

O prefeito Municipal de Guaraqueçaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - Adjudicar
02 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

Concorrência Nº 002.2026

Contratante:O**MUNICÍPIODEGUARAQUEÇABA,PARANÁ**,PessoaJurídicadeDireitoPúblico,comsedenaRuaMajorDomingosNascimento,nº46,Centro,CNPJ/MFnº76.022.508/0001-

52,nesteato,representadopeloPrefeitoMunicipalSr.**Alessandro Carneiro Soares Truchinski**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº039.773.459-07 eportadordaCarteiradeIdentidadeRGnº7892010-6,doravantedenominadaCONTRATANTE.

Contratada: Fernando Santana Salvador, com sede na cidade de Guaraqueçaba PR, Endereço: Rua Antonio Mendes Nº 135, Sala B, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.164.224/0001.40, neste ato representada por sua procuradora o Sr Fernando Santana Salvador, inscrita no CPF/MF sob nº 975.841.934-04, e portadora da Carteira de Identidade RG nº4484068.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a "Produção de 25 Unidades Habitacionais na sede do município, referente ao Termo de Compromisso nº 974642/2025 - Operação 1100471-45, compreendendo a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final das unidades habitacionais às famílias beneficiárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Lote 01 - "Produção de 25 Unidades Habitacionais na sede do município, referente ao Termo de Compromisso nº 974642/2025 - Operação 1100471-45, compreendendo a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final das unidades habitacionais às famílias beneficiárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total da Contratação R$ 3.674.763,97 **(Três milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos.)**

Dotação Orçamentária Secretaria de Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos
CR 298 07.001.16.481.0002.1.020.4.4.90.51.00.00 CONSTRUCAO CASAS POPULARES – MCMV – OBRAS E INSTALACOES

Guaraqueçaba, 30 de Março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:FB0D4B1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 68/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: institui o conselho municipal de turismo – COMTUR, do município de Honório Serpa, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei, especialmente no art. 46, inciso VI e XXVII, da Lei Orgânica do Município de Honório Serpa, e

CONSIDERANDO a lei municipal 911/2021 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR e do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR do Município de Honório Serpa/PR, em conformidade com as normas fixadas pelo Poder Público Municipal e a Sociedade Civil:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

I - Departamento Municipal de Assistência Social;
Titular: Kauely Vitória Beck
Suplente: Nilza Cardoso de Ramos

II - Departamento Municipal de Educação, Cultura e esporte;
Titular: Claudio Luiz Chiavagatti
Suplente: Mariazinha de Fátima H. Cristofoli

III-Departamento Municipal de Administração:
Titular: Mateus dos Santos Brazaga – **1º SECRETÁRIO**
Suplente: Eduardo Brustolim Triches de Moraes

IV - Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:
Titular: Evandro Antônio Klein
Suplente: Gilberto Jaime da Veiga

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

V - Representante da Associação Comercial:
Titular: Cleimar Ribeiro
Suplente: Edson Costela

VI - Representantes do Círculo de Pais e Mestres da Escola Estaduais;
Titular; Evandro José Albino
Suplente: Alexandra Aparecida Alves

VII - Círculo de Pais e Mestres das Escolas Municipais:
Titular: Elizaine Alves
Suplente: Carla Regina Ramos Fornari

VIII - Representantes da Agricultura Familiar (feira do Produtor);
Titular: Paulino Beles- **PRESIDENTE**
Suplente: Maria Ivone Koczuk Krumm – **2ª SECRETÁRIA**

IX - Representantes de Associações ou sindicatos Rurais;
Titular: Valdecir Ferreira de Oliveira – **VICE PRESIDENTE**
Suplente: Adriano Nunes de Oliveira

X - Representantes da Segurança Pública;
Titular: Lucimauro Teles
Suplente: Ricardo Modesto Rodrigues Gomes

XI - Representantes das Cooperativas de Credito.
Titular: Leonardo Bordignon
Suplente: Ronaldi Carlos Variani

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 107/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, aos 31 dias do mês de março de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:6DD7B25D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.096, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 1.096, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, **JOÃO CARLOS GARBIN**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito Suplementar e Especial no valor de **R$ 5.213.734,60 (cinco milhões duzentos e treze mil e setecentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos)** para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 15 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Ação: 2053 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			**Funcional: 0026.0782.0004**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
451	449051000000000000 – Obras e Instalações	1813	5.213.734,60
Total Ação			**5.213.734,60**

Art. 2º Para cobertura do crédito a ser aberto será utilizado recurso oriundo do **excesso de arrecadação de Recursos Vinculados** para o exercício vigente, mediante detalhamento na sequência:

I – Excesso de arrecadação na Fonte 1813 – Pavimentação de Estrada Vicinal - Convênio 153/2026 – SECID (Secretaria de Estado das Cidades), no valor de 5.488.141,69(cinco milhões e quatrocentos e oitenta e oito mil e cento e quarenta e um reais e sessenta e nove centavos), cabendo ao CONCEDENTE destinar o valor de 5.213.734,60(cinco milhões e duzentos e treze mil e setecentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos) os quais correrão como forma de contrapartida, destinar o valor de 274.407,09(duzentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e sete reais e nove centavos).

Art. 3º Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Honório Serpa/PR, em 31 de março de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:D4738C46

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 10, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de Agente de Desenvolvimento do Município de Honório Serpa - PR.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO as disposições contidas no artigo 170 da Constituição Federal, que determina tratamento favorecido às empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 179 da Constituição Federal, que estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, especialmente quanto à designação do Agente de Desenvolvimento para a efetivação da Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município de Honório Serpa, que prevê a competência do Município para expedir portarias e do Prefeito para praticar atos administrativos, inclusive por meio de portaria;

CONSIDERANDO a prioridade do Município em estabelecer políticas públicas voltadas aos empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Municipal nº 395/2011;

CONSIDERANDO que, segundo o Sebrae/PR, o Agente de Desenvolvimento é a pessoa nomeada pela Prefeitura para articular ações de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e territorial, promovendo reuniões, acompanhando o plano de trabalho, mobilizando lideranças e monitorando a implementação da Lei Geral das MPEs no Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora **MARCIANE BORGES DE CAMARGO,** matrícula funcional nº 1957251, para atuar como Agente de Desenvolvimento do Município de Honório Serpa/PR, **a partir de 01 de abril de 2026.**

Art. 2º O Agente de Desenvolvimento é parte indispensável para a promoção do empreendedorismo local, da articulação das ações públicas voltadas ao desenvolvimento local e territorial e da implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Município.
Art. 3º Compete ao Agente de Desenvolvimento, dentre outras atribuições correlatas:

I – organizar e acompanhar plano de ação voltado ao fortalecimento dos empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte do Município;

II – articular e acompanhar ações de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no âmbito municipal;

III – identificar, mobilizar e integrar lideranças locais do setor público, setor privado e entidades representativas que possam colaborar com as políticas de desenvolvimento local;

IV – promover a articulação entre o Poder Público Municipal, Sala do Empreendedor, comitês, grupos de trabalho, entidades de apoio e empreendedores locais;

V – organizar, acompanhar e registrar reuniões, ações, projetos, atas, relatórios e demais documentos relacionados às atividades desenvolvidas;

VI – manter as partes interessadas informadas acerca do andamento das ações e resultados obtidos;

VII – acompanhar e monitorar o cumprimento dos prazos, metas e indicadores definidos nos planos e grupos de trabalho;

VIII – auxiliar o Poder Público Municipal no cadastramento, orientação, engajamento e fortalecimento dos empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte;

IX – apoiar ações de simplificação, desburocratização, acesso a compras públicas, capacitação, inovação e demais iniciativas voltadas ao ambiente de negócios local;

X – exercer outras atividades compatíveis com a função, necessárias ao desenvolvimento econômico local e territorial do Município.

Art. 4º A atuação da servidora designada como Agente de Desenvolvimento será exercida em articulação com os órgãos da

Administração Municipal e com as instituições parceiras vinculadas às políticas de apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento local.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário em especial a portaria 53/2022 de 10 de outubro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 31 de março de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:1ED25E18

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO REFERENTE A INEXIGIBILIDADE N°07/2026. PARTES: MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA - PR E A PESSOA FÍSICA MULLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ Nº 11.938.604/0001-08 ESPÉCIE: CONTRATO Nº 21/2026 – INEXIGIBILIDADE 07/2026.
Onde Se Lê:
ESPÉCIE: **Contrato nº 21/2025 – Inexigibilidade 07/2024.**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, PROPRIETÁRIA DE IMÓVEL INTERESSADA EM FIRMAR TERMO DE EXPLORAÇÃO MINERAL POR MEIO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, PARA O, FORNECIMENTO DE CASCALHO OU SAIBRO, COM A FINALIDADE DE UTILIZÁ-LOS EM OBRAS PÚBLICAS DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS, MEDIANTE AQUISIÇÃO DE CARGAS.**

Leia-se:
ESPÉCIE: **Contrato nº 21/2026 – Inexigibilidade 07/2026.**
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO TIPO RETROESCAVADEIRA NOVO, FIRMADA COM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – CIRAU, NA MODALIDADE "CARONA", VISANDO ATENDER À DEMANDA VINCULADA AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 886/2025.**

Honório Serpa-PR, 31 de Março de 2023.

ERICA PATRICIA VIEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:3E433818

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01-K/2026

EDITAL Nº 01-K, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital de Abertura nº 01-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 01-I/2026 de 27 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 01-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
01	ROSEMARI APARECIDA PAGOTTO	1º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 31 de março de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:EDE793DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO 69/2026

DECRETO 69/2026

Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal de Iguaraçu, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e com base na Lei Municipal 07/2026 de 31 de março de 2026.

DECRETA

Art. 1.º - - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial no valor de R$ 156.688,00 (Cento e Cinquenta e Seis Mil, seiscentos e Sessenta e Oito reais) para suplementação das seguintes dotações:

05000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**	
05.001	**Departamento de Planejamento**	
05.001.04.121.0004.2009	**Manutenção do Departamento de Planejamento**	
3.1.71.70.96.00 – Fonte 00000	**Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado**	156.688,00

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Adicional Suplementar descrito no Art.1.º deste Decreto será anulação parcial da dotação abaixo, conforme Art. 43 § 1, III da Lei federal 4.320/64.

0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**	
08002	**Departamento de Serviços Públicos**	
08.002.26.782.0013.2020	**Manutenção do Departamento de Serviços Públicos**	
3.3.90.30.00.00 - Fonte 00000	**Material de Consumo**	156.688,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, aos 31 dias do mês de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:ECC4DFC0

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 070/2026

DECRETO Nº 070/2026

Súmula: Nomeia a Sra. Najila Sidro Khalaf e dá outras providências.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando as disposições da Lei Municipal n.º 005/1997 c/c com as disposições do art. 37 ss. da CF/88;

II - Considerando o processo administrativo – CONCURSO PÚBLICO, para fins de preenchimento de cargos e vagas em aberto no âmbito do Poder Executivo desta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital n.º 001/2024;

III - Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado pelo Edital n.º 030/2024, cuja eficácia deu-se aos 04/07/2024, devidamente homologado pelo Decreto n.º 043/2025 datado de 23/01/2025;

IV – Considerando finalmente o atendimento ao Edital de Convocação n.º 012/2026,

DECRETA:
Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. NAJILA SIDRO KHALAF portadora do CPF/MF sob o n.º 069.***.***-12, para exercer o cargo público efetivo, regido pelo regime estatutário, de FISIOTERAPEUTA, disciplinado pela Lei Municipal n.º 002/2014.

Parágrafo único: Os efeitos do presente ato administrativo dar-se-ão à partir de 01/04/2026 (inclusive).

Artigo 2º - Este Decreto estará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, aos 31 dias de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:225E6A28

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 071/2026

DECRETO Nº 071/2026

Súmula: Nomeia a Sra. Camila Santos Lião e dá outras providências.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando as disposições da Lei Municipal n.º 005/1997 c/c com as disposições do art. 37 ss. da CF/88;

II - Considerando o processo administrativo – CONCURSO PÚBLICO, para fins de preenchimento de cargos e vagas em aberto no âmbito do Poder Executivo desta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital n.º 001/2024;

III - Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado pelo Edital n.º 030/2024, cuja eficácia deu-se aos 04/07/2024, devidamente homologado pelo Decreto n.º 043/2025 datado de 23/01/2025;

IV – Considerando finalmente o atendimento ao Edital de Convocação n.º 016/2026,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. CAMILA SANTOS LIÃO portadora do CPF/MF sob o n.º 061.***.***-14, para exercer o cargo público efetivo, regido pelo regime estatutário, de PROFESSOR 20 HORAS, disciplinado pela Lei Municipal n.º 086/2013.

Parágrafo único: Os efeitos do presente ato administrativo dar-se-ão à partir de 01/04/2026 (inclusive).

Artigo 2º - Este Decreto estará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, aos 31 dias de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:038373D7

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 072/2026

DECRETO Nº 072/2026

Súmula: Nomeia o Sr. Claudemiro Luiz Batista e dá outras providências.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando as disposições da Lei Municipal n.º 005/1997 c/c com as disposições do art. 37 ss. da CF/88;

II - Considerando o processo administrativo – CONCURSO PÚBLICO, para fins de preenchimento de cargos e vagas em aberto no âmbito do Poder Executivo desta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital n.º 001/2024;

III - Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado pelo Edital n.º 030/2024, cuja eficácia deu-se aos 04/07/2024, devidamente homologado pelo Decreto n.º 043/2025 datado de 23/01/2025;

IV – Considerando finalmente o atendimento ao Edital de Convocação n.º 019/2026,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado o Sr. CLAUDEMIRO LUIZ BATISTA portador do CPF/MF sob o n.º 021.***.***-32, para exercer o cargo público efetivo, regido pelo regime estatutário, de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, disciplinado pela Lei Municipal n.º 002/2014.

Parágrafo único: Os efeitos do presente ato administrativo dar-se-ão à partir de 01/04/2026 (inclusive).

Artigo 2º - Este Decreto estará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, aos 31 dias de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:BA54911B

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 07/2026

LEI Nº 07/2026

SÚMULA - Autoriza a abertura de um Adicional Especial no valor de R$ 156.688,00 (Cento e Cinquenta e Seis Mil, seiscentos e Sessenta e Oito reais) no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Iguaraçu aprovou e eu, Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

LEI

Art. 1.º - - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial no valor de R$ 156.688,00 (Cento e Cinquenta e Seis Mil, seiscentos e Sessenta e Oito reais) para suplementação das seguintes dotações:

05000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**	
05.001	**Departamento de Planejamento**	
05.001.04.121.0004.2009	**Manutenção do Departamento de Planejamento**	
3.1.71.70.96.00 – Fonte 00000	**Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado**	156.688,00

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Adicional Suplementar descrito no Art.1.º desta lei será anulação parcial da dotação abaixo, conforme Art. 43 § 1, III da Lei federal 4.320/64.

0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**	
08002	**Departamento de Serviços Públicos**	
08.002.26.782.0013.2020	**Manutenção do Departamento de Serviços Públicos**	
3.3.90.30.00.00 - Fonte 00000	**Material de Consumo**	156.688,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, aos 31 dias do mês de Março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B55E6476

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
CONTRATO Nº: 026/2025

CREDENCIAMENTO Nº: 002/2025
INEXIGIBILIDADE Nº: 005/2025
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de forma temporária para auxiliar educacional (40 horas semanais), conforme Edital de Chamamento Público nº 002/2025.
CONTRATANTE: Município de Iguaraçu – PR, CNPJ: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: 59.291.108 Naise Cristina Joaquim Ferreira, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 59.291.108/0001-23, com sede à Rua Tupi, 241 – Jd. Lice 1, na cidade de Astorga/PR.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 137, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO PEDIDO DE RESCISÃO: 20/03/2026.
MOTIVO: Pedido da contratada por motivos pessoais.
TIPO DE RESCISÃO: Amigável, por mútuo consentimento.
DATA DA FORMALIZAÇÃO: 20/03/2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:50DE935D

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 006/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças para Sistema de produção e aplicação de cloro e flúor nos sistemas de tratamento de água nas propriedades da Sede, Vila Verde, Cuca Fresca e Pirapó operados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu, em conformidade com a legislação vigente, em favor da empresa Janaina Aparecida de Freitas Dutra, sob o CNPJ Nº 58.946.707/0001-75, Situada na Rua Besouro Vermelho da Mata, 236 – Jardim Paulista II – Arapongas/PR no valor de R$ 12.102,50 (doze mil, cento e dois reais e cinquenta centavos), com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 31/03/2026

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CCF2AF37

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 007/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra elétrica, destinados a manutenção e reparos na sede do SAAE e demais localidades pertencentes ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu/PR, em conformidade com a legislação vigente, em favor da empresa Gabriel Angelo de Livio, sob o CNPJ Nº 57.421.739/0001-94, Situada na Rua Jefferson Xavier dos Santos, 285 – Jardim Paraíso - Iguaraçu/PR, no valor de R$ 12.600,00 (doze mil, e seiscentos reais), com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 31/03/2026

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:094B3AF8

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 008/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para Contratação de empresa especializada para o fornecimento de toner destinados às impressoras pertencentes ao SAAE, em conformidade com a legislação vigente, em favor da empresa BS Informática Ltda, sob o CNPJ Nº 44.132.151/0001-79, Situada na Avenida Cerro Azul, 752 – Zona 02 – Maringá/PR no valor de R$ 2.215,00 (dois mil, duzentos e quinze reais), com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 31/03/2026

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:6EA72D30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2026 TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2026 TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

A Comissão Permanente de Licitação em cumprimento com Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, faz publicar o **AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO** resumindo o processo a:

OBJETO: 1.1. Aquisição de 8 Aparelhos de Ar condicionado split de no mínimo 17.000 btus para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR. Recurso oriundo do Ministério da Saúde - Convênio n. º 931393/2022

Tipo: Menor Preço por Item.

Valor aproximado: R$ 29.920,00 (Vinte e nove mil, novecentos e vinte reais).

Recebimento das propostas: 08h00min do dia 01/04/2026 às 08 horas do dia 16/04/2026.
Abertura das propostas: Das 08h01min às 09 horas do dia 16/04/2026.
Início da sessão pública e disputa de preços: Das 09h01min as 09h06min do dia 16/04/2026, acrescido do período aleatório.
Local de acesso e participação: www.bll.org.br

Irati, 25 de março de 2026.

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Pregoeira

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:E4228FD7

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 021/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada JAMJ CLINICA MEDICA E CENTRO DE DIAGNOSTICOS POR IMAGEM LTDA
CNPJ: **28.937.256/0001-49**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de serviços na área de EXAMES de RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo II do edital de Chamamento Público 08/2025. Processo de Inexigibilidade 013/2025.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 30 de março a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

JAMJ CLINICA MEDICA E CENTRO DE DIAGNOSTICOS POR IMAGEM LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:7B65FCD6

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 023/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada ÓTICA IRIS CONCEPT LTDA
CNPJ: **ÓTICA IRIS CONCEPT LTDA**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de serviços na área de Fornecimento de óculos com lentes corretivas e multifocais para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo III do edital de Chamamento Público 02/2026. Processo de Inexigibilidade 07/2026.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.302.0001.2006.3.3.90.30.00.00. Fonte 31369 (reduzido 34)
10.302.0001.2002.3.3.90.30.00.00 fontes 385 (reduzido 22)

VIGENCIA: 26 de março de 2026 a **25 de março de 2027.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

ÓTICA IRIS CONCEPT LTDA
Contratada

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada COMERCIO DE ARTIGOS DE OTICA HORST LTDA
CNPJ: **08.596.029/0001-90**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de serviços na área de Fornecimento de óculos com lentes corretivas e multifocais, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo III do edital de Chamamento Público 02/2026. Processo de Inexigibilidade 07/2026.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.302.0001.2006.3.3.90.30.00.00. Fonte 31369 (reduzido 34)
10.302.0001.2002.3.3.90.30.00.00 fontes 385 (reduzido 22)

VIGENCIA: 26 de março de 2026 a **25 de março de 2027.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

COMERCIO DE ARTIGOS DE OTICA HORST LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:8E3B85DF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

1º EXTRATO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 201/2025
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada ALENCAR & CIA MED OTORRINO LTDA
CNPJ: **43.758.057/0001-67**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de nutrição, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo III do edital de Chamamento Público 07/2025. Processo de Inexigibilidade 012/2025.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 27 de março a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

ALENCAR & CIA MED OTORRINO LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:9B256C4B

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 47/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS para ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO, durante o período de 06/04/2026 à 15/04/2026.

Art. 2º - Considera-se como período aquisitivo de férias, janeiro de 2025 a janeiro de 2026 para o gozo de férias supramencionado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 31 de março de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:4EB27FC2

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 48/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS para VANESSA NILVA MARÇAL GARSTKA, durante o período de 22/04/2026 à 21/05/2026.

Art. 2º - Considera-se como período aquisitivo de férias, julho de 2024 a julho de 2025 para o gozo de férias supramencionado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 31 de março de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:E91FF26C

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026
EDITAL Nº 012/2026
EXCLUSIVO A MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados pelo Decreto n° 025/2025, nos termos dos Decretos Municipais n° 174/2023 e 090/2025, Leis Complementares Federais n° 123/2006, 147/2014 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÁS 09H00MIN, DO DIA 06/05/2026, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CURATIVOS ESPECIALIZADOS PARA FERIDAS GRAVES DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** O Edital de licitação encontra-se disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, em www.bll.org.br e em https://www.gov.br/pncp/pt-br. Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br
Inácio Martins/PR, 31 de Março de 2026

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:450E66B8

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 01/2026

A Prefeitura Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, nos termos do artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar 101/2000, de 04 de maio de 2000, **CONVOCA** a todos os munícipes para participarem da "Audiência Pública de Apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício 2026", com o objetivo de apresentação do Projeto de Lei e discussão das ações, será realizada no Auditório do Paço Municipal no próximo dia 13 de abril de 2026, segunda-feira, às 14 horas.

Inácio Martins, PR, em 31 de março de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:57F08D13

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 006/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de teste de vazão em poços artesianos, com análise físico-químicas e bacteriológica da água, na zona rural do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: **T.R.F. GIANJACOMO LTDA** - CNPJ n° 35.569.538/0001-04. Objeto do Termo de Rescisão: Rescisão unilateral motivada pela inexecução contratual, com fulcro no Art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021. Valor Rescindido: R$ 12.990,00 (Doze mil, novecentos e noventa reais). Assinatura: 24/03/2025.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:476DF04B

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 002 – RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE
PREGÃO ELETRÔNIO N° 091/2023 - CONTRATO Nº 018/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos e condutores, para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR- CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. CONTRATADA: ZUIDE TRANSPORTES LTDA - CNPJ da Contratada nº 15.794.145/0001-89. Objeto do Termo Aditivo: Renovação contratual prazo de execução por mais 12 (doze) meses e reajuste de valor pelo índice do IPCA-E de 3,028%, valor total do aditivo R$ 82.440,00 (Oitenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais), ref. ao lote: 01- LINHA 104, MONJOLO, ALEMANHA E GÓES ARTIGAS, conforme solicitação da Contratada, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Parecer Jurídico, nos termos do ART. 106 E 107, da Lei Federal Nº 14.133/2021. Execução do dia 25/03/2026 ao dia 25/03/2027, e prazo de vigência por mais 13 (treze) meses, até dia 25/04/2027. Assinatura: 25/03/2026.

TERMO ADITIVO Nº 003 – RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE
PREGÃO ELETRÔNIO N° 091/2023 - CONTRATO Nº 020/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos e condutores, para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR- CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. CONTRATADA: ZUIDE TRANSPORTES LTDA - CNPJ da Contratada nº 15.794.145/0001-89. Objeto do Termo Aditivo: Renovação contratual prazo de execução por mais 12 (doze) meses e reajuste de valor pelo índice do IPCA-E de 3,028%, valor total do aditivo R$ 98.640,00 (Noventa e oito mil, seiscentos e quarenta reais), ref. ao lote: 04- LINHA FAZENDA VELHA DALLAGO A SANTA RITA, conforme solicitação da Contratada, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Parecer Jurídico, nos termos do ART. 106 E 107, da Lei Federal Nº 14.133/2021. Execução do dia 25/03/2026 ao dia 25/03/2027, e prazo de vigência por mais 13 (treze) meses, até dia 25/04/2027. Assinatura: 25/03/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:19D09511

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 002 – RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE
PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2024 - CONTRATO Nº 024/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada em hospedagem, manutenção e suporte de Web Site, realizado a migração de dados do atual portal eletrônico e a capacitação dos servidores quanto a organização e alimentação de dados no site. Contratante: Município de Inácio Martins/PR- CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **GARAGNANI & GARANHANI LTDA** - CNPJ da Contratada nº 28.306.139/0001-87. Objeto do Termo Aditivo: Renovação contratual, do prazo de execução por mais 12 (doze) meses, do dia 24/03/2026 ao dia 23/03/2027 e o prazo de vigência por mais 13 (treze) meses, do dia 24/03/2026 ao dia 23/04/2027, conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Informática e Processamento de Dados, nos termos do Art. 107 da Lei Federal Nº 14.133/2021. Assinatura: 24/03/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:4FA07E1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 005/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025

O **MUNICÍPIO DE IPORÃ DO PARANÁ/PR**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar chamamento público, visando o **Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de internação para pacientes do sexo masculino e feminino, com oferta de atendimento terapêutico, psicológico e psiquiátrico, incluindo acompanhamento 24 horas, enfermaria, atividades em grupo e individuais, bem como fornecimento de alimentação completa diária.**

- Data de inscrição: de 10/**04/2026 a 27/04/2026**
- Horário: **das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00**
- Local SALA DE LICITAÇÕES –PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ /PR, Rua Pedro Alvares Cabral, nº 2677, centro, Iporã-PR.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Rua Pedro álvares Cabral, nº 2677, centro, Iporã, Paraná - Telefone (44) 3652-8127 – e-mail: licitação.ipora@ipora.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de iporã-PR (www.ipora.pr.gov.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitação.ipora@ipora.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h00 às 17 horas.

P U B L I Q U E - S E.

Iporã/PR, 31 de Março de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:65A5CF66

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 018/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 018/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, Decreto Municipal n° 015/2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

OBJETO: contratação de pessoa jurídica especializada, para prestação de serviços de seguro para os veículos pertencentes à frota municipal, com cobertura contra danos materiais (DMT), danos corporais (DC), danos morais (DM), acidente pessoais de passageiros (APP) com DMH, assistência 24 (vinte e quatro) horas, cobertura de vidros e cobertura 100% da tabela FIPE todas as secretárias do município de Iporã-PR.
VALOR MAXIMO: R$ 255.369,40 (duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:50 horas do dia 15/04/2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:50 as 14:00 horas do dia 15/04/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 15/04/2025.

Iporã – PR, 31 de março de 2026.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B0F47E0A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 019/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 019/2026, referente ao Processo Administrativo 048/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de manutenção emergencial, móvel e imediata, em veículos e maquinários pertencentes à frota municipal.
VALOR MÁXIMO: R$ 79.632,00 (setenta e nove mil e seiscentos e trinta e dois mil reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 10/04/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50 às 09:00 horas do dia 10/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 09:00 horas do dia 10/04/2026.

Iporã – PR, 31 de março de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E33E5572

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 020/2026, referente ao Processo Administrativo 050/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições prontas, nas modalidades self-service e marmitex, destinadas aos servidores da Secretaria Municipal de Assistência à Saúde do Município de Iporã-PR, exclusivamente quando estiverem em exercício funcional na cidade de Umuarama-PR.
VALOR MÁXIMO: R$ 141.265,00 (cento e quarenta e um mil e duzentos e sessenta e cinco reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:50 horas do dia 10/04/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:50 às 09:00 horas do dia 10/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 14:00 horas do dia 10/04/2026.

Iporã – PR, 31 de março de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A6CDBCA1

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 061/2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ESTRADA URU, LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO E COMARCA DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANA, **ROBERTO DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 97, "d", Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para todos os fins, tosa a extensão da Estrada Uru, Gleba Atlântida, no Município de Iporã, Estado do Paraná, com as seguintes coordenadas em U.T.M:

INICIO DA ESTRADA: 24° 0'25.84"S / 53°39'14.88"O
FIM DA ESTRADA: 24° 3'3.53"S / 53°33'36.13"O

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos **trinta e um** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e seis**.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:1807C3F6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 062/2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ESTRADA CEMITÉRINHO, LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO E COMARCA DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANA, **ROBERTO DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 97, "d", Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para todos os fins, tosa a extensão da Estrada Cemitérinho, Gleba Atlântida, no Município de Iporã, Estado do Paraná, com as seguintes coordenadas em U.T.M:

INICIO DA ESTRADA: 24° 3'51.93"S / 53°40'2.74"O
FIM DA ESTRADA: 24° 7'20.71"S / 53°34'56.92"O

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos **trinta e um** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e seis**.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C426E6DD

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 055/2026 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 004/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Concorrência Presencial n.º 004/2026, objetivando a pavimentação asfáltica na Estrada Estiva, no Município de Iporã/PR, abrangendo área total de 65.556 m², compreendendo, de forma integrada e conforme projetos e especificações técnicas, a realização de serviços preliminares, terraplenagem, sistemas de drenagem, execução de base e sub-base, aplicação de revestimento asfáltico, serviços de urbanização, implantação de sinalização de trânsito e a realização de ensaios de controle tecnológico necessários à adequada qualidade e desempenho da obra, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
CONSTRUTORA LONGUINI LTDA inscrita sob CNPJ**: 16.514.870/0001-19**	R$ 13.136.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 26 de Março de 2026

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:246CC9B7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 056/2026 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 006/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Concorrência Presencial n.º 006/2026, objetivando a Pavimentação asfáltica de vias urbana em CBUQ, 14.336,30m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.
Trechos:
- Av Marginal (entre Rua D e Rua Projetada A) - Rua Senador Souza Naves (entre Rua Proj A e Rua Princesa Isabel) - Rua Projetada A (entre Rua Floriano Peixoto e Rua Projetada C) - Rua Projetada B (entre Rua Floriano Peixoto e Rua Projetada C) - Rua Projetada C (entre Rua Projetada A e Rua Projetada C) - Rua Projetada A (entre Av Pres Castelo Branco e Rua Projetada B) - Rua Projetada B (entre Rua Projetada G e Rua Projetada B) - Rua Projetada C (entre Rua Projetada G e Rua Projetada B) - Rua Projetada D (entre Rua Projetada G e Rua Projetada B) - Rua Projetada E (entre Rua Projetada G e Rua Projetada B) - Rua Projetada F (entre Rua Projetada E e Rua Projetada H) - Rua Projetada G (entre Rua Projetada B e Rua projetada H) - Rua Projetada H (entre Av Duque de Caxias e Rua Projetada B), nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
ALUGALILA – USINA DE ÁSFALTO, TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA inscrita sob CNPJ**: 05.826.387/0001-53**	R$ 3.960.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 26 de Março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4499081A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 060/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Concorrência Presencial n.º 001/2026, objetivando a Contratação de visando a Pavimentação e recape de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 40.276,57 m², compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; iluminação pública; e ensaios de controle tecnológico, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
SOTRAM – CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA	R$ 7.250.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 31 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:34208A6E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 003/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS (A) APROVADOS (A) NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025, EDITAL n°.004/2025, QUE HOMOLOGOU O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 de 04 de fevereiro de 2025 e Edital n°. 004/2025, que homologou o resultado final do Concurso Público.

CONVOCA os (a) candidatos (a) abaixo relacionados (a), aprovados (a) e classificados (a) no Processo Seletivo Simplificado, para realização de Exames para Aptidão Física (Consulta Ocupacional) e Sanidade Mental e posterior nomeação ao cargo público.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO	CPF	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Laura Tiemann dos Santos	047.xxx.xxx-90	**20**	**17**
Lucas Quintana Albano da Silva	076.xxx.xxx-70	**19**	**18**
Marcos Antonio Rodrigues	102.xxx.xxx-21	**18**	**19**
Felipe Luiz Marques Vuicik	121.xxx.xxx-40	**18**	**20**
Natália Cardoso de Oliveira	091.xxx.xxx-31	**17**	**21**
Larissa Fernandes Domene	099.xxx.xxx-56	**17**	**22**
Briena Fortuna Reginato	078.xxx.xxx-31	**15**	**23**
Jonas da Silva Teixeira	106.xxx.xxx-77	**10**	**24**
Isabella Maria Marques	103.xxx.xxx-36	**10**	**25**

Os candidatos (a) convocados (a) por este Edital, deverá se apresentarem para Consulta de Aptidão Física (Consulta Ocupacional) na **Unidade Básica de Saúde - João Antônio de Campos Filho**, **Avenida João XXIII, n° 715,** e na **Secretaria Municipal de Educação, Rua Pedro Alvares Cabral, nº 1880**, para exame de Sanidade Mental, conforme prevê o Art. 14, caput e Art. 22, Parágrafo Único, da Lei nº 233/93 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Iporã, portando os resultados dos exames abaixo relacionados, previamente realizados e obedecendo a seguinte ordem:

EXAMES PARA APTIDÃO FÍSICA:

CARGO	EXAMES A SEREM APRESENTADOS	DATA	HORÁRIO
MÉDICO VETERINÁRIO	- Audiometria (no ato da consulta) - Acuidade Visual (no ato da consulta) - Teste de soro aglutinação com antígeno brucélico corado pela Rosa Bengala (brucelose) - Hemograma Completo c/ Plaquetas - Glicemia - Anti HBS - Raio X de Coluna Lombo Sacra (com laudo do Médico)	**10/04/2026**	**16h00min**

EXAME DE SANIDADE MENTAL:

CARGO	DATA	HORÁRIO
MÉDICO VETERINÁRIO	**10/04/2026**	**09h00min**

As despesas decorrentes com a realização dos Exames acima mencionados são de responsabilidade do Candidato aprovado, que após aprovação nos Exames Médicos, deverá comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iporã – Paraná, no prazo máximo de 10 (dez) dias improrrogável portando os seguintes documentos:

Carteira de Identidade (CIN) de acordo com a Lei 14.534/2023 e fotocópia;
C.P.F. e fotocópia;
Certidão de Nascimento ou casamento e fotocópia;
Certificado de Reservista e fotocópia, quando couber;
Título de Eleitor e fotocópia;
Ultimo comprovante de votação;
Comprovante de escolaridade exigida no edital;
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e fotocópia, quando couber; (quando for menor de 14 anos trazer carteirinha de vacina e se estudante, declaração da escola);
CPF dos filhos;
Duas fotos 3X4 recentes, tirada de frente;
C.N.H. e fotocópia grupo "C", "D" ou "E", quando couber;
Atestado de Sanidade Física e Mental;
Certidão Negativa de antecedentes civis e criminais;
Apresentação de declaração de bens e valores, de acordo com a Lei Federal nº 8429/92;
- Cópia do PIS/PASEP;
- Carteira de trabalho original e cópia da carteira de trabalho, página de identificação do servidor e dos contratos de trabalhos anteriores;
- Endereço completo (conta de água, luz ou telefone);
- Telefone para contato;
- E-mail.

Iporã-(PR), 31 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:651A267E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/20-26

CONTRATANTE: Município de Iporã, Estado do Paraná, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, 2677, inscrito no CGC/MF nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, ROBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº 531.305-34SSP/PR e do CPF/MF nº 916.753.089-34, e

CONTRATADA: CONSTRUTORA LONGUINI-LTDA.

OBJETO: pavimentação asfáltica na Estrada Estiva, no Município de Iporã/PR, abrangendo área total de 65.556 m², compreendendo, de forma integrada e conforme projetos e especificações técnicas, a realização de serviços preliminares, terraplenagem, sistemas de drenagem, execução de base e sub-base, aplicação de revestimento asfáltico, serviços de urbanização, implantação de sinalização de trânsito e a realização de ensaios de controle tecnológico necessários à adequada qualidade e desempenho da obra.

VALOR: R$ 13.136.000,00 *(*treze milhões, cento e trinta e seis mil reais*)*.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 210 (duzentos e dez) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: até 420 (quatrocentos e vinte) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de Março de 2026.

FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.

Iporã, 31 de Março de 2026.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8E3BDB39

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/20-26

CONTRATANTE: Município de IPORÃ, Estado do Paraná, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral nº2677, inscrito no CGC/MF nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, ROBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº 531.305-34SSP/PR e do CPF/MF nº 916.753.089-34, e

CONTRATADA: **ALUGALILA USINA DE ASFALTO, TRANPORTES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 05.826.387/0001-53, localizada na Rodovia PR 323 s/n Sub Urbano, Cep 87.538-000 Perobal - Pr.

OBJETO: Pavimentação asfáltica de vias urbana em CBUQ, 14.336,30m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.
Trechos:
- Av Marginal (entre Rua D e Rua Projetada A) - Rua Senador Souza Naves (entre Rua Proj A e Rua Princesa Isabel) - Rua Projetada A (entre Rua Floriano Peixoto e Rua Projetada C) - Rua Projetada B (entre Rua Floriano Peixoto e Rua Projetada C) - Rua Projetada C (entre Rua Projetada A e Rua Projetada C) - Rua Projetada A (entre Av Pres Castelo Branco e Rua Projetada B) - Rua Projetada B (entre Rua Projetada G e Rua Projetada B) - Rua Projetada C (entre Rua Projetada G e Rua Projetada B) - Rua Projetada D (entre Rua Projetada G e Rua Projetada B) - Rua Projetada E (entre Rua Projetada G e Rua Projetada B) - Rua Projetada F (entre Rua

Projetada E e Rua Projetada H) - Rua Projetada G (entre Rua Projetada B e Rua projetada H) - Rua Projetada H (entre Av Duque de Caxias e Rua Projetada B).

VALOR: R$ 3.960.000,00 *(*três milhões, novecentos e sessenta mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 480 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de março de 2026.

FORO: Comarca de IPORÃ, Estado do Paraná.

IPORÃ, 31 de MARÇO de 2026.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D53EB4CD

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026

CONTRATO Nº 225/2025
PREGÃO Nº 081/2025
CONTRATANTE: Município de Iporã – PR, CNPJ nº 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA: GHE PACHE LTDA, CNPJ nº 59.895.221/0001-18.
OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor original do Contrato nº 225/2025, que tem Contratação de empresa especializada para a execução de serviços contínuos de manutenção urbana no Município de Iporã-PR.
VALOR ACRESCIDO: R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 27/03/2026
VIGÊNCIA: Inalterada.
RATIFICAÇÃO: Mantidas as demais cláusulas do contrato original.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:80A9CABC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 449/2026

CONCEDE PENSÃO POR MORTE A SENHORA AGUIOMAR INES SCHIO CEOLIN, DE FORMA DEFINITIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o protocolo e-050/2026;
o Parecer da Assessoria Jurídica;
o disposto no Art. 58, § 1º da LC nº 004/2023 Cota familiar de 50% da aposentadoria ou sobre como se aposentado por incapacidade permanente, acrescida de cotas de 10% por dependente, até o máximo de 100%

RESOLVE;

I – Conceder Pensão Por Morte, a partir de **31 de janeiro de 2026**, a viúva **AGUIOMAR INES SCHIO CEOLIN**, brasileira, viúva, portador(a) do CPF nº 021.xxx.xxx-32, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, casada civilmente com o Servidor **HERMENEGILDO CEOLIN**, falecido em data de 31 de janeiro de 2026, consoante Certidão de Óbito nº 085613 01 55 2025 4 00014 184 0005740 33, do Serviço de Registo Imóveis, Registro Civil das Pessoas Naturais e de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, Município e Comarca de Iporã-Pr, Estado do Paraná.

II – O Servidor falecido era ocupante do quadro de **INATIVOS** do FAPESPI (Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Funcionários Públicos de Iporã), Aposentado, através do Decreto nº. 029/2014 de 28 de março de 2014.

III – Tendo em vista que o referido Servidor deixou filhos maiores e a viúva acima qualificada no item I, seja aplicado 100% no valor de R$ 972,60 (novecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos).

IV – Esta Portaria tem efeito retroativo a 31 de janeiro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B9053B78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
EDITAL NR. 001/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO - SELO "EMPRESA AMIGA DA MULHER IRATIENSE"

EDITAL Nº 001/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO – SELO "EMPRESA AMIGA DA MULHER IRATIENSE"
A Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Irati, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a **Lei Municipal nº 5.266**, torna público o presente Edital de Chamamento Público para inscrição de empresas interessadas em receber o Selo "Empresa Amiga da Mulher Iratiense", destinado ao reconhecimento de organizações que promovam ações voltadas à valorização da mulher, à igualdade de oportunidades e ao enfrentamento à violência contra a mulher no município de Irati.
1. DO OBJETO
1.1. O presente edital tem por objetivo selecionar empresas e instituições que desenvolvam práticas, programas ou ações voltadas à promoção dos direitos das mulheres.
1.2. O selo possui caráter honorífico, sem implicação de benefícios financeiros ou fiscais.
1.3. A certificação busca incentivar igualdade de oportunidades, valorização profissional das mulheres e combate à violência contra a mulher.
2. DOS OBJETIVOS DO SELO
2.1. Reconhecer empresas que desenvolvam ações de valorização da mulher.
2.2. Incentivar políticas institucionais de igualdade de gênero.
2.3. Estimular boas práticas de responsabilidade social voltadas às mulheres.
2.4. Promover conscientização sobre enfrentamento à violência contra a mulher.
2.5. Incentivar participação feminina em cargos de liderança.
3. DAS EMPRESAS PARTICIPANTES
3.1. Poderão participar empresas privadas, cooperativas, associações e instituições com ou sem fins lucrativos.
3.2. Devem possuir sede, filial ou atuação comprovada no Município de Irati.
3.3. Devem desenvolver ações voltadas à promoção dos direitos das mulheres.
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições ocorrerão no período de 01/04/2026 a 29/05/2026.
4.2. A inscrição poderá ser realizada presencialmente na Câmara Municipal de Irati – Procuradoria da Mulher ou por meio eletrônico.
4.3. Documentos exigidos: ficha de inscrição, CNPJ, comprovante de atuação no município, relatório das ações e materiais comprobatórios.
5. DA COMISSÃO AVALIADORA
5.1. A avaliação será realizada por Comissão designada pela Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Irati.

5.2. A comissão analisará documentação, avaliará ações e deliberará sobre a concessão do selo.

6. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1. Serão considerados critérios como políticas de valorização da mulher, igualdade de oportunidades, incentivo à liderança feminina, ações de prevenção à violência contra a mulher e impacto social das iniciativas.

7. DO RESULTADO

7.1. O resultado será divulgado nos canais oficiais da Câmara Municipal de Irati.

8. DA ENTREGA DO SELO

8.1. A entrega ocorrerá durante o mês de agosto, em evento oficial da Câmara Municipal.

9. DO USO DO SELO

9.1. As empresas certificadas poderão utilizar o selo em materiais institucionais, campanhas publicitárias, redes sociais e comunicação corporativa.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A participação implica aceitação integral das normas do edital.

10.2. Casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Irati.

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome da empresa/instituição:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:

Representante legal:
Cargo:

Descrição das ações desenvolvidas em prol das mulheres:

Declaro que as informações apresentadas são verdadeiras.

Data: ____/____/_____

Assinatura: _____

ANEXO II – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

Critério	Pontuação Máxima
Políticas internas de igualdade de gênero	20
Incentivo à liderança feminina	20
Ações de combate à violência contra a mulher	20
Projetos de responsabilidade social voltados às mulheres	20
Iniciativas de capacitação ou apoio ao empreendedorismo feminino	20

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:A5E1099A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.447/2026 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5447/2026 de 26/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2059/2025 de 30/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA	
03.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PROCURADOR	
03.001.02.062.0013.2.004.		Manutenção da Procuradoria Jurídica	
21 - 3.3.90.91.00.00	01000	SENTENÇAS JUDICIAIS	100.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.244.0003.2.025.		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
255 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
		Total Suplementação:	**120.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.004.00.000.0000.0.000.		ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
07.004.08.242.0003.2.031.		Apoio e Fortalecimento dos Direitos da Pessoa com Deficiência	
320 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	20.000,00
99.000.00.000.0000.0.000.		RESERVA DE CONTINGENCIA	
99.999.00.000.0000.0.000.		RESERVA DE CONTINGENCIA	
99.999.99.999.0010.2.054.		Reserva de Contingência	
475 - 9.9.99.99.00.00	01000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
		Total Redução:	**120.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 26 de março de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:E53BDF43

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA

EXTRATO DE ATA DA SEGUNDA SESSÃO DA CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIMENTO Nº 002/2026
Processo Administrativo: nº 006/2026
OBJETO: Chamada Pública para Credenciamento/Contratação de leiloeiro oficial, devidamente matriculado na Junta Comercial do estado do Paraná - JUCEPAR, para prestação de serviços técnicos especializados de organização, preparação, divulgação e condução de leilão público destinado à alienação de bens móveis classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis pertencentes ao Município, conforme Lei Municipal nº 2.051/2025.
O Município de Itambaracá, através de sua Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº. 142/2025, torna público o resultado do sorteio realizado na data de hoje para colocação dos leiloeiros, a ata encontra-se no site do município, especificamente no portal de transparência e o vídeo referente ao sorteio encontra-se no link https://youtu.be/tIyS9Zfrzis .
A interposição de recurso referente à anulação ou revogação do sorteio, observará o prazo recursal que é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da colocação dos leiloeiros. Sendo assim, os interessados em interpor recurso, a data fim é de 08/04/2026 até as 15h.

Itambaracá - Pr, 31 de março de 2026

RENATA CRISTINA DOS SANTOS
Comissão de Contratação
Portaria Nº 142/2025

Publicado por:
Tamires Fernanda Teixeira
Código Identificador:0410A6A1

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5.448/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, **AMARILDO TOSTES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O item correspondente ao mês de abril, constante no Art. 1º do Decreto nº 5.422/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ABRIL
02 de abril – Quinta-feira Santa – feriado municipal
03 de abril – PAIXÃO DE CRISTO
21 de abril – TIRADENTES"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário no que tange ao expediente do dia 02 de abril de 2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:8A83B315

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 155/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **PENSÃO POR MORTE** à Sra. **CIDENEA ANTONIA LUNE FUZETO**, na qualidade de cônjuge sobrevivente do segurado inativo **MAURO FUZETO**, falecido em 07 de março de 2026, conforme certidão de óbito sob a matrícula nº 142067 01 55 2026 4 00008 015 0001821 06.

Art. 2º - A concessão do benefício fundamenta-se no disposto no Art. 32 da Lei Municipal nº 704/1994, c/c o Art. 40, § 7º, da Constituição Federal.

Art. 3º - O valor do benefício corresponderá a 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria percebida pelo instituidor na data do falecimento, nos termos do Art. 33 da Lei Municipal nº 704/1994, observada a inexistência de outros dependentes habilitados na data desta concessão.

Art. 4º - Os efeitos financeiros da presente concessão retroagem à data do óbito, observados os prazos legais para requerimento.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:8FA75E0C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 156/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 400/2026 do Ofício nº 077/2026 da Diretora Municipal de Saúde que autoriza o gozo de Férias da servidora abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de Gozo de Férias regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
TATIANE DA SILVA	900053	AGENTE COMUNITÁRIO – PSF	13/01/2024 A 12/01/2025	06/04/2026	25/04/2026

Art.2 º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:C04C7BA9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 157/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 409/2026 do Ofício nº 065/2026 do Diretor Municipal de Serviços Públicos e Obras que autoriza férias a Servidora abaixo relacionada:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	Período de Fruição	
				INICIO	FIM
KÁTIA DAIANA DOMINGUES ROCHA	200908	MARGARIDA	03/04/2025 A 02/04/2026	06/04/2026	05/05/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:8C994D3E

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO C.M.S. Nº 004/2026

Considerando que o pleno do Conselho Municipal de Saúde de Itambaracá, Estado do Paraná, Rua Orlando Fuzeto n° 405, regulamentado conforme a Lei Municipal 1.546/2015 e Leis Federais nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 e nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990, em reunião ordinária realizada no dia 30 de março de 2026, às 14:00 horas no prédio da Secretaria Municipal de Saúde de Itambaracá, registra em Ata n° 004/2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a PAS (Plano Anual da Saúde) de 2026.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Itambaracá-PR, 30 de março de 2026.

THYELLY SAMANTHA ZAMBONI
Presidente do C.M. S

EVERTON ROMANINI
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:3D1CD73F

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 09/2026

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, DE ITAMBARACÁ/PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-maternidade à servidora **NATALIA GEOVANA ARON RODRIGUES**, matrícula nº **11**, pelo período de **120 (cento e vinte) dias**, sem prejuízo da remuneração, nos termos do art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal e do art. 128 da Lei Municipal nº 687/1994.

Art. 2º A licença terá início em **30/03/2026** e término em **27/07/2026**.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Itambaracá/PR, 30 de março de 2026.

PAULO ZAMBONI
Superintendente do SAMAE

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:E1BF992C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
DECRETO 001

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01 DE 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre o ponto facultativo nas repartições da Câmara Municipal no dia 02 de abril de 2026 (Quinta-feira Santa), e reconhece o feriado nacional de 03 de abril de 2026 (Sexta-feira Santa), e dá outras providências.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Orgânica do Município** e pelo **Regimento Interno da Câmara Municipal**,

CONSIDERANDO que a Semana Santa é uma tradição religiosa que celebra a Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo;

CONSIDERANDO que a Quinta-feira Santa antecede a celebração da morte e ressurreição de Jesus;

CONSIDERANDO que a Sexta-feira Santa celebra a Paixão e Morte de Jesus Cristo;

CONSIDERANDO o respeito às manifestações culturais e religiosas, bem como a conveniência administrativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado PONTO FACULTATIVO nas repartições da Câmara Municipal de Itambé no dia 02 de abril de 2026 (Quinta-feira Santa).

Parágrafo único. Fica reconhecido, no âmbito da Câmara Municipal, o feriado nacional do dia 03 de abril de 2026 (Sexta-feira Santa).

Art. 2º Os serviços considerados essenciais deverão funcionar normalmente, cabendo à Presidência da Câmara e aos responsáveis pelos setores organizar escalas, se necessário, para garantir a continuidade dos serviços.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itambé, 31 de março de 2026.

MARCOS ROBERTO RIBEIRO DA COSTA
Presidente

Publicado por:
Sonia Saade Youssef Said
Código Identificador:641E35B8

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026.
O Município de Itambé/PR torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 22 de abril do ano de 2026, na Plataforma BLL, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Construção de Creche	456,86 m²	270 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Itambé: https://itambe.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e na plataforma BLL: www.bll.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Itambé/PR, 31 de março de 2026.

LUÍS CEZAR CONTRERAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:1A96B0FE

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

REPUBLICADO

EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO (VALOR)
CONTRATO Nº 030/2025 - ID/TCE Nº 42874

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: AUTO POSTO MONALISA LTDA
CNPJ Nº 04.985.463/0002-91

OBJETO: Através do presente termo as partes resolvem promover um aditivo financeiro de reajuste dos preços pactuados, com fulcro no Art. 124, Inciso II alínea (d) e demais disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a contar do dia 17/03/2026, no valor de R$ 53.568,42 (cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), passando o valor global do contrato original para R$ 1.863.535,40 (um milhão, oitocentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Inexigibilidade Nº 10/2025.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 20/03/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:5DFCB5DB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO (PRAZO/VALOR)
CONTRATO Nº 006/2021 - ID/TCE Nº 42242

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ Nº 03.392.348/0001-60

OBJETO: Através do presente termo as partes resolvem prorrogar o prazo de prestação dos serviços até 01/07/2026 e consequentemente promover um aditivo financeiro no valor de R$ 16.367,76 (dezesseis mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), conforme planilha abaixo, passando o valor global do contrato original para R$ 318.584,16 (trezentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Pregão Presencial Nº 01/2021.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 31/03/2026.

ANANIA SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:70E04C51

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 47/26 DE 31 D EMARÇO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.04.122.0011.2.010. MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO
702 - 3.3.90.30.00.00 03000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

06.002.04.122.0012.2.011. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARAGEM MUNICIPAL
664 - 3.3.90.46.00.00 03000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 50.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.067. MANUTENÇAO DA UBS/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PIONEIRA ESTER M. P. DE MELO
654 - 3.3.90.30.00.00 32494 MATERIAL DE CONSUMO 50.000,00
Total Suplementação: 120.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé , Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:7B0547A3

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 48/26 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 12.000,00 (doze milreais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.005.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇO RODOVIÁRIO

06.005.04.122.0012.2.015. MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL
174 - 3.3.90.30.00.00 01504 MATERIAL DE CONSUMO 12.000,00
Total Suplementação: 12.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.1.2.52.41.00.00000000 Fonte: 1000 12.000,00
Total da Receita: 12.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná,
em 31 de março de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:966287FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4254/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4254/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Ceu e Cantos Sonorizações Ltda – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.068.058/0001 – 93.
Objeto: Contratação da Banda Céu e Cantos para apresentação durante o evento em homenagem ao Dia do Trabalhador, a ser realizado no dia 03 (três) de Maio de 2026, com duração mínima de 06 (seis) horas, em conformidade com o Edital de Inexigibilidade de Licitação Nº 006/2026.
Valor do Contrato: R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).
Vigência: 60 (sessenta) dias.
Data do Contrato: 31 (trinta e um) de Março de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:4D2CE7EA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4255/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4255/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Leandro Teodoro – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.848.910/0001 – 18.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração do Edital, elaboração da prova, aplicação da prova, correção das provas, divulgação dos gabaritos, resultados e recursos do Processo Seletivo Simplificado visando o preenchimento de vagas de estagiários destinados a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Dispensa de Licitação Nº 002/2026.
Valor do Contrato: R$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais).
Vigência: 60 (sessenta) dias.
Data do Contrato: 31 (trinta e um) de Março de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:FA041FF6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 074/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 074/2026
DATA: 30.03.2026

SÚMULA: Dispõe sobre férias de servidor público Municipal.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
CONSIDERANDO a existência de períodos de férias vencidas não usufruída pelo servidor;
DECRETA:
Art. 1º) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao servidor Sr. Valmir Rodrigues Turela, a serem usufruídos no período de 02 de abril de 2026 a 01 de maio de 2026.
Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de março de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:29184126

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/2026
CONTRATO O N° 03/2026

DESCRIÇAO DO OBJETO: A presente contratação tem como objeto a aquisição de serviço técnico especializado de capacitação, por meio da participação de 01 (um) servidor e 01 (um)vereador na **ExpoDireito Brasil 2026**, a realizar-se em Brasília-DF nos dias 29 e 30 de maio de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 74, INC. III DA LEI FEDERAL 14.133/2021.

CONTRATADA: **NOTORIUM PLAY CURSOS E CONGRESSOS ON LINE LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° **49.859.684/0001-70** com sede na cidade Fortaleza - CE endereço Av. 13 de maio, n° 1116, Bairro/Distrito: Fátima, CEP: **60.040-530** total de R$ 4.156,00 (quatro mil cento e cinquenta e seis reais) a serem pagos em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a entrega total do objeto por parte da contratada.

Nº CONTRATO: 03/2026
VALOR: R$ 4.156,00 (quatro mil cento e cinquenta e seis reais)
VIGÊNCIA: 02 meses (até 30 de maio de 2026)

Itapejara D' Oeste – PR 30/03/2026

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:89CFF577

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2432/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 2432/2026
DATA: 30.03.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 82 da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1º) A pedido, exonerar, a partir de 30.03.2026, O Sr. Airton da Silva, cadastrado na matricula n° 111.759-1, do Cargo de Serviço de Limpeza, com carga horária de 40:00 (quarenta horas) semanais.
Art. 2º) As despesas decorrentes do cumprimento da presente Portaria, correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Município.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de março do ano de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F6434217

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90001/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Dispensa Eletrônica Nº 90001/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na comercialização/fabricação de móveis sob medida destinados a Casa da Cultura do Município de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90001/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, a empresa Prosul Comércio e Serviços Ltda - Me, com o valor total de R$ 5.540,00 (Cinco mil, quinhentos e quarenta reais). Ficando nesta data HOMOLOGADO.
Itapejara D'Oeste, 31 (trinta e um) de Março de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:B74CEE6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CAMARA MUNICIPAL
LEI Nº 973, DE 1º DE ABRIL DE 2026 (REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO NA NUMERAÇÃO DA LEI ANTERIORMENTE PUBLICADA COMO Nº 972)

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
LEI Nº 973, DE 1º DE ABRIL DE 2026
(Republicação por incorreção na numeração da Lei anteriormente publicada como nº 972)

Institui o Regime de Teletrabalho (trabalho remoto) no âmbito da Câmara Municipal de Itaperuçu e estabelece outras providências correlatas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, aprovou, e eu, ARIEL DE CHRISTO PAULO, Presidente da Câmara, nos termos dos arts. 33, inciso V e 41, § 9º, ambos da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Itaperuçu, o Regime de Teletrabalho, como modalidade de execução das atividades laborais realizadas, total ou parcialmente, fora das dependências físicas da Casa Legislativa, mediante a utilização de tecnologias da informação e comunicação que viabilizem a plena realização das atribuições funcionais.
Art. 2º O Regime de Teletrabalho tem por objetivos:
I – promover a modernização da gestão administrativa da Câmara Municipal;
II – incrementar a eficiência, a eficácia e a produtividade do serviço público;
III – racionalizar e reduzir custos operacionais;
IV – contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos servidores;
V – assegurar a continuidade das atividades legislativas e administrativas, inclusive em situações excepcionais ou de interesse público relevante.
Art. 3º Poderão exercer suas atividades em regime de teletrabalho os servidores efetivos da Câmara Municipal de Itaperuçu, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
I – compatibilidade das atribuições do cargo com a execução remota das atividades;
II – adesão voluntária do servidor;
III – anuência expressa da chefia imediata;
IV – autorização formal da Presidência.
Parágrafo único. A participação de servidores ocupantes de cargos em comissão no regime de teletrabalho observará o disposto no art. 15 desta Lei.
Art. 4º O ingresso no regime de teletrabalho ficará condicionado à celebração de termo de adesão e compromisso, no qual deverão constar, de forma objetiva, as metas, os prazos, as atividades a serem desempenhadas e os indicadores de desempenho a serem observados.
Art. 5º Constituem deveres do servidor em regime de teletrabalho:
I – cumprir integralmente as metas e os prazos estabelecidos pela chefia imediata;
II – manter comunicação permanente e acessível durante o horário regular de expediente;
III – comparecer presencialmente às dependências da Câmara Municipal sempre que formalmente convocado;
IV – zelar pela confidencialidade, sigilo e segurança das informações, dados e documentos sob sua responsabilidade;
V – manter ambiente físico e equipamentos adequados à execução eficiente e segura das atividades funcionais.
Art. 6º É vedada a liberação do servidor de suas atividades sob o fundamento de inexistência momentânea de demanda de trabalho.
§ 1º Verificada eventual ociosidade pontual, a chefia imediata deverá atribuir ao servidor atividades compatíveis com suas atribuições, preservadas as metas pactuadas e o regular funcionamento do serviço.
§ 2º Constatada, de forma permanente, a ausência de necessidade do serviço desempenhado, deverão ser adotadas as providências administrativas de gestão cabíveis, inclusive realocação de atividades e revisão da estrutura de pessoal, observado o interesse público.
Art. 7º A carga horária legal do servidor em regime de teletrabalho permanece inalterada.
§ 1º No regime de teletrabalho, o cumprimento da jornada será aferido prioritariamente pelo atingimento das metas e entregas pactuadas no termo de adesão e compromisso, mantida a obrigação de disponibilidade durante o horário regular de expediente.
§ 2º O servidor deverá comparecer presencialmente sempre que convocado, na forma e prazos definidos no termo de adesão e compromisso ou em ato da Presidência.
Art. 8º O controle e a avaliação do desempenho funcional no regime de teletrabalho dar-se-ão mediante acompanhamento de produtividade e entregas, com base em metas, indicadores e registros em sistemas institucionais, bem como por relatórios periódicos validados pela chefia imediata, na forma da regulamentação.
§ 1º A avaliação do cumprimento das metas ocorrerá mensalmente, mediante manifestação expressa da chefia imediata.
§ 2º O descumprimento injustificado das metas, a ausência de disponibilidade ou a inobservância dos deveres previstos nesta Lei sujeitará o servidor ao desligamento do regime, sem prejuízo de

eventual responsabilização administrativa, nos termos da regulamentação.
§ 3º Para fins do disposto no § 2º, a regulamentação poderá prever critérios objetivos de desligamento, inclusive em caso de avaliações insuficientes consecutivas.
Art. 9º A participação no regime de teletrabalho não gera direito adquirido, podendo ser suspensa ou revogada a qualquer tempo, por conveniência administrativa, interesse público devidamente motivado ou em razão do descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei ou em sua regulamentação.
Art. 10. O servidor em regime de teletrabalho não fará jus ao recebimento de auxílio-transporte nos dias em que não houver deslocamento às dependências da Câmara Municipal.
Parágrafo único. Os adicionais de insalubridade e de periculosidade observarão a legislação aplicável e serão devidos exclusivamente quando houver efetiva exposição a agentes nocivos ou a condições de risco, conforme laudo competente.
Art. 11. Fica vedada a participação no regime de teletrabalho aos servidores:
I – em estágio probatório;
II – que estejam respondendo a processo administrativo disciplinar;
III – que tenham obtido avaliação de desempenho insatisfatória no período imediatamente anterior, na forma da regulamentação;
IV – que tenham sido punidos disciplinarmente em período definido em ato regulamentar, quando incompatível com o regime;
V – cujas atribuições funcionais exijam presença física contínua ou permanente nas dependências da Câmara Municipal, ressalvada a adoção de regime parcial ou híbrido, quando compatível com escala e conveniência administrativa.
Art. 12. Compete à Presidência da Câmara Municipal regulamentar, por meio de ato próprio, as normas complementares necessárias à execução desta Lei, especialmente no que se refere a:
I – critérios de seleção, acompanhamento e controle;
II – metodologia de avaliação de resultados e desempenho;
III – responsabilidades da chefia imediata e do servidor;
IV – procedimentos para suspensão, desligamento e retorno ao regime presencial;
V – diretrizes relativas à segurança da informação, à integridade dos dados institucionais e à observância da legislação de proteção de dados;
VI – conteúdo mínimo do termo de adesão e compromisso, incluindo metas, entregas, periodicidade de avaliação, forma de comunicação, disponibilidade, convocação e comparecimento presencial.
Art. 13. A implementação do regime de teletrabalho não implicará aumento de despesa, devendo ser utilizada, preferencialmente, a infraestrutura tecnológica já existente ou disponível no âmbito da Câmara Municipal.
§ 1º Como regra, não haverá pagamento de ajuda de custo, indenização ou reembolso por despesas com internet, energia elétrica, mobiliário, equipamentos ou quaisquer outros insumos necessários ao teletrabalho.
§ 2º O servidor é responsável por manter ambiente e recursos mínimos para a adequada execução das atividades, observado o disposto nesta Lei e na regulamentação.
§ 3º A eventual disponibilização de equipamentos institucionais, quando necessária e possível, dependerá de ato específico e de disponibilidade administrativa, não gerando direito subjetivo.
Art. 14. O regime de teletrabalho poderá ser adotado de forma integral, parcial ou híbrida, conforme decisão da Presidência e observada a conveniência administrativa.
§ 1º O teletrabalho deverá preservar o regular funcionamento das atividades legislativas e administrativas, inclusive atendimento ao público, suporte às sessões e reuniões, e demais rotinas essenciais, podendo ser estabelecidas escalas e dias presenciais mínimos.
§ 2º Sempre que necessário ao interesse público e à continuidade do serviço, a Presidência ou a chefia imediata poderá determinar o comparecimento presencial do servidor, observado o disposto nesta Lei e na regulamentação.
Art. 15. A critério da Mesa Diretora, o regime de teletrabalho poderá ser autorizado aos servidores ocupantes de cargos em comissão, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com o exercício remoto e seja mantido o efetivo controle de produtividade e cumprimento de metas.
§ 1º A adesão dos servidores ocupantes de cargos em comissão submeter-se-á aos mesmos critérios, deveres e responsabilidades previstos nesta Lei.
§ 2º A autorização para participação no regime será formalizada por ato específico da Mesa Diretora.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARIEL DE CHRISTO PAULO (ARIEL DA ACADEMIA)
Presidente

ROGERIO MORAES DE LARA (ROGERIO MORAES)
Primeiro Secretário

Publicado por:
Airton Cavalheiro
Código Identificador:AB092992

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

LICITAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 15/04/2026 à 08H15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa : 15/04/2026 às 09h00min.
Objeto: ***Contratação de empresa especializada para o fornecimento de testes psicológicos e psicoeducacionais, bem como seus respectivos protocolos, livros de aplicação, livros de avaliação e materiais complementares, destinados à realização de avaliações pelo Departamento Municipal de Atendimento Educacional Especializado – DEMAEE.***
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 9.810,86 (nove mil oitocentos e dez reais e oitenta e seis centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 26 de março de 2026.

CRISTINA SUELEN DE OLIVEIRA MACHADO
Pregoeira Oficial
Portaria nº 494/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:BC2ED001

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DECRETO 035/2026

DECRETO N° 035/2026
De 31 de março de 2026

SÚMULA:- Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Suplementar por Anulação de Dotação na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.677/2025, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.676/2025 do PPA 2026 a 2029, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.651/2025, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.677/2025 de 18 de novembro de 2025 e pela Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), na seguinte dotação:

03000:- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03004:- DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
03004:0412100022.006 – Gestão das Atividades da Diretoria Executiva de Planejamento
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha 041)... R$ 60.000,00
TOTAL..... R$ 60.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR..... R$ 60.000,00

Art. 2º Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o cancelamento no valor de 60.000,00 (Sessenta mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

03000:- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03005:- DIRETORIA EXECULTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
03005:0412200022.007 – Gestão das Atividades da Diretoria Executiva de Administração
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000:- APLICAÇÕES DIRETAS
319011:- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (Ficha 056).. R$ 60.000,00
TOTAL ..... R$ 60.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

TOTAL DO CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO..... R$ 60.000,00

Art. 3º Sejam realizadas as modificações orçamentárias, conforme descritas nos artigos 1º e 2º deste Decreto, estão previstas no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual LOA nº 1.677/2025, as alterações abrangerá o PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Nº 1.676/2025 e suas alterações com vigência nos exercícios de 2026 a 2029, e na LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal Nº 1.651/2025 com vigência para o exercício de 2026.

Art. 4º Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis. (31/03/2026).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:AE7DC9BD

ADMINISTRAÇÃO RH
DECRETO N° 036/2026

DECRETO N° 036/2026

SÚMULA: Fixa ponto facultativo nas repartições públicas no Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, em decorrência de feriado religioso, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, Senhor Gilson José de Góis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando a Lei Municipal nº 1.306/2019 de 15/10/2019, que dispõe sobre feriados no Município de Itaúna do Sul;

DECRETA:

Art. 1º O expediente nas repartições públicas do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no dia 02 de abril de 2026, será encerrado às 12h00min, em razão do feriado religioso de 03 de abril de 2026 (Sexta-feira Santa), ficando decretado ponto facultativo no período da tarde.

Art. 2º Caberá aos Secretários Municipais, no exercício de suas atribuições, adotar as medidas necessárias para assegurar o regular funcionamento dos serviços públicos essenciais, especialmente nas áreas de saúde, educação e limpeza pública.

Art. 3º O serviço público eventualmente prestado durante o período de recesso será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho, nos termos da legislação aplicável.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA.
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:A0DFB1D3

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 126/2026

PORTARIA Nº 126/2026

SÚMULA: Conceder férias regulamentares a servidora Ana Carla da Silva Piva e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares à servidora Ana Carla da Silva Piva, matrícula nº 662, CPF 009.4**.***-21, com o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada no NIS II – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º - A férias ora concedida, será usufruída no período de 06/04/2026 a 05/05/2026, totalizando 30 dias, período aquisitivo de 2025/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:0CC2DB15

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 127/2026

PORTARIA Nº 127/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Jovana Martin Ferreira e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Jovana Martin Ferreira, matrícula nº 466, CPF 062.5**.***-60, com o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (Gari), lotada na Divisão de Serviços Urbanos e Rurais - Diretoria Executiva de Obras, Viação, Serviços e Desenvolvimento Econômico, para o período aquisitivo de 2025/2026, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 06/04/2026 e 20/04/2026, totalizando 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Os demais períodos serão definidos de acordo com as necessidades administrativas e em consonância com requerimento da servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:65B07AA9

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 128/2026

PORTARIA Nº 128/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Silvana Maria Cardoso Moreira Alves e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Silvana Maria Cardoso Moreira Alves**,** matricula nº 247**,** CPF 177.9**.***-10, com o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na UAPSF – Unidade de Atenção Primária em Saúde da Família – Diretoria Executiva de Saúde, para o período aquisitivo de 2024/2025, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionada será usufruído entre os dias 06/04/2026 e 20/04/2026, totalizando 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Os demais períodos serão definidos de acordo com as necessidades administrativas e em consonância com requerimento da servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:51BA5703

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 129/2026

PORTARIA Nº 129/2026

SÚMULA: Autoriza o fracionamento de férias regulamentares a servidora Eduarda Aparecida Gomes da Silva e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente, considerando a Lei Complementar Municipal nº 002/2022 e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares à servidora Eduarda Aparecida Gomes da Silva, matrícula nº 804, CPF 109.9**.***-40, com o cargo em comissão de Chefe da Divisão Administrativa de Ensino Fundamental, lotada na Escola Municipal Professora Maria de Fatima Sottoriva de Mazzi – Divisão de Ensino, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 06/04/2026 e 20/04/2026, totalizando 15 (quinze) dias para o período aquisitivo 2025/2026;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:9090AE5D

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 130/2026

PORTARIA Nº 130/2026

SÚMULA: Autoriza o fracionamento de férias regulamentares a servidora Yasmin dos Santos Sobrinho e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente, considerando a Lei Complementar Municipal nº 002/2022 e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares à servidora Yasmin dos Santos Sobrinho, matrícula nº 803, CPF 108.4**.***-23, com cargo em comissão de Chefe da Divisão Administrativa da Educação Infantil, lotada no Centro Municipal Educação Infantil Pequeno Príncipe – CMEI – Divisão de Ensino, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 06/04/2026 e 20/04/2026, totalizando 15 (quinze) dias para o período aquisitivo 2025/2026;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:785C9CB5

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 131/2026

PORTARIA Nº 131/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentar e autoriza conversão em pecúnia ao servidor Paulo Eduardo Sottoriva Pellizer, como abaixo se especifica e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentar ao servidor Paulo Eduardo Sottoriva Pellizer, matrícula nº 387, correspondente ao período aquisitivo de 2021/2022, com o cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Administração - Divisão de Contabilidade, como segue:

I - A férias ora concedida, será usufruída no período de 08/04/2026 a 27/04/2026, totalizando 20 (vinte) dias;

II – Autorizar a conversão em pecúnia de 1/3 das férias de que trata o caput deste artigo, em conformidade com o disposto no Art. 106º, § 5º da Lei Municipal nº 085/90.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:753ED6CA

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 132/2026

PORTARIA Nº 132/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora com cargo de natureza política Elizabeth de Souza Narciso de Gois e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, considerando a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Elizabeth de Souza Narciso de Gois, matrícula nº 762, CPF 051.7**.***-73, com o cargo de natureza política de Secretária de Assistência Social, lotada no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS – Secretaria de Assistência Social, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 06/04/2026 e 25/04/2026, totalizando 20 (vinte) dias, para o período aquisitivo de 2023/2024.

Art. 2º - Os demais períodos serão definidos de acordo com as necessidades administrativas e em consonância com requerimento da servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIZABETH DE SOUZA NARCISO DE GOIS.
Secretaria de Assistência Social.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:5FC6D632

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 133/2026

PORTARIA Nº 133/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares ao servidor Vilson Miranda e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, considerando o requerimento apresentado pelo servidor e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares ao servidor Vilson Miranda, matrícula nº 834, CPF 276.4**.***-09, com o cargo em comissão de Secretário de Infraestrutura e

Desenvolvimento Econômico, lotada na Secretaria Executiva de Administração – Divisão de Obras e Viação, para o período aquisitivo de 2024/2025, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 02/04/2026 e 21/04/2026, totalizando 20 (vinte) dias.

Art. 2º - Os demais períodos serão definidos de acordo com as necessidades administrativas e em consonância com requerimento do servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:502FAC2A

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 134/2026

PORTARIA Nº 134/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares à Professora de Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe - CMEI, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder fracionamento de férias regulamentares à Professora de Educação Infantil, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe - CMEI – Divisão de Ensino, conforme detalhado abaixo:

I -

NOME	Matrícula	Cargo/Função	Período Aquisitivo
Rosangela Weiss	519	Diretor	2025/2026

II - O período das férias fracionada, será usufruído entre os dias 06/04/2026 e 12/04/2026, totalizando 07 (sete) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:CB3BD218

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 135/2026

PORTARIA Nº 135/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Andressa da Silva e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Andressa da Silva, matrícula nº 761, CPF 030.3**.***-70, com o cargo em comissão de Diretor Executivo de Administração, lotada na Secretaria Executiva de Administração – Divisão de Administração, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 06/04/2026 e 15/04/2026, totalizando 10 (dez) dias, período aquisitivo 2023/2024.

II - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 16/04/2026 e 25/04/2026, totalizando 10 (dez) dias, período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º - Os demais períodos serão definidos de acordo com as necessidades administrativas e em consonância com requerimento do servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:1A3B8BD9

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 136/2026

PORTARIA Nº 136/2026

SÚMULA: Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio a servidora Patrícia Aparecida Tietz Pelegrin, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, com base no Artigo 102 da Lei Municipal nº 085/90;
CONSIDERANDO requerimento apresentado pela Servidora Pública;
CONSIDERANDO o cumprimento de interstício de 05 anos de ininterrupto exercício junto ao Poder Executivo, sem que haja concorrido qualquer causa prevista no artigo 103 da Lei Municipal n° 85/1990, **RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder Licença Prêmio a servidora Patrícia Aparecida Tietz Pelegrin**,** matrícula nº 538**,** CPF 040.***.***-00, com o cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada no Hospital Municipal – Divisão de Saúde.

Art. 2º- A presente licença será no período de 02/04/2026 à 30/06/2026, totalizando 90 (noventa) dias, referentes ao período aquisitivo de 2019/2024.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:97D1EF4F

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 137/2026

PORTARIA Nº 137/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentar e autoriza conversão em pecúnia ao servidor João Paulo Belém, como abaixo se especifica e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentar ao servidor João Paulo Belém**,** matricula nº 535**,** CPF 035.5**.***-24, com o cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, correspondente ao período aquisitivo de 2020/2021, com o cargo efetivo de operador de máquinas pesadas, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico - Divisão de Serviços Urbanos e Rurais.

I - A férias ora concedida, será usufruída no período de 06/04/2026 a 25/04/2026, totalizando 20 (vinte) dias;

II – Autorizar a conversão em pecúnia de 1/3 das férias de que trata o caput deste artigo, em conformidade com o disposto no Art. 106º, § 5º da Lei Municipal nº 085/90.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:74085D2F

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 138/2026

PORTARIA Nº 138/2026

SÚMULA: Designa o Senhor Gustavo Henrique da Silva Santos Narciso, para responder interinamente pela Secretaria de Administração e Planejamento e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, Senhor Gilson José de Góis, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o Senhor **Gustavo Henrique da Silva Santos Narciso**, matrícula nº 938, CPF 090.7**.***-24, ocupante do cargo eletivo de Vice Prefeito, para responder interinamente pela Secretaria de Administração e Planejamento, sem prejuízo das atribuições.

Art. 2º - A responsabilidade pela Secretaria de Administração e Planejamento será no período de 06/04/2026 a 25/04/2026, totalizando 20 (vinte) dias e não será objeto de remuneração complementar, mantendo-se inalterado o subsidio mensal recebido.

Art. 3º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:E6B6C991

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 139/2026

PORTARIA Nº 139/2026

Súmula: Dispõe sobre a alteração de lotação de servidor e da outras dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, GILSON JOSÉ DE GÓIS, no uso de suas atribuições legais e considerando o interesse público da Administração, **RESOLVE:**

Art. 1° - Alterar temporariamente, a lotação do Servidor Lorival José de Oliveira, matrícula nº 731, inscrito no CPF sob o nº 097.4**.***-39, lotado no cargo em provimento efetivo de motorista, do quadro de pessoal deste Município, constante na Lei Complementar Municipal nº 001/2022, para Secretaria de Educação, Esportes e Cultura, especificamente, para cumprimento do Termo de Cedência de Servidor Público nº 001/2023 em favor da APAE.

Parágrafo único. A presente alteração representa a conveniência e oportunidade da Administração em remanejar o servidor de local anteriormente designado, tendo visto a necessidade do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/03/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes e Cultura.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:40B8F1BD

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 140/2026

PORTARIA Nº 140/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Ana Rita da Silva Lima e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Ana Rita da Silva Lima, matrícula nº 6, CPF 028.3**.***-50, com o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Divisão de Serviços Urbanos e Rurais - Diretoria Executiva de Obras, Viação, Serviços e Desenvolvimento Econômico, para o período aquisitivo de 2024/2025, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 06/04/2026 e 30/04/2026, totalizando 25 (vinte e cinco) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:7AD15698

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO PE092026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. **PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2026. Processo Administrativo 033.2026.** Aquisição de pulverizadores costais (manual e a bateria) para o Setor de Endemias e Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde. Dia e horário: 16/04/2026 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. **Itaúna do Sul-PR, 31 de março de 2026**.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:54925848

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADJ.HOM.DP0152026

EXTRATO TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2026
Processo Administrativo 038.2026

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada (concessionária autorizada) para realização da revisão de garantia (3ª de 30.000 COMPLEMENTAR) do veículo MARCOPOLO V8L 4X4 PLACA TAX-7H53;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, art. 75, II)
CONTRATADA: RODO SERVICE LTDA – CNPJ 00688075/0004-50, Trento, 19, Cambé-PR.
VALOR TOTAL: R$4.106,63
VIGÊNCIA: Imediato.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 31 de março de 2026.

Ratificação: O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente ratifica a Dispensa de Licitação, determinando a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.
Pesquisa de preço: Silvio de Mazzi dos Santos – Técnico em Segurança do Trabalho
Publicação: Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:1F85BAD3

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 03/2026 CMAS

RESOLUÇÃO N.º 03/2026

Súmula: Aprovação da Prestação de contas do Piso Único de Assistência Social – PAS, aprovada sem ressalvas, período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 766/2010 de 31/03/2010, atendendo as deliberações da reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada no dia 31 de Março de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas, do Piso Único de Assistência Social – PAS, aprovada sem ressalvas, referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Art. 2º - Está resolução entra em vigor na data de sua publicação

Itaúna do Sul, 31 de Março de 2026

LETICIA MITIE TOMIOKA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Merielen Sotoriva Castanhari Furlan
Código Identificador:221F0BEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº01, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas FINAL do Repasse: Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos – Primeira

Infância, em conformidade com a Deliberação nº047/2022 – CEDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de Ivaí Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1116/2015; em reunião ordinária do dia 31 de março de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o processo de Prestação de Contas FINAL do Repasse: Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância, em conformidade com a Deliberação nº047/2022 – CEDCA, referente ao ano de 2025.
Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 31 de março de 2026.

ADRIANE RAIFUR DE CASTRO FIDÊNCIO
Presidente do CMDCA –Ivaí/PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:08E5DDEB

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº02, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual do Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao ano de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Ivaí - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1239/2017, em reunião ordinária do dia 31 de março de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o processo de Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual do Piso Único de Assistência Social (PAS), referente ao exercício de 2025.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 31 de março de 2026.

VIVIANE PRSYBYLSKI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS - IVAÍ PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:AED1734E

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº02, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)

Súmula: Dispõe sobre a inscrição do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Ivaí/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de Ivaí Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1116/2015, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata da inscrição das entidades e programas de atendimento junto ao CMDCA;
CONSIDERANDO o artigo 101, inciso VIII, do ECA, que prevê o acolhimento familiar como medida de proteção;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.010/2009, que dispõe sobre o acolhimento familiar e institucional;
CONSIDERANDO a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), que define o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação e acompanhamento dos serviços ofertados à criança e ao adolescente no município;
CONSIDERANDO a deliberação do plenário do CMDCA em reunião realizada na data de 31 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Inscrever o SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, executado pela equipe de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, com sede à Rua Engenheiro Saporski, nº975, no Município de Ivaí/PR, sob o nº de inscrição 01/2026 neste Conselho.
Art. 2º - O referido serviço tem por finalidade oferecer acolhimento provisório a crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva, em famílias previamente cadastradas, selecionadas e capacitadas, conforme legislação vigente.
Art. 3º - A presente inscrição está condicionada ao cumprimento das normativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e demais legislações pertinentes.
Art. 4º - O CMDCA realizará o acompanhamento, monitoramento e avaliação do serviço, podendo, a qualquer tempo, solicitar informações, documentos ou realizar visitas técnicas.
Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 31 de março de 2026.

ADRIANE RAIFUR DE CASTRO FIDÊNCIO
Presidente Do CMDCA –Ivaí/PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:FF6F4CFA

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº03, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Súmula: Dispõe sobre a inscrição do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Ivaí/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Ivaí - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1239/2017, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que trata da inscrição das entidades e organizações de assistência social nos Conselhos Municipais;
CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a qual prevê o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 14/2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;
CONSIDERANDO que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a deliberação do plenário do CMAS em reunião realizada na data de 31 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Inscrever o SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, executado pela equipe de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, com sede à Rua Engenheiro Saporski, nº 975 no Município de Ivaí/PR, sob o nº de inscrição 01/2026 neste Conselho.

Art. 2º O serviço tem como objetivo acolher provisoriamente crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por determinação judicial, em famílias acolhedoras previamente cadastradas, selecionadas, capacitadas e acompanhadas por equipe técnica.
Art. 3º A inscrição do referido serviço está condicionada ao cumprimento das normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e demais legislações vigentes.
Art. 4º O CMAS exercerá o acompanhamento, monitoramento e fiscalização do serviço, podendo solicitar, a qualquer tempo, informações e documentos, bem como realizar visitas técnicas.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 31 de março de 2026.

VIVIANE PRSYBYLSKI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS - Ivaí PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:2DF4DAE3

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº03, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)

Súmula: Dispõe sobre a manutenção da inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Ivaí/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de Ivaí Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1116/2015, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata da inscrição das entidades e programas de atendimento junto ao CMDCA;
CONSIDERANDO o artigo 101 do ECA, que prevê as medidas de proteção à criança e ao adolescente, incluindo o acolhimento institucional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.010/2009, que dispõe sobre o acolhimento familiar e institucional;
CONSIDERANDO a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), que caracteriza o Serviço de Acolhimento Institucional;
CONSIDERANDO a necessidade de monitoramento e avaliação contínua dos serviços ofertados à criança e ao adolescente;
CONSIDERANDO a deliberação do plenário do CMDCA em reunião realizada na data de 31 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Manter a inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional – ABRIGO INSTITUCIONAL "ANJO DA GUARDA", do Município de Ivaí/PR, sob o nº de inscrição 02/2026 neste Conselho.
Art. 2º - O serviço destina-se ao acolhimento provisório de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida de proteção, garantindo-lhes cuidados integrais conforme legislação vigente.
Art. 3º - A manutenção da inscrição está condicionada ao cumprimento das normativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e demais legislações pertinentes.
Art. 4º - O CMDCA realizará o acompanhamento, monitoramento e avaliação do serviço, podendo, a qualquer tempo, solicitar documentos, informações e realizar visitas técnicas.
Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 31 de março de 2026.

ADRIANE RAIFUR DE CASTRO FIDÊNCIO
Presidente Do CMDCA – IVAÍ/PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:A64181D2

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº04, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Súmula: Dispõe sobre a manutenção da inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Ivaí/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Ivaí - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1239/2017, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que trata da inscrição das entidades e organizações de assistência social nos Conselhos Municipais;
CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 14/2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição e manutenção de inscrição das entidades e organizações de assistência social;
CONSIDERANDO a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), que caracteriza o Serviço de Acolhimento Institucional;
CONSIDERANDO a necessidade de monitoramento e avaliação contínua dos serviços socioassistenciais ofertados no município;
CONSIDERANDO a deliberação do plenário do CMAS em reunião realizada na data de 31 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Manter a inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional – ABRIGO INSTITUCIONAL "ANJO DA GUARDA" no Município de Ivaí/PR, sob o nº de inscrição 02/2026 neste Conselho.
Art. 2º - O serviço integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, destinando-se ao acolhimento provisório de usuários em situação de vulnerabilidade e risco social.
Art. 3º - A manutenção da inscrição está condicionada ao cumprimento das normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e demais legislações vigentes.
Art. 4º - O CMAS realizará o acompanhamento, monitoramento e avaliação do serviço, podendo, a qualquer tempo, solicitar documentos, informações e realizar visitas técnicas.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 31 de março de 2026.

VIVIANE PRSYBYLSKI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS -Ivaí PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:36AE2DA7

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº05, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Súmula: Dispõe sobre a manutenção da inscrição de entidade socioassistencial no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Ivaí/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Ivaí - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1239/2017, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que trata da inscrição das entidades e organizações de assistência social nos Conselhos Municipais;
CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 14/2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição e manutenção de inscrição das entidades e organizações de assistência social;

CONSIDERANDO a necessidade de monitoramento e avaliação contínua das entidades socioassistenciais no município;
CONSIDERANDO a análise da documentação apresentada e a regularidade da entidade junto a este Conselho;
CONSIDERANDO a deliberação do plenário do CMAS em reunião realizada na data de 31 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Manter a inscrição da entidade ASSOCIAÇÃO AMOR A VIDA DOS IDOSOS DE IVAÍ, inscrita no CNPJ nº 09.071.876/0001-01, do Município de Ivaí/PR, neste Conselho Municipal de Assistência Social, sob o nº de inscrição 03/2026 neste Conselho.
Art. 2º - A manutenção da inscrição está condicionada ao cumprimento das normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e demais legislações vigentes.
Art. 3º - O CMAS realizará o acompanhamento, monitoramento e avaliação da entidade, podendo, a qualquer tempo, solicitar documentos, informações e realizar visitas técnicas.
Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 31 de março de 2026.

VIVIANE PRSYBYLSKI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS - IVAÍ PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:901037AB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 029/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 013/2026

OBJETO: objeto Aquisição de Grama Sintética
CONTRATADA: J. MARINHO GRAMA SINTÉTICA LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 6.225,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 17/03/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo – Prefeito Municipal
GILMAR MARINHO DE ASSIS – Representante legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:3807225F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 030/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 009/2026

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 1 (UM) ENFERMEIRO, CARGA 192 HRS MENSAIS. PARA PLANTÃO DE 12 HRS. OBSERVAÇÃO: A DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS É DIREITO EXCLUSIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO A NECESSIDADE PÚBLICA E CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, NÃO CABENDO ESCOLHA AOS INTERESSADOS
PROFISSIONAL: POLIANA KREBS
CONTRATADA: OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 1 (UM) ENFERMEIRO, CARGA 192 HRS MENSAIS. PARA PLANTÃO DE 12 HRS. OBSERVAÇÃO: A DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS É DIREITO EXCLUSIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO A NECESSIDADE PÚBLICA E CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, NÃO CABENDO ESCOLHA AOS INTERESSADOS
PROFISSIONAL: POLIANA KREBS
CONTRATADA: EJMK SERVICOS DE ENFERMAGEM ASSISTENCIAL LTDA
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVAÍ – PR.
VALOR GLOBAL: R$ 93.980,16
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 02/03/206

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO – PREFEITO MUNICIPAL

KETLIN MARIA DE OLIVEIRA – REPRESENTANTE LEGAL **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE IVAÍ – PR.
VALOR GLOBAL:
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 17/03/206

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

JENIFER AVELAR DE CRISTO –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:827E47D0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 032/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 009/2026

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 1 (UM) ENFERMEIRO, CARGA 192 HRS MENSAIS. PARA PLANTÃO DE 12 HRS. OBSERVAÇÃO: A DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS É DIREITO EXCLUSIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO A NECESSIDADE PÚBLICA E CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, NÃO CABENDO ESCOLHA AOS INTERESSADOS
PROFISSIONAL: KETLIN MARIA DE OLIVEIRA
CONTRATADA: EJMK SERVICOS DE ENFERMAGEM ASSISTENCIAL LTDA
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVAÍ – PR.
VALOR GLOBAL: R$ 93.980,16
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 27/02/206

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

KETLIN MARIA DE OLIVEIRA –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:74CFE0FC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO-CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2023 CARGO DE DENTISTA - AMPLA CONCORRÊNCIA-EDITAL Nº 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, tendo em vista o resultado final do Concurso Público nº 003/2023, realizado para admissão no cargo de **DENTISTA – AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme Edital nº 001/2024,

C O N V O C A
RAFAELA BASSARI BASSAM, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 - Edital nº 001/2024, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rui Barbosa, 632, munida de seus documentos pessoais e dos documentos que comprovem os requisitos constantes no item 10 do Edital nº 001/2024 do Concurso Público, em horário comercial até o próximo dia **14 de abril de 2026**.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Concurso Público.

Ivaí-PR, 31 de março de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:84845F58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2026 DE 27/03/2026

CAMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
Estado do Paraná CNPJ 01.968.512/0001-09
Exercício: 2026
Decreto Legislativo nº 3/2026 de 27/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Presidente da Câmara do Município de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 10/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento da Câmara Municípal, no valor de **R$ 2.000,00 (dois mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
01.000.00.000.0000.0.000.		PODER LEGISLATIVO	
01.001.00.000.0000.0.000.		CAMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001.		MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	
5 - 3.1.90.92.00.00	01001	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.000,00
Total Suplementação:			**2.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
01.000.00.000.0000.0.000.		PODER LEGISLATIVO	
01.001.00.000.0000.0.000.		CAMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001.		MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	
7 - 3.3.90.08.00.00	01001	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.000,00
Total Redução:			**2.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 27 de março de 2026.

MARISTELVIO TENEDINI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:174B874C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2026-PMI

CONTRATO Nº. 031/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **TRANSRESIDUOS AMBIENTAL S/A, inscrita no CNPJ nº. 77.371.789/0001-11.**
OBJETO: **Contratação de pessoa jurídica para coleta, transporte, recepção e destinação final dos resíduos volumosos do município de Ivatuba.**
FISCAL DESIGNADO: **Aland Nehring Wunderlich, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.**

Item	Undd	Qtdd	Especificação do Objeto	R$ Unitário	R$ Total
1.1	Undd	12	Locação de caçamba Roll-on Roll-off de no mínimo 28m³.	750,00	9.000,00
1.2	Tonelada	90	Transporte, recepção e destinação final dos Resíduos Volumosos (colchão, sofá, cama e outros móveis destruídos).	890,00	80.100,00
				TOTAL	**89.100,00**

VALOR: **R$ 89.100,00 (oitenta e nove mil e cem reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **31 de março de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **31 de março de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 31 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:A430F427

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2026-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº. 011/2026-PMI, que tem por objeto Contratação de pessoa jurídica para coleta, transporte, recepção e destinação final dos resíduos volumosos do município de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, declarando como vencedora a empresa TRANSRESIDUOS AMBIENTAL S/A, inscrita no CNPJ nº. 77.371.789/0001-11, no valor total de R$ 89.100,00 (oitenta e nove mil e cem reais).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 31 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:5AC1FE9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
ERRATA PORTARIA N° 021/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUPITÃ
ERRATA – PORTARIA Nº. 021/2026

Na publicação do Diário Oficial Eletrônico (DOE), do dia 31/03/2026, a Portaria nº. 021/2026, código identificador: B6A05227

Onde se lê:

NOME	RG Nº	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
LIRIA HELENA GOLFETTO	5.917.121-6 SESP/PR	DIRETORA DA SECRETARIA GERAL	07/01/2025 a 06/01/2026	06/04/2026 a 25/04/2026

Leia-se:

NOME	RG Nº	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
LIRIA HELENA GOLFETTO	5.917.121-6 SESP/PR	DIRETORA DA SECRETARIA GERAL	07/01/2025 a 06/01/2026	22/04/2026 a 11/05/2026

SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 31 de março de 2026.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:1E5A09FE

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 049/2026.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Concorrência Eletrônica através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES COMPREENDENDO MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO DA CASA LAR COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO PARANÁ RESOLUÇÃO CEDCA/PR N° 13/2025 DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUAPITÃ – ESTADO DO PARANÁ.

Local e Data do Credenciamento e da Realização Da Concorrência: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **01 de abril de 2026** até às 14h20m do dia **15 de abril de 2026**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 14h30m do dia **15 de abril de 2026**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 31 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:861E979B

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 051/2026.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Concorrência Eletrônica através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA, CONSISTENTE EM SISTEMA DE CONTROLE DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA, EM AMBIENTE INFORMATIZADO, DESTINADO AO REGISTRO, CONTROLE, GERENCIAMENTO, VALIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

Local e Data do Credenciamento e da Realização Da Concorrência: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **01 de abril de 2026** até às 08h20m do dia **17 de abril de 2026**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **17 de abril de 2026**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 31 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:D0BA8993

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 023/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: LEONETE DE SOUZA MESQUITA

CPF: 038.XXX.XXX-00

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS: PSICÓLOGO, COORDENADOR DE CASA LAR E CUIDADORES SOCIAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONFORME CREDENCIAMENTO 002/2025.

VALOR MENSAL: R$ 2.425,64 (dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos

VALOR TOTAL: R$ 29.107,68 (vinte e nove mil, cento e sete reais e sessenta e oito centavos)

DATA: 31/03/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:05195F4C

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, a candidata abaixo relacionada:

FARMACEUTICO /40 HRS
THAISA ANDREIA FERREIRA

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 01/03/2026 a 09/04/2026, (recesso do feriado de páscoa compreendido entre 02/04 a 05/04/2026), munida dos seguintes documentos original e 01(uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- Federal/DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e 3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2025 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 31 de março de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E809697B

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 013/2026

Atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997**, NOTIFICAMOS,** aos Partidos Políticos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Jaguapitã, da **liberação dos seguintes recursos federais ao Município de Jaguapitã:**

ORIGEM/OBJETO DOS RECURSOS	VALOR (R$)	DATA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS	1.623,67	27/03/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – INCENTIVO FINANCEIRO DA APS – COMPONENTE PER CAPTA	7.887,72	30/03/2026
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – MAC FNAS	230,26	30/03/2026
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PSB FNAS	4.416,46	30/03/2026
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – PNAE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE	15.150,50	16/03/2026

Jaguapitã,PR, 31 DE MARÇO DE 2026

TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO
Secretária Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:368D66A6

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2026

CONTRATADA: DEBORA ENXOVAL MONTE APRAZIVEL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 53.776.934/0001-86.

OBJETO: Aquisição de mantas destinadas ao atendimento de usuários da política de assistência social em situação de vulnerabilidade e risco social, acompanhados pelos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (ITEM CONTRATADO):
Item 01: Manta casal medindo aproximadamente 1,80 x 2,20 metros, dupla face, confeccionada em microfibra 100% poliéster, material antialérgico, com gramatura mínima de 180 g/m², cores diversas, resistente à formação de bolinhas (pilling), de fácil lavagem e secagem rápida, não desbota nem encolhe, com padrão de qualidade igual ou superior às marcas Karsten e Jolitex. **Quantidade:** 600 (seiscentas) unidades. **Valor unitário:** R$ 24,20 (vinte e quatro reais e vinte centavos)

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 14.520,00 (quatorze mil e quinhentos e vinte reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:55964B5F

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.182/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

RESOLVE

CONCEDER ao servidor público municipal Sr. **AMARILDO RAIMUNDO DOS SANTOS**, Matrícula 68001, **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, em conformidade com o artigo 120 da Lei nº. 16/95 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a partir de 06/04/2026, conforme Processo nº. 1005/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 31 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:9FE0DF69

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 183/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o feriado da Paixão de Cristo no dia 03/04/2026-Sexta-feira;
CONSIDERANDO a oportunidade de organização administrativa e economia de recursos públicos;

RESOLVE

Art 1º - CONCEDER RECESSO no dia 02 de abril de 2026, Quinta-feira Santa a partir das 12h00, suspendendo o expediente nas repartições públicas municipais, retornando normalmente o expediente em 06/04/2026.

Art 2º - O Disposto nesta Portaria não se aplica aos serviços considerados essenciais, que deverão funcionar normalmente.

Parágrafo único. Consideram-se serviços essenciais, especialmente:
I – Os serviços de saúde em geral;
II – Coleta de resíduos sólidos e limpeza pública;
III – Assistência Social em regime de plantão;
IV – Outros serviços cuja paralisação possam causar prejuízo à população.

Art 3º - Compete aos Secretários Municipais organizar o funcionamento dos serviços essências sob sua responsabilidade.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ/PR,
Em 31 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:54AF98B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 207 - 2025

Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.207/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem completa (interna e externa), polimento simples e polimento com máquina de veículos oficiais da frota municipal, pertencentes aos departamento de Saúde e Administração, no município de Jardim Olinda PR.. decorrente de Dispensa n° 75/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a ADAIZA SOUZA DE CASTRO inscrita no CNPJ sob nº. 58.732.979/0001-72. aditivam o contrato na importância de R$ 1.495,68 (um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos) nos termos da Lei de licitações n.º 14.133/21.

Jardim Olinda, 31 de março de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:1F70F6EF

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 003/2026

SUMULA: APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS – FUNDO ESTADUAL DA ASSISTENCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 674/2013 de 19 de setembro de 2013 e em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993),

CONSIDERANDO a responsabilidade do CMAS no acompanhamento, controle e fiscalização da gestão dos recursos destinados à Política de Assistência Social;
CONSIDERANDO a apresentação da prestação de contas referentes ao recurso do Fundo Estadual de Assistência Social – Piso de Assistência Social (PAS);
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas do recurso transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social – PAS, referente ao **exercício de 2025**.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim Olinda, 31 de março de 2026.

PAULINI MELO SILVA
Presidente CMAS

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:7032759C

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 04/2026 – CMAS

DISPÕE sobre a permanência e utilização do kit do Programa Fortalece Paraná no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 674/2013 de 19 de setembro de 2013 e em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993),
CONSIDERANDO que o Programa Fortalece Paraná destinou kit/equipamentos ao município para apoio às ações socioassistenciais;
CONSIDERANDO que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir que os bens recebidos permaneçam vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo utilizados em benefício dos usuários atendidos pelo SCFV;
CONSIDERANDO que um dos kits recebidos cumpriu integralmente os objetivos do programa, tendo sido destinado/doado à entidade Pastoral da Criança, contribuindo para o fortalecimento das ações de proteção e desenvolvimento de crianças e famílias;;
CONSIDERANDO a deliberação e aprovação do plenário do CMAS em reunião realizada em 31 de março de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar que o kit/equipamentos recebidos por meio do Programa Fortalece Paraná permaneçam vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, ficando alocados e utilizados junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.
Art. 2º Determinar que os referidos bens sejam utilizados exclusivamente para o desenvolvimento das atividades, oficinas, atendimentos e ações socioassistenciais realizadas no âmbito do SCFV.
Art. 3º Estabelecer que a permanência do kit/equipamentos no equipamento SCFV encontra-se em concordância com os objetivos da Política de Assistência Social, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, à convivência e à proteção social dos usuários.
Art. 4º O Departamento Municipal de Assistência Social deverá zelar pela guarda, conservação e correta utilização dos bens.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim Olinda, 31 de março de 2026.

PAULINI MELO SILVA
Presidente CMAS

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:DABC8DBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
RESOLUÇÃO 02/2026

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

Aprova o Calendário de Campanhas Preventivas da Defesa Civil do Município de Jundiaí do Sul – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE JUNDIAÍ DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 197/2003 e a Lei nº 370/2010, que dispõem sobre a estrutura da Defesa Civil Municipal;
CONSIDERANDO o Plano de Contingência Municipal vigente (2025–2028);
CONSIDERANDO a necessidade de promoção de ações preventivas e educativas junto à população;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o Calendário de Campanhas Preventivas da Defesa Civil do Município de Jundiaí do Sul – PR, conforme Anexo I desta Resolução.
Art. 2º As campanhas têm como objetivo promover a prevenção de desastres, redução de riscos e orientação à população.
Art. 3º Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil a execução, coordenação e registro das ações previstas.
Art. 4º As ações deverão ser comprovadas por meio de relatórios, registros fotográficos e listas de presença, quando aplicável.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Jundiaí do Sul, 30 demarço de 2026.

ODAIR ROSILDO FARINHA	***FERNANDA ALINE DE ANDRADE***
Presidente do COMDEC	Coor.Municipal de Proteção e Defesa Civil

CALENDÁRIO DE CAMPANHAS PREVENTIVAS – DEFESA CIVIL
Período: Abril a Dezembro de 2026
ABRIL – **Prevenção de Queimadas**
Ações: orientação à população, limpeza de terrenos, divulgação por carro de som.
MAIO – **Intensificação da Prevenção de Queimadas**
Ações: divulgação dos riscos à saúde, incentivo à denúncia, monitoramento de áreas críticas.
JUNHO – **Baixa Umidade do Ar**
Ações: orientação sobre hidratação, cuidados com idosos e crianças.
JULHO – **Estiagem e Controle de Incêndios**
Ações: monitoramento de áreas de risco, orientação sobre uso consciente da água.
AGOSTO – **Período Crítico de Queimadas**
Ações: campanha intensiva, fiscalização e mobilização da população.
SETEMBRO – **Uso Consciente da Água**
Ações: incentivo à economia de água, orientação sobre armazenamento.
OUTUBRO – **Preparação para Período Chuvoso**
Ações: limpeza de calhas, orientação preventiva.
NOVEMBRO – **Chuvas Intensas**
Ações: divulgação de alertas, orientação sobre riscos.
DEZEMBRO – **Educação Preventiva**
Ações: atividades em escolas, orientação comunitária e avaliação anual.
DISPOSIÇÃO FINAL:
Todas as ações deverão ser registradas para fins de comprovação junto aos órgãos de controle.

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:9A392127

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 176/2025

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa **WLE GROUP – SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 53.528.020/0001-04.**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 021/2025, em consonância com o Art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e demais normas que regem a espécie, resolve aditivar o Contrato nº 176/2025, mediante cláusulas e condições.

OBJETO: O presente Termo de Termo Aditivo tem por objeto o reequilibrio Financeiro no Contrato nº 176/2025, conforme solicitação da contratada.

VALOR: R$ 528.328,00 (quinhentos e vinte e oito mil trezentos e vinte e oito reais)

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2026.

FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:488AE295

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL ESTADO DO PARANÁ EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 019/2024

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e **JONAS ALMEIDA DE LIMA BRASILEIRO**, portador do CPF nº. 076.305.689-83.
ESPÉCIE: SegundoTermo Aditivo de Prazo de vigênciae reajuste de Valordo Contrato Original de Locação nº. 019/2024 – Inexigilidade de Licitação nº 005/2024, com autorização legal dos artigos 105, 106 e 107 da Lei 14.133/21 e alterações posteriores, pelo período estimado de 12 (doze) meses.
OBJETO: Locação de imóvel localizado na área Urbana/Central do Município, para ser utilizado como área de trabalho pelos agentes de endemias, vigilância sanitária e armazenamento de insumos, pelo período estimado de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com previsão na Lei Orçamentária nº 802/2025de 22/12/2025.
VIGÊNCIA:12 (doze) meses, tendo início a partir do dia 16/04/2026.
DATA DA ASSINATURA: 31/03/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – PR, 31de março 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:0D4A22FF

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 54/2026

PORTARIA Nº 054/2026

Dispõe sobre a realização de simulado de Defesa Civil.

Art. 1º Fica instituída a realização de simulado anual de Defesa Civil.
Art. 2º O simulado compreenderá:
I – acionamento da equipe;
II – comunicação à população;
III – execução de ações operacionais.
Art. 3º O simulado será registrado por relatório e documentação.
Art. 4º Data a definir. Os participantes serão convocados no exercício vigente para o simulado.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PEDRO,
Prefeito Municipal

FERNANDA ALINE DE ANDRADE,
Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:F1E13B69

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 55/2026

PORTARIA Nº 055/2026

Dispõe sobre ações educativas de Defesa Civil.

Art. 1º Ficam instituídas ações educativas permanentes de Defesa Civil.
Art. 2º As ações compreenderão:
I – orientações à população;
II – campanhas preventivas;
III – atividades em escolas e comunidades.
Art. 3º As ações serão registradas pela Defesa Civil.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul, 30 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO,
Prefeito Municipal

FERNANDA ALINE DE ANDRADE
, Coordenadora Executiva de Proteção e Defesa Civil

ANEXO
CALENDÁRIO DE CAMPANHAS PREVENTIVAS – DEFESA CIVIL
Período: Abril a Dezembro de 2026
ABRIL – **Prevenção de Queimadas**
Ações: orientação à população, limpeza de terrenos, divulgação por carro de som.
MAIO – **Intensificação da Prevenção de Queimadas**
Ações: divulgação dos riscos à saúde, incentivo à denúncia, monitoramento de áreas críticas.
JUNHO – **Baixa Umidade do Ar**
Ações: orientação sobre hidratação, cuidados com idosos e crianças.
JULHO – **Estiagem e Controle de Incêndios**
Ações: monitoramento de áreas de risco, orientação sobre uso consciente da água.
AGOSTO – **Período Crítico de Queimadas**
Ações: campanha intensiva, fiscalização e mobilização da população.
SETEMBRO – **Uso Consciente da Água**
Ações: incentivo à economia de água, orientação sobre armazenamento.
OUTUBRO – **Preparação para Período Chuvoso**
Ações: limpeza de calhas, orientação preventiva.
NOVEMBRO – **Chuvas Intensas**
Ações: divulgação de alertas, orientação sobre riscos.
DEZEMBRO – **Educação Preventiva**
Ações: atividades em escolas, orientação comunitária e avaliação anual.
DISPOSIÇÃO FINAL:
Todas as ações deverão ser registradas para fins de comprovação junto aos órgãos de controle.

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:A352B3FD

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 56/2026

PORTARIA Nº 56/2025

Institui o Protocolo Municipal de Alerta de Riscos.

CONSIDERANDO a necessidade de comunicação rápida em situações de risco;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Alerta de Riscos.
Art. 2º Os meios oficiais de comunicação são:
I – grupos institucionais de WhatsApp;
II – carro de som;
III – comunicação telefônica;
IV – avisos diretos à população.
Art. 3º O sistema observará os níveis:
I – Observação;
II – Atenção;
III – Alerta;
IV – Emergência.
Art. 4º Compete à Defesa Civil a emissão dos alertas.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PEDRO,
Prefeito Municipal

FERNANDA ALINE DE ANDRADE,
Coordenadora Executiva de Proteção e Defesa Civil

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:B786BAAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO Nº 35/2026

O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno e conforme previsto nas Leis Municipais nº 1773 e 1774, ambas de 31 de março de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º–**Determinar,**após verificação de todos os dados individuais, a colocação de classe e referência da funcionária efetiva do Poder legislativo, conforme segue:

NOME	Cargo	Grupo Ocupacional	Classe	Referência
MARILDA MONTEIRO GUIMARÃES SCHOLZ	Atendente	Operacional	A	24

Art. 2º– Este Ato entra em vigor nesta data, com efeitos financeiros retroativos a 13/01/2026.

Câmara Municipal da Lapa, em 31 de março de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5439A904

GABINETE
DECRETO N° 29560, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 7615, de 26/03/2026, da Secretaria de Administração. e o P.D. nº 7606, de 26/03/2026, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, os P.D.s nº 7387, 7689, de 27/03/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher e o P.D. nº 3885, de 10/03/2026, da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 688.943,42 (Seiscentos e Oitenta e Oito Mil, Novecentos e Quarenta e Três Reais e Quarenta e Dois Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

04 Secretaria de Administração	
04.04 Departamento de Serviços e Patrimônio	
04.122.0002.2015 Coordenar e Controlar o Patrimônio Municipal	
79: 3.3.90.30.00.00.000 – Material de Consumo	R$ 30.000,00
06 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.02 Departamento Geral da Educação	
12.361.0012.2048 Capacitar Professores e Servidores	
220: 3.3.90.39.00.00.104 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 3.000,00
06.05 FUNDEB	
12.365.0012.2282 Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB 70% - Creches	
1976: 3.1.90.11.00.00.382 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 120.000,00
07 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
07.17 Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
08.422.0085.2551 Programa de Gestão de Cofinanciamento Estadual e Federal Fundo a Fundo	
1907: 3.3.90.30.00.00.739 – Material de Consumo	R$ 2.500,00
07.18 Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	
08.242.0087.2499 Execução de Deliberações Estaduais Para Pessoas com Deficiência.	
1906: 3.3.90.30.00.00.192 – Material de Consumo	R$ 1.500,00
11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
11.05 Departamento de Transporte	
26.453.0083.2490 Subsidiar a Tarifa do Transporte Coletivo	
1643: 3.3.90.45.00.00.000 – Subvenções econômicas	R$ 531.943,42
TOTAL.....	**R$ 688.943,42**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 000, conta nº 31.350-5	R$ 30.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 000, conta nº 31.236-3	R$ 531.943,42
Excesso de Arrecadação da fonte 104, conta nº 7.470-5	R$ 3.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 192, conta nº 42.476-5	R$ 1.500,00
Excesso de Arrecadação da fonte 382, conta nº 432.653-4	R$ 120.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 739, conta nº 40.227-3	R$ 2.500,00
TOTAL.....	**R$ 688.943,42**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 31 de Março de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 31 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:04B212D4

GABINETE
DECRETO N° 29561, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Superávit Financeiro, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando os P.D.s nº 7684, 7687, 7689, 7729, 7731, 7735 e 7738, de 27/03/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 454.434,75 (Quatrocentos e Cinquenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

07 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
07.14 Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0066.2409 Gestão do Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)	
783: 3.3.90.30.00.00.966 – Material de Consumo	R$ 146,81
08.244.0067.2412 BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO IGD PBF	
1847: 3.1.90.11.00.00.940 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	

	R$ 6,45
08.244.0068.2526 Execução de Emendas Parlamentares para Assistência Social	
879: 4.4.90.52.00.00.10185 – Equipamentos e material permanente	R$ 0,01
08.244.0104.2525 Gestão do PROCAD SUAS	
892: 3.3.90.39.00.00.735 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 6.591,95
07.15 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
08.243.0073.2424 Execução de Deliberações Estaduais para a Criança e ao Adolescente	
1835: 4.4.90.52.00.00.351– Equipamentos e material permanente	R$ 424.933,92
07.17 Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
08.422.0085.2551 Programa de Gestão de Cofinanciamento Estadual e Federal Fundo a Fundo	
1907: 3.3.90.30.00.00.739 – Material de Consumo	R$ 22.162,13
07.18 Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	
08.242.0087.2499 Execução de Deliberações Estaduais Para Pessoas com Deficiência.	
1906: 3.3.90.30.00.00.192 – Material de Consumo	R$ 593,48
TOTAL.....	**R$ 454.434,75**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Superávit Financeiro da fonte 192, conta nº 42.476-5	R$ 593,48
Superávit Financeiro da fonte 351, conta nº 41.815-3	R$ 424.933,92
Superávit Financeiro da fonte 735, conta nº 38.423-2	R$ 6.591,95
Superávit Financeiro da fonte 739, conta nº 40.227-3	R$ 22.162,13
Superávit Financeiro da fonte 940, conta nº 30.234-1	R$ 6,45
Superávit Financeiro da fonte 966, conta nº 30.246-6	R$ 146,81
Superávit Financeiro da fonte 10185, conta nº 38.744-4	R$ 0,01
TOTAL.....	**R$ 454.434,75**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 31 de Março de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 31 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:06D2497C

GABINETE
DECRETO N° 29563, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) LEOCADIA APARECIDA DE FATIMA GUERBER GONCALVES.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 7321/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 06.04.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

LEOCADIA APARECIDA DE FATIMA GUERBER GONCALVES
RG: 14133002-0/PR
CPF: 068.363.169-11
EDUCADOR SOCIAL
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE B REFERENCIA 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 31 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A8A0DD65

GABINETE
DECRETO Nº 29562, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeia KELVIN ANDRADE KRAINSKI, para provimento do cargo de PROCURADOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e com base no Edital n.º 010/2022 de 19 de maio de 2022, que homologou o resultado do Concurso Público nº 01/2022, aberto pelo Edital nº 001/2022 e Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 28742/2025, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 06.04.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de PROCURADOR DO MUNICÍPIO, abaixo relacionado(a):

KELVIN ANDRADE KRAINSKI
CPF: 091.346.499-64
RG: 12.509.845-2
CARGO: PROCURADOR DO MUNICÍPIO
GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR
CLASSE C REFERENCIA 01
CARGA HORÁRIA SEMANAL 20 HORAS
LOTAÇÃO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 31 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:91D5406B

GABINETE
DECRETO Nº 29564, DE 31 DE MARÇO DE 2026

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 69, inciso XI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Processo Digital nº 8080/2026, do Gabinete do Prefeito,

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica instituído PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais, no âmbito do Poder Executivo, no dia 02 de Abril de 2026, Quinta-Feira Santa.

Art. 2° - Fica instituído PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais, no âmbito do Poder Executivo, no dia 20 de Abril de 2026, devido ao feriado de Tiradentes no dia 21 de abril de 2026.
Art. 3° - As medidas determinadas nos artigos 1º e 2º não abrangerão os serviços que por sua natureza são considerados essenciais, não admitindo paralisação e que terão escala especial definida pelo Secretário da Pasta.

Art. 4° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 31 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito do Município da Lapa

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:81F146EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 010/2022, de 19/05/2022, que homologou o **Concurso Público** 001/2022, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
LUCI DO ROCIO BUENO DE LARA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Lapa, 30 de março de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A91F31FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 22/03/2026

Final: 26/06/2026

Duração: 4h diárias

ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, JACKELINE OLIVEIRA LOURENÇO, FERNANDA CELESTE KASEKER E DULCE DIRCLAIR HUF BAIS.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:536B1753

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 22/03/2026

Final: 26/06/2026

Duração: 4h diárias

ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, PATRICIA APARECIDA ROCHA DE OLIVEIRA, FERNANDA CELESTE KASEKER E DULCE DIRCLAIR HUF BAIS.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A6102EAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 22/03/2026

Final: 26/06/2026

Duração: 4h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Suzana Luzia Kossoski, Simone Aparecida Fontoura Drobiniewski e Dulce Dirclair Huf Bais.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0C1E9D1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 22/03/2026

Final: 26/06/2026

Duração: 4h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcio Anis Mattar Assad, Rosemeri Rasmussen e Dulce Dirclair Huf Bais.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E081E38B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 22/03/2026

Final: 26/06/2026

Duração: 4h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Rosilene Aparecida Lourenço Machado, Fernanda Celeste Kaseker e Dulce Dirclair Huf Bais.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7FD65037

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 25/03/2026

Final: 27/06/2026

Duração: 2h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Kauane Adão Padilha, Luana Gritten de Souza e Dulce Dirclair Huf Bais.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:45FA5C16

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

O Município da Lapa, Estado do Paraná, torna Pública a Inexigibilidade Licitação, cujo objeto é contratação da empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, CNPJ: 76.484.013/0001-45, para fornecimento de água potável e prestação de serviços de esgotamento sanitário para a Prefeitura da Lapa durante o exercício de 2026, no valor total de R$ 858.159,96 (oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Tal Processo encontra amparo legal no artigo 74, I da Lei nº 14.133/2021. originando o Processo Nº 16/2026.

Lapa/PR, 31 de março de 2026.

KELLY CRISTINA BROGIAN
Diretora técnica de Compras, Licitações eContratos

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:18CD61D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 236, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre realização de perícia médica para avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:
Art. 1º Fica determinada, na forma do ANEXO, a realização de perícia médica para avaliação laboral.

Art. 2º Fica designado o Doutor ADRYAN LUCAS RODRIGUES DE JESUS, CRM nº 60128/PR para a realização da Perícia Médica.
Art. 3º A perícia será realizada em 20 de março de 2026, a partir das 9 horas, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

ANEXO
(A que se refere o art. 1º, da Portaria SEMAD nº 236, de 16 de março de 2026)
Relação de servidores para avaliação médica.

Matrícula		Nome	Cargo
11193	2	JULIANA DA LUZ MACHADO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
3392	1	LUCIA REGINA DE AGUIAR COLACO	PROFESSOR
5024	2	LUCIANE LEINEKER PEREIRA	SECRETARIA
6445	4	VANESSA HELOISA KAZEKER KARAS	EDUCADOR INFANTIL

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A9ABD8D3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 237, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) JOAO CARLOS HOFFMAM, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 81033-1.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 30 de janeiro de 2026 a 31 de janeiro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A4FA5CCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 238, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) MICHELE BROGIAN, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, matriculado(a) sob nº 1161-5.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 13 de janeiro de 2026 a 13 de fevereiro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FAEF3F52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 239, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) MARIA EDUARDA CASTRO DE SOUZA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 81282-1.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 20 de janeiro de 2026 a 20 de março de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:6CAF06AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 240, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) CELIA DE FATIMA MELO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 8915-3.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 20 de janeiro de 2026 a 21 de abril de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5F320754

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 241, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) ANGELA BATISTA SCHUSTER, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 5238-2.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 20 de janeiro de 2026 a 30 de abril de 2026, quando deverá realizar nova perícia.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C13C242B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 242, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) JUCARA MIRANDA, ocupante do cargo de EDUCADOR INFANTIL, matriculado(a) sob nº 753-1.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 30 de janeiro de 2026 a 6 de maio de 2026, quando deverá realizar nova perícia.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F7CFA607

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 243, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) IVONE MARIA MARTINS LOURENCO, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 4342-3.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 4 de fevereiro de 2026 a 6 de março de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de fevereiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D851678E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 244, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) JOAO MARIANO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA, matriculado(a) sob nº 8456-2.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 13 de fevereiro de 2026 a 13 de março de 2026, quando deverá realizar.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9B9A6DD7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 245, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) JOAO PAULO TON, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, matriculado(a) sob nº 82403-1.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 13 de fevereiro de 2026 a 18 de fevereiro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BA537B8D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 246, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) ROSEMERY DA SILVEIRA BIANCHINI, ocupante do cargo de BIBLIOTECARIO, matriculado(a) sob nº 81094-1.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 13 de fevereiro de 2026 a 7 de março de 2026, quando deverá realizar nova perícia.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:463EA105

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 247, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) SCHEILA SIQUEIRA MAGALHAES, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 9405-5.

Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 27 de janeiro de 2026 a 4 de março de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:AD8D9E2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 248, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, ao(a) servidor(a) CLAUDIA COLACO CARVALHO, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 277-2.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções de 12 de fevereiro de 2026 a 25 de março de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C1A9B3D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 249, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) JOAO ANTONIO DE JESUS MARTINS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS, matriculado(a) sob nº 635-1.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 13 de fevereiro de 2026 a 20 de fevereiro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DA5222E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 250, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido à servidora abaixo especificada ADICIONAL DE INSALUBRIDADE no importe de 20% (vinte por cento), incidentes sobre o menor vencimento da tabela do município.

Matrícula		Nome	CARGO	LOCAL DE TRABALHO	DATA DE ADMISSÃO
82328	2	ANNA LUIZA DOMINGUES BORA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	19/03/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:57F68CF9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 251, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a designação de comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica designada a Comissão Processante Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, criada através da Portaria nº 817, de 16 de julho de 2025, para constituir a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR de n° 01 – 03 - 2026, visando a apuração dos fatos descritos no processo digital nº 6077, de 11 de março de 2026, bem como demais documentos acostados, que passam a fazer parte da presente comissão processante, com o prazo de 90 (noventa) dias.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:43FAF050

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 252, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:
Art. 1º Fica removido(a) de ofício o(a) servidor(a) EDENILSON KRAINSKI VIEIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 81894-1, lotado atualmente na SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/ DIVISAO DE MANUTENCAO DE CEMITERIOS, para SECRETARIA DE ADMINISTRACAO / DEFESA CIVIL.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:88E41926

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 253, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a revogação de adicional de insalubridade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica revogado item da Portaria 733 de 14 de junho de 2022, que concedeu ADICIONAL DE INSALUBRIDADE no importe de 20% (vinte por cento), incidentes sobre o menor vencimento da tabela do município, do servidor EDENILSON KRAINSKI VIEIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 81894-1.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9E47B9E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 254, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de serviço extraordinário temporário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO TEMPORÁRIO 100% (cem por cento) à servidora ADRIANE CARVALHO, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculada sob o n° 82718-1, cujo local do SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO é a ESCOLA RURAL MUNCIPAL PADRE FEIJO.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:68F17280

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 255, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de serviço extraordinário temporário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO TEMPORÁRIO 100% (cem por cento) à servidora ANICHELI APARECIDA PEREIRA LEONARDI, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculada sob o n° 1691-5, cujo local do SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO é a ESCOLA RURAL MUNCIPAL PADRE FEIJO.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9153C01D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 256, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de avanço vertical para integrantes do quadro do magistério.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido Avanço Vertical ao(a) servidor(a) KAROLINE CZELUSNIAKI FELTRIN, ocupante do cargo de EDUCADOR INFANTIL, matriculado(a) sob nº 82043-1.
Art. 2º A servidora passa a integrar a classe C da tabela de vencimentos do quadro de servidores do magistério.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1º de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C80C04FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 257, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de avanço vertical para integrantes do quadro do magistério.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido Avanço Vertical ao(a) servidor(a) SONIA MARIA DOS ANJOS DE ASSUMPCAO, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 81278-2.
Art. 2º A servidora passa a integrar a classe D da tabela de vencimentos do quadro de servidores do magistério.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1º de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8682377F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 258, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a Concessão de Progressão de Carreira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017,resolve:
Art. 1º Fica concedida, na forma do anexo, Progressão de Carreira nas modalidades MERECIMENTO E PRODUTIVIDADE PRESUMIDA.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

ANEXO

(A que se refere o art. 1º, da PORTARIA SEMAD Nº 258, DE 23 DE MARÇO DE 2026

PROGRESSÃO DE CARREIRA

Matrícula	Funcionário	Cargo	Grupo Ocupacional	Classe Referência Atual	Classe Referência Nova
1900-01	ADRIANE TABORDA MENDES BERGHAUSER	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 07	B 11
10051-01	ANA CLAUDIA TUCHANSKI DE PAULA	PROCURADOR DO MUNICIPIO	NIVEL SUPERIOR	B 05	B 07
10113-01	CLEONICE PINHEIRO DOS SANTOS DARDAQUE	ENFERMEIRO	NIVEL SUPERIOR	C 04	C 05
81816-01	DEBORA MEDEIROS SANTOS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	OPERACIONAL	B 01	B 05
81240-01	DICLEA DE JESUS ZANDROSKI SCHUSTER	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	OPERACIONAL	B 03	B 04
418-04	ELIANE PEDROSO GONCALVES	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 07	B 09
4539-02	EVANDRO ROBERTO DE SIQUEIRA	SECRETARIA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 08	B 11
81514-03	JOAO GUSTAVO DA SILVA PINTO	ATENDENTE DE MUSEUS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 01	B 05
8854-02	JOSIANE DO CARMO PALMER DA SILVEIRA	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 07	B 09
7069-02	KATIA REGINA DALMAZ	ASSISTENTE SOCIAL	NIVEL SUPERIOR	C 11	C 13
4302-02	MARCIO BENEDITO NEVES	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 09	B 11
7073-01	MARTA BARBOSA DA SILVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 07	B 10
11138-01	PATRICIA DA SILVA GASPARETTO	PSICOLOGO	NIVEL SUPERIOR	C 05	C 07
81612-02	ROGERIO KRAINSKI DALLABONA	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 01	B 04
82111-01	WILLIAN SANTOS TENORIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 01	B 05

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:AA42D190

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 259, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a revogação de função gratificada (FG).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica revogada portaria 1002 de 10 de setembro de 2025 que concedeu função gratificada (Diretor Geral de Enfermagem da Defesa Civil – FG-SMAD-02, ao(a) servidor(a) ERCELY TEREZA MELLO MACEDO, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, matriculado(a) sob nº 81469-3.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2F5C51F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 260, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a revogação de função gratificada (FG).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica revogada portaria 594 de 27 de maio de 2025 que concedeu função gratificada (Divisão de Manutenção Veicular – FG-SEMAD-05, ao(a) servidor(a) MOISES PORTES DA COSTA, ocupante do cargo de MOTORISTA HABILITACAO D, matriculado(a) sob nº 81699-1.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:22C5D708

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 261, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de serviço extraordinário temporário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO TEMPORÁRIO 100% (cem por cento) à servidora MARCIA REGINA IVACIUK KOSSOVSKI, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 915-1, cujo local do SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO é a CIES – CENTRO INTREGADO EDUCAÇÃO E SAÚDE.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de fevereiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:501C3F0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 262, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a revogação de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE)

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica revogada portaria 34 de 14 de janeiro de 2026 que concedeu GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (TIDE), no Percentual de 25% (vinte e cinco por cento), incidente sobre seu vencimento, ao(a) servidor(a) FABIANE TARDETTI, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, matriculado(a) sob nº 7095-1.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F1D9EDC3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 263, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a prorrogação de adicional de insalubridade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogados por 30 dias os efeitos da Portaria 112 de 4 de fevereiro de 2026, que revogou ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, incidentes sobre o menor vencimento da tabela do município. A prorrogação trata exclusivamente dos servidores especificados na Portaria 112 de 4 de fevereiro de 2026.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D0B15786

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 264, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a declaração de vacância de cargo público.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 07/12/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

Art. 1º - DECLARAR A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO, por posse em outro cargo inacumulável, à servidora LAUDICEA SILVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de SECRETARIA, matriculado(a) sob nº 81101-1, a partir de 19 de março de 2026, até o último dia do estágio probatório do novo cargo.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5251CF19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 265, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de pagamento de indenização por trabalho operoso.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR TRABALHO OPEROSO ao servidor LUIZ JOSMAR MULLER, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA, matriculado(a) sob nº 882-3.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de fevereiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3A33AEBF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 266, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:
Art. 1º Fica removido(a) de ofício o(a) servidor(a) MAURICIO RODRIGUES DE LIMA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 82109-1, lotado atualmente na SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/ DEFESA CIVIL, para SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE / DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:89069F7D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 267, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a revogação de Adicional de Periculosidade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria 61 de 22 de janeiro de 2026 que concedeu ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o seu vencimento, ao servidor MAURICIO RODRIGUES DE LIMA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 82109-1.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:76AF7F85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 268, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) JOAO ANTONIO DE JESUS MARTINS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS, matriculado(a) sob nº 635-1.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 23 de fevereiro de 2026 a 23 de fevereiro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B5E1E6D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 063/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025 (PD N° 29997/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28428, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. ANDRÉ REZENDE CHERUBINI.
CONTRATADO: BAWSE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 45.660.398/0001-20, REPRESENTADA PELO SEU TITULAR, SR. EMERSON NUNES DE VIVEIROS.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA REFERENTE AO CONVÊNIO MAPA N° 960479/2024, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) – ITEM 03.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES, CONTADOS DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADO, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI N° 14.133, DE 2021.
VALOR CONTRATUAL: R$324.500,00 (TREZENTOS E VINTE E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 1937
ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 5 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
AÇÃO: 2218 - ELABORAR PROJETOS E CELEBRAR CONVÊNIOS
ELEMENTO: 3449052220000000000 – EQUIPAMENTOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO
VÍNCULO: 179 – CONVÊNIO 850479 2024 MAPA PATRULHA MECANIZADA
RECURSO: 1587
ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 5 - DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
AÇÃO: 2218 - ELABORAR PROJETOS E CELEBRAR CONVÊNIOS
ELEMENTO: 3449052220000000000 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 29997/2024 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 26/03/2026
DATA ASSINATURA: 30/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F9D6DA48

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 23º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 035/2020

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 (PD Nº 21265/2019)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019) SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MAURICIO MENDES RODRIGUES ME, CNPJ SOB Nº 17.863.651/0001-08, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. MAURICIO MENDES RODRIGUES.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR, PARA AS LINHAS (ROTAS) DO TRANSPORTE ESCOLAR, ITEM 26, LINHA 41.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 430/2026 (PD Nº 5273/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E O PARECER JURÍDICO Nº 195/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 035/2020, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.04.2026 A 08.06.2026, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 24.203,12 (VINTE QUATRO MIL, DUZENTOS E TRÊS REAIS E DOZE CENTAVOS), SENDO R$6,28 (SEIS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: PAS/MICROONIB-PEUGEOT/BOXER M33OM 235, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2011/2012, 16 PASSAGEIROS, PLACA AUW-8313.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 30/03/2026
DATA ASSINATURA: 30/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7F3878D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 (PD Nº 30614/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391/2025, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: CONFIANÇA – TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 56.969.923/0001-00, REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR, SR. MARCIO JOSE PAULISTA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR - INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 20 LINHAS, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR O ACESSO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AS SUAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, ITEM 06 – LINHA 31.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, RODANDO 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR, SENDO QUE A CONTRATADA RECEBERÁ PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE CONCORDÂNCIA DA CONTRATADA E SE HOUVER INTERESSE POR PARTE DA CONTRATANTE.
VALOR CONTRATUAL: R$ 190.000,00 (CENTO E NOVENTA MIL REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 463
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
RECURSO: 464

ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À E
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 30614/2024 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 30/03/2026
DATA ASSINATURA: 31/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7A746D04

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 (PD Nº 30614/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391/2025, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: TRANS GREBOS TURISMO LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 00.274.187/0001-11, REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR, SR. THIAGO ALEIXO GREBOS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR - INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 20 LINHAS, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR O ACESSO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AS SUAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, ITEM 15 – LINHA 60.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, RODANDO 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR, SENDO QUE A CONTRATADA RECEBERÁ PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE CONCORDÂNCIA DA CONTRATADA E SE HOUVER INTERESSE POR PARTE DA CONTRATANTE.
VALOR CONTRATUAL: R$ 223.200,00 (DUZENTOS E VINTE E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 463
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
RECURSO: 464
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À E
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 30614/2024 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 30/03/2026
DATA ASSINATURA: 31/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4A69247D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 067/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 (PD Nº 30614/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391/2025, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: TRANS GREBOS TURISMO LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 00.274.187/0001-11, REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR, SR. THIAGO ALEIXO GREBOS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR - INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 20 LINHAS, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR O ACESSO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AS SUAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, ITEM 19 – LINHA 74.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, RODANDO 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR, SENDO QUE A CONTRATADA RECEBERÁ PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE CONCORDÂNCIA DA CONTRATADA E SE HOUVER INTERESSE POR PARTE DA CONTRATANTE.
VALOR CONTRATUAL: R$ 236.940,00 (DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E QUARENTA REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 463
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS RECURSO: 464
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À E FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 30614/2024 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 30/03/2026
DATA ASSINATURA: 31/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9CD2AAB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 (PD Nº 30614/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391/2025, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MARTA TEIXEIRA – LAPA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 04.080.992/0001-65, REPRESENTADO(A) POR SUA TITULAR, SRA. MARTA TEIXEIRA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR - INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 20 LINHAS, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR O ACESSO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AS SUAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, ITEM 5 – LINHA 27.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, RODANDO 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR, SENDO QUE A CONTRATADA RECEBERÁ PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE CONCORDÂNCIA DA CONTRATADA E SE HOUVER INTERESSE POR PARTE DA CONTRATANTE.
VALOR CONTRATUAL: R$ 208.504,00 (DUZENTOS E OITO MIL E QUINHENTOS E QUATRO REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 463
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
RECURSO: 464
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À E
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 30614/2024 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 30/03/2026
DATA ASSINATURA: 31/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:232E792F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 069/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 (PD Nº 30614/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391/2025, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MARTA TEIXEIRA – LAPA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 04.080.992/0001-65, REPRESENTADO(A) POR SUA TITULAR, SRA. MARTA TEIXEIRA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR - INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 20 LINHAS, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR O ACESSO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AS SUAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, ITEM 12 – LINHA 42.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, RODANDO 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR, SENDO QUE A CONTRATADA RECEBERÁ PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE CONCORDÂNCIA DA CONTRATADA E SE HOUVER INTERESSE POR PARTE DA CONTRATANTE.
VALOR CONTRATUAL: R$ 173.850,00 (CENTO E SETENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 463
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
RECURSO: 464
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À E
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 30614/2024 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 30/03/2026
DATA ASSINATURA: 31/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:03A6BF3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 070/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 (PD Nº 30614/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391/2025, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.

CONTRATADO: MARTA TEIXEIRA – LAPA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 04.080.992/0001-65, REPRESENTADO(A) POR SUA TITULAR, SRA. MARTA TEIXEIRA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR - INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 20 LINHAS, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR O ACESSO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AS SUAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, ITEM 18 – LINHA 73.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, RODANDO 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR, SENDO QUE A CONTRATADA RECEBERÁ PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE CONCORDÂNCIA DA CONTRATADA E SE HOUVER INTERESSE POR PARTE DA CONTRATANTE.
VALOR CONTRATUAL: R$ 164.100,00 (CENTO E SESSENTA E QUATRO MIL E CEM REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 463
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 103 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
RECURSO: 464
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR
VÍNCULO: 104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À E
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 30614/2024 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 30/03/2026
DATA ASSINATURA: 31/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2CD50F6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 033/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: IARA TERRES DA SILVA DAMBROSKI ME, inscrita no CNPJ sob o n° 26.655.261/0001-33, com endereço na ESTRADA PAIQUERE, 0 null - CEP: 85350000 - Bairro: Paiquere, Cidade de Nova Laranjeiras/PR, neste ato representado pela Senhora Iara Terres da Silva Dambroski, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade n° 103484553 e inscrita no CPF/MF sob o n° 070.135.129-23, residente e domiciliado em Paiquere, SN Zona Rural - CEP: 85350000, cidade de Nova Laranjeiras/PR.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS PARA MERENDA ESCOLAR E ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.
NÚMERO: 1º Aditivo Contratual Prazo de Vigencia e Valor, Processo 24/2025 Pregao Eletronico 11/2025.
DATA DO CONTRATO: 31 de março de 2026.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR TOTAL: R$ 769.691,51 (setecentos e sessenta e nove mil seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e um centavos)
FORO: Comarca de Palmital – Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:1F938E10

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 032/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: EJ DALZOTO CASA DE CARNES LTDA ME, inscrita no CNPJ: 59.309.954/0001-23 com o endereço na Rua Maximiliano Vicentin nº 1326 centro CEP:85.270.000, cidade de Palmital Paraná, neste ato representado pelo SRº. Eunilson de Jesus Dalzoto, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF Nº: 508.702.389-49, residente e domiciliado no endereço acima citado.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS PARA MERENDA ESCOLAR E ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.
NÚMERO: 1º Aditivo Contratual Prazo de Vigencia e Valor, Processo 24/2025 Pregao Eletronico 11/2025.
DATA DO CONTRATO: 31 de março de 2026.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR TOTAL: R$ R$ 328.095,00 (trezentos e vinte e oito mil noventa e cinco reais).

FORO: Comarca de Palmital – Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:33189DE5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 021/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: DIVONSIR DOS SANTOS, inscrito no CNPJ 12.020.990/0001-09, com endereço na Rua Sergipe, S/N, Laranjal - Paraná, *neste ato representado(a) por* DIVONSIR DOS SANTOS, sócio proprietário inscrito no CPF 566.353.209-97, RG 10.979.737-5, residente e domiciliado à Rua Sergipe, S/N, Laranjal- Paraná.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, TRANSPORTE E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTO DE ÁUDIO PARA EVENTOS INSTITUCIONAIS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
NÚMERO: 1º Aditivo Contratual Prazo de Vigencia e Valor, Processo 30/2025 Dispensa de Licitação 14/2025.

DATA DO CONTRATO: 31 de março de 2026.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR TOTAL: R$ 35.031,36.
FORO: Comarca de Palmital – Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:BEEEC762

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 025/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: EXPRESSO NORDESTE LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 76.533.777/0014-06, com sede na Avenida Afonso Botelho, n. 670, Jardim Maia 1 Parte, CEP:87.301-140 em Campo Mourão-PR, neste ato representado pelo Sr. Teófilo Boiko, brasileiro, viúvo, administrador, RG n. 368.816-0 e CPF/MF n. 028.745.479-72, residente e domiciliado na Rua Santa Cruz, n. 1086 AP. 1401, centro em Campo Mourão, Estado do Paraná.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS A SEREM UTILIZADAS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD), PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE DESLOCAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS, COLABORADORES E OU BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS MUNICIPAIS SOCIAIS ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
NÚMERO: 1º Aditivo Contratual Prazo de Vigencia e Valor, Processo 27/2025 Inexigibilidade 02/2025.
DATA DO CONTRATO: 31 de março de 2026.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR TOTAL: R$ 60.451,00 (sessenta mil quatrocentos cinquenta e um reais).
FORO: Comarca de Palmital – Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:87CB8625

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 025/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: EXPRESSO NORDESTE LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 76.533.777/0014-06, com sede na Avenida Afonso Botelho, n. 670, Jardim Maia 1 Parte, CEP:87.301-140 em Campo Mourão-PR, neste ato representado pelo Sr. Teófilo Boiko, brasileiro, viúvo, administrador, RG n. 368.816-0 e CPF/MF n. 028.745.479-72, residente e domiciliado na Rua Santa Cruz, n. 1086 AP. 1401, centro em Campo Mourão, Estado do Paraná.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS A SEREM UTILIZADAS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD), PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE DESLOCAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS, COLABORADORES E OU BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS MUNICIPAIS SOCIAIS ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
NÚMERO: 1º Aditivo Contratual Prazo de Vigencia e Valor, Processo 27/2025 Inexigibilidade 02/2025.
DATA DO CONTRATO: 31 de março de 2026.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR TOTAL: Permanece inalterado
FORO: Comarca de Palmital – Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:5CDD0919

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 023/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: MAURO S. KRINSKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 95.684.866/0001-75, localizada na Rua Saldanha Marinho, 1090, sala 102, Centro, Guarapuava-PR, *neste ato representado(a) por* MAURO SEVERO KRINSKI, Brasileiro, inscrito no CPF 372.609.449-00, RG 3.121.857-8, residente e domiciliado à Rua Andrade Neves, 2157, Bairro Santa Cruz, Município de Guarapuava-PR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ÁREA DO ICMS.
NÚMERO: 1º Aditivo Contratual Prazo de Vigencia e Valor, Processo 31/2025 Inexigibilidade 04/2025.
DATA DO CONTRATO: 31 de março de 2026.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR TOTAL: R$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais).
FORO: Comarca de Palmital – Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:4910E552

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LARANJAL
EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO Nº 01/2026

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 001/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2025

CONTRATANTE: **Fundo de Previdência Social do Município de Laranjal,** pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.04.874.895/0001-44, com sede administrativa na Rua Pernambuco n.501, município de Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Thayne Eliara do Nascimento, CPF 088.517.389-98, residente e domiciliada no município de Laranjal-PR.

CONTRATADA: **Sergio Norberto Mazurok**, inscrito no CPF/MF nº 089.670.719-09, residente e domiciliado na Rua São Paulo, Centro, na cidade de Laranjal – PR.

OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato de locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses, Procedimento Licitatório nº 001/2025, Inexigibilidade nº 001/2025, sendo o valor mensal do aluguel R$ 1.575,83 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento tem fundamento no Art. 105 e 107, da Lei 14.133/2021, em razão da necessidade do serviço de consultoria de valores mobiliários no âmbito de investimentos voltados aos Regimes Próprios de Previdência Social, imprescindível ao atendimento das necessidades desta entidade, bem como no parecer jurídico, que embasam este processo.

DATA DO CONTRATO: 31 de Março de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

VALOR TOTAL: R$ 18.909,96 (dezoito mil novecentos e nove reais e noventa e seis centavos).

FORO: Comarca de Palmital – PR.

THAYNE ELIARA DO NASCIMENTO
Diretora Presidente do Fundo de Previdência do Município de Laranjal-PR

Publicado por:
Ana Paula Burey
Código Identificador:B916ADF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 21/2026

DECRETO Nº 21/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a decretação de recesso nas repartições públicas municipais no dia 02 de abril de 2026 e dá outras providências.

Eu, MAYCON LOPES SIMIONI, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Laranjal/PR e,

CONSIDERANDO que o dia 03 de abril de 2026 (sexta-feira) é feriado religioso alusivo ao Sexta-feira Santa, tradicionalmente dedicado à celebração religiosa em todo o território nacional,

DECRETO:

Art. 1º Fica decretado recesso nas repartições públicas municipais de Laranjal, Estado do Paraná, no dia 02 de abril de 2026 (quinta-feira Santa) em razão da Semana Santa que antecede a Pascoa.

Art. 2º Excetuam-se do disposto no artigo anterior os serviços considerados essenciais, que deverão manter escalas de plantão para atendimento às necessidades da população especialmente os atendimentos necessários em decorrência da estiagem, como os serviços de emergências da Secretaria de Saúde, bem como o fornecimento de notas fiscais e Guias de Transporte Animal (GTA) pela Secretaria de Agricultura.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Laranjal, 31 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:6FC441D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 14/2026

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA sob nº 003/2025 publicado com Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 15/08/2025. Edição 3342 no https://www.diariomunicipal.com.br/amp/ retificação necessário devido a ajustes nos nomes dos proprietários da matricula 4.317.

O MUNICÍPIO DE LARANJAL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.536/0001-80, com sede administrativa sito à Rua Pernambuco, nº50, Centro, CEP: 85.275-000 utiliza do presente para ***NOTIFICAR*** *todos os moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem interessar que o núcleo urbano irregular denominado Rua Paraná I está em fase de Regularização Fundiária Urbana em formato de REURB-S, através da* ***LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA e LEGITIMAÇÃO DE POSSE****, conforme art. 23 e art. 25 da Lei Federal nº 13.465/2017. No núcleo em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores dos lotes do núcleo objeto da matrícula nº 4.317, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmital Paraná.*

DO NÚCLEO

Art. 1º O núcleo urbano Rua Paraná I, neste município, é composto pela matrícula n° 4.317 de propriedade de Aparecido Rodrigues De Oliveira, Juvenal Policeno Da Silva e Alda Da Silva, Joaquim Rene Da Silva e Francelina De Freitas Da Silva, João Batista Lopes e Andina Martins Lopes, Carlos Lopes Policeno e Izabel De Oliveira Policeno, Guimarães Policeno e Nalia Da Silva, Vanderley José Da Silva, Reinaldo Da Silva e Ana Maria Da Silva, Valmir Antonio Dos Santos e Erondi Rodrigues Dos Santos, Sergio Pereira Dos Passos e Jurciana Nogueira Clemente Dos Passos, Joel Barbosa Ramos e Maria Celia Correia Ramos, Sirlei De Souza Melo Brey E Gilmar Brey, Tatiane Cristina Brey, José Valter Dias e Tereza Chalamai Dias, Thomas Caldas Da Luz, Pedro Alves Dos Santos e Eloina Vieira Dos Santos, Cacilda Aparecida Gomes, João Valenski e Ione Terezinha Valesnki, José Pereira Alves e Valquinda Rocha Viana Alves, Sirlei Costa, Gerson Rodrigues Dos Santos e Claudia Ledina Dos Santos, Maria Iraci Dos Santos, Arismar Braz Pinto e Ivanete Alves Dos Santos Braz, Agnaldo De Freitas Heguedichi e Marta Aparecida Rodrigues Heguedichi, Josmar Moreira Pereira Júnior e Maria Zilda Lopes Dos Santos, Fabiana Caroline De Souza Felisberto e João Lucas Souza Da Luz (Usufruto Vitalício Margarete De Souza), Denilson Jose De Oliveira e Sandra Maria Bueno De Farias Oliveira, Enio Kanarski e Patricia De Almeida Gomes Kanarski, Karina Nogueira Dos Passos Poleto e Marcos Vinicius Poleto, Industria De Laticínios Palmital LTDA, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmital Paraná.
§1º O núcleo possui uma área total a regularizar de 10.540,07 m², distribuída em 21 lotes, sendo 18 lotes aderentes e 03 lotes titular tabular, com uma população aproximada de 84 pessoas.

§2º O referido núcleo é atendido pelas seguintes vias públicas: Rua Projetada A, a qual passará ao domínio público municipal, conforme disposto no art. 53, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.465/17, bem como a Avenida Paraná.

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula 4.317	242.000,00 m²
Área dos lotes aderentes	8.741,07 m²
Área de lotes titular tabular	1.369,59 m²
Área de ruas a regularizar	429,41 m²
Área total da REURB	10.540,07 m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Art. 2º A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários:

a) Escola de educação básica, onde as crianças do núcleo são atendidas;
b) Arruamento na maior parte da área da intervenção;
c) Energia elétrica pública e residencial;
d) Abastecimento de água potável na grande maioria dos lotes;
e) Sinal de telefonia móvel e fixa;
f) Transporte escolar cedido pelo município;

DAS CONFRONTAÇÕES

Art. 3º Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de NOTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DE DIVISA DE LOTE, salvo os
ocupantes que, por motivos desconhecidos, não foram encontrados, os quais serão alvo deste edital. A ausência de manifestação dentro do prazo de 30 (trinta) dias será tida como aceite, conforme art. 13, §1º, do Decreto Federal nº 9.310/2018 e art. 20, §1º, da Lei Federal nº 13.465/2017.

§1º São tidos como **titulares de domínio**, nos termos da lei:

Matrícula nº 4.317, de propriedade de Aparecido Rodrigues De Oliveira, Juvenal Policeno Da Silva e Alda Da Silva, Joaquim Rene

Da Silva e Francelina De Freitas Da Silva, João Batista Lopes e Andina Martins Lopes, Carlos Lopes Policeno e Izabel De Oliveira Policeno, Guimarães Policeno e Nalia Da Silva, Vanderley José Da Silva, Reinaldo Da Silva e Ana Maria Da Silva, Valmir Antonio Dos Santos e Erondi Rodrigues Dos Santos, Sergio Pereira Dos Passos e Jurciana Nogueira Clemente Dos Passos, Joel Barbosa Ramos e Maria Celia Correia Ramos, Sirlei De Souza Melo Brey E Gilmar Brey, Tatiane Cristina Brey, José Valter Dias e Tereza Chalamai Dias, Thomas Caldas Da Luz, Pedro Alves Dos Santos e Eloina Vieira Dos Santos, Cacilda Aparecida Gomes, João Valenski e Ione

Terezinha Valesnki, José Pereira Alves e Valquinda Rocha Viana Alves, Sirlei Costa, Gerson Rodrigues Dos Santos e Claudia Ledina Dos Santos, Maria Iraci Dos Santos, Arismar Braz Pinto e Ivanete Alves Dos Santos Braz, Agnaldo De Freitas Heguedichi e Marta Aparecida Rodrigues Heguedichi, Josmar Moreira Pereira Júnior e Maria Zilda Lopes Dos Santos, Fabiana Caroline De Souza Felisberto e João Lucas Souza Da Luz (Usufruto Vitalício Margarete De Souza), Denilson Jose De Oliveira e Sandra Maria Bueno De Farias Oliveira, Enio Kanarski e Patricia De Almeida Gomes Kanarski, Karina Nogueira Dos Passos Poleto e Marcos Vinicius Poleto, Industria De Laticínios Palmital LTDA.

§2º São tidos como **confrontantes externos/internos**, nos termos da lei:

1. Matrícula nº 4.317, de propriedade de Aparecido Rodrigues De Oliveira, Juvenal Policeno Da Silva e Alda Da Silva, Joaquim Rene Da Silva e Francelina De Freitas Da Silva, João Batista Lopes e Andina Martins Lopes, Carlos Lopes Policeno e Izabel De Oliveira Policeno, Guimarães Policeno e Nalia Da Silva, Vanderley José Da Silva, Reinaldo Da Silva e Ana Maria Da Silva, Valmir Antonio Dos Santos e Erondi Rodrigues Dos Santos, Sergio Pereira Dos Passos e Jurciana Nogueira Clemente Dos Passos, Joel Barbosa Ramos e Maria Celia Correia Ramos, Sirlei De Souza Melo Brey E Gilmar Brey, Tatiane Cristina Brey, José Valter Dias e Tereza Chalamai Dias, Thomas Caldas Da Luz, Pedro Alves Dos Santos e Eloina Vieira Dos Santos, Cacilda Aparecida Gomes, João Valenski e Ione Terezinha Valesnki, José Pereira Alves e Valquinda Rocha Viana Alves, Sirlei Costa, Gerson Rodrigues Dos Santos e Claudia Ledina Dos Santos, Maria Iraci Dos Santos, Arismar Braz Pinto e Ivanete Alves Dos Santos Braz, Agnaldo De Freitas Heguedichi e Marta Aparecida Rodrigues Heguedichi, Josmar Moreira Pereira Júnior e Maria Zilda Lopes Dos Santos, Fabiana Caroline De Souza Felisberto e João Lucas Souza Da Luz (Usufruto Vitalício Margarete De Souza), Denilson Jose De Oliveira e Sandra Maria Bueno De Farias Oliveira, Enio Kanarski e Patricia De Almeida Gomes Kanarski, Karina Nogueira Dos Passos Poleto e Marcos Vinicius Poleto, Industria De Laticínios Palmital LTDA, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmital Paraná.
2. Avenida Paraná.

DOS REQUERENTES

Art. 4º São requerentes e beneficiários da referida área para fins de Regularização Fundiária Urbana:

Nº	NOME
1.	ANA CLAUDIA LINZMEIER DALA ROSA E ROMARIO VIEIRA DOS SANTOS.
2.	ELIANE THEODORO DE OLIVEIRA E ROMILDO MACHADO.
3.	ELOINA VIEIRA DOS SANTOS E PEDRO ALVES DOS SANTOS.
4.	IONE TEREZINHA VALENSKI E JOÃO VALENSKI.
5.	ISABEL APARECIDA MENDES.
6.	ISMAEL ANTUNES DA FONCECA.
7.	IVONALDO RIBEIRO.
8.	IVONE PADILHA MIRANDA E SAMUEL FERREIRA SIMÃO.
9.	IVONETE APARECIDA DOS SANTOS E JULIANO APARECIDO DE LIMA.
10.	JOÃO PAULO DA SILVA DO VALE.
11.	JOEL MENDES
12.	LUCELIA LUCZYNSKI.
13.	MARELISE AMARAL DOS SANTOS GUIMARÃES E RICARDO DE FREITAS GUIMARAES.
14.	PEDROLINA MENDES.
15.	ROSELI APARECIDA DE LIMA E ANGELINO BATISTA DE LIMA.
16.	VANDERLEI FRANCISCO DOS SANTOS
17.	ZENAIDE DALUZ NOGUEIRA DE CAMPOS

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 5º As impugnações cabíveis, contrárias ou adversas ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, seja em jornal da região ou por meio eletrônico no Diário Oficial. As impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Laranjal/PR, endereçadas ao Prefeito Municipal, com as devidas justificativas plausíveis, que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, se houver. Fica a critério da municipalidade acatar ou não as devidas impugnações, de acordo com as suas razões, conforme prevê o art. 20 da Lei Federal nº 13.465/2017.

§1º A visualização das peças processuais e documentos que as acompanham poderá ocorrer mediante consulta ao procedimento administrativo em trâmite nas dependências da prefeitura deste município.

§2º Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, tanto pelos titulares internos como pelos confrontantes externos da área objeto de Reurb, conforme prevê a Lei. Transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do art. 31, §5º e 6º da Lei Federal nº 13.465/2017.

Laranjal/PR, 27 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:D60C4F02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 15/2026

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA sob nº 004/2025 publicado com matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 15/08/2025. Edição 3342 no https://www.diariomunicipal.com.br/amp/ retificação necessário devido a ajustes nos nomes dos proprietários da matricula 4.317.
MUNICÍPIO DE LARANJAL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.536/0001-80, com sede administrativa sito à Rua Pernambuco, nº50, Centro, CEP: 85.275-000 utiliza do presente para NOTIFICAR todos os moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem interessar que o núcleo urbano irregular denominado Rua Paraná II está em fase de Regularização Fundiária Urbana em formato de REURB-E e REURB-S, através da LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA e LEGITIMAÇÃO DE POSSE, conforme art. 23 e art. 25 da Lei Federal nº 13.465/2017. No núcleo em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores dos lotes do núcleo objeto da matrícula nº 4.317, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmital Paraná
DO NÚCLEO
Art. 1º O núcleo urbano Rua Paraná II, neste município, é composto pela matrícula n° 4.317 de propriedade de Aparecido Rodrigues De Oliveira, Juvenal Policeno Da Silva e Alda Da Silva, Joaquim Rene Da Silva e Francelina De Freitas Da Silva, João Batista Lopes e Andina Martins Lopes, Carlos Lopes Policeno e Izabel De Oliveira Policeno, Guimarães Policeno e Nalia Da Silva, Vanderley José Da Silva, Reinaldo Da Silva e Ana Maria Da Silva, Valmir Antonio Dos Santos e Erondi Rodrigues Dos Santos, Sergio Pereira Dos Passos e Jurciana Nogueira Clemente Dos Passos, Joel Barbosa Ramos e Maria Celia Correia Ramos, Sirlei De Souza Melo Brey E Gilmar Brey, Tatiane Cristina Brey, José Valter Dias e Tereza Chalamai Dias, Thomas Caldas Da Luz, Pedro Alves Dos Santos e Eloina Vieira Dos Santos, Cacilda Aparecida Gomes, João Valenski e Ione Terezinha Valesnki, José Pereira Alves e Valquinda Rocha Viana Alves, Sirlei Costa, Gerson Rodrigues Dos Santos e Claudia Ledina Dos Santos,

Maria Iraci Dos Santos, Arismar Braz Pinto e Ivanete Alves Dos Santos Braz, Agnaldo De Freitas Heguedichi e Marta Aparecida Rodrigues Heguedichi, Josmar Moreira Pereira Júnior e Maria Zilda Lopes Dos Santos, Fabiana Caroline De Souza Felisberto e João Lucas Souza Da Luz (Usufruto Vitalício Margarete De Souza), Denilson Jose De Oliveira e Sandra Maria Bueno De Farias Oliveira, Enio Kanarski e Patricia De Almeida Gomes Kanarski, Karina Nogueira Dos Passos Poleto e Marcos Vinicius Poleto, Industria De Laticínios Palmital LTDA, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmital Paraná.

§1º O núcleo possui uma área total a regularizar de 5.416,04 m², distribuída em 06 lotes, sendo 06 lotes aderentes e 00 lotes tabulares, com uma população aproximada de 24 pessoas.
§2º O referido núcleo é atendido pelas seguintes vias públicas: Avenida Paraná, a qual já pertence ao Domínio Público Municipal, conforme disposto no art. 53, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.465/17.

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula 4.317	242.000,00 m²
Área dos lotes aderentes	5.416,04 m²
Área de lotes titular tabular	-
Área de ruas a regularizar	-
Área total da REURB	5.416,04 m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
Art. 2º A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários:
a) Escola de educação básica, onde as crianças do núcleo são atendidas;
b) Arruamento na maior parte da área da intervenção;
c) Energia elétrica pública e residencial;
d) Abastecimento de água potável na grande maioria dos lotes;
e) Sinal de telefonia móvel e fixa;
f) Transporte escolar cedido pelo município;
DAS CONFRONTAÇÕES
Art. 3º Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de NOTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DE DIVISA DE LOTE, salvo os ocupantes que, por motivos desconhecidos, não foram encontrados, os quais serão alvo deste edital.
A ausência de manifestação dentro do prazo de 30 (trinta) dias será tida como aceite, conforme art. 13, §1º, do Decreto Federal nº 9.310/2018 e art. 20, §1º, da Lei Federal nº 13.465/2017.
§1º São tidos como titulares de domínio, nos termos da lei:
Matrícula nº 4.317, de propriedade de Aparecido Rodrigues De Oliveira, Juvenal Policeno Da Silva e Alda Da Silva, Joaquim Rene Da Silva e Francelina De Freitas Da Silva, João Batista Lopes e Andina Martins Lopes, Carlos Lopes Policeno e Izabel De Oliveira Policeno, Guimarães Policeno e Nalia Da Silva, Vanderley José Da Silva, Reinaldo Da Silva e Ana Maria Da Silva, Valmir Antonio Dos Santos e Erondi Rodrigues Dos Santos, Sergio Pereira Dos Passos e Jurciana Nogueira Clemente Dos Passos, Joel Barbosa Ramos e Maria Celia Correia Ramos, Sirlei De Souza Melo Brey E Gilmar Brey, Tatiane Cristina Brey, José Valter Dias e Tereza Chalamai Dias, Thomas Caldas Da Luz, Pedro Alves Dos Santos e Eloina Vieira Dos Santos, Cacilda Aparecida Gomes, João Valenski e Ione Terezinha Valesnki, José Pereira Alves e Valquinda Rocha Viana Alves, Sirlei Costa, Gerson Rodrigues Dos Santos e Claudia Ledina Dos Santos, Maria Iraci Dos Santos, Arismar Braz Pinto e Ivanete Alves Dos Santos Braz, Agnaldo De Freitas Heguedichi e Marta Aparecida Rodrigues Heguedichi, Josmar Moreira Pereira Júnior e Maria Zilda Lopes Dos Santos, Fabiana Caroline De Souza Felisberto e João Lucas Souza Da Luz (Usufruto Vitalício Margarete De Souza), Denilson Jose De Oliveira e Sandra Maria Bueno De Farias Oliveira, Enio Kanarski e Patricia De Almeida Gomes Kanarski, Karina Nogueira Dos Passos Poleto e Marcos Vinicius Poleto, Industria De Laticínios Palmital LTDA.
§2º São tidos como confrontantes externos/internos, nos termos da lei:
1. Matrícula nº 4.317, de propriedade de Aparecido Rodrigues De Oliveira, Juvenal Policeno Da Silva e Alda Da Silva, Joaquim Rene Da Silva e Francelina De Freitas Da Silva, João Batista Lopes e Andina Martins Lopes, Carlos Lopes Policeno e Izabel De Oliveira Policeno, Guimarães Policeno e Nalia Da Silva, Vanderley José Da Silva, Reinaldo Da Silva e Ana Maria Da Silva, Valmir Antonio Dos Santos e Erondi Rodrigues Dos Santos, Sergio Pereira Dos Passos e Jurciana Nogueira Clemente Dos Passos, Joel Barbosa Ramos e Maria Celia Correia Ramos, Sirlei De Souza Melo Brey E Gilmar Brey, Tatiane Cristina Brey,José Valter Dias e Tereza Chalamai Dias, Thomas Caldas Da Luz, Pedro Alves Dos Santos e Eloina Vieira Dos Santos, Cacilda Aparecida Gomes, João Valenski e Ione Terezinha Valesnki, José Pereira Alves e Valquinda Rocha Viana Alves, Sirlei Costa, Gerson Rodrigues Dos Santos e Claudia Ledina Dos Santos, Maria Iraci Dos Santos, Arismar Braz Pinto e Ivanete Alves Dos Santos Braz, Agnaldo De Freitas Heguedichi e Marta Aparecida Rodrigues Heguedichi, JosmarMoreira Pereira Júnior e Maria Zilda Lopes Dos Santos, Fabiana Caroline De Souza Felisberto e João Lucas Souza Da Luz (Usufruto Vitalício Margarete De Souza), Denilson Jose De Oliveira e Sandra Maria Bueno De Farias Oliveira, Enio Kanarski e Patricia De Almeida Gomes Kanarski, Karina Nogueira Dos Passos Poleto e Marcos Vinicius Poleto, Industria De Laticínios Palmital LTDA.
2. Avenida Paraná.
DOS REQUERENTES
Art. 4º São requerentes e beneficiários da referida área para fins de Regularização Fundiária Urbana:

Nº	NOME
1.	CAÇILDA APARECIDA MENDES.
2.	ROSANA RODRIGUES DOS SANTOS MEDEIROS E NILSON JOSE MEDEIROS.
3.	MARIA IRACI VISENTIN.
4.	CLAUDIA LEDINA DOS SANTOS E GERSON RODRIGUES DOS SANTOS.
5.	MARIA ZILDA LOPES DOS SANTOS E JOSMAR MOREIRA PEREIRA JUNIOR.,
6.	JURCIANA NOGUEIRA CLEMENTE DOS PASSOS E SERGIO FERREIRA DOS SANTOS.

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 5º As impugnações cabíveis, contrárias ou adversas ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, seja em jornal da região ou por meio eletrônico no Diário Oficial. As impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Laranjal/PR, endereçadas ao Prefeito Municipal, com as devidas justificativas plausíveis, que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, se houver. Fica a critério da municipalidade acatar ou não asdevidas impugnações, de acordo com assuas razões, conforme prevêo art. 20 da LeiFederal nº 13.465/2017.
§1º A visualização das peças processuais e documentos que as acompanham poderá ocorrer mediante consulta ao procedimento administrativo em trâmite nas dependências da prefeitura deste município.
§2º Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, tanto pelos titulares internos como pelos confrontantes externos da área objeto de Reurb, conforme prevê a Lei. Transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do art. 31, §5º e 6º da Lei Federal nº 13.465/2017.

Laranjal/PR, 27 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:5557DF5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 181/2026

PORTARIA Nº 181/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal **VANJA APARECIDA DOS REIS**, matrícula nº 1191, ocupante do cargo de **Auxiliar de Enfermagem**, referente ao período

aquisitivo de **2024/2025**, a serem usufruídas no período de **30 de março de 2026 a 13 de abril de 2026**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal/PR, em 30 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:017DA928

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 182/2026

PORTARIA Nº 182/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal **JHONATAN SENE DOS SANTOS**, matrícula nº 286859, ocupante do cargo de **Eletricista de Automóvel**, referente ao período aquisitivo de **2025/2026**, a serem usufruídas no período de **30 de março de 2026 a 28 de abril de 2026**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal/PR, em 30 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:C6CE0E44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 01/2026

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Município de Laranjal - PR, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º APROVAR o Plano Municipal de Atendimento à Pessoa com Deficiência do Município de Laranjal - PR, referente ao quadriênio 2026 a 2029.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laranjal - PR, 26 de março de 2026.

GRACIELA MENDES BATISTA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:003D9C82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA CONCORRÊNCIA Nº 005/2026 - PML

PRORROGAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 005/2026-PML
PROCESSO Nº. 034/2026-PML
MUNICÍPIO DE LOANDA
INVERSÃO DE FASES
O Município de Loanda-Pr, torna público que fará realizar, as 09:00 horas do dia 22 de abril de 2026, na Plataforma https://comprasbr.com.br/, CONCORRÊNCIA na forma eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:
Requalificação da praça Dr. Ugo Roberto Accorsi. Com serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria; instalações elétricas, instalações hidrossanitárias; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto. Área Construída: 7.056,00 m².
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$5.120.735,25 (cinco milhões, cento e vinte mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos).
Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://comprasbr.com.br/, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.
Loanda-Pr, 30 de março de 2026.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:9CA39CCF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 008/2026 - PML

INEXIGIBILIDADE Nº. 008/2026- PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.036/2026-PML

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Ratifico o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 008/2026-PML, na forma da Lei.

Fundamentação: Artigo 74, inciso V, da Lei nº. 14.133/21.

Objeto: Contratação de pessoa física para locação de imóvel destinado ao funcionamento do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), unidade integrante da Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres do Município de Loanda – PR.

Locador: Luciano Alvim Costa e Silveli Cristiani Rombaldi Costa

Valor Total : Pela locação do referido imóvel ora contratado, o LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR o valor mensal de R$ 3.000,00 (três mil reais), perfazendo o valor anual de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Dotações Orçamentárias:

14.001.08.244.0024.2121 Administração Geral Da Secretaria Da Mulher – Semu
3.3.90.36 - Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física
Fonte:1000
Código Reduzido: 1563

Prazo de Execução: Imediato.
.
Loanda-PR, 31 de março de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:34F7B3AA

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 13/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO13/2026

Súmula:Aprovar a Prestação de Contas referenteà data do pagamento até 31 de dezembro de 2025, do repasse "Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida(LA) e Prestação de Serviços à Comunidade(PSC)" – Del.13/2024CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições dispostas na Lei nº 030/91, alterada pelas Leis nº 014/2002 e043/2006 que cria o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em sessãoordináriarealizada no dia31 de março de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º-Aprovar a Prestação de Contas referente à data do pagamento até 31 de dezembro de 2025,do repasse"Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)" – Del. 13/2024 CEDCA/PR.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-seas disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e Cumpre-se.

Loanda,31 de março de 2026.

AMANDA CARLA DIAS FLORIANI PETTENUCI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:B996B54A

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 14/2026 CMAS

RESOLUÇÃO14/2026

Súmula:Aprovação da Prestação de Contas referenteao ano de 2025, dorepasse"Incentivo de Prot.Social Básica e Ben. Eventual"– Del.50/2023CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições dispostas na Lei nº 031/95, alterada pelas Leis nº 024/98 que altera o caput dos artigos 5º e 6º, e da lei nº 035/2011, que altera os artigos 11 e 14, da Lei nº 031/95 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social, em sessãoordináriadesta, realizada em31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º -Aprovar a Prestação de Contas referenteao ano de 2025, dorepasse"Incentivo de Prot. Social Básica e Ben. Eventual" – Del. 50/2023 CEAS/PR.

Parágrafo Único. Referenteao ano de 2025, este Conselho, delibera pela aprovação de Contas Final do Repasse Estadual"Incentivo de Prot. Social Básica e Ben. Eventual" – Del. 50/2023 CEAS/PR.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Loanda,31 de março de 2026

AMANDA CARLA DIAS FLORIANI PETTENUCI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:038A2664

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 14/2026 - CMDCA

RESOLUÇÃO14/2026

Súmula:Aprovar a Prestação de Contas referente ao ano de 2025, do repasse "Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima" – Del.78/2022 CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições dispostas na Lei nº 030/91, alterada pelas Leis nº 014/2002 e043/2006 que cria o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em sessão ordinária realizada no dia31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º-Aprovar a Prestação de Contas referenteao ano de 2025, do repasse"Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima" – Del. 78/2022 CEDCA/PR.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-seas disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e Cumpre-se.

Loanda,31 de março de 2026.

AMANDA CARLA DIAS FLORIANIPETTENUCI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:22A53D53

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 15/2026 CMAS

RESOLUÇÃO15/2026

Súmula:Aprovação da Prestação de Contas referente aoperíodo dadata depagamento até 31 de dezembro de 2025, dorepasse"Incentivo qualificação da estrutura para CREAS"–Del.88/2024CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições dispostas na Lei nº 031/95, alterada pelas Leis nº 024/98 que altera o caput dos artigos 5º e 6º, e da lei nº 035/2011, que altera os artigos 11 e 14, da Lei nº 031/95 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social, em sessãoordináriadesta, realizada em31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º -Aprovar a Prestação de Contas referenteao período da data de pagamento até 31 de dezembro de 2025, do repasse "Incentivo qualificação da estrutura para CREAS" – Del. 88/2024 CEAS/PR.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Loanda,31 de março de 2026

AMANDA CARLA DIAS FLORIANI PETTENUCI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:B7DC5AC6

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 15/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO15/2026

Súmula:Aprovar a Prestação de Contas referente ao ano de 2025, do repasse "Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência" – Del.80/2022 CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições dispostas na Lei nº 030/91, alterada pelas Leis nº 014/2002 e 043/2006 que cria o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em sessãoordinária realizada no dia31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º-Aprovar a Prestação de Contas referenteao ano de 2025, do repasse "Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência" – Del. 80/2022 CEDCA/PR.

Parágrafo Único.Referente aoano de 2025, este Conselho, delibera pela aprovação de Contas Final do Repasse Estadual"Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência" – Del. 80/2022 CEDCA/PR.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-seas disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e Cumpre-se.

Loanda,31 de março de 2026.

AMANDA CARLA DIAS FLORIANI PETTENUCI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:5824D421

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 16/2026 CMAS

RESOLUÇÃO16/2026

Súmula:Aprovação da Prestação de Contas referenteao ano de 2025, dorepasse"Piso Único de Assistência Social - PAS"–Del.59/2023CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições dispostas na Lei nº 031/95, alterada pelas Leis nº 024/98 que altera o caput dos artigos 5º e 6º, e da lei nº 035/2011, que altera os artigos 11 e 14, da Lei nº 031/95 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social, em sessãoordináriadesta, realizada em31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º -Aprovar a Prestação de Contas referenteao ano de 2025, dorepasse"Piso Único de Assistência Social - PAS" – Del. 59/2023 CEAS/PR.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Loanda,31 de março de 2026

AMANDA CARLA DIAS FLORIANI PETTENUCI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:FDD6D3E4

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 16/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO 16/2026

Súmula:Aprovar a Prestação de Contas referente ao ano de 2025, do repasse "Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância" – Del. 47/2022 CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições dispostas na Lei nº 030/91, alterada pelas Leis nº 014/2002 e 043/2006 que cria o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em sessãoordinária realizada no dia31 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º-Aprovar a Prestação de Contas referenteao ano de 2025, do repasse "Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância" – Del. 47/2022 CEDCA/PR.

Parágrafo Único.Referente aoano de 2025, este Conselho, delibera pela aprovação de Contas Final do Repasse Estadual"Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância" – Del. 47/2022 CEDCA/PR.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-seas disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e Cumpre-se.

Loanda,31 de março de 2026.

AMANDA CARLA DIAS FLORIANIPETTENUCI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:B5FC6EE6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO Nº 001/2026

TERMO ADITIVO Nº 001/2026

Termo Aditivo nº 001 ao Termo de Fomento nº 04/2026- PML/GAB, celebrado entre o Município de Loanda e a CASA DE ABRIGO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS.

O MUNICÍPIO DE LOANDA, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ Nº 76.972.074/0001-51, com sede de governo à Rua Mato Grosso, 354, CEP: 87900-000, nesta cidade de Loanda-PR, neste ato representada por seu Prefeito Municipal atual, **JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES**, portador da cédula de identidade RG nº 2.045.879-8 e do CPF nº 379.032.969-15 e a **CASA DE ABRIGO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS**, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 76.971.282/0001-36, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 11/65, com sede em Loanda-PR, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, neste ato representado por seu presidente Senhor **Edson Paulo da Silva**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 025.497.389-26, residente e domiciliado à Rua Quintino Bocaiúva, nº 134, em Loanda-PR, celebram o presente Termo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de Aditivar o Termo de Fomento nº 04/2026 –PML/GAB, o qual tem por objeto o repasse de recurso financeiro com a finalidade especifica de acolhimento de idosos a parir de 60 anos, ambos os sexos, independente ou com diversos graus de dependência com acolhimento de natureza provisória ou longa permanência, conforme detalhado no Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, parte integrante do presente instrumento, apresentado nos termos do artigo 8º, § 1º da Resolução TCE-PR nº 028/2011 e demais atos normativos.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente TERMO ADITIVO 001 ao Termo de Fomento nº 04/2026 – PML, possui amparo legal na Lei nº 104/2025 (art 2º) e na Clausula Nona do referido instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes de comum acordo, por conveniência administrativa, resolve prorrogar os prazos de execução para 31/12/2026 e de vigência para 30/01/2027, com consequente reformulação do Plano de Trabalho (cronograma desembolso), deste modo atendendo às necessidades da **CASA DE ABRIGO DE LONGO PERMANÊNCIA DE IDOSOS**, e, sobretudo aos Princípios Basilares da Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA

As demais Cláusulas do Termo de Fomento nº 04/2026 – PML/GAB, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular acima citado, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda, 31 de março de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

EDSON PAULO DA SILVA
Presidente
Administração Pública Organização Sociedade Civil

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:B5A9B800

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº. 016/2025-L - CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES

CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 016/2026-L

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no Art. 8º da Lei Municipal nº 1.406/2019, com atualização determinada pela Lei nº 1.603/2025-L bem como com o deferimento da Mesa Executiva desta Casa de Leis,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida aos Vereadores **Aparecido Fialho de Carvalho e Maicon Jairo de Carvalho Gomes,** autorização para deslocamento à cidade de Curitiba/PR, no período de 31 de março a 03 de abril de 2026, para acompanharem o Prefeito Municipal em visitas institucionais aos gabinetes de Deputados Estaduais.

Art. 2º Fica deferida a concessão de 02 (duas) diárias a cada Vereador, no valor total de R$ 1.440,00 (mil e quatrocentos e quarenta reais), conforme previsto na Lei nº 1.603/2025-L.

Lobato-PR, 31 de março de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:836B53E2

GOVERNO MUNICIPAL
LEI Nº 1.614/2026-E DE 31 DE MARÇO DE 2026 AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DIREITO REAL DE USO, COM ENCARGOS, DE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À EMPRESA R L DA CUNHA MORON LTDA (CNPJ/MF: 60.247.146/0001-68).

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a conceder direito real de uso, com encargos, de bem imóvel de propriedade do Município, à empresa R L DA CUNHA MORON LTDA (CNPJ/MF: 60.247.146/0001-68).

FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO/PR, APROVOU E EU, FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso à empresa R L DA CUNHA MORON LTDA – MASTER BRINQUEDOS INFLÁVEIS, inscrita no CNPJ/MF n.º 60.247.146/0001-68, de um 01 Barracão Industrial de 329,08 m², com Padrão de Energia Elétrica Trifásica 3/70 Amperes, e ponto de água, edificado na quadra 7 - lote 12, na cidade de Lobato, com finalidade de exploração comercial das seguintes atividades comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos; fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos (infláveis).
§1º - A empresa beneficiária fica responsabilizada a partir da concessão do bem em até 5 (cinco) dias corridos, realizar a transferência de energia, água e esgoto para seu CNPJ, sob pena de rescisão contratual.
§2º - A concessão de direito real de uso de que trata a presente Lei fica condicionada a utilização do bem concedido exclusivamente para os fins e objetivos previstos neste artigo.

Art. 2.º - A concessão objeto desta Lei dar-se-á de forma não onerosa, com encargos, aplicando-se ao caso o disposto na Lei Municipal n.º 931/2006-E c/c Lei Municipal n.º 1.454/2021-E, além das demais disposições legais aplicáveis a espécie.

Art. 3.º - Nas dependências do imóvel ora cedido a concessionária manterá, as suas expensas, todos os equipamentos e maquinários necessários para o desenvolvimento/execução da atividade especificada no artigo primeiro, obrigando-se a manter sua capacidade produtiva durante a prazo de vigência da concessão.

Art. 4.º - Fica a concessionária obrigada a incluir e/ou manter até o final do primeiro ano de vigência do contrato, em seu quadro de colaboradores e, durante a vigência da concessão, o mínimo de 10 (dez) empregos diretos, devidamente registrados e com os encargos sociais processados e recolhidos regularmente.
***Parágrafo único*.** A empresa ora beneficiada deverá ainda zelar pela conservação e preservação do patrimônio, bem como adimplir pontualmente as tarifas de energia elétrica e água do imóvel e cumprir todas as determinações legais que Ihe sejam pertinentes e de sobremaneira, as de natureza fiscal, tributária, administrativa, civil e ambiental.

Art. 5.º - A concessão de direito real de uso, objeto desta Lei é estabelecida a título não oneroso e com prazo de vigência de 3 (três) anos, contados da publicação da presente Lei, podendo ser objeto de renovação respeitando-se os limites estabelecidos no parágrafo único

do art. 39 da Lei Municipal nº 931/2006-E, 06 de junho de 2006, em juízo de oportunidade e conveniência do Executivo Municipal, e desde que efetivamente cumprida a integralidade dos encargos definidos nesta Lei.

Art. 6.º - A concessão de direito real de uso será revogada e o bem será reintegrado à posse da Municipalidade, com os acréscimos constantes do bem, sem qualquer direito a retenção ou indenização, na hipótese de a concessionária deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, em caso de inadimplemento total ou parcial das suas obrigações legais ou contratuais, e nas demais hipóteses previstas no instrumento de concessão ou na Legislação pertinente, inclusive em razão do simples decurso dos prazos consignados no art. 5.º desta Lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior.
***Parágrafo único*.** A rescisão, e a consequente reintegração da posse do imóvel a Municipalidade, nas hipóteses de que trata este artigo será imediata e se dará mediante simples notificação administrativa ou extrajudicial, sendo que nos casos em que o Município tenha que se valer de medida judicial, para promover a rescisão da concessão e/ou retomada do bem fica a concessionária obrigada a ressarcir-lhe custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, respectivos, sem prejuízo do ressarcimento dos demais danos verificados.

Art. 7.º - Os encargos e obrigações relativos a concessão de direito real de uso serão objeto de contrato, na forma estabelecida pela Lei Municipal n.º 931/2006-E c/c Lei Municipal n.º 1.454/2021-E, Lei Orgânica Municipal, além das demais disposições legais aplicáveis a espécie, observadas as condições aqui estabelecidas e o contido na Lei Complementar nº 101 de 2000, devendo obrigatoriamente constar no termo de concessão as condições definidas nesta Lei.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Lobato, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março do ano de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:08993B8B

GOVERNO MUNICIPAL
LEI Nº 1.615/2026-E DE 31 DE MARÇO DE 2026 AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DIREITO REAL DE USO, COM ENCARGOS, DE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À EMPRESA TRACOS E TRAMAS INDUSTRIA E SERVICOS DE MOVEIS LTDA (CNPJ/MF: 50.069.063/0001-72).

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a conceder direito real de uso, com encargos, de bem imóvel de propriedade do Município, à empresa TRACOS E TRAMAS INDUSTRIA E SERVICOS DE MOVEIS LTDA (CNPJ/MF: 50.069.063/0001-72).

FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO/PR, APROVOU E EU, FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso à empresa TRACOS E TRAMAS INDUSTRIA E SERVICOS DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 50.069.063/0001-72, de um 01 Barracão Industrial de 635,00 m², denominado Clube Municipal, com Padrão de Energia Elétrica Trifásica 3/125 Amperes, e ponto de água, edificado na quadra 41 - lote 7/8/9, na cidade de Lobato, com finalidade de exploração comercial das seguintes atividades comercio varejista de fabricação de móveis com predominância de metal.
§1º - A empresa beneficiária fica responsabilizada a partir da concessão do bem em até 5 (cinco) dias corridos, realizar a transferência de energia, água e esgoto para seu CNPJ, sob pena de rescisão contratual.
§2º - A concessão de direito real de uso de que trata a presente Lei fica condicionada a utilização do bem concedido exclusivamente para os fins e objetivos previstos neste artigo.

Art. 2.º - A concessão objeto desta Lei dar-se-á de forma não onerosa, com encargos, aplicando-se ao caso o disposto na Lei Municipal n.º 931/2006-E c/c Lei Municipal n.º 1.454/2021-E, além das demais disposições legais aplicáveis a espécie.

Art. 3.º - Nas dependências do imóvel ora cedido a concessionária manterá, as suas expensas, todos os equipamentos e maquinários necessários para o desenvolvimento/execução da atividade especificada no artigo primeiro, obrigando-se a manter sua capacidade produtiva durante a prazo de vigência da concessão.

Art. 4.º - Fica a concessionária obrigada a incluir e/ou manter até o final do primeiro ano de vigência do contrato, em seu quadro de colaboradores e, durante a vigência da concessão, o mínimo de 18 (dezoito) empregos diretos, devidamente registrados e com os encargos sociais processados e recolhidos regularmente.
***Parágrafo único*.** A empresa ora beneficiada deverá ainda zelar pela conservação e preservação do patrimônio, bem como adimplir pontualmente as tarifas de energia elétrica e água do imóvel e cumprir todas as determinações legais que Ihe sejam pertinentes e de sobremaneira, as de natureza fiscal, tributária, administrativa, civil e ambiental.

Art. 5.º - A concessão de direito real de uso, objeto desta Lei é estabelecida a título não oneroso e com prazo de vigência de 3 (três) anos, contados da publicação da presente Lei, podendo ser objeto de renovação respeitando-se os limites estabelecidos no parágrafo único do art. 39 da Lei Municipal nº 931/2006-E, 06 de junho de 2006, em juízo de oportunidade e conveniência do Executivo Municipal, e desde que efetivamente cumprida a integralidade dos encargos definidos nesta Lei.

Art. 6.º - A concessão de direito real de uso será revogada e o bem será reintegrado à posse da Municipalidade, com os acréscimos constantes do bem, sem qualquer direito a retenção ou indenização, na hipótese de a concessionária deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, em caso de inadimplemento total ou parcial das suas obrigações legais ou contratuais, e nas demais hipóteses previstas no instrumento de concessão ou na Legislação pertinente, inclusive em razão do simples decurso dos prazos consignados no art. 5.º desta Lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior.
***Parágrafo único*.** A rescisão, e a consequente reintegração da posse do imóvel a Municipalidade, nas hipóteses de que trata este artigo será imediata e se dará mediante simples notificação administrativa ou extrajudicial, sendo que nos casos em que o Município tenha que se valer de medida judicial, para promover a rescisão da concessão e/ou retomada do bem fica a concessionária obrigada a ressarcir-lhe custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, respectivos, sem prejuízo do ressarcimento dos demais danos verificados.

Art. 7.º - Os encargos e obrigações relativos a concessão de direito real de uso serão objeto de contrato, na forma estabelecida pela Lei Municipal n.º 931/2006-E c/c Lei Municipal n.º 1.454/2021-E, Lei Orgânica Municipal, além das demais disposições legais aplicáveis a espécie, observadas as condições aqui estabelecidas e o contido na Lei Complementar nº 101 de 2000, devendo obrigatoriamente constar no termo de concessão as condições definidas nesta Lei.

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Lobato, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março do ano de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:B4F6B32D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 138/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026
CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS ROBERTO GOMES JÚNIOR

PORTARIA Nº. 138/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **30(trinta) dias** de **Férias** ao servidor público municipal **Carlos Roberto Gomes Júnior,** portador do RG. nº. 4.***.525-* e CPF nº. 692.***.***-72, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Motorista**, com carga horária semanal de 40 horas, a serem usufruídas de **01/04/2026 a 30/04/20265**, referente ao período aquisitivo de **30/07/2024 a 29/07/2025**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:D6BAF810

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 139/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026
AUTORIZAR A PARTICIPAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SILVINO JANSSEN BERGAMO EM CURSO ONLINE

PORTARIA Nº. 139/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Art. 9º, § 3º, Inciso I da lei Municipal nº. 1.026/2007-E de 11 de dezembro de 2007,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora **Silvino Janssen Bergamo** datado em 27/03/2026,

RESOLVE
Art. 1º - Autorizar a participação do servidor público municipal **Silvino Janssen Bergamo,** portador do RG. nº *.230.***-* e CPF nº. ***.343.599 -**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Advogado** com carga horária semanal de 20 horas, lotado na **Administração Interna Executivo**, em Cursos de Aperfeiçoamento Online, na modalidade de Educação a Distância, oferecido pela Brasil Cursos Empreendimentos Digitais Ltda, conforme abaixo descrito:

CURSO: Mediação e Resolução de Conflitos.

CARGA HORÁRIA: 60 horas

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27/03/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:CBEE5017

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
PORTARIA 003/2026 - FÉRIAS LUCIANO DE SOUZA DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 003/2026

AILTON GOMES DOS SANTOS, Diretor do SAMAE DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei nº 622/94-E de 05/09/1994.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de **Férias** ao Servidor Público Municipal **LUCIANO DE SOUZA DO NASCIMENTO,** portador do RG 5.909.336-3/SSP/PR., e CPF 004.702.779-71, ocupante do cargo de provimento efetivo de LEITURISTA, referente ao período aquisitivo de **02/01/2025 à 01/01/2026**, remunerado em folha de pagamento em um terço de férias, conforme Art. 91, Parágrafo Único da Lei nº 622/94-E dos Servidores Públicos Municipais, a serem usufruídas de 01/04/2026 a 30/04/2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício do **SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto**, trinta e um dias de março de dois mil e vinte e seis.

Afixe-se e
Publique-se.

AILTON GOMES DOS SANTOS
Diretor Do SAMAE

Publicado por:
Thais Arminda de Souza Moraes
Código Identificador:B951D731

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 28/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela nona seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 17/2026, devidamente publicado em 27/02/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA	32	05/05/2003	19º
CAUAN HENRIQUE DE SOUZA GONÇALVES	32	12/02/2005	20º
DAVID AVELINO DA SILVA	32	27/10/2007	21º
VICENTE ALVES DOS SANTOS	30	21/04/1966	22º

Os candidatos acima relacionados no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicados, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 31 de março de 2026

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:3A142D1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 29/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca as Candidatas abaixo relacionados e selecionados pela Décima Primeira no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 25/2026, devidamente publicado em 24/03/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
IVANETE FERREIRA COELHO	50	07/12/1982	22º
GEISA DE SOUZA SALES	50	02/08/1983	23º
ANA PAULA DIAS	50	21/08/1987	24º
ELAINE LOPES DA SILVA BERNARDO	50	11/09/1989	25º
MARIA APARECIDA BARROS	50	15/02/1998	26º
DANIELA BERNARDINO JUVENCIO	50	05/08/1998	27º

As candidatas acima relacionadas no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicadas, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 31 de março de 2026

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:A4465A85

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE CHAMADA PÚBLICA

AVISO DE CANCELAMENTO DE CHAMADA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, torna público a quem possa interessar, o CANCELAMENTO da CHAMADA PÚBLICA nº 02/2026 que tem por objeto: CHAMADA PÚBLICA EXCLUSIVA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS CLASSIFICADAS COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM SEDE NO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS - PR, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), PARA DESLOCAMENTO IDA E VOLTA A MUNICÍPIOS DA REGIÃO, CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Com suporte no art. nº 79, inciso I da Lei Federal 14.133/2021. Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: licitacaolupionopolis@gmail.com no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

Lupionópolis, 31 de março de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:671B8E5E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DISPENSA 10/2026

O município de Lupionópolis-Pr, torna público para ciência dos interessados, que tendo em vista o não comparecimento de interessados no processo licitatório nº 26/2026 Dispensa Eletrônica 10/2026, objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE BOTIJÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), TIPO P13 (13 KG), COM FORNECIMENTO EXCLUSIVO IN LOCO, DESTINADO AO ATENDIMENTO CONTÍNUO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA CASA DE APOIO À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS/PR, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, com julgamento ocorrido no dia 13/03/2026 ás 09:00 hrs, fica declarado Deserta por ausência de fornecedores interessados.

Lupionópolis-Pr, 31/03/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:12519971

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº37/2026

Ata de registro de preço N° 37/2026 – Pregão nº 4/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NOS SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.
Valor Total 6.800,00 (Seis Mil e Oitocentos Reais).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa -Grupo da fonte
2690 - 08.001.10.303.0008.2125 -0 -3.3.90.32.00.00 -Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 31 de março de 2026

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:AD08443F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº39/2026

Ata de registro de preço N° 39/2026 – Pregão nº 4/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NOS SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.
Valor Total 14.684,00 (Quatorze Mil, Seiscentos e Oitenta e Quatro Reais).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa -Grupo da fonte
2690 - 08.001.10.303.0008.2125 -0 -3.3.90.32.00.00 -Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 31 de março de 2026

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:2F39C8EC

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº46/2026

Ata de registro de preço N° 46/2026 – Pregão nº 4/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NOS SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.
Valor Total 178.549,15 (Cento e Setenta e Oito Mil, Quinhentos e Quarenta e Nove Reais e Quinze Centavos).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa -Grupo da fonte
2690 - 08.001.10.303.0008.2125 -0 -3.3.90.32.00.00 -Do Exercício

Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 31 de março de 2026

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:758A386E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 014/2026

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis – PR, inscrito no CNPJ sob nº 75.845.511/0001-03.
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL-NCP, inscrito no CNPJ sob nº 11.274.930/0001-50.
OBJETO: Regulamentar a participação financeira do Município de Lupionópolis nas despesas do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública – CISMEL-NCP, referentes ao exercício de 2026, destinadas à manutenção, operação e funcionamento do consórcio.
VALOR TOTAL: R$ 5.157,96 (cinco mil cento e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos).
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, conforme cronograma estabelecido no contrato.
VIGÊNCIA: 01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/2007, Lei Federal nº 14.133/2021, legislação municipal pertinente e demais normas aplicáveis.
DATA DA ASSINATURA: 03 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:414DD96A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 152/2026

DECRETO N.º 152/2026

Revoga os decretos n°s 345/2022, 347/2022 e 1.427/2024 e dá outras providências.

O prefeito Municipal do Município de Mallet-PR, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o contido no Processo Cloud n° 00001109/2026;

D E C R E T A:
Art. 1º. Ficam revogados os decretos n°s 345/2022, 347/2022 e 1.427/2024.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:635C2B25

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO DESERTO

O Pregoeiro Oficial deste município, no uso de suas atribuições legais, torna público e a quem interessar possa, que o Processo Licitatório nº 028/2026, realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2026, o qual tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestar serviço de carregamento, transporte e descarga de 20 (vinte) vigas pré-moldadas e 288 (duzentos e oitenta e oito) placas de pré laje, todas em concreto armado, do depósito do DER-PR até a comunidade de Lajeado de Baixo, interior do município de Mallet-PR, restou deserto.

Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de março de 2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:D5050ABC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

I – OBJETO:

Contratação de empresa especializada para realização de 30 ensaios de Sondagem de Simples Reconhecimento tipo SPT conforme NBR 6484/2020, e 10 ensaio de Percolação de solo conforme NBR 13969/1997.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, os serviços de ensaios geológicos, previstos neste termo de referência são serviços comuns necessários para possibilitar a elaboração de projetos de edificações públicas.
Como a Administração Municipal não possui profissional da área tampouco laboratório de geologia, é necessário que exista a disponibilidade de uma empresa especializada terceirizada para fazer os ensaios de solo.
Município de Mallet, no âmbito de seu planejamento de expansão da infraestrutura pública e habitacional, possui convênios firmados com o Governo do Estado do Paraná e com a COHAPAR, visando à execução de diversas obras de relevante interesse social.
Para viabilizar tecnicamente a implantação desses empreendimentos, faz-se necessária a contratação de serviços especializados de investigação geotécnica, compreendendo:
30 (trinta) Ensaios de Sondagem de Simples Reconhecimento – SPT, conforme os requisitos da ABNT NBR 6484:2020;

10 (dez) Ensaios de Percolação de Solo, conforme os critérios estabelecidos na ABNT NBR 13969:1997.
Os referidos ensaios são indispensáveis para subsidiar os projetos executivos das seguintes obras públicas já previstas no planejamento municipal:
Construção de 15 unidades habitacionais populares destinadas à população de baixa renda.
Construção de Creche Municipal no Bairro Jardim Emília.
Construção de Casa Lar.
Construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.
Construção de Barracão para o Pátio de Obras.
Construção de Centro do Idoso.
Construção de Clínica de Fisioterapia.
Demais edificações institucionais previstas em convênios e programas estaduais.
A execução das sondagens tipo SPT e os ensaios de percolação é obrigatória e essencial para a caracterização geotécnica do subsolo, permitindo:
Determinar a resistência e a capacidade de suporte do solo.
Definir o tipo de fundação mais adequado para cada edificação.
Garantir segurança estrutural, durabilidade e economicidade das obras.
Atender às exigências técnicas das normas brasileiras e dos órgãos financiadores.
Evitar patologias construtivas, recalques diferenciais e riscos futuros ao erário.
Dimensionamento correto de sistemas individuais de tratamento de efluentes (fossas sépticas, sumidouros ou valas de infiltração).
Atendimento às exigências ambientais e sanitárias;
Obediência aos parâmetros técnicos estabelecidos na NBR 13969:1997.
Prevenção de contaminação do solo e do lençol freático.
Dessa forma, a contratação dos ensaios geotécnicos constitui etapa preliminar obrigatória, sendo condição indispensável para aprovação dos projetos, obtenção de licenças, validação técnica junto aos órgãos convenentes e correta execução das obras públicas planejadas.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A prestadora de serviços escolhida foi **KOPAS PROJETOS E SERVICOS LTDA, CNPJ: 34.145.662/0001-71**, e a escolha do proponente decorre da apresentação, por parte deste, do menor preço entre os fornecedores consultados, bem como, de todos os documentos solicitados para sua habilitação no processo.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **12 (doze) meses após.** Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

36 02.002.04.122.0003.2.004.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES MUNICIPAL.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA.

COMPROVANTE DE REGISTRO DA EMPRESA NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE – CREA.

COMPROVANTE DE REGISTRO DO TÉCNICO RESPONSÁVEL NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE – CREA.

ACERVO TÉCNICO.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por

intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:54A01E3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2026

DATA DE ASSINATURA: 30 de março de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: CASA DE APOIO VIVER FELIZ LTDA CNPJ 27.918.356/0001-65, domiciliada à Rua Camilo Castelo Branco, nº 357, bairro Lindoia, no município de Curitiba, estado Paraná, representada pela Sócia Responsável, senhora MARILIS VIANA DA SILVA, CPF 610.462.809- 53, residente à Rua Rio Vila Guaíra, nº 614, bairro Guaíra, no município de Curitiba, estado Paraná.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar prestação continuada de serviço de acolhimento institucional, período integral, para jovens e adultos portadores de transtorno mental em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde deste Município, edital de credenciamento nº 001/2026.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 276.342,96 (duzentos e setenta e seis mil trezentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos)** após comprovada execução dos serviços.

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **12 (doze) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:E7DF8310

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente apostilamento tem como objeto a inclusão de dotação orçamentária nos contratos a seguir, conforme solicitação encaminhada ao Departamento de Licitações e pareceres dos setores competentes, permanecendo inalteradas as demais cláusula:

CONTRATO Nº 228/2025 - A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 17.238.455/0001-42.

CONTRATO Nº 229/2025 - RINAMED - COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 03.583.301/0001-83.

Dotação orçamentária apostilada:

Desp. 286 - 02.013.10.301.0015.2.038.3.3.90.30.2494 - MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA

Desp. 292 - 02.013.10.301.0015.2.038.4.4.90.52.3375 - MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA

Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:E095322F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE CONCESSÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

TERMO DE CONCESSÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Através do presente, fica concedido o reequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato Administrativo nº 007/2026 cujo objeto contempla "aquisição de gasolina comum, diesel S-10, diesel S-500 e Arla 32 para atender a demanda das Secretarias Municipais de Mallet/PR" à empresa AUTO POSTO MALLET LTDA, CNPJ 12.781.900/0001-00, conforme solicitação encaminhada ao Departamento de Licitações, justificativas anexas à mesma e pareceres dos setores competentes.
Itens e valores reajustados:

ITEM	DESCRIÇÃO	R$ ATUAL	R$ REAJUSTADO
01	Gasolina comum, litro	R$ 5,950	R$ 6,397
02	DIESEL S-10, litro.	R$ 6,020	R$ 7,552
03	DIESEL S-500, litro.	R$ 5,830	R$ 6,870

Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:4EC98753

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 151/2026

DECRETO N.º 151/2026.

Dispõe sobre a nomeação de Funcionária Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Cloud nº 1036/2026;
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Cloud nº 1084.003.00102.000000219;

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica decretada a vacância do cargo de Fiscal, da servidora SIMONE POLAK, matrícula nº 889, a partir de 01 de abril de 2026, em virtude da posse no cargo de Agente Administrativo oriundo do Concurso Público nº 001/2023 homologado pelo Decreto nº 999 de 04 de abril de 2024.
Art. 2º - Fica nomeada SIMONE POLAK, CPF nº 0**.***.***-23, no cargo de Agente Administrativo, nível A-21, em virtude de habilitação em Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 999 de 04 de abril de 2024, a partir de 01 de abril de 2026.
Art. 3º - Diante da vacância constante do art. 1º e a nomeação constante do art. 2°, considerando que a servidora indicada já exerce o cargo em comissão de Controle Interno nos termos do Decreto n° 002/2025, fica a servidora mantida no exercício do cargo em comissão em comento.
Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:48B84A48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 153/2026

DECRETO N.º 153/2026.

Dispõe sobre a nomeação de Funcionária Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Cloud nº 1084.003.00203.000000215;

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica decretada a vacância do cargo de Fiscal, da servidora ELAINE NOVAK, matrícula nº 3480, a partir de 01 de abril de 2026, em virtude da posse no cargo de Agente Administrativo oriundo do Concurso Público nº 001/2023 homologado pelo Decreto nº 999 de 04 de abril de 2024.
Art. 2º - Fica nomeada ELAINE NOVAK, CPF nº 0**.***.***-06, no cargo de Agente Administrativo, nível A-21, em virtude de habilitação em Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 999 de 04 de abril de 2024, a partir de 01 de abril de 2026.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:50D2AD22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 014/2026 DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 014/2026

DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina o artigo 37, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal;

Considerando Processo Cloud nº 1102/2026;

CONVOCA

O candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2023 – Estatutário, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da publicação deste edital se apresentar ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet/PR (pessoalmente ou por meio de requerimento junto ao Protocolo Online) para **manifestar interesse na vaga ofertada**.

Art. 1°. Fica convocado o seguinte candidato referente ao seguinte cargo:

I - MOTORISTA

INSC	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	NASC
860	MOTORISTA	ELISEU JACKOWSKI	19°	18/12/1995

Art. 2°. A manifestação de interesse na vaga poderá ser realizada por meio de protocolo presencial junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet, contendo cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto), no prazo indicado no artigo anterior.
§ 1°. A manifestação de interesse na vaga, no prazo indicado anteriormente, poderá ser realizada também por meio do Protocolo Online, disponível no endereço https://e-gov.betha.com.br/protocolo/01038-245/pesquisa_entidade.faces, devendo ser acompanhado, obrigatoriamente, de cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto).
§ 2°. O candidato convocado que por algum motivo não possa tomar posse dentro do prazo legal, é facultada a possibilidade de solicitação de reposicionamento para o "final de fila", ou seja, o candidato solicitante será reposicionado para o final da lista de aprovados, o que não garante uma nova convocação, mas sim uma possibilidade de que seja convocada novamente. Para tal solicitação o candidato deverá comparecer ao Setor de RH da Prefeitura Municipal ou realizar Protocolo Online, nos termos do art. 2° e parágrafo primeiro, no prazo estipulado.
§ 3°. O candidato que não manifestar o interesse na vaga ou final de fila no prazo estipulado, será automaticamente excluída do certame, permitindo assim que a Administração Municipal convoque o próximo da fila.
Art. 3° - Fica ciente o candidato que manifestado seu interesse em assumir a vaga ofertada, terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar de sua manifestação de interesse, para apresentar os documentos abaixo relacionados (cópia simples e original), os quais devem ser **presencialmente** entregues ao Setor de Recursos Humanos, no horário de expediente (das 08h às 12h e das 13h às 17h).
I - Requisitos básicos para a contratação:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, comprovação por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;
b) no caso de nacionalidade portuguesa, o candidato deverá estar amparado pelo Estatuto de Igualdade de direitos e obrigações civis entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 12, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436 de 18/04/72, por meio de documento apto a este fim;

c) ter 18 (dezoito) anos completos na data da contratação, por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;
d) apresentar os documentos comprovando a escolaridade, experiência profissional e demais requisitos exigidos para a função, em conformidade com a lei de criação do respectivo cargo, na data da posse, bem como que estar com seu registro ativo no órgão de classe, quando assim o cargo exigir;
e) estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante apresentação do título de eleitor e certidão emitida pela Justiça Eleitoral ou comprovantes de votação das 02 últimas eleições;
f) estar quite com o serviço militar, quando do sexo masculino, mediante apresentação do certificado de reservista ou dispensa de incorporação;
g) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual, Federal, Militar e Eleitoral, dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;
h) não haver sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores, mediante declaração própria sobre essa condição;
i) inscrição no PIS ou PASEP, ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;
j) comprovante de residência (água, luz ou telefonia) atualizado e em nome próprio ou em nome de seu cônjuge, companheiro ou genitor, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que o candidato reside no respectivo endereço;
k) documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente e cadastro de pessoa física – CPF – regularizado;
l) foto 3x4 recente;
m) outros documentos que a Administração venha a solicitar quando da nomeação.
II - Somente serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo com foto) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).
III - Não serão aceitos como documentos de identidade: somente a cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, protocolo de documentos, certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.
IV - A prova da escolaridade deverá ser feita mediante apresentação de histórico, diploma, certificado, declaração ou atestado de conclusão expedido pela Instituição responsável, devidamente reconhecida pelo órgão competente. No caso da apresentação de declarações ou atestados de conclusão, estes deverão conter as informações de finalização de todas as etapas necessárias para a conclusão do curso. Quanto aos demais requisitos, o candidato deverá fazer prova, mediante apresentação do documento legal, expedido por órgão regulamentador/classe (registro, inscrição, CNH, entre outros).
V - Para fins de registro, é imprescindível que o candidato possua número no cadastro de pessoa física – CPF – regularizado (atualizado).
VI - O preenchimento de todos os requisitos necessários quando da posse, é inteira e total responsabilidade do candidato, que deverá comprová-los mediante a apresentação das vias originais dos comprovantes, acompanhadas de fotocópia legível, sujeito ao indeferimento da posse.
Art. 4°. No mesmo prazo do artigo 3°, deverá o candidato comprovar a aptidão física e mental, apresentando os seguintes exames e atestados:
a) Raio X do tórax, somente o laudo.
b) Atestado de médico emitido por **Médico do Trabalho** declarando o candidato apto para o exercício das atribuições do cargo, bem como, se for o caso, confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das respectivas atribuições.
Parágrafo único. Os exames deverão ser realizados e pagos pelo candidato interessado, sendo que deverá submeter à análise do Médico do Trabalho, sendo que a não apresentação dos exames ou o resultado conclusivo for "inapto", o candidato será eliminado do concurso.
Art. 5º. Na hipótese de não existir nenhum impedimento, haverá edição de Decreto, nomeando o servidor para, mediante Termo de Posse, investir-se no cargo público, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que apresente até o dia da posse os seguintes documentos:
a) declaração do IRRF ou Declaração de Bens;
b) declarar que não percebe proventos de aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal, mediante declaração própria sobre essa condição;
c) não ter sido demitido do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos na forma do inciso VIII do Art. 8º da Lei nº 4.928/92 e alterações, mediante declaração própria sobre essa condição;
d) declaração de Dependentes;
e) conta salário junto ao Sicredi para recebimento do vencimento;
f) certidão de Casamento ou Nascimento, sendo que na hipótese de existir Escritura Pública de União Estável;
g) comprovante de Endereço atualizado;
h) impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral do eSocial, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos".
Art. 6º. Atendido os documentos anteriores, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do Decreto de Nomeação, deverá assinar o termo de posse, ao passo que terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrar em exercício contados da posse.
Parágrafo único. A Administração Pública Municipal reserva-se no direito de designar data e hora para posse do candidato nomeado, os quais serão avisados antecipadamente.
Art. 7º. Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata, o candidato será eliminado do Concurso ou, se empossado, terá sua nomeação declarada nula.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 31 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:8E1338CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 006.2026 PSS 001.2025

EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 006.2026
PSS 001.2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET
CNPJ: 75.654.566/0001-36
CONTRATADO: ALANA APARECIDA VIERZYNSKI CIECHINSKI
CPF n°. 092.***.***-19
OBJETO: Atendimento junto à Secretaria Municipal de Educação;
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 01 de abril de 2026 e término em 01 de abril de 2027;
Processo Seletivo Simplificado 001/2025.
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL 40H,
DECRETO DE NOMEAÇÃO: 150/2026 de 30de março de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas.

Mallet, em 31 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:A03B4020

SECRETARIAS MUNICIPAIS
PORTARIA 001/2026/SMFDS

Dispõe sobre a nomeação de Coordenador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e estabelece suas atribuições.

A Secretária da Família e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando a organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
Considerando a necessidade de assegurar a gestão qualificada dos serviços socioassistenciais;
Considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e as normativas do SUAS;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Bianca Burlinski, portadora do CPF nº 09*.***.***-37, para exercer a função de **Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**, vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

Art. 2º. A Coordenadora é responsável pela gestão, organização e funcionamento da unidade, observando as normativas do SUAS, legislação vigente e diretrizes da política de assistência social, em especial as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mallet, 31 de março de 2026.

LÍRIA DA APARECIDA ALMEIDA SOUZA
Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social

Publicado por:
Paulo Sergio Kurzydlowski
Código Identificador:3C596DA1

SECRETARIAS MUNICIPAIS
PORTARIA 002/2026/SMFDS

Dispõe sobre a nomeação de Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e estabelece suas atribuições.

A Secretária da Família e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Considerando a necessidade de assegurar a gestão qualificada dos serviços socioassistenciais;

Considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e as normativas do SUAS;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Nayara Schramm, portadora do CPF nº 00*.***.***-97, para exercer a função de **Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS** vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

Art. 2º. A Coordenadora é responsável pela gestão, organização e funcionamento da unidade, observando as normativas do SUAS, legislação vigente e diretrizes da política de assistência social, em especial as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mallet, 31 de março de 2026.

LÍRIA DA APARECIDA ALMEIDA SOUZA
Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social

Publicado por:
Paulo Sergio Kurzydlowski
Código Identificador:E0E28D8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 019/2026

Súmula: Estabelece recesso funcional no âmbito do Poder Legislativo em 02 de abril de 2026 (quinta-feira santa) e o feriado em 03 de abril de 2026 (sexta-feira santa), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, através de seu Presidente, Edilson dos Santos Montanheri, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o recesso administrativo funcional do Poder Legislativo de Mandaguari integralmente nos dias 02 e 03 de abril de 2026, em razão do feriado da sexta-feira santa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, ao trigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (30.03.2026).

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:B5207466

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
RESUMO - AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

RESUMO - AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Documento de Formalização de Demanda
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, em atendimento à Câmara Municipal de Mandaguari.
Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
Fundamento Jurídico: Art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI, inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, por meio de seu Departamento Administrativo, torna público que realizará Dispensa de Licitação, n° 004/2026, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II de 1º de abril de 2021, eventuais regulamentos expedidos por esta Entidade da respectiva Lei, demais normas aplicáveis e também das exigências estabelecidas neste edital e seus eventuais anexos, consoante os critérios e exigências estabelecidas a seguir, nos seguintes termos:

Data e horário limite para apresentação da proposta de preços	Até o dia 09/04/2026, até às 09:00 min.
Realização de sessão pública para análise das propostas:	09/04/2026, a partir das 09:00min, eletronicamente pelo site: http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

	Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação contrário.
Modo de disputa/ duração da disputa:	Sistema aberto / 06 (seis) horas.
Código Unidade Compradora COMPRASNET.	**928198**
Link para acesso à íntegra desse edital	https://mandaguari.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/6/

VALOR MÁXIMO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:
O preço global máximo estimado para o presente procedimento de dispensa de licitação é de **R$ 12.873,15 (doze mil oitocentos e setenta e três reais e quinze centavos). Descrição completa dos itens no Anexo I –Termo de Referência.**
(Exclusivo para ME/EPP/MEI).

PRAZO DE VALIDADE/EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.
Ø REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

Mandaguari (PR), 31 de março de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:97207A97

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
RESOLUÇÃO N.º 9/2026 – CAD

RESOLUÇÃO N.º 9/2026 – CAD

SÚMULA: Autoriza conceder a reposição inflacionária aos servidores da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN, na data base, conforme Lei Complementar Municipal n.º 4.034/2024 e dá outras providências.

O CAD – Conselho de Administração da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, considerando a votação de seus membros, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2026, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º Fica autorizado a conceder a todos os professores e funcionários técnico-administrativos da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari – FAFIMAN, reposição inflacionária a incidir sobre os vencimentos e proventos.

§ 1º Em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 4.034/2024, a data base dos professores e funcionários técnicos da FAFIMAN será no mês de janeiro de 2025.

§ 2º O índice inflacionário a ser aplicado, será de 3,90% (três vírgula noventa) por cento, aplicável a partir da folha normal de janeiro/2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos para o dia 26/02/2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis. (26/02/2026)

JOSÉ NATAL DE OLIVEIRA
Presidente do CAD

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:B16FDE5C

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.17/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO	03.984.954/0001-74	R$ 197.208,00

Mandaguari (PR), 31 de março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:F5319628

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.18/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
LIGA ESPORTIVA DA MELHOR IDADE - LEMI	59.879.943/0001-89	R$ 5.270,00

Mandaguari (PR), 31 de março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:7AF872FA

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.19/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA	32.651.451/0001-85	R$ 8.370,00

Mandaguari (PR), 31 de março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:C973F8D8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/ 2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra**.**

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: FGS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 39.988.022/0001-47, com endereço Rua Rudof Baumer, 342, Vila Nova, CEP: 89237-120, na cidade de Joinville/SC /, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **FERNANDO GUILHERME SEILER**, inscrito no CPF sob o nº. 074.649.359-26.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, RECARGA E TESTE DE EQUIPAMENTOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, INCLUINDO PLACAS DE SINALIZAÇÃO, LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA, CENTRAIS E DISPOSITIVOS DE ALARME, EXTINTORES, MANGUEIRAS E DEMAIS COMPONENTES, CONFORME NECESSIDADE, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI.

VALOR: 76.008,70.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 24 de Março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

FERNANDO GUILHERME SEILER
FGS Comercial LTDA

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:4263E23D

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 23/2022
DISPENSA N° 12/2022
PROCESSO N° 62/2022

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e a **CONTRATANTE**, e do outro lado **IMOBILIARIA FACHINI LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 78.705.514/0001-30, com endereço na João Ernesto Ferreira, 971, Centro, CEP: 86.975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ANTONIO FACHINI JUNIOR**, inscrito no CPF sob o nº. 412.841.359-34, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos da Dispensa 12/2022, bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 23/2022 referente à Dispensa de Licitação n° 12/2022, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 28 de Abril de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente a prorrogação, conforme solicitação da secretaria (em anexo), será de acordo com tabela abaixo:

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Abertura de licitação na modalidade dispensa visando a locação de imóvel para abrigar as instalações do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.	Mês	12	R$2.450,00	R$29.400,00

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original, datado de 29 de Abril de 2022.

Mandaguari (PR), 30 de março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:402DA7C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 026 2026

PORTARIA Nº 026/2026
De 1º de abril de 2026

EXONERA SERVIDORA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Regimento Interno (Resolução n°. 01, de 13 de maio de 1992), e com a Lei Complementar nº. 004 de 26 de abril de 2011, e Lei Complementar nº 005 de 26 de Abril de 2011 e Lei Complementar 042/2019 de 06 de novembro de 2019, pela presente,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a partir desta data, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**, símbolo CC-3, a Sra. **MARIA EDUARDA SCHENIDT DOS SANTOS**, portadora do RG n° 10.***.***-6, SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n° 110.***.***-89.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 1º de abril de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:31D78DAD

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANDIRITUBA
EXTRATO DO 4º ADITIVO CONTRATUAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022

EXTRATO DO 4º ADITIVO CONTRATUAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022

CONTRATADO: ACTUARIAL–ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ
sob nº 00.767.919/0001-05.

OBJETO: Contratação de empresa para prestaçãode assessoria e consultoria atuarial.
VALOR MENSAL: R$1.685,30 (mil seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos)
VALOR GLOBAL: R$20.223,60 (vinte mil duzentos e vinte e três reais e sessenta centavos).
VALIDADE: 12 meses, de 01/04/2026 até 31/03/2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 16.001.09.272.0002.2.055.3.3.90.35.01.00.00.0.1.100
DATA: 31/03/2026

Publicado por:
Gislaine Ribeiro da Cruz
Código Identificador:BB923E3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N° 1852/2026

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001501/2025 de 05 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.384.197,31 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2007 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS
3.3.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0797) 215,43

09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E LAZER
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0103) 300.000,00

12.365.0005.2020 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0080) 68.981,88
3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0104) 500.000,00

12 - SECRETARIA MUNIC DE SERVIÇOS URBANOS TRANSPORTE
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 300.000,00
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0610) 200.000,00

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
17.001 - DEPARTAMENTO DE GOVERNO
04.122.0002.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GOVERNO
3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 15.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E LAZER
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0103) 300.000,00

12.365.0005.2020 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104) 500.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0610) 200.000,00

12 - SECRETARIA MUNIC DE SERVIÇOS URBANOS TRANSPORTE
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 300.000,00

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
17.001 - DEPARTAMENTO DE GOVERNO
04.122.0002.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GOVERNO
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 15.000,00

Art. 3° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 68.981,88

Art. 4° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

GRUPO/FONTE 0797 215,43

Art. 5 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Março de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Cavagnolli
Código Identificador:4F2FCA91

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE ADITIVO REEQUILÍBRIO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2022

EXTRATO DE ADITIVO REEQUILÍBRIO

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2022
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: TECNURBE MANEJO E LOGISTICA DE RESÍDUOS LTDA
CNPJ/MF nº 97.553.298/0001-07
MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2022**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO**

FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.
CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
1.1. Fica reajustado o valor mensal dos serviços prestados, conforme solicitação e comprovações apresentadas pela empresa e após análise técnica da secretaria, nos termos da Lei 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
2.1. O valor de R$ 24.553,56 (vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos), que corresponde a aplicação dos novos valores salarias e benefícios apresentados na Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2028 – PR 000063/2026, do início da vigência do novo salário no mês de fevereiro/2026 até o final da vigência contratual em 28 de julho de 2026.
2.2. O valor mensal passa a ser de R$ 150.541,83 (cento e trinta e nove mil e dez reais e oitenta e seis centavos);
DATA DA ASSINATURA: 31/03/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:1A7B8319

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº 138 DE 26 DE MARÇO DE 2026

Ementa:Retifica o valor do benefício de APOSENTADORIA concedido a JUCELIA PIRES DA SILVA, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a legislação pertinente,

CONSIDERANDOa Portaria nº 089, de 24 de fevereiro de 2026, que concedeu aposentadoria nos termos §6º do Art. 10 da Lei Complementar 085/2025, a servidora **JUCELIA PIRES DA SILVA**;

CONSIDERANDOa constatação de erro material na apuração da base de cálculo do referido benefício;

CONSIDERANDOo poder-dever de auto tutela da Administração Pública, que impõe a correção de atos eivados de ilegalidade, conforme entendimento consolidado nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (STF);

CONSIDERANDOa necessidade de adequar o valor do benefício aos estritos parâmetros legais, zelando pela correta aplicação dos recursos públicos,

R E S O L V E

Art. 1º Retificar o ato de concessão de aposentadoria de **JUCELIA PIRES DA SILVA**, nascida em 11/08/1971, inscrita no RG SSP/PR sob nº 5.686.296-0 e no CPF sob nº 928.446.859-00, admitida por concurso público no cargo de Professora em 11/05/2010, inscrita no quadro de pessoal do Município sob matrícula de nº 2479. Por meio da Portaria nº 089, de 24 fevereiro de 2026.

Art. 2ºO valor mensal do benefício de que trata o Art. 1º fica estabelecido em**R$ 2.753,15 (dois mil setecentos e cinquenta e três reais e quinze centavos)**, apurado em conformidade com a regra de cálculo da média das contribuições prevista na legislação aplicável.

Art. 3º Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem à data de início do benefício.

Parágrafo único. Serão adotadas as providências necessárias para:
I - Implementar o novo valor na folha de pagamento a partir de março/2026;

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário

Cumpra-se e publique-se.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:BC549332

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 139 DE 30 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal nº 02/1991;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença sem Vencimentos para Tratar de Assuntos Particulares no período de 02 (dois) anos, na forma do que dispõe o art. 91 da Lei Municipal 02/91**,** ao servidor, **JOÃO MARCIO CUBAS,** matricula nº 2569, no cargo de **MOTORISTA DE ONIBUS,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 30 de março de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:BFC03F04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 2103/2026 - 31.03.2026

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR do Município de Manfrinópolis, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº 0896/2025, de 14 de outubro de 2025 e Ata 001/2025, de 29 de outubro de 2025,
DECRETA:
Art. 1º Fica designado os membros do Conselho Municipal de Turismo do Município de Manfrinópolis, que ficará assim constituído:
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
Secretaria de Cultura e Turismo
Titular – Vanessa Neci Alves Carneiro
Suplente – Ademir Carbonera
Departamento do Turismo
Títular - Daniele Andressa Ferreira
Suplente - Vanusa De Oliveira
Secretaria de Assistência Social
Titular – Marinez Alves Carneiro
Suplente – Rafael Lopes
Titular – Fernanda Pegoraro
Secretaria de Agricultura
Titular – Ariani Tamara Sirtoli
Suplente – Daniel Reis
REPRESENTANTESN NÃO GOVERNAMENTAIS
Representantes da Sociedade Civil

Titular – Beatriz Muller
Suplente – Evandro Toqueto
Titular – Franciele Rechembach Haselbauer
Suplente – Poliana Tonel
Titular – Priscila Leite Silva
Suplente – Sidnei Dos Santos
Titular – Sonia Pegoraro
Suplente – Emerson Pegoraro
Art. 2º Os serviços prestados pelos membros integrantes da Comissão, serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:CDCA90E0

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4464/2026 - 31.03.2026

Converte 50% da Licença Prêmio em abono pecuniário de Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 80, Parágrafo único, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 097/2026 – SRH, de 30 de março de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Converter 50% da Licença Prêmio em abono pecuniário da Servidora Pública Municipal **ZELAIR AMES DE CAMARGO,** cadastrada sob matrícula nº 8541, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR DE E.I. COM POS GRAD. no município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e 45 (quarenta e cinco) dias a serem usufruídos futuramente, referente ao Período Aquisitivo de 15.09.**2010** até 14.09.**2015**, conforme disposições da Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 80, Parágrafo único, e com suas alterações posteriores.
Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efeitos financeiros em abril de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:7E51C39C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4467/2026 - 31.03.2026

Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74, e conforme Processo nº 019/2026 – SRH, de 22 de janeiro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal **Sra. FRANCIELE SCHAUSS,** portadora do RG sob nº 9.926.272-9 SSP/PR e conforme matrícula nº 8841, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR no Município de Manfrinópolis, a ser usufruídos no período de **10 de abril de 2026 até 08 de julho de 2026**, referente ao Período Aquisitivo de 01.03.**2016** a 28.02.**2021**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:AFB41B76

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4468/2026 - 31.03.2026

Readapta Servidor Público Municipal em função adequada as suas atuais limitações físicas, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 22, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Atestado Médico de 25 de fevereiro de 2026, Atestado Médico de 26 de fevereiro de 2026, Declaração de 26 de fevereiro de 2026, e Processo nº 070/2026 – SRH, de 26 de fevereiro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1 Readaptar o servidor Sr. **JOAO ALVES DA SILVEIRA**, portador do **RG n° 7.930.044-6 SESP/PR** e inscrito no **CPF n° 041.642.449-09**, cadastrado sob matricula n° 1012218, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, para exercer a função de Motorista de Veículos Leves, permanecendo no mesmo Nível e Grupo Ocupacional, sem prejuízo de seus vencimentos, em virtude de estar impossibilitado de exercer as suas atividades atuais, conforme apresentado no Atestado Médico de 25 de fevereiro de 2026, Atestado Médico de 26 de fevereiro de 2026, Declaração de 26 de fevereiro de 2026, e Processo nº 070/2026, de 26 de fevereiro de 2026.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:99A8E361

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4463/2026 - 31.03.2026

Concede férias proporcionais e converte 1/3 em Abono Pecuniário a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 091/2026 – SRH, de 19 de março de 2026,
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4413/2026, de 12 de fevereiro de 2026 que concede férias proporcionais a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de **01.11.2023** até **02.11.2024**,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 05 (cinco) dias restantes de férias a Servidora Pública Municipal **Sra. DIANDRA DAL PAI**, cadastrada sob matrícula 1012080, ocupante de Cargo de provimento Efetivo de ODONTOLOGO II no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 05 (cinco) dias a serem usufruídos no período de 06 de abril de 2026 até 10 de abril de 2026, referente ao **Período Aquisitivo de 03.11.2023 até 02.11.2024**.

Art. 2º Converter em Abono Pecuniário 10 (dez) dias das férias referente ao Período Aquisitivo de **03.11.2023 até 02.11.2024**.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:CF38D650

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4465/2026 - 31.03.2026

Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 80 e Parágrafo Único, bem como conforme Processo nº 076/2026 – SRH, de 09 de março de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias ao Servidor Público Municipal **Sr. MARCIO JOÃO KOCH**, cadastrado sob matrícula nº 9951, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MECÂNICO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de **06 de abril de 2026 até 04 de julho de 2026**, referente ao Período Aquisitivo 01.02.**2016** até 31.01.**2021**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:6B86FE8C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4466/2026 - 31.03.2026

Concede férias proporcionais a Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 090/2026 – SRH, de 18 de março de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 15 (quinze) dias de férias proporcionais ao Servidor Público Municipal **Sr. JORGE BADAWI RIEKEHR MUJAHED,** cadastrado sob a matrícula nº 9661, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ODONTÓLOGO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 15 (quinze) dias a serem usufruídos no período de **06 de abril de 2026 até 20 de abril de 2026**, referente ao Período Aquisitivo de **01.04.2024 até 31.03.2025,** e 15 (quinze) dias a serem usufruídos futuramente.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, em 31 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:46B4624D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026 – PMM

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviço de licença de uso, treinamento básico, atualização, diagnóstico, conversão de base de dados, parametrização, suporte de redes, atendimento e suporte técnico de sistema de controle Viário, e sistema de Arquivo Morto Digital com fluxo de documentos, espaço em nuvem e integração com API Whatsapp, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Viação e Infraestrutura Rural.
DATA E HORA DA ABERTURA: 08 DE ABRIL DE 2026 ÀS 08H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 31 DE MARÇO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08 DE ABRIL DE 2026 ÀS 07H59MIN;
Local da sessão pública: https://www.gov.br/compras/pt-br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.

Mangueirinha 30 março de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:F8285F2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 121/2026.

SÚMULA: HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 010/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, cujo objeto é **aquisição de vacinas antirrábicas inativadas, destinadas à imunização de cães e gatos**, visando atender às ações de controle e prevenção da raiva animal no Município de Marilena/PR, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação n. º 010/2026, em favor da empresa **CLINICA E VETERINÁRIA CLIN VET LTDA**, **inscrita no CNPJ:61.293.242/0001-05,** com sua proposta no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 30 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:A63BBDF2

COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO CMAS Nº 005/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas referente ao mês de 01/02/2025 a 31/12/2025 do Piso Paranaense de Assistência Social – PAS 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1153/2013 de 20 de agosto de 2013,

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109, de 11 de novembro 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO a Lei Estadual n° 17.544/2013 que aprova a transferência de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Deliberação n° 013/2013 – CEAS/PR, que delibera sobre critérios para hierarquização dos municípios a serem contemplados pelo Piso Paranaense de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Lei nº 17.544, de 17 de abril de 2013, que institui transferência automática de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência social.

RESOLVE:

Art.1° - Aprovar SEM RESSALVAS aprovação da Prestação de Contas referente ao mês de 01/02/2025 a 31/12/2025 do Piso Paranaense de Assistência Social – PAS 2025.
Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marilena, 31 de março de 2026.

GÉSSICA NAYARA ALVES MAGALHÃES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Marilena-PR

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:A5D09560

COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação e considerando Parecer Favorável e Avaliação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância, PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Marilena, Estado do Paraná, instituído pela Lei Municipal na Lei 1.336/2015, no uso de suas atribuições, e,

Resolve:

Artº 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância, referente ao PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL, sendo que o mesmo foi aprovado;
Artº 2º - Essa resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Marilena-Pr., 31 de março de 2.026.

DARLENE DE SOUZA BARBOSA
Presidente do CMDCA de Marilena

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:0451DFD3

COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 002/2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação e considerando Parecer Favorável e Avaliação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima – FIA, anual de 2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Marilena, Estado do Paraná, instituído pela Lei Municipal na Lei 1.336/2015, no uso de suas atribuições, e,

Resolve:

Artº 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, Incentivo Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente, por meio do acesso a Produtos de Higiene Íntima, anual de 2025, sendo que o mesmo foi aprovado;
Artº 2º - Essa resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Marilena-Pr.,31 de março de 2.026.

DARLENE DE SOUZA BARBOSA
Presidente do CMDCA de Marilena

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:39D591DB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 030/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 033/2026, oriundo do Processo de concorrência eletronica nº 001/2026, Processo Administrativo nº 008/2026, firmado com a empresa CONTERSOLO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, objeto: **Contratação de empresa especializada para execução de obras de drenagem urbana na sede do Município de Marilena, compreendendo a implantação de rede de galerias pluviais em canal de concreto, bacia de acumulação e estrutura de saída, com a finalidade de interligar a galeria existente ao novo emissário, conforme projetos, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo licitatório, Mediante CV 217/2025 IAT – Instituto de Água e Terra.**
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Wesley dos Santos Lima, matrícula nº 6220, Engenheiro civil, para atuar como GESTOR DO CONTRATO nº 030/2026.
Art. 2º

DESIGNAR o senhor Marcos Vinicios da Silva, Engenheiro civil, para atuar como FISCAL DO CONTRATO nº 030/2026.

Art. 3º

São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:

I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;

II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;

III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;

IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;

V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;

VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;

VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;

VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

Art. 4º

São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:

I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;

II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;

IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;

V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.

Art. 5º

Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 30 de março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:97123AEF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 122/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRENCIA Nº 001/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo Licitatório na modalidade CONCORRENCIA Nº 001/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, Pregoeiros e Equipe de Apoio, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada para execução de obras de drenagem urbana na sede do Município de Marilena, compreendendo a implantação de rede de galerias pluviais em canal de concreto, bacia de acumulação e estrutura de saída, com a finalidade de interligar a galeria existente ao novo emissário, conforme projetos, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo licitatório, Mediante CV 217/2025 IAT – Instituto de Água e Terra.**

ARTIGO 2º - Fica homologado e adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade CONCORRENCIA nº 001/2026, em favor da empresa: **CONTERSOLO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – CNPJ Nº 03.436.676/0001-10,** com valor total de R$ 8.292.000,00 (oito milhões duzentos e noventa e dois mil reais).

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 30 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:46EBD301

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 123/2026

SÚMULA: EXONERA SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO.

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica exonerada por termino de contrato, a Servidora Pública Municipal abaixo nominada, a partir do dia 31 de março de 2026, a saber:

SERVIDOR(A) CPF CARGO
NATHALIA THAIS DE LIMA XXX.266.579-XX AUXILIAR DE CLASSE

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposição em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:579B58DB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 124/2026

SÚMULA: EXONERA SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO.

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica exonerada por termino de contrato, a Servidora Pública Municipal abaixo nominada, a partir do dia 31 de março de 2026, a saber:

SERVIDOR(A) CPF CARGO
LUCILA EVERLINE SILVA DOS PASSOS WESTERKAMP XXX.060.849-XXPROFESSOR(A)

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposição em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 31 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:498163A6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 125/2026.

Decreto nº 125/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2401/26, de 31/03/2026, etc...,

DECRETA:
Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$- 410.000,00 (-Quatrocentos e dez mil reais-), proveniente do Termo de Adesão firmado entre o Município de Marilena-Pr, e a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família/FEAS-PR "Fundo Estadual de Assistência Social" através da Deliberação nº 013/2025-CEDCA-PR, visando dar suporte legal no fortalecimento em âmbito municipal do Sistema Estadual da Política da Criança e do adolescente – SEPCA/PR, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

07.000	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VALOR
07.001	ORGÃO GESTOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.246.0005.2.092	Delib. nº 013/2025-CEDCA - Direitos da Criança e do Adolescente	
Fonte - 558	Delib. nº 013/2025-CEDCA - Direitos da Criança e do Adolescente - Exercício Corrente	
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	44.000,00
4.4.90.52.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	366.000,00
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**410.000,00**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º do presente Decreto, será utilizado o seguinte recurso:

I – Excesso de Arrecadação.

Título – Tendência do Excesso de Arrecadação	Valor
1.7.2.9.51.0.1.04.00.00.00.00. - Delib. nº 013/2025-CEDCA - Direitos da Criança e do Adolescente	410.000,00
Total Tendência de Excesso de Arrecadação.....R$-	**410.000,00**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:64C1A162

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 019/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CELIO LELIS DA MATA, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei:

CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 001/2025, a comparecer no Prédio da Prefeitura Municipal no departamento do RH até o dia 02 de Abril de 2026, munido dos documentos constante do item 9 e os documentos complementares no ato da posse.

Cargo: Auxiliar de Classe
Classificação: Nome:

15º	**Renata Leticia da Silva Martinelli**

Esclarece também, que o não comparecimento no dia e local determinado implicará em, renuncia tácita do direito de assumir o cargo.
E após, cumprida as exigências legais implícitas no regulamento e nas Leis, os aprovados serão admitidos pelo Município de Marilena.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.
Prefeitura do Munícipio de Marilena, Estado do Paraná aos 31 dias do Mês de Março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:863BBD7D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2026.

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADA: CONTERSOLO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - CNPJ 03.436.676/0001-10.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM URBANA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MARILENA, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE GALERIAS PLUVIAIS EM CANAL DE CONCRETO, BACIA DE ACUMULAÇÃO E ESTRUTURA DE SAÍDA, COM A FINALIDADE DE INTERLIGAR A GALERIA EXISTENTE AO NOVO EMISSÁRIO, CONFORME PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O PROCESSO LICITATÓRIO, MEDIANTE CV 217/2025 IAT – INSTITUTO DE ÁGUA E TERRA.

VALOR TOTAL: R$ 8.292.000,00 (OITO MILHÕES DUZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL REAIS).

FONTE DE RECURSOS:

06.001.15.452.0008.1124.4.4.90.51 – URBANIZAÇÃO E CALÇADAS – OBRAS E INSTALAÇÕES.
126 - 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES EX. CORRENTE.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÁ DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, E O PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 240 (-DUZENTOS E QUARENTA-) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO DE ACORDO COM OS TERMOS NO CAPUT DO SEU ART. 111 DA LEI Nº 14.133 /2021.

MARILENA-PR, 30 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:D7B13681

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2402/26

LEI Nº 2402/2026

Ementa: Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CONDEM do Município de Marilena e dá outras providências.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,
LEI:
CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E FINALIDADE
Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Marilena o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CONDEM, órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo, vinculado ao Poder Executivo Municipal.
Art. 2º O Conselho tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico do Município, mediante a formulação de diretrizes, proposição de políticas públicas e incentivo à instalação, ampliação e regularização de atividades produtivas.
CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico:
I – propor diretrizes para o desenvolvimento econômico sustentável do Município;
II – sugerir políticas públicas voltadas à atração de investimentos e geração de emprego e renda;
III – opinar sobre programas municipais de incentivo econômico, industrial, comercial e agropecuário;
IV – analisar e emitir parecer sobre concessão de incentivos, benefícios ou apoios institucionais a empreendimentos;
V – propor ações voltadas à modernização da economia local;
VI – fomentar a integração entre o Poder Público e a iniciativa privada;
VII – sugerir a criação e o aprimoramento de distritos industriais ou áreas de desenvolvimento econômico;
VIII – incentivar a formalização e o fortalecimento de atividades produtivas;
IX – promover estudos, debates e iniciativas voltadas ao crescimento econômico do Município;
X – colaborar na elaboração de planos e estratégias de desenvolvimento local.
CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO
Art. 4º O Conselho será composto por 08 (oito) membros titulares, com seus respectivos suplentes, observada a seguinte representação entre representantes da administração pública e sociedade civil:
I – 01 representante da Secretaria Municipal de Administração;
II – 01 representante da Secretaria Municipal de Finanças;
III – 01 representante da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
IV – 01 representante indicado pela Câmara Municipal;
V – 01 representante do setor Comercial ou Associação Comercial;
VI – 01 representante do setor industrial;
VII – 01 representante do setor agropecuário;
VIII – 01 representante de entidade empresarial ou associativa local.
§ 1º Cada membro titular terá um suplente.
§ 2º Os representantes do Poder Público serão indicados pelo Prefeito Municipal.
§ 3º Os representantes da sociedade civil serão indicados pelas respectivas entidades.
§ 4º Na inexistência de entidade formal, o Prefeito poderá indicar representante do respectivo setor.
CAPÍTULO IV
DO MANDATO
Art. 5º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida recondução.
Art. 6º O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, não remunerado.
CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO
Art. 7º O Conselho terá a seguinte estrutura:
I – Plenário;
II – Presidência;
III – Vice-Presidência;
IV – Secretaria Executiva.
Art. 8º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos entre os membros do Conselho, por maioria simples, para mandato de 02 (dois) anos.
CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA
Art. 9º Compete ao Presidente:
I – representar o Conselho;
II – convocar e presidir as reuniões;
III – definir a pauta;
IV – exercer voto de qualidade em caso de empate.
Art. 10 Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos.
Art. 11 Compete à Secretaria Executiva:
I – organizar as reuniões;
II – lavrar atas;
III – manter registros e documentos;
IV – prestar apoio administrativo.
CAPÍTULO VII
DAS REUNIÕES
Art. 12 O Conselho reunir-se-á:
I – ordinariamente, a cada 06 (seis) meses;
II – extraordinariamente, quando necessário.
Art. 13 O quórum mínimo será de maioria absoluta dos membros (metade mais um de seus membros - 06).
Art. 14 As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.
Art. 15 As reuniões serão registradas em ata.
Art. 16 Poderão ser convidados especialistas ou representantes de entidades, sem direito a voto.
CAPÍTULO VIII
DO SUPORTE ADMINISTRATIVO
Art. 17 O Poder Executivo prestará apoio técnico e administrativo ao Conselho.
CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 18 O Conselho poderá instituir grupos de trabalho para temas específicos.
Art. 19 O Conselho elaborará seu Regimento Interno no prazo de 90 dias.
Art. 20 O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.
Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Marilena, 31 de março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:CD98FCC8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2403/26

LEI Nº. 2403/2026

SÚMULA: AUTORIZA O MUNICÍPIO de marilena A CONCEDER O DIREITO REAL DE USO, A

TÍTULO GRATUITO DE VEÍCULO AUTOMOVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o direito de uso real, a título gratuito, o uso de automóvel Fiat Cronos Drive 1.3 de propriedade do Município de Marilena, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Marilena com sede neste Município.

Art. 2º A cessão de uso destina-se exclusivamente à execução de ações e projetos voltados ao atendimento e fortalecimento da associação no município de Marilena/PR.

Art. 3º A cessão será formalizada com cláusulas que estabeleçam:

I. o prazo da cessão, que será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107 da lei 14.133/2021;

II. a obrigação do beneficiário de zelar pela conservação, uso adequado e manutenção ordinária do veículo automóvel;

III. a proibição de uso do bem para fins diversos daqueles previstos nesta Lei;

IV. vedado o uso para fins particulares ou estranhos aos objetivos sociais da associação.

V. a obrigação de prestação de contas anual ou sempre que solicitado pelo Município;

VI. a cláusula de reversibilidade do bem ao patrimônio do Município, em caso de descumprimento das condições pactuadas, extinção da entidade ou interesse público superveniente.

Art. 4º A cessão prevista nesta Lei observará os princípios da administração pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 5º As despesas com a manutenção extraordinária do veículo, tais como seguros e reparos decorrentes de uso indevido, correrão por conta da cessionária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Marilena - Paraná, 31 de março de 2026.

CÉLIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:A40849F1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2404/26

LEI Nº 2404/2026

SÚMULA: Altera dispositivo do anexo III da Lei Municipal nº 2029/2022.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º - Resta alterado o anexo II da Lei Municipal nº 2.029/2022, especificamente sobre o item de nº 4, referente ao cargo de Assessor Jurídico, o a qual passa a viger com a seguinte redação.

º	Sigla unidade	Cargo	Forma de provimento	Natureza do cargo	Estrutura	Simbologia da remuneração
4	AJUR	Assessor Jurídico	Livre	Comissionado	Assessoria	CC 01

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Marilena – PR em 31 de março de 2.026.

CÉLIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:B2DAAB13

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº029/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (classes A, A2, B e E) gerados em unidades de saúde do Município de Marilena, Estado do Paraná.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Íntegra do Edital a partir de 01 de abril de 2026 – de segunda à sexta-feira das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas na Sala de Licitações Prefeitura Municipal de Marilena – PR, situada na Rua Dante Pasqualetto, nº. 855, centro – Marilena – PR, e ainda disponível na integra no Portal da Transparência do Município http://marilena.pr.gov.br/ .

ABERTURA DA SESSÃO: **15 de abril de 2026, às 09h00min – Horário de Brasília/DF**.

Sistema/Local da Sessão Pública: COMPRAS BR - https://comprasbr.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA/PR

Telefone: (44) 3900-3910
E-mail: marilenalicita@gmail.com e pmm-licitacao@marilena.pr.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:B881B346

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 4859, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020, n° 2749/2026 e suas alterações, mediante ofício 040/2026-SMEL, decreta a:

NOMEAÇÃO

Art.1º De **HELDSSAYANE CRISTINA CARVALHO DE SOUZA TALASZKA,** inscrita no CPF sob o nº 012.xxx.xxx-99 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.xxx.xxx-0 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE PROJETOS PARALÍMPICOS,** simbologia **CC-2**, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:DB0E22F1

GABINETE
DECRETO Nº 4860, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante ofício nº 085/2026-SME, decreta a:

Art.1º EXONERAÇÃO de **MARCIO AGENOR GASPARIN,** inscrito no CPF sob o nº 457.xxx.xxx-06 e portador da Carteira de Identidade RG nº 3.xxx.xxx-1 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DE MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS,** simbologia **CC-E**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º NOMEAÇÃO de **MARCIO AGENOR GASPARIN,** inscrito no CPF sob o nº 457.xxx.xxx-06 e portador da Carteira de Identidade RG nº 3.xxx.xxx-1 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO GERAL DE PRÉDIOS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO,** simbologia **CC-1**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:FD93CB86

GABINETE
DECRETO Nº 4861, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, decreta a:

NOMEAÇÃO

Art.1º De **SEBASTIÃO JESUS DA SILVA,** inscrito no CPF sob o nº 070.xxx.xxx-82 e portador da Carteira de Identidade RG nº 63.xxx.xxx-4 SESP/SP, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA,** simbologia **CC-3**, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:C5F6BCF3

GABINETE
DECRETO Nº 4862, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, decreta a:

NOMEAÇÃO

Art.1º De **KARLA REGINA VIEIRA,** inscrita no CPF sob o nº 682.xxx.xxx-87 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 682.xxx.xxx-87 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS,** simbologia **CC-3**, lotada na Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:6BE0F7B0

GABINETE
DECRETO Nº 4863, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020, n° 2749/2026 e suas alterações, mediante ofício 085/2026-SME, decreta a:

NOMEAÇÃO

Art.1º De **ALINE BIANCA MAGGIO DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 087.xxx.xxx-06 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.xxx.xx-8 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E LEGISLAÇÃO ESCOLAR,** simbologia **CC-1**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:9D0F4A79

GABINETE
DECRETO Nº 4864, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante ofício n° 085/2026-SME, decreta a:

Art.1º EXONERAÇÃO, de **MARIANE DE CASSIA KUJIV DOS SANTOS,** inscrita no CPF sob o nº 072.xxx.xxx-07 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 13.xxx.xxx-4 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE**

DOCUMENTAÇÃO E LEGISLAÇÃO ESCOLAR, simbologia CC-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º NOMEAÇÃO, de **MARIANE DE CASSIA KUJIV DOS SANTOS,** inscrita no CPF sob o nº 072.xxx.xxx-07 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 13.xxx.xxx-4 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DE MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO,** simbologia CC-E, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando o decreto n° 4561/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:B5B2EE78

GABINETE
DECRETO Nº 4865, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante ofício 085/2026-SME, decreta a:

Art.1º EXONERAÇÃO de **CEZAR EDUARDO ZANELATO GOMES DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF sob o nº 141.xxx.xxx-11 e portador da Carteira de Identidade RG nº 14.xxx.xxx-7 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DIGITAIS,** simbologia **CC-1**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.1º NOMEAÇÃO de **CEZAR EDUARDO ZANELATO GOMES DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF sob o nº 141.xxx.xxx-11 e portador da Carteira de Identidade RG nº 14.xxx.xxx-7 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO,** simbologia **CC-2**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:731CF5ED

GABINETE
DECRETO Nº 4866, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n° 1430/2011, 2105/2020 e 2766/2026, mediante ofício n° 086/2026, decreta:

ADEQUAR

Art.1º A nomenclatura do cargo de provimento em comissão de **DAYANA KARINY DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 075.xxx.xxx-00 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.xxx.xxx-3 SESP/PR, para **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE DE MERENDA ESCOLAR,** simbologia **CC-2**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º A nomenclatura do cargo de provimento em comissão de **DEBORA CORREA TELES TAVARES,** inscrita no CPF sob o nº 022.xxx.xxx-01 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 13.xxx.xxx-3 SESP/PR, para **DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO,** simbologia **CC-E**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:7CE1E949

GABINETE
DECRETO Nº 4867, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, decreta a:

NOMEAÇÃO

Art.1º De **ANIELLY GARCIA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 147.xxx.xxx-07 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 15.xxx.xxx-9 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,** simbologia **CC-3**, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:345D4381

GABINETE
DECRETO N.º 4868/2026

O Prefeito de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao processo protocolado sob n.º 7010/2026, decreta a:

APOSENTADORIA

Art. 1º Fica concedida aposentadoria à servidora **MARCIA TEREZA MEDUNE,** portadora da C.I.R.G. n.º 3.648.760-7/SESP/II/PR, inscrita no CPF sob n.º 745.468.809-87, matrícula 4570-01, cargo de auxiliar de administração, grupo ocupacional operacional II, classe I, nível 3K, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, de acordo com o disposto no artigo 6º da EC 41/03 - Comum.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria, o valor constante na planilha de cálculo de proventos de R$ 3.632,46.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

Matinhos, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:A77F31C9

GABINETE
DECRETO Nº 4872, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, em face ao processo nº 11471/2026, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art. 1º A pedido, de **ANGELA MARIA VEIGA DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF sob o nº 057.***.***-79 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.***.***-8/PR, do cargo público de **Auxiliar de Serviços Gerais,** matrícula n° 77887/1**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 26 de março de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:12AA39C3

GABINETE
DECRETO Nº 4873, DE 30 DE MARÇO DE 2026

"Alterar a composição do Comitê de Controle de Infecção Hospitalar da UPA Praia Grande da Secretaria Municipal da saúde."

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 76; conforme ofício n° 064/2026-SMS, resolve:

ALTERAR

Art. 1º – O **COMITÊ DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR DA UPA PRAIA GRANDE**, da Secretaria Municipal da Saúde, de caráter consultivo, deliberativo e executivo, com o objetivo de executar ações de Controle de Infecção Hospitalar na rede hospitalar do município, observando as diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares dispostas nos Anexos I, II, III, IV e V, da Portaria Nº. 2.616, de 1998, do Ministério da Saúde, composta dos seguintes membros:

MEMBRO	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Keyla Cristina Debona	Presidente	Enfermeiro
Flavio Issamu Koike	Membro	Médico
Anna Gabrielle de Oliveira	Membro	Médico
Daniel Kawakubo Bondezan	Membro	Farmacêutico
Keyla Cristina Debona	Membro	Enfermeiro

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.
Matinhos, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:21AFD151

GABINETE
DECRETO Nº 4874, DE 30 DE MARÇO DE 2026

.

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 055/2026 de 13 de março de 2026, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Guilherme Jinbo Borges	N° 042.***.***-00	N° 042.***.***-00

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:DFE21635

GABINETE
DECRETO Nº 4875, DE 30 DE MARÇO DE 2026

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 055/2026 de 13 de março de 2026, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Diego Ribeiro da Silva	N° 000xxxxxx28 / RO	N° 989.***.***-68

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:E375FA21

GABINETE
DECRETO Nº 4876, DE 30 DE MARÇO DE 2026

.

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 055/2026 de 13 de março de 2026, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Heloisa Paulino dos Santos	N° 9.xxx.xxx-2	N° 104.***.***-71

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:06B99064

GABINETE
DECRETO Nº 4877, DE 30 DE MARÇO DE 2026

.

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 055/2026 de 13 de março de 2026, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Michella Przybycien	N° 5.xxx.xxx-0	N° 019.***.***-57

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:2053CD4B

GABINETE
DECRETO Nº 4878, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011 e suas alterações, mediante ofício 077/2026-SMAS, decreta a:

Art. 1º EXONERAÇÃO de **LIELTO ALVES RAMOS,** inscrito no CPF sob o nº 038.xxx.xxx-37 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.xxx.xxx-9 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO,** simbologia **CC-1**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º NOMEAÇÃO de **LIELTO ALVES RAMOS,** inscrito no CPF sob o nº 038.xxx.xxx-37 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.xxx.xxx-9 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO,** simbologia **CC-1**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando o decreto 4735/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:832F4D20

GABINETE
DECRETO Nº 4879, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, decreta a:

NOMEAÇÃO

Art.1º De **FLAVIA LAIS DA ROSA,** inscrita no CPF sob o nº 064.xxx.xxx-61 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.xxx.xxx-3 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO,** simbologia **CC-1**, lotada no Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:13BF115E

GABINETE
EDITAL 064-2026 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
CONVOCAÇÃO ATENDENTE INFANTIL

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EDITAL Nº 064/2026 CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO

O Prefeito do Município de Matinhos **Eduardo Antonio Dalmora,** convoca os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as)no Processo Seletivo Simplificado Conforme Edital nº 162/2025, a comparecer para comparecerem na data e horário estipulado abaixo, munido dos documentos pessoais(Cópias e originais) exigido no item 15.4 do Edital de Abertura do PSS nº 130/202 e relacionados abaixo**.**

Os documentos deverão ser entregues, às **09h:00min do dia 08 de abril de 2026**, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão n° 22, Centro – Matinhos-PR.

CARGO: ATENDENTE INFANTIL		
Nome	**Classificação**	**LOTAÇÃO**
Cristina Raffaela Lemas	40º	**Secretaria Municipal de Educação**

1.0 - Será considerado ELIMINADO o candidato que:
1.1 - Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.
1.2 - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
1.3 - Não haverá segunda chamada para os Exames Laboratoriais por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do Concurso.
1.4 - Para ingresso na sala o candidato deverá apresentar **o original de documento oficial de identidade.**
1.5 - **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.**

Matinhos, PR,30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

OS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO SÃO:

•
Cópia do Diploma ou certidão de conclusão do curso

•
Registro no órgão de classe ou CNH (quando o requisito do cargo exigir)

c) Cópia carteira de Identidade;
d) Cópia cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) 01 (uma) fotos 3x4
f) Cópia número do PIS/PASEP/NIT/NIS;
g) Cópia título de Eleitor;
h) Certidão de quitação eleitoral;
i) Prova de quitação com o serviço militar (não obrigatório para maiores de 40 anos);
j) Certidão de nascimento ou casamento;
k) CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 (quatorze anos);
l) Comprovação de endereço residencial;
m) Última declaração de imposto de renda **(os candidatos que são isentos de declararem, devem trazer a situação regular do CPF, expedido no site da Receita Federal);**
n) Cópia da Carteira Profissional física ou digital (CTPS);
o) Certidão Criminal Municipal, expedida pela Comarca onde reside;
p) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM), atestando que o candidato possui plenas condições de saúde para desempenhar a função para a qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:C2F5986B

GABINETE
EDITAL 065-2026 CONVOCAÇÃO DE PSICOLOGO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/2026
O Prefeito do Município de Matinhos **Eduardo Antonio Dalmora, CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados conforme Edital nº 079/2024 a comparecerem na data e local relacionado abaixo, munidos dos documentos pessoais e os exigidos no item 19.13 do edital nº 055/2024.
Os documentos deverão ser entregues às **09h:00min do dia 13 de abril de 2026** no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Elias Abrahão nº 22, bairro Centro – Matinhos PR.
Desistência e remanejamento para o final da lista de classificados deverão ser protocolados no período de **30/03/2026 a 13/04/2026** conforme item 19.13 "y" do edital nº 055/2024.
NÃO SERÃO RECEBIDOS DOCUMENTOS FORA DO HORÁRIO E DIA ESTIPULADO.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

•
Os documentos são os seguintes:

•
Cópia da Cédula de Identidade;

•
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

•
Situação Regular do Cadastro de Pessoa Física - CPF (site da Receita Federal);

•
Extrato do (PIS/PASEP/NIT/NIS), obtido junto à Caixa Econômica Federal/Gov.br;

•
Cópia do Título de Eleitor;

•
Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

•
Certificado de Reservista para o Sexo masculino (idade igual ou inferior a 40 anos);

•
Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento com as respectivas averbações se for o caso;

•
Cópia da Carteira de Trabalho Física (parte da foto frente e verso) e/ou cópia dos dados da Carteira de Trabalho Digital;

•
Cópia do Certificado/Diploma de Conclusão do Curso exigido pelo requisito do cargo com registro no MEC;

•
01 (uma) fotografia 3X4 recente;

•
Última Declaração de Imposto de Renda;

•
Cópia do comprovante de residência atualizado (máximo 60 dias);

•
Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;

•
Certidão de Regularidade Profissional expedido pelo Órgão de Classe, quando for requisito do cargo.

•
Cópia da Certidão de Nascimento ou RG do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•
CPF do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•
CPF do cônjuge, quando houver.

•
Atestado de Antecedente Criminal Municipal, expedida pelas Comarcas onde residiu nos últimos 05 anos;

•
Atestado de Antecedente Criminal Estadual, expedida no site: www.3distrib.com.br

•
Atestado de Antecedente Criminal Federal expedida no site: www.jfpr.jus.br

•
Declaração de não acúmulo de cargo (fornecida pela Secretaria de Administração, na data da entrega de documentos), caso tenha outro emprego público deverá apresentar uma declaração expedida pelo outro Órgão Público, contendo carga horária semanal, horário de trabalho e remuneração, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente, o candidato que tiver outro cargo público que venha exceder as quarenta horas semanais, devem apresentar no ato da assinatura do termo de posse, o decreto ou portaria comprovando a exoneração, não será aceito protocolo de pedido de exoneração;

1.1 **O candidato deverá apresentar as cópias juntamente com os documentos originais;**
2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 O candidato deverá apresentar todos os exames solicitados, **no dia 13 de abril os quais correrão às suas expensas;**
2.2 **A avaliação psicológica será realizada pelo Município;**
2.2 O candidato deverá apresentar para a realização do exame médico o resultado dos exames abaixo relacionados, com intervalo máximo de 30 (trinta)
Cargo: Psicólogo:
a) Consulta Ocupacional será realizada pelo Médico Perito do Município;
b) Acuidade Visual;
c)Hemograma Completo;
d) HbsAg;
e) Anti-HbsAg;
f) Parcial de Urina;

2.3 A Junta médica poderá ainda solicitar outros exames e/ou avaliações especializadas, se necessário, com a finalidade de esclarecer dúvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos.
2.4 Os exames complementares solicitados pelo médico deverão ser apresentados acompanhados dos respectivos laudos médicos, em local, data e horário estipulado para a avaliação.
2.5 O candidato receberá, após a realização do exame médico, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de APTO ou INAPTO.
2.6 Será considerado ELIMINADO o candidato que:
2.7 Deixar de apresentar algum exame relacionado no presente edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
2.8 Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.
2.9 A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.10 A Avaliação Psicológica utilizará testes de acordo com as resoluções CFP nºs 02/2016 e 31/2022 do Conselho Federal de Psicologia, sendo esta avaliação de caráter eliminatório, na qual o candidato será considerado INDICADO ou CONTRA-INDICADO para o cargo.
2.11 Não será permitida a saída do candidato do recinto quando estiverem sendo aplicados testes de Avaliação Psicológica.
2.12 A Avaliação Médica A Avaliação Psicológica, terá caráter eliminatório, conforme edital de abertura nº055/2024.
2.13 Será divulgado no site oficial do município www.matinhos.pr.gov.br (aba Recursos Humanos) Edital de convocação para a avaliação psicológica e perícia médica oficial.
2.14 Não haverá segunda chamada para os Exames Laboratoriais e/ou Avaliação Médica, por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do candidato.
2.15 **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.**

Cargo	Nome	Classificação	Lotação
PSICOLOGO	Carlos Roberto Vieira Schuster Pinto	10º	Secretaria Municipal de Saúde

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:D0AF55BB

GABINETE
EDITAL 068-2026 RESULTADO FINAL DOS EXAMES PRÉ-ADMISSIONAIS E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE POSSE

_____

EDITAL 068/2026 RESULTADO FINAL DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DOS TERMOS DE POSSE E ENTRADA EM EXERCÍCIO.

O Prefeito do Município de Matinhos **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com o Edital de nº 010/2023, divulga o resultado final das **AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS** e dos **EXAMES ADMISSIONAIS,** referente a 3° etapa do Concurso Público e comunica os classificados(as) **APTOS(AS) nos dois requisitos acima**, que compareçam no Auditório da Prefeitura de Matinhos sito a Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Centro, no **dia 01 de abril de 2026 as 10h00min,** para **assinatura do Termo de Posse,** e **entrada em exercício.**

Nome	Cargo	Perícia Médica	Avaliação Psicológica
Guilherme Jinbo Borge	Médico Clinico Geral Plantonista	APTO	APTO
Diego Ribeiro da Silva	Médico Clinico Geral Plantonista	APTO	APTO
Michella Przybycien	Médico Clinico Geral Plantonista	APTA	APTA
Heloisa Paulino dos Santos	Médico Clinico Geral Plantonista	APTA	APTA

Matinhos, PR,31 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:505DA40E

GABINETE
PORTARIA Nº 366/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020, 1819/2016 e suas alterações, resolve:

REVOGAR

Art.1º Do servidor **EMERSON LEANDRO DIOGO SANTOS**, matrícula 74535-3, ocupante do cargo público de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a função gratificada de 100% sobre seus vencimentos nos termos da Lei Municipal 1987/2018 por atuar na função administrativa/pedagógica de **SUPERVISOR DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS**.
Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:268DFBE9

GABINETE
PORTARIA Nº 366/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020, 1819/2016 e suas alterações, resolve:

REVOGAR

Art.1º Do servidor **EMERSON LEANDRO DIOGO SANTOS**, matrícula 74535-3, ocupante do cargo público de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a função gratificada de 100% sobre seus vencimentos nos termos da Lei Municipal 1987/2018 por atuar na função administrativa/pedagógica de **SUPERVISOR DE SERVIÇOS DE**

CONTROLE DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS.
Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:EC48AE37

GABINETE
PORTARIA Nº 367/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020, 1819/2016 e 2766/2026 e suas alterações, mediante ofício n° 086/2026-SME, resolve:

REVOGAR
Art.1º Da servidora **ANGELA TKACHECHEN DUARTE**, matrícula 61980-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, simbologia FG-1.
Art.2º Da servidora **ELIANE GUIMARAES ROCHA PRATES**, matrícula 57924-2, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ÀS CRECHES**, simbologia FG-3.
Art.3º Da servidora **LORIZE QUINTINO DA SILVA**, matrícula 73253-1, ocupante do cargo público de Educador Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de 100% sobre seus vencimentos, nos termos da Lei Municipal 1987/2018 por atuar na função administrativa/pedagógica de **SUPERVISOR DE SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**.
Art.4º Da servidora **MARISANE DE FÁTIMA CARNIN**, matrícula 63444-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **COORDENADOR DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL**, simbologia FG-3.
Art.5º Da servidora **PAULA ADRIANA CHAVES BORBA**, matrícula 100433-1, ocupante do cargo público de Motorista D, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **CHEFE DE SETOR DE EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO ELETRÔNICA**, simbologia FG-2.
Art.6º Da servidora **RITA MARA VIANA SILVEIRA TAVARES RIBEIRO**, matrícula 61930-3-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de 100% sobre seus vencimentos, nos termos da Lei Municipal 1987/2018 por atuar na função administrativa/pedagógica **de COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL E ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO**.
Art.7º Da servidora **ROSANE FRANCISCO ALVES**, matrícula 81795-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO ESPECIAL**, simbologia FG-1.
Art.8º Da servidora **SIMONE CORDEIRO**, matrícula 58270-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL E DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**, simbologia FG-1.
Art.9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:BA22D43E

GABINETE
PORTARIA Nº 368/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020, 1819/2016 e 2766/2026 e suas alterações, mediante ofício n° 086/2026-SME, resolve:

CONCEDER

Art.1º A servidora **ANGELA TKACHECHEN DUARTE**, matrícula 61980-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **COORDENADOR TÉCNICO DE ENSINO INTEGRAL**, simbologia CT.
Art.2º A servidora **ELIANE GUIMARAES ROCHA PRATES**, matrícula 57924-2, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **COORDENADOR TÉCNICO DE BERÇÁRIOS E MATERNAIS**, simbologia CT.
Art.3º A servidora **JULIA MARIA DOS SANTOS MENDES,** matrícula 72125-1, ocupante do cargo público de Coordenador Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **COORDENADOR TÉCNICO DE ENSINO ESPECIAL**, simbologia CT.
Art.4º A servidora **LORIZE QUINTINO DA SILVA**, matrícula 73253-1, ocupante do cargo público de Educador Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de 100% sobre seus vencimentos, nos termos da Lei Municipal 1987/2018 por atuar na função administrativa/pedagógica de **COORDENADOR TÉCNICO DE PRÉ-ESCOLA, 1º E 2º ANO**.
Art.5º A servidora **MARIA FERNANDA PETRELLI,** matrícula 77356-1, ocupante do cargo público de Professor de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de 100% sobre seus vencimentos, nos termos da Lei Municipal 1987/2018 por atuar na função administrativa/pedagógica de **COORDENADOR TÉCNICO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS EDUCACIONAIS.**
Art.6º A servidora **MARISANE DE FÁTIMA CARNIN**, matrícula 63444-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **COORDENADOR TÉCNICO DE ENSINO FUNDAMENTAL 3º, 4º E 5º ANO**, simbologia CT.
Art.7° A servidora **PAULA ADRIANA CHAVES BORBA**, matrícula 100433-1, ocupante do cargo público de Motorista D, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **CHEFE DE DIVISÃO DE PATRIMÔNIO**, simbologia FG-1.

Art.8º A servidora **RITA MARA VIANA SILVEIRA TAVARES RIBEIRO**, matrícula 61930-3-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de 100% sobre seus vencimentos, nos termos da Lei Municipal 1987/2018 por atuar na função administrativa/pedagógica de **COORDENADOR TÉCNICO DO EJA**.
Art.9º A servidora **ROSANE FRANCISCO ALVES**, matrícula 81795-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **COORDENADOR TÉCNICO DO CMAEE**, simbologia CT.
Art.10° A servidora **SIMONE CORDEIRO**, matrícula 58270-1, ocupante do cargo público de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a função gratificada de **CHEFE GERAL PEDAGÓGICO**, simbologia CG.
Art.11° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 30 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:F6E7F246

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, INDIVIDUALMENTE OU POR MEIO DE SUAS ORGANIZAÇÕES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL ESCOLAR - PNAE.

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R$2.353.401,35 (dois milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e um reais e trinta e cinco centavos)
O prazo para credenciamento das instituições interessadas estará disponível pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de abertura do processo.
Os interessados deverão protocolar os envelopes devidamente lacrados, fechados e inviolados, (não serão aceitos envelopes grampeados), contendo a documentação no setor de Protocolo desta entidade a partir de 08h00 do dia 06 de abril de 2026. Não será aceito o encaminhamento de documentos por via postal ou por transportadora
Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, no portal de transparência https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08h00min as 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:7CD360A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 028/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORME EM ATENDIMENTO A BANDA MARCIAL DE FANFARRA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$83.684,64 (oitenta e três mil e seiscentos, oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 17/04/2026 às 09h00min

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:912B0BA2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 031/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$675.675,96 (seiscentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 16/04/2026 às 09h00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS, COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:4ECAF5C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA PREART CONSTRUCOES LTDA.

GESTOR	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

DETENTORA	PREART CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.278.172/0001-08, com sede à Rua Francisco Viana Mesquita, nº 316, Bairro Sertãozinho, na cidade de Matinhos, Estado do Paraná, telefone: (41) 9 9644-6131 e endereço eletrônico: preartconstrucoes@gmail.com, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. Juarez de Carvalho Junior, portador do RG nº 8.035.063-5 e inscrito no CPF sob nº 057.854.759-79.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado GESTOR e PREART CONSTRUCOES LTDA doravante denominada DETENTORA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, na Ata de Registro de Preços n.º 004/2025, Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 008/2025 e Processo n° 021/2025 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE PEDRA RACHÃO EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, firmam o presente TERMO ADITIVO conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

As partes de comum acordo proceder a PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2025, assinado em 25/03/2025 e sendo prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 25 de março de 2026 e encerrando em 25 de março de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	11.250	M³	Pedra rachão, proveniente de rocha sã, com diâmetro e granulometria adequados para o serviço, sempre dentro da faixa granulométrica entre 125 a 450mm. Não se admite o uso de material em estado de decomposição ou proveniente de capa de pedreira.	R$ 114,00	R$ 1.282.500,00
2	3.750	M³	Pedra rachão, proveniente de rocha sã, com diâmetro e granulometria adequados para o serviço, sempre dentro da faixa granulométrica entre 125 a 450mm. Não se admite o uso de material em estado de decomposição ou proveniente de capa de pedreira.	R$ 114,00	R$ 427.500,00
TOTAL					R$ 1.710.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo do Aditivo Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
408	11	1	2041	333903054000000000	000
409	11	1	2041	333903054000000000	504
410	11	1	2041	333903054000000000	510
411	11	1	2041	333903054000000000	511
412	11	1	2041	333903054000000000	512

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 004/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 25 de março de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Gestor

Preart Construcoes LTDA
JUAREZ DE CARVALHO JUNIOR
CPF Nº 057.854.759-79
Representante Legal
Detentora

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:69C5E8F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA PREART CONSTRUCOES LTDA.

GESTOR	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.
DETENTORA	PREART CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.278.172/0001-08, com sede à Rua Francisco Viana Mesquita, nº 316, Bairro Sertãozinho, na cidade de Matinhos, Estado do Paraná, telefone: (41) 9 9644-6131 e endereço eletrônico: preartconstrucoes@gmail.com, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. Juarez de Carvalho Junior, portador do RG nº 8.035.063-5 e inscrito no CPF sob nº 057.854.759-79.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado GESTOR e PREART CONSTRUCOES LTDA doravante denominada DETENTORA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, na Ata de Registro de Preços n.º 005/2025, Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 010/2025 e Processo n° 023/2025 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE BICA CORRIDA, PEDRA TIPO 4A EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, firmam o presente TERMO ADITIVO conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.
As partes de comum acordo proceder a PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2025, assinado em 27/03/2025 e sendo prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 27 de março de 2026 e encerrando em 27 de março de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	3.750	M³	PEDRA 4 A - TIPO BICA CORRIDA, COM DENSIDADE MÍNIMA DE 1,52 TON/M³.	R$ 120,30	R$ 451.125,00
TOTAL					R$ 451.125,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo do Aditivo Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
408	11	1	2041	333903054000000000	000
409	11	1	2041	333903054000000000	504
410	11	1	2041	333903054000000000	510
411	11	1	2041	333903054000000000	511
412	11	1	2041	333903054000000000	512

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 005/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 27 de março de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Gestor

Preart Construcoes LTDA
JUAREZ DE CARVALHO JUNIOR
CPF nº 057.854.759-79
Representante Legal
Detentora

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:9AB210EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA PREART CONSTRUCOES LTDA.

GESTOR	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

DETENTORA	PREART CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.278.172/0001-08, com sede à Rua Francisco Viana Mesquita, nº 316, Bairro Sertãozinho, na cidade de Matinhos, Estado do Paraná, telefone: (41) 9 9644-6131 e endereço eletrônico: preartconstrucoes@gmail.com, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. Juarez de Carvalho Junior, portador do RG nº 8.035.063-5 e inscrito no CPF sob nº 057.854.759-79.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado GESTOR e PREART CONSTRUCOES LTDA doravante denominada DETENTORA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, na Ata de Registro de Preços n.º 007/2025, Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 009/2025 e Processo n° 020/2025 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE SAIBRO BRITADO EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, firmam o presente TERMO ADITIVO conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.
As partes de comum acordo proceder a PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2025, assinado em 27/03/2025 e sendo prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 27 de março de 2026 e encerrando em 27 de março de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	3.750	M³	SAIBRO BRITADO: PEDRA CONSTITUÍDA DE MATERIAL DE COR AMARELADA, COM MISTURA DE MATERIAL ARENOSO, ENCONTRADAS NAS JAZIDAS TIPO GRANITO MIGMATITO OU EQUIVALENTE; BRITAGEM DE NO MÍNIMO 9,00 MM (3/8" E NO MÁXIMO 4" POLEGADAS); COM COEFICIENTE DE EXPANSÃO MENOR QUE 0,50% (MEIO POR CENTO), ESPECÍFICO PARA SUB-BASE DE ESTRADAS E RUAS NÃO PAVIMENTADAS ONDE SE DESEJA OBTER UM SOLO MAIS CONSISTENTE E COMPACTADO PARA O RECEBIMENTO DE CAMADA ASFÁLTICA OU SIMILAR, EM SUPERFÍCIES ARENOSAS. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE NO PÁTIO DA SECRETARIA DE OBRAS OU CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA.	R$ 119,80	R$ 449.250,00
TOTAL					R$ 449.250,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo do Aditivo Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
408	11	1	2041	333903054000000000	000
409	11	1	2041	333903054000000000	504
410	11	1	2041	333903054000000000	510
411	11	1	2041	333903054000000000	511
412	11	1	2041	333903054000000000	512

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 007/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 27 de março de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Gestor

Preart Construcoes LTDA
JUAREZ DE CARVALHO JUNIOR
CPF Nº 057.854.759-79
Representante Legal
Detentora

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:EF00E8D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 155 2026 NOMEAR CHEFE DE INFRAESTRUTURA ELETRICA MUNICIPAL JURACI JOSE DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 155/2026

SÚMULA – Nomear Cargo em Comissão "CHEFE DE INFRAESTRUTURA ELETRICA MUNICIPAL".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

NOMEAR:

Artigo 1º - O Sr. **JURACI JOSÉ DE OLIVEIRA**, portador da cédula de identidade civil nº 4.459.851-5 e inscrição no CPF nº 626.091.499-72, para o Cargo em Comissão de "**CHEFE DE INFRAESTRUTURA ELETRICA MUNICIPAL**", a partir de 01/03/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/03/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
31 de MARÇO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:AC0DF0AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 14/2026

"DETERMINA RECESSO FUNCIONAL EM VIRTUDE DAS CELEBRAÇÕES ALUSIVAS À SEMANA SANTA".

O Presidente da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR Recesso Funcional na Câmara Municipal de Miraselva, no dia 02 de abril de 2026, em virtude das celebrações alusivas à Semana Santa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
AFIXE-SE,
CUMPRA-SE.

Miraselva, 30 de março de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente - Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:EE8B9A80

GABINETE
LEI N° 758/2026

Súmula: Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente, conforme PPA - Lei nº. 741/2025 e LDO - Lei nº. 729/2025 e dá outras providências.

A CÃMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), para abertura da seguinte dotação do orçamento em vigor, assim discriminado:

03 – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
03.002 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
16.482.0002.1122 – Construção de unidades Habitacionais
4.4.50.90.51.00.00 – Obras e Instalações.
Ficha 631 – Fonte 802 – Construção de Unidades Habitacionais..... R$ 1.300.000,00

Artigo 2º - Como recurso para cobertura do crédito aberto no Artigo anterior, o município usará o Excesso de Arrecadação para reforço da Dotação do Orçamento, alteração no PPA e LDO em vigor.

Artigo 3º – Está Lei entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Miraselva, 31 de março de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:2D8CF271

GABINETE
LEI Nº. 759/2026

SÚMULA: INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (FUMPDEC) DE MIRASELVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DAS FINALIDADES

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), de natureza contábil-financeira e de duração indeterminada, vinculado à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), destinado a prover os recursos necessários às ações de proteção e defesa civil no âmbito do Município.
Art. 2º O FUMPDEC tem por finalidade o custeio de bens e serviços necessários à execução das políticas de proteção e defesa civil, abrangendo as fases de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, compreendendo, entre outras:
I - Ações de prevenção, como mapeamentos de áreas de risco, obras de contenção, sistemas de alerta e programas de educação comunitária;
II - Ações de preparação para desastres, incluindo a elaboração de planos de contingência, aquisição de equipamentos e realização de simulados;
III - Ações de resposta a desastres, como operações de socorro, assistência humanitária às populações afetadas e o restabelecimento de serviços essenciais;
IV - Ações de recuperação e reconstrução de infraestruturas públicas danificadas;
V - Concessão de auxílio humanitário para o restabelecimento de condições mínimas de moradia à população de baixa renda diretamente atingida por desastres, mediante critérios a serem estabelecidos em decreto, observados os princípios da impessoalidade e da isonomia.

CAPÍTULO II
DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 3º Constituem receitas do FUMPDEC:
I - Dotações orçamentárias próprias do Município;
II - Transferências da União e do Estado do Paraná, em especial os repasses do Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil, nos termos da legislação aplicável;
III - Emendas parlamentares;
IV - Doações, auxílios e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
V - Recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e multas judiciais ou administrativas por infrações ambientais ou urbanísticas que aumentem o risco de desastres;
VI - Rendimentos de aplicações financeiras de seus recursos;
VII - Outras receitas que lhe forem legalmente destinadas.
Art. 4º Os recursos do FUMPDEC serão depositados em conta corrente específica, sob a denominação "Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil".
Art. 5º É vedado o contingenciamento ou a realocação das dotações orçamentárias do FUMPDEC para outras finalidades.

CAPÍTULO III
DA GESTÃO E DO CONTROLE

Art. 6º A gestão do FUMPDEC compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), sob a orientação e fiscalização do Conselho Gestor.
Art. 7º Fica instituído o Conselho Gestor do FUMPDEC, órgão colegiado de caráter deliberativo e fiscalizador, com a seguinte composição:
I - O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, que o presidirá;
II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda;
III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras;
IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
V - 1 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município;
VI - 1 (um) representante de cooperativa ou associação ligada ao setor agropecuário com atuação no Município;
VII - 2 (dois) representantes da sociedade civil, indicados por entidades legalmente constituídas.

Parágrafo único. A participação no Conselho Gestor será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 8º A gestão do Fundo observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, estando sujeita à fiscalização dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, detalhando os critérios para aplicação dos recursos e o funcionamento do Conselho Gestor.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:2BE2F89B

GABINETE
LEI Nº 760/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a responsabilidade de agentes públicos por infrações de trânsito cometidas com veículos da frota municipal, estabelece o procedimento para apuração e ressarcimento ao erário, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Lei estabelece as normas e os procedimentos para a apuração de responsabilidade e o ressarcimento ao erário de valores decorrentes de multas por infrações de trânsito cometidas por agentes públicos na condução de veículos oficiais pertencentes à frota do Município de Miraselva.
Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
I - **Veículo Oficial:** todo e qualquer veículo automotor de propriedade, locado ou cedido a qualquer título ao Município de Miraselva e que esteja a serviço da Administração Pública Municipal.
II - **Agente Público Condutor:** todo servidor público, empregado público, agente político, ou qualquer pessoa que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, esteja autorizada, ainda que transitoriamente, a conduzir veículo oficial.
III - **Termo de Responsabilidade:** documento assinado pelo Agente Público Condutor no qual ele reconhece suas obrigações e a ciência das normas de utilização do veículo oficial.

CAPÍTULO II
DO CONTROLE E DA IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR

Art. 3º A utilização de todo Veículo Oficial será obrigatoriamente registrada em **Diário de Bordo**, físico ou eletrônico, que deverá conter, no mínimo:
I - Identificação do veículo;
II - Nome completo, cargo e matrícula do Agente Público Condutor;
III - Data e horário de retirada e devolução do veículo;
IV - Quilometragem no momento da retirada e da devolução;
V - Destino e finalidade do deslocamento.
Art. 4º A não identificação do condutor no momento da infração, por ausência ou preenchimento incorreto do Diário de Bordo, acarretará a presunção de responsabilidade:
I - Ao agente público a quem o veículo estava formalmente cedido no período da infração;
II - Na impossibilidade de aplicação do inciso I, ao chefe do setor de transportes ou autoridade administrativa equivalente, por falha no dever de controle.
Parágrafo único. A presunção de responsabilidade de que trata o inciso II deste artigo poderá ser afastada se a autoridade administrativa comprovar ter adotado todas as medidas de controle e fiscalização que estavam ao seu alcance para exigir o correto preenchimento do Diário de Bordo.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO

Art. 5º Ao receber a notificação de autuação por infração de trânsito, a administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, irá identificar o Agente Público Condutor responsável, com base nos Diários de Bordo.
Art. 6º Identificado o condutor, este será **notificado pessoalmente ou por outro meio que assegure a certeza da ciência inequívoca**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa prévia por escrito, podendo:
I - Assumir a responsabilidade pela infração;
II - Apresentar o recurso cabível perante o órgão de trânsito, às suas expensas;
III - Apresentar justificativa para a infração, comprovando que esta ocorreu por motivo de força maior, caso fortuito ou em estrito cumprimento de dever legal em situação de emergência.
Parágrafo Único: O silêncio do Agente Público Condutor no prazo estipulado será interpretado como reconhecimento da responsabilidade pela infração.
Art. 7º A defesa será analisada por uma comissão designada pelo Secretário de Administração ou autoridade equivalente, que emitirá parecer conclusivo e fundamentado no prazo de 30 (trinta) dias.
Parágrafo Único: A composição da comissão de que trata o caput será definida em Decreto do Poder Executivo, garantindo-se a sua imparcialidade, devendo ser composta por, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis de secretarias diversas, preferencialmente com formação jurídica ou em gestão pública.
Art. 8º Da decisão da comissão caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, ao Secretário de Administração, que proferirá a decisão final.

CAPÍTULO IV
DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO

Art. 9º Confirmada a responsabilidade do Agente Público Condutor e esgotadas as vias administrativas de defesa, o Município efetuará o pagamento da multa para regularização do veículo, se necessário.
Art. 10 O Agente Público Condutor será notificado a efetuar o ressarcimento do valor integral da multa aos cofres públicos no prazo de 30 (trinta) dias.
Art. 11 Não ocorrendo o ressarcimento voluntário no prazo estabelecido, fica o Poder Executivo **autorizado a promover o desconto do valor diretamente na folha de pagamento** do agente, em parcelas mensais que não excedam 10% (dez por cento) de sua remuneração líquida, até a quitação total do débito.
Art. 12 Caso o Agente Público Condutor não possua mais vínculo com o Município, ou se o desconto em folha não for possível por qualquer motivo, o débito será inscrito em Dívida Ativa e cobrado pelos meios legais cabíveis, inclusive por via judicial.
Parágrafo único. Fica facultada à autoridade administrativa, mediante despacho fundamentado que demonstre que os custos da cobrança são manifestamente superiores ao valor do crédito, a não inscrição em Dívida Ativa ou o não ajuizamento da execução fiscal para débitos de valor ínfimo, conforme definido em Decreto.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por meio de Decreto no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.
Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE MIRASELVA AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:CEDC6AE9

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº003 DE 27 DE MARÇO 2026.

Dispõe sobre a Prestação de contas final referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025 do Incentivo Financeiro para o Apoio e Promoção dos Direitos da criança e adolescente por meio do acesso á produtos de higiene intima do Estado do Paraná, Município de Miraselva-Paraná.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Miraselva, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal nº491/2013 e no seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1o. Aprovar a Prestação de contas final referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025 do Incentivo Financeiro para o Apoio e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio de acesso a produtos de higiene intíma –do FIA/PR conforme linhas de ações indicada na resolução nº 078/2022 do CEDCA do Estado do Paraná, **Município de Miraselva**, conforme descrição abaixo:
Valor Total recebido: R$ 5000,00(cinco mil reais);
Valor gasto e atualizado referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025 : R$ 6.898,85 (seis mil oitocentos noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos);.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva, 27 de março de 2026.

LUCIANE ANDREIA PERES MOURA
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:18C7A66E

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº004 DE 27 DE MARÇO 2025.

RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INCENTIVO FINANCEIRO PARA APOIO E FORTALECIMENTO AO ACOMPANHAMENTO INTERSETORIAL ÁS FAMÍLIAS COM GESTANTES E/OU CRIANÇAS DE 0 AOS 6 ANOS DE IDADE/PRIMEIRA INFÂNCIA ATRAVÉS DA DELIBERAÇÃO Nº047/2022 DO CEDCA/PR , MUNICÍPIO MIRASELVA-PR.

Resolução Nº004 de 27 de Março 2025.

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de contas relativo ao Incentivo Financeiro para o Apoio e Fortalecimento ao acompanhamento intersetorial às Famílias com gestantes e/ou crianças de 0 aos 6 anos de idade/Primeira Infância Deliberação nº 047/2022 CEDCA/PR, Município de Miraselva-Paraná.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Miraselva, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal nº304/2001 e no seu Regimento Interno, RESOLVE:
Art. 1o. Aprovar a Prestação de contas que corresponde ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025 para o Incentivo Financeiro para o Apoio e Fortalecimento ao acompanhamento intersetorial às Famílias com gestantes e/ou crianças de 0 aos 6 anos de idade/Primeira Infância através da Deliberação nº 047/2023, **Município de Miraselva**, conforme descrição abaixo:
a) Incentivo Financeiro que tem como objetivo despesas materiais de custeio e capital para ações de acompanhamento,promoção integral e sensibilização das Famílias com crianças de 0 à 6 anos ,bem como gestantes prevenindo e amenizando situações de vulnerabilidades e riscos, visando o acesso a garantia dos direitos,convivência familiar,fortalecimento de vínculos e a proteção integral ,através de da intervenção intersetorial;
b) Valor recebido R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
Valor executado no período de 01/01/2025 a 31/12/2025 R$ 85.763,34 (oitenta e cinco mil setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva, 27 de Março de 2025.

LUCIANE ANDREIA PERES
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:5769A759

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 005/2026

Aprovar a Prestação de contas do Piso Paranaense de Assistência Social /PAS, referente ao ano de 2025 para o Município de Miraselva-Pr.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 430/2010, CONSIDERANDO a deliberação da reunião realizada no dia 30 de março de 2026. Resolve:
Art. 1º - Aprovar a Prestação de contas do Piso Paranaense de Assistência Social – PAS, **exercício de 2025,** do município de Miraselva/Pr ,conforme descrito abaixo:
a)Valor recebido 2025:R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para ampliação da oferta e aprimoramento dos Serviços, benefícios e ações da proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social do Município de Miraselva.
b)Valor gasto 2025:R$41.933,98 (quarenta e um mil novecentos e trinta e três reais e noventa eoito centavos),executados em benefícios eventuais ,custeio e capital para aprimoramento dos Serviços e equidade aos direitos.
d) Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Miraselva , 30 de março de 2026.

ANDREA CRISTHIAN FARIA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:8A9D9363

LICITAÇÃO
1O TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO 030/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E A EMPRESA F. MERI & CIA LTDA - ME – PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 015/2025 – DISPENSA FÍSICA NO 007/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRASELVA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Dona Madalena, no 41, em MIRASELVA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 75.845.529/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito JOÃO MARCOS FERRER, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 3.870.229-7 e inscrito no CPF/MF no 365.867.819-49, residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: F. MERI & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.977.716/0001-01, sediada na Avenida Papa João XXIII, 330, centro, município de Miraselva-PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por sua sócia administradora a senhora FATIMA MERI, portadora do RG nº 3.260.237-1 e do CPF nº 225.045.329-20, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CESTA BÁSICAS PARA A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, RISCO PESSOAL E SOCIAL DESTE MUNICÍPIO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS, em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Miraselva/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 57 da Lei no 8.666/93, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 60 (sessenta) dias, passando a vencer em 22/05/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Miraselva, 20 de março de 2026.

MUNICÍPIO DE MIRASELVA
Contratante

F MERI & CIA LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:E0C5C3E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO 2704 DE 26/03/2026 - CREDITOS ADICIONAIS

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026

Decreto n° 2704/2026 de 26/03/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 64.107,91 (sessenta e quatro mil e cento e sete reais e noventa e um centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.244.0100.2.078		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
379 - 3.3.90.30.00.00	31050	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
381 - 3.3.90.39.00.00	31050	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	14.107,91
382 - 4.4.90.52.00.00	31050	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
		Total Suplementação:	64.107,91

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Superávit financeirode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 26 de Março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Josiele de Souza Duarte
Código Identificador:971BEE07

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO 2707 DE 26/03/2026 - CREDITOS ADICIONAIS

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026

Decreto n° 2707/2026 de 26/03/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 2.351,10 (dois mil e trezentos e cinquenta e um reais e dez centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E INOVACAO	
11.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E INOVACAO	
11.001.04.122.0300.2.066		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
441 - 4.4.90.52.00.00	1009	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.351,10
		Total Suplementação:	2.351,10

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadaçãode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita	
Receita: 2.1.1.9.99.0.1.01 OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - Fonte: 1009	2.351,10
Total da Receita:	2.351,10

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 26 de Março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Josiele de Souza Duarte
Código Identificador:9DDCD071

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO 2708 DE 26/03/2026 - CREDITOS ADICIONAIS

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2708/2026 de 26/03/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 41.289,55 (quarenta e um mil e duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.241.0100.2.056		MANUTENCAO DO FUNDO DO IDOSO	
346 - 3.3.90.30.00.00	11005	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
348 - 3.3.90.39.00.00	11005	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31.289,55
		Total Suplementação:	41.289,55

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadaçãode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita		
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.13	Deliberação nº 005/2026/CEDIPI/PR - CUIDA + INVESTIMENTO - Fonte: 11005	41.289,55
	Total da Receita:	41.289,55

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 26 de Março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Josiele de Souza Duarte
Código Identificador:AAA6507D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2703 DE 26 DE MARÇO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2703/2026 de 26/03/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 1.200,00 (um mil e duzentos reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.245.0100.2.054		BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
294 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.200,00
		Total Suplementação:	1.200,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.245.0100.2.054		BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
298 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.200,00
		Total Redução:	1.200,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 26 de Março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A3F0656B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2715 DE 31 DE MARÇO DE 2026

DECRETO Nº 2715 DE 31 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre a convalidação de atos de nomeação decorrentes do Concurso Público nº 001/2023 e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Morretes - Estado do Paraná, Senhor SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, especialmente os princípios da legalidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a Administração Pública exerce o poder-dever de autotutela, podendo anular seus próprios atos quando ilegais ou convalidá-los quando eivados de vícios sanáveis, conforme entendimento
consolidado na doutrina e jurisprudência;

CONSIDERANDO, por analogia, o disposto no artigo 55 da Lei Federal nº 9.784/1999, que admite a convalidação de atos administrativos com defeitos sanáveis, desde que não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros;

CONSIDERANDO que o resultado final do Concurso Público nº 001/2023 foi regularmente homologado em 21 de agosto de 2023, com divulgação no sítio eletrônico oficial do Município;

CONSIDERANDO que a publicação do ato de homologação no Diário Oficial ocorreu apenas em 27 de novembro de 2023, circunstância que configurou ausência de publicidade formal no período;

CONSIDERANDO que, no intervalo mencionado, foram realizadas nomeações com base em homologação já existente, válida e eficaz internamente, ainda que pendente de publicação oficial;

CONSIDERANDO que o vício identificado é de natureza exclusivamente formal, não havendo qualquer irregularidade quanto à legalidade material dos atos, à ordem classificatória ou à lisura do certame;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da segurança jurídica, da boa-fé dos administrados e da proteção da confiança legítima, uma vez que os servidores nomeados não deram causa à irregularidade;

CONSIDERANDO o risco de prejuízo à continuidade do serviço público e à estabilidade das relações jurídicas já consolidadas;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de regularização dos registros junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam convalidados, para todos os fins de direito, os atos de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2023, realizados no período compreendido entre 21 de agosto de 2023 e 27 de novembro de 2023.

Art. 2º - A convalidação de que trata este Decreto:
I – Decorre da existência de homologação do certame já formalizada administrativamente à época das nomeações;
II – Destina-se a sanar vício de natureza exclusivamente formal, consistente na ausência de publicação prévia no Diário Oficial;
III – Não implica reconhecimento de ilegalidade material dos atos praticados.

Art. 3º - A presente convalidação opera efeitos retroativos (ex tunc), ficando expressamente preservados todos os efeitos jurídicos das nomeações desde as respectivas datas originárias.
Parágrafo único. A preservação dos efeitos abrange, especialmente:
I – O exercício regular das funções públicas;
II – A contagem de tempo de serviço;
III – A aquisição de direitos e vantagens;
IV – A estabilidade e demais efeitos funcionais;
V – A validade de todos os atos administrativos praticados pelos servidores nomeados.

Art. 4º - As nomeações alcançadas por este Decreto estão discriminadas no Anexo I, que integra o presente ato.

Art. 5º - Fica a Secretaria Municipal de Administração autorizada a:
I – Promover a regularização dos registros no Sistema de Informações de Atos de Pessoal – SIAP;
II – Adotar as providências necessárias junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
III – Complementar informações e documentos exigidos pelos órgãos de controle.

Art. 6º - Este Decreto constitui medida de regularização administrativa, fundamentada nos princípios da legalidade, publicidade, eficiência, segurança jurídica, boa-fé, proteção da confiança legítima e autotutela administrativa.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 31 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

RELAÇÃO DE ADMISSÕES E EXONERAÇÕES

01/11/2023 a 09/03/2026

Admissões

Geral

Nome: GIOVANNA MIZRAHI CARCERERI Matricula: 1962 Data Admissão: 01/11/2023
Cód. Lotação: 003001001 Desc. Lotação: Manutencao Da Procuradoria Geral

Nome: MARIA MARGARIDA MORAIS DA SILVA Matricula: 1964 Data Admissão: 01/11/2023
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: Manutenção Adm. De Assistencia Social

Nome: EDNEIA GRASSMANN ALDAHER Matricula: 1965 Data Admissão: 01/11/2023
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: Manutenção Adm. De Assistencia Social

Nome: CRISTHINE DE CASTRO FERREIRA Matricula: 1966 Data Admissão: 01/11/2023
Cód. Lotação: 007002007 Desc. Lotação: Programa De Assistencia Básica - Pab

Nome: HANNAH HEND TOSO SFAIR Matricula: 1967 Data Admissão: 01/11/2023
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: Manutenção Adm. De Assistencia Social

Nome: TATIANE CRISTINE DE CAMPOS Matricula: 1968 Data Admissão: 01/11/2023
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: Manutenção Adm. De Assistencia Social

Nome: JORGE MARCELO PICCININ Matricula: 1969 Data Admissão: 01/11/2023
Cód. Lotação: 007002005 Desc. Lotação: Manut Programas Vigilância Em Saúde (1303)

Nome: LUIS ROBERTO BRANDALISE Matricula: 1971 Data Admissão: 01/11/2023
Cód. Lotação: 014001001 Desc. Lotação: Manutenção De Atividades Meio Ambiente

Nome: GABRIEL LEAL KULIK Matricula: 1972 Data Admissão: 01/11/2023
Cód. Lotação: 014001001 Desc. Lotação: Manutenção De Atividades Meio Ambiente

Nome: CAMILA LOPES BARBOZA NUNES Matricula: 1977 Data Admissão: 20/11/2023
Cód. Lotação: 007002008 Desc. Lotação: Man. Pro De Atenção Básica - Esf

Nome: CELSO ROGERIO RAMBO Matricula: 1978 Data Admissão: 20/11/2023
Cód. Lotação: 007002002 Desc. Lotação: Man. Prog. De Atenção Básica - Pab Fixo

Nome: ANIZETE DE OLIVEIRA BUENO MITZ Matricula: 1979 Data Admissão: 20/11/2023
Cód. Lotação: 004001001 Desc. Lotação: Manutenção Dos Serv. Da Secr. Da Fazenda

Nome: HEITOR FARIAS Matricula: 1980 Data Admissão: 20/11/2023
Cód. Lotação: 007002005 Desc. Lotação: Manut Programas Vigilância Em Saúde (1303)

Nome: SILVIA FONSECA MELO Matricula: 1989 Data Admissão: 03/01/2024
Cód. Lotação: 007002003 Desc. Lotação: Manut Administração Da Saúde Pública (01303)

Nome: LEIDIANE CONCEICAO COSTA Matricula: 1990 Data Admissão: 03/01/2024
Cód. Lotação: 007002011 Desc. Lotação: Programa De Agentes Com. De Saúde - Pacs/Ace -

Nome: CLAUDIA REGINA PINTO BRUNICOVSKI Matricula: 1991 Data Admissão: 03/01/2024
Cód. Lotação: 007002006 Desc. Lotação: Programa De Agentes Com. De Saúde - Pacs/Ace -

Nome: NATALY BOGNOLI RODRIGUES Matricula: 1992 Data Admissão: 03/01/2024
Cód. Lotação: 006002012 Desc. Lotação: Apoio Técnico Administrativo - Ensino Fundamental I

Nome: ANA CLAUDIA DA VEIGA MODESTO Matricula: 1994 Data Admissão: 03/01/2024
Cód. Lotação: 007002008 Desc. Lotação: Man. Pro De Atenção Básica - Esf

Nome: GIANI APARECIDA GAIGUER Matricula: 1995 Data Admissão: 03/01/2024
Cód. Lotação: 007002007 Desc. Lotação: Programa De Assistencia Básica - Pab

Nome: DEISY MEDUNA VALÉRIO Matricula: 1996 Data Admissão: 03/01/2024
Cód. Lotação: 004001001 Desc. Lotação: Manutenção Dos Serv. Da Secr. Da Fazenda

Nome: TALITA DE JESUS LIMA CARNEIRO Matricula: 1997 Data Admissão: 03/01/2024
Cód. Lotação: 007002008 Desc. Lotação: Man. Pro De Atenção Básica - Esf

Nome: KAREN LUIZA MIRANDA Matricula: 2000 Data Admissão: 01/02/2024
Cód. Lotação: 005001001 Desc. Lotação: Manutenção Serviços Sec. De Administração

Nome: RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO Matricula: 2001 Data Admissão: 01/02/2024
Cód. Lotação: 005001001 Desc. Lotação: Manutenção Serviços Sec. De Administração

Nome: FERNANDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO JACQUES Matricula: 2002 Data Admissão: 01/02/2024
Cód. Lotação: 007002007 Desc. Lotação: Programa De Assistencia Básica - Pab

Nome: JOSÉ GONCALVES JUNIOR Matricula: 2003 Data Admissão: 01/02/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: JONATHAN WILLIAN DE OLIVEIRA TEIXEIRA RIBAS Matricula: 2004 Data Admissão: 01/02/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: HERIK WILIAN GEORG Matricula: 2005 Data Admissão: 01/02/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: VIVIAN CAVALHEIRO DE LIMA PERES Matricula: 2006 Data Admissão: 01/02/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: SANDRO MURILO BUSSMEYER Matricula: 2015 Data Admissão: 11/03/2024
Cód. Lotação: 005001001 Desc. Lotação: Manutenção Serviços Sec. De Administração

Nome: JOÃO MARIA AMARO DA ROCHA Matricula: 2017 Data Admissão: 11/03/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: JULIO CESAR PEREIRA Matricula: 2024 Data Admissão: 25/03/2024
Cód. Lotação: 004001001 Desc. Lotação: Manutenção Dos Serv. Da Secr. Da Fazenda

Nome: LUCYMARA JORGE DE SOUZA Matricula: 2025 Data Admissão: 25/03/2024
Cód. Lotação: 007002008 Desc. Lotação: Man. Pro De Atenção Básica - Esf

Nome: ELIZABETH ALVES COSTA Matricula: 2026 Data Admissão: 25/03/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: BRUNA DE MOURA WEINERT Matricula: 2027 Data Admissão: 25/03/2024
Cód. Lotação: 007002002 Desc. Lotação: Man. Prog. De Atenção Básica - Pab Fixo

Nome: LUCAS VALDIR MACHADO Matricula: 2028 Data Admissão: 25/03/2024
Cód. Lotação: 007002002 Desc. Lotação: Man. Prog. De Atenção Básica - Pab Fixo

Nome: JULIANA GIEGA Matricula: 2029 Data Admissão: 25/03/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: KELLIN APARECIDA FRANZONI DE CAMPOS Matricula: 2030 Data Admissão: 25/03/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: PATRICIA BRAND NAGATA Matricula: 2031 Data Admissão: 25/03/2024
Cód. Lotação: 006003001 Desc. Lotação: Manut.Da Educacao Infantil - Creche1/Professores -

Nome: ANA CLAUDIA NOGUEIRA SANTOS Matricula: 2033 Data Admissão: 08/04/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: LUCILENE CARDOSO PEREIRA BELCHEMAM Matricula: 2034 Data Admissão: 08/04/2024
Cód. Lotação: 006003001 Desc. Lotação: Manut.Da Educacao Infantil - Creche1/Professores -

Nome: NATALI ESTER MATOSO Matricula: 2035 Data Admissão: 08/04/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: SABRINA CORREA DE ALMEIDA Matricula: 2036 Data Admissão: 08/04/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: DIARONE DO ROSARIO FILHO Matricula: 2040 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 004001001 Desc. Lotação: Manutenção Dos Serv. Da Secr. Da Fazenda

Nome: LEONARDO FERREIRA WAGNER Matricula: 2041 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: Manutenção Adm. De Assistencia Social

Nome: VIVIANA OILKE KULKA STRAPASSAN Matricula: 2042 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: Manutenção Adm. De Assistencia Social

Nome: ANDERRIELI WANDERLEIA MACHADO DELAY Matricula: 2044 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 004001001 Desc. Lotação: Manutenção Dos Serv. Da Secr. Da Fazenda

Nome: JHONATAN DAMON CADENA Matricula: 2045 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 002002001 Desc. Lotação: Manutencao Dos Serviços Da Secretaria De Governo

Nome: GABRIEL NUNES SILVÉRIO Matricula: 2046 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 002002001 Desc. Lotação: Manutencao Dos Serviços Da Secretaria De Governo

Nome: WILIAMARA SAVIAN BORBA Matricula: 2047 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 005001001 Desc. Lotação: Manutenção Serviços Sec. De Administração

Nome: HELENA ALVES DO COUTO Matricula: 2048 Data Admissão: 13/05/2024
Cód. Lotação: 004001001 Desc. Lotação: Manutenção Dos Serv. Da Secr. Da Fazenda

Nome: WILLIAN ROBSON MARTINS DE FREITAS Matricula: 2049 Data Admissão: 13/05/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: LAURA RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA PEDROZO Matricula: 2050 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 006001004 Desc. Lotação: Manutenção Da Educação Especial - 70% - 1101

Nome: MELISSA FREIRE DE ARAUJO Matricula: 2052 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 007002007 Desc. Lotação: Programa De Assistencia Básica - Pab

Nome: CAROLINE CRISTINA RODRIGUES LEITE Matricula: 2053 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: FRANCIANE NASCIMENTO DA SILVA Matricula: 2054 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 006002006 Desc. Lotação: Manut.Ensino Fundamental - Pré Escolar - Fundeb

Nome: CATIANE MACHADO CARNEIRO Matricula: 2055 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: SABRINA EMANUELLI BISCOTTO RICHTER Matricula: 2056 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: AKEMY ASSANUMA LOECHEL DA SILVA Matricula: 2057 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 006003001 Desc. Lotação: Manut.Da Educacao Infantil - Creche1/Professores -

Nome: NADIANARA DE LIMA TEZZA Matricula: 2058 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: CARLA RENATA SANTOS Matricula: 2059 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: ALYSSON MATOZO ALVES Matricula: 2065 Data Admissão: 13/05/2024
Cód. Lotação: 004001001 Desc. Lotação: Manutenção Dos Serv. Da Secr. Da Fazenda

Nome: RAFAEL ELIAS ZANETTI Matricula: 2067 Data Admissão: 03/06/2024
Cód. Lotação: 003001001 Desc. Lotação: Manutencao Da Procuradoria Geral

Nome: STEPHANNY BITENCOURT BESTEL Matricula: 2074 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: DAIANNA DORIS SANTOS Matricula: 2075 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: LUDMILA ARIANE FREITAS DOS REIS SILVA Matricula: 2076 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006003001 Desc. Lotação: Manut.Da Educacao Infantil - Creche1/Professores -

Nome: MARIA LUCIA MIRANDA DOS SANTOS Matricula: 2077 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002006 Desc. Lotação: Manut.Ensino Fundamental - Pré Escolar - Fundeb

Nome: MIKELLY DOS SANTOS ALEXANDRE Matricula: 2078 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002006 Desc. Lotação: Manut.Ensino Fundamental - Pré Escolar - Fundeb

Nome: VANIA CRISTINA BARBOSA CORDEIRO DA LUZ Matricula: 2079 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002006 Desc. Lotação: Manut.Ensino Fundamental - Pré Escolar - Fundeb

Nome: DANIELE VANESSA MURARO Matricula: 2080 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002006 Desc. Lotação: Manut.Ensino Fundamental - Pré Escolar - Fundeb

Nome: EDIRENE DO PILAR SANTANA Matricula: 2081 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: GABRIELA DE FREITAS DIAS Matricula: 2082 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006003001 Desc. Lotação: Manut.Da Educacao Infantil - Creche1/Professores -

Nome: JULIANO PETERSON ALVES DA SILVA Matricula: 2083 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: MONICA PRISCILA LACERDA DA SILVA Matricula: 2084 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: ANDRESSA BLEY SANCHES Matricula: 2085 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: STEFANY OSTROSVSKI LUCAS Matricula: 2086 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002010 Desc. Lotação: Coordenadoria - Ensino Fundamental

Nome: ANGELA SANTOS MACEDO Matricula: 2087 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: AUGUSTO DIAS RICARDO Matricula: 2088 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: Manut Programas Assist Ambulatorial E Hospitalar

Nome: ANE KAROLINE DA SILVA MONTEIRO Matricula: 2089 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: Manutenção Adm. De Assistencia Social

Nome: MICHELLI APARECIDA MARANHO OLIVEIRA Matricula: 2090 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 007002007 Desc. Lotação: Programa De Assistencia Básica - Pab

Nome: RAYZA TONETTI DE RAMOS Matricula: 2091 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: Manutenção Adm. De Assistencia Social

Nome: HALLANA DA GRAÇA CARVALHO PEREIRA Matricula: 2092 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: Manutenção Adm. De Assistencia Social

Nome: HELEN ANNE VIEIRA SCREMIN Matricula: 2093 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002001 Desc. Lotação: Manutenção Do Ensino Fundamental - 70% - 1101

Nome: SONIA MORAES DA COSTA Matricula: 2094 Data Admissão: 01/07/2024
Cód. Lotação: 006002006 Desc. Lotação: Manut.Ensino Fundamental - Pré Escolar - Fundeb

Nome: FELIPE RONALDO DE MIRANDA Matricula: 2202 Data Admissão: 24/02/2025
Cód. Lotação: 014001001 Desc. Lotação: Manutenção De Atividades Meio Ambiente

Nome: JOSENILDO ROSENDO LEITE Matricula: 2203 Data Admissão: 24/02/2025
Cód. Lotação: 014001001 Desc. Lotação: Manutenção De Atividades Meio Ambiente

Nome: RODRIGO SOARES Matricula: 115512 Data Admissão: 02/05/2024
Cód. Lotação: 004001001 Desc. Lotação: Manutenção Dos Serv. Da Secr. Da Fazenda

Nome: CARLOS AUGUSTO LOPES FERREIRA CAMPOS Matricula: 115626 Data Admissão: 01/07/2025
Cód. Lotação: 007005004 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE

Nome: JOÃO DOUGLAS SILVA RIBEIRO Matricula: 115627 Data Admissão: 01/07/2025
Cód. Lotação: 007004002 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS

Nome: ALEXSANDER CARVALHO LAMESON Matricula: 115628 Data Admissão: 01/07/2025
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA

Nome: ELAINE TAVARES DE SOUZA FERREIRA Matricula: 115629 Data Admissão: 01/07/2025
Cód. Lotação: 007004002 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS

Nome: OSWALD JAHNKE Matricula: 115630 Data Admissão: 14/07/2025
Cód. Lotação: 010001001 Desc. Lotação: MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO

Nome: RENATO CAMILO DE SOUSA Matricula: 115631 Data Admissão: 14/07/2025
Cód. Lotação: 010001001 Desc. Lotação: MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO

Nome: DESIRRE ARAUJO NOBRE Matricula: 115636 Data Admissão: 01/08/2025
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA

Nome: ANA CLARA PINTO DO NASCIMENTO LINHARES Matricula: 115637 Data Admissão: 01/08/2025
Cód. Lotação: 007002002 Desc. Lotação: Man. Prog. De Atenção Básica - Pab Fixo

Nome: EDUARDO DE SOUZA POLETI MOREIRA Matricula: 115638 Data Admissão: 01/08/2025
Cód. Lotação: 007004002 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS

Nome: FRANCOIZE ARCANGELO MANFRE Matricula: 115639 Data Admissão: 01/08/2025
Cód. Lotação: 007004002 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS

Nome: VANDERLEI ARIS FRANCISCO Matricula: 115640 Data Admissão: 01/08/2025
Cód. Lotação: 007004002 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS

Nome: CLAUDINEI PEREIRA DE SOUZA Matricula: 115648 Data Admissão: 18/08/2025
Cód. Lotação: 007004002 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS

Nome: ALESSANDRO PIRES STANISCIA Matricula: 115659 Data Admissão: 09/09/2025
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: EXECUCAO POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL (1000)

Nome: GABRIELA BERLIM PAZINATTO Matricula: 115660 Data Admissão: 09/09/2025
Cód. Lotação: 007004002 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS

Nome: ADILSON DA SILVA LOPES Matricula: 115661 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: ADRIANA DA SILVA EMERIM BORTOT Matricula: 115662 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: ANA PAULA DA SILVA ARAÚJO Matricula: 115663 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006011001 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUC.

Nome: DAIANE OLIVEIRA DA CUNHA Matricula: 115664 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: DEBORA DO NASCIMENTO TAGATA Matricula: 115665 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: ELIANE NASCIMENTO DA PAZ Matricula: 115666 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: ENICHELI RODRIGUES LEITE PIRES Matricula: 115667 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: HELEN TREVISANI DE MENDONÇA Matricula: 115668 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: INGRID DOS SANTOS POLIDORO DA COSTA Matricula: 115669 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: JEFERSON LUIS GUALDEZI Matricula: 115670 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: JULIANE RIBEIRO MACHADO Matricula: 115671 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: LARYSSA GONÇALVES DA SILVA MACHADO Matricula: 115672 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: LETICIA MARTINS MENDONÇA Matricula: 115673 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: KELY FONSECA MELO Matricula: 115674 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: LUANA BELEM DE SOUZA Matricula: 115675 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: MILENA PIRES BELLO RANGEL Matricula: 115676 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: MIRIAN ADAO MARQUES Matricula: 115677 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: NEISE MARTINS MENDONÇA Matricula: 115678 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: PAMELA NATALI FERREIRA DA SILVA Matricula: 115679 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: PAMELA ROSA PEREIRA Matricula: 115680 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: SILVANA PEREIRA MOLLER Matricula: 115681 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: TABATA MAYARA VIEIRA Matricula: 115682 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: VIVIANE CRISTINA SCHIMURE Matricula: 115683 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006007001 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUC.

Nome: VIVIANE DE BONA DOS SANTOS Matricula: 115684 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: STEFANY MURARO RIBEIRO Matricula: 115685 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: THAIS CRISTINA DE SOUZA MARTINS Matricula: 115686 Data Admissão: 17/09/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: DANIELLE COSTA BISCOTTO Matricula: 115688 Data Admissão: 01/10/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: SIMONE APARECIDA NEMER Matricula: 115689 Data Admissão: 01/10/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: ISMAILLA NOGUEIRA NEVES Matricula: 115692 Data Admissão: 01/10/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: MAYRA PAOLA CORDEIRO DE OLIVEIRA Matricula: 115693 Data Admissão: 01/10/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: EVERLIZE DA FONSECA BELLO Matricula: 115694 Data Admissão: 01/10/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: LETICIA DE OLIVEIRA TAKASAKI Matricula: 115695 Data Admissão: 01/10/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: SILVANE TIMOTEO DA CONCEICAO Matricula: 115696 Data Admissão: 01/10/2025
Cód. Lotação: 006003003 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: FERNANDA OLIVEIRA CORDEIRO Matricula: 115704 Data Admissão: 20/10/2025
Cód. Lotação: 005001001 Desc. Lotação: MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

Nome: NATAN MARQUES NICHAK Matricula: 115705 Data Admissão: 20/10/2025
Cód. Lotação: 006001003 Desc. Lotação: MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO

Nome: JULIANE VALERIO Matricula: 115706 Data Admissão: 20/10/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: KARINE DE FREITAS MACHADO Matricula: 115707 Data Admissão: 03/11/2025
Cód. Lotação: 008002001 Desc. Lotação: EXECUCAO POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL (1000)

Nome: ANA PAULA DA SILVA DE MELO AZEVEDO Matricula: 115708 Data Admissão: 03/11/2025
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA

Nome: MONICA ASSUNÇÃO DOS SANTOS Matricula: 115712 Data Admissão: 01/12/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: MAIRA FERREIRA DE SOUZA Matricula: 115713 Data Admissão: 01/12/2025
Cód. Lotação: 006003002 Desc. Lotação: PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS EDUC. EF I/II –

Nome: MARJORI APARECIDA DUARTE Matricula: 115714 Data Admissão: 01/12/2025
Cód. Lotação: 006001003 Desc. Lotação: MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO

Nome: LUCIANO ALVES DA ROCHA Matricula: 115715 Data Admissão: 01/12/2025
Cód. Lotação: 006001003 Desc. Lotação: MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO

Nome: ANNA CAROLINA DOS SANTOS CARVALHAIS Matricula: 115716 Data Admissão: 05/01/2026
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA

Nome: AUGUSTO CARVALHO DE PAULA Matricula: 115717 Data Admissão: 05/01/2026
Cód. Lotação: 014001001 Desc. Lotação: MANUTENCAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA

Nome: DIONISIA BARCELOS PENICHE Matricula: 115718 Data Admissão: 05/01/2026
Cód. Lotação: 007002004 Desc. Lotação: MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:216A9548

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2026 CONSELHO DE CULTURA DE MORRETES – PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2026

Conselho de Cultura de Morretes – Paraná

A senhora Júlia Moretti Pereira, Diretora de Cultura de Morretes, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 9º, inciso I, do Regimento Interno do Conselho de Cultura do Município de Morretes, em conjunto com o senhor Gilton Dias Junior, Secretário Municipal de Cultura e Turismo,

CONVOCA:
Os(as) Conselheiros(as) do Conselho de Cultura de Morretes para a Reunião Ordinária a realizar-se no dia 07 de abril de 2026 (terça-feira), às 15h, no LAB Cultura – Biblioteca Municipal José Gonçalves de Moraes, na Prefeitura Municipal de Morretes.

PAUTA:

- Criação da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC
- Definição de novo(a) presidente do Conselho de Cultura
- Organização da Conferência Municipal de Cultura
- Apresentação e discussão de projeto para o edital Municípios Criativos
- Imersão no LAB Cultura e alinhamento de ações do espaço

A presença dos(as) conselheiros(as) é de grande importância para garantir a continuidade dos trabalhos e deliberações do Conselho de Cultura de Morretes, especialmente no contexto da estruturação das políticas culturais do município para o ano de 2026.

Morretes, 30 de março de 2026.

JÚLIA MORETTI PEREIRA
Diretora de Cultura de Morretes

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:AA90A993

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS DA UNIÃO FEDERAL

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS DA UNIÃO FEDERAL

Morretes, 30 de março de 2026.

O MUNICÍPIO DE MORRETES – Estado do Paraná, **NOTIFICA** os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as entidades empresariais com sede no Município, o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, do Governo Federal, através do Ministério do Turismo, provenientes da assinatura do Contrato de Repasse conforme detalhes a seguir:
Órgão: Ministério do Turismo
Termo de Compromisso: nº 955305/2023
Objeto do Convênio: "Implantação de sinalização turística e Reforma da Ponte de Ferro, no município de Morretes/PR"
Valor do Convênio: R$ 1.020.319,00 (Um milhão, vinte mil e trezentos e dezenove reais)
Data do Repasse: 25/03/2026
Valor do Repasse: R$ 468.979,66 (Quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos)

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:CD41CBFA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8332 DE 31 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 8332 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: "Concede férias aos servidores municipais, referente ao mês de abril/2026"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, Sebastião Brindarolli Junior, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, férias aos funcionários municipais, mês de fruição **Abril de 2026**, conforme quadro abaixo discriminado:

NOME	MATRÍ.	PERIODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	TOTAL
1. ADILSON RODRIGUES	221141	21/11/2024 a 20/11/2025	01/04/2026 a 30/04/2026	30
2. ANA CLAUDIA DA VEIGA MODESTO	213994	03/01/2025 a 02/01/2026	06/04/2026 a 20/04/2026	15
3. ANA LUCIA FONSECA PIRES DE PAULA	213514	20/02/2025 a 19/02/2026	06/04/2026 a 10/04/2026	05
4. ANDERSON DE PAULA DA SILVA	213381	05/03/2025 a 04/03/2026	01/04/2026 a 15/04/2026	15
5. ANDRÉ LUIZ MENDES LOPES	213379	05/03/2025 a 04/03/2026	01/04/2026 a 14/04/2026	14

6. ARNALDO AKIRA YOKOO	213016	01/10/2024 a 30/09/2025	22/04/2026 a 09/05/2026	18
7. CLAUDIA BARBOZA ZIEMBA DE LIMA	295541	01/04/2025 a 31/03/2026	06/04/2026 a 20/04/2026	15
8. CLAUDIANE ROBASSA	222901	02/02/2025 a 01/02/2026	06/04/2026 a 20/04/2026	15
9. DANIELE ROBERTA DE CASTILHO	213332	01/06/2024 a 31/05/2025	06/04/2026 a 20/04/2026	15
10. DEISY MEDUNA VALÉRIO	213996	03/01/2025 a 02/01/2026	22/04/2026 a 01/05/2026	10
11. EDUARDO DE SOUZA POLETI MOREIRA	115638	01/08/2025 a 31/01/2026	01/04/2026 a 20/04/2026	20
12. ELISANGELA RODRIGUES SOARES	231021	07/10/2024 a 06/10/2025	06/04/2026 a 05/05/2026	30
13. EVELYNN EMILE SANTOS VIEIRA	213356	19/12/2024 a 18/12/2025	06/04/2026 a 20/04/2026	15
14. FERNANDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO JACQUES	214002	01/02/2025 a 31/01/2026	06/04/2026 a 17/04/2026	12
15. FRANCOIZE ARCANGELO MANFRE	115639	01/08/2025 a 31/01/2026	01/04/2026 a 20/04/2026	20
16. IVAIR ALVES PEREIRA	251301	07/06/2024 a 06/06/2025	22/04/2026 a 06/05/2026	15
17. JOÃO MARIA AMARO DA ROCHA	214017	11/09/2025 a 10/03/2026	01/04/2026 a 20/04/2026	20
18. JORGE MARCELO PICCININ	213969	01/11/2024 a 31/10/2025	06/04/2026 a 17/04/2026	12
19. JOSÉ GONCALVES JUNIOR	214003	01/08/2025 a 31/01/2026	01/04/2026 a 20/04/2026	20
20. JULIANA GIEGA	214029	25/03/2025 a 24/09/2025	01/04/2026 a 20/04/2026	20
21. JULIANA GIEGA	214029	25/09/2025 a 24/03/2026	21/04/2026 a 10/05/2026	20
22. LAURECI ALVES DE SOUZA	213417	13/08/2024 a 12/08/2025	06/04/2026 a 20/04/2026	15
23. LIZZANDRA LESLIE DE CASSIA OLIVEIRA NEVES PRACHTHAUSER	264401	01/04/2025 a 31/03/2026	01/04/2026 a 20/04/2026	20
24. MARCIA REGINA OLIVEIRA	213683	09/08/2024 a 08/08/2025	16/04/2026 a 15/05/2026	30
25. MARIA MARGARIDA MORAIS DA SILVA	213964	01/11/2024 a 31/10/2025	01/04/2026 a 30/04/2026	30
26. NELMA GIMENES ALVES	281981	17/02/2025 a 16/02/2026	06/04/2026 a 20/04/2026	15
27. RAFAEL ROSA DE LIMA JUNIOR	301151	01/04/2025 a 31/03/2026	06/04/2026 a 05/05/2026	30
28. RAFAELA LOMBARDO MULLER DOS SANTOS	213020	01/10/2024 a 30/09/2025	06/04/2026 a 20/04/2026	15
29. SANDRO MURILO BUSSMEYER	214015	11/03/2025 a 10/03/2026	06/04/2026 a 10/04/2026	05
30. VANDERLEI ARIS FRANCISCO	115640	01/08/2025 a 31/01/2026	01/04/2026 a 20/04/2026	20
31. VANIA LUCIA MENDES	316131	08/02/2025 a 07/02/2026	01/04/2026 a 15/04/2026	15
32. VIVIAN CAVALHEIRO DE LIMA PERES	214006	01/08/2025 a 31/01/2026	01/04/2026 a 20/04/2026	20

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes,31 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:AE60696E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2025 – ID Nº 60/2025, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A KOPAS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2025 – ID Nº 60/2025, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A KOPAS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná,
pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001 -99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10 - Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350 -000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,**
brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX- 23 e RG nº 13.XXX.XXX-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Travessa Cruz Alta, nº 137 – América de Baixo, no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA KOPAS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita
no CNPJ/MF sob nº 34.145.662/0001 -71sediada na rua Liberdade 760 Centro, Irati – Pr CEP. 84.500-049, contatos: tel.: (42) 98803 -5294; e-
mail: contato.kopas@gmail.com, neste ato representada pelo seu **MARCIO PIALA** , portador(a) da carteira de identidade nº 4.XXX.XX7 e CPF nº 034.XXX.XXX-07.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES** , doravante denominado **CONTRATANTE** e a **KOPAS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA** , doravante denominada **CONTRATADA** , de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Ata de Registro de Preço N° 041/2025 – ID Nº 60/2025 , cujo objeto é o "*contratação de pessoa especializada na prestação de serviços de ensaios de Sondagem SPT (Standard Penetration Teste) e Ensaio ISC (Índice de suporte Califórnia) CBR* **",** oriunda do Pregão Presencial nº 06/2025 , firmam o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA** , conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 41/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 06/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na realização de sondagem ISC e SPT para elaboração de projetos de pavimentação, bem como a renovação do saldo remanescente, nos termos da justificativa técnica constante nos autos.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente prorrogação fundamenta-se no **art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo em vista a comprovação da vantajosidade econômica da manutenção dos preços registrados, o interesse público na continuidade dos serviços e a manifestação favorável da Administração e da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 41/2025 por 01 (um) ano, compreendendo o período de **01 de abril de 2026 a 01 de abril de 2027**, na forma do parecer jurídico exarado nos autos.

CLÁUSULA QUARTA – DO SALDO REMANESCENTE
Permanece renovado o saldo remanescente da Ata, no valor total de R$ 115.800,00 (cento e quinze mil e oitocentos reais), conforme demonstrativo constante do processo administrativo, assim discriminado:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	Ensaio - Sondagem SPT (Standard Penetration Test) – Com Mobilização.	120	R$700,00	R$ 84.000,00
2	Ensaio - Sondagem ISC (índice de suporte Califórnia) – CBR (California Bearing Ratio).	106	R$300,00	R$31.800,00

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento emitiu parecer financeiro informando que a dotação orçamentária utilizada segue a constante na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício vigente.

As despesas decorrentes da presente prorrogação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária informada no processo: **09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.39.00.00 – Fonte 1000** Manutenção da
Secretaria de Infraestrutura.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam Ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 041/2025 – ID Nº 60/2025, oriunda do Pregão Presencial 06/2025, que estejam em conformidade com o presente termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA EFICÁCIA
O presente Termo Aditivo produzirá efeitos a partir de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação do extrato na forma legal.

E, por estarem justas e acordados, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 30 de março de 2026 .

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretária Municipal de Infraestrutura Interina
Gestor

Kopas Projetos E Servicos LTDA
MARCIO PIALA
Representante Da Kopas Projetos E Serviços LTDA
Contratada

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:4CC9EF07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA Nº 014/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30//2026
O **MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR**, através da Divisão de Licitações, torna público que pretende realizar a contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no **Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para a realização de 08 (oito) ciclos de pesquisa de opinião pública quantitativa**.

• **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R$ 62.944,48 (sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).
• **PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTAS:** As empresas interessadas deverão encaminhar suas propostas comerciais e documentos de habilitação em até **08/04/2026 até 12:00**, a contar desta publicação.
• **FORMA DE ENVIO:** Exclusivamente via e-mail para o endereço: **licitacao@novaamericadacolina.pr.gov.br**.
• **CRITÉRIO DE SELEÇÃO:** Menor Preço Unitário por ciclo de pesquisa, desde que atendidas todas as especificações técnicas do Termo de Referência.

DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA: Os interessados poderão solicitar o Termo de Referência e demais anexos através do e-mail acima mencionado ou retirá-los no site oficial do Município: **www.novaamericadacolina.pr.gov.br**.
REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS: A proposta deve contemplar a realização de, no mínimo, 365 entrevistas por ciclo, com margem de erro de 5% e confiança de 95%, incluindo relatórios analíticos e geolocalização dos pontos de coleta.

Nova América da Colina - PR, 31 de março de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:C2690D0A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HABILITAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2025

A Comissão de Credenciamento torna público o resultado da análise da documentação apresentada no Edital de Credenciamento nº 24/2025, cujo objeto é o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços médicos na Unidade Básica de Saúde Willian Francisco da Silva.
Foram consideradas **HABILITADAS** as seguintes empresas/profissionais:
INVICTUS GESTÃO EM SAUDE SS LTDA (CNPJ 26.775.172/0001-20)
LMB ASSISTENCIA MÉDICA LTDA (CNPJ61.742.480/0001-50)
Fica designado o sorteio público para distribuição da demanda no dia **07/04/2026, às 09h00**, na Avenida Paraná, 276, (Prefeitura).
Nova América da Colina/PR, 31 de março de 2026

LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:50FECC05

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA - 12/2026 Nº PROC. ADM. 28/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, de acordo com a regulamentação 14.133/21 realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA e tendo como autoridade TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO.

PUBLICAÇÃO: 31/03/2026 13:19
INÍCIO REC. PROPOSTA: 01/04/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 08/04/2026 09:09
INÍCIO DISPUTA: 08/04/2026 09:10
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: SIM
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 45.726,2000

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL DE RECARGA DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDIMENTOS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

Para demais informações contato via e-mail: licita@novaamericadacolina.pr.gov.br, telefone: 4335531633 ou acesso pelo link:https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D04JpEmsZyyRmgDI9J72CXsEIbSm3OfHtN1X0lFRKkuih0CZfUTinHRhx2Yv_GwBeevr2OmichIyscdoAlvZfVIEyD0Ozcj 0zdRvSyJSzpH4%3D

_____
LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA

NOVA AMÉRICA DA COLINA-PR - 31/03/202

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:D35BF7BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA - 13/2026 Nº PROC. ADM. 29/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA e tendo como autoridade TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO.

PUBLICAÇÃO: 31/03/2026 14:41
INÍCIO REC. PROPOSTA: 01/04/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 08/04/2026 09:59
INÍCIO DISPUTA: 08/04/2026 10:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 6.188,4500

OBJETO DO PROCESSO
CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO, RECARGA E AQUISIÇÃO DE EXTINTORES PARA AS SECRETÁRIAS E DEPARTAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE, NA FORMA DESCRITA E REQUISITOS CONSTANTES NO EDITAL EM ANEXO

Para demais informações contato via e-mail: licita@novaamericadacolina.pr.gov.br, telefone: 4335531633 ou acesso pelo link:https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DgSZUZ8H3jaL66syK6WO411ZWgc_VcQmSz1%2F1izNmsGa8qzWH6yUtNbxyw2ci0xjb8cnkn3l4F_UbXN5EpQPTtEJeP1GZ%2FFU0N0fVn9NsvW8%3D

LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA

NOVA AMÉRICA DA COLINA-PR - 31/03/2026

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:E459C326

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 06/2026 Nº PROC. ADM. 24/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, de acordo com a regulamentação 14.133/21 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA e tendo como autoridade TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO.

PUBLICAÇÃO: 31/03/2026 09:55
INÍCIO REC. PROPOSTA: 01/04/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 16/04/2026 08:20
INÍCIO DISPUTA: 16/04/2026 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: SIM
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 202.823,8400

OBJETO DO PROCESSO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos hortifrutigranjeiros

Para demais informações contato via e-mail: licita@novaamericadacolina.pr.gov.br, telefone: 4335531633 ou acesso pelo link:https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DvBNoZdMWEe3L0JQs2bSSm%2F_Dr7tzBoiyBRh_viAogmfRfwty65aF8E2hbZCrGo63L58wWIRotPBuw_Bm1iTTMLMsLEPoRRTmNE7BZ_Jmwf0%3D

LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA
Nova América da Colina-PR - 31/03/2026

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:5EB9930F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 07/2026 Nº PROC. ADM. 27/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA e tendo como autoridade TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO.

PUBLICAÇÃO: 31/03/2026 11:13
INÍCIO REC. PROPOSTA: 01/04/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 16/04/2026 14:00
INÍCIO DISPUTA: 16/04/2026 14:10
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 536.626,0000

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS EM CONCRETO (MANILHAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO

Para demais informações contato via e-mail: licita@novaamericadacolina.pr.gov.br, telefone: 4335531633 ou acesso pelo link:https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DPzFla4sLj9r__XfSBnD1__h%2Fxcqa6hq_XBLdrToN5kjtIHre5a5BTmV3%2FBM5JSDPBWNaguXcEMZ5H9id6N9jf_uPWWMcH8LI5hqXkRfgdLk%3D

LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA
Nova América da Colina-PR - 31/03/2026

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:873818D3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 05/2026

RESOLUÇÃO N° 05/2026, de 20 de março de 2026, do Conselho Municipal de Saúde de Nova América da Colina.

Dispõe sobre as conclusões acerca do Relatório Anual de Gestão do exercício do ano de 2025 - RAG 2025, do município de Nova América da Colina, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Nova América da Colina, em reunião ordinária de audiência pública; realizada em 20 de março de 2026, Ata 02/2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal N°8.080, de 19/09/1990, pela Lei Federal N°8.142, de 28/12/1990, e pela Lei Municipal N° 294/2014 de 13/03/2014, no uso de sua competência;

Resolve:
Art. 1° - Aprovar o Relatório Anual de Gestão do exercício do ano de 2025 - RAG 2025, do município de Nova América da Colina.
Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova América da Colina, 20 de março de 2026.

PR. MAURO CÉLIO AGOSTINIS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
CPF 561.077.579-53
Decreto 12/2025

REGINALDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Saúde
CPF 028.420.546-49
Portaria 44/2025

Homologo a Resolução n° 05/2026, do Conselho Municipal de Saúde nos termos do § 2°, art. 1° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1.990

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:47AE47D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DEAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.
OBJETO: aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Trator Agrícola 4x4	4	R$ 1.210.653,32	90 dias

Atendimento ao Convênio n°249/2026, celebrado entre o Município de Nova Prata do Iguaçu e o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado das Cidades - SECID.
DOTAÇÃO: 12 Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos; 002 Departamento de serviços públicas e urbanos; 0015.0452.0015.1-030 Aquisição de Equipamentos e Veiculos para o Setor de Urbanismo; 44.90.52.00.00 Equipamentos e Materiais Permanentes.
DATA DA REALIZAÇÃO: 16/04/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 27 de março de 2026.

***ELIZETE CAVAZIN* –**
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:995CCFC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026 (90006/2026 COMPRAS.GOV.BR)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obras de pavimentação poliédrica em estradas rurais do Município de Nova Prata do Iguaçu – PR, contemplando os serviços de terraplenagem, regularização da plataforma, execução de drenagem pluvial (incluindo bueiros tubulares de concreto e boca de bueiro), assentamento de pedras irregulares de basalto, rejuntamento com argila e compactação mecânica, além da sinalização e demais serviços complementares necessários para a plena funcionalidade e durabilidade da via, no Município de Nova Prata do Iguaçu – PR, em conformidade com as normas técnicas do DER/PR e ABNT. **Termo de convênio n° 55851/2025** entre Município de Nova Prata Do Iguaçu e o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.
DOTAÇÃO: 12 Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos, Urbanismo e Transporte; 003 Departamento de obras; 0026.782.0014.1015 Pavimentação e Adequação de Estradas; 44.90.51.00.00 Obras e Instalações.
DATA DA REALIZAÇÃO: 23/04/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 31 de março de 2026.

***ELIZETE CAVAZIN* –**
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:ABF758D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 4055/2026

DECRETO N.º 4055/2026
DATA: 31/03/2026

SÚMULA: Regulamenta valores de plantões aos profissionais da área da saúde, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Regulamentar valores de plantões aos Servidores Públicos Municipais, profissionais da área da saúde, conforme a seguir:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Plantão de 12 horas: (realizados aos sábados, domingos e feriados)	R$ 150,00
Plantão sobreaviso	R$ 300,00

* Plantão sobreaviso: compreende valor para 07 noites de 12 horas.

ENFERMEIRA:

Plantão de 12 horas	R$ 500,00

TÉCNICA DE ENFERMAGEM:

Plantão de 12 horas	R$ 280,00

MÉDICO 30 E 40 HORAS:

Plantão de 12 horas	R$ 1.200,00

Art. 2º - O valor dos plantões será reajustado na mesma data e com o mesmo índice da revisão geral, anual, dos servidores do Poder Executivo Municipal, com vigência a partir do ano de 2026.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3625/2022.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu- Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março do ano de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:7B2494C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4056/2026

DECRETO Nº 4056/2026
DATA: 31/03/2026

SÚMULA: Declara de utilidade pública trechos de estradas rurais do Município de Nova Prata do Iguaçu - Paraná e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município e fundamentado no interesse público.

DECRETA

Art. 1º - Ficam declarados de Utilidade Pública os seguintes trechos de estradas rurais:

Localidade	Coordenadas UTM - Sirgas 2000		Extensão (m)	Largura (m)
	Inicial	Final		
Guarani/Reassentamento	259464.02 m E 7174394.87 m S	255248.46 m E 7175542.94 m S	3.700	12,00
Vitoria/Barra do Quieto	254735.63 m E 7170156.06 m S	250345.47 m E 7166450.39 m S	9.500	12,00

Art. 2º - A declaração de Utilidade Pública tem como objetivo a obtenção de licença ambiental junto ao Instituto Água e Terra (IAT) para execução de Obras de Pavimentação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, aos 31 dias do mês de março de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:8E4312A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO N° 002/2026 - PRORROGAÇÃO
CONTRATO Nº 065/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 033/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Rprev Consultoria Atuarial Ltda – CNPJ N° 46.147.565/0001-05 – São Gonçalo - RJ.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de serviço de cálculo atuarial anual, constando avaliação para o Regime Próprio de Previdência do Município, considerando a Lei 9.796/99 que regulamenta a Compensação Financeira, Portaria 7.796/2000 que estabelece os Critérios das Avaliações Atuariais, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ainda, os enquadramentos das Leis 9.717/1998 e 10.887/2004, Portarias 4.992/1999 e 1467/2022, bem como de acordo com as Emendas Constitucionais Federais nºs 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019, e de acordo com a legislação municipal referente ao RPPS, desde que, não distintas das regras estabelecidas na EC 103/2019 de concessão de aposentadorias e pensão – Item 01
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO – Em virtude da continuidade das necessidades de amparo quanto ao serviço demandado, Calculo Atuarial, sendo o mesmo de caráter obrigatório junto aos órgãos federais e também para verificação da Administração Municipal a respeito do déficit junto ao Fundo de Previdência Própria do Município de Nova Prata do Iguaçu, faz-se necessária a continuidade desta prestação de serviços, salientando que verificou-se em levantamento de mercado que o valor permanece vantajoso, mesmo com o reajuste ora apresentado a seguir.
Inclusive ressalta-se que a continuidade de serviços é permitida embasada no artigo 107 da Lei Federal de licitações 14.133/2021 "Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das parte".
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO – Conforme clausula sétima do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses a contar da seu vencimento, ou seja, até **31/03/2027.**
CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE – Conforme preconiza a Lei 14.133/2021 após decorridos 12 (doze) meses, o valor contratual deverá ser reajustado, assim utilizou-se o IPCA correspondente à 03/2025 até 02/2026, de 3,812500%, passando **o valor unitário de R$ 5.900,00** (cinco mil e novecentos reais) **para R$6.124,94** (seis mil, cento e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos) e valor total de R$11.800,00 (onze mil e oitocentos reais) para R$ 12.249,88 (doze mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).
CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR – Devido a prorrogação contratual e reajuste, fica acrescido o valor de R$ 12.249,88 (doze mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos) ao contrato.
CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:09218185

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N° 001/2026
CONTRATO Nº 262/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 014/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Irmãos Pizato Ltda - CNPJ nº 18.081.995/0001-28 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de pavimentação poliédrica com pedras irregulares em estradas rurais na Linha Calgaroto, área de 5.012,03 m², compreendendo: placa da obra, locação de pavimentação, regularização de superfície com motoniveladora, sistema de drenagem com tubos de concreto e bocas de BSTC, pavimentação poliédrica com cordão lateral, sinalização de trânsito, contenção lateral e plantio de grama em placas, incluindo fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, conforme Memorial Técnico Descritivo, Projetos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha Orçamentária.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO – Em decorrência da solicitação do Departamento de Infraestrutura, Programas e Projetos quanto ao aditivo de valor em decorrência de situações técnicas supervenientes e de ampliação de meta física do objeto, o qual só foi demandado após a execução inicial, onde na execução surgiu a necessidade de acréscimo dos serviços, conforme especificado caso a caso no relatório técnico apresentado pela engenheira municipal Cleuza Castro de Jesus na data de 26 de março de 2026 e também seguindo o parecer jurídico favorável ao aditivo, emitido em 30 de março de 2026, para elaboração do Termo Aditivo de valor do Contrato em razão do aumento dos quantitativos previstos para o objeto dos serviços, considerando ainda o artigo nº 124 da Lei nº 14.233/21, que autoriza o aumento de até 25% (vinte e cinco por cento) dos valores contratados em hipótese devidamente justificadas desde que respeite os limites e o interesse público considerando a viabilidade e vantajosidade da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR - Fica acrescido ao contrato original o valor de **R$ 45.506,08 (quarenta e cinco mil, quinhentos e seis reais e oito centavos)**, passando o valor do contrato para R$ 321.927,81 (trezentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.

E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 31 de março de 2026

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:C10D9CDD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 6199/2026

PORTARIA N.º 6199/2026
DATA: 31/03/2026

SÚMULA: Indeniza em pecúnia Licença Prêmio aos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o contido no artigo 82, *caput*, c/c art. 84, § 1º, na Lei Municipal n.º 891/2008 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Nova Prata do Iguaçu/PR, e conforme requerimento protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos.

RESOLVE

Art. 1º - Indenizar em pecúnia os períodos de Licença Prêmio, adquirido pelos Servidores Públicos Municipais, considerando a conveniência e oportunidade da Administração Pública, conforme segue:

ALCEBIADES DA SILVA, inscrito na matricula funcional nº. 9651-04, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, com lotação na Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 17/10/2020 a 16/10/2025.

DIEGO TELES DE SOUZA, inscrito na matricula funcional nº 14791-01, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 15/06/2015 a 14/06/2020.

FRANCIANE BANCK, inscrita na matricula funcional nº 15841-01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 05/02/2018 a 04/02/2025.

GRACIELI GARCIA TONELI, inscrita na matricula funcional nº 10281-02, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 28/03/2006 a 27/05/2011.

IVONETE APARECIDA KAWKA, inscrita na matricula funcional nº 12261-01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2025.

IZANETE NERIS DA ROCHA NIEDZIATOVSKI, inscrita na matricula funcional nº 8991-02, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 14/02/2010 a 13/02/2015.

VALMIR PEREIRA DE ALMEIDA, inscrito na matricula funcional nº 13031-02, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 22/02/2011 a 21/02/2016.

ZENITA LUBAVI DA SILVA, inscrita na matricula funcional nº 14781-02, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 15/06/2015 a 14/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 31 dias do mês de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:9799447A

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO DA FTD EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Instrução Normativa nº. 01/2026.

Dispõe sobre a adoção e implementação do Sistema de Ensino da FTD Educação na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a qualidade do ensino ofertado na rede municipal;
CONSIDERANDO a importância de assegurar práticas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao currículo municipal;
CONSIDERANDO a adoção de materiais estruturados como suporte ao planejamento e à prática docente;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica instituída a adoção do Sistema de Ensino da FTD Educação na Rede Municipal de Ensino, como ferramenta de apoio pedagógico às unidades escolares.
Art. 2º. A implementação do Sistema de Ensino abrangerá:
I – Educação Infantil;
II – Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
Art. 3º. O uso do material didático deverá:
I – Estar articulado ao planejamento pedagógico do professor;
II – Respeitar as especificidades de cada turma e contexto escolar;
III – Complementar outras práticas pedagógicas desenvolvidas na unidade escolar.
Art. 4º. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – Garantir a distribuição dos materiais didáticos;
II – Ofertar formação continuada aos profissionais da educação;
III – Acompanhar e monitorar a implementação do sistema;
IV – Propor ajustes e melhorias no processo.
Art. 5º. Compete às equipes gestoras das unidades escolares:
I – Assegurar a implementação do Sistema de Ensino;
II – Acompanhar o planejamento e a prática docente;
III – Incentivar a participação dos professores nas formações;
IV – Promover momentos de estudo e alinhamento pedagógico.

Art. 6º. Compete aos professores:
I – Utilizar o material didático como ferramenta de apoio ao ensino;
II – Planejar suas aulas considerando as orientações do sistema;
III – Participar das formações ofertadas;
IV – Adequar as propostas às necessidades dos estudantes.

Art. 7º. O acompanhamento da implementação será realizado por meio de:
I – Visitas técnicas às unidades escolares;
II – Análise de planejamentos;
III – Avaliações diagnósticas e de desempenho;
IV – Relatórios pedagógicos.
Art. 8º. O Sistema de Ensino deverá ser utilizado como instrumento de apoio, não substituindo a autonomia pedagógica do professor, respeitando a diversidade e a realidade de cada unidade escolar.
Art. 9º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Prata do Iguaçu - PR, 31 de março de 2026.

CLEONICE GENUINO VISSOTO
Secretária Municipal de Educação
Portaria N° 5650/2025 DOPr-AMP 13/01/2025

Publicado por:
Janildes Sueli Metz Machado
Código Identificador:A2023E1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 33/2026
Nome do Beneficiário: Milson Monteiro Teles
Cargo/Função: Vereador
Período de Afastamento: 23/03/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Curitiba - PR
Objetivo da Viagem: Representar a Câmara Municipal de Paiçandu-PR no evento de Cerimônia de Entrega dos Novos Veículos destinados às Agências do Trabalhador do Paraná e Núcleos Regionais do Trabalho, realizada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR), Paulo Rogério do Carmo.
Data do evento ocorrerá em 23 de março de 2026 (segunda feira) às 10h30min. Local: Palácio Iguaçu.
Endereço: Praça Nossa Senhora de Salete s/n, Centro Cívico – Curitiba - PR
Quantidade de diárias deferidas: 3
Valor unitário da diária: R$ 450,00
Valor Total Pago: R$ 450,00
Data da Liquidação e Pagamento: 23/03/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Resolução nº 02/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:6F16F22A

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 34/2026
Nome do Beneficiário: Marcio Cristiano da Silva
Cargo/Função: Motorista
Período de Afastamento: 23/03/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Curitiba - PR
Objetivo da Viagem: Transportar o Vereador Milson Monteiro Teles, para participar do evento: de Cerimônia de Entrega dos Novos Veículos destinados às Agências do Trabalhador do Paraná e Núcleos Regionais do Trabalho, realizada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR), Paulo Rogério do Carmo.
Data do evento ocorrerá em 23 de março de 2026 (segunda feira) às 10h30min. Local: Palácio Iguaçu.
Endereço: Praça Nossa Senhora de Salete s/n, Centro Cívico – Curitiba - PR

Nos Termos do Parágrafo Único, do art. 5º da Lei Municipal nº 3447/2025.
Quantidade de diárias deferidas: 1
Valor unitário da diária: R$ 3500,00
Valor Total Pago: R$ 350,00
Data da Liquidação e Pagamento: 23/03/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Lei 3447/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:A6566DE6

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 58

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Erica Cristina dos Santos Bonfogo, brasileira, Professora (20 horas) – PSS, Carteira de Identidade **.199.505-*-SESP/PR, CPF ***.020.279-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 1 de outubro de 2024.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 31 de março de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 25 de fevereiro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:4887D347

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 18º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: *POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 6º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 31/03/2026 as 09:25 hrs),** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 21/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Saúde, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,39**

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,29**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 1462/2024 no Pregão nº 21/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu – PR, 31 de março de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:5F8965D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 91/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **MARIA EURICA DE JESUS** portador(a) da cédula de identidade nº *25*8**-8 SSP/PR, inscrito(a) no CPF ***.247.***-91, ao avanço nº 5 (cinco), nível 6 (seis), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 30 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:806399F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 92/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **DAYELI MOREIRA ANTUNES CINTRA,** portador(a) da cédula de identidade nº 1*73*1**0 SSP/PR, inscrito(a) no CPF ***.545.***-30, ao avanço nº 7 (sete), nível 8 (oito), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 30 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:585E8948

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 93/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **LILIA ARAUJO DOS SANTOS VOLPATO,** portador(a) da cédula de identidade nº *86*2**-0 SSP/RJ, inscrito(a) no CPF ***.392.***-03, ao avanço nº 7 (sete), nível 8 (oito), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 30 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CE214318

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 94/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **MARLENE CONDE FRANCISCO,** portador(a) da cédula de identidade nº *.38*.0**-3 SSP/RJ, inscrito(a) no CPF ***.599.***-91, ao avanço nº 5 (cinco), nível 6 (seis), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 30 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9ABC3CB9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 18º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO - POSTO MACEDO

EXTRATO DO 18º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO
– PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 18º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 31/03/2026 AS 09:25 HRS,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 7,39**
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,39

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 7,29**
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,39

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 95/2025 do Pregão nº 31/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
Paiçandu-PR, 31 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:5ED1B1C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 11

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Sandra Harumi Toda Pereira, brasileira, Educadora Social – PSS, Carteira de Identidade nº **.669.933-*- SSP/SP, CPF ***.700.578-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 1 de abril de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 31 de março de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 2 de março de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9301B03B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA Nº. 04/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA Nº. 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 366/2026

A Câmara Municipal de Palmeira torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:
Objeto: Aquisição de cadeiras para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Local: Sistema de Compras do Governo Federal.
Data da sessão: 14/04/2026.
Horário da Fase de Lances: das 8h00min às 14h00min.
Os interessados poderão obter o Aviso de Contratação Direta na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência pelo endereço eletrônico https://palmeira.eloweb.net/portaltransparencia/20/, Site Oficial do órgão na aba de Licitações pelo endereço eletrônico https://www.palmeira.pr.leg.br/.
Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail: compras@palmeira.pr.leg.br.

Palmeira, 31 de março de 2026

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:6B263892

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1430/2026 - NOMEIA MARCO ANTONIO FERNANDES AQUINI PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE GESTÃO E PATRIMÔNIO, DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA.

PORTARIA Nº 1430/2026

Ementa: Nomeia Marco Antonio Fernandes Aquini para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gestão e Patrimônio, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Palmeira.

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear Marco Antonio Fernandes Aquini, CPF nº 020.xxx.xxx-89, para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gestão e Patrimônio (E-4), do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Palmeira, a partir de 1º de abril de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:87F604AA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 20.2026

O Município de Palmeira torna público que às 09:00 do dia 09/04/2026 realizará DISPENSA de licitação na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob Sistema de Registro de Preços, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

OBJETO: A*quisição sob demanda de bobinas de papel para impressora plotter.*

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

31/03/2026.

FABIANO BISHOP CASSANTA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:67F0A24B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 15/2025 – VICENTE CZAR

Referente ao Credenciamento n.º 02/2025 – Processo Administrativo n.º 16646/2025
Termo de Credenciamento n.º 15/2025 – Processo Administrativo n.º 6317/2026
Credenciante:MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: VICENTE CZAR
CNPJ: 82.419.789/0001-84
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças.
Período de vigência: O prazo de vigência deste credenciamento é de 3 (três) meses, encerrando-se, portanto, em **30 de abril de 2026**.
Data da assinatura: 31/03/2026

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:3AF263DE

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 19.181, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - DECLARA OS IMÓVEIS QUE DISCRIMINA COMO DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, VOLTADA À CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, com apoio na Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, art. 2º, inciso V; na Constituição da República Federativa do Brasil; na Lei Orgânica do Município de Palmeira e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de interesse social para fins de desapropriação, os seguintes imóveis, de propriedade de: **01- JOÃO PEDRO ELIAS BACILA**, brasileiro, viúvo, agricultor, portador da C.I. Rg. N° 570.507 SSP-PR, CPF n° 026.176.179-04, domiciliado e residente nesta Comarca, na Fazenda Boa Vista, cabendo a parte ideal correspondente a **6,66%; 02- CARLOS OLIMPIO BENEDITO BACILA**, brasileiro, divorciado, comerciante, portador da C.I. Rg. N° 357.886 SSP-PR, CPF n° 007.138.489-87, domiciliado e residente em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **6,66%; 03- ÁLVARO PLATÃO ELIAS BACILA**, brasileiro, viúvo, funcionário público-estadual aposentado, portador da C.I. Rg. N° 258.090 SSP-PR, CPF n° 110.774.509-82, domiciliado e residente na Fazenda Boa Vista desta Comarca, cabendo a parte ideal correspondente a **6,68%; 04- VICTOR DECHANDT BACILLA**, brasileiro, casado com Gladys Berta Bacilla sob o regime de comunhão de bens, do comércio, portador da C.I. Rg. N° 142.085 SSP-PR, CPF n° 018.061.659-53, domiciliado e residente em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **6,66%; 05- NACIM BACILA NETO**, brasileiro, casado com Marília Tereza Denovaro Bacila sob o regime de comunhão de bens, do comércio, portador da C.I. Rg. N° 119.104 SSP-PR, CPF n° 000.304.229-49, domiciliado e residente em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **6,66%; 06- SYRTE BACILLA KASPROWICZ**, brasileira, do comércio, casada com Tadeu José Kasprowicz, portadora da C.I. Rg. N° 112.962 SSP-PR, CPF n° 016.645.579-20, domiciliada e residente em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **6,68%; 07- METRY BACILA**, brasileiro, casado com Célia Schiffer Bacila sob o regime de comunhão de bens, professor universitário, portador da C.I. Rg. N° 4.180.046 SSP-PR, CPF n° 005.244.258-68, domiciliado e residente em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **4,00%; 08- JORGE AMIN BACILA**, brasileiro, casado com Nelly Fiani Bacila sob o regime de comunhão de bens, médico, portador da C.I. Rg. N° 72.623 SSP-PR, CPF n° 005.563.199-15, domiciliado e residente em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **4,00%; 09- LEVINA BACILA MALUCELLI**, brasileira, viúva, do lar, portadora da C.I. Rg. N° 1.299.909-5 SSP-PR, CPF n° 214.353.089-72, domiciliada e residente nesta cidade, cabendo a parte ideal correspondente a **4,00%; 10- LILY BACILA**, brasileira, divorciada, professora aposentada, portadora da C.I. Rg. N° 3.362.935 SSP-PR, CPF n° 111.679.639-20, domiciliada e residente nesta cidade, cabendo a parte ideal correspondente a **4,00%; 11- GILBERTO BACILA,** brasileiro, casado com Clarissa Agottani Bacila sob o regime de comunhão de bens, do comércio, portador da C.I. Rg. n° 224.261 SSP-PR, CPF n° 374.855.129-00, domiciliado e residente nesta cidade, cabendo a parte ideal correspondente a **4,00%; 12- HELENA BACILA NICOLAU**, brasileira, viúva, do lar, portadora da C.I. Rg. n° 3.307.710 SSP-PR, não inscrita no CPF, residente e domiciliada em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **20,00%**; **13- LINDAMIR FARAJALA BACILA,** brasileira, viúva, do lar, portadora da C.I. Rg. n° 611.281-1 SSP-PR, CPF n° 002.620.569-68, domiciliada e residente em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **5,00%; 14- EMELY BACILA KARDOSH,** brasileira, do lar, casada com Souhail Constandi Kardosh sob o regime de comunhão de bens, portadora da C.I. Rg. n° 425.417-SSP-PR, CPF n° 111.076.509-68, domiciliada e residente nesta cidade,

cabendo a parte ideal correspondente a **5,00%; 15- JULIETA BACILA RAHAD,** brasileira, comerciante, casada com Alfredo Rahad sob o regime de comunhão de bens, portadora da C.I. Rg. n° 105.564-SSP-PR, CPF n° 110.041.009-06, domiciliada e residente em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **5,00%; 16- SEBASTIÃO FARAJALA BACILA**, brasileiro, médico, casado com Elizabete Ende Zraik Bacila sob o regime de comunhão de bens, portador da C.I. Rg. n° 185.018-SSP-PR, CPF n° 000.165.609-06, domiciliado e residente em Curitiba-PR, cabendo a parte ideal correspondente a **5,00%**, conforme Formal de Partilha extraído dos autos sob N° 3.454/70 de inventário em 23 de março de 1995 pela Escrivania do Cível, Comércio e Anexos da Comarca, com sentença de 10 de março de 1993 passada em julgado:

•
Lote de terreno urbano nº **145**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa desta cidade, com área de 300,00m², medindo 12,50m de frente para a Rua Eurides Teixeira de Oliveira; do lado direito de quem da frente olha, medindo 24,00m confrontando com o lote nº 146; do lado esquerdo, medindo 24,00m confrontando com a Rua Fritz Kliewer e fundos, medindo 12,50m, confrontando com o lote nº 149; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.818** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **1222-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **146**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,50 m de frente para a Rua Eurides Teixeira de Oliveira; do lado direito de quem da frente olha, confrontando com o lote nº 147, medindo 24,00m; do lado esquerdo, medindo 24,00m, confrontando com o lote nº 145; e fundos, medindo 12,50m confrontando com o lote nº 149; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.819** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3169-03** da Prefeitura Municipal desta cidade; na Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **149**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa desta cidade, medindo 300,00m², com 12,00m de frente para a Rua Fritz Kliewer; do lado direito de quem da frente olha, medindo 25,00m confrontando com os lotes nºs. 145 e 146; do lado esquerdo, medindo 25,00m confrontando com o lote nº 151; e fundos, medindo 12,00m, confrontando com o lote nº 150; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.822** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3166-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **150**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa desta cidade, com área total de 300,00m², medindo 12,00m de frente para a Rua Antônio de Sá Camargo; do lado direito de quem da frente olha, medindo 25,00m confrontando com o lote nº 152; do lado esquerdo, medindo 25,00m, confrontando com os lotes nºs. 147 e 148; e nos fundos, medindo 12,00m confrontando com o lote nº 149; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.823** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3165-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **151**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa desta cidade, com a área total de 300,00m², medindo 12,00m de frente para a Rua Fritz Kliewer; do lado direito de quem da frente olha, medindo 25,00m confrontando com o lote nº 149; do lado esquerdo, medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 153; e nos fundos, medindo 12,00m, confrontando com o lote nº 152; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.824** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3164-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **152**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,00m de frente para a Rua Antônio de Sá Camargo; do lado direito de quem da frente olha, medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 154; do lado esquerdo, medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 150; e nos fundos, medindo 12,00m, confrontando com o lote nº 151; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.825** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3163-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **153**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa desta cidade, com a área total de 300,00m², medindo 12,00m de frente para a Rua Fritz Kliewer; do lado direito de quem da frente olha, medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 151; do lado esquerdo, medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 155; e nos fundos, medindo 12,00m, confrontando com o lote nº 154; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.826** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3162-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **154**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,00m de frente para a Rua Antônio de Sá Camargo; do lado direito de quem da frente olha, medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 156; do lado esquerdo, medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 152; e nos fundos, medindo 12,00m, confrontando com o lote nº 153; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.827** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3161-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **155**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa, desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,00m de frente para a Rua Fritz Kliewer; do lado direito (de quem da frente olha) medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 153; do lado esquerdo medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 157; e nos fundos medindo 12,00m, confrontando com o lote nº 156; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.828** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3160-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **156**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa, desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,00m de frente para a Rua Antônio de Sá Camargo; do lado direito (de quem da frente olha) medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 158; do lado esquerdo medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 154; e nos fundos medindo 12,00m, confrontando com o lote nº 155; dentro das medidas, divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.829** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3159-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **157**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa, desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,00m de frente para a Rua Fritz Kliewer; do lado direito (de quem da frente olha) medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 155; do lado esquerdo medindo 25,00m, confrontando com os lotes nºs 159 e 160; e nos fundos medindo 12,00m, confrontando com o lote nº 158; divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.830** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3158-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **158**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa, desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,00m de frente para a Rua Antônio de Sá Camargo; do lado direito (de quem da frente olha) medindo 25,00m, confrontando

com os lotes nºs 161 e 162; do lado esquerdo medindo 25,00m, confrontando com o lote nº 156; e nos fundos medindo 12,00m, confrontando com o lote nº 157; divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.831** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3157-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **159**, situado na Quadra nº **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa, desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,50m de frente para a Avenida Nacim Bacila; do lado direito (de quem da frente olha) medindo 24,00m, confrontando com a Rua Fritz Kliewer; do lado esquerdo medindo 24,00m, confrontando com o lote nº 160; e nos fundos medindo 12,50m, confrontando com o lote nº 157; divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.832** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3156-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **160**, situado na **Quadra nº 02** do Loteamento Jardim Santa Rosa, desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,50m de frente para a Avenida Nacim Bacila; do lado direito (de quem da frente olha) medindo 24,00m, confrontando com o lote nº 159; do lado esquerdo medindo 24,00m, confrontando com o lote nº 161; e nos fundos medindo 12,50m, confrontando com o lote nº 157; divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.833** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3155-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano nº **161**, situado na **Quadra nº 02** do Loteamento Jardim Santa Rosa, desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,50m de frente para a Avenida Nacim Bacila; do lado direito (de quem da frente olha) medindo 24,00m, confrontando com o lote nº 160; do lado esquerdo medindo 24,00m, confrontando com o lote nº 162; e nos fundos medindo 12,50m, confrontando com o lote nº 158; divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.834** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3154-03** da Prefeitura Municipal desta cidade;

•
Lote de terreno urbano n° **162** de terreno urbano, situado na Quadra n° **02** do Loteamento Jardim Santa Rosa, desta cidade, com a área de 300,00m², medindo 12,50m de frente para a Avenida Nacim Bacila, do lado direito (de quem da frente olha), confronta com o lote n° 161 medindo a extensão de 24,00m; do lado esquerdo medindo 24,00m confrontando com a Rua Antônio de Sá Camargo; e nos Fundos medindo 12,50m, confrontando com o lote n° 158; divisas e confrontações constante da Matrícula nº **7.835** do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, cadastro imobiliário nº **3153-03** da Prefeitura Municipal desta cidade.

Parágrafo único. As áreas terão por finalidade atender ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, com a construção de casas populares.

Art. 2º A Procuradoria-Geral do Município de Palmeira fica, desde já, autorizada a promover todos os atos administrativos e judiciais necessários à execução e ao cumprimento deste Decreto, incluindo a propositura das ações judiciais cabíveis.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto, incluindo o pagamento das indenizações devidas aos proprietários, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:7CDCD617

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 19.184, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - HOMOLOGA O RESULTADO FINAL, SUB JUDICE, DO CONCURSO PÚBLICO CONCERNENTE AO EDITAL Nº 001/2023, EXCLUSIVO PARA O CARGO DE MOTORISTA II, REGIME ESTATUTÁRIO, FINALIZADO PELO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e,
CONSIDERANDO que o Município de Palmeira, Estado do Paraná, realizou concurso público sob a égide do Edital de Concurso Público nº 001/2023 para o preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva referentes ao quadro efetivo de pessoal do Serviço Público do Município;
CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade, publicidade e legitimidade do Concurso Público do Município de Palmeira concernente ao Edital 001/2023;
CONSIDERANDO a sentença proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Palmeira nos Autos de Mandado de Segurança nº 0002805-18.2023.8.16.0124;

DECRETA:

Art. 1º Fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final, sub judice, do Concurso Público concernente ao Edital nº 001/2023, exclusivo para o provimento do cargo de Motorista II e para formação de cadastro reserva, em razão da sentença judicial proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Palmeira nos Autos de Mandado de Segurança n. 0002805-18.2023.8.16.0124, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados da classificação final dos aprovados, publicados em edital no Diário Oficial pelo Município de Palmeira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A59CE4EA

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.321, DE 31 DE MARÇO DE 2026 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CLUBE DE DESBRAVADORES E AVENTUREIROS SUL.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Clube de Desbravadores e Aventureiros Sul, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Deputado João Ferreira Neves, Nº 159, Bairro Vista Alegre, no município de Curitiba Estado do Paraná, registrada no CNPJ sob nº 32.133.841/0002-44, e finalidades constantes de seu Estatuto.
Parágrafo Único. A Declaração de Utilidade Pública prevista no caput deste artigo tem validade de 3 anos, a contar da sua publicação, conforme previsto no art. 3º da lei 2281/2003, podendo ser renovada por iguais períodos, por intermédio de Portaria expedida pelo Poder Legislativo Municipal, desde que atendidos os critérios do art. 4º e do art. 7º da lei 2281/2003.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C71B49E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1729/2026 - CHAPADEX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

Contrato n.º: 1729/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada: CHAPADEX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 20.906.966/0001-08
Processo Administrativo: 5744/2026
Modalidade de Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2026
Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de Show Nacional de abertura da Expo Palmeira 2026 e Rodeio Country com Fiduma e Jeca.
Valor da contratação: O valor total da presente contratação é de R$205.000,00 (duzentos e cinco mil reais).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do primeiro dia útil subsequente à publicação no PNCP, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:839176D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1730/2026 - E & H PRODUCOES ARTISTCAS LTDA

Contrato n.º: 1730/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada: E & H PRODUCOES ARTISTCAS LTDA
CNPJ/CPF: 06.974.438/0001-57
Processo Administrativo: 5785/2026
Modalidade de Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2026
Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de Show Nacional para a Expo Palmeira 2026 e Rodeio Country com Edson e Hudson
Valor da contratação: O valor total da presente contratação é de R$ 467.500,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do primeiro dia útil subsequente à publicação no PNCP, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:226F5443

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.º 1681/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, Sra. DIRLENE APARECIDA DELFRATE, inscrita no CPF/MF sob o n.° 541.250.229-68,** a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º **18772/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **MOBILE AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 32.951.008/0001-20,** neste ato representado pelo **Sr. José Marcos da Silva**, inscrito no **CPF/MF sob n.º 860.031.001-68** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 5420/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei nº 14.133/21, com as alterações posteriores, o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.º 1681/2025**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE: Visando restabelecer a relação originalmente pactuada entre as partes, fica estabelecido o reajuste contratual pelo índice de 4,44%, correspondente à variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) nos últimos 12 (doze) meses, conforme tabela descritiva a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
1	02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO MINIVAN, Marca Citroen, Modelo C3 AIRCROSS - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 130 CV (E), capacidade 7 (6+1) ocupantes, garantia de 24 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório– PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID – Lote 4 – e-Protocolo nº 22.199.244-0	R$ 238.600,00	R$ 249.193,84

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato 1681/2025, não alcançadas pelo presente Termo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, 24 de março de 2026.

_____ _____

Testemunhas

_____
Thiago Landarin Rodrigues
RG n.º 10.795.095-8
Fiscal Titular do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:CCEDD1DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.182 DE 31/03/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$58.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

14.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

14.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Obras e Infraestrutura Urbana
14.001.15.451.0036.1.099. Pavimentação de vias urbanas
992 - 4.4.90.51.00.00 000 OBRAS E INSTALAÇÕES R$58.000,00

Total Suplementação: R$58.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do Exercício Anterior, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
000	R$58.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:7C313539

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.183 DE 31/03/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$30.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais) e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216-2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

19.000.00.000.0000.0.000. - AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. - AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
3.3.90.14.00.00 1000 DIÁRIAS-CIVIL R$30.000,00

Total Suplementação: R$30.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Superavit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
3001	R$30.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 31 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:009FAEE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.185 DE 12/03/2026 - NOMEAÇÃO DE IGHOR ALESSANDRO DOMBROSKI, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE URBANISMO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 5000/2026,
DECRETA
Artigo 1º: Fica nomeado **IGHOR ALESSANDRO DOMBROSKI,** portador do RG nº 10.xxx.xx5-2, inscrito no CPF sob nº. 078.xxx.xxx-61, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE URBANISMO, matrícula nº 301600, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a partir de 01/04/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:ED28B132

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.186 DE 17/03/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SCHEILA TATIANA ROGALSKI CORDEIRO, PARA O CARGO EM EFETIVO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, tendo em vista a aprovação no Concurso Público Municipal, Nº. 01/2023, homologado através do Decreto Nº. 16.712 de 28 de dezembro de 2023 e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 223/2026.

DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeada **SCHEILA TATIANA ROGALSKI CORDEIRO**, portadora do RG sob nº 9.XXX.XXX-8 inscrita no CPF sob o nº. 064.xxx.xxx-59, matrícula nº 204497, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de abril de 2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:E0593263

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1739/2026 - KAPA INFRAESTRUTURA S.A

Contrato n.º: 1739/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada: KAPA INFRAESTRUTURA S.A
CNPJ/CPF: 57.152.502/0001-55
Processo Administrativo: 7260/2026
Modalidade de Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 19/2026
Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para realização de Obra de infraestrutura com

fornecimento de material contratação direta da empresa Kapa Infraestrutura S/A CNPJ nº 57.152.502/0001-55 conforme Ata de registro de preços 11/2025 do Consorcio Intermunicipal Caminhos do Tibagi; obra com fornecimento de CBUQ, totalizando 13.100,00 m², incluindo os serviços preliminares, revestimento, ensaios tecnológicos e placa de obra. Trechos: Estrada dos Papagaios (Colônia Vilinha) - extensão 2.150,00 m.
Valor da contratação: O valor total da presente contratação é de R$ 1.800.786,41 **(**um milhão, oitocentos mil, setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos**).**
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:F8350C12

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
1º TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº. 1637/2025 – NPG SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA

Considerando o erro formal constatado no Contrato nº. 1637/2025, no que tange ao equívoco no CNPJ informado da contratada, tendo em vista o flagrante desacordo entre o descrito e o que de fato deveria ser expresso;

Secretário Municipal de planejamento e urbanismo, Sr. FABIANO BISHOP CASSANTA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 029.655.819-28, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 7.631.137-4, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 6394/2026, RETIFICA o Contrato nº. 1637/2025, conforme segue:

Onde se lê:
"CNPJ/MF sob nº 59.579.506/0001-40"
Leia-se:
"CNPJ/MF sob nº 58.971.523/0001-65"

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
As demais disposições, não alcançadas pelo presente Termo, permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE
O presente Termo de Retificação entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, Estado do Paraná, 19 de março de 2026.

Município de Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
FABIANO BISHOP CASSANTA
CPF/MF n° 029.655.819-28 (Decreto Municipal n.º 6394/2026)
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo
Contratante

Testemunhas:

_____
Bianca da Silva
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:5EF50958

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL

NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL

KAI COMERCIAL LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 51.940.295/0001-17, sediado(a) na Rua JOÃO BATISTA MANZOQUE n° 153, bairro BOM JESUS, em SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR, vencedora do certame para o LOTE 03, na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2025, Processo Administrativo n° 09/2025**, que tem por objeto a Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmital-PR, em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, fora devidamente contratada mediante **Contrato Administrativo n° 07/2025.**

Ocorre, todavia, que apesar da emissão da NOTA DE REQUISIÇÃO DE EMPENHO N° 6 emitida dia 19 de fevereiro e NOTA DE REQUISIÇÃO DE EMPENHO N° 7, emitida no dia 20 de fevereiro de 2026, e enviadas via e-mail nas datas de 20 de fevereiro, 24 de fevereiro e 03 de março, e que até o presente momento a empresa não respondeu estes e-mail e nem efetivou a entrega dos materiais solicitados, razão pela qual a Câmara vem **NOTIFICAR** a empresa contratada, dado a inexecução parcial contratual, não atendendo às solicitações, até a presente data, prejudicando a essencial e regular prestação dos serviços públicos, tendo em vista os prazos previstos no processo de licitação.

Por certo, o não fornecimento dos materiais, do objeto desta Contratação, caracteriza descumprimento de obrigação contratual assumida, a gerar a imposição de multa e demais penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda do Contrato em questão, assim redigida:

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa presencial ou execução do contrato;
Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

***Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;*
***Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas do subitem acima deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;*

***Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens acima bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.*
***Multa**:*
Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022".

No particular, o art. 155 da Lei n. 14.133/2021, aplicável ao caso concreto, textua: "Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I - dar causa à inexecução parcial do contrato; II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013."

Linhas adiante, arremata a citada legislação: "Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: I - advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. (...) § 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, **e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.** § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos."**

Por fim, o art. 162 da Lei de Licitações, assim prescreve: "Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato. Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a

extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei."

Neste sentido, **determina-se o imediato fornecimento dos materiais**, como solicitado pela Câmara Municipal, e que, querendo, oferte manifestação, em atenção ao princípio do contraditório, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, tendo em vista que a desídia da empresa atrai, em tese, as penalidades previstas nos artigos acima citados.

Publica-se a presente decisão no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, para ciência dos interessados.

Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:7D3383E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 26/2025 - P.I 07/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO INEXIGIBILIDADE NORMAL Nº 7/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 48/2025

1º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 26/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURIDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSINTENCIA SOCIAL, CONFORME EDITAL

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 864.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 416, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **GJK SERVIÇOS DA AREA DE SAUDE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à R Maximiliano Vicentin, 1284 - CEP: 85275000 - Bairro: Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 41.227.881/0001-65, neste ato representado por GABRIEL DE ALMEIDA SILVEIRA, portadora do RG nº SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 109.***.***-90, denominada **CONTRATADA** resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 26/2025, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº26/2025 do **Processo inexigibilidade 7/2025**, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 31/03/2026 ate 30/03/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 31/03/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Gjk Serviços da Area de Saude LTDA
GABRIEL DE ALMEIDA SILVEIRA
109.***.***-90
Contratada

Gestor:
VIVIANE DUTRA FRANCO

Fiscal:
DANIELI FERNANDA AURÉLIO

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:C7292B40

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 28/2025 - P.E. 14/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 29/2025

1º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 28/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE PALMITAL-PR, PELO PERIODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DEFINIDAS DO TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 864.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **M OLEANS CAMARGO MACIEL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Marechal Floriano Peixoto, 760 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro/Parque Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 41.611.159/0001-20, neste ato representado por MARINELMA OLEANS CAMARGO MACIEL, portadora do RG nº SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 061.***.***-50, denominada **CONTRATADA** resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 28/2025, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº28/2025 do **Pregão 14/2025**, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 31/03/2026 ate 30/03/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 31/03/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

M Oleans Camargo Maciel LTDA
MARINELMA OLEANS CAMARGO MACIEL
061.***.***-50

MIGUEL MATCHULA
Gestor:

VIDAL CAMILO DE OLIVEIRA
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:A3132A47

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
2º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 286/2024 - P.E. 60/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 170/2023

2º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 286/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDROSSANITARIOS, FERRAGEM, FERRAGENS, FERRAMENTAS E MADEIRAS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNCIPAIS.

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 864.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **D. CORREIA & PASCOAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Santos Dumont, 0 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 39.742.237/0001-83, neste ato representado por DELMA CORREIA DO NASCIMENTO, portadora do RG nº SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 882.***.**-59, denominada **CONTRATADA** resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 286/2024, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº286/2024 do **Pregão 60/2023**, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 31/03/2026 ate 30/03/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 31/03/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

D. Correia & Pascoal LTDA
DELMA CORREIA DO NASCIMENTO
882.***.***-59
Contratada

Gestor:
KIMBERLAY KETES ROSSI

Fiscal:
JULIO CEZAR DE LIMA

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:6F22AA31

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
2º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 46/2024 - P.E. 03/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 23/2024

2º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 46/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE DO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 864.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 4**, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **JULIANO PEDROSO DE OLIVEIRA** , pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Maximiliano Vicentin, 739 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 11.080.965/0001-58, neste ato representado por JULIANO PEDROSO DE OLIVEIRA, portadora do RG nº SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.***.***-55, denominada **CONTRATADA** resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 46/2024, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº46/2024 do **Pregão 3/2024**, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 31/03/2026 ate 30/03/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 31/03/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

JULIANO PEDROSO DE OLIVEIRA
Juliano Pedroso de Oliveira
035.***.***-55
Contratada

MIGUEL MATCHULA
Gestor

VIDAL CAMILO DE OLIVEIRA
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:0538E2B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO CHAMAMENTO PUBLICO 06/2026

AVISO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026

OBSERVAÇÃO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) LOCAL E REGIONAL, EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 75.680.025/0001-82, com sede na Rau Moises Lupion, 1001 - Centro, na cidade de Palmital, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurado o processo de chamamento público para **CREDENCIAMENTO** chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços em saúde, conforme edital.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PESSOAS JURDICICAS COM ESPECIALIDADE EM INSTRUTOR DE VIOLÃO VOLTADOS PARA CRIANÇAS E ADOLECENTES DO MUNICÍPIO.

Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados, a partir da publicação do presente edital, sendo que a sessão de abertura dos envelopes e julgamento será processada a partir da publicação do edital no Paço Municipal de Palmital-Pr

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis no site www.palmital.pr.gov.br , também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital/PR, 31 de Março de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:92147341

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
INEXIGIBILIDADE 10/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 36/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE, DOS PRODUTORES CREDENCIADOS NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026, PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

VALOR: R$ 143.560,10 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e sessenta reais e dez centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 Meses

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais.

CONTRATADOS: 01 – RAFAELA POLINIAK; 02 – NEIDE BACK EING; 03 – MARILDA FRYDER MATOZO DE OLIVEIRA; 04 – JEFERSON MARTINS VAZ; 05 – ADRIANE LUCZINSKI; 06 – IOLANDA FRYDER AMERICANO; 07 – PASCHOAL MENDES GAZOLA; 08 – ROSANA MARTINS VAZ; 09 – ELIZANGELA ZAPOTOCHOVE; 10 – MARILETE DE MIRANDA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	2240	17.002.12.361.1201.2044	1042	3.3.90.32.05.00	Do Exercício

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de dispensa tem fundamento no artigo 74, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, nos termos do Ofício da Secretaria responsável, bem como parecer jurídico, que embasam esse processo.

Palmital/PR, 31 de março de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 36/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE, DOS PRODUTORES CREDENCIADOS NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026, PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

Com fundamento nas informações constantes no Memorando da Secretaria Municipal de Cultura, ante as justificativas que se embasam no artigo 74, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo como contratados: **01 – RAFAELA POLINIAK; 02 – NEIDE BACK EING; 03 – MARILDA FRYDER MATOZO DE OLIVEIRA; 04 – JEFERSON MARTINS VAZ; 05 – ADRIANE LUCZINSKI; 06 – IOLANDA FRYDER AMERICANO; 07 – PASCHOAL MENDES GAZOLA; 08 – ROSANA MARTINS VAZ; 09 – ELIZANGELA ZAPOTOCHOVE; 10 – MARILETE DE MIRANDA.**

Para a efetivação da presente inexigibilidade levou-se em conta a necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, visando o atendimento ao interesse público.

Palmital/PR, 31 de março de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

REF: CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE, DOS PRODUTORES CREDENCIADOS NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026, PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, artigo 74, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021.

A documentação referente ao Procedimento Licitatório nº 36/2026, Inexigibilidade de Licitação n° 10/2026, atende a todos os requisitos do artigo 74, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021.

Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e autorizo a Inexigibilidade de Licitação n° 10/2026, para a contratação dos serviços supramencionados, junto aos vencedores: **01 – RAFAELA POLINIAK; 02 – NEIDE BACK EING; 03 – MARILDA FRYDER MATOZO DE OLIVEIRA; 04 – JEFERSON MARTINS VAZ; 05 – ADRIANE LUCZINSKI; 06 – IOLANDA FRYDER AMERICANO; 07 – PASCHOAL MENDES GAZOLA; 08 – ROSANA MARTINS VAZ; 09 – ELIZANGELA ZAPOTOCHOVE; 10 – MARILETE DE MIRANDA**.

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais

Palmital/PR, 31 de março de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:4AC18F68

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA Nº 16, DE 31 DE MARÇO DE 2026

"Republicar férias do Servidor por incorreção"

A Diretora-Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentares, que lhe confere a lei Complementar n. 181/2015, de acordo com a Lei Complementar n. 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 61576/2025,

RESOLVE:

I – Conceder férias no período aquisitivo descrito abaixo:

Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Dias	Início	Término
19-00	Selene Vanessa Cunha Lopes	18/07/2023 a 17/07/2024	30	02/03/2026	31/03/2026

II - Revogar a PORTARIA Nº 44 DE 18 DE AGOSTO DE 2025.

III – Esta portaria entra em vigor após sua publicação.

Paranaguá, 31 de março de 2026.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora-Geral

Publicado por:
Rosilda Cordeiro
Código Identificador:9BFDC1A1

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA Nº 17, DE 31 DE MARÇO DE 2026

"Nomear cargo em comissão"

A Diretora-Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentares, que lhe confere a lei Complementar n. 181/2015, de acordo com a Lei Complementar n. 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 21482/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Thiago Pegoretti Moser, matrícula 37-00, cargo efetivo de economista para exercer o cargo de Diretor de Normatização em caráter interino desta Autarquia, com início dia 06 de abril de 2026 e término no dia 20 de abril de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paranaguá, 31 de março de 2026.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora-Geral

Publicado por:
Rosilda Cordeiro
Código Identificador:F825E612

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – CISLIPA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA, no uso de suas atribuições, CONVOCA os Municípios consorciados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 8º de abril (quarta-feira) de 2026, às 10 horas, na modalidade on-line, por meio de link a ser disponibilizado em tempo hábil, em decorrência da ausência de quórum mínimo em reunião anterior.
Observa-se o respeito à antecedência mínima de cinco dias, consoante o disposto no Capítulo VI da Oitava Alteração do Protocolo de Intenções, e no Capítulo XII do Estatuto Social, ambos documentos oficiais do CISLIPA, sendo, a referida reunião de Assembleia, justificada pela seguinte pauta:
Deliberação sobre a questão de servidores médicos, abordando o interesse de cessão dos funcionários por parte do Município de Antonina;
Explanação da possibilidade de ingresso do CISLIPA em regime especial de precatórios, a fim de limitar precatórios e a questão dos RPVs;
Deliberações referentes à solicitação do Município de Matinhos de retirada do CISLIPA;
Deliberações referentes à solicitação do Município de Pontal do Paraná de retirada do CISLIPA.

Paranaguá, 30 de março de 2026.

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:8BF51B9C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA Nº 23/2026

PORTARIA N° 23/2026

"Dispõe sobre a concessão de ponto facultativo nas Atividades Administrativas no dia 02 de abril de 2026, em razão da Semana Santa."

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições, e em atendimento ao Decreto Municipal nº 1.557 de 11 de março de 2026, resolve:
Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo nas Repartições Administrativas do CISLIPA em sua subsede, no dia 02 de abril de 2026, em razão da "Semana Santa".

§ 1º - Não haverá recesso no período mencionado no caput, nas atividades operacionais do serviço de atendimento móvel de urgência, por não admitirem paralisação, considerados prestação de serviços essenciais.

§ 2º - Nas Diretorias de Enfermagem, Urgência e Emergência, Serviços de Saúde, e Coordenação Médica, o recesso será efetuado em revezamento para que ocorra a coordenação e direção das atividades dos serviços de atendimento móvel de urgência no período.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Paranaguá, 31 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:2533727C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO 11.2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**Diretoria Geral**	
01.001.10.302.0903.2005.		**GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA OPERAÇÃO VERÃO**	
65 – 4.4.90.52.00.00	31004	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	94.000,00
		Total da Suplementação:	**94.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**Diretoria Geral**	
01.001.10.302.0903.2005.		**GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA OPERAÇÃO VERÃO**	
22 – 3.3.90.30.00.00	31004	MATERIAIS DE CONSUMO	94.000,00
		Total da Redução:	**94.000,00**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Paraná, em 31 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS Presidente do CISLIPA	***MARCELO JOSE CARDOZO DIAS*** Diretor Executivo

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:04C06122

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ - FASP
PORTARIA Nº 21/2026

"Designa JUCELEIA GAVELETA DE CRISTO para exercer função de Responsável Técnica da Unidade de Pronto Atendimento 'João Pereira'"

O Diretor-Geral da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP, fundação pública de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.848.527/0001-55, com sede administrativa situada na Av. Roque Vernalha, nº 39, segundo andar, vila Itiberê, Paranaguá – PR, CEP 83206-250 (UPA 24h), neste ato representada por seu Diretor-Geral, **Dr. Wilson Eugênio Gomes de Moraes**, no uso das atribuições legais e regimentares que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 230/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Designar **JUCELEIA GAVELETA DE CRISTO**, CPF nº 709.327.519-20, RG nº 4.923.336-1, matrícula nº 437-01, para exercer a função de **Responsável Técnica da Unidade de Pronto Atendimento "João Pereira"**, no âmbito da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá.

Art. 2º A presente Portaria será publicada no Diário Oficial dos Municípios, entrando em vigor na data de sua publicação, para que produza seus efeitos legais, não podendo qualquer pessoa alegar desconhecimento de seu teor.

Paranaguá/PR, em 01 de abril de 2026, **205º da Independência e 138º da República.**

WILSON EUGÊNIO GOMES DE MORAES
Diretor-Geral da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:B9CF4012

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ - FASP
PORTARIA Nº 22/2026

"Instaura Processo de Sindicância no âmbito da FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ – FASP e dá outras providências"

O DIRETOR-GERAL DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ – FASP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal n° 230/2019, e considerando o disposto no artigo 19 do Regulamento das Penalidades e do Processo Administrativo da FASP, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 14 do Regulamento de Penalidades Disciplinares a que se sujeitam os empregados da FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ – FASP, que determina que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado de ampla defesa; e

CONSIDERANDO os elementos de informação noticiados no âmbito dos autos do Processo Administrativo Ordinário n° 14767/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o Processo de Sindicância, com o objetivo de apurar suposta prática irregular no desempenho das respectivas funções, nos termos do artigo 14 do Regulamento das Penalidades e do Processo Administrativo da FASP.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apurar os processos administrativos oriundos da FASP, instaurada por meio da Portaria n° 018 de 13 de março de 2026:

PRESIDENTE: BRUNA DA SILVA BARRETO; Matrícula: 449-1,
SECRETÁRIA: GIZZELE COSTA DOS SANTOS; Matrícula: 411-1
MEMBRO: JUCELEIA GAVELETA DE CRISTO; Matrícula: 437-1.

Art. 3º Deverá o empregado público, eventualemente citado, ser cientificado quanto à instauração do presente procedimento, a fim de que lhe seja assegurado o exercício do contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 4º O Processo, nos termos do artigo 16, parágrafo único, do Regulamento das Penalidades e do Processo Administrativo Disciplinar da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP, deverá ser concluído dentro do prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Paranaguá – PR, em 01 de abril de 2026, 205º da Independência e 138º da República.

WILSON EUGÊNIO GOMES DE MORAES
Diretor Geral da Fundação

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:31B7F342

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI 14133/2021 - SEMEDI

Município de Paranaguá – CNPJ nº. 76.017.458/0001-15

O Município de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral, torna público, para conhecimento de todos, que tem interesse na **AQUISIÇÃO DE TAPETES (MODELO CAPACHO) PERSONALIZADOS** conforme detalhado abaixo. A contratação visa atender as unidades escolares da Secretaria de Educação.

INICIO DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 01/04/2026 às 00:h00m

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 07/04/2026 às 23:h59m

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	30	TAPETE (MODELO CAPACHO) COM BORDA REBAIXADA 120X080 CM, PERSONALIZADO.		
02	30	TAPETE (MODELO CAPACHO) COM BORDA REBAIXADA 080X060 CM, PERSONALIZADO.		
03	30	TAPETE (MODELO CAPACHO) COM BORDA REBAIXADA 200X100 CM, PERSONALIZADO.		
VALOR TOTAL				

Paranaguá, 31 de março de 2026.

OBS: A proposta deverá conter o timbre e/ou identificação da empresa (razão social), CNPJ, responsável para contato, telefone e e-mail, validade da proposta, prazo de entrega. O envio da proposta deverá ser via e-mail em arquivo anexado e assinado.
Preços Líquidos: Todas as despesas deverão ser incluídas no preço.

E*n*dereço eletrônico para envio dos orçamentos: daiane.avila@paranagua.pr.gov.br

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto n. º1443/2025

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:AB7E2C22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL INEXIGIBILIDADE 018-26

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
ORZIL CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA - CNPJ Nº 21.545.863/0001-14

Objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento e Aperfeiçoamento, modo presencial, para Capacitação de Servidores Públicos Municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: Curso de Emendas Parlamentares na Saúde – preparando as propostas/planos de trabalho e alinhando as metas anuais, contribuindo para o fortalecimento das competências técnicas da equipe de Convênios da Secretaria Municipal de Saúde, propõe-se a inscrição de servidor e alinhando as metas anuais, é de fundamental importância para o aprimoramento técnico e operacional na gestão de transferências especiais da União. Atualizar o servidor para o aperfeiçoamento das atividades e procedimentos de gestão, necessários à captação, execução, e prestação de contas, decorrentes das Emendas Parlamentares, em observância aos normativos legais vigentes e às deliberações do controle, para que as políticas públicas sejam executadas com eficiência e transparência potencializando seus impactos positivos aos beneficiários". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº nº 15.715/2026, em atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

Processo Administrativo nº: 15.715/2026

Valor da Contratação por participante: R$ 4.547,00 (Quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais)

Dotação orçamentária: Ref. 386 - 10.001.2060.010.0122.006.3.339.039.4800.1520

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 30/03/2026

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

republicado por incorreção

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:A42CD421

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ Nº 76.017.458/0001-15.
MARIANA ZANETTE DE OLIVEIRA M.E. – CNPJ Nº 12.699.927/0001-40

Objeto: "Contratação de Serviços da atriz e diretora de teatro Mariana Zanette, para roteirizar, produzir e encenar o espetáculo" A paixão de Cristo" **,** no dia 03 de abril de 2026, com duração mínima de 01h (uma hora), incluindo cachê artístico da contratada e de todos os membros

que fizerem parte da equipe, gastos com produção, cenário, figurino e adereços, alimentação, liberação de direitos, e-CAD, deslocamento de equipe, gravação de áudio, abastecimento de camarim, carregadores para carga e descarga do material da contratada e demais gastos provenientes da produção e montagem da encenação teatral. A contratação dos serviços de um ator/diretor teatral, com conhecimento e histórico de trabalhos que o qualifique para escrever, produzir e montar a encenação da paixão de Cristo 2026, usando artistas e a comunidade local no processo e valorizando a história e a tradição local adequar o fomento cultural municipal ao plano municipal de cultura com a meta de alcançar novos públicos e formatar o mercado de trabalho e de consumo cultural, fomento turístico e ao turismo religioso entre outros e também a facilitação da participação dos munícipes aos bens culturais e ações formativas e informativas. A encenação da Paixão de Cristo 2026, será apresentada na praça Mario Roque, centro histórico. Milhares de pessoas, entre munícipes e turistas são esperados para este que é um dos maiores momentos de catarse e fé cristã, promovendo e fortalecendo a cultura, o patrimônio imaterial e o turismo religioso local, o número de pessoas para prestigiar a encenação da paixão de Cristo, deverá aumentar, desenvolvendo o turismo e o turismo religioso". Com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e, inteiro teor do processo administrativo nº 95.929/2025, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo".

Processo Administrativo nº: 95.929/2025

Valor da Contratação por participante: R$ 196.456,34 (cento e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos).

Dotação orçamentária: Ref.: 207 – 06.04.2022.0013.0392.004.3339039.8404.1000

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 30/03/2026

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

republicado por incorreção

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:F69F2BB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PE Nº 018/2026 – SRP Nº 013/2026 PROCESSO Nº 94.841/2025 UASG: 987745 – LICITAÇÃO: 90018

OBJETO: Aquisição e Contratação de Equipamentos para Combate e Prevenção de Incêndio, em atendimento as Secretarias Municipais de Paranaguá.
TIPO: Menor Preço.
DATA DA ABERTURA: 23/04/2026 – HORÁRIO: 09:00 horas
VALOR ESTIMADO: R$ 172.223,78 (cento e setenta e dois mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e oito centavos).
ENDEREÇOS: www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações), www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) e www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas).
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 4319/2023, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, na sua redação atual e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br c/c marilete.silva@paranagua.pr.gov.br.

PARANAGUÁ, 31 DE MARÇO DE 2026.

MARILETE RODRIGUES DA SILVA DO ROSÁRIO
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:886658DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.

Paranaguá, 30 de março de 2026.

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Republicado Por Incorreção

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:97AADFC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026

O Sr Secretário Municipal de Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026, que tem por objeto: "Contratação de Serviços da atriz e diretora de teatro Mariana Zanette para roteirizar, produzir e encenar o espetáculo" A paixão de Cristo" **,** no dia 03 de abril de 2026, com duração mínima de 01h (uma hora), incluindo cachê artístico da contratada e de todos os membros que fizerem parte da equipe, gastos com produção, cenário, figurino e adereços, alimentação, liberação de direitos, e-CAD, deslocamento de equipe, gravação de áudio, abastecimento de camarim, carregadores para carga e descarga do material da contratada e demais gastos provenientes da produção e montagem da encenação teatral. A contratação dos serviços de um ator/diretor teatral, com conhecimento e histórico de trabalhos que o qualifique para escrever, produzir e montar a encenação da paixão de Cristo 2026, usando artistas e a comunidade local no processo e valorizando a história e a tradição local adequar o fomento cultural municipal ao plano municipal de cultura com a meta de alcançar novos públicos e formatar o mercado de trabalho e de consumo cultural, fomento turístico e ao turismo religioso entre outros e também a facilitação da participação dos munícipes aos bens culturais e ações formativas e informativas. A encenação da Paixão de Cristo 2026, será apresentada na praça Mario Roque, centro histórico. Milhares de pessoas, entre munícipes e turistas são esperados para este que é um dos maiores momentos de catarse e fé cristã, promovendo e fortalecendo a cultura, o patrimônio imaterial e o turismo religioso local, o número de pessoas para prestigiar a encenação da paixão de Cristo, deverá aumentar, desenvolvendo o turismo e o turismo religioso". Com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e, inteiro teor do processo administrativo nº 95.929/2025, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo".

II. Adjudico o termo de fomento a Contratada: MARIANA ZANETTE DE OLIVEIRA M.E. – CNPJ Nº 12.699.927/0001-40

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 30 de março de 2026.

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Republicado Por Incorreção

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:60B9805C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RECIBO DE CAPTAÇÃO 017/2026 – EXPANDIR PARA PROTEGER

Recibo de Captação 017/2026 – Expandir para Proteger

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranaguá, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV, do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, no artigo 10 da Lei Municipal nº3.176 de 15/08/2011, na Resolução do CMDCA nº 16/2020, informa que a empresa **FERTIPAR – Fertilizantes do Paraná Limitada** realizou depósito no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranaguá, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto **Expandir para Proteger**.

Recibo de Captação para:
Associação dos Amigos do Hospital de Clinicas da Universidade Federal do Paraná
Projeto: **Expandir para Proteger**
Eixo de Atuação: Promoção ao direito à saúde, cultura, esporte, lazer, educação e assistência social.
Tipo de Captação: Pessoa Jurídica
Empresa: **FERTIPAR – Fertilizantes do Paraná Limitada**
CNPJ: 90.810.706/0001-01
Valor: R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)
Data do Recebimento: 27/03/2026
Percentual de repasse: 80% do valor arrecadado.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Camila Vanhoni Dos Santos
Código Identificador:8F0E82CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 01/2026

AUTORIZAÇÃO N° 01/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

O servidor **Claúdio Marcos Veloso Júnior,** matrícula n° 12.473-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 9811/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 20/02/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Tuiuti do Paraná				
Curso	Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Educação				
Disciplina	Pesquisa em Educação: aprofundamentos teórico-metodológicos Seminário Avançado				
Previsão de Término	Período de 13/03/2026 a 19/06/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
					7:30h/11:30h 13:30h/17:30h
Compensação	7:00h/12:00h 13:00h /18:00h	7:00h/12:00h 13:00h / 18:00h	7:00h/12:00h 13:00h / 18:00h	7:00h/12:00h 13:00h / 18:00h	

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 19/06/2026 - 1º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 26 de março de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:B51AA982

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 02/2026

AUTORIZAÇÃO N° 02/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Cliciane de Souza Meduna,** matrícula n° 3.815-1/2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 6267/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 05/02/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Tuiuti do Paraná				
Curso	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado em Educação				
Disciplina	As pesquisas em Educação a partir de análises de dados em bases brasileiras Orientações para a escrita da tese				
Previsão de Término	Período de 06/02/2026 a 10/07/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
					08:00h/12:00h 14:00h/18:00h
Compensação					Hora atividade Manhã e Tarde

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.

A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 10/07/2026 - 1º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 26 de março de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:C74B42EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 03/2026

AUTORIZAÇÃO N° 03/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Angela Maria Brusco Chyzi,** matrícula n° 12365/1-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 16371/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 13/03/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata do servidor o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Instituto Federal do Paraná				
Curso	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade				
Disciplina	Dissertação II				
Previsão de Término	Período de 16/06/2026 à 03/07/2026				
	Segunda	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
Dia e Horário das Aulas					08:00h/12:00h 13:00h/17:00h
Compensação					Hora atividade Manhã e Tarde

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 03/07/2026 - 1º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 27 de março de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:BA50D4A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 05/2026

AUTORIZAÇÃO N° 05/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Luciane Correa de Ramos Vasson,** matrícula n° 12.128-1/2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 17066/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 16/03/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Estadual do Paraná				
Curso	Programa de Mestrado em Ciências Ambientais- Ambientes Litorâneos e Insulares				
Disciplina	Ambientes Litorâneos e Insulares: Conceitos e Complexidades Socioambientais Metodologia da Pesquisa em Ciências Ambientais Conservação da Biodiversidade em Ambientes Litorâneos e Insulares				
Previsão de Término	Período de 11/03/2026 à 15/07/2026				
	Segunda	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
Dia e Horário das Aulas			07:30h/ 11:30h 13:30h /17:30h		
Compensação	07:00h /12:00 13:00h /18:00h	07:00h /12:00 13:00h /18:00h		07:00h /12:30h 13:00h/ 18:00h	07:00h /12:00 13:00h /17:30h

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 15/07/2026 - 1º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 27 de março de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:C13E39BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 06/2026

AUTORIZAÇÃO N° 06/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:
A servidora **Mariângela Alexandre** matrícula n° 97.409-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 17228/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 16/03/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Estadual do Paraná				
Curso	Curso de Educação Especial e Inclusiva				
Disciplina	Ensino, contextos e práticas: Surdez e Deficiência Auditiva Transtornos Específicos e Dificuldades de Aprendizagem Ensino, contextos e práticas: Transtornos Globais TEA				
Previsão de Término	Período de 12/03/2026 à 20/06/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
				13:30h /17:30h	
Compensação				Hora Atividade Tarde	

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 20/06/2026 - 1º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 27 de março de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:2481210F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.591

DECRETO Nº 1.591

"Nomeia Laura Santos Tortato para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), LAURA SANTOS TORTATO, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Superintendente de Projetos e Captação de Recursos da Saúde, Símbolo DAS-1, da Secretaria Municipal de Saúde.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 31 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:82B47DCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.592

DECRETO Nº 1.592

"Nomeia Wellington de Melo Costa para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), WELLINGTON DE MELO COSTA, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Supervisor de Equipes III, Símbolo DAS-3, da Secretaria Municipal de Saúde.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 31 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:5AEE286F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.096

PORTARIA Nº 2.096

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 54.109/2025,

RESOLVE:

I - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 54.109/2025, tais como a suposta

inassiduidade habitual de servidor, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e XV, e incidência nas condutas do Art Art. 152, incisos I, IX e XV, todos da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160, incisos I, II, III, do mesmo diploma legal.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância, os servidores: CRISTIANE TORRES CAPRINE GABRIEL, matrícula: 3.744-2, como Presidente; ALESSANDRA DELFINO GENELHOUD CALGARO, matrícula: 10.168-1, como Secretária; e DANIELLE POTIBALA CARNEIRO, matrícula 4.272-1; FERNANDA SCOMAÇÃO PEREIRA DE CARVALHO, matrícula 8.997-1 e ACYR CORREIA NETO, matrícula 10.871-1, como membros.

III - O prazo de finalização do Processo é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 31 de março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9A7C6D1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.097

PORTARIA Nº 2.097

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Meire Aparecida Xavier do Nascimento."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 20.951/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 02 (dois) dias, a servidora MEIRE APARECIDA XAVIER DO NASCIMENTO, matrícula nº 6.755-1/2, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 23 de março de 2026 e término em 24 de março de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:0DA1F18A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.098

PORTARIA Nº 2.098

"Concede Licença sem Vencimentos à servidora Tenile Cibele do Rocio Xavier."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017 e Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o artigo 121 da Lei Complementar nº 046, de11 de maiode 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 10.732 e 19.781/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença para tratar de interesses particulares pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a servidora TENILE CIBELE DO ROCIO XAVIER, Professor, matrícula nº 11.057-3, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B1C61EA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 022/2025
IVANA SERAFIM DOMINGUES

EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 022/2025
IVANA SERAFIM DOMINGUES

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
IVANA SERAFIM DOMINGUES

Data: 01/04/2026

Objeto: Aditivo 01 ao Contrato nº **022/2025**. "Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **31 DE MARÇO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **30 DE MARÇO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Inexigibilidade de Licitação n°: 005/2025
Processo Administrativo n°: 13163/2026

Valor: R$ 54.687,60 (Cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS
IVANA SERAFIM DOMINGUES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:F8C42F7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 01 DE 31 DE MARÇO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da Adesão à Resolução SESA Nº 1.774/2025, através da Resolução SESA Nº 087/2026, para pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção do AME III (Ambulatório Médico de Especialidades) – Valor R$ 8.000.000,00.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada em 31 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 1ª Reunião Ordinária do mês de março de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da Adesão à Resolução SESA Nº 1.774/2025, através da Resolução SESA Nº 087/2026, pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção do AME III (Ambulatório Médico de Especialidades) – Valor R$ 8.000.000,00.
Paranaguá, 31 de março de 2026.

JOSÉ DOUGIVA DA SILVA COSTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:5DDE342A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 02 DE MARÇO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da Adesão à Resolução SESA Nº 1.508/2025, através da Resolução SESA Nº 086/2026, para pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção da Unidade Básica de Saúde – Tipo 3 "Jardim Araçá" no valor de R$ 1.350.000,00.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada em 31 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 1ª Reunião Ordinária do mês de março de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da Adesão à Resolução SESA Nº 1.508/2025, através da Resolução SESA Nº 086/2026, para pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção da Unidade Básica de Saúde – Tipo 3 "Jardim Araçá" no valor de R$ 1.350.000,00.
Paranaguá, 31 de março de 2026.

JOSÉ DOUGIVA DA SILVA COSTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:46A17F9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 03 DE MARÇO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da Adesão à Resolução SESA Nº 1.508/2025, através da Resolução SESA Nº 086/2026, para pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção da Unidade Básica de Saúde – Tipo 3 "Vila Garcia" no valor de R$ 1.350.000,00.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada em 31 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 1ª Reunião Ordinária do mês de março de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da Adesão à Resolução SESA Nº 1.508/2025, através da Resolução SESA Nº 086/2026, para pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção da Unidade Básica de Saúde – Tipo 3 "Vila Garcia" no valor de R$ 1.350.000,00.
Paranaguá, 31 de março de 2026.

JOSÉ DOUGIVA DA SILVA COSTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:D1633F08

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 04 DE MARÇO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da Adesão à Resolução SESA Nº 1.508/2025, através da Resolução SESA Nº 086/2026, para pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do

Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção da Unidade Básica de Saúde – Tipo 3 no valor de R$ 1.350.000,00.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada em 31 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 1ª Reunião Ordinária do mês de 31 de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da Adesão à Resolução SESA Nº 1.508/2025, através da Resolução SESA Nº 086/2026, para pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção da Unidade Básica de Saúde – Tipo 3 no valor de R$ 1.350.000,00.
Paranaguá, 31 de março de 2026.

JOSÉ DOUGIVA DA SILVA COSTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:091B6CD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 05 DE 31 DE MARÇO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da Adesão à Resolução SESA Nº 1.508/2025, através da Resolução SESA Nº 086/2026, para pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção do FISIOCENTRO no valor de R$ 1.900.000,00.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada em 31 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 1ª Reunião Ordinária do mês de março de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da Adesão à Resolução SESA Nº 1.508/2025, através da Resolução SESA Nº 086/2026, para pleitear adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas as Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, construção do FISIOCENTRO no valor de R$ 1.900.000,00.
Paranaguá, 31 de março de 2026.

JOSÉ DOUGIVA DA SILVA COSTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:783D69F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 06 DE 31 DE MARÇO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da adesão à Resolução SESA Nº 2.204/2025, através da Resolução Nº 769/2019, par pleitear a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2026 – 01 (um) Micro-ônibus no valor de R$ 450.000,00.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada em 31 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 1ª Reunião Ordinária do mês de março de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da adesão à Resolução SESA Nº 2.204/2025, através da Resolução Nº 769/2019, par pleitear a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2026 – 01 (um) Micro-ônibus no valor de R$ 450.000,00.

Paranaguá, 31 de março de 2026.

JOSÉ DOUGIVA DA SILVA COSTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:A12FF3BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 07 DE 31 DE MARÇO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da adesão à Resolução SESA Nº 2.204/2025, através da Resolução Nº 769/2019, par pleitear a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2026 – 01 (uma) Van para transporte de pacientes no valor de R$ 220.000,00.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada em 31 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;

Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 1ª Reunião Ordinária do mês de março de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da adesão à Resolução SESA Nº 2.204/2025, através da Resolução Nº 769/2019, par pleitear a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2026 – 01 (uma) Van para transporte de pacientes no valor de R$ 220.000,00.

Paranaguá, 31 de março de 2026.

JOSÉ DOUGIVA DA SILVA COSTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranagu

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:AA82CD1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 004/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a servidora Sra. Mislei Lacerda da Silva do cargo de Assessor da Presidência, do Quadro de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Paranavaí, a partir do dia 25 de março de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 25 de março de 2026.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 30 de março de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:B0C81140

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL

DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO: Nº 1771/2024 (777/2026)
INTERESSADA: CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE UGO ROBERTO ACCORSI
CONTRATOS: Nº 190/2023 e Nº 219/2023
ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo. Declaração de Nulidade Absoluta Parcial do Processo Administrativo de Responsabilização, com preservação do Relatório de Fiscalização, por vícios insanáveis de competência e de procedimento.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR** (CIS/AMUNPAR), pessoa jurídica constituída sob forma de Consórcio Público, com personalidade de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.966.913/0001-30, com sede e foro nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, à Rua Marechal Cândido Rondon, nº 645 – Centro – Cep: 87.703-370, neste ato representado por seu **PRESIDENTE**, Sr. *Ulisses de Souza*, brasileiro, capaz, casado, prefeito do Município de Nova Aliança do Ivaí/Pr, portador da Cédula de Identidade RG. nº 4.713.117-0/SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 772.930.969/68, residente domiciliado no Município Nova Aliança do Ivaí, Comarca de Paranavaí/Pr, à Travessa Domingues Gonzales, nº 196, no pleno exercício de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social Consolidado, bem como pela legislação de regência, com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei nº 11.107/2005, do Decreto nº 6.017/2007, da Lei nº 8.080/1990, Lei nº 9.784/1999, bem como da Resolução nº 25/2023 (Cis/Amunpar), e à luz dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, vem, com lhanzeza, à honrosa presença de Vossa Senhoria, apresentar **ANÁLISE E CONCLUSÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto nos autos do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 1771/2024, expondo os fundamentos fáticos e jurídicos que embasam a decisão administrativa, ao final requerendo o que se mostrar de direito.

1. DO RELATÓRIO
1.1. Identificação do Processo e Objeto Contratual

Trata-se de decisão proferida em sede de Recurso Administrativo interposto pela CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE UGO ROBERTO ACCORSI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 81.040.024/0001-76, doravante denominada Contratada, nos autos do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 1771/2024, instaurado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUNPAR (CIS AMUNPAR), doravante denominado Administração.
O referido PAR foi instaurado para apurar supostas irregularidades na execução do Contrato Administrativo nº 190/2023, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 091/2023, e do Contrato Administrativo nº 219/2023, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 152/2023.
Os instrumentos contratuais têm por objeto a prestação de serviços de saúde, notadamente o complemento de atendimentos cirúrgicos eletivos, obstétricos e clínicos, bem como serviços de urgência e emergência para a população dos municípios consorciados pertencentes à microrregião de Loanda/PR.
As infrações apuradas derivam de Relatório de Fiscalização que apontou diversas desconformidades, incluindo a suposta mescla de objetos contratuais, divergências documentais, atendimento de pacientes de alta complexidade fora da referência pactuada e outras falhas de natureza formal e procedimental.

1.2. Síntese Cronológica dos Atos Processuais
O procedimento teve início com o **Relatório de Fiscalização datado de 15 de agosto de 2024**, elaborado pelos fiscais dos contratos que, ao identificarem as supostas irregularidades, recomendaram a abertura de processo para apuração de responsabilidade. Acolhendo a recomendação, a então Diretora-Geral do CIS/AMUNPAR, Sra. Nair Maria Vichieti Dinis, por meio de decisão datada de 20 de agosto de 2024, determinou a instauração do Processo Administrativo de Responsabilização nº 1771/2024.
Na mesma ocasião, foi convocada a Comissão de Apuração permanente, nomeada pela Portaria nº 28/2024, de 11 de março de 2024, e posteriormente acrescida de novos membros por força da Portaria nº 096/2024, de 04 de setembro de 2024. A Contratada foi formalmente citada em 20 de agosto de 2024 para apresentar sua defesa.
Após solicitação da Contratada e concessão de prorrogação de prazo, a defesa escrita foi protocolada em 28 de novembro de 2024. O feito prosseguiu sob a condução da referida Comissão, que, em 24 de julho de 2025, proferiu denominada "Decisão Final", culminando na aplicação de sanções.
A Contratada foi notificada por meio do Ofício nº 401/2025, datado de 11 de agosto de 2025, que comunicou a imposição das penalidades de advertência e multa.

Inconformada, a Contratada interpôs, em 18 de fevereiro de 2026, o presente Recurso Administrativo, ora submetido à apreciação desta Presidência, na qualidade de autoridade hierarquicamente superior.

1.3. Identificação dos Vícios de Nulidade Arguidos no Recurso Administrativo

A peça recursal fundamenta-se, em caráter preliminar, na existência de nulidades absolutas que viciam irremediavelmente o processo administrativo, destacando-se os seguintes fundamentos:

•

Vício de Competência da Comissão Processante: A Recorrente alega que a "Decisão Final" sancionatória foi proferida pela Comissão de Apuração, órgão que, nos termos da Resolução nº 25/2023 do CIS AMUNPAR, detém competência meramente instrutória e opinativa. A competência para julgar e aplicar sanções seria exclusiva do Coordenador-Geral, configurando o ato da Comissão usurpação de poder e vício insanável de competência.

•

Composição Irregular da Comissão e Violação ao Princípio da Segregação de Funções: Aponta-se que a Comissão de Apuração foi integrada pelos mesmos agentes públicos que atuaram como fiscais dos contratos e que elaboraram o Relatório de Fiscalização que originou o PAR. Tal circunstância viola o princípio da segregação de funções, porquanto os agentes que apuraram os fatos e opinaram pela instauração do processo subsequentemente exerceram as funções de instrutores e julgadores, comprometendo estruturalmente a imparcialidade do procedimento.

•

Supressão de Fase Obrigatória do Processo: Sustenta-se que o procedimento inobservou o rito previsto na Resolução nº 25/2023, haja vista que a decisão sancionatória não foi precedida do obrigatório parecer da Assessoria Jurídica, conforme exige o artigo 172 do referido ato normativo, o que representa grave irregularidade formal autônoma.

Diante dos vícios arguidos, a Recorrente pleiteia a anulação integral do Processo Administrativo de Responsabilização nº 1771/2024. Passo a fundamentar e decidir.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Do Dever de Autotutela da Administração Pública

A presente análise é realizada em estrito cumprimento ao poder-dever de autotutela que rege a Administração Pública, consolidado nas Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal. Na dicção da Súmula 473/STF, "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos". Esse postulado impõe ao gestor público a obrigação de reexaminar seus atos, de ofício ou mediante provocação, para corrigir ilegalidades, assegurando a conformidade de sua atuação com o ordenamento jurídico.

O Recurso Administrativo interposto pela Contratada opera como elemento deflagrador do exercício dessa prerrogativa, ao apontar vícios que, uma vez confirmados, maculam a validade do processo sancionador desde sua origem. Tratando-se de nulidade absoluta, afasta-se a incidência do prazo decadencial previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999, pois os atos nulos não se convalidam pelo decurso do tempo nem geram direitos.

2.2. Do Princípio da Legalidade e da Vinculação aos Atos Normativos Internos

O princípio da legalidade, inscrito no caput do artigo 37 da Constituição Federal, constitui o alicerce de toda a atividade administrativa. No âmbito do Direito Administrativo Sancionador, esse princípio manifesta-se com especial rigor, exigindo que a imposição de qualquer penalidade observe o procedimento estabelecido em lei ou regulamento. O CIS AMUNPAR, no exercício de seu poder regulamentar, editou a Resolução nº 25/2023, que disciplina o rito do processo administrativo de responsabilização de fornecedores e contratados, em conformidade com os artigos 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Resolução nº 25/2023 não constitui mero guia de recomendações, mas ato normativo de caráter vinculante para a Administração do Consórcio. Seus dispositivos fixam competências, prazos e formalidades essenciais que integram o conteúdo do devido processo legal no âmbito desta entidade. O descumprimento das regras por ela estabelecidas, notadamente no que concerne à competência dos órgãos decisórios e às garantias de defesa do administrado, representa ofensa direta ao princípio da legalidade, resultando na nulidade absoluta e insanável dos atos praticados em desconformidade.

2.3. Do Vício de Competência e da Nulidade Absoluta dos Atos Decisórios

A competência é elemento essencial e vinculado do ato administrativo. A competência decorre da lei, é irrenunciável e não pode ser modificada pela vontade das partes ou pela conveniência do administrador.

A Resolução nº 25/2023 do Cis/Amunpar é inequívoca ao distribuir as competências no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização. O artigo 161 atribui ao Coordenador-Geral do Consórcio a competência para instaurar o PAR. O artigo 171 confere à Comissão de Apuração a elaboração de relatório final de natureza opinativa, "conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do indiciado", sugerindo a penalidade cabível e sua dosimetria. Por fim, o artigo 173 estabelece, de forma categórica, que os autos, após parecer jurídico, "serão remetidos ao Coordenador-Geral para julgamento".

Da análise dos autos do PAR nº 1771/2024, constata-se subversão completa desse rito. A "Decisão Final" datada de 24 de julho de 2025, que aplicou sanções à Contratada, foi proferida e assinada pelos membros da Comissão de Apuração, e não pelo Coordenador-Geral, autoridade legalmente competente para o ato de julgamento. A Comissão, que deveria atuar exclusivamente como órgão de instrução e órgão opinativo, avocou indevidamente a competência de julgar, praticando ato para o qual não detinha poder legal.

Cuida-se de vício de incompetência absoluto e insanável. À luz da teoria da causa e dos atos consequenciais, a nulidade do ato de julgamento contamina todos os atos posteriores que dele derivam, notadamente o Ofício nº 401/2025, que se limitou a comunicar a decisão nula. Os efeitos dessa nulidade são, portanto, ex tunc, retroagindo para invalidar os atos desde sua origem.

2.4. Da Violação ao Princípio da Segregação de Funções e da Composição Irregular da Comissão Processante

O princípio da segregação de funções constitui diretriz fundamental de governança e controle interno, expressamente positivado no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 e amplamente referendado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). Tal princípio veda que um mesmo agente público acumule funções incompatíveis, tais como as de fiscalizar a execução contratual, propor a instauração de processo sancionador e, subsequentemente, instruir e julgar o feito. O objetivo é assegurar a imparcialidade objetiva do julgamento e prevenir conflitos de interesse aptos a comprometer a objetividade da apuração.

No caso concreto, o vício é manifesto. Conforme se depreende dos Contratos Administrativos nº 190/2023 e nº 219/2023 e das Portarias de designação nº 28/2024 e nº 096/2024, os servidores Fábio Torrezan de Souza, Isabel Cristina Alixandre Vasconcelos e Alessandra Kátia Scomparini atuaram como fiscais dos contratos e foram os subscritores do Relatório de Fiscalização que originou a instauração do PAR. Não obstante, esses mesmos servidores foram designados para compor a Comissão de Apuração, exercendo o Sr. Fábio Torrezan de Souza a presidência do colegiado.

Essa sobreposição de funções é inadmissível. Os agentes que atuaram na fase de fiscalização, formando convicção prévia sobre a existência de irregularidades, não poderiam, sob qualquer hipótese, integrar a comissão encarregada de conduzir a apuração, muito menos proferir o julgamento. Tal contaminação estrutural compromete irreparavelmente a imparcialidade do processo, configurando nulidade absoluta desde a constituição da Comissão, por afronta ao princípio da segregação de funções e às regras de impedimento inerentes a qualquer procedimento de natureza sancionadora. O **Acórdão nº 686/2011-TCU-Plenário** é paradigmático a esse respeito, ao vedar expressamente a designação, para compor comissão julgadora, de servidor que tenha atuado na fase de instrução ou fiscalização relativa aos mesmos fatos objeto da apuração.

2.5. Da Ofensa aos Princípios do Contraditório, da Ampla Defesa e do Devido Processo Legal Administrativo
Os vícios de incompetência e de composição irregular da Comissão, por si sós, configuram violação frontal às garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, previstas no artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, e no artigo 2º da Lei nº 9.784/1999. Um processo conduzido e decidido por órgão incompetente e estruturalmente parcial não pode ser reputado como regular, nem é apto a assegurar defesa efetiva ao administrado.
Acresce-se que o procedimento desconsiderou etapa essencial prevista no artigo 172 da Resolução nº 25/2023: a remessa dos autos ao Departamento Jurídico para emissão de parecer sobre a legalidade do feito, obrigatoriamente anterior ao julgamento. A ausência desse parecer jurídico prévio – que opera como filtro de legalidade e garantia adicional de conformidade processual – constitui vício de forma essencial autônomo, que suprime fase indispensável do procedimento e reforça a tese de desrespeito ao devido processo legal. A impossibilidade de convalidação de tais vícios é manifesta, porquanto causam prejuízo insanável à defesa do administrado.

2.6. Da Autotutela Administrativa como Medida Corretiva Necessária
Confrontada com processo administrativo manifestamente eivado de nulidades absolutas que violam a Constituição Federal, a legislação federal e as normas internas do Consórcio, incumbe a esta Presidência, no exercício do poder-dever de autotutela, reconhecer a procedência das preliminares de nulidade arguidas no Recurso Administrativo. Manter a validade de ato sancionador derivado de procedimento com vícios tão graves significaria compactuar com a ilegalidade e estabelecer precedente perigoso de desrespeito às garantias fundamentais dos administrados. A declaração de nulidade, com a preservação dos atos anteriores ao vício de instauração (nos termos a seguir explicitados) é, por conseguinte, a única medida compatível com os princípios da legalidade, da moralidade e da segurança jurídica.

3. DISPOSITIVOS

Ante o exposto, com fundamento no poder-dever de autotutela da Administração Pública (Súmulas nº 346 e nº 473 do STF), nos artigos 37, caput, e 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, no artigo 5º e nos artigos 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, nos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.784/1999, e nos artigos 161, 162, 171, 172 e 173 da Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR, **DECIDO:**

3.1. DECLARAR A NULIDADE ABSOLUTA, com efeitos ex tunc, de todos os atos praticados no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização nº 1771/2024, desde a Decisão de Instauração datada de 20 de agosto de 2024, inclusive, abrangendo a constituição da Comissão de Apuração, todos os atos instrutórios por ela praticados e a "Decisão Final" proferida em 24 de julho de 2025, tornando, por consequência, insubsistentes as sanções de advertência e multa comunicadas pelo Ofício nº 401/2025.

Fica expressamente preservado, por não integrar o objeto do processo sancionador ora anulado, o **Relatório de Fiscalização datado de 15 de agosto de 2024**. Esse documento constitui ato de fiscalização contratual ordinária, produzido pelos agentes fiscais no exercício regular de suas atribuições, anteriormente a qualquer ato de instauração do PAR e independente dos vícios que contaminaram o procedimento. Sua natureza é a de peça informativa *(notitia)* pré-processual, não revestida da condição de prova constituída no contraditório, podendo ser juntado ao novo PAR como documento histórico, sem caráter vinculante para a nova Comissão Processante, à qual caberá, com plena independência, formar sua própria convicção sobre os fatos.

3.2. ANULAR a designação dos membros da Comissão de Apuração, formalizada pelas Portarias nº 28/2024 e nº 096/2024, para atuação no referido processo, ficando-lhes vedada a prática de quaisquer novos atos relativos ao presente feito.

3.3. DETERMINAR a imediata instauração de "novo" Processo Administrativo de Responsabilização, com nova numeração, para a devida reapuração dos fatos constantes do Relatório de Fiscalização de 15 de agosto de 2024, assegurando que o novo procedimento seja conduzido em estrita observância ao ordenamento jurídico e livre dos vícios ora declarados. Para tanto:

a) Fica fixado o prazo de **10 (dez) dias úteis,** contados da publicação desta decisão, para que o Coordenador Geral designe, por meio de nova Portaria, nova Comissão Processante, composta por, no mínimo, 03 (três) agentes públicos estáveis ou empregados públicos do quadro permanente, em estrita conformidade com o artigo 158 da Lei nº 14.133/2021 e com o artigo 161 da Resolução nº 25/2023.

b) É **vedada** a participação, na nova Comissão Processante, de qualquer membro que tenha atuado na fiscalização dos contratos objeto da apuração, que tenha subscrito o Relatório de Fiscalização, ou que possua qualquer conflito de interesses de natureza técnica, econômica, financeira, trabalhista ou civil em relação à Contratada, nos termos do artigo 161, § 3º, da Resolução nº 25/2023 e do artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

c) A instauração formal do novo PAR deverá ser precedida de manifestação do Departamento Jurídico do Cis/Amunpar acerca da regularidade da Portaria de Instauração, antes de qualquer citação da Contratada, de modo a prevenir a reincidência do vício de iniciativa procedimental que originou a presente nulidade.

d) A apuração dos fatos deverá ser integralmente refeita no novo processo, sem aproveitamento de atos instrutórios do PAR nº 1771/2024 ora anulado, garantindo-se à Contratada o pleno e irrestrito exercício do contraditório e da ampla defesa desde o início do novo feito. O Relatório de Fiscalização de 15 de agosto de 2024, preservado nos termos do item 3.1 desta decisão, poderá ser juntado como documento informativo, sem prejuízo da liberdade investigativa da nova Comissão.

•
DETERMINAR as seguintes comunicações e providências:

•
Notifique-se a Contratada, Casa de Saúde e Maternidade Ugo Roberto Accorsi, do inteiro teor desta decisão, mediante ofício com aviso de recebimento.

•
Comunique-se a Diretoria-Geral, o Setor de Contratos e o Departamento Jurídico do Cis/Amunpar para ciência e adoção das providências pertinentes.

•
Publique-se o extrato da presente decisão no Diário Oficial do Cis/Amunpar.

Cumpra-se.

NOTA TÉCNICA – RECOMENDAÇÕES VINCULANTES PARA A NOVA COMISSÃO PROCESSANTE

Com o objetivo de orientar a correta instauração e condução do novo Processo Administrativo de Responsabilização, e de prevenir a reincidência dos vícios que determinaram a nulidade do procedimento anterior, esta Presidência expede as seguintes recomendações de caráter vinculante:

I. CHECKLIST DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO Nº 25/2023: A nova Comissão deverá observar rigorosamente o rito processual estabelecido nos artigos 160 a 177 da Resolução nº 25/2023, cumprindo, obrigatoriamente e nessa ordem: **(i)** emissão de parecer jurídico prévio sobre a regularidade da Portaria de Instauração, antes de qualquer citação da Contratada; **(ii)** instauração formal pelo Coordenador-Geral, autoridade competente; **(iii)** citação válida da Contratada para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis; **(iv)** condução da fase de instrução com produção regular das provas admitidas; **(v)** elaboração de Relatório Final conclusivo e de natureza exclusivamente opinativa; **(vi)** submissão

dos autos à análise prévia do Departamento Jurídico; e **(vii)** encaminhamento para julgamento exclusivo pelo Coordenador-Geral, que proferirá decisão final devidamente motivada.

II. REQUISITOS DE IMPARCIALIDADE E IMPEDIMENTO: A composição da nova Comissão deverá observar estritamente as regras de imparcialidade objetiva. É absolutamente vedada a designação de membros que tenham participado da fiscalização dos contratos em apuração, que tenham subscrito o Relatório de Fiscalização de 15 de agosto de 2024, ou que possuam qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com a Contratada, nos termos do artigo 161, § 3º, da Resolução nº 25/2023. A imparcialidade dos membros constitui condição de validade de todo o processo.

III. PRAZOS CRÍTICOS A OBSERVAR: A nova Comissão deverá zelar pelo cumprimento rigoroso de todos os prazos procedimentais estabelecidos na Resolução nº 25/2023 e na Lei nº 9.784/1999 (aplicável subsidiariamente), incluindo os prazos para defesa, instrução, elaboração do relatório final e prolação das decisões, assegurando a celeridade e a razoável duração do processo, em conformidade com o artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

IV. ACOMPANHAMENTO PELO DEPARTMENTO JURÍDICO: A nova Comissão Processante deverá solicitar o suporte e o acompanhamento do Departamento Jurídico do Cis/Amunpar em todas as fases do novo processo, desde a portaria de instauração até a remessa dos autos para julgamento. A consulta jurídica preventiva é instrumento indispensável para garantir a estrita legalidade do procedimento, mitigar riscos jurídicos e assegurar que a decisão final esteja sustentada em fundamentos fáticos e jurídicos sólidos, evitando-se a repetição dos vícios formais e materiais que determinaram a anulação do feito anterior.

Paranavaí/PR, 20 de março de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

ALISSON HENRIQUE VILAR
OAB/PR 95.959
Assessor Jurídico da Presidência

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:68872CAE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
ERRATA DO PREGÃO 05-2026

ERRATANº 01/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026
LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS (ZERO QUILÔMETRO), DESTINADOS AO TRANSPORTE SANITÁRIO ELETIVO E/OU EMERGENCIAL, ABRANGENDO DIVERSAS TIPOLOGIAS PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIS/AMUNPAR

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR – CIS/AMUNPAR, por intermédio de sua Autoridade Competente, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **retificado** o Edital do Pregão em epígrafe, nos seguintes termos:
1. DA ALTERAÇÃO
ITEM 10–ÔNIBUS
Onde se lê:
ITEM 10–ÔNIBUS34LUGARES
Capacidade de Passageiros: 34 LUGARES (33p+1m).
Veículo do tipo ônibus rodoviário com capacidade de no mínimo 33 passageiros mais o motorista, com poltronas individuais e reclináveis revestidas em tecido para finalidade de transporte coletivo de passageiros em linhas regulares ou fretamento.

Leia-se:
ITEM 10–ÔNIBUS 33 LUGARES
Capacidade de Passageiros:33 LUGARES (32p+1m).
Veículo do tipo ônibus rodoviário com capacidade de no mínimo 32 passageiros mais o motorista, com poltronas individuais e reclináveis revestidas em tecido para finalidade de transporte coletivo de passageiros em linhas regulares ou fretamento.
2. DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradasas demais disposições constantes do Edital e seus anexos,que não colidirem com a presente Errata.

Paranavaí, 30 de março de 2026

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Autoridade Competente
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:2B539BF8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO CC 07-2026

EXTRATO DE CONTRATO
Contratante: .
Contratada: SOLUCAO NETWORK PROVEDOR LTDA
CNPJ: 12.693.643/0001-47
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA VIA
FIBRA ÓPTICA PARA AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE CONECTIVIDADE DO
AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE PARANAVAÍ/PR.
Dotação Orçamentária: [2026]
29 - 01.001.0010.0302.2009.2001.33390409700000000000.20013
Prazo de Vigência: 30/03/2026 a 30/03/2027.
Valor: R$2.370,00 (dois mil e trezentos e setenta reais).
Modalidade do Processo: Dispensa Eletrônica.
TIPO/Nº: Contrato nº 07/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.
Paranavaí, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:56234D8D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
OFÍCIO Nº 156/2026 - PRESIDÊNCIA

Paranavaí, 27 de março de 2026.

OFÍCIO Nº 156/2026 - PRESIDÊNCIA
À
CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE UGO ROBERTO ACCORSI
CNPJ nº 81.040.024/0001-76
Rua Fioravante Marco Marini, 120, Centro
Loanda/PR
A/C
Sra. Luzia Catarina Mendonça Accorsi Cartelli
Representante Legal
Assunto: Notificação sobre Decisão Administrativa Final no Processo Administrativo de Responsabilização nº 1771/2024.

Prezados Senhores,

Por meio deste ofício, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR** (CIS/AMUNPAR), pessoa jurídica constituída sob forma de Consórcio Público, com personalidade de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.966.913/0001-30, com sede e foro nesta cidade e Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, à Rua Marechal Cândido Rondon, nº 645 – Centro – Cep: 87.703-370, neste ato representado por seu **PRESIDENTE**, Sr. *Ulisses de Souza*, brasileiro, capaz, casado, prefeito do Município de Nova Aliança do Ivaí/Pr, portador da Cédula

de Identidade RG. nº 4.713.117-0/SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 772.930.969/68, residente domiciliado no Município Nova Aliança do Ivaí, Comarca de Paranavaí/Pr, à Travessa Domingues Gonzales, nº 196, no pleno exercício de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social Consolidado, e considerando todo o conteúdo do Processo Administrativo Digital nº 1771/2024 (777/2026), vem, por meio deste ato, notificar formalmente esta entidade acerca do teor da **Decisão Administrativa Final** proferida em 20 de março de 2026, a qual analisou e julgou o Recurso Administrativo interposto por Vossa Senhoria em 18 de fevereiro de 2026, nos autos do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 1771/2024. A referida decisão acolheu integralmente as preliminares de nulidade arguidas e determinou a anulação do procedimento, conforme detalhadamente exposto a seguir.

I. DO CONTEXTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DO RECURSO ANALISADO

Conforme é de seu pleno conhecimento, o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 1771/2024 foi instaurado por este Consórcio com o objetivo de apurar supostas irregularidades na execução dos **Contratos Administrativos nº 190/2023** e **nº 219/2023**, que tratam da prestação de serviços de saúde para a população dos municípios consorciados. O procedimento teve como ponto de partida o Relatório de Fiscalização datado de 15 de agosto de 2024, que apontou desconformidades na execução contratual.

Após a instauração do PAR em 20 de agosto de 2024 e a devida citação desta Contratada, foi apresentada defesa escrita em 28 de novembro de 2024. O processo seguiu sua tramitação sob a condução da Comissão de Apuração designada, a qual, em 24 de julho de 2025, proferiu uma "Decisão Final" que aplicou sanções de advertência e multa a esta entidade. Inconformada com tal deliberação, Vossa Senhoria interpôs, de forma tempestiva, o competente Recurso Administrativo, submetido à análise desta Presidência na condição de autoridade superior.

Em suas razões recursais, esta Contratada argumentou, em caráter preliminar, a existência de **nulidades absolutas e insanáveis** que comprometeriam a validade de todo o procedimento. Dentre os vícios apontados, destacaram-se: ***(i)*** o vício de competência, uma vez que a decisão sancionatória foi proferida pela Comissão de Apuração, órgão sem poder para julgar; ***(ii)*** a violação ao princípio da segregação de funções, pois os mesmos agentes que fiscalizaram os contratos e recomendaram a abertura do processo também integraram a comissão julgadora; e ***(iii)*** a supressão de uma fase obrigatória do rito, qual seja, a ausência do parecer prévio da Assessoria Jurídica antes do julgamento.

II. DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL

Ao analisar os argumentos apresentados no recurso e reexaminar a integralidade dos autos do PAR nº 1771/2024, esta Presidência, no exercício do seu poder-dever de autotutela, que impõe à Administração Pública a obrigação de anular seus próprios atos quando ilegais, **reconheceu a procedência das nulidades apontadas**.

A decisão final fundamentou-se na constatação de que o procedimento sancionador desrespeitou regras fundamentais de competência, imparcialidade e devido processo legal, estabelecidas tanto na legislação federal quanto nas normas internas deste Consórcio.

Ficou comprovado o **vício de incompetência absoluta**, pois a Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR atribui à Comissão de Apuração uma função meramente instrutória e opinativa, cabendo exclusivamente ao Coordenador-Geral, após parecer jurídico, a competência para proferir o julgamento. Ao aplicar diretamente as sanções, a Comissão usurpou uma competência que não lhe pertencia, tornando seu ato de julgamento absolutamente nulo.

Da mesma forma, foi constatada a **grave violação ao princípio da segregação de funções**. Os servidores que atuaram como fiscais dos contratos e elaboraram o relatório que deu origem à apuração não poderiam, sob nenhuma hipótese, integrar a comissão responsável pela instrução e julgamento do caso. Essa acumulação de funções comprometeu de forma irreparável a imparcialidade objetiva do processo, configurando uma nulidade estrutural que contamina todos os atos praticados pela referida comissão.

Adicionalmente, a ausência do parecer jurídico prévio ao julgamento, exigido pelo artigo 172 da Resolução nº 25/2023, representou a supressão de uma etapa essencial do procedimento, configurando um vício formal que, somado aos demais, reforçou a conclusão pela invalidade do processo, por ofensa direta às garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

III. DO TEOR DA DECISÃO PROFERIDA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Diante do exposto e com base nos fundamentos jurídicos detalhados na decisão anexa, a Presidência do CIS/AMUNPAR, acolhendo o Recurso Administrativo, **DECIDIU**:

•

3.1. DECLARAR A NULIDADE ABSOLUTA, com efeitos retroativos (*ex tunc*), de todos os atos praticados no Processo Administrativo de Responsabilização nº 1771/2024, a partir da decisão de instauração de 20 de agosto de 2024. Essa anulação abrange a constituição da Comissão de Apuração, todos os atos de instrução e, principalmente, a "Decisão Final" de 24 de julho de 2025. Como consequência direta, **as sanções de advertência e multa anteriormente aplicadas são tornadas totalmente insubsistentes e sem qualquer efeito**.

•

3.2. Fica expressamente **PRESERVADO** o **Relatório de Fiscalização datado de 15 de agosto de 2024**. Esclarece-se que este documento não é anulado por não fazer parte do processo sancionador em si, mas sim constituir uma peça informativa pré-processual. Ele poderá ser utilizado como documento inicial para a instauração de um novo procedimento, mas não terá caráter de prova pré-constituída, cabendo à nova comissão a análise independente dos fatos.

•

3.3. DETERMINAR A IMEDIATA INSTAURAÇÃO DE UM NOVO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO, com nova numeração, para a correta e devida apuração dos fatos apontados no referido Relatório de Fiscalização. Este novo processo será conduzido com estrita observância às normas legais e regulamentares, garantindo que os vícios identificados não se repitam. Para tanto, foi determinado:

a) A designação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de uma **nova Comissão Processante**, composta por servidores que não tenham qualquer participação anterior na fiscalização dos contratos ou no processo anulado.

b) A observância rigorosa das regras de impedimento e imparcialidade, sendo vedada a participação de qualquer membro com conflito de interesses.

c) A **apuração dos fatos será integralmente refeita**, garantindo a esta Contratada o pleno e irrestrito exercício do contraditório e da ampla defesa desde o início do novo procedimento, no qual Vossa Senhoria será novamente citada para, querendo, apresentar sua defesa.

IV. PROVIDÊNCIAS FINAIS

Desta forma, fica esta Contratada, **CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE UGO ROBERTO ACCORSI**, formalmente notificada do inteiro teor da Decisão Administrativa Final proferida nos autos, que resultou na **anulação completa do Processo Administrativo de Responsabilização nº 1771/2024** e no cancelamento das sanções que haviam sido impostas.

Fica, ainda, ciente de que um novo procedimento será instaurado para reapuração dos fatos, no qual todas as garantias processuais e de defesa serão rigorosamente observadas, sendo Vossa Senhoria oportunamente comunicada de todos os atos pertinentes.

Para seu completo e detalhado conhecimento, segue anexa a este ofício cópia integral da **Decisão Administrativa Final**.

Respeitosamente,

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:54B291C1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
RETIFICAÇÃO DE EDITAL PE 04/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR – CIS/AMUNPAR
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR, inscrito no CNPJ sob nº 73.966.913/0001-30, com sede na Rua São Paulo, 150, Paranavaí/PR, representado por seu Diretor Geral, Edivan Guerreiro Barão, e por sua Pregoeira, Lidiane Salles Pascoin (Portaria nº 34/2026), torna público que, em atendimento ao Art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021, retifica o Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2026, objeto AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA FIXO COM DOPPLER, nos seguintes termos:

1. ALTERAÇÕES REALIZADAS

Item 4.1 (Valor Estimado): O valor máximo estimado passa de R$258.978,33 para R$299.935,00(Duzentos e noventa e nove mil e novecentos e trinta e cincoreais), por conta da dotação orçamentária 01.001.0010.0302.2009.2045.3.4.4.90.52.08.00 Fonte 10060,em razão da adequação técnica do Termo de Referência (Anexo I) para inclusão do transdutor setorial, conforme análise de mercado e pedido de esclarecimento protocolado.

Anexo Ado Termo de Referência (TR)(Anexo I): Retificado integralmente, com correção da configuração mínima de transdutores (de 03 para 04), inclusão do transdutor setorial (phased array) de 2,0 a 5,0 MHz e manutenção de todas as demais especificações técnicas, garantindo coerência entre exames exigidos (cardiologia pediátrica/neonatal e transcraniano) e acessórios mínimos. Vide texto retificado abaixo.

Item 1.1 (Cronograma): Reaberto integralmente o prazo para apresentação de propostas, em observância ao dever de isonomia e competitividade (Art. 55, §1º, Lei 14.133/2021).

2. JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO IMX – IMPROCEDENTE

Painel touch-screen: Manter inalterado: "Painel de controle touch-screen, ergonômico com ajuste de altura e rotação; Tela de toque LED 14”". Justificativa: Requisito mínimo para ergonomia em exames prolongados (>2h, normas AUM/ASUM), reduzindo fadiga em equipes multidisciplinares (Acórdão TCU 1.789/2021: specs funcionais indispensáveis). Redução para 13,3” fixo compromete usabilidade sem equivalência comprovada (Art. 70, §2º: julgamento objetivo). Não restringe competição high-end (Philips Epiq/GE Logiq cumprem).

Transdutor linear: Manter inalterado: "01 Transdutor Linear de 5 a 12 MHz com 192 cristais". Justificativa: Parâmetro objetivo para densidade de feixe (>900k canais, frame rate >100 fps em Doppler espectral vascular/abdominal profunda), essencial à alta performance (datasheets Philips Epiq Elite/GE Logiq E10). 128 elementos + 7-18 MHz degradam SNR em >20cm profundidade (Acórdão TCU 2.567/2022: rejeição de equivalentes inferiores). Faixa ampla não supre baixa frequência abdominal (Art. 33: vantajosidade técnica > preço).

3. NOVO CRONOGRAMA

Etapa	Data e Horário (Horário de Brasília)	Plataforma
Recebimento de Propostas	Até 15/04/2026, às 08:00	www.bll.org.br(Acesso Identificado)
Abertura e Julgamento de Propostas	15/04/2026, às 08:01	www.bll.org.br(Acesso Identificado)
Início da Sessão de Lances	15/04/2026, às 08:15	www.bll.org.br(Acesso Identificado)

4. DO TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO (Anexo I – Descritivo Completo)

Aparelho de Ultrassonografia: Sistema digital com doppler colorido de alta resolução superior a 900.000 canais digitais de processamento, para exames abdominais, ginecológicos, obstétricos, mama, renais, pequenas partes, musculoesquelético, vascular abdominal, vascular periférico, transcraniano, transfontanela, cerebrovascular, intraoperatório, cardiologia pediátrica e neonatal, **com no mínimo 04 (quatro) transdutores.**

Especificações e Definições mínimas: Equipamento de fácil mobilidade com quatro rodas articuladas, montadas sobre rodízios com sistema de freios com travas e puxadores nas partes dianteira e traseira; Painel de controle touch-screen, ergonômico com ajuste de altura e rotação; Tela de toque LED 14” que simplifica e agiliza a operação; Monitor de no mínimo 21" polegadas LCD ou LED de alta definição com braço articulado; Mínimo de quatro portas USB 2.0 ativas para conexão de quatro transdutores universais (sem contar a porta para doppler cego) com seleção eletrônica e sem uso de adaptadores; Teclado digital na tela de toque e teclado físico retrátil retroiluminado; Otimização para ajustar o desempenho do fluxo de banda larga para se adaptar imediatamente a diferentes estados de fluxo; Imagem panorâmica; Ferramentas de medições incluindo: distância, profundidade, área e circunferência; Profundidade de pelo menos 35cm; Otimização automática da imagem bidimensional; Doppler tecidual, colorido e espectral; Doppler colorido de artérias e veias; Equipamento bivolt automático; Sistema operacional baseado em Microsoft, Windows 10; Sistema de armazenamento interno de imagens com capacidade no mínimo de SSD de 512 GB; Sistema integrado de baterias; Todos os acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento deverão estar inclusos na proposta; Acompanhar transdutores multifrequências em tecnologia de banda larga com seleção automática das frequências (aceita se: + 1 ou – 1 mhz): Capacidade de registro de imagens e laudos em disco rígido para armazenamento de imagens/clipes DICOM ou em formato compatível com Windows, JPG, AVI, PDF, RTF ou outros e posterior recuperação; Permitir acesso às imagens salvas para posterior análise e processamento; Todos os recursos técnicos, softwares, hardwares e transdutores deverão ser comprovados por datasheet de fábrica e/ou catálogo Original (digital) do equipamento ofertado, devidamente registrado na ANVISA; Garantia mínima de 12 (doze) meses para aparelho e 24 (vinte e quatro) meses para transdutores; Manual em português; Oferecer suporte, mesmo que à distância, depois da instalação para o equipamento e acessórios; Oferecer treinamento presencial de até oito horas na unidade para servidores (previamente agendado), em até 30 dias após entrega do equipamento.

Transdutores mínimos obrigatórios:

01 Transdutor Endocavitário de 4,0 a 9,0 MHz;

01 Transdutor Convexo de 2,0 a 6,0 MHz;

01 Transdutor Setorial (Phased Array) de 2,0 a 5,0 MHz(obrigatório para suporte a exames transcranianos, transfontanela, cerebrovascular e cardiologia pediátrica/neonatal);

01 Transdutor Linear de 5 a 12 MHz com 192 cristais.

DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas. Os interessados deverão observar o novo cronograma e as especificações técnicas retificadas. O Edital retificado estará disponível no site www.bll.org.bre no endereço eletrônico licitacoes@consorciodesaude.com.br.

Paranavaí/PR, 25 de março de 2026.

LIDIANE SALLES PASCOIN
Pregoeira
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:1B9B8A29

PROCURADORIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CSPGM

A Presidente do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, com sede no Paço Municipal, **CONVOCA** por meio do presente edital, todos os membros, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na sede da Procuradoria-Geral do Município ou na modalidade virtual, às 11h do dia 02 de abril de 2026, com o seguinte expediente:

1. Análise da Proposta de Acordo Tailored, Referência Judicial: Autos 0009848-17.2025.8.16.0130 (2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paranavaí), Referência Administrativa: Autos 02/2026 (Processo Digital no 43812/2025)

2. Voto na recondução do procurador para função de Corregedor-Geral;

3. Demais assuntos.

Paranavaí, 31 de março de 2026.

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Presidente do Conselho Superior da Procuradoria- Geral do Município

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:18D30EAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2024

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2024
(ACRÉSCIMO)

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2023

3º (terceiro) Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Comunicação Interino o Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF 048.306.029-10; pelo Ilmo. Controlador Geral do Município o Sr. **CARLOS ALBERTO VIEIRA**, inscrito no CPF sob nº 756.344.739-34; pelo Ilmo. Secretário Municipal Fomento Econômico e Inovação Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF 048.306.029-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, inscrito no CPF 101.727.179-81; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, inscrita no CPF. sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, inscrito no CPF 361.953.089-00; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, inscrito no CPF nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **RENATO DULTRA**, inscrito no CPF sob nº 467.626.809-25; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Segurança e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92.
CONTRATADA: **ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, estabelecida à Rua Vinte e Um de Abril, 250 – Centro – Pinhais/ Paraná – CEP: 83.323-030, inscrita no C.N.P.J. sob nº 84.968.874/0001-27, neste ato devidamente representada por seu procurador o Sr. GILSON RENATO WASZAK, gerente comercial, portador do RG Nº: 3.210.420-7 SSP - PR e CPF/MF nº: 536.641.329-04, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Eliezer Disaro Fangueiro, 390, Casa 2 – Uberaba CEP: 81540-440.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, com a locação de equipamentos novos, sem uso anterior, não recondicionados e em linha de produção, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários e de todos os suprimentos incluindo toners, tintas, roletes para os scanners, cabeças de impressão para todos os equipamentos e rotulador portátil (exceto papéis e etiquetas), destinada ao Município de Paranavaí, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, de acordo com as especificações constantes do Anexo I, Termo de Referência, proposta de preços e demais documentos integrantes da Licitação, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2.023, que fazem parte integrante do presente contrato, no valor global estimado, firmado entre as partes através do Contrato de Prestação de Serviços nº 17/2024, no valor de: **R$ 2.200.511,56 (dois milhões e duzentos mil e quinhentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 17/2024 (Prorrogação de prazo, reajuste de valores acréscimo e supressão), no valor de: R$ 2.312.555,47 (dois milhões, trezentos e doze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos); além do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 17/2024 (Prorrogação de prazo, reajuste de valor e acréscimo)** no valor de: **R$ 2.426.495,39 (dois milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO – ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente 3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 17/2024, observadas as disposições contidas na cláusula 11ª do referido contrato, conforme inicialmente pactuado, além da anuência e das justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação por meio do **Memorando nº 358/2026** preenchimento da Lista de Verificação, conforme Parecer Jurídico Referencial nº 002/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 09 de agosto de 2023, edição 2932, objetivando **ACRESCENTAR** no percentual de **11,8%** do valor total do Contrato nº 17/2024, no valor de **R$ 274.752,00 (duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais),** conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	VALOR A SER ACRESCIDO	VALOR TOTAL COM ACRÉSCIMO
ITEM 03	40 impressoras (ou 480 meses)	R$ 73.152,00	R$ 274.752,00
ITEM 09	916364 impressões	R$ 201.600,00	
ACRÉSCIMO DE 11,8% DO CONTRATO 17/2024, referente ao valor total de: R$ 274.752,00 (duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais)			

Parágrafo único: despesa para execução do serviço a ser prestado, correrá na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rubrica: 06.002.12.361.0005. 2450– 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
Referência: 722
Subelemento: 333903983– Serviços de cópias e reprodução de documentos
Recurso: (104) – Demais Impostos Vinculados à educação básica

Rubrica: 06.002.12.361.0005. 2450 – 3.3.90.40 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica
Referência: 723
Subelemento: 333904001 – Locação de equipamentos de tic - ativos de rede
Recurso: (104) – Demais Impostos Vinculados à educação básica

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 17/2024, datada de 16 de fevereiro de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

RENATO DULTRA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Contratada

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:DFCF41FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 117/2025 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA)

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 117/2025
(PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2025

3º (Terceiro) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº 117/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa CONSTRUTORA COLINA LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº **76.977.768/0001-81**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **MAURICIO GEHLEN**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 726.839-43 PR e inscrita no CPF sob nº 326.653.340-20.
CONTRATADA: CONSTRUTORA COLINA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Avenida Luiz Curioni, nº 810, Jardim Eldorado, na cidade de Paraíso do Norte - PR, CEP 87780-000, CNPJ nº 49.797.652/0001-98, representada neste ato pelo seu sócio-administrador Sr. **BRUNO DE JESUS MORO**, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Luiz Curioni, 810, Jardim Eldorado, CEP: 87780- 000, na cidade de Paraíso do Norte - PR, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 10.556.334-5 e inscrito no CPF nº 063.575.159-30.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
1.1. O objeto do presente contrato é a "Manutenção Predial do CMEI Menina Isabela (Lote 01), cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.", no valor global estimado firmado entre as partes, através do **Contrato de Empreitada Global nº 117/2025**, de **R$ 51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais)**, correspondente aos quantitativos estimados pelo período de 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
2.1. Através do presente termo aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução e vigência por mais 60 (sessenta) dias, passando o vencimento do prazo de execução da obra para **01 de maio de 2026** e o vencimento do prazo de vigência contratual para **01 de junho de 2026**, nos termos da 5ª e 16ª do Contrato nº 117/2025, tendo em vista a solicitação apresentada por meio do Memorando n° 169/2026/SEDUR, autorização para prorrogação contratual assinada pela Secretária ordenadora, parecer técnico favorável emitido pelo Fiscal, anuência da Gestora do contrato e, considerando ainda, o atendimento às disposições dos Pareceres Jurídicos Referenciais nº 003/2023/PGM, conforme lista de verificação juntada aos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
3.1. A empresa CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura deste aditivo, nova garantia de execução contratual ou garantia complementar a existente, destinada à garantia para fiel execução deste contrato, no percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do período contratual atualizado, nos termos da Cláusula 8ª, do Contrato nº 117/2025.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
4.1. Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.
4.2. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 15181/2026/IPM.
4.3. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 117/2025).

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 31 DE MARÇO DE 2026.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Construtora Colina LTDA
Representada Por
BRUNO DE JESUS MORO
Contratada

LUCAS VINÍCIUS RODRIGUES DOS SANTOS
Fiscal

SARA ANDRESSA CONSANI
Gestor do Contrato

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:EB7569EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2.026
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2.026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de março de 2026.

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, nº 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.649.540-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03, doravante denominado contratante e a empresa **ALVES & GOUVEIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.385.450/0001-51, estabelecida Avenida Deputado Heitor de Alencar Furtado – N° 3295, Jardim São Jorge – CEP 87.711-000, Cidade Paranavaí / PR, e-mail escouroverde@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr **DERNILSON ALVES SOBRINHO**, inscrito no CPF 667.088.699-34, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

OBJETO: O objeto do presente contrato é Chamamento público para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, interessadas em prestar serviços continuados, sem dedicação de mão de obra exclusiva, para a prestação de serviços de limpeza de terrenos baldios dos terrenos do Município com SERVIÇOS DE ROÇADA MANUAL E/OU MECANIZADA em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
VALOR: O valor unitário para os serviços prestados, é de acordo com estabelecido na tabela 3.2. sendo o valor total da contratação **R$ 4.451.058,00 (Quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e cinquenta e oito reais)**
O valor total acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados, de acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):
CÓDIGO REDUZIDO: 1301
ÓRGÃO: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 1 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
AÇÃO: 1155 - Obras de Revitalização, Preservação e Controle Ambiental
VÍNCULO: 0 - Recursos Ordinários (Livres)
SUBELEMENTO: 3339039829900000000 - Serviços de controle ambiental em geral

PRAZO DE ENTREGA: O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério da administração, caso a demanda não seja suprida; ou, com possibilidade de rescisão em caso de suprir a demanda.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Contratante

DERNILSON ALVES SOBRINHO
Representante da Empresa Alves & Gouveia LTDA
Contratado

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:E4EFAF6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2.026
PREGÃO Nº 22/2.025

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de março de 2026.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.326.292-26 SSP/PR e inscrito no CPF 101.727.179-81, doravante denominado **contratante** e a empresa **BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº º 49.422.071/0001-71, estabelecida à AVENIDA GENERAL ATALIBA LEONEL,1205 – CONJ 94 – SANTANA, na cidade de São Paulo – SP, CEP 02033-000, e-mail vendas@bellatrixveiculos.com.br, neste ato representada pelo Procurador Sr. **GABRIEL DI CUNTO**, inscrito no CPF 444.927.268-45, doravante denominado **contratado** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

OBJETO: O objeto do presente contrato é Aquisição de 02 (dois) veículos equipados com cesta isolada, para manutenção das luminárias instaladas na rede elétrica da Copel.

VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor estimado de **R$ 1.065.600,00 (um milhão, sessenta cinco mil e seiscentos reais),** incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):
2026.1257.8.1.2095.3449052480000000000.507

PRAZO DE ENTREGA: O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal Desenvolvimento Urbano
Contratante

GABRIEL DI CUNTO
Representante da Empresa Bellatrix Veiculos e Serviços LTDA
Contratado

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:0A409285

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2025

1ºTERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº239/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 29/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representadopelos(as)**Secretários(as)Municipais RENATO DULTRA, RAFAEL LUCAS TORRENTE, LUCAS DE OLIVEIRA, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS,**residentese domiciliados(as)nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de ELETRODOMÉSTICOS, destinados às Secretarias Municipais de Assistência Social, Administração, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Educação, Meio Ambiente, Agricultura, Esporte e Lazer, Infraestrutura e Serviços Públicos, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Fundação Cultural, Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município, Gabinete e Tiro de Guerra**, conforme edital de licitação nº 20/2025.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de**3,812497%**referente à variação do IPCA no período de março/2025 a março/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 239/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 239/2025passa a ser de:**R$ 105.113,40 (cento e cinco mil, cento e treze reais e quarenta centavos)**

Fornecedor: ZERO 7 SOLUCOES PUBLICAS LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
18	Máquina Lavar Roupa, Tipo: Tanquinho Automático, Capacidade: 11 KG, Aplicação: Doméstica, Características Adicionais: Com 5 Programas De Lavagem, Voltagem: 110 V. Código CATMAT 467900.	Unid.	43	R$ 1.553,97	R$ 66.820,71
19	Ventilador, Tipo: Coluna, Potência Motor: 200 W, Tensão Alimentação: 110/220 V, Características Adicionais: Oscilante, Regulagem De Altura E Velocidade, Material: Aço E Plástico, Diâmetro: 60 CM,Cor: Preta. Código CATMAT 470674.	Unid	59	R$ 280,29	R$ 16.537,11
41	Máquina Lavar Roupa, Tipo: Tanquinho Automático, Capacidade: 11 KG, Aplicação: Doméstica, Características Adicionais: Com 5 Programas De Lavagem, Voltagem: 110 V. Código CATMAT 467900.	Unid	14	R$ 1.553,97	R$ 21.755,58
Total Fornecedor: R$ 105.113,40(cento e cinco mil, cento e treze reais e quarenta centavos)					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2025), datada de 24 de setembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

RENATO DULTRA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: ZERO 7 SOLUCOES PUBLICAS LTDA
CNPJ: 60.238.956/0001-58
Endereço: Rua FLOR DE LARANJEIRAS, 268 - Jardim Alegre, Telêmaco Borba - PR,
E-mail: ZER07GOV@GMAIL.COM
Telefone: (42) 9859-8650
Nome do Representante: LAURA CRYSLAINE CARDOSO PIMENTA
CPF: 096.915.359-71

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:0AA6CDEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 175/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O SR. TONY HIROSHI KATSURAGAWA.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.065/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40 HORAS
CONTRATADO: TONY HIROSHI KATSURAGAWA
CPF/MF: XXX.966.148-XX
SALÁRIO BASE: R$ 21.872,44
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 14 DE ABRIL DE 2025 A 29 DE MARÇO DE 2026

FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:09415555

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 536/2026

Dispõe sobre a jornada de trabalho dos membros da equipe de inspeção de endemias que manuseiam e aplicam as substâncias tóxicas para o controle químico dos casos suspeitos/confirmados de arbovirores no município, junto a Vigilância em Saúde.

Considerando o Processo Digital nº 16032/2026, encaminhado pela Diretoria de Vigilância em Saúde;
O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Estabelecer jornada de trabalho dos membros da equipe de inspeção de endemias que manuseiam e aplicam as substâncias tóxicas para o controle químico dos casos suspeitos/confirmados de arbovirores no município, quando determinado pela Diretoria de Vigilância em Saúde, mediante justificativa apresentada à Diretoria de Recursos Humanos, ficando autorizados os servidores abaixo relacionados para realizarem jornada ininterrupta de 6 (horas) diárias, especificamente nas datas de manuseio, conforme cronograma estabelecido pela sua chefia imediata.

I. Marcelino Floriano Barbosa, matrícula 6281-1;
II. Rodrigo Luiz Soares, matrícula 7488-3;
III. Manoel Azevedo de Souza, matrícula 5477-1;
IV. Leonardo Jackson Júlio, matrícula 6664-1;
V. José Aparecido da Silva, matrícula 7509-5;
VI. Matheus Aparecido Alves Porto, matrícula 10958-1;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 754/2021.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:04033FC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 580/2026

Dispõe sobre a nomeação interina de servidor no cargo em comissão de Ouvidor Geral do Município, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Considerando o processo digital nº 16641/2026, o qual foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a senhora **JAQUELINE MITIKO FUJIHARA DA SILVA,** Matrícula nº. 10984-4, no cargo em comissão, **INTERINAMENTE,** como **OUVIDORA GERAL DO MUNICÍPIO,** junto à Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A nomeação da servidora citada no *caput* será de 23 de março de 2026 a 15 de abril de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:5930D724

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 602/2026

Dispõe sobre a desclassificação das candidatas aprovadas no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de Cozinheira, por não atenderem à convocação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, as candidatas abaixo relacionadas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de **COZINHEIRA**, por não atenderem à convocação, conforme Edital n° 076/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 20 de março de 2026.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	TIPO DE VAGA
68º	MELISSA LARSEN SANTOS	XXX.637.209-XX	AMPLA CONCORRÊNCIA
69º	SILVANA MIRANDA DOS SANTOS	XXX.397.919-XX	AMPLA CONCORRÊNCIA
70º	ANNA MARIA XAVIER DE OLIVEIRA	XXX.028.539-XX	AMPLA CONCORRÊNCIA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:E0508398

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 603/2026

Dispõe sobre a desclassificação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de Cuidador, por não atenderem à convocação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, as candidatas abaixo relacionadas**,** do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação

temporária de **CUIDADOR**, por não atenderem à convocação, conforme Edital n° 076/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 20 de março de 2026.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	TIPO DE VAGA
65º	JEFFERSON HENRIQUE AYRES RODRIGUES	XXX.537.929-XX	AMPLA CONCORRÊNCIA
67º	LUCAS HENRIQUE DA SILVA	XXX.804.659-XX	AMPLA CONCORRÊNCIA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:A196D90B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 604/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidora municipal, com redução proporcional da remuneração.

Considerando o processo digital nº 62648/2025, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Autorizar a redução de 30 horas semanais para 17 horas e 30 minutos semanais, da jornada de trabalho, **com redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **ROSANI BORIN,** Matrícula nº. 10129-1, ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL,** pelo período de 01/01/2026 a 30/06/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:A661C248

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 605/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidor municipal, com redução proporcional da remuneração.

Considerando o processo digital nº 14964/2026, o qual foi solicitado pelo servidor a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução de 40 horas semanais para 30 horas semanais, da jornada de trabalho, **com redução proporcional da remuneração**, do servidor municipal **IGOR FERNANDO NEVES,** Matrícula nº. 10292-1, ocupante do cardo de **ENFERMEIRO GERAL,** a partir de 01 de abril de 2026, tendo seu retorno em 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:85286B15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 606/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidora municipal, sem redução proporcional da remuneração.

Considerando a Lei Municipal nº 5.544/2025;
Considerando o processo digital nº 15458/2026, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a serem cumpridas no período matutino, **sem redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **SIMONE APARECIDA COELHO MARTINS**, matrícula nº 6780-2, ocupante do cargo de Atendente de Gabinete Dentário, pelo período de 01 de abril de 2026 a 31 de março de 2028.

Art. 2º Para a manutenção do benefício, o servidor municipal que usufruir da redução de carga horária deverá apresentar, a cada 6 (seis) meses, documentação que comprove a continuidade e o acompanhamento do tratamento, enquanto perdurar o período da licença de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:E9D070E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 607/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidora municipal, sem redução proporcional da remuneração.

Considerando a Lei Municipal nº 5.544/2025;

Considerando o processo digital nº 14902/2026, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a serem cumpridas no período matutino, **sem redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **ANDREA ESCARMANHANI PEREIRA**, matrícula nº 10666-1, ocupante do cargo de Agente de Conservação, pelo período de 01 de abril de 2026 a 31 de março de 2028.

Art. 2º Para a manutenção do benefício, o servidor municipal que usufruir da redução de carga horária deverá apresentar, a cada 6 (seis) meses, documentação que comprove a continuidade e o acompanhamento do tratamento, enquanto perdurar o período da licença de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:2A0D0653

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 608/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidora municipal, sem redução proporcional da remuneração.

Considerando a Lei Municipal nº 5.544/2025;
Considerando o processo digital nº 15035/2026, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a serem cumpridas no período matutino, **sem redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **JAQUELINE WEBBER DA ASSUNÇÃO**, matrícula nº 10136-1, ocupante do cargo de Odontólogo, pelo período de 01 de abril de 2026 a 31 de março de 2028.

Art. 2º Para a manutenção do benefício, o servidor municipal que usufruir da redução de carga horária deverá apresentar, a cada 6 (seis) meses, documentação que comprove a continuidade e o acompanhamento do tratamento, enquanto perdurar o período da licença de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:C3B76E6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 614/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Psicóloga.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) FERNANDA ROMERA BARBIRATTO COSTA, protocolado sob n° 17008/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **FERNANDA ROMERA BARBIRATTO COSTA,** efetivo (a) no cargo de **PSICÓLOGA –** Matrícula n° 7498-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 11/12/2016 A 10/12/2021 (03 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 17008/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 03 dias, com início em 16/03/2026 e término em 18/03/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:3F3371D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 615/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) MÔNICA GRAZIELA AURELIANO SANTINONE DOS SANTOS, protocolado sob n° 17053/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **MÔNICA GRAZIELA AURELIANO SANTINONE DOS SANTOS,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE –** Matrícula n° 5536-2 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 07/01/2017 A 06/01/2022 (25 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 17053/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 03 dias, com início em 02/03/2026 e término em 04/03/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:5A8B4B46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 616/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Agente de Conservação, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando *o requerimento protocolado sob nº 17381/2026, no qual a servidora solicita exoneração do cargo de Agente de Conservação;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, a servidora **CRISCIANE DA COSTA SILVA,** Matrícula nº. 6689-1, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.028/2009, do cargo efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO,** junto à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A exoneração da servidora citada no *caput* dar-se-á a partir de 29 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:29B87280

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 619/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Professora.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) ROSANGELA POCRIFKA VITURI, protocolado sob n° 17510/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **ROSANGELA POCRIFKA VITURI,** efetivo (a) no cargo de **PROFESSORA –** Matrícula n° 3880-3 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 21/02/2018 A 20/02/2023 (15 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 17510/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 15 dias, com início em 20/04/2026 e término em 04/05/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:50E25D4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.800/2026

Decreto Nº 27800 de 31 de março de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001(2069)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0123.0002.2060	**Atividade:**Atividades de Diretoria de Finanças	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00002 - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	R$ 480.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 480.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 31 de março de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:CF5848C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE DESPACHO DECISÓRIO Nº 47072/2026 (PGDAS-D RETIDO EM MALHA FISCAL)

EDITAL DE DESPACHO DECISÓRIO Nº 47072/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 47072/2026
PGDAS-D Retido em Malha Fiscal

1- SUJEITO PASSIVO

CNPJ	**NOME EMPRESARIAL**
32.248.883/0001-40	LUCASOLI BARRACÕES INDUSTRIAIS LTDA

2 – DECLARAÇÃO(ÕES) RETIDA(S)

PGDAS-D Nº	**Data Transmissão**
32248883202412002	04/07/2025
32248883202312002	04/07/2025
32248883202411002	04/07/2025

3 – FUNDAMENTAÇÃO E DECISÃO

No decorrer da análise fiscal realizada na(s) Declaração(ões) Retificadora(s) acima identificada(s), constataram-se os seguintes fatos:
Declaração rejeitada conforme art. 39-A, §2º, inciso II "b" da Resolução CGSN nº 140/2018.
Termo de intimação nº 28392/2025 foi publicado no diário oficial do Município em: 05/02/2026.
Ante o exposto, no exercício das atribuições do cargo de Fiscal de Tributos, previstas em legislação específica, decido **REJEITAR** a(s) declaração(ões) identificada(s) no campo 2, tornando-a(s) sem efeito legais. Desse modo, fica o sujeito passivo **INTIMADO** a retificá-la(s) novamente, sob pena de futuro lançamento de ofício.

4 – ENQUADRAMENTO LEGAL

Art. 39-A da Resolução CGSN nº 140/2018.

5 – CIÊNCIA E PRAZO DE IMPUGNAÇÃO

Fica o sujeito passivo cientificado deste despacho, sendo facultada a apresentação de impugnação, no PRAZO de 30 dias, contados da ciência do presente despacho, nos termos do artigo 41, 110, 125 e 126 da Lei Municipal 2.3984/2002; artigo 39-A e parágrafos da Resolução CGSN nº 140/2018; Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e §6º; Lei nº 5.172, de 1966, art.147, §§ 1º e 2º.

6 – ÓRGÃO, LOCAL E HORÁRIO DE ATENDIMENTO
PREFEITURA DE PARANAVAÍ
RUA GETÚLIO VARGAS, 900, PAÇO MUNICIPAL (PREFEITURA), CENTRO, PARANAVAI/PR-CEP 87702-000
Horário de atendimento: 08:00 às 17:00 horas.
7 – AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA

Nome: Suzi Mayumi Yoneyama Barbosa
Cargo: Fiscal de Tributos
Matrícula: 8756
Data da Emissão: 25/03/2026

PGDAS-D Referência			PGDAS-D Retido	
PA	**Tributo/Ente**	**Número da Declaração**	**Número da Declaração**	**Motivo da Retenção**
12/2024	ISS PARANAVAÍ/PR –	32248883202412001	32248883202412002	Redução do valor do tributo
12/2023	ISS PARANAVAÍ/PR –	32248883202312001	32248883202312002	Redução do valor do tributo
11/2024	ISS PARANAVAÍ/PR –	32248883202411001	32248883202411002	Redução do valor do tributo

Paranavaí-PR, 26 de março de 2026.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Fernando Henrique Elerbrock Albuquerque
Código Identificador:0B90DACE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO – FINISA – GARANTIA DA UNIÃO – CONTRATO Nº. 0649356-49

AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede em Brasília-DF, Quadra 4, Lote 3/4, Setor Bancário Sul, 70.070-140, inscrita no CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, representada por HENRIQUE MEN MARTINS, CPF 055.635.079-04, RG nº 8.972.779-0, Gerente de Filial, Gerência Executiva de Governo Maringá/PR ou VIVIANE BARCALA GONÇALVES, CPF: 531.907.269-49, RG nº 4.146.928-5, Superintendente Executiva de Governo, Superintendência Executiva de Governo Norte do Paraná/PR.
TOMADOR – MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, com sede em Paranavaí-PR, Rua Getúlio Vargas, nº 900, CEP 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.977.768/0001-81, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MAURICIO GEHLEN, CPF 326.653.340-20, RG nº 7.268.394-3.
DO OBJETO: A CAIXA concede ao TOMADOR financiamento no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), proveniente de recursos ordinários da CAIXA, com a finalidade única e exclusiva de financiar as Despesas Capital, previstas na LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do ano de 2026 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações e conforme lei Autorizativa nº 5.541/2025, de 18/12/2025 a saber: Despesas de Capital para Pavimentação/Recapeamento e Calçamento, Praças, Espaços e Prédio Públicos e outros tipos de investimento no Município.
Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Caixa Econômica Federal
Agente Financeiro
NOME: VIVIANE BARCALA GONÇALVES
CPF: 531.907.269-49

Prefeitura Municipal de Paranavaí-PR
Tomador
NOME: MAURICIO GEHLEN
CPF: 326.653.340-20

Publicado por:
Fabio Trentini Maciel
Código Identificador:DCB620F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2022

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e CENTRAL DE SERVIÇOS TECREIS LTDA, CNPJ/MF: 10.513.473/0001-46. **Objeto**:Prorroga-se por mais 12 (doze) meses, iniciando em 13 de abril de 2026, o prazo de vigência do Contrato nº 18/2022, cujo objeto é a prestação de serviço de cópia de chaves e decodificação de fechaduras.Fica reajustado o valor contratual, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, o percentual de 3,81% (três inteiros e oitenta e um décimos por cento), passando os valores do item 1 paraR$ 11,91 e do item 2 para R$ 35,76. **Dotação**: 136/3.3.90.39.16.01.00 - SERV. MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS DO MUNICIPIO . **Origem do Contrato**: Dispensa de Licitação nº 22/2022, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 25/2022. **Local, data e assinatura:**Pato Branco, 27 de março de 2026.

JOECIR BERNARDI-
Contratante

e

ROMULO DOS REIS-
Contratada.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:1080681C

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Município de Pato Branco
EDITAL DE INTIMAÇÃO nº 030/2026

Pato Branco, 27 de março de 2026.

Fica o contribuinte abaixo relacionado, com fulcro nos artigos 339 e 340, do Código Tributário Municipal, INTIMADO, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresente à Divisão de Fiscalização, na rua Caramuru, nº 271, Centro, Pato Branco/PR, a documentação abaixo

descrita, sob pena de multa de cinco unidades fiscais do município e possível arbitramento da receita bruta, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "a", das Outras Infrações e art. 297, ambos da Lei Complementar n° 001/98.

Cadastro Municipal	CNPJ	Documentos fiscais
8227093-0	39.515.095/0001-11	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: maio a novembro/2025
8224765-0	54.942.766/0002-03	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: setembro/2024 a novembro/2025
406922-0	34.469.937/0001-22	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: janeiro a novembro/2025
803013-0	29.190.726/0001-16	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: janeiro/2021 a novembro/2025
821019-0	50.104.391/0001-62	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: maio/2023 a dezembro/2025
308241-0	16.985.093/0001-90	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: janeiro/2021 a dezembro/2025
8227603-0	61.386.214/0001-32	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: julho a dezembro/2025
819281-0	07.012.702/0001-34	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: dezembro/2022 a dezembro/2025
8225775-0	58.757.731/0001-66	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: janeiro a dezembro/2025
8226564-0	59.881.050/0001-78	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: Março a dezembro/2025
8226534-0	59.786.928/0001-96	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: Março a dezembro/2025
364664-0	26.283.225/0001-96	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: janeiro de 2024 a dezembro/2025
MARINES BONETT		***JULLI REBONATTO***
Fiscal de Tributos		Chefe da Divisão de Fiscalização e Tributação

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:A83873C5

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITOS

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 029/2026 Pato Branco, 27 de março de 2026. De acordo com os artigos 293, 294, 295, I, alíneas "d" e "e", II e 296 da Lei Complementar n° 001/98 – Código Tributário Municipal (CTM), NOTIFICAMOS as empresas abaixo relacionadas, do lançamento do valor apurado em Procedimento Administrativo Fiscal correspondente ao descumprimento de obrigação acessória e/ou Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, bem como, das penalidades previstas na mesma Lei. Respeitando o prazo previsto no artigo 371 da Lei Complementar n° 001/98 para impugnação ao lançamento, os débitos serão inscritos em dívida ativa nos termos do artigo 344. Após este período, em cumprimento à legislação vigente, as pendências serão encaminhadas para cobrança judicial.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	**CADASTRO MUNICIPAL**	**CNPJ**
23.020/2025	814685-0	42.222.169/0001-36
24.586/2025	810674-0	37.815.110/0001-11
23.766/2025	816425-0	43.972.830/0001-93
LUIZ CEZAR MENDES DOS SANTOS	***JULLI REBONATTO***	
Fiscal de Tributos	Chefe da Divisão de Tributação/Fiscalização	

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:3F46EECB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026 - PROCESSO Nº 49/2026 - COMPRA ELETRÔNICA Nº 90011/2026

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), sobre pavimentação primária, na Estrada Vicinal Waldemar Karloh, com área total de 15.510,30m², no perímetro rural do município de Pato Branco, em atendimento ao Instrumento de Repasse nº 4118501/2025, celebrado entre a entidade binacional ITAIPU, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Pato Branco, em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 3.631.307,78.
DATA DE ABERTURA: 22 de abril de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – https://www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licita2@patobranco.pr.gov.br.

NAUDIERI PROVENSI.
Agente de Contratação

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:AEE5AD77

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 08/2026 - PROCESSO Nº 48/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a **prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais para estagiários**, com cobertura mínima para **morte acidental e invalidez permanente, total ou parcial, decorrente de acidente**, em conformidade com o **art. 9º, inciso IV, da Lei nº 11.788/2008**, destinada a atender às necessidades da **Secretaria de Administração e Finanças**, por intermédio do **Departamento de Recursos Humanos.**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/04/2026 às 08h01min
ENVIO DE LANCES: 08/04/2026 das 08h01min às 14h01min
LOCAL/LINK: www.bnc.org.br
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.580,00.
ID CONTRATAÇÃO PNCP: 76995448000154-1-000049/2026
O Edital pode ser obtido a qualquer tempo no site www.patobranco.pr.gov.br - www.bnc.org.br. Demais informações pelo e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br.

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:DAA02A03

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 PROCESSO Nº 50/2026.

OBJETO: Implantação de Registro de Preços para futura, eventual e fracionada aquisição de bandeiras municipais, estaduais e nacionais, bem como de bandeiras de identificação institucional, destinadas ao atendimento das demandas das Secretarias de Meio Ambiente, Educação e Cultura, Desenvolvimento Econômico, Esporte e Lazer e Administração e Finanças.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 46.194,98.
DATA DE ABERTURA: 23 de Abril de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – www.bnc.org.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licitacao5@patobranco.pr.gov.br.

LICIANE CRISTINA PUTTKAMER.
Pregoeira -

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:F7FEBB47

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. CONTRATO Nº 68/2025/GP. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Ferdado Engenharia Civil Ltda.OBJETO: A execução de Construção e Reforma da Praça campo Bairro Alvorada - lote 01, Construção e reforma da praça campo do Alvorada. Local: Rua Osvaldo Cruz com Travessa Ipacaraí, Lote 4 - quadra 795 - Bairro Alvorada. Área Construída 19,60 m². Área de Reforma 4.757,64 m². Com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 754/2024, celebrado entre a Secretaria de Estado das Cidades (SECID) e do Serviço Social Autônomo Paranacidade.ADITAMENTO: Do Acréscimo, nos termos da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu art. 124, inciso I, alínea "a", em razão da justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, as partes acordam o acréscimo de valor de R$ 13.708,15 (treze mil, setecentos e oito reais e quinze centavos) passando o valor total de R$ 463.000,00 (quatrocentos e sessenta e três mil reais) para R$ 476.708,15 (quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e oito reais e quinze centavos) equivalente a 2,960723542% do valor do contrato original, conforme Anexo

I.Dotação Orçamentária: 14242-14348.Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições.Pato Branco, 27 de Março de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

DANILO ANTONIOLI CHICHETTI –
Representante Legal.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:1E46B6E5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 264, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 33, III, da Lei Municipal nº 3.812, de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 2.172, de 27 de janeiro de 2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação de função, no montante de 50% (cinquenta por cento) ao servidor público efetivo **MARCIO ELEANDRO GRUBER,** Matrícula nº 10118-4, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Vigia, lotado junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:627CA1A1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 266 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 004/2025, homologado através do Edital nº 017 – 004/2025, de 24 de fevereiro de 2025, considerando a Lei Municipal nº 6.442/2025, e considerando o contido no Memorando nº 34.907 de 12 de novembro de 2025 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 004/2025, para a função pública conforme abaixo relacionado, nomeados por meio do Edital de Convocação nº 001/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 219/2026.

a) Apoio Pedagógico – Superior	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Poliane Fontana	Opção final de lista
Carla Baroni	Opção final de lista
Cleandra Fontoura de Freitas	Opção final de lista
Maviane Leticia Neumann Da Silva	Opção final de lista
Ivone Faust	Não compareceu
Kauany Gabrieli Siebre	Não compareceu

b) Apoio Pedagógico – Médio	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Maria Eduarda Cottet	Não compareceu
Jheniffer Maciel	Compareceu porem não deu sequência
Rosemary Tereza Pallaoro	Opção de desistência
Gisele Dambros	Opção de desistência
Vitória Aragão Cardona	Opção final de lista
Juliana Verginio Biava Ortigara	Opção final de lista
Kauane Carneiro Nunes	Não compareceu
Maria Fernanda Pinto Guedes	Não cumpriu os requisitos do edital

f) Dança Ballet Clássico – Superior	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Bianca Bortot Cadore	Opção de desistência

g) Danças Urbanas – Médio	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Adriano Chagas Junior	Não compareceu
Hudson Guedes de Oliveira	Perdeu prazo
Kalana Pellizzaro Alves	Não compareceu

h) Desenho Realista – Médio	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Andre Lucas de Couto	Compareceu porem não deu sequência

Música: Corda, Percussão e Sopro – Médio	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Samuel Vinicius Rotermel	Opção de desistência

j) Música: Teclado – Médio	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Paulo Jurandir Ferreira	Opção de desistência

l) Teatro – Médio	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Alice Carolina Silveira Zucho	Não compareceu

m) Contação de História – Médio	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Sofia Bach	Opção final de lista
Érica da Rocha Cadena	Compareceu porem não deu sequência
Giovana da Silva	Compareceu porem não deu sequência

o) Linguagem Estrangeira – Espanhol – Superior	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Andressa Bomkoski Fiuza	Não compareceu

p) Oficina Recreativa – Médio	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Natieli Pereira Waltrick Muller	Não compareceu

q) Prática Laboratorial – Superior	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Claudia Fieira	Opção final de lista

r) Recreação: Orientador de Atividades de Lazer e Recreação Desportiva – Superior	
CANDIDATO	**MOTIVAÇÃO**
Fernanda Maccari	Opção final de lista

Art. 2º Reposicionar para o final da lista de classificação os candidatos que formalizaram requerimento formal nesse sentido, nos termos do edital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:1D013659

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 267, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 9.448, de 26 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a servidora pública **BIANCA BORTOT CADORE,** matrícula nº 8734-3, para o cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Produção, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Para o exercício da função e efeitos de remuneração, a servidora nomeada perceberá o vencimento do cargo efetivo, acrescido de eventuais vantagens de caráter permanente e de função gratificada – FG10.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:E5F58253

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 268, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 9.392, de 26 de março de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública efetiva **ALVARINA DO CARMO SANGALLI,** matrícula nº 8336-4, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Merendeira, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:54CB720B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 269, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXXI, na forma do art. 62, II, "f", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Processo Administrativo nº 2.092, de 23 de fevereiro de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Presidente da 2ª Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no uso das atribuições legais, a abertura de processo administrativo disciplinar em desfavor do(a) servidor(a) Matrícula nº 10753-0, para apuração de possível falta funcional, nos termos do art. 110, III, IX e X e art. 111, I, IX e XV ambos da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993.

Art. 2º O prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar é de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período a critério da autoridade superior, nos termos do art. 148 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, assinado digitalmente.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:D50B0518

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 270, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXXI, na forma do art. 62, II, "f", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Processo Administrativo nº 3.248, de 16 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Presidente da 1ª Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no uso de suas atribuições legais, a abertura de sindicância, com a finalidade de apurar possível infração funcional noticiada por meio de Ouvidoria, supostamente ocorrida durante atendimento prestado à contribuinte no Setor de Cadastro Imobiliário, nas dependências da Prefeitura Municipal.

Art. 2º O prazo para conclusão da sindicância será de 60 dias, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período a critério da autoridade superior, nos termos do art. 139, § 3º, da Lei Municipal nº 1.245, de 1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:C4C26293

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 271, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXXI, na forma do art. 62, II, "f", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Processo Administrativo nº 2.561, de 03 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Presidente da 2ª Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no uso das atribuições legais, a abertura de sindicância em desfavor do (a) servidor (a) sob Matrícula nº 7977-4, para apuração de possível falta funcional, nos termos dos Artigos 110, III, VI, VII, IX da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993.

Art. 2º O prazo para conclusão da sindicância será de 60 dias, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período a critério da autoridade superior, nos termos do art. 139, § 3º, da Lei Municipal nº 1.245, de 1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:581199CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 272, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXXI, na forma do art. 62, II, "f", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Processo Administrativo nº 2.802, de 09 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Presidente da 1ª Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no uso das atribuições legais, a abertura de sindicância com a finalidade de apurar possível irregularidade envolvendo a bomba injetora do caminhão nº 379 da Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 2º O prazo para conclusão da sindicância será de 60 dias, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período a critério da autoridade superior, nos termos do art. 139, § 3º, da Lei Municipal nº 1.245, de 1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:0DBD147C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 273, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXXI, na forma do art. 62, II, "f", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Processo Administrativo nº 2.996, de 10 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Presidente da 2ª Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no uso das atribuições legais, a abertura de sindicância em desfavor do (a) servidor (a) sob Matrícula nº 7955-3, para apuração de possível falta funcional, nos termos dos Artigos 110, III e IV da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993.

Art. 2º O prazo para conclusão da sindicância será de 60 dias, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período a critério da autoridade superior, nos termos do art. 139, § 3º, da Lei Municipal nº 1.245, de 1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:EF7CCB61

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 275, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 9.980, de 31 de março de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, a pedido, **MARIANA MARTELLI PEDROSO,** Matrícula nº 10571-6, do emprego público de Agente Comunitária de Saúde, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:1557B88E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 276, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 9.941, de 31 de março de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público **EDUARDO HENRIQUE DAMIM PICOLOTTO,** matrícula nº 10668-2, ocupante do cargo de Psicólogo, lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de abril de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:B0F31891

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
DESPACHO DA DIRETORIA TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2026 - PROCESSO N° 3/2026

Com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "c" da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas justificativas constantes do processo, RATIFICO o Processo de Contratação nº 3/2026, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 1/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria atuarial mensal com elaboração de relatório da avaliação atuarial anual, elaboração de relatório de gestão atuarial, elaboração de estudos atuariais e relatório de aderência das hipóteses atuariais, para atender às necessidade do Institutode Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco (PATOPREV) em favor da empresa ANDERSON DA S. R. COELHO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ: 09.517.901/0001-20, no valor total anual de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Determino a publicação deste termo de ratificação de inexigibilidade de licitação e a confecção do respectivo contrato.

Pato Branco, 31 de março de 2026.

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Diretor Presidente

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:FBED9037

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.840, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Regulamenta o Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FUMPPIR, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.460, de 18 de agosto de 2025, e considerando o Memorando nº 8.574/2026, de 20 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica regulamentado o Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FUMPPIR, instituído pela Lei Municipal nº 6.460, de 18 de agosto de 2025, como instrumento de natureza contábil, com escrituração própria, administrado pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, ficando vinculado, para fins orçamentários e administrativos, à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O FUMPPIR tem por finalidade captar, repassar, gerenciar e aplicar recursos destinados ao financiamento de políticas públicas, planos, programas, serviços, projetos e ações voltadas à promoção da igualdade racial, ao enfrentamento do racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais no Município.
Parágrafo único. O Fundo observará as diretrizes, prioridades e deliberações do COMPIR, bem como os instrumentos de planejamento municipal e a legislação vigente.

CAPÍTULO II
DO ÓRGÃO GESTOR

Art. 3º O Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FUMPPIR será administrado pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, cabendo ao órgão municipal responsável pela política de promoção da igualdade racial a gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil do Fundo, ficando vinculado, para fins orçamentários e administrativos, à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parágrafo único. O titular do órgão referido no caput atuará como ordenador de despesas do Fundo, observadas as deliberações do COMPIR, o plano de aplicação aprovado pelo Conselho e as normas de direito financeiro, contabilidade pública e controle interno.

Art. 4º Compete ao órgão gestor do Fundo:
I – coordenar a execução dos recursos do Fundo, conforme deliberação do COMPIR;
II – planejar, propor e executar políticas públicas de promoção da igualdade racial;
III – submeter ao COMPIR o plano de aplicação dos recursos;
IV – firmar convênios, termos de parceria, acordos e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, observada a legislação vigente e a prévia deliberação do COMPIR quanto à aplicação dos recursos do Fundo;

V – manter controle contábil, financeiro e patrimonial dos recursos do Fundo;
VI – elaborar a proposta orçamentária anual e plurianual do Fundo, em consonância com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;
VII – prestar contas aos órgãos de controle interno e externo;
VIII – encaminhar relatórios periódicos ao COMPIR;
IX – atuar como ordenador de despesas do Fundo.

CAPÍTULO III
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 5º Os recursos do FUMPPIR serão aplicados em:
I – políticas, programas, projetos e ações de promoção da igualdade racial;
II – ações de enfrentamento ao racismo e à discriminação étnico-racial;
III – capacitação e formação de agentes públicos e sociais;
IV – campanhas educativas, culturais e de conscientização;
V – pesquisas, diagnósticos e estudos sobre desigualdade racial;
VI – apoio a iniciativas comunitárias e culturais de valorização da diversidade étnico-racial;
VII – fortalecimento institucional do COMPIR, mediante capacitação, formação, realização e divulgação de conferências, estudos, diagnósticos e apoio às atividades finalísticas do Conselho;
VIII – custeio e investimento necessários à execução das ações financiadas pelo Fundo.
Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos do Fundo para pagamento de pessoal efetivo da Administração Pública.

CAPÍTULO IV
DAS RECEITAS E ATIVOS

Art. 6º Constituem receitas do FUMPPIR:
I – dotações orçamentárias do Município;
II – transferências da União, do Estado e de outros entes federativos;
III – recursos oriundos de fundos correlatos;
IV – doações de pessoas físicas e jurídicas;
V – recursos de convênios, contratos e parcerias;
VI – rendimentos de aplicações financeiras;
VII – outras receitas legalmente destinadas.

Art. 7º Os ativos do Fundo são constituídos por disponibilidades financeiras, bens e direitos destinados ao cumprimento de suas finalidades.

CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTÁBIL

Art. 8º A execução orçamentária e financeira do Fundo observará as normas da Administração Pública, os instrumentos de planejamento

municipal, especialmente o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, e será submetida ao controle do COMPIR e dos órgãos de fiscalização.
Parágrafo único. Os recursos do Fundo serão movimentados em conta bancária específica.

Art. 9º A contabilidade do Fundo será organizada de forma a evidenciar, em registros próprios, a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos, garantindo transparência e permitindo o acompanhamento da execução dos recursos.

CAPÍTULO VI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTROLE

Art. 10. A prestação de contas dos recursos do Fundo será realizada anualmente pelo órgão gestor, devendo ser submetida à apreciação do COMPIR e aos órgãos de controle.
§ 1º Os relatórios deverão conter informações orçamentárias, financeiras e de resultados.
§ 2º O COMPIR deverá deliberar sobre o relatório anual do Fundo.
§ 3º O órgão gestor encaminhará ao COMPIR relatórios periódicos de execução orçamentária e financeira do Fundo, para acompanhamento e controle social.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os casos omissos de natureza estritamente operacional serão resolvidos pelo Poder Executivo, observada a Lei Municipal nº 6.460, de 18 de agosto de 2025, a legislação orçamentária e financeira aplicável e as deliberações do COMPIR.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:66A43D57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 033/2026 DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 033/2026 DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora de Concursos Públicos, e dá outras providências;

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. SEBASTIAO ALGACIR DALPRA, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Funcionários e Servidores Municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora de Concursos Públicos, destinado ao provimento de cargos de seu Quadro de Pessoal, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

Tadeu Rafael Cordeiro – CPF: 073.809.159-67 – **PRESIDENTE**
Graduação: Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).
Pós-Graduação: Especialista em Metodologia de Ensino de Filosofia e Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI).
Gislaine Aparecida Soares Galle – CPF: 827.769.629-91 – **MEMBRO**
Graduação: Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.
Pós-Graduação: * Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.
Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Contestado (UnC).
Especialista em Educação Especial com ênfase em Libras pela Faculdade Metropolitana do Planalto Norte (FAMEPLAN).
Especialista em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual, Física e Psicomotora pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV).
Patricia Hermann Domingues – CPF: 029.452.549-13 – **MEMBRO**
Graduação: Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Pós-Graduação: Especialista em Gestão Pública com ênfase em Gestão de Pessoas pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR)
Art. 2º. A Comissão Organizadora do Concurso Público deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referentes ao Concurso Público;
Art. 3º. Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão considerados de relevância a Prefeitura Municipal de Paula Freitas/PR, porém sem ônus ao erário público;
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Paço Municipal, 31 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:D5D0DB4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3398/2026 – DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração e nomeação de servidor de cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:
Art. 1º - EXONERAR **AYSSLAN JOSÉ ESTÁCIO DA SILVA**, portador da carteira de identidade RG nº ******510 SESP/PR e inscrito no CPF nº ***.612.009.**, do cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador de Compras e Recebimento - Símbolo- CC5-, a partir de 31 de março de 2026.
Art. 2º - Revoga-se o Decreto nº 2811/2023 de 24 de janeiro de 2023.
Art. 3º -NOMEAR **AYSSLAN JOSÉ ESTÁCIO DA SILVA**, portador da carteira de identidade RG nº ******510 SESP/PR e inscrito no CPF nº ***.612.009.**, para ocupar o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador de Parques e Reservas Ambientais - Símbolo- CC5-, a partir de 01 de abril de 2026.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 31 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:1C836952

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3399/2026 – DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração e nomeação de servidor de cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:
Art. 1º - EXONERAR **HENRI LEONARDO FILISBERTO**, portador da carteira de identidade RG nº *****682-0 SESP/PR e inscrito no CPF nº ***.424.979.**, do cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador do CRAS - Símbolo- CC5-, a partir de 31 de março de 2026.
Art. 2º - Revoga-se o Decreto nº 3051/2024 de 03 de maio de 2024.
Art. 3º -NOMEAR **HENRI LEONARDO FILISBERTO**, portador da carteira de identidade RG nº *****682-0 SESP/PR e inscrito no CPF nº ***.424.979.**, para ocupar o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador de Serviços Educacionais - Símbolo- CC5-, a partir de 01 de abril de 2026.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 31 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:5E243029

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3400/2026 – DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração e nomeação de servidor de cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:
Art. 1º - EXONERAR **KAMILI VITÓRIA STECKI**, inscrita no CPF nº ***.163.549.**, do cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador de Assuntos Sociais - Símbolo- CC5-, a partir de 31 de março de 2026.
Art. 2º - Revoga-se o Decreto nº 3396/2026 de 24 de março de 2026.
Art. 3º -NOMEAR **KAMILI VITÓRIA STECKI**, inscrita no CPF nº ***.163.549.**, para ocupar o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador do CRAS - Símbolo- CC5-, a partir de 01 de abril de 2026.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 31 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:D5B78B6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3401/2026 – DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:
Art. 1º - NOMEAR **JOZENEIA DE CRISTO RITZEL DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF nº ***.214.239-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador Casa Lar- Símbolo- CC-5, a partir de 01 de abril de 2026.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 31 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:4D611FA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3402/2026 – DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:
Art. 1º - NOMEAR **NALDI MARLENE PETOLA DE LIMA**, portadora da carteira de identidade RG nº *****684 SESP/PR inscrita no CPF nº ***.879.949-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Assuntos Sociais- Símbolo- CC-5, a partir de 01 de abril de 2026.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 31 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:6A9EB58B

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO
EDITAL Nº 02/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO EDITAL Nº 02/2025** Homologado em 06 DE JANEIRO DE 2026 , **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado para apresentar-se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fim de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme:

Cargo: Assistente Social - 40 h

Classificação	Nome
05º Lugar	Alex de Anastacio

Paula Freitas, 31 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:F668C287

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 007/2026- TORNA PÚBLICO A DESISTÊNCIA DO CANDIDATO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS -EDITAL Nº 02/2025

O Prefeito do Município de Paula Freitas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS para cadastro de reserva e contratação por prazo determinado -Edital nº 02/2025, homologado em 06 de janeiro de 2026, RESOLVE:
Tornar pública a desistência do candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, de que trata o Edital de Convocação nº 002/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - Edição nº 3500, em 31/03/2026, do candidato abaixo relacionado:

Cargo: Assistente Social-40 hrs

Classificação	Nome
04º Lugar	William David Pinheiro Ribeiro

Paula Freitas, 31 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:79406F75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº14/2026;
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 31/2026;

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº14/2026;
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 31/2026;

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS (PGR, PCMSO, LTCAT, LIP), REALIZAÇÃO DE EXAMES CLINICOS OCUPACIONAIS (ASO), EXAMES COMPLEMENTARES QUANDO NECESSARIO E ENVIO DOS EVENTOS SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO AO SISTEMA E-SOCIAL, CONFORME DESCRITO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/2021.

CONSIDERANDO a Formalização da Demanda elaborada pela Secretária Municipal de Administração, Daiane Aparecida Turkot que indicou os itens, as quantidades e a justificativa da contratação;

RESOLVO:

AUTORIZAR a realização por meio de Dispensa de Licitação, uma vez que atendeu todas as condicionantes previstas no art. 75, inciso II, da Lei 14.133, de 2021.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:62CBD6D4

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026
(Lei Federal nº 14.133/2021)
JUSTIFICATIVA
DA ELABORAÇÃO DA DEMANDA
O processo iniciou-se por meio do Documento de Formalização da Demanda e Termo de Referência elaborados pela Secretária Municipal de Administração, Daiane Aparecida Turkot. O objetivo é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho. A contratação fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021 , conforme as especificações abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Elaboração de LTCAT, PPP e gestão do evento S-2240 ao e-Social.	UN	01
2	Elaboração de LIP (Laudo de Insalubridade e Periculosidade).	UN	01
3	Elaboração de PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e visitas trimestrais.	UN	01
4	Elaboração de PCMSO e envio de eventos S-2220 e S-2230.	UN	01
5	Realização de exames clínicos ocupacionais com emissão de ASO.	UN	320

DA PESQUISA DE PREÇO
Para subsidiar a contratação, foi realizada pesquisa de preços conforme o art. 23 da Lei 14.133/2021. O valor total estimado para a contratação é de **R$ 64.200,00(sessenta e quatro mil e duzentos reais)**.
FUNDAMENTO LEGAL
A presente dispensa fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta de serviços comuns de pequeno valor.
O processo observa os arts. 72 a 74 da referida Lei quanto à formalização e justificativa, assegurando a vantajosidade e a busca pela proposta mais adequada.
CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO
A contratação é imperiosa para garantir a continuidade dos serviços, visto que o contrato vigente encerra-se em **19/03/2026**.
A ausência deste serviço impediria o cumprimento de obrigações críticas, como o envio de dados ao sistema e-Social, e comprometeria a segurança jurídica no pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, evitando passivos trabalhistas e multas.
O suporte especializado garante a integridade dos servidores e o atendimento às normas regulamentadoras (NRs).
SOLUÇÃO ADEQUADA
A solução técnica indicada no TR compreende serviços contínuos de medicina ocupacional, incluindo exames clínicos que devem ser realizados em consultório num raio máximo de 60km de Paulo Frontin , além da gestão remota de dados para o RH.
RAZÃO DA ESCOLHA
A escolha do fornecedor baseia-se no critério de **Menor Preço Global.**
A empresa selecionada deve comprovar regularidade jurídica, fiscal e técnica, incluindo registro nos conselhos de classe (CREA e CRM) e capacidade técnica compatível com o objeto.
Empresa Vencedora: **APOIO SST ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA** | CNPJ: **06.184.792/0001-88**.
DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA
O preço contratado de **R$ 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais),** foi definido após ampla pesquisa de mercado, demonstrando compatibilidade com os valores praticados e respeitando o princípio da economicidade.
O valor final atende aos limites estabelecidos pela Administração Municipal para a dispensa de licitação.
DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS PARA SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE:
Para fins de habilitação, serão exigidos os seguintes documentos, em conformidade com o Termo de Referência:
Qualificação Econômico-Financeira: Certidão Negativa de Falência; Balanço Patrimonial com índices de Liquidez Geral (LG), Solvabilidade Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1,00.
Qualificação Técnica: Atestado de Capacidade Técnica comprovando execução de serviços de SST compatíveis com o objeto (mínimo de 50% do quantitativo); registro da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA e CRM; declaração de que possui ou possuirá, na data da assinatura do contrato, consultório para exames clínicos em Paulo Frontin/PR ou região próxima (até 60km).
Certidões Obrigatórias: CND Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT; Certidão Negativa do TCE/PR e Certidão do TCU.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Descrição: ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO.
Organograma: 02.002.
Máscara: 02.002.04.121.003.200.3.3.90.39.00.

Valor Estimado: R$ 64.200,00.
DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:
O **Agente de Contratação** delibera pela regularidade do procedimento de dispensa de licitação, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único do Decreto Municipal nº 549/2026, submetendo o processo à autoridade competente para ratificação e autorização da despesa.

Paulo Frontin/PR, 31 de março de 2026.

DAIANE APARECIDA TURKOT
Secretária Municipal de Administração
(Responsável Pela Elaboração da Demanda e TR)

EDER RENATO STELMACH
Agente de Contratação
(Designado Pelo Decreto Municipal nº 549/2026)

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:F652F795

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 005/2026 - CONCURSO PÚBLICO 01/2025

EDITAL Nº 005/2026

Concurso Público 01/2025
O Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais e nos termos do art. 65, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a homologação do Concurso Público nº 01/2025, torna público o presente edital:
DO NÃO COMPARECIMENTO
Nos termos do item 14.2 do Edital nº 001/2025, ficam considerados inabilitados os candidatos abaixo relacionados, em razão do não comparecimento dentro do prazo estabelecido no edital de convocação:

Inscrição	Emprego	Nome Completo	Classificação
0000701	Professor 20h	EMILLAYNE THAIS TURKOT	23º lugar
0000573	Operador de Máquinas	SARA LEODORO	4º lugar
0000175	Professor 20h	WESLEI DJORDAN FILUS	35º lugar
0000473	Auxiliar Administrativo	CARLOS DANIEL GLAAB	3º lugar

2. DAS DESCLASSIFICAÇÕES

Nos termos dos itens 14.2, 15 e 16 do Edital nº 001/2025, ficam desclassificados os candidatos abaixo relacionados:

Inscrição	Emprego	Nome Completo	Classificação
0000406	Operador de Máquinas	JOAO ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS	2º lugar

Motivo: Não comprovação de quitação com a Justiça Eleitoral, conforme item 15, alínea "f".

Inscrição	Emprego	Nome Completo	Classificação
0000238	Motorista D	JOÃO LUCAS PECH	9º lugar

Motivo: Inaptidão em exame admissional (ASO), conforme item 16.6 do edital.

2. DA RECLASSIFICAÇÃO PARA FINAL DE FILA

Nos termos do item 14.3 do Edital nº 001/2025, ficam reclassificados para o final da lista de classificação, a pedido, os seguintes candidatos:

Inscrição	Emprego	Nome Completo	Classificação Original
0000780	Professor 20h	EDUARDA AQUECIR SANTOS	1º lugar
0000044	Professor 20h	NILVIA ELIGIA PINHO	6º lugar
0000584	Professor 20h	LUCINEIDE FRANCO	21º lugar
0000342	Motorista D	WALDIR KURZYDLOVSKI	2º lugar
0000767	Motorista D	MARCOS SIDOLI	4º lugar

Paulo Frontin-PR, 31 de março de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:5C9F4FE6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 83/2026

PORTARIA 83/2026

Designa Gestor e Fiscal para o Convênio celebrado com o Instituto Água e Terra - IAT, referente ao Programa Permanente de Esterilização Cirúrgica de Cães e Gatos (Castrapet), no âmbito do Município de Paulo Frontin e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Paulo Frontin - Paraná, **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais; **CONSIDERANDO** a celebração de Convênio entre o Município de Paulo Frontin/PR e o Instituto Água e Terra – IAT, para a execução do Programa Permanente de Esterilização Cirúrgica de Cães e Gatos (Castrapet), visando o controle populacional de animais e a promoção da saúde pública em nosso território;
CONSIDERANDO a Portaria IAT nº 460, de 27 de outubro de 2023, que, no âmbito do Instituto Água e Terra, designa gestor e fiscal para os convênios relativos ao mencionado Programa, e a imperiosa necessidade de correspondente designação no âmbito municipal para assegurar a correta e eficiente execução do pacto firmado;
CONSIDERANDO a implantação do referido Programa por meio da contratação de serviços médicos veterinários em Unidades Móveis de Esterilização e Educação em Saúde, o que demanda um acompanhamento específico por parte desta municipalidade;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aplicável aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, nos termos do seu art. 184;
CONSIDERANDO, ainda, a importância de um acompanhamento pormenorizado da execução do objeto pactuado com o Instituto Água e Terra, garantindo a transparência e o atingimento dos fins públicos colimados; **CONSIDERANDO** os termos do Convênio e do respectivo Plano de Trabalho atinentes ao Programa Castrapet, depreende- se ser fundamental a presente designação para o bom ordenamento dos processos e a salvaguarda do erário, bem como para o sucesso do programa em nosso Município;
RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor GUILHERME ZACHARIAS, Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, matrícula nº 1207, portador do CPF nº xxx.xxx.959-59, como Gestor Titular do Convênio celebrado entre o Município de Paulo Frontin e o Instituto Água e Terra - IAT, referente ao Programa Permanente de Esterilização Cirúrgica de Cães e Gatos (Castrapet).
Art. 2º. Designar o servidor MARIO TIAGO MAKSEMOVICZ , Medico Veterinário, matrícula nº 1015, portadora do CPF nº xxx.xxx.969-48 , como Fiscal Titular para acompanhar e fiscalizar a execução físico-financeira do Convênio mencionado no art. 1º desta Portaria, referente ao Programa Castrapet.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário. Paulo Frontin/PR, 31 de março de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:0D8ADD8A

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 04/2026 CMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – CMS
Rua Rui Barbosa, 219
Tel: (42)35431123
CEP: 84.635-000 Paulo Frontin - PR

RESOLUÇÃO Nº 04/2026, de 27 de Março de 2026, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Paulo Frontin – PR.

O Conselho Municipal de Saúde de Paulo Frontin-PR, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90 e pela Lei Municipal nº 189/1991 de 06/12/91 e Lei Municipal nº 636/2007 de 19/04/2007.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório Anual de Gestão - 2025;
Art. 2º Aprovar Plano Municipal de Contingência para Epidemias de Dengue, Chikungunya e Zika;
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Paulo Frontin, 27 de Março de 2026.

CACILDA GONÇALVES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução nº 04/2026, nos termos do § 2°, art. 1°, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LORENA APARECIDA SOARES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:027DE68C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/2023.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/2023.

OBJETO: Alterar o Valor, a Vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: ***WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA.***
ORIGEM: Contrato nº 60/2023 na modalidade de Dispensa de licitação nº 06/2023.
VALOR ORIGINAL: R$ 60.503,76 (sessenta mil, quinhentos e três reais e setenta e seis centavos).
VALOR COM ADITIVO: R$ 82.452,36 (oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos).
VIGÊNCIA ORIGINAL: 03/04/2023 a 31/03/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 31/03/2026 a 31/03/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 31/03/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:63CE8A61

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ
SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE COBRANÇA DE PEDÁGIO

OF. Nº 06/2026 Pérola D'Oeste, 31 de Março de 2026.

REF.: SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE COBRANÇA DE PEDÁGIO.

AO SENHOR REPRESENTANTE DA EMPRESA EPR IGUAÇÚ.

Vimos através deste solicitar a isenção de cobrança de pedágio dos veículos devidamente relacionados.

Justificativa: Trata-se de veículo oficial e de circulação contínua nesta via.

Atenciosamente,

EDSON LUIZ BAGETTI
Presidente do Consórcio

***Ilmo. Sr.* REPRESENTANTE DA EMPRESA EPR IGUAÇÚ.**

Publicado por:
Jaques Gilvani Dalla Libera
Código Identificador:FC7BE954

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 009/2025

1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA MR PAVIMENTAÇÕES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 017/2026 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **MR PAVIMENTAÇÕES LTDA,** CNPJ 52.554.325/0001-10, localizada Estrada Ribeirãozinho, s/nº, Bairro: Leão em Agudos do Sul/PR, telefone: (41) 99542-7138, e-mail: nfemrpavimentacoes@gmail.com, representada por Michele de Souza da Rocha portador da cédula de identidade R.G. n. º 14.738.346-0 SSP-PR, inscrito no CPF sob n. º 142.xxx.369-xx a seguir denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 081/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 2535/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato conforme abaixo:
EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias de 15/03/2026 a 13/07/2026
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias de 11/09/2026 a 09/01/2027

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 25 de março de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:312C2868

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°110 DE 31 DE MARÇO DE 2026

DECRETO N.º 110 DE 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 254,47.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 254,47, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
4.122.3.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3.3.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
645	0818 Repasse Estadual - Inclusão Higiene Íntima	254,47
	SUBTOTAL	254,47
	TOTAL	254,47

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....254,47

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DEPOSITO BANCARIO GERAL - PRINCIPAL	14,06
	TOTAL	14,06

O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	Descrição	Valor
818	Repasse Estadual - Inclusão Higiene Íntima	240,41
	TOTAL	240,41

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....254,47

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 31 de março de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:CE80B8CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 112 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 112 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

nomeia VITÓRIA CIESLINSKI DE OLIVEIRA PARA OCUPAR O cargo de provimento em comissão DE ASSESSOR DE AREA i – TESOURARIA

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.151/2013, de 30 de janeiro de 2013 e Lei Municipal 1.562/2025 de 15 de janeiro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **VITÓRIA CIESLINSKI DE OLIVEIRA** portadora da cédula de identidade civil RG nº 8.***.***-6/PR, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Assessor de Área I – Tesouraria - símbolo CC3,** a contar de 01 de março de 2026 com as seguintes atribuições: Gerenciar diariamente a disponibilidade de recursos junto as instituições financeiras; acompanhar e supervisionar o correto registro das receitas; individualizadas pelas diversas fontes de recurso; acompanhar e supervisionar as rotinas operacionais para que todas as obrigações do Município sejam quitadas dentro dos prazos de exigibilidade; acompanhar o fechamento financeiro; fazer projeções sobre o ingresso e saída de recursos assim como isenções e imunidades, para posteriormente encaminhá-los ao Secretário ou ao Prefeito Municipal para decisão; analisar os relatórios de todos os registros executados; preparar relatórios gerenciais, visando auxiliar na tomada de decisões; acompanhar o envio da Prestação de Contas aos diversos órgãos fiscalizadores; acompanhar a Consolidação das Contas do Município; efetivar lançamentos contábeis efetuar transações bancárias e fiscalizar o arquivamento da documentação contábil em cumprimento as regras exigidas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên, 31 de março de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:C9D02B6F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 051/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 051/2026

PROTOCOLO: 2550/2026
Objeto: Locação de imóvel com área total de 77,02 m², destinado à implantação e funcionamento de Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, visando garantir condições adequadas para a instalação das equipes e apoio operacional às atividades do serviço no município.
.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CURITIBA
CNPJ: 76.613.835/0012-31
VALOR: R$ 126.000,00 (Cento e vinte e seis mil reais)

AUTORIZAÇÃO 31/03/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:06DA3AF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 052/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 052/2026

PROTOCOLO: 2714/2026

Objeto: Adesão de ATA de Registro de Preços para aquisição de notebooks para modernização tecnológica e suporte às atividades pedagógicas dos professores da rede municipal de ensino de Piên/PR, por meio de adesão à ata de registro de preços nº 001/2025, decorrente do pregão eletrônico nº 001/2025, gerenciada pelo CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – CIRAU

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: VERLIN TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 10.894.828/0003-56
VALOR: R$ 694.209,60 (Seiscentos e noventa e quatro mil e duzentos e nove reais e sessenta centavos)

AUTORIZAÇÃO 31/03/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:8E0D1235

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 54/2026

DECRETO 54/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 30 de Março de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:EBB950C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1248/2026

DECRETO Nº 1.248/2026

Dispõe sobre a atualização do valor do benefício eventual na modalidade Aluguel Social, previsto na Lei Municipal nº 1.088/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 22 da Lei Municipal nº 1.088/2025, que estabelece o valor máximo do benefício de aluguel social e prevê sua atualização anual por decreto;
CONSIDERANDO a necessidade de recomposição do valor em razão da variação inflacionária;
CONSIDERANDO o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, acumulado no período de 01/2025 a 12/2025, no percentual de 4,26%;
DECRETA:
Art. 1º Fica atualizado o valor máximo do benefício eventual na modalidade **Aluguel Social,** previsto no art. 22 da Lei Municipal nº 1.088/2025, que passa de R$ 400,00 (quatrocentos reais) para **R$ 417,04 (quatrocentos e dezessete reais e quatro centavos).**
Art. 2º O valor atualizado será aplicado às concessões do benefício a partir da publicação deste Decreto, observados os critérios e condições estabelecidos na Lei Municipal nº 1.088/2025.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 1.088/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pinhal de São Bento – PR, 30 de março de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:F1D00F87

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/21 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 135/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.
CONTRATADA: ROSELI M. DA SILVA & CIA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no **art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021** e na **Cláusula Décima Sexta** do Contrato Administrativo nº 135/2024, que prevê a possibilidade de alterações contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 135/2024, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas (café da manhã e almoço) na cidade de Francisco Beltrão/PR, por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 24/03/2026 até o dia 24/04/2026, perfazendo um total de 18 (dezoito) meses, em conformidade com o Pregão n.º 51/2024 e o Contrato nº 135/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, 24 de março de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:4DF16509

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3345/2026

PORTARIA Nº 3.345/2026

Nomeia Comissão para Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório e da Progressão Funcional dos Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal, e da outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando a nomeação dos Servidores aprovados no Concurso Público Municipal;
Considerando o que dispõe o Capítulo IV, da Lei Complementar nº 18/2025 de 14 de novembro de 2025, que estabelece a avaliação periódica de desempenho para fins de progressão funcional;
Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 18/2025, de 14 de novembro de 2025, que trata do estágio probatório dos servidores públicos municipais;
RESOLVE:
Art. 1º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho, responsável por acompanhar e proceder à avaliação dos servidores em estágio probatório e dos servidores efetivos para fins de progressão funcional no âmbito do Município de Pinhal de São Bento:

Membros Titulares:	Membros Suplentes:
Marisa Aparecida Marafon Barcki	Idete Bonetti
Ana Paula Cossetin	Vanessa Carniel Motta da Silva
Vania Maria Barbieri	Luis Edelar de Lima
Tailine Maiara da Silva	Salete Maria Piazentini
Marcio Silvino Beppler	Argeu Antonio Geittenes
Jordanis da Silva	Valcei Ilceu Barbieri

Parágrafo único. A Comissão será presidida pela servidora Marisa Aparecida Marafon Barcki, competindo-lhe a coordenação dos trabalhos.
Art. 2º Compete à Comissão de Avaliação analisar a aptidão, capacidade e desempenho dos servidores em estágio probatório, bem como dos servidores estáveis, observando os critérios e requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 18/2025, especialmente no Capítulo IV.
Art. 3º A Comissão deverá proceder à avaliação dos servidores em estágio probatório, emitindo parecer conclusivo quanto à aptidão para aquisição da estabilidade, nos termos do art. 53, § 1º, da Lei Complementar nº 18/2025.
Art. 4º As avaliações dos servidores em estágio probatório ocorrerão no período de 01 de abril de 2026 a 30 de abril de 2026, e as avaliações dos servidores estáveis ocorrerão no período de 01 de junho de 2026 a 30 de julho de 2026.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, em 24 de março de 2026
Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:B0E08452

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3346/2026

PORTARIA Nº 3.346/2026

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER, a partir de 26 de março de 2026, licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal VANESSA CRNIEL MOTTA DA SILVA, matricula funcional nº 460-1, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, lotada no Departamento de Saúde, em conformidade com o atestado médico datado em 26/03/2023.

Art. 2º A remuneração correspondente ao período de licença, os primeiros 15 (quinze) dias será pago pelo Município e o restante será efetuado diretamente pelo INSS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data indicada no art. 1º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná em 30 de março de 2026

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:C397371F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 010/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as Leis Municipais n.º 2553/2025 e 2556/2025, de 13 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALESSANDRA DE FÁTIMA FRANCO, portadora do RG n.º 7.294.XXX-1 PR e inscrita no CPF sob n.º 072.443.XXX-36, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Parlamentar – CC4, lotada no gabinete da vereadora Professora Sonia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 30 de março de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:0430CA8F

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 680/2026

Concede aposentadoria Voluntaria Por Idade e Tempo de Contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei

Municipal nº 862/2006, o Processo de Aposentadoria nº 007/2026 do Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, o Parecer Consultivo da Procuradoria-Geral do Município e o requerimento protocolado em 02 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição ao servidor **GILBERTO SEBASTIÃO COSTA FERNANDES**, RG nº 4.259.XXX-8, CPF nº 664.186.XXX-X2, matrícula funcional nº 822871, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 862/2006, combinado com o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º Fixar os proventos mensais da aposentadoria no valor bruto de R$ 2.122,56 (dois mil cento e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 3º A Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, concedida com fundamento no art. 12 da Lei Municipal nº 862/2006, combinado com o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, terá seus proventos reajustados na mesma data e pelo mesmo índice aplicado ao reajuste geral dos servidores em atividade, observadas as disposições da legislação municipal vigente, nos termos do art. 27, § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 30 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:717023A1

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 681/2026

Concede aposentaria Voluntaria por Idade e Tempo de Contribuição (Magistério)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal nº 862/2006, o Processo de Aposentadoria nº 008/2026 do Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, o Parecer Consultivo da Procuradoria-Geral do Município e o requerimento protocolado em 05 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (Magistério)** à servidora **ADRIANA DE SOUZA GUSMÃO LEANDRO**, portadora da CI/RG nº 6.146.XXX-5, inscrita no CPF nº 019.751.XXX-X7, matrícula funcional nº 516321, pertencente ao quadro de servidores do Município de Piraquara, ocupante do cargo de **Professora III – Especialização,** com fundamento no art. 12, combinado com o art. 14, ambos da Lei Municipal nº 862/2006, c/c art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", e § 5º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º Fixar os proventos mensais da aposentadoria no valor bruto de **R$ 4.534,68** (quatro mil quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Art. 3º A Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (Magistério), concedida com fundamento no art. 12, combinado com o art. 14, ambos da Lei Municipal nº 862/2006, e no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", e § 5º, da Constituição Federal de 1988, terá seus proventos reajustados na mesma data e pelo mesmo índice aplicado ao reajuste geral dos servidores em atividade, **observadas as disposições da legislação municipal vigente**, nos termos do art. 27, § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 **de abril de 2026.**

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 30 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:A15C02FA

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 682/2025

Concede aposentadoria Voluntaria Por Idade e Tempo de Contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal nº 862/2006, o Processo de Aposentadoria nº 009/2026 do Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, o Parecer Consultivo da Procuradoria-Geral do Município e o requerimento protocolado em 20 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição ao servidor **VALDECI RIBEIRO NOBREGA**, RG nº 3.112.XXX-5, CPF nº 393.659.XXX-X7, matrícula funcional nº 554841, ocupante do cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Ambiente, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 862/2006, combinado com o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º Fixar os proventos mensais da aposentadoria no valor bruto de R$ 4.369,35 (quatro mil trezentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

Art. 3º A Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, concedida com fundamento no art. 12 da Lei Municipal nº 862/2006, combinado com o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, terá seus proventos reajustados na mesma data e pelo mesmo índice aplicado ao reajuste geral dos servidores em atividade, observadas as disposições da legislação municipal vigente, nos termos do art. 27, § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 30 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:EF544B6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31.504/2025

O Município de Piraquara, UASG nº 987769, por meio do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de feriado na data anteriormente prevista para a realização da sessão pública, fica adiada a abertura do pregão em referência, cujo objeto é a **Aquisição de semiperecíveis**. Em virtude disso, marca-se **nova data de abertura para o dia: 23/04/2026 às 09h.** As demais disposições do edital permanecem inalteradas. O Edital e anexos estão disponíveis na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br**, no link licitações, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 31 de março de 2026.

EDUARDO DIAS DE LIMA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:B868357D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N. 12/2026 PROCESSO LICITATÓRIO: 66.167/2025

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio da Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a aquisição de cestas básicas conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e anexos., será realizada no dia **16/04/2026 - 09:00:00** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** Critério de Julgamento: Menor Valor. Valor Máximo: R$ 3.395.760,00 (três milhões trezentos e noventa e cinco mil setecentos e sessenta reais). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 31 de março de 2026.

SHEILA GUIMARÃES VELOSO
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:8FA45F4A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N. 13/2026 PROCESSO LICITATÓRIO: 64369/2025

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a **Aquisição de refrigeradores de Vacina,** será realizada no dia **22/04/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: Menor Valor. Valor Máximo**:** R$ 298.301,52 (duzentos e noventa e oito mil trezentos e um reais e cinquenta e dois centavos). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 31 de março de 2026.

EMERSON ANTÔNIO ZAPCHAU -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F823C65A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.549/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1° A exoneração do servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Leonardo Pereira dos Santos	651451	Biólogo	01/04/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 01/04/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:9B9AB08F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 349/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 9/2025 - PROCESSO Nº 7050/2025

Locatário: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA. **Locador:** Jose Roberto Gaio, Sonia Mara Zeni Gaio, Ana Claudia Gaio De Oliveira e Celso Roberto de Oliveira. **Objeto**: constitui objeto deste termo aditivo alteração da titularidade da administradora passando para o nome de Gaio e Gaio Gestão Patrimonial Ltda. Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário de 16 de junho de 2025. **Data da Assinatura**: 26 de março de 2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:871850BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.°406/2025 - PROCESSO Nº 28.757/2025

CONTRATANTE: Município De Piraquara**. CONTRATADA:** Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura - FUNPAR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.350.188/0001-95.**DO OBJETO:** Constitui objeto à Contratação de Serviços de Consultoria Especializada de Avaliações para atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) e definição dos critérios de avaliação em massa ou coletivos dos imóveis do Município de Piraquara, Dispensa nº 03/2025.**DO PRAZO:** O prazo de execução fica prorrogado por + 87(oitenta e sete) dias, contados a partir de 01/04/2026, findando em 26/06/2026. Com relação ao prazo de vigência fica prorrogado por + 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do dia 01/04/2026, findando em 27/09/2026. **DATA DA ASSINATURA:** 31 de março de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:C0925F2E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 71/2020

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA. **LOCADOR:** Luiz Aguiar Benevenuto e Ivone Adriana Nasloski Benevenuto. **OBJETO**: Prorrogação do prazo de vigência da locação do imóvel, localizado na Rua Targino da Silva nº 13, Jardim Primavera destinado para instalação da Farmácia Satélite. **MODALIDADE**: Dispensa nº 07/2020 – Processo nº 60.207/2019 **VALOR MENSAL:** R$ 3.177,99 (Três mil cento e setenta e sete reais e noventa e nove centavos). **VALOR GLOBAL:** R$ 38.135,88 (Trinta e oito mil cento e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos). **PRAZO DE VIGENCIA:** 03/04/2026 a 03/04/2027. **DATA DA ASSINATURA:** 30 de março de 2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:408642C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 21.142/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Capitulo II do Decreto N°12.116 de 22 de Março de 2024, **AUTORIZA** o **Processo nº 21.142/2024** - **Inexigibilidade de Licitação nº 11/2024**, cujo objeto é o **Credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidade da Secretaria de Educação,** em relação aos seguintes credenciados Mariah Eduarda Torres; Joana Darc Maia Garcia; Youlie Despoinville; Priscila do Carmo Silva; Eduarda Tiller de Jesus; Thayna Rocha de Lima Torres; Graziele da Quinta Simão; Luzia Lucia Vieira; Emilly Vitoria Nassa de Souza; Leonardo Brizola Dranka; Aline Aparecida Brandino de Oliveira, em 30 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:AEA2D22C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 60.201/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 14/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas no **PROCESSO Nº 60.201/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 14/2025,** que tem por objeto a Contratação da execução de pavimentação de vias urbanas em CBUQ das ruas Rosalina de Oliveira Abreu, Alfredo de Souza, Sandra da Cruz Bressan, Reinhold Muller (CBUQ) e Reinhold Muller (PAVER), todas localizadas no bairro Vila Mariana, no município de Piraquara/PR. Os serviços incluem: serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, meio-fio e sarjeta, revestimento, paisagismo e urbanismo, sinalização de trânsito, iluminação pública e ensaios tecnológicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** a licitação em face da empresa: **VDL PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.279.785/0001-34, vencedora do **item 01 (item único)**, pelo valor total **R$ 3.484.238,01** (três milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e um centavo). Valor total homologado e adjudicado: **R$ 3.484.238,01** (três milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e um centavo). Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 31 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:5E17CB51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 08/2026 CMAS

SÚMULA: Dispõe sobre a composição dos representantes governamentais e não governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Piraquara, para a gestão 2025–2027.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara - CMAS**, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1179/2012 considerando a 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 13 de junho de 2025, bem como a eleição complementar ocorrida em 24 de novembro de 2026,
RESOLVE:

Art. 1º Fica formalizada a composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para a gestão 2025–2027, com os seguintes representantes titulares e suplentes:
I – Representantes Governamentais:
a) Telmara Carsten Vieira (Titular – Secretaria Municipal de Assistência Social)
b) Suelen Pietroski Oliveira (Suplente – Secretaria Municipal de Assistência Social)
c) Matheus Saimon Gonçalves da Silva (Titular – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude)
d) Elizeu Serafim da Silva (Suplente – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude)
e) Ione Jovita de Oliveira (Titular – Secretaria Municipal de Educação)
f) Ana Beatriz Schemberg (Suplente – Secretaria Municipal de Educação)
g) Diane Tonatto Nogueira Borges (Titular – Secretaria Municipal de Finanças)
h) Angelita Favoreto Tavares (Suplente – Secretaria Municipal de Finanças)
i) Solange Soares Borges (Titular – Secretaria Municipal de Saúde)
j) Marcia Marques da Silva Schemberg (Suplente – Secretaria Municipal de Saúde)
k) Cleiton Vargas Franco (Titular – Secretaria Municipal de Meio Ambiente)
l) Patrícia dos Santos Oliveira (Suplente – Secretaria Municipal de Meio Ambiente)
II – Representantes Não Governamentais – Entidades:
a) Samuely Maria Moreira Zorzan Oliveira (Titular – Casa de Acolhimento Provisório Social Esperança)
b) Elza Rodrigues de Souza (Suplente – João Paulo II)
c) Eduardo Fabrício Andrade (Titular – Instituto Bom Pastor)
d) Irmã Ailda Brudéck Kluppell (Suplente – Centro Educativo Passionista Maria José)
III – Representantes Não Governamentais – Usuários do SUAS:
a) Anilia Catarina Bleck (Titular – CISA Betonex)
b) Katia Barbosa da Silva (Suplente – CISA Macedo)
c) Edson Aparecido de Alencar (Titular – CRAS Guarituba)
IV – Representantes Não Governamentais – Trabalhadores do SUAS:
a) Sandra Aparecida de Souza Alves Bertoldo (Titular)
b) Marcia Maria Feyh (Titular)
Art. 2º Esta Resolução produz efeitos retroativos à data de posse dos conselheiros.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Piraquara, 30 de março de 2026.

SAMUELLY MARIA ZORZAN OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:B0EDB56D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 002 DE 18 DE MARÇO 2026

Dispõe sobre o Relatório Anual de Gestão do ano de 2025 – RAG 2025, da Secretaria Municipal de Saúde, apreciado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde e demais agentes em saúde em 18/03/2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Piraquara, no uso de suas competências Regimentais e prerrogativas conferidas pela Lei Municipal nº 1.004 de 05 de maio de 2009, Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Resolução nº 16, de 15 de março de 2023, Decreto nº 10.980/2023, Regimento Interno e demais dispositivos legais regentes e norteadores;
Considerando: a Lei Federal n.º 8080, de 19 de setembro de 1990, em seu art. 36, § 1º os planos de saúde serão à base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária e § 2º é vedada a transferência de recursos para o

financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde;
Considerando: a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 48, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos;
Considerando: a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 41, os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
Considerando: o Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças e Recursos Humanos deste colegiado, a qual se reuniu no dia 18/03/2026, e avaliou os resultados financeiros e de produção em saúde do ano de 2025, deliberando pela aprovação do **Relatório Anual de Gestão do ano de 2025 – RAG 2025**;
Considerando: Reunião ocorrida em 18/03/2025, na sala de reuniões dos Conselhos, no prédio da Secretaria Municipal da Saúde à Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel nº 4675 – Jardim Primavera – Piraquara – PR, reunião esta que contou com a presença do Pleno do Conselho Municipal de Saúde e demais agentes em saúde conforme lista de presença, de modo que restaram esclarecidas as dúvidas apresentadas e atendidos os apontamentos realizados pelos participantes;

RESOLVE:

• **Art. 1º** Aprovar o **Relatório Anual de Gestão – RAG 2025**, referente ao exercício de 2025, do Fundo Municipal da Saúde / Secretaria Municipal da Saúde de Piraquara, por unanimidade.

Piraquara, 18 de Março de 2026

SILMARA RIBAS
Presidente Resolução 03/2025

FERNANDA DAHER SABATIN
Secretária de Saúde de Piraquara
Decreto Municipal Nº 13.050/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:95C7F115

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 04 DE 30 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE A APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) DA SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2027.

O Conselho Municipal de Saúde de Piraquara, no uso de suas competências Regimentais e prerrogativas conferidas pela Lei Municipal nº 1.004 de 05 de maio de 2009, Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Decreto Municipal nº 13.330/2025, pela Resolução COMUSP nº 03/2025, por seu Regimento Interno e demais dispositivos legais e pertinentes;
Considerando: A Lei Federal n.º 8080, de 19 de setembro de 1990, em seu art. 36, § 1º os planos de saúde serão à base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária e § 2º é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde;
Considerando: A Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 48, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos;
Considerando: A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 41, os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

CONSIDERANDO a realização da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde – COMUSP, em 30 de março de 2027, e da 3ª Reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Recursos Humanos, em 27 de março de 2027, nas quais, no exercício da competência legal deste Conselho, foi apresentada, analisada e apreciada a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) da Saúde para o exercício de 2026, elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Departamento de Gestão Orçamentária e Financeira;

CONSIDERANDO o montante total de R$ 105.490.429,74 (cento e cinco milhões, quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos), distribuídos entre despesas de pessoal, custeio e investimentos**.**

CONSIDERANDO que os valores previstos estão alinhados às diretrizes, objetivos e metas do **Plano Municipal de Saúde** e da **Programação Anual de Saúde (PAS)**, priorizando:
Qualificação da gestão e dos serviços de saúde;
Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde;
Qualificação da Vigilância em Saúde;
Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde;
Fortalecimento do Controle Social no SUS;
Resolve:
Art. 1º - Aprovar a **Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO da Saúde para o exercício de 2027,** apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Determinar que a execução orçamentária seja acompanhada e monitorada pelo Conselho Municipal de Saúde, garantindo a transparência e a participação social no controle das ações e gastos do SUS no município.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Piraquara, 30 de março de 2026.

SILMARA RIBAS
Presidente
Resolução 03/2025

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde de Piraquara
Decreto Municipal Nº 13.050/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:E40340BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 05 DE 18 DE MARÇO 2026

DISPÕE SOBRE A APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO ESTADUAL DESTINADO AO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, POR POSSUIR EM SEU TERRITÓRIO POVOS QUE VIVEM EM TERRAS INDÍGENAS, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ (SESA/PR).

O **Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.142/1990, Lei Municipal nº 1.104/2011 e em consonância com as deliberações da Reunião Ordinária realizada em 18 de março de 2026;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), que estabelece diretrizes para garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde no âmbito do SUS;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento das ações de equidade em saúde, visando a superação das barreiras de acesso e a vulnerabilidade social das populações indígenas situadas no território de Piraquara.
CONSIDERANDO as normativas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) que instituem o incentivo financeiro fundo a fundo para municípios que possuem terras indígenas em seus limites territoriais;
RESOLVE:
Art. 1º – **APROVAR**, por unanimidade do Pleno, o Plano de Trabalho e Aplicação de Recursos referente ao **Incentivo Financeiro Estadual** para o município de Piraquara, destinado às ações e serviços de saúde voltados aos povos que vivem em terras indígenas.
Art. 2º – Os recursos financeiros de que trata esta Resolução serão aplicados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em ações de:

• Fortalecimento da Atenção Primária nas comunidades indígenas (equipes multidisciplinares);
• Aquisição de insumos específicos e manutenção de veículos para deslocamento de equipes;
• Ações de Vigilância em Saúde, Imunização e monitoramento nutricional;
• Promoção da saúde e saneamento básico nas áreas de abrangência.

Art. 3º – A execução financeira e o cumprimento das metas físicas deste incentivo deverão ser detalhados pela Secretaria Municipal de Saúde nos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) para apreciação deste Conselho.
Art. 4º – Esta Resolução entrará em vigor na data de Sua publicação.

Piraquara, 18 de março de 2026.

SILMARA RIBAS
Presidente Resolução 03/2025

FERNANDA DAHER SABATIN
Secretária de Saúde de Piraquara
Decreto Municipal nº 13.050/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:8D008DF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
EDITAL Nº 1/2026 - AUDIÊNCIA PÚBLICA - COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Pitanga informa a quem interessar possa, que realizará audiência pública, no dia 06 de abril de 2026, às 9 horas, no plenário da Câmara Municipal, para apreciação da seguinte pauta:

Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 7/2025 de autoria do Executivo Municipal - Altera o art.109-A da Lei Orgânica do Município de Pitanga para redefinir o percentual máximo de emendas individuaisao projeto de lei orçamentária.

Assim todos ficam convidados e os vereadores desta comissão devidamente convocados.

Paço da Liberdade, 05 de março de 2026.

MAURO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:9950F584

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 278, DE 27 DE MARÇO DE 2026

Conceder férias ao Servidor Claudio Estachio, Matrícula nº 50266, ocupante do cargo de Operador De Maquinas 44 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1º Conceder **10 (dez)** dias de **férias** ao servidor **CLAUDIO ESTACHIO,** matrícula nº **50266**, ocupante do cargo de Operador De Maquinas 44 h**,** referente ao período de 2025/2026, a contar de 06 de abril de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 16 de abril de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 27 de março de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:D4811467

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 282, DE 30 DE MARÇO DE 2026

Conceder licença sem vencimentos a servidora Fabiana Socoloski Koliski, matricula nº 50121, no cargo de Professor 20h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **LICENÇA SEM VENCIMENTOS** a servidora **FABIANA SOCOLOSKI KOLISKI**, matrícula nº **50121**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no cargo de **Professor 20h**, a contar do dia 01 de abril de 2026.

Art. 2º - O prazo máximo dessa licença será de 2 (dois) anos consecutivos e sem remuneração, não sendo computado o tempo da licença para nenhum efeito.

Art. 3º - O prazo mínimo da licença é de 90 (noventa) dias, após esse período a licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse da administração.

Art. 4º - Decorrido o prazo máximo da licença a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 30 de março de 2028.

Art. 5º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de março de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:8876E9CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO CONTRATO 69/2025 PLACAR SOFT

TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2025
O MUNICÍPIO DE PITANGA – ESTADO DO PARANÁ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Dirceu Moraes, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **PLACARSOFT LTDA**, inscrita no CNPJ nº 48.018.735/0001-79, com sede na Avenida Bayer Filho, nº 1287, Sala 02, Centro – Tijucas/SC, CEP 88.200-000, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, em conformidade com as deposições da Lei nº 14.133/2021 referente a contratação de empresa para LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA INTEGRADO ONLINE DE GESTÃO ESPORTIVA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE. Mediante as cláusulas a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência e execução ao **Contrato nº 69/2025** por mais 12 (doze) meses, de 10/03/2026 a 10/03/2027. Em conformidade com Artigo 107 da Lei Federal 14133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES
Com base no índice oficial acumulado pelo IPCA nos últimos 12 (doze) meses, o valor mensal do contrato, anteriormente fixado em **R$ 800,00**, fica reajustado para **R$ 834,00 (oitocentos e trinta e quatro reais)**, o que representa acréscimo de **4,26%** referente ao IPCA acumulado.
Parágrafo Único – O valor total estimado para o período de 12 (doze) meses, considerando o valor mensal ajustado, passa a ser **R$ 10.009,00 (dez mil e nove reais).**
CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta de dotação orçamentária específica do Orçamento Geral do Município de Pitanga, devidamente consignada para o exercício financeiro correspondente.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 69/2025 que não conflitam com o presente aditamento.
E por estarem justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pitanga/PR, 10 de março de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

RAFAEL MULLER
Placarsoft LTDA
Contratada
Originalmente Assinado

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:6EC0954D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
ERRATA

Na publicação feita no Diário Oficial do Municípios do Paraná do dia 30/03/2024, Edição nº 3499, página nº 320, referente à Ratificação de Dispensa de Licitação nº 001/2026

Que onde se lê:
MATERIAL DE CONSUMO – citada no referido processo, nos termos do artigo 75, Inciso XV da Lei nº 14.133/21
Leia-se:
MATERIAL DE CONSUMO – citada no referido processo, nos termos do artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/21
Pitangueiras, 31 de março de 2026

MARIA ROSANGELA GOULARTE RODELLA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:ED279894

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 088/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Alexandro André Ferreira**, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito, para seus deslocamentos até a cidade de Curitiba/PR, com saídas no dia 01/04/2026, com a finalidade de buscar os alunos que se encontram no Curso de Formação de Guarda Municipal para realização de exames psicológicos em Londrina, e no dia 05/04/2026, com a finalidade de realizar o transporte dos alunos para continuidade do Curso de Formação, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 1.192/2026, de 30/03/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14 e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), correspondente à 2,0 (duas) diárias sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 31 de março de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:202BD048

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 089/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Antônio Marcos Bilati**, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretaria, com saídas no dia 01/04/2026, com a finalidade de buscar os alunos que se encontram no Curso de Formação de Guarda Municipal para realização de exames psicológicos em Londrina, e no dia 05/04/2026, com a finalidade de realizar o transporte dos alunos para continuidade do Curso de Formação, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 1.193/2026, de 30/03/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14 e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 600,00 (seiscentos reais), correspondente à 2,0 (duas) diárias sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 31 de março de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:DEAFFC80

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO - SME

RETIFICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público que, em virtude das celebrações religiosas da Semana Santa, a **Formação Inicial de Educadores**, no âmbito do Programa A União Faz a Vida, programada para o dia 31 de março de 2026, será realizada no dia **22 de abril de 2026**, no mesmo local e horário.

Pitangueiras, 31 de março de 2026.

VALQUÍRIA DA SILVA SANTOS CORRÊA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:564E0356

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026

OBJETO: Registro de preços, nos moldes da Lei Complementar n° 123/06 e Lei Municipal nº 690/2021, para contratação de pessoa jurídica para eventual aquisição de doces para as festas dos meses de junho e julho.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 26.404,00 (vinte e seis mil quatrocentos e quatro reais).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 20/04/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 20/04/2026, às 09h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.2. do Edital.

Pitangueiras, 31 de março de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:5DE0B6D0

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2026

OBJETO: Registro de preço com lote exclusivo para contratação de Microempresa e/ou empresa de pequeno porte, locais, nos moldes da LC 123/09, e Lei Municipal 690/21 e lote de ampla concorrência, para eventual prestação de serviços de pintura, através da tabela SINAPI, conforme especificações contidas no Anexo I deste edital.

VALOR MÁXIMO: R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 20/04/2026, às 14h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 20/04/2026, às 14h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.2. do Edital.

Pitangueiras, 31 de março de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:139AEAFB

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico N° 09/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: 30105291000143
CNPJ: A. FERREIRA SILVA – SUPERMERCADO EIRELLI
OBJETO: Registro de preços, nos moldes da Lei Complementar n° 123/06 e Lei Municipal nº 690/2021 (pregão exclusivo local), para eventual aquisição de chocolates para distribuição em razão das comemorações da Páscoa.
VALOR: R$ 27.740,00 (vinte e sete mil, setecentos e quarenta reais).
SECRETARIA DE ASSISTÊCNIA SOCIAL.
Manutenção das Atividades de Assistência Social
DESP Nº 163 -3.3.90.32MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇ...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Alisson Ferreira da Silva
DATA DA ASSINATURA: 31/03/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:ACC71DCE

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026
FUNDAMENTO LEGAL:Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE:Pregão Eletrônico N° 03/2026
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF:95.543.427/0001-42
CONTRATADA:Y P RAIS SUPRIMENTOS ME
CNPJ: 40648281000108
OBJETO:Registro de preços para eventual manutenção corretiva e preventiva de impressoras pertencentes à Prefeitura Municipal de Pitangueiras, incluindo o fornecimento de peças, insumos e mão de obra qualificada.
VALOR:R$ 304.200,00 (trezentos e quatro mil e duzentos reais).
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 35 -3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR?...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Manutenção das Atividades da Agricultura Municipal
DESP Nº 71 -3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR?...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Manutenção das Atividades da Educação
DESP Nº 97 -3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR?...
00103.00103.01.01.00.00.1.500.10015% Sobre Transferências Constitucionais...
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
Manutenção das Atividades de Cultura e Turismo
DESP Nº 152 -3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR?...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Manutenção das Atividades de Assistência Social
DESP Nº 165 -3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR?...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Manutenção das Atividades do Obras e Transporte
DESP Nº 253 -3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR?...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Manutenção das Atividades de Planejamento e Urbanismo
DESP Nº 271 -3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR?...
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000Recursos Ordinários
VIGÊNCIA:12 meses
SIGNATÁRIOS:Samuel Teixeira e Ariane Priscilla Pinheiro Rais
DATA DA ASSINATURA: 31/03/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:8F8F38EB

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124 da Lei 14.133/21
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: PRATI DONADUZZI E CIA LTDA
CNPJ: 73856593000166
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo de Prazo por mais 12 meses com término em 30/06/2026 e consequente renovação de saldo.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Giseli Bassani dos Santos
DATA DA ASSINATURA: 31/03/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:091BE710

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
REGISTRO DE CREDENCIAMENTO DA INEXIGIBILIDADE Nº 38/2025

A Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 080/2026, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os documentos protocolados para a Inexigibilidade Nº 38/2025, informa o REGISTRO DE CREDENCIAMENTO, em favor da(s) pessoa jurídica abaixo relacionada(s):

CREDENCIADO	CNPJ	ITEM 01
CLINICA MARCONDES COSTA ATENDIMENTO MEDICO HOSPITALAR LTDA	22.658.970/00001-11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO DE 12 (DOZE) HORAS, DE SEGUNDA A DOMINGO INCLUSIVE FERIADOS, PERÍODOS DIURNOS E NOTURNOS

Pitangueiras - PR, 31 de março de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:82E68471

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
PORTARIA 048/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: "PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL".

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica de Pontal do Paraná, no Regimento Interno da Câmara Municipal de Pontal do Paraná.

Resolve:

Art. 1° - Decretar **PONTO FACULTATIVO** para o atendimento ao público, no dia 02 de abril (quinta-feira), no âmbito do Poder Legislativo Municipal, em razão do feriado de Páscoa**.**
As atividades retornarão ao normal na segunda-feira, 06 de abril, às 08:00 horas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Pontal do Paraná, em 31 de março de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

CLEONICE SILVA DO NASCIMENTO
1ª Secretária

CIRINEU MARCA
2º Secretário

Publicado por:
Leticia Siqueira Rosa
Código Identificador:6A51F9D5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº 152/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026 – Objeto: Registro de Preços para futura contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de material permanente, para atender a demanda da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social e outras Secretarias do Município de Pontal do Paraná, e de acordo com as condições exigências e especificações estabelecidas no presente instrumento. A contratação será pelo período de 12 meses. ABERTURA: 15/04/2026, às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br . Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br , link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .
Pontal do Paraná, 31 de março de 2026.

GABRIELA MARIA VIEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal
Decreto 12.894/2025

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:F6E14944

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 001/2026

Súmula: "Aprova a correção da RESOLUÇÃO CMDCA Nº 002/26 - "Aprova a Prestação de Contas, Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima - Anual 01/01/2025 a 31/12/2025 - FINAL"

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pontal do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1872 de outubro de 2018:

RESOLVE:

ONDE SE LÊ:
Art.: 1º - "Aprova a Prestação de Contas, Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima - Anual 01/01/2025 a 31/12/2025"

LEIA-SE:
Art. 1º - "Aprova a Prestação de Contas, Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima - Anual 01/01/2025 a 31/12/2025 – **FINAL**"

Art.: 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 31 março de 2026.

VANIZE MASCHIO
Secretária do CMDCA

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A0177D0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 002/2026

Súmula: "Aprova a correção da RESOLUÇÃO CMDCA Nº 004/26 - "Aprova a Prestação de Contas, Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência - Anual - 01/01/2025 a 31/12/2025 - FINAL"

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pontal do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1872 de outubro de 2018:

RESOLVE:

ONDE SE LÊ:
Art.: 1º "Aprova a Prestação de Contas, Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência - Anual - 01/01/2025 a 31/12/2025".

LEIA-SE:
Art.: 1º "Aprova a Prestação de Contas, Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência - Anual - 01/01/2025 a 31/12/2025 - **FINAL**"

Art.: 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 31 março de 2026.

VANIZE MASCHIO
Secretária do CMDCA

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:70672E0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 942 DE 31 DE JULHO DE 2024 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme TERMO DE EXONERAÇÃO anexado no Memorando nº 12.924/2024.

RESOLVE:

Artigo 1º – Rescisão por **Término do Contrato de Trabalho** do(a) servidor (a) **VIVIANE DO ROCIO DE ALMEIDA ROSA – MATRICULA: 324979** ocupante do emprego público de **AGENTE EDUCATIVO PSS,** lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do servidor (a) a partir de **29 de julho de 2024.**
Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 31 de julho de 2024.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:FDAAB41E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 006/2026

Súmula: "Dispõe sobre alteração de membros titulares e suplentes da Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Pontal do Paraná no CMDCA".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pontal do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1872, de outubro de 2018:
Considerando a deliberação da plenária realizada em reunião Ordinária, conforme ata nº 412, datada de 26 de março de 2026,

ocorrida nas dependências do CREAS, Balneário Ipanema - Pontal do Paraná - PR;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam alterados os representantes da Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Pontal do Paraná, conforme segue:
I – Titular: onde se lê Angesmara Natalia Martins Lourenço, leia-se Talita Araújo de Azevedo;
II – Suplente: onde se lê Mariane Phelipini Borsai, leia-se Maria de Lourdes Cameschi Braga.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pontal do Paraná, 26 março de 2026.

VANIZE MASCHIO
Secretária do CMDCA

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CCDF6870

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 40/2025

Súmula: "Aprova a Prestação de Contas, Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência. - 5º Bimestre de 2025".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pontal do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1872 de outubro de 2018:

Considerando a deliberação da plenária realizada em Reunião Ordinária, conforme Ata nº 409, datada de 10 de dezembro de 2025, ocorrida nas dependências do CREAS, Balneário Ipanema – Pontal do Paraná – PR;

RESOLVE:

Art.: 1º - "Aprova a Prestação de Contas, Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência. - 2º Bimestre de 2025".

Art.: 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 10 dezembro de 2025.

VANIZE MASCHIO
Secretária do CMDCA

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EBE70C49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 41/2025

Súmula: ""Aprova o PPP - Projeto Político-Pedagógico do Abrigo Institucional Corais do Mar".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pontal do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1872 de outubro de 2018:

Considerando a deliberação da plenária realizada em Reunião Ordinária, conforme Ata nº 409, datada de 10 de dezembro de 2025, ocorrida nas dependências do CREAS, Balneário Ipanema – Pontal do Paraná – PR;

RESOLVE:

Art.: 1º - ""Aprova o PPP - Projeto Político-Pedagógico do Abrigo Institucional Corais do Mar".

Art.: 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 10 dezembro de 2025.

VANIZE MASCHIO
Secretária do CMDCA

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3E1FC461

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 42/2025

Súmula: "Constitui a Comissão de Análise, Avaliação e emissão de parecer técnico dos projetos apresentados no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 05/2025 – CMDCA – Eixo 4".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pontal do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1872 de outubro de 2018:

Considerando a deliberação da plenária realizada em Reunião Ordinária, conforme Ata nº 409, datada de 10 de dezembro de 2025, ocorrida nas dependências do CREAS, Balneário Ipanema – Pontal do Paraná – PR;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão de Análise, Avaliação e emissão de parecer técnico dos projetos apresentados no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 05/2025 – CMDCA, referente ao Eixo 4 – Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

Art. 2º - Designar para compor a referida Comissão os seguintes membros:
I – **Jonas de Paula Neves,** representante da Secretaria Municipal de Esporte, na condição de representante governamental;
II – **Manuel Fabrício dos Santos Neto**, representante da Sociedade Civil – CIEE;
III– **Vanize Maschio,** Secretária Executiva do CMDCA, responsável pela redação, organização documental, análise técnica e elaboração das devolutivas da Comissão.

Art. 3º - Compete à Comissão:
I – Analisar a documentação apresentada;
II – Avaliar tecnicamente os Planos de Trabalho;
III – Atribuir pontuação conforme os critérios estabelecidos no edital;
IV – Emitir parecer técnico circunstanciado, subsidiando as deliberações do plenário do CMDCA.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 10 dezembro de 2025.

VANIZE MASCHIO
Secretária do CMDCA

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:772B3750

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 069/2026

PORTARIA Nº 069/2026

Institui a Comissão Coordenadora para Monitoramento da Elaboração da Instrução Normativa da Educação Infantil do município de Porecatu, com o objetivo de elaborar, validar e

institucionalizar a Normativa Municipal de Educação Infantil.

Art. 1º A Comissão terá a seguinte composição:
- Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Marisa Cristina de Souza Cunha – Presidente (Coordenadora Educação Infantil - SME)
Carolina Giovana de Souza Andrade – Vice-Presidente (Coordenadora Educação Especial -SME)

- Representantes Gestores de unidades de Educação Infantil
Adriana Cristina Lotti de Lima Martins Ramos (Diretora do CMEI Prof. Vicente de Conti)
Nalva de Oliveira Rocha Lourente (Diretora do CMEI Maria Thereza Spirandelli)
Tatiane da Silva Pereira Nardotto (Diretora do CMEI Prof. João Vaz Amaral)
Gracieli Martins Ramos Bernardo – Secretária - (Coordenadora Pedagógica CMEI Prof. Vicente de Conti)

- Representante do Conselho Municipal de Educação
Fabiane Cristine de Carvalho (Presidente do CME e Professora na Rede Municipal)

- Representante das famílias
Jaqueline Fernanda Alves Murro Moreira - (Mãe e Coordenadora pedagógica no CMEI Maria Thereza Spirandelli)

- Representante da sociedade civil – Conselho Tutelar
Eleonora Souza (Presidente do Conselho Tutelar)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (31.03.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:DED8E624

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PAUTA DA ORDEM DO DIA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
A REALIZAR-SE NO DIA 06 DE ABRIL DE 2026

PRIMEIRA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 66/2025 DE AUTORIA dos vereadores hadriel jonatas felipe dos santos, rozalvo aparecido carvalho e valdemir dos santos barros, que regulamenta o uso de patinetes elétricos, bicicletas elétricas, ciclomotores e outros veículos de mobilidade individual autopropelidos no município de porecatu, estado do paraná, e estabelece diretrizes para segurança viária.

SEGUNDA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 12/2026 DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO, INSTITUI A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO E CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO, CONTEMPLANDO AS ALTERAÇÕES DA EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 DE AUTORIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS E REDAÇÃO.

SEGUNDA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 76/2025 DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E ESTABELECE MEDIDAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO, À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, VISANDO A CONSOLIDAÇÃO DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO MUNICÍPIO DE PORECATU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONTEMPLANDO AS ALTERAÇÕES DA EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 DE AUTORIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS E REDAÇÃO.

SEGUNDA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 11/2026 DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL QUE ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2043/2025 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, CONTEMPLANDO A ALTERAÇÃO EFETUADA PELA EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 DE AUTORIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, QUE RENUMEROU O ARTIGO 3º PARA ARTIGO 2º CORRIGINDO ERRO MATERIAL.

ÚNICA VOTAÇÃO - INDICAÇÃO Nº 25/2026 DE AUTORIA DO VEREADOR LUCAS HENRIQUE SANNA CARVALHO QUE SUGERE AO SENHOR PREFEITO a elaboração de estudos para a transformação da praça ney amintas de barros braga em um complexo multifuncional de lazer, esporte e inclusão.

ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 26/2026 DE AUTORIA DO VEREADOR LUCAS HENRIQUE SANNA CARVALHO QUE SUGERE AO SENHOR PREFEITO a criação de uma pasta específica para o meio ambiente e a contratação de um profissional especializado da área, como por exemplo, alguém formado na área de engenharia, para que as situações específicas dessa pasta sejam trabalhadas com maior eficiência e eficácia.

ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 27/2026 DE AUTORIA DO VEREADOR LUCAS HENRIQUE SANNA CARVALHO QUE SUGERE AO SENHOR PREFEITO a realização de estudos técnicos para o combate às enchentes no município, com a consequente elaboração de projetos específicos de drenagem e manejo hídrico, visando uma solução definitiva para o sistema de escoamento de águas pluviais.

Sala das Sessões, 31 de março de 2026

VALDINEI DE ALCÂNTARA DIAS
Presidente

Publicado por:
Nadir Luciano Polegatti
Código Identificador:B1392AB4

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°08/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 24/2026
Pregão Presencial nº 08/2026

Objeto: Aquisição de cartuchos de tinta e toners remanufaturados, compatíveis aos originais, destinados à reposição de suprimentos de impressoras utilizadas nos setores da Prefeitura Municipal, conforme especificações, modelos e quantidades descritas pelas secretarias solicitantes.

Contratada: **ML SUPREMENTOS PARA INFOMATICA LTDA.**

CNPJ: **28.491.296/0001-00**

Valor: R$ 118.560,00 (cento e dezoito mil, quinhentos e sessenta reais)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.17 - 761
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.17 - 1179

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.17 - 255

Porecatu, 31 de março de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:4ED79C9F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO N°08/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Procedimento Licitatório 24/2026
Pregão Presencial nº 08/2026

Objeto: Aquisição de cartuchos de tinta e toners remanufaturados, compatíveis aos originais, destinados à reposição de suprimentos de impressoras utilizadas nos setores da Prefeitura Municipal, conforme especificações, modelos e quantidades descritas pelas secretarias solicitantes.

Contratada: **Y P RAIS SUPRIMENTOS ME.**

CNPJ: **40.648.281/0001-08**

Valor: R$ 97.297,80 (noventa e sete mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.17 - 761
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.17 - 1179
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.17 - 255

Porecatu, 31 de março de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:32161B48

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°35/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 35/2026
Procedimento Licitatório: 31/2026
Dispensa: 11/2026

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO DE 15 M³ SEM O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E MOTORISTA, CONTEMPLANDO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR DESGASTE NATURAL, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.**

Contratada: PRIME AMBIENTAL RESIDUOS LTDA.
CNPJ: 15.271.913/0001-10

Valor: **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).**

Desdobramento: 3.3.90.39.12 - 1855

Data de Assinatura: 31/03/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:07FA0497

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL PE N°009/26

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº262/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº009/2026

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de cuidador para idosos, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos, com vínculos familiares rompidos, acolhidos no Casa Lar Vovó Luiza, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 22 de abril de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 22 de abril de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 160.331,60 (Cento e sessenta mil e trezentos e trinta e um reais e sessenta centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 31 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:FE3E34A5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 51/2026

DECRETO Nº 51 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Nomeia ocupante de cargo em provimento efetivo de "PROFESSOR", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público Nº 01/2025.

RESOLVE

Art. 1° Nomear, a partir de 1º de abril de 2026, **MARIA PERPETUA FORQUIM**, em decorrência de aprovação no Concurso Público N° 01/2025 do Município de Porto Amazonas, para o cargo em provimento efetivo de "Professor" previsto na Lei Municipal nº 482, de 19 de novembro de 1990.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, em 31 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:8E2EB2D3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 52/2026

DECRETO Nº 52 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Nomeia ocupante de cargo em provimento efetivo de "PROFESSOR", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público Nº 01/2025.

RESOLVE

Art. 1° Nomear, a partir de 1º de abril de 2026, **DANISE CRISTINA DORNELLES**, em decorrência de aprovação no Concurso Público N° 01/2025 do Município de Porto Amazonas, para o cargo em provimento efetivo de "Professor" previsto na Lei Municipal nº 482, de 19 de novembro de 1990.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, em 31 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5E8CDAD7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 20 - PSS 01/2025

EDITAL Nº 20
LISTA DE CANDIDADOS DESISTENTES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

CONSIDERANDO o Edital Nº 18 e o Edital Nº 19, os quais convocam os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, para assumir os cargos respectivos;
CONSIDERANDO o item 21 – Da Contratação, subitem 21.1, que dispõe que o candidato que deixar de comparecer no prazo de cinco dias úteis fixado no Edital de Convocação, sem justo motivo, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado;
CONSIDERANDO o Ofício Nº 18/2026, da Divisão de Recursos Humanos, protocolado nesta Administração sob o nº 443;
CONSIDERANDO o Ofício Nº 19/2026, da Divisão de Recursos Humanos, protocolado nesta Administração sob o nº 444;
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, torna pública a lista de desistentes dos candidatos abaixo relacionados.

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CARGO	SITUAÇÃO
1º	Luciana Siqueira França	Farmacêutica	Desistente

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, 31 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:87DCE23A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 21 - PSS 01/2025

EDITAL Nº 21/2025

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

CONSIDERANDO o que dispõe no Edital Nº 01.01/2025 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Amazonas e suas retificações posteriores;
CONSIDERANDO o que dispõe o Item 20. Da Convocação, subitem 20.1, "A convocação dos candidatos aprovados, dentro do número de vagas ofertadas, ocorrerá de acordo com a necessidade, disponibilidade e conveniência do Município de Porto Amazonas – PR respeitando ordem de classificação e a vigência do Edital".
CONSIDERANDO o que dispõe o Item 21. Da Contratação, subitem 21.2 "A assunção da função pública será precedida de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal. O candidato convocado somente será contratado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício da função pública. Caso seja considerado inapto para exercer a função pública, não será contratado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação".
CONSIDERANDO o que dispõe o Item 21. Da Contratação, subitem 21.3 "Para assunção da função pública, o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento do candidato perante o órgão de administração de pessoal".
CONSIDERANDO o Edital Nº 17.01/2025, de Homologação do Resultado Final e Classificação.
CONSIDERANDO o Edital Nº 18 e o Edital Nº 19, que tornam públicas as convocações dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, para manifestar interesse em ocupar a vaga;
CONSIDERANDO o Edital Nº 20, que torna pública a lista de candidato desistente do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** nos termos do Edital Nº 01.01/2025 do Processo Seletivo Simplificado 01/2025 para preenchimento das vagas de emprego público e respectiva denominação do emprego os candidatos constantes do Anexo I deste Edital.
Os convocados deverão comparecer para a avaliação médica, com os exames exigidos, no dia 16 de abril de 2026, na Unidade Básica de Saúde Drº Roberto Osorio Saraiva de Almeida, situado na Rua Newton Craveiro de Amorim, nº 01, bairro Centro, Porto Amazonas – PR, conforme os horários estabelecidos no anexo II deste Edital.
O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.
Por ocasião da avaliação médica (Médico designado pelo Município) os candidatos deverão apresentar os exames constantes no anexo III, para que o mesmo possa analisá-los e emitir parecer atestando que o convocado apresenta condições de saúde para assumir o emprego.
Os exames, laudos e atestados serão custeados pelo próprio candidato convocado.
Os candidatos convocados deverão comparecer para a avaliação psicológica no dia 16 de abril de 2025, na Unidade Básica de Saúde Leonaldo Gomes da Costa, situado na Avenida Porto Amazonas, n.º 98, bairro Vila Reis, Porto Amazonas – PR, conforme os horários estabelecidos no anexo IV, deste Edital.
Por ocasião da avaliação psicológica (Psicólogo designado pelo Município), os candidatos deverão apresentar os exames constantes no anexo V, para que o mesmo possa analisá-los e emitir parecer atestando que o convocado apresenta condições de saúde para assumir o emprego.
Os exames, laudos e atestados serão custeados pelo próprio candidato convocado.
Os convocados deverão comparecer no dia 16 de abril de 2026, na Divisão de Recursos Humanos, situado na Rua Guilherme Schiffer nº 63, bairro Centro, nos horários designados no Anexo VI para a entrega e conferência da relação de documentos constantes no Anexo VII e demais requisitos do anexo VIII.

Fica a Divisão de Recursos Humanos, juntamente com o Setor Jurídico do Município, autorizados a consubstanciar todas as medidas administrativas necessárias ao fiel cumprimento deste Edital.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, 31 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I
LISTA DE CONVOCADOS

CARGO: MOTORISTA II			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**Nota Classificação**	**Modalidade**
1º	MARCELO VIEIRA	165,50	Ampla Concorrência
CARGO: PSICÓLOGO			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**Nota Classificação**	**Modalidade**
1º	LORENA LAROCCA DE SOUZA FARIA	75,00	Ampla Concorrência
2º	BRUNO MONTESCHIO NERY	61,50	Ampla Concorrência
CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**Nota Classificação**	**Modalidade**
1º	ELISANGELA DE FATIMA GARCIA FERREIRA	53,00	Ampla Concorrência
2º	ISABELE VIEIRA SOARES	53,00	Ampla Concorrência

ANEXO II
HORÁRIO DE EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

NOME DO CONVOCADO	**CARGO**	**DATA/HORÁRIO**
MARCELO VIEIRA	MOTORISTA II	16/04 – 08h00min
LORENA LAROCCA DE SOUZA FARIA	PSICOLOGO	16/04 – 08h15min
BRUNO MONTESCHIO NERY	PSICOLOGO	16/04 – 08h30min
ELISANGELA DE FATIMA GARCIA FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	16/04 – 08h45min
ISABELE VIEIRA SOARES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	16/04 – 09h00min

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, POR CARGO, A SEREM APRESENTADOS NO DIA DA AVALIAÇÃO MÉDICA (EXAME ADMISSIONAL)

MOTORISTA II	Eletrocardiograma com laudo. Raio X de Tórax PA + Perfil Sangue: Hemograma completo Transaminases: TGO e TPG Gamaglutamiltransferase (Gama GT) Glicemia de Jejum Lipidograma Hemoglobina Glicada Creatinina sérica EAS Exame toxicológico de larga janela
PSICÓLOGO	Eletrocardiograma com laudo. Raio X de Tórax PA + Perfil Sangue: Hemograma completo Transaminases: TGO e TPG Gamaglutamiltransferase (Gama GT) Glicemia de Jejum Lipidograma Hemoglobina Glicada Creatinina sérica EAS VDRL, HIV ½, Anti-HCV, HbsAg/Anti-HBs Comprovação de vacinas (hepatite B, tríplice, DT, influenza, COVID-19)
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Eletrocardiograma com laudo. Raio X de Tórax PA + Perfil Sangue: Hemograma completo Transaminases: TGO e TPG Gamaglutamiltransferase (Gama GT) Glicemia de Jejum Lipidograma Hemoglobina Glicada Creatinina sérica EAS VDRL, HIV ½, Anti-HCV, HbsAg/Anti-HBs Comprovação de vacinas (hepatite B, tríplice, DT, influenza, COVID-19)

Observações:

1. O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.
2. Por ocasião da avaliação médica (médico designado pelo Município) os candidatos deverão apresentar os exames constantes do anexo III, para que o mesmo possa analisá-los e emitir parecer atestando que o convocado apresenta condições de saúde para assumir o emprego.
3. O exame admissional será realizado na data de 16 de abril de 2026, na Unidade Básica de Saúde Drº Roberto Osorio Saraiva de Almeida, situado na Rua Newton Craveiro de Amorim, nº 01, bairro Centro, Porto Amazonas – PR.

ANEXO IV
HORÁRIO DE EXAME PSICOLÓGICO

NOME DO CONVOCADO	**CARGO**	**DATA/HORÁRIO**
MARCELO VIEIRA	MOTORISTA II	16/04 – 08h30min
LORENA LAROCCA DE SOUZA FARIA	PSICOLOGO	16/04 – 09h10min
BRUNO MONTESCHIO NERY	PSICOLOGO	16/04 – 09h50min
ELISANGELA DE FATIMA GARCIA FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	16/04 – 10h30min
ISABELE VIEIRA SOARES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	16/04 – 11h10min

ANEXO V
RELAÇÃO DE EXAMES PSICÓLOGICOS

CARGOS	**EXAMES PSICOLÓGICOS**
MOTORISTA TÉCNICO EM ENFERMAGEM PSICÓLOGO	**Teste de Personalidade:** • Palográfico – avalia impulsividade, produtividade, controle emocional, resistência à pressão. • Quati (Questionário de Avaliação Tipológica) – traça o perfil de personalidade, ajuda a identificar compatibilidade com o cargo. • ou: BFP (Bateria Fatorial de Personalidade) – fornece um perfil detalhado com base nos cinco grandes fatores (neuroticismo, extroversão, amabilidade, abertura e conscienciosidade). **Teste de Atenção:** Bateria De Atenção Psicológica para Avaliação De Atenção (BPA) Teste de Inteligência: • Raven (SPM) – raciocínio lógico-abstrato, muito utilizado por ser objetivo e de fácil aplicação. **Teste Projetivo:** • HTP (House-Tree-Person) – revela aspectos emocionais, conflitos internos e autoimagem.

Observações:

1. O candidato convocado será submetido ao exame psicológico e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.
2. Por ocasião da avaliação psicológica (profissional designado pelo Município) os candidatos deverão se apresentar para o Psicólogo para avaliação, portando os exames psicológicos constantes no anexo V, na qual será emitido parecer atestando que o convocado apresenta condições psicólogicas para assumir o emprego.
3. O exame psicológico será realizado na data de 16 de abril de 2026, na Unidade Básica de Saúde Leonaldo Gomes da Costa, situado na Avenida Porto Amazonas, n.º 98, bairro Vila Reis, Porto Amazonas – PR, conforme agendamento constante no anexo IV.

ANEXO VI
HORÁRIO DE ENTREGA E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS

NOME DO CONVOCADO	**CARGO**	**DATA/HORÁRIO**
MARCELO VIEIRA	MOTORISTA II	16/04 – 13h00min
LORENA LAROCCA DE SOUZA FARIA	PSICÓLOGO	16/04 – 13h15min
BRUNO MONTESCHIO NERY	PSICÓLOGO	16/04 – 13h30min
ELISANGELA DE FATIMA GARCIA FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	16/04 – 13h45min
ISABELE VIEIRA SOARES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	16/04 – 14h00min

Observações:

1. Os convocados deverão comparecer no dia 16 de abril de 2026, no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Guilherme Schiffer nº 63, bairro Centro, conforme horários acima.

2. Não serão feitas cópias de documentos no local. Os candidatos convocados deverão fazer as cópias previamente e apresentar junto com o original para conferência.
3. Os candidatos convocados deverão organizar os documentos pela ordem do anexo VII.

ANEXO VII
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA NOMEAÇÃO

Considerando o Item 21 – Da Contratação, subitem 21.3, o qual dispõe que para assunção da função pública, o candidato, além dos demais requisitos previstos no Edital Nº 01.01/2025 do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, deverá apresentar os seguintes documentos originais e cópias:

a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito da função;
f) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito da função;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
i) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
j) Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da admissão, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua admissão;
k) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
l) Certidão Negativa Criminal expedida pela Polícia Judiciária (Civil e Federal) e pelo Poder Judiciário (Estadual e Federal) da Comarca e Região onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
m) Cópia do comprovante de residência;
n) Número do PIS/PASEP;
o) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
p) Certidão de de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;

Obs. A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição Processo Seletivo Simplificado.

ANEXO VIII

OUTROS REQUISITOS E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Ser brasileiro nos termos da Constituição Federal;
Ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;
Estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;
Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a investidura no emprego público;
Não estar ocupando emprego ou emprego na administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nem ser empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo os casos de acumulação expressas em lei;
Apresentar comprovante do número da conta corrente do Banco Itaú S/A.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:6284C2E4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº001- CONTRATO N°047-2025

TERMO ADITIVO N°001 AO CONTRATO N°047/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº047/2025 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E A EMPRESA LUCIANA FRANCO SILVESTRE, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VISANDO À QUALIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o n° 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, portador da C.I.R.G. Nº 4.572.335-6, e do CPF nº 865.490.069-53, residente e domiciliado a Rua Barão do Cerro Azul, nº447, nesta cidade de Porto Amazonas/PR.

CONTRATADA: **LUCIANA FRANCO SILVESTRE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.153.560/0001-99, estabelecida na Rua Visconde de Baraúnas, n°1000, quadra 07, lote 29, Condomínio Fontana Di Trevi, Bairro Jardim Carvalho, CEP 84.016-300, Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, tendo como representante **LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE**, inscrita no CPF sob nº038.814.429-79.

GESTORA: THAYSE DE PAULA PADILHA, conforme Portaria nº011 – 30/01/2025.

FISCAL: SHEILA MOLKENTHIN, conforme Portaria n°011 – 30/01/2025.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº047/2025, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. º14.133/2021, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo ao Contrato firmado entre as partes em 29/05/2025, nos termos previstos na Cláusula 4ª (quarta).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

- Fica prorrogado o prazo pelo período de 12 (doze) meses.

- O novo prazo de execução findará em 29/05/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

- O presente termo aditivo decorre de autorização e encontra amparo legal no artigo 107 da Lei nº14.133/2021

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

- Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Amazonas, 31 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***LUCIANA FRANCO SILVESTRE LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

TESTEMUNHAS:	
_____	_____
NOME:	**NOME:**
CPF:	**CPF:**
RG n.º:	**RG n.º:**

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:3B0B373D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
ATA DA 08ª (OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR

ATA DA 08ª (OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR PLENÁRIO VEREADOR GILDÁSIO FRANCELINO DOS SANTOS SEGUNDA-FEIRA (23/03/2026) ÀS 19:00 HORAS

VEREADORES
Álvaro Gonçalves da Rocha (PSD) – Presidente
Isau Maria de Souza (União Brasil) – Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) – 1º Secretário
Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos) – 2º Secretário
Deivid Sirqueira Couto (MDB) – Vereador
Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos) – Vereador
Leirianne de Caires Sartori (MDB) – Vereadora
Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB) – Vereadora
Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil) – Vereador

COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS
Geovani Ribeiro de Oliveira – Presidente
Odair Fernandes de Oliveira – Vice-Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Membro

COMISSÃO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTE
Joel Marcos da Silva Machado - Presidente
Odair Fernandes de Oliveira - Vice-Presidente
Deivid Sirqueira Couto - Membro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Leirianne de Caires Sartori – Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Vice-Presidente
Joel Marcos da Silva Machado – Membro

COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DA MULHER
Isau Maria de Souza - Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Membro

EXPEDIENTE
01. Esta Sessão foi transmitida on-line e está integralmente disponível em áudio e vídeo no Facebook e Youtube da Câmara Municipal;
02. Lida a Ata da 07ª Sessão Ordinária de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes.
03. Ausente a Vereadora Michele Cristiane Camiloti dos Reis, em razão de viagem oficial a Curitiba/PR.

MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA
Pelo 1º Secretário, foi realizada a leitura dos seguintes projetos:
Projeto de Lei Ordinária nº 03/2026, que "dispõe sobre a Política Municipal de Esporte, cria o Conselho Municipal de Esporte (CME), institui o Fundo Municipal de Esporte (FME) e dá outras providências".
Projeto de Lei Ordinária nº 04/2026, que "institui a Política Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia, cria o Fundo Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia, estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, bem como dispõe sobre o Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia, visando à consolidação do ecossistema de inovação e tecnologia do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências".
Projeto de Lei Complementar nº 01/2026, que "dispõe sobre a alteração da carga horária, do nível salarial e da nomenclatura de cargos públicos constantes na Lei nº 084/2001 e na Lei Complementar nº 586/2022, e dá outras providências".
Pelo Presidente foi submetida a votação o regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 1/2026, o qual foi aprovado.
Pelo 1º Secretário foi realizada a leitura do Requerimento nº 01/2026 enviado pela
Câmara Municipal de Miraselva referente a Moção de Apoio à continuidade dos trâmites licitatórios e à efetiva execução das obras de implantação de terceiras faixas na rodovia João Lunardelli (PR-170).
O Senhor Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 01/2026 que, "Dispõe sobre a reposição de perdas salariais, dos Servidores Públicos do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências". O Senhor Presidente colocou em discussão e segunda votação o Projeto de Lei nº 01/2026, com as alterações introduzidas pela emenda aprovada, sendo o Projeto de Lei aprovado por unanimidade, conforme registrado no SAPL;
O Senhor Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 02/2026 que, "Dispõe sobre o valor mensal do auxílio-alimentação dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Prado Ferreira, e dá outras providências". O Senhor Presidente submeteu à segunda votação o Projeto de Lei nº 02/2026, o qual foi aprovado por unanimidade, conforme registrado no SAPL.

MATÉRIAS DO LEGISLATIVO
Indicações: A Vereadora Leirianne de Caires Sartori apresenta indicação ao Poder Executivo para que preste informações acerca da utilização do espaço onde funcionava a antiga Lepeira, bem como para que promova a definição e inclusão dos requisitos de investidura para os cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; apresentou, ainda, indicação ao Poder Executivo solicitando a revisão do pleito relativo aos valores destinados à implantação do barracão industrial, com vistas à sua atualização para o montante de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais);
O Vereador Geovani apresenta indicação ao Poder Executivo para que sejam realizadas reformas no parquinho localizado ao lado da rodoviária, incluindo a substituição dos brinquedos existentes e a adequação do piso, com a instalação de gramado sintético;
O Vereador Deivid Sirqueira Couto apresenta indicação ao Poder Executivo para que seja realizado estudo acerca da viabilidade de concessão de desconto, entre 30% (trinta por cento) e 50% (cinquenta por cento), na tarifa de água, durante os períodos de safra, aos moradores das Ruas Bahia e Iguatemi, em razão do aumento do consumo decorrente do escoamento de sementes;
Requerimento(s): A Vereadora Leirianne de Caires Sartori apresenta requerimento de informações ao Poder Executivo para que informe o horário de funcionamento da Biblioteca Municipal, bem como esclareça acerca do controle de jornada de trabalho do servidor Israel Souza, incluindo, ainda, a relação dos cursos realizados no local, com seus respectivos horários;
As indicações e requerimentos apresentados na sessão foram aprovados pelo Plenário, de acordo com as normas regimentais e em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, com o objetivo de serem encaminhados aos órgãos públicos responsáveis. Comentários, agradecimentos, felicitações e debates políticos sobre os projetos em

discussão e/ou tramitação nesta Câmara Municipal, assim como os assuntos de interesse local, políticas públicas e outros temas de interesse público, estão disponíveis em formato de áudio e vídeo nas contas oficiais das redes sociais (Facebook e Youtube) deste Poder Legislativo. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja ata será lida e, se achada conforme, assinado pelo Presidente e pelo 1º Secretário. "Plenário Vereador Gildásio Francelino dos Santos", às 19h50min do dia 23 de março de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA	*MANOEL GONÇALVES CARRASCO NETO*
Presidente	1º Secretário

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:B368948A

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
PORTARIA Nº 05/2026

PORTARIA Nº 05/2026

Dispõe sobre a divulgação dos feriados nacionais, estaduais e municipais, e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2026, para cumprimento pelos órgãos da Câmara Municipal de Prado Ferreira.

CONSIDERANDO o disposto no art. 246 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Prado Ferreira;
CONSIDERANDO o disposto no art. 257 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Prado Ferreira;
CONSIDERANDO os feriados nacionais, estaduais e municipais;

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL RESOLVE EXPEDIR A SEGUINTE PORTARIA:
Art. 1º.Não haverá expediente na Câmara Municipal de Prado Ferreira, nos seguintes dias:
I. 1º/01/2026 - Confraternização Universal;
II. 16/02/2026- Carnaval
III. 17/02/2026 - Carnaval
IV. 18/02/2025, Quarta-Feira de Cinzas (ponto facultativo até às 13 horas);
V. 03/04/2026 - Paixão de Cristo;
VI. 21/04/2026 - Tiradentes;
VII. 1º/05/2026 - Dia Mundial do Trabalho;
VIII. 04/06/2026 - Corpus Christi;
IX. 24/06/2026 - São João Batista – Padroeiro do Município;
X. 07/09/2026 - Dia da Independência do Brasil;
XI. 28/09/2026 - Emancipação Política do Município;
XII. 12/10/2026 - Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil;
XIII. 02/11/2026 - Finados;
XIV. 15/11/2026 - Proclamação da República;
XV. 20/11/2026 - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra;
XVI. 08/12/2026 - Imaculada Conceição (Lei Municipal nº 40/98);
XVII. 25/12/2026 - Natal;
Art. 2º. Fica considerado ponto facultativo na Câmara Municipal de Prado Ferreira, nos seguintes dias, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:
I. 20/04/2026 – segunda-feira;
II. 05/06/2026 – sexta-feira;
III. 28/10/2026 – terça-feira (Dia do Servidor Público);
IV. 24/12/2026 – quinta-feira;
V. 31/12/2026 – quinta-feira.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prado Ferreira/PR, 30 de março de 2026.

ALVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Prado Ferreira

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:18C12107

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 05/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas dos recursos do Cofinanciamento Federal, referente aos Serviços e Programas Socioassistenciais, às Transferências Estrutura SUAS, ao Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD SUAS e do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD BF, referente ao exercício de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Prado Ferreira – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Nº. 06 de 24 de janeiro de 1997 e Nº236 de 14 de setembro de 2010 e, considerando a deliberação da plenária realizada em 31 de março de 2026;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas dos recursos do Cofinanciamento Federal, referente aos Serviços e Programas Socioassistenciais, às Transferências Estrutura SUAS, ao Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD SUAS e do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD BF, referente ao exercício de 2025.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Prado Ferreira, 31 de março de 2026.

BEATRIZ WERLING MORANDI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mariana Fernandes Lopes Pinheiro
Código Identificador:9011F6A3

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 06/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas do Piso Único de Assistência Social – PAS / Deliberação nº 59/2023 – CEAS/PR, referente ano de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Prado Ferreira – CMAS, reunido extraordinariamente no dia 17 de junho de 2025, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Nº. 06 de 24 de janeiro de 1997 e Nº236 de 31 de março de 2026;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do Piso Único de Assistência Social – PAS / Deliberação nº 59/2023 – CEAS/PR, referente ano de 2025.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Prado Ferreira, 31 de março de 2026.

BEATRIZ WERLING MORANDI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mariana Fernandes Lopes Pinheiro
Código Identificador:D9A26A8C

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 07/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas referente à Deliberação nº 55/2024 – CEAS/PR – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência (PCD) – do ano de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Prado Ferreira – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Nº. 06 de 24 de janeiro de 1997 e Nº236 de 14 de setembro de 2010 e, considerando a deliberação da plenária realizada em 31 de março de 2026;

Resolve:

Art. 1º - Aprova a Prestação de Contas referente à Deliberação nº 55/2024 – CEAS/PR – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência (PCD) – do ano de 2025.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Prado Ferreira, 31 de março de 2026.

BEATRIZ WERLING MORANDI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mariana Fernandes Lopes Pinheiro
Código Identificador:FB38D00D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 16/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CONTRATADA: TABORDA AUTOMÓVEIS LTDA – CNPJ: 61.629.289/0001-05

FUNDAMENTO LEGAL: art. 124, I, "b" da lei 14.133/21.

DO OBJETO: Acréscimo quantitativo correspondente a 02 (duas) unidades do Item 02 da Ata de Registro de Preços nº 16/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90016/2025, referente à aquisição de veículo pick-up cabine dupla – Renault Oroch Intense, observando-se o valor unitário vigente após reequilíbrio econômico-financeiro.

DO VALOR UNITÁRIO ATUAL: R$ 131.990,00 (cento e trinta e um mil, novecentos e noventa reais).

DO VALOR DO ADITIVO: R$ 263.980,00 (duzentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta reais).

Maringá-Pr, 27 de março de 2026.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná
CNPJ: 04.823.494/0001-65
VALER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo CISAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:867E0C6E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 07, DE 25 DE MARÇO DE 2026

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 07, DE 25 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre o o retorno da ouvidora titular e a transição das atividades da ouvidoria.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ORCISPAR, no uso das atribuiçõesque lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação e Fiscalização do Orcispar aprovou, em 24 desetembro de 2025, a nomeação da ouvidora interina para substituir a ouvidora titular durante operíodo de licença-maternidade,

CONSIDERANDO a importância de promover uma transição gradual e organizada das atribuições, de modo a garantir a eficiência administrativa,

CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação e Fiscalização do Orcispar manifestou decisão favorável em reunião realizada no dia 25 de Março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Fica disposto o retorno da ouvidora titular,Viviane Fernanda Cardoso de Souza, aoexercício de suas funções junto à ouvidoria, após afastamento em razão de licença-maternidade.

Art. 2º Art. 2º A transição das atividades da ouvidoria ocorrerá de forma gradual, assegurando acontinuidade, regularidade e eficiência dos serviços prestados.

Art. 3º Art. 3º Fica prorrogado até 30 de maio de 2026 o mandato da ouvidora interina, Stefany Rodrigues de Oliveira, que durante o período de transição prestará apoio à ouvidora titular promovendo o repasse de demandas documentos e demais responsabilidades inerentes à função.

Art. 4º Art. 4º Concluído o período de transição, cessam os efeitos da designação da ouvidora
interina.

Art. 5º Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá(PR), 25 de março de 2026

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação e Fiscalização do ORCISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:DB642626

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 089/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o **art. 21, inciso II e §8º da Lei Municipal nº 491/2018**, que dispõe sobre o ressarcimento de despesas decorrentes de deslocamentos realizados a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o **reembolso no valor total de R$ 90,00 (noventa reais)**, em favor do servidor **ANTONIO DELFINO ROSA**, ocupante do cargo de **Diretor do Departamento Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho e Delegação entre Entes Federados**, inscrito no CPF nº***.***119-49, referente ao **ressarcimento de despesas com alimentação**, realizadas em deslocamento oficial **a serviço da Administração Municipal**, para participação da **Capacitação de Secretários de Junta de Serviço Militar**, promovido pelo Posto de Recrutamento e Mobilização 05-002 (PRM-005-002), no município de **Apucarana/PR**, no dia **30 de março de 2026, conforme participação comprovada por declaração,** devidamente comprovadas por documentação fiscal e instruídas no respectivo processo administrativo.

Art. 2º O reembolso autorizado por esta Portaria observará as disposições da **Lei Municipal nº 491/2018**, ficando condicionado à regular comprovação das despesas e à conferência pela unidade administrativa competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 31 de março de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:A8E129F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Resolução de n° 01/2019, que dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias, deslocamentos mediante o fornecimento e ressarcimento de passagens, uso de veículo oficial ou utilização de meio particular de locomoção no âmbito da Câmara, AUTORIZA a concessão de diárias, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 17/2026
Eduardo José Lago - CPF ***.***.119-81;
I) Processo Administrativo n° 260/2026;
II) Cargo: Vereador;
III) Período de afastamento: 13/04/2026 a 17/04/2026;
IV) Número de diárias: 4 (quatro) diária(s);
V) Valor unitário da diária: R$989,20 (novecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos);
VI) Valor total das diárias concedidas: R$3.956,80 (três mil novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos);
VII) Objetivo e destino da viagem: Curso "Responsabilidades jurídicas no processo legislativo municipal." Foz do Iguaçu - Paraná. Cidade Outros.

Requerimento de Diária n° 18/2026
Jacqueli Joice Bertapelli dos Santos - CPF ***.***.499-00;
I) Processo Administrativo n° 261/2026;
II) Cargo: Vereadora;
III) Período de afastamento: 13/04/2026 a 17/04/2026;
IV) Número de diárias: 4 (quatro) diária(s);
V) Valor unitário da diária: R$989,20 (novecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos);
VI) Valor total das diárias concedidas: R$3.956,80 (três mil novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos);
VII) Objetivo e destino da viagem: Curso "Responsabilidades jurídicas no processo legislativo municipal." Foz do Iguaçu - Paraná. Cidade Outros.. Cidade Outros.

Requerimento de Diária n° 19/2026
Marcel Julio Guimarães - CPF ***.***.129-06;
I) Processo Administrativo n° 270/2026;
II) Cargo: Vereador;
III) Período de afastamento: 06/04/2026 a 10/04/2026;
IV) Número de diárias: 5 (cinco) diária(s);
V) Valor unitário da diária: R$1.335,42 (mil trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos);
VI) Valor total das diárias concedidas: R$6.677,10 (seis mil seiscentos e setenta e sete reais e dez centavos);
VII) Objetivo e destino da viagem: Agenda com deputados - Captação de Recusos. Brasília - DF. Cidade Brasília.

Requerimento de Diária n° 20/2026
Anderson Mendonça - CPF ***.***.357-05;
I) Processo Administrativo n° 271/2026;
II) Cargo: Vereador;
III) Período de afastamento: 06/04/2026 a 10/04/2026;
IV) Número de diárias: 5 (cinco) diária(s);
V) Valor unitário da diária: R$1.335,42 (mil trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos);
VI) Valor total das diárias concedidas: R$6.677,10 (seis mil seiscentos e setenta e sete reais e dez centavos);
VII) Objetivo e destino da viagem: Agenda com deputados - Captação de Recusos. Brasília - DF. Cidade Brasília.

Quatro Barras, 31 de março de 2026.

MAYLON KNAPIK DE ALVARENGA
Diretor Geral

Publicado por:
Maylon Knapik de Alvarenga
Código Identificador:ADFA5589

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11592/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, de acordo com o disposto na Lei Municipalnº 13/1999 e tendo em vista o que mais consta no processo protocolado sob nº 116/2025-PREVIBARRAS, RESOLVE:

Art. 1ºConcederAposentadoriapor idade a HILDA PETRASKI DOS SANTOS, CPF xxx.957.239-xx, pertencente ao Quadro do Grupo Ocupacional Magistério estatutário da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, ocupante do cargo efetivo de Professor MLPE, Matrícula Funcional 5348, com proventos proporcionais no valor bruto mensal de R$ 998,16 (novecentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos), correspondentes a 38,32% (trinta e oito vírgula trinta e dois por cento) da média aritmética simples das maiores remunerações de 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994, com fundamento no art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal, na redação dada pelas Emendas Constitucionaisnº 20/1998 e41/2003 c/c art. 43 da Lei Municipalnº 13/1999, aplicáveis por força do § 9º do art. 4º da Emenda Constitucionalnº 103/2019.

§ 1º Por força do art. 7º, IV e VII c/c art. 39, § 3º, 40, § 12 e 201, § 2º da Constituição Federal, art. 1º, § 5º da Lei Federalnº 10.887/2004 e art. 79 da Lei Municipalnº 13/1999, fica assegurada a percepção de umsalário-mínimonacional vigente, enquanto os proventos permanecerem inferiores a essa garantia.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições sobre acúmulo de benefícios previdenciários previstas no art. 24 e parágrafos da Emenda Constitucionalnº 103/2019, cuja situação deve ser atualizada periodicamente pela beneficiária junto à PREVIBARRAS.

Art. 2ºPara preservação do valor real do benefício nos termos do § 8º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucionalnº 41/2003, o reajustamento dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para RGPS - Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3ºFica declarada a vacância do cargo efetivo em referência, a partir do início daaposentadoria, nos termos do art. 42, inciso VII da Lei Municipalnº 12/1999.

Art. 4ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 31 de Março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:DD06B7ED

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.598/2026

"Convoca a 1ª Assembleia Municipal do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, e designa os membros da comissão de organização e acompanhamento e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e;
Considerando a Lei Municipal1623/2023 que instituiu o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial;
Considerando do Decreto nº 11590/2026, que dispõe sobre a Nomeação da Presidente do Conselho Municipal de Igualdade Racial;
Considerando os termos do Ofício nº 001/2026 -COMPIR-Presidência doCOMPIR, constante no Processo Administrativo nº 4886/2026, DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Assembleia Municipal do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial -COMPIRa ser realizada no dia 17 de abril de 2026, às 18 horas e 30 minutos, no auditório da Educação, sito a Rua Nilo Favaro nº 100, com o tema: "Caminho para o combate ao Racismo Estrutural e Promoção do Dialogo Inter Religioso como Ferramenta da Paz".
Art. 2ºA Comissão de Organização e Acompanhamento será composta dos seguintes membros:
I - Juliana Viechinieski Rodrigues – SMMDH;
II – Claudineia Maria Antonio – SMEELJ – SMEELJ;
III – Roseli Lacerda de Medeiros Lopes – SMMDH;
IV – Daniel Minoru Kogima – IEQ.
Art. 3º As despesas decorrentes da realização da 1ª Assembleia Municipal de Promoção da Igualdade Racial, correrão por conta de dotação do orçamento da Secretaria Municipal da Mulher e Direitos Humanos.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 31 de março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:24CC872C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 034/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor DESIGNA o Servidor Municipal Senhor RODRIGO NORONHA REGINATO, CPF nº. ***.434.289.-** cargo comissionado de "COORDENADOR DE DEPARTAMENTO", para desempenhar suas atividades profissionais junto a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a partir de 31 de Março de 2026.

Quatro Barras, 31 de Março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:C6EA3EEE

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026

Súmula: Aprovar o Plano de aplicação Financeira para execução dos recursos referente a adesão a Resolução 726/2025-SESA, PORVIGIA

O Conselho Municipal de Saúde de Quatro Barras, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Municipal nº008/1997, em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2026, e
Considerando:
A Lei Federal nº8. 080 de 19/09/1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
A lei Federal nº8. 142 de 18/12/1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
A Lei Municipal nº008/1997 de 16/04/1997 – Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.
Resolução Nº453 de 10/05/2012 – Dispõe sobre as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.
Resolução Nº 726/2025 da SESA/PR aprova o Plano de Aplicação Financeira para execução dos recursos referentes – ProVigia- PR.
A deliberação da plenária.

Resolve:
Art. 1º - Aprovar o plano de aplicação financeira para execução dos recursos referentes, o incentivo representa um montante de R$ 91.218,37 (noventa e um mil duzentos e dezoito reais e trinta e sete centavos).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 12 de fevereiro de 2026.

TERESA ALMEIDA
Presidente CMSQB 2025/2027

Homologo, conforme art. 26, §6º do Regimento Interno do CMS

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:8D75E24D

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 02/2026

Súmula: Avaliar o Relatório Detalhado Quadrimestral exercício 2025;

O Conselho Municipal de Saúde de Quatro Barras, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Municipal nº008/1997, em reunião realizada em 25 de março, e
Considerando:
A Lei Federal nº8. 080 de 19/09/1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
A lei Federal nº8. 142 de 18/12/1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
A Lei Municipal nº008/1997 de 16/04/1997 – Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.
Resolução Nº453 de 10/05/2012 – Dispõe sobre as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.
A Lei Complementar nº 141/2012 – Regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº8.080/1990 e 8.689/1993, e dá outras providências.
A deliberação da plenária.
Resolve:

Art. 1º - O CMS avaliou o Relatório Detalhado do Quadrimestre – RDQ referente ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2025. A equipe do órgão gestor de Saúde municipal foi responsável pela elaboração e apresentação do RDQ.
Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 25 de março de 2025.

TERESA ALMEIDA
Presidente CMSQB 2025/2027

Homologo, conforme art. 26, §6º do Regimento Interno do CMS

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:B1621408

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº03/2026

Súmula: Aprovar o Relatório Anual de Gestão – RAG do exercício de 2025.

O Conselho Municipal de Saúde de Quatro Barras, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Municipal nº008/1997, em reunião realizada em 25 de março de 2026, e
Considerando:
A Lei Federal nº8. 080 de 19/09/1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
A lei Federal nº8. 142 de 18/12/1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
A Lei Municipal nº008/1997 de 16/04/1997 – Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências;
Resolução Nº453 de 10/05/2012 – Dispõe sobre as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.
A Lei Complementar nº141/2012 – Regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº8.080/1990 e 8.689/1993, e dá outras providências.
A deliberação da plenária.
Resolve:
Art. 1º - Aprovar por maioria de votos o Relatório Anual de Gestão – RAG referente às ações, os processos, resultados e contas municipais com recursos provenientes do Governo Federal, Estadual e municipal relativas à Política Municipal de Saúde no exercício 2025.

Art. 2º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 25 de março de 2026.

TERESA ALMEIDA
Presidente CMSQB 2025/2027

Homologo, conforme art. 26, §6º do Regimento Interno do CMS

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C7ABAFFB

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Súmula: Aprovar a prestação de contas referente ao Incentivo Financeiro para Investimento Programa do Transporte Sanitário - APSUS.

O Conselho Municipal de Saúde de Quatro Barras, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Municipal nº008/1997, em reunião realizada em 25 de março de 2026,
Considerando:
A Lei Federal nº8. 080 de 19/09/1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
A lei Federal nº8. 142 de 18/12/1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
A Lei Municipal nº008/1997 de 16/04/1997 – Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.
Resolução Nº453 de 10/05/2012 – Dispõe sobre as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.
Resolução nº 1108/2023 – SESA recurso para Incentivo Financeiro para Investimento Programa do Transporte Sanitário - APSUS.
A deliberação da plenária.
Resolve:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do município de Quatro Barras a resolução SESA nº 1108/2023 do Incentivo Financeiro de Investimento do Programa do Transporte Sanitário - APSUS, com adesão no exercício de 2023. O valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), referente a aquisição de 02 (dois) veículos utilitários.

Art. 2º Este entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 25 de março de 2026.

TERESA ALMEIDA
Presidente CMSQB 2023/2027

Homologo, conforme art. 26, §6º do Regimento Interno do CMS

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:D4D80A97

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 05/2026

Súmula: Aprovar a prestação de contas referente ao Incentivo Financeiro para Investimento Programa do Transporte Sanitário - APSUS.

O Conselho Municipal de Saúde de Quatro Barras, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Municipal nº008/1997, em reunião realizada em 25 de março de 2026,
Considerando:
A Lei Federal nº8. 080 de 19/09/1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
A lei Federal nº8. 142 de 18/12/1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
A Lei Municipal nº008/1997 de 16/04/1997 – Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.
Resolução Nº453 de 10/05/2012 – Dispõe sobre as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.
Resolução nº 516/2024 – SESA recurso para Incentivo Financeiro para Investimento Programa do Transporte Sanitário - APSUS.
A deliberação da plenária.
Resolve:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do município de Quatro Barras a resolução SESA nº 516/2024 do Incentivo Financeiro de

Investimento do Programa do Transporte Sanitário - APSUS, com adesão no exercício de 2024. O valor de R$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais), referente a aquisição de 01 (um) veículos utilitários e 01 (um) van.

Art. 2º Este entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 25 de março de 2026.

TERESA ALMEIDA
Presidente CMSQB 2023/2027

Homologo, conforme art. 26, §6º do Regimento Interno do CMS

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:2A6F4CE6

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Súmula: Aprovar a prestação de contas referente ao Incentivo Financeiro para Qualificação da Atenção Primaria em Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde de Quatro Barras, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Municipal nº008/1997, em reunião realizada em 18 de março de 2026,
Considerando:
A Lei Federal nº8. 080 de 19/09/1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
A lei Federal nº8. 142 de 18/12/1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
A Lei Municipal nº008/1997 de 16/04/1997 – Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.
Resolução Nº453 de 10/05/2012 – Dispõe sobre as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.
Resolução nº 860/2022 – SESA recurso para Incentivo Financeiro para Investimento Programa de Qualificação da Atenção Primaria em Saúde.
A deliberação da plenária.
Resolve:
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do município de Quatro Barras a resolução SESA nº 860/2022 do Incentivo Financeiro de Investimento do Programa de Qualificação de Atenção Primaria em Saúde, com adesão no exercício de 2022. O saldo remanescente no valor de R$ 71.656,80 (sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Art. 2º Este entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 19 de março de 2026.

TERESA ALMEIDA
Presidente CMSQB 2023/2027

Homologo, conforme art. 26, §6º do Regimento Interno do CMS

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:9A6CB67C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO 19.2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 19/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 41/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO ALEX SANDRO FERNANDES, torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto – a contratação de empresa **65.609.475 VIVIANE APARECIDA DA SILVA, CNPJ sob o nº 65.609.475/0001-25 com sede Rua Florianópolis, nº. 1545, CEP: 87930-000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR** para prestação de serviços conforme edital de credenciamento 01/2024, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte:
- De conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação –
Custo estimado: R$ 10.205,82 (nove mil quatrocentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), sendo pagamento referente a aproximadamente 1.062 horas ao custo hora de R$ 9,61 por um período de 06 meses, sendo pagamento mensais conforme a quantidade de horas trabalhadas;

Querência do Norte – PR, 31 de março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Fernando Mierro Pereira Peixoto
Código Identificador:E42F4EEB

LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO 20.2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 20/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO ALEX SANDRO FERNANDES, torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto – a contratação de empresa **65.129.120 PATRICIA BAUMGARTNER, CNPJ sob o nº 65.129.120/0001-39 com sede na Avenida Brasil Paraná, nº. 1730, CEP: 87930-000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR** para prestação de serviços conforme edital de credenciamento 01/2024, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte:
- De conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação –
Custo estimado: R$ 10.205,82 (dez mil duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos), sendo pagamento referente a aproximadamente 1.062 horas ao custo hora de R$ 9,61 por um período de 06 meses, sendo pagamento mensais conforme a quantidade de horas trabalhadas;

Querência do Norte – PR, 31 de março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Fernando Mierro Pereira Peixoto
Código Identificador:1FB1DF42

LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO 21.2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 21/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO ALEX SANDRO FERNANDES, torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto – a contratação de empresa **65.506.300 MARINES TAVARES, CNPJ sob o nº 65.506.300/0001-92 com sede na Rua Maria de Lourdes Dionisio Cardoso, nº. 400, CEP: 87930-000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR** para prestação de serviços conforme edital de credenciamento 01/2024, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte:
- De preparo de alimentos para refeições, lanches, cafés –
Custo estimado: R$ 10.896,48 (dez mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), sendo pagamento referente a aproximadamente 1.128 horas ao custo hora de R$ 9,66 por um período de 06 meses, sendo pagamento mensais conforme a quantidade de horas trabalhadas;

Querência do Norte – PR, 31 de março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Fernando Mierro Pereira Peixoto
Código Identificador:B4D51C83

LICITAÇÃO
DECLARA INIDONEIDADE

DECRETO Nº 32/2026

SÚMULA: Declara a inidoneidade da empresa R M ALIMENTOS LTDA para licitar ou contratar com a Administração Pública e dá outras providências.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 01/2026, instaurado pelo Decreto nº 223/2025;
CONSIDERANDO o Pregão Eletrônico nº 09/2024;
CONSIDERANDO a decisão proferida pela Comissão Permanente de Processo Administrativo, instituída pelo Decreto nº 118/2025, datada de 27 de março de 2026;
CONSIDERANDO que foram assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa;
CONSIDERANDO a comprovação da apresentação de documento sanitário falso no certame, em afronta aos princípios da legalidade, isonomia e moralidade administrativa;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 155, incisos VIII e IX, e 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como na Lei nº 12.846/2013;

DECRETA:
Art. 1º Fica declarada a inidoneidade da empresa R M ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.421.808/0001-24, para licitar ou contratar com a Administração Pública, observado o prazo mínimo contido na Lei 14.133/2021, em razão da prática de infração administrativa consistente na apresentação de documento falso em procedimento licitatório.
Art. 2º A sanção de declaração de inidoneidade produzirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observado o prazo mínimo contido na Lei 14.133/2021.
Art. 3º Determina-se:
I – o registro da sanção nos sistemas e cadastros competentes;
II – a comunicação à empresa interessada;
III – o encaminhamento dos autos ao Ministério Público da Comarca para apuração de eventuais ilícitos penais;
IV – o cumprimento das demais providências administrativas cabíveis.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço municipal, aos 31 dias do mês de março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:13334638

LICITAÇÃO
PE 09/2026 HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2026
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
CNPJ: 76.386.283/0001-13
INOVAMED HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 12.889.035/0001-02
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
CNPJ: 02.816.696/0001-54
ILG COMERCIAL LTDA
CNPJ: 20.657.155/0001-02
LICITE SAÚDE COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 34.223.536/0001-98
CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA
CNPJ: 24.586.988/0001-80
NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 06.974.929/0001-06
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 00.656.468/0001-39
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 81.706.251/0001-98
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES S/A
CNPJ: 07.752.236/0001-23
CONQUISTA DIST. MED. E PROD. HOSP. LTDA
CNPJ: 12.418.191/0001-95
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING – EIRELI
CNPJ: 30.547.487/0001-98
MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A
CNPJ: 05.912.018/0001-83
CIRURGICA PARANAVAI LTDA
CNPJ: 30.766.874/0001-15
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 05.782.733/0003-00
COMPANY HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 51.640.302/0001-65
ALTERMED MATERIAL MEDICO
CNPJ: 00.802.002/0001-02
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA
CNPJ: 25.279.552/0001-01
VERTICE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 60.146.737/0001-49
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 09.944.371/0005-20
J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMETNOS E CORRELATOS LTDA
CNPJ: 32.282.308/0001-63
ODONTOMED CANAA LTDA ME
CNPJ: 07.947.536/0001-68
DINALAB COMERCIO E SERVIÇOS
CNPJ: 32.578.926/0001-55
AABA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI
CNPJ: 80.392.566/0001-45
ROSILENE VIEIRA LOPES – EPP
CNPJ: 10.729.430/0001-48
FUFA PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 46.328.269/0001-00
E P B LONDRINA COMERIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 22.540.455/0001-32
MEGMED LTDA

CNPJ: 16.946.372/0001-45
MEDINGÁ COMERCIAL LTDA
CNPJ: 57.742.953/0001-42
AUTOMEDICAL LTDA EPP
CNPJ: 55.152.280/0001-45
MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 30.574.325/0001-20

Querência do Norte PR, 31 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:CCAB01EC

LICITAÇÃO
PE 14/2026 EXTINTORES E OUTROS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO – Nº 14/2026
O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO na seguinte forma: MENOR PREÇO POR ITEM-REGISTRO DE PREÇOS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE EXTINTORES, EXTINTORES NOVOS, LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA, PLACA FOTOLUMINESCENTE E BLOCO DE ILUMINAÇÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO
ABERTURA**: 15 de Abril de 2026 – 09 horas.**
Local da sessão pública: www.comprasbr.com.br
– Prefeitura Municipal de Querência do Norte
Querência do Norte-PR, 31 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:B717A70E

LICITAÇÃO
PE 15/2026 INSUMOS METALURGICOS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO – Nº 15/2026
O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO na seguinte forma: MENOR PREÇO POR ITEM-REGISTRO DE PREÇOS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS METALURGICOS (FERRAGENS E CONSUMÍVEIS), 01 PRENSA HIDRAÚLICA CAPACIDADE 60 TON E BOMBONAS PLÁSTICAS PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS, COM FORNECIMENTO PARCELADO
ABERTURA**: 16 de Abril de 2026 – 09 horas.**
Local da sessão pública: www.comprasbr.com.br
– Prefeitura Municipal de Querência do Norte
Querência do Norte-PR, 31 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:0DFC8D8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
PORTARIA Nº 03, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Estado do Paraná
Avenida Fernandes de Andrade, 839 - Centro –Fone (41) 3623 1443
E-mail: administrativo@camaradequitandinha.pr.gov.brSite: camaradequitandinha.pr.gov.br
PORTARIA Nº 03, DE 30 DE MARÇO DE 2026.

"Concede férias a servidores comissionados. "

O Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1° Conceder Férias a servidores comissionados da Câmara Municipal de Quitandinha, conforme anexo I.
Art. 2º A escala poderá ser alterada de acordo com a necessidade e conveniência dos servidores, desde que aprovada pelo Presidente e Diretor do Departamento de Contabilidade e Recursos Humanos.
Art. 3º Compete ao Diretor do Departamento de Contabilidade e Recursos Humanos realizar as anotações das alterações do calendário constante no Anexo I, fruição e outras ocorrências na ficha funcional dos servidores.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Quitandinha, em 30 de março de 2026.

CARLOS EDMILSON DE MOURA
Presidente

DANIEL ADELCIO CHEMIM DA SILVA
Diretor do Departamento de Contabilidade e Recursos Humanos

ANEXO I			
CARGO	**NOME**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE FÉRIAS**
Assessor	Debora Piska	05/02/2025 a	08/04/2026 a 17/04/2026 e 08/06/2026 a 27/06/2026
Parlamentar Assessor Parlamentar	Maicon Dionathan Cardoso	04/02/2026 24/02/2025 a 23/02/2026	08/04/2026 a 17/04/2026 e 16/09/2026 a 05/10/2026

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:661AAB18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 28, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 28, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"Suplementação por superávit financeiro para o orçamento geral do exercício de 2026, no valor de R$ 36.167,35".

O Prefeito Municipal de Quitandinha, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta a Lei Municipal nº 1.351/2025, de 12 de dezembro de 2025 e Lei Federal n º 4.320/64. :
DECRETA

Art. 1 º - Ficam suplementada as seguintes dotações orçamentárias em R$ 36.167,35 (Trinta e seis mil cento e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme abaixo especificadas:

06 – S M DE DESENV EM SAÚDE E BEM ESTAR
601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2008 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33.30.93.00.00 – Indenizações e Restituições
1500 - 519 – Bloco de investimento saúde - Estado .....R$ 36.167,35

TOTAL.....R$ 36.167,35

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior será utilizado recurso cancelamento de dotação orçamentária de superávit financeiro do exercício anterior:

06 – S M DE DESENV EM SAÚDE E BEM ESTAR
601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2008 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
1860 - 519 – Bloco Investimentos da Saúde - Estadual E.A.....R$ 36.167,35

TOTAL GERAL.....R$ 36.167,35

Art. 3º - Este Decreto entra vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha.

Gabinete do Prefeito – Quitandinha 31 de março de 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:48019E7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº 004/2026 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 004/2026 – CMDCA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Quitandinha - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei Municipal nº 382/97, de 19/05/1997: Ata 02, Reunião ordinária 29/03/2026.
RESOLVE:
Art. 1° - Aprova a Prestação de Contas Final referente repasse do Fundo para Infância e Adolescência – FIA – **"Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância".**

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, 29 de Março de 2024.

GISLAINE APARECIDA DO NASCIMENTO SENA
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA.

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:B1E8F6F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº 005/2026 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005/2026 – CMDCA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Quitandinha - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei Municipal nº 382/97, de 19/05/1997: Ata 02, Reunião ordinária 29/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1° - Aprova o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE, vigência 2026 a 2030.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, 29 de Março de 2026.

GISLAINE APARECIDA DO NASCIMENTO SENA
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA.

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:4FD3A332

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº 006/2026 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 006/2026 – CMDCA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Quitandinha - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei Municipal nº 382/97, de 19/05/1997: Ata 02, Reunião ordinária 29/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1° - Aprovar a inscrição do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), desenvolvido através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, 29 de Março de 2026.

GISLAINE APARECIDA DO NASCIMENTO SENA
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA.

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:82FD5522

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº 007/2026 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 007/2026 – CMDCA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Quitandinha - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei Municipal nº 382/97, de 19/05/1997: Ata 02, Reunião ordinária 29/03/2026.

RESOLVE:
Art. 1° - Aprova a Inscrição Municipal da "**ASSOCIACÂO BENEFICENTE E CULTURAL AMOR EM ACÃO",** CNPJ: **54.794.100/0001-66,** junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes.

Art.2º - Esta inscrição terá validade de 6 (Seis) meses, podendo ser prorrogado por mais 6 (Meses),desde que seja cumprido os requisitos de Inscrição e apresentação total dos documentos de Inscrição previstos em regulamento do CMDCA.

Art.3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, 29 de Março de 2026.

GISLAINE APARECIDA DO NASCIMENTO SENA
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA.

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:7337FA2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 1853/09/2025.

DECRETO Nº. 1853/09/2025.

SÚMULA: "Dispõe sobre a Regulação da Alteração do Regime de Trabalho dos profissionais vinculados ao quadro do magistério, regidos pela Lei Municipal nº. 173/02/1999."

O PREFEITO DO **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial as constantes no artigo 55, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e artigo 30 da Lei Municipal nº. 173/02/99, **DECRETA**:

Art. 1º - A alteração de regime de trabalho dos profissionais vinculados ao magistério da Rede Municipal de Educação, previsto no artigo 29 da Lei Municipal nº. 173/02/1999, será efetivada conforme o disposto no presente Decreto, condicionada ao interesse da Administração e a existência de vaga da mesma natureza ocupada pelo profissional.

Art. 2º - A alteração de regime de trabalho ocorrerá na mesma área de atuação do profissional vinculado ao magistério público, sendo vedada a ocupação de dois cargos distintos.

§1º - Para usufruir da alteração de regime de trabalho o profissional deverá possuir licenciatura ou magistério.

§2º - A alteração de regime de trabalho será concedida aos profissionais vinculados ao magistério público em exercício nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal de Educação, bem como na sede do Departamento de Educação de Rancho Alegre D'Oeste-PR, e nas unidades a ele vinculadas.

Art. 3º - Poderá participar da alteração do regime de trabalho o profissional dentro do quadro próprio do magistério, detentor de um cargo de 20h (vinte horas).

Parágrafo único. É vedada a participação de profissionais com dois cargos públicos ou que possuam um cargo ativo e outro inativo.

Art. 4º - A alteração de regime de trabalho do profissional vinculado ao magistério da Rede Municipal de Educação, com intuito de reduzir a carga horária, após ter aumentado, poderá ocorrer:

I - a pedido, desde que deferido pela Administração;

II - ex-officio, quando se constatar:

a) autorização de disposição funcional para outro órgão ou afastamento para exercer cargo político, antes de decorrido o prazo de cinco anos, a contar da última alteração de regime de trabalho;

b) nomeação para um novo cargo do quadro do magistério regido pela Lei Municipal nº. 173/02/1999;

c) ausência ao serviço, sem justa causa, por trinta dias consecutivos ou sessenta dias alternados, durante o período de doze meses, com processo administrativo disciplinar correspondente.

Parágrafo único. A alteração de regime de trabalho prevista neste artigo poderá ser realizada apenas na redução de 40h (quarenta horas) para 20h (vinte horas).

Art. 5º - Não será concedida a alteração de regime de trabalho ao profissional do magistério que estiver:

I - em estágio probatório;

II - em licença remuneratória;

III - em licença sem vencimentos;

IV - afastado de função ou readaptado;

V - em disposição funcional;

VI - afastado para: exercer cargo político ou eletivo, exercer cargo ou função comissionada executiva em outras Secretarias da Administração Direta e atuando em locais diversos dos relacionados no art. 2º deste Decreto.

VII - cumprindo pena decorrente de processo criminal transitado em julgado;

VIII - respondendo a processo administrativo disciplinar por abandono de cargo, com bloqueio de pagamento por mais de trinta dias de faltas, ou ainda por inassiduidade habitual;

IX - em processo de aposentadoria;

X - a menos de dez anos da aposentadoria compulsória, por idade, na data da efetivação da Alteração de Regime de Trabalho;

XI - nomeado por meio de ação judicial sem trânsito em julgado.

Art. 6º - A carga horária do profissional do magistério, após a alteração de regime de trabalho, não poderá exceder os limites de 40h (quarenta horas) semanais para o profissional que seja titular de cargo de 20h (vinte horas).

Art. 7º - A remuneração do profissional do magistério será adequada proporcionalmente à carga horária trabalhada, nos termos da lei vigente.

Art. 8º - A alteração de regime de trabalho será computada para efeitos do cálculo da contribuição previdenciária.

§1º - Para efeitos de concessão de aposentadoria voluntária, nos termos previstos no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, será necessária a contribuição previdenciária, após a opção de, no mínimo, dez anos.

§2º - Para efeitos de concessão de aposentadoria pelas regras constitucionais aplicáveis, será observada a legislação previdenciária municipal vigente, inclusive quanto à apuração da base de cálculo do benefício.

§3º - Para efeitos de concessão de aposentadoria voluntária, nos termos previstos nos arts. 4º, 5º e 35 da Emenda Constitucional nº 45, de 2019, será necessária a contribuição previdenciária, após a opção, de, no mínimo, dez anos.

§4º - O profissional do magistério que tenha ingressado no cargo efetivo até a data de 1º de dezembro de 2003 poderá optar pela ampliação da jornada de trabalho, mediante subscrição do termo de desistência das aulas extraordinárias, acréscimo de jornada, suprimento de adequação de carga horária, serviço extraordinário e TIDE, e o valor correspondente deverá compor a alteração do regime de trabalho.

§ 5º - Após a manifestação de opção, não haverá a devolução das contribuições previdenciárias incidentes sobre as aulas extraordinárias, acréscimo de jornada, Suprimento de Adequação de Carga Horária, Serviço extraordinário e TIDE já realizadas, referente a carga horária superior a 20h (vinte horas).

§6º - As aulas extraordinárias, acréscimo de jornada, suprimento de adequação de carga horária, serviço extraordinário e TIDE realizadas antes da formalização da opção pela ampliação da jornada somente serão incorporadas ao cálculo dos proventos de aposentadoria ou de pensão no caso de ter havido contribuições previdenciárias sobre tais rubricas, sendo observadas as regras constitucionais e municipais aplicáveis ao cálculo do benefício.

§7º - As verbas decorrentes das aulas extraordinárias, acréscimo de jornada, suprimento de adequação de carga horária, serviço extraordinário e TIDE produzirão efeitos previdenciários na forma da legislação vigente, observada a incidência de contribuição previdenciária e os princípios do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio, evitando-se também a configuração de bis in idem, em respeito ao princípio da legalidade.

Art. 9º - O Departamento Municipal de Educação divulgará:

I - as vagas disponíveis por cargo e local de trabalho;

II - a classificação dos profissionais na linha funcional, considerando-se para a pontuação:

a) a somatória diária das aulas extraordinárias, o acréscimo de jornada e a adequação de carga horária em exercício nos locais estabelecidos no art. 2º deste Decreto, nos últimos três anos, até o limite de 20h (vinte horas) semanais;

b) nível e classe;

c) idade.

Parágrafo único. Ocorrendo igualdade de pontuação, deverá ser observado a seguinte ordem:

a) maior tempo de serviço na linha funcional;

b) maior nível e classe, na data da inscrição do processo;

c) o mais idoso.

Art. 10. A regulamentação dos critérios de seleção será estabelecida por ato do Diretor do Departamento de Educação do Município de Rancho Alegre D'Oeste-PR.

Art. 11. A alteração de regime de trabalho será concedida observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO",
Rancho Alegre D'Oeste, em 25 de março de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago de Souza Mourão
Código Identificador:A80207C3

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1913/09/2026

DECRETO Nº 1913/09/2026

S Ú M U L A: "Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprova a Lei 1004/09/2026 e eu Prefeito Municipal DECRETO:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL na importância R$ 654.850,00 (Seiscentos e Cinquenta e Quatro Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais), para as seguintes Dotações Orçamentárias: PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
09.00.00000000.000	Departamento de Planej. Obras e Serv. Públicos			
09.02.00000000.000	Divisão de Transporte Rodoviário			
26.782.0039.1.060	Aquisição de Equip./Veículos Pesados Adm.			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	Criar	824	654.850,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				654.850,00

Art. 2º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto no Artigo Anterior, terá como Contrapartida - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NAS FONTE,
(824), conforme disposições em contrário.
Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 25 de Fevereiro de 2026

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Reginaldo Pepece
Código Identificador:8B01ED62

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026

CONTRATANTE: **Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR**
CONTRATADA: NILVAN ALVES DA CRUZ– ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 12.533.682/0001-87**

OBJETO: Contratação de Empresa especializada na Prestação de SERVIÇO DE ELETRICISTA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS INTERNAS E EXTERNAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇA PÚBLICAS E REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA do Município de Rancho Alegre D'oeste/PR, conforme quantidades e descrições constantes neste processo e seus anexos;

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 159.927,10 (cento e cinquenta e nove mil e novecentos e vinte e sete reais e dez centavos).
DATA HOMOLOGAÇÃO: 24/03/2026
DATA DO CONTRATO: 25/03/2026
VIGÊNCIA DO CONTRATO: Até 01/04/2027

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 26 de março de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rose Silva Moreira Mourão
Código Identificador:73EF310E

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1004/09/2026

LEI Nº 1004/09/2026

S Ú M U L A: "Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprova a Lei 1004/09/2026 e eu Prefeito Municipal SANCIONO:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL na importância R$ 654.850,00 (Seiscentos e Cinquenta e Quatro Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais), para as seguintes Dotações Orçamentárias:
PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
09.00.00000000.000	Departamento de Planej. Obras e Serv. Públicos			
09.02.00000000.000	Divisão de Transporte Rodoviário			
26.782.0039.1.060	Aquisição de Equip./Veículos Pesados Adm.			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	Criar	824	654.850,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				654.850,00

Art. 2º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto no Artigo Anterior, terá como Contrapartida - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NAS FONTE,
(824), conforme disposições em contrário.
Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Rancho Alegre D'Oeste, 25 de Fevereiro de 2026

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Reginaldo Pepece
Código Identificador:CC28C801

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 121/09/2026

CONCEDE AFASTAMENTO do trabalho, para tratamento de saúde pelo período a contar de 28/03/2026 à 26/04/2026 (29 dias) por motivos descritos pelo CID Z54.0 com recebimento de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho no período de 28/03/2026 à 26/04/2026, a Servidora Pública Municipal, Sra. ANGELA MARIA DE ARAUJO DE PEDER, ocupante do Cargo de AJUDANTE GERAL, mediante apresentação de atestado e laudo médicos em anexo, apresentados pela Servidora retro ao Departamento de Administração do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO,

no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e com base na Lei Municipal nº 199/03/2001, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Rancho Alegre D'Oeste, e de conformidade ainda com a Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, em seus Artigos 3º e 5º, que dispõem sobre a concessão de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, da referida Lei, bem como, mediante laudo médico avaliativo, apresentado pela Servidora retro.

R E S O L V E

I – **Conceder** afastamento de suas atividades do cargo de **AJUDANTE GERAL, a** Servidora Pública Municipal, **Sra. ANGELA MARIA DE ARAUJO DE PEDER,** no período de **28/03/2026 à 26/04/2026 (29 dias),** conforme solicitado e descrito em laudo médico avaliativo de Especialista que a acompanha, sendo o respectivo afastamento no período de **28/03/2026 à 26/04/2026 (29 dias), com o recebimento de referido benefício pago pelo Município, no período de 28/03/2026 à 26/04/2026.**

II - A concessão deste afastamento, bem como, do recebimento do benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho pago pelo Município, fica concedido respeitado o prazo legal descrito no Artigo e posteriores da Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020**, com o recebimento do referido benefício no período de 28/03/2026 à 26/04/2026.**

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 31 DE MARÇO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:83E0D59B

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 122/09/2026

SÚMULA: Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares ao Servidor Público Municipal ELISABETH BORTOLUCCI DE GOES.

O Prefeito do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 139/02/97, em seu Artigo 106 e com base na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Licença para Tratar de Assuntos de Interesses Particulares, sem remuneração, à Servidora Pública Municipal Sra. ELISABETH BORTOLUCCI DE GOES, brasileira, portadora da RG nº 5.665.356-2/PR, inscrita no CPF nº 775.008.499-15 admitida em data de 23/06/2008 para o cargo de **Carreira de Ajudante Geral**, em conformidade com a Lei Municipal nº 139/02/97 em seu Artigo 106, nos termos do requerimento protocolado sob o nº 099 de 31 de março de 2026, **por um período total de 02 anos (731 dias) dias consecutivos**, **no período compreendido entre 01 de abril de 2026 à 31 de março de 2028**, retornando às suas funções de origem no cargo de Ajudante Geral a partir de 01 de abril de 2028.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2026 revogados as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 31 DE MARÇO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:7824192D

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 123/09/2025

SÚMULA: REVOGA o contido na Portaria nº 042/09/2025 de 17/01/2025 e DESIGNA o Sr. MILTON SERGIO MELO para a função de GESTOR DE PROGRAMAS E CONVÊNIOS/FINANÇAS de conformidade com a Lei Municipal nº 1010/09/2026 de 24/03/2026, que dispõe sobre a criação da Função Gratificada - FG deste Município de Rancho Alegre D'Oeste – Paraná, a partir de 01/04/2026.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei e de acordo com a Lei Municipal nº 1010/09/2026 de 24/03/2026,

R E S O L V E

Art. 1º – REVOGAR o contido na **Portaria nº 042/09/2025 de 17/01/2025 e DESIGNAR** o Servidor Público Municipal **MILTON SERGIO MELO** portador da RG nº 4.359.702-7/PR, inscrito no CPF nº 601.957.629-91, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO NÍVEL II**, para responder e desempenhar todas as atribuições de **GESTOR DE PROGRAMAS E CONVÊNIOS/FINANÇAS** deste Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR**, passando a receber a Função Gratificada FG-4 constante do Anexo II da Lei Municipal nº 1010/09/2026 de 24/03/2026**, a título de gratificação pelas atribuições **a partir de 01 de abril de 2026.**

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 31 DE MARÇO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:83140718

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 124/09/2026

SÚMULA: REVOGA o contido na Portaria nº 276/09/2025 de 09 de junho 2025 e DESIGNA o Sr. DENIVILSON ANDERSON FRASSON para a função de CHEFE DO POSTO DO DETRAN de conformidade com a Lei Municipal nº 1010/09/2026 de 24/03/2026, que dispõe sobre a Função Gratificada - FG deste Município de Rancho Alegre D'Oeste – Paraná, a partir de 01/04/2026.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei e de acordo com a Lei Municipal nº 1010/09/2026 de 24/03/2026,

R E S O L V E

Art. 1º – REVOGAR o contido na Portaria nº 276/09/2025 de 09 de junho 2025 e **DESIGNAR** o Servidor Público Municipal **DENIVILSON ANDERSON FRASSON** portador da RG nº 8.690.643-0/PR, inscrito no CPF nº 054.002.169-51, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, para responder e desempenhar todas as atribuições de **CHEFE DO**

POSTO DO DETRAN deste Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR**, passando a receber a Função Gratificada FG-6 constante do Anexo II da Lei Municipal nº 1010/09/2026 de 24/03/2026**, a título de gratificação pelas atribuições **a partir de 01 de abril de 2026.**

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 31 DE MARÇO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:7ECBD099

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 125/09/2026

SÚMULA: DESIGNA a Srta. IVONE VIEIRA DE BRITO para a função de GESTOR PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE RPPS de conformidade com a Lei Municipal nº 1010/09/2026 de 24/03/2026, que dispõe sobre a Função Gratificada - FG deste Município de Rancho Alegre D'Oeste – Paraná, a partir de 01/04/2026.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei e de acordo com a Lei Municipal nº 1010/09/2026 de 24/03/2026,

R E S O L V E

Art. 1º – **DESIGNAR** o Servidor Público Municipal **IVONE VIEIRA DE BRITO** portadora da RG n° 8.039.751-8/PR, inscrita no CPF nº 049.123.899-19, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **ESCRITURARIA**, para responder e desempenhar todas as atribuições de **GESTOR PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE RPPS** deste Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR**, passando a receber a Função Gratificada FG-10 constante do Anexo II da Lei Municipal nº 1010/09/2026 de 24/03/2026**, a título de gratificação pelas atribuições **a partir de 01 de abril de 2026.**

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 31 DE MARÇO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:8DF22C6E

CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE
PORTARIA Nº 9/09/2026

Dispõe sobre o expediente da Câmara Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, no dia 2 de abril de 2026.

A Presidente da Câmara Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, a Sra. **VALÉRIA MINERVINO AGUILAR**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1.º Informar os Senhores Vereadores, bem como aos demais interessados, que no dia 2 de abril de 2026, não haverá expediente na Câmara Municipal, em virtude do feriado do dia 03/04/2026, referente a Comemoração da Paixão de Cristo (Sexta-Feira Santa), retornando ao expediente normal no dia 6 de abril de 2026 (segunda-feira).

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL
Rancho Alegre D'Oeste-PR, em 30 de março de 2026.

VALÉRIA MINERVINO AGUILAR
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivanildo Divino Ferreira
Código Identificador:FE80C148

EDUCAÇÃO
ATA N° 001/2026

REUNIÃO PARA ALTERAÇÃO DA PRESIDENTE DO CONSELHO E DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR **DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL BOM JESUS**

Aos 02 dias do mês de fevereiro do ano de 2026, às 08:00 horas, nas dependências do CMEI Bom Jesus, localizado no município de Rancho Alegre D'Oeste, realizou-se a reunião do Conselho Escolar, com a presença dos membros abaixo assinados, para tratar da alteração na composição do Conselho Escolar.Dando início à reunião, foi apresentada a necessidade de substituição de membros, em virtude do término do mandato. Ficaram deliberadas e aprovadas as seguintes substituições:

Presidência do Conselho Escolar:
Substitui-se a Sra. Jucileide Alves de Santana, CPF: 006.074.809-55, pela Sra. Joelma Adriana Lagos Coelho Frasson, CPF: 031.740.059-22, que passa a assumir a função de Presidente do Conselho Escolar.

Representante das Professoras:
Substitui-se a Sra. Joelma Adriana Lagos Coelho Frasson, CPF: 031.740.059-22, pela Sra. Valquiria Aparecida Vieira dos Santos, CPF: 032.256.299-60.

Representante dos Funcionários (Auxiliar Administrativo):
Substitui-se a Sra. Valquiria Aparecida Vieira dos Santos, CPF: 032.256.299-60, pela Sra. Adriana Olivares de Souza, CPF: 080.261.979-76.

Dessa forma, fica atualizada a composição do Conselho Escolar do CMEI Bom Jesus, passando os membros acima citados a exercerem suas respectivas funções, comprometendo-se a cumprir o regimento interno e demais normas vigentes.

Nada mais havendo a tratar, eu, Vanildo da Silva, Secretário do CMEI Bom Jesus lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Rancho Alegre D'Oeste, 02 de fevereiro de 2026.

Assinaturas:

_____
Jucileide Alves de Santana – CPF Nº 006.074.809-55
Presidente anterior

_____
Joelma Adriana Lagos Coelho Frasson – CPF Nº 031.740.059-22
Presidente atual

_____
Valquíria Aparecida Vieira dos Santos – CPF Nº 032.256.299-60
Representante das Professoras

_____
Adriana Olivares de Souza – CPF Nº 080.261.979-76
Representante dos Funcionários

Publicado por:
Silvana Cristina de Gois
Código Identificador:87CD3DDA

ESPORTE E LAZER
EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 033/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR**
LICITANTE: F.A.L EVENTOS LTDA - ME, inscrito no CNPJ 16.993.356/0001-03

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Planejamento, Locação de Estruturas Temáticas, Organização para Execução de Peça Teatral Paixão de Cristo para atender a demanda do Município de Rancho Alegre D´Oeste-PR, de acordo com o Termo de Convênio n.º 0101/2026, por intermédio da Secretaria de Estado do Turismo, e o Município de Rancho Alegre D'Oeste, para fomentar e apoiar a realização de eventos integrantes do Programa Paraná Mais Eventos e as especificações e quantidades constantes no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante do processo e seus anexos.
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).

DATA HOMOLOGAÇÃO:31/03/2026
DATA DA ATA REGISTRO: 31/03/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: De 01/04/2026 à 01/04/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 31 de março de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:7C5BC25A

SAÚDE
EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 118/2022 EM CONFORMIDADE COM PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2022.

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA SA, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02
OBJETO: o presente Termo Aditivo tem por finalidade a alterar a clausula Terceira do Contrato original firmado em 27 de dezembro de 2022, para inclusão e/ou endosso do Veículo **I/FORD TRANSIT CM FL AMB – PLACA UBC4D17 – CHASSI WF0DTTVF0TU019181 – ANO/MODELO 2025/2026**, adquirido pelo Município de Rancho Alegre D'Oeste-PR.
VALOR DO ADITIVO: R$ 3.650,00 (três mil e seiscentos e cinquenta reais)
DATA DO ADITIVO: 27 de março de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n° 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar n°. 123/06, introduzidas pela Lei Complementar 147/2014 com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, e suas regulamentações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 30 de março de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:6C92BBED

SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-RAO 001/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Rancho Alegre D'Oeste, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n. 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n. 126/02/97.

RESOLVE:
Art. 1º Aprova Ata ordinária do Conselho Municipal de Saúde data 17/12/2025, dispõe sobre; Plano Municipal de Saúde de Rancho Alegre D'Oeste 2026 – 2029; e Plano Anual de Saúde 2026.

Art. 2º Esta resolução entrara em vigor na data de sua publicação.
Rancho Alegre D'Oeste, 31 de março de 2026.

ADRIELLY MARTINS SILVA
Presidente do CMS - RAO

Publicado por:
Vagner Duarte
Código Identificador:FB1A0A86

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 5.041, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Inclui no CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS o dia 20 de abril de 2026 como ponto facultativo municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a necessidade de se disciplinar o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal durante as datas comemorativas e feriados nacionais, estaduais e municipais;
CONSIDERANDO, por fim, que o ato próprio para se estabelecer feriado e ponto facultativo é o decreto;
DECRETA:

Art. 1º. Inclui-se no Decreto Municipal Nº 4.985/2025, o dia 20 de abril de 2026, como ponto facultativo municipal.
Parágrafo Único. A paralisação dos serviços nas repartições públicas municipais da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal deve ser cumprida pelos seus órgãos e entidades, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais e indispensáveis, tais como: limpeza e vigilância pública; bem como os que funcionem em regime de plantões como hospitais, postos de saúde e socorros urgentes.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.
Realeza, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:F2A21076

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.760/2026 31/03/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte dias), acrescidos de 60 (sessenta) dias de prorrogação

dessa licença a servidora **ALESSANDRA DOS SANTOS ANTUNES**, ocupante do cargo Efetivo de Agente de Coleta de Resíduos, a partir da data de 02 de abril de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:567F76CA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.761/2026 31/03/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido a servidora abaixo relacionada do cargo comissionado de Mãe Social, com fins retroativos a partir da data de 27/02/2026.

CLEONICE MARIA RAMPANELLI	Mãe social

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:FE7830AE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.762/2026 31/03/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido a servidora abaixo relacionada do cargo Efetivo de Professor de Educação Infantil, a partir da data de hoje 31 de março de 2026.
MARIA IZABEL RODRIGUES DE FREITAS

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:4ACAA7E2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.763/2026 31/03/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte dias), acrescidos de 60 (sessenta) dias de prorrogação dessa licença a servidora **ELISANDRA MARIA MOREIRA**, ocupante do cargo Efetivo de Professor de Educação Infantil, com fins retroativos a partir da data de 28 de março de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:C4E900BB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2025 EDITAL Nº 39 – CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, conforme Edital de Homologação Nº 05, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à R. Srg. Ramiro da Silva, S/N - Centro Cívico, Realeza - PR, 85770-000, no período da manhã (07h30 às 11h) ou no período da tarde (13h às 16h30min), no prazo improrrogável de cinco (05) dias úteis, contados a partir de sua convocação (01 a 07 de abril de 2026), munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

CARGO: MOTORISTA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POSIÇÃO**
1465	ROBSON FARIAS	26º

Realeza, 31 de março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

ANEXO I - CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:
Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;
Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber) Regularidade Fiscal;
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside;
Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha

residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal;
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu
Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:
( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura
SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2025.
ANEXO II
FICHA CADASTRAL

Nome: _____
Função: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Tipo Sanguíneo _____ PIS/PASEP: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____
Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____

Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.
DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____ _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) do CPF nº _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2025, para o cargo de _____, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao PSS prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2025, para o cargo de _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2025, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito PSS, conforme o Edital de Homologação nº 10/2025 , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:AA5CE2B6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2025 EDITAL Nº 12 – CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 02/2025, conforme Edital de Homologação Nº 08, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à R. Srg. Ramiro da Silva, S/N - Centro Cívico, Realeza - PR, 85770-000, no período da manhã (07h30 às 11h) ou no período da tarde (13h às 16h30min), no prazo improrrogável de quatro (05) dias úteis, contados a partir de sua convocação (01 a 07 de abril de 2026), munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO DE INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
1673	CRISTIANE CASAGRANDE QUINTEIRO	AC	9º
1710	MARCOS ANDRÉ DOS SANTOS	AC	10º

Realeza, 31 de março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Em Exercício

ANEXO I - CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:
Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;
Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber) Regularidade Fiscal;
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside;
Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal;
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:

( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura
SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2025.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL

Nome: _____
Função: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Tipo Sanguíneo _____ PIS/PASEP: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____

Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____

Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) do CPF nº _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de Monitor Educacional, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao PSS prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de_____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito PSS, conforme o Edital de Homologação nº 08/2025 , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:54ACA179

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 008/2026

SÚMULA: APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INCENTIVO PAS – PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REFERENTE AO ANO 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Realeza, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 686/95 de 06/09/95, em reunião extraordinária realizada no dia 30 de março de 2026, resolve:

Art. 1°- Aprovar a prestação de contas do Incentivo PAS – Piso único de Assistência Social, referente ao ano de 2025.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Realeza, 30 de março de 2026.

CAMILA EDUARDA LOPES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2A4A170A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - DISP. 12

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Processo dispensa N.º 12/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2026

ABERTURA: DIA 31/03/2026 ÀS 08:30 HORAS.

OBJETO: Aquisição de um novo Gerador de Raios-X compatível com o aparelho fixo da unidade Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida - HNSA de Realeza/PR, em substituição ao Gerador de Raios-X HF630, serial nº 0069, ano de fabricação 2016, atualmente inoperante para atender as necessidades da Secretaria de Saúde /Hospital Municipal de Realeza/PR.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S): MERCOSUL HEALTHCARE LTDA, ITEM 1, COM VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 60.830,00** (Sessenta Mil, Oitocentos e Trinta Reais).

REALEZA, AOS trinta e um dias de março de 2026.

HELOISE GOMES DE MORAES
Pres. Comissão Licitações

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:8A3BCBA3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISP. 12

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo dispensa nº 12/2026, cujo objeto é a Aquisição de um novo Gerador de Raios-X compatível com o aparelho fixo da unidade Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida - HNSA de Realeza/PR, em substituição ao Gerador de Raios-X HF630, serial nº 0069, ano de fabricação 2016, atualmente inoperante para atender as necessidades da Secretaria de Saúde /Hospital Municipal de Realeza/PR, mediante processo de dispensa, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS trinta e um dias de março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:38347A80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 – PMR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço do item.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de material médico hospitalares e equipamentos.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27 de abril de 2026 às 08h00min.

UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 31 de março de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:91AD9318

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026

Em análise ao processo de **Inexigibilidade nº 010/2026**, de 31 de março de 2026, atendendo solicitação da **Secretaria Municipal de Assistência Social,** no uso de suas atribuições a **Sra. Fabieli Manfredi,** Prefeita Municipal de Renascença – Pr, **HOMOLOGA** o procedimento com amparo no artigo 74, inciso I, da Lei 14133/21.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da assinatura do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado caso necessário.
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.456,89 (um mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos).
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DE 10.000 KM DO VEÍCULO HB20 PLACA SFA8C15 DO CONSELHO TUTELAR.**
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.
CONTRATADO: SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A, CNPJ/MF nº 11.596.056/0001-77, com sede à Rua Antonina, nº 475, cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
CONTRATANTE: Município de Renascença – PR.
Renascença – Pr, 31 de março de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:6AC0E90E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 2694, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Estabelece recesso nas repartições públicas municipais.

A Prefeita Municipal de Renascença, **Fabieli Manfredi**, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º 1º Fica estabelecido recesso nas repartições públicas municipais no dia 02 de abril de 2026, sem prejuízo da remuneração dos servidores.

Art. 2º O disposto neste Decreto aplica-se a todos os departamentos da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Caberá aos dirigentes dos órgãos e setores assegurar o funcionamento dos serviços considerados essenciais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:546CC46E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Concede gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva a servidora Marindia do Amaral da Silva Correa.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal nº 404 de 27 de junho de 1989,

R E S O L V E:

Conceder gratificação por Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva a servidora **Marindia do Amaral da Silva Correa**, matrícula nº 13684-1, **Assistente Social,** Nível 17- A**,** vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social**,** como coordenadora do CRAS, percebendo um adicional de 22% (vinte e dois por cento) sobre o vencimento básico a contar de 02 de março de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dia 02 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:86364199

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Designa a servidora Talita Daniele Colombo para a função de Supervisora Pedagógica dos Cinco primeiros Anos do Ensino Fundamental.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 73, Inciso VII, § 3º e Art. 74, § 4º da Lei Municipal nº 1101 de 15 de dezembro de 2009 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

Designar a servidora **Talita Daniele Colombo**, matricula nº 65211, **Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação,** Referência C-08, para a função de **Supervisora Pedagógica dos Cinco primeiros Anos do Ensino Fundamental,** percebendo 15% (quinze por cento) de gratificação com base no § 2º, do Artigo 74, com carga horária semanal de 40:00 horas, conforme dispõe a Lei Municipal 1101, de 15 de dezembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:61B2A156

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 109 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Rescinde o contrato de Flavia Cristina de Oliveira Alexandrino.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Rescindir, a pedido, o contrato de **Flavia Cristina de Oliveira Alexandrino**, matricula 169001, ocupante do cargo de **Farmacêutica Temporária**, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:F376A520

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 110 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Rescinde o contrato da servidora Sirlene Niejelski.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Rescindir, a pedido o contrato da servidora **Sirlene Niejelski**, matrícula nº 1001035, ocupante do cargo de **Professor com Licenciatura Plena Temporária**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na data de 31 de março de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:6C83259E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025 EDITAL Nº 037 DE 31 DE MARÇO DE 2026

1. A Prefeita do Município de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; artigo 236, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015, Lei Municipal nº 1939, de 09 de abril de 2025, Lei Municipal nº 1947 de 07 de maio de 2025, Lei Municipal nº 1950, de 21 de maio de 2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para que no **dia seguinte ao da publicação da presente convocação** compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença para assumir a vaga e assinar o contrato:

Cargo: **Professor 40h (Temporário)**

Classificação	Nome	Pontuação Final
04º	Vanete Ramos Boeno*	63,00

* Candidata optante por final de fila.

2. Os candidatos convocados de acordo com a ordem de classificação deverão apresentar-se no dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga e assinar o contrato, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, munido dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (filhos, conjugue, etc)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta.
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI – Carteira de Reservista (se sexo masculino)
XII- Apresentar todos os originais declarados para a prova de títulos no momento da inscrição para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.

III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).

3 - As declarações a que se referem os Incisos II e III do item 2 deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

4. Não ocorrendo a apresentação, os candidatos serão considerados desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. Os candidatos convocados que não aceitarem a vaga, poderão uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos classificados, desde que requeiram este reposicionamento.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:B0E65148

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057/2026 - CONCORRÊNCIA N.º 90002/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: TERNOUSKI ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 74.167.396/0001-00, com sede na AV XV DE NOVEMBRO, 2701 - CEP: 85140000 - BAIRRO: CENTRO.
LICITAÇÃO: Concorrência 90002/2026
OBJETO: : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA A FORNECER MÃO DE OBRA HABILITADA A EXECUTAR OS SERVIÇOS DE REFORMA DO BARRACÃO DO PÁTIO DE OBRAS, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO
VALOR TOTAL: R$ 91.700,00(Noventa e Um Mil e Setecentos Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:31 de março de 2026

Reserva do Iguaçu, 31 de março de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:B06743AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº: 016/2026 SÚMULA: CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 daLei OrgânicaMunicipal e legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme prevê o Art. 141 da Lei 682/2010, fica concedida Licença Sem Vencimento ao Sr. ADIR SIQUEIRA DE MOREIRA, inscrito no CPF nº: XXX.017.309-XX, ocupante do cargo efetivo de Operador Maquina Rodoviaria I, lotado junto à Secretaria Municipal de VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 27 de março de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:FCC8C684

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RESULTADO DO JULGAMENTO E LISTA DE CREDENCIADOS CREDENCIAMENTO Nº 0012026 - PROCESSO Nº 3.025/2025

RESULTADO DO JULGAMENTO E LISTA DE CREDENCIADOS
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – PROCESSO Nº 3.025/2025

A Agente de Contratação, Sra. Luciana Antunes Pereira, no uso de suas atribuições, torna pública o resultado do julgamento realizado na primeira reunião ocorrida em 26 de março de 2026, bem como à lista atualizada de credenciados no âmbito do Credenciamento nº 001/2026, oriundo do Processo nº 3.025/2025.
O presente credenciamento tem por objeto o **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e RESOLUÇÃO Nº 06 DO FNDE DE 08/05/2020",** conforme segue:

Lista de Credenciados classificados no Chamamento Público nº 001/2026

ITEM 001 - SERVIÇOS DE PEDREIRO	
CLASSIFICAÇÃO	**FORNECEDOR**
1º	**Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada Municipio de Reserva do Iguaçu-CNPJ: 11.393.513.0001/26**

Reserva do Iguaçu, 26 março de 2026.

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Agente de Contratação

ALESSANDRO DO ANJOS
Equipe de Apoio

SUELI LIMA DOS SANTOS
Equipe de Apoio

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:083DF87D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 006/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0062026
CHAMAMENTO PUBLICO Nº. 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3.025/2025

O Prefeito de Reserva do Iguaçu - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerado o Processo Licitatório nº 3.025/2025, a classificação do chamamento público, e os dispostos no art. 74 inciso IV da Lei Federal 14.133/2021, que julgou inexigível a Licitação para o **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e RESOLUÇÃO Nº 06 DO FNDE DE 08/05/2020", ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o resultado do processo de Inexigibilidade 005/2026, conforme segue:
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021

ITEM 001 - SERVIÇOS DE PEDREIRO	
CLASSIFICAÇÃO	**FORNECEDOR**
1º	**Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada Municipio de Reserva do Iguaçu-CNPJ: 11.393.513.0001/26**

Reserva do Iguaçu, 31 de março de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:18B26E00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 04/2026

PORTARIA Nº 04/2026
Recesso da Semana Santa

A Presidente da Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso das prerrogativas legais atribuídas pela Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Fica suspenso o Expediente na Câmara Municipal de Rio Azul nos dias 1º e 2 de abril de 2026 (quarta e quinta-feira da Semana Santa), que antecedem o feriado nacional do dia de sexta-feira santa, 3 de abril de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE!
CUMPRA-SE!
PUBLIQUE-SE!

Gabinete da Presidência do Legislativo Municipal,
Em Rio Azul, 30 de março de 2026.

A.A. JUSSARA MARTINS
Presidente

Publicado por:
José Augusto Gueltes
Código Identificador:16D20A9B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 21/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra RETIFICADO o Pregão ELETRÔNICO, nº. 21/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 15 de ABRIL de 2026, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a até às 07 hr 59 min do dia 15/04/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 15/04/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 31 de MARÇO de 2026.

Rio Azul, 31 de MARÇO de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:809F390E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 27/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra RETIFICADO o Pregão ELETRÔNICO, nº. 27/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 17 de abril de 2026, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O acolhimento das propostas comerciais ocorrerá até às 07 hr 59 min do dia 17/04/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 17/04/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 31 de março de 2026.

Rio Azul, 31 de março de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:3B3B8D87

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ERRATA DE MATÉRIA PUBLICADA DIA 21/03/2025, EDIÇÃO 3240 CODIGO IDENTIFICADOR 7D5713DD

ERRATA DE MATÉRIA PUBLICADA DIA 21/03/2025, EDIÇÃO 3240 CODIGO IDENTIFICADOR 7D5713DD
ONDE LIA-SE:
Prazo de documentação do contrato: de 20/03/2025 até 31/12/2025
PASSA A LER-SE:
Prazo de documentação do contrato: de 20/03/2025 até 30/03/2026

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:AB36BC5B

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 42/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: DANIELE DE FATIMA SGUARIO
OBJETO: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de auxiliar de serviços gerais para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, §1º, incisos V e VI, da Lei nº 1.186/2024, de 09 de abril de 2024, para desempenhar as atividades da função.
MOTIVO: Pedido de rescisão de contrato de trabalho pelo contratado.
DATA DA RESCISÃO: 30 de março de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:B5BA9BA3

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 21/2025
EDITAL PSS Nº 01/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ANDRESSA DE ANDRADE RISKE
OBJETO: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de Engenheiro Civil, para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, §1º, incisos V e VI, da Lei nº 1.186/2024, de 09 de abril de 2024, para desempenhar as atividades da função.
MOTIVO: Data final do contrato.
DATA DA RESCISÃO: 31 de março de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:0C7EE1CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Ponto Facultativo e Feriado em virtude das celebrações da Semana Santa, e dá outras providencias.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, **SR. JOSÉ DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.
DECRETA:
Art. 1º - Fica Decretado **ponto facultativo** na Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no dia 02 de abril de 2026 (quinta-feira).

Art. 2º - Fica reiterado o **feriado Nacional** no dia 03 de abril de 2026, sexta-feira da paixão.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 31 de abril de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:2B9E6DD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO 021-2026-RH

DECRETO Nº 021/2026

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivai, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS, conforme Decreto do Resultado Final nº 021/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica devidamente contratado a partir desta data, através de contrato por prazo determinado, pelo quadro pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, o candidato Sr OMAR ISER CASALS, aprovado no PSS através do Edital nº 014/2025, para a função de DENTISTA.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de março de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:B5FF171F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ATA 001/2026

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, realizou-se a 1ª reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Estiveram presentes as conselheiras Aline Souto Lopes (Presidente), Victoria Leticia Trevisan Borba, Raquel Stresser de Jesus e Ana Cristina Cordeiro, bem como a senhora Railda Faria, responsável pela apresentação das prestações de contas. A reunião teve como objetivo deliberar sobre as seguintes pautas: 1. prestação de contas dos recursos referentes ao Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância (prestação de contas final); 2. Incentivo ao Apoio à Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima (período anual de 01/01 a 31/12/2025); e 3. Incentivo ao atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), referente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2025. Inicialmente, foi apresentada a prestação de contas do recurso referente ao Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância, oriundo de cofinanciamento estadual, cujo repasse inicial ocorreu no ano de 2022. Foi informado que o recurso possuía saldo inicial aproximado de R$ 80.000,00, sendo realizadas despesas ao longo do período, devidamente comprovadas por notas fiscais. Ao final da execução, restou saldo aproximado de R$ 49.000,00, o qual não foi utilizado dentro do prazo legal. Destacou-se que os recursos estaduais possuem prazo de execução de até dois anos, podendo haver prorrogação, a qual já havia sido concedida neste caso, não sendo mais possível realizar nova reprogramação. Diante disso, foi informado que o valor remanescente deverá ser devolvido ao Estado, em razão da ausência de empenho dentro do prazo estabelecido. Também foram mencionadas despesas realizadas nos meses de janeiro e fevereiro, que não puderam ser custeadas com esse recurso, podendo ser assumidas com recursos próprios do município. Na sequência, foi apresentada a prestação de contas referente ao Incentivo à Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do acesso a produtos de higiene íntima, referente ao período anual de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025. Informou-se que o recurso está sendo executado junto ao público adolescente, especialmente no ambiente escolar, atendendo aproximadamente quarenta meninas por meio da distribuição de itens de higiene íntima. Entre os produtos adquiridos estão absorventes reutilizáveis, sendo relatado retorno positivo quanto à utilização pelas beneficiárias. Foi identificado saldo remanescente aproximado de R$ 908,00, sendo discutida a possibilidade de utilização desse valor para aquisição complementar de itens, com distribuição nos equipamentos da rede socioassistencial, como o CRAS, desde que haja processo licitatório vigente. Caso não seja possível a execução do saldo, o valor deverá ser devolvido conforme as normativas vigentes. A prestação de contas foi APROVADA por unanimidade. Dando continuidade, foi apresentada a prestação de contas do recurso referente ao Incentivo ao atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), referente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2025. Foi informado que o recurso foi devidamente executado, com despesas comprovadas e registradas conforme as exigências legais, não havendo apontamentos relevantes. Após análise, a prestação de contas foi aprovada por unanimidade pelas conselheiras presentes. Como encaminhamento, a presidente Aline Souto Lopes destacou a necessidade de realização de capacitação específica voltada à gestão de recursos do CMDCA, abordando temas como os tipos de recursos disponíveis, prazos de execução, possibilidades legais de aplicação, bem como os procedimentos de reprogramação e devolução de recursos. Foi sugerido que o CMDCA formalize solicitação para a realização de curso ou capacitação técnica, com o objetivo de qualificar conselheiros e equipe técnica, prevenindo prejuízos futuros, como a devolução de recursos por falta de execução. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz, secretária executiva dos conselhos, lavrei a presente ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO:

Aline Souto Lopes
Assinatura:

Loruana Ceccon Cavalheiro
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Flávia Michele Cumin Souza
Assinatura:

Salete Aparecida Faria
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Paola Caldas Ferracini
Assinatura:

Ana Cristina Cordeiro Marchioro
Assinatura:

PROCURADORIA MUNICIPAL
Victória Letícia Trevisan Borba
Assinatura:

Letícia Galdi Righi Ramos
Assinatura:

SOCIEDADE CIVIL
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA – APMI
Raquel Stresser de Jesus Pedroso
Assinatura:

Patricia Deiziele Vaz Correa
Assinatura:

COLÉGIO ESTADUAL MARIA DA LUZ FURQUIM
Eliane Geffer Machado Bruning
Assinatura:

Mariles do Rocio Cordeiro Paes
Assinatura:

Colégio Estadual Zacarias Cardoso de Cristo
Elaine Aparecida Viana
Assinatura:

Dirlei de Fátima Brande Martins
Assinatura:

Colégio Cívico Militar Manoel Borges de Macedo
Rafaela Sarnick Cavasssin
Assinatura:

João Roberto Costa Rosa
Assinatura:

CONVIDADOS PERMANENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:
Jonas Augusto da Silva
Assinatura:

Elisabete Elias dos Santos Raab

Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA
Danilo Felipe Rausis Pedroso
Assinatura:

Jennifer Fernanda Martins Stocchero
Assinatura

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:ACA6657E

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

"Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas, dos repasses Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância – período Prestação de Contas FINAL; Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima – período Anual 01/01 a 31/12/2025; Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida(LA) e Prestação de Serviços à Comunidade(PSC) – período Do pagamento até 31 de dezembro de 2025."

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO BRANCO DO SUL** (CMDCA/RBS), no uso de suas competências atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal N° 1.095/2015, e de acordo com deliberação em Reunião Ordinária do dia 27 de março de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º. APROVAR totalmente a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL do repasse Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou crianças de 0 a 06 anos de idade – Primeira Infância;

Art. 2º. APROVAR totalmente a prestação de contas do repasse Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima referente ao periodo anual de 01/01 a 31/12/2025;

Art. 3º. APROVAR totalmente a prestação de contas do repasse Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida(LA) e Prestação de Serviços à Comunidade(PSC) referente ao período donpagamaneto até 31 de dezembro de 2025;

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 27 de março de 2026.

ALINE SOUTO LOPES
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:84BF1B36

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N° 8.421/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, com base nos Artigos 41, I,

42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
UnidadeOrçamentária: 08.001	Departamento de Administração	
FuncionalProgramática: 08.001.0004.0122.0002.2011	**Atividade:** Ações de capacitação dos servidores.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 4.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 4.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
UnidadeOrçamentária: 08.002	Fundo de Assistência Social	
FuncionalProgramática: 08.002.0008.0245.0008.2058	**Atividade:** Ações de custeio e investimento de média e altacomplexidade (CREAS, Casa de Acolhimento, etc)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 4.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 4.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Município de Rio Branco do Sul, em 30 de março de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:13ABF024

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N° 8.422/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 551.065,32 (quinhentos e cinquenta e um mil, sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 551.065,32 (quinhentos e cinquenta e um mil, sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UnidadeOrçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
FuncionalProgramática: 12.001.0012.0367.0010.2088	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para osestudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00107 - Salário-Educação	R$ 275.532,66
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UnidadeOrçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
FuncionalProgramática: 12.001.0012.0365.0010.2084	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para osestudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00107 - Salário-Educação	R$ 275.532,66
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 551.065,32		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Município de Rio Branco do Sul, em 30 de março de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:229A588A

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N° 8.423/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 25.670,00 (vinte e cinco mil e seiscentos e setenta reais)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 25.670,00 (vinte e cinco mil e seiscentos e setenta reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
UnidadeOrçamentária: 13.002	Departamento de FomentoArtístico e Cultural	
FuncionalProgramática: 13.002.0013.0392.0003.2015	**Atividade:** Palco com apresentaçõesculturaisnosbairros e no interior.	
Elemento de Despesa	**Fontede Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoajurídica	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 25.670,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 25.670,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
UnidadeOrçamentária: 13.001	Coordenação de ApoioAdministrativo	
FuncionalProgramática: 13.001.0004.0122.0002.2011	**Atividade:** Ações de capacitação dos servidores.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoajurídica	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 7.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
UnidadeOrçamentária: 13.001	Coordenação de ApoioAdministrativo	
FuncionalProgramática: 13.001.0004.0122.0002.2011	**Atividade:** Ações de capacitação dos servidores.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoafísica	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
UnidadeOrçamentária: 13.001	Coordenação de ApoioAdministrativo	
FuncionalProgramática: 13.001.0004.0122.0002.2011	**Atividade:** Ações de capacitação dos servidores.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
UnidadeOrçamentária: 13.001	Coordenação de ApoioAdministrativo	
FuncionalProgramática: 13.001.0004.0122.0002.2011	**Atividade:** Ações de capacitação dos servidores.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 2.170,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		

UnidadeOrçamentária: 13.001	Coordenação de ApoioAdministrativo	
FuncionalProgramática: 13.001.0004.0122.0002.2002	**Atividade:** Ações para manter e ampliar a publicidade das ações da Administração Municipal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390930000 - Indenizações e restituições	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
UnidadeOrçamentária: 13.001	Coordenação de ApoioAdministrativo	
FuncionalProgramática: 13.001.0004.0122.0002.2002	**Atividade:** Ações para manter e ampliar a publicidade das ações da Administração Municipal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390920000 - Despesas de exercíciosanteriores	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		
UnidadeOrçamentária: 13.001	Coordenação de ApoioAdministrativo	
FuncionalProgramática: 13.001.0004.0122.0002.2002	**Atividade:** Ações para manter e ampliar a publicidade das ações da Administração Municipal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390470000 - Obrigaçõestributárias e contributivas	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 500,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 25.670,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Município de Rio Branco do Sul, em 30 de março de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:F07FCF3A

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N° 8.424/2026

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 476.286,15 (quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais e quinze centavos)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art.1º Fica aberto crédito adiciona suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 476.286,15 (quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais e quinze centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s)

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
UnidadeOrçamentária: 15.002	Departamento de PlanejamentoUrbano	
FuncionalProgramática: 15.002.0015.0452.0004.2022	**Atividade:**Implementação de ações de gestãourbana e fiscalização	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 23.912,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS		
UnidadeOrçamentária: 16.003	Departamento de Pavimentação	
FuncionalProgramática: 16.003.0016.0481.0007.2047	**Atividade:**Manutenção, com maquinárioprópriooualugado, e pavimentação das viasmedianteplanejamentoestratégico	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - RecursosOrdinários (Livres)	R$ 452.374,14
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 476.286,15		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1112500100 – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal, 1113034101 - Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte - Outros Rendimentos – Pode rExecutivo - Principal da fonte 0 – Recursos Ordinários (Livres) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Município de Rio Branco do Sul, em 30 de março de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:DA4874CF

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL N º 003/2026 – 35ª CONVOCAÇÃO –PSS Nº 001/2024 - SEMAD

KARIME FAYAD, PREFEITA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – CONVOCAR os candidatos, a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2024 - SEMAD:

Cargo/Função: EDUCADOR SOCIAL 12X36

CLASS.	NOME DO CANDIDATO
30º	**FABÍOLA DO NASCIMENTO TEIXEIRA**

Cargo/Função: EDUCADOR SOCIAL 40HS

CLASS.	NOME DO CANDIDATO
32º	**MIRELLE CRISTINE MOREIRA**
33º	**LEIDIANE TERENCIO DOS SANTOS**
34º	**RUTIHELE MARIA DOS SANTOS**

2-Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **01/04/2026 à 08/04/2026**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, paramanifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:

a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação **RG**;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
i) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
j) Número do PIS/PASEP;
k)Cópia Ctps(Carteira de Trabalho)
m) Cópia certificado Conclusão de Curso
n)Outros documentos listados no momento do ato convocatório

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, 31 de março 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:60091E3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 06/2026

"Determina à comissão constituída pelo Decreto nº. 8.254/2025,o arquivamento de Processo Administrativo de Disciplinar e dá outras providências".

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Relatório expedido pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em data de 12 de setembro de 2025;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico n.º 739/2025, emitido pela Procuradoria Geral do Município em data de 09 de dezembro de 2025 e;

CONSIDERANDO derradeiramente, a Decisão Administrativa emitida em 25 de março de 2026, pela Excelentíssima Secretária Municipal de Educação;

R E S O L V E:

Art. 1º Arquivar o Processo de Administrativo Disciplinarnº 004/2024, instaurado através da Portaria n.º 036/2024, publicada pela Secretaria Municipal de Educação na Edição 3144a, veiculada em 31/10/2024, através do Diário Oficial dos Municípios, diante da prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública em relação à servidora de matricula nº 72211-2

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação do Município de Rio Branco do Sul, 31 de março de 2026.

ELISANGELA RODRIGUES BAIDO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:EFAF11F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°003/2026

"Determina a instauração de Processo Administrativo Sancionatório em face da empresa MEDBLANC GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA - CNPJ 42.488.597/0001-05, para Apuração de Infrações, em razão do descumprimento de contrato administrativo"

A SECRETÁRIA MUNICIPA LDE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL,ESTADO DO PARANÁ ,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo em face da empresaMEDBLANC GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA - CNPJ 42.488.597/0001-05, em razão do descumprimento de cláusulas editalícias inerentes ao Credenciamento nº 3 de 2025 (Inexigibilidade de Licitação nº 24 de 2025) Contrato nº 29 de 2026 .

Art. 2º Para o cumprimento ao disposto no artigo anterior, a comissão processante será aquela nomeada pelo Decreto n.° 7.750/2025.

Art. 3º O Processo Administrativo Sancionatório tramitará de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 7.750/2025.

Art. 4º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposiçõesem contrário.

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde de Rio Brancodo Sul/PR, em 31 de março de 2026.

NICE ANDRÉIA DE MORAES ALMEIDA LARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:776B6B55

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 040 – PROCESSO N° 092/2026

Objeto: Aquisição de adaptadores de vídeo. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 31 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:015D62C9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 041 – PROCESSO N° 095/2026

Objeto: Aquisição de medicamentos veterinários. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 31 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:A3D5E698

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 028/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: A D HUERTA INFLAVEIS PROMOCIONAIS LTDA - CNPJ/MF sob n.º 47.121.027/0001-04, neste ato representada por ALEXIA DE LA HUERTA VIDIGAL, em decorrência do processo de licitação Dispensa de Licitação Presencial n.º 34/2026. OBJETO: Aquisição de Tenda Inflável para eventos e atividades ao ar livre. Vigência: 31/03/2026 até 01/05/2026. Execução: 30 (trinta) dias. Preço: R$ 24.990,00 (vinte e quatro mil e novecentos e noventa reais). Recursos:
07.001.0013.0392.0005.2026.34490521000000000000-463 Fonte 00000
Foro: Comarca de Rio Negro - PR.

Rio Negro, 30/03/2026.

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:B48F68D2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 88/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 38/2026

OBJETO: Contratação de empresa para divulgação sonora nos dias 10 e 11 de abril para chamamento da população para a Campanha de Vacinação da Influenza.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	SRV	DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADE - Serviço de divulgação de som por todos os bairros de Rio Negro, PR nos dias 10/04/26 (das 8h às 16h) e 11/04/26 (das 8h às 12h), para chamamento da população para Campanha de Vacinação da Influenza, a ser realizada dia 11/04/2026.	600,00	55.323.310 MARCIA VIANNA BONIN SCHULZ

Rio Negro, 31 de março de 2026 -

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:E0657990

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º 105/2025 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2025 REDIMENSIONAMENTO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, com endereço na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, bairro Seminário, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76002641/0001-47 neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87 e a **CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**, com sede na Rua Anélio Nicocceli, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim/SC, registrada no CNPJ /MF sob nº 03.620.927/0001-12, neste ato representada por MAURICIO VOGELSANGER, inscrito no CPF nº 638.924.309-00, tem entre si justo e acordado o seguinte Termo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – REDIMENSIONAMENTO DO OBJETO Atendendo à solicitação da CONTRATADA, com a anuência da CONTRATANTE e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria, fica reduzido o valor abaixo referente à prestação do serviço de** PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA DR. CELSO ANTONIO HENNING**.**

1 - Produto/Serviço **que consta** da planilha orçamentária e terá seu quantitativo reduzido					
Código	**Serviço**	**Unid**	**Qtde**	**Preço Unit.R$**	**Valor Total R$**
589000M (DER/PRC)	FORNECIMENTO DE CAP – CBUQ (QUANTIDADE MENOR QUE 10.000 TON)	ton	0,07	4.552,05	318,64
2 - Produto/Serviço **que consta** da planilha orçamentária e/ou projeto e não será necessário para a conclusão da obra.					
Código	**Serviço**	**Unid**	**Qtde**	**Preço Unit.R$**	**Valor Total R$**
09.02.11d (DAER/PRC)	ENSAIO DE MASSA ESPECÍFICA – IN SITU – MÉTODO FRASCO DE AREIA (GRAU DE COMPACTAÇÃO) – REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DIO SUBLEITO.	unid.	5,00	168,28	811,40
VALOR TOTAL A REDUZIR					**R$ 1.130,04**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL: 2.1. Considerando o redimensionamento do objeto contratual, este termo aditivo formaliza a redução do valor do contrato em **R$ 1.130,04** (mil cento e trinta reais e quatro centavos). 2.2. O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado nas seguintes dotações orçamentárias: **1220 – 13.003.15.451.0002.1.019.4.4.90.51.02.02 – Fonte 10264; 1134 – 13.003.15.451.0002.1019.4.4.90.51.02.02 – Fonte 10253. CLÁUSULA TERCEIRA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, na presença das testemunhas abaixo. Rio Negro, 27 de março de 2026

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:4E5FEF3A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 30 AO CONTRATO N.º 055/2021 REF. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 059/2021

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, com endereço na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, bairro Seminário, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76002641/0001-47 neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 277.395-7 e do CPF/MF sob n.º 936.249.729-87 e a **CONTRATADA:** Empresa **BRASILNETS COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua TORIBIO SOARES PEREIRA, nº 570, IRIRIU, na cidade de Joinville - SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.517.947/0001-28, neste ato representado por seu(ua) Procurador(a) Sr(a). **AMILTON CESAR DA CONCEICAO**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 683.929.159-68, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 055/2021, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** 1.1 O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do nº 055/2021, por parte da Administração, visando a troca da dotação orçamentária. **Dotação Orçamentária:** 1274 – 11.004.10.301.0008.2.135.3.3.90.40.97 – Fonte 494 - SUPERÁVIT. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores. Rio Negro PR, 31 de março de 2026

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:D7940E1D

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - PR - IPRERINE PORTARIA/IPRERINE N.º 05/2026

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 10-B, inciso I, da Lei n. 1.254/2001, e de conformidade o art. 123 da Lei n. 1.318/2002 c/c art. 11, §§ 2º e 3º, da Lei n. 1.254/2011,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder, a partir de 1º de abril de 2026, Adicional por Tempo de Serviço (ATS), correspondente a 1% (um por cento), incidente sobre o vencimento básico do servidor municipal do Quadro de Pessoal do IPRERINE, abaixo relacionado, em razão do cumprimento de 1 (um) ano de efetivo exercício no serviço público municipal:

Servidor	Cargo efetivo	Carga horária	Admissão
Ricardo Ratkovski Ferreira	Assistente de Administração "C"	40h	01.04.2024

Art. 2º. O Adicional por Tempo de Serviço concedido nos termos do art. 1º somar-se-á aos demais adicionais concedidos em anos anteriores.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 2026.

Rio Negro, 01 de abril de 2026.

ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
Diretora Executiva do IPRERINE

Publicado por:
Ana Paula Portes Chapiewski
Código Identificador:D152DBD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 151, 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA
Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	**Nome:**	**Localização do imóvel:**	**Condições de remissão:**
27.952/2025	Contribuinte: ROSANGELA FIRMINO VIANA	Rua Antônio Moraes de Almeida, nº 2.130, Res. Tomie Nagatani	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2022 a 2024.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 31 de Março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:11A19982

SECRETARIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA EDITAL 001/2024 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 66ª CONVOCAÇÃO DO PSS – CADASTRO RESERVA

CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DOS SEGUINTES CANDIDATOS

A Secretária Municipal de Educação de Rolândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, nos termos da Constituição Federal, art. 37, item IX, bem como da Lei Municipal nº 3.731 de 05 de novembro de 2015, e em conformidade com as Leis Municipais Complementares nº 055/2011, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal e nº 60/2011, que dispõe sobre Plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais do magistério e demais trabalhadores da educação do município de Rolândia;
Resolve,
Fazer pública para conhecimento dos interessados, em concordância com o Edital 001/2024 – PSS/SME e respectivo resultado final do PSS-SME, a convocação para entrega de exames médicos e apresentação de documentação dos candidatos aprovados e classificados.
Professor do Ensino Básico - 40 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CLASSIFICAÇÃO	**NOME**
180	ANA PAULA SOUZA DA SILVA
181	RAFAELA ALANA SOARES DA SILVA
182	TATIANA APARECIDA BARBOZA DA SILVA
183	ALINE FERRAGINI DE LIMA
184	ANA CAROLINA PEIXOTO

Agente Administrativo da Educação – **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CLASSIFICAÇÃO	**NOME**
62	ÉRIKA FELTRIN BERBEL
63	ELIZANGELA PEREIRA DE MOURA DE SOUZA

Os candidatos convocados deverão comparecer na data, horário e local abaixo especificado, munidos de comprovante original de identificação (com foto), atestado de médico clínico geral, emitido através de relatório devidamente identificado por CRM e Atestado de Vacinação atualizada, constante no Edital 001/2024.

DATA	01/04/2026
HORÁRIO	14:00 às 16:00
LOCAL	Rua Soshishi Sasaki, 804, Parque Industrial Roland

1. O atendimento será por ordem de chegada.

2. Os resultados das avaliações clínicas, apresentados pelos candidatos, poderão ser submetidos a uma avaliação de laudo oficial do município.
3. A Avaliação Médica terá caráter eliminatório, sendo os candidatos considerados aptos ou inaptos.
4. Caberá aos candidatos providenciar os itens solicitados, conforme estabelece o Edital 001/2024.
Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.
EXAMES MÉDICOS:
1. Comprovante de Vacinas (Atestado de Vacinação atualizado) e o atestado médicodeverão ser providenciados pelo próprio candidato.

Nota do Edital
11.12 Todos os candidatos poderão ser submetidos a uma Avaliação Clínica, sendo considerado inapto para o cargo ocupacional aquele que não gozar de boa saúde.

Lista dos seguintes documentos necessários:
01. Três Fotocópias dos documentos pessoais (RG, CPF, Título de Eleitor, comprovante de votação, ou justificativa, relativas à última Eleição ou Certidão de Regularidade emitida pela Justiça Eleitoral, e Carteira de Reservista);
02. Uma Fotocópia da Carteira de Trabalho, (mais recente possível) com cédula do PIS/PASEP (no caso dos modelos mais antigos);
03. Três Fotocópias da Certidão de Nascimento, se solteiro (a), ou de Casamento, se casado (a), divorciado (a) ou viúvo (a);
04. Três Fotocópias do Comprovante de Residência atualizado (últimos 60 dias, preferencialmente telefone residencial, porém contas de água e luz serão igualmente aceitas);
05. Três Fotocópias do Diploma de Escolaridade constando grau de instrução mínimo exigido para investidura no cargo prevista em Edital 001/2024;
06. Duas fotografias 3x4;
07. Certidão de Antecedentes Criminais;
08. Fotocópia do CPF e da Certidão de Nascimento dos filhos de até 21 anos para fins de eventuais deduções de Imposto de Renda (até 24 anos se estiver cursando alguma graduação em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC) e pagamento de Salário-Família para filhos menores de 14 anos, conforme proventos brutos a serem percebidos por V.S.;
09. Ficha Cadastral;
10. Declaração de não acúmulo de serviço público, conforme a Constituição Federal vigente;
11. Declaração de bens e valores. Declaração de Imposto de Renda atual supre o documento solicitado neste item;
12. Declaração de não demissão de serviço público;
13. Cópia da carteira de Vacinação dos filhos de até 05 anos;
14. Documentos originais utilizados para obtenção de pontuação no referido Processo Seletivo Simplificado (Escolaridade e tempo de serviço);

Os itens 09, 10, 11 e 12 estão disponíveis em:
https://www.rolandia.pr.gov.br/concursos_view/39
Observações: a) O local de residência e domicílio deverá ser comprovado por meio da apresentação do último talão de energia

elétrica e/ou de conta de água, expedidos em data anterior à nomeação e posse, ou por meio legal. O candidato deverá assinar, no ato da nomeação e posse, termo de responsabilidade indicando e afirmando o endereço completo de sua residência e domicílio. b) Será fornecido documento para abertura de Conta pela Diretoria de Recursos Humanos c) A documentação solicitada deverá ser entregue na Secretaria de Educação, para o cargo acima mencionado, no ato de sua nomeação e posse, sob pena de eliminação do processo seletivo na falta de algum item.

LEISE MÁRCIA DE MORAES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:64CECF32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO --- PREGÃO 20/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 20/2026**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de Preços para aquisição de fraldas descartáveis para pacientes atendidos na Unidade Básica de Saúde em condições de vulnerabilidade social e para crianças da escola municipal Criança Feliz CMEI nos termos conforme condições e exigências estabelecidas, pautado na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 100/2025

Data de entrega dos envelopes: 27/04/2026 às 08:29 horas no COMPRASGOV.

Data de abertura dos envelopes: 27/04/2026 às 08:30 horas no COMPRASGOV.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site http://www.salgadofilho.pr.gov.br ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 31 de março de 2026

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:04DB45FC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO – PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026 Processo Administrativo n° 15/2026

O Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Volmar Duarte, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, torna pública a retificação do Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2026, que tem como objeto a **Aquisição de Climatizadores Evaporativos**, nos seguintes termos:

1. DA ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ONDE SE LÊ:

Item 01:
Especificação: Climatizador evaporativo, vazão de ar 45.000m³/h, consumo de energia 1,05kwh, capacidade de água no reservatório 65L + rede, abertura de parede 140x140cm, dimensões total (AxLxP) 209x195x105cm, alimentação elétrica 220v, peso 152kg, gabinete em aço inox, distribuidor de ar com direcionamento horizontal e vertical, motor 1 CV, ruído máximo de 75dB, painel de led e controle remoto. Equipamento certificado pelo INMETRO. Garantia de 12 meses.
Valor unitário (R$): R$ 17.367,50
Valor total (R$): R$ 34.735,00

Item 02:
Especificação: Instalação completa
Valor unitário (R$): R$ 3.862,50
Valor total (R$): R$ 7.725,00

E/ou

Item 1:
Especificação: Climatizador evaporativo, vazão de ar 45.000m³/h, consumo de energia 1,05kwh, capacidade de água no reservatório 65L + rede, abertura de parede 140x140cm, dimensões total (AxLxP) 209x195x105cm, alimentação elétrica 220v, peso 152kg, gabinete em aço inox, distribuidor de ar com direcionamento horizontal e vertical, motor 1 CV, ruído máximo de 75dB, painel de led e controle remoto. Equipamento certificado pelo INMETRO. Garantia de 12 meses. Instalação completa do equipamento.
Valor unitário (R$): R$ 20.931,67
Valor total (R$): R$ 41.863,34

LEIA-SE:
Item 01:
Especificação: Climatizador evaporativo, vazão de ar 45.000m³/h, consumo de energia 1,05kwh, capacidade de água no reservatório 65L + rede, abertura de parede 140x140cm, dimensões total (AxLxP) 209x195x105cm, alimentação elétrica 220v, peso 152kg, distribuidor de ar com direcionamento horizontal e vertical, motor 1 CV, ruído máximo de 75dB, painel de led e controle remoto. Equipamento certificado compulsoriamente de acordo com Portaria nº 371 de 2009 do INMETRO, atualizado na Portaria 148/2022, que atesta a segurança elétrica e mecânica do equipamento. Garantia de 12 meses. Instalação completa do equipamento, compreendendo abertura da parede, materiais elétricos e hidráulicos necessários para instalação em distância máxima de 8 metros do ponto de instalação até o ponto de energia e hidráulico, com altura de instalação máxima de 3 metros de altura.
Valor unitário (R$): R$ 20.931,67
Valor total (R$): R$ 41.863,34

2. DA ALTERAÇÃO DAS DATAS DO CERTAME

ONDE SE LÊ:
CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Até 08:29 horas do dia de 01 de abril 2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 horas do dia de 01 de abril 2026

LEIA-SE:
CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Até 08:29 horas do dia de 24 de abril 2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 horas do dia de 24 de abril 2026

3. DISPOSIÇÕES FINAIS
Os demais dispositivos do edital permanecem iguais.

Salgado Filho - PR, 30 de março de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:BC97C5E7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 23/2026

Contrato Nº: 23/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: ENGEPAR COMERCIO E INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Valor.....: R$ 38.400,00
Vigência...: Início: 01/04/2026 Término: 01/04/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 14/2026
Recursos...: Dotação: 493 - 1 . 14003 . 20 . 661 . 18 . 1.7 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: Aquisição de equipamentos para sala de fermentação e maturação de salame com umidade controlada, para instalação em agroindústria de embutidos --- Reabertura Pregão Eletrônico N° 07/2026

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 31/03/2026

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:2B3A362F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 26/2026

Contrato Nº: 26/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: ELITE DIGITAL LTDA
Valor.....: R$ 147.633,01
Vigência...: Início: 01/04/2026 Término: 01/04/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 10/2026
Recursos...: Dotação: 621 - 1 . 9004 . 8 . 243 . 28 . 6.1 . 0 . 339030 Material de Consumo
620 - 1 . 9004 . 8 . 243 . 28 . 6.1 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: Aquisição de equipamentos eletrônicos atendendo a DELIBERAÇÃO Nº 013/2025 – CEDCA/PR e Programa PROCAD SUAS.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 31/03/2026

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:7867FC62

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESCISÃO Nº.: 01/2026 - CONTRATO Nº: 69/2025

Rescisão Nº.: 01/2026 - Contrato Nº: 69/2025
Contratante: Município de Salgado Filho
Contratada.: LUCAS SURDI
Licitação: Credenciamento Nº.: 17/2025
Recursos: Dotação: 201 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 339036 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas em condições de prestar serviços para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho-Paraná, 31 de março de 2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:444559FD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO --- CONTRATO Nº: 25/2026

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 25/2026

Na publicação do Extrato do Contrato Nº 25/2026, referente ao Credenciamento Nº 17/2025, veiculada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 31/03/2026, Edição 3500:
Onde se lê: Vigência...: Início: 01/04/2026 Término: 01/04/2026
Leia-se: Vigência...: Início: 01/04/2026 Término: 04/11/2026
Permanecem inalteradas as demais disposições.

Salgado Filho - PR, 31 de março de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:3146ABA6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
LEI Nº 15, DE 31 DE MARÇO DE 2026

LEI Nº 15, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Atualiza o padrão salarial dos cargos de Técnico em Enfermagem e de Dentista, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a fixar novo padrão salarial para o cargo de Técnico em Enfermagem, emprego público com vínculo celetista, que passará a receber a remuneração mensal de R$ 3.325,00 (três mil, trezentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a fixar novo padrão salarial para o cargo de Dentista, emprego público com vínculo celetista, que passará a receber a remuneração mensal de R$ 6.810,73 (seis mil, oitocentos e dez reais e setenta e três centavos).

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, observados os limites da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:67BC0ED5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 105, DE 31 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 105, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Concede Licença para Tratamento de Saúde para Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando atestado médico apresentado nesta data,

RESOLVE:
Artigo 1º - CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde de 15 (quinze) dias para a Servidora Pública Municipal **LUCIA DE**

OLIVEIRA DAMBROS (891), ocupante do cargo efetivo de Gari, a partir do dia 31 de março de 2026.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao trigésimo primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:4221AAC7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 106, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº. 106, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Exonera à pedido servidor público municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:
Artigo 1º- **Exonerar**, à pedido e a partir de 01 de abril de 2026, o servidor público municipal, **ALEXANDRE LEAL GROSS,** matrícula nº (1652), ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Obras, nomeado pela Portaria nº 56, de 22 de janeiro de 2025, do Quadro de Pessoal deste Executivo Municipal.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao trigésimo primeiro dia do mês março do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:1EDD2399

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2026

OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia voltados à topografia e agrimensura, para a realização de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral de trecho com extensão aproximada de 10 km, localizado na comunidade Linha São Jorge, no Município de Salto do Lontra/PR, com execução por meio de aerolevantamento (fotogrametria por aeronave remotamente pilotada RPA/drone).
CONTRATADO:	IVAN CARLOS BERTOLDO - ME
CNPJ:	11.376.846/0001-47
VALOR:	22.000,00
VIGÊNCIA:	31/03/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 31 de março de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:F0630F2E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2024

OBJETO:	Contratação de empresa especializada para realização de orientação técnica de instrumentos musicais com profissionais habilitados, no atendimento às atividades realizadas pela Secretaria educação esporte e cultura, e para secretaria municipal de assistência social para atender os projetos sociais do Município de Salto do Lontra PR
CONTRATADO:	MUSICOMANIA LTDA
CNPJ:	32.848.022/0001-00
VALOR:	Item nº 01 – R$ 77,52
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 31 de Março de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:C4FF33C1

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1330/2026

DECRETO Nº 1330, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido a Servidora Municipal LUANA GONZALES e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Exonera a pedido em 31/03/2026 a servidora municipal Sra. **LUANA GONZALES**, brasileira, portadora da matrícula 14990/1, admitida em 12/06/2024, ocupante do cargo de Professor 20h.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:6CA9B120

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1331/2026

DECRETO Nº 1331, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Declara vacância do cargo de Professor 20h, ocupado pela servidora municipal LUANA GONZALES e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professor 20h, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupado pela servidora municipal **LUANA GONZALES**, brasileira, portadora da Matrícula 14990/1, admitida em 12/06/2024, conforme decreto de exoneração nº 1330 de 31 de março de 2026.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:BDDE5A60

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1332/2026

DECRETO Nº 1332, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido a Servidora Municipal LUANA GONZALES e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Exonera a pedido em 31/03/2026 a servidora municipal Sra. **LUANA GONZALES**, brasileira, portadora da matrícula 16977/1, admitida em 02/02/2026, no processo seletivo 001/2025, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais – 20h**.**

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:42341236

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1334/2026

DECRETO Nº 1334, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Exonera a servidora municipal MARINA TAIS COSTA e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Exonera em 31/03/2026 a servidora municipal Sra. **MARINA TAIS COSTA**, brasileira, portadora da Matrícula 15709/1, admitida em 19/08/2024, ocupante do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 31 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:43F84D53

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 004/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas dos recursos do Piso Único de Assistência Social- PAS, referentes a 01/01 a 31/12/2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, de Salto do Lontra no uso de suas atribuições legais conferidas pela **Lei Municipal Nº 026/2017**, e em conformidade com as orientações que institui o CMAS, pela Lei 8.742/1993 (LOAS) e em conformidade com o Conselho Nacional de Assistência Social CNAS.

RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar a prestação de contas dos recursos oriundos do Piso Único da Assistência Social – PAS, recebidos pelo Município de Salto do Lontra- PR, referente ao período de 01/01 a 31/12/2025, conforme documentação enviada pela secretaria de Assistência Social e Cidadania.

Art. 2º - Determinar o envio desta resolução para os órgãos competentes e a sua publicação em meio oficial, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação

Salto do Lontra – PR, 31 de março de 2026

FABIANE DEITOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Márcia Franz
Código Identificador:AFB569D9

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 001/2026

SÚMULA: Aprovar as prestações de contas dos repasses ao atendimento de Crianças e Adolescentes para o Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, dos recursos do Fundo da Infância e Adolescente – FIA, relativos as resoluções do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA de Salto do Lontra-Pr, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas em Lei, e considerando a deliberação em plenária, realizada em 31 de Março de 2026:

Considerando a deliberação nº 47/2022 CEDCA/PR do Repasse: Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias Gestantes e/ou crianças de 0 a 6 anos – Primeira Infância, referente a Prestação de contas FINAL;
Considerando a deliberação nº 78/2022 do Repasse: Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Intima, referente ao período Anual 01/01 a 31/12/2025;
Considerando a deliberação nº 13/2024 CEDCA/PR do Repasse: Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços

à Comunidade(PSC), referência do pagamento até 31 de dezembro de 2025;
RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar as prestações de contas; I – Repasse: Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de Idade Primeira Infância – Prestação de contas Final; II – Repasse: Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do acesso a produtos de higiene íntima, Anual 01/01 a 31/12/2025; III – Repasse: Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida(LA) e Prestação de Serviços à Comunidade(PSC), referência do pagamento até 31 de dezembro de 2025;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto do Lontra – PR, 31 de Março de 2026

ANA LUIZA BUENO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Márcia Franz
Código Identificador:57D6E49A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 007/2026

RESOLUÇÃO Nº 007/2026

SUMULA: Aprovar Pactuação dos Indicadores 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Salto do Lontra, no uso de suas atribuições regulamentado conforme a Lei nº 020/1991, de 16 de setembro de 1991, e artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e;
Conforme a deliberação em plenária realizada no dia 26 de março de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar Pactuação dos Indicadores 2026.

Salto do Lontra, 31 de março de 2026.

Josi Mara Dallo
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 004/2026, nos termos do Parágrafo 2º, Art. 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

ELAINE GONÇALVES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elaine Gonçalves
Código Identificador:9A6F205B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº 08/2026
Processo: 31/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS
Valor estimado: 67.636,65 (Sessenta e Sete Mil, Seiscentos e Trinta e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 23/04/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 23/04/2026 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 23/04/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura do Município de Santa Amélia-PR (http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes) e no Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br

Pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

Santa Amélia-PR., 31/03/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:D01673F4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 028/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o requerimento protocolado sob nº 032/2026, de 31 de março de 2026.

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR,** a partir do dia 07 de abril de 2026, o servidor público municipal **JOÃO AUGUSTO RITA, matrícula 2711-1,** brasileiro, portador do RG. n. 4.874***-8/SSPPR e do CPF/MF n. 984.*85.***-68, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 31 de março de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:4D61DAD4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 187/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, /Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dispensa do serviço nos termos abaixo relacionados:

Alínea	Nome	Cargo	Motivo	Período
A	Luiz Walter Brasilino	Motorista de Veículos Pesados	Compensação por trabalho extra realizado.	22/04 a 24/04 , 27/04 a 30/04/2026 e 04/05 a 08/05/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 31 de março de 2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:E1595A03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº002/2026 - CMDPD/SCP

RESOLUÇÃO Nº002/2026 - CMDPD/SCP

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação do Plano de Aplicação do Recurso conforme deliberação nº.005/2025, referente ao Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Santa Cecília do Pavão (CMDPD), no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 984 de 16 de dezembro de 2020.
CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em reunião do CMDPD no dia 31 de março de 2026;
RESOLVE
Art. 1°. Aprovar o Plano de Aplicação do Recurso, conforme a deliberação 005/2025 COEDE/PR, referente ao repasse Fundo a Fundo para o Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná;
Art. 2°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, estando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE–SE E PUBLIQUE–SE.
Santa Cecília do Pavão, 31 de março de 2026.

LOURIVAL RIEDLINGER JUNIOR
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:7921EF5F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA Nº 017/2026

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR
MODALIDADE: DISPENSA Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026
TIPO: Menor Preço

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO, COM REGISTRO ATIVO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA (CRQ) E EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELOS SISTEMAS DE CONTROLE E VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA DESTINADA AO CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO, ABRANGENDO A ORIENTAÇÃO TÉCNICA E A RESPONSABILIZAÇÃO TÉCNICA RELATIVAS A 16 (DEZESSEIS) POÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO.

VALOR REFERÊNCIA: R$ 42.210,00 (quarenta e dois mil, duzentos e dez reais).
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/04/2026
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 02/04/2026 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 07/04/2026 às 17h00min
INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS DIAS)

SESSÃO DE JULGAMENTO: 08/04/2026 às 14h00.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
propostalicitacao@scmc.pr.gov.br
LINK DO EDITAL:
https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, no endereço
https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, sito à Avenida Paulo Libânio, n° 700, centro, neste município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, ou através do e-mail licitacao@scmc.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3900-3707, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 31 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:66911B69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 061/2026

Extrato do Contrato N.º 061/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: A.M. MANUTENÇÃO E REFRIGERAÇÃO HOSPITALAR LTDA-ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ de n.º 31.720.914/0001-50, com sede na Rua Do Enfermeiro, 482, Jardim Universidade I, CEP: 87.203-298, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná;
OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção corretiva, preventiva e revisão do sistema eletrônico, refrigeração e estrutural do equipamento Câmara de Conservação de Vacina Marca BIOTECNO. Recalibração do sensor controlador de Temperatura, através do calibrador mestre, certificado via RBC (Rede Brasileira de Calibração) com emissão de laudo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 4.605,00 (quatro mil seiscentos e cinco reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: início imediato após assinatura contrato;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º048/2026, Inexigibilidade nº 017/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 27 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:8EF7354E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 062/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 062/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: MA FERA ESPORTES LTDA-ME, inscrita no CNPJ de n.º 48.672.019/0001-00, 11 R Massato Morimatsu, 58, centro, CEP: 87.970-000, na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROVA DE CORRIDA DE RUA COM PERCURSO DE 7KM, INCLUINDO FORNECIMENTO, LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA, SERVIÇOS DE CRONOMETRAGEM ELETRÔNICA, ARBITRAGEM, SONORIZAÇÃO, SEGURO, ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO, INSCRIÇÕES, ENTREGA DE KITS, MEDALHAS, TROFÉUS E CAMISETAS PERSONALIZADAS, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO TRABALHADOR, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO, FOMENTO AGROPECUARIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.
VALOR estimada: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).
PRAZO DE ENTREGA: será no dia 01/05/2026.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas na Dispensa nº 012/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 27 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:4A880AF7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 063/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 063/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: 49.610.098 HENRIQUE LEAL LUIZ-ME, inscrita no CNPJ de n.º 49.610.098/0001-98, Rua Do Arquiteto – de 371/372 a 433/434, 390, Residencial Nova Itália II, CEP: 87.203-222, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA FESTA DO TRABALHADOR, DA COMEMORAÇÃO DO DIA DAS CRIANÇAS E DA FESTA DA AMIZADE, EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS E PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, FOMENTO AGROPECUÁRIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital.
VALOR estimada: R$ 38.999,99 (trinta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega será nos seguintes dias 30/04/2026, 01/05/2026, 09/10/2026.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas na Dispensa nº 011/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 26 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:34BC3295

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.883/2026

PORTARIA Nº 2.883/2026

SÚMULA: Nomeia o Sr. EDSON INACIO GONÇALVES, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2024;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o **Sr. EDSON INACIO GONÇALVES**, brasileiro, portador do RG n.º 7.---.----6 SSP/PR e do CPF/MF nº 047.---.----40, para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 01/04/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 31 de Março de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:4C18F695

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 002/2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Santa Cruz de Monte Castelo – PR
Lei Federal nº 8.069/90
Lei Municipal nº 004/02.

Resolução nº. 002/2026.

Súmula: Aprova a Prestação de Contas FINAL FIA/Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às famílias com gestantes e/ou crianças de 0 a 6 anos de idade-Primeira Infância do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 004/02, de 13 de março de 2002, em reunião extraordinária realizada no dia 31 de março de 2026, Ata nº 0254.
Resolve:

Art. 1ª- Aprova a Prestação de Contas FINAL do FIA/Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às famílias com gestantes e/ou crianças de 0 a 6 anos de idade-Primeira Infância do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo.
Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 31 de março do ano de 2026.

MARIA ANTÔNIA MANZATI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:93B575EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 003/2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Santa Cruz de Monte Castelo – PR
Lei Federal nº 8.069/90
Lei Municipal nº 004/02.

Resolução nº. 003/2026.
Súmula: Aprova a Prestação de Contas ANUAL do FIA/Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio de Acesso a Higiene Intima do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo, referente a 01/01 a 31/12/2025.
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 004/02, de 13 de março de 2002, em reunião extraordinária realizada no dia 31 de março de 2026, Ata nº 0254.
Resolve:

Art. 1ª- Aprova a Prestação de Contas ANUAL do FIA/Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio de Acesso a Higiene Intima do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo, referente a 01/01 a 31/12/2025.
Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 31 de março do ano de 2026.

MARIA ANTÔNIA MANZATI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:633AA734

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 004/2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Santa Cruz de Monte Castelo – PR
Lei Federal nº 8.069/90
Lei Municipal nº 004/02.

Resolução nº. 004/2026.
Súmula: Aprova a Prestação de Contas ANUAL do FIA/Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com Deficiência do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo referente 01/01 a 31/12/2025.
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 004/02, de 13 de março de 2002, em reunião extraordinária realizada no dia 31 de março de 2026, Ata nº 0254.
Resolve:

Art. 1ª- Aprovar a Prestação de Contas ANUAL do FIA/ Projeto Parque Acessível para crianças e adolescentes com Deficiência do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo, referente 01/01 a 31/12/2025.
art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 31 de março do ano de 2026.

MARIA ANTÔNIA MANZATI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:4F35D89B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 c/c Decreto Municipal n.º2.430/2024 e Decreto Municipal n° 2.435/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/21, da empresa abaixo:

Objeto: **AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS DESTINADAS À CAMPANHA ABRIL VERDE, EM ATENÇÃO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.

Resolve: Adjudicar em favor das seguintes pessoas jurídicas:

Empresa: D.H.BRINQUEDOS E CONFECÇÃO LTDA-, inscrita no CNPJ de n.º 59.783.143/0001-60, Rua João Teodoro Machado, 77, Residencial Alcides Jurasrek Luccehetti, CEP: 86.925-000, na cidade de Borrazopolis, Estado do Paraná, com valor total de R$ 3.043,00 (três mil e quarenta e três reais);

ITEM	DESCRITIVO	UNIDADE	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	CAMISETA MANGA CURTA, GOLA REDONDA TECIDO PV 67% POLIESTER, 33% VISCOSE, COR VERDE, GOLA DA MESMA COR DA CAMISETA, SENDO PERSONALIZADA PARA A CAMPANHA ABRIL VERDE, TENDO A LOGO DO PROVIGIA ESTAMPADA NO BRAÇO DIREITO. TAMANHO ADULTO (PP AO G3), CONFORME INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO. A ARTE DEVERÁ SER DESENVOLVIDA PELA EMPRESA E ENVIADA A SECRETARIA SOLICITANTE PARA APROVAÇÃO PRÉVIA. Marca D.H. Brinquedos.	UND	120	R$ 17,90	R$ 3.043,00

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.
Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 31 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:69F8DB22

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 82/2026

Dispõe sobre o processo para a escolha de Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino de Santa Fé, a partir dos critérios técnicos de mérito e desempenho e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o novo FUNDEB e estabelece, em seu art. 14, § 1º, inciso I, como condicionalidade para o repasse da complementação da União, o provimento da função de gestor escolar com base em critérios técnicos de mérito e desempenho ou mediante escolha com participação da comunidade escolar dentre candidatos previamente aprovados;
Considerando o disposto na Lei nº 1.618, de 03 de novembro de 2011, bem como as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 003, de 28 de agosto de 2025;

DECRETA

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Santa Fé, o procedimento para a seleção de candidatos à função de Diretor Escolar, com base em critérios técnicos de mérito e desempenho.
§ 1º O processo será regulamentado por edital específico.

Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes instituir, por meio de portaria, a Comissão Especial responsável pelo Processo de Habilitação.
§ 1º A Comissão será composta por:
I – 01 (um) representante da Educação Infantil;
II – 01 (um) representante do Ensino Fundamental;
III – 01 (um) representante administrativo da Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º A Comissão elegerá um(a) Presidente e um(a) Secretário(a).
§ 3º O edital será publicado no Portal da Transparência e nos meios oficiais do Município.

Art. 3º Poderão participar do processo os profissionais do magistério em efetivo exercício que atendam aos seguintes requisitos:
I – estar lotado e em exercício na unidade escolar para a qual se inscrever.

Art. 4º O processo de seleção será composto por:
I – análise de títulos;
II – apresentação e avaliação de Plano de Gestão;
III – demais análises previstas em edital, se necessário.

Art. 5º A análise de títulos terá caráter classificatório e considerará a formação acadêmica, experiência profissional e cursos de aperfeiçoamento na área educacional.
§ 1º Serão considerados, entre outros, os seguintes critérios:
I – comprovar efetivo exercício na rede municipal de ensino de Santa Fé por, no mínimo, 5 (cinco) anos;
II – possuir formação em Curso de Pedagogia devidamente concluído;
III – possuir curso de especialização em Gestão Escolar ou área equivalente, devidamente concluído;
IV – apresentar plano de ação, elaborado conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação, o qual será submetido à análise de Comissão designada por decreto.
§ 2º A pontuação dos títulos será definida em edital.

Art. 6º O Plano de Gestão deverá ser elaborado pelo candidato e apresentado à Comissão Especial, conforme critérios estabelecidos em edital.
§ 1º O Plano de Gestão deverá contemplar, no mínimo:
I – diagnóstico da realidade da unidade escolar;
II – metas e estratégias para melhoria da aprendizagem;
III – ações voltadas à gestão pedagógica, administrativa e financeira;
IV – propostas de fortalecimento da participação da comunidade escolar;
V – estratégias de acompanhamento e avaliação dos resultados.
§ 2º A avaliação do Plano de Gestão considerará critérios como:
I – coerência com as políticas educacionais do município;
II – viabilidade das propostas;
III – clareza, objetividade e organização;
V – foco na melhoria dos indicadores educacionais.

Art. 7º Os candidatos habilitados nas etapas previstas poderão participar de consulta à comunidade escolar, ou nomeados pelo chefe do poder executivo, conforme disposto em edital e legislação vigente, observando-se a ordem de classificação e os resultados do processo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 30 de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:C9F4C928

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

RESUMO DA QUARTA REUNIÃO PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS INTERESSADAS NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025-PMSF, INEXIGIBILIDADE 022/2025-PMSF, CUJO OBJETO DO **CHAMAMENTO PÚBLICO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, VOLTADOS À EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM ALVENARIA E MANUTENÇÃO EM ESPAÇOS E PRÉDIOS PÚBLICOS, DE FORMA CONTÍNUA E CONFORME DEMANDA, NO PERÍODO DE 12 MESES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR**.

Ao dia 31 de março de 2026, às 09h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, na Avenida Presidente Kennedy, 717, reuniram-se o Agente de Contratação Maykon Raffael Corcette da Silva e a equipe de apoio integrada por Adriana Pereira dos Reis dos Santos e Regina Doriana Grolla, designados pela Portaria nº 010 de 09 de janeiro de 2025, para a análise dos documentos de habilitação de empresas interessadas na licitação em epígrafe, autorizada pelo Senhor Prefeito Municipal. O Agente de Contratação e a Equipe de Apoio atestaram, até a presente data e horário, o protocolo de credenciamento da seguinte empresa: **01 – ISRAEL ALVES - MEI, inscrito no CNPJ: 14.260.218/0001-90, protocolo nº 934/2026**. Após a análise dos documentos de habilitação da empresa, constatou-se que a empresa apresentou todas as documentações exigidas no edital sendo declarada habilitada. Segue a Classificação no Lote Único, conforme ordem de Protocolo de credenciamento das empresas até a presente data. Conforme subitem 5.1.2 do Edital, a referida empresa ocupa o 6º (quinto) lugar no rodízio de prestação dos serviços.

CLASSIFICAÇÃO LOTE ÚNICO (TERMO DE REFERÊNCIA)
01 – RINALDO FERREIRA DA CRUZ – MEI, CNPJ: 54.729.114/0001-04
02 – JOSE CARLOS HONORIO – MEI, CNPJ: 63.266.408/0001-20
03 – RAFAEL DOS SANTOS ALVES – MEI, CNPJ: 29.606.135/0001-87
04 – VALMIR TADEU DA ACENCAO – ME, CNPJ: 32.850.458/0001-26
05 - TIAGO DE ACENCAO DOS REIS – ME, CNPJ: 65.564.370/0001-05
06 - ISRAEL ALVES – MEI, CNPJ: 14.260.218/0001-90

Nada mais havendo, eu, Maykon Raffael Corcette da Silva, Agente de Contratação, dei por encerrada a presente reunião e lavrei o presente documento que segue assinado por mim e membros da Equipe de Apoio.

MAYKON RAFFAEL CORCETTE DA SILVA
Agente de Contratação

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Equipe de Apoio

REGINA DORIANA GROLLA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:67F559CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2027

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, nas dependências da sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, foi realizada a primeira audiência pública destinada à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2027. A audiência teve caráter preparatório, visando à discussão inicial das diretrizes que nortearão a elaboração do orçamento municipal para o exercício subsequente, abrangendo a definição de metas fiscais, projeções de receitas e despesas, limites com gastos de pessoal, bem como demais parâmetros legais e técnicos exigidos pela legislação vigente. Estiveram presentes o Prefeito Municipal, Sr. Edson Palotta Netto; o Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Geovani Minanti; o Contador Municipal, Sr. Marcelo Reginaldo Ferreira; e a servidora Amanda dos Santos Fabrin Bottan, agente da Diretoria de Planejamento, responsável pela condução técnica dos trabalhos junto às secretarias municipais. Registrou-se, ainda, a presença de vereadores, dentre eles os vereadores Alexandre e Rodrigo e as vereadoras Célia, Nuhad e Viviane, além da chefia de gabinete, secretários municipais dos diversos órgãos e seus respectivos assessores. Apesar de regularmente convocada por meio das redes sociais oficiais e do Diário Oficial do Município, não houve comparecimento da população em geral.

O Prefeito Municipal abriu a audiência cumprimentando aos presentes, destacando a relevância da participação do Poder Legislativo no processo de planejamento orçamentário e enfatizando a importância da integração entre os poderes para assegurar transparência e eficiência na gestão pública. Na sequência, a palavra foi concedida ao Contador Municipal, Sr. Marcelo Reginaldo Ferreira, que conduziu a exposição técnica acerca da LDO.

Em sua explanação, o contador destacou que a LDO constitui instrumento fundamental de planejamento, derivando diretamente das diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, previamente aprovado. Esclareceu que a LDO delimita as ações a serem executadas no exercício de 2027, funcionando como elo entre o planejamento estratégico de médio prazo e a execução orçamentária anual. Ressaltou que todas as ações governamentais, inclusive aquelas desenvolvidas pela Câmara Municipal e pelo Fundo de Previdência, devem estar contempladas na LDO, sob pena de inviabilizar sua execução futura. Pontuou, ainda, a necessidade de que as secretarias municipais realizem planejamento realista, baseado nas condições efetivas do município, evitando a inclusão de programas inexequíveis. Enfatizou que o cenário econômico atual impõe restrições significativas à administração pública em âmbito nacional, exigindo prudência, responsabilidade fiscal e rigor técnico na definição das prioridades. Durante a exposição, foi ressaltado que a administração pública deve observar estritamente os limites legais, atuando conforme o princípio da legalidade, e que o planejamento é elemento essencial para garantir a continuidade e a eficácia das políticas públicas. Nesse contexto, destacou-se o papel da Diretoria de Planejamento no suporte técnico às secretarias para consolidação das informações necessárias. O contador também alertou para os prazos legais, especialmente quanto à necessidade de protocolar o projeto de lei da LDO na Câmara Municipal até o dia 15 de abril, enfatizando a importância do envio tempestivo das informações por parte das secretarias, a fim de viabilizar a adequada consolidação dos dados no sistema municipal. No tocante ao controle externo, foram apresentados esclarecimentos acerca da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com destaque para a implementação do sistema PROGOV, que amplia o foco da fiscalização para a efetividade das políticas públicas, avaliando não apenas o cumprimento de índices constitucionais, mas também a qualidade do gasto público e os resultados entregues à população. Ressaltou-se que o tribunal vem intensificando a análise qualitativa dos programas governamentais, exigindo detalhamento minucioso das ações, incluindo público-alvo, objetivos, justificativas e indicadores de desempenho. Ainda nesse contexto, foi mencionada a evolução normativa que exige maior detalhamento nas emendas impositivas do Legislativo, demandando justificativas específicas quanto à destinação dos recursos, o que evidencia o crescente rigor na gestão e controle das finanças públicas.

Na sequência, o Secretário de Fazenda, Sr. Geovani Minanti, complementou as informações, relatando sua participação em evento estadual voltado ao planejamento público, no qual foi reforçada a tendência de ampliação das áreas avaliadas pelos órgãos de controle, incluindo também o Poder Legislativo por meio do sistema ProLegis. Destacou que as avaliações do ProGov tendem a se expandir tanto em escopo quanto em profundidade, exigindo maior preparo técnico dos servidores envolvidos na execução das políticas públicas.

Durante os debates, foram registrados diversos questionamentos e respectivas respostas, os quais passam a integrar a presente ata. Inicialmente, houve questionamento por parte de representante do Poder Legislativo acerca da possibilidade de inclusão, na LDO, de projetos relacionados à remodelação da estrutura física da Câmara Municipal. Em resposta, foi esclarecido que o Legislativo não possui competência para execução direta de obras, devendo eventuais intervenções estruturais serem realizadas pelo Poder Executivo, com posterior cessão de uso ao Legislativo. Destacou-se, ainda, que o repasse financeiro ao Legislativo está limitado a até 7% de determinadas receitas municipais, sendo facultado à Câmara solicitar percentual inferior conforme suas necessidades. Outro ponto levantado referiu-se à necessidade de previsão de programas vinculados a convênios estaduais e federais, visando evitar constantes suplementações orçamentárias. Em resposta, esclareceu-se que, embora os programas possam ser previstos, a inclusão de recursos depende da formalização dos convênios, o que frequentemente ocorre após a aprovação do orçamento, tornando inevitável a realização de ajustes posteriores. Também foram debatidas as dificuldades relacionadas à execução de convênios que exigem contrapartida financeira do município. O Prefeito Municipal destacou o expressivo volume de recursos estaduais em tramitação, estimado em aproximadamente setenta milhões de reais, alertando, contudo, para a necessidade de disponibilidade de recursos próprios para cumprimento das contrapartidas. Nesse contexto, foi discutida a possibilidade de contratação de operações de crédito, observando-se que tais recursos somente podem ser utilizados para investimentos, sendo vedada sua destinação ao pagamento de dívidas, como precatórios. A respeito da situação fiscal, foi informado que o município possui compromissos relevantes, incluindo precatórios que podem alcançar aproximadamente dois milhões e meio de reais até o final do exercício 2026, além de despesas correntes elevadas, especialmente com folha de pagamento, que já ultrapassa três milhões de reais mensais. Ressaltou-se que o orçamento municipal se encontra majoritariamente comprometido com despesas de manutenção, limitando a capacidade de investimento com recursos próprios. Outro questionamento abordou a sustentabilidade de novos equipamentos públicos, como creches e unidades de saúde, sendo enfatizado que, além do investimento inicial, é imprescindível considerar os custos permanentes de manutenção e pessoal, reforçando a necessidade de planejamento de longo prazo. Adicionalmente, discutiu-se a composição das receitas municipais, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), evidenciando-se limitações decorrentes do coeficiente populacional e da distribuição dos recursos federais, bem como os impactos da queda na arrecadação.

Por fim, foi reiterada a importância do planejamento estratégico, da cooperação entre os setores da administração e do cumprimento rigoroso dos prazos e exigências legais, destacando-se que a efetividade da gestão pública depende diretamente da qualidade das

informações fornecidas pelas secretarias e da capacidade de execução dos programas planejados. Foi definido, que as secretarias deverão encaminhar suas contribuições até o dia 08 de abril, ficando prevista a realização da segunda audiência pública no dia 10 de abril, ocasião em que será apresentada a versão consolidada da LDO.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente audiência, sendo por mim, Amanda dos Santos Fabrin Bottan, secretária ad-hoc, lavrada a presente ata para registro e transparência. Esta segue assinada pelo Prefeito Municipal, Secretário de Fazenda e Contador Municipal para que surtam os efeitos legais.

Santa Fé, 25 de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

GEOVANI MINANTI
Secretário de Fazenda

MARCELO REGINALDO FERREIRA
Contator Municipal

AMANDA DOS SANTOS FABRIN BOTTAN
Secretária AD-HOC

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:7D1BB530

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO APROVAR, A PEDIDO, A DESISTÊNCIA DA LICENÇA ESPECIAL PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DE ADRIANA DA SILVA SCHERER.

PORTARIA Nº 15.825
Data: 01.04.2026

Aprovar**,** a pedido, a desistência da Licença Especial para Tratar de Interesses Particulares de Adriana da Silva Scherer.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento formal da servidora ADRIANA DA SILVA SCHERER, no qual solicita o retorno antecipado às suas atividades, com a desistência do período restante da Licença Especial para Tratar de Interesses Particulares;

CONSIDERANDO, que a servidora declarou estar apta ao exercício de suas funções, manifestando interesse em reassumir o cargo de forma imediata;

CONSIDERANDO, a manifestação favorável da Secretaria competente, que analisou e autorizou o retorno antecipado da servidora;

CONSIDERANDO, a necessidade do serviço público, especialmente em razão da insuficiência de profissionais e da continuidade dos serviços prestados à população;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, a pedido da servidora, nos termos do art. 154 da Lei Complementar nº 24 de 19.12.2022, a desistência do período restante da Licença Especial para Tratar de Interesses Particulares concedida a Servidora Municipal **ADRIANA DA SILVA SCHERER,** CPF. nº 018.***.***-84, Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Saúde, licença esta concedida através da Portaria nº 15.463 de 18.07.2025, a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 2º - A presente Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 01 de abril de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:8012A27C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
ATA DE CREDENCIAMENTO N° 06/2026

ATA DE SESSÃO PÚBLICA Nº 06/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços elétricos, compreendendo a disponibilização de eletricista e auxiliar de eletricista, bem como a disponibilização de caminhão Munck, com e sem cesto aéreo, incluindo operadores devidamente habilitados, destinados à execução de instalações, manutenções preventivas e corretivas, reparos, adequações técnicas e apoio operacional em sistemas elétricos, a serem realizados em prédios públicos, vias públicas e demais unidades pertencentes ou vinculadas à Administração Pública Municipal, conforme demanda. A contratação será realizada por meio de credenciamento, com lotes independentes, permitindo a habilitação de uma ou mais empresas por lote, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, com vigência de 12 (doze) meses.

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, reuniram-se a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Senhora **Camila de Carli Grabovski**, e os membros, Senhoras Clenir Teixeira e Cristiane Pinto, designados pela Portaria 15.635, de 13 de novembro de 2025, para os procedimentos inerentes à presente sessão. O Aviso de Licitação do presente procedimento licitatório foi devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 06 de março de 2026, no Diário Oficial do Paraná no dia 06 de março de 2026, no Diário Oficial da União no dia 09 de março de 2026 e no Jornal Novo Tempo no dia 10 de março de 2026.

A Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria 15.635, de 13 de novembro de 2025, analisou a documentação das proponentes, conforme descrito a seguir:

CREDENCIADO 03	
01 - Dados do Fornecedor	
Razão Social: GIACOMOLLI SERVICOS LTDA	
CNPJ: 08.400.804/0001-90	
Endereço: Avenida Getulio Vargas, nº 3382	
Bairro: São Jose	Cep: 85.770-000
Cidade: Realeza	UF: PR
02 - Dados do Representante	
Nome: Ederson Renato Pozzebon Giacomolli CPF: 038.363.379-67	

Na sequência do certame licitatório, foi solicitado da Proponente, em conformidade com o constante acima, conforme critérios estabelecidos no Edital, para apresentar o envelope contendo os documentos de habilitação. Após terem sido analisados pela presidente da Comissão de Licitação e membros, constatou-se que a preponente apresentou todos os documentos solicitados em consonância com o estabelecido no Edital deste procedimento licitatório e, por consequência, foi considerada **HABILITADA**.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos presentes.

CAMILA DE CARLI GRABOVSKI
Presidente da CPL

CLENIR TEIXEIRA
Membro da CPL

CRISTIANE PINTO
Membro da CPL

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:E846787F

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 90022

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2026

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h30 do dia 22 de abril de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, 731, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO**. **OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de container de lixo a serem destinados a prédios, praça e vias públicas destinados a atender as necessidades de todas as secretarias municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h30 do dia 22 de abril de 2026, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.

Santa Izabel do Oeste – PR, 31 de março de 2026

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:277629C1

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE, A SERVIDORA KARINA BELLO DOS SANTOS OLIVEIRA, A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

PORTARIA Nº 15.823
Data: 01/04/2026

Concede, a servidora KARINA BELLO DOS SANTOS OLIVEIRA, a prorrogação de Licença à Gestante.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob o nº 0104/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Prorrogação da Licença à Gestante, nos termos da Lei nº 1.561, de 17 de março de 2014 e art. 146 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, a servidora pública municipal relacionada a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO		
NOME	**Nº CPF**	**PERÍODO**
KARINA BELLO DOS SANTOS OLIVEIRA	101.***.***-22	31/03/2026 a 29/05/2026

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 31 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 01 de abril de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:D93F6AA5

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDER, À SOLANGE KINDZERSKI, A FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DA SAÚDE MENTAL.

PORTARIA Nº 15.826
Data:01.04.2026

Conceder, à SOLANGE KINDZERSKI, a Função Gratificada de Diretor da Saúde Mental.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a necessidade de aprimorar a gestão pública municipal, visando maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços de saúde mental;

CONSIDERANDO, a necessidade de assegurar o adequado planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas de saúde mental no Município, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO, a importância da integração entre os serviços de saúde e de assistência social, bem como do fortalecimento da Atenção Primária, por meio de ações voltadas à prevenção, promoção e recuperação da saúde mental da população;

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER, a Servidora Pública Municipal**, SOLANGE KINDZERSKI,** CPF nº 041.***.***-17, nos termos da Lei nº 2.807 de 19.08.2025, Anexo II, Art. 21, § 5º, Função Gratificada de **Diretor da Saúde Mental**, com percentual de 30% (trinta por cento) sobre o salário base, a partir 01 de abril de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigência na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 01 de abril de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:E8AB573C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DECLARA VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA MARIA SIRLEI PINTO, POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

PORTARIA Nº 15.827
Data: 01.04.2026

Declara Vacância do Cargo Público da servidora MARIA SIRLEI PINTO, por Aposentadoria por Invalidez.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, artigo 56 da Lei complementar nº 24 de 19.12.2022 e inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a comunicação de decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que reconheceu a incapacidade laborativa definitiva da servidora;

CONSIDERANDO, que a perícia médica do INSS concluiu pela incapacidade permanente para o trabalho, sem possibilidade de reabilitação profissional, indicando a concessão de Aposentadoria por Incapacidade Permanente (Aposentadoria por Invalidez);

CONSIDERANDO, a concessão do benefício previdenciário à servidora, conforme decisão datada de 19 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR a vacância do Cargo Público de Agente Comunitário de Saúde - ACS, 40 horas semanais, ocupado pela servidora **MARIA SIRLEI PINTO** CPF. Nº 020.***.***- 35, a qual foi nomeada pela Portaria nº 8.190 de 12 de abril de 2010, em consequência de Aposentadoria por Invalidez, a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 01 de abril de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:4A312AA3

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.° 02/2025, DE 30 DE MAIO DE 2025. EDITAL Nº 13/2026 – QUINTA CHAMADA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.° 02/2025, de 30 de maio de 2025.
EDITAL Nº 13/2026 – QUINTA CHAMADA

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Regulamento Geral de Concursos e Editais de Concurso nº 02.01/2025, 02.02/2025, 02.03/2025, 02.04/2025, 02.05/2025, 02.06/2025, 02.07/2025, 02.08/2025 e o disposto no inciso II, Art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que o candidato abaixo listado foi aprovado no certame;

CONSIDERANDO, a necessidade de reposição do quadro de servidores públicos municipais, em decorrência de pedidos de exoneração e outras formas de desligamento;

CONSIDERANDO, a necessidade da Administração Pública Municipal em atender ao interesse público, assegurando a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à população;

TORNA PÚBLICA

1 – A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal aberto pelo Edital nº 02.01/2025 de 30 de maio de 2025, e realizado em 18 de agosto de 2025, homologado pelo Edital de Concurso nº 02.08/2025 de 24 de setembro de 2025, para reposição do quadro de servidores em razão de pedidos de exoneração e outras formas de desligamento e nomeação.

2 – O candidato deverá comparecer na Divisão de Recursos Humanos – DRH, da Prefeitura Municipal, situada à rua Canela, Esquina com a Rua Angico, 731 – Santa Izabel do Oeste – PR, no prazo de 08 dias úteis, a partir da publicação deste Edital, o candidato iniciará suas atividades laborativas no dia 04 de maio de 2026.

EMPREGO PÚBLICO: ENFERMEIRO - E - PSF

Classificação	Nome	Inscrição
3º	LUCAS GONCALVES RIBEIRO	53

3 – O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos **ORIGINAIS** para admissão:
1 foto 3 x 4;
Carteira de Identidade;
CPF;
Título de Eleitor e Comprovante de Regularidade Eleitoral;
Comprovante de Regularidade Militar, para os candidatos do sexo masculino;
Carteira de Trabalho;
PIS/PASEP;
Carteira de Motorista;
Cartão de Vacinação e declaração de regularidade vacinal, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde do município onde reside;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
Caso seja casado, CPF do cônjuge;
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos ou dependentes de até 24 anos;
Certidão ou Diploma de Conclusão de escolaridade, correspondente ao cargo;
Caso a função exija, deve apresentar o documento de classe (ex: CRF, CRC, CRM, CRO, CREFITO, CAU, CREA, etc.)
Comprovante de Residência Atualizado dos últimos 90 dias;
Exame Médico Admissional;
Declaração que não ocupa cargo público, estadual ou municipal;
Declaração de Bens;
Certidão do Cartório Criminal, da Comarca onde reside dos últimos 5 (cinco) anos.

4 – O não comparecimento ou a falta de quaisquer das documentações exigidas no item anterior até a data estabelecida implica na **PERDA DOS DIREITOS ADVINDOS DO CONCURSO**, conforme artigo 3, inciso 3.1 e alíneas 3.1.1 a 3.1.12 do Edital de Concurso nº 02.01/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Izabel do Oeste, em 01 de abril de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:F449C0D8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
ERRATA CONCORRÊNCIA Nº 13/2025

ERRATA

CONCORRÊNCIA Nº 13/2025
Processo Administrativo n° 19/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 28.878,11 m², incluindo os serviços de revestimento, pintura de ligação com emulsão, sinalização de trânsito, serviços de urbanização, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no edital.

DO CONTRATO 40/2026:

Onde se lê:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente Contrato é Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 28.878,11 m², incluindo os serviços de revestimento, pintura de ligação com emulsão, sinalização de trânsito, serviços de urbanização, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no edital, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA PRESENCIAL n. º 13/2026.

Leia-se:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente Contrato é Contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 28.878,11 m², incluindo os serviços de revestimento, pintura de ligação com emulsão, sinalização de trânsito, serviços de urbanização, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no edital, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da **CONCORRÊNCIA PRESENCIAL n. º 13/2025.**

Onde se lê:
9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em 15/01/2026, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

Leia-se:

9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em 22/10/2025, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

Onde se lê:

12.1.1. Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) DIEGO RONALDO MATCIULEVICZ, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

Leia-se:

12.1.1. Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) RENATO GROSSI TOLEDO, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

Santa Izabel do Oeste - PR, 31 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:F4A750BF

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXONERAR, A PEDIDO, FERNANDA CAROLINE GNOATTO RIBEIRO, DO CARGO DE ASSESSOR DE AGENDAMENTO TFD.

PORTARIA Nº 15.824
Data: 01.04.2026

Exonerar, a pedido, FERNANDA CAROLINE GNOATTO RIBEIRO, do Cargo de Assessor de Agendamento TFD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob nº 0098/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, nos termos do inciso I, do Art. 56, e inciso II do Art. 59 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **FERNANDA CAROLINE GNOATTO RIBEIRO**, CPF nº 082.***.***-99, do Cargo de Assessor de Agendamento TFD, a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 01 de abril de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:FED98196

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°98/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO DESCRITIVO DO OBJETO N° 68/2026 AO CONTRATO Nº 98/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 11/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.
OBJETO: Alteração do Descritivo do Objeto.
DATA: 26/03/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:1950F23C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°74/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 06/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Marcio Buligon & Cia LTDA.
OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços elétricos, compreendendo a disponibilização de eletricista e auxiliar de eletricista, bem como a disponibilização de caminhão Munck, com e sem cesto aéreo, incluindo operadores devidamente habilitados, destinados à execução de instalações, manutenções preventivas e corretivas, reparos, adequações técnicas e apoio operacional em sistemas elétricos, a serem realizados em prédios públicos, vias públicas e demais unidades pertencentes ou vinculadas à Administração Pública Municipal, conforme demanda. A contratação será realizada por meio de credenciamento, com lotes independentes, permitindo a habilitação de uma ou mais empresas por lote, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, com vigência de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: 24/03/2027.
VALOR TOTAL: R$ 134.750,00 (cento e trinta e quatro mil setecentos e cinquenta reais).
DATA: 24/03/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:F0EFAD87

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°75/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 06/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e 49.690.714 Luan Boeira da Silveira.
OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços elétricos, compreendendo a disponibilização de eletricista e auxiliar de eletricista, bem como a disponibilização de caminhão Munck, com e sem cesto aéreo, incluindo operadores devidamente habilitados, destinados à execução de instalações, manutenções preventivas e corretivas, reparos, adequações técnicas e apoio operacional em sistemas elétricos, a serem realizados em prédios públicos, vias públicas e demais unidades pertencentes ou vinculadas à Administração Pública Municipal, conforme demanda. A contratação será realizada por meio de credenciamento, com lotes independentes, permitindo a habilitação de uma ou mais empresas por lote, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, com vigência de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: 24/03/2027.
VALOR TOTAL: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
DATA: 24/03/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:8454CED3

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°77/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Schimaneski Transportes Recreativos LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de empresa para locação de veículo automotor caracterizado como carreta da alegria, com reboque para transporte de crianças acompanhadas por adultos, em comemoração às festividades de aniversário do município de Santa Izabel do Oeste/PR, e demais eventos, buscando atender às necessidades da Secretaria da Cultura e do Turismo, por um período de até 12 meses, com Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 24/03/2027.
VALOR TOTAL: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
DATA: 24/03/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:289EBDE8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
NOMEAR NADIR LORENZI MORENO, PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE CUIDADOR SOCIAL, CLASSE III, NÍVEL A.

PORTARIA Nº 15.828
Data: 01.04.2026

Nomear NADIR LORENZI MORENO, para exercer o cargo efetivo de Cuidador Social, Classe III, Nível A.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, Art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a aprovação da candidata em Concurso Público de que trata o Edital de Concurso nº 01.01/2025 de 30 de maio de 2025, realizado em 18 de agosto de 2025, homologado pelo edital n.º 01.07/2025 de 24 de setembro de 2025 e convocada pelo edital nº 22/2026 de 19 de março de 2026.

CONSIDERANDO que a mesma preenche os requisitos exigidos no Art. 6º da Lei Complementar nº 24 de 19 de dezembro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos do inciso I do Art. 15º e do art. 9º da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, e a Lei nº 799 de 15 de fevereiro de 2007, **NADIR LORENZI MORENO,** CPF. Nº 270.***.***-55, para exercer o cargo efetivo de Cuidador Social, Classe III, Nível A, carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 01 de abril de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:17BE6868

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 15.829 - RETIFICA VALOR DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA CONCEDIDA A SERVIDORA MUNICIPAL DIONE BOHLER CORADIN.

PORTARIA N° 15.829
Data: 01/04/2026

Retifica Valor de Proventos de Aposentadoria Concedida a Servidora Municipal Dione Bohler Coradin.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 88, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Portaria nº 12.771/2020, de 23 de julho de 2020, que concedeu a aposentadoria a servidora municipal **Dione Bohler Coradin**;

CONSIDERANDO que os atos de concessão de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município são encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR para fins de registro e homologação;

CONSIDERANDO os apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR, por meio da **Instrução nº 2729/2026 – COAP**, no processo de análise do referido ato concessório;

CONSIDERANDO que, após revisão administrativa e reanálise do cálculo previdenciário, constatou-se divergência no valor inicialmente fixado, tornando necessária a retificação do valor dos proventos;

CONSIDERANDO que a concessão do benefício fundamenta-se no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 (Fórmula 85/95);

RESOLVE:

Art. 1º Retificar, o valor dos proventos iniciais de aposentadoria da servidora pública municipal **DIONE BOHLER CORADIN**, brasileira, casada, portadora do CPF n° 725.***.***-00, ocupante do cargo efetivo de **Assistente Administrativo II**, integrante do quadro de servidores estatutários do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, aposentada voluntariamente por idade e tempo de contribuição, com paridade, concedida por meio da Portaria nº 12.771/2020, de 23 de julho de 2020, **para o valor mensal de R$ 8.356,32** (oito mil,

trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos) mensais, com vigência a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 2º A aposentadoria fundamenta-se no **art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05 – Fórmula 85/95**, que dispõe sobre aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, integral, comum, com paridade, tendo como base de cálculo a última remuneração do cargo efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Ficam ratificados os demais termos constantes na Portaria nº 12.771/2020, de 23 de julho de 2020, que não conflitarem com esta retificação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em **01 de abril de 2026**.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:0140346B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO – SANTA LÚCIA PR
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

REAVISO DE LICITAÇÃO – SANTA LÚCIA PR

Concorrência Eletrônica Nº 03/2026

O Município de Santa Lúcia - PR, inscrito no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93, comunica nova data para a realização do presente processo licitatório **Concorrência Eletrônica,** do tipo **Menor Preço, Modo de Disputa Aberto, Regime Por Empreitada Global**, **com tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que teve como objeto*: Contratação de Empresa para execução de Pavimentação asfáltica em CBUQ, 2.344,55 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual nos seguintes trechos: Rua Guarapuava (entre Rua Albino Cantelli até o final) - Rua Alestolino Borges (entre Rua Guarapuava e Rua Prudentópolis) - Travessa Oneide Tubin Bonadiman (entre Rua Guarapuava e Rua Prudentópolis). Colocação de placas de comunicação visual.*** Tendo em vista que, na data designada para o certame (31/03/2026), não houve participantes, restou deserta.
Em observância ao item 17.3 do Edital, comunicamos a republicação do certame com a reabertura do prazo de 8 dias úteis. O cadastramento de propostas na plataforma BNC (https://bnc.org.br/) terá início em 31/03/2026, às 17:00 horas, encerrando-se em 16/04/2026, às 08:30 horas. A sessão de disputa ocorrerá na mesma data (16/04/2026), com início às 09:00 horas. Permanecem inalteradas as demais condições editalícias.
Os interessados deverão observar as alterações e poderão obter mais informações junto à Comissão de Licitação, no endereço Avenida Guilherme Laiter, 209, Centro, Santa Lúcia-PR, pelo telefone (45) 98807-7757, de segunda a sexta no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, bem como pelo e-mail compras@santalucia.pr.gov.br.
Santa Lúcia, estado do Paraná, 31/03/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:AE93F7C6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREFEITURA DE SANTA LÚCIA PR LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 3/2026

TERMO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREFEITURA DE SANTA LÚCIA PR

LICITAÇÃO MODALIDADE
Concorrência Eletrônica Nº 3/2026

O Agente de Contratação do Município de Santa Lúcia/PR, registra e comunica que diante não haver participantes, esta licitação restou deserta na ***Concorrência Eletrônica Nº 03/2026***, que teve como objeto a ***Contratação de Empresa para execução de Pavimentação asfáltica em CBUQ, 2.344,55 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual nos seguintes trechos: Rua Guarapuava (entre Rua Albino Cantelli até o final) - Rua Alestolino Borges (entre Rua Guarapuava e Rua Prudentópolis) - Travessa Oneide Tubin Bonadiman (entre Rua Guarapuava e Rua Prudentópolis). Colocação de placas de comunicação visual.*** Conforme Item 17.3 do Edital será relançado para o dia 16/04/2026 na Plataforma BNC as 09:00 horas.
Maiores informações encontram-se a disposição na sede da Prefeitura Municipal de Santa Lúcia/PR, Avenida do Rosario, 228Paco Municipal - Cep: 85795000 - Bairro: Centro Cidade/Uf: Santa Lúcia/PR, ou através do telefone: (045) 98807-7757.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, trinta e um dias de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:7434F6C1

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 059/2026 DATA 30/03/2026

Determina Ponto Facultativo e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica por força deste, determinado Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais, no dia 02 de abril de 2026, em virtude do feriado da Paixão de Cristo, comemorado no dia 03 de abril de 2026, retornando o expediente normal no dia 06 de abril de 2026, a partir das 07h30min.

Art. 2º Os serviços essenciais e básicos relativos à área da saúde e aos serviços urbanos, permanecem inalterados a execução dos mesmos, razão pela qual se dispõe os atendimentos de emergências (se houver) na Unidade de Pronto Atendimento.

Art. 3º Os serviços executados pelos servidores municipais, que trata o "caput" do artigo 2º será considerado como serviço normal pertinente à jornada de trabalho da respectiva função e cargo.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:81A87E11

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 061/2026 DATA 30/03/2026

Exonera a pedido a servidora ocupante de cargo efetivo e dá outras providências

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Exonera a pedido a Sra. **DAIANE MARIA WELTER AUGUSTIN,** portadora da cédula de identidade RG nº 9.***.***- 1 SESP PR, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura deste município.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data com efeito retroativo a 20 de março de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:A012A479

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 062/2026 DATA 30/03/2026

Nomeia servidora aprovada no PSS 001/2025 e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica abaixo relacionado, nomeado por prazo determinado conforme contrato, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2025.

NOME	RG	CARGO
ROSELI PIUCO	10.***.***-0	**PROFESSORA**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 16 de março de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:D4EFFA4A

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 063/2026 DATA 30/03/2026

Nomeia servidora aprovada no PSS 001/2025 e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica abaixo relacionado, nomeado por prazo determinado conforme contrato, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2025.

NOME	RG	CARGO
OLINDA PEREIRA DE ALMEIDA	10.***.***-2	**PROFESSORA**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 19 de março de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:80F2691A

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 064/2026 DATA 30/03/2026

Nomeia servidora aprovada no PSS 001/2025 e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica abaixo relacionado, nomeado por prazo determinado conforme contrato, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2025.

NOME	RG	CARGO
DAIANE MARIA WELTER AUGUSTIN	9.***.***-1	**PROFESSORA**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 24 de março de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:EFE41D17

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 065/2026 DATA 30/03/2026

Nomeia servidora aprovada no PSS 003/2025 e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica abaixo relacionado, nomeado por prazo determinado conforme contrato, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2025.

NOME	RG	CARGO
TATIELI POLIDO	6.***.***-5	**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 23 de março de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:1C8B9D63

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 066/2026 DATA 30/03/2026

Nomeia servidora aprovada no PSS 003/2025 e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

D E C R E T A

Art. 1º Fica abaixo relacionado, nomeado por prazo determinado conforme contrato, no Cargo que menciona em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2025.

NOME	RG	CARGO
AKILA PRISCILA BORGES DEIDRICH	14.***.***-9	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 24 de março de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:81239FD0

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 037/2026 DATA: 30/03/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para a servidora CAROLINE **JUNKERFEURBON PAGLIARINI** (Agente Comunitária de Saúde), para tratar de interesses do município na cidade de Foz do Iguaçú - PR, no dia 26 de março de 2026. Saída e retorno no dia 26 de março de 2026.

TRANSPORTE: FIAT STRADA
PLACA: UAZ 9E67

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:1A9962CF

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 038/2026 DATA: 30/03/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **LUIZ CLAUDIO DE MOURA** (Motorista), para levar paciente para internamento na cidade de Foz do Iguaçú - PR, no dia 29 de março de 2026. Saída e retorno no dia 29 de março de 2026.

TRANSPORTE: AMBULÂNCIA
PLACA: RHA – 9J01
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:90182456

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa de Licitação nº 01/2026/CMSL

Em preceito ao disposto no art. 71, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **torno pública** a **adjudicação do objeto e a homologação do PROCESSO DE DISPENSA Nº 01/2026,** cujo objeto é a **"Aquisição de Produtos de Gêneros Alimentícios e Materiais de Consumo, de forma parcelada, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Santa Lúcia"**, pelo qual a empresa a ser contratada será **E PEREIRA DE ASSIS DISTRIBUIDORA** (CNPJ: nº 31.163.042/0001-77), que ofereceu o objeto contratual ao valor de R$ 6.404,34 (seis mil quatrocentos e quatro reais e trinta e quatro centavos).

Publique-se;
Registre-se.

Santa Lúcia, 31 de março de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:5CB9E7F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE – PR

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o regular trâmite do Procedimento Licitatório nº 001/2026, bem como os elementos constantes nos autos, especialmente a justificativa da área requisitante, a cotação de preços, o parecer jurídico favorável e a compatibilidade orçamentária verificada.
Considerando, ainda, que estão presentes os requisitos legais e a motivação necessária para a contratação direta, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que admite a dispensa de licitação para contratação cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos.

RATIFICO a **Dispensa de Licitação nº 001/2026**, cujo objeto é: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES COM MODELOS E**

TAMANHOS PERSONALIZADOS PARA VEREADORES E FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE- PR."

Autorizando, por consequência, a contratação da empresa: **MARIA ELIZABETH ZANONI LTDA.**

Valor: **R$ 3.000,00 (Três mil reais)**

Santa Maria do Oeste, 30 de março de 2026.

TIAGO VARIZA
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:32BF5E5C

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
TERMO ADITIVO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2023

QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE-PR E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS CONRADO & CONRADO LTDA-ME, PARA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE-PR, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 95.684.585/0001-12, com sede na Rua Alexandre Kordiak, 87, Centro, Santa Maria do Oeste - PR, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Tiago Variza, brasileiro, portador do CI/RG sob n° 8.933.956-1 e inscrito no CPF sob n° 048.993.429-02, residente e domiciliado neste município de Santa Maria do Oeste-PR, em pleno exercício de seu mandato e funções.

CONTRATADA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS CONRADO & CONRADO LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF n° 04.118.622/0001-70, com sede à Rua Generoso Karpinski, n° 87, Centro, Santa Maria do Oeste-PR, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Conrado, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Generoso Karpinski, Santa Maria do Oeste-PR, portador da CI/RG sob n° 5.333.144-0 e inscrito no CPF/MF sob n° 048.998.429-02

As partes acima qualificadas, em referência ao Procedimento Licitatório nº 008/2023, oriundo do Pregão Eletrônico nº 001/2023, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 008/2023, cujo objeto consiste na contratação de empresa para aquisição de combustível (gasolina comum) destinado ao abastecimento da frota de veículos da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste/PR, com fundamento na Lei nº 14.133/2021,na cláusula contratual pertinente e nos documentos que instruem o processo administrativo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

I - A prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 008/2023 até 31 de dezembro de 2026;

II - O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do item "gasolina comum", com alteração do valor do litro de R$ 6,29 (seis reais e vinte e nove centavos) para R$ 6,69 (seis reais e sessenta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 008/2023 até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, e considerando os documentos que instruem o processo administrativo, fica restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 008/2023, no item "gasolina comum".

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor do litro da gasolina comum passa de R$ 6,29 (seis reais e vinte e nove centavos) para R$ 6,69 (seis reais e sessenta e nove centavos), a partir da assinatura do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	01 – Câmara Municipal
UNIDADE	001 – Câmara Municipal
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	01.031.0101.2001
NOME DO PROJETO/ATIVIDADE	Atividades da Câmara Municipal
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30.00.00 – Material de consumo 00050 – 00001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados)

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 008/2023 e dos termos aditivos anteriores que não foram expressamente alteradas por este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste/PR, 30 de março de 2026.

TIAGO VARIZA	Comercio De Combustíveis Conrado & Conrado LTDA-ME
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores	***MARCELO CONRADO***
Contratante	Contratada
Testemunhas: _____ **Maria Helena Fagundes de Lima** **RG: 9134970-1**	_____ **Reginaldo Vieira** **RG: 100582203-1**

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:01B1B662

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme os elementos constantes no Processo Administrativo nº 001/2026, RATIFICA-SE a contratação direta por dispensa de licitação para aquisição de serviços destinados ao atendimento das necessidades administrativas da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste – PR, com base nos documentos que instruem o procedimento, notadamente: justificativa da área demandante, cotação de preços, verificação da disponibilidade orçamentária, parecer jurídico favorável e regular instrução processual.

Ressalta-se que a **declaração de dispensa foi emitida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação** e **ratificada pelo Presidente da Câmara Municipal**, de acordo com o parecer jurídico.

OBJETO:

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES COM MODELOS E TAMANHOS PERSONALIZADOS PARA VEREADORES E FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE- PR."

EMPRESA CONTRATADA, VALOR E ESPECIFICAÇÕES:Lote Unico – contratação de empresa especializada em confecção de uniformes com modelos e tamanhos personalizados para vereadores e funcionários da Câmara Municipal de Santa Maria Do Oeste- Pr. **Empresa Contratada:** MARIA ELIZABETH ZANONI LTDA.

Valor: R$ 3.000,00 (Três mil reais)

VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO:

R$ 3.000,00 (Três mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA:

Início da execução imediato, a contar da assinatura dos contratos e da autorização de fornecimento, **prazo de entrega** no máximo 30 dias após a assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

• **Órgão:** 01 – Câmara Municipal

• **Unidade:** 001 – Câmara Municipal
• **Classificação funcional programática:** 01.031.0101.2001
• **Nome do Projeto/Atividade:** Atividades da Câmara Municipal
• **Natureza da despesa:** 3.3.90.30.23.00 – Material de Uniformes, tecidos e aviamentos
• **Fonte de Recursos:** 00040-00001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados)

FUNDAMENTO LEGAL:
Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 10.922/2021.

RATIFICA-SE, portanto, a presente contratação, autorizando-se a formalização dos contratos administrativos com as empresas citadas, conforme as disposições constantes nos autos.
Santa Maria do Oeste, 30 de março de 2026.

TIAGO VARIZA
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:04F00EC5

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 171/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **LEONARDO A. VERZA LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 07.460.912/0002-76, com sede na Rua Pedro Mazurechen, Nº 133, Bairro São Pedro, Cidade Porto União-SC, neste ato representado pelo Sr. LEONARDO ANDRÉ VERZA, portador do RG n° 8.777.590-9 SESP PR e CPF: 040.950.039-95,e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto nos Art. 105, 106 e 124, inciso II, letra "d", da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO Nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Art. 105, 106 e 124, inciso II, alínea "d", e considerando a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, em razão da alteração do preço do Item 77 – MICROCOMPUTADOR, objeto do Pregão Eletrônico nº 17, fica alterado o valor originalmente contratado.
Assim, o Item 77 – MICROCOMPUTADOR, constante do Contrato Administrativo nº 171/2025, passa a vigorar com os novos valores, conforme justificados no processo administrativo correspondente.
PARAGRAFO PRIMEIRO: Nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Art. 105, 106 e 124, inciso II, alínea "d", fica promovido o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 171/2025, relativamente ao Item 77 – MICROCOMPUTADOR.
Dessa forma, o valor unitário do item, anteriormente fixado em R$ 2.953,00 (dois mil, novecentos e cinquenta e três reais), passa a ser de R$ 4.305,36 (quatro mil, trezentos e cinco reais e trinta e seis centavos), para cada uma das 7 (sete) unidades.
Em consequência, o valor total do referido item passa de R$ 20.671,00 (vinte mil, seiscentos e setenta e um reais) para R$ 30.137,52 (trinta mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos), representando um acréscimo aproximado de **45,80%** sobre o valor inicialmente contratado.
CLAUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 04 de julho de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 24 de março de 2026.

OSCAR DELGADO	***LEONARDO A. VERZA LTDA***
Prefeito Municipal	Contratado

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:6912DDC1

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a ***DISPENSA DE LICITAÇÃO***, referente a **"AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA INDUSTRIALIZADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA DO OESTE – PR, EM AÇÃO DE CARÁTER CULTURAL E SOCIAL."**
Assim, com base no Art. 75, Inciso II da Lei n.º 14.133/2021, RATIFICO A DISPENSA.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 31 de Março de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 035/2026
REFERENTE: DISPENSA N.º 011/2026

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA INDUSTRIALIZADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA DO OESTE – PR, EM AÇÃO DE CARÁTER CULTURAL E SOCIAL."
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr.
CONTRATADO: J M C COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 62.223.147/0001-06, Localizada na Avenida Presidente Getulio Vargas, nº 350, Centro, Pitanga/PR Cep: 85.200-000.
VALOR TOTAL: R$ 9.588,00 (Nove mil quinhentos e oitenta e oito reais)
JUSTIFICATIVA: De acordo com o art.75, Inciso II da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

Santa Maria do Oeste - PR, 31 de Março de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:D48729C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0376/2026

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0376/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e

resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: DIRCEU SOUZA **MATRÍCULA n.º** 9997309
CARGO: MECANICO **CPF N.º** 023.***.***-85

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA VIAGEM AO MUNICIPIO DE PALMITAL, PARA TRANSPORTE DE MAQUINA PARA MANUTENÇÃO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 12/02/2026-
Data de Retorno: 12/02/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: PALMITAL PR **Código do IBGE:** 17800
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Março de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:6D3EC9D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0377/2026

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0377/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: DANIEL DE PAULA **MATRÍCULA n.º** 9997567
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 104.***.***-79

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída:01/03/2026-
Data de Retorno: 01/03/2026- -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: TRANSPORTE DE PACIENTES
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$60,00 (SESSENTA)
VALOR TOTAL R$: R$ 60,00 (SESSENTA)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Março de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:7953C953

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº03782025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0378/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: ROSICLEIA CRISTINA PERON **MATRÍCULA n.º** 9997219
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL **CPF N.º** 871.***.***-04
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA ENCONTRO CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA REDE DE ATENDIMENTO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 27/02/2026-
Data de Retorno: 27/02/2026 -
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)
)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Março de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:AD1EF7F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0379/2026

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0379/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: OSCAR DELGADO **MATRÍCULA n.º** 9996942
CARGO: PREFEITO **CPF N.º** 701.***.***-87

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CASCAVEL, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO RELACIONADO AO RECEBIMENTO DE CONSULTORIO ODONTOLOGICO MOVEL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 10/03/2026-
Data de Retorno: 10/03/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CASCAVEL PR **Código do IBGE:** 03501
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01(UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$300,00 (TREZENTOS REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Março de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:20A6DBC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0380/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0380/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: FRANCIELE CORDEIRO
MATRÍCULA n.º 9997628
CARGO: SECRETARIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CPF N.º 104.***.***-50

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CASCAVEL, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO RELACIONADO AO RECEBIMENTO DE CONSULTORIO ODONTOLOGICO MOVEL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 06/03/2026-
Data de Retorno: 06/03/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CASCAVEL PR **Código do IBGE:** 03501
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$175,00 (CENTO SETENTA E CINCO CEM REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$175,00 (CENTO SETENTA E CINCO CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Março de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:AA84CE85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0381/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0381/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: FRANCIELE CORDEIRO
MATRÍCULA n.º 9997628
CARGO: SECRETARIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CPF N.º 104.***.***-50

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CURITIBA, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO SEMINARIO ACISPAR
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 10/03/2026-
Data de Retorno: 12/03/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA - PR **Código do IBGE:** 06902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) **PERNOITE**: (**X**)SIM ( )NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA)
VALOR TOTAL R$: R$700,00 (SETECENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Março de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:4430C751

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 020/2026

DECRETO Nº 020/2026

Declara de utilidade pública área pertencente ao Município destinada à gestão integrada de resíduos sólidos e implantação de unidade de transbordo, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, **OSCAR DELGADO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que a área registrada sob a matrícula nº 27.518 é de propriedade do Município e atualmente utilizada como aterro sanitário;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo princípios, objetivos e diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos;
CONSIDERANDO que constitui objetivo da referida legislação a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, mediante a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos;
CONSIDERANDO que compete ao Município a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seu território, nos termos da legislação vigente;
CONSIDERANDO o interesse público em maximizar a utilização da área atualmente destinada ao aterro sanitário municipal;
CONSIDERANDO o planejamento da Administração Municipal voltado à modernização, eficiência e sustentabilidade dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
CONSIDERANDO a necessidade de implantação de unidade municipal de transbordo, visando à melhoria da logística operacional, redução de custos e adequação às normas ambientais vigentes;
CONSIDERANDO que tais medidas contribuem significativamente para a preservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida da população;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a área de propriedade do Município de Santa Maria do Oeste, registrada sob a matrícula nº 27.518, atualmente utilizada como aterro sanitário municipal.

Art. 2º A área mencionada no artigo anterior destina-se à ampliação, otimização e modernização das atividades de gestão de resíduos sólidos, incluindo a implantação de unidade municipal de transbordo.

Art. 3º A unidade de transbordo terá como objetivos:
I – promover a gestão integrada dos resíduos sólidos no Município;
II – aumentar a eficiência operacional do sistema de coleta, transporte e destinação final;
III – atender às diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
IV – garantir a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos;
V – reduzir impactos ambientais e riscos à saúde pública.

Art. 4º As ações decorrentes deste Decreto deverão observar a seguinte ordem de prioridade na gestão dos resíduos sólidos:
I–nãogeração;
II–redução;
III–reutilização;
IV–reciclagem;
V–tratamento;
VI – disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as medidas administrativas, técnicas e legais necessárias à execução deste Decreto, inclusive quanto ao licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste – PR, em 31 de março de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:EC92DD64

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 032/2026

SÚMULA: EXONERAR SERVIDOR EFETIVO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR PEDAGOGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ART. 1º Exonerar EVERALDO PEREIRA, portador do CPF Nº 067.***.***-54, do cargo de PROFESSOR PEDAGOGO, Matricula nº 9996876, de acordo com a legislação vigente. Conforme pedido processo 75/2026.

ART. 2º Esta Portaria entra em vigor na data 05/03/2026.

Santa Maria do Oeste, 31 de Março de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:26C115DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
SANTA MARIA DO OESTE – PR

Rua Celso Ferreira Jorge s/n centro CEP 85230-000
Santa Maria do Oeste, 30 de março de 2026

RESOLUÇÃO 08/2026

SÚMULA: Aprova a prestação de contas anual Fundo Estadual – FEAS, recurso Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao ano de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais sob a Lei Municipal nº 293/2010 considerando, aprovando e deliberando em reunião realizada em 30 de março de 2026.

RESOLVE:
Art 1º Aprovar a prestação de contas anual Fundo Estadual – FEAS, recurso Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao ano de 2025.

Art 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

WILLIAN MELLO DE LORENA
Presidente CMAS

Publicado por:
Talita Maria Soares
Código Identificador:4BF3CC86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SANTA MARIA DO OESTE – PR

Rua Celso Ferreira Jorge s/n centro CEP 85230-000

Santa Maria do Oeste, 31 de março de 2026

RESOLUÇÃO 01 /2026

SÚMULA: Aprova a prestação de contas recurso estadual FIA – Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do acesso a produtos de higiene intima, do pagamento a outubro de 2025.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais sob a Lei Municipal nº 327/2011 e 422/2015 considerando, aprovando e deliberando em reunião realizada em 30 de março de 2026

RESOLVE:
Art 1º Aprovar a prestação de contas recurso estadual FIA – Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do acesso a produtos de higiene intima, do pagamento a outubro de 2025.

Art 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LUCILENE COSTA
Presidente CMDCA

Publicado por:
Talita Maria Soares
Código Identificador:D0BC33C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N° 3476/2026

DECRETO N° 3476/2026

SUMULA: Abre crédito adicional ESPECIAL no orçamento do município de Santo Antonio do Paraíso

- PR, para o exercício de 2026, alterando a Lei 1828/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº 1840/2026:

DECRETA:

Art. 1º - Abre no orçamento geral do Município de Santo Antonio do Paraíso - PR, para o exercício de 2026, crédito adicional **ESPECIAL** no valor de R**$ 9.376.000,00** (Nove milhões, trezentos e setenta e seis mil Reais), mediante as seguintes providências:

Incluir dotação orçamentária a saber:

04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0006.2-474 – Devolução Rec.Incentivo Aprimora CRAS - Del.nº 86/2022 CREAS/PR
33.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições---------- R$ 46.000,00
04.003 – FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0006.6-475 – Devolução Rec.Primeira Infância Del.nº 047/2022 CEDCA/PR
33.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições---------- R$ 93.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TRANSP.ESCOLAR
05.001 – DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0008.2-465 – Aquisição de Uniforme – Secretaria Municipal de Educação
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 7.000,00
12.361.0008.2-367 – Aquisição de Uniforme Escolar – Escola Izabel
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 90.000,00
12.361.0008.2-466 – Aquisição de Material Escolar – Escola Izabel
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 35.000,00
05.003 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.0008.2-368 – Aquisição de Uniforme Escolar – CEMEI
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 70.000,00
12.365.0008.2-467 – Aquisição de Material Escolar – CEMEI
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 25.000,00
12.365.0008.2-449 – Matriculas em Tempo Integral - Custeio
33.90.30.00.00 – Material de Consumo---------- R$ 119.000,00
12.365.0008.1-450 – Matriculas em Tempo Integral - Capital
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 51.000,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE
06.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2-463 – Devolução Recurso Resolução SESA 765/2019
33.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições---------- R$ 240.000,00
10.301.0007.1-361 – Ampliação da UBS – Unidade Básica de Saúde
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 220.000,00
10.301.0007.1-471 – Reforma da UMS – Unidade Mista de Saúde 24 horas
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 700.000,00
10.301.0007.1-477 – Equipamentos Saúde Bucal
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 30.000,00
10.301.0007.2-028 – Programa Saúde da Família - PSF
33.90.14.00.00 – Diárias - Civil---------- R$ 8.000,00
10.301.0007.2-031 – Programa Agentes Comunitário da Saúde
33.90.14.00.00 – Diárias - Civil---------- R$ 10.000,00

08 – SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS
08.001 – DIVISÃO DE VIAÇÃO
26.782.0010.1-451 – Equipamentos Rodoviário
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 4.350.000,00
26.782.0010.1-452 – Pavimentação Asfáltica Estradas Rurais
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 120.000,00
26.782.0010.1-472 – Veículo Utilitário – Pick-UP Dupla
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 143.000,00

11 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E SANEAMENTO
11.003 – DIVISÃO DE AGRICULTURA
20.606.0012.1-473 – Veículo Utilitário – Pick-UP Simples
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 127.000,00

13 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
13.002 – DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
22.661.0011.1-090 – Barracão Industrial
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 1.420.000,00
15.452.0011.2-470 – Devolução de Saldo do Convênio 888915/2019
33.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições---------- R$ 44.000,00
15.451.0011.1-456 – Revitalização Cemitério Municipal
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 178.000,00
15.451.0011.1-476 – Restauração da Passarela Municipal
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 1.250.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto pelo Artigo Anterior será utilizado:
Superávit financeiro apurado na fonte de Recurso 000 - Recursos Ordinários (Livres), no valor de **R$ 2.448.000,00** (Dois milhões quatrocentos e quarenta e oito mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB, no valor de **R$ 227.000,00** (Duzentos e vinte e sete mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%), no valor de **R$ 238.000,00** (Duzentos e trinta e oito mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 494 PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, no valor de **R$ 970.000,00** (Novecentos e setenta mil Reais);
Superávit financeiro apurado na fonte de Recurso 768 - Emenda Parlamentar - Pavimentação Asfáltica Contrato de Repasse 888915/2019/MDR/CAIXA, no valor de **R$ 44.000,00** (Quarenta e quatro mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 31137 ETI - Lei 14640/2023 - Fomento de Matr. em Redes e Sistemas de Ensino, no valor de **R$ 170.000,00** (Cento e setenta mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 934 Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS), no valor de **R$ 139.000,00** (Cento e trinta e nove mil Reais);
Excesso de Arrecadação em virtude do Convênio 1932/2025 celebrado junto a Secretaria de Estado das Cidades – SECID do Governo do Estado do Paraná, no valor de **R$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil Reais);
Excesso de Arrecadação em virtude da Prioridade nº 57 cadastrada no Programa de Transferências Voluntárias da Secretaria de Estado das Cidades – SECID do Governo do Estado do Paraná, no valor de **R$ 240.000,00** (Duzentos e quarenta mil Reais);
Excesso de Arrecadação em virtude do Convênio nº 520 237881982/2025, celebrado junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, no valor de **3.700.000,00** (Três milhões e setecentos mil Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 31 de março de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:707407D7

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N° 3477/2026

DECRETO N° 3477/2026

SUMULA: Abre crédito adicional SUPLEMENTAR no orçamento do município de Santo Antonio do Paraíso - PR, para o exercício de 2026, alterando a Lei 1828/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº 1826/2025:

DECRETA:

Art. 1º - Abre no orçamento geral do Município de Santo Antonio do Paraíso - PR, para o exercício de 2026, crédito adicional **SUPLEMENTAR** no valor de R**$ 1.060.000,00** (Um milhão e sessenta mil Reais), mediante as seguintes providências:

Incluir dotação orçamentária a saber:

01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TRANSP.ESCOLAR
01.001 – DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
04.122.0003.2-002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
33.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção---------- R$ 30.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TRANSP.ESCOLAR
05.001 – DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0008.1-029 – Equipamento Escola Municipal Professora Izabel Navarro Claro
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 190.000,00
12.361.0008.1-030 – Equipamentos Sede Secretaria de Educação
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 60.000,00
12.361.0008.2-055 – Manutenção da Sede da Secretaria Municipal de Educação
33.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção---------- R$ 10.000,00
05.003 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.0008.1-031 – Equipamentos Centro Municipal de Educação Infantil
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 125.000,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE
06.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.1-018 – Equipamentos das Unidades Básica e Mista de Saúde
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 30.000,00
10.301.0007.2-018 – Manutenção das Unidades Básica e Mista de Saúde
33.90.30.00.00 – Material de Consumo---------- R$ 200.000,00
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 100.000,00
10.301.0007.2-037 – Participação em Consórcios de Saúde
33.70.41.00.00 – Contribuições---------- R$ 100.000,00
10.301.0007.2-038 – Manutenção da Saúde Bucal
33.90.30.00.00 – Material de Consumo---------- R$ 70.000,00

10.301.0007.2-099 – Manutenção Farmácias Básicas
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 100.000,00

08 – SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS
08.001 – DIVISÃO DE VIAÇÃO
26.782.0010.2-015 – Manutenção da Divisão de Viação
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica---------- R$ 45.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto pelo Artigo Anterior será utilizado:
Superávit financeiro apurado na fonte de Recurso 000 - Recursos Ordinários (Livres), no valor de **R$ 75.000,00** (Setenta e cinco mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB, no valor de **R$ 385.000,00** (Trezentos e oitenta e cinco mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 494 PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, no valor de **R$ 600.000,00** (Seiscentos mil Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 31 de março de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:0F9DEBBD

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI N° 1840/2026

LEI N° 1840/2026

SUMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional ESPECIAL no orçamento do município de Santo Antonio do Paraíso - PR, para o exercício de 2026, alterando a Lei 1828/2025.

A CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU DEVANIR MARTINELLI PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a abrir no orçamento geral do Município de Santo Antonio do Paraíso - PR, para o exercício de 2026, crédito adicional **ESPECIAL** no valor de R**$ 9.376.000,00** (Nove milhões, trezentos e setenta e seis mil Reais), mediante as seguintes providências:

Incluir dotação orçamentária a saber:

04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0006.2-474 – Devolução Rec.Incentivo Aprimora CRAS - Del.nº 86/2022 CREAS/PR
33.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições---------- R$ 46.000,00

04.003 – FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0006.6-475 – Devolução Rec.Primeira Infância Del.nº 047/2022 CEDCA/PR
33.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições---------- R$ 93.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TRANSP.ESCOLAR
05.001 – DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0008.2-465 – Aquisição de Uniforme – Secretaria Municipal de Educação
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 7.000,00
12.361.0008.2-367 – Aquisição de Uniforme Escolar – Escola Izabel
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 90.000,00
12.361.0008.2-466 – Aquisição de Material Escolar – Escola Izabel
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 35.000,00
05.003 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.0008.2-368 – Aquisição de Uniforme Escolar – CEMEI
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 70.000,00
12.365.0008.2-467 – Aquisição de Material Escolar – CEMEI
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 25.000,00
12.365.0008.2-449 – Matriculas em Tempo Integral - Custeio
33.90.30.00.00 – Material de Consumo---------- R$ 119.000,00
12.365.0008.1-450 – Matriculas em Tempo Integral - Capital
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 51.000,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE
06.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2-463 – Devolução Recurso Resolução SESA 765/2019
33.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições---------- R$ 240.000,00
10.301.0007.1-361 – Ampliação da UBS – Unidade Básica de Saúde
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 220.000,00
10.301.0007.1-471 – Reforma da UMS – Unidade Mista de Saúde 24 horas
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 700.000,00
10.301.0007.1-477 – Equipamentos Saúde Bucal
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 30.000,00
10.301.0007.2-028 – Programa Saúde da Família - PSF
33.90.14.00.00 – Diárias - Civil---------- R$ 8.000,00
10.301.0007.2-031 – Programa Agentes Comunitário da Saúde
33.90.14.00.00 – Diárias - Civil---------- R$ 10.000,00

08 – SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS
08.001 – DIVISÃO DE VIAÇÃO
26.782.0010.1-451 – Equipamentos Rodoviário
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 4.350.000,00
26.782.0010.1-452 – Pavimentação Asfáltica Estradas Rurais
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 120.000,00
26.782.0010.1-472 – Veículo Utilitário – Pick-UP Dupla
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 143.000,00

11 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E SANEAMENTO
11.003 – DIVISÃO DE AGRICULTURA
20.606.0012.1-473 – Veículo Utilitário – Pick-UP Simples
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 127.000,00

13 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
13.002 – DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
22.661.0011.1-090 – Barracão Industrial
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 1.420.000,00
15.452.0011.2-470 – Devolução de Saldo do Convênio 888915/2019
33.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições---------- R$ 44.000,00
15.451.0011.1-456 – Revitalização Cemitério Municipal
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 178.000,00
15.451.0011.1-476 – Restauração da Passarela Municipal
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações---------- R$ 1.250.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial aberto pelo Artigo Anterior será utilizado:
Superávit financeiro apurado na fonte de Recurso 000 - Recursos Ordinários (Livres), no valor de **R$ 2.448.000,00** (Dois milhões quatrocentos e quarenta e oito mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB, no valor de **R$ 227.000,00** (Duzentos e vinte e sete mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%), no valor de **R$ 238.000,00** (Duzentos e trinta e oito mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 494 PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, no valor de **R$ 970.000,00** (Novecentos e setenta mil Reais);
Superávit financeiro apurado na fonte de Recurso 768 - Emenda Parlamentar - Pavimentação Asfáltica Contrato de Repasse 888915/2019/MDR/CAIXA, no valor de **R$ 44.000,00** (Quarenta e quatro mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 31137 ETI - Lei 14640/2023 - Fomento de Matr. em Redes e Sistemas de Ensino, no valor de **R$ 170.000,00** (Cento e setenta mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 934 Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS), no valor de **R$ 139.000,00** (Cento e trinta e nove mil Reais);
Excesso de Arrecadação em virtude do Convênio 1932/2025 celebrado junto a Secretaria de Estado das Cidades – SECID do Governo do Estado do Paraná, no valor de **R$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil Reais);
Excesso de Arrecadação em virtude da Prioridade nº 57 cadastrada no Programa de Transferências Voluntárias da Secretaria de Estado das Cidades – SECID do Governo do Estado do Paraná, no valor de **R$ 240.000,00** (Duzentos e quarenta mil Reais);
Excesso de Arrecadação em virtude do Convênio nº 520 237881982/2025, celebrado junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, no valor de **3.700.000,00** (Três milhões e setecentos mil Reais).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 31 de março de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:C3A2B764

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI N° 1841/2026

LEI N° 1841/2026

SUMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR no orçamento do município de Santo Antonio do Paraíso - PR, para o exercício de 2026, alterando a Lei 1828/2025.

A CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU DEVANIR MARTINELLI PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a abrir no orçamento geral do Município de Santo Antonio do Paraíso - PR, para o exercício de 2026, crédito adicional **SUPLEMENTAR** no valor de R**$ 1.060.000,00** (Um milhão e sessenta mil Reais), mediante as seguintes providências:

Incluir dotação orçamentária a saber:
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TRANSP.ESCOLAR
01.001 – DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
04.122.0003.2-002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
33.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção---------- R$ 30.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TRANSP.ESCOLAR
05.001 – DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0008.1-029 – Equipamento Escola Municipal Professora Izabel Navarro Claro
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 190.000,00
12.361.0008.1-030 – Equipamentos Sede Secretaria de Educação
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 60.000,00
12.361.0008.2-055 – Manutenção da Sede da Secretaria Municipal de Educação
33.90.33.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção---------- R$ 10.000,00
05.003 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.0008.1-031 – Equipamentos Centro Municipal de Educação Infantil
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 125.000,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE
06.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.1-018 – Equipamentos das Unidades Básica e Mista de Saúde
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente---------- R$ 30.000,00
10.301.0007.2-018 – Manutenção das Unidades Básica e Mista de Saúde
33.90.30.00.00 – Material de Consumo---------- R$ 200.000,00
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 100.000,00
10.301.0007.2-037 – Participação em Consórcios de Saúde
33.70.41.00.00 – Contribuições---------- R$ 100.000,00
10.301.0007.2-038 – Manutenção da Saúde Bucal
33.90.30.00.00 – Material de Consumo---------- R$ 70.000,00

10.301.0007.2-099 – Manutenção Farmácias Básicas
33.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita---------- R$ 100.000,00

08 – SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS
08.001 – DIVISÃO DE VIAÇÃO
26.782.0010.2-015 – Manutenção da Divisão de Viação
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica---------- R$ 45.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto pelo Artigo Anterior será utilizado:
Superávit financeiro apurado na fonte de Recurso 000 - Recursos Ordinários (Livres), no valor de **R$ 75.000,00** (Setenta e cinco mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB, no valor de **R$ 385.000,00** (Trezentos e oitenta e cinco mil Reais);
Superávit financeiro apurado até o final do exercício anterior na fonte de recurso: 494 PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, no valor de **R$ 600.000,00** (Seiscentos mil Reais).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 31 de março de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:7082C45A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 022/2026

PORTARIA N.º 022/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao **AGENTE POLITICO**deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE,no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:

Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**022**		
SERVIDOR AUTORIZADO:	VALDIR ANTONIO CARVALHO		
CPF N.º	**538.829.030-15**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**4.905.942-6**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**FRANCISCO BELTRAO – PR**		
SAÍDA:	**27/03/2026**		
RETORNO:	**27/03/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**0,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**240,00**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**120,00**		
OBJETIVO:	**Representar Legislativo Municipal, solenidade de entrega dos KITS TECNOLOGICOS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – PR	**27/03/2026**		
PRESIDENTE DA CAMÂRA:			
SERVIDOR AUTORIZADO:			
TESOURÁRIA:			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:C0994F78

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3472/2026

LEI MUNICIPAL Nº 3472/2026

Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Fomento à Ovinocultura de Corte no Município de Santo Antônio do Sudoeste e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, aprova e o **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE** sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Fomento à Ovinocultura de Corte — "Programa Produção de Ovinos", destinado ao apoio técnico e financeiro às produções rurais do Município de Santo Antônio do Sudoeste para implantação e ampliação de rebanhos de ovinos de corte das raças Texel e Dorper, por meio da entrega de reprodutores e fêmeas.
Art. 2º Os Objetivos do Programa Municipal de Fomento à Ovinocultura de Corte — "Programa Produção de Ovinos", consiste em:
I — promover a diversificação e a renda rural por meio da ovinocultura de corte;
II — incentivo à produção com sanidade, segura e de qualidade;
III — ampliar a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável no Município.
Art. 3º O público-alvo a ser atendido pelo Programa Municipal de Fomento à Ovinocultura de Corte — "Programa Produção de Ovinos", devem seguir os seguintes requisitos:
I — Agricultores familiares e produtores rurais domiciliados e inscritos no Cadastro Rural Municipal, com propriedade ou posse de área compatível para criação de ovinos.
II — Cada beneficiário poderá participar uma única vez no Programa.
III- O programa atenderá no máximo quinze agricultores por ano.
Art. 4º As condições para participar no Programa Municipal de Fomento à Ovinocultura de Corte — "Programa Produção de Ovinos" são:
I — Estar cadastrado no Município e com inscrição ativa no respectivo cadastro fiscal e fundiário.
II — Apresentar projeto técnico simplificado contendo: localização da propriedade, capacidade de lotação, destinação da produção e compromisso de manutenção dos animais pelo período mínimo de 3 (três) anos.
III — Comprometer-se a construir/adequar e manter estrutura de aprisco (instalações para manejo, manejo sanitário e isolamento) conforme normas técnicas municipais/estaduais.
IV — Participar obrigatoriamente de workshops, cursos de capacitação e acompanhamento técnico promovido pelo Município e parceiros.
Art. 5º Para seleção e aquisição de animais será necessário:
I — A aquisição de reprodutores e fêmeas (Texel ou Dorper) será feita por chamada pública, com compra direta de criatórios/fazendas que atendam às exigências sanitárias e zootécnicas previstas no edital. Cada agricultor participante receberá um reprodutor e dez fêmeas ovinas das raças correspondentes acima citadas.
II — O Edital estabelecerá: requisitos sanitários (MAPA/ADAPAR conforme competência), procedência, estado de saúde, provas ou atestados zootécnicos, transporte e quarentena.
III — A seleção dos beneficiários será coordenada pela Secretaria Municipal de Agricultura com a colaboração da ADAPAR – Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, IDR- Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná que avaliará propostas e homologará fornecedores.
Art. 6º Contrapartida do beneficiário:
I — Disponibilizar e manter a estrutura física de aprisco necessária ao bem-estar, manejo e biossegurança dos ovinos, de acordo com as normas técnicas municipais/estaduais.
II — Participar de todas as etapas das atividades de capacitação e das visitas técnicas pelo período de vigência do Programa.
III — Manter os animais dentro da propriedade ou em local previamente autorizado pelo Município, salvo nas situações previstas no Termo de Compromisso.
IV – Devolver ao município de Santo Antonio do Sudoeste, após o período de dois anos, duas fêmeas e 1 macho em idade reprodutiva, plenas condições de nutrição e sanidade, para repasse a novos beneficiários. Os animais deverão ser aprovados pelo técnico responsável pelo programa da Secretaria Municipal de Agricultura.
V – Na impossibilidade do produtor devolver os animais, deverá o mesmo fazer um pagamento em favor ao município no valor comercial atualizado dos referidos animais.
VI - O transporte e frete dos animais, desde a origem até a propriedade do agricultor.
Art. 7º O participante deverá firmar Termo de Compromisso e responsabilidades com o Município de Santo Antonio do Sudoeste, através da Secretaria Municipal de Agricultura.
I — O beneficiário firmará o Termo de Compromisso com o Município, assumindo obrigações de manejo, sanidade, destinação da produção e não comercialização ou transferência de animais nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses, salvo autorização expressa do Município.
II — Em caso de descumprimento, o beneficiário estará sujeito a sanção que poderá incluir ressarcimento parcial ou integral ao erário, exclusão do Programa e outros prejuízos administrativos.
Art. 8º Com relação ao acompanhamento e assistência técnica aos participantes do Programa Municipal de Fomento à Ovinocultura de Corte — "Programa Produção de Ovinos" a Secretaria Municipal de Agricultura:
I — Promoverá orientação técnica continuada, monitoramento e avaliação técnica anual dos beneficiários.
II — As parcerias poderão ser firmadas com órgãos estaduais, universidades, associações de criadores e entidades de pesquisa e extensão.
Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da do orçamento do Município, podendo ser complementadas por convênios, repasses estaduais e federais, doações e parcerias.
Art. 10º A fiscalização do Programa será exercida pela Secretaria Municipal de Agricultura e pelos órgãos de controle interno e externo competentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:886AFEA9

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3473/2026

LEI Nº 3473/2026

ALTERA O INCISO VI, E SUPRIME O VII DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 2.668/2022I QUE INSTITUIU O MÓDULO II DO PROGRAMA BACIA LEITEIRA, NO AMBITO DO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**, Estado do Paraná, **FAÇO SABER** que a **CÂMARA DE VEREADORES** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - O Inciso VI do Artigo 3º da Lei nº 2.968/2022, passará a vigorar com a seguinte redação:

" VI - Esterqueira destinada a no mínimo 10 (dez) maiores rebanhos dos produtores do Módulo II. Em caso de empate no número de animais, será adotado como primeiro critério de desempate a qualidade do leite produzido. Persistindo o empate, será considerado o volume de produção de leite. A ligação/condução dos dejetos até a esterqueira será de responsabilidade do produtor beneficiário".
Art. 2° - Fica suprimido o VII do Artigo 3º da Lei nº 2.968/2022 que instituiu o **Módulo II** do Programa Bacia Leiteira, no âmbito do Município de Santo Antonio do Sudoeste e da outras providências.

Art. 3° - Os demais artigos da Lei nº 2.968/2022, permanecerão inalterados e vigentes.

Art. 4° - A presente Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE 31 DE MARÇO DE 2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:ACD4F7AB

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3474/2026

Lei N.º 3474/2026.

Autoria: Vereador Cláudio Alain Guterres do Carmo/PSD

Ementa: Institui o "Dia do Evangélico", no âmbito do Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**, Estado do Paraná, **FAÇO SABER** que a **CÂMARA DE VEREADORES** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica instituído o "*Dia do Evangélico"*, a ser comemorado anualmente no dia 31/10 (trinta e um de outubro).
Art. 2º. Em comemoração ao "*Dia do Evangélico*", as entidades religiosas de denominação evangélica, poderão realizar atividades, individual e coletivamente, com o objetivo de ampliar e estimular a prática e o culto religiosos, tais como:
I- Shows, teatros, festivais e demais manifestações culturais de cunho religioso;
II- Cultos, pregações, partilhas de experiências e testemunhos, todos de cunho evangélico e motivacional;
III- Toda e qualquer manifestação e expressão religiosa condizente com a data comemorativa, prevista no Artigos 1º da presente Lei.
Parágrafo único: O Poder Público Municipal, poderá apoiar as atividades religiosas, através da divulgação, da confecção de materiais e até mesmo disponibilização de estrutura de som e da autorização do uso de espaço público para realização de eventos.
Art. 3º. A data comemorativa ora instituída passará a integrar o Calendário Oficial do Município.
Art. 4º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, a critério da oportunidade e conveniência do gestor público, desde que não comprometa a execução das despesas previamente fixadas, principalmente para a Saúde, a Educação e a Assistência Social.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE 31 DE MARÇO DE 2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:873ED006

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3475/2026

LEI Nº 3475/2026
Autoria: Vereador Cláudio Alain Guterres do Carmo.

Ementa: Institui a "Semana da Bíblia, no âmbito do Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**, Estado do Paraná, **FAÇO SABER** que a **CÂMARA DE VEREADORES** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a "*Semana da Bíblia*", a ser realizada anualmente, entre os dias 24 (vinte e quatro) à 30 (trinta) do mês de Setembro.
Art. 2º. Em comemoração à "*Semana da Bíblia*", as entidades religiosas de todas as denominações, poderão realizar atividades, individual e coletivamente, com o objetivo de ampliar e estimular a prática e o culto religiosos, tais como:
I- Gincanas bíblicas;
II- Divulgações, palestras e outras iniciativas que venham transmitir à comunidade os valores contidos nas Sagradas Escrituras;
III- Shows, teatros, festivais e demais manifestações culturais de cunho religioso;
IV- Leitura orante da Palavra de Deus;
V- Toda e qualquer manifestação e expressão religiosa condizente com a data comemorativa, prevista no Artigo 1º da presente Lei.
Parágrafo único: O Poder Público Municipal, poderá apoiar as atividades religiosas, através da divulgação, da confecção de materiais e até mesmo disponibilização de estrutura de som e da autorização do uso de espaço público para realização de eventos.
Art. 3º. A data comemorativas ora instituídas passarão a integrar o Calendário Oficial do Município.
Art. 4º. A despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, a critério da oportunidade e conveniência do gestor público, desde que não comprometa a execução das despesas previamente fixadas, principalmente para a Saúde, a Educação e a Assistência Social.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE 31 DE MARÇO DE 2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:5807D15F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3476/2026

LEI Nº 3476/2026

Prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei nº 2.530, de 23 de junho de 2015.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Plano Municipal de Educação - PME, aprovado pela Lei nº 2.530, de 23 de junho 2015, e suas alterações, até 31/12/2026.
Art. 2º Até a aprovação do novo Plano Municipal de Educação, os órgãos responsáveis pela sua aplicação deverão dar continuidade ao trabalho de execução das metas e estratégias definidas no Plano ainda vigente.

Art. 3º Revogada as disposições em contrário e em especial a Lei nº 3339 de 14 de maio de 2025.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste-PR, 31 de março de 2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito em Exercicio

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:A06328B9

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2025 PREGÃO Nº 6/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2025
Pregão Nº 6/2025

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática, Telefonia e Vigilância para Modernização da Infraestrutura
Tecnológica do Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: 7DATA EQUIPAMENTOS LTDA EIRELI.
VIGÊNCIA: 20/04/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 4.941,32(Quatro Mil, Novecentos e Quarenta e Um Reais e Trinta e Dois Centavos).
VALOR REAJUSTADO: R$ 181,35 (Cento e Oitenta e Um Reais e Trinta e Cinco Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 31/03/2026.
PELA CONTRATANTE: JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal em Exercício.
e pela contratada: Samuel Simão Oliveira - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C388E836

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 6 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 186/2023 PREGÃO Nº 22/2023

EXTRATO ADITIVO Nº 6 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 186/2023
Pregão Nº 22/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços médicos especializado para realização de exames de ultrassonografia e laudos de radiografia.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: BELMEDICAL ULTRASSONOGRAFIA LTDA;
VALOR: R$ 613,08 (Seiscentos e Treze Reais e Oito Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 31/03/2026
PELA CONTRATANTE: JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal em Exercício.
e pela contratada: JULIANO AUGUSTO LEONARDI GIARETTA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3EE983CC

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2026 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2026
Processo inexigibilidade nº 031/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: J A TOFFOLI LTDA
CNPJ Nº 65.873.570/0001-31
Representante: JONES ARGEU TOFFOLI
CPF nº 030.796.269-58
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviço de operador de máquina pesada, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e necessidade do município de Santo Antônio do Sudoeste-Pr, Conforme chamamento público n° 14/2025..
VALOR TOTAL: R$ 61.200,00 (Sessenta e Um Mil e Duzentos Reais)
VIGÊNCIA: 29/03/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 30/03/2026.

***JOSÉ DORIVAL BANDEIRA* -**
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B218B3C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DIÁRIAS - CURITIBA/PR

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Elison Marcelo Scerbo
Cargo/Função	VEREADOR
Data	**31/03/2026 a 01/04/2026**
Quantidade	2 diárias
Valor	R$1.400,00
Destino	CURITIBA - PR
Motivação	A referida viagem tem como objetivos agendas institucionais nos seguintes órgãos: INCRA, SEAB, Secretaria do Esporte, FUNDEPAR e Assembleia Legislativa do Paraná, a fim de tratar de assuntos de interesse do município.

Publicado por:
Andre Gobbo Capelassi
Código Identificador:D90045D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
66º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE APROVADOS

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023

66º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE APROVADOS

A Prefeitura do Município de São Jerônimo da Serra convoca para nomeação o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2022, abaixo relacionados (as), para apresentar-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis a publicação (Item 15.2), das 08h às 11h30m e das 13h às 17h, portando todos os documentos constantes no Anexo, no Edifício Sede da Prefeitura, sito à Praça Coronel Deolindo nº S/N, Centro. A não apresentação dos documentos em conformidade com o Edital impedirá o efetivo ato de provimento, desclassificando o candidato do Concurso Público, podendo ser chamado o candidato subsequente na ordem de classificação geral.
Para fins de atendimento dos requisitos para posse constante do item 4 do Edital Concurso Público, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, no ESTADO DO PARANÁ**, faculta aos ora Convocados o uso dos modelos de declarações de bens e valores (Anexo I), e de desincompatibilização/desvinculação (Anexo II), nada impedindo, por outro lado, que o convocado adote o modelo que melhor lhe aprouver, desde que atenda ao disposto no art. 13 da Lei Federal 8.429/92 (LIA) para a declaração de bens de valores, bem como cumpra com as disposições editalícias para as demais declarações.

Os anexos estarão disponíveis do Diário Oficial Eletrônico e no site do Município de São Jeronimo da Serra.

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
259749	Psicólogo (a)	Raira Lino Nogueira	15º
263948	Fisioterapeuta	Suzana Silva Fajardo	4º

São Jerônimo da Serra, aos 31 de março de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivan Igor de Oliveira Perusso
Código Identificador:F5A44569

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
67º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE APROVADOS

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023

67º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE APROVADOS

A Prefeitura do Município de São Jerônimo da Serra convoca para nomeação o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2022, abaixo relacionados (as), para apresentar-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis a publicação (Item 15.2), das 08h às 11h30m e das 13h às 17h, portando todos os documentos constantes no Anexo, no Edifício Sede da Prefeitura, sito à Praça Coronel Deolindo nº S/N, Centro. A não apresentação dos documentos em conformidade com o Edital impedirá o efetivo ato de provimento, desclassificando o candidato do Concurso Público, podendo ser chamado o candidato subsequente na ordem de classificação geral.
Para fins de atendimento dos requisitos para posse constante do item 4 do Edital Concurso Público, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, no ESTADO DO PARANÁ**, faculta aos ora Convocados o uso dos modelos de declarações de bens e valores (Anexo I), e de desincompatibilização/desvinculação (Anexo II), nada impedindo, por outro lado, que o convocado adote o modelo que melhor lhe aprouver, desde que atenda ao disposto no art. 13 da Lei Federal 8.429/92 (LIA) para a declaração de bens de valores, bem como cumpra com as disposições editalícias para as demais declarações.

Os anexos estarão disponíveis do Diário Oficial Eletrônico e no site do Município de São Jeronimo da Serra.

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
263630	Engenheiro Agrônomo	Matheus Arantes da Silva	1º

São Jerônimo da Serra, aos 31 de março de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivan Igor de Oliveira Perusso
Código Identificador:F2EAB244

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2026

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2026

Dispensamos a Licitação, com fundamento no inciso II do Artigo 75 da Lei n.º. 14.133/2021, a favor da Empresa:

01. ANDRADE MÁQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida José Alves Nendo, nº 1.054, Jardim São Silvestre, Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CNPJ Nº 49.378.516/0007-59, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MAURO ANDRADA,** e-mail financeiro@sansei.com.br, Fone **(44) 3025-5577,** portador do CPF n° 671.889.828-72**. Com o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).**

PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÁQUINA DE BORDADO ELETRÔNICA, DESTINADA AO USO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VIÍNCULOS-SCFV, PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE CONFECÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECREAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20**, por ser dela o menor valor proposto.

São Jerônimo da Serra, 31 de março de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:616ECB7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 12/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 12/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia**15/04/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** QUE TEM POR OBJETO **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL DESTINADOS AOS PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO PLACAS COMEMORATIVAS/INSTITUCIONAIS EM AÇO INOX COM GRAVAÇÃO PERSONALIZADA, LETRAS-CAIXA EM ACM PARA IDENTIFICAÇÃO DE FACHADAS E PLACAS EM LONA VINÍLICA COM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA. PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR.** Valor estimado **R$ 462.330,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta reais),** retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 01 de abril de 2026.

São Jerônimo da Serra, 31 de março de 2026.

JUDITH IZABEL DE SALLES
Pregoeira

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:F8151A38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 13/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 13/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia**16/04/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL

HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** QUE TEM POR OBJETO **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MÓVEIS E ELÉTROS PARA CASA LAR DO MUNÍCIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, SENDO ESSA UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E QUE SIGA QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.** Valor estimado **R$ 44.636,83 (quarenta e quatro mil seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos),** retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 01 de abril de 2026.

São Jerônimo da Serra, 31 de março de 2026.

JUDITH IZABEL DE SALLES
Pregoeira

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:5F612F04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 14/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 14/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia**15/04/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** QUE TEM POR OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE SACOS DE RÁFIA, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR.** Valor estimado **R$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais),** retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 01 de abril de 2026.

São Jerônimo da Serra, 31 de março de 2026.

JUDITH IZABEL DE SALLES
Pregoeira

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:185E7BA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 034/2026

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2026
Processo Administrativo 034/2026
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÁQUINA DE BORDADO ELETRÔNICA, DESTINADA AO USO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VIÍNCULOS-SCFV, PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE CONFECÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECREAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.
Empresa vencedora:

01. ANDRADE MÁQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida José Alves Nendo, nº 1.054, Jardim São Silvestre, Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CNPJ Nº 49.378.516/0007-59, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MAURO ANDRADA,** e-mail financeiro@sansei.com.br, Fone **(44) 3025-5577,** portador do CPF n° 671.889.828-72**. Com o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).**

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA
Condutora de Processos

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:79A8B19A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 35/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, para o biênio 2026/2028.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, para o biênio 2026/2028, conforme segue:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
Titulares:
MARIZA DE LOURDES NOVI VIEIRA – Secretaria Municipal de Assistência Social
DEBORA FERNANDA VIEIRA – Secretaria Municipal de Saúde
MARCIA DA COSTA LORETO – Secretaria Municipal de Educação
Suplentes:
HELOISY VIEIRA BUENO – Secretaria Municipal de Assistência Social
MONICA SUBTIL – Secretaria Municipal de Saúde
CAROLAINE MACHADO PADILHA – Secretaria Municipal de Educação

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Titulares:
JOELMA APARECIDA DA SILVA – Representante dos Usuários do SCFV
VILMA GERALDO SOLEDADE – Coletivo de Mulheres Indígenas de São Jer. da Serra
JESUITA CARDOSO DOS SANTOS – Associação de Moradores do Bairro Caratuva
Suplentes:
FATIMA ASSIS SANTIAGO SAMPAIO – Representante dos Usuários do SCFV
JANAINA PEREIRA DOS SANTOS – Coletivo de Mulheres Indígenas de São Jer. da Serra
MARIA INÊS RABELO – Associação de Moradores do Bairro Caratuva

Art. 2º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, 30 de março de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:1200BBDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 016/2026 CONTRATO Nº 041/2026

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 016/2026
CONTRATO Nº 041/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÁQUINA DE BORDADO ELETRÔNICA, DESTINADA AO USO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VIÍNCULOS-SCFV, PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE CONFECÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECREAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**
CONTRATADA: **ANDRADE MÁQUINAS LTDA, pessoa** jurídica de direito privado, com sede na Avenida José Alves Nendo, nº 1.054, Jardim São Silvestre, Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CNPJ Nº 49.378.516/0007-59, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MAURO ANDRADA,** e-mail financeiro@sansei.com.br, Fone **(44) 3025-5577,** portador do CPF n° 671.889.828-72**. Com o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).**
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte dias.
São Jerônimo da Serra/PR,31 de março de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal ANDRADE MÁQUINAS LTDA.**

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:5E2CBAAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026 PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026
PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÁQUINA DE BORDADO ELETRÔNICA, DESTINADA AO USO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VIÍNCULOS-SCFV, PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE CONFECÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECREAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.**

01. ANDRADE MÁQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida José Alves Nendo, nº 1.054, Jardim São Silvestre, Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CNPJ Nº 49.378.516/0007-59, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor MAURO ANDRADA, e-mail financeiro@sansei.com.br, Fone (44) 3025-5577, portador do CPF n° 671.889.828-72. Com o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

São Jerônimo da Serra, 31 de março de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:B905AB1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA 096/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUASATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE, **REVOGAR,** a Portaria 031/2021 de 08/01/2021, que CONCEDE, período adicional de 20 horas semanais, a Sra. **EDILAINE CORREA BATISTA DE MELLO, matrícula 74938,** RG 10.556.168-7, conforme Ofício nº 26/2026-SME de 27/03/2026, a partir de 01/04/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 30 de março de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:B4569CC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 04/2026 - CMDM

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, para o biênio 2026/2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de São Jerônimo da Serra/PR, no uso de suas atribuições legais e;
Considerando a assembléia de eleição da Sociedade Civil e indicação dos representantes governamentais, realizado no dia 30 de março de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica homologada a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM para o biênio 2026/2028, conforme segue:
I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
Titulares:
MARIZA DE LOURDES NOVI VIEIRA – Secretaria Municipal de Assistência Social
DEBORA FERNANDA VIEIRA – Secretaria Municipal de Saúde
MARCIA DA COSTA LORETO – Secretaria Municipal de Educação

Suplentes:
HELOISY VIEIRA BUENO – Secretaria Municipal de Assistência Social
MONICA SUBTIL – Secretaria Municipal de Saúde
CAROLAINE MACHADO PADILHA – Secretaria Municipal de Educação

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Titulares:
JOELMA APARECIDA DA SILVA – Representante dos Usuários do SCFV
VILMA GERALDO SOLEDADE – Coletivo de Mulheres Indígenas de São Jerônimo da Serra
JESUITA CARDOSO DOS SANTOS – Associação de Moradores do Bairro Caratuva

Suplentes:
FATIMA ASSIS SANTIAGO SAMPAIO – Representante dos Usuários do SCFV
JANAINA PEREIRA DOS SANTOS – Coletivo de Mulheres Indígenas de São Jerônimo da Serra
MARIA INÊS RABELO – Associação de Moradores do Bairro Caratuva

Art. 2º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
São Jerônimo da Serra/PR, 30 de março de 2026.

MARIZA DE LOURDES NOVI VIEIRA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:414FF261

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 05/2026

Dispõe sobre a eleição e composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de São Jerônimo da Serra/PR, no uso de suas atribuições legais, e considerando a deliberação em plenária,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, para o biênio 2026/2028, com a seguinte composição:
Presidente: MARIZA DE LOURDES NOVI VIEIRA
Vice-Presidente: JOELMA APARECIDA DA SILVA
Secretária: DEBORA FERNANDA VIEIRA

Art. 2º O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, conforme legislação vigente.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo da Serra/PR, 30 de março de 2026.

MARIZA DE LOURDES NOVI VIEIRA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:CE0D9A76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2024 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA MAXIMUS CONSTRUTORA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2024

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E a empresa MAXIMUS CONSTRUTORA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA.

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná**,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, com sede nesta cidade, na Praça Coronel Deolindo, nº s/n, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8residente e domiciliado nesta cidade e comarca de São Jerônimo da Serra, simplesmente **CONTRATANTE** a empresa **MAXIMUS CONSTRUTORA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Ubatumirim Lotufo Garcez, nº 58, Loteamento Parque Piracangagua, Município de Taubaté, Estado de São Paulo, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) **FRANKLIN CARDOSO DO NASCIMENTO**, portador do CPF nº 026.388.394-93, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo como o objeto: **a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA**
Considerando a anuência da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
Considerando a anuência e justificativa do Departamento de Engenharia;
Considerando a permissão legal contida no art.107 da Lei 14.133/2021;
Considerando o interesse e concordância das partes na prorrogação e reprogramação destes termos;
Considerando o interesse público;
Resolvem:
Celebrar o presente termo aditivo de prazo ao contrato administrativo nº 116/2024, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
Constitui objeto deste Termo Aditivo de prazo de vigência, acréscimo de 30 (trinta) dias, conforme solicitação do Departamento de Engenharia relativo à obra, anexo ao processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – De Vigência
Prazo de vigência: 01/05/2026

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 116/2024.

Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 31 de março de 2026.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

MAXIMUS CONSTRUTORA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA
Contratada

Testemunhas:

1._____
Nome:
CPF:
2._____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:10563826

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇAO
REF. PROCESSO-AUTOS 22/2026
Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços de Dedetização e Desratização e Limpeza de caixas D'água no hospital Municipal São José.
O Município de São José da Boa Vista PR; para fins do disposto na Lei de Licitações, torna público que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José Lázaro Ferraz, proferiu decisão no processo em destaque supra, adjudicando e Homologando o objeto da Dispensa de Licitação nº. 10/2026, para a contratação junto a empresa ACT BIO IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA ME, no valor total de R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais), tudo conforme documentado nos autos.
SJBV, 31 de março de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:E9D4931F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N° 05/2026 – FORMA: ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS
O Município de São José da Boa Vista-PR torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico que tem por objeto o "Registro de preços para futura e eventual aquisição de Arla e aditivos para secretaria de Urbanismo, Obras e Viação". A sessão se dará no dia 15/04/2026, a partir das 09h00min no ambiente virtual da plataforma comprasgov – UASG: 987883. Valor máximo aceitável R$ 46.784,50 (Quarenta e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos). Mais esclarecimentos poderão ser obtidos no Edifício da Prefeitura Municipal, no horário comercial, pelo fone: (043) 3565-1252, e-mail: licitacoes@saojosedaboavista.pr.gov.br. Os interessados poderão obter o edital completo nos sites: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br ou https://www.gov.br/pncp/pt-br.
São José da Boa Vista, 31 de março de 2026.

ALAN SILVEIRA DE SANTANA -
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:9251DC22

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Contrato nº 12/2026 - Processo administrativo nº 22/2026
Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços de Dedetização e Desratização e Limpeza de caixas D'água no hospital Municipal São José.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: ACT BIO IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA Valor Total: R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).
Período de vigência: 31/03/2026 à 30/03/2027.
Fundamento legal: art.75, II, da Lei nº. 14.133/2021.
São José da Boa Vista PR, 31 de março de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:AE638BFF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 83/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 22/2026 – Dispensa de licitação nº 10/2026, tendo por objeto a Contratação de empresa para prestação de Serviços de Dedetização e Desratização e Limpeza de caixas D'água no hospital Municipal São José.
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestora do Contrato nº 10/2026 a sra. Fabiana Aparecida Ferreira – Diretora Administrativa e como fiscal a sra. Juliana Rodrigues de Souza – Enfermeira.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:B7414231

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 082/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 137/2025, Homologado através da Portaria 408/2025.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 01/04/2026, os candidatos abaixo discriminados, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado, Edital 137/2025 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

NOME	Matricula	Documento	FUNÇÃO
JOSE VALDICLEI DA SILVA	24875/1	079.929.***-23	Motorista
ANIBAL JOSE DA SILVA	2449/2	870.229.***-15	Motorista

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 31/03/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 137/2025.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 31 de Março de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:F7AAE29C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, para atendimento das necessidades das Secretarias do município de São José das Palmeiras-PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADA: 49.387.926 ANA LUCIA GERMANO DA SILVA
VALOR: R$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais)até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato e de 120 (cento e vinte) dias.

São José das Palmeiras, em 31 de Março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:6D27E360

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, para atendimento das necessidades das Secretarias do município de São José das Palmeiras-PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADA: ARP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
VALOR: R$ 991,92 (Novecentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos) até o término do contrato .
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato e de 120 (cento e vinte) dias.

São José das Palmeiras, em 31 de Março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:335A621B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, para atendimento das necessidades das Secretarias do município de São José das Palmeiras-PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADA: JOSÉ CARLOS LUNKES & CIA LTDA
VALOR: R$ 13.455,20 (Treze mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato e de 120 (cento e vinte) dias.

São José das Palmeiras, em 31 de Março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D2E4CDAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, para atendimento das necessidades das Secretarias do município de São José das Palmeiras-PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADA: JEHAD ALVES IBRAHIM
VALOR: R$ 24.699,19 (Vinte quatro mil seiscentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos) até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato e de 120 (cento e vinte) dias.

São José das Palmeiras, em 31 de Março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:9B412E61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, para atendimento das necessidades das Secretarias do município de São José das Palmeiras-PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADA: R. BUSETTO & F. KRUGER LTDA
VALOR: R$ 960,00 (Novecentos e sessenta reais). Até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato e de 120 (cento e vinte) dias.

São José das Palmeiras, em 30 de Março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:BF85755A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

OBJETO:Contratação de empresa (s) especializada (s) para fornecimento de show artístico musical com a para a apresentação de show artístico musical da Banda San Marino, por intermédio da empresa Grupo Musical San Marino Ltda, na programação oficial da 41ª Festa de Aniversário do Município de São José das Palmeiras – PR, a realizar-se no dia 18 de abril de 2026, no Município de São José das Palmeiras – PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADO: GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA
VALOR: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência de 90 (noventa) dias.

São José das Palmeiras-PR, em 31 de março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:A2A3172F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação a Dispensa Eletrônica nº 04/2026, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido:
As empresas vencedoras foram:**49.387.926ANA LUCIA GERMANO DA SILVA,** com o valor total de **R$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais); ARP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, com o valor R$ 991,92 (Novecentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos); **JOSÉ CARLOS LUNKES & CIA LTDA,** com o valor **R**$ 13.455,20 (Treze mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos); **JEHAD ALVES IBRAHIM,** com o valor R$ 24.699,19 (Vinte e quatro mil seiscentos e noventa e nove reais e dezenove centavos) e **R. BUSETTO & F. KRUGER LTDA,** com o valor R$ 960,00 (Novecentos e sessenta reais).
Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 30 de Março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:EDE953F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Contratação a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2026, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Contratação de empresa (s) especializada (s) para a apresentação de show artístico musical da Banda San Marino, por intermédio da empresa Grupo Musical San Marino Ltda, na programação oficial da 41ª Festa de Aniversário do Município de São José das Palmeiras – PR, a realizar-se no dia 18 de abril de 2026, no Município de São José das Palmeiras – PR.

A Empresa vencedora foi: **GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA**, com o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras/PR, 31 de março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:8FB98B3E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 769/2026 - CONCEDE RECOMPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA DOS VENCIMENTOS AOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – PR

Lei nº 769/2026
Data: 31 de março de 2026.

SÚMULA:*Concede Recomposição Inflacionária dos Vencimentos aos Conselheiros Tutelares do Municipais de São José das Palmeiras – PR.*

A câmara Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI
Art. Fica alterada a remuneração dos Conselheiros Tutelares, no percentual de 5,40% (cinco virgula quarenta por cento), a partir de 1º (primeiro) de fevereiro de 2025 (Data Base). Sendo o percentual de 4,3% (quatro vírgula trinta por cento) a título de Revisão Geral correspondente a recomposição da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. E 1,1% (um virgula um por cento) por ganho real. Em conformidade com disposição constante do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda n.º 19 de 04 de junho de 1998, e nos termos do art. 72, § 2º da Lei Municipal n.º 665/2021.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras- PR 31 dias de março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:E8F93C1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR - EXTRATO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 04/2026

EXTRATO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 04/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO: **Aquisição de materiais elétricos, para atendimento das necessidades das Secretarias do município de São José das Palmeiras-PR**

Contratante: **Município de São José das Palmeiras.**
Contratada: **49.387.926 ANA LUCIA GERMANO DA SILVA**
Rua Santiago nº 969 - Bairro Guanabara
Cidade: Londrina/PR
CNPJ/MF: 49.387.926/0001-70
Preço total: R$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais).

Contratante: **Município de São José das Palmeiras.**
Contratada: **ARP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**
Endereço: Rua Elias Catan, nº 460, Bairro Jardim Anache
Cidade: Campo Grande/MS
CNPJ/MF: 63.950.856/0001-48
Preço total: R$ 991,92 (Novecentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos).

Contratante: **Município de São José das Palmeiras.**
Contratada: **JOSÉ CARLOS LUNKES & CIA LTDA**
Endereço: Avenida José Bonifácio, nº 1205, Centro
Cidade: – São José das Palmeiras/PR
CNPJ/MF: 84.925.957/0001-39
Preço total: R$ 13.455,20 (Treze mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

Contratante: **Município de São José das Palmeiras.**
Contratada: **JEHAD ALVES IBRAHIM**
Endereço: Rua Marechal Candido Rondon, Centro
Cidade: – São José das Palmeiras/PR
CNPJ/MF: 05.235.166/0001-00
Preço total: R$ 24.699,19 (Vinte e quatro mil seiscentos e noventa e nove reais e dezenove centavos).

Contratante: **Município de São José das Palmeiras.**
Contratada: **R. BUSETTO & F. KRUGER LTDA**
Endereço: Rua Pedro Pinto de Souza, nº 77, Centro
Cidade: – Erechim/RS
CNPJ/MF: 32.246.085/0001-89
Preço total: R$ 960,00 (Novecentos e sessenta reais).

São José das Palmeiras, 30 de março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:16D5E2B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR - EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Contratação de empresa (s) especializada (s) para Contratação de empresa especializada para a apresentação de show artístico musical da Banda San Marino, por intermédio da empresa Grupo Musical San Marino Ltda, na programação oficial da 41ª Festa de Aniversário do Município de São José das Palmeiras – PR, a realizar-se no dia 18 de abril de 2026, no Município de São José das Palmeiras – PR.
Fundamento legal: Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos
Contratante: Município de São José das Palmeiras/PR.
Contratada: **GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA**
Endereço: Com sede na Rua Carlos Heinze, 800; Bairro Cruzeiro
Cidade: Santa Rosa/RS
CNPJ/MF: 92.811.934/0001- 21
Preço: O valor será de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).**
Prazo: O prazo de vigência do presente instrumento é de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato.
São José das Palmeiras/PR, 31 DE MARÇO DE 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:FB4603F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 015/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 04/2026

PROCESSO LICITATORIO Nº 015/2026
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 04/2026

Com fundamento no inciso II, do Art. 75, da Lei n. º 14.133/2021, dispenso a licitação em favor das empresas 49.387.926 **ANA LUCIA GERMANO DA SILVA**, inscrita no CNPJ sob o nº 49.387.926/0001-70 com sede na Rua Santiago nº 969 - Bairro Guanabara – Londrina/PR, e a empresa **ARP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 63.950.856/0001-48 com sede na Rua Elias Catan, nº 460, Bairro Jardim Anache – Campo Grande/MS, e a empresa **JOSÉ CARLOS LUNKES & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.925.957/0001-39 com sede na Avenida José Bonifácio, nº 1205, Centro – São José das Palmeiras/PR, e a empresa **JEHAD ALVES IBRAHIM**, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.235.166/0001-00 com sede na Rua Marechal Candido Rondon, Centro – São José das Palmeiras/PR, e a empresa **R. BUSETTO & F. KRUGER LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 32.246.085/0001-89 com sede na Rua Pedro Pinto de Souza, nº 77, Centro – Erechim/RS, **cujo objeto é aquisição de materiais elétricos, para atendimento das necessidades das Secretarias do município de São José das Palmeiras-PR.**

São José das Palmeiras, 30 de Março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:ED57EFB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

Com fundamento no Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, confirme a inexigibilidade da licitação em favor da empresa **GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA,** com sede na Rua Carlos Heinze, 800; Bairro Cruzeiro - Santa Rosa/RS,

inscrita sob o CNPJ de n.º 92.811.934/0001- 21, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para a apresentação de show artístico musical da Banda San Marino, por intermédio da empresa Grupo Musical San Marino Ltda, na programação oficial da 41ª Festa de Aniversário do Município de São José das Palmeiras – PR, a realizar-se no dia 18 de abril de 2026, no Município de São José das Palmeiras – PR. no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

São José das Palmeiras, 31 de março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:BEB7BD29

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 002/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
São José das Palmeiras- PR

RESOLUÇÃO Nº. 002/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Governo Federal referente ao Exercício de 2025 - Agiliza SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso das suas atribuições, legais que lhe confere a Lei municipal nº 604/2017 de 09/11/2017 e considerando a deliberação da plenária realizada em 25 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a prestação de contas do Governo Federal referente ao exercício de 2025 – Agiliza Suas, dos Serviços e Programas Socioassistenciais, IGD-Suas e IGD - Bolsa Família.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José das Palmeiras, 31 de março de 2026

DÉBORA DAHMER BELCURON CABRAL
Presidente do CMAS

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:765D1256

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2026 PMSPPR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 27/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que se encontra aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 12/2026, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. MODO DE DISPUTA: ABERTO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE, ZERO KM, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia 22 DE ABRIL DE 2026, ÀS 09:00 HORAS. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ REALIZADO ATÉ AS 08:00 HORAS DO DIA 22 DE ABRIL DE 2026. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30h às 17:00h, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 31 de março de 2026.

RODRIGO DE SOUZA DANTAS SILVA
Pregoeiro

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:472E19E5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 139/2026

DECRETO Nº 139/2026

Súmula: Declara licitação deserta e dá outra providencias.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município.

D E C R E T A

Art. 1º Em virtude da inexistência de interessados em participar da Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2026-PMSPPR, fica declarada DESERTA a presente licitação que teve como objeto a contratação de empresa para confecção de placas de sinalização viária, faixas, pintura de letreiros, plotagem de vinil, conforme descritos no ANEXO I - Termo de Referência.

Art. 2º Compete à Divisão de Licitações a adoção das providências necessárias ao encerramento do Processo, bem como a abertura de um novo visando atingir o objetivo delineado.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 30 de março de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:759D268B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO PREGÃO 66/2024 - GIMENES & AUGUSTO LTDA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e GIMENES & AUGUSTO LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 80.317.191/0001-59

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 66/2024-PMSPPR
O objeto do presente termo é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS A

ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, DE FORMA PARCELADA, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem por objeto a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 209/2024 IDEUSO Nº 2024423, oriunda do Pregão Eletrônico nº 66/2024 – PMSPPR, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cláusula Segunda Fica concedido o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens abaixo relacionados, em razão da comprovada variação dos custos de mercado, resultando em acréscimo total de:

Item	Descrição	Valor Unitário Vigente (R$)	Valor Unitário Atualizado (R$)	Diferença Unitária (R$)
1	**Óleo diesel s10**	6,44	7,79	1,35
2	**Gasolina comum**	6,24	6,69	0,45

Cláusula Terceira – Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, datada em 30 de dezembro de 2024.

São Pedro do Paraná-PR, 31 de março de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:829B7879

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026

Aos 23 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 19h06min, reuniram-se os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, para a realização da 5ª Sessão Ordinária do ano de 2026. Verificada a existência de quórum regimental, nos termos do Regimento Interno, o Senhor Presidente JOSÉ APARECIDO BRAGA, declarou aberta a sessão, que fora transmitida ao vivo por meio da página oficial da Câmara Municipal, no Facebook. A Mesa Executiva estava assim composta: José Aparecido Braga como Presidente, Wanderley Nobrega Monteiro Filho como Vice-Presidente; João Batista Alves da Costa, como Primeiro Secretário; e Osmar Ramalho, como Segundo Secretário. Em seguida, foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: DEVAIR CRISPIM FERREIRA, JOÃO BATISTA ALVES DA COSTA, JOSÉ APARECIDO BRAGA, MARIA APARECIDA RAMALHO FERNANDES, NELSON FERREIRA DA SILVA, NEY ZACARIAS, OSMAR RAMALHO, RAFAEL ROCHA TEIXEIRA RICARDI E WANDERLEY NOBREGA MONTEIRO FILHO. Dando sequência com Expediente do Dia, o Senhor Presidente solicitou que fosse feita a leitura da Ata da Sessão anterior, que após ser lida, foi colocada em votação, sendo aprovada e assinada pelos Vereadores presentes. Na sequência, procedeu-se à leitura dos ofícios e demais correspondências recebidas pelo Poder Legislativo, com ênfase na leitura do Protocolo Interno nº 1560/2026 do Controle Interno, referente ao Memorando nº 26/2026, com o encaminhamento dos documentos referentes à Prestação de Contas do Exercício de 2025, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contendo: • Cópia do relatório anual do Controle Interno; • Declaração de ciência do relatório anual do Controle Interno; • Temo de confirmação das informações cadastrais; • Cópia integral do processo de prestação de contas enviado ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório. Logo após, deu-se início à Ordem do Dia. Considerando os pareceres favoráveis das comissões permanentes e a urgência solicitada pelo Poder Executivo Municipal, foi colocada em votação a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 027/2026, de autoria da Prefeita Municipal, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Na sequência, foi colocado em 1ª e 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 027/2026, cuja ementa: *"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 81.376,47 (oitenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), e dá outras providências*.", o qual foi aprovado pelos vereadores. Considerando os pareceres favoráveis das comissões permanentes e a urgência solicitada pelo Poder Executivo Municipal, foi colocada em votação a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 030/2026, de autoria da Prefeita Municipal, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Na sequência, foi colocado em 1ª e 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 030/2026, cuja ementa: *"Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 376.183,59 (trezentos e setenta e seis mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos), e dá outras providências*.", o qual foi aprovado pelos vereadores. Considerando os pareceres favoráveis das comissões permanentes e a urgência solicitada pelo Poder Executivo Municipal, foi colocada em votação a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 031/2026, de autoria da Prefeita Municipal, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Na sequência, foi colocado em 1ª e 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 031/2026, cuja ementa: *"Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 2.034.599,14 (novecentos e quinze mil reais), e dá outras providências*.", o qual foi aprovado pelos vereadores. Considerando os pareceres favoráveis das comissões permanentes e a urgência solicitada pelo Poder Executivo Municipal, foi colocada em votação a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 032/2026, de autoria da Prefeita Municipal, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Na sequência, foi colocado em 1ª e 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 032/2026, cuja ementa: *"Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 915.000,00 (dois milhões. trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e quatorze centavos), e dá outras providências*.", o qual foi aprovado pelos vereadores. A seguir, foram apreciadas as matérias em discussão única, requerimentos e indicações. Requerimentos nº 011 e 012/2026 do Vereador: Rafael Rocha Teixeira Ricardi. Requerimento nº 013 e Indicações nº 019 e 020/2026 do Vereador: Wanderley Nobrega Monteiro Filho. Indicação nº 017/2026 do Vereador: Nelson Ferreira da Silva e Indicação nº 018/2026 dos Vereadores: João Batista Alves da Costa, Wanderley Nobrega Monteiro Filho e Osmar Ramalho. Todos os requerimentos e indicações, foram colocadas em votação e aprovadas pelos vereadores presentes. Na sequência, foi apreciada a Matéria em Segunda Discussão. Sendo colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 04/2026 do Legislativo Municipal de autoria do Vereador Wanderley Nobrega Monteiro Filho, cuja ementa: "*Dispõe sobre a utilização de sistema de monitoramento por câmeras nos veículos utilizados na prestação do serviço de transporte escolar no Município de São Sebastião da Amoreira e dá outras providências.",* o qual foi aprovado pelos vereadores. Encerrada a Ordem do Dia, foi concedida a palavra livre aos Nobres Vereadores, para agradecimentos e manifestações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os Vereadores presentes.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2025-2026

WANDERLEY N. MONTEIRO FILHO
Vice-Presidente
Biênio 2025-2026

JOÃO BATISTA ALVES DA COSTA
1º Secretário
Biênio 2025-2026

OSMAR RAMALHO
2º Secretário
Biênio 2025-2026

DEVAIR CRISPIM FERREIRA
Vereador
Gestão 2025-2028

MARIA AP. RAMALHO FERNANDES
Vereadora
Gestão 2025-2028

NELSON FERREIRA DA SILVA
Vereador
Gestão 2025-2028

NEY ZACARIAS
Vereador
Gestão 2025-2028

RAFAEL ROCHA TEIXEIRA RICARDI
Vereador
Gestão 2025-2028

Publicado por:
Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Código Identificador:AEB72E25

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Sebastião da Amoreira para execução dos Serviços de Proteção Social Especial a Pessoa com Deficiência.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.475/2017, que prevê a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e criação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências;

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Sebastião da Amoreira/PR – CMDPD, no uso de suas atribuições legais, conforme deliberação em reunião extraordinária registrada em ata nº 15 do dia 31 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Trabalho, para formalização do repasse a Instituição da APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no valor de R$ 42.553,10 (quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e três reais e dez centavos) advindos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, recursos estes aplicados na aquisição: Gêneros de Alimentação, Outros Materiais de Consumo (Materiais de Artesanato), Outros Materiais de Consumo (Despesa com material gráfico) e Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica para os Serviços de Proteção Social Especial de a Pessoa com Deficiência, apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 31 de março de 2026.

ROMILDA DE FÁTIMA DA SILVA RAMALHO
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:9001E097

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.257, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Inclui o Artigo 6-A na Lei 1934/2023 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e eu, EXILAINE GASPAR, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Inclui o Artigo 6-A na Lei Municipal 1.934/2023.
"Art.6-A: As isenções previstas nos Artigos 2º, 3º, 4º e 5º desta Lei serão concedidas exclusivamente ao empreendimento previsto no Artigo 1º, Inciso I, não se aplicando a outros empreendimentos de caráter privado ou que não tenham sido implantados a partir de políticas públicas exclusivas do município de São Sebastião da Amoreira, mesmo que sejam conveniados de instituições públicas habitacionais."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 31 de março de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:D353F8E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 072 DE 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição da Comissão Especial de Avaliação e Baixa de Bens Patrimoniais de Informática e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial os artigos 66, item VII, e 100, § 3º da Lei Orgânica Municipal e com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas de controle patrimonial;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica instituída a Comissão Especial de Avaliação e Baixa de Bens de Informática, com a finalidade de identificar, avaliar e elaborar laudos técnicos sobre bens móveis (equipamentos de informática) considerados inservíveis, obsoletos ou antieconômicos para o patrimônio municipal.

Art. 2º – A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

• Presidente: Márcio Adalberto Oizumi – Matrícula: 895;
• Membro Técnico: Guilherme Gonçalves Diniz – Matrícula: 1729;
• Membro Administrativo (Patrimônio): João Vitor Moreira da Silva – Matrícula: 1583.

Parágrafo único: *A presente Comissão exercerá suas atividades por prazo indeterminado, atuando de forma contínua no monitoramento e desfazimento de ativos tecnológicos do município.*

Art. 3º – Compete à Comissão:
I. Realizar o levantamento físico dos itens de informática sem uso;
II. Classificar os bens em: Ociosos (em boas condições, mas sem uso), Recuperáveis (conserto viável), Antieconômicos (manutenção cara) ou Irrecuperáveis (sucata);
III. Emitir Laudo Técnico individual ou coletivo atestando o estado de conservação;
IV. Sugerir a destinação final (doação, leilão ou descarte ecológico/reciclagem), observando a legislação ambiental vigente.

Art. 4º – Os trabalhos da Comissão deverão ser formalizados em Processo Administrativo próprio, com relatório final submetido à homologação da Chefia do Executivo.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 31 de março de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:22EF4B46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 073 DE 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Designa o Gestor e o Fiscal para acompanhamento, fiscalização e gestão do Convênio a ser firmado com a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial os artigos 66, item VII, e 100, § 3º da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo vinculados à estrutura administrativa municipal para atuar na gestão e fiscalização do Convênio celebrado com a COHAPAR, que tem por objeto a edificação de unidades habitacionais de interesse social (Programa Casa Fácil PR):

GESTORA DO CONVÊNIO: Graziela Aparecida de Souza Pereira, matrícula nº 1704, lotada na Secretaria de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente.

FISCAL DO CONVÊNIO: Elizeu Augusto da Silva, matrícula nº 1431, lotado na Secretaria de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - Compete ao Gestor nomeado a coordenação administrativa do ajuste, incluindo:
I. Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos no Plano de Trabalho;
II. Providenciar a documentação para liberação das parcelas de recursos;
III. Manter a interlocução direta com o Escritório Regional da COHAPAR;
IV. Coordenar a prestação de contas junto ao Sistema Integrado de Transferências (SIT) do TCE/PR.

Art. 3º - Compete ao Fiscal nomeado o acompanhamento técnico da execução da obra, incluindo:
I. Emitir a medição mensal da obra e encaminhá-la ao fiscal da COHAPAR até o 5º dia útil;
II. Anotar em registro próprio as ocorrências da execução e determinar o saneamento de falhas;
III. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de fiscalização;
IV. Receber o objeto mediante Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 31 de março de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:5F08105B

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

08º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 27/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022

CONTRATANTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE através do MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA/PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 09.000.336/0001-29, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pelo Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
Clínica Médica Previt Saúde Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Cachoeira, nº 768 – Centro, CEP: 86.240-000 – São Sebastião da Amoreira/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 41.086.924/0001-30, representada pelo Sr. Paulo Henrique Luiz, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 4.938.509-9 SSP/PR e CPF/MF nº 802.657.829-53, residente e domiciliado na cidade de São Sebastião da Amoreira/PR.

OBJETO DO ADITIVO
- Cláusula Primeira: Fica RENOVADO e prorrogado, por mais 12 (doze) meses, o prazo de vigência e execução do contrato original nº 47/2022, passando seu término para a data de 31 de março de 2027, com o objetivo de garantir a continuidade da prestação dos serviços/fornecimento.
- Cláusula Segunda: Em razão da renovação do período contratual, o valor estimado para este novo ciclo de 12 (doze) meses é de R$ 1.357.286,56 (um milhão trezentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos). Este montante reflete a atualização do valor original mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE acumulado no período, mantendo-se a base unitária pactuada, ressalvados eventuais reajustes futuros por apostilamento.
-Cláusula Terceira: As despesas decorrentes desta renovação correrão à conta das dotação orçamentária para o exercício de 2026.
- Cláusula Quarta: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial que não foram objeto de alteração por este instrumento.

FORO
Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:59007091

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

01º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR DO CONTRATO Nº 91/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira/PR.

Contratada: EMPÓRIO DAS LICITAÇÕES COMÉRCIO LTDA.

Objeto: Acréscimo quantitativo de papel sulfite A4 para atender a Rede Municipal de Ensino.

Valor do Acréscimo: R$ 2.987,88 (dois mil novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e oito centavos).

Novo Valor Global: R$ 15.437,38.

Data de Assinatura: 30 de março de 2026.

Foro: Comarca de Assaí - PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:1EFE83CB

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

01º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 35/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
PAULO ROBERTO MOREIRA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua JOÃO HENRIQUE JAQUETA, n° 10, na cidade de Cornélio Procópio, estado do Paraná, cadastrada no CNPJ n° 11.214.840/0001-73, representada pelo Sr. PAULO ROBERTO MOREIRA/GERENTE ADMINISTRATIVO, portador do RG n° 6912821-1 e do CPF n° 038364399-64, residente e domiciliado em Cornélio Procópio, estado do Paraná, CEP:86.300-000.

OBJETO DO ADITIVO
- Cláusula Primeira: Fica RENOVADO e prorrogado, por mais 12 (doze) meses, o prazo de vigência e execução do contrato original nº 35/2025, passando seu término para a data de 03 de abril de 2027, com o objetivo de garantir a continuidade da prestação dos serviços/fornecimento.
- Cláusula Segunda: Em razão da renovação do período contratual, o valor estimado para este novo ciclo de 12 (doze) meses é de R$ 47.529,60 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos). Este montante reflete a atualização do valor original mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE acumulado no período, mantendo-se a base unitária pactuada, ressalvados eventuais reajustes futuros por apostilamento.
- Cláusula Terceira: As despesas decorrentes desta renovação correrão à conta das dotação orçamentária para o exercício de 2026.
-Cláusula Quarta: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial que não foram objeto de alteração por este instrumento.

FORO
Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:5E138156

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 29/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: ARAUJO MÓVEIS E TRANSPORTES LTDA.

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 71.494,00 (setenta e um mil quatrocentos e noventa e quatro reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:6487E4FC

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 30/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: CASA DAS ESCOLAS DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 183.388,00 (cento e oitenta e três mil trezentos e oitenta e oito reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:B7CB4C34

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 31/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: M B COSTA ACESSÓRIOS LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 45.360,00(quarenta e cinco mil trezentos e sessenta reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:8679FB10

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 32/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 42.576,00(quarenta e dois mil quinhentos e setenta e seis reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:AFC90A0E

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 33/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 196.433,82(cento e noventa e seis mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:674173E2

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 34/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 32.771,23(trinta e dois mil setecentos e setenta e um reais e vinte e três centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 31/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:23953C3F

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 35/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: DECIO DRUCZKOWSKI - ME

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 252.750,00(duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 31/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:49454F6E

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 36/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: JVRP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 203.645,00(duzentos e três mil seiscentos e quarenta e cinco reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 31/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:C9F606D6

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 37/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: SERRA MOBILE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 123.018,86(cento e vinte e três mil e dezoito reais e oitenta e seis centavos).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 31/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:6FE1F323

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 38/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: MARIANO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 9.504,00(nove mil quinhentos e quatro reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 31/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:152F620C

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 39/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: GELMED MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 14.624,00(quatorze mil seiscentos e vinte e quatro reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 31/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:0DEEB173

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 40/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: DI MOVEIS LTDA

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 34.650,00(trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 31/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:C0E9660F

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 41/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: LUIZ CORREIA DE ASSUMPÇÃO ME

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 12.704,00 (doze mil setecentos e quatro reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 31/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:33E77F5C

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ARP N° 42/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: RIO DAS PEDRAS COMÉRCIO DE ARTIGOS PLÁSTICOS

Objeto: Registro de Preço para aquisição de mobiliários.

Valor: R$ 4.500,00(quatro mil e quinhentos reais).

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 31/03/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:CE7D779C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 08/2026.
O Município de Sapopema/PR, torna público que fará realizar, às 09h00min horas do dia 17 de abril do ano de 2026, na plataforma ComprasBR, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Salto das Orquídeas	Pavimentação em CBUQ	11.602,18 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Sapopema e na plataforma ComprasBR. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Sapopema/PR, 30 de março de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:405E4F74

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
PORTARIA Nº 05-2026-REFERENTE FERIADO PÁSCOA.

PORTARIA Nº. 05/2026.

O Senhor **EDMAR VIEIRA RODRIGUES,** Presidente da Câmara Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa de Leis, tendo em vista o Feriado de Páscoa nos dias 02 e 03 de abril de 2026.

DETERMINA:
Que nos dias 02/04/2026 e 03/04/2026, o Legislativo Municipal não prestará expediente retornando apenas no dia 06/04/2026.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se e publique-se

Sapopema, 30 de Março de 2026.

EDMAR VIEIRA RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Sapopema.

Publicado por:
Alessandra Oliveira Isidoro
Código Identificador:DC4CCB33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA N° 022/2026

Súmula: Extingue a cota parte da Pensão por Morte concedida a dependente presumida *Ana Fonseca de Souza dos Santos*, na forma que especifica:

GILSON RUFINO DE SOUZA, Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais,
I – Considerando a certidão de óbito CNS n° 130302, protocolado junto a esta Autarquia Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - EXTINGUIR a cota parte da Pensão por Morte, concedida através da Portaria n° 067/2024 a Senhora **ANA FONSECA DE SOUZA DOS SANTOS**, dependente presumida do servidor falecido **JOSE NADIR DOS SANTOS,** em face do óbito ocorrido em 10/03/2026, conforme o Art. 55, inciso I, da Lei Complementar n° 320/2015, de 08 de setembro de 2015, que alterou a Lei Complementar n° 264/2011.

Art. 2° - A cota parte extinta será revertida em favor da dependente presumida **ALINE DE SOUZA DOS SANTOS**, e terá prazo determinado até (25/02/2032), em razão da idade do dependente conforme o Art. 55, inciso IV, da LC n° 320/2015, que alterou a LC n° 264/2011.

Art. 3° - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE
SARANDI, em 31 de março de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do Preserv

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:EAA9D674

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 50/2026

Concede progressão funcional por capacitação à servidora Thais Sabino Janunzzi.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Conceder progressão funcional por capacitação à servidora Thais Sabino Janunzzi, Auxiliar Legislativa, matrícula nº 140, inscrita no CPF sob nº XXX.260.XXX-XX, GOL1C04 para o nível referencial GOL1C05 do quadro de pessoal efetivo, fundamentado na alínea "b" do inciso II do art. 38 e na alínea "a" do inciso III do art. 39 da Lei nº 2.869, de 1º de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 27 de março de 2026.

Câmara Municipal de Sarandi, 31 dias do mês de março de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:FFDB5ADF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE APOSTILAMENTOCONTRATUAL CONTRATO N°. 379/2025 – ID 10584 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 06/2025

ORIGEM:	Concorrência Pública n°. 06/2025
CONTRATANTE:	Município de Sarandi – PR
CONTRATADA:	VOLPER ENGENHARIA LTDA
CNPJ/CPF:	34.611.270/0001-50
OBJETO:	CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica designado o Sr. Douglas Cassaro Fertonani, inscrito na matrícula nº5210, como o novo Fiscal da obra, em substituição ao Sr. Bruno Pavezi, de matrícula n°10413. CLÁUSULA SEGUNDA: Retira-se a Sra. Marcia Belei Prado, inscrita na matrícula nº10123, da função de fiscal de contratos.
ASSINATURA	16 de março de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:7CA1025F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 6/2026 CONTRATO Nº104/2026 ID: 10736

ORIGEM:	INEXIGIBILIDADE 6/2026 – PMS
CONTRATANTE:	Município de Sarandi – PR
CONTRATADA:	INGA VEICULOS LTDA
CNPJ/CPF:	01.994.951/0001-96
OBJETO:	Contratação de Concessionária autorizada para fornecimento, instalação, parametrização e testes de módulo eletrônico(unidade de comando) no micro-ônibus escolar placa TAM8C12
VALOR GLOBAL:	R$ 26.200,83 (vinte e seis mil e duzentos reais e oitenta e três centavos)
VIGÊNCIA:	31 de março de 2026 a 28 de junho de 2026.
ASSINATURA:	31 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:34CE312B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
COMUNICADO DE HABILITADOS PARA O CREDENCIAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2025-PMS

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas nas especialidades de CLÍNICO GERAL, PEDIATRIA, GINECOLOGIA e OBSTETRÍCIA, para atuação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Município de Sarandi/PR.
Comunicamos às participantes do CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2025-PMS, Sessão 31/03/2026, que após ter sua documentação analisada e vistada pela Comissão decide por **deferir** a empresa abaixo indicada, por atender a todos os requisitos de habilitação:

Empresa	Médico(a)
ARTEC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - CNPJ: 65.328.557/0001-00	ALLAN GABRIEL ROCHA TANAKA

Fica aberto o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recursos, assim como consta em ATA.
Sarandi, 31 de março de 2026
Atenciosamente,

JÉSSICA GONÇALVES CASTIONE JAGAS
Presidente da CC

Publicado por:
Jessica Goncalves Castione Jagas
Código Identificador:02127D49

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 1904/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Registro de preços para Locação de estruturas para eventos, incluindo tendas tipo piramidal (com ou sem fechamento lateral), piso antiderrapante, grades de proteção e climatizadores portáteis, com transporte, montagem, manutenção e desmontagem"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
CLEITON MULLER MODOS	FISCAL	ADMINISTRAÇÃO
CLEIDE ANDRADE DURÃES / ELISANGELA RODRIGUES BOTELHO / DANIEL SOURASSO	FISCAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL
DANILO BIFONI	FISCAL	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JOÃO BATISTA REZENDE	FISCAL	EDUCAÇÃO
PAULO ROBERTO BAU / ADRIANA DE ANDRADE MOREIRA BATISTELA	FISCAL	GABINETE
NATHANA CARLA PEREIRA FERREIRA	FISCAL	MEIO AMBIENTE
RENILDA DA SILVA SOUZA	FISCAL	SAÚDE
SONIA REGINA NEVES ZOBOLI	FISCAL	SECULT
ROBERTO CARLOS HONÓRIO	FISCAL	SEMUTRANS
JOSANE FERREIRA DE SOUZA	FISCAL	SESP
ADEMIR DE OLIVEIRA	FISCAL	URBANISMO

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 30 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:5E24078D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º984/2026

SÚMULA: Nomeia CILAS SOUZA MORAIS para o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica nomeado **CILAS SOUZA MORAIS**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.ºX.132.XXXX-0 e inscrito no C.P.F. n.ºXXX.133.XXX-63, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO, Símbolo CC-2, subordinado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de abril de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 26 de Março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:8A305A73

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º 985/2026

SÚMULA: EXONERA ALZIRA CRISTINA BERTELLI COSTA, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º- Fica exonerada **ALZIRA CRISTINA BERTELLI COSTA,** portadora do C.P.F. n.ºXXX.183.XXX-54, do cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA, Símbolo CC-2, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº221/2025 de 25 de fevereiro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 01 de abril de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 26 de Março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:6EE333A7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º 986/2026

SÚMULA**:** EXONERA DALVA DE SOUZA**,** na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º- Fica exonerada **DALVA DE SOUZA,** portadora do C.P.F. n.ºXXX.206.XXX-70, do cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, Símbolo CC-2, subordinada a Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº616/2025 de 18 de agosto de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 01 de abril de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 26 de Março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:C0B954BA

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º987/2026

SÚMULA: Nomeia ALZIRA CRISTINA BERTELLI COSTA para o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica nomeada **ALZIRA CRISTINA BERTELLI COSTA**, portadora da Cédula de Identidade, RG. n.ºX.468.XXXX-1 e inscrita no C.P.F. n.ºXXX.183.XXX-54, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, Símbolo CC-2, subordinada a Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 02 de abril de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 26 de Março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:DF22F527

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º988/2026

SÚMULA: Nomeia DALVA DE SOUZA para o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica nomeada **DALVA DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade, RG. n.ºX.385.XXXX-0 e inscrita no C.P.F. n.ºXXX.206.XXX-70, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA, Símbolo CC-2, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 02 de abril de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 26 de Março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:72E51C9C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1725/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o Processo de Representação funcional nº54/2025, da Corregedoria Geral.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR sindicância administrativa para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidora de matrícula funcional nº 3286.
2º - NOMEAR os servidores **RENAN BATISTA MEYRING,** matrícula nº3943, **JACIARA MARINHO DE CARVALHO** matrícula nº8828 e **GEISA PAULA LEITE,** matrícula nº8933, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 13 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:E8E3D6E5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1726/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado doParaná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o contido no relatório final da Sindicância Administrativa instaurada através da Portaria n.º2100/2022.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidor de matrícula funcional nº 2472.
2º - NOMEAR os servidores **DIEGO WILLIAM SANCHES,** matrícula nº 2048, **REGIANE MOREIRA BARBOSA,** matrícula nº6866 e **DOUGLAS SILVA LUZ,** matrícula nº6571, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 13 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:2CF90249

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1728/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o contido no relatório final da Sindicância Administrativa instaurada através da Portaria n.º695/2025.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidora de matrícula funcional nº 7536.
2º - NOMEAR os servidores **GENESIANI OLIVEIRA DE LIMA,** matrícula nº 9349, **ANA PAULA NEVES GALINDO,** matrícula nº2641 e **JARDEL TAVARES VIEIRA,** matrícula nº8016, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 13 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:36A78BFD

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1729/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o contido no relatório final da Sindicância Administrativa instaurada através da Portaria n.º3170/2023.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidor de matrícula funcional nº 3153.
2º - NOMEAR os servidores **GENESIANI OLIVEIRA DE LIMA,** matrícula nº 9349, **ANA PAULA NEVES GALINDO,** matrícula nº2641 e **JARDEL TAVARES VIEIRA,** matrícula nº8016, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 13 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:A9DF2AA3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1730/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o contido no relatório final da Sindicância Administrativa instaurada através da Portaria n.º711/2025.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidor de matrícula funcional nº 3345.
2º - NOMEAR os servidores **NATHANA CARLA PEREIRA FERREIRA,** matrícula nº 6456, **FABIANA DOMINGOS CARDOSO SUNIGA,** matrícula nº9232 e **AMANDA MEDEIROS DE SOUZA,** matrícula nº9003, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 13 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:0FAB5635

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1731/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o contido no relatório final da Sindicância Administrativa instaurada através da Portaria n.º859/2025.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidora de matrícula funcional nº 5907.
2º - NOMEAR os servidores **NATHANA CARLA PEREIRA FERREIRA,** matrícula nº 6456, **FABIANA DOMINGOS CARDOSO SUNIGA,** matrícula nº9232 e **JESSICA GONCALVES CASTIONE JAGAS,** matrícula nº5613, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 13 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:871264E6

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1732/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o Processo de Representação funcional nº46/2025, da Corregedoria Geral.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR sindicância administrativa para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidora de matrícula funcional nº 7492.
2º - NOMEAR os servidores **ELISANGELA PEREIRA MUNHOZ,** matrícula nº2003, **DOUGLAS SILVA LUZ,** matrícula nº6571 e **LERYDA PATRYCIA GONCALVES SCHIMIDT CLEMENTE,** matrícula nº9224, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 13 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:153F57ED

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 1733/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, conforme art. 234 da Lei Complementar n.º 10/92 e, considerando o Processo de Representação funcional nº45/2025, da Corregedoria Geral.

R E S O L V E

Art.1º - INSTAURAR sindicância administrativa para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidor de matrícula funcional nº 9844.
Art.2º - NOMEAR os servidores **ELISANGELA PEREIRA MUNHOZ**, matrícula nº2003, **REGIANE MOREIRA BARBOSA,** matrícula nº6866 e **POLLYANNE ALVES TOMAZ E SILVA,** matrícula nº6940, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
Art.3º- Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 13 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:60B93644

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º1744/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o contido no relatório final da Sindicância Administrativa instaurada através da Portaria n.º959/2025.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidora de matrícula funcional nº 9876.
2º - NOMEAR os servidores **IVONILDES MIRANDA DOS SANTOS NASCIMENTO,** matrícula nº 6929, **GISLAINE LAURINDO DA SILVA,** matrícula nº4220 e **JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS,** matrícula nº4519, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.

3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 19 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:8636A18F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1747/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o contido no relatório final da Sindicância Administrativa instaurada através da Portaria n.º1413/2022.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidor de matrícula funcional nº 3644.
2º - NOMEAR os servidores **JESSICA CATHCART,** matrícula nº 8222, **JESSICA GONCALVES CASTIONE JAGAS,** matrícula nº5613 e **IVONILDES MIRANDA DOS SANTOS NASCIMENTO,** matrícula nº6929, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 20 de Fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:759DB477

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 1761/2026

SÚMULA: Substitui presidente da comissão de Sindicância Administrativa.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

1º - Substituir a servidora ALINE DA SILVA EMIDIO, matrícula n.º6520, presidente da comissão de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria n.º1489/2025, pela servidora NATHANA CARLA PEREIRA FERREIRA, matrícula n.º6456.
2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

PAÇO MUNICIPAL, 20 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:56F8A8BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO CONJUNTA
EXTRAORDINÁRIA CMAS E CMDCA

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO CONJUNTA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CMAS E CMDCA n.º 01/2026

Prezados (a) Senhores (a)

Os Conselhos Municipais da Assistência Social - CMAS e dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Sarandi, Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem CONVOCÁ-LOS para participar da Reunião Extraordinária destes Conselhos para deliberar a seguinte pauta:

Pauta 01: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS/ADM n.º 257/2026 - Das prestações de contas dos recursos estaduais: FEAS - Fundo Estadual da Assistência Social: 1. Incentivo de Proteção Básica e Benefício Eventual CEAS n.º 50/2023; 2. Incentivo a qualificação da estrutura para CRAS CEAS n.º 88/2024;3. Piso Único da Assistência Social CEAS n.º 59/2023. E FIA -Estadual - 4. Incentivo e Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente por meio do acesso à produtos de Higiene Íntima - CEDCA n.º 78/2022; 5. Incentivo ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) CEDCA n.º 13/2024;

Pauta 02: Apresentação dos modelos de Plano de Ação de 2026 e Relatório de Atividades de 2025 para as organizações da sociedade civil, programas e serviços Governamentais e deliberação do prazo de entrega ao CMDCA e CMAS;

Data: 01/04/2026 Horário: 08:30
Local: https://meet.google.com/gxc-bzju-scz

MARIUZA B. F. SANDANO
Presidente CMAS
2025 a 2027

LUCINEIRE AP. M. DE OLIVEIRA
Presidente CMDCA
2026 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:AA391BAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO 978/2026 - RETIFICADO

Ementa:Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3108/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º- Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 4.465.000,00(quatro milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001.10.301.0017.1.229. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A GESTÃO DO FROTA
2025 - 4.4.90.52.00.00 03000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 400.000,00

10.001.10.301.0017.2.222. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB
2018 - 3.1.90.11.00.00 03303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL - 2.600.000,00
2019 - 3.1.90.13.00.00 03303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - 10.000,00
2020 - 3.1.91.13.00.00 03303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - 380.000,00

10.001.10.301.0017.2.223. MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE
2017 - 3.1.91.13.00.00 03303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - 280.000,00

10.001.10.302.0017.2.226. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA
2027 - 3.3.90.39.00.00 03303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - 180.000,00

10.001.10.302.0017.2.229. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CAPS II - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
2022 - 3.1.90.11.00.00 03303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL - 390.000,00
2023 - 3.1.90.13.00.00 03303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - 5.000,00
2024 - 3.1.91.13.00.00 03303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - 60.000,00

10.001.10.305.0019.2.251. MANUTENÇÃO DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS
2026 - 3.1.91.13.00.00 03303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - 160.000,00
Total Suplementação:R$ 4.465.000,00(quatro milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil reais)

Artigo 2º-Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, oSuperavit Financeiro.

Artigo3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sarandi , Estado do Paraná , em 23 de março de 2026 .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Maria Rodrigues do Santos
Código Identificador:DB7D656A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NADV_20260325_178681

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 14/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
BAT8C05	284610T000007069	12/01/2026	73400	

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:D9836943

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260327_178819

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 18/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
PVT4C41	284610T000007545	18/12/2025	52070	R$ 88,38

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:EAC27775

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4997/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 269.146,40 (Duzentos e Sessenta e Nove Mil, Cento e Quarenta e Seis Reais e Quarenta Centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 269.146,40 (Duzentos e Sessenta e Nove Mil, Cento e Quarenta e Seis Reais e Quarenta Centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
06.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
04.123.0005.2017	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE FINANÇAS	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1397	01087-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais FR 1087 CV FEIRANAÇÕES EA	288,32
1398	01099-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais CV NATAL FR 1099 EA	2.260,08
	SUBTOTAL	2.548,40
12	SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
12.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
26.782.0018.2070	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7101	02006-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais CV SECID 2141/2025 FR 2006	96.997,00
	SUBTOTAL	96.997,00
	TOTAL	99.545,40
Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
12	SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
12.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
26.782.0018.2070	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7101	02006-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais CV SECID 2141/2025 FR 2006	169.601,00
	SUBTOTAL	169.601,00
	TOTAL	169.601,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, parte dos recursos a serem utilizados, será proveniente do excesso de arrecadação da fonte 2006 CV 2141 SECID, superávit financeiro das fontes 1087 CV FEIRANAÇÕES e CV NATAL FR 1099, e parte serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
09	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
09.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
27.812.0013.2054	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ESPORTES	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4971	02006-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais CV SECID 2141/2025 FR 2006	18.565,00
	SUBTOTAL	18.565,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0017.2073	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7621	02006-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais CV SECID 2141/2025 FR 2006	151.036,00

	SUBTOTAL	151.036,00
	TOTAL	169.601,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 30/03/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:1031253C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO I ADITIVO AO CONTRATO N.º 060/2025

Processo Licitatório nº 012/2025 - Pregão Eletrônico n.º 004/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **EDITORA FOLHA EXTRA LTDA ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 06.163.583/0001-58.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo aditivo tem por fim a prorrogar os prazos de vigência e execução contratual em mais 12 (doze) meses, e acrescer as contas das dotações orçamentárias do exercício que farão jus às novas despesas. Sendo assim, acrescer-se-á ao valor total do contrato a importância de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) sendo que o valor unitário do objeto contratual permanecerá sendo R$ 20,00 (vinte reais) e a quantidade permanecerá sendo 6.000 (seis mil) unidades.
DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO: *O caput da CLAUSULA TERCEIRA passa a vigorar com a seguinte redação:* "Estima-se para fins contratuais o valor total de **R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reias).**" *O parágrafo único da CLÁUSULA TERCEIRA passa a vigorar com a seguinte inclusão:*
*"*04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.39 - OSTPJ
510 – 000"
DA VIGÊNCIA: *O caput da CLAUSULA NONA passa a vigorar com a seguinte redação:* "O presente contrato Administrativo o qual terá vigência a contar da data de sua assinatura pelo período de 24 (vinte e quatro) meses."
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 19/03/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 30 de março de 2026.

Departamento de Gestão de Contratos

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:697162C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO I ADITIVO AO CONTRATO N.º 261/2024

Processo Licitatório nº 163/2024 - Concorrência Eletrônica n.º 016/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **CONSTRUTORA JARDIM E EMPREENDIMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 33.917.494/0001-22.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo aditivo tem por fim, prorrogar o prazo de vigência contratual em mais 60 (sessenta) dias, findando-se dessa forma em 26/06/2026.
DA VIGÊNCIA: *O caput da CLÁUSULA QUINTA passa a vigorar com a seguinte redação:* "A vigência do presente Contrato Administrativo será de **625 (seiscentos e vinte e cinco) dias**, contados da data de assinatura."
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 19/03/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 30 de março de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:FF91779C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO II ADITIVO AO CONTRATO N.º 241/2025

Processo Licitatório nº 131/2024 - Pregão Eletrônico n.º 080/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **SECOND SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 32.286.542/0001-69.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo aditivo reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, através da revisão de preços, onde o valor unitário do Lote 01 (COMPUTADOR TIPO DESKTOP) passará a ser R$ 7.988,43, além de acrescer as contas de dotação orçamentária do exercício que farão jus às novas despesas. Em razão da revisão, o valor total do contrato será acrescido em R$ 1.898,43 (hum mil oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos).
DO OBJETO E REQUISITOS: A coluna *"Preço"* do Lote 1 da Tabela constante no § 1º da CLÁUSULA PRIMEIRA do contrato passam a vigorar com a seguinte redação:
Preço
7.988,43

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: O *caput* da CLÁUSULA TERCEIRA do contrato passa a vigorar com a seguinte redação: "Estima-se para fins contratuais o valor total de **R$ 38.438,43 (trinta e oito mil quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos).**" O *parágrafo único* da CLÁUSULA TERCEIRA do contrato passa a vigorar com a seguinte inclusão:
"08 – SEC. EDUCAÇÃO
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes
4271 – 102 – EA"
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 18/03/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 30 de março de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:D2F54166

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2025.

Processo Licitatório nº 072/2025 - Pregão Eletrônico nº 028/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI - ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 23.228.076/0001-74.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo tem por fim reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços através da revisão do lote 04.
DO VALOR REGISTRADO RESULTANTE DA REVISÃO: Aplica-se a revisão a partir desta data, ao saldo ainda pendente de fornecimento existente na ARP. O valor unitário do Lote 04

(Diclofenaco de Sódio 25 mg/ml) passa a ser de R$ 1,168, conforme abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Preço Unitário
4	1	DICLOFENACO DE SODIO 25 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL IM AMPOLA COM 3 ML	HYPOFARMA	AMPO	1,1686

DO VALOR TOTAL: Em razão ao exposto no presente, acrescer-se-á ao valor total da Ata de Registro de Preços em epígrafe o montante equivalente a R$ 269,60 (duzentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 26/03/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 30 de março de 2026.

Departamento De Gestão De Contratos

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:DA15F91D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 047/2025

Processo Licitatório nº 039/2025 - Pregão Presencial nº 016/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL DIB LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 04.173.883/0001-92.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo aditivo tem por fim o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio da revisão dos preços, passando o valor unitário do Lote 01 (Gasolina) a ser de R$ 7,40 (sete reais e quarenta centavos), do Lote 02 (Óleo Diesel) a ser de R$ 8,06 (oito reais e seis centavos), e Lote 03 (Óleo Diesel S10) a ser de R$ 8,20 (oito reais e vinte centavos), além de acrescer as contas das dotações orçamentárias do exercício que farão jus às novas despesas. Em razão da revisão, acrescer-se-á ao valor total do contrato o montante de R$ 109.303,30 (cento e nove mil trezentos e três reais e trinta centavos).
DO OBJETO E REQUISITOS: A coluna *"Preço Unitário"* da tabela constante no § 1º da Cláusula Primeira do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:
Preço Unitário
7,40
8,06
8,20

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: O *caput* da Cláusula Terceira do contrato passa a vigorar com a seguinte redação: "Estima-se para fins contratuais o valor total de R$ 4.725.500,61 (quatro milhões setecentos e vinte e cinco mil quinhentos reais e sessenta e um centavos)." O parágrafo único da Cláusula Terceira do Contrato passa a vigorar com a seguinte inclusão:
"2026:
07 – SEC. AGRICULTURA E PECUÁRIA
3.3.90.30 – MC
1840 – 000
12 – SEC. TRANSP. E VIAÇÃO
3.3.90.30 – MC
7190 – 512
10 – FUNDO MUN. DE SAÚDE
3.3.90.30 – MC
5190 – 303
5450 – 494 – EA
5460 – 495 – EA
5720 – 303
5890 – 510 – EA"
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 30/03/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 31 de março de 2026.

Departamento De Gestão De Contratos

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F6802B64

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 005/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 071/2024.

OBJETO: A presente chamada pública tem por objeto o Credenciamento de pessoa jurídica e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) para a para prestação de serviços, incluindo somente a MÃO DE OBRA para realização de pequenos reparos, objetivando a manutenção e conservação de prédios públicos (escolas, creches, quadras poliesportivas, prédios administrativos, etc), conforme especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao edital.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

50.530.705 CARLOS ROBERTO JARETZ, inscrita no **CNPJ n.º 50.530.705/0001-99**, para fornecer os seguintes serviços:

50.530.705 CARLOS ROBERTO JARETZ- CNPJ n.º 50.530.705/0001-99

ITEM	UNI	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	COLOCAÇÃO
07	HORA	SERVIÇO DE MANUNTENÇÃO EM AR-CONDICIONADO	R$ 90,00	7ºCOLOCADO

Sengés, 31 de Março de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:210DF711

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008/2025 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 054/2025.
OBJETO: Contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de credenciamento n.º 002/2024, cujo objeto é a prestação de serviços incluindo somente mão de obra para realização de pequenos reparos, objetivando a manutenção e conservação de prédios públicos (escolas, creches, quadras poliesportivas, prédios administrativos, etc), conforme requerido e justificado pelas **SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA E PECUÁRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, SERVIÇOS URBANOS E ADMINISTRAÇÃO.**

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

50.530.705 CARLOS ROBERTO JARETZ, inscrita no **CNPJ n.º 50.530.705/0001-99**, para fornecer os seguintes serviços:

50.530.705 CARLOS ROBERTO JARETZ - CNPJ n.º 50.530.705/0001-99

ITEM	UNI	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	COLOCAÇÃO
07	HORA	SERVIÇO DE MANUNTENÇÃO EM AR-CONDICIONADO	R$ 90,00	7ºCOLOCADO

Sengés, 31 de Março de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:11C86BCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 070/2026.

Pregão Presencial nº 014/2026

DO OBJETO DO REGISTRO E DO PREÇO: Consideram-se **REGISTRADOS** os preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de produção e veiculação de áudios em carro de som de pequeno porte, visando à divulgação de comunicados, atos oficiais, avisos, campanhas, convocações de interesse geral da administração, conforme quantidades e especificações contidas abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Contratação de serviços de empresa para produção e veiculação de áudios em carro de som de pequeno porte, visando à divulgação de comunicados, atos oficiais, avisos, campanhas, convocações de interesse geral da administração, de forma parcelada e fracionada.	H	360,00	65,89	23.720,40
TOTAL						**23.720,40**

DETENTORA DA ATA: 10.427.702 VALDEMI GONÇALVES DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob n.º 10.427.702/0001-00.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contados a partir **da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 25/03/2026.
FORO: Comarca de Sengés.

Sengés, 30 de março de 2026.

Departamentos de Gestão de Contratos

OBS. A integra desta ARP encontra-se disponível no portal transparência encontrado no site www.senges.pr.gov.br.

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:BF6F752D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO N.º 072 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula:Designa a Senhora KASSIANY ALMEIDA BEZERRA, para responder pelas funções de Diretora de Fazenda da Prefeitura Municipal de Sertanópolis.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com os incisos II e V do Artigo 78 e Artigos 71, 72 e 73 da Lei Orgânica do Município de Sertanópolis, assim como o que dispõe a Lei Municipal 2.229/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica designada para responder pelas funções de **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS**, a Senhora **KASSIANY ALMEIDA BEZERRA**, titular da Cédula de Identidade Registro Geral 10.001.854-3/SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob o número 075.246.249-05, passando a perceber os vencimentos constantes da simbologia CC-1, da Tabela em vigor.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto 177/2025 e demais disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 31 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:788E352A

ASSESSORIA GERAL
EDITAL DE ESTÁGIO REMUNERADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS PARA ESTUDANTES DO NÍVEL SUPERIOR

suas atribuições, TORNA PÚBLICO o resultado final e a homologação do processo seletivo para seleção de estagiários de nível superior:

1) Ficam aprovados, após a realização das entrevistas, os seguintes candidatos, divididos pela área de formação:

ENGENHARIA CIVIL			
Posição	**Candidato**	**CPF**	**Inscrição**
1	JOÃO PEDRO LAMENTE BAZONI	***.724.***-**	4
2	JONATHAN JUSTINO DE ALMEIDA SILVA	***.578.***-**	2

ARQUITETURA E URBANISMO			
Posição	**Candidato**	**CPF**	**Inscrição**
1	DIEGO BORDIN	***.259.***-**	1
2	MARIA EDUARDA GOMES RIBEIRO	***.539.***-**	5
3	GABRIEL JOSÉ VIEIRA	***.789.***-**	3

3) A escolha do horário de estágio se dará na ordem de classificação, respeitados os requisitos do Edital de Abertura.

4) Os classificados deverão se apresentar, **após convocados**, conforme a necessidade da Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, no local informado quando da convocação, munido dos documentos abaixo relacionados:

a) fotocópia de carteira de identidade;
b) fotocópia do CPF;
c) declaração atualizada de regularidade escolar, com indicação do ano que está cursando;
d) número da Agência e da Conta Corrente ou Poupança aberta no Banco do Brasil, Banco Bradesco e Banco Bradesco (Plataforma Next) para recebimento da bolsa.

5) Para qualquer esclarecimento adicional relativo à presente seleção, o candidato deverá entrar em contato com o Departamento de Assessoria e Protocolo, através do telefone (43) 3232-8103, das 8h as 11h30min e das 13h as 17h.

Sertanópolis, 31 de março de 2026.

CLEIRE VÂNIA ARRUDA NEVES
Presidente da Comissão de Seleção

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:752EC0C8

ASSESSORIA GERAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 003/2026 PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Sertanópolis, NOTIFICA, por este Edital, nos termos do artigo 153 e da Lei Municipal n.º 1.508/2007 e artigo 15, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.687/2009, **os seguintes proprietários de lotes sujos e com vegetação alta no Município de Sertanópolis, que se encontram em local incerto ou não foram, por diversas vezes, localizados:**

CADASTRO: 10343 - Quadra: 9 / Lote: 4 – JARDIM AEROPORTO, Proprietário(a): OSVALDO RODRIGUES - ESPOLIO. Processo N° 200.03/2026.
CADASTRO: 10924 - Quadra: 7 / Lote: 3 – RESIDENCIAL DAS PALMEIRAS, Proprietário(a): JOSE ANTONIO FAVORETO DE ARAUJO. Processo N° 12/2026 - Notificação de Infração N.º 14/2026.

Ficam, os notificados, cientes de que possuem como último prazo a data de 15/04/2026, para a efetiva limpeza do lote, cientificada. Ainda, que o proprietário mantenha o lote sujo, cobertos de mato e com plantas de espécie alta constitui infração ao disposto nos artigos 11 e 88 da Lei Municipal n.º 1.508/2007 (Código de Posturas) e artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.687/2009 (Lei de Controle e Prevenção Permanente à Dengue e Febre Amarela).
Após esta data, se os proprietários não procedam à limpeza de seu lote, serão multados no valor de 03 UFM – Unidade Fiscal do Município (R$ 367,89 – trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos), à 10 UFM (R$ 1226,30 – mil duzentos e vinte e dois reais e trinta centavos) sendo que a cada vez que for verificada a reincidência, haverá aplicação de multa em dobro.

Prefeitura Municipal de Sertanópolis
Divisão de Fiscalização

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:825347E4

ASSESSORIA GERAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 52/2026 PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Sertanópolis, NOTIFICA, por este Edital, nos termos do artigo 153 e ss da Lei Municipal n.º 1.508/2007 e artigo 15, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.687/2009, **o seguinte proprietário de lote sujo e com vegetação alta no Município de Sertanópolis, que se encontram em local incerto ou não foram, por diversas vezes, localizados:**

CADASTRO: 10609 – QUADRA: 09 / LOTE: 03 – JARDIM ALTO DA BOA VISTA, Proprietário: LUCAS JOSÉ DOS SANTOS, Processo de Notificação de Infração N.º 1013.03.2026.

Fica, o notificado, ciente de que possuem como último prazo a data de 15/04/2026, para a efetiva limpeza do lote, cientificados. Ainda, que a mantença de terrenos sujos, cobertos de mato e com plantas de espécie alta constitui infração ao disposto nos artigos 11 e 88 da Lei Municipal n.º 1.508/2007 (Código de Posturas) e artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.687/2009 (Lei de Controle e Prevenção Permanente à Dengue e Febre Amarela).
Após esta data, os proprietários que não procederem à limpeza de seu lote, serão multados no valor de 03 UFM – Unidade Fiscal do Município (R$ 367,89 – Trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos), à 10 UFM (R$ 1.226,30 – Hum mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta centavos), sendo que a cada vez que for verificada a reincidência, haverá aplicação de multa em dobro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
Divisão de Fiscalização

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:8B9C6DAC

ASSESSORIA GERAL
LEI MUNICIPAL N.º 3.403, DE 31 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Altera a Lei Municipal 3.142/2022 que "Autoriza o Poder Executivo a não ajuizar e desistir de ações de execução fiscal, dispõe sobre o cancelamento e parcelamento de créditos tributários e não tributários nos casos que especifica e dá outras providências" e Altera a Lei Municipal 3.393/2025 que "Atualiza a Planta Genérica de Valores para efeito de lançamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Taxas, COSIP e Alvarás, autorizando sua correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para o exercício de 2026. Estabelece critérios e benefícios para o pagamento ou parcelamento de débitos em atraso (PPI/Sertanópolis 2026) e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS**, Estado do Paraná, aprovou e a Prefeita Municipal, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso IV do art. 6º da Lei 3.142/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º (...)
(...)
IV - a celebrar transação tributária de quaisquer débitos inscritos objeto de protesto, de cobrança judicial ou de inscrição em dívida ativa, que não envolva a concessão de desconto no valor do principal, juros e multa, mediante parcelamento, prestação de serviços ou dação em pagamento de bens móveis ou imóveis.

Art. 2º O inciso I do parágrafo primeiro do art. 4º da Lei 3.393/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º (...)
§1º (...)
I- 100% (cem por cento) de desconto para pagamento até 30/04/2026;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Santo Soriani", 31 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ORIGEM: Projeto de Lei 007/2026
AUTORIA: Poder Executivo

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:16E507BB

ASSESSORIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

EXTRATO ADITIVO 001/2026 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº **030/2025**

PARTÍCIPES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS e OBRAS SOCIAIS SANTA TEREZINHA – ASILO SÃO VICENTE.
OBJETO: Aditivo de recurso financeiro e prazo para suprir a demanda que a entidade enfrenta atualmente.
VIGÊNCIA: Até 31/08/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.020.08.241.0009.2046.3.3.50.41.00.00
VALOR: R$3.270,00 (três mil, duzentos e setenta reais)
DATA DA ASSINATURA: 01/04/2026
AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL.

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:4A0CB432

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 81/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
N.º 81/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: SHIRLEY CRISTIANE MARCON SANTANA -ME.
OBJETO: SERVIÇO DE CORTE E COSTURA PARA CONFECÇÃO DE FIGURINOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CMEI.
VALOR: R$ 9.400,00(NOVE MIL E QUATROCENTOS REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 31 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:C6EF58EE

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 82/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
N.º 82/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: GASPAROTO & GASPAROTO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DE CAIXA DE SOM E MICROFONE PARA CASA MORTUÁRIA.
VALOR: R$ 3.528,00(TRÊS MIL, QUINHENTOS E VINTE E OITO REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 31 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:D778E0F0

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA

ATA Nº 05-2026 - DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO DESIGNADA PARA PROCEDER A HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS RELATIVAS À DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR Nº 10/2025 – LEI FEDERAL N.º 14.133/2021 e Decreto 055/2023.
Ao 31 dias de Março de 2026, às 09h00min, reuniram-se o Agente de Contratação e Equipe de Apoio designada pelo Decreto n.º 075-2025 de 21 de Outubro de 2025, para proceder à habilitação e julgamento das propostas da Dispensa de Licitação n.º 023/2026 – Lei Federal n.º 14.133/2021, destinada à Contratação de psicólogo especializado em sessão de atendimento psicológico – abordagem em Terapia Cognitivo Comportamento (TCC), para atender ordem judicial, para o paciente R.H.S.B., atendido pelo Serviço Municipal de Saúde, SERMUSA. Presentes os seus membros, a Agente de Contratação verificou que o Extrato do Aviso de Dispensa de Licitação foi devidamente publicado em data de 25 de Março de 2026, e cumpriu com o requisito de publicidade de 03 (três) dias úteis e ainda, que a integra do Aviso foi disponibilizado no site da municipalidade. Uma vez que não houve interessados, foi declarada vencedora a empresa CAMILLA GOBBO SEVIDANIS AFONSO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º: 54.113.144/0001-83, empresa responsável pela apresentação da cotação de menor valor durante a fase interna do procedimento, qual seja, R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais). Nada mais tendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão de cujos trabalhos eu, Lindinalva de Andrade Moura, Presidente da comissão de licitação, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim, pelos membros da Equipe de Apoio.

***LINDINALVA DE ANDRADE MOURA* –**
Presidente da Comissão de Licitação

***JAMILY KARLY DA SILVA GALINDO* –**
Equipe de Apoio

***TATIANE CARLA DOS SANTOS* –**
Equipe de Apoio

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:338B5AB3

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 23/2026

CONTRATO Nº 19/2026 – ID 1810
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na Rua Angelo Razaboni, Nº320, na cidade de Sertanópolis/PR, e

CONTRATADA: CAMILLA GOBBO SEVIDANIS AFONSO**,** inscrita no CNPJ 54.113.144/00001-83.

OBJETO: Contratação de psicólogo especializado em sessão de atendimento psicológico – abordagem em Terapia Cognitivo Comportamento (TCC), para atender ordem judicial, para o paciente R.H.S.B., atendido pelo Serviço Municipal de Saúde, SERMUSA.

VALOR: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 31 de Março de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:A6BE5454

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N.º 16/2026

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERTANÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no §14 do artigo 37

da Constituição Federal; CONSIDERANDO o contido na Recomendação 001/2022 do Ministério Público (0140.22.000041-2); CONSIDERANDO o Acórdão 1866/2023 do TCE/PR (Tribunal Pleno); CONSIDERANDO que o Município de Sertanópolis não possui empregados públicos mas apenas servidores públicos, pelo que não se lhes aplica a Tese firmada no Tema 606 do STF; CONSIDERANDO a aplicabilidade da Tese firmada no Tema 1150 do STF aos servidores públicos municipais aposentados pelo RGPS; CONSIDERANDO a necessária observância da acumulação de salário com proventos de aposentadoria nos termos do artigo 37, XVI, da Constituição Federal; e CONSIDERANDO, por injunção do princípio da legalidade em sentido estrito, que mesmo na hipótese de acumulação lícita não há expressa previsão na Lei Municipal 2.029/2012 (ainda que considerada a Lei Municipal 2.511/2016) para que os servidores municipais continuem em atividade e acumulem proventos e vencimentos,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, a partir de 01/04/2026, a servidora EUNICE BIANCHI MEIRELES, matrícula 100709, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Dr. João Dias Ayres”, 31 de março de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Johny Jefferson de Ribeiro
Código Identificador:339C4BEC

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N.º 17/2026

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERTANÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no §14 do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO o contido na Recomendação 001/2022 do Ministério Público (0140.22.000041-2); CONSIDERANDO o Acórdão 1866/2023 do TCE/PR (Tribunal Pleno); CONSIDERANDO que o Município de Sertanópolis não possui empregados públicos mas apenas servidores públicos, pelo que não se lhes aplica a Tese firmada no Tema 606 do STF; CONSIDERANDO a aplicabilidade da Tese firmada no Tema 1150 do STF aos servidores públicos municipais aposentados pelo RGPS; CONSIDERANDO a necessária observância da acumulação de salário com proventos de aposentadoria nos termos do artigo 37, XVI, da Constituição Federal; e CONSIDERANDO, por injunção do princípio da legalidade em sentido estrito, que mesmo na hipótese de acumulação lícita não há expressa previsão na Lei Municipal 2.029/2012 (ainda que considerada a Lei Municipal 2.511/2016) para que os servidores municipais continuem em atividade e acumulem proventos e vencimentos,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, a partir de 01/04/2026, o servidor LAERCIO EVANGELISTA, matrícula 100044, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Dr. João Dias Ayres”, 31 de março de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Johny Jefferson de Ribeiro
Código Identificador:030FB768

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N.º 18/2026

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERTANÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no §14 do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO o contido na Recomendação 001/2022 do Ministério Público (0140.22.000041-2); CONSIDERANDO o Acórdão 1866/2023 do TCE/PR (Tribunal Pleno); CONSIDERANDO que o Município de Sertanópolis não possui empregados públicos mas apenas servidores públicos, pelo que não se lhes aplica a Tese firmada no Tema 606 do STF; CONSIDERANDO a aplicabilidade da Tese firmada no Tema 1150 do STF aos servidores públicos municipais aposentados pelo RGPS; CONSIDERANDO a necessária observância da acumulação de salário com proventos de aposentadoria nos termos do artigo 37, XVI, da Constituição Federal; e CONSIDERANDO, por injunção do princípio da legalidade em sentido estrito, que mesmo na hipótese de acumulação lícita não há expressa previsão na Lei Municipal 2.029/2012 (ainda que considerada a Lei Municipal 2.511/2016) para que os servidores municipais continuem em atividade e acumulem proventos e vencimentos,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, a partir de 01/04/2026, a servidora SONIA REGINA DOS SANTOS, matrícula 100014, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Dr. João Dias Ayres”, 31 de março de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Johny Jefferson de Ribeiro
Código Identificador:410C02CA

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N.º 19/2026

A DIRETORA SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERTANÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no §14 do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO o contido na Recomendação 001/2022 do Ministério Público (0140.22.000041-2); CONSIDERANDO o Acórdão 1866/2023 do TCE/PR (Tribunal Pleno); CONSIDERANDO que o Município de Sertanópolis não possui empregados públicos mas apenas servidores públicos, pelo que não se lhes aplica a Tese firmada no Tema 606 do STF; CONSIDERANDO a aplicabilidade da Tese firmada no Tema 1150 do STF aos servidores públicos municipais aposentados pelo RGPS; CONSIDERANDO a necessária observância da acumulação de salário com proventos de aposentadoria nos termos do artigo 37, XVI, da Constituição Federal; e CONSIDERANDO, por injunção do princípio da legalidade em sentido estrito, que mesmo na hipótese de acumulação lícita não há expressa previsão na Lei Municipal 2.029/2012 (ainda que considerada a Lei Municipal 2.511/2016) para que os servidores municipais continuem em atividade e acumulem proventos e vencimentos,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, a partir de 01/04/2026, a servidora MARIA AMELIA LORRENZZETTI DA SILVA, matrícula 100170, do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Dr. João Dias Ayres”, 31 de março de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do SERMUSA

Publicado por:
Johny Jefferson de Ribeiro
Código Identificador:FD9AADB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
NOTIFICAÇÕES LEI 9.452/97

NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNDE no valor de R$ 10.416,75 (dez mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos), destinação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em 16 de março de 2026.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 29.178,00 (vinte e nove mil e cento e setenta e oito reais), destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - ACS, em 13 de março de 2026.
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS, no valor de R$ 99,50 (noventa e nove reais e cinquenta centavos), destinação ao Bloco de Custeio ASPS - Incentivo Financeiro para Atenção à Saúde Bucal, em 04 de março de 2026
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS, no valor de R$ 30.378,00 (trinta mil e trezentos e setenta e oito reais), destinação ao Bloco de Custeio ASPS - Incentivo Financeiro para Atenção à Saúde Bucal, em 13 de março de 2026
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Estadual - FEAS no valor de R$ 18.750,00 (dezoito mil e setecentos e cinquenta reais), destinação ao Piso Único SUAS, em 18 de março de 2026.
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Estadual - FEAS no valor de R$ 10.789,19 (dez mil, setecentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos), destinação ao Programa Estadual de Transporte Escolar PETE, em 20 de março de 2026.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNDE no valor de R$ 17.546,27 (dezessete mil e quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos), destinação ao Salário Educação, em 20 de março de 2026.
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 3.556,00 (três mil e quinhentos e cinquenta e seis reais), destinação ao Bloco de Financiamento de Gestão do Bolsa Família IGDBF, em 30 de março de 2026.
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 460,52 (quatrocentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos), destinação ao Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - BL PSE, em 30 de março de 2026.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 4.416,76 (quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos), destinação ao Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - BL PSB, em 30 de março de 2026.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 3.643,83 (três mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos), destinação ao Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - BL PSB, em 30 de março de 2026.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 1.320,38 (hum mil, trezentos e vinte reais e trinta e oito centavos), destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Piso da Enfermagem, em 04 de março de 2026.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 1.728,59 (um mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos) , destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde, em 04 de março de 2026.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 5.479,90 (cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa centavos) , destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde, em 06 de março de 2026.
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 200,01 (duzentos reais e um centavo), destinação ao Bloco dede Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde MAC, em 06 de março de 2026.
NOTIFICAÇÕES

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS, no valor de R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), destinação ao Bloco de Custeio ASPS - Equipe Saúde da Família, em 13 de março de 2026
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS, no valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais), destinação ao Bloco de Custeio ASPS - Equipes Multiprofissionais, em 13 de março de 2026
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS, no valor de R$ 1.734,43 (um mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e três centavos), destinação ao Bloco de Custeio ASPS - Incentivo Componente per Capita Base Populacional, em 13 de março de 2026
NOTIFICAÇÕES
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Estadual - SESA, no valor de R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), destinação ao Bloco de Custeio ASPS - FAT Estadual APS Mensal, em 06 de março de 2026

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:5E2F3A32

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
EDITAL Nº 01/2026 CONVOCAÇÃO PARA INCRIÇÕES DE CONSELHO TUTELAR CONSELHEIROS SUPLENTES

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Sulina no uso de suas atribuições legais, faz saber que estarão abertas as inscrições para o cargo de Conselheiro Tutelar suplente, a realizarem-se no período de 06 de abril a 08 de abril de 2026.

I – DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Este Edital objetiva o preenchimento de vagas para Conselheiro Tutelar Suplente para o ano de 2026 e 2027.
A escolha dos suplentes a conselheiros será realizada por meio da apresentação dos requisitos exigidos, conforme o relacionado no item III “Dos Requisitos Exigidos”.
O CMDCA realizará a apreciação da documentação apresentada, para aprovação ou não das inscrições, segundo os critérios supracitados.
A votação será feita pelos membros Titulares do CMDCA, e na sua ausencia pelos Suplentes. A eleição se dará no dia 09/04/2026 as 10:00 horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Promoção Social.
Os membros titulares do CMDCA terão direito a voto secreto no candidato que considerarem mais habilitado para o desempenho da função.
Antes da votação, a Comissão Especial Eleitoral fará uma breve apresentação das inscrições, e após será realizada a votação na forma secreta pelos membros titulares do CMDCA, e na ausência destes, seus suplentes, em sala reservada.
O resultado final será publicado no mesmo dia da eleição nos espaços oficiais de publicação do Município, contendo os nomes dos escolhidos e sua classificação.
Os candidatos escolhidos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
A posse do (a) candidato eleito será em 13/04/2026.
Havendo suplentes com empate na votação, o critério de desempate será o de maior idade.

II – DO PERÍODO DAS INSCRIÇÕES:
As inscrições se darão no período de 06/04/2026 a 08/04/2026, nas dependências da Secretaria Municipal de Promoção Social, na Rua Tupinambá, 68, Centro – Sulina – Pr. No horário das 08h00 às 11h00 e 13h30min às 16h00min.

III – DOS REQUISITOS EXIGIDOS
Todos os documentos apresentados deverão estar acompanhados dos originais para que seja feita a conferência dos mesmos.

Requisitos	Documentos
I - Reconhecida idoneidade moral	Certidão Negativa da Justiça Federal Certidão Negativa da Justiça Eleitoral Atestado de Inexistência de Antecedentes Criminais.
II - Idade superior a 21 (vinte um) anos;	Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF). Certificado de reservista.
III - Residir no município de Sulina pelo tempo de no minímo 01 ano	Cópia da conta de água, luz ou telefone.
IV – Ser eleitor do Município de Sulina;	Titulo de Eleitor
V – Ter concluído ou estar cursando o ensino médio;	Cópia do certificado de conclusão da Instituição ou comprovante de frequência.
VI – Comprovação de experiência, pelo período mínimo de 01 ano, na promoção, proteção e defesa dosdireitos da criança e do adolescente.	Declaração, descrevendo claramente a atuação do candidato, em Entidades ou Instituições de atendimento à criança e/ou adolescente.
VII – Possuir Carteira de Motorista	Cópia da CNH
VIII – Declaração de ciência dos requisitos deste Edital.	No ato da inscrição

IV– DA HOMOLOGAÇÃO DAS INCRIÇÕES

As inscrições preliminares serão avaliadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Serão homologadas as inscrições dos candidatos que preencherem os requisitos fixados nos itens acima
citados.

V– DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

As atribuições do Conselheiro Tutelar são aquelas a que se refere o art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n° 8069/90) e suas respectivas atualizações, disponíveis publicamente *on-line* no site do Palácio do Planalto. Além desta, cita-se a Lei Federal 12.696/2012 e suas alterações, que determina a Dedicação Exclusiva dos Conselheiros Tutelares ao exercício de suas atribuições, não podendo exercer outra atividade remunerada, bem como aquelas atribuições decorrentes do Regimento Interno e da lei 1205/2010.

VI – DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS E IMPUGNAÇÃO
Os registros das candidaturas e o processo de impugnação deverão obedecer a Lei Municipal Nº. 1.127/2023 DE: 03/04/2023

VII – DAS VEDAÇÕES

São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive. Estende-se o impedimento ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de São João.

IV – DA SELEÇÃO E PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS

Encerrado o período de inscrição, será realizada a classificação dos candidatos, feita sob a coordenação do Presidente do CMDCA, que então realizará a homologação e publicação dos resultados.
Findado esse processo, serão admitidos recursos para impugnação das inscrições.
Transcorrido o processo classificatório, o resultado final será encaminhado para conhecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Ao final de todo o processo, o CMDCA divulgará a classificação dos candidatos.

XIV – DOS RECURSOS

Serão admitidos recursos após a divulgação oficial da homologação das inscrições no processo seletivo. O recurso será individual, por escrito, e deverá ser apresentado de forma presencial ou por procuração com firma reconhecida, devidamente fundamentado e protocolado na sede do CMDCA.
Recursos interpostos em desacordo com o acima indicado, bem como interpostos atraves de Protocolo Municipal. Os recursos serão julgados pelo CMDCA, sendo divulgadas as decisões acerca dos recursos interpostos.

XV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, prorrogações de data, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, ou até a data da convocação.

Os Conselheiros Tutelares Suplentes ficam à disposição do CMDCA e do Conselho Tutelar para serem convocados conforme necessidade, disposto na Lei nº 1.127/2023. Quando convocados, será feita a inclusão do Conselheiro Tutelar na folha de pagamento do município, sob a nomenclatura de cargo eletivo, estendendo aos mesmos o direito à remuneração salarial e a garantias sociais e trabalhistas, como: cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença-maternidade e paternidade e gratificação natalina.

O valor salarial bruto de referência para a data de hoje é de R$ 2.311,55, acrescido de Vale Alimentação no valor de R$ 500,00.

O referido Edital corresponde a uma seleção de caráter extraordinário, sendo que os candidatos devem ter ciência de que o mandato tem vigência até término de 2027.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial e Conselho Municipal dos Direitos e da Criança e do Adolescente.

Sulina, Estado do Paraná em 31/03/2026.

FRANCIMARA PIRES KLASSEN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:3E979CF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº. 041/2026

Designar Gestor e Fiscal pelo Município de Sulina dos Convênios com a SETU.

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Municipal nº. 091/2023,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o Senhor **SELVINO LIRA**, matrícula Funcional 8753/1, CPF sob o nº 858.297.909-63, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Indústria Comércio e Turismo, e a Senhorita **ANA CRISATINA LENZ**, Matrícula Funcional nº 9679/1, CPF sob o nº 087.198.789-90, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para responder respectivamente como **Gestor e Fiscal pelo Município de Sulina dos Convênios a ser firmados com a SETU-Secretaria de Turismo do Estado do Paraná.**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 31 DE MARÇO DE 2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:4C4CCEF2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
RESOLUÇÃO Nº 02/2026 - CMDCA

Súmula: Dispõe sobre a Comissão Especial de Eleição suplementar indireta para suplente de Conselheiros Tuteares período de 2026 a 2027, quanto a paridade.

O CMDCA de Sulina, no uso de suas atribuições legais, em Reunião ordinária realizada na data de 31/03/2026

RESOLVE
Art.º 1º Considerando a previsão legal da paridade dos membros da Comissão Especial do Processo de Eleição suplementar indireta de Conselho Tutelar para suplente do ano de 2026, ficam nomeados os conselheiros governamentais e não governamentais:

Luciana Beatriz Bom
Elton João Araújo
Francimara Pires Klassen

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sulina, Pr. 31 de Março de 2026.

FRANCIMARA PIRES KLASSEN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:81ED6092

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 22/2026

ID: 2766

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ: 75.801.738/0001-57

CONTRATADA: OPECAR VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 05.793.769/0004-70

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

OBJETO – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR TIPO HATCH, MODELO ZERO QUILÔMETRO, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2026, COM CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADO ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TAPIRA – PARANÁ, CONFORME DESCRITIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL

VALOR – R$ 179.740,00 (cento e setenta e nove mil, setecentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: 31 de março de 2026 a 31 de março de 2027.

Tapira, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:DC92AB0B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 38/2023 - ID Nº. 2446

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS EM GERAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e **L. B. GONÇALVES - EPP**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **LEONEL BERSON GONÇALVES**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 30 de junho de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 31 de março de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

L. B. Gonçalves - EPP
LEONEL BERSON GONÇALVES
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:98DC88BE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 40/2023 - ID Nº. 2448

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS EM GERAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA,** já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro,** em pleno exercício de seu mandato e funções, e **A. JACOMINI LTDA,** já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **ALTIERES JACOMINI,** ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a vigência contratual, prorrogando sua validade para a data de 30 de junho de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Acrescenta-se ao valor do contrato quantia de R$ 840,32 (oitocentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), passando o valor do contrato inicial para 24.052,12 (vinte e quatro mil, cinquenta e dois reais e doze centavos), tendo em vista, a recomposição do equilíbrio econômico financeiro.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 31 de março de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

A. Jacomini LTDA
ALTIERES JACOMINI
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:AC2F422D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 37/2023 - ID Nº. 2445

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS EM GERAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e **S. A. MARQUES & CIA LTDA**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **ROGÉRIO APARECIDO PASTRE MARQUES**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 30 de junho de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 31 de março de 2026

RONALD R. L. SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

S. A. Marques & Cia LTDA
ROGÉRIO APARECIDO PASTRE MARQUES
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:065F137A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
DECRETO LEGISLATIVO ADMINISTRATIVO N.º 03, DE 30 DE MARÇO DE 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base nos parágrafos do artigo 1.º da Lei Municipal N.º 1.711, de 2015; com base no DECRETO N.º 512/2025, expedido pelo Prefeito Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica decretado “Ponto Facultativo” no âmbito desta Câmara Municipal, no próximo dia 02 de abril.
Art. 2.º Fica suspenso o expediente externo desta Câmara Municipal, no próximo dia 02 de abril.
Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:95955616

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
RESOLUÇÃO N.º 01, DE 30 DE MARÇO DE 2026

Dá nova redação ao § 3.º e acrescenta o § 3.º-Aao art. 5.º da Resolução n.º 02/2022.

A Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Presidente, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, promulgo a seguinte

Resolução:

Art. 1.º O § 3.º do art. 5.º da Resolução n.º 02/2022 passa a ter a seguinte redação:
“Art. 5.º ...
...
§ 3.º São considerados como de baixo valor monetário ou de valor irrisório os bens móveis cujo preço de aquisição seja de valor igual ou inferior a R$500,00 (quinhentos reais), os quais, embora podendo ser caracterizados como material permanente, serão equiparados, para fins de controle, ao material de consumo.”

Art. 2.º O Art. 5.º da Resolução n.º 02/2022 passa a ser acrescido do seguinte parágrafo:
“Art. 5.º ...
...
§ 3.º-A. O valor constante no § 3.º deste artigo será atualizado anualmente, todo dia 10 de abril, a partir de 2027, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA/IBGE) dos 12 (doze) meses antecedentes, mediante Resolução Administrativa da Mesa Diretora."
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:F50E1600

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 90009/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR.

CONTRATADA: ARMAZEM 75 COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrita no CNPJ 42.965.607/0001-56, com sede em RUA PAIN FILHO, N° 1980 /SÃO JOSE, CEP: 95.180-406| Cidade: FARROUPILHA | Estado: RS.

VALOR TOTAL: R$ 11.586,00 (onze mil, quinhentos e oitenta e seis reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 31/03/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:B803151B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 90009/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR.

CONTRATADA: FORCE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS, inscrita no CNPJ 46.671.055/0001-24, com sede em Av. Brasília, 1212 – Jardim do Sol – Londrina PR | CEP 86070-020.

VALOR TOTAL: R$ 20.355,50 (vinte mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 31/03/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:524DF57B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 90009/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR.

CONTRATADA: THALYTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 52.880.468/0001-11, com sede em RUA JOAO RIBEIRO DOS REIS, 691, CENTRO, Cidade/Estado: TEIXEIRA SOARES – PR.

VALOR TOTAL: R$ 549.291,22 (quinhentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 31/03/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:3135FA72

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 105, DE 26 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) VISANDO SELEÇÃO DE PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município e tendo por base o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e a Lei Municipal n° 1.747, de 26 de janeiro de 2017.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o preenchimento dos cargos: Motorista, Motorista de ambulância, Motorista de Transporte escolar, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Enfermagem, Inspetor de alunos, Secretário Escolar, Nutricionista, Fonoaudiólogo, Engenheiro civil e Mecânico

DECRETA

Art. 1º. O Processo de Seleção será realizado por comissão especial, com prerrogativas de elaborar o edital de chamamento, recepção das inscrições, avaliação, proclamação dos resultados e deliberar sobre recursos administrativos em primeiro grau, além de demais assuntos.
Parágrafo único. Os membros da comissão não serão remunerados, mas a sua atuação será considerada serviço público relevante em favor do Município, para todos os efeitos.

Art. 2º. A comissão a que se refere o "caput" do artigo anterior fica assim constituída e desde já investida nas suas funções e de prerrogativas:

I – PAULA MICHELE MARCHINSKI (Professor), matrícula 7421, CPF: 026.XXX.219-60 – PRESIDENTE
II – EDSON LUIS MENDES (Técnico Administrativo), matrícula 23041, CPF: 114 XXX.609 -20 – SECRETÁRIO
III – ELIANE MARIA ROSS MATTE (Professor), matrícula 2132, CPF: 764.XXX.419-72 – MEMBRO

Art. 3º. Todo o processo de chamamento e seleção a que se refere este Decreto se obriga a obediência das normas contidas na lei municipal nº 1.747, de 26 de janeiro de 2017.

Art. 4ª. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

Teixeira Soares, 26 de março de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:95786B1A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 41/2026

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGAS DECORRENTES DO CONCURSO PÚBLICO N° 002/2025, HOMOLOGADO ATRAVÉS DO DECRETO N° 18, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município:

Considerando o Concurso Público nº 002/2025,de 17 de Setembro de 2025 devidamente homologado pelo Decreto nº18, publicado em 29 de JANEIRO de 2026,e considerando o quadro defasado de profissionais do magistério em decorrência do encerramento dos contratos temporários do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025 de 14 de fevereiro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertas dentro do processo do concurso público nº 002/2025, homologado em 29 de JANEIRO de 2026, para todos os efeitos, as seguintes vagas, obedecida a ordem de classificação:

· 19 vagas- Cargo de Professor de Ensino Fundamental de 20 horas
· 4 vagas- Cargo de Professor de Educação Infantil

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos, a expedição de Edital de Chamamentos dos classificados, nos termos das normas estabelecidas no Edital do Concurso Público nº 002/2025, observados os limites de gastos com pessoal constantes da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.

Parágrafo Único: Para efeito do caput deste artigo, determino ao departamento contábil , a emissão de Estimativa do Impacto

Orçamentário-Financeiro, com efeito no ano de 2.026 e nos dois anos subsequentes, visando a observância dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar 101, de 04.05.2000 - (Lei de Reponsabilidade Fiscal)

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 26 de fevereiro de 2026.

IVANOR MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:14DAFBCB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 45, DE 02 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR DIRLEY KULLER DA SILVA.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido o servidor **DIRLEY KULLER DA SILVA,** portador da CI RG n° 4.384XXX-5 SSP/PR e CPF n° 606.131.XXX-53, do cargo de Diretor de Unidade Municipal de Representação do DETRAN, lotado na Secretaria Geral de Governo, a partir de 02 de março de 2026.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:B99D7503

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 46, DE 02 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR MARIO AVELINO DE DEUS, NO CARGO DE DIRETOR DA UNIDADE MUNICIPAL DE REPRESENTAÇÃO DO DETRAN (PR).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado **MARIO AVELINO DE DEUS,** portador do CI RG nº 6.738.XXX-5 SSP/PR e CPF nº 977.019.XXX-72, servidor efetivo ocupante do cargo de Técnico Florestal, para exercer o cargo de Diretor de Unidade Municipal de Representação do DETRAN, lotado na Secretaria Geral de Governo, podendo o servidor optar pelos vencimentos do seu cargo efetivo e o correspondente a função gratificada símbolo FG-4, nos termos da Lei Municipal n° 1962, a partir de 02 de março de 2026.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:591AD17B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 48, DE 02 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ELISETE DAS GRAÇAS DA SILVA.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido o servidor **ELISETE DAS GRAÇAS DA SILVA** portador da CI RG n° 8.179.XXX-6 SSP/PR e CPF n° 038.544.XXX-09, do cargo Chefe dos Serviços de Habitação de Interesse Social, lotado na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, a partir de 02 de março de 2026.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:7F4C6BD1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 53, DE 03 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA SOLANGE DE OLIVEIRA GOES DALLAZUANNA.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido a servidora **SOLANGE DE OLIVEIRA GOES DALLAZUANNA,** portadora do CI RG nº 5.189.XXX-1 SSP/PR e CPF nº 977.014.XXX-34, do cargo Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Educação, a partir de 19 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:3C69103C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 58, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ALLAN VENICIUS PERES XAVIER DE SOUZA.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeado ALLAN VENICIUS PERES XAVIER DE SOUZA, portador do CI RG nº 100.096.XXX-1 SSP/PR e CPF nº 068.260.XXX-29, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Física**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotado na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:4433A0EA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 59, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE BRUNO BRAS GOMES.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeado BRUNO BRAS GOMES, portador do CI RG nº 14.020.XXX-3 SSP/PR e CPF nº 111.588.XXX-00, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Física**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotado na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:963AA3E0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 60, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JAQUELINE ANDRESSA MAROCHI IANISKI.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada JAQUELINE ANDRESSA MAROCHI IANISKI, portadora do CI RG nº 13.792.XXX-0 SSP/PR e CPF nº 102.979.XXX-25, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Física**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:D7BCC594

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 61, DE 06 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE LEANDRO MARAVIESKI.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:

Artigo 1º. Fica nomeado LEANDRO MARAVIESKI, portador do CI RG nº 7.413.XXX-4 SSP/PR e CPF nº 033.316.XXX-02, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Física**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotado na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:0213303C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 62, DE 06 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DILSSANDRO MIGUEL GADONSKI.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeado DILSSANDRO MIGUEL GADONSKI, portador do CI RG nº 9.546.XXX-1 SSP/PR e CPF nº 063.225.XXX-74, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Física**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotado na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:83D435D3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 63, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PAULO SERGIO SOARES FERNANDES.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeado PAULO SERGIO SOARES FERNANDES, portador do CI RG nº 5.170.XXX-7 SSP/PR e CPF nº 820.253.XXX-25, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Física**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotado na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:59FF4973

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 64, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SUELLEN CRISTINE MATTE RODRIGUES.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada SUELLEN CRISTINE MATTE RODRIGUES, portadora do CI RG nº 14.284.XXX-7 SSP/PR e CPF nº 084.728.XXX-80, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Física**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:80DC8D4A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 65, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RENI PEREIRA.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas

atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeado RENI PEREIRA, portador do CI RG nº 13.914.XXX-1 SSP/PR e CPF nº 118.964.XXX-79, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Física**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotado na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:1AC8F894

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 66, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DAFNY THAMYRIS DE LARA MENDES.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada DAFNY THAMYRIS DE LARA MENDES, portadora do CI RG nº 14.718.XXX-4 SSP/PR e CPF nº 125.933.XXX-31, para exercer o **cargo efetivo de Profissional de Apoio**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:1F07FB6A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 67, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DEBORA JANINE CHICORA DE AVILA.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada DEBORA JANINE CHICORA DE AVILA, portadora do CI RG nº 13.810.XXX-6 SSP/PR e CPF nº 107.599.XXX-56, para exercer o **cargo efetivo de Professor**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:C6EBFC6B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 68, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ANA ISABELI DE JESUS.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada ANA ISABELI DE JESUS, portadora do CI RG nº 14.178.XXX-0 SSP/PR e CPF nº 114.742.XXX-78, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Infantil**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:ED297B59

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 69, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ELCIMARI ARAÚJO.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada ELCIMARI ARAÚJO, portadora do CI RG nº 3.107.XXX-6 SSP/PR e CPF nº 441.003.XXX-91, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Infantil**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:B9F5A01A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 70, DE 06 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MONICA MANGRICH DE SOUZA.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada MONICA MANGRICH DE SOUZA, portadora do CI RG nº 13.086.XXX-9 SSP/PR e CPF nº 094.891.XXX-96, para exercer o **cargo efetivo de Profissional de Apoio**, nível 01 classe A, a partir de 03 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:42566FEB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 71, DE 11 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRLENE CASTILHO DA CUNHA.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada DIRLENE CASTILHO DA CUNHA, portadora do CI RG nº 13.109.XXX-0 SSP/PR e CPF nº 101.806.XXX-40, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Infantil**, nível 01 classe A, a partir de 11 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:A77154DA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 72, DE 11 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ANGELICA LEVANDOSKI FERRANDO DE ABREU.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada ANGELICA LEVANDOSKI FERRANDO DE ABREU, portadora do CI RG nº 087.913.XXX-13 SSP/PR e CPF nº 087.913.XXX-13, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Infantil**, nível 01 classe A, a partir de 11 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:5405845F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 73, DE 11 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE EMILIE EMILIANO DE MORAES.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada EMILIE EMILIANO DE MORAES, portadora do CI RG nº 10.412.XXX-5 SSP/PR e CPF nº 065.081.XXX-06, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Infantil**, nível 01 classe A, a partir de 11 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:0549299C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 74, DE 11 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ANDREIA GIOLLO.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada ANDREIA GIOLLO, portadora do CI RG nº 6.911.XXX-7 SSP/PR e CPF nº 033.742.XXX-79, para exercer o **cargo efetivo de Professor de Educação Infantil**, nível 01 classe A, a partir de 11 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:0BB96C11

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 75, DE 11 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MÁRCIA AISING SALÇA DA CRUZ.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada MÁRCIA AISING SALÇA DA CRUZ, portadora do CI RG nº 041.729.XXX-01 SSP/PR e CPF nº 041.729.XXX-01, para exercer o **cargo efetivo de Profissional de Apoio**, nível 01 classe A, a partir de 11 de março de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:35D77E7F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 76 DE 11 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DA SERVIDORA, NEIDE IVETE ROPKE PADILHA.

O Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas a realização do PSS – Processo de Seleção Simplificado, amparado pelo artigo 37, Inciso IX da CF/88 e pela Lei Municipal nº 1.747, de 26.01.2017, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;

DECRETA:

Artigo 1º. Fica prorrogado o contrato de NEIDE IVETE ROPKE PADILHA, portadora da CI RG nº 6.882.640-3 SSP/PR e CPF nº 021.785.239-43, matrícula 2330-1, para exercer, de forma provisória e excepcional, o cargo de **Técnico em Enfermagem**, fica prorrogado a partir de 18 de março de 2026 e encerramento em 18 de setembro de 2026.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.
PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:10248FA6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 28 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O SECRETÁRIO GERAL DE GOVERNO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos.
RESOLVE:

Revogar a Portaria 22/2026 a qual designou a servidora "**ALEXANDRA RUPPEL DA SILVA**" matrícula 436-1, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, para responder interinamente pela direção do Cmei Mundo Encantado, a partir de 03 de março de 2026.
PUBLIQUE-SE
REGISTRE-SE
CUMPRA-SE

DADO E PASSADOna Secretaria Geral de Governo de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

ELOYR JOSÉ JAGHER
Secretário Geral do Governo

LULIAN CRISTINA DE OLIVEIRA
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:7C2FBBB6

SECRETARIA DA FAMILIA
RESOLUÇÃO N.º 03/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 06/2024 a 06/2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Teixeira Soares – PR, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n. 1859/2019.
CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos;
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária/extraordinária realizada em ***31/03/2026***. Conforme Ata 03/2026 da reunião ordinária realizada, via grupo WhatsApp.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas referente aos recursos provenientes de Prestação de contas do Incentivo Vidas Aquecidas. Período da Prestação de Contas de 06/2024 a 06/2025. Recurso recebido para ser utilizado com população moradora de rua ou em situação de vulnerabilidade.
Art. 2º A prestação de contas foi analisada e considerada: Regular

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 31 de março de 2026.

ALINE BUENO MAROCHI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Janieli Dayane Rodrigues Evangelista
Código Identificador:F129CE03

SECRETARIA DA FAMILIA
RESOLUÇÃO N.º 03/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 2025.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teixeira Soares – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n° 1.698/2015 de 29/04/2015.
CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos;
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária/extraordinária realizada em 31/03/2026. Conforme Ata 05/2026 da reunião ordinária realizada, via grupo WhatsApp.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas Final do Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade -Primeira Infância.

Art. 2º A prestação de contas foi analisada e considerada: Regular

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 31 de março de 2026.

RENATA DE ANDRADE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Janieli Dayane Rodrigues Evangelista
Código Identificador:D1F964D1

SECRETARIA DA FAMILIA
RESOLUÇÃO N.º 04/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Teixeira Soares – PR, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n. 1859/2019.
CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos;
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária/extraordinária realizada em ***31/03/2026***. Conforme Ata 03/2026 da reunião ordinária realizada, via grupo WhatsApp.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar Relatório de Prestação de Contas do Piso Único de Assistência Social, relativo ao ano de 2025. Esse recurso é utilizado para manutenção de todos os equipamentos e serviços da Política de Assistência Social.
Art. 2º A prestação de contas foi analisada e considerada: Regular

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 31 de março de 2026.

ALINE BUENO MAROCHI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Janieli Dayane Rodrigues Evangelista
Código Identificador:752964F2

SECRETARIA DA FAMILIA
RESOLUÇÃO N.º 04/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 2025.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teixeira Soares – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n° 1.698/2015 de 29/04/2015.
CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos;
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária/extraordinária realizada em 31/03/2026. Conforme Ata 05/2026 da reunião ordinária realizada, via grupo WhatsApp.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida(LA) e Prestação de Serviços à Comunidade(PSC).

Art. 2º A prestação de contas foi analisada e considerada: Regular

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 31 de março de 2026.

RENATA DE ANDRADE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Janieli Dayane Rodrigues Evangelista
Código Identificador:82D34A04

SECRETARIA DA FAMILIA
RESOLUÇÃO N.º 05/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 2025.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teixeira Soares – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n° 1.698/2015 de 29/04/2015.

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos;
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária/extraordinária realizada em 31/03/2026. Conforme Ata 05/2026 da reunião ordinária realizada, via grupo WhatsApp.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas Final do Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima.

Art. 2º A prestação de contas foi analisada e considerada: Regular

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.
Teixeira Soares, 31 de março de 2026.

RENATA DE ANDRADE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Janieli Dayane Rodrigues Evangelista
Código Identificador:4050C869

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 112 DE 31 DE MARÇO DE 2026

DECRETO Nº 112 de 31 de março de 2026.

Súmula: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE COMDEMA/TEIXEIRA SOARES, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.212/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.212, de 14 de maio de 2025, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA/TEIXEIRA SOARES e estabelece sua composição e funcionamento;
CONSIDERANDO o disposto no art. 17 da referida Lei, que atribui ao Chefe do Poder Executivo a competência para nomear os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente por meio de decreto;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18 da Lei Municipal nº 2.212/2025, que estabelece a composição paritária do COMDEMA/TEIXEIRA SOARES, com representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir o regular funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão de natureza consultiva, normativa e deliberativa no âmbito da política ambiental do Município;
CONSIDERANDO o interesse público na implementação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas ambientais no Município de Teixeira Soares;

DECRETA:
Art. 1º. Ficam nomeados para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA/TEIXEIRA SOARES, conforme disposto no art. 18 da Lei Municipal nº 2.212/2025, os seguintes membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

a) Representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos:

Titular: Tatiana Mara Salapata
Suplente: Izabel Gomes do Valle

b) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:

Titular: José Carlos Damião Portela Sobrinho
Suplente: Maria de Fátima Damião Portela Krulikowski

c) Representantes da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo:

Titular: Monike Gabriela Padilha
Suplente: Aline Levandoski Wagner Bilibiu

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

a) Representantes de Associações, Sindicatos e afins:

Titular: Lisiane Rocha Czech
Suplente: Rafael Santos

b) Representantes de entidades públicas ou privadas que atuem na prestação de serviços ambientais:

Titular: Raul Sopko Junior
Suplente: Bruna Graziele Panassolo

c) Representantes do setor produtivo/ambientalista e/ou instituições de ensino:

Titular: Vilma Blanc de Andrade Ribeiro
Suplente: Suelen Lorena Schapuis

Art. 2º._ Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, Estado do
Paraná, 31 de março de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:BE8BE3AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA
PORTARIA Nº 03/2026

Declara Ponto Facultativo e dá outras providências.

ADEMIR GALHARDO ROMERO, Presidente da Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o Feriado de Paixão de Cristo em 03 de abril de 2026,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4.290/2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica declarado Ponto Facultativo o dia 02 de abril de 2026 na Câmara Municipal de Terra Boa.

Parágrafo único. As atividades administrativas do Poder Legislativo Municipal funcionarão no dia 02 de abril de 2026 até às 12h00.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, observadas as formalidades legais.

Terra Boa, 30 de março de 2026.

ADEMIR GALHARDO ROMERO
Vereador - Presidente

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:A15C832D

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 60/2026
REF: PREGÃO N° 15/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: 45.246.218 ROSANA DE BRITO, CNPJ nº nº 45.246.218/0001-69, com sede Terra Boa, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ROSANA DE BRITO NEVES, CPF: 052.408.419-00, carteira de Identidade nº .

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL contratação de empresa para fornecimento de refeições e bebidas em atendimento a esta Prefeitura Municipal.,

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) , valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 30 de março de 2026, com vencimento até 30 de março de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 30 de março de 2026..

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:D0195982

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 61/2026
REF: PREGÃO N° 16/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: K S AFONSO LTDA, CNPJ nº nº 17.216.445/0001-06, com sede Cianorte, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). KENIO SEVERINO AFONSO, CPF: 030.364.779-50, carteira de Identidade nº 65624397.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa pessoa jurídica para aquisição e prestação de serviços metalúrgicos para atendimento as unidades desta Prefeitura Municipal.,

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 156.620,80 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte reais e oitenta centavos) , valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 31 de março de 2026, com vencimento até 31 de março de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 31 de março de 2026..

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:918B7569

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 72/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 38/2024

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, "**IRMANDADE DA SANTA CASA DE SÃO VICENTE DE**

PAULO DE TERRA BOA", inscrita CNPJ/MF n° 77.238.947/0001-60, sediada na Rua Presidente Kennedy, 438, na Cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado pelo(a) Sr(a) **JOÃO ALVES DIAS**, RG 379.597-7, CPF nº 005.531.159-87, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº38/2024, nos termos da Lei nº. 14.133/2021 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 50/2025, que tem por objeto o **Credenciamento de Pessoa física e/ou Jurídica especializada na Prestação de Serviços de Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem com experiência comprovada, para acompanhar transferência de Pacientes do Município para atendimento de alta complexidade nos Municípios de Referência em Disponibilidade de Plantão de até 12 horas** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 30 de setembro de 2026, com base no Art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:69822D26

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 48/2022 TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2022 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 07/2022

O MUNICÍPIO DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **MUNICÍPIO** e a Entidade de nome Empresarial **ILPI SÃO VICENTE DE PAULO,** inscrita pelo CNPJ/MF nº 75.793.646/0001-72, sediada na Rua Presidente Kennedy, s/n, neste ato representado por seu Presidente Sr. **EUGENIO RAFAEL NETO,** portador da Cédula de Identidade RG nº 71 8450-6 0, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.240.399-20, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, tendo em vista a Ratificação da licitação realizado pelo processo de Inexigibilidade nº07/2022, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 1697/2022 alterada pela Lei Municipal nº 1.776/2024, assinam pelas condições avençada no Termo de Colaboração nº 01/2022, que tem por objeto o **Termo de colaboração para repasse ao Asilo São Vicente de Paulo de Terra Boa, conforme Lei Municipal nº 1.697/2022** e pelos termos do plano de trabalho as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao Termo de Colaboração em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido Termo de colaboração até 31 de março de 2027, conforme disposto no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do Termo de Colaboração originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:60EA2CF0

LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 59/2023 – PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 07/2021.

LOCADOR: **OSVALDO DONIZETI RONCARI**

Pelo presente Termo Aditivo, as partes contratantes do Contrato de Locação de Imóvel Urbano resolvem, de comum acordo, prorrogar o tempo de duração do referido contrato mediante as seguintes cláusulas nos termos do Artigo 7º, inciso V da Lei n.º 985/2009, alterado pelas Leis n.º 1502/2018 e 1.660/2021.

PRIMEIRA – O Contrato de Locação de que trata este Termo Aditivo fica prorrogado por mais um ano, iniciando-se a referida prorrogação no dia 01 de abril de 2026 e terminando no dia 31 de março de 2027.

SEGUNDA – As demais cláusulas e termos do Contrato de Locação permanecem inalteradas.

E, estando as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com uma testemunha.

Município de Terra Boa, 31 de março de 2026.

MUNICÍPIO DE TERRA BOA
Locatário

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:5D01C0FF

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 16/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 16/2026**

Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa pessoa jurídica para aquisição e prestação de serviços metalúrgicos para atendimento as unidades desta Prefeitura Municipal.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) PREMIUM CALHAS E RUFOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 33.233.854/0001-77 no valor total dos itens vencidos de R$ 352.891,00 (trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e um reais).

2) K S AFONSO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 17.216.445/0001-06 no valor total dos itens vencidos de R$ 156.620,80 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte reais e oitenta centavos).

Terra Boa, 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:EEDCCB8C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 299/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a senhora **IRACEMA ISQUIERDO COSTA** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **01/04/2026** a **20/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:DD39C0BC

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 300/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **ANA MARIA DA CUNHA NEVES** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA, sendo 90 (noventa) dias referente ao do período aquisitivo 2015/2020 e 90 (noventa) dias referente ao período aquisitivo 2020/2025.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **01/04/2026** a **27/09/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8FA35ACF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 301/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001/2024, de 03 de setembro de 2024 que dispôs sobre abertura do Concurso Público, bem como o Edital nº 020 e 021/2025, que divulga a classificação final e homologa o resultado final do Concurso Público, e tendo em vista, a desistência do candidato FELIPE DALARTE DA SILVA, convocado através da Portaria Nº 254/2026,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no item n.º 19.6 do Edital do Concurso Público nº 001/2024:

Cargo: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS

Nome

FABRÍCIO DURAN

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:A5DD47C0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 302/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º ALTERAR o período de gozo das férias do servidor **AGRIPINO JOÃO ANTONIO** concedida através da Portaria N° 276/2026 para 06/04/2026 a 05/05/2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:1A52BEA8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 303/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 57 da Lei Complementar nº 05/2022, de 21 de setembro de 2022,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR a ampliação de jornada de trabalho da professora **DANIELLY CARIS SODRE,** Classe A (Magistério), de **26/03/2026** a **31/03/2026**, em substituição ao Padrão II da Professora **ITALA CHAYANE FIGUEIREDO DA SILVA.**

Art. 2º O valor da ampliação da jornada de trabalho terá como base o salário da referência inicial da Classe A, e terá caráter temporário extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que a servidora deixar de exercer as funções objeto da ampliação.

Art. 3º A jornada suplementar constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos da aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26/03/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária de Educação e Cultura

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:518FB8C9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 304/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 01/04/2026, a servidora **ITALA CHAYANE FIGUEIREDO DA SILVA**, portadora do CPF 076.709.209-04 do **PADRÃO II** do cargo efetivo que ocupa de **PROFESSORA.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:BD20272E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 305/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR a partir de 01/04/2026, a Senhora **KARINA DA SILVA ARAUJO** portadora do CPF 057.160.229-01, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para compor a equipe de referencia da UNIDADE DE ACOLHIMENTO PEQUENO PRINCIPE.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:0DEADD35

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 306/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01/2023, e tendo em vista a exoneração, a pedido, da servidora CRISTINA CORREIA DA SILVA

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) candidato (a) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos itens n.º 10.2 e 10.3 do Edital de Concurso nº 01/2023, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:
Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome do Candidato
ADRIANA ANDREA BITTENCOURT

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:AE1301B0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 307/2026

Convoca candidato aprovado em Processo Seletivo Simplificado e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 01/2025, de 14 de abril de 2025 que dispôs sobre abertura de Processo Seletivo Simplificado, bem como o Edital nº 05 e 06/2025, que divulga a classificação final e homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, e tendo em vista, a desistência da candidata LARISSA DA SILVA, convocada através da Portaria Nº 284/2026,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no item n.º 17 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025:
Cargo: ENFERMEIRO
Nome
GABRIELLY FURLAN DOS SANTOS

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:A209C1E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO

Resolução nº06/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere Lei nº40/2011 de 22/09/2011.
Considerando a deliberação da plenária extraordinária realizada no dia 31 de março de 2026

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar e finalizar a prestação de contas do Piso Único de Assistência Social -PAS, referente ano 2025.

Artigo 2º- Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, .

Sala de Sessões, 31 de março de 2026

KATIELLI APARECIDA FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria da Conceição Dos Santos Borges
Código Identificador:BE0CC0FE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO

Resolução nº07/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere Lei nº40/2011 de 22/09/2011.
Considerando a deliberação da plenária extraordinária realizada no dia 31 de março de 2026

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar a prestação de contas Incentivo Qualificação da Estrutura para CRAS, do pagamento até 31 de dezembro de 2025.

Artigo 2º- Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, .

Sala de Sessões, 31 de março de 2026

KATIELLI APARECIDA FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria da Conceição Dos Santos Borges
Código Identificador:AA234D20

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

'
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA.

Aviso De Licitação

Destinada exclusivamente para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão Nº. 25/2026.
Processo nº 43/2026

OBJETO: Registro de preço para compra de ferramentas, material elétrico, equipamentos e material de construção de em geral., destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 17/04/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 31/03/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:296C2E20

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA.

Aviso De Licitação
Edital de Pregão ELETRONICO Nº. 28/2026.
Processo nº 48/2026

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material escolar, destinados aos exercícios de 2026 e 2027, a serem distribuídos aos alunos da Rede Municipal de Educação de Terra Rica, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Classe Especial, bem como aos estudantes vinculados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Terra Rica (APAE), destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 17/04/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser

adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 31/03/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:D82C2D97

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO

Edital de Concorrência eletrônica Nº. 05/2026

OBJETO: Construção de piscina coberta no Centro do Idoso.

Prorrogação:
A abertura do certame fica prorrogada para às 09:00 do dia 08/04/2026.

Terra Rica, 31/03/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:D31F5625

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

Edital de Pregão Nº. 21/2026

OBJETO:
Registro de preço para alimentos secos.

Sessão:
Sessão pública ocorrerá as 09:00 horas do dia 02/04/2026

Motivação:
A empresa foi habilitada, ainda que com a ausência de documentos exigidos, em desconformidade com os requisitos previstos no edital.

Terra Rica, 31/03/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:90772806

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 195/2026

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DE AMOSTRAS PARA FUNCIONAR EM LICITAÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Ficam nomeados os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Especial de Análise de Amostras relativas ao Procedimento Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 28/2026, Estado do Paraná:

Nome	*Cargo*
Sirlene Lopes Travagin	Presidente
Paulo César de Oliveira Teixeira	Membro
Cristina Jasper	Membro

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos trinta e um dias de março de dois mil e vinte e seis. (31/01/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:498DE785

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO 141/2026

SÚMULA: Retifica dispositivos de decretos que abriram créditos adicionais no exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º - Ficam retificados os Decretos abaixo relacionados, no que se refere à indicação do exercício do superávit financeiro:

• Decreto nº 22/2026
• Decreto nº 23/2026
• Decreto nº 38/2026
• Decreto nº 54/2026
• Decreto nº 55/2026
• Decreto nº 66/2026
• Decreto nº 67/2026
• Decreto nº 68/2026
• Decreto nº 101/2026
• Decreto nº 109/2026
• Decreto nº 125/2026
• Decreto nº 134/2026
• Decreto nº 136/2026

Art. 2º - Onde se lê, nos referidos decretos:
"Superávit Financeiro do Exercício de 2024"
Passa a constar:
"Superávit Financeiro do Exercício de 2025"
Art. 3º - Permanecem inalteradas as demais disposições dos decretos ora retificados.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 31 de março de 2026 (31/03/2026) .

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Morales Périco de Souza
Código Identificador:95F5DD2F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 139/2026

SÚMULA: EXONERA O SENHOR MARCOS PAULO LIMA PAINKA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADO,** por término de contrato, o Sr. **MARCOS PAULO LIMA PAINKA**, ocupante do cargo temporário de **VIGIA (PSS),** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 094/2022, a partir de 31 de Março 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:B30B1E52

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 140/2026

SÚMULA: EXONERA A SENHORA PATRICIA CORONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADA,** por término de contrato, a Sra. **PATRICIA CORONADO**, ocupante do cargo temporário de **VIGIA (PSS),** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 094/2022, a partir de 31 de Março 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:ED81C2E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 192/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ALEX ZANCHETA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **ALEX ZANCHETA DA SILVA,** matrícula Nº 12462, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MAS),** referente ao período aquisitivo de 05/07/2023 a 04/07/2024, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **01/04/2026 a 30/04/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:A5C322C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 193/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR HUDSON LUIZ HETZEL MARRA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **HUDSON LUIZ HETZEL MARRA,** matrícula Nº 12546, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA,** referente ao período aquisitivo de 16/03/2024 a 15/03/2025, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **01/04/2026 a 30/04/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:9F55BEE4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 194/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR LUCINEI SOARES DE MACEDO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **LUCINEI SOARES DE MACEDO,** matrícula Nº 12386, ocupante do cargo em comissão de **ASSESSOR DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL,** referente ao período aquisitivo de 01/01/2022 a 31/12/2022, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **01/04/2026 a 20/04/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E

UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:AE6E09C2

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
PORTATIA 16/2026

•
PORTARIA Nº: 16/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR DA AUTARQUIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADRIANO SERGIO NUNES DIRETOR DA AUTARQUIA MUNICIPAL SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:
Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao servidor **CARLOS ALBERTO PERICO** *(Matricula 1034),* ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** relativa ao período aquisitivo de 27/04/2023 à 26/04/2024, as quais serão gozadas no período de 06/04/2026 à 25/04/2026.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SAMAE DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIA DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/03/2026).

•***ADRIANO SERGIO NUNES***
•Diretor do SAMAE

Publicado por:
Carlos Alberto Perico
Código Identificador:1DEF5BD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06/2024
DISPENSA Nº 02/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
CONTRATADO: VOXCITY TECNOLIGIA LTDA

PRAZO: Com base na cláusula terceira do presente contrato, fica prorrogado o prazo de vigência, para o período de 12 (doze) meses, com início em 1º de abril de 2026 a 31 de março de 2027.

VALOR: O presente termo possui o valor de R$ 17.443,86 (dezessete mil quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos), sendo doze parcelas mensais de R$ 1.453,65 (mil quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001.001.031.1000.2002.3.3.90.39.58

LOCAL/DATA: Edifício da Câmara Municipal de Terra Roxa, PR, 26 de março de 2026.

Assinaturas: Milton da Silva e Diego Bernarda Netto.

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:763C46E9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17220/2026

PORTARIA Nº 17220/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 5422/2026 de 31 de março de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Sra. Marlene Aparecida da Cunha, matrícula nº 176079-01, do cargo de Professora, a partir de 01 abril de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:AF28201F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17221/2026

PORTARIA Nº 17221/2026

SÚMULA: Autoriza o pagamento do Auxílio-Alimentação para servidores do Pronto Atendimento Municipal Henrique Bartolomeu Triches do Município de Terra Roxa – PR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei n° 2102/2024 de 09 de abril de 2024 e no Decreto nº 4234/2024 de 25 de abril de 2024.

RESOLVE:
Art. 1º - TORNAR PÚBLICO os servidores públicos municipais e a quantidade de dias escalados para o trabalho no mês de março de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde, lotados no Pronto Atendimento Municipal Henrique Bartolomeu Triches, para recebimento do auxílio alimentação, autorizado pela Lei Municipal nº 2.102 de 2024 que trabalham em regime de plantão 12x36 horas.

NOME PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE AUXILIO ALIMENTAÇÃO	VALOR POR SERVIDOR
Adalto Nolacio da Silva	1	R$ 22,00
Adenilson José de Oliveira	1	R$ 22,00
Adriana Abbud de Oliveira Moreira	12	R$ 264,00
Alex Miranda de Souza	3	R$ 66,00
Anelisa Wohlemberg Nogueira	4	R$ 88,00
Carlos Marcos Nazaro Junior	13	R$ 286,00
Cassiana Schroeder Apparecido	15	R$ 330,00
Charles Pereira Santos	7	R$ 154,00
Claudina Mara de Paula	13	R$ 286,00
Cassilda Brognoli Volpato	14	R$ 308,00
Daniela Cristiane de Oliveira Teixeira	15	R$ 330,00
Edenilza da Luz Silva	15	R$ 330,00
Eduardo da Silva Araújo	9	R$ 198,00
Fagner Camargo José	3	R$ 66,00
Gabriele Dias Welter	15	R$ 330,00
Gilberto Gregor Ikert	4	R$ 88,00
Heverton Berri	6	R$ 132,00
Leila Carina Gomes de Oliveira	10	R$ 220,00
Luciana Camargo Vieira dos Santos	14	R$ 308,00
Marcia Regina da Cruz	4	R$ 88,00

Marcia Vieira de Melo	18	R$ 396,00
Maria Cristina Aparecido Barbosa	12	R$ 264,00
Maria Ines Velentim Pezzotti	15	R$ 330,00
Maria Silvania de Lima	8	R$ 176,00
Marissa Kethelyn Serra Timoteo	9	R$ 198,00
Maristela da Silva	15	R$ 330,00
Pamela Roberta Alves	13	R$ 286,00
Rita de Cassia Viana dos Santos	15	R$ 330,00
Rosani Lima dos Santos	13	R$ 286,00
Rodolfo Reis Araujo	13	R$ 286,00
Rosangela Aparecida Borges	13	R$ 286,00
Samis Farias Simas	4	R$ 88,00
Sheila Gonçalves dos Santos	3	R$ 66,00
Taisa Priscila Wonsovicz	13	R$ 286,00
Thales Pereira de Oliveira	12	R$ 264,00
Uilhan Schenato Megda	14	R$ 308,00
Vinicius Paulo Ferreira	13	R$ 286,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:C1EAEDAB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTRIA N° 17222/2026

PORTARIA Nº 17222/2026

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial de Avaliação de Bem Imóvel, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA**, Estado do Paraná, **Sr. IVAN REIS DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada a **Comissão Especial de Avaliação de Bem Imóvel**, com a finalidade de proceder à avaliação do imóvel objeto da solicitação administrativa, matrícula n° 3.206 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Terra Roxa, emitindo parecer técnico e/ou laudo de avaliação, conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.
Art. 2º A Comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:
I – **ED CARLOS DA SILVA TRINDADE**;
II – **AUGUSTO BACHIEGA FERREIRA**;
III – **FABIO RODRIGUES DA SIVA**.
Art. 3º Compete à Comissão Especial de Avaliação de Imóvel:
I – realizar vistoria no imóvel indicado;
II – proceder à avaliação das características físicas, estruturais e locacionais do bem;
III – apurar o valor de mercado do imóvel, observados os critérios técnicos pertinentes;
IV – elaborar e apresentar laudo ou parecer conclusivo à autoridade competente.
Art. 4º A Comissão poderá solicitar apoio técnico de outros setores da Administração Pública Municipal, sempre que necessário ao cumprimento de suas atribuições.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 31 dias do mês de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:9CD8595A

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ERRATA EDITAL N° 08/2026 - BOLSA AUXÍLIO TRANSPORTE

ERRATA

No EDITAL N° 08/2026 de 30 de março de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 31 de março de 2026, Edição n° 3500, pagina n° 402.

Onde se lê:
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Leia-se:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Terra Roxa - PR, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:4A23695D

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE TERRA ROXA, E O CENTRO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE TERRA ROXA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 75.587.204/0001-70, com sede na Av. Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, em Terra Roxa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **IVAN REIS DA SILVA,** portador da CI.RG.nº.3.058.992-0-SSP-PR, inscrito no CPF.492.820.779-34, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Terra Roxa, Paraná doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, o **CENTRO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua José Teixeira Ervilha, nº 790, no Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 77.418.689/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **RICARDO CÉSAR CARDOSO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 696.525.549-87 e do RG nº 4.923.498-8 SSP/PR, doravante denominado **INSTITUIÇÃO**, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O presente Convênio de Cooperação tem por objetivo a conjugação de esforços entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO para a implantação e execução das atividades do **CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DR. HUGO DHERÊ**, que será supervisionada pela Secretaria Municipal de Educação, beneficiando alunos de 0 a 05 anos de idade, independentemente da situação financeira e credo religioso dos mesmos.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO A INSTITUIÇÃO cederá ao MUNICÍPIO DE TERRA ROXA o imóvel de sua propriedade situado à Rua José Teixeira Ervilha, nº 790, registrado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 01, matrícula 5670, com área de 937,50 m², contendo uma construção em alvenaria com área de 390,23 m², juntamente com os seguintes equipamentos:

• *Cozinha e Refeitório:* um fogão de 06 bocas Consul, 03 botijões de gás, 02 mesas de madeira, 01 fogão Muller de 06 bocas, 01 fogão industrial de 06 bocas, 02 pias, 01 armário em madeira, 01 balcão de cozinha em madeira, 09 mesas para refeição, 18 bancos, 01 geladeira Dako de 420 litros, 01 geladeira Cônsul de 230 litros, 02 freezers horizontais de 460 litros, e utensílios de cozinha.
• *Salas e Estrutura:* 05 balcões em madeira coloridos, 12 jogos de mesinhas em madeira, 90 cadeirinhas em madeira, 13 berços em madeira, 02 computadores, 02 impressoras (sendo uma Epson L210), 01 copiadora Ricoh, 02 ares-condicionados de 12.000 BTU's, 04 ares-condicionados de 32.000 BTU's, 02 ares-condicionados de 18.000 BTU's, 03 armários de aço, 03 mesas para computador.
• *Lavanderia e Outros:* 01 ferro elétrico, 01 liquidificador, 01 máquina de lavar roupas, 01 secadora de roupas, 02 centrífugas de

roupas, 01 guarda-roupa de 04 portas, 01 estante em madeira, 01 máquina de costura.
• *Segurança e Lazer:* 01 sistema de câmeras com 33 pontos, 01 climatizador, 01 TV de 42 polegadas, 05 TVs de 32 polegadas, 01 locomotiva em madeira, 01 carrossel gira-gira, 01 balanço terraço, 01 mansão carinhosa, 01 túnel lúdico, 01 multiplay house, 01 piscina de bolinhas 2x2, 01 anda cavalinho, 01 gangorra laranja, 01 gangorra individual Pluto, 01 gangorra Tigrão Disney.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO O MUNICÍPIO DE TERRA ROXA se compromete a:
Manter o terreno e o imóvel nas mesmas condições em que os recebeu, responsabilizando-se pela manutenção do complexo, como corte de grama, coleta de lixo e reparos na pintura.
Assumir a responsabilidade por consertos estruturais na edificação, incluindo problemas na rede elétrica, hidráulica, esgoto, telhado e outros vícios ocultos.
Realizar consertos e manutenção dos equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos cedidos.
Notificar a INSTITUIÇÃO com 30 dias de antecedência sobre qualquer reforma ou benfeitoria, sendo vedada a alteração da cor da pintura do imóvel.
Pagar as despesas de água, energia elétrica, taxas e impostos decorrentes da utilização do imóvel.
Manter uma estrutura mínima de pessoal para o funcionamento do estabelecimento, incluindo 01 Diretor, 01 Coordenador, 09 Professores, 04 funcionários de serviços gerais e 08 estagiários, conforme cargas horárias especificadas no termo anterior.
Devolver o imóvel e os bens, ao final do convênio, nas mesmas condições em que os recebeu, sem qualquer ônus à INSTITUIÇÃO.
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
Considerando que o termo de cooperação anterior expirou em **31 de dezembro de 2025**, o presente instrumento é firmado para renovar a parceria, com sua vigência retroagindo a **1º de janeiro de 2026**, a fim de garantir a continuidade da cooperação sem interrupções.
O prazo de vigência deste novo Termo de Cooperação será de **3 (três) anos**, contados a partir de 1º de janeiro de 2026, encerrando-se em **31 de dezembro de 2028**, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, se houver interesse das partes.
CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO Este Termo de Cooperação poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, a qualquer tempo, mediante simples notificação por escrito à INSTITUIÇÃO, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que isso gere qualquer tipo de multa, indenização por lucros cessantes ou penalidade ao MUNICÍPIO, dispensada a interpelação judicial ou administrativa para tal fim.
PARÁGRAFO ÚNICO. A rescisão unilateral se fundamenta no interesse público, especialmente na eventual necessidade de alocação das atividades em unidade própria a ser construída pelo MUNICÍPIO, não configurando descumprimento contratual por parte da Administração Pública.
CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO A publicação resumida do presente Convênio será efetivada por extrato no Diário Oficial do Município, a expensas da Secretaria Municipal de Educação, no prazo previsto em lei.
CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO As partes elegem o foro da Comarca de Terra Roxa, Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução do presente Convênio, com expressa renúncia a qualquer outro.
E, por assim estarem devidamente justos e acordados, as partes firmam o presente Termo de Cooperação em 03 (três) vias de igual teor e forma.
Terra Roxa, Paraná, 31 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Educação

RICARDO CÉSAR CARDOSO
Presidente – Centro Espírita André Luiz

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:B72763C8

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4625

DECRETO Nº.4625/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 579.000,00 (quinhentos e setenta e nove mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional
Suplementar
329 Fundo Municipal de Saúde 7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial
319013 - Contribuições patronais
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 3.000,00
Suplementar
441 Secretaria Municipal de Educação 8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 60.000,00
Suplementar
443 Secretaria Municipal de Educação 8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Vínculo: 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C. 240.000,00
Suplementar
444 Secretaria Municipal de Educação 8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C. 215.000,00
Suplementar
448 Secretaria Municipal de Educação 8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
319013 - Contribuições patronais
Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C. 8.000,00
Suplementar
453 Secretaria Municipal de Educação 8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
319113 - Contribuições patronais
Vínculo: 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C. 38.000,00
Suplementar
454 Secretaria Municipal de Educação 8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
319113 - Contribuições patronais
Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C. 15.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso
Anulação Dotação
472 Secretaria Municipal de Educação 8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 63.000,00
Anulação Dotação
473 Secretaria Municipal de Educação 8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Vínculo: 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C. 278.000,00 Anulação Dotação
586 Secretaria Municipal de Educação 8.1.12.365.1100.2037 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C. 238.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data,

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 31 de Março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:1453DC65

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4626

DECRETO Nº.4626/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 939.391,58 (novecentos e trinta e nove mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional
Suplementar
951 Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental 10.2.18.541.1350.1017 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar o Centro de Educação Ambiental - Horto Florestal
449051 - Obras e instalações
Vínculo: 00981 - Preservação e conservação ambiental - conv. nº.182/2025 - IAT
939.391,58

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o Excesso de arrecadação, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 939.391,58 (novecentos e trinta e nove mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso
Excesso 4242299010100000000

Vínculo: 00981 - Preservação e conservação ambiental - conv. nº.182/2025 - IAT
939.391,58

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 31 de Março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:E3373EC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
ATA N° 011 - CHAMAMENTO N° 001/2025

ATA Nº 011 DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

Abertura dos Envelopes do Edital de Chamamento Público nº 001/2025

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações do Paço Municipal, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 17192/2026, composta pelos servidores: Anelise Lana de Oliveira, Antonio Marcos de Carvalho, Alcenia May e Charles Henrique Porcino da Cunha, para abertura dos envelopes, julgamento da proposta e exame das documentações de habilitação das proponentes:
P. E. P. BRAGA LTDA, CNPJ 63.856.748/0001-00
ALPHAMED LTDA, CNPJ 61.068.099/0001-58
ISC SAUDE LTDA, CNPJ 65.265.705/0001-86
GNS HEALTH CARE LTDA, CNPJ 63.659.214/0001-94

Participantes do Edital do Chamamento Público nº 001/2025, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, POSTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS E OU PROGRAMAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.**
Os envelopes foram rubricados pelos membros da Comissão de Licitações, e na seqüência foi aberto, analisando-se as documentações de habilitação e proposta de atendimento, e complementação de documentos do envelope anterior, após sendo rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.
As proponentes que apresentaram a documentação conforme os requisitos previstos no Edital, ficando, portanto **HABILITADA** foram:
P. E. P. BRAGA LTDA, CNPJ 63.856.748/0001-00
ALPHAMED LTDA, CNPJ 61.068.099/0001-58
GNS HEALTH CARE LTDA, CNPJ 63.659.214/0001-94

Ficando **INABILITADA** a empresa:
ISC SAUDE LTDA, CNPJ 65.265.705/0001-86
A empresa deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica, Certificado de Regularidade de pessoa jurídica, Certificado de Regularidade de pessoa física, em sua proposta não consta os itens que tem interesse.

Ficando com a seguinte colocação:
Item 1.1
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
5°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. I J MONTANHER CLINICA LTDA
9°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
10°. BORESKI CLINICA MÉDICA LTDA
11°. M G PEREIRA JUNIOR SERVIÇOS MÉDICOS
12°. IF MARQUES MEDICINA E SAÚDE LTDA
13°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
14°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
15°. L. P. CASINI LTDA
16°. SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
17°. ALAN MELQUIADES SERVIÇOS MEDICOS LTDA
18°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
19°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA

20°. ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
21°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
22°. FCN LATRONICO
23°. P. E. P. BRAGA LTDA
24°. ALPHAMED LTDA
25°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.2
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
5°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA
9°. I J MONTANHER CLINICA LTDA
10°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
11°. HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
12°. FACILPLAN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
13°. BORESKI CLINICA MÉDICA LTDA
14°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
15°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
16°. SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
17°. ALAN MELQUIADES SERVIÇOS MEDICOS LTDA
18°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
19°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
20°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
21°. FCN LATRONICO
22°. P. E. P. BRAGA LTDA
23°. ALPHAMED LTDA
24°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.3
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. L. R. CARVALHO – CLINICA
3°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
4°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
5°. MARIA AUGUSTA ANDREGUETTI LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA
9°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
10°. HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
11°. FACILPLAN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
12°. DOMENES SERVIÇOS MEDICOS LTDA
13°. IF MARQUES MEDICINA E SAÚDE LTDA
14°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
15°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
16°. L. P. CASINI LTDA
17°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
18°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
19°. ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
20°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
21°. FCN LATRONICO
22°. P. E. P. BRAGA LTDA
23°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.4
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
5°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
9°. HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
10°. FACILPLAN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
11°. BORESKI CLINICA MÉDICA LTDA
12°. IF MARQUES MEDICINA E SAÚDE LTDA
13°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
14°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
15°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
16°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
17°. ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
18°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
19°. P. E. P. BRAGA LTDA
20°. ALPHAMED LTDA
21°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.5
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. TATIANA HONORIO GARCIA – SERVIÇOS MEDICOS
5°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA
7°. MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
8°. MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA
9°. I J MONTANHER CLINICA LTDA
10°. VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
11°. HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
12°. FACILPLAN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
13°. BORESKI CLINICA MÉDICA LTDA
14°. M G PEREIRA JUNIOR SERVIÇOS MÉDICOS
15°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
16°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
17°. SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
18°. ALAN MELQUIADES SERVIÇOS MEDICOS LTDA
19°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
20°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
21°. ANA RAFAELA GUERRIERI DE MELO – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
22°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
23°. FCN LATRONICO
24°. P. E. P. BRAGA LTDA
25°. ALPHAMED LTDA
26°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.6
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. L. R. CARVALHO – CLINICA
3°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
4°. I J MONTANHER CLINICA LTDA
5°. MEDFACIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
6°. MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
7°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
8°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
9°. P. E. P. BRAGA LTDA
10°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.7
1°. ADAME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
2°. FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. L. R. CARVALHO – CLINICA
4°. ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
5°. GABRIELA STEFANELLO PALAORO LTDA
6°. PALLAURO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
7°. GNS HEALTH CARE LTDA
Item 1.8
1°. ALESSANDRO K. YASSUE – CLINICA MEDICA
Item 1.9
1°. C. SCHMITT LTDA
2°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Item 1.10
1°. ANA RAFAELLA DE PADUA LIMA – SERVIÇOS MEDICOS
2°. SOUZA & ALCARA SERVIÇOS MEDICOS LTDA
3°. AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Item 1.11
1°. L M MEDEIROS CLINICA MEDICA LTDA
2°. E H S ALMEIDA E CIA LTDA
3°. G.S.P. SERVIÇOS MEDICOS LTDA
4°. CLINICA MÉDICA ENTRE AMIGOS LTDA
Item 1.12
1°. ERICA DE SOUZA LOURENÇO LTDA

2°. E H S ALMEIDA E CIA LTDA

As empresas poderão protocolar envelope com documentos que complementem este envelope, sendo considerado para fins de classificação o último protocolo da empresa.
Nada mais havendo a tratar, a Comissão Permanente de Licitações deu por encerrada a sessão, que vai devidamente assinada pelo Presidente da Comissão e demais membros.

ANELISE LANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

ANTONIO MARCOS DE CARVALHO
Membro

ALCENIA MAY
Membro

CHARLES HENRIQUE PORCINO DA CUNHA
Membro

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:FF0C7D6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°90-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 23/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 30 de março de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: MASK7 DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 37.235.118/0001-09, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. DANIEL FERREIRA SANTOS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 321.451.858-52, com endereço à Rua Manoel Coelho, 303, Centro - 09.510-110, São Caetano do Sul - SP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA PARA PROVIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM FORNECIMENTO DOS CILINDROS PARA O PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 1.558,50 (um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 5.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:9067AF89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°94-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 17/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 31 de março de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: PALUDO SINALIZAÇÕES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 24.390.846/0001-43, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ANDERSON JOSE PALUDO, Administrador, portador do RG/CI nº 4.163.481 e no CPF/MF nº 034.174.299-60, com endereço à Rua GEMIRA ZUCHELLO MARTELLO, 07, INDUSTRIAL - 89.770-000, Seara - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE LOGRADOUROS PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 4.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:C5380FAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 23-2026

Termo de Adjudicação

Processo n°: 29/2026
Licitação n°: 23/2026
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico
Objeto: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA PARA PROVIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM FORNECIMENTO DOS CILINDROS PARA O PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
F. C. DE PAULA JOSE & CIA. LTDA	1, 2, 3
R$72.450,00 (setenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta reais)	
MASK7 DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	5

R$1.558,50 (um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)	
DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4
R$19.192,00 (dezenove mil e cento e noventa e dois reais)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.
É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 30 de março de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:FC8458D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 24-2026

Termo de Adjudicação

Processo n°: 32/2026
Licitação n°: 24/2026
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico
Objeto: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
ZANATTA EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	1, 2
R$31.390,00 (trinta e um mil e trezentos e noventa reais)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.
É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 30 de março de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:60882939

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA EMERGENCIAL Nº 01/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 02/2026
Processo de dispensa emergencial nº 01/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/21, e nos Decretos Municipais nº 4792/2024 e nº 4794/2024, decide que fica dispensada de licitação, **RATIFICA**, **ADJUDICA E HOMOLOGA** a despesa abaixo especificada:

Objeto: Contratação emergencial de serviços terceirizados de limpeza predial, com fornecimento de mão de obra, para atendimento temporário das demandas da Câmara Municipal de Tijucas do Sul.

CONTRATADA:

CAVALLARI E CAVALLARI SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.540.349/0001-30, com endereço na Praça General Osório, nº 45, conj 406, andar 5, cond Ana Cristina Ed, Bairro Centro, Curitiba, Paraná.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 26.728,62 (vinte e seis mil, setecentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos) para o período de 6 (seis meses) sendo de R$ 4.454,77 (Quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos) o valor mensal.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul;
01 – Legislativo Municipal;
2001 – Legislativo Municipal;
3.3.90.37.00.00 – Locação de mão de Obra
3.3.90.37.02.00 – Limpeza e Conservação
3.3.90.37.02.99 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração

Tijucas do Sul, 31 de março de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Tijucas do Sul

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:B95631FC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6147, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Nomeia o Conselho Municipal de Educação e a readequação da Câmara de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB.

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 519, de 26 de maio de 2015, e de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020, e a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108, DE 26 DE AGOSTO DE 2020, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Educação de Tijucas do Sul, com as seguintes representações e representantes:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Danilo José dos Santos – R.G. 8.436.670-6/SSP/PR
Emelina Juliatto – R.G. 6.071.804-0/SSP/PR
Andrea Regina Ferrari Assunção – R.G 6.3253.558-3/SSP/PR
Rosilda de Lima Andrade – R.G. 7.713.345-3 /SSP/PR

II – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Hellen Marques da Cruz – R.G. 13.852.450-7/SSP/PR
José Henrique Farias Camargo – R.G. 10.826.180-3/SESP/PR

III – Representantes dos Diretores das Escolas Municipais
Fatima Rosane da Silva Cruz – Titular – R.G. nº 11.036.0398/SSP/PR
Zeni do Carmo da Silva – Suplente – R.G. nº 5.395.8290/SSP/PR

IV – Representantes dos Diretores dos Colégios Estaduais
Eliza Claudete de Oliveira R.G. 027.313.629-10/SSP/PR

Luis Amauri Leprevost - – R.G.4.413.760-2 /SSP/PR

V – Representantes de Professor (a) do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal
Jaqueline do Carmo Moreira – Titular – R.G. nº 6.916.827-2/SSP/PR
Regiane da Rocha Farias R.G.10.056.430-0/SSP/PR

VI – Representantes de professor (a) da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino
Nair Andriele Chicovis – R.G. 9.733.593-1/SSP/PR
Miralda Valaski Sato 024.478.589-90/SSP/PR

VII – Representantes de professor (a) da Educação Especial da Rede Pública de Ensino Fundamental
Priscila Aparecida Carbonal R.G.7.586.495-7/SSP/PR
Lucimara Aparecida de Oliveira R.G. 8.724.725-2/SSP/PR

VIII - Representantes de professor (a) da Rede Pública Estadual de Ensino
Waldirene de Oliveira Gonçalves R.G.8.321.496-1/SSP/PR
Jaqueline Aparecida da Cruz Rocha – R.G.10.742.767-8 /SSP/PR

IX - Representantes do Conselho Tutelar
Thiarla Fernanda Bento– Titular – R.G. nº 12.313.5954/SSP/PR
Jenifer Rafaela Martins Machado R.G.13.847.534-4SSP/PR

X - Representantes das Instituições Particulares de Ensino ou Filantrópicas com sede no Município
Kellen Viviane Kujaski – Titular – R.G. nº 7.039.218-6/SSP/PR
Regiane Aparecida da Maia Moreira – Suplente – R.G. nº 10.782.237-2/SSP/PR

XI - Representantes de Pais dos Alunos da Rede Pública Municipal de Ensino
Suelen Farias Machado – R.G. 82.407.022-2/SSP/PR
Ana Paula Camargo Rocha R.G. 9.309.097-7/SSP/PR
Jiani do Carmo Chikovis – R.G. 9.620.611-9/SSP/PR
Bruna Camargo Cezanoski R.G. 9.748.690-5/SSP/PR

XII - Representantes de Pais dos Alunos da Rede Pública Estadual de Ensino
Regiane Maura de Souza Prado – Titular – R.G. nº 7.968.2179/SSP/PR
Alessandra Mendes Bedene Carbonal – Suplente – R.G. nº 8.223.233-8/SSP/PR
Cristiane do Carmo da Silva – Titular – R.G. nº 9.295.2258/SSP/PR
Marciele Adriangela Chicovis R.G. 7.145.145-3/SSP/PR

XIII - Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas Municipais
Arilson Valmir Messias – Titular – R.G. nº 6.598.0711/SSP/PR
Josiane Fuckner Farias – Suplente – R.G. nº 4.593.8024/SSP/PR

XIV - Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas Estaduais
Solimara de Fatima Cardozo– Titular – R.G. nº 8.331.276-9/SSP/PR
Gilmara Machado – Suplente – R.G. nº 7.624.523-1/SSP/PR

XV - Representantes de Estudantes da Educação Básica Pública
Sofia Carvalho da Rocha – R.G.15.664.640-7/SSP/PR
Michele Alves da Rocha R.G 16.343.266-8/SSP/PR
Mirian Natali Stal – R.G. 15.341.298-7/SSP/PR
Ana Luiza Leprevost R.G. 14.928.660-8/SSP/PR

Art. 2° A organização administrativa do Conselho Municipal de Educação será composta pelos seguintes membros:

I – Presidente: Jaqueline do Carmo Moreira– R.G. nº 6.916.827-2/SSP/PR
II – Vice-Presidente: Cristiane do Carmo da Silva– R.G. nº 9.295.225-8/SSP/PR
III – Secretária: Zeni do Carmo da Silva– Titular – R.G. nº 5.395.829-0/ SSP/PR

Art. 3º Fica nomeada a readequação da Câmara de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal/Secretaria Municipal de Educação
Claudemir Pereira da Rocha – Titular – R.G. nº 6.072.6973/SSP/PR
Sandra Maria Gabardo Pivovar – Suplente – R.G. nº 5.348.643-6/SSP/PR
Rosilda de Lima Andrade – Titular – RG. nº 7.713.3453/SSP/PR
Suzielly dos Santos Martins – Suplente – R.G. nº 10. 632.3348/SSP/PR

II – Representantes dos Professores da Educação Básica Municipal
José Adilson da Silva – Titular – R.G. Nº 10.711.628-1/SSP/PR
Rosecléia Schutzler da Rocha – Suplente – R.G. nº 13.431.9976/SSP/PR

III – Representantes dos Diretores das Escolas de Educação Básica Municipal
Lays Cristina Pareira de Lima Cardoso – Titular – R.G. nº 10.773.657-3/SSP/PR
Luciana Claudino de Lima – Suplente – R.G. nº 7.713.2937/SSP/PR

IV – Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das escolas Básicas Públicas Municipais
Arilson Valmir Messias – Titular – R.G. nº 6.598.071/SSP/PR
Edgar da Rocha – Suplente – R.G. nº 5.210.620-6/SSP/PR

V – Representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública Municipal
Jocineia de Almeida – Titular – R.G. nº 9.382.961-1/SSP/PR
Priscila Keli da Costa Leite – Suplente – R.G. nº 10.956.7914/SSP/PR
Camila da Silva Oliveira – Titular – R.G. nº 10.773.5852/SSP/PR
Gessica Waloski da Silva – Suplente – R.G nº 10. 578.7499/SSP/PR

VI – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública
Sofia Carvalho da Rocha – R.G.15.664.640-7/SSP/PR
Michele Alves da Rocha R.G 16.343.266-8/SSP/PR
Mirian Natali Stal – R.G. 15.341.298-7/SSP/PR
Ana Luiza Leprevost R.G. 14.928.660-8/SSP/PR

VII – Representantes do Conselho Tutelar Municipal
Thiarla Fernanda Bento - R.G.12.313.595-4 SSP/PR
Jenifer Rafaela Martins Machado R.G.13.847.534-4 SSP/PR

VIII - Representantes do Conselho Municipal de Educação
Jaqueline do Carmo Moreira– Titular – R.G. nº 6.916.8272 SSP/PR
Cristiane do Carmo da Silva – Suplente – R.G. nº 9.295.225-8 SSP/PR

IX - Representantes de Organização da Sociedade Civil
Deisiane Aparecida Sozzeki Silva– Titular – R.G. nº 10.342.494-1/SSP/PR
Maicon Vilson Silva Sozzeki- Suplente - R.G. nº 10.363.8941/SSP/PR
Nilda Beatriz Pinheiro – Titular – R.G. nº 4.148.356-3/SSP/PR
Marli Catarina Vieira Carvalho da Rocha – Suplente – R.G. nº 1.694.987-6/SSP/PR

X - Representantes das Escolas do Campo
Thais Berno Stetller –Titular – C.P.F. nº 030.601.279-05
Fátima Aparecida Machado – Suplente – R.G. nº 8.515.4060/SSP/PR

Art. 4° A organização administrativa da Câmara de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB será composta pelos seguintes membros:

I – Presidente, José Adilson da Silva – R.G. nº 10.711.6281/SSP/PR
II – Vice-Presidente, Deisiane Aparecida Sozzeki Silva – R.G. nº 10.342.494-1-7/SSP/PR
III – Secretária, Jaqueline do Carmo Moreira – Titular – R.G. nº 6.916.827-2/ SSP/PR

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4999/2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:84307236

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1088, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Aceita doação de imóvel, com encargo, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Município aceita a doação do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, como ratificado na Lei Estadual nº 22.869, de 08 de dezembro de 2025, a seguir caracterizado, com o encargo de que o imóvel seja destinado à instalação e ao funcionamento de serviços públicos municipais, os quais deverão ser efetivamente implantados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir do registro do imóvel, observadas, ainda, as demais condições estabelecidas na Cláusula Terceira do Termo de Doação de Imóvel nº 16/2026:

Imóvel objeto da Matrícula nº 27.417 do 2º Ofício do Registro de Imóveis de São José dos Pinhais, referente a uma área de 8.000,00 m², de propriedade estadual, conforme averbação R/2/27.417 e R3 no documento cartorial, integrante de uma área total de 9.100,00 m²*, com as seguintes medidas e confrontações: Terreno rural de cultura, com a area de 9.100,00 ms2 (nove mil e cem metros quadrados)., situado na cidade de Tijucas do Sul., desta comarca., medindo 140,00 metros de frente para estrada municipal; 65,00 metros de um lado dividindo com Antonio Cubas Claudino., 140,00 metros nos fundos dividindo com Antonio Cubas Claudino, e 65,00 metros de outro lado dividindo com herdeiros de Jose Venceslau de Camargo.*

Art. 2º A partir da publicação da presente Lei fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o registro do imóvel no Patrimônio do Município e os doadores a mandar lavrar a escritura pública de doação, que será firmada pelo Sr. Prefeito.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:985885E7

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1089, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Reconhece servidão de passagem e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, por iniciativa do vereador Adilson Luis de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como Servidão de Passagem Deonizia Cordeiro da Cruz, a via localizada no Município de Tijucas do Sul, com início PR 281, KM 20, Lagoa.

Parágrafo Único. Para fins de referência, a via possui as seguintes coordenadas: ponto inicial: 25°57'26.98"S; 49°13'51.11"O e ponto final: 25°57'29.99"S; 49°13'47.02"O.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:1CD3ABF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Concede diária à servidora ANDRÉA REGINA FERRARI ASSUNÇÃO

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diárias, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **ANDRÉA REGINA FERRARI ASSUNÇÃO,** portadora da cédula de identidade R.G. nº 6.353.558-3/SSP/PR, ocupante do cargo de Coordenador I, matrícula funcional nº 119691, para o dia 09 de abril de 2026, em virtude de sua participação no "Seminário Metropolitano de Educação Integral" que acontecerá na cidade de Curitiba-PR, conforme memorando nº 190/2026 – Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:FB055507

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N° 01/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2025
Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV
Contratado: GBN Clínica Médica Ocupacional e Engenharia de Segurança Ltda
CNPJ: 14.207.551/0001-35
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de perícia médica previdenciária e de saúde ocupacional, destinados aos servidores, segurados e dependentes vinculados ao RPPS do Município de Tijucas do Sul, a serem executados por médicos peritos especializados em Medicina do Trabalho e/ou Perícia Médica.
Valor Global: R$ 4.618,04 (quatro mil, seiscentos e dezoito reais e quatro centavos)

Vigência: 12 (doze) meses, compreendendo o período de 27/03/2026 a 28/03/2027.
Data de Assinatura: 27 de março de 2026.

Tijucas do Sul, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Eliza Cruz de Freitas
Código Identificador:06765D03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 16/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:
O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE LIVROS PEDAGÓGICOS ABORDANDO OS TEMAS - "A INFLUÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS E INDÍGENAS NA CULTURA BRASILEIRA" - "ENSINO RELIGIOSO PARA UMA GERAÇÃO CIDADÃ" - "VAMOS FALAR SOBRE EMOÇÕES" PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIJUCAS DO SUL/PR.**
Contratado:
A PÁGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA – CNPJ: 01.795.809/0001-10
Valor: 17.414,35 (dezessete mil, quatrocentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos).

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 16/2026.

Dotação Orçamentária:
08 Secretaria Municipal de Educação
001 Diretoria de Educação
12.361.0005.2015 Gestão do Ensino Fundamental
2750 (0107) 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 31 de março de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:0E8DCEC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DECRETO 22

DECRETO N°22 /2026

SÚMULA: Altera a Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA.

O Prefeito Municipal de Tomazina, Senhor Cezar Bueno de Melo no uso das atribuições legais.

Decreta:

Art. 1° Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA de Tomazina, as pessoas abaixo designadas:

MENBROS GOVERNAMENTAIS	MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS
Secretaria Municipal de Saúde: **Titular**: Cinthia Alferes Chueire **Suplente:** Lucilei de Fatima Lopes	**APMF-Centro Municipal de Educação Infantil e Escola Municipal Ademar Haruo Ishii.** **Titular**: Luciane Inocência dos Santos **Suplente:** Juliana Aparecida dos Santos
Secretaria Municipal de Assistência Social: **Titular:** Bruna Stival do Prado **Suplente**: Fabia Cristina Pasqualotto	**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS – CASA LAR** **Titular**: Andrea Ferreira Marques **Suplente:** Cleia Machado
Secretaria Municipal de Educação: **Titular:** Flavio Santos Fontanelli **Suplente**: Ivanilda Maria Gouveia de Melo	**APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:** **Titular:** Marisa Ribeiro Silveira Reis **Suplente:** Danusa Bomfim Couto Pronko
Departamento Municipal de Finanças: **Titular:** Júlio Cesar Leocádio Barbosa **Suplente**: Sidnei Cruz de Souza	**Representante de usuários sociedade civil** **Titular**: Lorena Maria Ramos Rodrigues **Suplente**: Maiara Alves da Silva

Art. 2° Ficam nomeados para a composição da diretoria os seguintes membros:

Presidente: Fabia Cristina Pasqualotto
Vice-presidente: Bruna Stival do Prado
Secretaria: Maiara Alves da Silva
Tomazina, 31 de março de 2026

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:95C3EFDE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DECRETO 23/2026

DECRETO N°23 /2026

O Prefeito Municipal de Tomazina, Senhor Cezar Bueno de Melo no uso de das atribuições legais.
Decreta:

SÚMULA: Nova Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 1° Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos Pessoa Idosa de Tomazina conforme a Lei Municipal 096/2002 as pessoas abaixo designadas:

MEMBROS GOVERNAMENTAIS	MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS
Departamento Municipal de Saúde: **Titular**: Cinthia Alferes Chueire **Suplente**: Suziane Zacarias	**APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:** **Titular:** Rafaela Sanchez **Suplente**: Danusa Bomfim Couto Pronko
Departamento Municipal do Desenvolvimento Social, Trabalho e cidadania **Titular:** Paula Caroline Gomes da Silva **Suplente:** Kelly Ticiany Richter	**Hospital São Vicente de Paula:** **Titular**: Beatriz Sabino da Luz **Suplente**: Jessaly Lopes da Cruz Moraes
Departamento Municipal de Educação: **Titular:** Rafael Marioto **Suplente**: Euza Aparecida Diniz Mira	**APMF: Associação de pais e Mestres e Funcionários** **Titular**: Luciane Inocência dos Santos **Suplente**: Juliana Aparecida dos Santos

Art. 2° Ficam nomeados para a composição da diretoria os seguintes membros:
Presidente: Kelly Ticiany Richter
Vice-presidente: Paula Caroline Gomes da Silva
Secretario: Rafael Marioto

Art 3°: Este decreto entrará em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário

.
Tomazina, 31 de março de 2025

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:DA88F457

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DECRETO 24/2026

DECRETO N° 24/2026

O Prefeito Municipal de Tomazina, Senhor Cezar Bueno de Melo no uso de das atribuições legais.

Decreta:
SÚMULA: Nova Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 1° Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Tomazina conforme a Lei Municipal 595/2024 as pessoas abaixo designadas:

MEMBROS GOVERNAMENTAIS	MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS
Secretaria Municipal de Saúde: **Titular**: Suziane Zacarias **Suplente**: Cinthia Alferes Chueire	**Representante da Entidade na área de Deficiência Auditiva** **Titular:** Angelita Daniel Rodrigues Vitor **Suplente**: Vera Lucia Batista Pires Sanches
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, Trabalho e cidadania **Titular**: Bruna Stival do Prado **Suplente:** Paula Caroline Gomes da Silva	**Representante da Entidade na área de Deficiência Visual** **Titular**: Danusa Bonfim Couto Pronko **Suplente:** Geovana Barth Silveira Marquini
Secretaria Municipal de Educação: **Titular:** Gabreil Donizetti dos Santos **Suplente**: Ivanilda Maria Gouveia de Melo	**Representante da Entidade na Área de Deficiência Física** **Titular**: Rafaela Sanchez **Suplente**: Kamila Mary Moraes Pereira
Departamento Municipal de Finanças Titular: Júlio Cesar Leocádio Barbosa Suplente: Sidnei Cruz de Souza	**Representante da Entidade na área de Deficiência Intelectual** **Titular**: Gisele Barros Dias **Suplente**: Larissa Pires Sanches Damasceno

Art. 2° Ficam nomeados para a composição da diretoria os seguintes membros:

Presidente: Bruna Stival do Prado
Vice-presidente: Rafaela Sanchez
Secretaria: Paula Caroline Gomes da Silva

Art 3°: Este decreto entrará em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário
.
Tomazina, 31 de março de 2026

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:3148D404

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 145/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Designar o sr.(a) **LUCIANO EDUARDO DE ASSIS**, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 4.868.828-4 – SSP/PR e CPF nº 675.554.209-10, para representa-lo perante ao DETRAN de qualquer estado brasileiro, concessionárias, cartórios, repartições públicas municipais, estaduais e federais, junto a delegacia de furtos, com poderes amplos para assinar guias, papéis e documentos, fazer acerto e acordos, prestar declarações, pagar taxas em estabelecimentos bancários, retirar notas em nome do outorgante, tirar segunda via do CRV, endossar certificados de registro de veículos na assinatura do CRV como vendedor ou como comprador, transferir a terceiros, transferir de endereço, licenciar, emplacar e tudo mais para regularização de veículos.
Art. 2º– Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito de Tomazina, em 31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:D5865185

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 146/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **KAROLAYNE PROENÇA DE OLIVEIRA**, portador(a) do CPF de nº 096.XXX.XXX-65, para o Cargo de "PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 01 de abril de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 01, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 308/2011 de 07/04/2011, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:F2FE034E

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 147/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **LILIAM RIBEIRO DE FRANÇA FRANCISCO**, portador(a) do CPF de nº 587.XXX.XXX-34, para o Cargo de "PROFESSOR(A)", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 01 de abril de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 01, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 308/2011 de 07/04/2011, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:AF123517

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 148/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **SILVANA DE FATIMA LEITE VASSALO**, portador(a) do CPF de nº 311.XXX.XXX-30, para o Cargo de "PROFESSOR(A)", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 01 de abril de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 01, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 308/2011 de 07/04/2011, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:115E7F6F

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 149/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 01 de abril de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **LUCIMARA DOS SANTOS MACHADO DE SOUZA**, portador(a) da matrícula Nº 1665, do Cargo de "**PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**", nomeado(a) pela Portaria de nº 391/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:9AA221D4

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 150/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 01 de abril de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **TONY SANTOS RIBEIRO**, portador(a) da matrícula Nº 1559, do Cargo de "**PROFESSOR(A)**", nomeado(a) pela Portaria de nº 144/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:E04AE934

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 151/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 01 de abril de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **MARIA LUCIA DOS SANTOS PIRES**, portador(a) da matrícula Nº 1566, do Cargo de "**PROFESSOR(A)**", nomeado(a) pela Portaria de nº 162/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:FB6A46C7

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 152/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 01 de abril de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **LEILANE VIEIRA DA SILVA CISTIANO**, portador(a) da matrícula Nº 1562, do Cargo de "**PROFESSOR(A)**", nomeado(a) pela Portaria de nº 157/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:0FBD660A

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 153/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 01 de abril de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **ROSINES SILVEIRA**, portador(a) da matrícula Nº 1610, do Cargo de "**PROFESSOR(A)**", nomeado(a) pela Portaria de nº 269/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:0D56C9B0

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 154/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 01 de abril de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **RITA DE CASSIA ANTUNES FABIANO**, portador(a) da matrícula Nº 1544, do Cargo de "**PROFESSOR(A)**", nomeado(a) pela Portaria de nº 140/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:51BBBA8B

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 155/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 01 de abril de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **ALBERTINA TEREZINHA DE SOUZA ALVARENGA**, portador(a) da matrícula Nº 1567, do Cargo de "**PROFESSOR(A)**", nomeado(a) pela Portaria de nº 158/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:BF715723

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 156/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **VANDERLEI BALESTRA BONINI**, portador(a) do CPF de nº 079.XXX.XXX-30, para o Cargo de **"OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS"**, seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 01 de abril de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 05, classe A, do anexo I da Lei Municipal Nº 347/2013 de 19/07/2013, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:24484A95

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 157/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 01 de abril de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **ADRIANA MACIEL**, portador(a) da matrícula Nº 1666, do Cargo de "**MONITOR(A)**", nomeado(a) pela Portaria de nº 392/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:E220AA4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2026

OBJETO:Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, área de 9.861,74 m², compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico.
O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO da sessão realizada em 03/03/2026, relativo à Licitação – Modalidade Concorrência Eletrônica nº 02/2026, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor do licitante, a empresa: **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ nº 82.570.342/0001-01.
Valor: R$: 2.149.000,00 (Dois milhões e cento e quarenta e nove mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, conforme o art. 105 da Lei n.º 14.133/2021
Junte-se ao procedimento;
Publique-se.

Tomazina, 31 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:75E91DDD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para implantação de geotecnologias e atualização de dados no Cadastro Técnico Multifinalitário do Município, encontra-se **SUSPENSA**.

A suspensão decorre da necessidade de realização de ajustes no Termo de Referência, visando ao aperfeiçoamento das especificações técnicas do objeto.
Nova data para realização do certame será oportunamente divulgada, por meio dos canais oficiais.
Três Barras do Paraná/PR, 31 de março de 2026.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:EC05D424

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO N° 7054/2026

DATA: 31/03/2026

Declara de utilidade pública para fins de recape asfáltico sobre pedras irregulares, ruas do perímetro urbano da cidade de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR GERSO FRANCISCO GUSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.
CONSIDERANDO que nas ruas serão feitas melhorias, com recape asfáltico sobre pedras irregulares
CONSIDERANDO a urgência em viabilizar o licenciamento ambiental das obras.
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, com fundamento no art. 5º., alínea "d" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para fins de recape asfáltico sobre pedras irregulares as ruas abaixo relacionadas:

Nome da rua	Localização	Caixa da via (mínimo)	Caixa carroçável (mínimo)	Passeio (mínimo de cada lado)
Rua Bahia	Entre a rua Araras e rua Luciano Alberton + 64m	9,19m	6,23m	1,48m
Rua Luciano Alberton	Entre a rua Bahia e a rua Minas Gerais	8,99m	6,03m	1,48m
Rua Pioneira	Entre a Rua Iguaçu e rua Nereu Ramos + 55 m	8,71m	6,31m	1,20m
Rua Nereu Ramos	Entre a rua Pioneira e Rua Minas Gerais	8,61m	6,21m	1,20m
Rua Mato Grosso	Entre a Rua João Matias + 120 m	6,62m	4,22m	1,20m
Rua João Domingos Martinazzo	Entre a Rua Santa Catarina e Rio Branco	8,67m	6,27m	1,20m
Rua Maranhão	Entre a rua Angelo Boaretto e rua João Domingos Martinazzo	9,65m	7,25m	1,20m
Rua João Domigos Julianotti	Entre a rua Ipê + 88 m	8,59m	6,19m	1,20m
Rua Vereador Nelson Pauli	Entre a rua Ipê + 94 m	8,69m	6,29m	1,20m
Rua João Bibiano da Silva	Entre a rua Ipê + 100m	11,66m	9,26m	1,20m
Rua Ipê	Entre a rua João Domingos Julianotti e João Bibiano + 15 m	11,64m	9,24m	1,20m
Travessa 26-A	Entre a Rua Acre e rua Amapá	11,98m	7,38m	2,30m
Rua Ulisses Guimarães	Entre a rua Brasília e rua das Margaridas + 62 m	9,50m	6,50m	1,50m
Rua Tancredo Neves	Entre a Rua das Margaridas e rua Brasília	8,66m	6,26m	1,20m
Rua Governador Mário Covas	Entre a rua das Margaridas e rua Brasília	9,87m	7,47m	1,20m
Rua Luciano Alberton	Entre a Avenida Paraná e a Rua Minas Gerais	9,69m	6,69m	1,50m
Rua das Araras	Entre a Avenida Paraná e a Rua Olinda K. Bruning	8,77m	5,77m	1,50m
Rua das Andorinhas	Entre a Avenida Paraná e Rua das Araras	9,54m	7,14m	1,20m
Rua das Hortências	Entre a Rua João Domingos Martinazzo e Rua das Margaridas	9,37m	6,97m	1,20m
Rua Vereador Antônio Marques	Entre a Avenida São Paulo e Rua Santa Catarina	11,72	8,72m	1,50m
Rua Timóteo Bernardes Prestes	Entre a Avenida Brasil e Rua Santa Catarina	10,32	7,32m	1,50m

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no DOM como condição indispensável à sua eficácia.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:F4800E94

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7051/2026

Data 31/03/2026

DISPÕE SOBRE DEFERIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO LOTEAMENTO ROMMER VILLE, COM INSTRUMENTO ATRAVÉS DA LEGITIMAÇÃO DE FUNDIÁRIA E/OU LEGITIMAÇÃO DE POSSE, CONFORME ART. 23 E ART. 25 DA LEI FEDERAL N° 13.465/2017, E APROVANDO A CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF) DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, POR MEIO DA LEI FEDERAL N° 13.465/2017, DECRETO FEDERAL N° 9.310/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.
D E C R E T A.
Art. 1°. O Núcleo urbano, denominado, **LOTEAMENTO ROMMER VILLE,** neste município, é formado pela matrícula n° **14.282,** registrada no Registro de Imóveis da comarca de Catanduvas-PR, de propriedade de; **ROMERO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**.
Art. 2°. Individualização de matrículas para as ruas e servidões, conforme art. 53 da lei Federal n ° 13.465/2017, parágrafo único, para promover manutenção e ordenamento.
Art. 3°. considerando a autonomia municipal como ente federado, respaldada na Lei n° 13.465/2017, que confere institucionalidade dos projetos de regularização fundiária, este município classifica o referido núcleo como específico (REURB-E). O núcleo se encontra apto para fins de regularização fundiária, consequentemente, para a emissão das matrículas individualizadas para cada morador, nas modalidades já mencionadas, sendo este núcleo predominantemente de renda média acima do mínimo estipulado pelo poder público municipal que é de 2 (dois) salários-mínimos ou seja R$ 3.036,00(três mil e trinta e seis reais) de acordo com o Art. 1° da Lei Municipal n° 2811/2025.
Art. 4°. Deferimento de cobrança de **IPTU**, em nome do ocupante, independentemente da emissão das matrículas individualizadas.
Art. 5°. ISENÇÃO da cobrança de **ITBI** (Imposto Transmissão de Bens Imóveis) municipal, para o referidos lotes individuais a serem titulados e regularizados por este projeto nas formas da lei.
Art. 6°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 31 de março de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:0184F81F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7053/2026

Data 31/03/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3081/2026 de 31/03/2026.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 1.075.700,00 (um milhão, setenta e cinco mil e setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5427) (378)	Equipamentos e material permanente	8.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.011000	Manutenção Progr.de Atenç.Bás./Primária em Saúde Rec.Gov.Estadual	
3.3.90.30 (5428) (498)	Material de consumo	2.500,00
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5429) (498)	Equipamentos e material permanente	5.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5430) (500)	Equipamentos e material permanente	980.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.1.029000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Média Complex. Em Saúde	
4.4.90.52 (5431) (518)	Equipamentos e material permanente	600,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103030008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.32 (5432) (878)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	600,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (5433) (881)	Material de consumo	29.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (5434) (884)	Material de consumo	25.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (5435) (885)	Material de consumo	25.000,00

Total.....R$ 1.075.700,00

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, das seguintes fontes:

Fonte	Especificação	Valor R$
378	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERV.PÚBL.DE SAÚDE	8.000,00
498	Assistência Farmacêutica	7.500,00
500	Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM, de 2007	980.000,00
518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	600,00
878	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PARLAMENTAR N 40890004	600,00
881	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PARLAMENTAR N 45000007	29.000,00
884	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PROPOSTA N 36000705791202500 2025/007	25.000,00
885	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PROPOSTA N 36000705782202500 2025/005	25.000,00

Total.....R$ 1.075.700,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:3785BEF3

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº.056/2026

EDITAL Nº.056/2026
31/03/2026
Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº001/2025

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO:

A desistência espontânea de assumir vaga por candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, em seu respectivo cargo, conforme abaixo relacionada:

Professor de Apoio à Comunicação Alternativa

Classificação	Nome
25º	Marines Delabetta

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná, em 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:D7776A2B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº. 057/2026

EDITAL Nº. 057/2026
31/03/2026

Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o Edital de abertura nº 001/2025 e o Decreto de homologação nº 7003/2026,

TORNA PÚBLICO:

A convocação da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, em seu respectivo cargo, conforme abaixo relacionada:

Professor de Apoio à Comunicação Alternativa

Classificação	Nome
27º	Paula Cristina Dias Valtrich

Fica convocada a candidata aprovada acima descrita para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo de 5(cinco) dias após sua publicação, em horário de 08h00min as 11h30min e das 13h30min as 17h00min horas, munida dos

seguintes documentos (original e cópia): Cédula de Identidade, CPF, CTPS, Titulo de Eleitor, comprovante da última votação, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos e respectiva caderneta de vacinação para os menores de 05 anos, 01 (uma) foto 3x4 recente, Atestado de Saúde, Hemograma Completo, Tipo sanguíneo, Certidão de Nascimento ou Casamento, Declaração de Bens, Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido, comprovante de endereço, PIS/PASEP, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão de Antecedentes Criminais.

O não comparecimento dentro do prazo estabelecido será considerado como desistência da vaga, implicando na convocação da próxima candidata, obedecida a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná, em 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:1AC754B0

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2025

PARTES: Município de Três Barras do Paraná e MAGIBE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ nº 42.923.049/0001-66.

OBJETO: Apostilamento para restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do **Lote 01 Item 31** da Ata de Registro de Preços nº 162/2025, com alteração do valor unitário do item, em razão da elevação superveniente dos custos dos insumos empregados na composição do produto registrado.

VALOR TOTAL DO ACRÉSCIMO: R$ 8.022,00 (oito mil e vinte e dois reais)
VALOR TOTAL INICIAL DA ATA: R$ 40.110,00 (quarenta mil cento e dez reais)
VALOR TOTAL DA ATA ATUALIZADO: R$ 48.132,00 (quarenta e oito mil cento e trinta e dois reais)
QUANTIDADE REMANESCENTE ATINGIDA PELO REEQUILÍBRIO: 12 unidades.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

Três Barras do Paraná, 31 de março de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:37C18F12

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI N° 3078/2026

Data: 31/03/2026

Altera a destinação de imóvel da planta urbana do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, **GERSO FRANCISCO GUSSO**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1°. Deixa de ter destinação de bem de uso comum do povo, para passar a ter destinação de bem domiciliar, para fins de escrituração, o seguinte imóvel:

I - Lote nº 14 da Quadra Urbana n° 56, situado no perímetro urbano, loteamento Três Barras, cidade de Três Barras do Paraná, Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, com área de **420,00 m²** (Quatrocentos e vinte metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: **NORTE:** medindo 35,00 metros, confronta com o Lote nº 16; **LESTE**: medindo 12,00 metros, confronta com a Rua Amapa; **SUL:** medindo 35,00 metros, confronta com o Lote nº 12; **OESTE:** medindo 12,00 metros, confronta com o Lote nº 13.
Parágrafo Único – O Lote acima descrito pertence ao Loteamento denominado **TRÊS BARRAS**, situado no município de Três Barras do Paraná, Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, sem benfeitorias com as confrontações constantes na planta do referido loteamento, de propriedade do município de Três Barras do Paraná, conforme Matrícula n° 3.200, do Livro 2 Registro Geral, do **1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEL DA COMARCA DE CASCAVEL.**

Art. 2°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:C01F9725

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3079/2026

Data 31/03/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transportar atletas da Associação Desportiva Tribarrense Atletas de Base – ADTAB, para participar da Copa Garotinho de Futsal, nas cidades de Laranjeiras do Sul e Cascavel, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transportar atletas da Associação Desportiva Tribarrense Atletas de Base – ADTAB, inscrita no CNPJ sob o nº 54.620.292/0001-94, com sede na Rua Mato Grosso, 1002, na cidade de Três Barras do Paraná, para participar da Copa Garotinho de Futsal, categorias da base, sub 09, 11, 13 e 15, nas cidades de Laranjeiras do Sul e Cascavel, Estado do Paraná.
§ 1º As viagens acontecerão em 10 (dez) rodadas, sendo sempre realizadas nos finais de semana.
§ 2º A coordenação e seleção dos atletas fica a cargo Associação Desportiva Tribarrense Atletas de Base – ADTAB.
Art. 2º O transporte será feito por veículos da frota própria, ou terceirizados.
Art. 3º As despesas das viagens, combustíveis, manutenção dos veículos, as despesas dos motoristas, ou o pagamento de fretes correrão por conta do Município, sendo que as despesas pessoais dos participantes da viagem serão bancadas pelos próprios.
Art. 4º As despesas de responsabilidade do Município serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente nas seguintes dotações:
08.01.2781200142.040 Manutenção do Esporte Amador
3.190.11 Vencimentos e Vantagens Fixas P. Civil.
3.390.14 Diárias Pessoal Civil
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:B4AF33CF

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3080/2026

Data 31/03/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 1.407.889,47 (um milhão, quatrocentos e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.021000	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	
3.3.90.93 (5339) (855)	Indenizações e restituições	300,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.04	Fundo Municipal do Idoso	
082410009.2.085000	Fundo Municipal do Idoso	
3.3.90.32 (5340) (860)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	11.000,00
3.3.90.39 (5341) (860)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	16.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.02	Fundo Munic. da Criança e Adolescente	
082430023.6.003000	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA	
3.3.90.39 (5342) (873)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	42.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.02	Fundo Munic. da Criança e Adolescente	
082430023.6.003000	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA	
3.3.90.30 (5343) (880)	Material de consumo	4.000,00
3.3.90.39 (5344) (880)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	4.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.04	Fundo Municipal do Idoso	
082410009.2.085000	Fundo Municipal do Idoso	
4.4.90.52 (5345) (887)	Equipamentos e material permanente	6.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.01	Departamento de Promoção Social	
082440009.1.007000	Execução de obras de infraestrutura social	
4.4.90.51 (5346) (889)	Obras e instalações	1.079.589,47

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.095000	Manutenção do Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres	
4.4.90.52 (5347) (890)	Equipamentos e material permanente	8.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.118000	Fortalecimento da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher	
4.4.90.52 (5348) (893)	Equipamentos e material permanente	110.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.118000	Fortalecimento da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher	
3.3.90.14 (5349) (894)	Diárias – pessoal civil	8.000,00
3.3.90.30 (5350) (894)	Material de consumo	20.000,00
3.3.90.32 (5351) (894)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	30.000,00
3.3.90.39 (5352) (894)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	32.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.095000	Manutenção do Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres	
3.3.90.39 (5353) (942)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	7.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.021000	Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	
3.3.90.14 (5354) (1011)	Diárias – pessoal civil	10.000,00
4.4.90.52 (5355) (1011)	Equipamentos e material permanente	20.000,00

Total.....R$ 1.407.889,47
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, das seguintes fontes:

Fonte	Especificação	Valor R$
855	SIGTV-ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS	300,00
860	Transf. Progr. PR VIAJA MAIS 60	27.000,00
873	Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - Deliberação n 013/2025 CEDCA/PR	42.000,00
880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	8.000,00
887	Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo	6.000,00
889	Incentivo Financeiro para Construção do CREAS	1.079.589,47
890	Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher	8.000,00
893	Incentivo de investimento para a qualificação de Políticas para Mulheres - RESOLUÇÃO N 191/2025 SEMIPI	110.000,00
894	Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher – CUSTEIO	90.000,00
942	PROGR REDE FORT ENFRENT A VIOLENCIA C/ MULHER	7.000,00
1011	PAS – Programa Único de Assistência – Deliberação nº 59/2023 do CEAS/PR.	30.000,00

Total.....R$ 1.407.889,47
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:F976BD45

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3082/2026

DATA 31/03/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar parceria através de "Termo de Colaboração / Parceria" com a entidade APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras do Paraná - PR,e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parceria através de "Termo de Colaboração / Parceria" com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras do Paraná-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 02.722.514/0001-86, com objetivo de manter o repasse de merenda escolar oriundo de recursos próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social, com base no plano de trabalho apresentado pela mesma para o exercício de 2026, para atendimento aos alunos com deficiência intelectual, múltiplas e deficiências associadas (Educação Especial).
Art. 2º Para o atendimento ao estabelecido no artigo 1º desta Lei, o Município efetuará o repasse de merenda escolar até o valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 10 (dez) parcelas mensais.

§ 1ºO valor definido no*caput*deste artigo tem como base os alunos matriculados, considerando o ano letivo de 2025.
§ 2ºA entidade deverá apresentar plano de trabalho no montante do valor estipulado no "*caput"*deste artigo, especificando a classificação das despesas, o qual deverá ser aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, antes da celebração do Termo de Parceria / Colaboração.
Art. 3ºA entidade parceira deverá utilizar a merenda escolar para todos os alunos matriculados na entidade.
Art. 4ºO prazo de execução e vigência desta Lei é da assinatura do termo, até 31 de dezembro de 2026.
Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, assim especificado:
0601.0824300082.058000 Manutenção da APAE
3.390.30 Material de Consumo.
3.390.32 Material ou Serviço de Distribuição Gratuita.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:95E6AAA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ
DECRETO 03/2026

DECRETO Nº 03/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Poder Legislativo do Exercício de 2026 e dá outras providências:

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que foram conferidas, promulga o presente decreto legislativo:

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir no orçamento do exercício corrente do Município de Tunas do Paraná, crédito adicional suplementar no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil Reais).

Art. 2º. O crédito citado no artigo anterior será aberto na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Legislativo Municipal
Unidade: Legislativo Municipal
Projeto / Atividade: 01.031.0001.2001 – Manutenção de Câmara Municipal

Elementos:

3.1.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
0007 00001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) 35.000,00

Art. 3º. Para a cobertura de créditos relacionados no artigo anterior, serão utilizados recursos do cancelamento parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Legislativo Municipal
Unidade: Legislativo Municipal
Projeto / Atividade: 01.031.0001.2001 – Manutenção de Câmara Municipal
Elementos
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
0001 00001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) 15.000,00
3.3.90.39.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
0005 00001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) 10.000,00
3.3.90.46.00.00 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
0009 00001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) 10.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data presente data, revogando-se disposições em sentido contrário.

Tunas do Paraná, 31 de março de 2026.

ADRIANO PEREIRA XAVIER
Presidente da Câmara

Publicado por:
Denise de Fatima Dos Santos
Código Identificador:5C4B4ABD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 111 DE 30 DE MARÇO DE 2026

DECRETO Nº 111 DE 30 DE MARÇO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 255.600,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

05.002.12.361.0038.2024 Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.11.00.00 101 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 18.000,00
3.1.91.13.00.00 101 Obrigações Patronais..... R$ 1.800,00
06.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
3.1.90.11.00.00 494 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 170.000,00
3.1.90.13.00.00 494 Contribuições Patronais..... R$ 6.100,00
3.1.91.13.00.00 494 Contribuições Patronais..... R$ 15.000,00
3.3.90.46.00.00 494 Auxílio-Alimentação..... R$ 17.000,00
06.002.10.301.0013.2050 Manutenção das Atividades de Saúde Bucal
3.1.90.11.00.00 494 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 6.500,00
3.1.91.13.00.00 494 Contribuições Patronais..... R$ 700,00
3.3.90.46.00.00 494 Auxílio-Alimentação..... R$ 500,00
06.002.10.301.0024.2049 Manutenção da Farmácia Municipal
3.1.91.13.00.00 303 Contribuições Patronais..... R$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05.002.12.365.0018.2017 Manutenção das Atividades da Educação Infantil

3.1.90.11.00.00 102 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 19.800,00
06.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
3.1.90.11.00.00 303 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 20.000,00
3.3.90.39.00.00 494 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 215.800,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 30 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:9AA6167F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 112 DE 30 DE MARÇO DE 2026

DECRETO Nº 112 DE 30 DE MARÇO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
3.3.90.30.00.00 687 Material de Consumo..... R$ 3.000,00
3.3.90.30.00.00 688 Material de Consumo..... R$ 25.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior nas fontes:

687 – Emenda 202533320003/RicardoBarros Port.7802 - Custeio APSUS..... R$ 3.000,00
688 – Emenda 202537050002/LucianoDucci Port.7730 - Custeio APSUS..... R$ 25.000,00

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 30 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:8C6FA57E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO CMAS 04/2026

"Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas do Recurso Piso Único de Assistência Social - PAS, para a execução dos serviços do Sistema Único de Assistência Social"

A plenária do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TUNAS DO PARANÁ – CMAS**, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal n° 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e a Lei Municipal n° 592/13 de 19 de dezembro de 2013:

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do recurso **Piso Único de Assistência Social - PAS**, referente ao período - Anual de 2025, durante a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunas do Paraná no dia 31 de março de 2026.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial de Tunas do Paraná.

Tunas do Paraná, 31 de março de 2026.

ADRIELE DE GODOI RIBEIRO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:490CB0FE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO CMAS 05/2024

"Dispõe sobre aprovação da Prestação de contas referente ao Recurso - Incentivo Vidas Aquecidas"

A plenária do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TUNAS DO PARANÁ – CMAS**, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal n° 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e a Lei Municipal n° 592/13 de 19 de dezembro de 2013:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Recurso - Incentivo Vidas Aquecidas, referente ao período – até 30 de junho de 2025, durante a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunas do Paraná no dia 31 de março de 2026.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial de Tunas do Paraná.

Tunas do Paraná, 31 de março de 2026.

ADRIELE DE GODOI RIBEIRO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:2ED4EBCB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026

Ratificação de Inexigibilidade Nº 07/2026

Examinado os autos do processo em epígrafe, realizado pela Comissão de Contratação para: **abrigamento EM INSTITUIÇÃO TERAPEUTICA, para recuperação DE pessoas com dependência química – SENDO 1 (UMA) PESSOA DO sexo masculino – Maior de 18 anos, PELO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS,** com fundamento na Lei de Licitações n.º 14.133/2021 em seu Art.74 inciso IV, bem como diante do exame e análise do Advogado do Município

com a emissão de parecer favorável à viabilidade do presente procedimento, **RATIFICO**, o resultado em favor da Empresa: **CENTRO TERAPÊUTICO HADASH,** inscrita no CNPJ: sob o nº 23.678.050/0001-28, no valor de R$ 6.537,06 (Seis mil quinhentos e trinta e sete reais e seis centavos).
Atendendo assim as necessidades elencadas no processo.
HOMOLOGO o presente processo para que produza seus efeitos jurídicos.
Tunas do Paraná, 31 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:7745F9BD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 15/2026 cujo objeto é Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros**, conforme detalhamento do Anexo I - Termo de Referência, para a empresa,

MERCADO E MATERIAL DE CONSTRUÇAO PONTES LTDA – CNPJ: 42.433.719/0001-66-
LOTE 01: no valor total de R$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais),
LOTE 02: no valor total de R$ 3.297,00 (Três mil, duzentos e noventa e sete reais),
LOTE 03: no valor total de R$ 11.056,50 (Onze mil e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos),
LOTE 04: no valor total de R$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais),
LOTE 05: no valor total de R$ 16.010,40 (Dezesseis mil e dez reais e quarenta centavos),
LOTE 06: no valor total de R$ 3.018,75 (Três mil e dezoito reais e quinze centavos),
LOTE 07: no valor total de R$ 6.798,33 (Seis mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos),
LOTE 08: no valor total de R$ 2.394,00 (Dois mil, trezentos e noventa e quatro reais),
LOTE 09: no valor total de R$ 16.487,90 (Dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa centavos),
LOTE 10: no valor total de R$ 52.605,00 (Cinquenta e dois mil e seiscentos e cinco reais),
LOTE 11: no valor total de R$ 40.320,00 (Quarenta mil e trezentos e vinte reais),
LOTE 12: no valor total de R$ 20.160,00 (Vinte mil, cento e sessenta reais),
LOTE 13: no valor total de R$ 3.347,40 (Três mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos),
LOTE 14: no valor total de R$ 2.095,00 (Dois mil e noventa e cinco reais),
LOTE 15: no valor total de R$ 13.440,00 (Treze mil, quatrocentos e quarenta reais),
LOTE 16: no valor total de R$ 7.875,00 (Sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais),
LOTE 17: no valor total de R$ 11.025,00 (Onze mil e vinte e cinco reais),
LOTE 19: no valor total de R$ 5.488,81 (Cinco mil quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e um centavos),
LOTE 20: no valor total de R$ 8.820,00 (Oito mil, oitocentos e vinte reais),

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. º14.135/2021.
Tunas do Paraná, 31 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:AADA32AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 12/2024

Segundo Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência ao contrato n°. 12/2024, parte integrante do da Dispensa de Licitação d n°. 04/2024, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO e a empresa SUPERMERCADO GAITKOSTA LTDA- ME.

Pelo presente instrumento particular contrato, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dr. João Ferreira Neves, 600 - CEP: 85150000 - BAIRRO: Jardim Filadélfia inscrito no CNPJ/MF sob n°. 00.421.500/0001-05, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. JOSNEI NEVES, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CPF. n.º 026.866.299-16 e da Cédula de Identidade Civil n.º 7.660.989-6, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa SUPERMERCADO GAITKOSTA LTDA inscrita no CNPJ n°. 05.207.050-0001-68, com sede na avenida 12 de maio N º 973 Turvo – PR, neste Ato representada por DILCEU COSTA FERREIRA, portador do CPF 696.772.209-34 residente e domiciliado na avenida 12 de maio N º 973, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, em consonância com todos os elementos da Lei Federal 14.133/21 e processo de Processo de Dispensa de Licitação nº. 004/2024, e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência e renovação de valor do contrato administrativo n°. 12/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, observado o disposto na cláusula 3, parágrafo único do Contrato Administrativo n°. 12/2024, bem como o artigo 107 da lei 14.133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO – Define-se como VIGÊNCIA CONTRATUAL, o prazo de 12 meses contados a partir da assinatura do termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO – O presente contrato terá valor de R$ 31.040,68 (trinta e um mil quarenta reais e sessenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.
E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinaram as partes.

Turvo, em 31 de março de 2026.

JOSNEI NEVES
Câmara Municipal de Turvo
Contratante

DILCEU COSTA FERREIRA
Supermercado Gaitkosta LTDA
Representante Legal

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:30F3EDFA

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 16/2023

Terceiro Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência e acréscimo de valor ao contrato n°. 16/2023, parte integrante do da Dispensa de Licitação d n°. 12/2023, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO e a empresa LUCAS MOTEKA INFORMÁTICA – ME.
Pelo presente instrumento particular contrato, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dr. João Ferreira Neves, 600 - CEP: 85150000 - BAIRRO: Jardim Filadélfia inscrito no CNPJ/MF sob n°. 00.421.500/0001-05, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. JOSNEI NEVES, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CPF. n.º 026.866.299-16 e da Cédula de Identidade Civil n.º 7.660.989-6, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa LUCAS MOTEKA INFORMÁTICA - ME, com sede no CEP: 85150-000 - BAIRRO: Jardim Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.501.539/0001-07, neste Ato representada por LUCAS MOTEKA**,** portador do CPF n°. 052.200.529-26 e do RG n°. 9.344.773-5 residente e domiciliado na Rua João Horst, 88 - CEP: 85150000 - BAIRRO: Jardim Alegre, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta na licitação dispensa 12/2023, tem entre si, ajustado o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 16/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de informática, que se regera pelas normas da Lei 14133/2021, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência e acrescimo de valor do contrato administrativo n°. 16/2023.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, observado o disposto na cláusula 3, parágrafo único do Contrato Administrativo n°. 16/2023, bem como o artigo 107 da lei 14.133/2021
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO – Define-se como VIGÊNCIA CONTRATUAL, o prazo de 12 meses contados a partir da vigência atual que se finda em 03/04/2026.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO – O presente contrato terá valor de R$ 5.687,50 (cinco mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.
E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinaram as partes.

Turvo, em 31 de março de 2026.

JOSNEI NEVES
Câmara Municipal de Turvo
Contratante

LUCAS MOTEKA
Lucas Moteka Informática -ME
Representante Legal

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:AC441A91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 027/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotação orçamentária do exercício esuperávit financeiro do exercício anterior.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 357.631,12**(trezentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e um reais e dozecentavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.003	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0201.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.03.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	
520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1890	00101-Fundeb 60%	293.971,50
1900	00102-Fundeb 40%	1.259,62
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
20.606.0901.2078	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.400,00
	TOTAL	**357.631,12**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964,§ 1º,Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 62.400,00** (sessenta e dois mil e quatrocentos reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.003	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0201.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
20.606.0901.2078	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.400,00
	TOTAL	**62.400,00**

§ 2ºPara dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964,§ 1º,Inciso I, os provenientes dosuperavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 295.231,12** (duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e doze centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00101	Fundeb 60%	293.971,50
00102	Fundeb 40%	1.259,62

TOTAL	**295.231,12**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 30 de março de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:FCE04F0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2026

Contrato Administrativo nº 38/2026 – Inexigibilidade de Licitação Nº 32/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada:ASSOCIAÇÃO CRISTÃ BENEFICENTE DE TURVO**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 00.554.940/0001-22, com sede localizada naRua Dr Joao Ferreira Neves, Nº 450, no Município de Turvo-PR, CEP 85150-000, neste ato representada por Roberto Fiuza Matias, inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 028.004329-50-**Objeto:**CONTRATAÇÃO DIRETA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS ESPECIALIZADOS NA MODALIDADE UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO), DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE TURVO/PR, EM DECORRÊNCIA DA TRANSFERÊNCIA DE GESTÃO ESTABELECIDA PELAS DELIBERAÇÕES CIB/PR Nº 764/2025 E Nº 864/2025– **Prazo de Vigência:**O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) 30/03/2026 a 29/03/2027-**Valor global:** R$ 37.344,36 (Trinta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos)-**Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:A3B94D1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

Contrato Administrativo nº 39/2026 – Pregão Eletrônico Nº 31/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada:METALÚRGICA FREITAS LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 05.852.250/0001-73, com sede localizada na Rua São João, Nº 1699, no Município de Boqueirão do
Leão – RS, CEP 95.920-000, neste ato representada por SIDINEI MOISES DE FREITAS, portador da cédula de identidade Nº xxx70720xx e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº xxx.072.000-xx– **Objeto:** Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos agricolas pormeio do convênio firmado com o ministério de agricultura, pecuária e abastecimento sob nº 941932/2023–**Prazo de Vigência:**12 (doze) meses contados do(a) 31/03/2026 a 30/03/2027-**Valor global:** R$ 69.900,00 (sessenta e nove mil e novecentos reais)-**Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:6AC6A4F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 06/2026

Altera a redação do caput do Artigo 1º da Lei Municipal nº 49, de 14 de setembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar termo de parceria com a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Turvo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O *caput* do Artigo 1º da Lei Municipal nº 49, de 14 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de parceria nos termos da Lei Federal Nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou aquela que vier a sucedê-la, com a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Turvo, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 00.540.063/0001-30, e através deste instrumento autorizar o repasse de materiais e/ou serviços na ordem de até ***R$ 12.000,00 (doze mil reais)*** *por exercício financeiro." (NR)*

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:729933A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2026

Através do presente termo, RATIFICO o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 34/2026, objeto visa a Contratação direta da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MORADORES DE SÃO GERONIMO, CNPJ nº 18.945.792/0001-32, mediante Inexigibilidade de Licitação, Acordo de Cooperação para repasse de Óleo Diesel, no valor total de R$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais), considerando:

a) A regularidade do procedimento executado;
b) A justificativa para escolha da contratada;
c) Os documentos relativos à habilitação da beneficiada em face das exigências previstas pelo Art. 31, inciso II, da Lei n.º 13.019/2014.
Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 31 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:15578A9E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:
Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de kit para alimentação dos pacientes usuários do transporte sanitário em tratamento de saúde.

Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 16 de abril de 2026.
Início da Sessão: 16 de abril de 2026 a partir das 08h30min.

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "Acesso Identificado"

Valor: R$ 21.820,00 (Vinte e um mil, oitocentos e vinte reais)

Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 17/2026

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 99128-4232, através do e-mail: licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 31 de março de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira (Decreto Nº 17/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:A8C11BEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREGÃO ELETRÔNICO N° 35/2026 NOTA DE RETIFICAÇÃO

A publicação da prorrogação do Pregão Eletrônico N° 35/2026, vinculada no dia 31/03/2026, Edição 3500, encontra-se com erro de digitação, a data correta da abertura da licitação é 15 de abril de 2026, as 08:30, a qual encontra-se no edital, bem como no sistema Compras.Gov.
Considerando que as alterações não comprometem a formulação das propostas nos termos da parte final do §1° do art. 55 da Lei Federal n° 14.133/2021 não se operará a prorrogação dos prazos anteriormente estabelecidos.
A minuta do Edital e demais documentos estão publicadas no Portal da Transparência do Município de Turvo, disponível em http://www.turvo.pr.gov.br/, espaço ''licitações e contratos''. As informações administrativas relativas ao Pregão Eletrônico N° 35/2025 poderão ser obtidas junto à Equipe de Licitações via Telefone: (42) 3642-1145 ou por e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br.

Turvo (PR), 31 de março de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira (Decreto nº 17/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:FC3B00F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pela Decreto nº 17/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a Inexigibilidade de Licitação nº 34/2026, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, autorizado pelo Prefeito Municipal em 30/03/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MORADORES DE SÃO GERONIMO, CNPJ nº 18.945.792/0001-32.
Objeto: Acordo de Cooperação para repasse de Óleo Diesel.
Valor : R$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais).
Fundamento legal: Art. 31, inciso II, da Lei n.º 13.019/2014.

Justificativa: A Secretaria tem como missão institucional coordenar a política agrícola local, prestando assistência técnica e apoio contínuo ao produtor rural, com foco especial no fomento e desenvolvimento da agricultura familiar e da cadeia produtiva agropecuária. Nesse contexto, o fortalecimento e a capacitação das associações rurais são estratégias cruciais para a otimização da execução dessas políticas, representando a organização essencial para a promoção de melhorias nas propriedades rurais. A operacionalização e a manutenção das atividades produtivas no campo, tais como o preparo do solo e a melhoria da infraestrutura rural, dependem diretamente da funcionalidade da Patrulha Rural Agrícola mantida por essas associações. Desta forma, o presente Acordo de Cooperação visa investir diretamente na produtividade e na infraestrutura rural por meio da concessão de auxílio, o que se encontra plenamente respaldado pela legislação municipal: conforme a Lei Municipal N° 66/2019, alterada pela Lei N° 67/2021, o Poder Executivo Municipal está expressamente autorizado a prestar auxílio às associações rurais, estabelecendo o limite máximo de 3.600 (três mil e seiscentos) litros de óleo diesel por ano para cada entidade. A concessão será feita à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Moradores de São Geronimo, CNPJ 18.945.792/0001-32, e será executada de forma transparente e responsável, condicionada à comprovação estrita das horas trabalhadas pelos equipamentos da patrulha rural da Associação, em conformidade com um Cronograma de Atividades detalhado, previamente estabelecido para o período de março de 2026 a março de 2027. Este cronograma garantirá que o recurso seja utilizado exclusivamente para o fomento da cadeia produtiva agropecuária. O apoio logístico e material proporcionado por este Acordo é, portanto, fundamental para a sustentabilidade da agricultura familiar, assegurando condições adequadas de trabalho, aumentando a produtividade e a renda, e contribuindo, significativamente, para o desenvolvimento econômico local e a melhoria da qualidade de vida no campo.
As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 34/2026 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-000 – Telefone: (42) 3642-1145 – E-mail: < licitacao@turvo.pr.gov.br > – Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

Turvo (PR), 31 de março de 2026.

VANESSA TLUSCIK DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n° 17/2026)

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:23B2AB04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 31/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas

de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n°1.420/2026(1Doc), **ADJUDICA eHOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº31/2026, do tipo menor preço, cujo objeto éo Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos agricolas por meio do convênio firmado com o ministério de agricultura, pecuária e abastecimento sob nº 941932/2023,em favor da empresa **METALURGICA FREITAS LTDA (CNPJ N° 05.852.250/0001-73)** pelo valor de R$ 69.900,00 (sessenta e nove mil e novecentos reais).
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 17/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 31 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:9FC602B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRONICA 008 - 2026 - PMU

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/02/101 de (13/02/2026)

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2023, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, dos Decretos Municipais nº 303/2022 e nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de Empresa de Engenharia Elétrica para execução de instalações de iluminação pública em LED, em diversos locais na cidade de Umuarama-PR e extensões de rede elétrica com pontos de iluminação em LED, conforme Projetos de Iluminação, Planilha Orçamentária e Especificações Técnicas, memorial descritivo em anexo, sendo instalações elétricas com 56 (cinqüenta e seis) luminárias públicas em LED na Estrada Dias; 56 (cinquenta e seis) refletores LED 200W no Campo da Rua Miguel Martins de Melo, 14 (quatorze) luminárias públicas em LED na Rua Alice Marques Machado e 06 (seis) luminárias públicas em LED na Avenida Presidente Castelo Branco, neste Município.

CADASTRO DAS PROPOSTAS NO SITE: Até às 08h00min do dia 15/05/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15/05/2026, às 08h00min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15/05/2025, às 09h00min.
LINK PARA CADASTRO DAS PROPOSTAS INICIAIS E DISPUTA BLL Compras (www.bll.org.br)
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR VALOR GLOBAL.**
MODO DE DISPUTA: ABERTO.
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 560.752,01 (quinhentos e sessenta mil, setecentos e cinqüenta e dois reais e um centavo).
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal BLL Compras** (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.

Umuarama/Pr, 31 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

VALÉRIO SILVA
Secretário de Serviços Públicos

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:4D868130

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

ATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO Nº 001/2026
PREGÃO: 029/2025 - SAÚDE
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: ZANATTA EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação mensal de Aparelhos CPAP – Bilevel Positive Airway Pressure (Pressão Positiva em Vias Aérea a Dois Níveis), BIPAP- “Continuous Positive Airway Pressure” (Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas) e Aparelhos Ventiladores Pulmonares Mecânicos Elétricos e Acessórios, com o objetivo de atender aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) devidamente cadastrados no Setor de Assistência em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor: R$ 278.400,00 (Duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais);
Vigência: 25/03/2026 a 25/03/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/10/845 e no Pregão Eletrônico n° 029/2025 - FMS, homologado pela Portaria n° 017/2026, em 19 de março de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 24 de março de 2026, edição nº. 3.495, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Lei Municipal nº 4.201/2017 e do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO Nº 002/2026
PREGÃO: 029/2025 - SAÚDE
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação mensal de Aparelhos CPAP – Bilevel Positive Airway Pressure (Pressão Positiva em Vias Aérea a Dois Níveis), BIPAP- “Continuous Positive Airway Pressure” (Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas) e Aparelhos Ventiladores Pulmonares Mecânicos Elétricos e Acessórios, com o objetivo de atender aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) devidamente

cadastrados no Setor de Assistência em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor: R$ 64.800,00 (Sessenta e quatro mil e oitocentos reais).
Vigência: 25/03/2026 a 25/03/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/10/845 e no Pregão Eletrônico n° 029/2025 - FMS, homologado pela Portaria n° 017/2026, em 19 de março de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 24 de março de 2026, edição nº. 3.495, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Lei Municipal nº 4.201/2017 e do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 088/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: E CAMPREGUER COMEX LTDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto o registro de preços a para a contratação de pessoa jurídica, para aquisição de Materiais permanentes destinados as ações de Educação em Saúde da APS – Unidades de Saúde da SMS. Os objetos da presente contratação são caracterizados como comuns, possuem fornecimento de natureza não contínua.
Valor: R$ 31.257,00 (trinta e um mil duzentos e cinquenta e sete reais);
Vigência: 18/03/2026 a 18/03/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/12/1084 no Pregão Eletrônico n° 004/2026 - SAÚDE, homologado pela portaria n° 015/2026 – FMS em 16 de março de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 17 de março de 2026, edição nº 3490, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 089/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto o registro de preços a para a contratação de pessoa jurídica, para aquisição de Materiais permanentes destinados as ações de Educação em Saúde da APS – Unidades de Saúde da SMS. Os objetos da presente contratação são caracterizados como comuns, possuem fornecimento de natureza não contínua.
Valor: R$ 65.955,28 (sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos);
Vigência: 18/03/2026 a 18/03/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/12/1084 no Pregão Eletrônico n° 004/2026 - SAÚDE, homologado pela portaria n° 015/2026 – FMS em 16 de março de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 17 de março de 2026, edição nº 3490, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 090/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: WEBLABOR SÃO PAULO MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto o registro de preços a para a contratação de pessoa jurídica, para aquisição de Materiais permanentes destinados as ações de Educação em Saúde da APS – Unidades de Saúde da SMS. Os objetos da presente contratação são caracterizados como comuns, possuem fornecimento de natureza não contínua.
Valor: R$ 77.280,00 (setenta e sete mil duzentos e oitenta reais).
Vigência: 18/03/2026 a 18/03/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2025/12/1084 no Pregão Eletrônico n° 004/2026 - SAÚDE, homologado pela portaria n° 015/2026 – FMS em 16 de março de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 17 de março de 2026, edição nº 3490, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

Republicado por Incorreção
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 092/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: INSTITUTO JOÃOZINHO
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de palestra educativa e motivacional pelo palestrante João Victor Paiva, com notória especialização na área, a ser realizada em evento alusivo ao Dia Internacional da Síndrome de Down, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.
Valor: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Vigência: 30/03/2026 a 30/06/2026.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/312; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 056/2026 - SAÚDE, autorizado em 27 de março de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 30 de março de 2026, edição nº. 3.499, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, caput,** bem como nas demais legislações aplicáveis, e Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022.

Umuarama, 31 de março de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:679C3CE1

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO N° 196/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: LEGNANI CLINICA MEDICA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 01 de março de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R$ 60.480,00 (sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 60.480,00 (sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais)
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:183 F:1
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:184 F:303
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:185 F:494
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:188 F:70014
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:187 F:60218
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas
Data: 27/02/2026

TERMO ADITIVO 006 AO CONTRATO N° 329/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: MMCV CLINICA MÉDICA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 20 de junho de 2026.

Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal do presente contrato para até R$ 33.420,00 (trinta e três mil quatrocentos e vinte reais), perfazendo o valor do presente contrato em até R$ 100.260,00 (cem mil, duzentos e sessenta reais) referente a 3(três) meses.
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D:207 - F:001
70.001.10.302.0025.2.277. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D:208 - F:303
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 20/03/2026

TERMO ADITIVO 006 AO CONTRATO N° 332/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: K. B. DE PAULA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 21 de junho de 2026.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal do presente contrato para até R$ 33.420,00 (trinta e três mil quatrocentos e vinte reais), perfazendo o valor do presente contrato em até R$ 100.260,00 (cem mil duzentos e sessenta reais) referente a 3(três) meses.
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D:207 - F:001
70.001.10.302.0025.2.277. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D:208 - F:303
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas
Data: 20/03/2026

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 287/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: MORCELLI & MORCELLI LTDA
Cláusula Primeira: Fica alterado, conforme tabela abaixo, o valor mensal de até R$ 27.813,90 (vinte e sete mil oitocentos e treze reais e noventa centavos), perfazendo o valor total do presente termo em R$ 9.120,30 (nove mil cento e vinte reais e trinta centavos) referente a diferença de 7(sete) meses;
Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.032.3.3.90.39.00.00 D:97 F:001
70.001.10.301.0024.2.032.3.3.90.39.00.00 D:98 F:303
Cláusula Terceira: Retira-se o fiscal o Sr. **EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE.**
Cláusula Quarte: fica alterada a cláusula nona no presente contrato:
Onde se lê:
I - Os valores serão acrescidos de reajuste após o interregno de um ano após a publicação do Edital
Passa a se ler:
I – Os preços inicialmente contatados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano, contando da data do orçamento estimado, fixada em agosto de 2024.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas..
Data: 17/03/2026

Umuarama, 31 de março de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:3F010FC3

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
PORTARIA Nº 10/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Agente de Contratação sobre proposta apresentada na Dispensa de Licitação nº 01/2026 - EPISU.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA – EPISU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 257/2025 que aprovou o Estatuto Social da EPISU, o RICL e pela Lei nº 13.303/2016.

R E S O L V E:

ART.1º - Fica homologado o julgamento proferido pelo Agente de Contratação sobre a proposta apresentada na Dispensa de Licitação nº 01/2026 - EPISU - cujo objeto contempla a contratação de empresa para fornecimento de “lanche” aos funcionários em serviço da EPISU que excedam o horário de expediente.
Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.
ART.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 31 de março de 2026.

HELIO DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:91207D7D

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
RESUMO DE CONTRATO

Contrato de Prestação de Serviços 001/2026
Contratante: Fundo de Previdência Municipal de Umuarama.
Contratada: Credito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários LTDA.
Objeto: Constitui-se objeto do presente contrato em empresa especializada em
serviços técnicos e consultorias previdenciárias.
Valor Total: O valor total deste termo estimado em R$ 71.760,00 (Setenta e um mil,
setecentos e sessenta reais), sendo o valor mensal estimado em R$ 5.980,00 (Cinco
mil novecentos e oitenta reais).
Vigência: Período de 12 meses**.**
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com Inexigibilidade de licitação
de acordo com o Art. 74, III, C, da Lei 14.133/21.
Umuarama/PR, 31 de março de 2026.
Atenciosamente,

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:495EEEA0

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público – Termo de Colaboração
Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Municipal nº 4.938/2026 e Decreto Municipal nº 108/2017.
Organização da Sociedade Civil: SAAU – Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama, inscrita no CNPJ sob nº 02.030.845/0001-55.

Objeto: Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a SAAU, com vistas ao repasse de recursos financeiros destinados à manutenção da clínica veterinária e do canil, compreendendo o atendimento clínico, cirúrgico e emergencial, bem como o acolhimento e tratamento de animais em situação de abandono ou maus-tratos, incluindo a realização de procedimentos de castração.

Valor: R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), a ser repassado em parcelas mensais de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme Plano de Trabalho aprovado.

Justificativa: A inexigibilidade de chamamento público fundamenta-se na inviabilidade de competição, tendo em vista que a SAAU é a única entidade no Município com estrutura física, capacidade técnica e operacional compatível para execução do objeto, além de possuir atuação consolidada na proteção e cuidado de animais. A parceria encontra respaldo em lei municipal específica e atende a relevante interesse público, especialmente nas áreas de saúde pública, meio ambiente e bem-estar animal.

Publicação: Nos termos do §2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, admite-se a impugnação da presente justificativa no prazo de 05 (cinco) dias a contar de sua publicação.

Umuarama, 26 de março de 2026.

CLÁUDIO MARCONI
Secretario de Meio Ambiente, Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:71DC9550

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2026 – SMMA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL**, e a **SAAU – SOCIEDADE DE AMPARO AOS ANIMAIS DE UMUARAMA**, tornam público a celebração do Termo de Colaboração nº 005/2026, em razão de inexigibilidade de chamamento público, nos termos dos arts. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Municipal nº 4.938/2026 e do Decreto Municipal nº 108/2017. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL é a SAAU – Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama, inscrita no CNPJ sob nº 02.030.845/0001-55, com sede na Rodovia PR-480, KM 1, s/nº, Umuarama – PR.
O objeto consiste na formalização de parceria para apoio à manutenção contínua da clínica veterinária e da estrutura do canil da SAAU, mediante o custeio de recursos humanos, serviços veterinários especializados, insumos e serviços essenciais, apoio administrativo e operacional, visando à promoção da saúde pública, do bem-estar animal e do controle populacional, incluindo a realização de, no mínimo, 1.200 (mil e duzentos) procedimentos de castração ao longo da vigência, com a execução mínima de 100 (cem) castrações mensais.

O valor total da parceria é de **R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais)**, a serem repassados em **12 (doze) parcelas mensais de R$ 70.000,00 (setenta mil reais**). A vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, observadas as disposições legais aplicáveis.

Fica designado como Gestor da Parceria o servidor José Guilherme de Oliveira Junior, CPF nº 007..-*7.
31 de março de 2026.

CLAUDIO MARCONI
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal

ANA MARIA POLAQUINI
Presidente da SAAU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F56A8F20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 082/2026

Nomeia, em substituição, membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o artigo 9°, § 4º, da lei Municipal n.°4.669, de 31 de maio de 2023;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 182, de 18 de julho de 2025;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 218, de 14 de agosto de 2025;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 272, de 06 de outubro de 2025;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 340, de 28 de novembro de 2025;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 08/2026/CMDPI expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em 27 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 54/2026 expedido pela Secretaria de Assistência Social, em 16 de março de 2026;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 18/2026 expedida pela Secretaria Executiva dos Conselhos, em 23 de março de 2026;

D E C R E T A :

Art. 1º.Ficam nomeadas, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no restante do biênio 2025-2027, as pessoas abaixo relacionadas nos seguintes termos:
I – ALTAIR DA SILVA DE BARROS, inscrita no CPF n.º 207.***.***-15, representante da sociedade civil – dos Usuários indicados por serviços, programas, projetos e entidades ligados à defesa ou ao atendimento à pessoa idosa ou sindicato que desenvolva ações de apoio e defesa de direitos da pessoa idosa, tendo seu representante a idade mínima de 60 (sessenta) anos – pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, como titular, e em substituição à Isaura Pereira, nomeada nos termos do artigo 1°, inciso II, alínea “b.2”, do Decreto Municipal n.º 182, de 18 de julho de 2025;

II – MARIA DE LOURDES TEIXEIRA, inscrita no CPF n.º 709.***.***-87, representante da sociedade civil – dos Usuários indicados por serviços, programas, projetos e entidades ligados à defesa ou ao atendimento à pessoa idosa ou sindicato que desenvolva ações de apoio e defesa de direitos da pessoa idosa, tendo seu representante a idade mínima de 60 (sessenta) anos – pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, como suplente, e em substituição à Neide Aparecida Ribeiro, nomeada nos termos do artigo 1°, inciso II, alínea “b.2”, do Decreto Municipal n.º 182, de 18 de julho de 2025;

III – DÓRICA AMARO DA SILVA, inscrita no CPF n.º 705.***.***-49,representante governamental da Secretaria Municipal de Assistência Social, como titular, e em substituição à Carmem Lucia Rocha, nomeada nos termos do artigo 1°, inciso I, alínea “a”, do Decreto Municipal n.º 182, de 18 de julho de 2025;

Art. 2° Permanecem inalteradas as demais disposições dos Decretos Municipais n.º 182/2025, nº 218/2025, nº 272/2025 e nº 340/2025.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 26 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
PrefeitoMunicipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3EE28AFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 424/2026

PORTARIA Nº 424/2026

Nomeia a servidora para o Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013 e a Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020,
CONSIDERANDO ainda, a Portaria nº 596, de 15 de março de 2024, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 16 de março de 2024, que homologou o resultado do Concurso Público Municipal, realizado em decorrência do Edital nº 199, de 17 de novembro de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Profissional do Magistério Público abaixo relacionada, para ocupar o Cargo de Carreira de Professora Atuação Na Educação Infantil e/Ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, em preenchimento das vagas existentes no Quadro de Servidores do Magistério Público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A nomeada face ao que estabelece o Art. 24 da Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020, fica enquadrada na classe e nível inicial da respectiva carreira, conforme está previsto no capítulo III, Seção II, percebendo os valores constantes na tabela de vencimentos anexo XXIV, da referida Lei, a contar de 06 de abril de 2026.
PROFESSORAATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS SEMANAIS

ITEM	NOME	RG	NÍVEL	CLASSE
01	KYARA BONFIM SILVEIRA	056.857.352-86	A	01

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E5C97577

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 425/2026

PORTARIA Nº 425/2026

Nomeia a servidora para o Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de
suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013 e a Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020,

CONSIDERANDO ainda, a Portaria nº 596, de 15 de março de 2024, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 16 de março de 2024, que homologou o resultado do Concurso Público Municipal, realizado em decorrência do Edital nº 199, de 17 de novembro de 2023.

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear a Profissional do Magistério Público abaixo relacionada, para ocupar o Cargo de Carreira de Professora Atuação Na Educação Infantil e/Ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, em preenchimento das vagas existentes no Quadro de Servidores do Magistério Público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A nomeada face ao que estabelece o Art. 24 da Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020, fica enquadrada na classe e nível inicial da respectiva carreira, conforme está previsto no capítulo III, Seção II, percebendo os valores constantes na tabela de vencimentos anexo XXIV, da referida Lei, a contar de 06 de abril de 2026.

PROFESSORA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS SEMANAIS

ITEM	NOME	RG	NÍVEL	CLASSE
01	AMANDA SOUZA DA SILVA	13.044.314-1	A	01

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:00E2DB7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 426/2026

PORTARIA Nº 426/2026

Nomeia a servidora para o Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de
suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013 e a Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020,

CONSIDERANDO ainda, a Portaria nº 596, de 15 de março de 2024, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 16 de março de 2024, que homologou o resultado do Concurso Público Municipal, realizado em decorrência do Edital nº 199, de 17 de novembro de 2023.

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear a Profissional do Magistério Público abaixo relacionada, para ocupar o Cargo de Carreira de Professora Atuação Na Educação Infantil e/Ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, em preenchimento das vagas existentes no Quadro de Servidores do Magistério Público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A nomeada face ao que estabelece o Art. 24 da Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020, fica enquadrada na classe e nível inicial da respectiva carreira, conforme está previsto no capítulo III, Seção II, percebendo os valores constantes na tabela de vencimentos anexo XXIV, da referida Lei, a contar de 06 de abril de 2026.

PROFESSORA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS SEMANAIS

ITEM	NOME	RG	NÍVEL	CLASSE
01	BRUNA DA SILVA MENDONCA	13.834.873-3	A	01

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7F73E269

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 434/2026

PORTARIA Nº 434/2026

Nomeia a servidora para o Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, **ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013 e a Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020,
CONSIDERANDO ainda, a Portaria nº 596, de 15 de março de 2024, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 16 de março de 2024, que homologou o resultado do Concurso Público Municipal, realizado em decorrência do Edital nº 199, de 17 de novembro de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Profissional do Magistério Público abaixo relacionada, para ocupar o Cargo de Carreira de Professora Atuação Na Educação Infantil e/Ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, em preenchimento das vagas existentes no Quadro de Servidores do Magistério Público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A nomeada face ao que estabelece o Art. 24 da Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020, fica enquadrada na classe e nível inicial da respectiva carreira, conforme está previsto no capítulo III, Seção II, percebendo os valores constantes na tabela de vencimentos anexo XXIV, da referida Lei, a contar de 06 de abril de 2026.

PROFESSORA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS SEMANAIS

ITEM	NOME	RG	NÍVEL	CLASSE
01	MARINEIDE MARIA PEREIRA FIRMINO	4.212.164-9	A	01

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:DB9F472E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 08, DE 25 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Aprova os Fluxos Externos do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC no Município de Umuarama/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama – CMAS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993– Lei Orgânica da Assistência Social, pela Lei Municipal nº 4.081, de 25 de maio de 2015, e por seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a organização da Política de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, que estabelece a necessidade de definição de fluxos e procedimentos para qualificar a oferta dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos fluxos de atendimento, visando à melhoria da articulação da rede socioassistencial e à garantia de acesso dos usuários aos serviços;

CONSIDERANDO a apresentação técnica realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social acerca dos Fluxos Externos do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMAS em Reunião Extraordinária realizada em 25 de março de 2026, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Fluxo Externo do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, disponível para acesso no endereço eletrônico: https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/609638.

Art. 2º Aprovar o Fluxo Externodo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, disponível para acesso no endereço eletrônico: https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/609639.

Art. 3º Os fluxos aprovados deverão orientar a atuação da rede socioassistencial no município, podendo ser revisados sempre que necessário, mediante deliberação do CMAS.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 25de março de 2026.

ANNIE CRISTINY LOPES DE ARAUJO DE LIMA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:2A355474

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026

A Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º Designar o(a) funcionário(a)**, JOÃO PEDRO SILVA,** regido(a) pelo regime estatutárioR.G. nº 14680132-3 e CPF:12274482950, lotado(a)na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Secretário(a) Escolar.

Art. 2º O(a) servidor(a) designado(a) ficará responsável pela organização e assinatura da documentação escolar do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI RACHEL DE QUEIROZ, E I.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 01 de abrilde 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação
Umuarama/PR

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:991B3925

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026

A Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º Designar o(a) funcionário(a), ELIANE OLIVA SEBATINIBARRETO, regido(a) pelo regime Estatutário, RG: 8315856-5 CPF 045247199-03 lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Secretário(a) Escolar.

Art. 2º (a) servidor(a) designado(a) ficará responsável pela organização e assinatura da documentação escolar da Escola Municipal PAULO FREIRE - E.I.E.F.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 01 de abrilde 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação
Umuarama/PR

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B08F4BFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

A Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º Designar o(a) funcionário(a)**,FERNANDA APARECIDA BRUNO SANTOS,** regido(a)pelo regime Estatutário, CPF: 068.250.359-24RG: 10.128.969-9lotado(a)na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Secretário(a) Escolar.

Art. 2º O(a) servidor(a) designado(a) ficará responsável pela organização e assinatura da documentação escolar do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS - E.I.E.F.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 01 de abrilde 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação
Umuarama/PR

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CDD5D79C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO Nº 040/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 040/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR	
18/03/2026	FUNDEB	R$	2.067.943,80
20/03/2026	FUNDEB	R$	175.581,87
24/03/2026	FUNDEB	R$	124.435,89
25/03/2026	FUNDEB	R$	475.510,19
30/03/2026	FUNDEB	R$	656.340,56

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:31702216

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 041/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 041/2026

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS		VALOR
20/03/2026	FPM	R$	862.816,30
30/03/2026	FPM	R$	3.559.667,54

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F16870BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO Nº 042/2026

NOTIFICAÇÃO Nº 042/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS		VALOR
20/03/2026	IPI	R$	19.228,63
30/03/2026	IPI	R$	14.773,37
20/03/2026	ITR	R$	2.016,14
30/03/2026	ITR	R$	27.758,61

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EF1E3477

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO Nº 043/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 043/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
24/03/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$ 12.545,60
24/03/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$ 90.540,01
24/03/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$ 649.540,54
24/03/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$ 1.640,24
24/03/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$ 4.477,20
24/03/2026	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R$ 253.329,40
27/03/2026	FNS/VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 13.557,54

30/03/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 61.016,75

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:241CE9B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 1

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0010, Lote: 0002 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4505200 QUADRA: 0010 LOTE: 0002
ENDEREÇO: RUA CÍCERO BISPO BEZERRA, S/Nº CEP: 87511283
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:10FAA507

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 10

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0016, Lote: 0008 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4517600 QUADRA: 0016 LOTE: 0008
ENDEREÇO: RUA ANA ROSA NUNES SILVA, S/Nº CEP: 87511285
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:761E4E8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 11

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0016, Lote: 0009 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de

limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4517700 QUADRA: 0016 LOTE: 0009
ENDEREÇO: RUA ANA ROSA NUNES SILVA, S/Nº CEP: 87511285
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F327FAC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 12

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0016, Lote: 0013 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4518100 QUADRA: 0016 LOTE: 0013
ENDEREÇO: RUA ANA ROSA NUNES SILVA, S/Nº CEP: 87511285
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:04044364

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 13

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0016, Lote: 0015 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4518300 QUADRA: 0016 LOTE: 0015
ENDEREÇO: RUA ANA ROSA NUNES SILVA, S/Nº CEP: 87511285
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9948C60E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 14

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0016, Lote: 0021 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.

Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4518900 QUADRA: 0016 LOTE: 0021
ENDEREÇO: RUA RAINER MARIA SCHUBERT, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F535939D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 15

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0016, Lote: 0025 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4519300 QUADRA: 0016 LOTE: 0025
ENDEREÇO: RUA RAINER MARIA SCHUBERT, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:FA728925

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 16

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0016, Lote: 0028 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4519600 QUADRA: 0016 LOTE: 0028
ENDEREÇO: RUA RAINER MARIA SCHUBERT, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1C634F7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 17

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0016, Lote: 0029 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos,

tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4519700 QUADRA: 0016 LOTE: 0029
ENDEREÇO: RUA RAINER MARIA SCHUBERT, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:06F57E8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 18

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0016, Lote: 0032 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4520000 QUADRA: 0016 LOTE: 0032
ENDEREÇO: RUA RAINER MARIA SCHUBERT, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5C9D596E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 2

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0012, Lote: 0012 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4509600 QUADRA: 0012 LOTE: 0012
ENDEREÇO: RUA ANA ROSA NUNES SILVA, S/Nº CEP: 87511285
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:91E1D299

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 3

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0012, Lote: 0013 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4509700 QUADRA: 0012 LOTE: 0013
ENDEREÇO: RUA ANA ROSA NUNES SILVA, S/Nº CEP: 87511285
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A5E2DD60

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 4

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0012, Lote: 0022 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/N - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4510600 QUADRA: 0012 LOTE: 0022
ENDEREÇO: RUA RAINER MARIA SCHUBERT, S/N CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EA6C62B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 5

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0012, Lote: 028A - PARQUE FIRENZE - N.º: S/N - Nº 28-A, DA SUBDIVISÃO DO LOTE Nº 28.**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4511210 QUADRA: 0012 LOTE: 028A
ENDEREÇO: RUA RAINER MARIA SCHUBERT, S/N CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: Nº 28-A, DA SUBDIVISÃO DO LOTE Nº 28.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:98CB2B99

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 6

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0013, Lote: 0008 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4512400 QUADRA: 0013 LOTE: 0008
ENDEREÇO: RUA RAINER MARIA SCHUBERT, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:17E6D77F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 7

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0013, Lote: 0009 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4512500 QUADRA: 0013 LOTE: 0009
ENDEREÇO: RUA RAINER MARIA SCHUBERT, S/Nº CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3F7D0341

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2645 / 2026
SEQUENCIA: 8

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0013, Lote: 0012 - PARQUE FIRENZE - N.º: S/Nº - 0**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

AAVA LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 13450059000123
CADASTRO: 4512800 QUADRA: 0013 LOTE: 0012
ENDEREÇO: RUA CÍCERO BISPO BEZERRA, S/Nº CEP: 87511283
BAIRRO: PARQUE FIRENZE COMPLEMENTO: 0

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CB97078E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2652 / 2026
SEQUENCIA: 52

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0002, Lote: 0027 - JARDIM THEREZA - N.º: S/N -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**
CRISTINA WIETZIKOSKI SECAFIM CPF/CNPJ: 03054534910
CADASTRO: 6513400 QUADRA: 0002 LOTE: 0027
ENDEREÇO: DA RUA JOSÉ RIBEIRO DA SILVA, S/N CEP: 87500000
BAIRRO: JARDIM THEREZA COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CF965D9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2661 / 2026
SEQUENCIA: 10

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0019, Lote: 0020 - ZONA 4 - N.º: 5577/5583**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**
ANTONIO JOAO MARTINS CPF/CNPJ: 50762982934
CADASTRO: 453500 QUADRA: 0019 LOTE: 0020
ENDEREÇO: AV RIO GRANDE DO NORTE, 5577/5583 CEP: 87504000
BAIRRO: ZONA 4 COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9861FD0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2661 / 2026
SEQUENCIA: 11

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0023, Lote: 0001 - ZONA 4 - N.º: 3721**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**
ALEXANDRA CORRÊA HARADA CPF/CNPJ: 84375094915
CADASTRO: 462400 QUADRA: 0023 LOTE: 0001
ENDEREÇO: RUA FLORIANOPOLIS, 3721 CEP: 87504020
BAIRRO: ZONA 4 COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:AACE1724

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2661 / 2026
SEQUENCIA: 83

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0020, Lote: 0037 - PARQUE RESIDENCIAL METROPOLITANO - N.º: 000 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL**descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**

Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,**localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

A5 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA CPF/CNPJ: 42072453000173
CADASTRO: 5200900 QUADRA: 0020 LOTE: 0037
ENDEREÇO: RUA PRIMO VALDEMAR BORSATTO, 000 CEP: 87511149
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL METROPOLITANO COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4CFA53E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 28/26

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:

P O R T A R I A

Art. 1º Nomeia a partir de 1 de abril de 2026 o Senhor RONALDO MOCHNACZ, para o cargo em comissão de Assessor Geral do Presidente, constante da Lei nº 4845/2019.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 31 de março de 2026.

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO (PSB)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:55BBD236

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 1/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 2/2025 – PROCESSO N.º 15/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR
OBJETO DO CONTRATO: CREDENCIAMENTO de Clínica(s) Veterinária(s) e/ou Hospital(is) Veterinário(s) CLINICA VETERINÁRIA SOS LTDA para a execução do Projeto de Castração (orquiectomia, ovariossalpingo-histerectomia- OSH e microchipagem) em caninos e felinos, de ambos os sexos, demanda está de interesse público, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Defesa Animal), nos termos e nas condições estabelecidas no edital de chamamento público n° 001/2024.
CONTRATADA: CLINICA MEDICA VETERINARIA S O S LTDA – CNPJ nº 38.615.273/0001-13.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Defesa Animal - Secretaria Municipal de Meio Ambiente; o prazo de vigência a que se refere à Cláusula 2ª do Termo de Contrato n.º 1/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar em 27/03/2026 e a terminar em 26/03/2027.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 106 e 107, da Lei Federal n.º 14.133/21 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 25 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:700847E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026
(UASG 987937)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do CMEI Sagrada Família de Nazaré II – Creche Tipo 2, no bairro Sagrada Família, conforme TERMO DE COMPROMISSO Nº 979309/2025/FNDE/CAIXA, Memorial Descritivo, Projetos, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e demais condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço.

FORMA DE EXECUÇÃO: Empreitada Por Preço Global.

MODO DE DISPUTA: "Aberto e Fechado"

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 22/04/2026 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a).

VALOR TOTAL ESTIMADO NA LICITAÇÃO: R$ 4.177.031,32 (Quatro milhões cento e setenta e sete mil trinta e um reais e trinta e dois centavos).

Outras informações podem ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, 4º Andar, Bairro Centro – União da Vitória/PR, Telefone (42) 3521-1238 (42) 3521-1200.

E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br – *Link*: "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA".
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal *(www.gov.br/compras),* por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória/PR, 31 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:E4CE63E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 153/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **INES TEREZINHA DOS SANTOS**, portadora do RG nº 4.930.943-0 PR e CPF nº 906.644.189-53, para exercer o cargo de **COORDENADORA DE MANUTENÇÃO**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, **a partir de 01 de abril de 2026.**

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 31 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:1003DB82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 154/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica revogado o **DECRETO Nº 285/2025**, que nomeou o Senhor **CLEDIO LUIZ FIORI MACHADO**, para responder interinamente, sem ônus, pelo cargo de **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 31 de março de 2026.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
União da Vitória, 31 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:BE28426D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DEMOSNTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS IMAS

MUNICIPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR		Exercício de 2025
INSTITUTO MUN. DE ASSIST. SERV. UNIAO DA VITORIA		Mês: 12
Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15		
ENTIDADE(S): INSTITUTO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SERV. UNIÃO DA VITÓRIA-IMAS		
	Exercício atual	**Exercício anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**13.880.967,14**	**12.294.015,46**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.597.912,33	1.754.247,54
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.597.912,33	1.754.247,54
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.283.054,81	10.539.767,92
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.283.054,81	10.539.767,92
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**11.327.031,69**	**10.102.990,99**
PESSOAL E ENCARGOS	123.817,47	161.069,17
ENCARGOS PATRONAIS	123.817,47	161.069,17
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	11.091.905,71	9.774.057,40
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	15.741,22	11.922,02
SERVIÇOS	11.076.164,49	9.762.135,38
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	111.308,51	167.864,42
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	111.308,51	167.864,42
Resultado Patrimonial do Período	**2.553.935,45**	**2.191.024,47**
Nota(s) Explicativa(s):		
FRANCISCO OSMAIR SONEGO	***LUIS RENATO CARVALHO PINTO***	***TATIANE DE FÁTIMA STACECHEN***
Técnico em Contabil	Controle Interno	Presidente

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:BD079B62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 198/2026

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2022

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados CANDIDATOS APROVADOS para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2022, e conforme PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 01 A 08 DE ABRIL DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

11° Chamada
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Colocação	Candidato(a)
13º	ELIANE MARIA KADANAS STOKOLOSA

16° Chamada
Cargo: PSICÓLOGO I

Colocação	Candidato(a)
17º	ANA CLAUDIA KUCHLER

Conforme Edital 002/2022, Item 10.15 – não assumindo a vaga e não havendo requerimento citado no item 10.14 o candidato será eliminado do concurso público.

Documentação Necessária

01 foto 3X4
Carteira de Trabalho

Fotocópias

Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 31 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:07F79B7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 01/2026 – CMDPD

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de União da Vitória – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.882/2010,
Considerando o repasse de recursos financeiros na modalidade fundo a fundo, denominado Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no valor total de R$ 68.493,15(sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos).
Considerando que parte do recurso foi utilizada no exercício de 2025;
Considerando que o saldo remanescente em 31/12/2025 perfaz o montante de R$ 36.278,95 (trinta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos);
Considerando a deliberação em Reunião Extraordinária realizada em 31 de março de 2026, conforme Ata nº 01/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas referente à execução dos recursos do Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no exercício de 2025.
Art. 2º Aprovar a justificativa apresentada para a manutenção do saldo remanescente superior a 30% do valor total repassado.
Art. 3º Aprovar a reprogramação do saldo remanescente no valor de R$ 36.278,95 para execução no exercício de 2026.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória/PR, 31 de março de 2026.

GRACE KELY MALAT
Presidente CMDPD

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:B7D19ACE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO DISPENSA 10

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
O MUNICIPÍO VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar a Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de decoração, com fornecimento de materiais equipamentos e itens necessários, destinados á realização de evento alusivo aos Dez anos da Família acolhedora. .

JUSTIFICATIVA: A contratação se justifica pela necessidade de suprir a demanda da secretaria de Desenvolvimento Social, e os serviços serão prestados no Centro de Convivência do Idoso.

DESCRIÇÃO:
"Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de decoração, com fornecimento de materiais equipamentos e itens necessários, destinados á realização de evento alusivo aos Dez anos da Família acolhedora.". Quantidade de publico estimado 200 pessoas."

Lote:			**PTL:**	**R$** 7.333,58	
Item	**Especificação**	**Und.**	**Qtd.**	**PUMáx**	**PTMáx**
1	Decoração conforme termo de referencia	Ser	1	7.333,58	7.333,58

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 05 (cinco) dias úteis, iniciando-se às 18:00h do dia 31/03/2026 e encerrando-se às 10:00 h do dia 09/04/2026, oportunidade em que a Administração escolherá a proposta pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO;

Os interessados em apresentarem propostas, entrar em contato com o Agente de Contratação do município, ou através dos e-mails:licita@vitorino.pr.gov.br , compras@vitorino.pr.gov.br ;

Após celebração do contrato ou instrumento equivalente, o mesmo será divulgado no Diário Oficial , bem como no sítio eletrônico oficial do Município.

O valor estimado para a contratação é de R$ 7.333,58 **(sete mil, trezentos e trinta e três reais, cinquenta e oito centavos**)

FERNANDO SINHORINI
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:02C06E2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6152, DE 30 DE MARÇO DE 2026

Decreto 6152, de 30 de março de 2026

Súmula: Decreta ponto facultativo.

Marciano Vottri, Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o feriado nacional da Sexta-Feira Santa no próximo dia 03 de abril de 2026 (sexta-feira),
Resolve:

Art. 1º. Decretar ponto facultativo no dia 02 de abril (quinta-feira), em todas as repartições públicas municipais.
Parágrafo único - Excetua-se deste artigo a Secretaria Municipal de Saúde que exercerá suas atividades em regime de plantão.
Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, 30 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:56A2D49A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 129, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Portaria 129, de 31 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º. Lotar o servidor Delmir Carlos Bueno, CPF/MF 074.095.xxx-xx, matrícula 115548, ocupante do cargo público de Motorista, na Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:B8C3FD34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 130, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Portaria 130, de 31 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º. Lotar o servidor Claudinei Maceno Pereira, CPF/MF 033.882.xxx-xx, matrícula 115241, ocupante do cargo público de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer;

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:4D03B62B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 131, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Portaria 131, de 31 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 1 (uma) diária para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 89/2026, protocolo n. º 2391/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 27 de março de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:33BDBC32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 132, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Portaria 132, de 31 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 1 (uma) diária para o servidor Vanderley Dimas Martinello – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 90/2026, protocolo n. º 2392/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Curitiba/PR, no dia 27 de março de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:8E9F75E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 133, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Portaria 133, de 31 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 1 (uma) diária para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 91/2026, protocolo n. º 2458/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 31 de março de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:C3241E5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
AUXÍLIO TRANSPORTE DE ALUNOS DE TERCEIRO GRAU E CURSO TÉCNICO RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DOS CADASTROS REF. EDITAL 01/2026

O Secretario Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, Valmir Martinello, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto pela Lei nº 2148/2025 que "concede auxílio-transporte a estudantes de Ensino Superior de Graduação e Cursos Técnicos de nível médio presenciais e semipresenciais, de baixa renda que se deslocarem diariamente do Município de Vitorino, e de acordo com o contido no EDITAL nº 01/2026**TORNA PÚBLICO**a desclassificação dos alunos relacionados abaixo, sendo assim suas inscrições INDEFERIDAS.

Thaila Aparecida de Cândido	RG7.489.390

Secretaria Municipal de Educação, em 30 de março de 2026.

VALMIR MARTINELLO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer
Dec. Nº 5.725/2025

Publicado por:
Daniele Giacomet
Código Identificador:0FC864B1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 346-2026 - LOTAÇÃO SERVIDORES SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 346/2026

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e o Decreto 090/2018, de 21 de março de 2018, visto os resultados finais do Processo Seletivo Público Simplificado, realizado de acordo com Edital de Abertura nº 101/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Lotar os servidores abaixo relacionados, conforme segue:

Matrícula	Nome do servidor	Cargo	Local	Período	A partir de:
3705-3	Diana Masiero	Professor Temporário	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/E.M. Ilto de Oliveira Silverio	Matutino	17/02/2025
3712-8	Cleunice Mello das Neves Ruthes	Professor Temporário	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/E.M. Ilto de Oliveira Silverio	Vespertino	17/02/2025
3736-8	Elenice Bombana dos Santos	Professor Temporário	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/E.M. Ilto de Oliveira Silverio	Vespertino	06/03/2025
3718-6	Luciano Lefler	Professor de Ed. Física Temporário	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/E.M. Ilto de Oliveira Silverio	Vespertino	17/02/2025
3720-1	Margarete Fatima Pigozzo	Professor Temporário	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/E.M. Ilto de Oliveira Silverio	Matutino	17/02/2025
3709-5	Nilva Terezinha Schelle	Professor Temporário	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/E.M. Ilto de Oliveira Silverio	Vespertino	17/02/2025
3761-5	Raquel Maria Fernandes	Professor Temporário	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/E.M. Ilto de Oliveira Silverio	Vespertino	06/03/2025
3708-7	Ronaldo do Amaral	Professor Temporário	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/E.M. Ilto de Oliveira Silverio	Vespertino	17/02/2025

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE CHOPINZINHO, PR, 31 DE MARÇO DE 2026.

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:9DB69AE7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 16/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 16/2026 de 10/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 63.539,49 (sessenta e três mil quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
451 - 3.3.90.39.00.00	35494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	
06.001.08.122.0008.2.020.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
450 - 3.3.90.30.00.00	33934	MATERIAL DE CONSUMO	1.182,00
449 - 3.3.90.30.00.00	333936	MATERIAL DE CONSUMO	248,08
06.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
06.003.08.243.0008.6.049.		Manutenção e Encargos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - ECA	
447 - 4.4.90.52.00.00	32879	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.953,14
06.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
06.004.08.241.0008.2.089.		Manutenção do Fundo Municipal do Idoso - FUMAPI	
448 - 3.3.90.30.00.00	3900	MATERIAL DE CONSUMO	271,62

438 - 3.3.90.39.00.00	3900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	884,65
		Total Suplementação:	**63.539,49**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 10 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:563435A8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2225

DECRETO Nº 2225/2026

SÚMULA: Aprova o regulamento geral da competição de Futebol Suíço Edição-2026, do Município de Enéas Marques e dá outras providências.

EDSON LUPATINI Prefeito do Município de Enéas Marques Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e em conformidade com o art. 71, inciso I, alínea "g" da Lei Orgânica do Município de Enéas Marques;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 1°. Fica criado o regulamento específico para o Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026, nas modalidades de Força Livre Masculino e Feminino, e Veteranos.

Art. 2°. Os objetivos do Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026 são:

Congregar as comunidades urbanas e rurais, propiciando o estímulo recíproco, a vivência e reflexo sobre os aspectos positivos do esporte, contribuindo para situar o município como centro desportivo e formativo cultural.
Propiciar o desenvolvimento integral do cidadão eneasmarquense como ser social, autônomo, democrático e participativo, contribuindo para o pleno exercício da cidadania.
Desenvolver a prática e aprimoramento dos fundamentos táticos e técnicos da modalidade.
Oportunizar as famílias do município a participarem de eventos esportivos realizados pela Divisão de Esporte.
Oportunizar aos atletas das categorias, experiências diversas através da competição.
Estimular a prática esportiva com fins de lazer, recreação e entretenimento social.

Art. 3°. O Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026, destina-se para todo e qualquer cidadão que possua vínculo eleitoral com o município (votante no município), e um atleta por equipe com domicilio eleitoral em outro município, conforme elencados no Capitulo IV, e as normas contidas neste regulamento, com suas especificidades, de acordo com categoria/sexo. Sendo vetada a inscrição de atletas que estejam cumprindo suspensão.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 4°. Este regulamento é o conjunto das disposições que rege a competição em vigor no município de Enéas Marques-PR.

Parágrafo primeiro: O Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026 será regido pelas regras oficiais do Futebol Suíço, e as normas contidas nesse regulamento geral.

Parágrafo segundo: É de competência da Divisão de Esporte, através de seus representantes e órgãos legais, fazer cumprir este regulamento e resolver todos e quaisquer casos omissos que por ventura acontecer durante o andamento da competição em vigor.

Parágrafo terceiro: É de inteira responsabilidade e interesse de cada responsável registrado em ficha de inscrição pela equipe, em retirar com a Divisão de Esporte, o Regulamento Geral do Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026, no momento em que achar conveniente.

Art. 5°. Faltas:
Todas as faltas cometidas dentro do campo de jogo serão cobradas pelo adversário com um tiro livre direto, ou seja, poderá ser marcado o gol diretamente da cobrança.
Quando a falta acontecer dentro da área defensiva, o time que está atacando terá um pênalti a seu favor.
Todas as demais faltas serão cobradas do local onde aconteceu a falta com direito a formação de barreira.
Distância da barreira é de 5 (cinco) metros, em relação a bola.

Cada equipe poderá cometer até 07 (sete) faltas, em cada período de jogo com direito a formação de barreira.
A partir da 08ª (oitava) falta, as cobranças começam a ser através de um tiro livre direto, sem direito a formação da barreira pelo adversário.
Os tiros livres diretos sem formação de barreira, serão cobrados a uma distância de 15 metros da linha do gol.
As faltas ocorridas a frente da linha de 15 metros poderão ficar a critério do batedor, a bola pode ficar posicionada onde ocorreu a falta ou posicionar na linha dos 15 metros.
Por ocasião da cobrança de um tiro livre direto, sem formação de barreira todos os atletas com exceção do batedor e do goleiro defensor, deverão ficar atrás da linha de 15 metros duramente a cobrança, ou da linha da falta, caso o batedor escolher bater do local onde a falta ocorreu.

Art. 6°. Laterais e escanteio: Os laterais sempre serão cobrados com as mãos, sendo que o atleta que for executar a cobrança não poderá estar com os pés totalmente dentro do campo, sendo permitido tocar a linha lateral ou ficar totalmente fora do campo, sendo que o gol diretamente da cobrança de um lateral, sem tocar em ninguém não será válido. Os escanteios sempre serão cobrados com os pés, podendo ser marcado o gol de forma direta sem encostar em ninguém.

Art. 7°. Goleiro:
Não pode pegar com as mãos a bola vindo direto de uma cobrança de lateral executada por seu companheiro.
Não pode pegar com a mão uma bola recuada intencionalmente, por um companheiro.
Não pode dar balão ou ‘‘bate pronto’ ’quando a bola estiver em suas mãos.
Após soltar a bola no chão, não pode voltar a pegar a bola com as mãos.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

Art. 8°. A organização, coordenação e supervisão do Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026, caberá a Divisão de Esporte.

CÁPITULO IV
DA DOCUMENTAÇÃO/INSCRIÇÃO

Art. 9°. No Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026, cada equipe pode fazer a inscrição de 15 atletas, 1 técnico, 1 auxiliar técnico. O técnico e o auxiliar necessitam do domicílio eleitoral vigente no Município de Enéas Marques-PR, com a data até o início da competição.

Parágrafo primeiro: No Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026 na modalidade força livre masculino e feminino, cada equipe poderá inscrever 15 atletas, sendo no mínimo 14 atletas com domicilio eleitoral vigente neste Município, com data que anteceda o início da competição, se a equipe optar pode fazer a inscrição de 1 atleta maior de 18 anos com domicilio eleitoral em outro município.

Parágrafo segundo: No Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026 na modalidade veterano, a equipe poderá inscrever 1 técnico, 1 auxiliar técnico, 15 atletas com idade mínima de 40 anos nascidos até 31-12-1986 (se a equipe optar pode estar fazendo a inscrição de um goleiro com idade mínima de 35 anos, nascido até 31-12-1991), os atletas deverão ter seu domicilio eleitoral vigente no Município de Enéas Marques-PR, com data que anteceda o início da competição.

Parágrafo terceiro: Quando se fala em domicilio eleitoral vigente no município de Enéas Marques tem que estar vigente antes do início da competição, até o termino da competição.

Parágrafo quarto: Quando tratar-se de atleta menor de idade (menor de 18 anos), que ainda não possui título de eleitor**,** o documento para comprovar e participar do campeonato, será o título de eleitor do pai, mãe ou responsável legal perante a justiça conforme **Art. 9° Parágrafo primeiro,** mais a cédula de identidade do atleta, e uma autorização assinada pelo seu responsável legal perante a justiça.

Parágrafo quinto: Todo atleta deverá apresentar documento com foto (identidade, carteira de trabalho, passaporte, carteira de motorista) e título de eleitor sempre que for solicitado pela organização e/ou equipe de arbitragem.

Art. 10°. Para inscrever a equipe, o responsável deverá retirar a ficha de inscrição com a Divisão de Esporte ou por meio eletrônico.

Parágrafo primeiro: As fichas de inscrições devem ser entregues digitalizadas em arquivo Microsoft Word/PDF e ou encaminhar por **WhatsApp no número 46-98400-3520** com todos os dados preenchidos conforme solicitado na data de 20 abril de 2026 até às 17h. Caso faltem dados pessoais de atletas e/ou dirigentes na ficha de inscrição, os mesmos não serão relacionados na súmula de jogo.

Parágrafo segundo: Não será necessário os atletas e dirigentes assinarem a ficha de inscrição até o primeiro jogo de sua equipe.

Parágrafo terceiro: As postagens das informações sobre o andamento do campeonato serão publicadas nas mídias sociais do município de Enéas Marques através da página no Facebook https://www.facebook.com/prefeituraeneasmarques Instagram https://instagram.com/prefeituraeneasmarques?igshid=YmM0MjE2YWMzOA
e/ou em grupo de WhatsApp com os dirigentes esportivos, mural no Ginásio de Esportes Bonettão e **WhatsApp (46-98400-3520)**.

Parágrafo quarto: Ao ser feita a inscrição, o atleta autoriza o uso de imagem de todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) Home Page, (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, entre outros).

Art. 11°. Somente serão aceitas inscrições de equipes com nomes que não venham a denegrir a imagem do Campeonato.

Art. 12°. As inscrições das equipes, atletas e dirigentes, poderão ser feitas até dia **20 de abril de 2026** até às 17h, diretamente com a Divisão de Esporte junto ao Ginásio de Esportes Bonettão ou por mídias sociais, **WhatsApp 46 98400-3520**.

Parágrafo único: Após a data limite das inscrições, não serão mais aceitas inscrições de equipes ou substituição de atletas e dirigentes, embora não tenham completado o número de vagas existentes na ficha de inscrição, (15 atletas-1 técnico-1 auxiliar técnico).

Art. 13°. A confirmação da inscrição de atletas ou dirigentes não depende de assinatura na ficha de inscrição, entende-se que após os dados anotados na ficha, ele autoriza e declara estar apto a jogar pela equipe denominada.

Parágrafo primeiro: Havendo duplicidade na inscrição, conforme ficha apresentada, considera-se a ficha assinada, ou para a equipe que o atleta denominado fez seu primeiro jogo.

Parágrafo segundo: O atleta que compor uma equipe de Futebol Suíço na categoria Força Livre Masculino, pode jogar em categorias diferentes (veteranos) desde que a idade seja correspondente, conforme Art. 9° Parágrafo segundo**.**

CAPITULO V
DAS OBRIGAÇÕES DAS EQUIPES E DIRIGENTES

Art. 14°. É de total responsabilidade da pessoa designada como responsável pela equipe digitalizar corretamente a ficha de inscrição e entregar na data e horário determinados pela comissão organizadora da competição, bem como responsabilizar-se por todos os dados pessoais informados.

Art. 15°. É de competência do responsável e ou dirigente da equipe nominada apresentar a equipe para os jogos em horários e datas marcados e devidamente uniformizados, (camisetas de manga curta ou longa, calção, meias cano longo, chuteira de futebol suíço, (caneleira não é obrigatório). No caso de camisetas, calções e meia cano longo deve ser obrigatório o padrão de cores em todos os jogadores, exemplo: meia cano longo azul todos devem ter essa cor (exceto o goleiro) calção branco todos da mesma cor, camisa amarela todos com a mesma cor (exceto o goleiro) a numeração das camisetas pode ser somente nas costas não deve coincidir com mais de um jogador da mesma equipe. O uniforme do goleiro deve ser de cor diferente dos demais atletas. Camisetas térmicas podem ser utilizadas por baixo da camiseta de jogo desde que todos da equipe utilizarem a mesma cor.

Art. 16°. Caso as cores dos uniformes sejam parecidas ou idênticas, para o jogo em disputa, se as equipes não entrarem em acordo de troca de uniformes, a equipe de arbitragem fará o sorteio, a equipe que perder o referido deverá realizar a troca. A equipe perdedora do sorteio terá 15 minutos para realizar a troca de uniforme, ou utilizar colete.

Art. 17°. A inscrição das equipes no campeonato, é considerada uma evidência de que todos os atletas e dirigentes, conhecem as regras estabelecidas pela organização, assim, bem como o regulamento geral da competição e normas complementares.

Art. 18°. Os dirigentes e atletas responsabilizam-se pela documentação de identificação (identidade, carteira de motorista, carteira de trabalho, passaporte) de dirigentes e atletas nominados em súmula de jogo, sempre que solicitado pela organização e ou equipe de arbitragem.

Parágrafo único: Atletas inscritos como jogadores por uma equipe, não poderão atuar como técnico ou auxiliar para outra equipe da mesma categoria. Somente em categorias diferentes. O atleta pode ser inscrito como jogador e técnico de sua equipe desde que não ultrapasse o número máximo de atletas conforme Art.9º, e os cartões são acumulativos como pessoa física, na categoria a qual está inscrito.

CAPITULO VI
DA MODALIDADE, NÚMERO DE ATLETAS DURAÇÃO DA PARTIDA

Art.19°. O Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026 será disputado na Categoria Força Livre Masculino e Feminino, Veterano, com inscrições de 15 atletas conforme Art.9º.

Parágrafo primeiro: As equipes poderão relacionar para seus jogos até 15 (quinze) atletas, 7 (sete) jogadores titulares, poderá ficar no banco de reserva o número máximo de 8 (oito) atletas, mais o técnico, e o auxiliar. Será permitida a participação do atleta na partida a qualquer tempo desde que o mesmo esteja devidamente inscrito, com seu nome na sumula de jogo ou que não esteja cumprindo suspenção.

Parágrafo segundo: Os jogos terão a duração de 50 (cinquenta) minutos, dividido em 02 (dois) tempos de 25 (vinte e cinco) minutos, com 10 (dez) minutos de intervalo,1 (um) pedido de tempo para cada equipe, e em cada tempo o cronômetro com o tempo de jogo somente será paralisado quando algum atleta ou dirigente necessitar de atendimento médico, ou se o arbitro achar necessário, o número de substituições durante o andamento do jogo é ilimitado desde que seja na zona de substituição ou com autorização do árbitro em casos específicos. Na fase de mata-mata se manter o empate no tempo regulamentar de jogo, a partida será decidida na cobrança de pênalti. As equipes serão igualadas pelo menor número de atletas. Ambas as equipes terão uma série de 5 pênaltis. Com cobranças alternadas por atletas diferentes, persistindo o empate, cada equipe terá cobrança alternada de 01 (um) pênalti até que haja um vencedor, não podendo repetir jogadores, caso continue se reinicia as cobranças alternadas até que se defina um vencedor.

Parágrafo terceiro: A equipe que estiver reduzida a menos de 05 (cinco) jogadores será considerada perdedora pelo placar de 03 x 00, se na ocasião estiver vencendo o jogo, ou se o jogo estiver empatado. Caso a equipe estiver perdendo, será mantido as anotações da súmula e o resultado do placar no momento do encerramento da partida, podendo ainda haver julgamento da equipe que deu causa do término da partida. E quando ambas as equipes ficarem reduzidas a menos de 05 (cinco) jogadores seja por qualquer motivo e ainda não transcorreu 75% do tempo de jogo, a partida deverá ser encerrada e nenhuma equipe somará pontos, sendo anulados todos os gols até então marcados. Caso já tenha transcorrido 75% de tempo de jogo, será mantido o placar e todas as anotações da súmula.

Parágrafo quarto: É permitida a participação no Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026 nas categorias de base, os alunos que estejam devidamente matriculados e frequentando regularmente os treinamentos promovidos pela Divisão de Esporte.

CAPITULO VII
ARBITRAL E CONGRESSO TÉCNICO

Art. 20°. Cada equipe deve indicar um representante para o arbitral e congresso técnico que será designado pela Divisão de Esporte com dia, horário e local, através de convite, em meio de comunicação oficial do município, através da página no Facebook https://www.facebook.com/prefeituraeneasmarques Instagram https://instagram.com/prefeituraeneasmarques?igshid=YmM0MjE2YWMzOA, com dirigentes esportivos, mural no Ginásio de Esportes Bonettão e **WhatsApp 46 98400-3520.**

Parágrafo primeiro: Conforme as assinaturas de presença da ata de reuniões do arbitral e congresso técnico, implicará na impossibilidade da equipe ou representante, requerer impugnação de qualquer das decisões adotadas, exceto no caso de violação legal.

CAPITULO VIII
DAS TAXAS E RECEITAS

Art. 21°. Não será cobrado taxa de inscrição para participação no Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026.
Parágrafo primeiro: Os atletas e ou dirigentes que possuírem débitos com o Município de Enéas Marques, deverão quitá-los para poder participar da competição.
Parágrafo segundo: Todo atleta ou dirigente que receber 1 (um) cartão amarelo deve pagar 2 (dois) quilogramas de alimentos não perecíveis (arroz, feijão, açúcar, macarrão, óleo de soja, leite integral, farinha de trigo) em prazo de validade.
Parágrafo terceiro: Todo atleta ou dirigente que receber 1 (um) cartão vermelho deve pagar 5 (cinco) quilogramas de alimentos não perecíveis (arroz, feijão, açúcar, macarrão, óleo de soja, leite integral, farinha de trigo) em prazo de validade.
Parágrafo quarto: Os atletas e dirigentes das equipes que obtiverem punições conforme os parágrafos segundo e terceiro do Art. 21°, deverão quitar antes do seu próximo jogo o seu débito com alimentos, que pode ser feito junto a Divisão de Esporte de segunda a sexta-feira em horário comercial ou no dia do jogo com uma hora de antecedência, mediante recibo. O não pagamento impede a participação do atleta na partida do jogo.

Parágrafo quinto: Todo alimento arrecadado com as punições de cartões será destinado às Escolas Municipais de Enéas Marques.

CAPITULO VIX
DOS LOCAIS, HORÁRIOS E DATAS DAS PARTIDAS

Art. 22°. Todos os jogos serão realizados em campo de suíço, de comunidades e particulares que fizerem times nesse campeonato, ou que dirigentes pediram mando de campo. O local deve oferecer banheiros, boas condições de campo e de segurança para os atletas e torcedores. O campo uma vez comprovado que não apresenta condições de jogo e segurança, será excluído as rodadas no mesmo.

Parágrafo único: É de responsabilidade do responsável do campo fazer a marcação, aparar o gramado antes dos jogos**,** providenciar banco de reserva, zelar pela segurança do local, disponibilizar no mínimo 2 gandulas para repor as bolas, ceder água para a arbitragem e policiamento ou segurança. Às quartas de finais, semifinais e finais será nos campos: Recanto do Tonho, Clube de Campo Águas do Jaracatiá, ASPEM, Vassourão, e a ordem será decidida através de sorteio dos mesmos.

Art. 23°. A tabela da programação com os horários e datas dos jogos será fixada no mural do Ginásio de Esportes Bonettão, em mídias sociais do Município de Enéas Marques Facebook https://www.facebook.com/prefeituraeneasmarques Instagram https://instagram.com/prefeituraeneasmarques?igshid=YmM0MjE2YWMzOA, e/ou em grupo de WhatsApp com os dirigentes esportivos.

Art. 24°. As equipes devem apresentar-se no local das partidas com tolerância de até 15 minutos. Essa tolerância será permitida somente para o primeiro jogo da rodada.

Art. 25°. Qualquer partida, em virtude de mau tempo ou, por motivo de força maior, poderá ser adiada pelo árbitro ou pela organização do evento, dando ciência da sua decisão aos representantes das equipes.

Art. 26°. Para transferir um jogo, o dirigente e ou responsável terá o prazo de até 72 (setenta e duas) horas antes do jogo para protocolar o pedido. No protocolo devem constar os motivos que o levou a exigir a transferência do mesmo. Ficará a cargo da organização apreciar o pedido deferindo ou não a solicitação.

CAPITULO X
DO SISTEMA GERAL E CLASSIFICAÇÃO

Art. 27°. O sistema geral e classificação na competição seguirão os seguintes critérios durante a primeira fase.

A. Equipe com maior pontuação na fase;
B. Confronto direto (somente entre duas equipes empatadas);
C. Equipe com maior número de vitórias na fase;
D. Menor número de gols sofrido na fase;
E. Maior número de gols feitos na fase;
F. Saldo de gols entre as equipes empatadas;
G. Menor número de cartões vermelhos em toda fase;
H. Menor número de cartões amarelos em toda fase;
I. Sorteio.

Art. 28°. O sistema de pontuação para classificação no grupo será:

03 pontos para a vitória;
01 ponto para o empate;
00 ponto para derrota.

Art. 29°. Os jogos serão disputados em chaves, onde jogam todas as equipes entre si em turno único dentro de seu grupo. A partir da segunda fase, segue-se o sistema de eliminatória simples em uma única partida, conforme decidido em congresso técnico.

Art. 30°. Os cruzamentos para as quartas de final, seminal e final, quando for por índice técnico será utilizado grupos com números diferentes de equipes, conforme decidido no congresso técnico:

Classificação por CT (Critério Técnico):

Quando o nº de equipes em todos os grupos for igual, a equipe que obtiver a maior somatória de pontos (vitória/empate/derrota) será a classificada. Permanecendo o empate ou se o nº de equipes em pelo menos um dos grupos for diferente serão utilizados os seguintes critérios:

a.1) Média de pontos *average* (nº de pontos divididos pelo nº de Jogos). Classifica-se o maior coeficiente;

a.2) Média de gols *average* (nº de gols recebidos divididos pelo nº de gols feitos, divididos pelo nº de jogos efetuados na fase). Classifica-se o menor coeficiente;

a.3) Média de gols pró (nº de gols feitos divididos pelo nº de jogos efetuados na fase). Classifica-se o maior coeficiente;

a.4) Média de gols contra (nº de gols recebidos divididos pelo nº de jogos efetuados na fase. Classifica-se o menor coeficiente).

CAPITULO XI
DAS PENALIDADES E RECURSOS

Art. 31°. Havendo qualquer irregularidade, infração, omissão ou ato de indisciplina por parte dos atletas, representantes, dirigentes ou equipes, será aplicado punições previstas neste regulamento e no Código de Organização de Justiça e Disciplina Desportiva vigente no município.

Art. 32°. O árbitro da partida poderá após qualquer incidente descrever o acontecido em relatório que será anexado à súmula de jogo e encaminhada para a Divisão de Esporte dentro do prazo de 2 dias úteis, após o término do jogo, para análise e procedimentos cabíveis pela Comissão Organizadora e Comissão de Ética e Disciplina Desportiva.

Art. 33°. A equipe que desistir e ou não comparecer para a disputa de jogo oficialmente programada, ou comparecer fora do prazo regulamentar da tabela de jogos ou sem condições materiais exigidas pelas regras especificas da respectiva modalidade para atuação, será considerada perdedora por w x o, revertendo os 3 pontos à equipe adversária, a qual será declarada vencedora da partida pelo placar de 1 x 0.

Parágrafo primeiro: Em caso de w x o, a equipe será automaticamente eliminada da competição, e o (s) atleta (s) e dirigentes inscritos que não comparecerem serão suspensos de todos os jogos independente da categoria que está participando. O atleta ou dirigente não será suspenso por motivos de saúde (atestado médico) ou por estar cumprindo suspensão por cartão.

Parágrafo segundo: Os atletas e dirigentes que não apresentarem justificativa conforme **Art.33°** em seu Parágrafo primeiro, será suspenso automaticamente por 1 ano (365 dias) de todas as competições promovidas pela Divisão de Esporte**.**

Parágrafo terceiro: Caso alguma equipe for eliminada, todos os resultados que envolve a equipe eliminada serão revertidos a favor da equipe adversária pelo placar de 1 x 0, tanto nos jogos realizados como nos jogos a serem realizados, mantendo os cartões amarelos e vermelhos já aplicados e gols para fins de artilheiros já convertidos.

Art. 34°. A equipe que atuar com atleta e ou dirigente irregular durante o decorrer do campeonato e uma vez comprovada a irregularidade, será eliminada da competição automaticamente, e os envolvidos se necessário, sendo julgados posteriormente pelo Código de Organização de Justiça e Disciplina Desportiva vigente no município.

Parágrafo primeiro: Todo atleta e ou membro da equipe, que for relatado em súmula, ou apurados fatos concretos, que fez ameaças físicas ou contra a vida do próximo, se envolveu em brigas, agressão física com atletas, árbitros, membros da comissão organizadora, depredações do patrimônio público, o mesmo será suspenso automaticamente por 1 um ano (365 dias) de todas as atividades organizadas pela Divisão de Esporte. Ofensas morais, verbais ou qualquer atitude antidesportiva que venha denegrir a imagem do campeonato, será eliminado do campeonato automaticamente.

Parágrafo segundo: Só será permitida a presença em campo de jogo, atletas relacionados em súmula de jogo, e que não estejam cumprindo suspenção, e será permitida a presença em campo dos organizadores do Campeonato.

Parágrafo terceiro: É expressamente proibido qualquer membro da equipe permanecer no banco de reservas em cumprimento de suspenção, ou de chinelo de dedo, bem como fazer o uso de bebidas alcoólicas (ou estar embriagado) e fazer uso de qualquer tipo de cigarros.

Art. 35°. Toda a equipe, atleta ou dirigente que se sentir prejudicado, pode entrar com recurso através de ofício/petição, dirigido à Comissão Organizadora no prazo de até 1 dia útil, após o fato ocorrido. O recurso terá uma taxa de R$ 100,00 (cem) reais como caução, que deverá ser recolhida junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização ou na Divisão de Registro, Liquidação e Pronto Pagamento deste município, posteriormente ao pagamento deverá ser apresentado o comprovante do mesmo juntamente com o protocolo de recurso. Em caso de ganho de causa o valor depositado será devolvido ao requerente, caso contrário ficará nos cofres públicos. Sem prova, e sem o recolhimento da taxa, ou fora do prazo legal não será aceito a denúncia.

Parágrafo primeiro: Caberá ao denunciado, apresentar provas de defesa dentro de 48 horas (quarenta e oito) após notificação do ocorrido a partir do primeiro dia util. Havendo a confirmação do ocorrido e o mesmo tendo causado ônus para a competição, o responsável direto pela equipe terá que sanar todas as despesas em questão.

Parágrafo segundo: Quanto à organização das penalidades, serão aplicadas as penas já contidas neste regulamento e do Código de Justiça Disciplinar Desportiva de Enéas Marques, conforme a gravidade das infrações e irregularidades cometidas pelos infratores.

Art. 36°. O controle dos cartões amarelos e vermelhos serão de inteira responsabilidade dos dirigentes e atletas das equipes.

Art. 37°. Estará automaticamente suspenso da partida subsequente o atleta, técnico ou auxiliar técnico que receber 3 cartões amarelos, consecutivos ou no decorrer do campeonato.

Art. 38°. A contagem de cartões, para fins de aplicação de suspensão automática, será feita separadamente e por tipologia de cartões. O cartão vermelho não anulará o cartão amarelo já recebido na mesma ou em outra partida da competição, ainda que decorrente da aplicação do segundo cartão amarelo.

Art. 39°. Se o mesmo atleta, em determinado momento da competição, acumular 3 (três) cartões amarelos e mais 1 (um) cartão vermelho, este cumprirá automaticamente a suspensão por 2 (duas) partidas. Sendo uma partida pelo vermelho e outra partida pelos 3 amarelos.

Parágrafo primeiro: A equipe que tiver o atleta expulso durante o andamento da partida, poderá recompor sua equipe com outro atleta após o transcorrido de 03 (três) minutos de jogo, com a bola fora de jogo, ou com autorização da arbitragem.

Art. 40°. Não se aplicam o disposto neste artigo, se antes da partida subsequente a pessoa física for absolvida pelo órgão competente, desde que constate o não cumprimento da suspensão automática no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, nos termos da legislação desportiva vigente.

Parágrafo primeiro: O não cumprimento da suspensão automática conforme artigos 37°, 38°**,** ou por cartão vermelho direto, a equipe perderá os pontos da partida, e o atleta receberá a punição automática de 3 jogos consecutivos.

Parágrafo segundo: Os cartões não serão zerados de uma fase para outra.

Art. 41°. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por partida subsequente ou corrente na mesma competição/evento e no ano específico correspondente.

Parágrafo único*:* São passíveis de punição todos aqueles que direta ou indiretamente ligados à competição forem relatados, provocando distúrbios ou tentando desvirtuar as finalidades da competição, apresentando protestos improcedentes ou críticas difamatórias dentro ou fora do campo de jogo.

CAPITULO XII
DA FORMA DE DESEMPATE

Art. 42° Nos jogos das fases eliminatórias (mata - mata), se houver empate em saldo de gols, no tempo regulamentar de jogo, aplica-se o seguinte:

Parágrafo único: A partida será decidida na cobrança de pênalti e as equipes serão igualadas pelo menor número de atletas, ambas as equipes terão uma série de 5 pênaltis. Com cobrança alternada por atletas diferentes, persistindo o empate, cada equipe terá cobrança alternada de 01 (um) pênalti até que haja um vencedor, não podendo repetir jogadores, caso continue se reinicia as cobranças alternadas até que se defina um vencedor.

CAPITULO XIII
DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO JULGADORA

Art. 43°. É da competência da Comissão Julgadora, apreciar protestos interpostos pelos participantes da competição promovida pelo município.

Parágrafo único: A comissão de ética, não acatará protestos após um dia útil dos fatos e contra o regulamento da competição.

Art. 44°. A Comissão Julgadora será constituída por membros escolhidos pela Administração dentre o munícipio de Enéas Marques-PR.

Art. 45°. As equipes participantes devem ser representadas por um único atleta devidamente credenciado.

Art. 46°. As provas devem ser apresentadas por escrito, juntadas ao processo, podendo também ser ouvidas testemunhas previamente arroladas, no máximo três de cada processo.

Art. 47°. Cabendo recurso da decisão da Comissão Julgadora, o recorrente terá uma taxa de R$ 100,00 (cem) reais como caução, que deverá ser recolhida junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização e ou na Divisão de Registro, Liquidação e Pronto Pagamento deste município, posteriormente ao pagamento deverá ser apresentado o comprovante juntamente com o protocolo de recurso da tomada de decisão da Comissão. Em caso de ganho de causa o valor depositado será devolvido ao requerente, caso contrário ficará nos cofres públicos. Sem prova, e sem o recolhimento da taxa, e ou fora do prazo legal não será aceito a denúncia.

Art. 48°. Todo processo deverá ser lavrado em ata, descrevendo minuciosamente todos os trabalhos e ocorrências de cada reunião da Comissão Julgadora, que deverá ser encaminhada para a Divisão de Esporte no primeiro dia útil após a reunião. Prazo de 24 horas para recurso.

Art. 49°. Sempre que se fizer necessário, pode haver substituição a critério do presidente da Comissão de Justiça e Disciplina Desportiva.

CAPITULO XIV
DA PREMIAÇÃO

Art. 50°. A Divisão de Esporte ao término da competição premiará as equipes da seguinte forma:

CATEGORIAS	COLOCAÇÃO	PREMIAÇÃO
Força Livre Masculino e Feminino, Veterano	1 º Lugar.	01 troféu e 17 medalhas.
	2 º Lugar.	01 troféu e 17 medalhas.

Parágrafo primeiro: Haverá disputa de 1° (primeiro) e 2° (segundo) lugares, e o não comparecimento da equipe (atletas) cabe punição de 1 um ano (365 dias) sem poder participar de qualquer campeonato realizado pela Divisão de Esporte de Enéas Marques.

Parágrafo segundo: receberá o troféu de artilheiro o atleta que obter maior número de gols feitos no campeonato. RANKING GOLEIRO MENOS VAZADO será decidido utilizando sistema de menorMédia da equipe.
*Média= número de gols sofridos, dividido pelo número de jogos disputados pela equipe;

Quando houver empate na**Média**entre dois ou mais goleiros e artilheiros, o desempate, para efeito de definição da classificação final dos mesmos, ocorrerá com a aplicação dos critérios a seguir.
Maior número de vitórias da equipe.
Menor número de gols no confronto direto (GOLEIRO). Maior número de gols feitos no confronto direto (ARTILHEIRO).
c. Menor número de cartões 1º vermelho e 2º amarelo da equipe, no decorrer do campeonato.
d. Atleta com maior idade.

CAPITULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51°. Os órgãos promotores da competição não se responsabilizam por acidentes, antes, durante ou depois de qualquer atividade realizada referente ao campeonato em vigor. A aptidão física dos participantes do Campeonato Municipal de Futebol Suíço Edição-2026 será de inteira responsabilidade do próprio participante e ou seu responsável.

Art. 52°. É proibido para os dirigentes, técnicos, atletas ou qualquer pessoa vinculada à equipe, fazer o uso de bebidas alcoólicas e cigarros em vestiários de jogo e durante o jogo.

Art. 53°. A Divisão de Esporte **NÃO** tem a obrigação de fornecer bolas para aquecimento dos atletas.

Art. 54°. Na hipótese de atraso ou ausências da equipe de arbitragem ou por outros motivos, cabe a organização decidir sobre a transferência da partida ou designar um elemento capacitado para dirigi-la.

Art. 55°. Os critérios e procedimentos de julgamento serão regidos pelo Código de Justiça e Disciplina Desportiva deste município, e por este regulamento geral.

Art. 56°. Todos os casos omissos a este regulamento serão analisados, julgados e decididos, pela Divisão de Esporte de Enéas Marques, e nenhum participante pode alegar desconhecimento do referido regulamento, uma vez que foi dada ampla publicidade através dos meios eletrônicos oficiais do município de Enéas Marques.

Art. 57°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
EM 31 DE MARÇO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:C2DFACAD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.811.386,82	43.041.191,35	5.932.249,46	13,78	5.932.249,46	13,78	37.108.941,89
RECEITAS CORRENTES	41.611.386,82	41.611.402,26	5.764.749,47	13,85	5.764.749,47	13,85	35.846.652,79
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.260.824,18	1.260.824,18	286.400,43	22,72	286.400,43	22,72	974.423,75
Impostos	1.168.652,66	1.168.652,66	264.572,55	22,64	264.572,55	22,64	904.080,11
Taxas	92.171,52	92.171,52	21.827,88	23,68	21.827,88	23,68	70.343,64
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	735.657,98	735.657,98	99.455,11	13,52	99.455,11	13,52	636.202,87
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	735.657,98	735.657,98	99.455,11	13,52	99.455,11	13,52	636.202,87
RECEITA PATRIMONIAL	1.192.557,35	1.192.572,79	138.116,49	11,58	138.116,49	11,58	1.054.456,30
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.616,77	2.616,77	4.379,17	167,35	4.379,17	167,35	-1.762,40
Valores Mobiliários	1.189.940,58	1.189.956,02	133.737,32	11,24	133.737,32	11,24	1.056.218,70
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.676,42	15.676,42	0,00	0,00	0,00	0,00	15.676,42

RECEITA INDUSTRIAL	15.676,42	15.676,42	0,00	0,00	0,00	0,00	15.676,42
RECEITA DE SERVIÇOS	228.082,17	228.082,17	102.427,68	44,91	102.427,68	44,91	125.654,49
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	228.082,17	228.082,17	102.427,68	44,91	102.427,68	44,91	125.654,49
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.153.079,60	38.153.079,60	5.112.486,87	13,40	5.112.486,87	13,40	33.040.592,73
Transferências da União e de suas Entidades	27.828.476,87	27.828.476,87	3.624.494,84	13,02	3.624.494,84	13,02	24.203.982,03
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.862.975,49	4.862.975,49	800.957,55	16,47	800.957,55	16,47	4.062.017,94
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.461.627,24	5.461.627,24	687.034,48	12,58	687.034,48	12,58	4.774.592,76
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.832,70	9.832,70	25.862,89	263,03	25.862,89	263,03	-16.030,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.720,00	6.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.720,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	1.556,35	1.556,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556,35
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.556,35	1.556,35	25.862,89	.661,77	25.862,89	.661,77	-24.306,54
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00	1.429.789,09	167.499,99	11,72	167.499,99	11,72	1.262.289,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	1.429.789,09	167.499,99	11,72	167.499,99	11,72	1.262.289,10
Transferências da União e de suas Entidades	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	1.229.789,09	167.499,99	13,62	167.499,99	13,62	1.062.289,10
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	41.811.386,82	43.041.191,35	5.932.249,46	13,78	5.932.249,46	13,78	37.108.941,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	41.811.386,82	43.041.191,35	5.932.249,46	13,78	5.932.249,46	13,78	37.108.941,89
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	41.811.386,82	43.041.191,35	5.932.249,46	13,78	5.932.249,46	13,78	37.108.941,89
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.145.267,97	-	-	1.145.267,97	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	1.145.267,97	-	-	176.896,29	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	41.811.386,82	44.186.459,32	6.194.444,84	6.194.444,84	37.992.014,48	5.315.479,84	5.315.479,84	38.870.979,48	3.741.589,19
DESPESAS CORRENTES	39.933.151,64	40.378.310,83	5.796.673,29	5.796.673,29	34.581.637,54	5.210.708,29	5.210.708,29	35.167.602,54	3.642.499,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.343.866,46	20.296.866,46	3.075.619,54	3.075.619,54	17.221.246,92	3.075.619,54	3.075.619,54	17.221.246,92	1.859.301,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	16.708,93	16.708,93	83.291,07	16.708,93	16.708,93	83.291,07	16.708,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.489.285,18	19.981.444,37	2.704.344,82	2.704.344,82	17.277.099,55	2.118.379,82	2.118.379,82	17.863.064,55	1.766.489,47
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	19.489.285,18	19.981.444,37	2.704.344,82	2.704.344,82	17.277.099,55	2.118.379,82	2.118.379,82	17.863.064,55	1.766.489,47
DESPESAS DE CAPITAL	1.578.235,18	3.508.148,49	397.771,55	397.771,55	3.110.376,94	104.771,55	104.771,55	3.403.376,94	99.089,20
INVESTIMENTOS	1.178.235,18	3.108.148,49	381.470,95	381.470,95	2.726.677,54	88.470,95	88.470,95	3.019.677,54	82.788,60
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	400.000,00	16.300,60	16.300,60	383.699,40	16.300,60	16.300,60	383.699,40	16.300,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	41.811.386,82	44.186.459,32	6.194.444,84	6.194.444,84	37.992.014,48	5.315.479,84	5.315.479,84	38.870.979,48	3.741.589,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	41.811.386,82	44.186.459,32	6.194.444,84	6.194.444,84	37.992.014,48	5.315.479,84	5.315.479,84	38.870.979,48	3.741.589,19

SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	616.769,62	-	2.190.660,27
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	41.811.386,82	44.186.459,32	6.194.444,84	6.194.444,84	-	5.315.479,84	5.932.249,46	-	5.932.249,46
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, emitido em 30/mar/2026 as 08h e 44m.									

Publicado por:
Evandro Carlos Porto
Código Identificador:7FF11C2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 07/2026

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA do Município de Abatiá/PR para o quadriênio 2026–2029, com vinculação à Lei Orçamentária Anual.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ABATIÁ/PR, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990, que estabelece a proteção integral e a prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 824/2021, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e institui o respectivo Fundo Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 968/2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Abatiá para o exercício financeiro de 2026, no montante de R$ 46.898.991,50;

CONSIDERANDO a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da Administração Pública;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente realizada em 26 de março de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA do Município de Abatiá/PR, para o período de 2026 a 2029, na forma dos Anexos que integram a presente Resolução.

Art. 2º A execução financeira do Plano observará, obrigatoriamente:
I – A Lei Orçamentária Anual – LOA;
II – O Plano Plurianual – PPA;
III – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
IV – A disponibilidade financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão executados mediante:
I – Dotação orçamentária específica consignada na Lei Orçamentária Anual;
II – Abertura de créditos adicionais, quando necessária a suplementação ou adequação orçamentária;
III – execução por unidade gestora vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parágrafo único. A execução orçamentária e financeira observará as normas de direito financeiro e de contabilidade pública aplicáveis à Administração Pública.

Art. 4º A aplicação dos recursos observará a classificação da despesa prevista na Lei nº 4.320/1964, especialmente quanto:
I – À categoria econômica;
II – Ao grupo de natureza da despesa;
III – ao elemento de despesa.

Art. 5º Fica estabelecida a vinculação indireta do Plano às seguintes unidades orçamentárias do Município:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Para fins de referência orçamentária, consideram-se os seguintes valores fixados na Lei Orçamentária Anual de 2026:
I – Assistência Social: R$ 3.009.716,27;
II – Saúde: R$ 11.281.849,12;
III – Educação: R$ 14.419.647,42.

Art. 6º Os recursos do Fundo possuem natureza complementar, sendo vedada sua utilização para substituição de despesas obrigatórias das políticas públicas setoriais.

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA poderá deliberar sobre a destinação de recursos oriundos de:
I – Doações incentivadas, inclusive aquelas realizadas por meio do Imposto de Renda;
II – Transferências voluntárias;
III – Emendas impositivas, observado o montante previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 8º A execução dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente observará os princípios da transparência, publicidade e controle social, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei nº 12.527/2011.
§ 1º As informações relativas à execução orçamentária e financeira do Fundo deverão ser disponibilizadas no Portal da Transparência do Município, em conformidade com a legislação vigente.
§ 2º Deverão ser divulgados, no mínimo:
I – Valores arrecadados e fontes de recursos;
II – Programas, projetos e ações financiadas;
III – Valores empenhados, liquidados e pagos;
IV – Entidades e beneficiários dos recursos, quando houver;
V – Relatórios de execução física e financeira.
§ 3º O CMDCA assegurará a publicidade de suas deliberações relativas à aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no âmbito da gestão do Fundo Municipal:
I – Deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo, em conformidade com o Plano aprovado;
II – Aprovar projetos, programas e ações a serem financiados;
III – Estabelecer critérios para a utilização dos recursos, observada a legislação vigente;
IV –Acompanhar, monitorar e avaliar a execução física e financeira das ações, mediante análise de indicadores e relatórios periódicos;
V – Apreciar e aprovar as prestações de contas relativas aos recursos do Fundo;
VI – Zelar pela correta aplicação dos recursos e pelo cumprimento das finalidades do Fundo;
VII – Promover o controle social e a participação da comunidade na gestão das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente.

Art. 10. A execução do Plano será acompanhada e avaliada por meio de indicadores físicos e financeiros, conforme definidos nos Anexos desta Resolução.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro, revogando – se as disposições em contrário.

Abatiá/PR 31 de março do ano de 2026.

GABRIEL DE LIMA
Presidente Do CMDCA

ANEXO I – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FMDCA (2026–2029)

1. Estrutura de Aplicação por Eixo

Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Valor (R$)
08 – Assistência Social	243 – Criança e Adolescente	Proteção Social	SCFV/CRAS	3.3.90.39	20.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Social	Material SCFV	3.3.90.30	15.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Especial	Família Acolhedora	3.3.90.36	25.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Especial	Apoio técnico	3.3.90.39	10.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Social	Projetos sociais	3.3.50.43	30.000
08 – Assistência Social	243	Gestão do SUAS	Capacitação	3.3.90.39	15.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Social	Campanhas	3.3.90.30	5.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Social	Divulgação	3.3.90.39	5.000
08 – Assistência Social	243	Gestão do SGDCA	CMDCA	3.3.90.39	10.000
08 – Assistência Social	243	Gestão do SGDCA	Diárias	3.3.90.14	5.000

2. Total Estimado: R$ 140.000,00/ano

3. Forma de Execução

• *Execução direta pelo Município*
• *Chamamento público (Lei nº 13.019/2014)*
• *Parcerias com entidades*

4. Regras de Aplicação

• *Vedado uso para despesas administrativas genéricas*
• *Vedada substituição de políticas públicas obrigatórias*
• *Necessária aprovação prévia do CMDCA*

ANEXO II – METAS FÍSICAS (2026–2029)

1. Eixo: Convivência Familiar
Ampliar em 20% o atendimento do SCFV
Ampliar em 30% o número de famílias acolhedoras

2. Eixo: Proteção
• *Garantir acompanhamento de 100% dos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar*
• *Realizar mínimo de 2 capacitações anuais da rede*

3. Eixo: Educação e Inclusão
• Reduzir evasão escolar em 20% até 2029
• Apoiar projetos de inclusão social e educacional

4. Eixo: Profissionalização
• Ampliar vagas em programas de qualificação para adolescentes
• Estimular parcerias com setor produtivo

5. Eixo: Fortalecimento do CMDCA
• Realizar capacitação anual dos conselheiros
• Garantir funcionamento regular do conselho

ANEXO III – INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

• Indicadores de Resultado

Indicador	Meta	Periodicidade	Fonte
Cobertura vacinal	≥ 95%	Anual	Saúde
Evasão escolar	-20%	Anual	Educação
Crianças em acolhimento familiar	+30%	Semestral	Assistência

2. Indicadores de Processo

Indicador	Meta	Periodicidade	Responsável
Capacitações realizadas	2/ano	Anual	CMDCA
Execução financeira do fundo	≥ 90%	Anual	Assistência

3. Indicadores de Produto

Indicador	Meta	Periodicidade	Fonte
Famílias atendidas pelo CRAS	+15%	Semestral	SUAS
Projetos financiados	mínimo 3/ano	Anual	CMDCA

ANEXO I – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FMDCA (2026–2029)

1. Estrutura de Aplicação por Eixo

Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento	Valor (R$)
08 – Assistência Social	243 – Criança e Adolescente	Proteção Social	SCFV/CRAS	3.3.90.39	20.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Social	Material SCFV	3.3.90.30	15.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Especial	Família Acolhedora	3.3.90.36	25.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Especial	Apoio técnico	3.3.90.39	10.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Social	Projetos sociais	3.3.50.43	30.000
08 – Assistência Social	243	Gestão do SUAS	Capacitação	3.3.90.39	15.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Social	Campanhas	3.3.90.30	5.000
08 – Assistência Social	243	Proteção Social	Divulgação	3.3.90.39	5.000
08 – Assistência Social	243	Gestão do SGDCA	CMDCA	3.3.90.39	10.000
08 – Assistência Social	243	Gestão do SGDCA	Diárias	3.3.90.14	5.000

2. Total Estimado: R$ 140.000,00/ano

3. Forma de Execução
• Execução direta pelo Município
• Chamamento público (Lei nº 13.019/2014)
• Parcerias com entidades

4. Regras de Aplicação
• Vedado uso para despesas administrativas genéricas
• Vedada substituição de políticas públicas obrigatórias
• Necessária aprovação prévia do CMDCA

5. Compatibilidade Orçamentária
A execução das despesas observará a compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, as prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as dotações da Lei Orçamentária Anual – LOA, ficando condicionada à disponibilidade financeira do Fundo.

ANEXO II – METAS FÍSICAS (2026–2029)

Eixo	Programa	Meta	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Fonte	Periodicidade
Convivência Familiar	Proteção Social Básica	Ampliar atendimento do SCFV	Taxa de ampliação do SCFV	((Atendidos no ano – base 2025) ÷ base 2025) × 100	≥ 20% até 2029	CRAS / SUAS	Anual
Convivência Familiar	Proteção Social Básica	Ampliar atendimento do CRAS	Nº de famílias atendidas	Total de famílias acompanhadas	+15% até 2029	SUAS / CRAS	Semestral
Proteção	Proteção Social Especial	Ampliar famílias acolhedoras	Taxa de ampliação	((Famílias no ano – base 2025) ÷ base 2025) × 100	≥ 30% até 2029	Secretaria Municipal de Assistência Social	Anual
Proteção	Proteção Social Especial	Acompanhar casos do Conselho Tutelar	Taxa de acompanhamento	(Casos acompanhados ÷ encaminhados) × 100	100%	Conselho Tutelar / CRAS	Mensal
Educação e Inclusão	Educação e Inclusão	Reduzir evasão escolar	Taxa de evasão	(Evadidos ÷ matriculados) × 100	Redução de 20% até 2029	Secretaria de Educação	Anual
Educação e Inclusão	Educação e Inclusão	Apoiar projetos sociais	Nº de projetos apoiados	Total de projetos financiados	≥ 2/ano	CMDCA	Anual
Profissionalização	Inclusão Produtiva	Ampliar vagas de qualificação	Nº de vagas ofertadas	Total de vagas no período	+20% até 2029	Assistência Social	Anual
Profissionalização	Inclusão Produtiva	Estimular parcerias	Nº de parcerias	Total de parcerias firmadas	≥ 2/ano	CMDCA	Anual
Fortalecimento do SGDCA	Gestão do SGDCA	Capacitar rede	Nº de capacitações	Total de capacitações realizadas	≥ 2/ano	CMDCA	Anual

Eixo	Programa	Meta	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Fonte	Periodicidade
Fortalecimento do SGDCA	Gestão do SGDCA	Capacitar conselheiros	% de capacitação	(Capacitados ÷ total) × 100	100%	CMDCA	Anual
Fortalecimento do SGDCA	Gestão do SGDCA	Funcionamento do CMDCA	Taxa de reuniões	(Realizadas ÷ previstas) × 100	≥ 90%	Atas CMDCA	Semestral

***Considera-se como linha de base, para fins de cálculo dos indicadores, os dados consolidados do exercício de 2025, apurados pelos respectivos órgãos responsáveis.**

ANEXO III – INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

• *Indicadores de Resultado*

Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Periodicidade	Fonte
Cobertura vacinal infantil	(Crianças vacinadas ÷ população alvo) × 100	≥ 95%	Anual	Secretaria de Saúde
Taxa de evasão escolar	(Evadidos ÷ matriculados) × 100	Redução de 20% até 2029	Anual	Secretaria de Educação
Crianças em acolhimento familiar	Nº de crianças em acolhimento familiar	Aumento de 30% até 2029	Semestral	Assistência Social

2. Indicadores de Processo

Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Periodicidade	Responsável
Capacitações realizadas	Nº de capacitações no período	≥ 2 por ano	Anual	CMDCA
Execução financeira do Fundo	(Valor pago ÷ dotação anual) × 100	≥ 90%	Anual	Secretaria Municipal de Assistência Social

3. Indicadores de Produto

Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Periodicidade	Fonte
Famílias atendidas pelo CRAS	Nº de famílias acompanhadas	Aumento de 15% até 2029	Semestral	SUAS / CRAS
Projetos financiados pelo FMDCA	Nº de projetos apoiados	≥ 3 por ano	Anual	CMDCA

Disposição Final dos Indicadores
Os indicadores previstos neste Anexo deverão ser apurados com base em dados oficiais das respectivas áreas responsáveis, sendo utilizados como instrumento de monitoramento, avaliação e prestação de contas da execução do Plano

Publicado por:
Edilaine Cristina Guergolett de Oliveira
Código Identificador:C2B088AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
12° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 096/2021 PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2021

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 1.865,11** (mil oitocentos e sessenta e cinco reais e onze centavos), contados a partir **01/03/2026 a 16/08/2026**, com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Empresa	Item	Descrição	Unid.	Valor unitário Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Valor Inicial e Atual
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS	1	(1 (UM) JARDINEIRO DIURNO, 44 HORAS SEMANAIS, EM LOCAL A SER DEFINIDO CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	MÊS	R$ 4.106,31	R$ 4.443,38	R$ 337,07

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31 de Março de 2026.

Pregão Eletrônico n° 060/2021

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:A398E516

GABINETE DA PREFEITA
12° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 097/2021 PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2021

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 1.865,11** (mil oitocentos e sessenta e cinco reais e onze centavos), contados a partir **01/03/2026 a 16/08/2026**, com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Empresa	Item	Descrição	Unid.	Valor unitário Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Valor Inicial e Atual
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS	2	(1 (UM) JARDINEIRO DIURNO, 44 HORAS SEMANAIS, EM LOCAL A SER DEFINIDO CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	MÊS	R$ 4.106,31	R$ 4.443,38	R$ 337,07

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31 de Março de 2026.

Pregão Eletrônico n° 060/2021

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:69FD8AD4

GABINETE DA PREFEITA
13° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 065/2022 PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2021

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 2.134,77** (dois mil cento e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), contados a partir **01/03/2026 a 10/09/2026,** com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Empresa	Item	Descrição	Unid.	Valor unitário Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Valor Inicial e Atual
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS	4	(1 (UM) JARDINEIRO DIURNO, 44 HORAS SEMANAIS, EM LOCAL A SER DEFINIDO CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	MÊS	R$ 4.106,31	R$ 4.443,38	R$ 337,07

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31 de Março de 2026.

Pregão Eletrônico n° 060/2021

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:95A2CEB6

GABINETE DA PREFEITA
13° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 123/2021 PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2021

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 2.393,20** (dois mil trezentos e noventa e três reais e vinte centavos), contados a partir **01/03/2026 a 03/10/2026**, com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Empresa	Item	Descrição	Unid.	Valor unitário Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Valor Inicial e Atual
FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS GRAMADOS	3	(1 (UM) JARDINEIRO DIURNO, 44 HORAS SEMANAIS, EM LOCAL A SER DEFINIDO CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	MÊS	R$ 4.106,31	R$ 4.443,38	R$ 337,07

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31 de Março de 2026.

Pregão Eletrônico n° 060/2021

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:6FB3EB44

GABINETE DA PREFEITA
1° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 040/2025

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
ASHER SOLUÇÕES TERCEIRIZAÇÃO LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 57.333,60** (cinquenta e sete mil trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos), com fundamento no Art. 6º, LIX da Lei 14.133/2021.

Empresa	Item	Descrição	Unid.	Valor unitário Registrado	Diferença Valor Inicial e Atual	Valor Unit. Atual
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	41	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	42	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	43	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	44	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	45	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	46	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	47	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	48	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	49	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	50	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	51	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	52	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	53	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	54	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	55	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	56	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	57	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	58	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	59	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	60	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31 de Março de 2026.

Pregão Eletrônico n° 040/2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

MARCELA DIAS AMORIM PIMENTA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:506C82F0

GABINETE DA PREFEITA
1° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 018/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 040/2025

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
ASHER SOLUÇÕES TERCEIRIZAÇÃO LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 67.844,76** (sessenta e sete oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos), com fundamento no Art. 6º, LIX da Lei 14.133/2021, compreendendo o período de **01/03/2026 a 03/10/2026**.

Empresa	Item	Descrição	Unid.	Valor unitário Registrado	Diferença Valor Inicial e Atual	Valor Unit. Atual
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	1	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	2	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	3	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	4	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	5	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	6	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	7	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	8	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	9	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	10	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	11	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	12	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	13	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	14	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	15	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	16	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	17	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	18	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	19	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	20	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	21	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	22	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	23	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	24	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	25	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	26	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	27	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	28	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	29	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	30	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	31	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	32	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	33	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	34	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	35	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	36	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	37	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	38	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	39	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA	40	1 (UM) AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME O TR.	MÊS	R$ 4.208,30	R$ 238,89	R$ 4.447,22

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31 de Março de 2026.

Pregão Eletrônico n° 040/2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

MARCELA DIAS AMORIM PIMENTA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:7E75C68D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 045/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 181/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento contínuo de oxigênio medicinal, em cilindros, destinado ao Hospital Sílvio Bittencourt de Linhares e às unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Antonina/PR, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.
Com base nas informações constantes do Processo Licitatório nº 181/2025 – Pregão Eletrônico nº 045/2026, e considerando o resultado da fase de julgamento das propostas, lances e habilitação, após análise julgamento de recurso, conforme ata da sessão pública conduzida pela pregoeira e equipe de apoio, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ADJUDICO o objeto do referido processo licitatório à empresa vencedora, nos termos da classificação final apresentada e HOMOLOGO o procedimento licitatório em sua integralidade no valor total de R$ 172.150,00 (Cento e setenta e dois mil cento e cinquenta reais), como segue:

EMPRESA: OXIDAKAR COMÉRCIO DE OXIGENIO LTDA
CNPJ N.º 15.025.390/0001-21
NO VALOR TOTAL DE R$ 172.150,00

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Ar Comprimido 10m³	Unidade	Serviço	10	R$ 202,00	R$ 2.020,00
02	Oxigênio Med.10m³	Unidade	Serviço	400	R$ 182,30	R$ 72.920,00
03	Oxigênio Med. 1m³	Unidade	Serviço	300	R$ 139,70	R$ 41.910,00
04	Regulador de Argônio	Unidade	Serviço	05	R$ 394,00	R$ 1.970,00
05	Regulador com Fluxômetro para Oxigênio	Unidade	Serviço	10	R$ 452,00	R$ 4.520,00
06	Oxigênio Med. 4 a 6m³	Unidade	Serviço	300	R$ 162,70	R$ 48.810,00
						R$ 172.150,00

Por fim, fica expressamente convocada a proponente acima classificada para assinatura do Contrato, nos termos do art. 90. caputs do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.
Antonina, 31 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:0B429C48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

EDITAL PARA OPERACIONALIZAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Edital realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Antonina.

Deste modo, a Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico por meio do Departamento de Culturatorna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 A Prefeitura Municipal de Antonina, através da Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico por meio do Departamento de Cultura, torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO para os recursos da PNAB - Programa Nacional Aldir Blanc, objetivando a eventual contratação de SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA, voltado à assessoria, consultoria, e elaboração dos editais.

2.2 Os objetivos específicos da parceria com a pessoa física que fará a operacionalização são entre outros:
Orientação quanto a elaboração de editais de chamamento público, prêmios e outras formas de seleção pública com disponibilização em formato acessível, incluindo áudio, vídeo e Libras;
Gestão dos processos seletivos relacionados aos editais de chamamento público produzidos, incluindo avaliação, instrução documental e processual das propostas até as fases de pagamento;
Desenvolvimento e implantação de ferramenta de Tecnologia da Informação que facilite o processo de gestão dos projetos no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc e abarque as etapas de inscrição, seleção, avaliação, habitação, execução e prestação de contas;
d) Acompanhamento da execução dos projetos selecionados nos editais, com disponibilização de canais de atendimentos, esclarecimento de dúvidas e orientação para gestão física e financeira e prestação de contas;
e) Instrução processual e avaliação das solicitações de alterações dos projetos executados no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc;
f) Elaboração de pareceres técnicos de análise de prestação de contas com indicação de execução ou não do objeto;
g) Realização de orientações sobre os meios de acesso aos recursos da PNAB, bem como, esclarecimentos a dúvidas pertinentes aos Editais.
h) Proposição e implementação do plano de comunicação de todas as ações da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
i) Proposição de ações de interlocução com entidades representativas do movimento cultural local para validação das ações realizadas no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
j) Realização de acompanhamento e monitoramento das ações executadas, com geração de relatórios de prestação de contas e indicadores sobre a execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
k) Todas as ações a serem executados deverão ser propostas e realizadas com base nos parâmetros da Lei 14.399/2022 que institui o Programa Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, bem como o Decreto 11.740/2023 que regulamentou a PNAB e a Portaria MinC Nº 80/2023 que estabeleceu diretrizes complementares.

2.3 Os objetivos dos editais voltados ao fomento cultural são de:

Assegurar a efetiva implementação da política cultural prevista na Lei Aldir Blanc, por meio de ações concretas e específicas voltadas para a promoção e garantia dos direitos culturais da população.
Promover o acesso à cultura, garantindo que todas as pessoas tenham a oportunidade de participar e fruir das atividades culturais, independentemente de sua condição social, econômica ou de localização geográfica.
Estimular a produção cultural local, apoiando artistas, grupos e coletivos artísticos e culturais do município de Antonina, por meio de incentivos financeiros e capacitação necessária para desenvolvimento de seus trabalhos.
Fomentar a diversidade cultural, valorizando e promovendo as diferentes manifestações culturais, como forma de fortalecer a identidade cultural da região e garantir a preservação do patrimônio cultural local.

2.4 Valor total do edital
I O valor total deste edital é de R$ 7.792,93 (sete mil novecentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos).
III A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
12.002.00.000.0000.0.000. Divisão de Cultura
12.002.04.131.0003.2.068. Desenvolvimento dos Assuntos de Comunicação, Cultura e Patrimônio Histórico
561 - 3.3.90.36.00.00 3806 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
2.5 Podem se inscrever neste Edital proponentes que comprovem experiência e capacidade para executar o objeto desta contratação de forma presencial e com critérios conforme disposto abaixo, sendo eles:

ter experiência em análises de projetos culturais;
ter formação acadêmica mínima de graduação e/ou ampla experiência como técnica de atividades culturais;
ter capacidade de analisar os projetos apresentados pelos agentes culturais,
lançar os dados em planilha própria elaborada pela assessoria externa com anuência do Departamento de Cultura de Antonina,
conferir notas e emitir pareceres sobre os aspectos analisados;
comparecer presencialmente em dias e horários a serem acordados com o Departamento de Cultura de Antonina.

2.6 NÃO podem se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - tenham em seu quadro técnico proponentes de projetos em quaisquer outras linhas dos editais da PNAB em Antonina;
II - sejam menores de 18 anos.
III - Servidores Municipais de Antonina em qualquer esfera (como concursados, comissionados, estagiários, terceirizados, aposentados).

2.7 Os recursos financeiros deste edital devem ser executados/pagos dentro do exercício de 2026.
2.8 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Antonina: http://antonina.pr.gov.br/

2.9 O(a) agente cultural proponente é inteiramente responsável pelo acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no site da Prefeitura de Antonina e nas mídias sociais oficiais.

2.10 O(a) agente cultural proponente é inteiramente responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto, podendo ser desclassificado em caso de documentos ilegíveis.

ETAPAS:
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
I **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos e demais documentos obrigatórios pelos agentes culturais
II **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos e demais documentações, seguida da etapa de:

Divulgação do resultado provisório de classificação das propostas.
Recebimento de recurso em face do resultado provisório de classificação das propostas - até 02 (dois) dias úteis após a divulgação.
Análise e divulgação do julgamento dos recursos e do resultado definitivo da classificação das propostas.

III **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
IV **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4. ETAPA DE INSCRIÇÕES:
4.1 O prazo de inscrição será das 8h horas do dia 06/04/2026 até às 17h horas do dia 10/04/2026, no período de 05 dias úteis. Com base no Artigo 16 do DECRETO Nº 11.453, DE 23 DE MARÇO DE 2023 que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.
4.2 Para inscrição, o(a) proponente deve encaminhar a documentação obrigatória por meio de protocolo na Prefeitura na XV de Novembro, 150 – Centro, Antonina - PR, contendo:

a)- Proposta de operacionalização: contendo minimamente apresentação, descrição das principais experiências que embasem a inscrição neste edital, currículo resumido;

b)- Inscrição no cadastro nacional de pessoa física - CPF, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
c)- Comprovante de residência;
d)- Documento do proponente deste edital, que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
e)- Declaração de não impedimento;
f)- Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

4.3 O agente cultural proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
4.4 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
4.5 As inscrições deste edital são gratuitas.
4.6 O agente cultural proponente será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura Municipal de Antonina de qualquer responsabilidade civil ou penal.

5. Custos do projeto

5.1 Todos os custos e responsabilidades como materiais, equipamentos, deslocamentos, transporte, alimentação e outros que vierem incidir para a realização do projeto / contrapartida, são de responsabilidade do(a) proponente.

6. ETAPA DE SELEÇÃO
6.1 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por pessoas indicadas pelo Departamento de Cultura de Antonina, podendo ser esta Comissão composta por: pareceristas externos, membros do conselho de cultura, servidores da Cultura, entre outros com conhecimento necessário na área correlata.
6.2 Quem não pode analisar os projetos
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
6.2.1 Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
6.2.2 Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

6.3 Análise do mérito cultural
6.3.1 Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos, conforme anexo I deste edital .
6.3.2 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo I deste edital.
6.3.3 Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

6.4 Recurso da etapa de seleção
a) O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial e no site oficial da Prefeitura Municipal de Antonina.

b) Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso que deve ser apresentado por meio de protocolo da prefeitura na Rua: XV de Novembro, 150 – Centro, Antonina/PR, no prazo de 2 (dois) dias úteis, CONFORME INCISO III DO ART. 16 DO DECRETO 11.453/2023]a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
c) Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
d) Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Site oficial da Prefeitura Municipal de Antonina. Após essa etapa, não caberá mais recurso.

7. REMANEJAMENTO DE VAGAS
7.1 Caso alguma categoria dos editais da PNAB em Antonina não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:

a) Projetos com maior pontuação geral;
b) O item que tiver o maior excedente de procura.

7.2 Caso não sejam preenchidas todas as vagas, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

8**. ETAPA DE HABILITAÇÃO**

8.1 Após a publicação do resultado final de seleção, no prazo de 5 dias úteis, por meio de protocolo, o(a) agente cultural responsável pelo projeto deverá encaminhar os seguintes documentos:
a) Dados bancários: cópia legível de documento contendo os dados bancários, onde apareça o número da agência, conta e banco, nome do(a) proponente (podendo ser cópia do extrato, contrato de abertura de conta). Obs: certifique-se com seu gerente se sua conta está habilitada a receber o valor do apoio, caso seja contemplado(a).
b) Conforme Art. 19. § 3o do DECRETO No 11.453, DE 23 DE MARÇO DE 2023, a comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração de termos de execução cultural, então nesta fase será necessário apresentar as certidões conforme abaixo:
- certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões negativas de débitos estadual e municipal,
- certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

obs: As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

8.2 Caso o(a) proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
8.3 Na hipótese de inabilitação de algum contemplado, será convocado outro agente cultural para apresentar os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.4. Recurso da etapa de habilitação

a) O resultado provisório da etapa de habilitação será divulgado no diário oficial e no site oficial da Prefeitura Municipal de Antonina.
b) Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso que deve ser apresentado por meio de protocolo da prefeitura da Sede na Rua XV de Novembro, 150 – Centro, Antonina/PR, no prazo de 2 (dois) dias úteis, CONFORME INCISO III DO ART. 16 DO DECRETO 11.453/2023]a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
c) Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
d) após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no Site oficial da Prefeitura Municipal de Antonina. Após essa etapa, não caberá mais recurso

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO RECURSO FINANCEIRO
10.1 Finalizada a fase de habilitação, o(a) agente cultural contemplado(a) será convocado(a) a, em até 5 dias úteis, assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.
10.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
10.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária indicada para recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
10.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. MONITORAMENTO
12.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos resultados dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1 A Administração Pública poderá alterar, revogar ou anular o presente Edital, sem que caiba aos participantes direito a reembolso, indenização ou compensação.
12.2 Desclassificação de projetos: Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
12.3 Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural proponente ou nas penalidades legais sobre o denunciado, incluindo a devolução do recurso.

12.4 Demais informações podem ser obtidas pelo e-mailantoninaaldirblanc@gmail.com . Os casos omissos ficarão a cargo do Diretor do Departamento de Cultura de Antonina - Rafael Camargo, com suporte do departamento jurídico da Prefeitura Municipal de Antonina e se necessário, com apoio dos conselheiros de cultura.
12.5 O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até doze meses após a publicação do resultado final.
12.6 O(a) proponente deverá manter seus dados atualizados e será o(a) único(a) responsável pela veracidade da proposta, e documentos encaminhados, isentando os demais de responsabilizados de qualquer responsabilidade civil ou penal.
12.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
12.8 As partes elegem o Foro Central da Comarca da Região da Cidade de Antonina, renunciando a todo e qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente Termo de Apoio Emergencial.
12.9 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Critérios de seleção
Anexo II - Termo de Execução Cultural;
Anexo III – Formulário de interposição de recurso

Antonina, 23/03/2026.

THIAGO AFONSO DE SOUZA
Secretário de Turismo, Cultura ePatrimônio Histórico

EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS
(APOIO DIRETO A PROJETOS)
ANEXO I
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

1. Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

2. Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

3. A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por pessoas indicadas pela Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico por meio do Departamento de Cultura, podendo ser esta Comissão composta por: pareceristas externos contratados, membros do conselho de cultura, servidores da Cultura, entre outros com conhecimento necessário nas áreas correlatas.

4. A Comissão de Seleção será coordenada pelo Diretor do Departamento de Cultura: Rafael Camargo.

a) Análise de Mérito para a consultoria externa:

01	Qualidade, viabilidade e coerência do projeto de operacionalização apresentado ao Município. Observadas entre outras coisas a metodologia proposta, o sistema de avaliação, o cronograma das ações)	0-20
02	comprovação que já prestou este mesmo serviço para outras Prefeituras, acompanhada de relatório quantificável (quantos projetos avaliados…) Cada comprovante valerá 5 pontos. serão aceitos no máximo 4 comprovantes	0-20
03	Atestado(s) de capacidade técnica e/ou declarações de experiência prévia, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o proponente já executou, a contento, serviços compatíveis e pertinentes ao objeto do chamamento Cada comprovante valerá 5 pontos. Serão aceitos no máximo 4 comprovantes Obs: Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio proponente	0-20
04	Currículos de no mínimo 5 (cinco) pareceristas a) Ter membro(s) da equipe com experiência em análise de projetos culturais vale 2 pontos. Será aceito 1 comprovante por parecerista. b) Ter membro(s) da equipe com experiência e/ou formação em gestão cultural vale 2 pontos cada parecerista. Será aceito 1 comprovante por parecerista.	0-20
05	Prêmios, publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela; Cada comprovante valerá 5 pontos. serão aceitos no máximo 4 comprovantes	0-20

5. A pontuação final de cada proposta seráa média de pelo menos 3 diferentes avaliadores.

6. Os critérios de 1 a 5 são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum deles será desclassificado do Edital.

7. Os bônus de pontuação descritos são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.

8. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a seguinte ordem: 1, 2, 3, 4, 5 respectivamente.

9. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:
Relevância da ação proposta para o cenário cultural de Antonina
Proponente com maior idade
Sorteio

10. Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III Que apresente falsidade de informações, podendo acarretar ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

11. Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Procuradoria Geral do Município de Antonina, devendo ser protocolado na Prefeitura , em até 3 dias úteis, conforme inciso III do Art. 16 do Decreto 11.453/2023,a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

12. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

13 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será divulgado no Diário oficial do Município.

14. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS
(APOIO DIRETO A PROJETOS)
ANEXO II
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL **Nº XX/xxzx** TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL **nº xx/xxz,** NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1 A **Prefeitura Municipal de Antonina,** por meio do **Departamento de Cultura**, neste ato representado por **Thiago Afonso de Souza Secretário de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico**, e o(a) AGENTE CULTURAL, **xxzxxxx** portador(a) do **RG nº xxzxx, CPF nº xxxxx,** residente e domiciliado(a) à **Rua xxxxx** CEP: **xxxxx,** telefones: **xxxxxx,** resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **[Proposta de Operacionalização],** contemplado no conforme processo administrativo nº **[xx/2026]**.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de **R$ 7.792,93 (Sete mil novecentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos)**.
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no **[xxxx]**, Agência **[AGÊNCIA: xxxx]**, Conta Corrente nº **[xxxxx]**, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Antonina por meio da Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico por meio do Departamento de Cultura:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas nos editais/legislação referentes á PNAB.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações a Cultura de Antonina por meio de Relatório de Execução do Objeto no prazo máximo de 12 meses a partir do recebimento do recurso;
VI) para fins de monitoramento, atender em 3 dias úteis a qualquer solicitação regular feita pela Cultura de Antonina a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.
XII) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecida na legislação específica de acidentes de trabalho, para si ou para seus assistentes, caso tenha algum, incluindo encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada a execução do serviço, originalmente ou vinculado por prevenção, conexão ou contingência;
XIII) observar requisitos de qualidade e segurança, recomendados por normas técnicas.
XIV) Executar o proposto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas neste instrumento com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da contratante, ou de terceiros, em virtude de falha, negligência, dolo ou culpa, durante a execução do projeto proposto, arcando com as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais;

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO

7.1 Além do relatório, caso seja solicitado, o agente cultural deverá prestar contas à administração pública in loco.

7.2 O agente público responsável elaborará relatório de visita de verificação e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir na visita de verificação que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado; ou

III - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;

III - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

IV - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

8.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e

II - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

8.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

8.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

8.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 8.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

8.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

8.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

8.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

8.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

8.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

8.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

8.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

9. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
9.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
9.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
9.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
9.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
9.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
9.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

10. TITULARIDADE DE BENS
10.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
10.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
10.3 Caso o agente cultural tenha proposto em seu projeto, que os bens adquiridos serão como contrapartida cedido à administração pública em decorrência da execução da ação cultural fomentada, os bens serão incorporados e patrimoniados de acordo com os trâmites internos utilizados pelo ente.
11. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
11.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
11.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
11.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
11.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

12. SANÇÕES
12.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
12.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
12.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no site Oficial da Prefeitura Municipal.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Antonina para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Antonina, [xxxxx].

THIAGO AFONSO DE SOUZA
Secretário de Turismo, Cultura, e Patrimônio Histórico

_____
Pelo Agente Cultural:

EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS
(APOIO DIRETO A PROJETOS)

ANEXO III
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,

Com base na **Etapa de Inscrição** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.

Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À [INSERIR UNIDADE OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ETAPA DE HABILITAÇÃO],
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.

Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:F24968E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

EDITAL PARA EXECUÇÃO CULTURAL (PROJETOS)
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do Município de Antonina/Paraná!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Antonina - Paraná.
Deste modo, a Secretaria de Turismo , Cultura e Patrimônio Histórico torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do edital

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Antonina/Paraná.

Quantidade de projetos selecionados

Serão selecionados 20 (vinte) projetos.

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital

Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.

2.3.1 O valor total deste edital é de R$ 98.065,62 (noventa e oito mil e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Inciso I – **Produção Cultural** - apoio a produções culturais; com apresentações que envolvem performances de música, teatro, dança, circo, artes visuais, literatura, coral, cinema, audiovisual, museus, exposições e patrimônio histórico.

Modalidade 1 – Será destinado o valor de até **R$ 28.065,62** (vinte e oito mil e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) para contemplação de até 04 (quatro) projetos na área de produção cultural. Sendo 01 (um) projeto para empreendedores autodeclarados negros ou negras e/ou empreendedor autodeclarado indígena e/ou para empreendedor autodeclarado PCD e 03 (três) vagas para livre concorrência.

- Cada projeto aprovado nesta modalidade receberá o valor de **R$ 7.016,40** (Sete mil e dezesseis reais e quarenta centavos) para projetos de produção cultural com apresentação de no mínimo 1(uma) hora de duração ;

2.3.2 Para a categoria A – Inciso I, será contemplado o número de projetos respeitado o limite do apoio financeiro de **R$ 28.065,62** (vinte e oito mil e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) e a ordem de classificação de cada projeto.

B) Inciso II – **Eventos culturais:** apoio a apresentações, performances, shows, exposições, festivais, feiras e festas populares para ocupação de espaços na cidade de Antonina.

Modalidade 1 – Será destinado o valor de até **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais) para contemplação de até 10 (dez) projetos de realização de eventos em espaços do município de Antonina. Sendo 01 (uma) vaga para projeto destinado para empreendedores autodeclarados negros ou negras; 01(uma) vaga para empreendedores autodeclarados indígenas, e/ou empreendedor autodeclarado PCD e 08 (oito) vagas para livre concorrência.

- Cada projeto aprovado receberá o valor de até **R$ 4.000,00** (quatro mil reais).

2.3.3 Para a categoria B - Inciso II, será contemplado o número de projetos respeitado o limite do apoio financeiro de **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais) e a ordem de classificação de cada projeto.

C) Inciso III – **Formação Cultural**- capacitação, formação e qualificação, bem como realização de rodadas de negócios para o setor artístico e para a memória, a preservação e a digitalização de obras ou acervos, ou ainda apoio a observatórios, publicações especializadas e a pesquisa sobre arte e ao desenvolvimento da cidade.

Modalidade 1 – Será destinado o valor de até **R$ 30.000,00** (trinta mil reais) para contemplação de até 06 (seis) projetos na área de cursos de capacitação, formação e qualificação para o setor artístico. Sendo 01 (um) projeto destinado para empreendedores autodeclarados negros ou negras e/ou para empreendedores autodeclarados indígenas e/ou para empreendedor autodeclarado PCD e 05 (cinco) vagas para livre concorrência.

2.3.4 Cada projeto aprovado receberá o valor de até **R$ 5.000,00** (cinco mil reais) para projetos na área de cursos de capacitação, formação e qualificação em teatro, dança, circo, literatura, poesia.

2.3.5 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

12.002.00.000.0000.0.000. Divisão de Cultura

12.002.04.131.0003.2.068. Desenvolvimento dos Assuntos de Comunicação, Cultura e Patrimônio Histórico

561 - 3.3.90.36.00.00 3806 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

2.3.6 Sobre o valor total repassado pelo município de Antonina/Paraná ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição

De 00h00 horas do dia 06/04/2026 até às 23h59 mim horas do dia 27/04/2026.

As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Quem pode participar

2.5.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no município de Antonina/Paranáhá pelo menos 01 (um) ano.

2.5.2 Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:

I - Pessoa física

II - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

2.5.3 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

Quem NÃO pode participar

2.6.1 Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV – agentes culturais que receberam recursos da Aldir Blanc em qualquer ano e que ainda não executou o referido projeto;

2.7 O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.

2.8 Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

2.9 A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.10 Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo02 (duas) propostase poderá ser contemplado com no máximo01 (um) projeto por categoria.

ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

INSCRIÇÕES
4.1 O agente cultural deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 4.1 por meio do e-mail: antoninaaldirblanc@gmail.com que permite realizar de forma online todo o processo de inscrição de propostas, habilitação documental, análise de mérito, recursos e seleção dos licenciados entre os dias 30 de março de 2026 e 19 de abril de 2026 até as 00h00 (zero horas).
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

4.2 O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
4.3 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

COTAS
Categoria de cotas
5.1.1 Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
5.1.2 A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
5.1.3 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
5.1.4 A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

Concorrência concomitante
5.2.1 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.2.2 Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
5.3.1 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
5.4.1 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.4.2 Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para coletivos
5.5.1 Os coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
5.5.2 A participação de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pcd no grupo ou coletivo sem cnpj nos termos da in 10/2023, será avaliada conforme a seguir:
I - Grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
II - Coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
III - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]
5.5.3 As pessoas físicas que compõem o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
Preenchimento do modelo
6.1.1 O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
6.1.2 O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de Antonina/Paraná de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto

Os projetos apresentados deverão ser executados até12 meses a partir das assinatura do termo de execução cultural, podendo ser entendido por mais 12 meses, com autorização da Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico.

Custos do projeto
6.3.1 O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
6.3.2 O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
6.3.3 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
6.3.4 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
6.3.5 Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade
6.4.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas caractetísticas, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
6.4.2 São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
6.4.3 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa os projetos
7.1.1 Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
7.1.2 Farão parte desta comissão: Rafael Camargo – Secretário de Governo e Planejamento; Dilza Ferrari de Carvalho Goulart Pinheiro – Diretora administrativa da Secretaria de Indústria, Comércio e Trabalho ; Jussara Xavier - Vereadora; Denilson Pinheiro – Jornalista; Wilson Clio – Sociedade Civil.

Quem não pode analisar os projetos

7.2.1 Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
V - Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
VI - Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
7.3.1 Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
7.3.2 Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
7.3.3 Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
7.4.1 Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
7.4.2 Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado

7.5.1 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
7.5.2 Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
7.6.1 O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Antonina e no site oficial da Prefeitura municipal de Antonina.
7.6.2 Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado aSecretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, que deve ser apresentado por meio do e-mail: antoninaaldirblanc@gmail.com no prazo de 5 dias úteis, conforme inciso iii do art. 9º da lei nº 14.903/2024, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
7.6.3 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
7.6.4 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Antonina.

REMANEJAMENTO DE VAGAS
8.1 Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
8.2 Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral
8.3 Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

ETAPA DE HABILITAÇÃO
Documentos necessários
9.1.1 O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de5 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio do e-mail: antoninaaldirblanc@gmail.com os seguintes documentos:

9.1.2 Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelo órgão responsável;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

9.1.3 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

9.1.4 Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelo órgão responsável em nome do representante do grupo;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

9.1.5 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
9.1.6 Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
9.1.7 Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
9.2.1 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, que deve ser apresentado por meio de online no email: antoninaaldirblanc@gmail.com no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
9.2.2 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
9.2.3 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nodiário oficial do município de Antonina/ Paraná.
9.2.4 Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
Termo de Execução Cultural
10.1.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
10.1.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
10.2.1 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.

10.2.2 Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve ter conta bancária, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
10.2.3 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
11.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de Antonina, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
11.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
11.3 O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico.
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas à Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico .
12.2.1 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
12.2.2 O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 30 diasa contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
12.2.3 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Desclassificação de projetos
13.1.1 Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
13.1.2 Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
13.2.1 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no sitewww.antonina.pr.gov.br.
13.2.2 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações nodiário oficial do municípioe nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
13.3.1 Demais informações podem ser obtidas pelo e-mailantoninaaldirblanc@gmail.com
13.3.2 Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico .

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses após a publicação do resultado final.

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Critérios de seleção
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VII - Declaração étnico-racial
Anexo VIII – Declaração PCD
Anexo IX – Formulário de interposição de recurso

Antonina, 25/03/2026

THIAGO AFONSO
Secretário De Turismo , Cultura E Patrimônio Histórico

ANEXO I – CATEGORIAS
1.RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de **R$ 98.065,62** (noventa e oito mil e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) distribuídos da seguinte forma:
a) Até **R$ 28.065,62** (vinte e oito mil e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) para a **Categoria A – Inciso I – Produção Cultural** - apoio a produções culturais; com a concepção, criação e difusão de produtos culturais. Sendo dividido em 04 (quatro) ações na modalidade 1, para esta categoria;
b) Até **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais) para **Categoria B – Inciso II – Eventos culturais:** apoio a apresentações, performances de: teatro, dança, teatro de bonecos, circo, poesia, dentre outras. Sendo dividido em 10 (dez) ações para esta categoria;

c) Até **R$ 30.000,00** (trinta mil reais) para **Categoria C – Inciso III** – **Formação** - capacitação, formação e qualificação, bem como realização de rodadas de negócios para o setor artístico e para a memória, a preservação e a digitalização de obras ou acervos, ou ainda apoio a observatórios, a publicações especializadas e a pesquisa sobre arte e ao desenvolvimento da cidade. Sendo dividido em 06 (seis) ações para esta categoria.

2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS
A) Inciso I do art. 6º da PNAB: apoio a produções culturais; com a concepção, criação e difusão de um produto cultural.

Modalidade 1 - Produção Cultural:

• 2.1 Para este edital, refere-se ao apoio concedido à **Produções Culturais**; com a concepção, criação e difusão de produtos culturais, ou seja, criação e materialização de (01) um produto cultural final durável ou em uma temporada de apresentações, envolvendo planejamento, execução e difusão.
• 2.2 São considerados produção cultural: gravação de álbuns/EPs musicais; publicação de livros e catálogos; montagem de espetáculos teatrais, musicais, dança, coral; produção de curtas-metragens ou documentários; manutenção de acervos, dentre outras propostas que se encaixem nas definições descritas no item 2.1.

Instrumento	Quantidade	Valor por projeto	Total
Produção Cultural	04	**R$ 7.016,40**	**R$ 28.065,62**

B) Inciso II do art. 6º da PNAB: apoio à Eventos culturais

Modalidade 1 - Apoio à Eventos culturais:
2.3 Para este edital, está modalidade de **Apoio à Eventos Culturais** refere-se aoapoio a apresentações, performances de: teatro, dança, teatro de bonecos, circo, poesia, música, etc. em uma estratégia de política pública cultural municipal que visa levar a experiência de projetos que oferecem como objetivo principal o acontecimento em tempo real, com data e local específicos, voltados à fruição imediata do público. Prioriza a logística, o acontecimento cultural com a presença de público.
2.4 São considerados eventos culturais: festivais de teatro, música, dança, teatro de bonecos, circo, coral, poesia, gastronomia; mostras de cinema e exposições temporárias; festas populares e folclóricas; feiras de artesanato ou literatura; intervenções urbanas e performances de rua dentre outras propostas que se encaixem nas definições descritas no item 2.3.

Instrumento	Quantidade	Valor por projeto	Total
Eventos culturais	**10**	**R$ 4.000,00**	**R$ 40.000,00**

Inciso III do art. 6º da PNAB: apoio à Formação Cultural

Modalidade 1 - Apoio à Formação Cultural
2.5 Neste edital, o **Apoio à Formação Cultural**refere-se ao apoio concedido para o desenvolvimento deoficinasvoltadas para profissionais, estudantes e interessados na área artística. Esse tipo de fomento tem como objetivo promover o aprimoramento das habilidades técnicas, criativas e gerenciais dos profissionais, bem como estimular a formação de novos talentos.
2.6 O **Apoio à Formação Cultural**deverá ser oferecida de forma gratuita aos participantes, **com duração mínima de 09 (nove) horas**.
2.7 Deverá ser apresentado:
I - Detalhamento da metodologia de mediação/formação; e
II - Apresentação do currículo dos profissionais mediadores/formadores.
São considerados formação cultural: oficinas de artes visuais, música, teatro, dança, circo, coral, teatro de bonecos, poesia; workshops de gestão cultural e elaboração de projetos; cursos de restauro ou salvaguarda de patrimônio histórico; ciclos de palestras, seminários e fóruns de debate; programas de mentoria para jovens artistas dentre outras propostas que se encaixem nas definições descritas no item 2.5.

Instrumento	Quantidade	Valor por projeto	Total
Formação cultural	6	**R$ 5.000,00**	**R$ 30.000,00**

Os valores elencados nas tabelas do Item 2 do presente anexo abrangem todos os custos e despesas, direta ou indiretamente envolvidas, incluindo não sendo devido nenhum outro valor, seja a que título for, inclusive valores referentes às taxas impostas pelo ECAD concernentes a direitos autorais e equipamentos necessários para a execução das ações culturais.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA A – PRODUÇÃO CULTURAL	3	1	1	1	4	R$ 7.016,40	R$ 28.065,62
CATEGORIA B – EVENTOS CULTURAIS	8	1	1	1	10	R$ 4.000,00	R$ 40.000,00
CATEGORIA C – FORMAÇÃO	05	1	1	1	6	R$ 5.000,00	R$ 30.000,00

3.1 O presente edital possui valor total de R$ 98.065,62 (noventa e oito mil e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), distribuídos da seguinte forma:
a) Até R$ 28.065,62 (vinte e oito mil e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) para CATEGORIA A;
b) Até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para CATEGORIA B;
c) Até R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para CATEGORIA C;

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
DADOS DO AGENTE CULTURAL

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Mini Currículo ou Mini portfólio: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos

( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual

Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
LGBTQIAPN+
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( )Apoio financeiro municipal
( )Apoio financeiro estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal
( )Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( )Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( )Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Antonina/PR -** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município de Antonina/PR.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
H	**Contrapartida –**Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
I	Agentes culturais do gênero feminino	5
J	Agentes culturais negros, indígenas	5
K	Proponentes PCD, com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual assim como outras deficiências ocultas;	5
L	Proponente residente em regiões de menor IDH (área rural)	5
M	Pessoas LGBTQIAP+;	5
N	Pessoas integrantes ou oriundas de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras, faxinalenses e outras comunidades e povos tradicionais	5
O	Assentados e moradores de ocupações	5
P	Egressos do sistema prisional brasileiro;	5
Q	Pessoas idosas com 60 anos ou mais;	5
R	Pessoas imigrantes e refugiadas;	5
S	Pessoas de baixa renda – serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas oriundas de famílias com renda mensal por pessoa (renda per capita) de até metade do Piso Salarial Regional do Estado do Paraná vigente na data de publicação do Edital;	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		**55 PONTOS**

A pontuação final de cada candidaturaserá definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro da Comissão de Seleção.
Os critérios gerais obrigatórios são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: proponente com maior idade, sorteio.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação , com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do/da [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL]:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL] por meio de Relatório de Execução do Objeto [SE A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO, ALTERAR ESSE ITEM], apresentado no prazo máximo de [INDICAR PRAZO MÁXIMO] contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo [NOME DO ÓRGÃO] a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].
Pelo órgão:
[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.

( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIIi

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____,
DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIII

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À [INSERIR UNIDADE OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ETAPA DE HABILITAÇÃO],
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:2615446B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 13/2026 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO AO ORÇAMENTO

LEI Nº 013/2026

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional especial na importância de até R$ 313.192,99 (trezentos e treze mil, cento e noventa e dois reais e noventa e nove centavos).

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Municipal, com a correspondente adequação do Plano Plurianual - PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no valor de até R$ 313.192,99 (trezentos e treze mil, cento e noventa e dois reais e noventa e nove centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas.
Crédito Especial

12.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**	
12.002.00.000.0000.0.000.	Divisão de Cultura	
12.002.04.131.0003.2.068.	Desenvolvimento dos Assuntos de Comunicação, Cultura e Patrimônio Histórico	
561 - 3.3.90.36.00.00	3806 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 130.858,55
562 - 4.4.90.52.00.00	1806 Equipamentos e Material Permanente	R$ 25.000,00
12.002.13.122.0003.2.022.	Preservação Tradicional e Desenvolvimento da Cultura	
563 - 3.3.90.39.00.00	1412 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 157.334,44

Valor: R$ 313.192,99

Art. 2º. Para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei, servirão como recursos os valores provenientes do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:7F232A0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO FINALDO EDITAL DE FOMENTO CULTURAL Nº 001/2026 PROCESSO PARA A SELEÇÃO DE AGENTES CULTURAIS PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO OFICINAS CULTURAIS DE ASTORGA - OFICIAST

A Prefeitura Municipal de Astorga, por meio do Departamento de Cultura, com fundamento na Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura) e no Decreto nº 11.453/2023, torna público o **resultado final do processo de seleção** referente ao Edital de Fomento Cultural nº 001/2026, destinado à seleção de agentes culturais para a execução do projeto Oficinas Culturais de Astorga – OFICIAST, conforme disposto a seguir:

Legenda
Classificado: Inscrição contemplada no edital;
Desclassificado: Inscrição que não alcançou a nota mínima, ou não atendeu os critérios exigidos em edital.
DAS CLASSIFICAÇÕES E SELEÇÕES

PF/PJ	Nome/Razão Social	Proponente/Categoria	Projeto	Pontuação	Classificação	Ordem
Pessoa Jurídica	ALESSANDRA MATEUS FURQUINI MEI – BATUTA PRODUÇÕES	PROPONENTE 1: APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS	É O FIM DA PICADA (teatro educativo de combate à dengue)	89,5	CLASSIFICADO	**1º Lugar**
Pessoa Física	ALEXSSANDRO SILVA	PROPONENTE 2: OFICINA DE TEATRO	PALCO VIVO – INICIAÇÃO À ARTE TEATRAL	89,25	CLASSIFICADO	**2º Lugar**
Pessoa Física	SIDNEI PUZIOL JUNIOR	PROPONENTE 3: OFICINA DE TEATRO	DO CORPO À CENA – OFICINA DE TEATRO	89,4	CLASSIFICADO	**1º Lugar**
Pessoa Física	GINAI CARDOSO SIMEONI	PROPONENTE 4: OFICINA DE MÚSICA	VOZES EM MOVIMENTO: OFICINA DE CANTO CORAL E TÉCNICA VOCAL	87,25	CLASSIFICADO	**1º Lugar**
Pessoa Física	MARINA DE MELLO ALMEIDA	PROPONENTE 5: OFICINA DE ARTES URBANAS	OFICINA DE GRAFITE: EXPRESSÃO E CORES URBANAS	81,37	CLASSIFICADO	**1º Lugar**
Pessoa Física	CLAUDEMIR APARECIDO DADA	PROPONENTE 6: OFICINA DE FOTOGRAFIA	OLHARES	79,17	CLASSIFICADO	**2º Lugar**
Pessoa Física	PEDRO HENRIQUE VILLI CAVALLARI	PROPONENTE 7: OFICINA DE FOTOGRAFIA	CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS FOTOGRÁFICAS	90,5	CLASSIFICADO	**1º Lugar**
Pessoa Física	MARIANA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	PROPONENTE 8: OFICINA DE FOTOGRAFIA	OLHARES DE ASTORGA – FOTOGRAFIA E CULTURA LOCAL	63,25	DESCLASSIFICADO	
Pessoa Física	GRASIELLE DE OLIVEIRA RIBEIRO LORENÇATTO	PROPONENTE 9: OFICINA DE LITERATURA	VOZ, CORPO E INTERPRETAÇÃO	85,62	CLASSIFICADO	**1º Lugar**
Pessoa Física	ZIBIA MALTA PEDROSO VAZ	PROPONENTE 10: OFICINA DE LITERATURA	O BAÚ DAS MEMÓRIAS AROMÁTICAS DE ASTORGA	73,12	CLASSIFICADO	**2º Lugar**

*Utilizado critério de desempate em conformidade com os critérios utilizados na avaliação, conforme Anexo II do edital.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Etapa de habilitação: o agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar, no prazo de até 5 dias após a publicação do resultado final de seleção,para o e-mail admcultura@astorga.pr.gov.br, os seguintes documentos:
Se o agente cultural for**pessoa física:**
I - Dados bancários em nome do proponente;
II – Comprovante de cadastro ativo e atualizado no Sistema de Informações Culturais – SIC.Cultura.
Se o agente cultural for**pessoa jurídica**:
I - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
II - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
III- Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (certidões negativas de débito);
IV - Declaração de inexistência de débitos trabalhistas (CNDT);
V - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
VI- Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
VII- Dados bancários em nome da pessoa jurídica ou do Responsável legal;
VIII - Comprovante de cadastro ativo e atualizado no Sistema de Informações Culturais – SIC.Cultura.
Se o agente cultural for**grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelo Município de Astorga em nome do representante do grupo
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
VI - Dados bancários em nome do representante do grupo;

VII - Comprovante de cadastro ativo e atualizado no Sistema de Informações Culturais – SIC.Cultura.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado ao Departamento Municipal de Cultura de Astorga que deve ser apresentado, por meio do e-mail admcultura@astorga.pr.gov.br, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no Diário Oficial do Município.
Após essa etapa, não caberá mais recurso
.

Astorga-PR, 31 de março de 2026.

HAROLDO JUNNIOR ZAFALON
Diretor do Departamento de Cultura

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:D7678BF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, (30/03/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 13/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es): Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretaria Municipal de Assistência Social.

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **ANA KARINA DE OLIVEIRA PERUSSOLO**, inscrita no CNPJ sob nº. **26.916.493/0001-06**, com endereço na Avenida Brasil, nº 1003, bairro Centro, CEP: 83.650-000, na cidade de Balsa Nova/PR, Telefone (41) 99879-2508, endereço eletrônico e-mail akpsolucoes@hotmail.com, neste ato representado pela Sra. ANA KARINA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 027.484.849-08 e portadora do RG nº 6.914.166-8, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual prestação de serviços especializados em **lavagem, limpeza e higienização de veículos pertencentes a frota municipal**, deverão ser entregues, conforme exigido no **Edital do Pregão n° 13/2026.**

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 13/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 02/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 11.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 13/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 13/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 13/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

ANA KARINA DE OLIVEIRA PERUSSOLO
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2026
Signatário da Ata: Empresa **ANA KARINA DE OLIVEIRA PERUSSOLO**, inscrita no CNPJ sob nº. **26.916.493/0001-06.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO INTERNA DE VEÍCULOS** – LAVAGEM INTERNA **COMPLETA (CAMINHÕES),** COMPREENDENDO TODO O INTERIOR DO VEÍCULO: TETO, PORTAS, BANCOS, PAINEL, ASSOALHO, CARPETES, CINTOS DE SEGURANÇA, VIDROS E PORTA-MALAS - LIMPEZA DO PAINEL COM USO DE SILICONE DE PRIMEIRA LINHA, VIDROS INTERNOS COM USO DE FLANELA E LIMPA- VIDROS ANTI EMBAÇANTES AUTOMOTIVOS, LAVAGEM INTERNA COM A APLICAÇÃO DE PRODUTOS ESPECÍFICOS E BIO DEGRADÁVEIS COMO FLOTADOR,BACTERICIDA E DESENGRAXANTE, PARA OS QUAIS DEVE SER APRESENTADA COMPROVAÇÃO DA EFICÁCIA POR MEIO DE BOLETIM TÉCNICO.	Serviço	SRV	40	300,00	12.000,00
2	1	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO INTERNA DE VEÍCULOS** – LAVAGEM INTERNA **COMPLETA (MICRO ÔNIBUS),** COMPREENDENDO TODO O INTERIOR DO VEÍCULO: TETO, PORTAS, BANCOS, PAINEL, ASSOALHO, CARPETES, CINTOS DE SEGURANÇA, VIDROS E PORTA-MALAS - LIMPEZA DO PAINEL COM USO DE SILICONE DE PRIMEIRA LINHA, VIDROS INTERNOS COM USO DE FLANELA E LIMPA- VIDROS ANTI EMBAÇANTES AUTOMOTIVOS, LAVAGEM INTERNA COM A APLICAÇÃO DE PRODUTOS ESPECÍFICOS E BIO DEGRADÁVEIS COMO FLOTADOR,BACTERICIDA E DESENGRAXANTE, PARA OS QUAIS DEVE SER APRESENTADA COMPROVAÇÃO DA EFICÁCIA POR MEIO DE BOLETIM TÉCNICO.	Serviço	SRV	3	700,00	2.100,00
3	1	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO INTERNA DE VEÍCULOS** – LAVAGEM INTERNA **COMPLETA (ÔNIBUS),** COMPREENDENDO TODO O INTERIOR DO VEÍCULO: TETO, PORTAS, BANCOS, PAINEL, ASSOALHO, CARPETES, CINTOS DE SEGURANÇA, VIDROS E PORTA-MALAS - LIMPEZA DO PAINEL COM USO DE SILICONE DE PRIMEIRA LINHA, VIDROS INTERNOS COM USO DE FLANELA E LIMPA- VIDROS ANTI EMBAÇANTES AUTOMOTIVOS, LAVAGEM INTERNA COM A APLICAÇÃO DE PRODUTOS ESPECÍFICOS E BIO DEGRADÁVEIS COMO FLOTADOR,BACTERICIDA E DESENGRAXANTE, PARA OS QUAIS DEVE SER APRESENTADA COMPROVAÇÃO DA EFICÁCIA POR MEIO DE BOLETIM TÉCNICO.	Serviço	SRV	2	1.100,00	2.200,00
VALOR TOTAL: R$ 16.300,00 (dezesseis mil, trezentos reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:0ECA980B

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 004/2026 - CHAMADA PÚBLICA 02/2025 - TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO - PEDAGOGO

EDITAL Nº 004/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, considerando, rigorosamente, a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 02/2025, homologado, pelo Decreto nº. 149/2025 visando a contratação em caráter temporário do cargo de Trabalhador da Educação - Pedagogo, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 1211/2025 nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e 661/2012.

TORNA PÚBLICO:

Que em atendimento aos dispositivos contidos no **ITEM 9 DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO**, da **CHAMADA PÚBLICA 02/2025** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas desta Municipalidade, na Avenida Brasil, 665, em Balsa Nova, no dia **06/04/2026, às 15:30 horas**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **PSS-TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO - PEDAGOGO** ou pela opção de desistência provisória com pedido de final de lista conforme item 9.3.

De acordo com o Processo nº.5400/2026 da SMECE, as vagas são:

LOCAL	N° DE VAGAS
Escola Municipal Pref. Herculano Schimaleski	1
CMEI Cantinho da Serra	1

A escolha das vagas respeitará rigorosamente a ordem classificatória.

Os candidatos interessados deverão entregar a documentação necessária para sua admissão e/ou manifestar o interesse pelo final de lista, conforme item 9.3 e 9.5.

CLASS.	CANDIDATOS	N° DO PROCESSO
54º	ELIANE DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS LARSON	11037/2025
55º	PAMELA TAVARES DE GODOY KRIZIZANOWSKI	11614/2025
56º	JAINE FATIMA DA ROSA SEBULSKI	11495/2025
57º	MAYARA DORIANE AMARAL BACH GOMES	10368/2025

***Estão sendo convocados candidatos em número superior às vagas disponíveis, tendo em vista a possibilidade de desistência ou do não atendimento a este edital.*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

ANEXO II – ROL DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ASSUNÇÃO DO CARGO

Para ser contratado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescido de 01 (uma) cópia, às suas expensas:

1) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2) 1 fotos 3x4 recentes
3) CTPS (pág. da foto e verso) e o número do PIS;
4) Comprovante de abertura de conta corrente no banco informado pelo departamento de gestão de pessoas, contendo o número da agência e conta;
5) Comprovante de endereço atual;
6) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
7) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral;
8) Avaliação médica de saúde ocupacional a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas; /
9) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;
10) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
11) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do anexo IV deste Edital.
12) CPF dos dependentes.

Balsa Nova, 31 de março de 2026.

IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:02D69965

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026
O Prefeito de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, resolve **TORNAR PÚBLICO** o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 03/2026**, visando à contratação de pessoal por prazo determinado, em atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, em regime especial de trabalho, para o cargo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, nos termos da Lei Municipal nº 879/2015 e consoante as Portarias nº **144/2026** e **145/2026** que designou as Comissões Especiais para o Processo Seletivo Simplificado nº **03/2026**, em trâmite por meio do processo administrativo 32452/2025.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal (Lei nº 8.745/1993) e Lei Municipal nº 879/2015 de 11 de agosto de 2015.
1.2. O contrato terá a validade mínima de 12 (doze) meses para o cargo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, podendo ser prorrogado por igual período quantas vezes forem necessárias, não excedendo o período de 2 (dois) anos, a critério da Administração Pública, em consonância com o art. 3º da Lei 879/2015, sendo que a devida prorrogação deve ser autorizada e protocolada pelo responsável da pasta no período correspondente à época.

1.3. A remuneração do pessoal contratado temporariamente será fixada em importância não superior ao valor do vencimento previsto para os servidores em início de carreira das mesmas categorias ou que desempenham funções semelhantes, nos respectivos Planos de Cargos e Vencimentos do órgão ou entidade contratante, obedecendo às disposições contidas na Lei Municipal nº 879/2015.

1.4. Será admitida a impugnação deste Edital no prazo de 24 horas, a partir do primeiro dia seguinte de sua publicação no Diário Oficial do Município de Balsa Nova. A impugnação deverá ser elaborada por escrito (conforme ANEXO I), devidamente fundamentada, e protocolada eletronicamente através do link: **https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo**. Para casos em que não seja possível o acesso através do protocolo digital no link informado haverá a opção do protocolo presencial no prédio da Prefeitura das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

1.5. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2. DOS CARGOS

Nº DE VAGAS	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS MÍNIMOS	VENCIMENTOS
01	CIRURGIÃO DENTISTA	40 horas	· Curso de Graduação em Odontologia com Diploma devidamente registrado, expedido por instituição oficial de ensino e curso reconhecido pelo MEC. · Registro no Conselho de Classe - CRO.	R$ 6.893,31

2.1. O local de trabalho será designado pela Administração Pública, podendo sofrer alterações conforme sua necessidade.

3. CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

FASE	PERÍODO
Inscrições	**01/04/2026 A 16/04/2026**
Publicação da lista provisória de inscritos	**27/04/2026**
Recursos das inscrições indeferidas	**27/04/2026 a 28/04/2026**
Publicação da Lista Definitiva de Inscritos, Publicação da Lista com a Classificação Provisória	**07/05/2026**
Recurso da classificação provisória	**07/05/2026 a 08/05/2026**
Lista definitiva de classificação	**13/05/2026**
Decreto de Homologação	**14/05/2026**

3.1. Os documentos deverão ser apresentados pelos candidatos via Protocolo do Município de Balsa Nova online ou presencialmente. Esta municipalidade não receberá documentos sem Protocolo, certificando data e horário, bem como, não será responsável por falhas de autuação causadas pelos próprios candidatos. A inobservância desta advertência, implicará na desclassificação do candidato (a).

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão realizadas pela internet, conforme cronograma do item 3**,** através do site: **https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno,** após preenchimento dos dados do candidato, selecionar em:

Tipo de Processo: "1-GERAL";
Assunto: 855 - "INSCRIÇÃO – PSS CIRURGIÃO DENTISTA";
Requerimento: Preencher apenas com o Nome Completo do Candidato
Anexar os "DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS E DOCUMENTOS QUE DESEJA PONTUAR"

4.2. O comprovante de inscrição será o protocolo do Processo Administrativo.

4.3. O campo "Assunto" na inscrição deverá obrigatoriamente ser preenchido com o código especificado no item 4.1. tendo a inscrição anulada em caso de utilização de outro código.

4.4. Os candidatos também podem optar por realizar a inscrição no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova e neste caso deverão estar cientes de que o horário de atendimento é **das 8h às 12h e das 13h às 17:00 hs.**

4.5. A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
4.5.1. O candidato é responsável pelas informações prestadas na inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento.

4.6. Não podem se inscrever candidatos que foram servidores públicos e tenham sido dispensados por justa causa, exonerados por inaptidão ao cargo em Avaliação de Estágio Probatório e/ou demitidos após conclusão de Inquérito Administrativo.
4.7. O candidato poderá efetuar inscrição o cargo do Processo Seletivo Simplificado, desde que preencha os requisitos mínimos.

4.8. **NÃO HAVERÁ COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO** e é de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da inscrição, em caso de falsidade nas informações prestadas, o candidato será desclassificado e poderá responder criminalmente.

4.9. Para candidatar-se às vagas enunciadas neste Edital o candidato deverá anexar ao protocolo de inscrição os documentos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles implicará em desclassificação do candidato (exceto o documento de prova de títulos que é opcional):
a) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física – CPF, sendo nacionalidade brasileira ou equiparada;
b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos ou 75 (setenta e cinco) anos completos por ocasião da primeira convocação ou contratação;
c) Certificado de conclusão da graduação em odontologia devidamente registrado, expedido por instituição oficial de ensino e curso reconhecido pelo MEC;
d) Registro no Conselho de Classe - CRO;
e) Documento de prova de títulos e tempo de serviço (**opcional**);
f) ANEXO V ou ANEXO VII (Caso se enquadre).

4.10. Após efetivar a inscrição, o candidato poderá, durante o período de inscrição, incluir ou alterar informações, ou anexar documentos ou comprovantes. Após este período não será mais aceito qualquer tipo de alteração. Documentos inseridos após o último dia da inscrição serão desconsiderados**.**
4.11. Caso seja realizada mais de uma inscrição, será deferido/aceito somente o último número de protocolo.

4.12. São de exclusiva responsabilidade do candidato as informações fornecidas no ato da inscrição, as quais serão verificadas no momento da comprovação dos requisitos para contratação, se aprovado, de modo que qualquer irregularidade ou incongruência nas informações implicará na anulação de todos os atos praticados pelo candidato.
4.13. Ficará reservado aos candidatos afrodescendentes o percentual de 10% das convocações para contratações temporárias que venham a surgir durante o ano letivo.

4.14. Considera-se afrodescendente aquele que assim se declarar, expressamente, no ato da inscrição, conforme o disposto no artigo 4ª, da Lei nº. 14.274/03, combinado com a Lei Municipal 878/2015.

4.15. Para fazer jus à reserva de vagas de afrodescendentes, o candidato deverá preencher e anexar, no ato da inscrição, a declaração ético-racial (ANEXO VII).

4.16. O candidato afrodescendente participará do processo seletivo, em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital, conforme previsto da Lei nº. 14.274/03, combinado com a Lei Municipal 878/2015.
4.17. Ficará assegurado à pessoa com deficiência o percentual de 5% das convocações para contratações temporárias, desde que as atribuições da função sejam compatíveis com a sua deficiência.

4.18. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas nas Leis Estaduais n.18419/15, n. 16.945/11, combinado com a Lei Municipal 877/2015.

4.19. Para fazer jus à reserva de vagas de pessoa com deficiência, o candidato deverá preencher e anexar, no ato da inscrição, o **laudo médico para inscritos como pessoa com deficiência** (ANEXO V)

4.20. Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.
4.21. O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital.

4.22. Uma vez escolhida uma das opções de reserva de vagas como afrodescendente ou pessoa com deficiência, todas as demais inscrições para este Edital serão, obrigatoriamente, para a mesma opção.

4.23. A inscrição em qualquer uma das opções de reserva de vagas implicará em inscrição automática na mesma função na lista de ampla concorrência.
4.24. Não haverá reserva de vagas nas listas de classificação em que haja número de classificados insuficientes para a aplicação do percentual previsto em lei.

5. DA PROVA DE TÍTULOS

5.1. Os títulos anexados que não possuam instrumento que possibilitem sua comprovação junto a instituição deverão estar autenticados via cartório.

5.2. Os critérios para julgamento dos títulos serão referentes à Escolaridade - Grau de Graduação e cursos de especialização (lato sensu); mestrado e doutorado (stricto sensu), e a tempo de serviço, conforme **tabela abaixo.**

TITULOS A SEREM PONTUADOS PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO (FACULTATIVO)		
Certificado de Curso de Pós-graduação Completo na área do cargo pretendido (*lato sensu*)	1,0 por curso	2,0
Diploma de mestrado completo (stricto sensu)	2,0	2,0
Diploma de doutorado completo (stricto sensu)	3,0	3,0
TEMPO DE SERVIÇO (FACULTATIVO)		
Tempo de serviço na função ou cargo de Cirurgião Dentista (**período fevereiro de 2016 a fevereiro de 2026**)	0,3 por ano	3,0
TOTAL		**10,0**

5.2.1. ESCOLARIDADE

5.2.1.1. O candidato que não comprovar a Escolaridade Mínima, **conforme item 4.9,** no ato da inscrição será eliminado do Processo Seletivo
5.2.1.2. A pontuação atribuída a Escolaridade consta na Tabela de Avaliação de Títulos – no item 5.2.

5.2.1.3. A Escolaridade será verificada pela comissão de avaliação.
5.2.1.4. Os títulos informados no momento da inscrição deverão estar legalizados junto aos órgãos competentes.

5.2.1.5. Candidatos que não tenham realizado a Colação de Grau não terão a documentação analisada.

5.2.1.6. O Candidato deverá Comprovar Inscrição Ativa junto ao Conselho Regional da Categoria para o cargo de inscrição comprovado conforme o órgão de classe.
5.2.1.7. Candidatos que não apresentem o Registro no Conselho Regional da Categoria não terão a documentação analisada.

5.2.2. DA PROVA DO TEMPO DE SERVIÇO

5.2.2.1. Será pontuado o tempo de serviço dos últimos 10 (dez) anos, aqui considerado o período entre **fevereiro de 2016 a fevereiro de 2026**, sendo 0,3 (três décimos) para cada ano trabalhado, até o limite de 3,0 (três) pontos, **na função ou cargo de Cirurgião Dentista.**

5.2.2.2. O tempo de serviço será considerado mediante apresentação de declaração expedida pelo Departamento de Recursos Humanos (em caso de órgão público) e/ou apresentação de cópia da carteira de trabalho onde conste a identificação do candidato, cargo exercido e tempo que permaneceu no cargo (preferencialmente carteira de trabalho digital).
5.2.2.3. O tempo trabalhado em mais de um emprego, no mesmo período, será considerado uma única vez.

5.2.2.4. Apenas a fração igual ou superior a 1 (um) ano será convertida em ano completo para fins de contagem de tempo de serviço.

5.2.2.5. O tempo de serviço em estágios de aprendizagem e em cargos comissionados não será aceito e não deverá ser informado.

6. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA NO ATO DA INSCRIÇÃO

6.1. Somente dos candidatos classificados será realizada analise dos títulos e comprovações de tempo de trabalho.
6.2. A análise será feita somente através do sistema, por isso é importante o candidato se atentar ao descrito no item 5.1.

6.3. É de responsabilidade do candidato anexar toda a documentação, de maneira legível, em bom estado de conservação e no formato correto, observando o prazo descrito no Item 2.
6.4. Não serão aceitos documentos entregues por fac-símile, telegrama, correspondência, e-mail, ou outro meio que não seja o especificado neste edital.

6.5. Aos candidatos inscritos as vagas reservadas as Pessoas com Deficiência, torna-se obrigatório a apresentação do Laudo Médico com a devida indicação da espécie e do grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência e os esclarecimentos necessários, com data dos últimos 30 dias.

6.6. Os candidatos que não anexarem a entrega da documentação comprobatória por meio correto dentro do prazo serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo.

6.7. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, comprovada a sua culpa, será excluído do Processo Seletivo.

7. DOS RECURSOS

7.1. Será admitido recurso quanto ao indeferimento das inscrições e quanto ao resultado provisório dos aprovados, formulados por intermédio das fichas constantes no Anexo I deste edital.

7.1.1. Feito o protocolo do recurso pelo candidato, a comissão do processo seletivo providenciará a sua devida análise.
7.2. Os recursos deverão ser devidamente fundamentados, dirigido a Comissão do Processo Seletivo através através do site: https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno, após preenchimento dos dados do candidato, selecionar em:
Tipo de Processo: "1-GERAL";
Assunto: 856 - "RECURSO – PSS CIRURGIÃO DENTISTA";
Requerimento: Preencher apenas com o Nome Completo do Candidato Anexo: Formulário do anexo I.

7.3. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo e formulados por intermédio da ficha constante no Anexo I deste edital.

7.4. Os candidatos podem optar por realizar o protocolo dos recursos no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova e neste caso deverão estar cientes de que o horário de atendimento é **das 8h às 12h e das 13h às 17:00h.**
7.5. Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto nas hipóteses comprovadamente passíveis de causar prejuízos irreparáveis ao candidato, a critério da Comissão.

7.6. A comissão avaliadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de classificação.
8.2. A avaliação da prova de títulos será feita na escala **de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.**

8.3. Em cumprimento à Lei Estadual n.º 14.274/2003, combinado com a Lei Municipal nº. 878/2015 ficam reservadas aos afrodescendentes 10% (dez por cento) das contratações temporárias que venham a surgir durante o ano letivo:
a) A reserva de vagas será observada no momento da convocação.

b) Quando o número de vagas reservadas aos afrodescendentes resultar em fração, arredondar- se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

8.4. Detectada falsidade na declaração a que se refere o item 4.12, sujeitar-se-á o candidato à exclusão do Processo Seletivo e às penas da lei.

8.5. Em cumprimento ao art. 54 da Lei nº 18.419/2015, ficam reservadas aos candidatos inscritos como pessoa com deficiência, no mínimo 5% (cinco por cento) das contratações temporárias que venham a surgir durante o ano letivo:
a) A reserva de vagas será observada no momento da convocação.
b) Caso a aplicação do percentual resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitando o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no certame.

8.6. Observados os percentuais reservados, as regras específicas de arredondamento, o limite máximo da reserva de vagas e as regras de preferência dos itens 4.13 e 4.17, será utilizada a orientação descrita na tabela de pontuação.
8.7. Quando houver candidato classificado como afrodescendente e candidato como pessoa com deficiência convocados simultaneamente, terá preferência o candidato com maior pontuação e, havendo empate, terá preferência o mais idoso, sendo o outro candidato, neste caso, convocado para a próxima vaga antes de nova convocação pela lista de ampla concorrência.
8.8. Na hipótese de não existirem candidatos inscritos para reserva de vagas como afrodescendente ou pessoa com deficiência, as mesmas serão destinadas aos demais candidatos classificados na lista de ampla concorrência, observada a ordem de classificação final.

8.9. Os candidatos classificados além do número de vagas ofertadas integrarão lista de cadastro de reserva, podendo ser convocados, dentro do prazo de validade do presente processo seletivo, consoante necessidade da Administração Municipal.

8.10. Em caso de resultados iguais na prova de títulos e tempo de serviço serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
a) Maior idade, nos termos do artigo 27, § único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

b) Persistindo o empate será considerado o tempo de serviço na função para desempate.
8.11. Os resultados do processo seletivo serão publicados no Diário Oficial do Município
(www.balsanova.pr.gov.br) , nas datas constantes do item 3 deste edital.

9. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

9.1. A convocação do Candidato aprovado ao cargo fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste edital e da legislação vigente.

9.2. A convocação seguirá, rigorosamente, a ordem classificatória do presente Processo Seletivo Simplificado.
9.3. Em virtude da situação emergencial e contratação imediata das vagas previstas, **não** será facultado o pedido de deslocamento para o final da ordem de classificação ao candidato convocado no Processo Seletivo Simplificado 03/2026, devendo o mesmo assinar um termo de desistência.
9.4. A contratação será realizada pelo Departamento de Gestão de Pessoas

9.5. O candidato será convocado através do DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIO tendo até 3 (três) dias úteis para apresentar documentos a partir da convocação conforme Anexo II.

9.6. O candidato após ser contratado não poderá solicitar afastamento de função, readaptação de função ou alegar incompatibilidade com as atribuições da função para a qual foi contratado.
9.7. O contrato terá **prazo mínimo de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, não excedendo o período de 2 (dois) anos. A extinção do vínculo em Regime Especial poderá ocorrer como disposto na Lei Municipal 879/2015.

9.8. Em caso de rescisão antecipada do contrato por parte do contratado, o mesmo terá que cumprir um aviso prévio de 30 dias contados da data do protocolo de pedido de exoneração, e, ou, terá uma multa no valor do salário base da categoria.

9.9. Não será permitido a contratação de servidor que foi contratado através de processo seletivo simplificado do Município de Balsa Nova e rescindir seu contrato vigente para assumir vaga do presente edital no mesmo ano.

10. EXCLUSÃO DO PROCESSO SELETIVO

10.1. Será excluído do processo seletivo o candidato:
a) Que não comprove a escolaridade mínima exigida constante do item 4.9;
b) Que não apresente DECLARAÇÃO conforme ANEXO III deste edital no ato da contratação.
c) Que tiver configurado, no momento da contratação, o acúmulo ilegal de cargos públicos, excetuando-se os casos permitidos pelo artigo 37, XVI, da Constituição Federal;
d) Com contrato já encerrado a pedido, no mesmo ano letivo, e no qual houve atribuição de vagas, por meio de contrato em regime especial via PSS;
e) Que tenha 75 (setenta e cinco) anos completos por ocasião da primeira convocação ou da contratação, de acordo com a Emenda Constitucional n° 20, de 16/12/1998, e Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/2003;
f) Aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;
g) Que tiver comprovada a ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata.

11. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

11.1. Obrigações gerais
a) Executar o serviço zelando pela qualidade do trabalho desenvolvido, sempre em busca da eficiência, efetividade e economicidade em suas ações.
b) Observar, na execução de suas atividades, todas as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde.
c) Registrar o ponto biométrico no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimento de relatórios, referências, documentos, etc.), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde.
d) Executar suas funções conforme as atribuições específicas do cargo para o qual foi selecionado.

11.2. Obrigações específicas do cargo

CIRURGIÃO DENTISTA: Descrição das Atribuições: Coordenar e executar as ações desenvolvidas na área odontológica, regulamentada no exercício da sua profissão; desempenhar atividades de programação e execução relativas à assistência integral à população, na área de saúde bucal e de ensino em serviço, envolvendo a promoção, prevenção e recuperação da saúde; desempenhar atividades técnicas relativas à sua formação profissional, conforme protocolos estabelecidos ou reconhecidos pela instituição e desenvolver ações que visem à proteção, promoção, prevenção, recuperação da saúde nas diversas fases do ciclo de vida; desenvolver atividades de atenção e assistência à saúde segundo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme as necessidades das pessoas, independente da faixa etária, gênero, orientação sexual, fase do ciclo de vida, estado de saúde, condição socioeconômica, escolaridade e limitação física, intelectual, funcional

ou outras; prestar assistência odontológica fornecendo cuidados integrais, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários, conforme as necessidades e circunstâncias dos usuários nos diferentes ciclos de vida e âmbitos da saúde; emitir laudos, pareceres, atestados e licenças no âmbito de sua atividade profissional; prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas, de uso interno e externo, indicadas em Odontologia; realizar controle de material odontológico; encaminhar usuários a outros níveis de atenção, quando necessário, dentro dos princípios da odontologia integral à população em seu contexto social; articular e participar de equipe multiprofissional e intersetorial para o planejamento, programação, execução e avaliação de atividades preventivas e educativas na área de saúde; realizar registros e análise das atividades desenvolvidas em prontuários e/ou formulários próprios e nos sistemas de informação, conforme padrões preconizados pela Instituição; participar da realização de pesquisas e levantamentos epidemiológicos; planejar, propor normas, padrões e técnicas aplicáveis à odontologia integral aos serviços; fazer uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, como medida preventiva ao controle de infecção, nos usuários e no profissional; participar das atividades relacionadas ao gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde, conforme legislação sanitária vigente; atuar em conformidade com as normas e procedimentos de biossegurança; manter organizado o local de trabalho, com zelo pelos insumos, materiais, instrumentais e equipamentos; supervisionar o trabalho dos Auxiliares de Saúde Bucal em Saúde Pública e Técnicos em Saúde Bucal em Saúde Pública, com excelência da clínica, biossegurança e resolutividade das ações em saúde bucal; realizar ações, programas e atividades de promoção, prevenção e educação em saúde à população; contribuir e participar de ações de educação continuada e permanente; atuar em conformidade com as normas de qualidade e segurança ao atendimento ao usuário, família e comunidade, com zelo pela ética, sigilo profissional e valores sociais; desempenhar atividades de apoio à gestão, participar de conselhos e comissões quando convocado e outras correlatas ao cargo; executar outras tarefas correlatas à sua área de atuação de acordo com a sua formação profissional. Eventuais fatores funcionais específicos: Comprovar registro profissional no órgão ou conselho de classe e cumprir a jornada de trabalho, tendo ciência e concordando que o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite e aos sábados, domingos e feriados. (Redação dada pela Lei nº 1356/2024).

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O Processo Seletivo Simplificado 03/2026 será supervisionado, coordenado e executado por duas Comissões constituídas por servidores públicos efetivos da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, devidamente designados para esta finalidade através das Portarias nº 144/2026 e 145/2026.

12.2. O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do Processo Seletivo Simplificado, com a consequente anulação, pela autoridade competente, do ato de contratação para a função, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

12.3. O candidato que ao ser convocado recusar a admissão naquele momento deverá desistir definitivamente da vaga. O não comparecimento na data e horário estipulados também presumir- se-á a desistência do candidato.

12.4. Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, através de publicidade prévia e ampla.

12.5. As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualização, supressões ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, garantida a publicidade de toda e qualquer modificação efetivada.

12.6. O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de 1 (um) ano renovável por igual período.

12.7. O contrato de trabalho previsto neste edital não gera a estabilidade funcional tratada no artigo 41 da Constituição Federal, nem os seus vencimentos geram qualquer equiparação com o funcionalismo público municipal.

12.8. Nos termos do que dispõe o artigo 2º da Lei Municipal nº 879/2015 incisos IV e VI, a extinção do contrato a que se refere o presente processo seletivo ocorrerá automaticamente pelo decurso do prazo de duração, sem que haja necessidade de qualquer outra formalidade.
12.9. É da inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Diário Oficial do Município (www.balsanova.pr.gov.br), a publicação de todos os atos e editais referentes a este processo seletivo.

12.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial para o Teste Seletivo do Processo Seletivo Simplificado 03/2026, pela Secretaria de Saúde e pela Procuradoria Geral do Município de Balsa Nova, em conformidade com este edital e com a legislação vigente, em especial pelo contido no Artigo 2º, inciso VI, da Lei Municipal nº 879/2015.

Balsa Nova, 26 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

ANEXO I - FICHA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
À Comissão Organizadora:

Candidato:
Inscrição Nº:
Requer reconsideração da decisão de indeferimento:

Quanto ao edital;
Quanto à inscrição;
Quanto ao Classificação Provisório;

Motivo do Recurso (Apresentar argumentação lógica e consistente):

Documento(s) Anexado(s):

Balsa Nova, de de 20

Assinatura do Candidato(a) Parecer da Comissão:
( )Deferido ( )Indeferido
Assinaturas:

ANEXO II – ROL DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ASSUNÇÃO DO CARGO (APENAS PARA CANDIDATOS CONVOCADOS PARA ASSUMIR A VAGA)

Para ser contratado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescido de 01 (uma) cópia, às suas expensas:
1) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2) 1 fotos 3x4 recentes
3) CTPS (pág da foto e verso) e o número do PIS;
4) Comprovante de abertura de conta corrente no banco informado pelo departamento de gestão de pessoas, contendo o número da agência e conta;
5) Comprovante de endereço atual;
6) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
7) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral;
8) Avaliação médica de saúde ocupacional a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas;
9) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;
10) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.

11) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do anexo IV deste Edital.
12) CPF dos dependentes.

13) Consulta Qualificação Cadastral – e-social (http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml) . Tendo em vista a implantação do e Social, instituído pelo Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o candidato deverá apresentar impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral, obtida através do site http://portal.esocial.gov.br/, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos". Caso a mensagem exibida seja diferente, deverão ser providenciadas as correções, conforme orientações constantes na consulta.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI DEMITIDO OU EXONERADO DO SERVIÇO PÚBLICO

Eu,_, abaixo assinado(a), brasileiro(a),_(estado civil), portador (a) de RG nº SSP/_e CPF nº , declaro para o fim específico de contratação pelo Processo Seletivo Simplificado Nº de , que não fui demitido (a) ou exonerado (a)do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data da contratação, e que não perdi o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado e a ser cumprida ou em cumprimento.
A não verdade da declaração prestada é considerada como crime de falsidade ideológica sujeitando- me às penas da lei.

- PR, de de 20_(Município)

Balsa Nova,

(Assinatura)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUANTO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA
Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Eu, ..., RG.
..... DECLARO, sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação
remunerada que:

( ) não exerço outro cargo, emprego ou função pública. ( ) exerço outro cargo, emprego ou função pública.

Os campos abaixo somente deverão ser preenchidos no caso do declarante ocupar outro cargo, emprego ou função pública.
1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE/CARGO

Unidade: ..... Fone: .....

Endereço:.....Bairro:.....
.....Cidade:..... Cargo/emprego/função: .....Regime Jurídico: .....
2 - HORÁRIO DE TRABALHO:

Carga horária semanal: .....

Horário de trabalho: .....

Remuneração: .....

Balsa Nova, .

(Assinatura)

ANEXO V - LAUDO MÉDICO PARA INSCRITOS COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nome:
RG:_UF:
CPF:
Data de Nascimento: / / Sexo:
A - Tipo da Deficiência:
B – Código CID:
C – Limitações Funcionais:
D – Função pretendida:
E - PARECER DO MÉDICO ESPECIALISTA NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA:

De acordo com a função pretendida, declaro que a deficiência do candidato é:
( ) COMPATÍVEL para exercer a função de .

( ) INCOMPATÍVEL para exercer a função de .

Médico Examinador Assinatura do candidato Assinatura e Carimbo/CRM

Local: Data: / /202

ANEXO VI -TERMO DE DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS)

Eu,_,
RG , abaixo assinado (a), desisto, em caráter irrevogável, da minha classificação do Processo de Seletivo Simplificado – PSS regulamentado pelo Edital nº 03/2026 de
/ / .

, de de .

ASSINATURA: RG:

ANEXO VII - DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, ,abaixo assinado, de nacionalidade , nascido em / / ,filho de e de , estado civil , residente e domiciliado à CEP nº , inscrito(a) no CPF sob o nº e no RG nº , candidato do processo seletivo regulamentado pelo Edital nº03/2026, declaro, sob as penas da lei, que sou:

( ) preto ( ) pardo ( ) indígena.

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

, de 202 .

Assinatura do Candidato

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:CA8D3D15

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 232/2026

PORTARIA N.º 232/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, considerando o processo administrativo n.º 7490/2026,
RESOLVE:
Art. 1º – Designar **TANIA KRASNIAK**, registrada na matrícula n.º 31011, ocupante do cargo de "Administrador" como "Gestor de Contratos".
Art. 2º - Ficam designados os servidores com a função de acompanhar e fiscalizar a execução de contratos vigentes, nos termos da Lei n. 8.666/1993 e 14.133/2021, sob a supervisão do Gestor de Contratos que trata o Art.1º desta Portaria:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, ASSESSORIA DE GOVERNO E PROCURADORIA GERAL	
Nome	**Matrícula**
Fernando Magatão	32671
Alessandro Sarnik	30981
Thiago Gionedis Gonçalves	42921
Henrique Ianik Portela Franco	541901
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Eliane do Rocio Cochenski	31131
Vanessa Aparecida Abramoski	42901
Glaci Antônio Merchiori	541910
Givan Antônio Barbosa de Lima Júnior	541995
Regina Célia Moro	46863
Neucimar Aparecida Vieira de Amorim de Souza	46867
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
José Roberto Merchiori	541909
Andreia Pereira	41551
Emerson Massato Watanabe	31001
Anielly Carla Cazassa	542091
Lucas Vinicius Franco Barbosa	541912
Márcia Terezinha Flor Teodoro da Silva	42371
Clarissa Fior dos Anjos	542133
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Adriana Aparecida Kapp	42151
Francieli do Rocio Massuqueto	31541
Ivonete Aparecida Matozo dos Anjos	541907
Renata Bruniera Xavier	29341
Mariane do Rocio Alves Pereira	47044
Carla Natiana Gionedes Chybior	31671
Camila Olle da Luz Szklar	41501
Evandro Wilk	541793
Caroline Alberton Gasparetto	47054
Márcia Moscatelli de Almeida Rodrigues	541741
Márcia Aparecida de Mattos Maia	26851
Graziele Bathke	41651
Sidnei Izidoro	30871
José Galdino França Júnior	541944
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
Amanda Cristina de Oliveira Manicka	541951
João Maria Portela Franco Neto	541914
Jose Isac Pereira da Costa	46886
Mayra Carolina Lech Zornita	541809
Rafael Noboru Takeuchi	43311
Carlos Alberto Groth	541904
Manoel Raimundo Batista	46731
Jackson Carlos da Roza Paini	42441
Keli do Rocio Rossa	31731
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Ana Cristina Franco de Almeida	541913
Anderson Luiz Zanetti	541924
Charize Eloize Savio Jabonski	541940
Danieli Knopik	541762
Thays Amanda Wiebusch de Amorim	542011
Felipe Saldanha de Paula	44431
Joseane de Fátima Zanetti da Luz	541902
Poliene Verner Serena	541911
Thomas Augusto Batistel	542132
Marli do Rocio Kulka	30581

Mônica Kapp Genari	47369
Rozana do Rocio Moreira de Souza	542012
Karina Cordeiro Jacomasso	542022
Viviane Milliorin	42471
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
Oswaldo Dias dos Santos Júnior	30921
Lucas Vieira Machuchek	541923
Júlio Cesar Cardoso	541930
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
Bruna dos Santos	31491
Aline dos Santos Garrett Farias	47033
Aline das Graças Vieira Portela Franco	44681

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 805/2025.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 31 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:83E32792

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026
PROTOCOLO Nº 6562/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação da Microempreendedora Individual ELIZANGELA VENCESLAU CAMPOS BORA, inscrita no CNPJ n.º 47.418.039/0001-97, selecionada através da Plataforma Contrata+Brasil, para execução de manutenção de sistemas de ar condicionado, no imóvel onde é instalada a Farmácia Básica Municipal, localizada na Avenida Brasil, nº 665, Bloco C – Ala Norte, Centro, Balsa Nova – PR**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: ELIZANGELA VENCESLAU CAMPOS BORA 07620619950 inscrito no CNPJ/CPF sob nº 47.418.039/0001-97 com sede na Rua São Roque, nº 112, Bairro Campo do Meio, CEP: 83.604-710, na cidade de Campo Largo/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado - A execução dos serviços deverá contemplar mão-de-obra especializada, bem como equipamentos, ferramentas, EPIs e todos os materiais necessários, incluindo despesas com deslocamento e alimentação do contratado. A contratação abrange a manutenção dos seguintes equipamentos: 10 (dez) aparelhos de ar-condicionado tipo Split; 01 (um) aparelho de ar-condicionado tipo Piso-Teto. Os serviços deverão incluir, no mínimo: limpeza dos filtros de ar; limpeza das serpentinas; higienização das unidades evaporadoras e condensadoras; limpeza de bandejas e drenos; verificação do funcionamento geral dos equipamentos; verificação dos componentes elétricos; aplicação de produto específico para higienização; recarga de gás, quando necessária e testes de funcionamento após a execução dos serviços. A contratação tem por finalidade assegurar o adequado funcionamento dos equipamentos de climatização, garantindo conforto térmico, qualidade do ar nos ambientes e preservação dos aparelhos, prevenindo falhas e contribuindo para o aumento de sua vida útil. O prazo para início da execução dos serviços será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação formal mediante encaminhamento da nota de empenho ou ordem de serviço. Os serviços deverão ser realizados nas dependências da unidade solicitante. A empresa contratada deverá: possuir qualificação técnica compatível com a execução dos serviços; cumprir as normas técnicas e de segurança vigentes; garantir a adequada execução dos serviços, deixando os equipamentos em pleno funcionamento após a manutenção. Os serviços deverão ser prestados de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário compreendido entre 08h30min e 11h00 e das 13h30min às 16h00, mediante prévio agendamento.	SERV	1	2.670,00	2.670,00

Total: R$ 2.670,00 (dois mil, seiscentos e setenta reais)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
12001103020016212333903900000	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 31 de Março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:901A1A63

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº32 / 2025, decorrente de InexigibilidadeN°11/ 2025 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO, NO TRÂMITE INTERNO DE PROCESSOS, RELACIONADOS AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, ACOMPANHAMENTO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DESDE A FASE INICIAL ATÉ A HOMOLOGAÇÃO COM ÊNFASE NA LEI 14.133/2021, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **CELIO AMANCIO FERREIRA CONSULTORIA,** portador do CPF/CNPJ sob nº27.197.187/0001-11, neste ato representada por CELIO AMANCIO FERREIRA, portador do CPF sob n° 10766006972, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 31/03/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 66,000.00, com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir a prestação de serviços em questão, com fundamento da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	59126	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO NO SETOR DE LICITAÇÃO, COMPRAS E SERVIDORES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS ENVOLVIDOS NAS ROTINAS DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA, BEM COMO O	MENSAL	12	5.500,00	66.000,00

BARBOSA FERRAZ, 31 de março de 2026.

Contratante
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
CNPJ:76.950.062/0001-26

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
CELIO AMANCIO FERREIRA CONSULTORIA
27.197.187/0001-11

CELIO AMANCIO FERREIRA
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:BC6D2C58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CHAMADA PUBLICA Nº 01/2026 CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM FULCRO NA LEI Nº 11.947, DE 16/07/2009.

CHAMADA PUBLICA Nº 01/2026

Chamada Pública nº 01/2026 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, com dispensa de licitação, com fulcro na Lei nº 11.947, de 16/07/2009.

A Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à ----------Rua Rui Barbosa, nº 96, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 76.407.568/0001-93, representado neste ato pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 21, da Lei 11.512/2011, e nas Resoluções GGPAA Nº 50/2012 e Nº 56/2013, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de 01/05/2026 à 22/12/2026. Os grupos formais/informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 20/04/2026, às 14:00 horas na Secretaria Municipal de Educação, com sede à Rui Barbosa, nº27, centro, Barra do Jacaré- Paraná.

OBJETO

O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações abaixo.

ITEM	*DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO*	*UNIDADE DE MEDIDA*	*QUANTIDADE*	*VALOR UNITÁRIO*	*TOTAL*
1	**FILÉ DE TILÁPIA- KG** Produto de primeira qualidade. Filé in natura, sem pele e sem espinhas, com coloração uniforme (branca ou levemente rosada), sem manchas escuras ou desidratação. Oriunda de piscicultura familiar, muitas vezes em tanques-rede, garantindo peixe fresco e certificado com o selo**SISBI-POA**(Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Na embalagem deverão constar data de fabricação, data de validade, número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	UNIDADE	180	46,00	8.280,00
2	**POLPA DE FRUTA CONGELADA** Polpa congelada sem açúcar à base natural da fruta, deverá constar no modo de preparo (no rótulo ou ficha técnica) diluição de no mínimo 1 parte de polpa para 4 partes de água. Sabores variados. Deverá ser entregue congelada, com registro no mapa e rótulo. Embaladas em saco de polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	UNIDADE	300	27,00	8.100,00
3	**SORVETE (PICOLÉ) DE UVA** **PICOLÉ DE UVA NATURAL (PALITO)–** sem adição de açúcar. Composto de suco natural de uva (14,5% brix) e polpa de uva (65% brix), sem conservantes. Informação Nutricional 60 gr a unidade VALOR ENERGÉTICO 41,3 Kcal, CARBOIDRATOS 9,8 g, açúcares totais 9,1 mg. Rótulo, contendo a identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. Produto com validade mínima de 365 dias no momento da entrega. A entrega do produto deverá ser realizada por veículo com refrigeração, sendo que este veículo deverá possuir Alvará sanitário, expedida pela vigilância sanitária do município sede da empresa. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	UNIDADE	750	4,00	2.900,00
4	**SORVETE (PICOLÉ) DE LARANJA** **PICOLÉ LARANJA INTEGRAL (PALITO)–** sem adição de açúcar. Composto 100% de suco de laranja integral e polpa de laranja, sem conservantes. Informação Nutricional 60 gr a unidade VALOR ENERGÉTICO 25,2 Kcal, CARBOIDRATOS 5,4 g, PROTEINAS 0,4g, FIBRA ALIMENTAR 0,58g, VITAMINA C 24mg Rótulo, contendo a identificação do produto, ingredientes, tabela nutricional, validade, peso, lote e fabricante. Produto com validade mínima de 365 dias no momento da entrega. A entrega do produto deverá ser realizada por veículo com refrigeração, sendo que este veículo deverá possuir Alvará sanitário, expedida pela vigilância sanitária do município sede da empresa. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	UNIDADE	750	4,00	2.900,00
5	**SUCO MISTO DE LARANJA E MAÇÃ** **Suco natural,** obtida a partir da mistura equilibrada de suco concentrado de maçã e suco de laranja integral. Possui sabor e aroma natural das frutas e cor característica, sem adição de conservantes ou corantes artificiais. Sendo 85,1% de suco de maça e 14,9% suco de laranja. É elaborado por meio de processos controlados de blindagem, homogeneização, não pasteurizado garantindo segurança, qualidade e manutenção das propriedades sensoriais. Envasado em embalagens PET de 4 litros. O produto deverá ter registro no MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO; e Licença de Operação simplificada junto ao IAT – INSTITUTO DE ÁGUA E TERRA; A entrega do produto deverá ser realizada por veículo com refrigeração, sendo que este veículo deverá possuir Alvará sanitário, expedida pela vigilância sanitária do município sede da empresa.	UNIDADE	120	40,00	4.800,00
6	**COLORAU** Colorau (urucum) em pó, 100% puro, sem aditivos (amido/farinha), cor e cheiro característicos, acondicionado em embalagem transparente, resistente e atóxica. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Kg	30	30,00	900,00
7	**CHEIRO VERDE ORGÂNICO** Primeira qualidade, frescas e sãs, com coloração e cheiro característico. No ponto de maturação adequado para o consumo. Intactas, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto murcho e/ou danificado.	Kg	30	21,00	630,00
8	**BATATA** Primeira qualidade, frescas e sãs, com coloração e cheiro característico. No ponto de maturação adequado para o consumo. Intactas, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto murcho e/ou danificado.	Kg	100	5,50	550,00
9	**OVO** Produto de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho e coloração uniforme, com polpa e casca firmes e intactas, sem manchas ou defeitos, nem danos físicos ou mecânicos. Ser originário de plantas sadias, destinado ao consumo in natura, estar fresca. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto murcho e/ou danificado.	DÚZIA	100	12,50	1.250,00
10	**MANDIOCA ORGANICA** Produto sãos e de primeira qualidade, sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto murcho e/ou danificado.	Kg	100	9,80	980,00
11	**ALFACE ORGÂNICO** Primeira qualidade, frescas e sãs. No ponto de maturação adequado para o consumo. Intactas, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto fora do ponto de maturação adequado (“verde”), murcho e/ou danificado.	UNIDADE	100	8,50	850,00
12	**BANANA** No ponto de maturação adequado para o consumo. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos, a casca deve ser firme, sem rachaduras e de cor brilhante. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto fora do ponto de maturação adequado (“verde”), murcho e/ou danificado.	Kg	200	5,00	1.000,00
13	**TOMATE** Primeira qualidade, frescos e sãos. No ponto de maturação adequado para o consumo. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto fora do ponto de maturação adequado (“verde”), murcho e/ou danificado.	Kg	100	6,00	600,00
14	**LARANJA** Primeira qualidade, frescos e sãos. No ponto de maturação adequado para o consumo. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto fora do ponto de maturação adequado (“verde”), murcho e/ou danificado.	Kg	200	4,50	900,00
15	**PEPINO** Primeira qualidade, frescos e sãos. No ponto de maturação adequado para o consumo. Intactos, com todas as	Kg	100	5,50	550,00

	partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto fora do ponto de maturação adequado ("verde"), murcho e/ou danificado.				
					35.190,00

Será solicitada da licitante provisoriamente vencedora a apresentação de amostra do produto ofertado, a qual será analisada pela comissão competente, com a finalidade de verificar a conformidade com as especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste edital.
A amostra deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Rui Barbosa, 27- Centro, Barra do Jacaré, de Segunda a Sexta feira, no horário das 8:30 às12:00 e 13:00 ás16:00.
A não apresentação da amostra no prazo estipulado ou a constatação de desconformidade implicará a desclassificação da proposta, sendo convocada a licitante subsequente, conforme a ordem de classificação. O contrato terá um prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da assinatura do contrato com a possibilidade de renovação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei 14.133/21.
A execução do objeto deverá ser concluída dentro do prazo contratual, contado a partir da emissão da Ordem de Fornecimento. É importante salientar que o fornecedor deverá estar preparado para atender a possíveis demandas emergenciais que venham a surgir durante a vigência do contrato, com agilidade e eficiência, a fim de não prejudicar o bom funcionamento dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratual, o fornecedor ficará sujeito às sanções previstas na legislação aplicável e no contrato.
Estas condições gerais estão sujeitas às disposições contidas na Lei 14.133/21, que regula as licitações e os contratos administrativos pertinentes a esta modalidade de aquisição.

FONTE DE RECURSO
2.2 Recursos provenientes do PNAE

Envelope nº 001- habilitação do Grupo Formal
O grupo Formal deverá apresentar no Envelope n° 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP- Jurídica para associações e cooperativas;
Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Envelope nº 002- Projeto de Venda
4.1 No envelope nº002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução n° 38 do FNDE, de 16/07/2009;

CRITÉRIOS DAS PROPOSTAS:
As propostas serão priorizadas desta maneira:
Agricultores familiares do município de Barra do Jacaré;
Produção agroecológica ou orgânica;
Agricultores de cidades próximas do município de Barra do Jacaré;

6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS
6.1 Imediatamente após a fase de habilitação, deverão ser entregues as amostras dos produtos na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Rui Barbosa, n.º 27, Barra do Jacaré, do dia 24 até o dia 26 de Abril de 2026, até às 16 horas, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, os quais deverão ser submetidas a testes necessários pela Nutricionista responsável.

LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS
7.1 Os alimentos adquiridos deverão ser entregues conforme o cronograma abaixo, na Escola Municipal Pio XII, situado à Rua Paraná, n.º171, e no CMEI Criança Feliz, situado na Rua Silvio Paduim, nº 770, Centro, Barra do Jacaré, semanalmente, conforme cronograma de entrega, nos dias determinados pelo responsável, no período de 01 de Maio à 22 de Dezembro de 2026, no período das 7:30 às 10:30hr na qual se atestará o seu recebimento.

PAGAMENTO
8.1 O pagamento será realizado em até 15 dias após a última entrega do mês, por meio de depósito em conta corrente, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

DISPOSIÇÕES GERAIS
A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal, de segunda a sexta-feira, ou através do site www.barradojacare.gov.br
Para definição dos preços de referência deverá observar o artigo 23 da referida Resolução do FNDE;
Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. 23 §3º e §4º da referida Resolução do FNDE;
Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP por ano civil.
A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação Escolar, conforme o anexo da mencionada Resolução do FNDE.

Barra do Jacaré, 31 de março de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:8A134C98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 86-2022

4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 86-2022

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 86-2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.813.396/0001-14, sita na AV CENTENÁRIO, 3958, 0, Centro, SALA 02, Criciúma/ SC, CEP: 88802000 - Criciúma/SC, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) DIEGO BERNARDA NETTO, portador (a) do CPF sob nº034.464.979-27, domiciliada na AVENIDA VICTOR MEIRELLES, 350, Centro, Criciúma/ SC, CEP: 88802050 - Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 17/11/2022, altera-se a **Cláusula Segunda – Valor Contratual,** acrescentando o valor de 46.680,00 (Quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta reais) sendo este o valor referente à Secretaria de Administração, como descrito na tabela a baixo e a **Cláusula Décima Terceira – Vigência** - Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 31/03/2027.
Itens:

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
1	1	23312	Serviço de Telefonia Digital / FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO TELEFÔNICA, COMPOSTA POR CENTRAL PABX IP, APARELHOS TELEFÔNICOS IP, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO COM SUPORTE TÉCNICO ESPECIAL ESPECIALIZADO, ATUALIZAÇÕES DE TECNÓLOGA, LIGAÇÃO LOCAIS E NACIONAIS PARA TELEFONES FIXOS E MÓVEIS, PORTABILIDADE DE LINHAS TELEFÔNICA QUE ESTÃO NOS CNPJS DA PREFEITURA PARA A TECNOLOGIA SIP, O SISTEMA DEVERÁ FORNECER 60 LIGAÇÕES SIMULTÂNEAS COM CAPACIDADE DE ABRANGÊNCIA PARA ATÉ 600 RAMAIS IP, 60 USUÁRIOS DE CHAT CORPORATIVO, OS SERVIÇOS MENCIONADOS COMPREENDEM A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FORNECIMENTO DE MINUTOS CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO. *01 PABX IP; *01 TELEFONE IP PARA TELEFONISTA; *01 PLACA DE EXTENSÃO, VISUALIZAÇÃO 40 RAMAIS; *13 TELEFONES IP COM FIO; *52 TELEFONES IP SEM FIO; *17 BASE DE TELEFONE SEM FIO; *PACOTE DE MINUTOS ILIMITADO PARA TELEFONES FIXO BRASIL; *PACOTES DE MINUTOS ILIMITADO PARA TELEFONES MÓVEL BRASIL; *60 USUÁRIOS CHAT CORPORATIVO; *USUÁRIOS ADMINISTRADORES CHAT CORPORATIVO. *FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA INTEGRAÇÃO DA REDE PUBLICA DE TELEFONIA DE TELEFONIA COMO OBJETO DESTA LICITAÇÃO. *FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE TELEFONIA IP *IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS *SUPORTE TÉCNICO AOS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS PELA CONTRATADA *SUPORTE NOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM REDE PÚBLICA FORNECIDOS PELA CONTRATADA. *TREINAMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA DE TELEFONIA.	MES	12,00	3.890,00	46.680,00
TOTAL							46.680,00

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSO FINANCEIRO
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento geral vigente:

Dotações					
Exercício	**Conta**	**programática**	**Fonte**	**Natureza**	**Grupo da fonte**
2025	00810	04.122.0301.2017	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

CLÁUSULA SEGUNDA- Efeitos:

• As alterações e condições estabelecidas neste Termo Aditivo terão efeitos prospectivos, passando a vigorar integralmente a partir da data de publicação.

• As demais cláusulas e condições do contrato original que não foram expressamente alteradas ou revogadas por este Aditivo permanecem válidas e em pleno vigor.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 31/03/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***DIEGO BERNARDA NETTO***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:66EFE361

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 18-2022

5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 18-2022

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 18- 2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA ORNATUS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa ORNATUS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.934.075/0001-24, sita na Rua Salgado Filho, 550, apartamento 04, Centro, União da Vitória/ PR, CEP: 84600-230 - União da Vitória/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) Cláudia Golec Fialek, portador (a) do CPF sob nº071.382.979-63, domiciliada na Rua Salgado Filho, 550, Centro, apartamento 04, União da Vitória/ PR, CEP: 84600230 - União da Vitória/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 31/03/2022, altera-se a **Cláusula Segunda – Valor Contratual,** acrescentando o valor de 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) sendo este o valor referente à Secretaria de Meio Ambiente, como descrito na tabela a baixo e a **Cláusula Décima Terceira – Vigência** - Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 31/03/2027.
Itens:

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
1	1	21470	ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO E NOVOS ESTUDOS NA FAUNA E FLORA / DEVERA A EMPRESA APRESENTAR: • ESTUDOS MENSAIS DE LEVANTAMENTO DE DADOS IN LOCO/PRIMÁRIOS DOS SEGUINTES GRUPOS: MASTOFAUNA, AVIFAUNA, HERPETOFAUNA (RÉPTEIS E ANFÍBIOS), ICTIOFAUNA, QUIRÓPTEROS (MORCEGOS) E FLORA. • REALIZAR O MONITORAMENTO DA QUALIDADE ÁGUA DOS CORPOS HÍDRICOS UTILIZANDO PARÂMETROS BIOLÓGICOS, FÍSICOS E QUÍMICOS. • DEVERÁ APRESENTAR ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) REFERENTE AO GRUPO ESTUDADO; • ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA FAUNA ESTAÇÃO ECOLÓGICA CACHOEIRINHA; • APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE COM OS RESULTADOS DOS ESTUDOS; • A EMPRESA ESPECIALIZADA DEVERÁ TER OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO ESTUDOS DE CADA GRUPO; • DEVERÁ TER EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO (ARMADILHAS FOTOGRÁFICAS), NO MÍNIMO DEZ (10); • DEVERÁ PERMANECER NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO MÍNIMO SETE DIAS, DURANTE CADA AMOSTRAGEM MENSAL; • SÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA O DESLOCAMENTO, A ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO; • DEVERA A EMPRESA PARTICIPAR DE TODAS AS REUNIÕES REFERENTES AO CONSELHO GESTOR E MEIO AMBIENTE; • DEVERA AOS PROFISSIONAIS DA EMPRESA, A PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TODOS OS TRABALHOS E PESQUISAS REFERENTE A ESTAÇÃO ECOLÓGICA CACHOEIRINHA, CONFORME A AGENDA DE APRESENTAÇÃO SOBRE A TÁBUA DE AVALIAÇÃO SOBRE O ICMS ECOLÓGICO, PROMOVIDO PELO IAT (INSTITUTO DE ÁGUA E TERRA); • DEVERA AOS PROFISSIONAIS DA EMPRESA, A PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS E PESQUISAS REFERENTE A ESTAÇÃO ECOLÓGICA MUNICIPAL CACHOEIRINHA AO MENOS UMA VEZ POR ANO, OU QUANDO FOR SOLICITADO PELA CÂMARA DE VEREADORES DESTE MUNICÍPIO; • APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS E PESQUISAS REFERENTE A ESTAÇÃO ECOLÓGICA MUNICIPAL CACHOEIRINHA EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, DUAS VEZES AO ANO. HABILITAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA • ATESTADO (S) E/OU DECLARAÇÃO (ÕES), EM NOME DA PROPONENTE, EXPEDIDO (S) POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, DE EXECUÇÃO PRÁTICA EM ESTUDOS DE MONITORAMENTO DE FAUNA E FLORA E ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; • DECLARAÇÃO DA EMPRESA INFORMANDO O TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS, RESPONSABILIZANDO-SE PELAS INFORMAÇÕES DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS, EM HABILIDADES TÉCNICAS NAS ÁREAS INDIVIDUAIS DE ATUAÇÃO; • A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR PROFISSIONAIS COM QUALIFICAÇÃO MÍNIMA E COM EXPERIÊNCIA EM CADA GRUPO DE ESTUDO E EM ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, DEVENDO SER APRESENTADA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (CERTIFICADOS DE GRADUAÇÃO, REGISTRO PROFISSIONAL E COMPROVADO POR MEIO DE CURRÍCULO LATTES); • A EMPRESA, BEM COMO OS PROFISSIONAIS, DEVERÁ APRESENTAR CADASTRO NO CONSELHO REGIONAL DE CLASSE, ALÉM DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA (CTF/AIDA). • ATESTADO DE VISITA TÉCNICA EMITIDO PELO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, POR MEIO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SENDO QUE A VISITA DEVERÁ SER EFETUADA ATÉ 3 (TRÊS) DIAS ÚTIL ANTERIOR À ABERTURA DOS ENVELOPES (REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO), MEDIANTE AGENDAMENTO PELOS TELEFONES (42) 3652 – 1358.	MENSAL	12,00	12.500,00	150.000,00
TOTAL							150.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSO FINANCEIRO
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento geral vigente:

Dotações					
Exercício	**Conta**	**programática**	**Fonte**	**Natureza**	**Grupo da fonte**
2025	00810	04.122.0301.2017	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

CLÁUSULA SEGUNDA- Efeitos:

• As alterações e condições estabelecidas neste Termo Aditivo terão efeitos prospectivos, passando a vigorar integralmente a partir da data de publicação.

• As demais cláusulas e condições do contrato original que não foram expressamente alteradas ou revogadas por este Aditivo permanecem válidas e em pleno vigor.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 31/03/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***CLÁUDIA GOLEC FIALEK***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:9A2F57DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 16-2021

7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 16-2021

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 16- 2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA L2F SISTEMAS WEB LTDA - ME

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa L2F SISTEMAS WEB LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.491.159/0001-35, sita na Avenida João Paulino Vieira Filho, 45, Zona 01, Sala 14, Maringá/ PR, CEP: 87020015 - Maringá/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) LUCIANO FERRARI FRANCISCO, portador (a) do CPF sob nº039.968.309-71, domiciliada na Avenida João Paulino Vieira Filho, 47, Centro, Maringá/ PR, CEP: 87020015 - Maringá/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 31/03/2021, altera-se a **Cláusula Segunda – Valor Contratual,** acrescentando o valor de 3.675,00,00 (Três mil, seiscentos e setenta e cinco reais) sendo este o valor referente à Secretaria de Administração, como descrito na tabela a baixo e a **Cláusula Décima Terceira – Vigência** - Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 31/03/2027.
Itens:

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
1	1	6515	ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS SITE DO MUNICIPIO / ATUALIZAÇÃO DO PAINEL DE GESTÃO DE CONTEÚDO, ALTERAÇÃO DE LAYOUT PARA A PREFEITURA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO. MANUTENÇÃO, SUPORTE, HOSPEDAGEM E E-MAIL OFICIAIS. O LAYOUT DO WEBSITE DEVERÁ SER RESPONSIVO, PERMITINDO O ACESSO ATRAVÉS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS; ALTERAÇÃO DO DESIGNER NO MÍNIMO UMA VEZ AO MÊS, CONFORME PEDIDO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OU CONFORME CALENDÁRIO DE EVENTOS DO REFERIDO MÊS. O SERVIÇO JÁ DEVERÁ CONTEMPLAR A HOSPEDAGEM DO WEBSITE PELO PERÍODO DE 12 MESES. ATUALIZAÇÃO DO BANNER ROTATIVO; GABINETE; GALERIA DO PREFEITO; LEGISLAÇÃO; SECRETARIAS; DADOS MUNICÍPIO; HISTÓRIA; TELEFONES UTEIS; TURISMO E LAZER; AÇÕES E PROGRAMAS; GALERIA DE FOTOS; NOTÍCIAS; NOTÍCIAS EM DESTAQUE; OBRAS PUBLICAS; EVENTOS REALIZADOS (GALERIAS DE FOTOS); AGENDA DE EVENTOS; LINKS EXTERNOS; VÍDEOS; ACESSIBILIDADE; PORTAL DE TRANSPARÊNCIA, LICITAÇÕES, PROCESSOS SELETIVOS, CONCURSO, CADASTRO DE FORNECEDORES, HOLERITE ONLINE, RPPS – REGIME PRÓPRIA DE PREVIDÊNCIA, PROPOSTA DIGITAL, LEGISLAÇÃO: CADASTRO DE LEIS MUNICIPAIS COM A POSSIBILIDADE DE CATEGORIZAÇÃO DAS LEIS PARA PESQUISA NO PORTAL QUE POSSIBILITE A CONSULTA POR ANO, CATEGORIA OU PALAVRA-CHAVE; INTEGRAÇÃO COM O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: INTEGRAÇÃO COM O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA JÁ UTILIZADO PELA PREFEITURA, POSSIBILITANDO A CRIAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES, CRIAÇÃO DE CADASTRO DE RELATÓRIOS EM PDF E CRIAÇÃO DE LINKS EXTERNOS; ESTATÍSTICAS DE ACESSO E DEMAIS SERVIÇOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. ATUALIZAÇÃO DO PORTAL DO FORNECEDOR: PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO, COM DIVULGAÇÃO DO STATUS DA LICITAÇÃO, MECANISMO DE CADASTRO OPCIONAL DE FORNECEDOR PARA DOWNLOAD DO EDITAL E ANEXO, DISPONIBILIZANDO NO PAINEL DE GESTÃO DO PORTAL AS INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES CADASTRADOS E NÚMEROS DE DOWNLOADS REALIZADOS. COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES, OS AVISOS DAS LICITAÇÕES MAIS RECENTES, DEVERÃO SER PUBLICADAS NA HOME DO WEBSITE. CONCURSOS: PUBLICAÇÃO DE EDITAIS DE CONCURSOS, COM SISTEMA ADMINISTRATIVO PARA PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES, EDITAIS, ANEXOS E RESULTADOS, ORGANIZADOS POR ANO E COM RECURSO DE PESQUISA NO BANCO DE CONCURSOS, PROCESSOS NA INTEGRA CONTENDO TODAS AS PEÇAS. SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO: O SISTEMA DEVERÁ POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ELETRONICAMENTE COM GERAÇÃO DE NÚMERO DE PROTOCOLO PARA ACOMPANHAMENTO ATRAVÉS DA INTERNET. O SISTEMA DEVERÁ TAMBÉM PERMITIR QUE O CIDADÃO BAIXE UM FORMULÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SOLICITAÇÃO PRESENCIAL. INFORMAÇÕES DE ESCLARECIMENTO SOBRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO DEVERÃO SER PUBLICADAS NO SISTEMA. PRESTAR SERVIÇOS, ADMINISTRATIVOS PERMANECENDO NO MÍNIMO 8 HORAS POR SEMANA NA SEDE DA PREFEITURA, CASO A MESMA NÃO CONSIGA RESOLVER AS DEMANDAS SOLICITADA PELA ADMINISTRAÇÃO DE FORMA REMOTAMENTE, PARA ATUALIZAÇÕES E PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS, FOTOS, EVENTOS E ETC. ATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE OUVIDORIA E CARTA SERVIÇO CONFORME O DECRETO Nº 9492 DE 05 DE SETEMBRO DE 2018, E A LEI Nº 13.460 DE 26 DE JUNHO DE 2017. E DEMAIS OBRIGAÇÕES SOLICITADAS PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, DE TODAS AS NECESSIDADES PARA MANTER SITE EM PLENO FUNCIONAMENTO, DENTRO DAS NORMAS EXIGIDAS. CASO A EMPRESA POR SUA OPÇÃO DESEJAR CRIAR UMA PAGINA DO SITE, PODERÁ CRIAR SEM CUSTOS ADICIONAIS PARA O MUNICÍPIO. O PRAZO PARA A MIGRAÇÃO DOS DADOS/INFORMAÇÕES DO PORTAL ATUAL PARA O APRESENTADO PELA LICITANTE VENCEDORA, BEM COMO PARA PROCEDER ÀS ADAPTAÇÕES E À CUSTOMIZAÇÃO NECESSÁRIA É DE 15 (QUINZE) DIAS, DEVIDO À URGÊNCIA NO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA.	MENSAL	12,00	306,25	3.675,00

TOTAL							3.675,00

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSO FINANCEIRO
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento geral vigente:

Dotações					
Exercício	**Conta**	**programática**	**Fonte**	**Natureza**	**Grupo da fonte**
2025	00810	04.122.0301.2017	00000	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

CLÁUSULA SEGUNDA- Efeitos:

• As alterações e condições estabelecidas neste Termo Aditivo terão efeitos prospectivos, passando a vigorar integralmente a partir da data de publicação.

• As demais cláusulas e condições do contrato original que não foram expressamente alteradas ou revogadas por este Aditivo permanecem válidas e em pleno vigor.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 31/03/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***LUCIANO FERRARI FRANCISCO***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:
_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:DA18DCAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SECRETARIA DE FINANÇAS
BALANCETE DO ECA - JAN-FEV 2026

RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA	
Período de janeiro e fevereiro de 2026	
R$ 1,00	
Saldo Anterior	Valor
Conta 8151-5	**2.661,86**
Conta 10073-0	**2.551,54**
Receitas	Execução
RECEITAS CORRENTES	**88,07**
Receita Tributária	0,00
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	**88,07**
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	0,00
Outras Receitas de Capital Capital	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**88,07**
Despesas	Execução
DESPESAS CORRENTES	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes - Conta 8151-5	0,00
Outras Despesas Correntes - Conta 10073-0	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**
Investimentos	0,00
Amortização da Dívida	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS	**0,00**
SUPERÁVIT/DEFICIT	**5.301,47**
Saldo Atual	Valor
Conta 8151-5	**2.706,83**
Conta 10073-0	**2.594,64**

JOÃO DE LIMA
Prefeito

CAIO MORILO SANTOS DE OLIVEIRA
Controle Interno

EMANUELLEFURLAN DOS REIS POLLI
Secretária Mun. Finanças

MARCOS NISHIDA AOKI
Contador

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:68161AD2

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF JAN-FEV 2026 - ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO / 2.026			
RGF – ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até fevereiro	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.328.930,95	3.531.493,78	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	
Dívida Contratual	265.230,56	265.230,56	
Empréstimos	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	
De Contribuições Previdencíarias	0,00	0,00	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	265.230,56	265.230,56	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	2.063.700,39	3.266.263,22	
Outras Dívidas	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	20.793.279,14	22.930.477,76	
Disponibilidade de Caixa[1]	20.793.279,14	22.930.477,76	
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.206.041,21	25.370.813,75	
(–) Restos a Pagar Processados	712.512,89	1.900.391,96	
(–) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	700.249,18	539.944,03	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)	-18.464.348,19	-19.398.983,98	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	76.764.275,27	77.250.265,88	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.604.694,00	1.854.694,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI = (IV - V)	75.159.581,27	75.395.571,88	
% DA DC SOBRE RCL AJUSTADA (I/VI)	3,10	4,68	
% DA DCL SOBRE RCL AJUSTADA (III/VI)	-24,57	-25,73	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – <120%>	90.191.497,52	90.474.686,26	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	81.172.347,77	81.427.217,63	
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até fevereiro	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	0,00	0,00	
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	
RP NÃO PROCESSADOS	6.918.111,14	3.888.252,21	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 30/mar/2026 as 08h	e 36m.		
Notas			
[1] A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "OutrasDívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).			
[2] Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".			
JOÃO DE LIMA MARCOS		***NISHIDA AOKI***	
Prefeito Municipal		Contador	

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:9BF250E3

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF JAN-FEV 2026 - ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A ABRIL / 2.026				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1º)				R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	76.764.275,27	65.554.854,72	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	1.604.694,00	1.854.694,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	75.159.581,27	63.700.160,72	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	16.535.107,88	14.014.035,36	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <90%>	14.881.597,09	12.612.631,82	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 30/mar/2026 as 08h e 46m.				

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***	***EMANUELLE FURLAN DOS REIS***
Prefeito Municipal	Contador	Secretária Municipal De Financas

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:9897CE79

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF JAN-FEV 2026 - ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Bimestre de Referência	**Até o Bimestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	77.250.265,88	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	1.854.694,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	75.395.571,88	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESULUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (16%)	12.063.291,50	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	10.856.962,35	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.277.690,03	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Bimestre de Referência	**Até o Bimestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade ResponsávelPREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 08h e 48m.		
[1] Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		
JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***	
Prefeito Municipal	Contador	

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:181BB749

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF JAN-FEV 2026 - ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2.026		
LRF, Art. 48 - Anexo VI		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida		65.554.854,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		63.700.160,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		63.425.690,14
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	24.197.414,97	38,15
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <54,00%>	34.249.872,68	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	32.537.379,04	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	30.824.885,41	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-18.940.590,87	-29,73
Limite definido por Resolução do Senado Federal	76.440.192,86	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.014.035,36	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	10.192.025,72	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	4.459.011,25	7,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 08h e 53m.		

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***
Prefeito Municipal	Contador
EMANUELLE FURLAN DOS REIS	
Secretária Municipal De Financas	

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:593C2B95

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	74.888.942,86	78.630.714,52	12.969.564,27	16,49	12.969.564,27	16,49	65.661.150,25
RECEITAS CORRENTES	74.888.942,86	74.888.942,86	12.849.564,27	17,16	12.849.564,27	17,16	62.039.378,59
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.801.550,00	6.801.550,00	1.033.273,59	15,19	1.033.273,59	15,19	5.768.276,41
Impostos	5.966.500,00	5.966.500,00	952.753,09	15,97	952.753,09	15,97	5.013.746,91
Taxas	835.050,00	835.050,00	80.520,50	9,64	80.520,50	9,64	754.529,50
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.028.100,00	1.028.100,00	171.505,43	16,68	171.505,43	16,68	856.594,57
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.028.100,00	1.028.100,00	171.505,43	16,68	171.505,43	16,68	856.594,57
RECEITA PATRIMONIAL	1.287.286,00	1.287.286,00	409.180,75	31,79	409.180,75	31,79	878.105,25

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.287.286,00	1.287.286,00	409.180,75	31,79	409.180,75	31,79	878.105,25
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	29.040,00	29.040,00	13.527,43	46,58	13.527,43	46,58	15.512,57
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	8.024,62	0,00	8.024,62	0,00	-8.024,62
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	29.040,00	29.040,00	5.502,81	18,95	5.502,81	18,95	23.537,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.573.851,86	65.573.851,86	11.194.695,54	17,07	11.194.695,54	17,07	54.379.156,32
Transferências da União e de suas Entidades	32.945.101,00	32.945.101,00	5.499.389,87	16,69	5.499.389,87	16,69	27.445.711,13
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	18.847.750,86	18.847.750,86	3.292.332,14	17,47	3.292.332,14	17,47	15.555.418,72
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	13.726.000,00	13.726.000,00	2.391.657,53	17,42	2.391.657,53	17,42	11.334.342,47
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	55.000,00	55.000,00	11.316,00	20,57	11.316,00	20,57	43.684,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	169.115,00	169.115,00	27.381,53	16,19	27.381,53	16,19	141.733,47
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.900,00	1.900,00	79,26	4,17	79,26	4,17	1.820,74
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	30.000,00	30.000,00	775,76	2,59	775,76	2,59	29.224,24
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	137.215,00	137.215,00	26.526,51	19,33	26.526,51	19,33	110.688,49
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	3.741.771,66	120.000,00	3,21	120.000,00	3,21	3.621.771,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	3.741.771,66	120.000,00	3,21	120.000,00	3,21	3.621.771,66
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	3.741.771,66	120.000,00	3,21	120.000,00	3,21	3.621.771,66
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	74.888.942,86	78.630.714,52	12.969.564,27	16,49	12.969.564,27	16,49	65.661.150,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	74.888.942,86	78.630.714,52	12.969.564,27	16,49	12.969.564,27	16,49	65.661.150,25
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	74.888.942,86	78.630.714,52	12.969.564,27	16,49	12.969.564,27	16,49	65.661.150,25
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.543.215,79	-	-	1.543.215,79	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	1.543.215,79	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	71.393.680,04	76.678.667,49	19.856.572,36	19.856.572,36	56.822.095,13	8.118.320,06	8.118.320,06	68.560.347,43	6.404.910,42
DESPESAS CORRENTES	69.435.191,04	69.578.069,05	17.271.038,77	17.271.038,77	52.307.030,28	8.079.957,38	8.079.957,38	61.498.111,67	6.401.189,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.498.059,50	33.719.859,50	4.926.884,68	4.926.884,68	28.792.974,82	4.709.110,90	4.709.110,90	29.010.748,60	4.337.485,65
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10,00	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.937.121,54	35.858.199,55	12.344.154,09	12.344.154,09	23.514.045,46	3.370.846,48	3.370.846,48	32.487.353,07	2.063.703,59
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	34.937.121,54	35.858.199,55	12.344.154,09	12.344.154,09	23.514.045,46	3.370.846,48	3.370.846,48	32.487.353,07	2.063.703,59
DESPESAS DE CAPITAL	776.119,00	5.918.228,44	2.585.533,59	2.585.533,59	3.332.694,85	38.362,68	38.362,68	5.879.865,76	3.721,18
INVESTIMENTOS	776.109,00	5.918.218,44	2.585.533,59	2.585.533,59	3.332.684,85	38.362,68	38.362,68	5.879.855,76	3.721,18
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10,00	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.182.370,00	1.182.370,00	0,00	0,00	1.182.370,00	0,00	0,00	1.182.370,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	71.393.680,04	76.678.667,49	19.856.572,36	19.856.572,36	56.822.095,13	8.118.320,06	8.118.320,06	68.560.347,43	6.404.910,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	71.393.680,04	76.678.667,49	19.856.572,36	19.856.572,36	56.822.095,13	8.118.320,06	8.118.320,06	68.560.347,43	6.404.910,42
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	4.851.244,21	-	6.564.653,85
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	71.393.680,04	76.678.667,49	19.856.572,36	19.856.572,36	-	8.118.320,06	12.969.564,27	-	12.969.564,27
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 08h e 54m.									

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:41801861

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO		
RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPITALIZAÇÃO (V)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]					
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM					

EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM	APORTES REALIZADOS
CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal	0,00
Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores	0,00
Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	0,00

Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	SALDO ATUAL
(FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - RPPS (IX) = (VII +	0,00	0,00
VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REPARTIÇÃO (X)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	SALDO ATUAL
(FUNDO EM REPARTIÇÃO)	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO					
RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS					
(XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS			SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa			0,00		
Investimentos e Aplicações			0,00		
Outros Bens e Direitos			0,00		

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00

Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	

JOÃO DE LIMA	*MARCOS NISHIDA AOKI*	*EMANUELLE FURLAN DOS REIS*
Prefeito Municipal	Contador	Secretária Municipal De Financas

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:36B36510

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO		
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	**5.966.500,00**	**952.753,09**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.027.300,00	21.264,99
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	633.000,00	162.125,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.021.200,00	369.571,24
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.285.000,00	399.791,86
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**54.447.500,00**	**8.821.314,68**
2.1- Cota-Parte FPM	33.000.000,00	5.333.051,89
2.1.1- Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	33.000.000,00	5.333.051,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	2.400.385,14
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	230.000,00	36.664,43
2.4- Cota-Parte ITR	35.500,00	11.159,59
2.5- Cota-Parte IPVA	5.800.000,00	1.040.053,63
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	182.000,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**60.414.000,00**	**9.774.067,77**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**R$ 10.889.500,00**	**R$ 1.764.262,94**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	**4.214.000,00**	**679.254,00**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	**14.207.243,00**	**2.403.324,11**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	13.842.550,00	2.401.565,03
6.1.1- Principal	13.726.000,00	2.391.657,53
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	116.550,00	9.907,50
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	2,00	0,02
6.2.1- Principal	1,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	1,00	0,02
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	135.191,00	1.262,21
6.3.1- Principal	135.000,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	191,00	1.262,21
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	229.500,00	496,85
6.4.1- Principal	215.000,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	14.500,00	496,85
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**2.836.500,00**	**627.394,59**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		**VALOR**
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		**34.884,50**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		29.175,61
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		5.708,89
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		**2.438.208,61**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**14.207.243,00**	**2.260.562,52**	**1.866.413,41**	**1.701.395,50**	**394.149,11**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.113.502,00	1.726.167,42	1.726.167,42	1.569.621,68	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	5.478.952,00	462.044,36	462.044,36	425.150,51	0,00

10.1.2- Ensino Fundamental	7.634.550,00	1.264.123,06	1.264.123,06	1.144.471,17	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.093.741,00	534.395,10	140.245,99	131.773,82	394.149,11
10.2.1- Educação Infantil	271.191,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	822.550,00	534.395,10	140.245,99	131.773,82	394.149,11
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**2.260.562,52**	**1.866.413,41**	**1.701.395,50**	**394.149,11**	**0,00**	**0,00**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.260.562,52	1.866.413,41	1.701.395,50	394.149,11	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.726.167,42	1.726.167,42	1.569.621,68	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.681.979,08	1.726.167,42	1.726.167,42	71,84
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	631,11	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	189,33	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	240.332,41	536.910,70	536.910,70	296.578,29	22,34

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	1.286.589,63	29.175,61	0,00	0,00	29.175,61	0,00
19.1- Total das Despesas custeadadsa com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.257.569,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	29.020,24	29.175,61	0,00	0,00	29.175,61	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**6.602.149,50**	**2.939.654,33**	**836.221,25**	**361.976,25**	**2.103.433,08**
20.1- Educação Infantil	518.200,00	65.292,62	7.020,18	6.558,18	58.272,44
20.2- Ensino Fundamental	5.892.618,50	2.866.456,01	825.890,10	352.107,10	2.040.565,91
20.3- Educação de Jovens e Adultos	158.225,00	7.905,70	3.310,97	3.310,97	4.594,73
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	33.106,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**20.618.061,50**	**5.192.311,15**	**2.699.323,69**	**2.060.060,78**	**2.492.987,46**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.268.343,00	527.336,98	469.064,54	431.708,69	58.272,44
21.1.1- Creche	6.268.343,00	527.336,98	469.064,54	431.708,69	58.272,44
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	14.349.718,50	4.664.974,17	2.230.259,15	1.628.352,09	2.434.715,02
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**VALOR**

22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	836.221,25
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	1.764.262,94
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	296.578,29
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(af))	34.496,42
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**2.269.409,48**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.443.516,94	2.269.409,48	23,22

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**1.215.861,64**	**511.347,34**	**554.524,83**	**34.496,42**	**626.840,39**
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.044.465,26	491.857,84	436.258,52	34.496,42	573.710,32
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	90.917,98	0,00	98.776,81	0,00	-7.858,83
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	80.478,40	19.489,50	19.489,50	0,00	60.988,90

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**2.910.880,86**	**391.126,32**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**1.748.230,00**	**262.112,28**
31.1.1- Salário-Educação	1.115.500,00	227.741,97
31.1.2- PDDE	130,00	98,37
31.1.3- PNAE	264.500,00	33.754,40
31.1.4 - PNATE	352.600,00	11,86
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	15.500,00	505,68
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**12.500,00**	**2.539,96**
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**1.150.150,86**	**126.474,08**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	**2.884.780,86**	**388.068,15**	**3.387,00**	**50,81**	**384.681,15**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.403.336,86	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	331.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	1.149.900,00	388.068,15	3.387,00	50,81	384.681,15
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**23.694.173,36**	**5.777.211,65**	**2.801.748,31**	**2.159.149,21**	**2.975.463,34**
33.1- Despesas Correntes	**22.758.903,36**	**4.971.211,66**	**2.763.385,63**	**2.155.428,03**	**2.207.826,03**
33.1.1- Pessoal Ativo	13.385.634,00	1.747.196,19	1.747.196,19	1.588.472,39	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	964.070,00	543.588,80	182.497,20	182.497,20	361.091,60
33.1.4- Outras Despesas Correntes	8.409.199,36	2.680.426,67	833.692,24	384.458,44	1.846.734,43
33.2- Despesas de Capital	**935.270,00**	**805.999,99**	**38.362,68**	**3.721,18**	**767.637,31**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	935.270,00	805.999,99	38.362,68	3.721,18	767.637,31

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**VALOR**	
	FUNDEB (ah)	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	214.011,12	120.169,64
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	2.459.728,90	227.741,97
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	1.819.661,81	78.091,06
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	854.078,21	269.820,55
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	63.960,78	57,15
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	327.857,95	65,40
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	590.181,04	269.812,30

1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9.Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***	***EMANUELLE FURLAN DOS REIS***
Prefeito Municipal	Contador	Secretária Municipal De Financas

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:54893DBE

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 09 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I)			Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.918.228,44	2.585.533,59	3.332.694,85
Investimentos	5.918.218,44	2.585.533,59	3.332.684,85
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10,00	0,00	10,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.918.228,44	2.585.533,59	3.332.694,85
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OUROS (III) = (II - I)	5.918.228,44	2.585.533,59	3.332.694,85
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 09h e 11m.			
Nota: Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			
JOÃO DE LIMA		***MARCOS NISHIDA AOKI***	
Prefeito Municipal		Contador	

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:BB3F7E80

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 10 - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME				
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
2025 a 2100				
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				Em Reais
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	**RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)**	**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)**	**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)**	**SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)**
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00

2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00

2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 09h e 12m.				
JOÃO DE LIMA			***MARCOS NISHIDA AOKI***	
Prefeito Municipal			Contador	
EMANUELLE FURLAN DOS REIS				
Secretária Municipal De Financas				

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:8578CA1B

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM ASPS

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	5.966.500,00	5.966.500,00	952.753,09	15,97
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.027.300,00	1.027.300,00	21.264,99	2,07
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	633.000,00	633.000,00	162.125,00	25,61
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.021.200,00	2.021.200,00	369.571,24	18,28
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.285.000,00	2.285.000,00	399.791,86	17,50
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	54.447.500,00	54.447.500,00	8.821.314,68	16,20
Cota-Parte FPM	33.000.000,00	33.000.000,00	5.333.051,89	16,16
Cota-Parte ITR	35.500,00	35.500,00	11.159,59	31,44
Cota-Parte IPVA	5.800.000,00	5.800.000,00	1.040.053,63	17,93
Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	2.400.385,14	15,79
Cota-Parte IPI-Exportação	230.000,00	230.000,00	36.664,43	15,94
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	182.000,00	182.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	60.414.000,00	60.414.000,00	9.774.067,77	16,18

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	523.528,00	523.528,00	106.647,96	20,37	74.581,90	14,25	68.823,17	13,15
Despesas Correntes	504.170,00	504.170,00	106.647,96	21,15	74.581,90	14,79	68.823,17	13,65
Despesas de Capital	19.358,00	19.358,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.122.738,00	1.122.738,00	83.846,78	7,47	63.708,89	5,67	58.364,35	5,20
Despesas Correntes	1.085.868,00	1.085.868,00	83.846,78	7,72	63.708,89	5,87	58.364,35	5,37
Despesas de Capital	36.870,00	36.870,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	14.690.454,00	13.152.454,00	3.277.290,24	24,92	1.658.365,36	12,61	1.440.497,54	10,95
Despesas Correntes	14.671.556,00	13.133.556,00	3.277.290,24	24,95	1.658.365,36	12,63	1.440.497,54	10,97
Despesas de Capital	18.898,00	18.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	16.336.720,00	14.798.720,00	3.467.784,98	23.43	1.796.656,15	12,14	1.567.685,06	10,59

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	3.467.784,98	1.796.656,15	1.567.685,06
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	711.390,49	711.390,49	711.390,49
EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)			
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.756.394,49	1.085.265,66	856.294,57
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		1.466.110,17	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)[1]	1.290.284,32	-380.844,51	-609.815,60
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	28,20	11,10	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidad e Financeira (q) = (XIVd)	Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2026	1.466.110,17	3.467.784,98	2.001.674,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.001.674,81
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.245.274,23	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.897,56	4.416,56	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	555.421,40	64.211,77	49.129,56	-49.129,56
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.613.239,18	0,00	161.976,03	-161.976,03
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)										

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	59.204,01	59.204,01	59.204,01	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	59.204,01	59.204,01	59.204,01	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.125.000,00	2.125.000,00	309.046,05	14,54
Proveniente da União	1.395.000,00	1.395.000,00	309.046,05	22,15
Proveniente dos Estados	730.000,00	730.000,00	0,00	0,00
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	205.295,00	205.295,00	111.983,58	54,55
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.330.295,00	2.330.295,00	421.029,63	18,07

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100

ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.208.952,00	1.208.952,00	112.106,82	9,27	106.682,11	8,82	88.423,29	7,31
Despesas Correntes	1.208.952,00	1.208.952,00	112.106,82	9,27	106.682,11	8,82	88.423,29	7,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	929.515,00	929.515,00	28.928,02	3,11	15.408,41	1,66	12.043,92	1,30
Despesas Correntes	818.860,00	818.860,00	28.928,02	3,53	15.408,41	1,88	12.043,92	1,47
Despesas de Capital	110.655,00	110.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	96.700,00	96.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	96.700,00	96.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	78.815,00	78.815,00	5.564,49	7,06	5.564,49	7,06	5.564,49	7,06
Despesas Correntes	76.825,00	76.825,00	5.564,49	7,24	5.564,49	7,24	5.564,49	7,24
Despesas de Capital	1.990,00	1.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.313.982,00	2.313.982,00	146.599,33	6,34	127.655,01	5,52	106.031,70	4,58

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	1.732.480,00	1.732.480,00	218.754,78	12,63	181.264,01	10,46	157.246,46	9,08
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	929.515,00	929.515,00	28.928,02	3,11	15.408,41	1,66	12.043,92	1,30
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.122.738,00	1.122.738,00	83.846,78	7,47	63.708,89	5,67	58.364,35	5,20
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	96.700,00	96.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	14.769.269,00	13.231.269,00	3.282.854,73	24,81	1.663.929,85	12,58	1.446.062,03	10,93
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	18.650.702,00	17.112.702,00	3.614.384,31	21,12	1.924.311,16	11,24	1.673.716,76	9,78
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 09h e 17m.								

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:6FF4708D

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
1º Bimestre de 2026		
RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO FINAL Até o Bimestre**
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	74.839.022,01	75.071.850,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 09h e 19m.											

Nota:

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:36BF8FEE

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

PODER EXECUTIVO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	
LRF, Art. 48 - Anexo XIV	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até Período**
RECEITAS	
Previsão Inicial	74.888.942,86
Previsão Atualizada	78.630.714,52
Receitas Realizadas	12.969.564,27
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.543.215,79
DESPESAS	
Dotação Inicial	71.393.680,04
Dotação Atualizada	76.678.667,49
Despesas Empenhadas	19.856.572,36
Despesas Liquidadas	8.118.320,06
Despesas Pagas	6.404.910,42
Superávit Orçamentário	4.851.244,21
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até Período**
Despesas Empenhadas	19.856.572,36
Despesas Liquidadas	8.118.320,06
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até Período**
Receita Corrente Líquida	77.250.265,88
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	75.395.571,88
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	75.071.850,44

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até Período**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no AMF da LDO (a)**	**Resultado até o Período (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	3.473.972,77	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	934.635,79	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrito**	**Cancelado Até o Período**	**Pagamento Até o Período**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	712.512,89	-123.657,35	791.273,77	44.896,47
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	6.918.111,14	1.022.014,51	1.865.758,57	4.030.338,06
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Porder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.630.624,03	898.357,16	2.657.032,34	4.075.234,53

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até Período**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	**% Aplicado Até o Período**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.269.409,48	<18% / 25%>	23,22
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.726.167,42	70%	71,84
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado Até Período**	**Saldo Não Realizado**
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00

Despesa de Capital Líquida	2.585.533,59		3.332.694,85	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	**Valor Apurado Até Período**		**Saldo a Realizar**	
Receita da Alienação de Ativos	25.144,23		6.655,77	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		210.086,97	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até Período**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	**% Aplicado até o Período**	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.796.656,15	15,00	18,38	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		**VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		0,00		
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 09h e 27m.				
JOÃO DE LIMA		***MARCOS NISHIDA AOKI***		
Prefeito Municipal		Contador		

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:9E7D74DC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 9/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: DL9/2026
b) Modalidade: Dispensa
c) Data de homologação: 31/03/2026
d) Objeto da licitação: Aquisição de 03 (três) roçadeiras a gasolina profissionais, destinadas à Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

3356 - RECH E CIA LTDA - ME (08.079.459/0001-34)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	32966 - Roçadeira a gasolina profissional, motor de combustão interna de ciclo 2 tempos, monocilíndrico, refrigerado a ar. Com potência nominal de 1,7 CV (1,25 kW) a 7.500 rpm e cilindrada de 37,7 cm³. Sistema de partida manual retrátil com descompressor. Tanque de combustível com capacidade mínima de 0,75 litros. Transmissão por eixo rígido de aço com diâmetro mínimo de 8 mm e embreagem centrífuga. Conjunto de corte com cabeçote de nylon (bate e solta) e lâmina de três pontas em aço temperado de 255 mm. Guidão ergonômico ajustável e bipartido. Cinto de sustentação duplo acolchoado com engate rápido. Chassi em liga de alumínio. Peso seco máximo de 7,5 kg. Conformidade com NR-12, ABNT NBR ISO 22868, ISO 5349 e certificação INMETRO. Garantia mínima de 12 meses.	UN		3	3.389,00	10.167,00
Total (R$):						10.167,00

Bom Jesus do Sul-PR, 31/03/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FAE1382A

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5869 /2026.

Concede Férias aos Servidores Públicos que especifica.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Férias aos servidores a seguir arrolados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias d Férias	Período Aquisitivo	Período de Férias
Deyvid Ricardo Schmidt Pazuch	2797	Médico Veterinário	15,00	16/07/2025 a 15/07/2026	06/04/2026 a 20/04/2026
Carina Donini Ruppel	654	Professor de Educação Infantil	1,00	18/02/2025 a 17/02/2026	06/04/2026 a 06/04/2026
Aline dos Santos Wiland da Rosa	921	Farmacêutico	11,00	07/10/2024 a 06/10/2025	06/04/2026 a 16/04/2026
Lindomar Aparecida Almeida Pomate	66	Auxiliar de Enfermagem – Em Extinção	5,00	03/07/2023 a 02/07/2024	01/04/2026 a 05/04/2026
Lindomar Aparecida Almeida Pomate	66	Auxiliar de Enfermagem – Em Extinção	30,00	03/07/2024 a 02/07/2025	06/04/2026 a 05/05/2026
Renato Cavalheiro da Rosa	1218	Chefe de Divisão	20,00	05/05/2025 a 04/05/2026	01/04/2026 a 20/04/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus do Sul-PR, 31 de março de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:575C0EE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
ANEXO I - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

ANEXO I - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PR, PARA O EXERCÍCIO DE 2026.						
Versão 1.3 2026						
Nº Ordem	Descrição	Valor Estimado para Licitação	Modalidade de Compra	Depart.	Vencimento	Previsão de Abertura da Licitação
1	Contratação de empresa para fornecimento de software de gestão pública para diversos setores da administração municipal de forma integrada, devendo atender todas as legislações vigentes e órgãois de fiscalização e controle, compreendendo a elaboração, implantação, migração, conversão de base de dados e treinamento de usuários.	R$ 330.000,00	Pregão/R.P	T.I / ADM	31/01/2026	jan/26
2	Aquisição dos veiculos AMBULANCIA R$ 350.000; van de 12 lugares, R$300.000; veiculo utilitário R$140.000,00	R$ 790.000,00	Pregão/R.P	Saúde		jan/26
3	Parcianello – musicalização e organização do coral.	R$ 55.000,00		Educação		jan/26
4	Contratação de empresa para realização de manutenção dos equipamentos existentes no Hospital Municipal, Centro de Saúde e Unidades de Saúde do Município.	R$ 30.000,00	Dispensa	Saúde	19/02/2026	jan/26
5	Curso de Robótica ofertado pelo SESI	R$ 200.000,00	Dispensa	Educação	10/01/2025	jan/26
6	Aquisição de roupas de ballet, quimono, capoeira.	R$ 190.000,00		Social		jan/26
7	Pavimentação asfáltica de estrada vicinal que compreendem, os trechos da Comunidade Rancho Alegre.	R$ 2.800.000,00		Engenharia		jan/26
8	Prestação de Serviços pessoa jurídica para corte de gramas; Capina de Ervas daninhas; Varrer as Ruas, Calçadas e recolher os entulhos de construção e materiais sólidos não contaminados, com carregamento e descarregamento dos resíduos em local apropriado, oriundo dos serviços localizados em ruas, logradouros, praças e espaços públicos. - 20.000 horas.	R$ 150.000,00		Agricultura	29/02/26	jan/26
9	Aquisições de doces a serem entregues nos projetos sociais, dia das crianças e natal.	R$ 25.000,00		Social, Educação	27/03/2026	jan/26
10	Contratação de serviços de profissionais para ministrar aulas de musicalização e organização do coral, nas escolas municipais.	R$ 60.000,00		Educação		jan/26
11	Avaliação ergônomica preliminar de riscos psicossociais e contratação de empresa para realização de exames toxicológicos.	R$ 12.000,00		RH / ADM	09/04/2026	fev/26
12	Pavimentação asfáltica sentido a comunidade teolândia, com extensão de 330 metros.	R$ 390.000,00		Engenharia		fev/26
13	Pavimentação asfáltica de estrada vicinal que compreendem, o trecho da Comunidade São Sebastião, Comunidade Alto Paraíso e Comunidade Tiradentes	R$ 5.500.000,00		Engenharia		fev/26
14	Futuras e eventuais aquisições de tachão Refletivo Bidirecional (dois refletivos) com instalação, para atender à solicitação do Departamento de Obras e Serviços Urbano, objetivando o para o atendimento do Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos	R$ 85.000,00		Engenharia		fev/26
15	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza de caixa de água, dedetização e desratização de prédios públicos do município, que serão prestados conforme necessidade da administração.	R$ 90.000,00	Pregão/R.P	Contratos	24/02/2026	fev/26
16	Contratação de empresa para locação de licença do software do Banco de Preço	R$ 15.000,00	Inexigibilidade	Compras / Adm.	26/03/2026	fev/26
17	Pavimentação asfáltica de vias Rurais em CBUQ, incluindo serviços de preliminares, terraplanagem, base e sub-base, revestimento, na Rodovia Municipal Don Augustinho Sentido a Comunidade do Rio Elias.	R$ 5.800.000,00		Engenharia		fev/26
18	Pavimentação asfáltica sentido a comunidade teolândia, com extensão de 3.810 km	R$ 4.500.000,00		Engenharia		fev/26
19	Pavimentação asfáltica comunidade trinta voltas sentido a comunidade Tiradentes	R$ 5.500.000,00		Engenharia		fev/26
20	Aquisições de equipamentos de proteção individual-EPI`S a ser utilizada conforme necessidade do município	R$ 20.000,00		Luiz	06/03/2026	fev/26
21	Aquisições de gêneros alimentícios, bebidas, camisetas e presente para o Evento em comemoração ao Dia das Mães.	R$ 150.000,00		Gabinete	13/04/2026	fev/26
22	Aquisições de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a serem usados na merenda escolar nas escolas municipais	R$ 400.000,00		Educação	13/04/2026	fev/26
23	Aquisições de produtos de gêneros alimentícios produtos de copa e cozinha para coffee break, coquetéis cursos e eventos	R$ 900.000,00		Educação	15/05/2026	fev/26
24	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Linha Bedin até a divisa de Município	R$ 6.500.000,00		Engenharia		fev/26
25	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Comunidade São Sebastião do Paraíso até a divisa de Município	R$ 6.500.000,00		Engenharia		fev/26
26	Aquisição de concreto usinado, bombeamento, CBUQ (asfalto) e bombeamento.	R$ 3.000.000,00		Engenharia		fev/26
27	Aquisições de Sêmen bovino e fornecimento de exames laboratoriais, vacinas nitrogênio e outros de acordo com os termos e especificações do e.dital e seus anexos.	R$ 160.000,00		Agricultura	04/04/2026	mar/26

28	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnica para a captação de Recursos Federais a Fundo Perdido ou por meio de financiamentos, bem como para Gestão de Convênios da Administração Municipal com os diversos ministérios, secretarias e órgãos do Governo Federal, inclusos os serviços de Prestação de Contas.	R$ 65.000,00	Pregão/R.P	T.I / ADM	19/05/2026	mar/26
29	Contratação de Clínica especializada para realização de castração de cães e gatos de rua do município conforme a Lei Municipal nº 1.734/25.	R$ 40.000,00	Dispensa	Agricultura	12/05/2026	mar/26
30	Aquisições de materiais de limpeza, destinados ao atendimento de todos os departamentos municipais.	R$ 150.000,00	Pregão/R.P	Contratos		mar/26
31	Aquisição de materiais gráficos e impressos para atender as necessidades e suprir o funcionamento diário de toda a estrutura administrativa municipal.	R$ 180.000,00	Pregão/R.P	Contratos	23/04/2026	mar/26
32	Aquisição de portas em aluminio e vidro temperado; corrimão metálico.	R$ 650.000,00		Engenharia	30/01/2026	mar/26
33	Aquisição de placas de inauguração de obras.	R$ 150.000,00		Engenharia		mar/26
34	Aquisições de placas de sinalização para atender as necessidades da administração Municipal.	R$ 200.000,00		Engenharia		mar/26
35	Contratação de empresa para prestar serviços de pintura de prédios publicos.	R$ 650.000,00		Engenharia		mar/26
36	Aquisição de tendas, toldo, cadeiras dobráveis.	R$ 10.000,00		Saúde		mar/26
37	Aquisição de utensílios domésticos e materiais afins, a ser utilizada conforme necessidade do município.	R$ 400.000,00		Educação / ADM	10/06/2026	abr/26
38	Aquisições de peças e serviços de mão de obra para manutenção preventiva, corretiva ou recuperativa da frota municipal.	R$ 700.000,00		Rodoviário	26/05/2026	abr/26
39	Contratação de empresa para realizar a reforma da brinquedoteca.	R$ 400.000,00		Educação		abr/26
40	Aquisição de uma geladeira para farmácia.	R$ 30.000,00		Saúde		abr/26
41	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, na Comunidade Trinta Voltas.	R$ 1.500.000,00		Engenharia		abr/26
42	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Comunidade Santa Catarina.	R$ 3.300.000,00		Engenharia		abr/26
43	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Comunidade Linha Vitória e Sagrada Família.	R$ 5.500.000,00		Engenharia		abr/26
44	Aquisição de material esportivo	R$ 200.000,00		Esporte	11/05/2026	abr/26
45	Aquisição de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas adaptados a agricultura familiar e tecnologias sociais - Plano de ação 09032025-2-088553.	R$ 247.500,00		Agricultura		abr/26
46	Perfuração de poços.	R$ 500.000,00		Agricultura		abr/26
47	Contratação de uma plataforma de cotação de preços, visando a agilidade e efetividade na elaboração do mara comparativo de preços.	R$ 30.000,00		Adm		abr/26
48	Construção de dez unidades habitacionais.	R$ 1.500.000,00		Engenharia		abr/26
49	Aquisição de caminhão 4x4, equipado com Cesto Aéreo, combustível a Diesel, utilizado para manutenção de iluminação pública.	R$ 550.000,00		Engenharia		abr/26
50	Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar para o período noturno para a cidade de Pato Branco conforme itinerário descrito: faculdade mater dei e cursos técnicos; UNIDEP e UTFPR.	R$ 300.000,00	Pregão/R.P	Educação	15/05/2026	abr/26
51	Aquisição de notebooks, projetor e equipamentos eletrônicos para as escolas.	R$ 200.000,00		Educação		abr/26
52	Aquisição de kit de livros.	R$ 100.000,00		Educação		abr/26
53	Aquisição de ônibus.	R$ 700.000,00		Educação		abr/26
54	Contratação de empresa para disponibilizar instrutor de aulas de futebol.	R$ 55.000,00		Educação		abr/26
55	Aquisição de marmitas, lanches e refeições.	R$ 280.000,00	Pregão/R.P	Todos	21/05/2026	abr/26
56	Aquisições de tecidos aviamentos e materiais diversos de artesanatos, para atender as necessidades e aos departamentos do município, e oficinas e projetos no SCFV-Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, desenvolvidos pelo CRAS – Centro de Referência em Assistência Social.	R$170.00,00		Social	25/06/2026	mai/26
57	Contratação de empresa para construção de quiosque no lago.	R$ 400.000,00		Ind. e Com.		mai/26
58	Aquisição de costuras para figurinos de natal.	R$ 80.000,00		Educação		mai/26
59	Reforma de banheiros e sala dos professores do CMEI.	R$ 300.000,00		Educação		mai/26
60	Contratação de empresa para gravação de CD para o natal.	R$ 25.000,00		Educação		mai/26
61	A contratação de empresa para locação de software de orçamentação eletrônica, “SISTEMA AUDATEX”.	R$ 12.000,00	Inexigibilidade	Compras / Adm.	24/06/2026	mai/26
62	Evento para agosto lilás (capacitação, palestrante, brindes).	R$ 70.000,00		Social		mai/26
63	Aquisições de brinquedos e materiais pedagógicos para as escolas municipais.	R$ 90.000,00		Educação	04/07/2026	mai/26
64	Aquisições de cestas básicas para suprirem a demanda do Departamento de Ação Social do Município de Bom Sucesso do Sul a fim de contemplar famílias em situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.	R$ 65.000,00		Social	04/07/2026	mai/26
65	Aquisição kit enxoval e kit higiene para bebês e kit de higiene pessoal a fim de atender as gestantes, idosos e jovens e mulheres carentes ou que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária.	R$ 80.000,00		Social	23/06/2026	mai/26
66	Contratação de Empresa para fornecimento de serviços para reforma do prédio do Restaurante do Lago Municipal, recursos próprios do Município.	R$ 420.000,00		Engenharia		mai/26
67	Pavimentação asfáltica em trecho de estrada vicinal na comunidade linha vitória.	R$ 3.000.000,00		Engenharia		mai/26
68	Pavimentação asfáltica em trecho de estrada vicinal na comunidade são sebastião do paraíso, sentido a comunidade tiradentes.	R$ 6.000.000,00		Engenharia		mai/26
69	Recapeamento asfáltico em ruas do perímetro urbano.	R$ 5.000.000,00		Engenharia		mai/26
70	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Comunidade Cerro Azul sentido a Comunidade Mundo Novo.	R$ 4.100.000,00		Engenharia		mai/26
71	Cobertura de entrada da escola e portão.	R$ 200.000,00		Educação / Engenhar.		mai/26
72	Contratação de empresa para a execução da obra de pavimentação com pedras poliédricas, em trecho de estrada vicinal, sentido a Cabeceira do Bonito, situada na Comunidade da Gruta Nossa Senhora de Lourdes.	R$170.00,00		Engenharia		jun/26
73	Ampliação da Estrutura Fisica do Posto de Saúde UBS de Bom Sucesso do Sul -Pr. Convênio do Estado, Emenda Parlamentar.	R$ 400.000,00	Concorrência	Engenharia		jun/26
74	Aquisição de veículo.	R$ 150.000,00		Social		jun/26
75	Podas de arvores.	R$ 200.000,00		Agricultura		jun/26
76	Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, para a realização do transporte de ida e volta de atletas e comissão técnica das diversas modalidades de esportes, que representam o município de Bom Sucesso do Sul.	R$ 190.000,00		Educação	29/07/2026	jun/26
77	Prestação de serviços de arbitragem, das diversas modalidades de esportes, a serem realizada nas competições promovidas pelo departamento de esporte, que representam o município de Bom Sucesso do Sul.	R$ 90.000,00		Educação	29/07/2026	jun/26
78	Contratações de empresa especializada na elaboração de projetos elétricos, projetos de prevenção de incêndio e projetos hidráulicos e	R$ 300.000,00		Engenharia	12/08/2026	jun/26

	hidrossanitários e outros.					
79	Aquisições de material de decoração para o Natal de 2026.	R$ 250.000,00		Gabinete	26/08/2026	jun/26
80	Solução de comunicação e colaboração em nuvem.	R$ 6.000,00		T.I	19/09/2026	jul/26
81	Ações para família acolhedora (capacitação para equipes e famílias).	R$ 20.000,00		Social		jul/26
82	Aquisição de móveis para todos os departamentos.	R$ 350.000,00		Engenharia		jul/26
83	Aquisições de combustíveis, do tipo, Gasolina Comum, Diesel S-10; entre os Municípios de Irati-Pr e Palmeira-Pr, Km 220 à 280 da BR 277, para abastecimento dos veículos da Municipalidade que transitam fora do domicílio, no trecho Bom Sucesso do Sul/Curitiba.	R$ 32.000,00		Saúde	03/09/2026	jul/26
84	Aquisições, recargas e manutenção de extintores e outros, para atender as necessidades e suprir o funcionamento diário de toda a estrutura administrativa municipal.	R$ 65.000,00		Luiz	03/09/2026	jul/26
85	Aquisição de BOTIJÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, recomendado para transporte de sêmen bovino, com as seguintes características mínimas: capacidade de nitrogênio líquido de 20,5 litros e número de 6 canister; diâmetro interno da boca: 55 mm; altura total: 660 mm; com capacidade para 720 doses (palheta média) e 1.440 doses (palheta fina).	R$ 18.000,00		Agricultura	05/09/2026	jul/26
86	Contratações de serviços de mão de obra, para serviço de eletricista.	R$ 105.000,00		Gabinete	09/10/2026	ago/26
87	Aquisições de Brinquedos para serem entregues no Natal de 2026 para as crianças do município.	R$ 95.000,00		Gabinete	09/10/2026	ago/26
88	Aquisição de equipamentos para 5 salas de aula.	R$ 800.000,00		Educação		set/26
89	Prestação de serviço de inseminação artificial no rebanho bovino em todo território municipal: custear as despesas de pessoal, veículo e combustível.	R$ 125.000,00		Agricultura	22/10/2026	set/26
90	Prestação de serviços de locação de equipamentos, estrutura com instalação, montagem e desmontagem e suporte técnico operacional: de locação de palco, sistema de sonorização, painel de led, grids de alumínio, equipamento de iluminação, banheiros químicos, tendas tipo chapéu de bruxa, seguranças, e aquisição de camisetes, para viabilizar a realização de futuras festividades no Município de Bom Sucesso do Sul – Pr	R$ 100.000,00		Gabinete	31/10/2026	set/26
91	contratação de empresa prestação de serviços continuados de locação de máquinas multifuncionais (copiadora, impressora, fax e scanner), novos ou em excelente estado de uso e conservação, incluindo os serviços de instalação, fornecimento de mão de obra técnica para treinamento de pessoal, manutenção corretiva e preventiva, fornecimento e/ou substituição de peças, componentes, softwares, materiais e insumos utilizados na operação (exceto papel e grampo).	R$ 130.000,00	Pregão/R.P	Contratos / T.I	03/12/2026	out/26
92	Contratação de empresa para aquisição/locação de Equipamentos IP com Fornecimento de Linha, Fornecimento de 15 Linhas com 15 Chamadas simultâneas – ligações ilimitadas para qualquer lugar do Brasil/Fixo e Móvel.	R$ 20.000,00	Dispensa	Adm	01/12/2026	out/26
93	Contratações de serviços de sucção (limpeza) de fossas sépticas (de prédios públicos, fossas comunitárias e de casas de famílias de baixa renda que se encontram no Cadastro Único para Programas Sociais-CadÚnico), com transporte e destinação final dos resíduos coletados em local apropriado.	R$600.00,00		Agricultura	24/11/2026	out/26
94	Aquisições, paver e grama em leiva para atender as necessidades e suprir o funcionamento diário de toda a estrutura administrativa municipal.	R$ 600.000,00		Agricultura	28/11/2026	out/26
95	Aquisição de equipamentos para piscina (material de limpeza, entre outros).	R$ 400.000,00		Educação		out/26
96	Aquisição de aquecedor para a piscina.	R$ 500.000,00		Educação		out/26
97	Aquisições de Brinquedos e jogos terapêuticos para o programa primeira infância a serem utilizados Oficinas nas oficinas da Assistência Social do município.	R$ 20.000,00		Social	25/12/2026	nov/26
98	Aquisições, e serviços de instalação de painéis solares e equipamento periféricos.	R$ 150.000,00		T.I	25/12/2026	nov/26
ADITIVOS 2026						
	Descrição	Valor	Ato	Depto.	Vencimento	
99	clic sistemas – locação de equipamentos	R$ 11.000,00	Aditivo	Câmara	17/01/2026	jan/26
100	Inovanet – fornecimento e suporte técnico fibra óptica	R$ 200.000,00	Aditivo	Adm	11/01/2026	jan/26
101	Transporte escolar municipal	R$ 350.000,00	Aditivo	Educação	17/01/2026	jan/26
102	Editora jornal de Beltrão – publicações no diário local	R$ 195.000,00	Aditivo	Adm	17/01/2026	jan/26
103	Gente seguradora – seguro dos veículos	R$ 40.000,00	Aditivo	Adm	21/01/2026	jan/26
104	Frizzo - serviços de mão de obra, para plantio de grama em leiva, assentamento de paver	R$ 230.000,00	Aditivo	Agricultura	08/01/2026	jan/26
105	Piunature – kits de higiene cras	R$ 4.000,00	Aditivo	Social	28/01/2026	jan/26
106	Deni | Ademir | Fabio - serviços de borracharia	R$ 250.000,00	Aditivo	Adm	23/02/2026	fev/26
107	kits de materiais escolares personalizados	R$ 160.000,00	Aditivo	Educação	24/02/2026	fev/26
108	Komar | Bruna - material elétrico	R$ 940.000,00	Aditivo	Engenharia	26/03/2026	mar/26
109	Marcelo da Rocha – mão de obra para conservação de fontes	R$ 36.000,00	Aditivo	Agricultura	23/03/2026	mar/26
110	PC Zydek – locação por hora trabalhada, rompedor	R$ 250.000,00	Aditivo	Engenharia	12/03/2026	mar/26
111	JCA tecnologia – serviços telefônicos móvel	R$ 18.000,00	Aditivo	Adm	21/03/2026	mar/26
112	Adriana Lucca – aulas de musicalidade	R$ 23.000,00	Aditivo	Educação	26/03/2026	mar/26
113	Vigibrasil – segurança desarmada para eventos da prefeitura	R$ 30.000,00	Aditivo	Adm	09/04/2026	abr/26
114	Mudas de arvores	R$ 350.000,00	Aditivo	Agricultura	27/04/2026	abr/26
115	Debora Nepomuceno – aulas de dança	R$ 24.000,00	Aditivo	Social	11/05/2026	mai/26
116	Óleos e filtros originais	R$ 40.000,00	Aditivo	Rodoviário	14/05/2026	mai/26
117	C Nesi - projetos arquitetônicos	R$ 25.000,00	Aditivo	Engenharia	29/05/2026	mai/26
118	Ar condicionado	R$ 450.000,00	Aditivo	Adm	29/05/2026	mai/26
119	Dieckson Teske – locação de brinquedos infláveis	R$ 75.000,00	Aditivo	Educação	05/06/2026	jun/26
120	Gov BR – locação de software saúde	R$ 45.000,00	Aditivo	Saúde	26/06/2026	jun/26
121	AM Gnoatto – gestão e controle de software	R$ 15.000,00	Aditivo	Engenharia	30/06/2026	jun/26
122	Balabuch transportes – transporte escolar	R$ 85.000,00	Aditivo	Educação	26/06/2026	jun/26
123	Flye desenvolvimento – sites prefeitura e câmara	R$ 27.000,00	Aditivo	Adm	06/06/2026	jun/26
124	Cargas de glp e vasilhames	R$ 60.000,00	Aditivo	Adm	29/07/2026	jul/26
125	Material de expediente	R$ 140.000,00	Aditivo	Adm	17/07/2026	jul/26
126	Artefatos de concreto, tubos, calhas e meios-fios	R$ 1.100.000,00	Aditivo	Engenharia	13/07/2026	jul/26
127	GM Tecnologia – gestão de processos adm	R$ 210.000,00	Aditivo	Adm	13/07/2026	jul/26
128	PE fisioterapia – fisioterapia neurológica	R$ 19.000,00	Aditivo	Saúde	29/07/2026	jul/26
129	Oficinas CRAS	R$ 100.000,00	Aditivo	Social		jul/26
130	Anderson Fabio – aulas de capoeira	R$ 27.000,00	Aditivo	Social	25/07/2026	jul/26
131	Dudacom, marketing – publicidade e propaganda	R$ 175.000,00	Aditivo	Adm	31/07/2026	jul/26
132	Grama sintética, piso emborrachado e outros	R$ 140.000,00	Aditivo	Educação	31/08/2026	ago/26
133	Pneus recapados	R$ 315.000,00	Aditivo	Rodoviário	03/08/2026	ago/26
134	Leandro de Lima – desmontagem, limpeza enfeites natalinos	R$ 40.500,00	Aditivo	Gabinete	06/08/2026	ago/26
135	FCM monitoramento – equipamentos para videomonitoramento	R$ 190.000,00	Aditivo	Adm	02/09/2026	set/26

136	Pneus novos	R$ 897.000,00	Aditivo	Rodoviário	25/09/2026	set/26
137	Silmar Artes – mão de obra para pinturas artísticas	R$ 197.000,00	Aditivo	Educação	18/09/2026	set/26
138	VRX informática – locação de software para gerenciamento da internet	R$ 62.000,00	Aditivo	Adm	18/09/2026	set/26
139	Ligga telecomunicação – link de fibra	R$ 11.000,00	Aditivo	Adm	17/09/2026	set/26
140	Atitude logística – coleta do lixo da saúde	R$ 14.000,00	Aditivo	Saúde	10/09/2026	set/26
141	Debora Nepomuceno – ballet clássico	R$ 47.000,00	Aditivo	Social	25/09/2026	set/26
142	Rodinei Linhares – aulas com instrumentos	R$ 32.000,00	Aditivo	Social	25/09/2026	set/26
143	Combustíveis e outros para atender os veículos e as máquinas da frota municipal	R$ 3.000.000,00	Aditivo	Adm	29/09/2026	set/26
144	F.T Vizimed – segurança e medicina	R$ 140.000,00	Aditivo	RH	26/10/2026	out/26
145	Tinta viária	R$ 152.000,00	Aditivo	Agricultura	23/10/2026	out/26
146	Lavagem de veículos	R$ 65.000,00	Aditivo	Adm	25/11/2026	nov/26
147	contratações de palcos, tendas, sonorização...	R$ 1.500.000,00	Aditivo	Gabinete	04/11/2026	nov/26
148	Transporte de alunos para Francisco Beltrão	R$ 170.000,00	Aditivo	Educação	30/11/2026	nov/26
149	Ponto gestor – licença de uso sistema PTRP	R$ 6.000,00	Aditivo	RH	13/11/2026	nov/26
150	Associação real lince – aulas de karate	R$ 30.000,00	Aditivo	Social	23/11/2026	nov/26
151	Cetric – coleta de lixo do município	R$ 360.000,00	Aditivo	Adm	26/12/2026	dez/26
152	Gráfica e editora – sistema de ensino aprende BR	R$ 260.000,00	Aditivo	Educação	31/12/2026	dez/26
153	Materiais de informática	R$ 500.000,00	Aditivo	Adm		dez/26
154	Frizzo - serviços de mão de obra, para plantio de grama em leiva, assentamento de paver	R$ 230.000,00	Aditivo	Agricultura		dez/26
155	Bruna e Komar - materiais de construção e acessórios	R$ 4.500.000,00	Aditivo	Engenharia	16/12/2026	dez/26

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:07B2F5E2

CHEFE DE GABINETE
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR
Cronograma de Execução Mensal de Desembolso
Artigo 8º da LC n.º 101/2000 (LRF)
Janeiro a Março/2026

DESPESAS	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total	
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Cronograma	Fixação
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Desembolso	Atualizada
Unidade Gestora: 0 - PREFEITURA MUNICIPAL								
Despesas Correntes	3.355.258,93	3.484.400,71	4.263.033,73	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64		
	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	39.173.276,13	39.173.276,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.454.431,05	1.682.786,95	1.642.249,68	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45		
	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	17.161.887,73	17.161.887,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.480,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00		
	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	400.000,00	400.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.867.347,88	1.768.293,76	2.587.464,05	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19		
	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	21.611.388,40	21.611.388,40
Despesas de Capital	1.317.004,86	35.192.963,85	556.420,38	420.173,53	420.173,53	420.173,53		
	420.173,53	420.173,53	420.173,53	420.173,53	420.173,53	420.173,53	40.847.950,86	40.847.950,86
INVESTIMENTOS	1.258.331,16	35.134.570,55	498.027,08	361.780,23	361.780,23	361.780,23		
	361.780,23	361.780,23	361.780,23	361.780,23	361.780,23	361.780,23	40.146.950,86	40.146.950,86
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.757,70	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30		
	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	21.000,00	21.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	56.916,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00		
	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	680.000,00	680.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	36.655,96	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79		
	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	437.944,65	437.944,65
Total da Unidade Gestora 0	4.708.919,75	38.713.845,35	4.855.934,90	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96		
	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	80.459.171,64	80.459.171,64
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL								
Despesas Correntes	71.145,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00		
	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	850.000,00	850.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.418,20	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80		
	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	686.000,00	686.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.726,80	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20		
	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	164.000,00	164.000,00
Despesas de Capital	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
INVESTIMENTOS	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
Total da Unidade Gestora 1	72.819,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00		
	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	870.000,00	870.000,00
TOTAL GERAL	4.781.738,75	38.786.316,35	4.928.405,90	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96		
	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	81.329.171,64	81.329.171,64

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:FFBE614A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026
PROTOCOLO 2026/02/292861
CONTRATANTE: Município de Bom Sucesso do Sul – Estado do Paraná CNPJ nº 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: C M ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA - EPP CNPJ nº 10.528.717/0001-64

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação Direta de profissional ou empresa especializada para prestação de serviços de assessoramento para Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, conforme descritivo abaixo.

Item	Descrição dos Itens:	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS	parcelas	5	**R$ 5.000,00**	**R$ 25.000,00**
				Total dos Itens	**R$ 25.000,00**

VALOR: R$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº: 08.00 – Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo Municipal de Assistência Social; 0824400082.047 – Desenvolvimento de ações de do bloco de financiamento de proteção Social Básica; 33.90.39erviço de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa:633.

JUSTIFICATIVA: Art. 75 inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Bom Sucesso do Sul, 31 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:12D36102

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 06/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 06/2026
PROTOCOLO 2026/12/293012
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ**
CNPJ nº 80.874.100/0001-86.

CONTRATADO/CREDENCIADO: INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS LTDA - EPP
CNPJ/MF sob o nº 01.484.706/0001-39
OBJETO: A presente contratação tem como objeto a contratação Assessoria e consultoria técnico-jurídica para o planejamento e implementação da autonomia administrativa, financeira, orçamentária e contábil do Poder Legislativo de Bom Sucesso do Sul, visando o atendimento pleno do Princípio da Separação dos Poderes. conforme especificações abaixo:

Item	Descrições do Item	Un.	Valor Unit. (R$)	Valor Total Máximo (R$)
1	O trabalho será realizado em quatro fases, sendo a Fase 1: Diagnóstico e Estruturação Normativa, escopo da Consultoria: Alinhamento Estratégico: realização de reuniões de diagnóstico com a Mesa Diretora e servidores para definição das diretrizes políticas e do modelo de gestão a ser implementado; Elaboração de Normativos: redação e revisão das minutas de Atos Normativos (Resoluções e/ou Leis) necessários para criar a estrutura administrativa-financeira, os cargos essenciais e o Sistema de Controle Interno; Assessoria no Processo Legislativo: acompanhamento jurídico da tramitação interna das matérias, prestando o suporte técnico necessário às Comissões e à Mesa Diretora até a aprovação final em Plenário.	4 vezes	R$ 8.000,00	R$ 32.000,00
Valor total R$ 32.000,00				

VALOR: **32.000,00(trinta e dois mil).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à contar com o nº 01.00 Câmara Municipal; 01.01 Câmara de Vereadores; 10310001200.1 Atividades Operacionais do Legislativo; 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 579.

JUSTIFICATIVA: Art. 74 inciso III, da Lei nº 14.133/21.

Bom Sucesso do Sul, 31 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:B73B2EC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO DE SORTEIO E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

ATA DE SESSÃO DE SORTEIO E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
Aos 26 dias do mês de março do ano de 2026, às 14h00min, nas dependências da Prefeitura Municipal de Braganey/PR, deu-se início à sessão de sorteio e conferência dos documentos referentes ao Credenciamento nº 003/2026, destinado à contratação de médicos generalistas, conduzida pelo Agente de Contratação, Sr. Daniel Cruz Bartoski, acompanhado pelo Assessor Jurídico, Sr. Silvio Retka.
Estiveram presentes, ainda, o Secretário de Administração e Planejamento, Sr. Estevo Gonsales Filho, a Assessora de Unidade Administrativa, Sra. Ana Julia dos Reis Barbosa, o Chefe de Gabinete do Prefeito, Sr. Jheison Adryson Cazzo Macedo, o servidor administrativo Sr. Weverton Lozovei, bem como o participante Sr. Kaio Felipe da Silva Rossi Espada, representante da empresa OPR Saúde Ltda.

1. DO SORTEIO E ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Iniciando os trabalhos, foi realizado o sorteio para definição da ordem de convocação dos participantes, sendo estabelecida a seguinte ordem de classificação:

Classificação	Empresa	CNPJ
1º	EDUARDA BACCIN DA LUZ – CLÍNICA MÉDICA	63.442.752/0001-32
2º	RZP SERVIÇOS MÉDICOS	64.508.049/0001-32
3º	JORMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	56.687.741/0001-07
4º	ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA	50.306.377/0001-41
5º	MOVI MED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA	16.993.043/0001-55
6º	MEDICON SERVIÇOS MÉDICOS	65.296.111/0001-32
7º	PLENAMED GESTÃO EM SAÚDE LTDA	29.162.295/0001-84
8º	BALDESSAR SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	64.339.544/0001-65
9º	MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA	55.820.671/0001-90
10º	ALEXANDRE DENARDIN SERVIÇOS MÉDICOS	60.454.561/0001-92
11º	EQUIPE GESTÃO EM SAÚDE LTDA	46.602.691/0001-02

2. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Após a realização do sorteio, iniciou-se a conferência da documentação de habilitação dos participantes, sendo consignado que o representante presente concordou expressamente com a conferência dos documentos até o terceiro colocado.

No curso da análise documental, constatou-se a inabilitação das seguintes empresas, pelos motivos abaixo descritos:

Empresa	CNPJ	Motivo da Inabilitação
MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	43.403.587/0001-92	Ausência das declarações de qualificação técnica exigidas no edital
STEIKI MED LTDA	61.182.459/0001-48	Não apresentou declaração do Conselho de Medicina em documento oficial
RLM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	61.382.655/0001-66	Credenciou apenas 1 (um) médico, em desacordo com o mínimo exigido de 2 (dois) médicos
OPR SAÚDE LTDA	08.581.140/0001-02	Não apresentou a documentação de todos os sócios
A. FERNANDES LTDA	64.746.898/0001-24	Credenciou apenas 1 (um) médico, em desacordo com o mínimo exigido de 2 (dois) médicos
GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	51.082.259/0001-60	Ausência das declarações de qualificação técnica
3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA	55.853.806/0001-14	Ausência de declaração de qualificação técnica
AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	33.458.003/0001-92	Ausência de declaração de qualificação técnica
DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	42.435.382/0001-26	Apresentação de diploma ilegível, impossibilitando a análise
VITALIS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	53.539.972/0001-15	Ausência das certidões/documentações de qualificação técnica exigidas
ASSENCIAL MED SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA	59.677.869/0001-18	Credenciou apenas 1 (um) médico, em desacordo com o mínimo exigido de 2 (dois) médicos

3. REGISTRO COMPLEMENTAR

Registra-se que a empresa ASSENCIAL MED SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA realizou seu credenciamento em 30 de março de 2026, não tendo participado do sorteio realizado na presente sessão. Contudo, após a conferência da documentação apresentada, restou igualmente inabilitada pelos motivos acima expostos.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

Consigna-se que os profissionais e empresas devidamente habilitados serão convocados conforme a necessidade da Administração Pública, observando-se rigorosamente a ordem estabelecida no sorteio e os critérios previstos no edital.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 15h13min, sendo que a conferência dos documentos se estendeu até o dia 30 de março de 2026, lavrando-se a presente ata para os devidos fins.

Braganey/PR, 26 de março de 2026.

ESTEVO GONSALES FILHO
Secretário de Administração e Planejamento

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:1A23E092

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA 02/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 07/2026
Nº Licitação: 02/2026
Modalidade: Dispensa

Objeto: Aquisição de vacinas antirrábicas, para imunização de cães e gatos em condições de vulnerabilidade do município de Califórnia/PR.

FORNECEDOR: APLICAPET 39724032 PRODUTOS E SERVICOS VETERINARIOS LTDA
CNPJ: 39.724.032/0001-75

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES					
Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

01	125	frasco	Vacina antirrábica – cães e gatos frasco com dose única de 1ml administração intramuscular ou subcutânea deve possuir regulamentação pelo ministério da agricultura e pecuária e abastecimento	R$ 14,98	R$ 1.872,50
VALOR TOTAL					**R$ 1.872,50**

Valor Total do Pregão: R$ 1.875,00 (um mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Total Homologado do Processo: R$ 1.872,50 (um mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
09.001.20.608.0026.2060 - 3.3.90.30.00.00 - Fonte 1000 – Red. 532

VALOR TOTAL: R$ 1.875,00 (Mil oitocentos e setenta e cinco reais).

Califórnia, 31 de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:EFDC5D0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO – 001/2024 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº039/2026 (ATO DE PROVIMENTO – NOMEAÇÃO)

O Município de Campo do Tenente – PR, por intermédio de seu Prefeito, Weverton Willian Vizentin, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO a homologação final do resultado do concurso público do Edital nº 01/2024, para provimento de cargos do seu quadro de pessoal permanente, **TORNA PÚBLICO** o presente edital, nos seguintes termos:

1 – **DA CONVOCAÇÃO**
Convoca-se os seguintes servidores:

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Classif	Lista	Nome
16°	AC	Andressa Carneiro Passos

Cargo: Professor – 20H

Classif	Lista	Nome
45°	AC	Patricia Silveira dos Santos

1.1 O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio a ser requisitado no Departamento de Recursos humanos e protocolar impreterivelmente até o dia anterior ao exame admissional. Após o exame, não serão aceitos pedidos de final de lista.
1.2 Caso o candidato não tenha interesse na vaga, deverá assinar o termo de desistência da vaga, que será fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos.

2 – DOS DOCUMENTOS E DAS DECLARAÇÕES:
2.1 O convocado deverá apresentar e protocolar ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Campo do Tenente – PR, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, contados da data da publicação deste Edital de convocação, os documentos abaixo elencados:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar, para o sexo masculino (dispensável caso o candidato tenha 46 anos ou mais).
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Título de Eleitor;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade, com histórico escolar, exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos, se houver;
i) Cópia do comprovante de residência;
j) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
l) Número do PIS/PASEP;
m) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos;
n) Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral;
o) Atestado médico que comprove a deficiência alegada (somente para candidatos optantes pelas vagas PCD).
p) Apresentar ao Departamento de Pessoal as declarações a seguir, devidamente assinadas e reconhecidas em cartório, conforme modelos dos Anexos 1, 2 e 3 (Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992; Declaração de que não

ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a cargo público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um, sob pena de desclassificação; Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
q) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
r) Carteira de Trabalho e PIS/PASEP
s) Comprovante de residência atual
t) Certidão de Casamento e CPF do cônjuge, se houver.
u) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores, se houver.
v) Dados de conta corrente na Instituição Financeira indicada pelo município.
x) Consulta à Qualificação Cadastral do e-Social.
2.3 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, sem justo motivo, será considerado como desistente, independentemente da assinatura do termo de desistência.
2.4 Protocolada toda a documentação, o candidato será submetido a inspeção médica, para atestar aptidão ao exercício do cargo.

3. DO EXAME MÉDICO
3.1 – Apresentados os documentos elencados no item 2, será designado o exame admissional perante a junta médica do Município de Campo do Tenente.
3.2 – De acordo com o cargo, cada candidato deverá apresentar os exames exigidos conforme o **ANEXO 4 no ato do exame admissional.**
3.3 – O exame clínico e o de acuidade visual serão realizados pelo Município, os demais deverão ser providenciados pelo convocado.
3.4 – O candidato convocado somente será nomeado se for julgado **APTO** física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.
3.5 Os candidatos com deficiência serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
3.6 Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato de mesma condição, conforme a ordem de classificação.

4. DA POSSE E DO EXERCÍCIO
4.1 A posse será precedida da apresentação dos documentos (item 2) e de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal (item 3).
4.2 Estando correta a documentação solicitada no item 2, bem como sendo considerado apto pela inspeção médica, será emitida a portaria de nomeação e o candidato assinará o termo de posse.
4.3 A contar da assinatura do termo de posse o servidor terá 30 dias para entrar em exercício.

Campo do Tenente, PR, 30 de Março de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

ANEXO 1
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:	
CPF:	
Endereço:	

Relação de bens, direitos e valores	
Especificação	Valor (R$)
Total:	R$

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder, por meio eletrônico, a guarda das informações constantes neste formulário, bem como das informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 2
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E/OU FUNÇÕES

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro, nos termos do art. 37, inciso XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações desta são expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo.
Não ocupar outro cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos das esferas Federal, Estadual ou Municipal, no âmbito da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.
Ser detentor do cargo/emprego de _____ , na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas semanais e remuneração de R$ _____.
Receber proventos de aposentadoria, por ter se inativado(a) no cargo, emprego e/ou função pública de _____, na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas e proventos de R$ _____.
Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro:
Não ter exercido cargo efetivo ou em comissão, ou emprego de natureza temporária (PSS), nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo efetivo ou em comissão nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo temporário federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 4

Funções	**Exames** **ADMISSIONAL**
•ADVOGADO •ARQUITETO •ASSISTENTE SOCIAL •AGENTE ADMINISTRATIVO -ANALISTA ADMINISTRATIVO - TÉCNICO DE CONTABILIDADE - AUXILIAR DE FARMÁCIA •CONTADOR •ENGENHEIRO •FISCAL GERAL •MONITOR DE ALUNO ORIENTADOR EDUCACIONAL •TÉCNICO ADMINISTRATIVO •TÉCNICO AGRIMENSURA •TÉCNICO AMBIENTAL TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO TÉCNICO DE INFORMÁTICA, TÉCNICO DE RECURSOS HUMANOS TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO TESOUREIRO VIGIAS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296
•MÉDICO CLÍNICO GERAL •CIRURGIÃO DENTISTA •ENFERMEIRO •TÉCNICO ENFERMAGEM •TÉCNICO HIGIENE BUCAL •AUXILIAR DE ENFERMAGEM •AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo:• TGO: • TGP • Ureia • Creatinina: •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV:
MOTORISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536• ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999 Exame toxicológico – PODERÁ SER DISPENSADO SE VIGENTE O CONSTANTE NA CNH
FISIOTERAPEUTA FARMACÊUTICA FONOALDIOLOGA PROFESSOR PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL PSICOLOGO PROFESSOR CMI VIGILANTE SANITARIO EDUCADOR INFANTIL	Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV: 9999
•TÉCNICO EM RADIOLOGIA	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 • TGO: 9999 • TGP: 9999 • Ureia: 1242 • Creatinina: 0456 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Contagem de plaquetas: 9999
•MECANICO GERAL •GARI •SEPULTADOR	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999
NUTRICIONISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EPF: 0974 VDRL
•OPERADOR DE MAQUINAS	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296

	• Audiometria: 0281 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536 • ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:74E6647B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 036/2026 PSS EDITAL Nº 013/2025 CHAMAMENTO PARA ANTECIPAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado PSS/SEMEC N.º 013/2025,

TORNA PÚBLICO

O chamamento dos candidatos relacionados abaixo, aprovados no PSS/SEMEC n.º 013/2025, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL (40 HORAS),** para comparecerem ao Departamento de Gestão de Pessoal, localizado no térreo do prédio da Prefeitura do Município de Campo Magro, na Estrada do Cerne, nº 20.830 – KM 20, na data e horário informados juntamente na lista de chamamento, exclusivamente para realização da avaliação médica e psicológica, devendo apresentar a documentação prevista neste edital.

1. DA FINALIDADE

1.1 O presente Edital tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos(as) classificados(as) para a antecipação da Avaliação Médica e Psicológica, previamente agendada pelo Departamento de Gestão de Pessoal.
1.2 A realização antecipada desta etapa não gera direito à convocação e a contratação, permanecendo está condicionada:
a) à necessidade e conveniência da Administração.
b) ao cumprimento integral das exigências previstas no Edital de abertura do PSS/SEMEC n.º 013/2025;

2. DO COMPARECIMENTO

2.1 O comparecimento no local, data e horário agendados é de responsabilidade exclusiva do (a) candidato (a).
2.2 O não comparecimento à Avaliação Médica e Psicológica na data e horário estabelecidos, bem como a não apresentação da documentação mínima exigida neste Edital, por qualquer motivo, implicará de desistência da etapa e resultará na perda do direito à eventual e futura contratação, nos termos do edital de abertura.

3. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTA ETAPA

3.1 Para realização da Avaliação Médica e Psicológica deverão ser apresentados exclusivamente os seguintes documentos:
I – Cópia e original do documento de Identificação (RG);
II – Cópia e original do Cartão do CPF;
III – Cópia e original do Diploma e/ou Certificado de Conclusão do Curso ou escolaridade exigida para o cargo, devidamente reconhecida pelos órgãos competentes;
IV – Cópia e original do comprovante de residência, onde conste o CEP. (O candidato que não possuir comprovante de residência em seu nome deverá apresentar uma declaração do proprietário do imóvel ou declarar de próprio punho o endereço de residência);
3.2 Os demais documentos exigidos no Edital de Abertura serão apresentados oportunamente, quando da eventual convocação da contratação.

4. DA LEGALIDADE DA MEDIDA

4.1 A antecipação da avaliação médica e psicológica não altera o procedimento seletivo nem modifica as regras estabelecidas no edital de abertura do PSS/SEMEC nº 013/2025.
4.2 Permanecem plenamente aplicáveis as disposições constantes nos itens14 (da convocação) e 15 (da contratação), especialmente quanto a ordem classificatória, forma de convocação e exigências de apresentação integral da documentação prevista no item 14.5.
4.3 Excepcionalmente, a etapa prevista nos itens 14.6 (2ª parte), 14.7 e 14.8 do Edital de abertura será realizada de forma antecipada por meio do presente chamamento, exclusivamente quanto a realização da avaliação Médica e Psicológica.

GABINETE DO PREFEITO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS/SEMEC Nº 013/2025
[...]
14.6 [...] terá a Avaliação Médica e Psicológica, agendada pelo Departamento de Gestão de Pessoal.
14.7 É responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) o comparecimento ao local indicado para a Avaliação Médica, na data e horário agendado pelo Departamento de Gestão de Pessoal.
14.8 O(a) candidato(a) que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para Avaliação Médica, será considerado desistente e não será contratado.

4.4 A convocação, se necessária, ocorrerá em momento posterior, mediante publicação especifica, nos termos do item 14 do edital de abertura.
4.5 A medida fundamenta-se nos princípios da eficiência, razoabilidade e interesse público, visando conferir maior celeridade à eventual contratação, especialmente para assegurar a continuidade do serviço público de educação, sem prejuízos da legalidade, da vinculação ao edital e da isonomia entre os candidatos.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 30 de março de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

DATA DA CONVOCAÇÃO: 06/04/2026 - 14h00

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL (40 HORAS)

Convocação	PCD	Classificação Ampla	Data de Nascimento	Candidatos(as) do PSS 40 h (Edital n.º 013/2025)	Nota
59	N	58	22/09/1983	JULIANA CONSTANTINO DA SILVA SZYCHTA	70
60	N	59	28/01/1984	FRANCIELE SOUZA ANDREOS	70
61	N	60	15/03/1984	JISLAINE MARTINS DA SILVA CUNHA	70
62	N	61	14/08/1985	PAULA CRISTINA RIBEIRO BATISTA	70
63	N	63	20/02/1989	EDILENE SIMONE ALVES PAITRA	70
64	N	64	08/05/1989	RAPHAELA ANNIBELLI	70
65	N	65	10/12/1989	JULIANE GOMES MATIAS	70
66	N	66	02/10/1990	CASSIANE ANDREIA AIDUKE	70
67	N	67	24/07/1992	PAULA ALICE OLIVEIRA FURLAN KARPINSKI	70
68	N	68	26/07/1992	ANA SARA FLORENTINO DE ARAÚJO BORGES	70

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:3355A082

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 033/2026 CONCURSO PÚBLICO EDITAL 002/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, convoca os candidatos relacionados abaixo, aprovados no Concurso Público, **Edital n.º 002/2024**, para os cargos mencionados abaixo, para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado no térreo do prédio da Prefeitura do Município de Campo Magro, na Estrada do Cerne, n.º 20.830 - Km 20, no horário determinado abaixo, para apresentação dos documentos referentes à habilitação do **Edital n.º 002/2024**.
Para investidura no cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO** será exigido dos candidatos aprovados o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação conforme Item 16.3 do Edital 002/2024 e que sejam observados os 16.1 ao 16.9 do Edital n.º 002/2024:
- Carteira de Identidade;
- CPF próprio;
- PIS ou PASEP (se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral a ser emitida a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br);
- Certificado de Reservista, se for do sexo masculino;
- Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- Comprovante de endereço, sem abreviaturas, constando bairro e CEP – duas cópias;
- Documento oficial de permissão do Comando, se candidato militar;
- Declaração de que não é titular de cargo, emprego ou função pública (federal, estadual emunicipal) inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37, da Constituição Federal;
- Declaração de que não é aposentado em cargo público (federal, estadual e municipal)inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do art. 37 e bem como do § 6.º, do art.40, da Constituição Federal;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Documento de comprovação de escolaridade;
- 02 fotos (3x4);
- Declaração de Bens (a ser preenchida em formulário próprio fornecido pelo Departamento deGestão de Pessoal) ou última Declaração Completa Anual de Imposto de Renda;
- Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedidas nos últimos 90 (noventa) diaspela Comarca em que reside (não serão aceitas as certidões emitidas pela internet);
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereçoeletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais expedida nos últimos 90(noventa) dias.

Os candidatos já deverão providenciar a COPIA juntamente com original da documentação contida neste Edital para apresentação na data abaixo.
Os candidatos convocados que não comparecerem no dia e horário da reunião ou não apresentar toda a documentação solicitada perderão o direito à investidura no cargo.
Paço Municipal de Campo Magro,
em 30 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

DATA DA CONVOCAÇÃO: 07/04/2026 - 08H30
CARGO: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO

ORDEM CONVOCAÇÃO	AFRODESCENDENTE	PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
05	S	N	12	ROSIMERY MENDES DE OLIVEIRA	003642	68,000

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:9037AFC6

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 034/2026 CONCURSO PÚBLICO EDITAL 005/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, convoca os candidatos relacionados abaixo, aprovados no Concurso Público, **Edital n.º 005/2024**, para os cargos mencionados abaixo, para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado no térreo do prédio da Prefeitura do Município de Campo Magro, na Estrada do Cerne, n.º 20.830 - Km 20, no horário determinado abaixo, para apresentação dos documentos referentes à habilitação do **Edital n.º 005/2024**.
Para investidura nos cargos de **ASSISTENTE SOCIAL, ENFERMEIRO E ENGENHEIRO AGRÔNOMO** será exigido dos candidatos aprovados o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação conforme Item 16.3 do Edital n.º 005/2024 e que sejam observados os 16.1 ao 16.9 do Edital 005/2024:
- Carteira de Identidade;
- CPF próprio;
- PIS ou PASEP (se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEPno Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral a ser emitida a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br);
- Certificado de Reservista, se for do sexo masculino;
- Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- Comprovante de endereço, sem abreviaturas, constando bairro e CEP – duas cópias;
- Documento oficial de permissão do Comando, se candidato militar;
- Declaração de que não é titular de cargo, emprego ou função pública (federal, estadual emunicipal) inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37, da Constituição Federal;
- Declaração de que não é aposentado em cargo público (federal, estadual e municipal)inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do art. 37 e bem como do § 6.º, do art.40, da Constituição Federal;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Documento de comprovação de escolaridade;
- 02 fotos (3x4);
- Declaração de Bens (a ser preenchida em formulário próprio fornecido pelo Departamento deGestão de Pessoal) ou última Declaração Completa Anual de Imposto de Renda;
- Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedidas nos últimos 90 (noventa) diaspela Comarca em que reside (não serão aceitas as certidões emitidas pela internet);
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereçoeletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais expedida nos últimos 90
(noventa) dias.
- Tendo em vista a implantação do eSocial, instituído pelo Decreto Federal n.º 8.373/2014, o candidato deverá apresentar impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral, obtida no site http://portal.esocial.gov.br/, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos". Caso a mensagem exibida seja diferente, deverão ser providenciadas as correções, conforme orientações constantes na consulta.
- Os candidatos já deverão providenciar a COPIA juntamente com original da documentação contida neste Edital para apresentação na data abaixo.
- Os candidatos convocados que não comparecerem no dia e horário da reunião ou não apresentar toda a documentação solicitada perderão o direito à investidura no cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 31 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

DATA DA CONVOCAÇÃO: 07/04/2026 - 09h30min
Cargo: ENFERMEIRO

ORDEM CONVOCAÇÃO	AFRODESCENDENTE	PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
26	N	N	26	FERNANDA RODRIGUES KERCHENER	004259	51,000

DATA DA CONVOCAÇÃO: 07/04/2026 - 10h30min
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

ORDEM CONVOCAÇÃO	AFRODESCENDENTE	PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
11	N	N	10	JUAREZ PIRES DE SANTANA	000420	64,000

DATA DA CONVOCAÇÃO: 07/04/2026 - 14h30min
Cargo: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

ORDEM CONVOCAÇÃO	AFRODESCENDENTE	PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
7	N	N	6	FERNANDO ALBERTIN	000211	88,000

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:51CF9776

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 035/2026 CONCURSO PÚBLICO EDITAL 003/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, convoca os candidatos relacionados abaixo, aprovados no Concurso Público, **Edital n.º 003/2024**, para os cargos mencionados abaixo, para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado no térreo do prédio da Prefeitura do Município de Campo Magro, na Estrada do Cerne, n.º 20.830 - Km 20, no horário determinado abaixo, para apresentação dos documentos referentes à habilitação do **Edital n.º 003/2024**.
Para investidura no cargo de **PROFESSOR – 20 HORAS** será exigido dos candidatos aprovados o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação conforme Item 18.3 do Edital003/2024 e que sejam observados os 18.1 ao 18.9 do Edital n.º 003/2024:
- Carteira de Identidade;
- CPF próprio;
- PIS ou PASEP (se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEPno Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral a ser emitida a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br);
- Certificado de Reservista, se for do sexo masculino;
- Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- Comprovante de endereço, sem abreviaturas, constando bairro e CEP – duas cópias;
- Documento oficial de permissão do Comando, se candidato militar;
- Declaração de que não é titular de cargo, emprego ou função pública (federal, estadual emunicipal) inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37, da Constituição Federal;
- Declaração de que não é aposentado em cargo público (federal, estadual e municipal)inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do art. 37 e bem como do § 6.º, do art.40, da Constituição Federal;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Documento de comprovação de escolaridade;
- 02 fotos (3x4);
- Declaração de Bens (a ser preenchida em formulário próprio fornecido pelo Departamento deGestão de Pessoal) ou última Declaração Completa Anual de Imposto de Renda;
- Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedidas nos últimos 90 (noventa) diaspela Comarca em que reside (não serão aceitas as certidões emitidas pela internet);
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereçoeletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais expedida nos últimos 90 (noventa) dias..
- Os candidatos já deverão providenciar a COPIA juntamente com original da documentação contida neste Edital para apresentação na data abaixo.
- Os candidatos convocados que não comparecerem no dia e horário da reunião ou não apresentar toda a documentação solicitada perderão o direito à investidura no cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 30 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

DATA DA CONVOCAÇÃO: 07/04/2026 - 13h30
Cargo: PROFESSOR – 20 HORAS

ORDEM CONVOCAÇÃO	AFRODESCENDENTE	PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA	NOME	N.º DE INSCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
45	N	N	44	ELIZANGELA DA SILVA MOREIRA	003995	139,500

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:6401E11B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N.º 138/2026 DATA: 31-03-2026

O Prefeito Municipal em Exercício de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com os Artigos 74 a 80 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias aos Servidores Públicos abaixo relacionados, conforme períodos constantes nos recibos de férias arquivados no assentamento funcional:

Matr.	Servidor(a)	Cargo	Período Aquisitivo	Dias	Período de Férias	Retorno
124052/1	Andrea Olinda de Oliveira Torales de Mattos	Agente de Administração	2024 / 2025	20	06-04-26 a 25-04-26	27-04-26
123477/1	Daniella Scalon	Agente Comunitário de Saúde	2025 / 2026	05	06-04-26 a 10-04-26	13-04-26
124061/1	Douglas Weslem da Silva	Agente de Administração	2024 / 2025	30	23-03-26 a 21-04-26	22-04-26
124188/1	Fernando Dente	Agente de Combate às Endemias	2024 / 2025	15	06-04-26 a 20-04-26	22-04-26
115111/1	Gilmar Antônio Roman	Motorista	2023 / 2024	15	06-04-26 a 20-04-26	22-04-26
123410/1	Jucelia Nunes da Silva	Agente Comunitário de Saúde	2023 / 2024	10	11-03-26 a 20-03-26	23-03-26

124262/1	LaryssaDelabetha Rosa	Odontólogo	2024 / 2025	05	06-04-26 a 10-04-26	13-04-26
123739/1	Maiara Daiane Teixeira	Agente de Administração	2024 / 2025	05*	20-04-26 a 24-04-26	27-04-26
124305/1	Maria Luiza de Carli	Agente de Administração	2024 / 2025	10	23-03-26 a 01-04-26	06-04-26
123211/1	Neureci Batista Ferreira	Agente de Combate às Endemias	2024 / 2025	05	02-03-26 a 06-03-26	09-03-26
117821/1	Roger Lino Bergamin	Odontólogo	2024 / 2025	05	13-04-26 a 17-04-26	20-04-26
117821/1	Roger Lino Bergamin	Odontólogo	2024 / 2025	15	16-03-26 a 30-03-26	31-03-26
118841/1	Rosane Maria da Silva Lima	Agente Comunitário de Saúde	2025 / 2026	05	06-04-26 a 10-04-26	13-04-26
113831/1	Rosemeri Teresinha Bortolini Medeiros	Telefonista	2024 / 2025	30	23-03-26 a 21-04-26	22-04-26
124018/1	Scheilla Fernanda DallabridaJacobowski	Farmacêutico	2024 / 2025	15	15-04-26 a 29-04-26	30-04-26
123750/1	Tatiane Girardi	Agente Ambiental	2024 / 2025	05	06-04-26 a 10-04-26	13-04-26
123511/1	Valdirene de Souza	Agente de Administração	2022 / 2023	15	16-03-26 a 30-03-26	31-03-26
124023/1	Weslley Gileade Krone	Atendente de Farmácia	2024 / 2025	05	23-03-26 a 27-03-26	30-03-26

*****Servidores que além dos dias gozados de férias, converteram 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:3F240E28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 101/2026 DATA: 30-03-2026

SÚMULA: Eleva o Adicional por Tempo de Serviço, Qüinqüênio, aos Servidores Públicos que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, com base no Artigo 162, da Lei Municipal nº 1.784/2012 de 23/03/2012,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica elevado o Adicional por Tempo de Serviço, Quinquênio, a partir do mês de fevereiro de 2026, dos servidores públicos abaixo relacionados:

MATR:	SERVIDOR (A)	CARGO	PERCENTUAL
123541/1	Aline Salla	Professora – LF 01	10%
123558/1	Angelica Maria Candido Villa	Agente de Administração	10%
121861/1	Bernadete Gonçalves Cavalheiro	Auxiliar Serv. Gerais	15%
123554/1	Elisabete Vieira de Jesus	Zelador(a)	10%
123556/1	Geneci de Oliveira Funger	Zelador(a)	10%
123557/1	Jaqueline Rohr Grohalski Gomes	Agente de Administração	10%
121902/1	Joel Pereira	Agente de Defesa Civil	15%
123553/1	Josiane Aparecida da Silva	Zelador(a)	10%
121681/1	Kelly Simone K. Ribeiro	Professora – LF 01	15%
123549/1	Marcia de Fatima Dias Bevilaqua	Professor de Educ. Infantil	10%
123552/1	Marina Amaro da Silva Castilho	Zelador(a)	10%
123545/1	Neusa de Fatima das Dores	Professora – LF 01	10%
123548/1	Rosely Lucila Quinhones	Professor de Educ. Infantil	10%
123555/1	Sandra Aparecida Antunes Garcia	Zelador(a)	10%
121202/1	Silvana Pereira Ribas Neves	Professora – LF 02	15%
123411/1	Sirlei Terezinha Marques	Agente Comum. Saúde	25%

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroativo ao mês de fevereiro de 2026.

Capitão Leônidas Marques - PR, 30 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:DBF1C7BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
3º TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 043/2025 PROCESSO INTERNO Nº 234/2025

Nilton José Teles, Secretário(a) Municipal de Turismo e Cultura , através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Inexigibilidade nº 043/2025**,** realizado no dia 15 de dezembro de 2025 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Chamamento público com a finalidade de se realizar captação de patrocínio, para a realização da XV FRUTFEST,** ficando assim **ADJUDICADO** o Chamamento Público nº 011/2025 em favor das empresas abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: A S CLARO MULTIMARCAS - CNPJ: 41.742.282/0001-80

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
15	1	PROPAGANDA PARQUE DE DIVERSÕES (EXCLUSIVIDADE)		UND	1	4.000,00	4.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

FORNECEDOR: LUIS DE ABREU CARRIEL & FILHOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 14.943.846/0001-70

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
6	1	BRETES ARENA DE RODEIO (INCLUSO ADESIVO)		UND	1	8.000,00	8.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 8.000,00 (oito mil reais).

FORNECEDOR: ODONTOLOGIA SILVA LTDA - CNPJ: 34.660.287/0001-06

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
29	1	MIDIA NO TELÃO (45 SEGUNDOS)		SRV	1	1.500,00	1.500,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Carlópolis, 31 de março de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:103D47F6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 107/2022 PROCESSO INTERNO Nº 203/2022 - (PRAZO E VALOR)

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como **CONTRATANTE** o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-237, neste ato devidamente representado pela Senhora Alana Karolina de Souza Bueno Secretaria Municipal de Administração e Comunicação, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº xxxxxxxx e portadora da Carteira de Identidade RG xxxxxxxxx –SSP/ PR, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025 e de outro lado como **CONTRATADA a** Empresa **C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI**, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 10.745.254/0001-92,** com sede a Rua Marcio Rodrigues De Oliveira, 220, Parque Industrial II, na cidade de Curiúva, Estado de Paraná, CEP 84280000, **Telefone: (43)3545-1057,** E-mail: licitacao@cbrasilserv.com.br, doravante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato pela Senhora Pamella Carneiro Kulik, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxx SSP-PR e CPF nº xxxxxxxx, residente e domiciliada na cidade de Curiúva , Estado de Paraná, que, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO
O presente aditivo de reequilíbrio econômico tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de controladores de acesso.

CLÁUSULA SEGUNDA- VALOR

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	31199	Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de controlador de acesso, diurno.	MES	55	R$ 4.616,54	R$ 253.909,70	SERVICO
2	31200	Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de controlador de acesso, noturno.	MES	115	R$ 5.103,30	R$ 586.879,50	SERVICO

O valor total é de R$ 840.789,20 (oitocentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA
O presente Aditivo tem vigência de 31/03/2026 a 31/03/2027.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no contrato nº 066/2023.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 31 de março de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
Contratante

C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI,
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:45A1790F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2023 PROCESSO INTERNO Nº 051/2023 - (PRAZO E VALOR).

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como **CONTRATANTE** o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-237, neste ato devidamente representado pela Senhora Alana Karolina de Souza Bueno Secretaria Municipal de Administração e Comunicação, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº ---------- e portadora da Carteira de Identidade RG -------- –SSP/ PR, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025 e de outro lado como **CONTRATADA a** Empresa **INFO TELECOM INTERNET LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **20.287.080/0001-15,** com sede na Rua Padre Hugo, 985, Centro, na cidade de Carlópolis, Estado de Paraná, CEP 86420000, **Telefone: (43)3566-1645,** E-mail: felipe@infomaistelecom.com, doravante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato pelo Senhor Bruno Granadier Escorsin, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº ----------/SSP/PR e CPF nº ----------, residente e domiciliado na cidade de CARLÓPOLIS , Estado de Paraná, que, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO
O presente aditivo tem por objeto a Prestação de serviço de conexão de intranet, entre ponto de monitoramento e a central de gravação, com velocidade mínima de 30mbps, para atender demanda da Secretária Municipal de Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA- VALOR

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	31570	Serviço de conexão intranet entre ponto de monitoramento e central de gravamento – 30 MBPS	SRV	12	R$ 745,00	8.940,00	SERVIÇO

Será mantido o mesmo valor de R$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA
O presente Aditivo tem vigência de 31/03/2026 a 31/03/2027.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no contrato nº 067/2023.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 31 de março de 2026

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
Contratante

INFO TELECOM INTERNET LTDA
Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:F85C6A98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026

PREÂMBULO
O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, sito na Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro, na cidade de Centenário do Sul/PR, através do AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO, designada pela Decreto Nº. 135/2024 – 096/2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, vem através deste TORNAR PÚBLICO no uso de suas atribuições legais e considerando as legislações do FNDE, Lei Federal nº 11.947/2009 Lei nº 11.326/2006, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e Resolução CD/FNDE nº 03/2025 e atual Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes, e através da Secretaria Municipal da Educação, a realização do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 para Aquisição de genêros alimentícios diretamente de Agricultura Familiar para alimentação escolar no ano letivo de 2026, destinado à complementação do cardápio, atendendo as necessidades nutricionais previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Centenário do Sul.
Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda:
DO OBJETO
O objeto do presente CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DE AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2026, DESTINADO Á COMPLEMENTAÇÃO DO CARDÁPIO, ATENDENDO AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS PREVISTAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo para o ano letivo.
1.1 Descrição do objeto:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR POR KG	VALOR TOTAL
	1.500KG	**ABACAXI PÉROLA**	**R$ 6,67**	**R$ 10.005,00**
	700KG	**ABOBRINHA VERDE**	**R$ 3,73**	**R$ 2.611,00**
	1.000KG	ACEROLA AO PONTO PARA SUCO	**R$ 21,06**	**R$ 21.060,00**
	1.2000KG	ALFACE CRESPA	**R$ 7,63**	**R$ 9.156,00**
	600KG	ALMEIRÃO	**R$ 5,64**	**R$ 3.384,00**
	4000KG	BANANA PRATA	**R$ 5,80**	**R$ 23.200,00**
	1.200KG	BATATA DOCE	**R$ 3,70**	**R$ 4.440,00**
	800KG	BETERRABA	**R$ 4,08**	**R$ 3.264,00**
	600KG	BRÓCOLIS	**R$ 4,88**	**R$ 2.928,00**
	150KG	CEBOLINHA VERDE	**R$ 20,06**	**R$ 3.009,00**
	800KG	CENOURA	**R$ 6,50**	**R$ 5.200,00**
	800KG	CHUCHU	**R$ 4,27**	**R$ 3.416,00**
	500KG	COUVE FLOR	**R$ 6,31**	**R$ 3.155,00**
	600KG	COUVE MANTEIGA	**R$ 8,63**	**R$ 5.178,00**
	1.200KG	FEIJÃO CPRES – ATÉ TIPO 2	**R$ 5,73**	**R$ 6.876,00**
	5.000KG	LARANJA PERA	**R$ 5,03**	**R$ 25.150,00**
	1.000KG	LIMÃO	**R$ 3,91**	**R$ 3.910,00**
	1.000KG	MAMÃO FORMOSA	**R$ 5,47**	**R$ 5.470,00**
	2.000KG	MANDIOCA DESCASCADA E PICADA	**R$ 6,33**	**R$ 12.660,00**
	2.000KG	MANGA TOMMY	**R$ 5,91**	**R$ 11.820,00**
	2.000KG	MARACUJÁ	**R$ 9,79**	**R$ 19.580,00**
	1.500KG	MELANCIA	**R$ 6,23**	**R$ 9.345,00**
	2.000KG	MEXERICA	**R$ 6,09**	**R$ 12.180,00**
	1.000KG	MILHO VERDE COM ATÉ 3 PALHAS	**R$ 6,98**	**R$ 6.980,00**
	500KG	MORANGO	**R$ 25,61**	**R$ 12.805,00**
	800KG	QUIABIO	**R$ 8,78**	**R$ 7.024,00**
	2.000KG	REPOLHO VERDE/ROXO	**R$ 3,16**	**R$ 6.320,00**
	150KG	SALSA SALSINHA	**R$ 23,39**	**R$ 3.508,50**
	4.000KG	TOMATE CEREJA	**R$ 7,18**	**R$ 28.720,00**
	4.000KG	TOMATE CAQUI	**R$ 3,91**	**R$ 15.640,00**
TOTAL.....R$ 287.994,50				

O presente Chamamento Público tem o valor total de R$ 287.994,50 (Duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos);

3. DA FONTE DE RECURSO

3.1. As despesas decorrentes deste certame correrão por conta do orçamento de 2026, nas seguintes dotações orçamentárias:

Orgão unidade	Funcional programática	Despesas		Fonte
08.001	12.306.0013.2046	Natureza	Código	1042
		33.90.30.00.00	1950	

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. O presente CHAMAMENTO PÚBLICO ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 15 (quinze) dias úteis, a partir da divulgação no Site Oficial/Portal da Transparência e publicação no Órgão Oficial Eletrônico do Município e Portal Nacional de Compras Públicas e https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/atoteca/239519/area/251.

4.2. Os interessados deverão protocolar a documentação para CREDENCIAMENTO **nas datas informadas no aviso de Credenciamento**, via protocolo onlineatravés do link http://centenariodosulprscp.equiplano.com.br:5508/tramitacaoProcesso/#/abertura-processo/entidade/508, cópia deste instrumento convocatório, seus respectivos modelos, adendos e anexos estarão disponíveis no site da https://www.centenariodosul.pr.gov.br/.

4.3. Os interessados a participar no presente CHAMAMENTO deverão acompanhar as publicações referentes ao processo no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – no endereço eletrônico https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.4. O envio de qualquer documento, recurso, pedidos de esclarecimento e/ou outras comunicações formais que se fizerem necessárias referentes ao presente processo licitatório,dar-se-ão,***preferencialmente***, via ***protocolo online*** atravésdo link http://centenariodosulprscp.equiplano.com.br:5508/tramitacaoProcesso/#/abertura-processo/entidade/508 ou diretamente no sítio oficial do Município, no endereço https://www.centenariodosul.pr.gov.br/, aba Serviços > Protocolo Online > Protocolos, selecionando o assunto Licitação/Credenciamento.

4.5. A abertura de *protocolo online* gerará automaticamente numeração e código de acompanhamento referente ao procedimento permitindo a consulta do andamento do processo.

5. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

HABILITAÇÃO - deverá conter:

5.1. FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).

- O Fornecedor Individual deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:
- a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, emitido nos últimos 60 dias;
- a declaração de atendimento de requisitos normas higiênico-sanitários previstos em lei específica, quando for o caso(Anexo XI); e
- a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda (modelo de declaração do agricultor familiar – produção própria para grupos informais ou fornecedores individuais - Anexo V);
- modelo da declaração conjunta (Anexo IX);
- Declaração de conhecimento do edital, seus anexos, instruções e procedimentos,(Anexo X);

5.2. HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

- O Grupo Informal deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:
- a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, emitido nos últimos 60 dias;
- a declaração de atendimento de requisitos normas higiênico-sanitários previstos em lei específica, quando for o caso (Anexo XI); e
- a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda (modelo de declaração do agricultor familiar – produção própria para grupos informais ou fornecedores individuais - Anexo V);

- modelo da declaração conjunta (Anexo IX);
- Declaração de conhecimento do edital, seus anexos, instruções e procedimentos,(Anexo X);

5.3. HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

- O Grupo Formal deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:
- a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- o extrato da DAP/CAF Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados (modelo de declaração do agricultor familiar – produção própria grupos formais - ANEXO IV);
- a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados (Anexo III).
- a declaração de atendimento de requisitos normas higiênico-sanitários previstos em lei específica, quando for o caso, quando for o caso (anexo XI);
- modelo da declaração conjunta (Anexo IX);
- Declaração de conhecimento do edital, seus anexos, instruções e procedimentos,(Anexo X);

6. PROJETO DE VENDA

6.1. Os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme Anexo VI, VII ou VIII deste edital, de acordo com a Resolução CD/FNDE n.º 06/2020 e Resolução CD/FNDE Nº 3, de 04 de fevereiro de 2025.

6.2. A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata no dia após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado no https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar, após resultado da publicação da relação dos proponentes e no prazo de até 05 (cinco) dias o(s) selecionado(s) será(ão) convocado(s) para assinatura do(s) contrato(s).

6.3. O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 30 da Resolução do FNDE que dispõe sobre o PNAE.

6.4. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP/CAF Física de cada agricultor familiar fornecedor, quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP/CAF jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

6.5. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 (cinco) dias, conforme análise da Comissão Julgadora.

7. CRITÉRIO DA SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

7.1. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

7.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

7.3. O grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

7.4. O grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

7.5. O grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

7.6. O grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

7.7. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

7.8. Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

7.9. Para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP/CAF(s);

7.10. No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 2º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP/CAF(s).

7.11. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

7.12. Os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais deCooperativas (detentoras de DAP/CAF Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP/CAF);

7.13. No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 2º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP/CAF Jurídica;

Resolução CD/FNDE Nº 3 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2025

"Art. 29

§ 3º Caso a entidade executora não obtenha as quantidades necessárias de itens oriundos de grupo de projetos de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com os projetos de Região Geográfica Imediata, de Região Geográfica Intermediária, do estado, ou do País, nesta ordem.

§ 4º Das aquisições de gêneros alimentícios da Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, identificada por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, realizadas pelas entidades executoras, de que trata o caput, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do

19/02/25, 09:58 RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 3, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2025 (*) - RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 3, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2025 (*) - DOU - Imprensa Nacional

https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cd/fnde-n-3-de-4-de-fevereiro-de-2025-*-611348521 1/2

valor adquirido deverá ser em nome da mulher, comprovado por nota fiscal de venda.

§ 5º Entende-se por Família Rural Individual a UFPA, identificada pela DAP ou pelo CAF, conforme legislação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA.

§ 6º A mulher membro da UFPA de que trata o § 4º será identificada por meio de número de CPF, e no extrato do CAF deve constar como mão de obra.

§ 7º A aquisição de que trata o § 4º será comprovada por meio de nota fiscal de venda, emitida em nome e CPF da mulher." (NR)

"Art. 35

4º .....
I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres, não havendo prioridade entre estes:
a) grupo formal de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres deverão ter, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) de cooperados/associados com DAP ou CAF Pessoa Física no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica;
b) grupos informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres deverão ter em sua composição 100% (cem por cento) de integrantes com DAP ou CAF Pessoa Física;
c) no caso de empate entre os grupos formais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres, terão prioridade aqueles que apresentarem maior número de DAP ou CAF Pessoa Física no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica; e
d) no caso de empate entre grupos informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e mulheres, terão prioridade aqueles que apresentarem o maior número de integrantes destes públicos, com DAP ou CAF Pessoa Física;
.....
III - os grupos formais sobre os grupos informais, estes sobre os fornecedores individuais, e estes, sobre as Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar, conforme normativos vigentes publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
.....
§ 5º Na etapa de seleção, para aplicação dos critérios de prioridade de que trata o § 4º, somam-se as DAPs ou CAFs, Pessoa Física, dos grupos prioritários constantes no extrato da DAP ou CAF Pessoa Jurídica." (NR
Em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

8. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

SERÁ DISPENSADO A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS.

9. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma abaixo:
Os gêneros alimentícios oriundos da contratação deverão ser entregues de acordo com cronograma a ser apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, elaborado pela Nutricionista,do Município após a contratação,diretamente na Cozinha Central, localizada na Rua Vereador Maziad Felício, nº 567;

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a última entrega do mês, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida nos seguintes locais: Na sede da Prefeitura Muncipal de Centenário do Sul, situada a Praça Padre Aurélio Basso, 328, Centro, Centenário do Sul-Pr e site oficial do Município: www.centenariodosul.pr.gov.br.
11.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.
11.3. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/CAF/Ano/Entidade Executora, e obedecerá as seguintes regras:
11.4. Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/CAF/Ano/E.Ex.
11.5. Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP/CAF jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:
11.6. Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP/CAF jurídica x R$ 40.000,00.
11.7. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do chamamento público e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo I - Dos Contratos, art. 124 da Lei 14.133/2021.
Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DE PREÇOS;
ANEXO II MODELO DE CONTRATO DE VENDA;
ANEXO III DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS (GRUPOS FORMAIS);
ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR – PRODUÇÃO PRÓPRIA GRUPOS FORMAIS;
ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR – PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS;
ANEXO VI MODELO DE PROJETO DE VENDA PARA OS GRUPOS FORMAIS;
ANEXO VII MODELO DE PROJETO DE VENDA PARA OS GRUPOS INFORMAIS;
ANEXO VIII MODELO DE PROJETO DE VENDA PARA OS FORNECEDORES INDIVIDUAIS; ANEXO IX DECLARAÇÃO CONJUNTA;
ANEXO X DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL, SEUS ANEXOS, INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS.
ANEXO XI DECLARAÇÃO – NORMAS HIGIÊNICA SANITÁRIA.

Centenário do Sul/PR, 20 de fevereiro de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:828EE1F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

MUNICIPIO DE CERRO AZUL - PR		
INSTITUTO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE CERRO AZUL		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO 2026 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO		
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	17.389.196,98	2.889.261,37
Receita de Contribuições dos Segurados	2.593.398,00	222.453,97
Ativo	2.593.398,00	222.453,97
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	4.650.159,95	406.007,19
Ativo	4.650.159,95	406.007,19
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.283.638,50	1.585.031,91
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	3.283.638,50	1.585.031,91
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	6.862.000,53	675.768,30
Compensação Financeira entre os regimes	3.412,07	21.946,44
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	6.427.344,49	653.821,86
Demais Receitas Correntes	431.243,97	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	10.961.852,49	2.235.439,51

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Beneficios	2.286.392,73	2.286.392,73	2.286.392,73	2.286.392,73
Aposentadorias	2.035.630,88	2.035.630,88	2.035.630,88	2.035.630,88
Pensões por Morte	250.761,85	250.761,85	250.761,85	250.761,85
Outras Despesas Previdenciárias	13.114.607,27	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	13.114.607,27	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	15.401.000,00	2.286.392,73	2.286.392,73	2.286.392,73
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	-4.439.147,51	-50.953,22	-50.953,22	-50.953,22

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	222.453,97
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	153.625.302,93

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes	0,00	139.086,13
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	139.086,13

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	838.196,98	102.007,96	101.347,30	99.318,79
Pessoal e Encargos Sociais	511.196,98	76.354,95	76.354,95	76.142,12
Demais Despesas Correntes	327.000,00	25.653,01	24.992,35	23.176,67
Despesas de Capital (XIV)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	888.196,98	102.007,96	101.347,30	99.318,79
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	-888.196,98	37.078,17	37.738,83	39.767,34
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS				**SALDO ATUAL**

Caixa e Equivalentes de Caixa				526.577,42
Investimentos e Aplicações				0,00
Outros Bens e Direitos				0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)			**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores			0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias			0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)			0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: INSTITUTO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE CERRO AZUL. Emissão: 30/03/2026, às 13:18:12.				
Nota(s) Explicativa(s):				
Cerro Azul, 30/03/2026				

Publicado por:
Laura de Matos Martins
Código Identificador:8087EB4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
EDITAL 03/2026 PSS ESTAGIÁRIOS 2026 CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

André Henrique Ribeiro Bueno, Presidente da Comissão de Teste Seletivo, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com o EDITAL Nº 03/2026, visando o preenchimento de 52 (cinquenta e duas) vagas de estágio não obrigatório remunerado, TORNA PÚBLICA a CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR, a saber:

Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esporte – 20 horas		
Classificação	**Nome**	**Nota**
1º	Maria Luiza Dall'agnol Machado	9.7
2º	Patricia De Lima	9.4
3º	Ana Cristina Alves	9.4
4º	Gabriely De Lima Melo	9.0
5º	Aline Pontes Camilo	8.8
6º	Nathã Henrique Fiorio	8.6
7º	Dagliane De Fatima Dos Santos	8.5
8º	Julia Emanoeli Fonseca Pereira	8.5
9º	Eliane Aparecida Dos Santos De Bairros	8.0
10º	Natielle Soares Pereira	7.8
11º	Edivania Ellvanger	7.5
12º	Marize Piacentini De Oliveira	7.5
13º	Kauana Kosinski Amaral	7.4
14º	Taciana Rafaela Dos Santos Garcia	7.2

Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esporte – 20 horas - Afrodescendentes		
Classificação	**Nome**	**Nota**
1º	Natielle Soares Pereira	7.8

Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esporte - 30 horas		
Classificação	**Nome**	**Nota**
1º	Francisco Alves Neto	9.3
2º	Camilli Scheffer	8.4
3º	Polyani Campos Moreira	8.2
4º	Michele Duglas Damasceno	8.1
5º	Gabriélli Maria Dall'agnol	8.1
6º	Carla Milena	8.1
7º	Josieli Teles Xavier	7.9
8º	Julia Gomes Damascena	7.8
9º	Lorivani Fereira	6.7

Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esporte - 30 horas - Afrodescendentes		
Classificação	**Nome**	**Nota**
1º	Carla Milena	8.1

De acordo com o Item 8 do Edital 03/2026 os candidatos poderão interpor recurso pessoalmente ou por procuração devidamente reconhecida em cartório, junto à Secretaria Municipal de Educação, situada a Rua Coronel Pedro Pacheco, 540 - Praça Getúlio Vargas, Clevelândia – PR, no horário de atendimento das 07h30min às 11h30min e 13h às 17h, conforme o modelo que consta no anexo V do Edital, caso o seu nome não figurar na CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR, no dia 01 de abril de 2026.

Eventuais casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora Municipal de Teste Seletivo Público Simplificado.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Clevelândia, 31 de março de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI Prefeita Municipal	***ANDRÉ HENRIQUE RIBEIRO BUENO*** Presidente da Comissão de Teste Seletivo

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:1CE238F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 027/2026

PORTARIA Nº 027/2026

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Divanir Soares Aguiar
Matrícula Funcional	19820-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	04 e 06/03/2026
Valor das diárias	R$ 187,35 (cento e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Fabiane B. dos Santos Baranoski
Matrícula Funcional	20552-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Paranaguá
Objetivo da viagem	Acompanhamento de paciente
Período	06 e 07/03/2026
Valor das diárias	R$ 471,45 (quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Iara Anay Charlene Piana
Matrícula Funcional	17845-1
Função	Enfermeira
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Reunião - CRIOART
Período	05/03/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Isabelly Lauane Dias
Matrícula Funcional	19826-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	09/03/2026
Valor das diárias	R$ 145,06 (cento e quarenta e cinco reais e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jaqueline Stefanello da Cruz
Matrícula Funcional	13338-1
Função	Auxiliar de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Campo Largo
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Data	03, 05, 06 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 658,80 (seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)
Proc. Administrativo n° 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Paula Jennifer de Oliveira Leal
Matrícula Funcional	19823-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde

Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	06 e 07/03/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo n° 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rosimari Zanatto
Matrícula Funcional	20115-1
Função	Técnica em Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	21/02/2026; 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 126,90 (cento e vinte e seis reais e noventa centavos)
Proc. Administrativo nº 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Amanda Cristina de Assis Rosa
Matrícula Funcional	19371-1
Função	Enfermeira
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Planalto
Objetivo da viagem	Comissão Regional de Controle de Infecção
Período	03/03/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 787/2026-1Doc	

Nome do servidor	Grasieli Richetti da Silva Pedrussi
Matrícula Funcional	17851-1
Função	Enfermeira
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Planalto
Objetivo da viagem	Comissão Regional de Controle de Infecção
Data	13/03/226
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jalciane Dagostin
Matrícula Funcional	18868-1
Função	Diretora do Depto. de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria de Saúde
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Gestão do Sul
Data	18, 19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.124,29 (um mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos)
Proc. Administrativo nº 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jose Gilvani Bertholdo
Matrícula Funcional	13322-1
Função	Técnico de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Londrina
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	03, 05 e 06/03/2026
Valor das diárias	R$ 556,06 (quinhentos e cinquenta e seis reais e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida
Matrícula Funcional	17881-1
Função	Enfermeira
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Gestão do SUS
Período	18, 19, 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo n° 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Claudete Meurer
Matrícula Funcional	17949-1
Função	Secretária
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Curitiba
Destino da viagem	Dois Vizinhos
Objetivo da viagem	Saúde em movimento 2026
Data	23, 24, 25, 26 e 27/03/2026
Valor das diárias	R$ 2.532,63 (dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta e três centavos)
Proc. Administrativo n° 787/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Carolina Kunz

Matrícula Funcional	17878-1
Função	Enfermeira
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Saúde em Movimento 2026
Período	23, 24, 25, 26 e 27/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.577,55 (um mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 806/2026- 1Doc	

Nome do servidor	Maristela Muller
Matrícula Funcional	4235-1
Função	Agente Administrativo
Secretaria	Secretaria de Administração e Finanças/ 275° Junta de Serviço Militar
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Participação no Simpósio para Secretários de Junta de Serviço com finalidade de promover a atualização técnico-administrativa, padronização de procedimentos no âmbito do Serviço Militar, bem como o alinhamento de orientações e a integração entre os integrantes das Juntas de Serviço Militar.
Período	24,25,26 e 27/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Memorando/CI1.838/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Camila Montegutti
Matrícula Funcional	20528-1
Função	Psicóloga
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Barracão
Objetivo da viagem	Acompanhamento a uma munícipe que se deslocará até o município de Barracão/PR, para tratar de situação envolvendo seu neto que se encontra em acolhimento institucional naquele município.
Data	16/03/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 812/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Carine Armani
Matrícula Funcional	18312-1
Função	Educadora Artística II
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Capacitação sobre o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos.
Período	18,19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 882,46 (oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos)
Proc. Administrativo 836/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jair Antônio Santin Junior
Matrícula Funcional	20446-1
Função	Educador Artístico
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Capacitação sobre o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos.
Período	18,19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 882,46 (oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos)
Proc. Administrativo 836/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Cesar Antonio Tumelero
Matrícula Funcional	20444-1
Função	Diretor do Departamento de Esportes
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Capacitação para gestores
Período	18 e 19/03/2026
Valor das diárias	R$ 713,25 (setecentos e treze reais e vinte e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 828/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Lucas Souvenir Antonello
Matrícula Funcional	18855-1
Função	Secretário de Esportes e Lazer
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Capacitação para gestores
Período	18 e 19/03/2026
Valor das diárias	R$ 822, 05 (oitocentos e vinte e dois reais e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 828/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Claudete Meurer
Matrícula Funcional	17949-1
Função	Secretária
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Francisco Beltrão
Destino da viagem	Dois Vizinhos
Objetivo da viagem	Reunião CRESEMS; Oficina Gestão c/ sentido: conectando PMS, PAS e RAG
Data	12 e 17/03/2026
Valor das diárias	R$ 326,38 (trezentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos)

Proc. Administrativo n° 849/2026 – 1Doc

Nome do servidor	Fabiane B. dos Santos Baranoski
Matrícula Funcional	20552-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de paciente
Período	11/03/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 849/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jalciane Dagostin
Matrícula Funcional	18868-1
Função	Diretora do Depto. de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria de Saúde
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Oficina Gestão c/ sentido: conectando PMS, PAS e RAG
Data	17/03/2026
Valor das diárias	R$ 157,16 (cento e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos)
Proc. Administrativo nº 849/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jaqueline Stefanello da Cruz
Matrícula Funcional	13338-1
Função	Auxiliar de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de paciente
Período	14/03/2026
Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativonº 849/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Jose Gilvani Bertholdo
Matrícula Funcional	13322-1
Função	Técnico de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Piraquara
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	11 e 12/03/2026
Valor das diárias	R$ 471,45 (quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 849/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Marta Gissele de Souza
Matrícula Funcional	20171-1
Função	Agente Administrativo
Secretaria	Secretaria Municipal de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Oficina Gestão c/ sentido: conectando PMS, PAS e RAG
Período	17/03/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 849/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Micheli Szczepkowski Favero
Matrícula Funcional	19822-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	15/03/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 849/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Cristiane Luiza Antunes
Matrícula Funcional	18792-1
Função	Diretora de Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego
Secretaria	Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, científico e Tecnológico
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Reunião INCRA PR; Reunião Secretaria das Cidadedes – SEDIC PR; Reunião Assembleia Legislativa
Período	17, 18 e 19/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.124,29 (um mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos)
Proc. Administrativo nº 854/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	20609-1
Função	Chefe de Relações Políticas e Institucionais
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba

Objetivo da viagem	Reunião INCRA PR; Reunião Secretaria das Cidadedes – SEDIC PR; Reunião Assembleia Legislativa
Período	17, 18 e 19/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.281,41 (um mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 854/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adilson Rosa
Matrícula Funcional	20605-1
Função	Secretário de Assistência Social
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	FNAS pelo Brasil – Etapa Paraná
Período	09 e 10/03/2026
Valor das diárias	R$ 822,05 (oitocentos e vinte e dois reais e cinco centavos)
Proc. Administrativo 807/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Thiago Dambros
Matrícula Funcional	17876-1
Função	Psicólogo
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Capacitação "Intervenção e Gestão de Desastres – Fluxo de Atendimento da Defesa Civil e da Política de Assistência Social em Situações de Emergência e Calamidade Pública – Paraná"
Período	09 e 10/03/2026
Valor das diárias	R$ 513,76 (quinhentos e treze reais e setenta e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 807/2026 - 1Doc	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:720F48B0

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 035/2026

PORTARIA Nº 035/2026

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Adelir Antonio Coscode
Matrícula Funcional	17361-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	10, 11, 12, 13 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 513,75 (quinhentos e treze reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adenilso Vieira Schmitz
Matrícula Funcional	16594-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	10, 11 e 13/03/2026
Valor das diárias	R$ 574,20 (quinhentos e setenta e quatro reais e vinte centavos)
Proc. Administrativo nº 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adilson Nicolodi
Matrícula Funcional	13152-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	11, 12 e 13/03/2026
Valor das diárias	R$ 308,25 (trezentos e oito reais e vinte e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Angelo Cardoso da Silva
Matrícula Funcional	18148-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	10, 11, 12 e 13/03/2026
Valor das diárias	R$ 411,00 (quatrocentos e onze reais)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Delço Pereira de Lima
Matrícula Funcional	14222-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	06, 10, 11, 12, 13 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 356,55 (trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edenilson Alves de Moraes
Matrícula Funcional	18063-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel, Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	10, 11, 12, 13, 14 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 967,07 (novecentos e sessenta e sete reais e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Fabiano Borba Meure
Matrícula Funcional	19555-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Verê, Francisco Beltrão, Planalto, Medianeira
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	11, 13, 15 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 453,31 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Gilberto Morais
Matrícula Funcional	17828-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Santa Izabel, Francisco Beltrão, Londrina, Pato Branco, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.087,95 (um mil, oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Henrique Claro da Silva Machado
Matrícula Funcional	20447-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Piraquara, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	10, 11, 12, 13 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 477,47 (quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jocemar Aloisio Assmann
Matrícula Funcional	19168-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	09, 10, 11, 13, 14, 15 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.251,15 (um mil, duzentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)

Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc

Nome do servidor	Leocir Paulo Tranker
Matrícula Funcional	14338-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Medianeira, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	09, 10, 11 e 13/03/2026
Valor das diárias	R$ 392,86 (trezentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Mizael Gonçalves de Menezes
Matrícula Funcional	18065-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Foz do Iguaçu, Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	09, 11, 12 e 13/03/2026
Valor das diárias	R$ 495,62 (quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Krupinski
Matrícula Funcional	18268-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	11, 12, 13 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 453,31 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Muttoni
Matrícula Funcional	17790-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba, Campo Largo, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	11, 12, 13, 14, 15 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.498,97 (um mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e set centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ricardo Besson
Matrícula Funcional	18060-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	13 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 290,12 (duzentos e noventa reais e doze centavos)
Proc. Administrativo nº 847/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Luis Carlos Turatto
Matrícula Funcional	19023-1
Função	Prefeito
Origem da viagem	Curitiba
Destino da viagem	Dois Vizinhos
Objetivo da viagem	Reunião na Assembleia Legislativa; Reunião na Secretaria das Cidades – SECID PR
Período	09, 10 e 11/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.740,86 (um mil, setecentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 794/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	20609-1
Função	Chefe de Relações Políticas e Institucionais
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Reunião Assembleia Legislativa; Reunião Secretaria das Cidadedes – SEDIC PR
Período	09, 10 e 11/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.281,41 (um mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 794/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jailene Dal Bosco
Matrícula Funcional	17798-1
Função	Diretora Departamento de Ensino
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Brasília
Objetivo da viagem	Participar da Cerimônia de Condecoração da 2ª Edição do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização.

Período	22, 23 e 24/03/2026
Valor das diárias	R$ 2.441,98 (dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos)
Proc. Administrativo nº 838/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Catiane Aparecida Soares de Morais
Matrícula Funcional	18763-1
Função	Suporte Pedagógico
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Brasília
Objetivo da viagem	Participar da Cerimônia de Condecoração da 2ª Edição do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização.
Período	22, 23 e 24/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.764,92 (um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos)
Proc. Administrativo 838/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Leda Maria Ferrari
Matrícula Funcional	9900-1 e 9900-2
Função	Secretária
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Brasília
Objetivo da viagem	Participar da Cerimônia de Condecoração da 2ª Edição do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização.
Período	22, 23 e 24/03/2026
Valor das diárias	R$ 2.828,82 (dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos)
Proc. Administrativo nº 838/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Cátia Bonin
Matrícula Funcional	20602-1
Função	Secretária de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
Secretaria	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento Smart City Expo Curitiba 2026.
Período	22, 23, 24, 25 e 26/03/2026
Valor das diárias	R$ 2.532,59 (dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos)
Proc. Administrativo900/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Cristiane Luiza Antunes
Matrícula Funcional	18792-1
Função	Diretora de Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego
Secretaria	Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, científico e Tecnológico
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento Smart City Expo Curitiba 2026.
Período	22, 23, 24, 25 e 26/03/2026
Valor das diárias	R$ 2.188,12 (dois mil, cento e oitenta e oito reais e doze centavos)
Proc. Administrativo nº 900/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Geisekele Leão
Matrícula Funcional	20207-1
Função	Educadora Artística
Secretaria	Secretária de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento Smart City Expo Curitiba 2026.
Período	22, 23, 24, 25 e 26/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.577,55 (um mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 900/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	20609-1
Função	Chefe de Relações Políticas e Institucionais
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento Smart City Expo Curitiba 2026, reunião Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e reunião Secretaria das Cidades.
Período	22, 23, 24, 25 e 26/03/2026
Valor das diárias	R$ 2.532,63 (dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta e três centavos)
Proc. Administrativo n° 900/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Luis Carlos Turatto
Matrícula Funcional	19023-1
Função	Prefeito
Origem da viagem	Curitiba
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento Smart City Expo Curitiba 2026, reunião Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e reunião Secretaria das Cidades.
Período	22, 23, 24, 25 e 26/03/2026
Valor das diárias	R$ 3.916,94 (três mil, novecentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos)
Proc. Administrativo nº 900/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Natanael do Nascimento Silva
Matrícula Funcional	19565-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos

Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	13/03/2026
Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo n° 847/2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Alcinei Tadiotto
Matrícula Funcional	19549-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Levar e buscar equipe da Secretaria de Educação no aeroporto de Cascavel - PR.
Período	22 e 24/03/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo n° 896/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Liz Tinoco Fricks
Matrícula Funcional	19802-1
Função	Assessora de Comunicação Social e Marketing
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Participação Fórum Internacional – Políticas Públicas, cuidados, proteção previdenciária e constitucional para a população idosa com a realização da reunião ampliada e descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná (CEDIPI/PR).
Período	25 e 26/03/2026
Valor das diárias	R$ 411,02 (quatrocentos e onze reais e dois centavos)
Proc. Administrativo n°908/2026- 1Doc	

Nome do servidor	Maria de Lourdes Claro da Silva
Matrícula Funcional	20544-1
Função	Secretária da Mulher, Idoso e Juventude
Secretaria	Secretaria da Mulher, Idoso e Juventude
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Participação Fórum Internacional – Políticas Públicas, cuidados, proteção previdenciária e constitucional para a população idosa com a realização da reunião ampliada e descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná (CEDIPI/PR).
Período	25 e 26/03/2026
Valor das diárias	R$ 459,38 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos)
Proc. Administrativo n°908/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Marcus Glauco Faria de Sant Anna
Matrícula Funcional	20274-1
Função	Diretor de Departamento de Tecnologia da Informação
Secretaria	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento Smart City Expo Curitiba 2026
Período	24, 25, 26 e 27/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.680,38 (um mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e oito centavos)
Proc. Administrativo nº 909/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Matinhos
Objetivo da viagem	Transportar atletas do vôlei de praia
Período	12, 13, 14, 15 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.517,10 (um mil, quinhentos e dezessete reais e dez centavos)
Proc. Administrativo n° 885/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Luiz Fernando Viaro
Matrícula Funcional	18325-1
Função	Orientador Desportivo I
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Matinhos
Objetivo da viagem	Participar como Técnico dos atletas no Campeonato Paranaense de Vôlei de Praia
Período	12, 13, 14, 15 e 16/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.517,86 (um mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 885/2026 -1Doc	

Nome do servidor	Allison Bueno
Matrícula Funcional	20558-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Sulina
Objetivo da viagem	Transportar atletas de futebol para Copa Sulina
Data	13 e 14/03/2026
Valor das diárias	R$ 145,06 (cento e quarenta e cinco reais e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 885/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Roni Paulo do Prado

Matrícula Funcional	20436-1
Função	Diretor do Departamento de Lazer
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Levar atletas do vôlei de praia no Aeroporto
Período	13/03/2026
Valor das diárias	R$ 157,16 (cento e cinquenta e sete reais e dezessete centavos)
Proc. Administrativo n° 885/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Flávio Antonio Galeazzi
Matrícula	20452-1
Função	Secretaria de Turismo e Eventos
Secretaria	Secretário de Turismo e Eventos
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento: Encontro Estadual de Gestores
Período	26, 27 e 28/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.347,91 (um mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos)
Memorando nº 1.942/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Lucas Souvenir Antonello
Matrícula Funcional	18855-1
Função	Secretário de Esportes e Lazer
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Erechim- RS
Objetivo da viagem	Buscar veículo Spin adquirido pelo Fundo Municipal do Esporte
Período	25 e 26/03/2026
Valor das diárias	R$ 631,02 (seiscentos e trinta e um reais e dois centavos)
Proc. Administrativo n° 826/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Cesar Antonio Tumelero
Matrícula Funcional	20444-1
Função	Diretor do Departamento de Esportes
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Erechim - RS
Objetivo da viagem	Buscar veículo Spin adquirido pelo Fundo Municipal do Esporte
Período	25 e 26/03/2026
Valor das diárias	R$ 551,26 (quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 826/2026 – 1Doc	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:C5EF5991

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.721.200,00	55.721.200,00	10.864.484,71	19,50	10.864.484,71	19,50	44.856.715,29
RECEITAS CORRENTES	55.319.200,00	55.319.200,00	8.714.084,71	15,75	8.714.084,71	15,75	46.605.115,29
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.423.300,00	5.423.300,00	598.461,74	11,04	598.461,74	11,04	4.824.838,26
IMPOSTOS	4.947.000,00	4.947.000,00	568.449,59	11,49	568.449,59	11,49	4.378.550,41
TAXAS	273.200,00	273.200,00	30.012,15	10,99	30.012,15	10,99	243.187,85
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	203.100,00	203.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.100,00
CONTRIBUIÇÕES	612.000,00	612.000,00	68.033,28	11,12	68.033,28	11,12	543.966,72

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	612.000,00	612.000,00	68.033,28	11,12	68.033,28	11,12	543.966,72
RECEITA PATRIMONIAL	516.000,00	516.000,00	187.267,43	36,29	187.267,43	36,29	328.732,57
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	6.400,00	6.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.400,00
VALORES MOBILIÁRIOS	509.600,00	509.600,00	187.267,43	36,75	187.267,43	36,75	322.332,57
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	26.000,00	26.000,00	1.633,05	6,28	1.633,05	6,28	24.366,95
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	26.000,00	26.000,00	1.633,05	6,28	1.633,05	6,28	24.366,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.641.100,00	48.641.100,00	7.506.757,27	15,43	7.506.757,27	15,43	41.134.342,73
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	24.019.600,00	24.019.600,00	3.764.630,40	15,67	3.764.630,40	15,67	20.254.969,60
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	19.071.500,00	19.071.500,00	2.718.798,40	14,26	2.718.798,40	14,26	16.352.701,60
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	5.550.000,00	5.550.000,00	1.023.328,47	18,44	1.023.328,47	18,44	4.526.671,53
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.800,00	100.800,00	351.931,94	349,14	351.931,94	349,14	(251.131,94)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	23.000,00	23.000,00	543,23	2,36	543,23	2,36	22.456,77
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	77.800,00	77.800,00	351.388,71	451,66	351.388,71	451,66	(273.588,71)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	402.000,00	402.000,00	2.150.400,00	534,93	2.150.400,00	534,93	(1.748.400,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	52.000,00	52.000,00	2.150.400,00	4.135,38	2.150.400,00	4.135,38	(2.098.400,00)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	2.150.400,00	215.040.000,00	2.150.400,00	215.040.000,00	(2.150.400,00)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	55.721.200,00	55.721.200,00	10.864.484,71	19,50	10.864.484,71	19,50	44.856.715,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	55.721.200,00	55.721.200,00	10.864.484,71	19,50	10.864.484,71	19,50	44.856.715,29
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	55.721.200,00	55.721.200,00	10.864.484,71	19,50	10.864.484,71	19,50	44.856.715,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.943.122,05	0,00	0,00	3.943.122,05	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	3.943.122,05	0,00	0,00	3.943.122,05	100,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	50.193.400,00	58.178.522,05	11.740.658,43	11.740.658,43	46.437.863,62	7.246.494,58	7.246.494,58	50.932.027,47	6.363.444,42
DESPESAS CORRENTES	44.289.080,00	44.692.525,38	8.359.592,58	8.359.592,58	36.332.932,80	6.591.720,99	6.591.720,99	38.100.804,39	5.768.621,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.158.499,56	20.158.499,56	3.448.537,59	3.448.537,59	16.709.961,97	3.338.021,70	3.338.021,70	16.820.477,86	3.254.280,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	950.000,00	950.000,00	251.846,11	251.846,11	698.153,89	251.846,11	251.846,11	698.153,89	251.846,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.180.580,44	23.584.025,82	4.659.208,88	4.659.208,88	18.924.816,94	3.001.853,18	3.001.853,18	20.582.172,64	2.262.495,03
DESPESAS DE CAPITAL	5.346.120,00	12.927.796,67	3.381.065,85	3.381.065,85	9.546.730,82	654.773,59	654.773,59	12.273.023,08	594.822,94
INVESTIMENTOS	4.064.120,00	11.645.796,67	3.002.477,55	3.002.477,55	8.643.319,12	276.185,29	276.185,29	11.369.611,38	216.234,64
INVERSÕES FINANCEIRAS	600.000,00	600.000,00	200.000,00	200.000,00	400.000,00	200.000,00	200.000,00	400.000,00	200.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	682.000,00	682.000,00	178.588,30	178.588,30	503.411,70	178.588,30	178.588,30	503.411,70	178.588,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	558.200,00	558.200,00	0,00	0,00	558.200,00	0,00	0,00	558.200,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	2.673.800,00	2.673.800,00	246.295,79	246.295,79	2.427.504,21	246.295,79	246.295,79	2.427.504,21	121.851,35
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	52.867.200,00	60.852.322,05	11.986.954,22	11.986.954,22	48.865.367,83	7.492.790,37	7.492.790,37	53.359.531,68	6.485.295,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	52.867.200,00	60.852.322,05	11.986.954,22	11.986.954,22	48.865.367,83	7.492.790,37	7.492.790,37	53.359.531,68	6.485.295,77
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.371.694,34	0,00	4.379.188,94
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	52.867.200,00	60.852.322,05	11.986.954,22	11.986.954,22	0,00	7.492.790,37	10.864.484,71	0,00	10.864.484,71
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:A400798F

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - INTRA - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO								
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA								
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS								
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026								
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)			Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023					
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas					Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)		
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	2.673.800,00	2.673.800,00	246.295,79		246.295,79		
TOTAL(V) = (III + IV)	2.673.800,00	2.673.800,00	246.295,79	9,21	246.295,79	9,21	2.427.504,21

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (VI)	2.673.800,00	2.673.800,00	246.295,79	246.295,79	2.427.504,21	246.295,79	246.295,79	2.427.504,21	121.851,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.713.800,00	1.713.800,00	246.295,79	246.295,79	1.467.504,21	246.295,79	246.295,79	1.467.504,21	121.851,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	960.000,00	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII) = (VI + VII)	2.673.800,00	2.673.800,00	246.295,79	246.295,79	2.427.504,21	246.295,79	246.295,79	2.427.504,21	121.851,35
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	2.673.800,00	2.673.800,00	246.295,79	246.295,79	2.427.504,21	246.295,79	246.295,79	2.427.504,21	121.851,35

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:4A9E7155

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 87 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 87/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026.

O Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e em conformidade com a Lei Municipal nº 900 de 01 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026, no valor de 1.358.242,38 (Um Milhão e Trezentos e Cinquenta e Oito Mil e Duzentos e Quarenta e Dois Reais e Trinta e Oito Centavos), mediante as seguintes providências:
1 – Suplementação de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
06	SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO	
06.002	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.601.1.12	CONSTRUIR E ADEQUAR UNIDADES EDUCACIONAIS	

4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
490	0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
12.361.601.2.13	MANTER E DESENVOLVER O ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
531	1040 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	193.000,00
06.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.601.2.16	MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
1120	0000 Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
06.004	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	
12.367.601.2.18	MANTER A EDUCAÇÃO ESPECIAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1350	0160 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1.400,00
	SUBTOTAL	319.400,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FDO MUN. SAUDE -DEPTO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.701.2.22	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1770	1018 Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	100.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1871	1017 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	1.171,86
1872	1018 Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	148.329,68
10.303.701.2.24	MANTER CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2221	1018 Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	21.000,00
10.303.701.2.25	MANTER AS EQUIPES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2321	1018 Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	21.000,00
	SUBTOTAL	291.501,54
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS DA MULHER	
08.001	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO BEM ESTAR SOCIAL	
8.244.801.2.31	MANTER O DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2590	0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.070,07
	SUBTOTAL	20.070,07
09	SEC. MUN. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.451.901.2.40	PAVIMENTAR VIAS URBANAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3591	0861 CONVÊNIO ESTADUAL SEIL 057/2025 PAVIMENTAÇÃO IVO LEÃO	703.770,77
	SUBTOTAL	703.770,77
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
10.001	DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
20.608.1001.2.49	MANTER O DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4380	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.500,00
	SUBTOTAL	3.500,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
12.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1003.2.51	GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4580	0000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	1.358.242,38

TOTAL: 1.358.242,38

Art. 2º - Para cobertura do Crédito referido no artigo primeiro, serão utilizados:
I) os recursos oriundos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, conforme o previsto no inciso I, do parágrafo 1° do art. 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, a seguir especificados:

Fonte			
Código Despesa	**Fonte**	**Descrição**	**Valor**
1120	00000	Recursos Ordinários (Livres)	25000.00
2590	00000	Recursos Ordinários (Livres)	20070.07
4580	00000	Recursos Ordinários (Livres)	20000.00
1770	01018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	100000.00
1871	01017	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	1171.86
1872	01018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	148329.68
2221	01018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	21000.00
2321	01018	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	21000.00
	TOTAL	356.571,61	

II) Excesso de arrecadação dos recursos assegurados pelos repasses a seguir especificados, em conformidade com o Inciso II, do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
2.4.2.2.99.0.1.09.00.00.00.00	CONV EST SEIL 057/2025 PAVIMENTAÇÃO IVO LEÃO FONTE 861 CC 69384-7	703770.77
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB VAAR - PRINCIPAL	193000.00
	TOTAL	896.770,77

III) – Anulação parcial das Dotações Orçamentárias a seguir descritas, em conformidade com o inciso III, do §1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
06	SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO	
06.002	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.601.2.13	MANTER E DESENVOLVER O ENSINO FUNDAMENTAL	
4.5.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
850	0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
06.003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.601.2.16	MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1110	0160 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1.400,00
	SUBTOTAL	101.400,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
10.001	DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
20.608.1001.2.49	MANTER O DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4360	0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.500,00
	SUBTOTAL	3.500,00
	TOTAL	104.900,00

TOTAL: 1.358.242,38

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:88813C2D

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVAS E APLICAÇÃO - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023	
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	355.000,00	3.874,65	351.125,35
Receita de Alienação de Bens Móveis	350.000,00	0,00	350.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.000,00	3.874,65	1.125,35

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO A PAGAR (h) = (d-e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	355.000,00	0,00	29.290,00	658.536,98	0,00	355.000,00
Despesas de Capital	355.000,00	0,00	29.290,00	658.536,98	0,00	355.000,00
Investimentos	355.000,00	0,00	29.290,00	658.536,98	0,00	355.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (i)**	**DO EXERCÍCIO (j) = (Ib – (IIf+ IIg))**	**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	324.949,60	(654.662,33)	(329.712,73)

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:CBF7EC7F

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 22/06/2023	
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	12.927.796,67	3.381.065,85	654.773,59	0,00	9.546.730,82

Investimentos	11.645.796,67	3.002.477,55	276.185,29	0,00	8.643.319,12
Inversões Financeiras	600.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	400.000,00
Amortização da Dívida	682.000,00	178.588,30	178.588,30	0,00	503.411,70
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.927.796,67	3.381.065,85	654.773,59	0,00	9.546.730,82
RESULTADO PARA APURAÇÃO DE REGRA DE OURO III = (II - I)	12.927.796,67	3.381.065,85	0,00	0,00	9.546.730,82

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:CD519E83

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RECEITAS E DESPESAS COM ENSINO - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	4.947.000,00	568.449,59
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	264.200,00	3.995,40
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	965.200,00	11.666,64
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.607.600,00	308.810,91
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.110.000,00	243.976,64
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	46.871.100,00	7.295.210,40
2.1 - Cota-parte FPM	24.021.100,00	3.999.788,91
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.921.100,00	3.999.788,91
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.100.000,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	21.000.000,00	2.864.611,13
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	43.153,51
2.4 - Cota-parte ITR	400.000,00	19.500,23
2.5 - Cota-parte IPVA	1.000.000,00	368.156,62
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	200.000,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	51.818.100,00	7.863.659,99
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	8.954.220,00	1.459.042,08
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.000.305,00	506.872,92
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.522.000,00	1.083.383,48
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.521.000,00	1.030.115,31
6.1.1 - Principal	5.500.000,00	1.023.328,47
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	21.000,00	6.786,84
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.000,00	53.268,17
6.4.1 - Principal	1.000,00	53.268,17
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	(3.454.220,00)	(435.713,61)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		155.871,13
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		68.826,37
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		87.044,76
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		1.239.254,61

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	5.520.700,00	1.079.977,75	1.048.877,75	988.691,03	31.100,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.133.700,00	1.015.929,75	1.015.929,75	955.743,03	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.380.000,00	296.945,88	296.945,88	274.540,01	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	2.636.700,00	718.983,87	718.983,87	681.203,02	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	117.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	387.000,00	64.048,00	32.948,00	32.948,00	31.100,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	11.952,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	375.048,00	64.048,00	32.948,00	32.948,00	31.100,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.080.045,29	1.048.945,29	988.758,57	31.100,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	1.080.045,29	1.048.945,29	988.758,57	31.100,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.015.997,29	1.015.997,29	955.810,57	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	721.080,72	1.015.997,29	1.015.997,29	98,63
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	108.338,35	34.438,19	34.438,19	0,00	3,18

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	545.840,43	68.826,37	0,00	0,00	0,00	68.826,37
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	529.896,72	68.826,37	0,00	0,00	0,00	68.826,37
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	15.943,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	9.863.000,00	1.127.146,14	893.065,86	773.871,66	234.080,28
20.1 - Educação Infantil	922.500,00	73.773,14	55.762,54	45.706,63	18.010,60
20.2 - Ensino Fundamental	8.257.848,00	961.677,30	788.907,62	679.769,33	172.769,68
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	646.652,00	91.695,70	48.395,70	48.395,70	43.300,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	14.210.000,00	2.051.447,73	1.860.667,45	1.681.286,53	190.780,28
21.1 - Educação Infantil	3.303.000,00	370.719,02	352.708,42	320.246,64	18.010,60
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	10.907.000,00	1.680.728,71	1.507.959,03	1.361.039,89	172.769,68
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					893.065,86

23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	1.459.042,08
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	68.826,37
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	2.283.281,57

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.965.915,00	2.283.281,57	29,04

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	212.549,37	34.264,11	180.994,87	0,00	31.554,50
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	168.527,03	34.264,11	136.972,53	0,00	31.554,50
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	44.022,34	0,00	44.022,34	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.832.500,00	318.425,70
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.242.000,00	145.502,91
31.1.1 - Pessoal Ativo	0,00	0,00
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	158.500,00	13.467,75
31.1.4 - PNATE	157.500,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	926.000,00	132.035,16
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	124.984,11
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	1.500,00	6.370,53
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	589.000,00	41.568,15

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.575.000,00	124.835,60	77.480,63	8.495,00	47.354,97
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	127.000,00	11.530,06	0,00	0,00	11.530,06
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.343.000,00	105.905,59	77.480,63	8.495,00	28.424,96
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	4.000,00	1.173,34	0,00	0,00	1.173,34
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	101.000,00	6.226,61	0,00	0,00	6.226,61
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	17.310.000,00	2.452.247,45	2.083.544,81	1.805.918,65	368.702,64
33.1 - Despesas Correntes	16.184.800,00	2.452.247,45	2.083.544,81	1.805.918,65	368.702,64
33.1.1 - Pessoal Ativo	8.903.300,00	1.496.161,10	1.459.261,10	1.379.870,83	36.900,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	998.000,00	153.000,00	78.600,00	78.600,00	74.400,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	6.283.500,00	803.086,35	545.683,71	347.447,82	257.402,64
33.2 - Despesas de Capital	1.125.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.125.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	199.893,47	0,00
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.098.744,32	0,00
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.032.780,91	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	265.856,88	0,00
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	3.851,67	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	3.851,67	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	265.856,88	0,00

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:76B6A553

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - 1º BIMESTRE DE 2026

FUNDO MUNIC PREV DE FERNANDES PINHEIRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 03/2024
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	9.765.000,00	2.573.207,23
Receita de Contribuições dos Segurados	1.596.000,00	367.083,21
Ativo	1.585.500,00	365.008,26
Inativo	10.500,00	2.074,95
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.680.000,00	125.914,20
Ativo	1.680.000,00	125.914,20
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	5.236.950,00	2.080.209,82
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	5.236.950,00	2.080.209,82
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.252.050,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	479.000,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	773.050,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	8.991.950,00	2.573.207,23

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Benefícios	4.200.000,00	586.761,70	586.761,70	586.761,70
Aposentadorias	3.500.000,00	504.875,25	504.875,25	504.875,25
Pensões por Morte	700.000,00	81.886,45	81.886,45	81.886,45
Outras Despesas Previdenciárias	662.000,00	15.531,30	15.531,30	15.531,30
Compensação Financeira entre os regimes	560.000,00	5.076,10	5.076,10	5.076,10
Demais Despesas Previdenciárias	102.000,00	10.455,20	10.455,20	10.455,20
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	4.862.000,00	602.293,00	602.293,00	602.293,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	1.970.914,23
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**
VALOR	4.965.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	656.129,61
Investimentos e Aplicações	50.012.529,52
Outros Bens e Direitos	13.708.340,07

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00

Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)				0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	
Investimentos e Aplicações	0,00	
Outros Bens e Direitos	0,00	
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes	0,00	35.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	35.000,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)**
Despesas Correntes (XIII)	300.000,00	23.484,47	23.334,47	23.184,47
Pessoal e Encargos Sociais	103.000,00	10.455,20	10.455,20	10.455,20
Demais Despesas Correntes	197.000,00	13.029,27	12.879,27	12.729,27
Despesas de Capital (XIV)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	315.000,00	23.484,47	23.334,47	23.184,47
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)				11.815,53
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	11.661,53			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre Exercício (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre Exercício (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre Exercício (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)				0,00

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:0915B616

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	55.721.200,00
Previsão Atualizada da Receita	55.721.200,00
Receitas Realizadas	10.864.484,71
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	3.943.122,05
Dotação Inicial	50.193.400,00
Dotação Atualizada	58.178.522,05
Despesas Empenhadas	11.740.658,43
Despesas Liquidadas	7.246.494,58
Despesas Pagas	6.363.444,42
Superávit Orçamentário	3.371.694,34
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	11.740.658,43
Despesas Liquidadas	7.246.494,58
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	8.714.084,71
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	8.714.084,71
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	8.623.308,71
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00

Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	100.451.534,97	7.677.898,37	7,64 %
Resultado Primário	(4.111.682,60)	(139.522,10)	3,39 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	3.943.219,98	0,00	3.820.973,48	122.246,50
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.841.866,35	(79.698,20)	643.915,01	2.118.253,14
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.785.086,33	(79.698,20)	4.464.888,49	2.240.499,64

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do	2.352.107,94	25%	29,91
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.015.929,75	70%	98,62
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	3.381.065,85	9.546.730,82

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	3.874,65	351.125,35
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	658.536,98	(303.536,98)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.661.625,24	15%	21,13
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		**Valor apurado no Exercício Corrente**	
Total das Despesas/RCL (%)		0,00	
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 30/03/2026 14:58			

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:352201B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 43/2025-PMF

Pelo presente, de um lado o **MUNICIPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa **HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, (contratada), ambos já qualificados na ata de registro de preços em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira — O presente termo tem por objetivo aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação da ata de registro de preços ora referida, até o dia 01 de abril de 2027.

Cláusula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, nos arts. 84, *caput* e 136, I da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista a vantagem administrativa consistente na continuidade do fornecimento, com economicidade, em razão da oportunidade e conveniência para o contratante devidamente expostos na solicitação formulada.

Cláusula Terceira - Fica ainda concedido no importe de % 2,34 (dois inteiros e trinta e quatro centésimos) do acumulado do INPC do período de maio de 2025 a fevereiro de 2026, perfazendo os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ORIGINÁRIO	VALOR RECOMPOSTO
01	Arroz agulhinha especial tipo I, longo fino, beneficiado, polido, procedência nacional e ser de safra corrente, limpo, grãos inteiros mínimo de 90%, umidade máxima de 14%. Selecionado eletronicamente grão á grão, não sendo necessário lavar e nem escolher para sua preparação. Produto natural sem adição de elementos químicos(agrotóxicos).	R$ 20,00	R$ 20,47
02	Açúcar cristal(pacto de 5kg cada) contendo sacarose, originário do suco da cana, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e detritos, animais e vegetais, contendo aproximadamente 99,2% de glicídios.	R$ 19,00	R$ 19,44
03	Óleo vegetal alimentício, embalagem de 900 ml, originário de algodão, soja, milho ou girassol, produto refinado e de acordo com padrões legais.	R$ 7,00	R$ 7,16
04	Feijão carioca (pacote de 1 kg cada) feijão tipo 1, natural, novo, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. A composição centesimal aproximada deverá ser: proteínas =22g; lipídios=1,6g e glicídios-60,8g. Será permitido o limite de 2% de impurezas e materiais estranhos, obedecendo à Portaria 161 de 24/07/87-M.A. De procedência nacional e ser de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas.	R$ 4,00	R$ 4,09
05	Sardinha em conserva, 125 grs, eviscerado e descamada mecanicamente, livre de nadadeiras, cauda e pé, pré-cozida, adicionada ao natural. Elaborado com matéria prima em perfeito estado de conservação e higiene, submetido a processo tecnológico adequado inspecionado pelo Serviço de Inspeção de Produto Animal-SIPA.	R$ 3,73	R$ 3,82
06	Sal refinado e iodado, de primeira qualidade(pacote de 1kg cada). Formulado a partir de matérias primas selecionadas, sendo de primeira qualidade, ou seja, não deverá conter substâncias estranhas a sua constituição normal, ou seja, isento de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmida, fermentada ou rançosa, devendo obedecer à legislação vigente.	R$ 1,13	R$ 1,16
07	Café (com selo da ABIC-pcte de 500 grs cada) produto devidamente selecionado, beneficiado, torrado e moído. O produto deve estar dentro das normas legais e apresentar uma composição centesimal aproximada de 5 g de proteínas, 1,7 g de lipídios e 13,4 g de glicídios. Apresentar selo de qualidade ABIC.	R$ 18,57	R$ 18,99
08	Macarrão Semolado (pacote de 500 grs. Cada). Ingredientes: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (Vitamina B9) e corantes naturais (cúrcuma e urucum) contém Glúten. O produto deve ser fabricado com matéria prima de qualidade, isenta de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação.	R$ 2,40	R$ 2,46
09	Massa de tomate (350 grs cada) simples e concentrado, elaborado com frutos sadios, limpos e sem sementes. Isento de fermentação. Deve apresentar cor, sabor e odor característico, embalagem primária: inviolável, não 01 lata apresentando estufa mento, vazamento, corrosão interna, amassamento, ferrugem, perfurações ou outros indícios de alteração do produto ,com peso líquido de 340/350 g aproximadamente.	R$ 3,00	R$ 3,07
10	Biscoito doce, tipo "maisena' com embalagem dupla proteção ou protetores internos 350g.	R$ 3,03	R$ 3,10
11	Biscoito salgado tipo cream cracker com embalagem de dupla proteção ou protetores internos 350g.	R$ 3,00	3,07

Cláusula Quarta - Em decorrência do presente aditivo previsto na Cláusula Segunda e Quarta, fica acrescido ao valor original a importância de **R$ 193.894,80 (cento e noventa e três mil oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)**, perfazendo o valor global do contrato de **R$ 383.394,00 (trezentos e oitenta e três mil trezentos e noventa e quatro reais).**

Parágrafo único. No exercício de 2026, a contratação onerará a respectiva dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Quinta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor, com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 31 de março de 2026.

De acordo:

Contratante:
MUNICÍPIO DE FLÓRIDA

Contratada:
HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:C5BE3697

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Resolução nº 01/2026
O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de General Carneiro, Paraná, instituído através da Lei Municipal n° 1795/2022. Resolução nº 01/2026, ATA 01/2026.

Resolve:

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ficará disposto da seguinte forma: Sendo Representantes do Orgão Governamental e Entidades; Titulares e seus respectivos Suplentes.

Nome	Representatividade	Função	Entidade/Órgão
João Schimanski Neto	Titular Órgão não Governamental	Presidente	APAE
Eloize E. P. Albino	Suplente Órgão Governamental	Vice-Presidente	Secretária Municipal de Assistência Social
Luiza E.de Lima Vargas	Titular Órgão Governamental	Conselheiro (a)	Secretaria Municipal De Assistência Social
Rhamayane S. Neubauer	Titular Órgão Governamental	Conselheiro (a)	Secretaria Municipal De Educação e Cultura
Gabriel Mierch de Lima	Suplente Órgão Governamental	Conselheiro (a)	Secretaria Municipal De Educação e Cultura
Marcia Araújo	Titular Órgão Governamental	Conselheiro (a)	Secretaria Municipal de Saúde
Marcia de Paula	Suplente Órgão Governamental	Conselheiro (a)	Secretaria Municipal de Saúde
Israel Kauan Correia	Titular Órgão Governamental	Conselheiro (a)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Turismo
Jaqueline Dutsol	Suplente Órgão Governamental	Conselheiro (a)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Turismo
Carlos Alexandre de Oliveira	Titular Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	Secretaria Municipal de Planejamento
Vanessa Boiko	Suplente Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	Secretaria Municipal de Planejamento
Tatiane Hacbarth	Titular Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	Conselheiro (a) Ametista
Débora Alves Ferreira	Suplente Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	Conselheiro (a) Ametista
Beatiz kubiak	Titular Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	Representantes dos Trabalhadores do Setor
Luana G. Hermann	Suplente Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	Representantes dos Trabalhadores do Setor
Dirlene N. Etepshuk Czarnecki	Titular Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	APMF/ Representante da Rede de Defesa e Garantia de Direitos
Marta Batista de Freitas	Suplente Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	APMF/ Representante da Rede de Defesa e Garantia de Direitos
Fernanda Chagas	Titular Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	Representante com Deficiência e Mobilidade Reduzida
Rita dos Santos	Suplente Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	Representante com Deficiência e Mobilidade Reduzida
Elaine da Silva	Suplente Órgão não Governamental	Conselheiro (a)	APAE
Adriane Krulikoski	Membro da Secretaria Executiva do Conselho	Secretário Executivo	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

General Carneiro, Estado do Paraná, 31 de Março de 2026

JOÃO NETO SCHIMANSKI
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Denise Maciel Kukul Zanlorenzi
Código Identificador:65309FDF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.726/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.285.865,86 (um milhão e duzentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.2.2015-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$5.884,00
01045.01045.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados	5.884,00
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	
09.003.4.122.2.2015-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$111.796,00
02064.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SECID Nº 218/2026 - AQ. VEÍCULO SEDAN	111.796,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.28.846.0.3001-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$5,00
02043.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SECID Nº 272/2025 - AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO	5,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$328.125,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	328.125,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.003 - FUNDO MUNIC. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
14.003.8.243.8.6002-3.1.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$100.000,00
00880.00880.03.04.02.10.2.665.0000 (SF) - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	100.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.003 - FUNDO MUNIC. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
14.003.8.243.8.6002-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$20.000,00
00880.00880.03.04.02.10.2.665.0000 (SF) - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	20.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.003 - FUNDO MUNIC. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
14.003.8.243.8.6002-4.4.50.42.00.00.00.00 - AUXÍLIOS	R$100.000,00
00880.00880.03.04.02.10.2.665.0000 (SF) - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	100.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	

15.003.15.451.3.1003-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$83.865,01
01045.01045.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados	83.865,01
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.3.1003-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$250.000,00
02065.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SECID Nº 219/2026 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. PARA PLAYGROUND COM IMPLANTAÇÃO	250.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.1010-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$12.254,25
02059.01050.99.99.00.00.1.759.0000 Transferência do Fundo Estadual do Esporte (FEE) - Programa "O Esporte Que Queremos"	12.254,25
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.1010-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$6.256,60
02059.01050.99.99.00.00.2.759.0000 (SF) - Transferência do Fundo Estadual do Esporte (FEE) - Programa "O Esporte Que Queremos"	6.256,60
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2079-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$100.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2080-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$50.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2080-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$5.884,00
01045.01045.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados	5.884,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2080-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$111.796,00
02063.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SECID Nº 217/2026 - AQ. VEÍCULO SEDAN	111.796,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$328.125,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	328.125,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$220.000,00
00880.00880.03.04.02.10.2.665.0000 (SF) - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	220.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$95.633,01
01045.01045.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados	95.633,01
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$6.256,60
02059.01050.99.99.00.00.2.759.0000 (SF) - Transferência do Fundo Estadual do Esporte (FEE) - Programa "O Esporte Que Queremos"	6.256,60
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$5,00
02043.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SECID Nº 272/2025 - AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO	5,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$12.254,25
02059.01050.99.99.00.00.1.759.0000 Transferência do Fundo Estadual do Esporte (FEE) - Programa "O Esporte Que Queremos"	12.254,25
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$111.796,00
02063.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SECID Nº 217/2026 - AQ. VEÍCULO SEDAN	111.796,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$111.796,00
02064.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SECID Nº 218/2026 - AQ. VEÍCULO SEDAN	111.796,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$250.000,00
02065.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SECID Nº 219/2026 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. PARA PLAYGROUND COM IMPLANTAÇÃO	250.000,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2080-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$150.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 31 de março de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:0FC62038

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI COMPLEMENTAR N° 01 DE 2026 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO

Altera a Lei Complementar nº 003/2025, que dispõe sobre a organização administrativa e a reestruturação do quadro de cargos de provimento em comissão do Poder Executivo do Município de Goioxim e altera a Lei Complementar 006/2025 do Município de Goioxim - PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica desmembrada a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura, órgão integrante da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 003/2025, dando origem a:

I - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
II - Secretaria Municipal de Cultura.
Parágrafo único. Em decorrência do desmembramento de que trata o caput, ficam revogados, na estrutura da agora denominada Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, os cargos de Assessor de Divisão de Cursos e Projetos Culturais e de Assessor de Departamento da Cultura.
Art. 2º Fica criada a Secretaria Municipal de Cultura, com a seguinte estrutura de cargos de provimento em comissão, com descrição de atribuições dos cargos em anexo:
I - 1 (um) cargo de Secretário Municipal de Cultura, símbolo SEC, com subsídio fixado em R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais);
II - 1 (um) cargo de Assessor do Departamento de Cultura, símbolo ADE, com vencimento de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);
III - 1 (um) cargo de Assessor de Divisão de Cursos e Projetos Culturais, símbolo ADI, com vencimento de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Art. 3º A Secretaria de Projetos e Obras passa a denominar-se Secretaria Municipal de Planejamento, Projetos, Habitação e Regularização Fundiária Urbana, alterando-se, consequentemente, a denominação do cargo de seu titular para Secretário Municipal de Planejamento, Projetos, Habitação e Regularização Fundiária Urbana, mantendo-se o símbolo e o subsídio correspondentes, descrição de atribuições do cargo em anexo.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração passa a denominar-se Secretaria Municipal de Administração, Indústria, Comércio e Turismo, alterando-se a denominação do cargo de seu titular para Secretário Municipal de Administração, Indústria, Comércio e Turismo, mantendo-se o símbolo e o subsídio correspondentes, descrição de atribuições do cargo em anexo.

Art. 5º Ficam promovidas as seguintes alterações na estrutura da Secretaria Municipal de Administração, Indústria, Comércio e Turismo:

I - Fica criado 1 (um) cargo de Coordenador da Equipe de Documentações da Secretaria Municipal de Administração, Indústria, Comércio e Turismo, símbolo CE, com vencimento de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), descrição de atribuições do cargo em anexo.
II – Fica revogado, na estrutura da agora denominada Secretaria Municipal de Administração, Indústria, Comércio e Turismo, o cargo de Assessor de Divisão de Habitação.
III - Fica criado 1 (um) cargo de Diretor do Departamento de Turismo da Secretaria Municipal de Administração, Indústria, Comércio e Turismo, símbolo DD, com vencimento de R$ 5.650,00, (cinco mil e seiscentos e cinquenta reais), descrição de atribuições do cargo em anexo.

Art. 6º Ficam promovidas as seguintes alterações na estrutura da Chefia de Gabinete:
I - O Cargo de Chefe de Gabinete do Prefeito fica extinto com o símbolo SEC e o subsidio de R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).
II - Fica extinto o cargo de Coordenador de Equipe de Eventos e Relações Públicas, símbolo CE, anteriormente vinculado à estrutura do Gabinete do Prefeito, com subsidio de R$ 2.700,00 (Dois Mil e Setecentos Reais).
III – Fica criado o cargo de Secretaria Municipal de Governo e Assuntos Administrativos, sendo a denominação do cargo de seu titular para Secretário Municipal de Governo e Assuntos Administrativos, mantendo-se o símbolo SEC e o subsídio de R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), assim também conforme as descrições de atribuições do cargo no anexo II.
IV – Os cargos de; Chefe de Chefe de Divisão de Eventos e Relações Públicas, Assessor da Equipe de Comunicação Digital, Chefe de Divisão de Colaboração com o Detran, Assessor de Divisão de Colaboração com o II PR e Assessor da Divisão de Colaboração com a Junta Militar, passaram todos acima descritos a compor na Secretaria de Governo e Assuntos Administrativos.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Transportes passa a denominar-se Secretaria Municipal de Transportes e Manutenções, alterando-se a denominação do cargo de seu titular para Secretário Municipal de Transportes e Manutenções, mantendo-se o símbolo SEC e o subsídio de R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), descrição de atribuições do cargo em anexo.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária passa a denominar-se Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária Rural, alterando-se a denominação do cargo de seu titular para Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária Rural, mantendo-se o símbolo SEC e o subsídio de R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), descrição de atribuições do cargo em anexo.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Urbanismo, passa a denominar-se Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Obras, Infraestrutura e Urbanismo, alterando-se a denominação do cargo de seu titular para Secretário Municipal Meio Ambiente, Obras, Infraestrutura e Urbanismo, mantendo-se o símbolo SEC e o subsídio de R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), descrição de atribuições do cargo em anexo.
Art. 10º O artigo 13 da Lei Complementar nº 003/2025, bem como a redação conferida pela Lei Complementar nº 006/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 13. A estrutura organizacional da Administração Pública Direta compreende:
I - Assessorias Especiais:
a) Assessor Especial de Gabinete;
b) Assessor Especial Jurídico/Político.
II - Procuradoria;
a) Procurador Geral do Município.
III - Secretaria de Governo e Assuntos Administrativos;
IV - Secretarias Municipais;
a) Secretaria Municipal de Finanças;
b) Secretaria Municipal Assistência e Desenvolvimento Social;
c) Secretaria Municipal de Administração, Industria, Comércio e Turismo.
d) Secretaria Municipal de Planejamento, Projetos, Habitação e Regularização Fundiária Urbana;
e) Secretaria Municipal de Viação Rural;

f) Secretaria Municipal de Agricultura/Pecuária e Regularização Fundiária Rural;
g) Secretaria de Transportes e Manutenções;
h) Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Obras, Infraestrutura e Urbanismo;
i) Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
j) Secretaria Municipal de Cultura;
k) Secretaria da Mulher, Pessoa Idosa e Igualdade Racial.

Art. 11º O Anexo I e o Anexo II da Lei Complementar nº 003/2025 passam a vigorar com as alterações promovidas por esta Lei, conforme Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 12º. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, na forma da legislação vigente.
Art. 13º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 31 de março de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E VENCIMENTOS

ÓRGÃO/SECRETARIA	CARGO	SÍMBOLO	VENCIMENTO (R$)
Secretaria de Governo e Assuntos Administrativos	Secretário Municipal de Governo e Assuntos Administrativos	SEC	5.800,00
Secretaria de Esporte e Lazer	Secretário Municipal de Esporte e Lazer	SEC	5.800,00
Secretaria de Cultura	Secretário Municipal de Cultura	SEC	5.800,00
Secretaria Municipal de Cultura	Assessor do Departamento de Cultura	ADE	3.500,00
Secretaria Municipal de Cultura	Assessor de Divisão de Cursos e Projetos Culturais	ADI	2.200,00
Secretaria de Planejamento, Projetos, Habitação e Regularização Fundiária Urbana	Secretário Municipal de Planejamento, Projetos, Habitação e Regularização Fundiária Urbana	SEC	5.800,00
Secretaria de Administração, Indústria, Comércio e Turismo	Secretário Municipal de Administração, Indústria, Comércio e Turismo	SEC	5.800,00
Secretaria de Administração, Indústria, Comércio e Turismo	Coordenador da Equipe de Documentações da Secretaria Municipal de Administração	CE	2.700,00
Secretaria de Administração, Indústria, Comércio e Turismo	Diretor de Departamento de Turismo	DD	5.650,00
Secretaria de Transportes e Manutenções	Secretário Municipal de Transportes e Manutenções	SEC	5.800,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária Rural	Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária Rural	SEC	5.800,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Obras, Infraestrutura e Urbanismo	Secretário Municipal de Meio Ambiente, Obras, Infraestrutura e Urbanismo	SEC	5.800,00

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:F06670AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
BALANÇO FINANCEIRO

CAMARA MUNICIPAL DE GUAIRA					
Prestação de Contas					
BALANÇO FINANCEIRO					
Período de Referência: Dezembro / 2025					
Art. 103 da Lei n. 4.320/1964					
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária (I)	**0,00**	**0,00**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**4.911.050,50**	**4.351.256,94**
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	4.911.050,50	4.351.256,94
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	Transferências Voluntárias - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**8.855.357,64**	**7.922.405,76**	Outras Origens	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**1.418.101,27**	**984.234,06**	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	**3.944.307,14**	**3.571.148,82**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	**1.414.608,57**	**983.659,21**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.067,55	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Realizável - Inscrição Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00

Valores Restituíveis	1.414.033,72	984.234,06	Realizável - Cancelam./Baixa Cisão, Fusão, Extin.	0,00	0,00
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Valores Restituíveis	1.414.608,57	983.659,21
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**574,85**	**0,00**	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	574,85	0,00	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	**4.067,55**	**574,85**
Realizável	0,00	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.067,55	574,85
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**10.274.033,76**	**8.906.639,82**	Realizável	0,00	0,00
			TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**10.274.033,76**	**8.906.639,82**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** CAMARA MUNICIPAL DE GUAIRA, **Data Emissão** 30/03/2026, **Hora emissão** 10:03:54

NOTA:

TEREZA CAMILO DOS SANTOS	*JOÃO VICTOR DA SILVA QUEIROZ*	*DURCELINA DOS SANTOS TITOTTO*
Presidente da Câmara	Controlador Interno	Contador
CPF: 662.248.379-53	CPF: 063.702.519-92	CRC/ PR-044787/O

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:6FA235CD

CAMARA MUNICIPAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CAMARA MUNICIPAL DE GUAIRA				
Prestação de Contas				
Anexo 12 - Balanço Orçamentário				
Período de Referência: Dezembro / 2025				
Art. 102 da Lei n. 4.320/1964				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Previsão Inicial (a)**	**Previsão Atualizada (b)**	**Receitas Realizadas (c)**	**Saldo (d) = (c-b)**
Receitas Correntes (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de impostos, taxas e contribuição de melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Déficit (VI)	**8.747.121,42**	**8.747.121,42**	**4.911.050,50**	**(3.836.070,92)**
TOTAL (VII) = (V + VI)	**8.747.121,42**	**8.747.121,42**	**4.911.050,50**	**(3.836.070,92)**
Saldos de Exercícios Anteriores	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**Dotação Inicial (e)**	**Dotação Atualizada (f)**	**Despesas Empenhadas (g)**	**Despesas Liquidadas (h)**	**Despesas Pagas (i)**	**Saldo da Dotação (j) = (f- g)**
Despesas Correntes (VIII)	**6.697.121,42**	**6.697.121,42**	**4.835.230,61**	**4.831.163,06**	**4.831.163,06**	**1.861.890,81**
Pessoal e Encargos Sociais	5.450.000,00	5.450.000,00	4.397.969,65	4.397.969,65	4.397.969,65	1.052.030,35
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.247.121,42	1.247.121,42	437.260,96	433.193,41	433.193,41	809.860,46
Despesas de Capital (IX)	**2.050.000,00**	**2.050.000,00**	**75.819,89**	**75.819,89**	**75.819,89**	**1.974.180,11**
Investimentos	2.050.000,00	2.050.000,00	75.819,89	75.819,89	75.819,89	1.974.180,11
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**8.747.121,42**	**8.747.121,42**	**4.911.050,50**	**4.906.982,95**	**4.906.982,95**	**3.836.070,92**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	**8.747.121,42**	**8.747.121,42**	**4.911.050,50**	**4.906.982,95**	**4.906.982,95**	**3.836.070,92**
Superávit (XIV)	--------	--------	--------	--------	--------	--------
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**8.747.121,42**	**8.747.121,42**	**4.911.050,50**	**4.906.982,95**	**4.906.982,95**	**3.836.070,92**
Reserva do RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		**Liquidados (c)**	**Pagos (d)**	**Cancelados (e)**	**Saldo (f) = (a+b- d-e)**
	Em Exercícios Anteriores	**Em 31 de Dezembro do**				

	(a)	Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b- d-e)
Despesas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (f) = (a+b- c-d)
Despesas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** CAMARA MUNICIPAL DE GUAIRA, **Data Emissão** 30/03/2026, **Hora emissão** 10:01:25					
NOTA:					

TEREZA CAMILO DOS SANTOS	*JOÃO VICTOR DA SILVA QUEIROZ*	*DURCELINA DOS SANTOS TITOTTO*
Presidente da Câmara	Controlador Interno	Contador
CPF: 662.248.379-53	CPF: 063.702.519-92	CRC/ PR-044787/O

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:5729D32F

CAMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

CAMARA MUNICIPAL DE GUAIRA			
Prestação de Contas			
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais			
Período de Referência: Dezembro / 2025			
Art. 104 da Lei n. 4.320/1964			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**8.855.357,64**	**7.922.405,76**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		**0,00**	**0,00**
Impostos		0,00	0,00
Taxas		0,00	0,00
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		**0,00**	**0,00**
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuição de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		**0,00**	**0,00**
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		**0,00**	**0,00**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas		**8.855.357,64**	**7.922.405,76**
Transferências Intragovernamentais		8.855.357,64	7.922.405,76
Transferências Intergovernamentais		0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Delegações Recebidas		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos		**0,00**	**0,00**
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Desincorporação de Passivo		0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	0,00

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		**0,00**	**0,00**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**9.588.817,85**	**7.463.396,59**
Pessoal e Encargos		**4.397.969,65**	**3.552.558,14**
Remuneração a Pessoal		3.440.281,95	2.826.171,96
Encargos Patronais		747.020,95	588.617,80
Benefícios a Pessoal		210.666,75	137.768,38
Custo de Pessoal e Encargos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,00	0,00
Benefícios Previdenciários		**0,00**	**0,00**
Aposentadorias e Reformas		0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00
Benefícios Assistenciais		**0,00**	**0,00**
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		0,00	0,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**9.588.817,85**	**7.463.396,59**
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Assistenciais		0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		**1.243.379,76**	**339.689,63**
Uso de Material de Consumo		462.181,88	76.403,03
Serviços		373.181,66	263.286,60
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo		0,00	0,00
Depreciação, Amortização e Exaustão		408.016,22	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		**0,00**	**0,00**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas		**3.944.307,14**	**3.571.148,82**
Transferências Intragovernamentais		3.944.307,14	3.571.148,82
Transferências Intergovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos		**3.161,30**	**0,00**
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		0,00	0,00
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involuntárias		0,00	0,00
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		3.161,30	0,00
Tributárias		**0,00**	**0,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Custo com Tributos		0,00	0,00
Custos das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		**0,00**	**0,00**
Custos das Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		**0,00**	**0,00**
Premiações		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões		0,00	0,00
Custo de Outras VPD		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00
Resultado Patrimonial do Período		**(733.460,21)**	**459.009,17**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Incorporação de ativo		75.819,89	453.389,17
Desincorporação de passivo		0,00	0,00
Incorporação de passivo		0,00	0,00
Desincorporação de ativo		0,00	0,00
Notas Explicativas			
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** CAMARA MUNICIPAL DE GUAIRA, **Data Emissão** 30/03/2026, **Hora emissão** 11:42:57			
Notas:			

TEREZA CAMILO DOS SANTOS	*JOÃO VICTOR DA SILVA QUEIROZ*	*DURCELINA DOS SANTOS TITOTTO*
Presidente da Câmara	Controlador Interno	Contador
CPF: 662.248.379-53	CPF: 063.702.519-92	CRC/ PR-044787/O

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:5903CD49

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 EDITAL Nº 065/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2025 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 059/2026 nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **01/04/2026 a 08/04/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
2º	4.747	EVANDRO SMIGUEL DE GODOY	Médico 24h / HOSPITAL	Cafelândia
2º	4.776	LUIZ ELIAS DE SOUZA	Técnico em Enfermagem / SAMU	Cafelândia
1º	2.794	CAMILA ZANG BERNO	Técnico em Enfermagem / SAMU	Capitão Leônidas Marques
4º	1.992	LAHURA RODRIGUES **	Farmacêutico	Cascavel
5º	3.439	DEBORA LORENA QUEIROZ	Farmacêutico	Cascavel
10º	751	MARIA ISABELA VASCONCELOS DA SILVA *	Farmacêutico	Cascavel
3º	1.160	MELISSA PAOLETTI DE SOUZA *	Rádio Operador	Cascavel
6º	1.548	DANIELA FATIMA FICANHA SCHMITZ	TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA	Cascavel
7º	2.241	VITÓRIA MARIA SANTANA FARIAS	TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA	Cascavel
8º	3.425	ERIC MARQUES PITA DE SOUZA	TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA	Cascavel
9º	426	LARISSA CAMILA PUERTAS BERNARDI	TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA	Cascavel
10º	734	RAQUEL APARECIDA MENDES MACENA	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
11º	2.806	CINTHIA GONCALVES	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
12º	2.580	MARAISA SILVA LAZAROTO	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
14º	555	MIRIAN CAMPOS BISPO ARAUJO *	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
15º	1241	ANDREIA ROCHA	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
27º	1.350	ELIANE APARECIDA BARBOSA DA SILVA * **	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
2º	711	EDUARDO GONCALVES	Técnico em Farmácia	Cascavel
3º	3.498	NEUCELENE GONCALVES DIAS	Técnico em Farmácia	Cascavel
4º	3.496	RAPHAELA MONDO DA SILVA STURMER	Técnico em Farmácia	Cascavel
1º	1.521	JANIRA MARIA NASCIMENTO ALVES BEZERRA	Farmacêutico	Marechal Cândido Rondon
2º	1.085	DAFNE DA MOTA GURGEL	Farmacêutico	Marechal Cândido Rondon
2º	4.600	JHESSICA DOLORES POLICARPO ALBUQUERQUE SILVA *	Técnico em Enfermagem / SAMU	Marechal Cândido Rondon
2º	3.452	MARCUS VINICIUS FERNANDES GAUDIE LEY	Enfermeiro / SAMU	Palotina
1º	771	JAKELINE KLASSEN MACEDO	Técnico em Enfermagem / SAMU	São José das Palmeiras
4º	3.949	JANAINA SARTORELLI	Farmacêutico	Toledo
3º	2.838	MILENA BELLI BOCHNIA	Médico 12h / UPA	Toledo
4º	2.923	WILLIAN CESAR BLOOT	Motorista Socorrista	Toledo
13º	2.411	HERNAN JOSE DE LIMA SANTOS *	Motorista Socorrista	Toledo
3º	802	ADCLEY DOS SANTOS MORAES	Técnico em Enfermagem / UPA	Toledo
4º	3.360	WANESSA BEATRIZ DIAS CARDOZO	Técnico em Enfermagem / UPA	Toledo
2º	1.363	ALBERTO LUIZ VANONI JUNIOR *	Motorista Socorrista	Vera Cruz do Oeste

** Candidato autodeclarado preto ou pardo*
*** Candidato autodeclarado portador de deficiência*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:2C4C2A24

CONSAMU
EXTRATO DE CONTRATOS DE RATEIO

Extratos dos contratos de rateio, firmados entre o FUNDO MUNICIPAL DE CASCAVEL - CNPJ 09.051.532/0001-22 e os Fundos Municipais de Saúde dos Municípios abaixo relacionados, os quais têm por objeto o repasse das verbas Federais e Estaduais recebidas pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL, ao CONTRATADO e que deverão posteriormente ser repassadas ao CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE/PR – CONSAMU.

MUNICÍPIO	CONTRATO Nº	CNPJ MUNICÍPIO/FMS	REPRESENTANTE	VALOR R$	VIGÊNCIA
ANAHY	044/2026	09.421.110/0001-00	ARILSON BATISTA	53.124,25	01/01/2026 a 31/12/2026
ASSIS CHATEAUBRIAND	045/2026	08.888.105/0001-30	MARCEL HENRIQUE MICHELETTO	682.731,73	01/01/2026 a 31/12/2026
BOA VISTA DA APARECIDA	046/2026	09.348.540/0001-35	EDUARDO JOSE HENRICHS	143.946,12	01/01/2026 a 31/12/2026
BRAGANEY	047/2026	11.239.146/0001-00	VALDIR ZIELINSKI	86.037,99	01/01/2026 a 31/12/2026
CAFELÂNDIA	048/2026	09.430.164/0001-23	JUNIOR MOTTER	355.547,26	01/01/2026 a 31/12/2026
CAMPO BONITO	049/2026	09.169.431/0001-50	MARIO WEBER	72.241,81	01/01/2026 a 31/12/2026
CAPITÃO LEONIDAS MARQUES	050/2026	09.401.856/0001-43	MAXWELL SCAPINI	265.101,66	01/01/2026 a 31/12/2026
CATANDUVAS	052/2026	09.335.765/0001-57	ADEMAR LUIZ BURCKHARD	190.405,20	01/01/2026 a 31/12/2026
CASCAVEL	051/2026	17.420.047/0001-07	THIAGO DAROSS STEFANELLO	11.015.072,50	01/01/2026 a 31/12/2026
CÉU AZUL	053/2026	09.272.231/0001-29	LAURINDO SPEROTTO	201.585,48	01/01/2026 a 31/12/2026
CORBÉLIA	054/2026	09.311.360/0001-89	THIAGO DAROSS STEFANELLO	320.035,54	01/01/2026 a 31/12/2026
DIAMANTE D´OESTE	055/2026	09.219.919/0001-45	AMARILDO APARECIDO DA SILVA	81.648,30	01/01/2026 a 31/12/2026
DIAMANTE DO SUL	056/2026	09.015.691/0001-71	DARCI TIRELLI	56.797,26	01/01/2026 a 31/12/2026
ENTRE RIOS DO OESTE	057/2026	08.931.196/0001-40	JAIR BOKORNI	84.730,05	01/01/2026 a 31/12/2026
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	058/2026	09.335.405/0001-55	ANGENOR BERTONCELO	87.453,45	01/01/2026 a 31/12/2026
FORMOSA DO OESTE	059/2026	09.070.880/0001-47	ORIVALDO MUNICELLI	138.965,16	01/01/2026 a 31/12/2026
IBEMA	060/2026	09.260.523/0001-41	VIVIANE COMIRAN	113.361,60	01/01/2026 a 31/12/2026
IGUATU	061/2026	08.962.000/0001-84	MARTINHO LUCAS DE GODOY	38.736,81	01/01/2026 a 31/12/2026
IRACEMA DO OESTE	062/2026	09.168.498/0001-70	ELZA HAASE RODRIGUES	41.997,72	01/01/2026 a 31/12/2026
LINDOESTE	063/2026	09.268.800/0001-62	SILVIO DE SOUZA	93.634,85	01/01/2026 a 31/12/2026
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	064/2026	09.256.935/0001-08	ADRIANO BACKES	1.041.701,17	01/01/2026 a 31/12/2026
MARIPÁ	065/2026	08.971.099/0001-80	RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI	121.245,13	01/01/2026 a 31/12/2026
MERCEDES	066/2026	09.133.765/0001-74	LAERTON WEBER	109.939,43	01/01/2026 a 31/12/2026
NOVA SANTA ROSA	068/2026	09.157.410/0001-15	LARI HITZ	152.922,59	01/01/2026 a 31/12/2026
NOVA AURORA	070/2026	09.472.866/0001-70	JOSÉ APARECIDO DE PAULA SOUZA	341.936,40	01/01/2026 a 31/12/2026
OURO VERDE DO OESTE	067/2026	09.292.656/0001-08	LUCIAN ALUISIO DIERINGS	125.975,25	01/01/2026 a 31/12/2026
PATO BRAGADO	069/2026	12.232.808/0001-83	JONH JEFERSON WEBER NODARI	106.409,76	01/01/2026 a 31/12/2026
QUATRO PONTES	079/2026	09.079.277/0001-26	CESAR ALEXANDRE SEIDEL	83.063,75	01/01/2026 a 31/12/2026
SANTA LÚCIA	071/2026	09.502.448/0001-88	SILVANO TORTELLI	5.522,90	01/01/2026 a 31/12/2026
SANTA TEREZA DO OESTE	072/2026	12.288.286/0001-31	AMARILDO RIGOLIN	246.342,44	01/01/2026 a 31/12/2026
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	073/2026	09.005.558/0001-34	FRANCO MARIA ALVES CABRAL	72.205,98	01/01/2026 a 31/12/2026
SÃO PEDRO DO IGUAÇU	074/2026	09.258.961/0001-75	JACIR DANELLI	103.363,85	01/01/2026 a 31/12/2026
TERRA ROXA	075/2026	09.289.387/0001-12	IVAN REIS DA SILVA	332.326,68	01/01/2026 a 31/12/2026
TOLEDO	076/2026	08.885.072/0001-75	MARIO CESAR COSTENARO	2.842.013,06	01/01/2026 a 31/12/2026
TUPÃSSI	077/2026	09.152.804/0001-80	JOSÉ CARLOS MARIUSSI	46.992,03	01/01/2026 a 31/12/2026
VERA CRUZ DO OESTE	078/2026	09.276.606/0001-29	EDNEI SGOBI	147.404,12	01/01/2026 a 31/12/2026

Os contratos estão disponíveis na íntegra no site: www.consamu.com.br – Informativo/Contábeis/Contrato de Rateio Verba Federal e Estadual 2025

https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_110151_50.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_111355_87.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_112122_46.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_111323_96.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_113947_4.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134223_13.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134519_36.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134618_51.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134737_43.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134841_59.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135045_50.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135240_96.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_144128_53.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135629_66.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_131502_9.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_140323_43.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_143826_74.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_144039_28.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145248_66.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_131817_35.pdf

https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145658_77.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145815_63.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_153545_88.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155207_86.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_154920_29.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155504_6.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155644_13.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155935_25.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160326_6.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_132224_1.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160459_73.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_161556_78.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_132444_60.pdf

Cascavel, 31 de Março de 2026.

PATRÍCIA XAVIER SANTOS
Encarregada do setor/ Contadora

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:9199CEB3

CONSAMU
EXTRATO DE CONTRATOS DE RATEIO

Extratos dos contratos de rateio, firmados entre o Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU – CNPJ 17.420.047/0001-07 e os Fundos Municipais de Saúde dos Municípios abaixo relacionados, os quais têm por objeto repasse das verbas Federais e Estaduais recebidas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL, repassadas ao CONSORCIADO/CONTRATANTE e que deverão ser repassadas ao CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE/PR – CONSAMU.

MUNICÍPIO	CONTRATO Nº	CNPJ MUNICÍPIO/FMS	REPRESENTANTE	VALOR R$	VIGÊNCIA
ANAHY	080/2026	95.594.800/0001-94 09.421.110/0001-00	ARILSON BATISTA	53.124,25	01/01/2026 a 31/12/2026
ASSIS CHATEAUBRIAND	081/2026	76.208.479/0001-18 08.888.105/0001-30	MARCEL HENRIQUE **MICHELETTO**	1.024.668,13	01/01/2026 a 31/12/2026
BOA VISTA DA APARECIDA	082/2026	78.121.985/0001-09 09.348.540/0001-35	EDUARDO JOSE HENRICHS	143.946,12	01/01/2026 a 31/12/2026
BRAGANEY	083/2026	78.121.902/0001-73 11.239.146/0001-00	VALDIR ZIELINSKI	86.037,99	01/01/2026 a 31/12/2026
CAFELÂNDIA	084/2026	78.121.878/0001-72 09.430.164/0001-23	JUNIOR MOTTER	697.483,66	01/01/2026 a 31/12/2026
CAMPO BONITO	085/2026	80.869.621/0001-45 09.169.431/0001-50	MARIO WEBER	72.241,81	01/01/2026 a 31/12/2026
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	086/2026	76.208.834/0001-59 09.401.856/0001-43	MAXWELL SCAPINI	607.038,06	01/01/2026 a 31/12/2026
CATANDUVAS	088/2026	76.208.842/0001-03 09.335.765/0001-57	ADEMAR LUIZ BURCKHARDT	532.341,60	01/01/2026 a 31/12/2026
CÉU AZUL	087/2026	76.206.473/0001-01 09.272.231/0001-29	LAURINDO SPEROTTO	543.521,88	01/01/2026 a 31/12/2026
CORBÉLIA	090/2026	76.208.826/0001-02 09.311.360/0001-89	ZAIRA DENIZE FORTUNATO DE ALMEIDA,	661.971,94	01/01/2026 a 31/12/2026
DIAMANTE D´OESTE	091/2026	77.817.476/0001-44 09.219.919/0001-45	AMARILDO APARECIDO DA SILVA	81.648,30	01/01/2026 a 31/12/2026
DIAMANTE DO SUL	092/2026	95.595.120/0001-95 09.015.691/0001-71	DARCI TIRELLI	56.797,26	01/01/2026 a 31/12/2026
ENTRE RIOS DO OESTE	093/2026	95.719.449/0001-10 08.931.196/0001-40	JAIR BOKORNI	84.730,05	01/01/2026 a 31/12/2026
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	094/2026	01.612.634/0001-68 09.335.405/0001-55	AGENOR BERTONCELO	87.453,45	01/01/2026 a 31/12/2026
FORMOSA DO OESTE	095/2026	76.208.495/0001-00 09.070.880/0001-47	ORIVALDO MUNICELLI	138.965,16	01/01/2026 a 31/12/2026
GUAÍRA	96/2026	77.857.183/0001-90 95.725.438/0001-43	GILEADE GABRIEL OSTI	1.094.184,00	01/01/2026 a 31/12/2026
GUARANIAÇU	97/2026	80.906.378/0001-71 08.906.376/0001-71	JURACI RONALDO CAZELLA	341.936,40	01/01/2026 a 31/12/2026
IBEMA	98/2026	80.881.931/0001-85 09.260.523/0001-41	VIVIANE COMIRAN	113.361,60	01/01/2026 a 31/12/2026
IGUATU	99/2026	95.595.013/0001-67 08.962.000/0001-84	MARTINHO LUCAS DE GODOY	38.736,81	01/01/2026 a 31/12/2026
IRACEMA DO OESTE	100/2026	95.583.555/0001-10 09.168.498/0001-70	ELZA HAASE RODRIGUES	41.997,72	01/01/2026 a 31/12/2026
JESUÍTAS	101/2026	77.398.154/0001-08 08.958.005/0001-33	EDICARLOS GRIZOTTO DE OLIVEIRA	341.936,40	01/01/2026 a 31/12/2026
LINDOESTE	102/2026	80.881.915/0001-92 09.268.800/0001-62	SILVIO DE SOUZA	93.634,85	01/01/2026 a 31/12/2026
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	103/2026	76.205.814/0001-24 09.256.935/0001-08	ADRIANO BACKES	1.383.637,57	01/01/2026 a 31/12/2026
MARIPÁ	104/2026	95.583.571/0001-02 08.971.099/0001-80	RODRIGO ANDRE SCHANOSKI,	121.245,13	01/01/2026 a 31/12/2026
MERCEDES	105/2026	95.719.370/0001-23 09.133.765/0001-74	LAERTON WEBER	109.939,43	01/01/2026 a 31/12/2026
NOVA AURORA	106/2026	76.208.859/0001-52 09.472.866/0001-70	JOSÉ APARECIDO DE PAULA E SOUZA	341.936,40	01/01/2026 a 31/12/2026
NOVA SANTA ROSA	107/2026	77.116.663/0001-09 09.157.410/0001-15	LARI HITZ	152.922,59	01/01/2026 a 31/12/2026
OURO VERDE DO OESTE	108/2026	80.880.107/0001-00 09.292.656/0001-08	LUCIAN ALUISIO DIERINGS	125.975,25	01/01/2026 a 31/12/2026
PALOTINA	109/2026	76.208.487/0001-64 08.878.760/0001-	RODRIGO RIBEIRO	2.213.875,68	01/01/2026 a 31/12/2026

		08			
PATO BRAGADO	110/2026	95.719.472/0001-05 12.232.808/0001-83	JONH JEFERSON WEBER NODARI	106.409,76	01/01/2026 a 31/12/2026
QUATRO PONTES	111/2026	95.719.381/0001-70 09.079.277/0001-26	CESAR ALEXANDRE SEIDEL	83.063,75	01/01/2026 a 31/12/2026
QUEDAS DO IGUAÇU	112/2026	76.208.859/001-52 09.131.091/0001-79	RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA	1.094.184,00	01/01/2026 a 31/12/2026
SANTA HELENA	113/2026	76.206.457/0001-19 09.201.882/0001-28	CLADEMAR JOÃO MARASKIN	2.213.875,68	01/01/2026 a 31/12/2026
SANTA LÚCIA	114/2026	95.594.776/0001-93 09.502.448/0001-88	SILVANO TORTELLI	65.522,90	01/01/2026 a 31/12/2026
SANTA TEREZA DO OESTE	115/2026	76.206.457/0001-52 12.288.286/0001-31	AMARILDO RIGOLIN	588.278,84	01/01/2026 a 31/12/2026
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	116/2026	77.819.605/0001-33 09.005.558/0001-34	FRANCO MARIA ALVES CABRAL	414.142,38	01/01/2026 a 31/12/2026
SÃO PEDRO DO IGUAÇU	117/2026	95.583.597/0001-50 09.258.961/0001-75	JACIR DANELLI	103.363,85	01/01/2026 a 31/12/2026
TERRA ROXA	118/2026	75.587.204/0001-70 09.289.387/0001-12	IVAN REIS DA SILVA	341.936,40	01/01/2026 a 31/12/2026
TOLEDO	119/2026	76.205.806/0001-88 08.885.072/0001-75	MARIO CESAR COSTENARO	4.278.133,46	01/01/2026 a 31/12/2026
TRÊS BARRAS DO PARANÁ	120/2026	78.121.936/0001-68 09.185.764/0001-73	GERSON FRANCISCO GUSSO	341.936,40	01/01/2026 a 31/12/2026
TUPÃSSI	121/2026	77.877.116/0001-38 09.152.804/0001-80	JOSÉ CARLOS MARIUSSI	488.928,43	01/01/2026 a 31/12/2026
VERA CRUZ DO OESTE	122/2026	78.101.821/0001-01 09.276.606/0001-29	EDNEI SGOBI	489.340,52	01/01/2026 a 31/12/2026

Os contratos estão disponíveis na íntegra no site: www.consamu.com.br – Informativo/Contábeis/Contrato de Rateio Verba Federal e Estadual 2026

https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_110218_81.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_143001_73.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_112157_45.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_143317_11.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_114017_37.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134031_58.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_143700_49.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134636_58.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134757_55.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134858_39.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135108_11.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135259_5.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_143923_65.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135646_64.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_140400_17.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_142821_87.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_143635_46.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_143845_13.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_144128_53.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145349_58.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145511_63.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_144123_31.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145725_60.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145836_57.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_153522_46.pdf
http://consamu.com.br/arquivos/20260213_154701_36.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155011_37.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_144559_54.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155324_83.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155558_86.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_150021_79.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155701_45.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155844_90.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155951_43.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160133_64.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160350_72.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160515_38.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160841_74.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_161427_85.pdf
http://consamu.com.br/arquivos/20260213_161624_68.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_161815_74.pdf

Cascavel, 31 de Março de 2026.

PATRÍCIA XAVIER SANTOS
Encarregada do Setor/ Contadora

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:C19EAB8F

CONSAMU
EXTRATO DE CONTRATOS DE RATEIO

Extratos dos contratos de rateio, firmados entre o Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU – CNPJ 17.420.047/0001-07 e os Municípios abaixo relacionados, os quais tem por objeto o repasse de verbas públicas, para a consecução das ações previstas nos termos do Protocolo de Intenções, Estatuto Social deste Consórcio, e ratificadas através de Lei Municipal de cada ente consorciado.

MUNICÍPIO	CONTRATO Nº	CNPJ	REPRESENTANTE	VALOR R$	VIGÊNCIA
ANAHY	001/2026	95.594.800/0001-94	ARILSON BATISTA	128.799,60	01/01/2026 a 31/12/2026
ASSIS CHATEAUBRIAND	002/2026	76.208.479/0001-18	MARCEL HENRIQUE MICHELETTO	1.874.766,00	01/01/2026 a 31/12/2026
BOA VISTA DA APARECIDA	003/2026	78.121.985/0001-09	EDUARDO JOSE HENRICHS	395.272,80	01/01/2026 a 31/12/2026
BRAGANEY	004/2026	78.121.902/0001-73	VALDIR ZIELINSKI	208.598,88	01/01/2026 a 31/12/2026
CAFELÂNDIA	005/2026	78.121.878/0001-72	JUNIOR MOTTER	976.324,80	01/01/2026 a 31/12/2026
CAMPO BONITO	006/2026	80.869.621/0001-45	MARIO WEBER	175.150,08	01/01/2026 a 31/12/2026
CAPITÃO LEONIDAS MARQUES	007/2026	76.208.834/0001-59	MAXWELL SCAPINI	727.963,20	01/01/2026 a 31/12/2026
CASCAVEL	008/2026	76.208.867/0001-07	ALI HASSAN HAIDAR	17.913.916,80	01/01/2026 a 31/12/2026
CATANDUVAS	009/2026	76.208.842/0001-03	ADEMAR LUIZ BURCKHARDT	522.848,40	01/01/2026 a 31/12/2026
CÉU AZUL	010/2026	76.206.473/0001-01	LAURINDO SPEROTTO	553.549,20	01/01/2026 a 31/12/2026
CORBÉLIA	011/2026	76.208.826/0001-02	Zaira Denize Fortunato de Almeida	878.810,40	01/01/2026 a 31/12/2026
DIAMANTE D´OESTE	012/2026	77.817.476/0001-44	AMARILDO APARECIDO DA SILVA	197.956,08	01/01/2026 a 31/12/2026
DIAMANTE DO SUL	013/2026	95.595.120/0001-95	DARCI TIRELLI	137.704,80	01/01/2026 a 31/12/2026
ENTRE RIOS DO OESTE	014/2026	95.719.449/0001-10	JAIR BOKORNI	205.427,76	01/01/2026 a 31/12/2026
ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU	015/2026	061.612.634/0001-68	AGENOR BERTONCELO	212.030,64	01/01/2026 a 31/12/2026
FORMOSA DO OESTE	016/2026	76.208.495/0001-00	ORIVALDO MUNICELLI	336.920,64	01/01/2026 a 31/12/2026
GUAÍRA	017/2026	77.857.183/0001-90	GILEADE GABRIEL OSTI	1.621.927,20	01/01/2026 a 31/12/2026
GUARANIAÇU	018/2026	80.906.378/0001-71	JURACI RONALDO CAZELLA	679.648,80	01/01/2026 a 31/12/2026
IBEMA	019/2026	80.881.931/0001-85	VIVIANE COMIRAN	274.844,88	01/01/2026 a 31/12/2026
IGUATU	020/2026	95.595.013/0001-67	MARTINHO LUCAS DE GODOY	93.917,28	01/01/2026 a 31/12/2026
IRACEMA DO OESTE	021/2026	95.583.555/0001-10	ELZA HAASE RODRIGUES	101.823,36	01/01/2026 a 31/12/2026
JESUÍTAS	022/2026	77.398.154/0001-08	EDICARLOS GRIZOTTO DE OLIVEIRA	534.312,00	01/01/2026 a 31/12/2026
LINDOESTE	023/2026	80.881.915/0001-92	SILVIO DE SOUZA	227.017,44	01/01/2026 a 31/12/2026
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	024/2026	76.205.814/0001-24	ADRIANO BACKES	2.860.488,00	01/01/2026 a 31/12/2026
MARIPÁ	025/2026	95.583.571/0001-02	RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI	293.958,48	01/01/2026 a 31/12/2026
MERCEDES	026/2026	95.719.370/0001-23	LAERTON WEBER	266,547,84	01/01/2026 a 31/12/2026
NOVA AURORA	027/2026	76.208.859/0001-52	JOSÉ APARECIDO DE PAULA E SOUZA	699.574,80	01/01/2026 a 31/12/2026
NOVA SANTA ROSA	028/2026	77.116.663/0001-09	LARI HITZ	370.760,40	01/01/2026 a 31/12/2026
OURO VERDE DO OESTE	029/2026	80.880.107/0001-00	LUCIAN ALUISIO DIERINGS	345.925,20	01/01/2026 a 31/12/2026
PALOTINA	030/2026	76.208.487/0001-64	RODRIGO RIBEIRO	1.801.851,60	01/01/2026 a 31/12/2026
PATO BRAGADO	031/2026	95.719.472/0001-05	JONH JEFERSON WEBER NODARI	257.990,16	01/01/2026 a 31/12/2026
QUATRO PONTES	032/2026	95.719.381/0001-70	CESAR ALEXANDRE SEIDEL	201.387,84	01/01/2026 a 31/12/2026
QUEDAS DO IGUAÇU	033/2026	76.205.962/0001-49	RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA	1.545.126,00	01/01/2026 a 31/12/2026
SANTA HELENA	034/2026	76.206.457/0001-19	CLADEMAR JOÃO MARASKIN	1.295.977,20	01/01/2026 a 31/12/2026
SANTA LÚCIA	035/2026	95.594.776/0001-93	SILVANO TORTELLI	158.860,08	01/01/2026 a 31/12/2026
SANTA TEREZA DO OESTE	036/2026	80.882.095/0001-53	AMARILDO RIGOLIN	676.450,80	01/01/2026 a 31/12/2026
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	037/2026	77.819.605/0001-33	FRANCO MARIA ALVES CABRAL	198.276,00	01/01/2026 a 31/12/2026
SÃO PEDRO DO IGUAÇU	038/2026	95.583.597/0001-50	JACIR DANELLI	250.605,36	01/01/2026 a 31/12/2026
TERRA ROXA	039/2026	75.587.204/0001-70	IVAN REIS DA SILVA	912.561,60	01/01/2026 a 31/12/2026
TOLEDO	040/2026	76.205.806/0001-88	MARIO CESAR COSTENARO	7.804.104,00	01/01/2026 a 31/12/2026
TRÊS BARRAS DO PARANÁ	041/2026	78.121.936/0001-68	GERSON FRANCISCO GUSSO	550.892,40	01/01/2026 a 31/12/2026
TUPÃSSI	042/2026	77.877.116/0001-38	JOSÉ CARLOS MARIUSSI	403.636,80	01/01/2026 a 31/12/2026
VERA CRUZ DO OESTE	043/2026	78.101.821/0001-01	ALI HASSAN HAIDAR	147.404,12	01/01/2026 a 31/12/2026

Os contratos estão disponíveis na íntegra no site: www.consamu.com.br – Informativo/Contábeis/Contrato de Rateio Verba Municipal 2025

https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_161746_50.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_110120_66.pdf
http://consamu.com.br/arquivos/20260213_134715_13.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155226_91.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134819_35.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135024_36.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135221_33.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135417_88.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135537_3.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_135754_84.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_142714_84.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_143806_51.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_111244_36.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_143945_34.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145322_82.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145420_31.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145630_87.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145756_60.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_145916_1.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_154609_56.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155141_31.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_112056_14.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155256_65.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155532_82.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155628_35.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155744_31.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155828_48.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_155911_38.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160048_4.pdf

https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160250_39.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160437_30.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160543_78.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_160741_54.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_161355_10.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_161527_87.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_112301_47.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_133949_32.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134153_92.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134344_74.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260213_134551_84.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_103259_33.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_104405_3.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_105224_23.pdf
https://www.consamu.com.br/arquivos/20260330_111323_96.pdf

Cascavel – PR, 31 de Março de 2026.

PATRÍCIA XAVIER SANTOS
Encarregada do Setor/ Contadora

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:5DDAEE11

PROJUR

12. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 11/05/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA3222	275710S000009183	20/03/2026	60503
AAY2264	275710T000002509	24/03/2026	50100
AAY2264	275710T000002508	24/03/2026	65992
AAY2264	275710T000002513	24/03/2026	67261
AAY2264	275710T000002512	24/03/2026	73400
AAY2264	275710T000002510	24/03/2026	70301
ABE3994	275710S000009209	22/03/2026	60503
ADL9I89	275710S000009266	23/03/2026	60503
AGQ0G07	275710S000009211	22/03/2026	56732
AIA1271	275710S000009208	22/03/2026	60503
AIP0E87	275710S000009225	21/03/2026	60503
AJA2C55	275710S000009190	21/03/2026	60503
AJB1584	275710S000009181	20/03/2026	60503
AJK3049	275710S000009227	21/03/2026	60503
AJK5050	275710S000009189	21/03/2026	60503
AJQ4C42	275710S000009241	22/03/2026	56732
ALF9H22	275710S000009200	21/03/2026	60503
ALT1003	275710T000002514	24/03/2026	55417
AMX6C88	275710S000009201	21/03/2026	60503
ANL7486	275710S000009203	22/03/2026	56732
AOD8D83	275710S000009252	22/03/2026	56732
AOJ3063	275710S000009272	23/03/2026	60503
APU9G45	275710S000009244	22/03/2026	60503
AQM5939	275710T000006701	23/03/2026	65992
AQM5939	275710T000006702	23/03/2026	67690
AQM5939	275710T000006703	23/03/2026	67261
AQM5939	275710T000006704	23/03/2026	73400
AQU4622	275710T000007468	23/03/2026	60412
AQX8J81	275710T000007470	23/03/2026	60412
ARA3105	275710NIC0000734	03/03/2026	50020
AST3901	275710S000009262	23/03/2026	60503
AUC3911	275710S000009217	20/03/2026	56732
AVN9532	275710NIC0000720	03/03/2026	50020
AVS4A75	275710T000007471	23/03/2026	60412
AWK5H90	275710S000009219	20/03/2026	60503
AYU3J32	275710NIC0000718	03/03/2026	50020
AZJ0J72	275710S000009186	20/03/2026	60503
BAI8G62	275710S000009184	20/03/2026	60503
BAQ3832	275710S000009196	21/03/2026	60503
BBV2718	275710S000009224	21/03/2026	56732
BBZ1E86	275710NIC0000736	03/03/2026	50020
BDF5G87	275710NIC0000731	03/03/2026	50020
BED8D39	275710S000009215	22/03/2026	60503
BEU9D05	275710S000009202	21/03/2026	60503
BEV8I94	275710S000009269	23/03/2026	56732
BTC6D65	275710S000009235	21/03/2026	60503
CHI5E22	275710S000009274	23/03/2026	60503
COB7061	275710S000009253	22/03/2026	60503
DEZ6H98	275710S000009246	22/03/2026	60503

DHR4433	275710S000009271	23/03/2026	60503
EEP4J92	275710S000009204	22/03/2026	60503
ELO8B75	275710NIC0000732	03/03/2026	50020
EQZ1B13	275710S000009192	21/03/2026	60503
FYY5E61	275710T000007472	23/03/2026	57200
GBE3B86	275710S000009232	21/03/2026	60503
GIT0F62	275710S000009263	23/03/2026	60503
HPJ7J80	275710S000009210	22/03/2026	60503
HSE5301	275710S000009193	21/03/2026	60503
HSM3D10	275710S000009237	21/03/2026	60503
HSR1A38	275710S000009250	22/03/2026	56732
HSS9H67	275710S000009187	20/03/2026	60503
HTC9613	275710S000009199	21/03/2026	60503
HTN4I31	275710NIC0000721	03/03/2026	50020
IAB3H79	275710S000009236	21/03/2026	60503
IUR1E88	275710S000009178	20/03/2026	60503
JIQ5F35	275710S000009218	20/03/2026	60503
JIX0G47	275710NIC0000719	03/03/2026	50020
KID6C53	275710T000007475	24/03/2026	60412
KPU6A48	275710S000009275	23/03/2026	60503
LNC8F24	275710T000007473	23/03/2026	60412
LNL6377	275710S000009180	20/03/2026	60503
NRP6G22	275710S000009198	21/03/2026	60503
NRS4511	275710S000009182	20/03/2026	60503
OBP2C28	275710S000009212	22/03/2026	60503
OOK7F50	275710S000009258	23/03/2026	60503
PCK1D08	275710NIC0000728	03/03/2026	50020
QAA1275	275710S000009270	23/03/2026	56732
QAS4573	275710S000009214	22/03/2026	60503
QAZ3H48	275710S000009259	23/03/2026	60503
QMS3G52	275710S000009273	23/03/2026	60503
QPA3I86	275710S000009220	20/03/2026	60503
RAY2B39	275710NIC0000726	03/03/2026	50020
RHK2I13	275710NIC0000737	03/03/2026	50020
RHK2I16	275710NIC0000730	03/03/2026	50020
RLF0J52	275710S000009234	21/03/2026	56732
RRI8F10	275710NIC0000716	03/03/2026	50020
RRP5A00	275710NIC0000723	03/03/2026	50020
RUJ6E11	275710S000009255	22/03/2026	56732
RWJ2J11	275710NIC0000724	03/03/2026	50020
RWJ8J61	275710NIC0000733	03/03/2026	50020
RWZ1H22	275710NIC0000717	03/03/2026	50020
SCB3G67	275710T000007467	23/03/2026	60412
SEY4A67	275710S000009185	20/03/2026	56732
SFL9C73	275710S000009260	23/03/2026	60503
SLZ0H62	275710S000009191	21/03/2026	60503
SMK5F89	275710S000009213	22/03/2026	60503
SXF6I07	275710S000009254	22/03/2026	60503
TBF8D14	275710S000009267	23/03/2026	60503
TBO7I76	275710NIC0000727	03/03/2026	50020
TBZ9D34	275710NIC0000722	03/03/2026	50020
TLF7F77	275710S000009233	21/03/2026	56732
UAY7B87	275710S000009195	21/03/2026	60503
UBO0F30	275710S000009249	22/03/2026	60503
UDO5I49	275710S000009226	21/03/2026	60503

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:C5353BEB

PROJUR

14.EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 11/05/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACB0096	275710S000009167	19/03/2026	60503
AEF4F78	275710S000009089	18/03/2026	60503
AGI9B13	275710S000009098	18/03/2026	60503
AIA3G66	275710S000009047	17/03/2026	60503
AKK3252	275710S000009082	17/03/2026	60503
AKP8154	275710S000009148	19/03/2026	60503
AMB4A18	275710S000009053	17/03/2026	60503
AMN9862	275710S000009100	18/03/2026	60503
AQC1J92	275710S000009071	17/03/2026	60503
AQQ7F16	275710S000009073	17/03/2026	56732
ATA7E39	275710S000009074	17/03/2026	60503
ATH3B17	275710S000009083	17/03/2026	56732
AUG1G27	275710S000009125	18/03/2026	56732
AUW5C93	275710S000009105	18/03/2026	60503
AVL6F55	275710S000009126	18/03/2026	56732
AVR3I76	275710S000009170	19/03/2026	60503
AWJ9D87	275710S000009058	17/03/2026	60503
AWM8C12	275710S000009113	18/03/2026	60503

AWR0J97	275710S000009049	17/03/2026	60503
AWX0342	275710S000009131	18/03/2026	60503
AXU9H58	275710S000009087	17/03/2026	60503
AYZ9J39	275710S000009057	17/03/2026	60503
BAI3E21	275710S000009156	19/03/2026	60503
BCF4E05	275710T000000807	19/03/2026	60412
BCG5E96	275710S000009171	19/03/2026	60503
BCN9B39	275710S000009060	17/03/2026	60503
BDP6E83	275710S000009147	19/03/2026	60503
BEQ6C77	275710S000009137	18/03/2026	60503
BQS9414	275710S000009150	19/03/2026	60503
BYB4I37	275710S000009076	17/03/2026	60503
DIC5J70	275710S000009079	17/03/2026	60503
DIU3I02	275710S000009120	18/03/2026	60503
DKP0082	275710S000009102	18/03/2026	60503
DPR9B51	275710S000009104	18/03/2026	60503
DVS3D26	275710S000009155	19/03/2026	60503
ECW6D80	275710S000009121	18/03/2026	56732
EEG3707	275710S000009166	19/03/2026	60503
EID1B67	275710S000009044	17/03/2026	60503
EIO7I77	275710S000009165	19/03/2026	60503
EMM8A78	275710S000009158	19/03/2026	60503
FFE3I86	275710S000009153	19/03/2026	60503
FNO1I19	275710S000009117	18/03/2026	60503
GCR7J05	275710S000009061	17/03/2026	56732
GDD4E77	275710S000009110	18/03/2026	60503
GEN5B77	275710S000009081	17/03/2026	60503
GTI6G52	275710S000009094	18/03/2026	56732
HCG1315	275710S000009056	17/03/2026	60503
HSG2H07	275710S000009091	18/03/2026	60503
HTA1574	275710S000009164	19/03/2026	60503
HTA1A00	275710S000009064	17/03/2026	60503
HTA6956	275710S000009059	17/03/2026	60503
HTO5E56	275710S000009054	17/03/2026	60503
INW3399	275710S000009157	19/03/2026	60503
JCD9A30	275710S000009086	17/03/2026	60503
JZL6G75	275710T000007434	20/03/2026	57200
KCP6592	275710S000009134	18/03/2026	60503
LON1036	275710S000009050	17/03/2026	60503
MIX6D47	275710S000009099	18/03/2026	60503
MZX3B55	275710S000009138	18/03/2026	60503
NCG4A06	275710S000009115	18/03/2026	60503
NET5I14	275710S000009122	18/03/2026	60503
NRF2C63	275710S000009129	18/03/2026	56732
NRH7C66	275710S000009085	17/03/2026	56732
NRH7C66	275710S000009130	18/03/2026	56732
NRP6G22	275710S000009052	17/03/2026	60503
NSB1A38	275710S000009092	18/03/2026	56732
NYH1A00	275710S000009062	17/03/2026	60503
NZD1C12	275710S000009174	19/03/2026	60503
OBN8606	275710S000009093	18/03/2026	60503
ONL2F78	275710S000009095	18/03/2026	60503
OOE5C65	275710S000009051	17/03/2026	60503
PFZ3I29	116100T002456002	13/03/2026	54522
PHI1G60	275710S000009063	17/03/2026	60503
PKO9D29	275710S000009139	18/03/2026	60503
PYP7G76	275710S000009124	18/03/2026	60503
QAD8F98	275710S000009136	18/03/2026	60503
QAS4573	275710S000009080	17/03/2026	60503
QHY6967	275710S000009176	19/03/2026	60503
QIO6377	275710S000009067	17/03/2026	60503
QPR1C92	275710S000009144	18/03/2026	60503
RAH1B76	275710S000009072	17/03/2026	60503
RAH4I17	275710S000009173	19/03/2026	60503
RAK7H24	275710S000009146	19/03/2026	60503
RBC0B05	275710S000009101	18/03/2026	60503
RHI4C21	275710S000009109	18/03/2026	60503
RNB5A79	275710CND0000014	20/01/2026	50450
RWC1C67	275710S000009154	19/03/2026	60503
SEC2C58	275710S000009141	18/03/2026	60503
SEI8D64	275710S000009172	19/03/2026	60503
SEO8E75	275710S000009068	17/03/2026	60503
SEY4H06	275710S000009143	18/03/2026	60503
SFA3I05	275710S000009078	17/03/2026	60503
SFK5J16	275710S000009055	17/03/2026	56732
SLW5E09	275710S000009169	19/03/2026	60503
SML5I96	275710S000009084	17/03/2026	60503
SPF3E99	275710S000009106	18/03/2026	60503
SQA3E87	275710S000009070	17/03/2026	56732
SXX4H28	275710S000009133	18/03/2026	60503
TAQ3F81	275710S000009151	19/03/2026	60503
TAS1J87	275710S000009114	18/03/2026	60503
TBF0I65	275710S000009160	19/03/2026	60503
TDI1G86	275710S000009108	18/03/2026	60503
TDM6I51	275710S000009161	19/03/2026	56732
TJN1A36	275710S000009096	18/03/2026	60503

TOL3I71	275710S000009097	18/03/2026	60503
TRD1A52	275710S000009123	18/03/2026	56732

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:F89437E5

PROJUR

3. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 14/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA6777	275710S000005978	18/01/2026	60503	R$ 293,47
ABG1E32	275710S000005760	14/01/2026	60503	R$ 293,47
ABM2F45	275710S000005892	16/01/2026	60503	R$ 293,47
ACU1E01	275710NIC0000229	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ADP0B55	275710S000005925	17/01/2026	56732	R$ 130,16
AEF4F78	275710S000005754	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AFI4220	275710S000005753	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AFK5G65	275710S000005951	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AGK2A33	275710NIC0000226	30/12/2025	50020	R$ 586,94
AGS7214	275710S000005818	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AHX8878	275710S000005749	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AII4I32	275710S000005940	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AIK0556	275710S000005784	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AJB3J12	275710S000005746	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AJJ8299	275710S000006016	18/01/2026	60503	R$ 293,47
AJS3199	275710S000005805	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AKB1E38	275710S000005879	16/01/2026	60503	R$ 293,47
AKD3F52	275710S000005991	18/01/2026	60503	R$ 293,47
AKK6E38	275710S000005792	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AKL1266	275710S000005904	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AKT6E42	275710NIC0000231	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ALA6805	275710NIC0000218	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ALA6805	275710NIC0000186	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ALD8B01	275710S000005828	15/01/2026	60503	R$ 293,47
ALG2C65	275710S000005861	16/01/2026	60503	R$ 293,47
AMG6717	275710NIC0000225	30/12/2025	50020	R$ 586,94
AMJ8326	275710S000005752	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AMK7145	275710S000005979	18/01/2026	60503	R$ 293,47
AML0485	275710S000005842	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AML1580	275710S000005973	18/01/2026	60503	R$ 293,47
AMM4H81	275710T000001269	18/01/2026	65992	R$ 293,47
AMT9C17	275710S000005795	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AMV3J01	275710T000005732	16/01/2026	70561	R$ 293,47
AMV3J01	275710T000005733	16/01/2026	66371	R$ 195,23
AMV3J01	275710T000005734	16/01/2026	70991	R$ 195,23
AMV3J01	275710T000005735	16/01/2026	67690	R$ 130,16
ANB7337	275710S000005918	17/01/2026	60503	R$ 293,47
ANI9484	275710S000005800	15/01/2026	60503	R$ 293,47
ANK5G63	275710S000005915	17/01/2026	60503	R$ 293,47
ANL5038	275710NIC0000222	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ANQ1181	275710S000006008	18/01/2026	60503	R$ 293,47
ANU1879	275710S000005881	16/01/2026	60503	R$ 293,47
ANV5E16	275710S000005943	17/01/2026	60503	R$ 293,47
ANV5E16	275710S000005919	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AOX3D81	275710S000005779	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AQI2H57	275710S000006010	18/01/2026	60503	R$ 293,47
ARJ3C38	275710S000006005	18/01/2026	60503	R$ 293,47
ARU2518	275710NIC0000193	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ARV2271	275710NIC0000230	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ASC1F90	275710S000006013	18/01/2026	60503	R$ 293,47
ASI7832	275710NIC0000242	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ASW3846	275710NIC0000214	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ATD2B23	275710S000005791	15/01/2026	60503	R$ 293,47
ATE5H65	275710S000005793	15/01/2026	60503	R$ 293,47
ATL7F64	275710S000005955	17/01/2026	60503	R$ 293,47
ATR2822	275710S000005906	17/01/2026	56732	R$ 130,16
ATT2G03	275710T000005736	19/01/2026	51930	R$ 293,47
ATU2218	275710S000005865	16/01/2026	60503	R$ 293,47
AUH0329	275710S000005959	17/01/2026	56732	R$ 130,16
AUH6770	275710S000005848	16/01/2026	60503	R$ 293,47
AUK3A18	275710S000005849	16/01/2026	60503	R$ 293,47
AUK6983	275710S000005946	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AUN4F39	275710S000005875	16/01/2026	60503	R$ 293,47
AUN7C96	275710S000005952	17/01/2026	56732	R$ 130,16
AUP5G18	275710S000005958	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AUR0C92	275710S000005900	16/01/2026	60503	R$ 293,47
AUY8804	275710S000005877	16/01/2026	60503	R$ 293,47
AVE9519	275710S000005811	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AVL7J18	275710S000005771	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AVR6B88	275710S000005812	15/01/2026	60503	R$ 293,47

AVU3D09	275710S000005985	18/01/2026	60503	R$ 293,47
AVV5146	275710S000006002	18/01/2026	60503	R$ 293,47
AVW5F42	275710S000005948	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AWA6484	275710S000005768	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AWA8D33	275710S000005922	17/01/2026	56732	R$ 130,16
AWB3C42	275710S000005747	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AWC5I00	275710S000005830	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AWI6C08	275710S000005921	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AWM6J14	275710S000005745	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AWM7E72	275710S000005832	15/01/2026	60503	R$ 293,47

AWN0E15	275710NIC0000198	30/12/2025	50020	R$ 586,94
AWQ6D83	275710S000005990	18/01/2026	56732	R$ 130,16
AWW7712	275710S000005935	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AXD3E56	275710S000005777	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AXR1C26	275710S000005930	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AXU6J64	275710S000005798	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AYE3049	275710NIC0000220	30/12/2025	50020	R$ 586,94
AYI0583	275710NIC0000190	30/12/2025	50020	R$ 586,94
AYU0F91	275710S000005825	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AYV6E11	275710S000005923	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AYX0H61	275710S000005813	15/01/2026	60503	R$ 293,47
AYZ3J66	275710NIC0000228	30/12/2025	50020	R$ 586,94
AZG5362	275710S000005905	17/01/2026	56732	R$ 130,16
AZL2H90	275710S000006004	18/01/2026	60503	R$ 293,47
AZL3519	275710S000005941	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AZO3005	275710S000005782	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AZR5G36	275710S000005966	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AZR9H14	275710T000001268	16/01/2026	55411	R$ 195,23
AZS7244	275710S000005772	14/01/2026	60503	R$ 293,47
AZY9383	275710S000005920	17/01/2026	60503	R$ 293,47
AZZ2024	275710S000005803	15/01/2026	60503	R$ 293,47
BAA9331	275710NIC0000244	30/12/2025	50020	R$ 586,94
BAL6F68	275710S000005898	16/01/2026	60503	R$ 293,47
BAP3584	275710S000005781	14/01/2026	60503	R$ 293,47
BAP9362	275710NIC0000187	30/12/2025	50020	R$ 586,94
BAV7948	275710S000006003	18/01/2026	60503	R$ 293,47
BAW0563	275710NIC0000197	30/12/2025	50020	R$ 586,94
BAZ0I31	275710S000005956	17/01/2026	60503	R$ 293,47
BAZ9I90	275710S000005866	16/01/2026	60503	R$ 293,47
BBH3A12	275710S000005939	17/01/2026	60503	R$ 293,47
BBI2G31	275710S000005765	14/01/2026	60503	R$ 293,47
BBI6209	275710NIC0000206	30/12/2025	50020	R$ 586,94
BBJ2H52	275710S000005947	17/01/2026	60503	R$ 293,47
BBM5E63	275710S000005851	16/01/2026	60503	R$ 293,47
BBP5J87	275710S000005821	15/01/2026	60503	R$ 293,47
BBS6H24	275710S000005810	15/01/2026	60503	R$ 293,47
BBW6J69	275710T000005731	15/01/2026	50100	R$ 880,41
BBW6J69	275710T000005730	15/01/2026	65992	R$ 293,47
BCE5133	275710S000005824	15/01/2026	56732	R$ 130,16
BCI8813	275710S000005997	18/01/2026	60503	R$ 293,47
BCK9F38	275710S000005986	18/01/2026	56732	R$ 130,16
BCR1G67	275710S000005908	17/01/2026	56732	R$ 130,16

BCR8C09	275710S000005950	17/01/2026	60503	R$ 293,47
BDA8E49	275710NIC0000215	30/12/2025	50020	R$ 586,94
BDH7J61	275710S000005964	17/01/2026	60503	R$ 293,47
BDL0I97	275710S000006012	18/01/2026	60503	R$ 293,47
BDM1E99	275710NIC0000224	30/12/2025	50020	R$ 586,94
BDM2C78	275710S000006011	18/01/2026	60503	R$ 293,47
BDZ0J83	275710S000005837	15/01/2026	60503	R$ 293,47
BEC0969	275710S000005857	16/01/2026	60503	R$ 293,47
BEQ8G41	275710S000005807	15/01/2026	60503	R$ 293,47
BES8D42	275710NIC0000216	30/12/2025	50020	R$ 586,94
BET5G64	275710T000006341	20/01/2026	55417	R$ 195,23
BVT2H46	275710NIC0000210	30/12/2025	50020	R$ 260,32
BXD2B84	275710S000005789	15/01/2026	60503	R$ 293,47
CCT0B40	275710S000006015	18/01/2026	60503	R$ 293,47
CEI5381	275710S000005926	17/01/2026	60503	R$ 293,47
CGP0D73	275710S000005817	15/01/2026	60503	R$ 293,47
CIL8174	275710S000005880	16/01/2026	60503	R$ 293,47
CRF9A13	275710S000006020	18/01/2026	60503	R$ 293,47
CTB7630	275710S000005974	18/01/2026	60503	R$ 293,47
CUL1E37	275710S000005965	17/01/2026	60503	R$ 293,47
CUP1C18	275710NIC0000233	30/12/2025	50020	R$ 586,94
CVI2E06	275710S000005910	17/01/2026	56732	R$ 130,16
DGI6299	275710S000005967	18/01/2026	60503	R$ 293,47
DHR4433	275710S000005750	14/01/2026	60503	R$ 293,47
DIC5J70	275710S000005744	14/01/2026	60503	R$ 293,47
DIV6272	275710S000006001	18/01/2026	60503	R$ 293,47
DMK0A87	275710NIC0000188	30/12/2025	50020	R$ 586,94
DSN1J67	275710S000005769	14/01/2026	60503	R$ 293,47
DYA2J85	275710S000005914	17/01/2026	56732	R$ 130,16
DYE4J35	275710S000005743	14/01/2026	56732	R$ 130,16
DZC2A66	275710S000005780	14/01/2026	56732	R$ 130,16
EAX4731	275710T000001864	17/01/2026	51851	R$ 195,23
EAX4731	275710T000001863	17/01/2026	52741	R$ 2.934,70
EDO0H99	275710S000005987	18/01/2026	60503	R$ 293,47

EEY2D36	275710S000005960	17/01/2026	60503	R$ 293,47
EGF9834	275710S000005980	18/01/2026	60503	R$ 293,47
EGT2J44	275710S000005822	15/01/2026	60503	R$ 293,47
EKN2I20	275710S000005794	15/01/2026	60503	R$ 293,47
ELB5900	275710S000005932	17/01/2026	60503	R$ 293,47
EMI4A45	275710S000005992	18/01/2026	60503	R$ 293,47
EPI5650	275710S000006019	18/01/2026	60503	R$ 293,47
EPU7I94	275710NIC0000243	30/12/2025	50020	R$ 586,94
EQM3694	275710S000005911	17/01/2026	56732	R$ 130,16
ETA8B04	275710S000005838	15/01/2026	60503	R$ 293,47
ETR0696	275710S000006000	18/01/2026	60503	R$ 293,47
EYE3912	275710S000005996	18/01/2026	60503	R$ 293,47
EYO0639	275710S000005937	17/01/2026	60503	R$ 293,47
EYR6J38	275710S000005891	16/01/2026	60503	R$ 293,47
EYR8269	275710S000005942	17/01/2026	60503	R$ 293,47
EZS5B63	275710S000005831	15/01/2026	60503	R$ 293,47
FEI1I24	275710S000005774	14/01/2026	60503	R$ 293,47
FGM2802	275710NIC0000227	30/12/2025	50020	R$ 586,94
FKG0F81	275710NIC0000211	30/12/2025	50020	R$ 586,94
FLH3J55	275710S000005957	17/01/2026	60503	R$ 293,47
FOB7J95	275710NIC0000208	30/12/2025	50020	R$ 586,94
FRJ8J37	275710S000005883	16/01/2026	60503	R$ 293,47
FSO9D80	275710S000005977	18/01/2026	60503	R$ 293,47
FUJ4D35	275710S000005936	17/01/2026	60503	R$ 293,47
GCR7J05	275710S000005872	16/01/2026	60503	R$ 293,47
GDM5H53	275710S000005954	17/01/2026	60503	R$ 293,47
GEH2C85	275710S000005785	15/01/2026	60503	R$ 293,47
GEN5B77	275710S000005748	14/01/2026	60503	R$ 293,47
GGK5F86	275710S000005924	17/01/2026	60503	R$ 293,47
GGM6099	275710S000005826	15/01/2026	60503	R$ 293,47
GIN1G11	275710S000005878	16/01/2026	60503	R$ 293,47
GJC0A98	275710S000005963	17/01/2026	60503	R$ 293,47
GZV6E50	275710S000005867	16/01/2026	60503	R$ 293,47
HRP9952	275710S000005887	16/01/2026	60503	R$ 293,47
HRZ3334	275710S000006017	18/01/2026	60503	R$ 293,47
HSC5I59	275710S000005860	16/01/2026	60503	R$ 293,47
HTB6022	275710S000005783	14/01/2026	60503	R$ 293,47
HTC1B32	275710S000005764	14/01/2026	60503	R$ 293,47
HTF5744	275710S000005894	16/01/2026	60503	R$ 293,47
HTP0252	275710NIC0000204	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ILB0D22	275710NIC0000251	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ILQ6D13	275710NIC0000239	30/12/2025	50020	R$ 586,94
IMQ8H69	275710NIC0000237	30/12/2025	50020	R$ 586,94
ITA3G16	275710NIC0000249	30/12/2025	50020	R$ 586,94
IUB4180	275710S000005889	16/01/2026	60503	R$ 293,47
IUF5B15	275710S000005989	18/01/2026	60503	R$ 293,47
IWX0082	275710NIC0000232	30/12/2025	50020	R$ 586,94
JAK6J58	275710S000005786	15/01/2026	60503	R$ 293,47
JAT5E89	275710S000005975	18/01/2026	60503	R$ 293,47
JAU5G69	275710NIC0000221	30/12/2025	50020	R$ 586,94
JBK4A63	275710NIC0000185	30/12/2025	50020	R$ 586,94
JCB8A02	275710NIC0000217	30/12/2025	50020	R$ 586,94
JCD7D89	275710NIC0000189	30/12/2025	50020	R$ 586,94
JDA0G88	275710S000005775	14/01/2026	60503	R$ 293,47
JDL2H57	275710NIC0000207	30/12/2025	50020	R$ 586,94
JFT4J58	275710S000005982	18/01/2026	60503	R$ 293,47
KZI8D82	275710S000005890	16/01/2026	60503	R$ 293,47
KZK9B24	275710S000005962	17/01/2026	60503	R$ 293,47
LSI9G46	275710S000005796	15/01/2026	60503	R$ 293,47
LWX0014	275710S000005899	16/01/2026	60503	R$ 293,47
MFZ3F21	275710S000005766	14/01/2026	60503	R$ 293,47
MGP8G52	275710S000005862	16/01/2026	60503	R$ 293,47
MHV0235	275710S000005981	18/01/2026	60503	R$ 293,47
MJB4I32	275710S000006021	18/01/2026	60503	R$ 293,47
MJD6A00	275710NIC0000219	30/12/2025	50020	R$ 586,94
MKO2938	275710S000005897	16/01/2026	60503	R$ 293,47
MKR2424	275710S000005988	18/01/2026	60503	R$ 293,47
MKV4F95	275710S000005961	17/01/2026	60503	R$ 293,47
MMV2436	275710S000005773	14/01/2026	60503	R$ 293,47
NEJ4I23	275710S000005871	16/01/2026	60503	R$ 293,47
NOW1A59	275710S000005995	18/01/2026	60503	R$ 293,47
NRP9C68	275710S000005761	14/01/2026	60503	R$ 293,47
NRQ7A38	275710S000005873	16/01/2026	60503	R$ 293,47
NRQ8536	275710S000005755	14/01/2026	60503	R$ 293,47
NSB3J48	275710S000005888	16/01/2026	56732	R$ 130,16
NSB4233	275710S000005788	15/01/2026	60503	R$ 293,47
NSD2E65	275710NIC0000235	30/12/2025	50020	R$ 586,94
NSD5515	275710S000006007	18/01/2026	60503	R$ 293,47
ONI1867	275710S000005814	15/01/2026	60503	R$ 293,47
OOJ3007	275710S000005855	16/01/2026	60503	R$ 293,47
OOJ5138	275710S000005931	17/01/2026	60503	R$ 293,47
OOJ5156	275710S000005927	17/01/2026	60503	R$ 293,47
OOJ8854	275710S000005994	18/01/2026	60503	R$ 293,47
OOK3J74	275710S000005976	18/01/2026	60503	R$ 293,47
OOL8255	275710S000005859	16/01/2026	60503	R$ 293,47
OXL9360	275710S000005972	18/01/2026	56732	R$ 130,16

PAC8D16	275710S000005846	16/01/2026	60503	R$ 293,47
PAW1B07	275710S000005790	15/01/2026	60503	R$ 293,47
PAX4G16	275710S000005770	14/01/2026	60503	R$ 293,47
PCF0I65	275710S000005801	15/01/2026	60503	R$ 293,47
PEX3H30	275710S000005852	16/01/2026	60503	R$ 293,47
PPY5D04	275710S000005836	15/01/2026	60503	R$ 293,47

QAB6I74	275710S000005751	14/01/2026	60503	R$ 293,47
QAD3B33	275710S000005983	18/01/2026	60503	R$ 293,47
QAD8555	275710S000005767	14/01/2026	60503	R$ 293,47
QAH4D84	275710S000005970	18/01/2026	56732	R$ 130,16
QAM6F16	275710S000005953	17/01/2026	60503	R$ 293,47
QAT8G12	275710S000005864	16/01/2026	60503	R$ 293,47
QAY1G57	275710NIC0000200	30/12/2025	50020	R$ 586,94
QAZ2I18	275710S000005882	16/01/2026	60503	R$ 293,47
QAZ3F14	275710S000005840	15/01/2026	60503	R$ 293,47
QEI3E09	275710S000005854	16/01/2026	60503	R$ 293,47
QIL8J89	275710S000005844	15/01/2026	56732	R$ 130,16
QSO3G24	275710T000001264	16/01/2026	55417	R$ 195,23
QTH8H20	275710S000005863	16/01/2026	60503	R$ 293,47
QXR6B92	275710S000005759	14/01/2026	60503	R$ 293,47
RAC8B57	275710S000005815	15/01/2026	60503	R$ 293,47
RAE1A92	275710S000005823	15/01/2026	60503	R$ 293,47
RAS7J77	275710S000005834	15/01/2026	60503	R$ 293,47
RAU9C80	275710NIC0000203	30/12/2025	50020	R$ 586,94
REW7E41	275710S000006006	18/01/2026	60503	R$ 293,47
REW9H03	275710S000006009	18/01/2026	60503	R$ 293,47
RFH1J94	275710S000006014	18/01/2026	60503	R$ 293,47
RFS7E14	275710S000005874	16/01/2026	60503	R$ 293,47
RGB3C49	275710S000005885	16/01/2026	60503	R$ 293,47
RHG4I00	275710NIC0000194	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RHG6I03	275710NIC0000250	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RHH3G34	275710S000005869	16/01/2026	60503	R$ 293,47
RHJ2D45	275710T000001265	16/01/2026	55417	R$ 195,23
RHK4H79	275710S000005928	17/01/2026	60503	R$ 293,47
RHS8J25	275710NIC0000240	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RHT6I80	275710S000005945	17/01/2026	60503	R$ 293,47
RHU4C66	275710S000005819	15/01/2026	60503	R$ 293,47
RIT9D91	275710S000005841	15/01/2026	60503	R$ 293,47
RLA9C49	275710S000005820	15/01/2026	60503	R$ 293,47
RLK9E33	275710NIC0000234	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RRP5E59	275710NIC0000245	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RRW7A70	275710S000005799	15/01/2026	56732	R$ 130,16
RRY7F21	275710S000005797	15/01/2026	60503	R$ 293,47
RTI4G64	275710S000005901	16/01/2026	60503	R$ 293,47
RUR2D57	275710NIC0000236	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RWC5A89	275710NIC0000195	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RWF5D07	275710NIC0000223	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RWI3E05	275710S000005804	15/01/2026	60503	R$ 293,47

RWI7B63	275710NIC0000196	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RWJ6F56	275710NIC0000191	30/12/2025	50020	R$ 586,94
RYL0A84	275710S000005856	16/01/2026	60503	R$ 293,47
RYP8A06	275710S000005895	16/01/2026	60503	R$ 293,47
RYY8H43	275710S000005944	17/01/2026	60503	R$ 293,47
SDW8G18	275710S000005917	17/01/2026	60503	R$ 293,47
SEC5G44	275710S000005998	18/01/2026	60503	R$ 293,47
SEG2E98	275710S000005858	16/01/2026	60503	R$ 293,47
SEJ5J40	275710NIC0000192	30/12/2025	50020	R$ 586,94
SEK7C77	275710S000005778	14/01/2026	60503	R$ 293,47
SEK7G79	275710NIC0000241	30/12/2025	50020	R$ 586,94
SEL5A53	275710S000005808	15/01/2026	60503	R$ 293,47
SEN1C48	275710NIC0000212	30/12/2025	50020	R$ 586,94
SFD2B12	275710S000005868	16/01/2026	60503	R$ 293,47
SFG6E27	275710S000005850	16/01/2026	56732	R$ 130,16
SFH1B85	275710NIC0000201	30/12/2025	50020	R$ 586,94
SFJ8J88	275710NIC0000205	30/12/2025	50020	R$ 586,94
SFL2G43	275710S000005876	16/01/2026	60503	R$ 293,47
SGZ1J06	275710NIC0000246	30/12/2025	50020	R$ 586,94
SLW6E61	275710S000005929	17/01/2026	60503	R$ 293,47
SMA8F30	275710S000005757	14/01/2026	60503	R$ 293,47
SMB7J48	275710S000005933	17/01/2026	60503	R$ 293,47
SMC2E25	275710S000005756	14/01/2026	60503	R$ 293,47
SMD8B27	275710S000005949	17/01/2026	60503	R$ 293,47
SME8D21	275710S000005934	17/01/2026	60503	R$ 293,47
SMJ7G55	275710S000005870	16/01/2026	60503	R$ 293,47
SMJ8I52	275710S000005993	18/01/2026	60503	R$ 293,47
SPE9C47	275710S000005896	16/01/2026	60503	R$ 293,47
SPL4J72	275710S000005816	15/01/2026	60503	R$ 293,47
SPM2B84	275710S000005845	15/01/2026	60503	R$ 293,47
SPQ4G66	275710S000005829	15/01/2026	60503	R$ 293,47
SPQ5D70	275710S000005913	17/01/2026	60503	R$ 293,47
SPQ7B25	275710NIC0000209	30/12/2025	50020	R$ 586,94
SQD1C54	275710S000005763	14/01/2026	60503	R$ 293,47
SQE1B68	275710S000005762	14/01/2026	60503	R$ 293,47
SSY8J08	275710S000005758	14/01/2026	60503	R$ 293,47
SVX9J71	275710S000005999	18/01/2026	60503	R$ 293,47
SXG5E05	275710NIC0000248	30/12/2025	50020	R$ 586,94

SXN3J86	275710S000006018	18/01/2026	60503	R$ 293,47
SXU4I83	275710S000005938	17/01/2026	60503	R$ 293,47
TAJ2J81	275710S000005853	16/01/2026	60503	R$ 293,47
TAZ5E94	275710S000005806	15/01/2026	60503	R$ 293,47

TBK1A70	275710NIC0000213	30/12/2025	50020	R$ 586,94
TBN8G88	275710S000005776	14/01/2026	60503	R$ 293,47
TBS8I37	275710S000005809	15/01/2026	60503	R$ 293,47
TBV1C25	275710S000005835	15/01/2026	60503	R$ 293,47
TKP1D77	275710S000005727	13/01/2026	60503	R$ 293,47
TLG7G82	275710NIC0000199	30/12/2025	50020	R$ 586,94
UAU1H15	275710NIC0000247	30/12/2025	50020	R$ 586,94
UBH1E76	275710S000005802	15/01/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:D7E83B19

PROJUR

5. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 11/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAW4450	275710S000005540	12/01/2026	60503	R$ 293,47
AAY3661	275710S000005407	08/01/2026	60503	R$ 293,47
ABG5113	275710S000005565	07/01/2026	60503	R$ 293,47
ABR7349	275710S000005488	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ABT7722	275710T000005788	10/01/2026	58780	R$ 130,16
ACO4224	275710S000005600	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ADZ0884	275710S000005583	09/01/2026	56732	R$ 130,16
AEP3602	275710S000005372	08/01/2026	60503	R$ 293,47
AEU7H99	275710S000005531	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AFJ6C82	275710S000005471	10/01/2026	60503	R$ 293,47
AFP6A09	275710S000005590	09/01/2026	60503	R$ 293,47
AFZ9B13	275710S000005443	09/01/2026	60503	R$ 293,47
AGR3650	275710T000001263	12/01/2026	65992	R$ 293,47
AGS7214	275710S000005548	12/01/2026	60503	R$ 293,47
AHD0F72	275710S000005514	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AHD1083	275710S000005733	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AHI0349	275710S000005524	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AHZ0218	275710S000005332	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AIS5A09	275710S000005466	10/01/2026	60503	R$ 293,47
AJB3J12	275710S000005525	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AJD3513	275710S000005649	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AJH5795	275710S000005435	09/01/2026	60503	R$ 293,47
AJV5G79	275710S000005679	08/01/2026	60503	R$ 293,47
AKQ6528	275710S000005455	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ALD8B01	275710S000005588	09/01/2026	60503	R$ 293,47
ALI0C80	275710S000005526	11/01/2026	60503	R$ 293,47
ALK7A91	275710T000005729	13/01/2026	50450	R$ 293,47
ALK7A91	275710T000005728	13/01/2026	65992	R$ 293,47
ALN1E97	275710S000005470	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ALZ9053	275710S000005396	08/01/2026	60503	R$ 293,47
AMC6928	275710S000005417	09/01/2026	60503	R$ 293,47
AME2763	275710S000005512	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AMP8279	275710S000005568	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AMR0D13	275710S000005535	12/01/2026	60503	R$ 293,47
ANG6F09	275710S000005328	07/01/2026	60503	R$ 293,47
ANW7F73	275710S000005572	07/01/2026	56732	R$ 130,16
ANY1F23	275710S000005549	12/01/2026	60503	R$ 293,47
API2E22	275710S000005573	07/01/2026	60503	R$ 293,47

API4J81	275710S000005738	13/01/2026	60503	R$ 293,47
APU8800	275710S000005629	10/01/2026	60503	R$ 293,47
APW6587	275710S000005709	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AQA9J61	275710S000005662	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AQB0044	275710S000005651	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AQB2269	275710S000005421	09/01/2026	60503	R$ 293,47
AQD9749	275710S000005318	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AQH5I15	275710S000005555	12/01/2026	60503	R$ 293,47
AQH6370	275710S000005344	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AQM1A73	275710S000005626	10/01/2026	60503	R$ 293,47
AQO2F48	275710S000005513	11/01/2026	60503	R$ 293,47
ARA8754	275710T000005723	11/01/2026	50100	R$ 880,41
ARA8754	275710T000005725	11/01/2026	70721	R$ 293,47
ARA8754	275710T000005727	11/01/2026	52152	R$ 293,47
ARA8754	275710T000005726	11/01/2026	52151	R$ 293,47
ARA8754	275710T000005724	11/01/2026	57200	R$ 195,23
ARC8B25	275710S000005674	08/01/2026	60503	R$ 293,47
ARQ9E30	275710S000005705	13/01/2026	60503	R$ 293,47
ARQ9E30	275710S000005688	12/01/2026	60503	R$ 293,47
ASA2G28	275710S000005454	09/01/2026	60503	R$ 293,47

ASB6860	275710S000005683	08/01/2026	60503	R$ 293,47
ASI7823	275710S000005387	08/01/2026	60503	R$ 293,47
ASJ3207	275710S000005478	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ASP1821	275710S000005728	13/01/2026	60503	R$ 293,47
ASU4F43	275710S000005500	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ASV5780	275710S000005660	13/01/2026	60503	R$ 293,47
ASW2F55	275710S000005502	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ASW4A41	275710S000005741	13/01/2026	60503	R$ 293,47
ASY1I46	275710S000005636	11/01/2026	60503	R$ 293,47
ASY5A88	275710S000005557	12/01/2026	60503	R$ 293,47
ATM7381	275710S000005384	08/01/2026	60503	R$ 293,47
ATU4A13	275710S000005449	09/01/2026	60503	R$ 293,47
ATX7J87	275710S000005511	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AUA9123	275710S000005706	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AUE9J44	275710S000005640	12/01/2026	60503	R$ 293,47
AUM6F19	275710S000005566	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AUM6F19	275710S000005319	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AUN3F62	275710S000005630	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AUO4371	275710S000005657	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AVA3J19	275710S000005702	12/01/2026	60503	R$ 293,47
AVA9J76	275710S000005521	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AVC9419	275710S000005575	08/01/2026	56732	R$ 130,16
AVQ1G16	275710S000005737	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AVT1B56	275710S000005530	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AVU0815	275710S000005730	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AVW6J22	275710S000005343	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AWF9E53	275710S000005345	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AWK5H90	275710S000005569	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AWN4J99	275710S000005522	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AWO3F97	275710S000005429	09/01/2026	60503	R$ 293,47
AWW2C21	275710S000005680	08/01/2026	60503	R$ 293,47
AXE3275	275710S000005675	08/01/2026	60503	R$ 293,47
AXJ9B54	275710S000005426	09/01/2026	60503	R$ 293,47
AXK3859	275710S000005642	12/01/2026	60503	R$ 293,47
AXL5116	275710S000005389	08/01/2026	60503	R$ 293,47
AXV3C95	275710S000005613	10/01/2026	56732	R$ 130,16
AXX3669	275710S000005581	09/01/2026	60503	R$ 293,47
AYC0074	275710S000005420	09/01/2026	60503	R$ 293,47
AYC6B46	275710T000005721	09/01/2026	76332	R$ 293,47
AYC6B46	275710T000005722	09/01/2026	66020	R$ 293,47
AYD4328	275710S000005577	08/01/2026	60503	R$ 293,47
AYH9B18	275710S000005739	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AYL7J92	275710S000005677	08/01/2026	56732	R$ 130,16
AYN4206	275710S000005382	08/01/2026	60503	R$ 293,47
AYO8A01	275710S000005740	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AYV4786	275710S000005734	13/01/2026	60503	R$ 293,47
AYX3F61	275710S000005329	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AZC4452	275710S000005527	11/01/2026	60503	R$ 293,47
AZJ1719	275710S000005635	11/01/2026	56732	R$ 130,16
AZO1A53	275710S000005360	07/01/2026	60503	R$ 293,47
AZR7B76	275710S000005550	12/01/2026	60503	R$ 293,47
AZS0011	275710S000005625	10/01/2026	60503	R$ 293,47
AZS7244	275710S000005532	12/01/2026	60503	R$ 293,47
AZU3106	275710S000005401	08/01/2026	60503	R$ 293,47
AZX4F36	275710S000005347	07/01/2026	60503	R$ 293,47
BAA1D75	275710S000005475	10/01/2026	60503	R$ 293,47
BAC1D55	275710S000005646	12/01/2026	56732	R$ 130,16
BAD9507	275710S000005582	09/01/2026	60503	R$ 293,47
BAF6B40	275710S000005419	09/01/2026	60503	R$ 293,47
BAP9E77	275710S000005639	11/01/2026	60503	R$ 293,47
BBC3J11	275710S000005494	10/01/2026	60503	R$ 293,47
BBJ8833	275710S000005408	08/01/2026	60503	R$ 293,47
BBS5353	275710S000005390	08/01/2026	56732	R$ 130,16
BBV1A39	275710S000005536	12/01/2026	60503	R$ 293,47
BBV2D88	275710S000005542	12/01/2026	60503	R$ 293,47
BCD9B30	275710S000005541	12/01/2026	60503	R$ 293,47
BCN6A34	275710S000005637	11/01/2026	60503	R$ 293,47
BCO2A41	275710S000005717	13/01/2026	60503	R$ 293,47
BCQ8432	275710S000005477	10/01/2026	60503	R$ 293,47
BCR8D94	275710S000005334	07/01/2026	60503	R$ 293,47
BCW2G96	275710S000005571	07/01/2026	60503	R$ 293,47
BDD4A78	275710S000005578	08/01/2026	56732	R$ 130,16
BDE8E98	275710S000005597	10/01/2026	56732	R$ 130,16
BDF8G33	275710T000005789	10/01/2026	55411	R$ 195,23
BDI8D70	275710S000005465	10/01/2026	60503	R$ 293,47
BDI8F37	275710S000005576	08/01/2026	56732	R$ 130,16
BDJ3E51	275710S000005438	09/01/2026	60503	R$ 293,47
BDM5I93	275710S000005681	08/01/2026	56732	R$ 130,16
BDT6G33	275710S000005427	09/01/2026	60503	R$ 293,47
BDT7D52	275710S000005333	07/01/2026	60503	R$ 293,47
BDV1G48	275710S000005323	07/01/2026	60503	R$ 293,47
BDX8C53	275710S000005506	11/01/2026	60503	R$ 293,47
BDY2J18	275710S000005543	12/01/2026	60503	R$ 293,47
BDY7H24	275710S000005410	09/01/2026	60503	R$ 293,47
BEC8B75	275710S000005610	10/01/2026	60503	R$ 293,47
BEE5H60	275710S000005508	11/01/2026	60503	R$ 293,47

BEJ7C87	275710S000005528	11/01/2026	60503	R$ 293,47
BEN1B96	275710S000005605	10/01/2026	56732	R$ 130,16
BES9E33	275710S000005406	08/01/2026	60503	R$ 293,47
BEW5C37	275710S000005469	10/01/2026	60503	R$ 293,47
BEX1C74	275710S000005335	07/01/2026	60503	R$ 293,47
BNK8D24	275710S000005710	13/01/2026	60503	R$ 293,47
BOS4367	275710S000005386	08/01/2026	60503	R$ 293,47
BXA7H53	275710S000005448	09/01/2026	60503	R$ 293,47
BXD2B84	275710S000005690	12/01/2026	60503	R$ 293,47
BYJ1H16	275710S000005725	13/01/2026	60503	R$ 293,47
CAL9E51	275710S000005713	13/01/2026	60503	R$ 293,47
CIK3J08	275710S000005359	07/01/2026	60503	R$ 293,47
CMC3A98	275710S000005431	09/01/2026	60503	R$ 293,47
CZZ2547	275710S000005336	07/01/2026	60503	R$ 293,47
DAL5239	275710S000005538	12/01/2026	60503	R$ 293,47
DFQ1F93	275710S000005392	08/01/2026	60503	R$ 293,47
DFW3C78	275710S000005428	09/01/2026	60503	R$ 293,47
DFW3C78	275710S000005440	09/01/2026	60503	R$ 293,47
DGG4J51	275710S000005509	11/01/2026	60503	R$ 293,47
DHV3A86	275710S000005452	09/01/2026	60503	R$ 293,47

DJQ3I54	275710S000005666	07/01/2026	60503	R$ 293,47
DKX2D40	275710S000005562	07/01/2026	60503	R$ 293,47
DLR7H21	275710S000005493	10/01/2026	60503	R$ 293,47
DMU1G71	275710S000005708	13/01/2026	60503	R$ 293,47
DQD3F50	275710S000005482	10/01/2026	60503	R$ 293,47
DRA3J52	275710S000005693	12/01/2026	60503	R$ 293,47
DRF0A87	275710S000005507	11/01/2026	60503	R$ 293,47
DRH6D30	275710S000005697	12/01/2026	60503	R$ 293,47
DRM6E34	275710S000005678	08/01/2026	56732	R$ 130,16
DRS4D08	275710S000005348	07/01/2026	60503	R$ 293,47
DWT7B17	275710S000005510	11/01/2026	60503	R$ 293,47
DYB9I20	275710S000005337	07/01/2026	60503	R$ 293,47
EAX2B44	275710S000005375	08/01/2026	60503	R$ 293,47
EAX2B44	275710S000005616	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ECE4E49	275710S000005330	07/01/2026	60503	R$ 293,47
ECG0E60	275710S000005460	10/01/2026	60503	R$ 293,47
EIQ0B02	275710S000005486	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ELQ8F72	275710S000005726	13/01/2026	60503	R$ 293,47
ELS6I51	275710S000005357	07/01/2026	60503	R$ 293,47
EPA4B64	275710T000003258	14/01/2026	55417	R$ 195,23
EPY3A85	275710S000005587	09/01/2026	60503	R$ 293,47
EVU9C38	275710S000005719	13/01/2026	60503	R$ 293,47
EVX4846	275710S000005520	11/01/2026	60503	R$ 293,47
EWM3B78	275710S000005632	11/01/2026	60503	R$ 293,47
FAJ2G78	275710S000005405	08/01/2026	60503	R$ 293,47
FCC4I71	275710S000005703	13/01/2026	60503	R$ 293,47
FCE8838	275710S000005589	09/01/2026	60503	R$ 293,47
FCO4A66	275710S000005340	07/01/2026	60503	R$ 293,47
FDT7H26	275710S000005393	08/01/2026	60503	R$ 293,47
FFJ0J19	275710S000005652	13/01/2026	60503	R$ 293,47
FHL2A47	275710S000005671	08/01/2026	60503	R$ 293,47
FKR5E72	275710S000005436	09/01/2026	60503	R$ 293,47
FKY1D12	275710S000005433	09/01/2026	56732	R$ 130,16
FLN3J98	275710S000005686	11/01/2026	60503	R$ 293,47
FLZ3B56	275710S000005553	12/01/2026	60503	R$ 293,47
FME5E64	275710S000005544	12/01/2026	60503	R$ 293,47
FOA8D67	275710S000005362	07/01/2026	60503	R$ 293,47
FPH3F37	275710S000005374	08/01/2026	60503	R$ 293,47
FRZ3H28	275710S000005473	10/01/2026	60503	R$ 293,47
FSX1422	275710S000005556	12/01/2026	60503	R$ 293,47
FVC2C98	275710S000005570	07/01/2026	60503	R$ 293,47
FVC8J53	275710S000005356	07/01/2026	60503	R$ 293,47

FZG1D38	275710S000005459	10/01/2026	60503	R$ 293,47
FZV6H28	275710T000005810	13/01/2026	55411	R$ 195,23
GAD9J63	275710S000005612	10/01/2026	56732	R$ 130,16
GAO4H09	275710S000005316	07/01/2026	60503	R$ 293,47
GBW0D29	275710S000005364	07/01/2026	60503	R$ 293,47
GCR4A88	275710S000005391	08/01/2026	60503	R$ 293,47
GFU0G92	275710S000005489	10/01/2026	60503	R$ 293,47
GFZ9I96	275710S000005476	10/01/2026	60503	R$ 293,47
GGG0D11	275710S000005358	07/01/2026	60503	R$ 293,47
GGG9D86	275710S000005451	09/01/2026	60503	R$ 293,47
GGI5C76	275710S000005560	07/01/2026	60503	R$ 293,47
GII0A59	275710S000005355	07/01/2026	60503	R$ 293,47
GQP8E90	275710S000005370	08/01/2026	60503	R$ 293,47
GRZ8J31	275710S000005533	12/01/2026	56732	R$ 130,16
GZK8F54	275710S000005498	10/01/2026	60503	R$ 293,47
HIM4F12	275710S000005331	07/01/2026	60503	R$ 293,47
HJA2H57	275710S000005350	07/01/2026	60503	R$ 293,47
HJV0052	275710S000005718	13/01/2026	60503	R$ 293,47
HNE2892	275710S000005487	10/01/2026	60503	R$ 293,47
HOC3F56	275710S000005505	11/01/2026	60503	R$ 293,47
HSN4H75	275710S000005321	07/01/2026	60503	R$ 293,47
HST8277	275710S000005366	08/01/2026	60503	R$ 293,47
HSV9F99	275710S000005412	09/01/2026	60503	R$ 293,47
HTC1I86	275710S000005395	08/01/2026	56732	R$ 130,16

HTD6I69	275710S000005564	07/01/2026	60503	R$ 293,47
HTJ4043	275710S000005414	09/01/2026	60503	R$ 293,47
HTR6H22	275710S000005716	13/01/2026	60503	R$ 293,47
HTV4B79	275710S000005552	12/01/2026	60503	R$ 293,47
IDF1G58	275710S000005563	07/01/2026	60503	R$ 293,47
IIJ0H24	275710S000005622	10/01/2026	60503	R$ 293,47
ILD3I10	275710S000005461	10/01/2026	60503	R$ 293,47
IMN9G03	275710S000005723	13/01/2026	60503	R$ 293,47
INB0209	275710S000005701	12/01/2026	60503	R$ 293,47
IOI5I38	275710S000005638	11/01/2026	60503	R$ 293,47
IPJ7632	275710S000005450	09/01/2026	60503	R$ 293,47
IQX3D65	275710S000005377	08/01/2026	60503	R$ 293,47
IRC8A95	275710S000005707	13/01/2026	60503	R$ 293,47
IWQ1C60	275710S000005534	12/01/2026	60503	R$ 293,47
IYC8C21	275710S000005361	07/01/2026	60503	R$ 293,47
IZQ6G39	275710S000005663	07/01/2026	60503	R$ 293,47
IZY8E99	275710S000005659	13/01/2026	60503	R$ 293,47
JBQ4I10	275710S000005327	07/01/2026	60503	R$ 293,47

JCR2G82	275710S000005631	11/01/2026	60503	R$ 293,47
JDC3D80	275710S000005624	10/01/2026	60503	R$ 293,47
JDF5A18	275710S000005628	10/01/2026	60503	R$ 293,47
JDJ7A08	275710S000005667	07/01/2026	60503	R$ 293,47
JDK7E12	275710S000005620	10/01/2026	60503	R$ 293,47
JGA2866	275710S000005529	11/01/2026	60503	R$ 293,47
JPU3910	275710S000005603	10/01/2026	60503	R$ 293,47
KKN2598	275710S000005623	10/01/2026	60503	R$ 293,47
KQX2602	275710S000005424	09/01/2026	60503	R$ 293,47
LCU2057	275710S000005618	10/01/2026	60503	R$ 293,47
LMW5G39	275710S000005685	11/01/2026	60503	R$ 293,47
LQX3B16	275710S000005604	10/01/2026	56732	R$ 130,16
LTM7D46	275710S000005634	11/01/2026	60503	R$ 293,47
MAM0018	275710S000005480	10/01/2026	60503	R$ 293,47
MAM0018	275710S000005503	10/01/2026	60503	R$ 293,47
MBF9B72	275710S000005554	12/01/2026	60503	R$ 293,47
MFR9582	275710S000005644	12/01/2026	60503	R$ 293,47
MFU4G38	275710S000005619	10/01/2026	56732	R$ 130,16
MFY1431	275710S000005354	07/01/2026	60503	R$ 293,47
MHC8E61	275710S000005711	13/01/2026	60503	R$ 293,47
MJD6A00	275710S000005537	12/01/2026	60503	R$ 293,47
MJH8F49	275710S000005413	09/01/2026	60503	R$ 293,47
MJY3E05	275710S000005504	11/01/2026	60503	R$ 293,47
MLB5E62	275710S000005444	09/01/2026	56732	R$ 130,16
MQC3B81	275710S000005339	07/01/2026	60503	R$ 293,47
MZT0D91	275710S000005368	08/01/2026	60503	R$ 293,47
NFZ8C90	275710S000005422	09/01/2026	60503	R$ 293,47
NJN3C02	275710S000005515	11/01/2026	60503	R$ 293,47
NLF0A94	275710S000005437	09/01/2026	60503	R$ 293,47
NMX3A94	275710S000005645	12/01/2026	60503	R$ 293,47
NPO1I45	275710S000005456	10/01/2026	60503	R$ 293,47
NRN9C31	275710S000005732	13/01/2026	60503	R$ 293,47
NRQ6I65	275710S000005517	11/01/2026	60503	R$ 293,47
NRU3E82	275710S000005691	12/01/2026	60503	R$ 293,47
NRU5I48	275710S000005423	09/01/2026	60503	R$ 293,47
NRW1I30	275710S000005445	09/01/2026	60503	R$ 293,47
NRW8349	275710S000005682	08/01/2026	60503	R$ 293,47
NRY4I44	275710S000005499	10/01/2026	60503	R$ 293,47
NSA6H13	275710S000005462	10/01/2026	60503	R$ 293,47
NSB3J48	275710S000005190	05/01/2026	60503	R$ 293,47
OAW2C25	275710S000005714	13/01/2026	60503	R$ 293,47
OAX3597	275710S000005346	07/01/2026	60503	R$ 293,47

OBS9J26	275710S000005442	09/01/2026	60503	R$ 293,47
OBW1E14	275710S000005653	13/01/2026	60503	R$ 293,47
OFT5B37	275710S000005434	09/01/2026	60503	R$ 293,47
OGS8080	275710S000005647	12/01/2026	60503	R$ 293,47
OGW9C19	275710S000005641	12/01/2026	60503	R$ 293,47
OJF0306	275710S000005439	09/01/2026	60503	R$ 293,47
OOJ2I26	275710S000005661	13/01/2026	60503	R$ 293,47
OOJ5206	275710S000005658	13/01/2026	60503	R$ 293,47
OOM8C22	275710S000005464	10/01/2026	60503	R$ 293,47
OOR3E37	275710S000005467	10/01/2026	60503	R$ 293,47
OOV4775	275710S000005398	08/01/2026	60503	R$ 293,47
OSX9A76	275710S000005539	12/01/2026	60503	R$ 293,47
PBX9H90	275710S000005474	10/01/2026	60503	R$ 293,47
PEA6G36	275710S000005394	08/01/2026	60503	R$ 293,47
PHM9F89	275710S000005650	13/01/2026	60503	R$ 293,47
PQC6D83	275710S000005485	10/01/2026	60503	R$ 293,47
PXB9E99	275710S000005341	07/01/2026	60503	R$ 293,47
PXL1C13	275710S000005676	08/01/2026	60503	R$ 293,47
PXQ5H63	275710S000005721	13/01/2026	60503	R$ 293,47
QAF7596	275710S000005453	09/01/2026	60503	R$ 293,47
QAH3822	275710S000005696	12/01/2026	60503	R$ 293,47
QAM0682	275710S000005689	12/01/2026	60503	R$ 293,47
QAN5H20	275710S000005593	09/01/2026	60503	R$ 293,47
QAN6268	275710S000005633	11/01/2026	56732	R$ 130,16
QAO7H70	275710S000005591	09/01/2026	60503	R$ 293,47
QAQ7E21	275710S000005411	09/01/2026	60503	R$ 293,47

QBD6859	275710S000005669	08/01/2026	60503	R$ 293,47
QBU4E42	275710S000005609	10/01/2026	60503	R$ 293,47
QBV6B64	275710S000005692	12/01/2026	60503	R$ 293,47
QHP1J98	275710S000005501	10/01/2026	60503	R$ 293,47
QIW0B56	275710S000005404	08/01/2026	60503	R$ 293,47
QJQ3726	275710S000005608	10/01/2026	56732	R$ 130,16
QLR2G50	275710S000005668	08/01/2026	60503	R$ 293,47
QNM1G46	275710S000005379	08/01/2026	60503	R$ 293,47
QNW6B76	275710S000005325	07/01/2026	60503	R$ 293,47
QOX2B05	275710S000005376	08/01/2026	60503	R$ 293,47
QPO9B33	275710S000005684	08/01/2026	60503	R$ 293,47
QQE9I95	275710S000005324	07/01/2026	60503	R$ 293,47
QTH8H20	275710S000005432	09/01/2026	60503	R$ 293,47
QXS9E81	275710S000005735	13/01/2026	60503	R$ 293,47
QZN0B92	275710S000005598	10/01/2026	56732	R$ 130,16
QZY4B38	275710S000005519	11/01/2026	60503	R$ 293,47

RAN3D19	275710S000005468	10/01/2026	60503	R$ 293,47
REY8J11	275710S000005584	09/01/2026	60503	R$ 293,47
RHC5B61	275710S000005351	07/01/2026	60503	R$ 293,47
RHG0C37	275710S000005643	12/01/2026	60503	R$ 293,47
RHK4H79	275710S000005516	11/01/2026	60503	R$ 293,47
RHP8I68	275710S000005551	12/01/2026	60503	R$ 293,47
RHS1J78	275710S000005655	13/01/2026	60503	R$ 293,47
RHS7F18	275710S000005322	07/01/2026	60503	R$ 293,47
RHS7F18	275710S000005397	08/01/2026	60503	R$ 293,47
RHU2F52	275710S000005599	10/01/2026	56732	R$ 130,16
RHV1H07	275710T000005811	13/01/2026	55411	R$ 195,23
RLE1J17	275710S000005402	08/01/2026	60503	R$ 293,47
RLK6I64	275710S000005338	07/01/2026	56732	R$ 130,16
RML7D77	275710S000005383	08/01/2026	60503	R$ 293,47
RMQ0A87	275710S000005418	09/01/2026	60503	R$ 293,47
RQK8J12	275710S000005722	13/01/2026	60503	R$ 293,47
RRM2A50	275710S000005523	11/01/2026	60503	R$ 293,47
RRP8B94	275710S000005654	13/01/2026	60503	R$ 293,47
RRT7A86	275710S000005664	07/01/2026	60503	R$ 293,47
RRT9G93	275710S000005367	08/01/2026	60503	R$ 293,47
RRX4E70	275710S000005490	10/01/2026	60503	R$ 293,47
RUX7I93	275710S000005447	09/01/2026	60503	R$ 293,47
RWA2H27	275710S000005353	07/01/2026	60503	R$ 293,47
RWC8A10	275710S000005484	10/01/2026	60503	R$ 293,47
RWE1E98	275710S000005648	12/01/2026	56732	R$ 130,16
RWG9H88	275710S000005712	13/01/2026	60503	R$ 293,47
RWJ6F24	275710S000005381	08/01/2026	56732	R$ 130,16
RXT4H82	275710S000005446	09/01/2026	60503	R$ 293,47
RYP7B96	275710S000005665	07/01/2026	60503	R$ 293,47
RYU3F46	275710S000005594	09/01/2026	60503	R$ 293,47
SCT0J33	275710S000005483	10/01/2026	60503	R$ 293,47
SDP8B88	275710S000005415	09/01/2026	60503	R$ 293,47
SDQ5D51	275710T000001158	11/01/2026	57970	R$ 2.934,70
SDQ7B19	275710S000005373	08/01/2026	60503	R$ 293,47
SDU5I42	275710S000005495	10/01/2026	60503	R$ 293,47
SDV8D04	275710S000005585	09/01/2026	60503	R$ 293,47
SDX4D04	275710S000005479	10/01/2026	60503	R$ 293,47
SDZ5J98	275710S000005672	08/01/2026	56732	R$ 130,16
SED6F99	275710S000005596	10/01/2026	56732	R$ 130,16
SEF4G30	275710S000005546	12/01/2026	60503	R$ 293,47
SEJ0H48	275710S000005342	07/01/2026	60503	R$ 293,47
SEJ4A44	275710S000005715	13/01/2026	60503	R$ 293,47

SEJ9B82	275710S000005720	13/01/2026	60503	R$ 293,47
SEM7G81	275710S000005320	07/01/2026	60503	R$ 293,47
SEN2A21	275710S000005567	07/01/2026	60503	R$ 293,47
SEU7E22	275710S000005547	12/01/2026	56732	R$ 130,16
SEZ4D17	275710S000005729	13/01/2026	60503	R$ 293,47
SFE8I60	275710S000005349	07/01/2026	60503	R$ 293,47
SIS9D18	275710S000005317	07/01/2026	60503	R$ 293,47
SIZ0E31	275710S000005441	09/01/2026	60503	R$ 293,47
SLW0G13	275710S000005695	12/01/2026	60503	R$ 293,47
SLW5G17	275710S000005425	09/01/2026	60503	R$ 293,47
SLW7A12	275710S000005670	08/01/2026	56732	R$ 130,16
SLX9F42	275710S000005724	13/01/2026	60503	R$ 293,47
SME3B72	275710S000005472	10/01/2026	60503	R$ 293,47
SMH9F74	275710S000005700	12/01/2026	60503	R$ 293,47
SPE0J12	275710S000005704	13/01/2026	60503	R$ 293,47
SPG9E85	275710S000005430	09/01/2026	60503	R$ 293,47
SPU4A38	275710S000005326	07/01/2026	60503	R$ 293,47
SQE3A20	275710S000005698	12/01/2026	60503	R$ 293,47
SUU3E30	275710S000005399	08/01/2026	60503	R$ 293,47
SXD0A09	275710S000005687	11/01/2026	60503	R$ 293,47
SXM1I91	275710S000005371	08/01/2026	60503	R$ 293,47
SYO0E97	275710S000005694	12/01/2026	60503	R$ 293,47
TAT2E83	275710S000005378	08/01/2026	60503	R$ 293,47
TAT9E41	275710S000005574	07/01/2026	60503	R$ 293,47
TAZ9J65	275710S000005742	13/01/2026	60503	R$ 293,47
TBF1I73	275710S000005385	08/01/2026	60503	R$ 293,47
TBH5E37	275710S000005497	10/01/2026	60503	R$ 293,47
TBK3I86	275710S000005731	13/01/2026	60503	R$ 293,47

TBW2E67	275710S000005352	07/01/2026	60503	R$ 293,47
TBX7E06	275710S000005365	08/01/2026	60503	R$ 293,47
TEO6F87	275710S000005416	09/01/2026	60503	R$ 293,47
TEQ3I39	275710S000005363	07/01/2026	60503	R$ 293,47
TKZ3D18	275710S000005481	10/01/2026	60503	R$ 293,47
TPR4A29	275710T000005812	13/01/2026	55411	R$ 195,23
TPX4G00	275710S000005518	11/01/2026	60503	R$ 293,47
TQT6B51	275710S000005656	13/01/2026	60503	R$ 293,47
TQX7A95	275710S000005463	10/01/2026	60503	R$ 293,47
TXD7J62	275710S000005699	12/01/2026	60503	R$ 293,47
TXS5J96	275710S000005621	10/01/2026	60503	R$ 293,47
UAJ1J20	275710S000005369	08/01/2026	60503	R$ 293,47
UAJ5A87	275710S000005586	09/01/2026	60503	R$ 293,47
UAT8J59	275710S000005611	10/01/2026	60503	R$ 293,47

pela Celepar Página: 10 de 11

UAU5G78	275710S000005580	09/01/2026	60503	R$ 293,47
UBE8J46	275710S000005736	13/01/2026	60503	R$ 293,47
UBV2H26	275710S000005380	08/01/2026	60503	R$ 293,47
UCV5E28	275710S000005592	09/01/2026	60503	R$ 293,47
UDS9G23	275710S000005457	10/01/2026	60503	R$ 293,47
UDW9C41	275710S000005491	10/01/2026	56732	R$ 130,16
UFG0F76	275710S000005388	08/01/2026	60503	R$ 293,47

pela Celepar Página: 11 de 11

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:0157ECA6

PROJUR

7. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 07/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA4G65	275710S000005121	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AAK8I37	275710S000005152	05/01/2026	60503	R$ 293,47
ACC0701	275710S000005129	04/01/2026	60503	R$ 293,47
ACC5942	275710S000005149	05/01/2026	60503	R$ 293,47
ACI6B31	275710NIC0000145	23/12/2025	50020	R$ 586,94
ACU1E01	275710NIC0000132	23/12/2025	50020	R$ 586,94
ACZ7220	275710S000005147	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AEW0C03	275710NIC0000117	23/12/2025	50020	R$ 586,94
AEZ7143	275710S000005254	06/01/2026	56732	R$ 130,16
AGI0H24	275710S000005124	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AGI0H24	275710S000005210	04/01/2026	56732	R$ 130,16
AHR2605	275710NIC0000152	23/12/2025	50020	R$ 586,94
AIA7615	275710S000005211	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AJK3049	275710S000005306	06/01/2026	60503	R$ 293,47
AJN1J78	275710NIC0000122	23/12/2025	50020	R$ 586,94
AJV2624	275710S000005234	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AJV2624	275710S000005269	06/01/2026	60503	R$ 293,47
AKE2D81	275710S000005123	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AKT6E42	275710NIC0000130	23/12/2025	50020	R$ 586,94
ALZ9053	275710S000005200	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AMI0307	275710S000005300	06/01/2026	60503	R$ 293,47
AMJ8326	275710S000005230	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AMU2C53	275710NIC0000140	23/12/2025	50020	R$ 586,94
ANO5956	275710NIC0000118	23/12/2025	50020	R$ 586,94
AOZ3J17	275710S000005299	06/01/2026	60503	R$ 293,47
APE7E87	275710S000005139	04/01/2026	60503	R$ 293,47
APF6095	275710S000005161	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AQD9B92	275710NIC0000137	23/12/2025	50020	R$ 586,94
AQJ3396	275710NIC0000159	23/12/2025	50020	R$ 586,94
AQK2285	275710S000005208	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AQP5J55	275710S000005141	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AQR1513	275710S000005118	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AQW6E61	275710S000005122	04/01/2026	60503	R$ 293,47
ARA3105	275710S000005291	06/01/2026	60503	R$ 293,47
ARA5782	275710NIC0000184	23/12/2025	50020	R$ 390,46
ARB7H98	275710S000005228	05/01/2026	60503	R$ 293,47
ARH3D53	275710S000005154	05/01/2026	60503	R$ 293,47
ARN6I95	275710S000005132	04/01/2026	60503	R$ 293,47
ARQ9E30	275710S000005266	06/01/2026	60503	R$ 293,47
ASH1044	275710NIC0000119	23/12/2025	50020	R$ 586,94
ASK9E97	275710NIC0000177	23/12/2025	50020	R$ 586,94
ASS9D04	275710S000005114	04/01/2026	60503	R$ 293,47
ASV8820	275710S000005283	06/01/2026	60503	R$ 293,47
ATA1C89	275710S000005290	06/01/2026	60503	R$ 293,47
ATD1J35	275710S000005205	04/01/2026	56732	R$ 130,16
ATV5D15	275710S000005196	04/01/2026	60503	R$ 293,47
ATY7I90	275710S000005166	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AUC1437	275710S000005136	04/01/2026	60503	R$ 293,47

AUL5693	275710S000005148	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AUQ8359	275710NIC0000141	23/12/2025	50020	R$ 586,94
AVB6G63	275710S000005246	06/01/2026	56732	R$ 130,16
AVN9532	275710S000005164	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AVO0199	275710S000005130	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AVO6B87	275710S000005162	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AVX7588	275710S000005156	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AWF7H76	275710S000005276	06/01/2026	60503	R$ 293,47
AWR3021	275710S000005163	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AXH8D75	275710S000005151	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AXK1G41	275710S000005315	06/01/2026	60503	R$ 293,47
AXP3156	275710NIC0000135	23/12/2025	50020	R$ 586,94
AXZ6G19	275710S000005153	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AYO6237	275710NIC0000161	23/12/2025	50020	R$ 586,94
AYU3J32	275710S000005157	05/01/2026	60503	R$ 293,47
AYW0G01	275710S000005247	06/01/2026	60503	R$ 293,47
AZA9D35	275710S000005221	04/01/2026	60503	R$ 293,47
AZC3C72	275710S000005265	06/01/2026	60503	R$ 293,47
AZS0011	275710S000005223	04/01/2026	60503	R$ 293,47
BAI7366	275710NIC0000154	23/12/2025	50020	R$ 586,94
BAJ9815	275710S000005274	06/01/2026	60503	R$ 293,47
BAL2697	275710NIC0000160	23/12/2025	50020	R$ 586,94
BAP9E77	275710S000005312	06/01/2026	60503	R$ 293,47
BBA8F48	275710S000005309	06/01/2026	60503	R$ 293,47
BBI6209	275710NIC0000133	23/12/2025	50020	R$ 586,94
BBO8C03	275710S000005307	06/01/2026	60503	R$ 293,47
BBR0I67	275710S000005143	05/01/2026	60503	R$ 293,47
BBZ1E86	275710S000005295	06/01/2026	60503	R$ 293,47
BCH3H27	275710S000005296	06/01/2026	60503	R$ 293,47
BCI9D06	275710S000005249	06/01/2026	56732	R$ 130,16
BCM9085	275710S000005160	05/01/2026	60503	R$ 293,47
BCN5J34	275710S000005237	05/01/2026	60503	R$ 293,47
BCT5C95	275710S000005231	05/01/2026	60503	R$ 293,47
BCT5F95	275710NIC0000127	23/12/2025	50020	R$ 586,94
BCY5I41	275710NIC0000143	23/12/2025	50020	R$ 586,94
BDA2D22	275710S000005146	05/01/2026	60503	R$ 293,47
BDA8I57	275710NIC0000163	23/12/2025	50020	R$ 260,32
BDB4J37	275710NIC0000124	23/12/2025	50020	R$ 586,94
BDB7D67	275710S000005134	04/01/2026	60503	R$ 293,47
BDF5G87	275710S000005282	06/01/2026	60503	R$ 293,47
BED9D34	275710S000005144	05/01/2026	60503	R$ 293,47
BEG0156	275710NIC0000183	23/12/2025	50020	R$ 586,94
BEM7G21	275710S000005213	04/01/2026	60503	R$ 293,47
BEM8I12	275710S000005250	06/01/2026	56732	R$ 130,16
BEX5B71	275710S000005112	04/01/2026	60503	R$ 293,47
BGL3212	275710S000005292	06/01/2026	60503	R$ 293,47
BWO7274	275710S000005187	05/01/2026	60503	R$ 293,47
CDZ2G35	275710S000005131	04/01/2026	60503	R$ 293,47
CUI9B57	275710S000005217	04/01/2026	60503	R$ 293,47
CZX2C84	275710S000005278	06/01/2026	60503	R$ 293,47
DBB0G50	275710NIC0000136	23/12/2025	50020	R$ 586,94
DCD7G52	275710NIC0000164	23/12/2025	50020	R$ 586,94
DIC5J70	275710S000005241	05/01/2026	60503	R$ 293,47
DJR4239	275710S000005268	06/01/2026	60503	R$ 293,47
DPL1A82	275710S000005202	04/01/2026	60503	R$ 293,47
DQO1499	275710S000005126	04/01/2026	60503	R$ 293,47
DSJ3428	275710S000005117	04/01/2026	60503	R$ 293,47
EAG2G16	275710S000005137	04/01/2026	60503	R$ 293,47
ECE4E49	275710S000005286	06/01/2026	60503	R$ 293,47
EFX6G04	275710S000005226	05/01/2026	60503	R$ 293,47
EGE1J10	275710S000005281	06/01/2026	60503	R$ 293,47
EJS5556	275710S000005260	06/01/2026	56732	R$ 130,16
ELB0881	275710S000005298	06/01/2026	60503	R$ 293,47
ELO8B75	275710S000005287	06/01/2026	60503	R$ 293,47
EMN8B61	275710NIC0000153	23/12/2025	50020	R$ 586,94
EMV2H55	275710S000005257	06/01/2026	56732	R$ 130,16
EMV2H55	275710S000005271	06/01/2026	60503	R$ 293,47
EOO8030	275710S000005176	05/01/2026	60503	R$ 293,47
EVW8373	275710S000005185	05/01/2026	60503	R$ 293,47
FDI8634	275710S000005220	04/01/2026	56732	R$ 130,16
FFJ5J53	275710S000005313	06/01/2026	60503	R$ 293,47
FGX3H15	275710S000005150	05/01/2026	60503	R$ 293,47
FHK0J30	275710S000005201	04/01/2026	56732	R$ 130,16
FJL3F58	275710S000005169	04/01/2026	60503	R$ 293,47
FPC9789	275710S000005179	05/01/2026	60503	R$ 293,47
FXV8E86	275710S000005198	04/01/2026	60503	R$ 293,47
GBC2F52	275710NIC0000162	23/12/2025	50020	R$ 586,94
GGZ0D20	275710S000005180	05/01/2026	60503	R$ 293,47
GHU3G78	275710S000005192	05/01/2026	60503	R$ 293,47
GUG5252	275710S000005145	05/01/2026	60503	R$ 293,47
HHW6C54	275710S000005285	06/01/2026	60503	R$ 293,47
HIC5407	275710S000005171	04/01/2026	60503	R$ 293,47
HIT1E08	275710S000005214	04/01/2026	60503	R$ 293,47
HSF6322	275710S000005270	06/01/2026	60503	R$ 293,47
HSX1B91	275710S000005275	06/01/2026	60503	R$ 293,47
HSX6953	275710S000005199	04/01/2026	60503	R$ 293,47

HSZ0550	275710S000005314	06/01/2026	60503	R$ 293,47
HTN4I31	275710S000005186	05/01/2026	60503	R$ 293,47
IJK0707	275710S000005207	04/01/2026	60503	R$ 293,47
IKG6D86	275710NIC0000175	23/12/2025	50020	R$ 586,94
IOE3F79	275710NIC0000179	23/12/2025	50020	R$ 586,94
ITU1E31	275710S000005127	04/01/2026	60503	R$ 293,47
IWY4I82	275710S000005224	05/01/2026	60503	R$ 293,47
IYT6H53	275710NIC0000165	23/12/2025	50020	R$ 586,94
IZB6J97	275710NIC0000128	23/12/2025	50020	R$ 586,94
IZD8A41	275710S000005233	05/01/2026	60503	R$ 293,47
IZR0D01	275710S000005113	04/01/2026	60503	R$ 293,47
JAG9A47	275710S000005206	04/01/2026	60503	R$ 293,47
JBC8C06	275710S000005311	06/01/2026	60503	R$ 293,47
JCJ5D71	275710NIC0000129	23/12/2025	50020	R$ 586,94
JCJ8C83	275710NIC0000151	23/12/2025	50020	R$ 586,94
JCM7H53	275710NIC0000150	23/12/2025	50020	R$ 586,94
JDE2D77	275710S000005244	06/01/2026	56732	R$ 130,16
JDE6J89	275710NIC0000181	23/12/2025	50020	R$ 586,94
JIX0G47	275710S000005159	05/01/2026	60503	R$ 293,47
JYY8D99	275710S000005174	05/01/2026	60503	R$ 293,47
KET3B10	275710S000005135	04/01/2026	60503	R$ 293,47
KEY7I12	275710NIC0000180	23/12/2025	50020	R$ 586,94
KNS4H63	275710NIC0000156	23/12/2025	50020	R$ 586,94
KYC8E14	275710S000005178	05/01/2026	60503	R$ 293,47
LSN6201	275710S000005267	06/01/2026	60503	R$ 293,47
LXZ2350	275710S000005133	04/01/2026	60503	R$ 293,47
MGR2D72	275710S000005264	06/01/2026	60503	R$ 293,47
MJA7881	275710NIC0000170	23/12/2025	50020	R$ 586,94
MOH5770	275710S000005204	04/01/2026	60503	R$ 293,47
MWB1F31	275710S000005263	06/01/2026	60503	R$ 293,47

NAB0I34	275710S000005167	04/01/2026	60503	R$ 293,47
NKM4E69	275710S000005177	05/01/2026	60503	R$ 293,47
NPC5F76	275710S000005301	06/01/2026	60503	R$ 293,47
NRS4551	275710S000005272	06/01/2026	60503	R$ 293,47
NRZ0471	275710S000005175	05/01/2026	60503	R$ 293,47
OAZ6B12	275710S000005212	04/01/2026	60503	R$ 293,47
OHT5441	275710NIC0000149	23/12/2025	50020	R$ 586,94
OHV5C42	275710S000005184	05/01/2026	60503	R$ 293,47
OLQ3H86	275710S000005195	04/01/2026	60503	R$ 293,47
OOJ2H14	275710NIC0000142	23/12/2025	50020	R$ 586,94
OPH5H88	275710S000005115	04/01/2026	60503	R$ 293,47
OYF0H36	275710S000005219	04/01/2026	60503	R$ 293,47
PCK1D08	275710S000005255	06/01/2026	56732	R$ 130,16
PGD0J50	275710S000005138	04/01/2026	60503	R$ 293,47
PWC8967	275710S000005242	06/01/2026	60503	R$ 293,47
QAB0726	275710NIC0000169	23/12/2025	50020	R$ 586,94
QAB2705	275710S000005258	06/01/2026	56732	R$ 130,16
QAE9B13	275710S000005289	06/01/2026	60503	R$ 293,47
QAG7E96	275710S000005189	05/01/2026	60503	R$ 293,47
QAH2F75	275710S000005293	06/01/2026	60503	R$ 293,47
QAK2J71	275710NIC0000134	23/12/2025	50020	R$ 586,94
QAS9B56	275710NIC0000167	23/12/2025	50020	R$ 586,94
QAT1E40	275710S000005218	04/01/2026	60503	R$ 293,47
QCM4058	275710S000005238	05/01/2026	60503	R$ 293,47
QHS0262	275710NIC0000121	23/12/2025	50020	R$ 586,94
QIL0C61	275710S000005297	06/01/2026	60503	R$ 293,47
QIL8J89	275710S000005222	04/01/2026	56732	R$ 130,16
QLE5D53	275710S000005304	06/01/2026	60503	R$ 293,47
QRA1D01	275710S000005225	05/01/2026	60503	R$ 293,47
QXI8F43	275710S000005191	05/01/2026	60503	R$ 293,47
RAB4034	275710S000005183	05/01/2026	56732	R$ 130,16
RAN9G43	275710NIC0000166	23/12/2025	50020	R$ 586,94
RAQ7A72	275710NIC0000174	23/12/2025	50020	R$ 586,94
RAV4C93	275710S000005173	04/01/2026	56732	R$ 130,16
RAW4J10	275710S000005262	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RAY2B39	275710S000005236	05/01/2026	60503	R$ 293,47
RER1G31	275710S000005235	05/01/2026	60503	R$ 293,47
RHB9A08	275710S000005259	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RHK2I13	275710NIC0000178	23/12/2025	50020	R$ 586,94
RHK2I13	275710S000005305	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RHK2I16	275710S000005279	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RHL8A01	275710S000005116	04/01/2026	60503	R$ 293,47

RHP2C02	275710S000005280	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RIY8E78	275710S000005168	04/01/2026	60503	R$ 293,47
RLC7E73	275710S000005261	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RLF3C60	275710NIC0000182	23/12/2025	50020	R$ 586,94
RLL0I41	275710S000005142	05/01/2026	60503	R$ 293,47
RRI8F10	275710S000005111	04/01/2026	60503	R$ 293,47
RRP5A00	275710S000005194	05/01/2026	60503	R$ 293,47
RRP5E59	275710NIC0000176	23/12/2025	50020	R$ 586,94
RRQ7G33	275710S000005277	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RUR2D57	275710NIC0000131	23/12/2025	50020	R$ 586,94
RWB3H39	275710S000005294	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RWD3F25	275710S000005308	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RWH2C17	275710S000005302	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RWJ2J11	275710S000005232	05/01/2026	60503	R$ 293,47

RWJ8J61	275710S000005288	06/01/2026	60503	R$ 293,47
RWZ1H22	275710S000005119	04/01/2026	60503	R$ 293,47
RXV6I03	275710NIC0000172	23/12/2025	50020	R$ 260,32
RYF3E38	275710NIC0000116	23/12/2025	50020	R$ 586,94
RYV2A68	275710NIC0000148	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SCG6E71	275710S000005182	05/01/2026	60503	R$ 293,47
SDB5C27	275710S000005172	04/01/2026	60503	R$ 293,47
SDQ5E18	275710NIC0000173	23/12/2025	50020	R$ 260,32
SDR3J21	275710S000005158	05/01/2026	60503	R$ 293,47
SDR7H06	275710NIC0000146	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SDY6E04	275710S000005310	06/01/2026	60503	R$ 293,47
SEI8H81	275710S000005140	05/01/2026	60503	R$ 293,47
SEK1A36	275710S000005128	04/01/2026	60503	R$ 293,47
SEK9A79	275710NIC0000171	23/12/2025	50020	R$ 260,32
SEM6F68	275710NIC0000144	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SFC7C43	275710S000005273	06/01/2026	60503	R$ 293,47
SFJ0F63	275710NIC0000147	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SFJ0F63	275710NIC0000120	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SMG7B48	275710NIC0000115	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SMH5H63	275710NIC0000138	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SMH5H63	275710NIC0000157	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SMI2I36	275710NIC0000114	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SMJ6I33	275710NIC0000139	23/12/2025	50020	R$ 586,94
SPF6E55	275710S000005239	05/01/2026	56732	R$ 130,16
SPG8F05	275710S000005216	04/01/2026	60503	R$ 293,47
SPO4F69	275710S000005251	06/01/2026	56732	R$ 130,16
SPX1A68	275710S000005229	05/01/2026	60503	R$ 293,47
SXE9F96	275710S000005188	05/01/2026	60503	R$ 293,47

TAL0D88	275710NIC0000126	23/12/2025	50020	R$ 586,94
TAR5E52	275710S000005120	04/01/2026	60503	R$ 293,47
TBG4A50	275710S000005155	05/01/2026	60503	R$ 293,47
TBK6J64	275710NIC0000155	23/12/2025	50020	R$ 586,94
TBO7I76	275710S000005240	05/01/2026	60503	R$ 293,47
TBX9G40	275710S000005170	04/01/2026	60503	R$ 293,47
TBZ9D34	275710S000005193	05/01/2026	60503	R$ 293,47
TED3I67	275710S000004947	30/12/2025	60503	R$ 293,47
TEN7F88	275710S000005181	05/01/2026	60503	R$ 293,47
TKP2J69	275710NIC0000125	23/12/2025	50020	R$ 260,32
TLG7G82	275710NIC0000158	23/12/2025	50020	R$ 586,94
UAI4B77	275710NIC0000123	23/12/2025	50020	R$ 586,94
UBB0F34	275710S000005303	06/01/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:818ADF52

PROJUR

DECRETO Nº 156/2026 DATA: 31.03.2026 EMENTA: HOMOLOGA AS AVALIAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DECORRENTE DE AVANÇO HORIZONTAL DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PR

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os dispositivos da Lei nº 1.965 de 11.12.2015 e o Decreto nº 041/2023,

Considerando o disposto na a Lei Municipal nº 1.965 de 11.12.2015, artigos 40 e seguintes e o Decreto Municipal nº 41/2023 de 23.02.2023;

Considerando a avaliação realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 108/2026 de 12.02.2026, e 109/2026 de 12.02.2026;

Considerando o processo de avaliação realizada pela Comissão Central de Avaliação de Desempenho do Profissional do Município de Guaíra, Estado do Paraná**;**

Considerando o memorando online sob o nº **150/2025,**

DECRETA:

Art. 1o Fica concedido às Servidoras Profissionais do Magistério do Município de Guaíra, Estado do Paraná, constantes no Anexo I, Anexo II e Anexo III deste Decreto, progressão funcional decorrente de avanço de 01 (uma) Classe para outra imediatamente superior, dentro do mesmo Nível, conforme estipulado no artigo 40 da Lei Municipal nº 1.965/2015, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Guaíra, Estado do Paraná, com efeito a partir de 1º de abril de 2026.
Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1º de abril de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO I
Ref. Decreto n° 156/2026 de 31/03/2026
Registrado no memorando online sob o n° 150/2025

RELAÇÃO DOS SERVIDORES APROVADOS

Funcionário /Contrato		Descrição Funcionário	Data Admissão	Nota	Classe De	Para
29992	01	Adriele de Castro dos Santos	05/04/2021	99,4	A2	A3
22365	02	Andreia Rodrigues dos Santos Celestrino	05/04/2021	98,8	C2	C3
29494	02	Dailce Maria Gonçalves da Silva	05/04/2021	99,4	C2	C3
29997	01	Eduarda Cristina David Neves	05/04/2021	100	C2	C3
29568	02	Elenir Pinheiro Alves	05/04/2021	100	C2	C3
29635	02	Elis Daiane Amaral dos Santos Pereira	05/04/2021	99,4	C2	C3
29984	01	Gisele Ruiz Althman da Silva	05/04/2021	100	C2	C3
30005	01	Ivania dos Santos	05/04/2021	100	C2	C3
29537	02	Jaqueline da Silva Hellmann	05/04/2021	99,4	C2	C3
29573	02	Julia Romoda	05/04/2021	99,4	C2	C3
30008	01	Leticia Dalla Costa Zatta	05/04/2021	97,2	C2	C3
30009	01	Lilia Alvares	05/04/2021	100	D2	D3
30030	01	Maria de Fatima dos Santos Alves	05/04/2021	100	C2	C3
29577	02	Patrícia Jandrey Ribeiro	05/04/2021	100	C2	C3
29489	03	Vania Aparecida Backes	05/04/2021	99,4	C2	C3
30019	01	Wanuza Neves de Souza	05/04/2021	98,2	C2	C3
29751	02	Wellington Ramos de Carvalho	05/04/2021	100	C2	C3

Total: 17

ANEXO II
Ref. Decreto n° 156/2026 de 31/03/2026
Registrado no memorando online sob o n° 150/2025

RELAÇÃO DOS SERVIDORES APROVADOS

Funcionário /Contrato		Descrição Funcionário	Data Admissão	Nota	Classe De	Para
22381	05	Cassia Cassiane de Oliveira Menezes	05/04/2021	100	C2	C3
22390	03	Daniele Cistina Munhos	05/04/2021	100	C2	C3
14990	02	Fernanda Martins Okada Ten Caten	05/04/2021	100	C2	C3
30001	01	Gislaine Rodrigues Padilha	05/04/2021	100	C2	C3
30007	01	Juliana Moreno da Silva	05/04/2021	100	C2	C3
29555	04	Maria José Dias	05/04/2021	100	C2	C3
30012	01	Monica Laurindo	05/04/2021	100	C2	C3
29860	02	Patricia Schiochet de Souza	05/04/2021	98,8	C2	C3
30014	01	Rafaela Oliveira Santana	05/04/2021	99,4	C2	C3
28487	02	Regina Vieira Coutinho de Souza	05/04/2021	100	C2	C3
30015	01	Rogelho Polidario Andreio	05/04/2021	98,8	C2	C3
24880	02	Sueli Ferreira Jeronymo	05/04/2021	100	C2	C3
30017	01	Tieli Hortencia de Moura	05/04/2021	100	C2	C3

TOTAL: 13

ANEXO III
Ref. Decreto n° 156/2026 de 31/03/2026
Registrado no memorando online sob o n° 150/2025

SERVIDOR QUE NÃO TERÁ DIREITO A PROGRESSÃO FUNCIONAL DECORRENTE DE AVANÇO HORIZONTAL EM RAZÃO DE APOSENTADORIA

Funcionário/Contrato		Descrição Funcionário	Data Admissão
29571	02	Maria Luisa Garcia Canato	05/04/2021

TOTAL: 01

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:E8CBBFA5

PROJUR
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS SUB 50 EDITAL Nº 001/2026 – MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR

Registrado no memorando online sob o n° 129/2026.

O Município de Guaíra, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento e da Diretoria de Habitação, torna pública a LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINALdos candidatos inscritos no processo de seleção de famílias beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, conforme critérios estabelecidos no Edital nº 001/2026.

A classificação foi realizada pela Comissão Municipal de Análise e Seleção, observadas as cotas específicas e a ordem decrescente de pontuação.

CANDIDATOS NÃO SELECIONADOS

Cad. Habitacional	Nome do candidato	Pontuação
884	EVELIN TAUANA VICENTE	75
170	LETICIA ROMERO HYPOLITO	75
206	ELISA GONZALEZ FARINA	75

892	MARTA DA SILVA FERREIRA	74
992	JAMILE GONÇALVES DE OLIVEIRA	72
923	ROSANA FILISMINO ROSA	70
155	ANA BEATRIZ FERNANDES PAULO	70
271	ROSENED DA SILVA	70
135	DEBORA SONCIN LEMES	67
194	MARIA BEATRIZ AGUAYO	67
350	ADRIANA ROSA DELFINO	65
182	MARILZA VICENTE SOARES	65
167	LUARA DE FATIMA PETRY	65
136	NAIARA MENDES DOS SANTOS	65
178	SARA CRISTINA DA SILVA PIRES	65
207	JURACI NEVES	65
854	DAIANE RIBAS	65
277	HELENA DAS VIRGENS	65
164	ANA CLAUDIA SILVA JORGE	65
207	JENIFER RODRIGUES PADILHA	65
206	ELIANE COELHO DE MAGALHÃES	62
104	RENATA FERREIRA	62
412	CRISTIANE NORATO DE LIMA	62
146	VERA LUCIA ALVES DE MACEDO	62
205	CINTHIA CAROLINA CACEREZ MARIN	62
207	ELIETE ANACLETO DA SILVA	62
210	IZABEL FERNANDA LOMBA GONZAGA	62
148	ANA FLAVIA PEREIRA TARDELLI	62
210	FEBE MABEL LOPEZ BOGADO	60
766	ROGERIA APARECIDA BRITO COTRIM	60
149	SUZAMARA KLASNER	60
208	JULIANA DE JESUS DE SOUZA	60
206	KARINE YASMIN DE LIMA ALMEIDA	60
142	PATRICIA MARTINEZ FERNANDES	60
800	ELICIA SOUZA	60
191	ROSELY DINIZ	60
170	SIMONE REGIANE DA SILVA	60
209	ROSIELE BORGES DA SILVA	60
174	SANDRA BEATRIZ MOZON OJEDA	60
134	TAINARA MORAES GRACINO	59
103	EVANIR ZAVODINI DIAS	57
137	IVONE DA SILVA	57
156	ADAIR BURG	57
888	VANESSA JULIANA PEREIRA	55
353	LURDES BETANIA APARECIDA DOS SANTOS	55
203	JUCI DAIANE LOPES DA ROCHA PEREIRA	55
650	MARILI POLIANA INACIO INOCENCIO	55
164	CARINA DISNER DO NASCIMENTO	55
196	REGIANE FERREIRA DA SILVA VIGINOTTI LOPES	55
805	SIMONE APARECIDA PULEZA	55
399	PATRICIA DE ABREU	54
997	VERONICA ZENELIA SCHONHOLZER	54
207	EVANDRO ALVES MORAES	54
146	MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA	53
137	ANGELICA CAETANO	52
208	ALESSANDRA CRISTINA BRAGA NUNES	52
101	JULIANA CORREIA	52
984	MARIA DE FATIMA FERREIRA DE JESUS	52
770	MARLI ROZENALKI	52
226	TANIA CRISTINA RODRIGUES GUILHERME	52
207	MONICA DOS SANTOS	52
141	CAROLINE DA SILVA PULEZA	52
136	JOSE VERONEZ CAETANO	52
209	EDILENE PRISCIANE MOREIRA	50
930	MARIA CELIA PEREIRA	50
210	JHESSY ANDRESSA LUCAS AMES	50
220	IRACEMA FERRA LIMA	50
874	ROSA GOMES OSÓRIO	50
184	JOSIANE MORITA DOS SANTOS	50
123	IVONE RIBEIRO CARIOCA	50
194	FABIANA LUISA BARBOSA	50
200	CIDA CADEIRA	48
149	KELLY SCHAWANKA RODRIGUES	47
105	GISLAINE DA SILVA DE CARVALHO	47
110	NATALINO VIEIRA DE LIMA	47
100	ARLINDO DA SILVA	47
567	APARECIDA MORALLI FERNANDES	47
207	ELLEN VICTORIA SANCHEZ DA SILVA	47
138	RUTILEIA FERNANDES DE SOUZA	47
664	DAYANE LUCIANO DUTRA BATIST	47
872	TAUANA GOMES ALBANO	47
261	SILVANIRA DE SOUZA CAVALHEIRO	47
184	DAMIÃO ALVES DE OLIVEIRA	45
830	TEREZINHA PORTELA DE SOUZA	45
187	MARIA MADALENA DE JESUS	45
106	SOLANGE APARECIDA PEREIRA	45
134	JOSE DA SILVA	43
210	LUIZ ANTONIO VIERO	43
208	CLEONICE DE FATIMA PRESTES DA COSTA	43
130	NEIDE GOMES LUZIA	42
184	ANGELA VIEIRA DOS SANTOS	42
209	BARBARA ALINE FERNANDES GOMES PULEZA	42

42	CRISTIANE BUENO DE OLIVEIRA	40
855	CREUZA ROSALINA MOREIRA	40
195	NADIR CRISTINA KLER	40
204	ANGELICA NUNES DA SILVA	40
105	CACILDA FERNANDES	37
406	VANDERLEI DA SILVA	37
881	MARIA JOSE GODEY PEREIRA	35
268	LUANA BATISTA BEZERRA	35
149	EVALDO TURMAN	35
192	MARLENE BRITO DA FONSECA	33
133	VANESSA CRISTINA GOMES	32
232	TALIA FERREIRA DOS SANTOS	32
166	MIGUEL DE JESUZ	28
245	IZABEL NUNES DA SILVA	28
396	LUCIANA GOMES RODRIGUES	27
878	VANESSA CAROLINE DA SILVA	27

CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS:

cad. Habitacional	**Candidato**	**Motivo da desclassificação**
146	DANUSA DE CASSIA EBERHARD	Não aprovação na análise de crédito e enquadramento realizada pela Caixa Econômica Federal.
197	ELVA ESTIGARRIBA BRITEZ GAMA	Renda acima do limite do edital.
209	THAMIRES DA SILVA FIGUEIREDO	Não atendimento à visita domiciliar e ausência de retorno aos contatos telefônicos.
210	NADIA NOEMI GONZALES MEDINA	Documentação incompleta, não possui CRNM-Carteira Nacional Migratório.

Guaíra, Estado do Paraná, em 31de março de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:5B0C47B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 039/2026

Súmula: Reajustar as tabelas de vencimentos dos servidores públicos municipais de Guaraci, Estado do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a Lei nº 1874 de 24 de março de 2026 que determina reposição salarial equivalente a 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento) nos vencimentos dos Servidores Ativos, Inativos, Pensionistas, Cargo em Comissão, Tabela de Função Gratificada e Emprego Público,

Considerando a Lei nº 1568 de 09 de abril de 2020 que determina a data base,

R E S O L V E :

Art. 1º - Reajustar as tabelas de vencimentos dos servidores públicos municipais de Guaraci, Estado do Paraná, conforme disposições acima citadas, conforme Anexo I, a partir de 1º de março de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 31 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I
TABELA "A" - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PROFISSIONAL

NÍVEL	VENCIMENTO (R$)	NÍVEL	VENCIMENTO (R$)
01	2.116,72	29	8.297,88
02	2.222,53	30	8.712,75
03	2.333,69	31	9.148,42
04	2.450,39	32	9.605,84
05	2.572,86	33	10.086,13
06	2.701,57	34	10.590,45
07	2.836,62	35	11.119,98
08	2.978,46	36	11.675,96
09	3.127,36	37	12.259,74
10	3.283,75	38	12.872,77
11	3.447,93	39	13.516,39
12	3.620,35	40	14.192,24
13	3.801,36	41	14.901,84
14	3.991,41	42	15.646,91
15	4.190,99	43	16.429,25
16	4.400,54	44	17.250,68
17	4.620,55	45	18.113,27
18	4.851,58	46	19.018,94

19	5.094,16	47	19.969,87
20	5.348,88	48	20.968,40
21	5.616,33	49	22.016,77
22	5.897,13	50	23.117,60
23	6.192,00	51	24.273,53
24	6.501,60	52	25.487,17
25	6.826,66	53	26.761,55
26	7.168,03	54	28.099,61
27	7.526,46	55	29.504,61
28	7.902,72	56	30.979,83

TABELA “B” - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO TÉCNICO

NÍVEL	VENCIMENTO (R$)	NÍVEL	VENCIMENTO (R$)
01	1.572,44	25	5.071,25
02	1.651,06	26	5.324,81
03	1.733,57	27	5.591,05
04	1.820,30	28	5.870,62
05	1.911,27	29	6.164,16
06	2.006,90	30	6.472,36
07	2.107,19	31	6.795,96
08	2.212,56	32	7.135,78
09	2.323,18	33	7.492,57
10	2.439,34	34	7.867,19
11	2.561,34	35	8.260,54
12	2.689,41	36	8.673,59
13	2.823,91	37	9.107,26
14	2.965,05	38	9.562,58
15	3.113,29	39	10.040,75
16	3.268,96	40	10.542,79
17	3.432,37	41	11.069,92
18	3.604,04	42	11.623,44
19	3.784,24	43	12.204,60
20	3.973,44	44	12.814,84
21	4.172,10	45	13.455,58
22	4.380,75	46	14.128,32
23	4.599,77	47	14.834,73
24	4.829,76	48	15.576,48

TABELA “C” - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO OPERACIONAL

NÍVEL	VENCIMENTO (R$)	NÍVEL	VENCIMENTO (R$)
01	1.563,21	25	5.041,51
02	1.641,39	26	5.293,59
03	1.723,44	27	5.558,29
04	1.809,62	28	5.836,19
05	1.900,11	29	6.128,01
06	1.995,12	30	6.434,39
07	2.094,86	31	6.756,11
08	2.199,59	32	7.093,91
09	2.309,59	33	7.448,63
10	2.425,05	34	7.821,05
11	2.546,32	35	8.212,11
12	2.673,63	36	8.622,70
13	2.807,32	37	9.053,84
14	2.947,67	38	9.506,53
15	3.095,05	39	9.981,86
16	3.249,82	40	10.480,96
17	3.412,30	41	11.005,00
18	3.582,92	42	11.555,25
19	3.762,06	43	12.133,01
20	3.950,16	44	12.739,65
21	4.147,67	45	13.376,64
22	4.355,04	46	14.045,48
23	4.572,81	47	14.747,76
24	4.801,45	48	15.485,13

TABELA “D” – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VENCIMENTO (R$)
CC – 01	4.341,56
CC – 02	3.617,97
CC – 03	2.894,38
CC - 04	2.087,29

TABELA “E” – FUNÇÃO GRATIFICADA

SÍMBOLO	VALOR MENSAL (R$)
FG – 01	1.143,45
FG – 02	1.715,18
FG – 03	2.286,90
FG – 04	2.858,63
FG - 05	3.430,35
FG - 06	4.002,08

TABELA “F” – EMPREGO PÚBLICO

SÍMBOLO	VALOR MENSAL (R$)
EP – 01-Agente Comunitário de Saúde/Agente de Controle Endêmico	3.242,00
EP – 02-Auxiliar de Enfermagem	2.106,45

EP – 03- Enfermeiro	4.436,99
EP – 04 – Médico	20.224,46
EP – 05 - Dentista	3.549,64
EP – 06 – Auxiliar de Consultório Dentário	2.063,59

TABELA "G" – PROFESSOR 20 HORAS

NÍVEIS	A	B	C
CLASSES			
1	2.064,57	2.271,01	2.498,11
2	2.105,84	2.316,43	2.548,07
3	2.147,97	2.362,75	2.599,05
4	2.190,93	2.410,00	2.651,02
5	2.234,75	2.458,21	2.704,05
6	2.279,45	2.507,39	2.758,14
7	2.325,03	2.557,52	2.813,30
8	2.371,53	2.608,68	2.869,56
9	2.418,96	2.660,85	2.926,95
10	2.467,35	2.714,08	2.985,51
11	2.516,69	2.768,35	3.045,21
12	2.567,03	2.823,73	3.106,09
13	2.618,36	2.880,20	3.168,23
14	2.670,75	2.937,81	3.231,59
15	2.724,16	2.996,56	3.296,22
16	2.778,63	3.056,49	3.362,15
17	2.834,20	3.117,61	3.429,38
18	2.890,88	3.179,97	3.497,98
19	2.948,71	3.243,56	3.567,92
20	3.007,69	3.308,44	3.639,29
21	3.067,83	3.374,59	3.712,07
22	3.129,20	3.442,09	3.786,31
23	3.191,77	3.510,96	3.862,05
24	3.255,61	3.581,15	3.939,28
25	3.320,72	3.652,78	4.018,09
26	3.387,13	3.725,84	4.098,44
27	3.454,88	3.800,34	4.180,40
28	3.523,98	3.876,36	4.264,03

TABELA "H" – EDUCADOR INFANTIL

NÍVEIS	D	E	F
CLASSES			
1	4.129,12	4.542,06	4.996,25
2	4.211,71	4.632,90	5.096,19
3	4.295,95	4.725,55	5.198,10
4	4.381,86	4.820,06	5.302,07
5	4.469,51	4.916,46	5.408,11
6	4.558,90	5.014,79	5.516,28
7	4.650,08	5.115,10	5.626,60
8	4.743,08	5.217,39	5.739,12
9	4.837,94	5.321,74	5.853,92
10	4.934,69	5.428,17	5.970,99
11	5.033,39	5.536,75	6.090,42
12	5.134,05	5.647,47	6.212,22
13	5.236,73	5.760,42	6.336,46
14	5.341,48	5.875,63	6.463,19
15	5.448,29	5.993,15	6.592,45
16	5.557,28	6.113,01	6.724,30
17	5.668,42	6.235,27	6.858,79
18	5.781,79	6.359,97	6.995,96
19	5.897,41	6.487,17	7.135,89
20	6.015,36	5.523,96	7.278,60
21	6.135,68	6.749,25	7.424,18
22	6.258,38	6.884,25	7.572,66
23	6.383,55	7.021,92	7.724,10
24	6.511,22	7.162,37	7.878,59
25	6.641,45	7.305,61	8.036,16
26	6.774,28	7.451,72	8.196,90
27	6.909,77	7.600,75	8.360,83
28	7.047,96	7.752,77	8.528,05

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:B495B869

SECRETARIA DE FINANÇAS
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre 2026** **RECEITAS REALIZADAS (a)**

RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	48.028.404,16	6.763.668,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.133.893,62	331.012,87
IPTU	856.527,03	18.093,62
ISS	1.078.799,63	80.180,43
ITBI	830.799,24	34.650,68
IRRF	1.888.132,72	155.557,74
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	479.635,00	42.530,40
Contribuições	635.546,00	40.365,62
Receita Patrimonial	110.132,94	202.836,46
Aplicações Financeiras (II)	90.100,00	202.836,46
Outras Receitas Patrimoniais	20.032,94	0,00
Transferências Correntes	42.134.928,64	6.168.062,73
Cota-Parte do FPM	18.531.966,79	3.199.831,20
Cota-Parte do ICMS	12.080.000,00	1.290.435,45
Cota-Parte do IPVA	778.464,00	260.106,35
Cota-Parte do ITR	731.120,00	63.294,35
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	119.080,40	19.426,44
Transferências do FUNDEB	5.402.552,66	799.505,93
Outras Transferências Correntes	4.491.744,79	535.463,01
Demais Receitas Correntes	13.902,96	21.391,06
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	13.902,96	21.391,06
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	47.938.304,16	6.560.832,28
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	16.292.390,36	72.597,74
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	19.420,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	19.420,00	0,00
Transferências de Capital	16.272.970,36	72.597,74
Convênios	15.723.147,84	72.597,74
Outras Transferências de Capital	549.822,52	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	16.292.390,36	72.597,74
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	64.230.694,52	6.633.430,02
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	64.230.694,52	6.633.430,02

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	45.153.993,13	6.582.592,35	5.506.670,39	5.223.929,21	81.233,20	311.940,58	310.916,89
Pessoal e Encargos Sociais	23.625.943,29	3.571.447,50	3.565.628,30	3.369.566,52	47.217,81	64.821,80	64.827,20
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	21.448.049,84	3.011.144,85	1.941.042,09	1.854.362,69	34.015,39	247.118,78	246.089,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	45.073.993,13	6.582.592,35	5.506.670,39	5.223.929,21	81.233,20	311.940,58	310.916,89
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	18.700.084,98	733.882,00	210.157,13	203.257,12	0,00	1.390.917,74	1.390.917,74
Investimentos	18.450.084,98	670.370,08	146.645,21	139.745,21	0,00	1.390.917,74	1.390.917,74
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	250.000,00	63.511,92	63.511,92	63.511,91	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	18.450.084,98	670.370,08	146.645,21	139.745,21	0,00	1.390.917,74	1.390.917,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	200.562,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	63.724.640,11	7.252.962,43	5.653.315,60	5.363.674,42	81.233,20	1.702.858,32	1.701.834,63
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	63.724.640,11	7.252.962,43	5.653.315,60	5.363.674,42	81.233,20	1.702.858,32	1.701.834,63

ESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	-513.312,23
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	-513.312,23
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**Até o Bimestre 2026**
JUROS NOMINAIS	**VALOR INCORRIDO**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	202.836,46
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	1.307,40
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**-311.783,17**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	11.348.098,08

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o bimestre/ 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	506.872,43	459.458,26
DEDUÇÕES (XL)	11.901.679,02	11.001.311,87
Disponibilidade de Caixa	11.901.679,02	11.001.311,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.073.365,91	11.647.756,92
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	121.018,01	330.397,48
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.668,88	316.047,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-11.394.806,59	-10.541.853,61
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-852.952,98

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/ 2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	209.379,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-643.573,51
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**-845.102,57**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.635.845,63
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.635.845,63
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

MARCOS ANTONIO DE SOUZA	***JEFFERSON DE SOUZA***
Prefeito	Contador
CLEVERSON NALDO PINA	
Controle Interno	

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:4EF631F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.095, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 1.095, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, **JOÃO**

CARLOS GARBIN, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2025, crédito Especial no valor de **R$ 482.030,81 (Quatrocentos e oitenta e dois mil, trinta reais e oitenta e um centavos),** para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 16 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Unidade: 2 – DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO			
Ação: 2059 – MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO			**Funcional: 0013.0392.0011**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
472	3339036000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa física	10630	17.497,63
473	3339039000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	10630	36.500,00
Total Ação			**53.997,63**
Órgão: 16 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Unidade: 4 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Ação: 2063 – MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			**Funcional: 0012.0361.0013**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
462	3339039000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	10400	300.000,00
Total Ação			**300.000,00**
Órgão: 16 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Unidade: 4 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Ação: 2063 – MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			**Funcional: 0012.0365.0013**
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
463	3339039000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	10400	128.033,18
Total Ação			**128.033,18**
TOTAL GERAL			**482.030,81**

Art. 2º Para cobertura do crédito a serem abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de **Excesso de Arrecadação** descrito na sequência:

I – Excesso de Arrecadação junto a **fonte 10630 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Lei 14.399/2022,** no valor de **R$ 53.997,63 (cinquenta e três mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos).**

II – Excesso de Arrecadação em 2026 junto a **fonte 10400 Transferências do FUDEB – Complementação VAAR–** Portaria Interministerial n° 14, de 29 de dezembro de 2025, no valor de **R$ 428.033,18 (quatrocentos e vinte e oito mil e trinta e três reais e dezoito centavos).**

Art. 3º Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Honório Serpa/PR, em 31 de março de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:9CB547EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EDITAL 03/2026 - ESF, PLANTÃO, AUDITOR E USG

EDITAL DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO N°03/2026
PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE PARA O ANO-EXERCÍCIO DE 2026/2027 APRESENTAÇÃO DOS PROTOCOLOS a partir da data de publicação deste edital.
AREA DA SAÚDE – SERVIÇOS MÉDICOS DE APOIO COMPLEMENTAR

1 – PREÂMBULO

1.1 – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR – CIS Amcespar – através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Resolução n°09/2023, em conformidade com a Lei n° 14.133/2021 e suas regulamentações no âmbito do Consórcio e do Estado do Paraná, Lei nº 8.080/90 e Portaria nº 1286/93 do Ministério da Saúde, com apoio específico da Comissão de Especial de Credenciamento que conduzira os feitos designada pela Resolução nº 033/2025 do CIS Amcespar e demais legislações aplicáveis, e através da Resolução que institui este chamamento, torna público a realização do CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE, nos termos das condições estabelecidas no presente Instrumento, para contemplar a prestação de serviços no exercício de 2026 e 2027.

1.2 – A finalidade do presente Chamamento Público é a convocação de empresa, prestadores de serviços e outros profissionais da saúde, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, ou com organização da sociedade civil instituída com a finalidade de prestar serviços de saúde, para a realização credenciamento com o CIS Amcespar por meio da formalização de Termo de Credenciamento, conforme as diretrizes de contratualização do SUS para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco de atendimento à saúde, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.3 – O procedimento de credenciamento será regido pelas disposições previstas neste Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.080/90 que informa sobre as ações e serviços de saúde no SUS, ou da Lei Estadual nº 15.608/2007 e da Lei Federal nº 14.133/2021 nos casos em que couberem, e será norteado pelos princípios que regem a Administração Pública.

1.4 – As propostas dos interessados ao credenciamento terão que ser encaminhadas pelos interessados que deverão atender às especificações dos Anexos deste Edital, que tratam das atividades relacionadas ao objeto deste edital.

1.5 – O procedimento de credenciamento encontra-se recepcionado na legislação apresentada Lei Nº 14.133/2021, em seu Art. 6º, XLIII e desdobramentos correlatos, de forma que encontrasse em sincroniza com legislação aplicáveis os serviços dispostos na área da saúde.

2 – OBTENÇÃO DO EDITAL

2.1 – O Edital poderá ser adquirido **gratuitamente**, na internet, através do site (http://cisamcespar.org/), ou diretamente no Departamento de Licitações nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, na Sede administrativa do CIS Amcespar localizada na Rua 19 de Dezembro, n° 280, (2° piso) Edifício Pérola do Sul, Centro, no município de Irati/PR.

2.2 - Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

2.3 - O presente Edital ficará permanentemente a disposição de todos os interessados no sitio eletrônico oficial do CIS Amcespar, através do link: https://cisamcespar.org/editais-credenciamento/. Com designação de Setor específico (Setor de Credenciamento) para obtenção de informações e credenciamento.

3 – OBJETO

3.1 – O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para disponibilização de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas empresas, para a Prestação de Serviços Médicos e Apoio Complementar, em caráter especifico de serviços ao SUS, nas dependências operacionais das unidades de saúde dos municípios consorciados, conforme suas necessidades constando no **Anexo I**, **Anexo II** e **Anexo III** deste edital.

3.2 – As atividades constantes neste edital está alinhado as diretrizes do sistema único de saúde em conjunto com as resolução e instruções profissionais do respectivo conselho profissional.

3.2.1 – Especificamente as diretrizes dos serviços de saúde (SUS dispostas nas normas gerais que se aplicam neste edital; Lei nº 8.080/1990 - Lei Orgânica da Saúde; Normas Operacionais Básicas do SUS - Estabelecem diretrizes para a organização e coordenação do SUS; Política Nacional de Regulação do SUS; Portaria GM/MS nº 3.390/2013 - Institui a Política Nacional de Auditoria do SUS; Portaria SAS/MS nº 55/2015 - Define regras para a auditoria no âmbito do SUS.

3.2.2 – As atualizações serão anexas em instruções operacionais de a agregar ao rotina e condutas dos serviços de saúde para integração a sistema de saúde,

3.3 – A execução das atividades e as ações inerentes a estes serviços de saúde seguirá a regulação, conforme o **Anexo I, Anexo II, Anexo III e Anexo IV** deste edital, sendo credenciada jurídica de direito privado para contribuir de forma descentraliza em situação a participar a rede regionalizada e hierarquizada para fazer a continuidade dos tratamentos e procedimentos destinados aos pacientes SUS.

3.3. 1 – Para a Prestação de Serviços médicos de caráter amplo, nas dependências operacionais das unidades de saúde dos municípios consorciados, conforme suas necessidades constando no **Anexo IV** deste edital.
3.3. 2 – Compreende os serviços médicos: atendimentos médicos presenciais nas UNIDADES de saúde do município; realização de plantões médicos; procedimentos imediatos; consultas médicas, expedição de receituários, encaminhamentos e demais atribuições que compete ao profissional médico atuante.
3.4 – Os serviços serão prestados pelos profissionais credenciados conforme as necessidades dos municípios consorciados, em estabelecimentos de saúde designados pelos municípios consorciados solicitantes, conforme instrumentos normativos municipais integrantes dos serviços SUS.
3.5 – Compreende os serviços médicos: na unidade do município, descrita nas seguintes condições essenciais;
a) A Secretaria de Saúde será responsável pela determinação de horários e dias em que os serviços deverão ser prestados, bem como os locais em que serão realizados;
b) as despesas de deslocamento, alimentação, estadia, e outras despesas quaisquer, serão por conta do credenciado;
c) os serviços serão prestados em local a ser estabelecido pela Secretaria de Saúde do município consorciado, com disponibilidade de material de trabalho necessário para o cumprimento dos serviços médicos.
3.6 – Os serviços serão realizados de acordo com a respectiva solicitação do município integrante do CIS Amcespar via ofício.
3.7 – O presente objeto do credenciamento de pessoas jurídicas para disponibilização de Profissionais da área de saúde, para a prestação de serviços, em benefício dos municípios consorciados com a linha de estratégia do município, sendo remunerado apenas os serviços efetivamente efetuados.
3.8 – Os serviços serão remunerados de acordo com a respectiva realização dos mesmos, mediante apresentação de relatórios assinados pelos municípios solicitantes e consolidado pelo CIS Amcespar.
3.9 – A forma de atendimento deverá atender aos protocolos gerais de atenção à saúde das dos municípios consorciados, de acordo com o programa de execução de serviços aos quais o atendimento esteja submetido.
3.10 – Os quantitativos poderão sofrer alterações através de acréscimo ou supressão, no limite máximo previsão Lei Federal nº 14.133/2021, em sincronia com instruções de serviço do Sistema Único de Saúde.

4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1 – **Poderão participar** do Credenciamento somente as pessoas jurídicas na área da saúde (clínicas, entre outros indicadas no **item 3**, desde que atendidos os requisitos exigidos no item 8.1 do instrumento convocatório.
4.2 – A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital;
4.3 – As pessoas jurídicas deveram estar regularmente constituídas junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e, se estrangeira, possuir autorização para funcionamento em território brasileiro, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ;
4.4 – **Não poderão participar** da presente licitação:
4.4.1. **Não poderão participar** da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
4.4.2. **Não poderão participar** Pessoas físicas ou jurídicas que conste no cadastro dos impedidos de licitar, constitui-se em relação atualizada das pessoas jurídicas que, por irregularidade (s) no fornecimento de bens ou prestação de serviços, não podem mais contratar com o setor público.
Conforme instrução do TCE-PR, disponível no endereço eletrônico; (https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx).
4.4.4. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas físicas ou jurídicas que conste no cadastro dos impedidos de licitar e inidôneas, constitui- se em relação atualizada das pessoas jurídicas que, por irregularidade (s) no fornecimento de bens ou prestação de serviços, não podem mais contratar com o setor público. Conforme instrução do TCU, disponível no endereço eletrônico: (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:1)
4.4.5. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas jurídicas Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/ceis):
4.4.6. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas jurídicas Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
4.4.7. **Não poderão participar** da presente licitação, pessoas jurídicas Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual (https://www.cadin.pr.gov.br/Pagina/Estou-Inscrito).
4.5 – Não poderão executar os serviços credenciamentos;
4.5.1 – **Não poderão participar** no Credenciamento os anteriormente descredenciados pelo CIS/AMCESPAR por descumprimento de cláusulas do termo de credenciamento ou irregularidades na execução dos serviços prestados.
4.5.2 – A empresa cujo estatuto ou Contrato social **não** inclua o objeto deste Chamamento, ao serviço que se proponha a prestar;
4.5.3 – **Não poderão** participar no Credenciamento os profissionais concursados que integrarem o quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região da AMCESPAR – CIS/AMCESPAR.
4.5.4 – **Não poderão** participar a empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
4.5.5 – – **Não poderão** participar a Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem regularmente no país;
4.5.6 – A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis as condutas gerais dos serviços de saúde e as normativas específicas aos serviços da orbita de sua execução.
4.5.7 – A constatação de ausência dos elementos ou identificação da inexistência do item 4.3 ou item 3, inviabilizará o credenciamento do solicitante para execução dos serviços;
4.5.8 – Todo profissional que por qualquer eventualidade não possa atender ou prestar serviço nos dias em que está acordado pelo credenciamento deverá comunicar o CIS com 05(cinco) dias de antecedência, sob pena de ser responsabilizado pelo dano causado para o Consórcio e para os pacientes do município consorciado.
4.5.9 – É PROIBIDO indicar ou induzir paciente que esteja sendo atendido pelo protocolo de atendimento SUS do município ou do Consórcio para efetuar consultas, exames e qualquer tratamento particular.

5 – FORMAS DE INSCRIÇÃO E SOLICITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

5.1 – Os interessados poderão inscrever-se para Credenciamento, a partir da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial, dirigindo-se ao setor de licitações e credenciamento do CIS/AMCESPAR, protocolando os documentos respectivos deste edital para apreciação da inscrição. 5.2 – O credenciamento poderá ser realizado a partir da publicação deste edital e o final de sua vigência, **até 25 de abril de 2027**.
5.3 – Os interessados poderão solicitar a inscrição no Credenciamento a qualquer momento, sendo suas inscrições organizadas conforme o período remanescente do Credenciamento.
5.4 – Serão consideradas credenciadas as pessoas jurídicas que apresentarem todos os
Documentos enumerados no **item 8.1** deste instrumento, conforme seu enquadramento e serviços realizados.
5.5 – O procedimento para o credenciamento será composto pelas fases:
a) Publicação e divulgação do Chamamento;
b) Acolhimento das manifestações, solicitações e entrega de documentação pelos interessados;

c) Análise da habilitação;
d) Aprovação através de parecer da Comissão de Credenciamento;
i) podendo ocorrer a aprovação, ou solicitação de esclarecimento;
ii) Aprovação com restrições ou recomendações;
iii) Reprovação.
e) Posterior a aprovação, ocorrerá à escolha de locais de prestação de serviços pelos habilitados/aprovados ao credenciamento por sua ordem de credenciamento;
f) Lavratura da contratação através do respectivo Termo de Credenciamento;
g) Publicação.
5.6 – Sobre a **fase (a):** Publicação e divulgação do Chamamento:
5.6.1 – O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do CIS Amcespar na internet (http://cisamcespar.org/) e terá seu extrato publicado no Diário Oficial do CIS Amcespar.
5.6.2 – O CIS Amcespar disponibilizará, sempre que possível, meios adicionais de divulgação do presente Edital, com o objetivo de estimular a participação de potenciais credenciados.
5.7 – Sobre a **fase (b)**: Acolhimento das manifestações, solicitações e entrega de documentação pelos interessados;
5.7.1 – Entende-se como acolhimento de documentações, informações técnicas a descrição das atividades contidas a que pleiteia o credenciamento, apresentada pela solicitante conforme suas próprias condições, na forma dos respectivos anexos deste edital.
5.7.2 – As propostas deverão ser apresentadas diretamente no Departamento de Licitações nos seguintes horários: das 08h30min às 11h30min, e das 13h30min às 16h30min, por meio físico (endereço Rua 19 de Dezembro, n° 280, Edifício Pérola do Sul (2 piso), Centro, Irati/PR. CEP:84.500-016) ou via postal (SEDEX ou carta com aviso de recebimento), ou então pelo sistema eletrônico no e-mail (credenciamento@cisamcespar.org).
5.7.3 – As propostas deverão ser encaminhadas em envelopes com a identificação da instituição solicitante com a inscrição "**Edital de Chamamento Público nº 03/2026 – Pedido de inscrição**".
5.7.4 – O prazo limite paraapresentação das solicitações de credenciamento é até a vigência do presente edital.
5.8 – Os materiais deverão ser entregues de acordo com a solicitação médica, em boa qualidade, seguindo a legislação vigente.
5.9 – Sobre a **fase (c);** Análise da habilitação;
5.9.1 – Esta etapa é de caráter ordenatório para orientação, a Comissão de Credenciamento analisará e organizará os documentos dos solicitantes ao credenciamento.
5.9.2 – A Comissão de Credenciamento poderá nesta fase solicitar previamente documentações faltantes, ausente, em discordância com o edital, sem juízo de parecer prévio, podendo dar prazo de até 10 (dez) dias úteis, este pode ser prorrogado, de forma justificada, por até 10 (dez) dias úteis.
5.9.3 – Posteriormente as solicitações se seguirão para a próxima fase.
5.10 – Sobre a **fase (d);** Aprovação através de parecer da Comissão de Credenciamento;
5.10.1 – Nesta fase se analisarão as informações, dados e documentos apresentados pelo solicitante ao credenciamento.
5.10.2 – A análise de mérito (conteúdo das documentações do interessado) de cada solicitação será realizada pela Comissão de Credenciamento, que terá total independência para exercer firmar seu parecer.
5.10.3 – Neste momento poderá solicitar mais esclarecimento ou outros dados.
5.10.4 – O parecer poderá ser para;
i) Aprovação;
ii) Aprovação com restrições ou recomendações;
iii) Reprovação até o saneamento da pendência ou documentação ausente.
5.10.5 – Sendo o parecer referente à aprovação será comunicado ao solicitante do credenciamento, informado das próximas fases.
5.10.6 – Sendo o parecer referente à reprovação, será comunicado ao solicitante do credenciamento, informado do período de interposição de recursos contra o parecer preliminar;
a). Os participantes que desejarem recorrer contra o parecer preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de
5 (cinco) dias úteis, contado do envio do parecer de credenciamento a solicitante no endereço eletrônico que anotar na solicitação, ausente ou falho o endereço será publicado extrato para conhecimento.
b) Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.
c) Os recursos poderão ser apresentados via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente, no setor de licitação e credenciamento. O recurso poderá também ser digitalizado e enviado ao e-mail (credenciamento@cisamcespar.org).
d). É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.
e) Interposto recurso, o CIS Amcespar dará ciência, por meio do endereço eletrônico informado no ato de inscrição, sob o protocolo do recurso e que será analisado em até 15(quinze) dias úteis.
f) não caberá novo recurso contra da comissão de credenciamento em grau de recurso.
5.10.7 – Análises dos recursos (se houver) serão feitas pela Comissão de Credenciamento, sendo lavrado novo parecer.
5.10.8 – O solicitante do Credenciamento estando apto seguirá para as próximas fases.
5.11 – Sobre as **fases (d), (f), (g);**
5.11.1 – A comissão de credenciamento encaminhará para homologação pela autoridade competente e anotações internas no sistema de informações.
5.11.2 – O CIS Amcespar divulgará na sua página eletrônica oficial o resultado dos credenciados e o encaminhará para homologação pela autoridade competente.
5.11.3 – No período entre a apresentação da documentação prevista na fase inicial até da fase de homologação e a assinatura do termo de credenciamento, o proponente fica obrigado a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração do instrumento, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos nas diretrizes deste edital.
5.11.4 – Caso algum setor técnico do CIS Amcespar identifique alguma irregularidade formal nos documentos apresentados ou caso seja constatado evento que impeça a celebração ou execução do termo de credenciamento, o credenciado/solicitante será comunicado e instado a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, desde que a falta não caracterize desnaturação da proposta ou que a falta não se refira à exigência de documento ou condição para participação no chamamento, sob pena de não celebrar o termo de credenciamento ou rescisão.
5.11.5 – Será publicado extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial do CIS Amcespar.
5.11.6 – O termo de credenciamento produzirá efeitos jurídicos a partir de sua assinatura, depois ocorrerá à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do CIS Amcespar.

6 - COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO.

6.1 – A Comissão de Credenciamento é a instância colegiada destinada a atuar, processar e avaliar a documentação do presente chamamento público, constituída mediante Resolução, publicada no Diário Oficial do CIS Amcespar.
6.2 – Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Credenciamento poderá solicitar assessoramento técnico de especialista, entidades, órgãos da estrutura do CIS Amcespar ou elementos fora (outras estruturas e entidades).

6.3 – A Comissão de Credenciamento poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões.
6.4 – A Comissão de Credenciamento é especialmente designada para este ato, conforme as instruções e diretrizes da Resolução que a institui.

7 – FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1 – Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 8.1 ao SETOR DE CREDENCIAMENTO na sede administrativa do CIS Amcespar, localizado na Rua 19 de Dezembro, n°280, Edifício Pérola do Sul, Centro, município de Irati, Estado do Paraná, CEP: 84.500- 016, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, em dias úteis. O envelope deverá estar devidamente lacrado contendo as seguintes indicações:

CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE
EMPRESA INTERESSADA:
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO:

8 – DOCUMENTAÇÕES PARA HABILITAÇÃO

8.1 – Para o credenciamento, o profissional, através da sua pessoa jurídica, deverá apresentar ao setor de credenciamento do CIS Amcespar a documentação informada abaixo, devendo ser entregue em 01 (uma) via; (i) por processo de cópia autenticada em cartório; (ii) ou através de cópia simples acompanhada do documento original para autenticação no CIS Amcespar; (iii) ou enviada na forma de imagem ou em pdf no e-mail (credenciamento@ciamcespar.org) conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1 – PARA COMPROVAR A REGULARIDADE DA EMPRESA (pessoa jurídica) FAZ-SE NECESSÁRIO APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

a) Anexos V, VI e VII em papel timbrado da empresa, conforme modelo disponível em anexo.
b) Registro comercial em caso de empresa individual, ou Contrato Social e sua última alteração, ou Estatuto Social em caso de Instituição. Sendo apresentado Estatuto Social deverá ser apresentada juntamente a cópia da Ata de Eleição do representante legal da Instituição;
c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
d) Alvará de localização para funcionamento;
e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Estadual**;
f) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda **Federal**;
g) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda **Municipal** da cidade sede da empresa;
h) Prova de regularidade fiscal relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho) poderá ser obtida e consultada no sitio eletrônico (http://www.tst.jus.br/certidao).
j) Cédula de Identidade do representante legal da empresa interessada e do profissional médico que prestará o serviço, se por ventura não coincidir com o representante legal;
k) CPF do representante legal da empresa interessada e do profissional médico que prestará o serviço, se por ventura não coincidir com o representante legal;
l) Conta bancária em nome da pessoa jurídica para fins de pagamento dos profissionais pelos serviços realizados;
m) Certificado de Regularidade de Inscrição de pessoa jurídica no CRM-PR.
n) Rol dos profissionais que compõem o corpo técnico de prestação de serviços a saúde sob responsabilidade. Com nome, função, CPF.

• Todas as certidões precisam ser negativas ou positiva com efeito de negativa, ou seja, sem nenhuma pendência ou débito registrado.

8.1.2 – DOCUMENTOS PESSOAIS DOS PROFISSIONAIS ATUANTES (pessoas físicas):

i) Anexo V em papel timbrado da empresa, conforme modelo disponível em anexo;
ii) Cédula de Identidade;
iii) CPF;
iv) Comprovante de residência;
v) Comprovante de inscrição no Conselho Regional da Categoria;
vi) Diploma de curso superior devidamente reconhecido no Conselho da Classe Profissional para as profissões que já possuem conselhos constituídos;
vii) Certidão de conduta ético-profissional emitida pelo respectivo Conselho da Classe Profissional, válida para o ano.

8.1.3 – Sobre o alvará constante no item **8.1.1. (d),** seguirá as instruções e orientações legais referente a Lei Nº 13.874/2019, no que for aplicável ao prestador nas diretrizes da prestação do serviço de saúde. Caberá a comissão de credenciamento instruir em cada situação que apresente necessidade de esclarecimentos e operacionalização.
8.2 – Os prestadores poderão inscrever-se em mais de um item de atuação, desde que obrigatoriamente possuam a solicitação do município consorciado.
8.3 – Quantos aos pré-requisitos essenciais/fundamentais para a empresa credenciada no item do **anexo IV**, deverá obrigatoriamente ter um profissional medico credenciado com registro no conselho profissional responsável ativo. Não estando adequado as diretrizes do conselho profissional ou estando impedido, será suspenso os atos até a regularização.
8.4 – **Referente ao item 02 e 03 (anexo II) a empresa credenciada deverá obrigatoriamente ter em seus quadros constitutivos, ou vinculado por instrumento contratual próprio mais de dois profissionais médicos** com registro no conselho profissional ativo aptos e cientes do fluxo de atividades desenvolvidas no credenciamento. Não estando adequado as diretrizes do conselho profissional ou estando impedido, será suspenso os atos até a regularização.
8.4. 1 – Estando adequada a documentação e os registros, qualquer profissional medico da empresa credenciada poderá desenvolver o volume de atividades estipulada.
8.4. 2 – A ausência de profissional médico para execução do item credenciado e seu volume designado, não sendo avisado previamente e sem outro profissional da empresa credenciada disponível para executar, é motivo para aplicação de penalidades inerentes ao âmbito administrativo e outras esperas se acarretas responsabilização, em conjunto com o descredenciamento da empresa credenciada.
8.5 – É de inteira responsabilidade da empresa credenciada, manter atualizada a documentação exigida no Item 8.1 deste instrumento, principalmente no que diz respeito às certidões negativas de débito, antes a expiração da data de validade, **bem como informar e encaminhar ao CIS/AMCESPAR toda e qualquer alteração ocorrida na empresa após o credenciamento**.
8.5.1 **–** O pagamento dos serviços prestados fica condicionado ao cumprimento do **item 16** desse instrumento, pela empresa credenciada.
8.6 – Serão aceitas somente cópias legíveis e, não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
8.6.1 – A Comissão de credenciamento reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
8.6.2 – A Comissão de credenciamento reserva-se o direito de solicitar informação ou dados referentes a qualquer documento, ou procedimento, ou serviço, sempre que julgar necessário.
8.7 – O exercício das atividades do credenciado iniciará somente após a análise e aprovação da documentação pela Comissão de Credenciamento.
8.8 - Será inabilitado o credenciado que não atender as exigências deste edital para habilitação.

8.8. 1 - Será considerado não concluso o credenciado da pessoa jurídica que não entregar toda a documentação exigida neste edital, ou não atender às solicitações/esclarecimentos da comissão de Credenciamento.
8.9 – A Comissão de Credenciamento poderá receber documentação em arquivo digital ou digitalizado em alta qualidade, na forma de imagem ou em pdf, de preferência com assinatura digital/eletrônica. Caso a documentação apresente assinatura física diferente será glosada pela comissão de credenciamento e será solicitada novamente a documentação para assim seguir para a próxima etapa do procedimento de credenciamento.

9 – PROCEDIMENTOS DO CREDENCIAMENTO

9.1 – O credenciamento será amplamente divulgado e estará permanentemente aberto aos interessados, divulgado através da imprensa oficial do CIS/AMCESPAR, jornal de ampla circulação, sítios eletrônicos.
9.2 – O inteiro teor deste CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 também estará fixado em edital interno e acessível ao público nas repartições administrativas do CIS/AMCESPAR.
9.3 – Ao requerer a inscrição de CREDENCIAMENTO ou atualização deste a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências contidas no item
8.1 deste instrumento. Posteriormente o CIS/AMCESPAR fará uma avaliação das condições técnicas do credenciado, o qual deverá atender às necessidades e especificações exigidas a cada caso.
9.4 – Somente serão considerados credenciados os prestadores que foram aprovados pela avaliação técnica, realizada pela Diretoria médica, assessoria jurídica, contábil do CIS/AMCESPAR.
9.5 – Os termos do credenciamento poderão ser alterados a qualquer tempo, visando adequar o serviço às condições de execução previstas para o CIS/AMCESPAR. Podendo o credenciamento ser atualizado de forma a atualização e registros existentes constar o ingresso de novos interessados, conforme Lei n° 14.133/2021.
9.6 – O CIS/AMCESPAR poderá cancelar o termo de credenciamento do credenciado que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas neste Edital, bem como cancelar o atendimento do credenciado que suspender o atendimento por motivo irrelevante ou administrativo, sendo que, ao suspender sem justificativa plausível, sujeitar-se-á à suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por até 02 (dois) anos, além de se o ato ou dano decorrente não constituir uma situação mais gravosa.
9.7 – A quantidade de atendimentos, exames, procedimentos e afins, a ser encaminhada ao credenciado serão de responsabilidade e escolha das Secretarias de Saúde dos Municípios Consorciados, e de acordo com seu orçamento e necessidade.
9.8 – A lista contendo o nome de todas as empresas/profissionais credenciados será repassada diretamente às Secretarias de Saúde dos Municípios Consorciados, de modo que os pacientes de cada município possam realizar a escolha do profissional que desejar receber atendimento (ou o local que deseje realizar exames, procedimentos e afins) nas hipóteses aplicáveis, onde couber a escolha direta pelo próprio usuário, a distribuição obedecerá estritamente a preferência do paciente, eximindo o Consórcio de garantir rodízio nestes casos específicos.
9.9 – Em nenhum caso o CIS/AMCESPAR fará indicação de determinado profissional prestador do serviço às Secretarias de Saúde, autoridades ou pacientes, restando, portanto, excluída a vontade desta Instituição na demanda do credenciado.
9.10 – A quantidade de atendimentos/exames constantes na programação do CIS/AMCESPAR não significa necessariamente contratação imediata, estando apenas disponível para estimativa de contratação futura.
9.11 – Os casos em que haja necessidades de ajuste na tabela e anexos de procedimentos e exames para melhor compreensão e regularidade com outros entes, os mesmos serão elaborados através de aditivo no termo de credenciamento, os quais passarão a integrar o respectivo edital.
9.12 – Os casos em que haja necessidades de inclusão ou exclusão na tabela e anexos de procedimentos e exames para melhor prestação dos serviços e regularidade com outros entes, os mesmos ocorrerão através de aditivo no termo de credenciamento, os quais passarão a integrar o respectivo edital.
9.13 – Os casos em que haja necessidades de ajuste para melhor execução dos serviços, os mesmos serão elaborados através de aditivo no termo de credenciamento, os quais passarão a integrar os respectivos termos de credenciamento.
9.14 – A inclusão de novos profissionais deverá ser efetuada através de aditivo no termo de credenciamento de Inclusão de Profissionais e apresentação da documentação à Comissão de Credenciamento do CIS/AMCESPAR, que analisará a viabilidade de incluir o profissional posto se este estará apto a de acordo com o interesse do CIS/AMCESPAR;
9.15 – A exclusão de profissionais da empresa credenciada não implicará na rescisão do
Termo de Credenciamento da empresa e deverá ser formalizado através de Termo de Exclusão a ser encaminhado ao CIS/AMCESPAR.
9.16 – A exclusão de profissionais da empresa credenciada não implicará penalidades desde que comunicadas previamente e o fato não cause prejuízo ao CIS/AMCESPAR.
9.17 – Cabe aos credenciados contratados o dever executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.

10 – CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO

10.1 – Os profissionais serão cadastrados de acordo com a ordem de apresentação dos documentos ao Setor de Credenciamento.
10.2 – O Setor de Credenciamento, após a entrega dos documentos exigidos no presente edital, dará sequência na seguinte forma:
a) Publicação e divulgação do Chamamento;
b) Acolhimento das manifestações, solicitações e entrega de documentação pelos interessados;
c) Análise da habilitação;
d) Aprovação através de parecer da Comissão de Credenciamento;
i) podendo o ocorrer a aprovação, ou solicitação de esclarecimento;
ii) Aprovação com restrições ou recomendações;
iii) Reprovação.
e) posterior a aprovação, será emitida ordem de serviço aos habilitados/aprovados ao credenciamento por sua ordem de credenciamento;
f) Lavratura da contratação através do respectivo Termo de Credenciamento.
10.3 – A empresa só iniciará suas atividades após o cumprimento das fases do procedimento de credenciamento.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

11.1. Atentar-se às diretrizes normativas dos atendimentos/procedimentos e serviços das respectivas atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com as estratégias de saúde dos municípios consorciados, respectivamente da secretaria municipal de Saúde, relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.
11.2. Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico da unidade básica de saúde (informatizada, se houver estrutura) e de informação do CIS Amcespar se necessário, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.
11.3. **Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO, incluindo todas informações relevantes à realização dos atendimentos, bem como preencher todos os campos solicitados.**
11.3.1. Quando se tratar de consultas médicas ou plantões médicos, os atendimentos deverão ser realizados e finalizados no prontuário eletrônico, e a ficha de atendimento deverá ser impressa e entregue ao paciente.

11.3.2. **O profissional é responsável por todas informações lançadas no prontuário eletrônico, devendo preencher todos os campos solicitados (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos e CID principal da doença do usuário e demais orientações que se fizerem necessárias).**

11.4. Solicitar apoio técnico para a utilização de prontuário eletrônico em caso de dificuldades com o mesmo.
11.5. Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão solicitante a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
11.6. Emitir relatório de atendimentos/consultas realizadas/horas trabalhadas, para controle da produção.
11.7. Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.
11.8. Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
11.9. Elementos de duvidas solicitar informações ao CIS Amcespar.
11.10. Prestar informação sobre eventual necessidade de alteração ou ajuste relativo à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
11.11. Utilizar sempre que possível, ao caso do paciente, a RENAME e a REMUNE.
11.12. Seguir os protocolos de atendimentos prioritários das unidades de serviços dos municípios.

11.13. Executar a programação agendada do item semanal e/ou hora plantão.
11.14. Manter profissional médico em tempo disponível para atender a demanda solicitada conforme tabela de itens que compõe o objeto deste processo, sendo responsabilizada pelo dano decorrente da falta desse cumprimento na ausência de profissional.
11.15. Designar de profissional médico para execução do item credenciado e seu volume agendado, comunicando previamente quem será o profissional da empresa credenciada disponível para executar, a ausência de cumprimento deste dispositivo é motivo para aplicação de penalidades.
11.16. A credenciada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do termo de credenciamento, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade de fiscalização ou de acompanhamento pelo órgão interessado.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE
12.1. Prestar todas as informações necessárias para a formulação das propostas das empresas interessadas.
12.2. Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.
12.3. Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.
12.4. Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.
12.5. Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.
12.6. Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de solicitações pelos munícipios participantes do CIS/AMCESPAR.

12.7. Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes às atividades que irá desempenhar.
12.8. Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
12.9. Ajustar e instruir situação referente à eventual necessidade de alteração relativa à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
12.10. Quanto à impossibilidade de atendimento/procedimento/serviço ser alimentado ou informado em sistema uniforme, o credenciado e o credenciante poderão pactuar forma para melhor execução dos serviços e rotina de trabalho, sem detrimento do usuário/paciente.

13 - DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO
13.1. A CREDENCIADA que descumprir qualquer obrigação discriminada no termo de credenciamento firmado será descredenciada do programa/ações/atividades/serviços.
13.2. O descredenciamento da empresa não implica na rescisão dos contratos eventualmente firmados, devendo a empresa manter a execução dos serviços até o término de sua vigência, sob pena da aplicação das sanções previstas no termo de credenciamento.

14 – DO VALOR
14.1. A remuneração pela prestação de serviços será de acordo com a Tabela de Procedimentos constantes no Anexo IV deste Edital.
14.2. Os valores dos procedimentos indicados no Anexo IV deste Edital poderão sofrer reajustes após 01(um) ano de fixação.
14.3. Os valores da tabela de preços (Anexo IV) serão:
14.3.1. Revisados, conforme as variações imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, a qualquer tempo, para reduzi-los, a pedido da unidade requisitante, ou aumentá-los, por solicitação de interessados ou credenciados.
14.4. O valor dos serviços previstos no Anexo IV deste Edital, poderá sofrer correção com base nos índices oficiais analisados em deliberações pelo CRESEMS.
14.5. Os novos valores serão aplicados para os termos de credenciamentos vigentes e para os firmados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela de preços.

15 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO DOS SERVIÇOS
15.1. Pela inexecução total ou parcial da prestação dos serviços contratados, o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS Amcespar poderá aplicar aos credenciados as sanções previstas Lei n° 14.133/2021, garantindo-se a defesa prévia.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desse Chamamento Público, o CIS/AMCESPAR, garantida a prévia defesa, aplicará ao credenciado dentre outras, as seguintes sanções:
15.2.1 - Advertência;
15.2.2 - Multa;
15.2.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CIS/AMCESPAR;
15.2.4 - Descredenciamento.
15.3. O prestador de serviço credenciado pelo CIS Amcespar, não poderá, em hipótese alguma cobrar qualquer valor dos usuários de saúde referente aos atendimentos realizados ou mesmo indicar consultórios particulares para realização dos mesmos, sob pena de descredenciamento.
15.4. Todos os pagamentos pelos serviços prestados e descritos neste Edital serão realizados exclusivamente pelo CIS Amcespar.

15.5. Para o descredenciamento, as partes observarão, em qualquer caso, o aviso prévio para as providencias administrativas, sujeitas à aplicação das multas e penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
15.6. As sanções previstas neste instrumento são independentes, podendo ser aplicadas de forma isolada ou, em casos de multas, cumulativamente com outras de maior gravidade.
15.7. Para fins de imposição de penalidades são consideradas infrações as condutas abaixo elencadas, sendo certo que o rol abaixo é exemplificativo, podendo outras ocorrer, e da mesma forma serão passíveis de punição, conforme prevê as disposições normativas que regem a matéria:

INFRAÇÕES	SANÇÃO
Não firmar o instrumento de termo de credenciamento, quando convocado dentro do prazo previsto (até 05 dias úteis, a contar da data da convocação).	Impedimento de licitar por até 02 anos
Fraudar o procedimento de licitação.	Impedimento de licitar por até 02 anos
Apresentar declaração ou informação falsa, bem como adulterar documentos.	Impedimento de licitar por até 2 anos
No caso de profissionais não comparecerem para realizar o atendimento aos pacientes na data agendada, ou não respeitar as condições e o prazo previstos nos subitens 11.6 do Edital.	Advertência e/ou multa, correspondente a 20% do valor da consulta multiplicado pelo número de pacientes agendados que comparecerem para atendimento na data da falta/bloqueio

15.8. Em caso de excepcionalidade poderá ocorrer a interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada, ou da credenciante através de justo motivo e será comunicado previamente, excecionando as responsabilidades e aplicação de sanções previstas em Lei, neste Edital.

16– CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
16.1. Os valores a serem pagos serão apurados de acordo com o número de consultas, plantões, procedimentos, ou carga horária realizados, e devidamente autorizados, sendo remunerados pelos serviços efetivamente executados nas unidades de saúde dos municípios consorciados do CIS/AMCESPAR.
16.2. A produção do período deverá ser comprovada através da apresentação de Fatura/Relatório ou guias de autorização emitida pelo sistema de marcação do CIS.
16.3. O Credenciado prestador dos serviços deverá respeitar a agenda prévia para a prestação dos serviços, caso contrário será glosado por esse Consórcio. As datas das agendas dos atendimentos/procedimentos, sendo que qualquer atendimento/procedimento realizado fora da data de validade será glosado por esse Consórcio.
16.4. Todas as Empresas credenciadas que na impossibilidade de um prestador de serviços não poder cumprir a agenda, poderá destacar outro profissional, legalmente habilitado no CIS AMCESPAR para a função, e informado/anotado nas unidades de saúde do Municípios consorciados do CIS/AMCESPAR.
16.5. Frise-se que serão considerados serviços prestados àqueles cujos itens (atendimento/plantão) tenham sido recepcionados no sistema pelo prestador. Possíveis diferenças de valores pela falta da devida recepção por parte do prestador, não são de responsabilidade deste Consórcio de Saúde e não serão pagos posto o motivo de glosa.
16.5.1 - Questionamentos referente a itens glosados devem ser encaminhados por escrito ao Setor de Faturamento do CIS/AMCESPAR. Caso a glosa seja retirada, o faturamento dos respectivos itens ocorrerá após tramitação interna.
16.6. Após apurados os valores a serem pagos a cada empresa credenciada, o setor de contabilidade do Consórcio entrará em contato com a empresa Prestadora de Serviços para solicitar a emissão da Nota Fiscal.
16.7. De acordo com a legislação vigente, somente serão admitidas NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS, exceto para os prestadores onde os municípios não possibilitem a emissão de nota fiscal eletrônica. Nestes casos excepcionais será aceita nota fiscal manual juntamente com declaração da Tributação do respectivo município. Ressalte-se que a conferência da nota fiscal é de inteira responsabilidade do CREDENCIADO.
16.8. O pagamento dos serviços prestados ocorrerá em torno 30 (trinta) dias, por ordem cronológica, a partir do recebimento definitivo, ou seja, data do ateste de recebimento, realizada por funcionário do Consórcio, na Nota Fiscal Eletrônica. O pagamento ocorrerá nas **terças-feiras** ou **quintas-feiras**.
16.9. O pagamento dos serviços prestados fica condicionado à regular situação do cadastro da empresa no CIS/AMCESPAR, ou seja, cabe a Empresa manter regularmente os seus documentos, inclusive certidões validas durante todo o período de credenciamento, conforme item 6.3 desse edital.

16.9.1 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE

16.10. Deverá o credenciado possuir conta bancária em nome da pessoa jurídica para fins de recebimento pelos serviços realizados que serão pagos preferencialmente via boleto bancário (de qualquer agência bancária). E transferência bancária preferencialmente via Banco do Brasil não gerando encargos aos municípios consorciados.
16.11. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, securitária, indenizatória, fiscais e comerciais decorrentes da prestação de serviços, serão de responsabilidade da empresa credenciada;
16.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12.1 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17 - OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
17.1. Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:
01.100
10.302.0001.2006.3.3.90.39.00.00. Fonte 31369 (reduzido 36)
10.302.0001.2002.3.3.90.39.00.00 fontes 385 (reduzido 26)

17.2. Poderá ocorrer a inclusão de dotações orçamentárias para fazer frente aos recursos utilizados no programas e serviços integrantes do SUS.

18 - DOS ESCLARECIMENTOS DO EDITAL OU DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.
18.1. Qualquer pessoa poderá solicitar ESCLARECIMENTOS durante a vigência do edital e/ou IMPUGNAR este instrumento no prazo de 15 (quinze) dias após sua publicação, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico (credenciamento@cisamcespar.org) ou por petição

dirigida ou protocolada no Setor de licitações do CIS Amcespar, situado no endereço **Rua 19 de Dezembro, 280, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati-PR, CEP: 84.500-016.**

18.2. Caberá à Comissão Especial de Credenciamento do CIS/AMCESPAR, em conjunto com a Comissão Permanente de Licitação, decidir sobre a impugnação ou esclarecimentos pertinentes sobre a prática profissional, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contadas da protocolização do requerimento no setor de protocolo ou recebimento da petição via correspondência eletrônica.
18.3. Dúvidas e esclarecimentos pontuais, bem como sugestões poderão ser direcionados ao CIS/AMCESPAR, estando à disposição para esclarecê-las durante a vigência deste edital.

19 – DO DIREITO DE PETIÇÃO E RECURSOS
19.1. O solicitante do credenciamento é assegurado que manifesto e interesse de peticionar.
19.2. Aos solicitantes do credenciamento é assegurado o direito de interposição de Recurso contra o edital ou termos gerais, nos termos do Lei Federal nº 14.133/2021, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.
19.3. Os pedidos, esclarecimentos, petições e eventuais recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Credenciamento do CIS Amcespar, recepcionado via comissão de credenciamento para decisão do seu Presidente, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 05 (cinco) uteis dias, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, ao Presidente do CIS Amcespar, que proferirá a decisão em idêntico prazo, a contar do recebimento.
19.4. Os recursos serão dirigidos ao Presidente do CIS Amcespar, via comissão de credenciamento, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 05 (cinco) uteis dias, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, ao Presidente do CIS Amcespar, que proferirá a decisão em idêntico prazo, a contar do recebimento.
19.5. Dos Recursos:
19.5.1. Dos atos da Administração praticados com referência aos procedimentos de habilitação, de credenciamento e de execução dos correspondentes termos de credenciamentos serão admitidos recursos qual deveram ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a data de formalização do ato, nas seguintes situações:
19.5.1.1. Habilitação ou inabilitação de requerente de credenciamento;
19.5.1.2. Anulação ou revogação do processo de credenciamento;
19.4.1.3. Aplicação de pena de advertência, de multa ou de suspensão temporária;
19.5.1.4. Rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;
19.5.2 – O recurso previsto contra caso de habilitação ou inabilitação dos solicitantes de credenciamento terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

19.6. Qualquer cidadão e/ou usuários poderão denunciar toda e qualquer irregularidade verificada na prestação de serviços e/ou no faturamento, mediante denúncia no SETOR DE OUVIDORIA do CIS Amcespar pelo fone de contato: (42) 3422-9206 e (42) 3422-7960 ou no endereço Rua 19 de Dezembro, N° 280, 2º piso, Edifício Pérola do Sul, Centro, Irati-PR.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS
20.1. Fica eleito o foro da **Comarca de Irati**, Estado do Paraná, como competente para dirimir todas as questões decorrentes do credenciamento.
20.2. Este Edital de Chamamento Público tem seus efeitos validos a partir data de sua publicação.
20.3. Os interessados ao credenciamento poderão enviar documentação para a apreciação a partir da data desta publicação.
20.4. Poderão ser solicitados de qualquer CREDENCIADO, informações, documentos ou esclarecimentos complementares, a critério do CIS Amcespar.
20.5. Nenhuma indenização será devida aos Credenciados pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente Edital.
20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Os prazos referidos só se iniciam e vencem em dia de expediente na Administração.
20.7. O CIS Amcespar poderá revogar o presente EDITAL de Credenciamento, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 71 e artigo 90, da Lei Federal nº 14.133/2021, não cabendo às licitantes direito a indenização.
20.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento formalmente designada.
20.9. A **vigência** do Edital de **Chamamento Público Nº 03/2026**, derivado do processo administrativo do CIS Amcespar será de 01 (um) ano, a contar de **26 de abril de 2026** e encerrar-se-á em **25 de abril de 2027.**
20.10. Os termos de credenciamento firmados derivados do presente instrumento poderão ser assinados a partir da publicação deste edital. Porém seus efeitos e execução ocorrerá a contar de **26 de abril de 2026 e** encerrar-se-á em **25 de abril de 2027**.
20.11. Os termos de credenciamento não apresentam valor imediato, pois ficará condicionado a distribuição do orçamento para cada tipo de serviço dividido entre as empresas credenciadas, podendo sofrer variações em decorrência da demanda dos serviços prestados. De modo que só serão pagos os serviços comprovadamente realizados.
20.12. A duração do presente Instrumento fica vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários nos termos do caput do art. 105 da Lei de Licitações, em sincronia com Lei Federal nº 14.133/2021.
20.12. 1 – Poderá ocorrer aditivo do edital de credenciamento no que tange a vigência para executar o processamento e operacionalização do pagamento dos respectivos credenciados.

20.13. Este Edital se complementa com as regras e princípios da Lei Federal nº 14.133/2021., Lei Estadual 15.608/2007 e decreto regulamentar, em conjunto legislações relativas aos serviços de saúde e credenciamento.
20.14. O CIS Amcespar realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados podendo solicitar informações, esclarecimentos, realizar visitas, auditorias, treinamentos, comunicações escritas, administração, monitoramento da rede credenciada e outras atividades correlatas.
20.15. A qualquer momento durante a execução dos serviços, as informações relativas aos serviços ofertados e à capacidade instalada poderão ser verificadas, conforme item 12.9, qual será realizada por colaborador designado pela Contratante, a realizarem-se após a verificação da documentação, sendo passível de **descredenciamento** quando constatado que as mesmas não atendem ao presente Edital.
20.16. Os Municípios consorciados através de suas secretarias ou departamentos de saúde são os responsáveis pelo financiamento e execução do objeto do presente credenciamento, pela triagem, regulação das filas de espera e pelo agendamento de consultas, exames e procedimentos, os quais

programam suas ações conforme suas demandas e critérios de priorização, bem como estabelecimento do modelo de gestão para acesso aos serviços de saúde, contemplando os serviços em Rede.
20.17. Constituem motivos para o **descredenciamento** o não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições do Contrato, a constatação de subcontratação ou terceirização de quaisquer serviços contratados por meio deste Chamamento Público, de forma irregular, sem conhecimento prévio do CIS Amcespar, fora de diretrizes de prestação dos serviços de saúde, bem como os motivos previstos da Lei Federal nº 14.133/2021.
20.18. O instrumento decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial do CIS Amcespar, conforme disposto no art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21 – ANEXOS FUNDAMENTAIS INTREGRANTES DO EDITAL.
21.1. Integram o presente instrumento, os seguintes anexos:
a) Anexo I - Projeto Básico para prestação dos serviços/atendimentos – Auditoria e Regulação;
b) Anexo II - Projeto Básico para prestação dos serviços/atendimentos – Serviços médicos ESF e PLANTÃO;
c) Anexo III - Projeto Básico para prestação dos serviços/atendimentos – Ultrassonografias Itinerante;
d) Anexo IV - Tabela de Valores
e) Anexo V - Requerimento para credenciamento e Declaração Conjunta;
i. Declaração de Idoneidade
ii. Disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal
f) Anexo VI – Declaração de Regularidade;
g) Anexo VII - Declaração de acolhimento e ciência dos termos do edital e anexos, do credenciamento.
h) Anexo VIII - Minuta de Termo de Credenciamento.

21.2. Os anexos integrantes do item **21.1**, **(e)**, **(f)**, **(g),** devem ser preenchidos pelos solicitantes do credenciamento e entregues juntos com a documentação para aferição da habilitação e verificação de atendimentos dos requisitos pretéritos das pessoas jurídicas e pessoas físicas que as compõem.

21.3. O CIS/AMCESPAR não cobrará das entidades proponentes qualquer taxa para participar deste chamamento público.

ANA BEATRIZ DE MEIRA –
CRM-PR 42576
Médica Diretora Técnica – CIS AMCESPAR

FÁBIO JUNIOR DE SOUZA –
OAB-PR 64.811
Advogado – CIS AMCESPAR

MARCIA JOSIANE PARTEKA
Diretora do Departamento de Licitações
Agente de Contratações

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Irati, 27 de março de 2026.

ANEXO I - PROJETO BÁSICO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS
Auditoria e Regulação
(Referente ao item 01)

1. OBJETO
1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para disponibilização de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas empresas, para a Prestação de Serviços médicos de caráter específico de auditoria e regulação médica municipal, nas dependências operacionais das unidades de saúde dos municípios consorciados, conforme suas necessidades constando neste Anexo I para incorporação no edital de apoio complementar.
1.2. Os serviços serão prestados pelos profissionais credenciados conforme as necessidades dos municípios consorciados, em estabelecimentos de saúde designados pelos municípios consorciados solicitantes.
1.3. Compreende os serviços médicos: na unidade do município, descrita nas seguintes condições essenciais;
1.3. a) A Secretaria de Saúde será responsável pela determinação de horários e dias em que os serviços deverão ser prestados, bem como os locais em que serão realizados.
1.3. b) as despesas de deslocamento, alimentação, estadia, e outras despesas quaisquer, serão por conta da contratada;
1.3. c) os serviços serão prestados em local a ser estabelecido pela Secretaria, com disponibilidade de material de trabalho necessário para o cumprimento dos serviços.

1.4. O período que compreende o credenciamento será de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades do CIS Amcespar, de acordo com as especificações, quantitativos e disposições de realização dos serviços/procedimentos relacionados neste projeto básico, no Edital e seus anexos.
1.5. O presente objeto do credenciamento de pessoas jurídicas para disponibilização de Profissionais da área de saúde, para a prestação de serviços, em benefício dos municípios consorciados com a linha de estratégia do município, sendo remunerado apenas os serviços efetivamente efetuados.
1.6 - O período que compreende o credenciamento será de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades do CIS Amcespar, de acordo com as especificações, quantitativos e disposições relacionados neste projeto básico, no Edital e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente projeto básico, objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à execução dos serviços de atendimentos e os preços praticados para remuneração dos serviços, as observações, especificações e técnicas para execução.

2.2. Justifica-se a presente contratação em razão dos serviços que são prestados pelo Ente CIS Amcespar constituído com a finalidade de prestar serviços de saúde aos municípios consorciados e que prima pelos princípios atinentes à boa Administração.
2.3. O Sistema Único de Saúde, com a finalidade de instituir políticas públicas que atendam a todos, subsidia, via consórcio, serviços de atenção à saúde de forma complementar aos já existentes, para compor as estratégias de saúde dos municípios, de forma a apoiar a execução dos mesmos. Os municípios consorciados diante da situação excepcional necessitam de profissionais altamente capacitados de disposição escassa no mercado local, profissionais médicos, em conjunto com o desdobramento que os serviços são de aferição dos serviços de saúde pública dos municípios consorciados que já tem um fluxo uniforme de atendimentos de modo que aqui é a operacionalização de apoio complementar de profissionais de saúde. Tendo em consideração que já utilizam de meios do recrutamento ordinários e processos seletivos aos quais não lograram êxito em sua totalidade, e desta forma necessitam de apoio para completar a força de trabalho em caráter suplementar e complementar.
2.4. O CIS Amcespar busca por meio do cumprimento da finalidade para o qual fora instituído, realizar todos os procedimentos/serviços/plantões necessários para a promoção da saúde dos pacientes integrantes do Sistema Único de Saúde de forma a padronizar e integrar a operacionalização descentralizada seguindo as diretrizes do SUS.
2.5. O credenciamento de prestadores da Saúde segue praticas usuais das diretrizes do SUS, justificando-se o credenciamento como ferramenta de economicidade, competitividade e maior gama possível de prestadores a executar os serviços de saúde. De modo que o sistema de credenciamento através de Chamada Pública, convoca a todos os profissionais interessados para fornecer serviços de saúde por preço único e igualitário, pré-estabelecido ou mediante diretrizes do SUS, que a partir de então, serão adotados para todas as pessoas jurídicas que possuem profissionais de saúde aptos, habilitados como prestadores de serviços de saúde, que através do consórcio, possibilitarão oferecer atendimento de saúde pública de qualidade para a população.
2.6. Não há necessidade vistoria nos locais ou visita técnica.
2.7. Não será exigida garantia de execução para o presente termo de credenciamento, uma vez que não constitui referência base na tabela de credenciamento do SUS (http://siab.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?acao=11&id=21910).

3. SEM APLICAÇÃO DA EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP

3.1. Quando a não aplicação da EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP e correlatos ao Art.48, da Lei Complementar 123/2006). Aqui cabe esclarecer que utilização, pelo fato de que, a exclusividade torna-se de difícil aplicação ao passo que a estimava do presente certame está acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem compostos da presente forma com intuito de abrir ao máximo de prestadores que solicitem o credenciamento dos serviços/procedimentos para o CIS Amcespar e em variados locais, poderá representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado. Logo a própria natureza jurídica do credenciamento (inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021), cujo pressuposto lógico é a contratação de todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos, revelando-se incompatível com qualquer mecanismo de restrição competitiva ou reserva de mercado. De maneira que as ME/EPP poderão participar, sendo asseguradas as outras vantagens inerentes, porém neste objeto está referenciado as atividades e diretrizes dos serviços de saúde pública.

4. OS QUANTITATIVOS

4.1. Os quantitativos dispostos neste projeto básico estão apurados com base em uma estimativa de serviços de apoio complementar, posto que não há histórico desta instituição para formar a base, deste modo se projeta a potencial utilização, de acordo com a necessidade do CIS Amcespar para o ano de 2026/2027

5. DEFINIÇÃO DO CERTAME POR ITEM.

5.1. O objeto do certame se dará individualizado **por item** para poder acompanhar as características e peculiaridades de cada protocolo ou diretrizes da saúde qual se submete o item.

6. VALOR TOTAL DO CERTAME.

6.1. Nos termos do inciso XXI, do art. 27, da Constituição Estadual, fica fixado, para o período de 12 (doze) meses, totalizando R$ 910.000,000 (novecentos e dez mil reais) no ano.
6.2. Os preços propostos acima contemplam todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e outras despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária para o fornecimento dos produtos/serviços.

7. AS REMUNERAÇÕES DOS ITENS SEGUIRAM A TABELA DE VALORES.

7.1. O prazo de pagamento será em torno de 30 (trinta) dias após, por ordem cronológica, a partir do recebimento definitivo, ou seja, data do ateste de recebimento, realizada por funcionário do Consórcio, na Nota Fiscal Eletrônica. O pagamento ocorrerá nas **terças-feiras** ou **quintas-feiras**. A nota fiscal deverá ser emitida com valor correspondente ao relatório de recepções/horas trabalhadas, consequentemente aos relatórios de atendimentos realizados e procedimentos/serviços entregues de forma correta e de acordo o solicitado/marcado.
7.2. A nota fiscal deve ser emitida após a realização dos procedimentos/serviços. A mesma só será faturada após o recebimento e faturamento/verificação das notas pelo setor do CIS Amcespar;
7.3. A contratada deverá encaminhar sempre que vencida a certidão atualizada ao setor responsável pela fiscalização e acompanhamento (através do e-mail: credenciamento@cisamcespar.org) para manutenção das condições demonstradas para a habilitação: **a)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal (dívida ativa e contribuições federais); mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Fazenda Federal;
b) prova de regularidade relativa à Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
c) prova de regularidade perante o Fisco Estadual da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
d) prova de regularidade perante o Fisco Municipal da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440 de 07/07/2011, a ser requerida via internet pelo site: www.tst.jus.br.
f) e outro documento pertinente ao serviço/procedimento realizado.
7.4. Deverão ser considerados pelos proponentes todos os custos para o cumprimento das obrigações exigidas, incluindo seguros, deslocamento, encargos sociais, tributos, transporte, espera, equipamentos e outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto;

7.5. O CIS Amcespar **emitira instrução** em instrumento interno próprio informando aos prestadores credenciados a rotina, contato e forma de apresentação de informação **em cronograma de faturamento** e ordenação de despesas. A ausência de execução ou turbação do credenciado a instrução e organização constitui falta sancionável, com constrição na ordem de pagamento, suspensão de serviços/procedimentos, rescisão do termo de credenciamento e até multa.

8. SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSORCIO DE SAÚDE.

8.1. Considerando os princípios do SUS estipulados na Lei 8.080/90, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
8.2. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada de modo que o CIS atua de forma descentralizada para promover a execução e prestação dos serviços de saúde.
8.3. A presente região de atuação do CIS abrange um baixo contingente populacional, de forma que a instrumentalização do chamamento público através do CIS Amcespar, vem com o objetivo de agregar mais serviços em situação complementar para atendimento aos pacientes, viabilizando os ajustes necessários para a fruição da demanda de pacientes e atendimentos conforme referência e aparelhos integrantes do sistema de saúde – SUS. Logo racionalizando conforme as condutas de saúde e possibilitando melhor atendimento às necessidades de saúde da população da mesorregião que forma o CIS Amcespar.
8.4. Define-se aqui a prestação de serviços de saúde de forma indireta de apoio aos municípios consorciados, com o intuito de complementar a estrutura das redes de saúde, suplementar as defasagens esporádicas através o apoio do CIS Amcespar.
8.5. Aqui operacionalizando as disposições da legislação do SUS relacionados aos Princípios da Universalidade, Integralidade e Padronização. De forma a fomentar a oferta de serviços de saúde de modo acessível a toda a população, abrangendo ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação. O credenciamento dos serviços médicos e de apoio complementar contribui para o atendimento integral, sem discriminação, e em conformidade com a política pública de saúde.

9. CONSTITUEM EIXOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CIS AMCESPAR.

9.1. Prestação da atividade médica e atendimento dos procedimentos de maior complexidade e especialidade, por vezes necessitam de suporte ou apoio para compor equipe das unidades de saúde dos municípios consorciados devido a sazonalidade e oscilações no volume de atividades.

9.2. Execução de procedimentos /serviços de forma descentralizada, a pacientes que necessitam de atendimentos de serviços de saúde de maior complexidade.
9.3. Constituem elementos integrativos para desenvolvimento e continuidade de linhas de atenção e atendimento derivados da saúde básica dos munícipes abrangidos pelo escopo de atuação dos CIS.
9.4. Por sua vez vem propiciar uma ferramenta de complemento ao ciclo de tratamento do paciente.
9.5. Propiciar a continuidade no atendimento ao paciente nas instâncias do sistema de saúde até a conclusão do seu tratamento.
9.6. Propiciar as ações e linhas de trabalhos desenvolvidos para atenção aos pacientes dos municípios conforme plano de trabalho pré-estabelecido.
9.7. Propiciar o avanço dos pacientes nas linhas de tratamentos dos pacientes a outras instâncias.

10. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES

10.1. As empresas contratadas para prestação/fornecimento de apoio complementar de saúde deverão prestar/fornecer os serviços conforme os protocolos vigentes e instrumentos legais cabíveis no que se refere a atenção e regulação dos encaminhamentos/procedimentos devendo relatar ou dar prosseguimento a informação da próxima etapa do tratamento ou linha de atendimento identificando o grau de prioridade;
10.2. A prestação do serviço deverá ser realizada conforme cronograma pré-estabelecido com os municípios consorciados.
10.3. A Comissão Permanente de Licitações com auxílio especial da Comissão Especial de Credenciamento reserva o direito de indeferir o pedido de credenciamento da empresa que deixar de apresentar documentação ou informação conforme exigida neste edital ou apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital.

DAS METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

10.4. A execução dos serviços deverá obedecer à estratégia de saúde na estrutura hierarquizada organizada do SUS, de forma a permitir o desenvolvimento de estratégias e práticas Inter setoriais entre os prestadores de serviços e entes da administração e colaboradores dos serviços de saúde.
10.5. O CIS instruirá a organização capaz de alinhar o atendimento individual de cada município no acesso ao serviço, principalmente as atividades de natureza complementar, ou de média e alta complexidade, para propiciar o fluxo dos encaminhamentos na rede de atendimento do CIS Amcespar e SUS.
10.6. Os resultados dessa associação e fomento nos serviços/procedimentos de saúde vão gerar impacto relevante nas condições de saúde, tendo em vista o acesso do paciente a tratamento de saúde sem custo ao paciente, otimização dos recursos públicos, possibilitando beneficiar maior número de pessoas.

11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO.

11.1. Designada Comissão Especial de Credenciamento acompanhará os termos de credenciamentos realizados.
11.2. A avaliação de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade Lei n° 14.133/2021.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

12.1. As pessoas jurídicas serão selecionadas por entre aqueles cuja documentação atenderem aos requisitos do edital, sendo considerados selecionados o quantitativo necessário ao atendimento do número de profissionais com perfil técnico e domínio dos conhecimentos necessários indicados ao programa, para cada função, neste edital e seu projeto de básico.
12.2. Estando apto o credenciamento da pessoa jurídica e o rol de documentação referente aos serviços de apoio, será organizado a lista das entidades disponível e a disposição da administração para a execução.
12.3. Terão preferência as entidades que: em ordem cronológica apresentarem a documentação primeiro e apresentarem o melhor perfil técnico pelos seguintes critérios: maior Tempo de serviço; Maior; Arcabouço estrutural para execução de serviços de Saúde; Melhor qualificação profissional.
12.4. Outra variante prioritária é a regionalização dos serviços, ou seja, a proximidade do serviço disponível dentro da territorialização do SUS município consorciado.
12.5. Nos casos em que os credenciados ainda assim apresentarem empate absoluto nos critérios de ordem cronológica ou territorialização, e não sendo possível a aplicação imediata do rodízio/distribuição de atendimentos, a credenciante realizará sorteio público para definir a ordem de convocação, com ciência prévia aos interessados.
12.6. Os demais não classificados comporão cadastro de reserva conforme definido pelos critérios. Os profissionais ou empresas que apresentarem documentação válida, mas que excederem a capacidade física de absorção imediata da rede de saúde, para substituições eventuais ou expansão da demanda.

13. QUANTITATIVO NECESSÁRIO.

13.1. Serão necessários os serviços de auditoria e regulação como apoio ao serviço de saúde conforme demanda dos municípios, sendo prognose não mensurável diante da imprevisibilidade dos serviços/procedimentos. Assim far-se-á necessário o instrumento de credenciamento para viabilizar a potencialidade dos serviços saúde necessários.

13.2 QUANTITATIVO NECESSÁRIO.

13.2.1. Será necessária estimativa para desenvolver inicialmente o programa:

Auditoria e Regulação Médica Municipal	**CBO 2251-25**	**01**
Descrição Sintética:		
No âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o sistema municipal de auditoria e avaliação compreende o conjunto de órgãos do SUS que exercem a fiscalização técnica- científica, contábil, financeira e patrimonial das ações e serviços de saúde, além de avaliar o seu desempenho, qualidade e resolubilidade, vinculado o qual deverá obedecer ás normas gerais fixadas pela União e pelo Estado do Paraná.		
Descrição Analítica:		
a) **Realização de Auditoria:** que consiste no exame sistemático e independente dos fatos pela observação, medição, ensaio ou outras técnicas apropriadas de uma atividade, elemento ou sistema para verificar a adequação aos requisitos preconizados pelas leis e normas vigentes e determinar se as ações e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas. A auditoria, por meio da análise e verificação operativa, possibilita avaliar a qualidade dos processos, sistemas e serviços e a necessidade de melhoria ou de ação preventiva/corretiva/saneadora. Tem como objetivo propiciar ao gestor do SUS informações necessárias ao exercício de um controle efetivo, e contribuir para o planejamento e aperfeiçoamento das ações de saúde.		
b) **Regulação da Demanda:** é a função de fortalecimento da capacidade de gestão que institui ao poder público o desenvolvimento de sua capacidade sistemática em responder às demandas de saúde em seus diversos níveis e etapas do processo de assistência, de forma a integrá-la às necessidades sociais e coletivas. A regulação da assistência tem como objetivo principal promover a equidade do acesso, garantindo a integralidade da assistência e permitindo ajustar a oferta assistencial disponível às necessidades imediatas do cidadão, de forma equânime, ordenada, oportuna e racional, pressupondo: - Organizar e garantir o acesso dos usuários às ações e serviços do Sistema Único de Saúde em tempo oportuno;		
- Oferecer a melhor alternativa assistencial disponível para as demandas dos usuários, considerando a disponibilidade assistencial do momento;		
- Otimizar a utilização dos recursos disponíveis;		
- Subsidiar o processo de controle e avaliação;		
- Subsidiar o processo da Programação Pactuada e Integrada (PPI).		
c) **Controle de Processos:** consiste no monitoramento de processos (normas e eventos) para verificar a conformidade dos padrões estabelecidos e detectar situações de alarme que requeiram uma ação avaliativa, detalhada e profunda.		
d) **Avaliação de Impacto:** é a identificação quantitativa e qualitativa dos resultados (impactos) obtidos pelo SUS em relação aos objetivos fixados nos programas de saúde e na adequação aos parâmetros de qualidade, resolutividade, eficiência e eficácia estabelecidos pelos órgãos competentes do SUS.		
e) **Fiscalização:** consiste em submeter à atenta vigilância a execução de atos e disposições da legislação pelo exercício da função fiscalizadora. Inspeção: é a atividade realizada sobre um produto final numa fase determinada de um processo ou projeto, visando detectar falhas ou desvios.		
f) **Supervisão:** é a ação orientadora ou de inspeção em plano superior.		
g) **Consultoria:** é a verificação dos fatos para apontar sugestões ou soluções num problema determinado.		
h) **Acompanhamento:** processo de orientação no qual o orientador, mediante contato com o processo, acompanha o desenvolvimento de determinada (s) atividade (s).		
i) **Perícia:** trata-se de um conjunto de atos voltados a prestar esclarecimentos, quando designada por autoridade judicial ou policial.		
j) **Ação preventiva**: é a atuação objetiva sobre uma não conformidade potencial, evitando sua ocorrência.		
k) **Ação corretiva**: é a eliminação da causa de uma não conformidade evitando sua recorrência.		
Qualificação exigível:		
Idade: mínima de 18 anos.		
Escolaridade: O exercício dessas ocupações requer formação técnica de nível superior em medicina com diploma fornecido por instituições de formação profissional reconhecida pelo MEC. Com registro ativo e atualizado em órgão de classe- CRM-PR		
Comprovação de experiência: Comprovação mínima de 01 ano de experiência, na área de auditoria e regulação médica municipal, de modo que tenha desenvolvido atividades no setor público ou correlatos.		
Carga horária: máxima (teto) possível semanal estimada: até 20 (vinte) horas semanais.		

13.2.2. Atos pendentes de duvidas serão despachados e esclarecidos pela comissão de credenciamento.
13.2.3. O composto deste item de credenciamento é de demanda livre, sendo que aqui representa uma expectativa de aquisição conforme a agenda e a necessidade.
13.2.4. Segue abaixo o quadro especifico da descrição da atividade a realizar.
II - ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE **AUDITOR E DE REGULADOR MÉDICO AMBULATORIAL - SMS/ SESA / MS**.
a) no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o sistema municipal de auditoria e avaliação compreende o conjunto de órgãos do SUS que exercem a fiscalização técnica- científica, contábil, financeira e patrimonial das ações e serviços de saúde, além de avaliar o seu desempenho, qualidade e resolubilidade, vinculado o qual deverá obedecer ás normas gerais fixadas pela União e pelo Estado do Paraná.
b) considera-se os seguintes termos como:
- Controle: monitoramento de processos (normas e ventos), com o objetivo de verificar a conformidade dos padrões estabelecidos e de detectar situações que requeiram uma ação avaliativa detalhada e profunda, além de fiscalizaras ações e serviços de saúde através de indicadores estabelecidos em conformidade com a legislação de saúde no âmbito federal, estadual e municipal.
- Avaliação: a análise da estrutura, processos e resultados das ações, serviços e sistemas de saúde, como objetivo de verificar sua adequação aos critérios e parâmetros exigidos.
- Auditoria: o exame sistemático e independente dos fatos obtidos através da observação, medição, ensaios ou outras técnicas apropriadas, de uma atividade, elementos ou sistema, para verificar a adequação aos requisitos preconizados pelas normas vigentes e determinar se as ações e serviços de saúde e seus resultados, estão de acordo com as disposições planejadas. O Sistema de auditoria e avaliação tem por atribuição controlar, avaliar e fiscalizar: As ações e serviços de saúde no âmbito municipal; A aplicação de recursos destinados ás ações e serviços de saúde; A adequação, qualidade e resolutividade das ações e serviço disponibilizados aos usuários do Sistema Único de Saúde; A eficiência, eficácia e efetividade dos métodos, práticas e procedimentos operativos e gerenciais em saúde; Os sistemas municipais de saúde.
c) O sistema de auditoria e avaliação em seu âmbito de atuação e dentro da sua competência procederá:
A **análise** de planos de saúde, de programações municipais e estaduais e de relatórios de gestão; De sistemas de informações ambulatoriais e hospitalares; De indicações de morbi-mortalidade; De instrumentos e critérios de acreditação, credenciamento e cadastramento de serviço
de saúde; Da conformidade dos procedimentos dos cadastros dos serviços de saúde; Do desempenho da rede de serviços de saúde; Dos mecanismos de hierarquização, referência e contra referência da rede de serviço de saúde; Dos serviços de saúde prestados ao Sistema Único de Saúde, inclusive por instituições privadas, conveniadas ou contratadas. De prontuários de atendimentos individuais e de demais instrumentos produzidos pelos sistemas de informações ambulatórias e hospitalares.
A **verificação** da aplicação dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde e repassados mediante transferências automáticas, ou em razão de convênios, ou acordos; Da observância dos instrumentos e mecanismo de controle da aplicação dos recursos mencionados na alínea anterior e dos resultados alcançados, bem como a eficiência, a eficácia e a efetividade desses instrumentos e mecanismo; Do cumprimento das diretrizes, dos objetivos, metas estabelecidas nos planos de saúde municipais; Da execução das ações e serviços de saúde, pelos órgãos públicos e pelas entidades privadas, participantes do SUS ou não; Da capacidade gerencial e operacional das estruturas destinadas as ações e serviços de saúde;
Elaboração de relatórios educativos, preventivos ou corretivos, entre outros que o caso assim o exija, com os encaminhamentos devidos.
As atividades de controle avaliação e auditoria serão exercidas por servidor municipal, ou de outras esferas da área de saúde, cedidos ou à disposição e/ou por profissionais contratados pelo município.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

14.1. Atentar-se às diretrizes normativas dos procedimentos e serviços das respectivas atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com a secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA-PR) relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.
14.2. Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do CIS Amcespar, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.
14.3. Solicitar informação técnica quando a utilização portal eletrônico.
14.4. Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
14.5. Emitir relatório de atendimentos/consultas realizadas, para controle de produção.

14.6. Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.
14.7. Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
11.8. Manter atualizadas as certidões fiscais;
14.9. Elementos de duvidas solicitar informações ao CIS Amcespar.
14.10. Utilizar os sistemas disponíveis no SUS e os específicos da secretária de saúde do município consorciado.

14.11. Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO, incluindo todas informações relevantes à realização dos atendimentos, bem como preencher todos os campos solicitados.
14.11.1. - O profissional é responsável por todas informações lançadas no prontuário eletrônico, devendo preencher todos os campos solicitados (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos e CID principal da doença do usuário e demais orientações que se fizerem necessárias).
14.12. Executar os atendimentos conforme disponibilidade da agenda da secretaria do município consorciado.
14.13. Verificar e fazer uso se possível, ao caso do paciente, a RENAME e a REMUNE.
14.14. Seguir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
14.15. Conferir a agenda de serviços a serem executados pelo credenciado sendo dever do credenciado verificar as inconformidades, eventual solicitação de correções. Poderão ocorrer agendamentos extraordinários conforme plano de ação e trabalho de comum acordo.
14.16. Propiciar ao gestor do SUS informações necessárias ao exercício de um controle efetivo, e contribuir para o planejamento e aperfeiçoamento das ações de saúde.
14.17. Desempenhar as atribuições analíticas e das funções dispostas neste termo.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

15.1. Prestar todas as informações necessárias para a formulação das propostas das empresas interessadas.
15.2. Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.
15.3. Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.
15.4. Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.
15.5. Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.
15.6. Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de agendamento/marcações pelos municípios participantes do CIS Amcespar.
15.7. Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes às atividades que irá desempenhar.
15.8. Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
15.9. Quanto à impossibilidade de o procedimento/consulta ser alimentado ou informado em sistema uniforme, o credenciado e o credenciante poderão pactuar forma para melhor execução dos serviços e rotina de trabalho, sem detrimento do usuário/paciente.

16 – SANÇÕES

16.1 – Pela inexecução total ou parcial da prestação dos serviços contratados, o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar poderá aplicar aos credenciados as sanções previstas Lei n° 14.133/2021, garantindo-se a defesa prévia.
16.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto desse Chamamento Público, o CIS Amcespar, garantida a prévia defesa, aplicará ao credenciado dentre outras, as seguintes sanções:
16.2.1-Advertência;
16.2.2-Multa;
16.2.3-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CIS Amcespar;
16.2.4-Descredenciamento.
16.3 – O prestador de serviço credenciado pelo CIS Amcespar, não poderá, em hipótese alguma cobrar qualquer valor dos usuários de saúde referente aos atendimentos realizados ou mesmo indicar consultórios particulares para realização dos mesmos, sob pena de descredenciamento.
16.4 - Todos os pagamentos pelos serviços prestados e descritos neste Edital serão realizados exclusivamente pelo CIS Amcespar.
16.5. Para o descredenciamento, as partes observarão, em qualquer caso, o aviso prévio para as providencias administrativas, sujeitas à aplicação das multas e penalidades previstas na Lei n° 14.133/2021

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - O instrumento contratual utilizado será “termo de credenciamento”, o termo de decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do CIS Amcespar, conforme disposto no art. 61, parágrafo único da Lei n° 14.133/2021
17.2 – A análise e avaliação da documentação dos interessados serão procedidas pela Comissão Especial de Credenciamento, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos no Edital.
17.3 – A inscrição do proponente implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.
17.4 – As atividades serão executadas conforme plano de trabalho preestabelecido e disposição de agendas extraordinárias aos consorciados e aos credenciados em ações especificas e trabalhos em comum acordo.
17.6 – O credenciado será responsável pelo desenvolvimento de sua atividade e pelas informações e conteúdo dos documentos apresentados, excluída qualquer responsabilidade civil ou penal do CIS Amcespar.
17.7 – O credenciamento realizado nos termos deste Edital e as eventuais contratações dele derivadas não impedem a Administração de realizar outras contratações para atendimento de suas necessidades.

MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

ANA BEATRIZ DE MEIRA - CRM-PR 42576
Médica Diretora Técnica
CIS AMCESPAR

ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

Irati, 26 de março de 2026

ANEXO II - PROJETO BÁSICO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/ATENDIMENTOS
Serviços médicos ESF e PLANTÃO
(Referente ao item 02 e 03)

1. OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para disponibilização de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas empresas, para a Prestação de Serviços médicos de caráter amplo, nas dependências operacionais das unidades de saúde dos municípios consorciados, conforme suas necessidades constando no Anexo II deste edital.
1.2. Os serviços serão prestados pelos profissionais credenciados conforme as necessidades dos municípios consorciados, em estabelecimentos de saúde designados pelos municípios consorciados solicitantes.
1.3. Compreende os serviços médicos: atendimentos médicos presenciais nas UNIDADES de saúde do município; realização de plantões médicos; procedimentos imediatos; consultas médicas, expedição de receituários, encaminhamentos e demais atribuições que compete ao profissional médico atuante.
1.4. O período que compreende o credenciamento será de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades do CIS Amcespar, de acordo com as especificações, quantitativos e disposições de realização dos serviços/procedimentos relacionados neste projeto básico, no Edital e seus anexos.
1.5. O presente objeto do credenciamento de pessoas jurídicas para disponibilização de Profissionais da área de saúde, para a prestação de serviços, em benefício dos municípios consorciados com a linha de estratégia do município, sendo remunerado apenas os serviços efetivamente efetuados.
1.6 - O período que compreende o credenciamento será de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades do CIS Amcespar, de acordo com as especificações, quantitativos e disposições relacionados neste projeto básico, no Edital e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente projeto básico, objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à execução dos serviços de atendimentos e os preços praticados para remuneração dos serviços, as observações, especificações e técnicas para execução.
2.2. Justifica-se a presente contratação em razão dos serviços que são prestados pelo Ente CIS - Amcespar constituído com a finalidade de prestar serviços de saúde aos municípios consorciados e que prima pelos princípios atinentes à boa Administração.
2.3. O Sistema Único de Saúde, com a finalidade de instituir políticas públicas que atendam a todos, subsidia, via consórcio, serviços de atenção à saúde de forma complementar aos já existentes, para compor as estratégias de saúde dos municípios, de forma a apoiar a execução dos mesmos. Os municípios consorciados diante da necessidade de estabelecer contingente mínimo disponível conforme a necessidade do ente consorciado, de modo a fornecer uma resposta a carga elevada dos serviços de saúde pública dos municípios. Logo o apoio complementar de profissionais de saúde médicos na atenção primária e /ou plantões médicos no município, visto que já uma forma de utilização usual no serviço SUS, uma vez que pelos meios do recrutamento ordinários e processos seletivos aos quais não lograram êxito em sua totalidade e desta forma necessitam de apoio para completar a força de trabalho em caráter temporário.
2.4. O CIS - Amcespar busca por meio do cumprimento da finalidade para o qual fora instituído, realizar todos os procedimentos/serviços/plantões necessários para a promoção da saúde dos pacientes integrantes do Sistema Único de Saúde.
2.5. O credenciamento de prestadores da Saúde segue praticas usuais das diretrizes do SUS, justificando-se o credenciamento como ferramenta de economicidade, competitividade e maior gama possível de prestadores a executar os serviços de saúde. De modo que o sistema de credenciamento através de Chamada Pública, convoca a todos os profissionais interessados para fornecer serviços de saúde por preço único e igualitário, pré-estabelecido ou mediante diretrizes do SUS, que a partir de então, serão adotados para todas as pessoas jurídicas que possuem profissionais de saúde aptos, habilitados como prestadores de serviços de saúde, que através do consórcio, possibilitarão oferecer atendimento de saúde pública de qualidade para a população.
2.6. Não há necessidade vistoria nos locais ou visita técnica.
2.7. Não será exigida garantia de execução para o presente termo de credenciamento, uma vez que não constitui referência base na tabela de credenciamento do SUS (http://siab.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?acao=11&id=21910).

3. SEM APLICAÇÃO DA EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP

3.1. Quando a não aplicação da EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP e correlatos ao Art.48, da Lei Complementar 123/2006). Aqui cabe esclarecer que utilização, pelo fato de que, a exclusividade torna-se de difícil aplicação ao passo que a estimava do presente certame está acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem compostos da presente forma com intuito de abrir ao máximo de prestadores que solicitem o credenciamento dos serviços/procedimentos para o CIS Amcespar e em variados locais, poderá representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado. Logo a própria natureza jurídica do credenciamento (inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021), cujo pressuposto lógico é a contratação de todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos, revelando-se incompatível com qualquer mecanismo de restrição competitiva ou reserva de mercado. De maneira que as ME/EPP poderão participar, sendo asseguradas as outras vantagens inerentes, porém neste objeto está referenciado as atividades e diretrizes dos serviços de saúde pública.
.

4. OS QUANTITATIVOS

4.1. Os quantitativos dispostos neste projeto básico estão apurados através de previsão de possíveis serviços a serem adquiridos em apoio complementar, segundo a projeção do fluxo de doze meses, de acordo com a provisão da necessidade do CIS - Amcespar.
4.2. Ressaltamos os municípios integrantes do CIS Amcespar:

I. Fernandes Pinheiro.
II. Guamiranga.
III. Imbituva.
IV. Inácio Martins.
V. Irati
VI. Mallet.
VII.Rio Azul.
VIII. Rebouças
IX. Teixeira Soares.

5. DEFINIÇÃO DO CERTAME POR ITEM.

5.1. O objeto do certame se dará individualizado **por item,** de forma a permitir acompanhar as características e peculiaridades de cada protocolo de serviços da saúde qual se submete o item.

6. VALOR TOTAL DO CERTAME.

6.1. Nos termos do inciso XXI, do art. 27, da Constituição Estadual, fica fixado, para o período de 12 (doze) meses, totalizando R$ 22.316.112,00 (vinte e dois milhões trezentos e dezesseis mil cento e doze reais) no ano.
6.2. Os preços propostos acima contemplam todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto deste processo, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e outras despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos (diretos e

indiretos), fornecimento de mão de obra, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de pessoal, insalubridade, periculosidade, adicional noturno e qualquer despesa acessória e/ou necessária para o fornecimento dos produtos/serviços.

7. AS REMUNERAÇÕES DOS ITENS SEGUIRAM A TABELA DE VALORES.

7.1. O prazo de pagamento será em torno de 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal que deverá ser emitida com valor correspondente ao relatório de recepções, consequentemente aos relatórios de atendimentos realizados e procedimentos/serviços entregues de forma correta e de acordo o solicitado/marcado.

7.2. A nota fiscal deve ser emitida após a realização dos procedimentos/serviços. A mesma só será faturada após o recebimento e faturamento/verificação das notas pelo setor do CIS/AMCESPAR;

7.3. A contratada deverá encaminhar sempre que vencida a certidão atualizada ao setor responsável pela fiscalização e acompanhamento (através do e-mail:

credenciamento@cisamcespar.org) para manutenção das condições demonstradas para a habilitação:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (dívida ativa e contribuições federais); mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Fazenda Federal;

b) prova de regularidade relativa à Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) prova de regularidade perante o Fisco Estadual da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;

d) prova de regularidade perante o Fisco Municipal da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440 de 07/07/2011, a ser requerida via internet pelo site: www.tst.jus.br.

f) e outro documento pertinente ao serviço/procedimento realizado.

7.4. Deverão ser considerados pelos proponentes todos os custos para o cumprimento das obrigações exigidas, incluindo seguros, deslocamento, encargos sociais, tributos, transporte, espera, equipamentos e outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto;

7.5. O CIS/AMCESPAR **emitira instrução** em instrumento interno próprio informando aos prestadores credenciados a rotina, contato e forma de apresentação de informação **em cronograma de faturamento** e ordenação de despesas. A ausência de execução ou turbação do credenciado a instrução e organização constitui falta sancionável, com constrição na ordem de pagamento, suspensão de serviços/procedimentos, rescisão do termo de credenciamento e até multa.

8. SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSORCIO DE SAÚDE.

8.1. Considerando os princípios do SUS estipulados na Lei 8.080/90, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

8.2. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada de modo que o CIS atua de forma descentralizada para promover a execução e prestação dos serviços de saúde.

8.3. A presente região de atuação do CIS abrange um baixo contingente populacional, de forma que a instrumentalização do chamamento público através do CIS - Amcespar, vem com o objetivo de agregar mais serviços em situação complementar para atendimento aos pacientes, viabilizando um prognostico de referência, possibilitando melhor atendimento às necessidades de saúde da população da mesorregião que forma o CIS - Amcespar. 8.4. Define-se aqui a prestação de serviços de saúde de forma direta e de apoio aos municípios consorciados, de forma a complementar a estrutura das redes de saúde através do CIS - Amcespar.

9. CONSTITUEM EIXOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMCESPAR.

9.1. Prestação de serviço de atividade médica nas unidades de saúde dos municípios consorciados que requisitarem suporte ou apoio devido à escassez de profissionais de saúde médico, diante do atual cenário de excessiva e extraordinária demanda de carga de trabalho aos municípios para atenção a população em amplo espectro.

9.2. Execução de procedimentos/ serviços/plantões de forma descentralizada, a pacientes que necessitam de atendimentos de serviços de saúde.

9.3. Constituição de elementos integrativos para o atendimento na continuidade da atenção à saúde dos munícipes abrangidos pelo escopo de atuação dos CIS.

9.4. Implementação de acesso a população dos municípios consorciados a uma ferramenta complementar da promoção a saúde.

9.5. Viabilização do atendimento de pacientes nas instâncias de base do sistema de saúde.

10. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES

10.1. As empresas contratadas para prestação/fornecimento dos serviços de consultas e apoio complementar de saúde deverão prestar/fornecer os trabalhos médicos conforme os protocolos das unidades de saúde dos municípios consorciados na dinâmica do tratamento e procedimentos relatando e dando prosseguimento a próxima etapa do tratamento ou linha de atendimento necessárias.

10.2. O atendimento dos pacientes deverá ser realizado conforme a solicitação dos municípios consorciados, definido em cronogramas previamente construídos com os municípios consorciados solicitantes.

10.3. A Comissão Permanente de Licitações com auxílio especial da Comissão Especial de Credenciamento reserva o direito de indeferir o pedido de credenciamento da empresa que deixar de apresentar documentação ou informação conforme exigida neste edital ou apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital.

DAS METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

10.4. A execução dos serviços deverá obedecer à estratégia de saúde na estrutura hierarquizada organizada do SUS, de forma a permitir o desenvolvimento de estratégias e práticas intersetoriais entre os prestadores de serviços e entes da administração e colaboradores dos serviços de saúde.

10.5. Dessa forma operacionalizam-se as tecnologias e recursos humanos necessários à implementação das políticas públicas. O CIS viabilizará suporte ao atendimento individual de cada município na assistência à saúde, principalmente em consultas médicas e plantões, para propiciar atendimento ao paciente integrado na rede dos municípios consorciados do CIS - Amcespar.

10.6. Os resultados dessa associação e fomento nos serviços/procedimentos de saúde vão gerar impacto relevante nas condições de saúde da população, tendo em vista o acesso do paciente a tratamentos de saúde, que se encontram escassos e limitados, sem excluir a possibilidade de outras alternativas dos entes consorciados em suas estruturas, otimizando recursos e possibilitando beneficiar mais pessoas.

11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO.

11.1. Designada Comissão Especial de Credenciamento acompanhará os termos de credenciamentos realizados.

11.2. A avaliação de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade a Lei N° 14.133/2021.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

12.1. As pessoas jurídicas serão selecionadas por entre aqueles cuja documentação atenderem aos requisitos do edital, sendo considerados selecionados o quantitativo necessário ao atendimento do número de profissionais com perfil técnico e domínio dos conhecimentos necessários indicados ao programa, para cada função, neste edital e seu projeto de básico.

12.2. Estando apto o credenciamento da pessoa jurídica e o rol de documentação referente aos serviços de consulta e apoio, será organizado a lista das entidades disponível e a disposição da administração para a execução.

12.3. Terão preferência as entidades que: em ordem cronológica apresentarem a documentação primeiro e apresentarem o melhor perfil técnico pelos seguintes critérios: maior Tempo de serviço; Maior; Arcabouço estrutural para execução de serviços de Saúde; Melhor qualificação profissional.

12.4. Nos casos em que os credenciados ainda assim apresentarem empate absoluto nos critérios de ordem cronológica ou territorialização, e não sendo possível a aplicação imediata do rodízio/distribuição de atendimentos, a credenciante realizará sorteio público para definir a ordem de convocação, com ciência prévia aos interessados.

12.5. Os demais não classificados comporão cadastro de reserva conforme definido pelos critérios. Os profissionais ou empresas que apresentarem documentação válida, mas que excederem a capacidade física de absorção imediata da rede de saúde, para substituições eventuais ou expansão da demanda.

13. QUANTITATIVO NECESSÁRIO e PRÉ-REQUISITOS.

13.2.1. Será necessária estimativa para desenvolver inicialmente o programa:

Serviços Médicos – Atenção Básica (ESF) e Plantão Médico	**CBO 2251-25**	**02 e 03**
Descrição Sintética:		
Prestação de serviços médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, compreendendo a atuação na Atenção Primaria a Saúde por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) e em regime de plantão médico nas Unidades de Saúde dos Municípios consorciados. Os serviços têm como finalidade garantir atendimento integral, contínuo e resolutivo à população, abrangendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação da saúde, bem como assegurar assistência médica em períodos noturnos, finais de semana e feriados, especialmente em situações de urgência e emergência, devendo obedecer ás normas gerais fixadas pela União e pelo Estado do Paraná.		
Descrição Analítica:		
a) Realizar atendimentos médicos nas Unidades de Saúde dos Municípios consorciados, atuando tanto na Atenção Primaria a Saúde, especialmente no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), quanto em regime de plantão, conforme a organização e necessidade dos serviços de saúde locais. b) Executar consultas médicas programadas e de demanda espontânea, assegurando acolhimento adequado, escuta qualificada, vínculo com o paciente e atendimento humanizado, respeitando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). c) Proceder ao diagnóstico clínico por meio de anamnese, exame físico e avaliação criteriosa, realizando prescrição terapêutica adequada, solicitação e interpretação de exames complementares, bem como encaminhamentos para outros níveis de atenção quando necessário. d) Prestar assistência contínua e integral aos usuários, com acompanhamento sistemático dos pacientes, especialmente daqueles pertencentes a grupos prioritários, como portadores de doenças crônicas, gestantes, crianças, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade. e) Desenvolver e participar de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, incluindo campanhas, programas institucionais e atividades educativas junto à comunidade, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde. f) Realizar atendimentos de urgência e emergência durante os plantões, promovendo avaliação clínica imediata, estabilização dos pacientes e condução adequada dos casos, com encaminhamento quando necessário. g) Assegurar atendimento médico ininterrupto durante todo o período de plantão, conforme escala previamente definida, garantindo a continuidade e a qualidade da assistência prestada.		

h) Realizar visitas domiciliares sempre que necessário, de acordo com a organização da equipe de saúde e a demanda do serviço, contribuindo para a atenção integral e o acompanhamento de pacientes com dificuldade de locomoção ou em situações específicas.

i) Atuar de forma integrada e colaborativa com a equipe multiprofissional, participando do planejamento, execução e avaliação das ações de saúde, visando a integralidade do cuidado.

j) Registrar de forma completa, legível e adequada todos os atendimentos realizados em prontuários eletrônicos ou físicos, bem como alimentar corretamente os sistemas de informação em saúde, garantindo a fidedignidade dos dados.

k) Cumprir rigorosamente os protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas, fluxos assistenciais e normativas vigentes, observando as orientações dos órgãos competentes.

l) Contribuir para a organização do fluxo de atendimento nas unidades de saúde, promovendo maior eficiência, resolutividade e qualidade na prestação dos serviços.

m) Zelar pelo sigilo e confidencialidade das informações dos pacientes, respeitando os princípios éticos, legais e normativos da profissão médica.

n) Cumprir rigorosamente a carga horária e os horários estabelecidos, tanto nas atividades da Atenção Primaria a Saúde quanto nos plantões, conforme pactuado com o Município.

o) Manter conduta ética, profissional, responsável e respeitosa em todas as atividades desempenhadas, observando o Código de Ética Médica.

p) Comunicar previamente eventuais impossibilidades de comparecimento aos atendimentos ou plantões, assegurando a devida substituição por outro profissional habilitado, a fim de não prejudicar a continuidade dos serviços.

q) Assumir responsabilidade técnica pelos atendimentos realizados, garantindo a qualidade, segurança e efetividade da assistência prestada aos usuários do sistema de saúde.

Quantitativo Necessário:

Os serviços médicos serão prestados conforme a demanda dos municípios consorciados, sendo esta variável e não mensurável previamente, em razão da imprevisibilidade dos atendimentos e procedimentos de saúde.

Dessa forma, torna-se necessária a adoção do instrumento de credenciamento, a fim de garantir a adequada cobertura e disponibilidade dos serviços médicos na Atenção Primaria a Saúde, tanto ESF quanto em regime de plantão, conforme a necessidade apresentada pelos Municípios.

Pré-requisitos:

A empresa credenciada deverá atender aos seguintes requisitos essenciais:

- A empresa credenciada deverá obrigatoriamente ter em seus quadros constitutivos, ou vinculado por instrumento contratual próprio **mais de dois profissionais** médicos com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) ativ, aptos e cientes do fluxo de atividades desenvolvidas no credenciamento. Não estando com as informações/registro no conselho profissional adequado ou estando impedido, será suspenso os atos até a regularização.
- Estando a documentação regular e os registros profissionais ativos, qualquer médico vinculado à empresa credenciada poderá executar os serviços e atender à demanda estabelecida.
- A ausência de profissional médico para execução dos serviços, sem comunicação prévia e sem a devida substituição por outro profissional habilitado da mesma empresa, ensejará a aplicação de penalidades administrativas cabíveis, podendo resultar no descredenciamento da empresa, sem prejuízo de outras responsabilizações legais.

Qualificação exigível:

Idade: mínima de 18 anos.

Escolaridade: Ensino superior completo em Medicina, com diploma reconhecido pelo MEC.

Registro Profissional: Registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina (CRM).

Carga Horária:

- ESF: conforme o horário de funcionamento da Unidade de Saúde.
- Plantão: finais de semana, feriados e durante a semana no período das 19h00 às 07h00, conforme escala definida.

13.2.2. Atos pendentes de duvidas serão despachados e esclarecidos pela comissão de credenciamento.
13.2.3. O composto deste item de credenciamento é de demanda livre, sendo que aqui representa uma expectativa de aquisição conforme a agenda e a necessidade.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

14.1. Atentar-se às diretrizes normativas dos atendimentos/procedimentos e serviços das respectivas atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com as estratégias de saúde dos municípios consorciados, respectivamente da secretaria municipal de Saúde, relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.
14.2. Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico da unidade básica de saúde (informatizada, se houver estrutura) e de informação do CIS Amcespar se necessário, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.
14.3. Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO, incluindo todas informações relevantes à realização dos atendimentos, bem como preencher todos os campos solicitados.
14.9.1. Quando se tratar de consultas médicas ou plantões médicos, os atendimentos deverão ser realizados e finalizados no prontuário eletrônico, e a ficha de atendimento deverá ser impressa e entregue ao paciente.
14.9.2. **O profissional é responsável por todas informações lançadas no prontuário eletrônico, devendo preencher todos os campos solicitados (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos e CID principal da doença do usuário e demais orientações que se fizerem necessárias).**
14.4. Solicitar apoio técnico para a utilização de prontuário eletrônico em caso de dificuldades com o mesmo.
14.5. Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão solicitante a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
14.6. Emitir relatório de atendimentos/consultas realizadas/horas trabalhadas, para controle da produção.
14.7. Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.
14.8. Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
14.9. Elementos de duvidas solicitar informações ao CIS Amcespar.
14.10. Prestar informação sobre eventual necessidade de alteração ou ajuste relativo à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
14.11. Utilizar sempre que possível, ao caso do paciente, a RENAME e a REMUNE.
14.12. Seguir os protocolos de atendimentos prioritários das unidades de serviços dos municípios.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

15.1. Prestar todas as informações necessárias para a formulação das propostas das empresas interessadas.
15.2. Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.
15.3. Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.
15.4. Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.
15.5. Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.
15.6. Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de solicitações pelos munícipios participantes do CIS/AMCESPAR.
15.7. Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes às atividades que irá desempenhar.
15.8. Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
15.9. Ajustar e instruir situação referente à eventual necessidade de alteração relativa à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
15.10. Quanto à impossibilidade de atendimento/procedimento/serviço ser alimentado ou informado em sistema uniforme, o credenciado e o credenciante poderão pactuar forma para melhor execução dos serviços e rotina de trabalho, sem detrimento do usuário/paciente.

16 – SANÇÕES

16.1 – Pela inexecução total ou parcial da prestação dos serviços contratados, o
Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar poderá aplicar aos credenciados as sanções previstas na Lei N° 14.133/2021, garantindo-se a defesa prévia.
16.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto desse Chamamento Público, o CIS Amcespar, garantida a prévia defesa, aplicará ao credenciado dentre outras, as seguintes sanções:
16.2.1 - Advertência;
16.2.2- Multa;
16.2.3-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CIS Amcespar;
16.2.4- Descredenciamento.
16.3 – O prestador de serviço credenciado pelo CIS Amcespar, não poderá, em hipótese alguma cobrar qualquer valor dos usuários de saúde referente especificamente a hospedagem, sob pena de descredenciamento.
16.4 - Todos os pagamentos pelos serviços prestados e descritos neste Edital serão realizados exclusivamente pelo CIS Amcespar.
16.5. Para o descredenciamento, as partes observarão, em qualquer caso, o aviso prévio para as providencias administrativas, sujeitas à aplicação das multas e penalidades previstas na Lei N° 14.133/2021.
16.6. Configura-se inexecução parcial dos serviços, a ausência de profissional médico para executar a programação agendada do item semanal e ou hora plantão.
16.6.1. É compromisso e ônus da empresa contratada a manutenção de profissional médico em tempo integral conforme tabela de itens que compõe o objeto deste processo, sendo responsabilizada pelo dano decorrente da falta desse cumprimento na ausência de profissional.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - O instrumento contratual utilizado será “termo de credenciamento”, o termo de decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do CIS Amcespar, conforme disposto na Lei N° 14.133/2021.
17.2 – A análise e avaliação da documentação dos interessados serão procedidas pela Comissão Especial de Credenciamento, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos no Edital.
17.3 – A inscrição do proponente implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.
17.4 – O credenciado será responsável pelo desenvolvimento de sua atividade e pelas informações e conteúdo dos documentos apresentados, excluída qualquer responsabilidade civil ou penal do CIS Amcespar.

17.5 – O credenciamento realizado nos termos deste Edital e as eventuais contratações dele derivadas não impedem a Administração de realizar outras contratações para atendimento de suas necessidades.

MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

ANA BEATRIZ DE MEIRA –
CRM-PR 42576

MÉDICA DIRETORA TÉCNICA
CIS AMCESPAR

ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

Irati, 27 de março de 2026

ANEXO III - PROJETO BÁSICO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/ATENDIMENTOS
ULTRASSONOGRAFIAS ITINERANTE
(Referente ao LOTE 2)

1. OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para disponibilização de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas empresas, para a Prestação de Serviços médicos de caráter específico de auditoria e regulação médica municipal, nas dependências operacionais das unidades de saúde dos municípios consorciados, conforme suas necessidades constando neste Anexo III para incorporação no edital de apoio complementar.
1.2. Os serviços serão prestados nas unidades de saúde dos municípios consorciados do CIS Amcespar através de agendamento prévio via sistema do CIS Amcespar pelos setores de agendamento dos Municípios.
1.3. Compreende apoio complementar – Ultrassonografias Itinerante: na unidade do município, descrita nas seguintes condições essenciais;
1.3. a) O prestador deverá realizar os exames conforme pedido médico apresentado pelo paciente.
1.3. b) O prestador se responsabilizará pelos seus custos de deslocamento e demais custos próprios; pelo transporte e manutenção dos equipamentos necessários para atendimento e realização dos exames, das impressões de imagens e emissão dos laudos (Computador, impressora...) bem como dispor de material gráfico e de escritório que se faça necessário (papel, caneta, grampeador, envelope...)
1.4. O período que compreende o credenciamento será de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades do CIS Amcespar, de acordo com as especificações, quantitativos e disposições de realização dos serviços/procedimentos relacionados neste projeto básico, no Edital e seus anexos.
1.5. O presente objeto do credenciamento de pessoas jurídicas para disponibilização de Profissionais da área de saúde, para a prestação de serviços, em benefício dos municípios consorciados com a linha de estratégia do município, sendo remunerado apenas os serviços efetivamente efetuados.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente projeto básico, objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à execução dos serviços de atendimentos e os preços praticados para remuneração dos serviços, as observações, especificações e técnicas para execução.
2.2. Justifica-se a presente contratação em razão dos serviços que são prestados pelo Ente CIS Amcespar constituído com a finalidade de prestar serviços de saúde aos municípios consorciados e que prima pelos princípios atinentes à boa Administração.
2.3. O Sistema Único de Saúde, com a finalidade de instituir políticas públicas que atendam a todos, subsidia, via consórcio, serviços de atenção à saúde de forma complementar aos já existentes, para compor as estratégias de saúde dos municípios, de forma a apoiar a execução dos mesmos. Os municípios consorciados diante da situação excepcional necessitam de profissionais altamente capacitados de disposição escassa no mercado, profissionais médicos, em conjunto com o desdobramento que os serviços são de aferição dos serviços de saúde pública dos municípios consorciados que já tem um fluxo uniforme de atendimentos de modo que aqui é a operacionalização de apoio complementar de profissionais de saúde. Visto que já utilizaram de meios do recrutamento ordinários e processos seletivos aos quais não lograram êxito em sua totalidade e desta forma necessitam de apoio para completar a força de trabalho em caráter suplementar e complementar.
2.4. O CIS Amcespar busca por meio do cumprimento da finalidade para o qual fora instituído, realizar todos os procedimentos/serviços/plantões necessários para a promoção da saúde dos pacientes integrantes do Sistema Único de Saúde.
2.5. O credenciamento de prestadores para a elaboração deste exame segue praticas usuais das diretrizes do SUS, justificando-se o credenciamento como ferramenta de economicidade, competitividade e maior gama possível de prestadores a executar os serviços de saúde. De modo que o sistema de credenciamento através de Chamada Pública, convoca a todos os profissionais interessados para fornecer serviços de saúde por preço único e igualitário, pré-estabelecido ou mediante diretrizes do SUS, que a partir de então, serão adotados para todas as pessoas jurídicas que possuem profissionais de saúde aptos, habilitados como prestadores de serviços de saúde, que através do consórcio, possibilitarão oferecer atendimento de saúde pública de qualidade para a população.
2.6. Não há necessidade vistoria nos locais ou visita técnica.
2.7. Não será exigida garantia de execução para o presente termo de credenciamento, uma vez que não constitui referência base na tabela de credenciamento do SUS
(http://siab.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?acao=11&id=21910).

3. SEM APLICAÇÃO DA EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP

3.1. Quando a não aplicação da EXCLUSIVIDADE/BENEFICIO ME-MICRO E EMPRESA/EPP e correlatos ao Art.48, da Lei Complementar 123/2006). Aqui cabe esclarecer que utilização, pelo fato de que, a exclusividade torna-se de difícil aplicação ao passo que a estimava do presente certame está acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem compostos da presente forma com intuito de abrir ao máximo de prestadores que solicitem o credenciamento dos serviços/procedimentos para o CIS Amcespar e em variados locais, poderá representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado. Logo a própria natureza jurídica do credenciamento (inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021), cujo pressuposto lógico é a contratação de todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos, revelando-se incompatível com qualquer mecanismo de restrição competitiva ou reserva de mercado. De maneira que as ME/EPP poderão participar, sendo asseguradas as outras vantagens inerentes, porém neste objeto está referenciado as atividades e diretrizes dos serviços de saúde pública.

4. OS QUANTITATIVOS

4.1. Os quantitativos dispostos neste projeto básico estão apurados através de previsão de possíveis serviços a serem adquiridos em apoio complementar, segundo a projeção do fluxo de doze meses, de acordo com a provisão da necessidade do CIS - Amcespar.

4.2. Ressaltamos os municípios integrantes do CIS Amcespar:
I. Fernandes Pinheiro.
II. Guamiranga.
III. Imbituva.
IV. Inácio Martins.
V. Irati
VI. Mallet.
VII.Rio Azul.
VIII. Rebouças
IX. Teixeira Soares.

5. DEFINIÇÃO DO CERTAME POR ITEM.

5.1. O objeto do certame se dará individualizado **por item,** de forma a permitir acompanhar as características e peculiaridades de cada protocolo de serviços da saúde qual se submete o item.

6. VALOR TOTAL DO CERTAME.

6.1. Nos termos do inciso XXI, do art. 27, da Constituição Estadual, fica fixado, para o período de 12 (doze) meses, totalizando R$ 8.580.000,00 (oito milhões quinhentos e oitenta mil reais) no ano.

6.2. Os preços propostos acima contemplam todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto deste processo, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e outras despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos (diretos e indiretos), fornecimento de mão de obra, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de pessoal, insalubridade, periculosidade, adicional noturno e qualquer despesa acessória e/ou necessária para o fornecimento dos produtos/serviços.

7. AS REMUNERAÇÕES DOS ITENS SEGUIRAM A TABELA DE VALORES.

7.1. O prazo de pagamento será em torno de 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal que deverá ser emitida com valor correspondente ao relatório de recepções, consequentemente aos relatórios de atendimentos realizados e procedimentos/serviços entregues de forma correta e de acordo o solicitado/marcado.

7.2. A nota fiscal deve ser emitida após a realização dos procedimentos/serviços. A mesma só será faturada após o recebimento e faturamento/verificação das notas pelo setor do CIS/AMCESPAR;

7.3. A contratada deverá encaminhar sempre que vencida a certidão atualizada ao setor responsável pela fiscalização e acompanhamento (através do e-mail: **credenciamento@cisamcespar.org**) para manutenção das condições demonstradas para a habilitação:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (dívida ativa e contribuições federais); mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Fazenda Federal;

b) prova de regularidade relativa à Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) prova de regularidade perante o Fisco Estadual da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;

d) prova de regularidade perante o Fisco Municipal da sede da empresa; mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativa ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440 de 07/07/2011, a ser requerida via internet pelo site: www.tst.jus.br.

f) e outro documento pertinente ao serviço/procedimento realizado.

7.4. Deverão ser considerados pelos proponentes todos os custos para o cumprimento das obrigações exigidas, incluindo seguros, deslocamento, encargos sociais, tributos, transporte, espera, equipamentos e outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto;

7.5. O CIS/AMCESPAR **emitira instrução** em instrumento interno próprio informando aos prestadores credenciados a rotina, contato e forma de apresentação de informação **em cronograma de faturamento** e ordenação de despesas. A ausência de execução ou turbação do credenciado a instrução e organização constitui falta sancionável, com constrição na ordem de pagamento, suspensão de serviços/procedimentos, rescisão do termo de credenciamento e até multa.

8. SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSORCIO DE SAÚDE.

8.1. Considerando os princípios do SUS estipulados na Lei 8.080/90, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

8.2. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada de modo que o CIS atua de forma descentralizada para promover a execução e prestação dos serviços de saúde.

8.3. A presente região de atuação do CIS abrange um baixo contingente populacional, de forma que a instrumentalização do chamamento público através do CIS Amcespar, vem com o objetivo
de agregar mais serviços em situação complementar para atendimento aos pacientes, viabilizando os ajustes necessários para a fruição da demanda de pacientes e atendimentos conforme referência e aparelhos integrantes do sistema de saúde – SUS. Logo racionalizando conforme as condutas de saúde e possibilitando melhor atendimento às necessidades de saúde da população da mesorregião que forma o CIS Amcespar.

8.4. Define-se aqui a prestação de serviços de saúde de forma indireta de apoio aos municípios consorciados, com o intuito de complementar a estrutura das redes de saúde, suplementar as defasagens esporádicas através o apoio do CIS Amcespar.

9. CONSTITUEM EIXOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CIS AMCESPAR.

9.1. Prestação da atividade médica e atendimento dos procedimentos de maior complexidade e especialidade, por vezes necessitam de suporte ou apoio para compor equipe das unidades de saúde dos municípios consorciados devido a sazonalidade e oscilações no volume de atividades.

9.2. Execução de procedimentos /serviços de forma descentralizada, a pacientes que necessitam de atendimentos de serviços de saúde de maior complexidade. 9.3. Constituem elementos integrativos para desenvolvimento e continuidade de linhas de atenção e atendimento derivados da saúde básica dos munícipes abrangidos pelo escopo de atuação dos CIS.

9.4. Por sua vez vem propiciar uma ferramenta de complemento ao ciclo de tratamento do paciente.

9.5. Propiciar a continuidade no atendimento ao paciente nas instâncias do sistema de saúde até a conclusão do seu tratamento.

9.6. Propiciar as ações e linhas de trabalhos desenvolvidos para atenção aos pacientes dos municípios conforme plano de trabalho pré-estabelecido.

9.7. Propiciar o avanço dos pacientes nas linhas de tratamentos dos pacientes a outras instâncias.

10. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES

10.1. As empresas contratadas para prestação/fornecimento de apoio complementar de saúde deverão prestar/fornecer os serviços conforme os protocolos vigentes e instrumentos legais cabíveis no que se refere a atenção e regulação dos encaminhamentos/procedimentos devendo relatar ou dar prosseguimento a informação da próxima etapa do tratamento ou linha de atendimento identificando o grau de prioridade;

10.2. A prestação do serviço deverá ser realizada conforme cronograma pré-estabelecido com os municípios consorciados.
10.3. A Comissão Permanente de Licitações com auxílio especial da Comissão Especial de Credenciamento reserva o direito de indeferir o pedido de credenciamento da empresa que deixar de apresentar documentação ou informação conforme exigida neste edital ou apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital.

DAS METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

10.4. A execução dos serviços deverá obedecer à estratégia de saúde na estrutura hierarquizada organizada do SUS, de forma a permitir o desenvolvimento de estratégias e práticas Intersetoriais entre os prestadores de serviços e entes da administração e colaboradores dos serviços de saúde.
10.5. O CIS instruirá a organização capaz de alinhar o atendimento individual de cada município no acesso ao serviço, principalmente as atividades de natureza complementar, ou de média e alta complexidade, para propiciar o fluxo dos encaminhamentos na rede de atendimento do CIS Amcespar e SUS.
10.6. Os resultados dessa associação e fomento nos serviços/procedimentos de saúde vão gerar impacto relevante nas condições de saúde, tendo em vista o acesso do paciente a tratamento de saúde sem custo ao paciente, otimização dos recursos públicos, possibilitando beneficiar maior número de pessoas.

11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO.

11.1. Designada Comissão Especial de Credenciamento acompanhará os termos de credenciamentos realizados.

11.2. A avaliação de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade Lei n° 14.133/2021.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

12.1. As pessoas jurídicas serão selecionadas por entre aqueles cuja documentação atenderem aos requisitos do edital, sendo considerados selecionados o quantitativo necessário ao atendimento do número de profissionais com perfil técnico e domínio dos conhecimentos necessários indicados ao programa, para cada função, neste edital e seu projeto de básico.
12.2. Estando apto o credenciamento da pessoa jurídica e o rol de documentação referente aos serviços de apoio, será organizado a lista das entidades disponível e a disposição da administração para a execução.
12.3. Terão preferência as entidades que: em ordem cronológica apresentarem a documentação primeiro e apresentarem o melhor perfil técnico pelos seguintes critérios: maior Tempo de serviço; Maior; Arcabouço estrutural para execução de serviços de Saúde; Melhor qualificação profissional.
12.4. Outra variante prioritária é a regionalização dos serviços, ou seja, a proximidade do serviço disponível dentro da territorialização do SUS município consorciado.
12.5. Nos casos em que os credenciados ainda assim apresentarem empate absoluto nos critérios de ordem cronológica ou territorialização, e não sendo possível a aplicação imediata do rodízio/distribuição de atendimentos, a credenciante realizará sorteio público para definir a ordem de convocação, com ciência prévia aos interessados.
12.6. Os demais não classificados comporão cadastro de reserva conforme definido pelos critérios. Os profissionais ou empresas que apresentarem documentação válida, mas que excederem a capacidade física de absorção imediata da rede de saúde, para substituições eventuais ou expansão da demanda.

13. QUANTITATIVO NECESSÁRIO.

13.1. Serão necessários os serviços de auditoria e regulação como apoio ao serviço de saúde conforme demanda dos municípios, sendo prognose não mensurável diante da imprevisibilidade dos serviços/procedimentos. Assim far-se-á necessário o instrumento de credenciamento para viabilizar a potencialidade dos serviços saúde necessários.
13.2. Será necessária estimativa para desenvolver inicialmente o programa:

Ultrassonografias Itinerante	**LOTE 2**
Descrição Sintética:	
Ultrassonografia itinerante refere-se à prestação de serviços de ultrassonografia realizados de forma descentralizada, onde o profissional executante utilizando-se de equipamentos de ultrassonografia próprios realiza exames em diferentes locais. Esses serviços itinerantes permitem que os pacientes recebam cuidados médicos essenciais sem precisar se deslocar por grandes distâncias, melhorando o acesso aos serviços, bem como trazendo economicidade aos Municípios no que se refere aos gastos com transporte dos mesmos. A Empresa credenciada deverá atentar-se às diretrizes normativas dos procedimentos e serviços das respectivas atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com a secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA-PR) relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.	
Descrição Analítica:	
a) Os serviços serão prestados nas unidades de saúde dos municípios consorciados do CIS Amcespar através de agendamento prévio via sistema do CIS Amcespar pelos setores de agendamento dos Municípios.	
b) O prestador deverá realizar os exames conforme pedido médico apresentado pelo paciente.	
c) O prestador se responsabilizará pelos seus custos de deslocamento e demais custos próprios; pelo transporte e manutenção dos equipamentos necessários para atendimento e realização dos exames, das impressões de imagens e emissão dos laudos (Computador, impressora...) bem como dispor de material gráfico e de escritório que se faça necessário (papel, caneta, grampeador, envelope...). Também é de responsabilidade do prestador as conexões necessárias para o funcionamento adequado dos equipamentos (extensões, filtros de linha, adaptadores de tomada...) É também de responsabilidade do prestador todo o material médico necessário para a realização dos exames (luvas, gel condutor, máscara, lençol descartável para maca, avental descartável para paciente...) A organização da sala utilizada pelo prestador é de responsabilidade do mesmo no que se refere ao recolhimento de objetos e materiais utilizados para a prestação do serviço.	
d) O prestador se responsabilizará pela recepção das guias de agendamento no sistema do CIS Amcespar; pela utilização do prontuário eletrônico; pela realização dos exames agendados; bem como pela emissão, assinatura e entrega dos laudos aos pacientes atendidos. A entrega do laudo do exame deverá ocorrer em envelope ou similar de forma a evitar danos no manuseio do mesmo. A entrega do laudo do exame deverá ser entregue ao paciente no dia do atendimento ou no máximo em até (48:00 horas), sendo este último justificado e de reponsabilidade do prestador o meio de entrega do mesmo ao paciente.	
e) Cumprir com todas as leis, regulamentos e normas éticas aplicáveis à prestação de serviços de saúde e à realização de exames diagnósticos.	
f) Estabelecer um sistema eficaz de comunicação e coordenação com as equipes das unidades de saúde onde estará prestando serviços de ultrassonografia itinerante para garantir o andamento do fluxo de trabalho de maneira eficiente bem como prestar serviço de excelência aos pacientes atendidos.	
g) Ter procedimentos claros e padronizados para a realização dos exames, incluindo preparação do paciente, realização do exame, armazenamento e transmissão de imagens, e garantia da privacidade e confidencialidade dos dados dos pacientes conforme preconiza a LGPD.	
Qualificação exigível:	
Idade: mínima de 18 anos.	
Escolaridade: Curso Superior medicina e com especialização/formação em radiologia e diagnóstico por imagem (RQE registrado no CRM) ou RQE em Ultrassonografia geral.	

13.2.2. Atos pendentes de duvidas serão despachados e esclarecidos pela comissão de credenciamento.
13.2.3. O composto deste item de credenciamento é de demanda livre, sendo que aqui representa uma expectativa de aquisição conforme a agenda e a necessidade.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

14.1. Atentar-se às diretrizes normativas dos procedimentos e serviços das respectivas atividades desempenhadas, observar as diretrizes e protocolos do CIS Amcespar, observar as normativas do Ministério da Saúde (MS) em conjunto com a secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA-PR) relativas ao objeto do credenciamento. Em caso de dúvida, lacuna ou esclarecimento entrar imediatamente em contato com o CIS Amcespar.
14.2. Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do CIS Amcespar, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores do CIS Amcespar.
14.3. Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO, incluindo todas informações relevantes à realização dos atendimentos, bem como preencher todos os campos solicitados.

14.3.1. O profissional é responsável por todas informações lançadas no prontuário eletrônico, devendo preencher todos os campos solicitados (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos e CID principal da doença do usuário e demais orientações que se fizerem necessárias), bem como realizar a emissão de todos e quaisquer documentos exclusivamente através do Prontuário Eletrônico.
14.4. Solicitar informação técnica quando a utilização portal eletrônico.

14.5. Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
14.6. Emitir relatório de atendimentos/consultas realizadas, para controle de produção.
14.7. Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.
14.8. Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
14.9. Manter atualizadas as certidões fiscais;
14.10. Elementos de duvidas solicitar informações ao CIS Amcespar.
14.11. Utilizar os sistemas disponíveis no SUS e os específicos da secretária de saúde do município consorciado.
14.12. Executar os atendimentos conforme disponibilidade da agenda da secretaria do município consorciado.
14.13. Verificar e fazer uso se possível, ao caso do paciente, a RENAME e a REMUNE.
14.14. Seguir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
14.15. Conferir a agenda de serviços a serem executados pelo credenciado sendo dever do credenciado verificar as inconformidades, eventual solicitação de correções. Poderão ocorrer agendamentos extraordinários conforme plano de ação e trabalho de comum acordo.
14.16. Propiciar ao gestor do SUS informações necessárias ao exercício de um controle efetivo, e contribuir para o planejamento e aperfeiçoamento das ações de saúde.
14.17. Desempenhar as atribuições analíticas e das funções dispostas neste termo.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

15.1. Prestar todas as informações necessárias para a formulação das propostas das empresas interessadas.
15.2. Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.
15.3. Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.
15.4. Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.
15.5. Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.
15.6. Manter o sistema eletrônico atualizado para escolha das opções/alternativas de agendamento/marcações pelos municípios participantes do CIS Amcespar.
15.7. Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes às atividades que irá desempenhar.

15.8. Após assinatura do termo de credenciamento, a credenciada deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico.
15.9. Quanto à impossibilidade de o procedimento/consulta ser alimentado ou informado em sistema uniforme, o credenciado e o credenciante poderão pactuar forma para melhor execução dos serviços e rotina de trabalho, sem detrimento do usuário/paciente.

16 – SANÇÕES

16.1 – Pela inexecução total ou parcial da prestação dos serviços contratados, o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar poderá aplicar aos credenciados as sanções previstas Lei n° 14.133/2021, garantindo-se a defesa prévia.
16.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto desse Chamamento Público, o CIS Amcespar, garantida a prévia defesa, aplicará ao credenciado dentre outras, as seguintes sanções:
16.2.1-Advertência;
16.2.2-Multa;
16.2.3-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CIS Amcespar;
16.2.4-Descredenciamento.
16.3 – O prestador de serviço credenciado pelo CIS Amcespar, não poderá, em hipótese alguma cobrar qualquer valor dos usuários de saúde referente aos atendimentos realizados ou mesmo indicar consultórios particulares para realização dos mesmos, sob pena de descredenciamento.
16.4 - Todos os pagamentos pelos serviços prestados e descritos neste Edital serão realizados exclusivamente pelo CIS Amcespar.
16.5. Para o descredenciamento, as partes observarão, em qualquer caso, o aviso prévio para as providencias administrativas, sujeitas à aplicação das multas e penalidades previstas na Lei n° 14.133/2021

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - O instrumento contratual utilizado será “termo de credenciamento”, o termo de decorrente do credenciamento será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do CIS Amcespar, conforme disposto no art. 61, parágrafo único da Lei n° 14.133/2021
17.2 – A análise e avaliação da documentação dos interessados serão procedidas pela Comissão Especial de Credenciamento, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos no Edital.
17.3 – A inscrição do proponente implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

17.4 – As atividades serão executadas conforme plano de trabalho preestabelecido e disposição de agendas extraordinárias aos consorciados e aos credenciados em ações especificas e trabalhos em comum acordo.
17.6 – O credenciado será responsável pelo desenvolvimento de sua atividade e pelas informações e conteúdo dos documentos apresentados, excluída qualquer responsabilidade civil ou penal do CIS Amcespar.
17.7 – O credenciamento realizado nos termos deste Edital e as eventuais contratações dele derivadas não impedem a Administração de realizar outras contratações para atendimento de suas necessidades.

MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

ANA BEATRIZ DE MEIRA **–**
CRM-PR 42576
Médica Diretora Técnica
CIS AMCESPAR

ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

Irati, 27 de março de 2026.

ANEXO IV - TABELA DE VALORES		
LOTE 1	CONSULTAS MÉDICA APOIO COMPLEMENTAR na unidade do município consorciados	VALOR UNITÁRIO FIXO
01	Auditoria e Regulação Médica Municipal	
	*Hora trabalhada	**R$ 103,36**
02	Serviços médicos ESF para atuar na Unidade de Saúde do Município. *De acordo com o horário de funcionamento da unidade de saúde.	
	Valor da Hora trabalhada	**R$ 122,74**
03	Serviços médicos - **PLANTÃO** - para atuar na Unidade de Saúde do Município. **Em finais de semana, feriados e durante a semana das 19:00 as 07:00 horas.	
	Valor da Hora trabalhada	**R$ 134,36**
LOTE 2	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE nas unidades dos municípios consorciados	VALOR UNITÁRIO FIXO
2153	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE ABDOMEN TOTAL * cód. 90380	R$ 125,00
2154	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE ABDOMEN INFERIOR FEMININO * cód. 90380	R$ 125,00
2155	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE ABDOMEN SUPERIOR * cód. 90380	R$ 125,00
2156	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE PAREDE ABDOMINAL * cód. 90380	R$ 125,00
2157	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE ABDOMEN INFERIOR MASCULINO (PRÓSTATA) * cód. 90380	R$ 125,00
2158	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE MAMA * cód. 90380	R$ 125,00
2159	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE AXILA * cód. 90380	R$ 125,00
2160	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE BOLSA ESCROTAL * cód. 90380	R$ 125,00
2161	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE TRANSVAGINAL OBSTÉTRICO DE PRIMEIRO TRIMESTRE (EXCETO MORFOLÓGICO, SEM DOPPLER) * cód. 90380	R$ 125,00
2162	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE OBSTÉTRICA SEGUNDO TRIMESTRE (EXCETO MORFOLÓGICO, SEM DOPPLER) * cód. 90380	R$ 125,00
2163	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE OBSTÉTRICA DE TERCEIRO TRIMESTRE (EXCETO MORFOLÓGICO, SEM DOPPLER) * cód. 90380	R$ 125,00
2164	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE MUSCULOESQUELÉTICA * cód. 90380	R$ 125,00
2165	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE REGIÃO CERVICAL * cód. 90380	R$ 125,00
2166	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE TIREÓIDE * cód. 90380	R$ 125,00
2167	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE ESTRUTURAS SUPERFICIAIS * cód. 90380	R$ 125,00
2168	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE TRANSVAGINAL PARA AVALIAÇÃO DO COLO UTERINO EM GESTANTES * cód. 90380	R$ 125,00
2169	DOPPLERFLUXOMETRIA OBSTÉTRICA (NÃO MORFOLÓGICO, E NÃO INCLUI A BIOMETRIA FETAL) * cód. 90380	R$ 125,00
2172	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE VIAS URINÁRIAS E RINS * cód. 90380	R$ 125,00
2173	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE TRANSVAGINAL GINECOLÓGICA (SEM DOPPLER) * cód. 90380	R$ 125,00
2199	ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE REGIÃO INGUINAL UNILATERAL * cód. 90380	R$ 125,00

Irati, 27 de março de 2026

MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

ANA BEATRIZ DE MEIRA **–**
CRM-PR 42576
Médica Diretora Técnica
CIS AMCESPAR

ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

ANEXO V - Requerimento de Credenciamento

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
ENDEREÇO - CEP
MUNICÍPIO - TELEFONE E/OU E-MAIL
MUNICIPIO, DATA, MÊS, ANO.

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Amcespar – CIS Amcespar
Eu, _____, RG____, CPF____, Cartão Nacional do SUS (CNS) n°_____, (médico especialista e/ou profissional de saúde)_____, (conselho de classe CRM ou outro competente), venho através deste requer a inscrição no CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026, do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, objetivando a prestação de serviço dos procedimentos descritos na tabela abaixo:

A) OS PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS;

Código do procedimento CIS Amcespar	A nomenclatura dos procedimentos.	Valor do procedimento CIS Amcespar

B) LOCAL DE ATENDIMENTO;

Local	Endereço

C) ATENDIMENTOS OFERTADOS;

Declaro para os fins de direito que para prestação de serviços de saúde de execução do estabelecido neste edital de Credenciamento, está alinhado com as diretrizes do SUS, bem como a empresa possui como horária base de atendimento, conforme abaixo descrito;

Horários de atendimento do Estabelecimento	**Dias da semana de fluxo de trabalho**	**Total de horas semanais**
Horário de atendimento: Manhã: : às : Tarde: : às :	Segunda-Feira	(quantas horas na semana pode atender)
	Terça-Feira	
	Quarta-Feira	
	Quinta-Feira	
	Sexta-Feira	
	Sábado	
	Domingo (excluir os dias em que não pode atender)	

Também informa que não tem em sua estrutura funcionários que trabalham em regime de dedicação exclusiva com algum ente da administração ou em carga horária superior a 44hrs semanais.
Assim está apta e disponível para atender o fluxo de trabalho.

D) CONTA BANCARIA (CONTA JURÍDICA) PARA PAGAMENTO.

Nome do Banco	
Número da Agencia	
Número da Conta	
Tipo da Conta	
Informação complementar Pix cnpj	

E) DADOS PRIORITARIOS PARA CONTATO.

Telefone de contato (01)	
Telefone de contato (02)	
E-mail de contato (01)	
E-mail de contato (02)	

F) DECLARAÇÃO CONJUNTA.

i. Declaração de Idoneidade

Declaro para os fins de direito, na qualidade de solicitante de credenciamento na área da saúde, que não fui declarado inidôneo para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
Compromete-se a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;

ii. Disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal
Declaro para os fins de direito e sob as penas impostas pela Lei n° 14.133/2021 e demais legislação pertinente, o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Declaro que conheço e concordo com os termos constantes do Edital de Credenciamento, seus anexos e Regulamentos. De modo que possuo condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou execução dos serviços em cumprimento ao que for solicitado para executar.

_____
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA REQUERENTE)

_____
NOME DO PROFISSIONAL EXECUTANTE DO SERVIÇO
(QUANDO NÃO COINCIDIR COM O REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA REQUERENTE)

ANEXO VI DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
ENDEREÇO - CEP
MUNICÍPIO - TELEFONE E/OU E-MAIL

DECLARO, conforme os itens abaixo descritos estar apta para fins de contratação para prestação de serviços junto ao CIS Amcespar que:
A. Não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com entidades da Administração, em qualquer esfera de governo;
B. Não possui como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública paranaense, estendendo-se a restrição aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
C. Não possui contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos em decisão irrecorrível, ou, caso possua, sanou a irregularidade que motivou a rejeição e quitou os débitos eventualmente imputados, ou teve reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
D. Não foi punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
E. Não possui contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.
F. Não tem entre seus dirigentes pessoa:

I. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas da União ou Tribunal de Contas do Paraná de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
II. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
III. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Bem como em sua estrutura;

(_) O quadro societário desta empresa **não possui** cônjuge(s), companheiro(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante (Prefeito Municipal) ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

(_) O quadro societário desta empresa **possui** cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou ainda de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificados:

Nome do Membro/Servidor: _____
Cargo: _____
Órgão/município de expediente: _____
Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

_____
(NOME DA EMPRESA REQUERENTE)

ANEXO VII – Declaração de ciência e responsabilidade dos termos do edital e anexos.

DECLARO, na condição de inscrito, que:

A. Conheço e aceito incondicionalmente as regras do presente EDITAL E SEUS ANEXOS;

B. Responsabilizo-me por todas as informações atividades profissionais desenvolvidas;

C. Declaro, em caso de dúvida comunicarei o agente credenciante para instrução e determinação das atividades.
D. Declaro ainda que não possuo impedimento em qualquer órgão do Executivo ou Legislativo do Município Estado ou União, e de que não possuo infração ou suspensão legal para a contratação a ser realizada no âmbito do poder público.

E. Declaro estar ciente da minha responsabilidade pelas informações incluídas no prontuário eletrônico, bem como preenchendo todos os campos solicitados (anamnese, requisição de exames, requisição de medicamentos conforme as relações disponíveis no SUS, retornos, atestados, encaminhamentos e CID principal da doença do usuário e demais orientações que se fizerem necessárias) não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

F. Declaro estar ciente e guardar confidencialidade dos dados a mim confiados.

G. DECLARO ao CIS Amcespar ser RESPONSÁVEL do Estabelecimento_____, sob minha orientação e supervisão estando o estabelecimento abaixo descrito, regulamente apto a exercer as atividades e sendo digno de credibilidade. Quando houver dúvidas profissionais, estas podem ser direcionadas a mim, no estabelecimento abaixo descrito ou no telefone (_) _____-_____.
Assim informo a equipe mínima de profissionais que possuo sobre minha direção e supervisão.

Nome do profissional	Função desempenhada

Eu me responsabilizo em fazer cumprir todas as instruções referentes à profissão, comprometendo-me a comunicar imediatamente, ao CIS Amcespar, o cancelamento de minha Responsabilidade, ou indicar a Responsabilidade Técnica do Estabelecimento, a fim de evitar sanções previstas em Lei.

_____
(NOME DA EMPRESA REQUERENTE)

ANEXO VIII
MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE
O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS/AMCESPAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 00.358.098/0001-53, sito à Rua 19 de Dezembro, n° 280, Centro, Irati-Paraná, neste ato representado por sua Presidente, Prefeita Municipal _____, Senhora portador da cédula de identidade n. º_____ e CPF/MF n. º_____ , em pleno exercício de seu mandato e funções, doravante denominado CREDENCIADOR, e de outro lado a empresa _____CNPJ sob nº_____ , com endereço à Rua_____ , Bairro, Cidade, CEP: _____ , neste ato representado por _____, RG nº_____ e CPF Nº _____, a seguir denominado CREDENCIADO, assinam o Termo de Credenciamento de prestação de serviços profissionais, Chamamento

Público n°03/2026, sob o para a Inexigibilidade de Licitação , qual origina e firma Termo de Credenciamento para execução de serviços credenciados, que receberá a designação Termo de Credenciamento n°___/____, consolidado e regido pelas seguintes cláusulas.

OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS.
VINCULAÇÃO AO EDITAL DOS ITENS ESPECIFICOS CREDENCIADOS.
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para disponibilização de Profissionais da Área da Saúde, através de suas respectivas empresas, para a Prestação de Serviços Médicos e Apoio Complementar, em caráter especifico de serviços ao SUS, nas dependências operacionais das unidades de saúde dos municípios consorciados.

Item específico credenciado.

Parágrafo Primeiro - Os serviços serão prestados pelos profissionais credenciados conforme as necessidades dos municípios consorciados, em estabelecimentos de saúde designados pelos municípios consorciados solicitantes.
Parágrafo Segundo - As condições exigíveis para a execução do presente Termo de Credenciamento, são aquelas previstas no Edital e anexos do CHAMAMENTO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os serviços serão remunerados de acordo com a respectiva realização dos mesmos, mediante apresentação de relatórios assinados pelos municípios solicitantes e integrantes do CIS/AMCESPAR.

OBRIGAÇÕES E SEUS ELEMENTOS ESSECIAIS.
CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações as partes credenciante e ao credenciado:
Parágrafo Primeiro - Encargos comuns aos credenciado e credenciante.

A. Elaboração de protocolos técnicos e de encaminhamento para as ações de saúde;
B. Educação permanente em serviço de recursos humanos orientados para o SUS;
C. Aprimoramento da atenção à saúde;
D. Cumprir todas as metas e condições especificadas nos descritivos anexos, parte integrante deste TERMO DE CREDENCIAMENTO.
E. Será designado membro da Comissão de Credenciamento conforme resolução interna, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste Edital, nos termos disciplinados nos arts 104, inciso III e 117, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o estabelecido no Edital. Devendo a Credenciada também estabelecer responsável para contatos formais com os dados e informações.
F. O CREDENCIADOR emitirá termos ou ofícios para esclarecimentos e atualizações dos atos operacionais. E a CREDENCIADA fornecerá os dados para comunicação de informação e também poderá solicitar informações para operacionalização dos atos aos setores do CIS Amcespar.

Parágrafo Segundo - São obrigações do CREDENCIANTE:
I – Efetuar o pagamento dos serviços prestados, desde que a CREDENCIADA
(o) tenha apresentado a nota fiscal e documentos de suporte na forma e prazo hábeis para realização do pagamento;
II - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela (s) credenciada (s) com relação ao objeto deste Termo de Credenciamento.
III - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela (s) CREDENCIADAS (os), inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços;
IV - Fornecer a CREDENCIADA (o) todos os dados, e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços.
V - Agendar, quando solicitado, reunião para discussão de elementos que pairem dúvidas ou possuam protocolos próprios e divergentes a metodologia atualizada das empresas interessadas em se credenciar.
VI - Emitir instrução e informações a empresa interessada o Credenciamento.
VII - Realizar a análise da documentação apresentada e divulgar o resultado da análise do pedido de credenciamento.
VIII - Disponibilizar acesso ao sistema eletrônico aos credenciados e informar sobre a utilização do sistema.
IX - Estar disponível para atender as diretrizes do PRONTUÁRIO ELETRONICO ou adequar-se imediatamente assim que solicitado. Quando se tratar de consultas médicas ou plantões médicos, os atendimentos deverão ser realizados e finalizados no prontuário eletrônico, e a ficha de atendimento deverá ser impressa e entregue ao paciente.
XI - Convocar o CREDENCIADO para assinatura do termo de credenciamento após aprovação dos elementos documentais referentes as atividades que irá desempenhar.

XII - Prestar informação sobre eventual necessidade de alteração ou ajuste relativo à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.

Parágrafo Segundo - São obrigações da CREDENCIADA (o):
I - Cumprir, nos termos e condições de sua proposta e do Edital e seus anexos, os serviços propostos;
II - Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;
III – Indicar formalmente à Administração, os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços e emissões de laudos, objeto deste Termo de Credenciamento. IV- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação trabalhista, vez que não manterão nenhum
vínculo empregatício com o CIS/AMCESPAR;
V - Responsabilizar-se pelo fornecimento dos recursos humanos, materiais e impressos de sua competência, necessários para a execução do objeto deste Termo de Credenciamento.
VI - Cumprir e fazer cumprir as Normas Técnicas emanadas do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e CIS Amcespar seguindo os protocolos de serviços dos municípios consorciados.
VII - Fazer os encaminhamentos dos pacientes/usuários que necessitam de serviço em outro nível de hierarquia, com a devida justificativa e caracterização diagnóstica, (Contra Referência).
VIII – Quando houver dúvida sobre o procedimento, guia, sistema, ou congênere entrar em contato com o CREDENCIANTE para elucidação e esclarecimentos.
IX – Executar a programação agendada do item hora conforme previamente agendado.
XI – Acompanhar e alimentar o sistema eletrônico e de informação do município consorciado, onde serão disponibilizadas as informações para os municípios e operadores.
XII – Solicitar informação técnica quando a utilização portal eletrônico.
XIII – Responsabilizar-se pelas informações incluídas no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

XIV - Manter profissional regularmente inscrito em conselho profissional e com verificação de ativo no conselho em tempo integral rol da empresa credenciada conforme tabela de itens que compõe o objeto deste processo, sendo responsabilizada pelo dano decorrente da falta desse cumprimento na ausência de profissional.
XV – Assinar o termo de credenciamento, quando convocado, dentro do prazo determinado neste instrumento.
XVI – Após assinatura do termo de credenciamento, o credenciando deverá observar as obrigações definidas no referido documento, bem como no Projeto Básico do item opção de execução.
XVII – Elementos de duvidas solicitar informações ao CIS/AMCESPAR.
XVIII – Alimentar o PRONTUÁRIO ELETRONICO, incluindo todas informações relevantes à realização dos atendimentos, bem como preencher todos os campos solicitados.
XIX - Quando se tratar de consultas os atendimentos devem ser realizados e finalizados no prontuário eletrônico, e a ficha de atendimento deverá ser impressa e entregue ao paciente, ou integralização ao sistema eletrônico de maneira instruir e informar o paciente.
XX – Prestar informação sobre eventual necessidade de alteração ou ajuste relativo à prática de rotina ou protocolo de serviço de saúde.
XXI – Conferir a agenda de serviços a serem executados sendo dever do credenciado verificar as inconformidades e eventual solicitação de correções. Poderão ocorrer agendamentos extraordinários conforme plano de ação e trabalho de comum acordo.
XXII - Seguir os protocolos dos serviços de auditoria e regulação aos municípios.
XXIII - Manter profissional conforme tabela de itens que compõe o objeto deste processo, sendo responsabilizada pelo dano decorrente da falta desse cumprimento na ausência de profissional, quando for a opção de execução dos serviços inerentes ao anexo IV do edital.
XXIV – Estar ciente das diretrizes e protocolos profissionais, quando pairar dúvidas sobre a conduta ou diretriz dever fundamental e obrigatório comunicar a credenciate para expedir instrução, sob pena de falta grave a apuração das respectivas consequências.
XXV – Obedecer ao critérios de condutas e serviços respectivos da execução do itens credenciados.

COMPATIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.
CLÁUSULA QUARTA – No processo de credenciamento, depois de assinado o termo de credenciamento a credenciada deverá manter as condições ao longo de toda a execução do termo de credenciamento, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação ou para a qualificação do credenciado.
Parágrafo Primeiro – É aplicável a responsabilidade civil aquiliana, a obrigação de reparar danos causados a terceiros, independentemente de um contrato pré-existente. No contexto aplicável neste Termo é manter o sigilo e a conformidade entre a credenciada e a credenciante.
Parágrafo Segundo – A credenciada se obriga a manter sigilo sobre todas as informações confidenciais recebidas do Credenciante, não podendo divulgá-las a terceiros sem prévia autorização por escrito. Esta obrigação de confidencialidade permanecerá em vigor mesmo após o término do termo de credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA - O CREDENCIADO é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.

CLÁUSULA SEXTA – Poderá o CREDENCIADO, conforme estipulação em conjunto com os interesses do CREDENCIADOR, prestar serviços nas dependências do credenciante. Ou conforme interesse conjunto e fluxo de trabalho realizar atendimentos/procedimentos/exames em sede/filial do CREDENCIADO. Ações e medidas realizadas conforme fluxo de trabalho pactuado.
Parágrafo Primeiro - A mudança do Responsável Técnico também será comunicada ao CREDENCIADOR, no prazo máximo de 10 (dez) dias.
Parágrafo segundo – Caso a mudança não seja comunicada, considera-se como mantida a responsabilidade técnica pelo período ao anterior imputado.

AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E O FLUXO DE LIQUIDAÇÃO.
CLÁUSULA SETIMA – **O CREDENCIADOR** remunerará mensalmente o **CREDENCIADO**, pelos serviços aludidos na cláusula primeira. O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor pré-definido pela Administração, a qual se utilizará da importância relativa ao número de atendimentos realizados tendo como referência os valores do anexo II do Edital de Credenciamento.
Parágrafo Primeiro - Quando se tratar de consultas, exames, procedimento cirúrgico ou ambulatorial, deverão ser encaminhadas ao CIS as respectivas guias de solicitações médicas e as guias de autorização do CIS, emitida através do sistema de informatização.
Parágrafo Segundo - Quando se tratar de prestação de outro serviço de atendimento à saúde deverá ser encaminhado ao CIS, "relatório de frequência" onde conste carga horária trabalhada bem como comprovante de produção ambulatorial.
Parágrafo Terceiro – Os pagamentos serão realizados em torno de 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal Eletrônica ao setor de contabilidade do CIS Amcespar.
Parágrafo Quarto - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da prestação de serviços, serão de responsabilidade da empresa credenciada.
Parágrafo Quinto – O credenciado deverá encaminhar ao CIS Amcespar as novas CNDs antes do vencimento das mesmas, sendo que o pagamento ficará condicionado à apresentação desta.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.
CLÁUSULA OITAVA - Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços, assim como as despesas decorrentes do presente Termo de Credenciamento, correrão por conta das dotações orçamentárias:
01.100
10.302.0001.2006.3.3.90.39.00.00. Fonte 31369 (reduzido 36)
10.302.0001.2002.3.3.90.39.00.00 fontes 385 (reduzido 26)

Parágrafo Primeiro - A duração do presente Instrumento fica vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários nos termos do caput do art.105 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Segundo - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA NONA - É expressamente vedado a cobrança de qualquer sobretaxa além da tabela adotada, seja dos Municípios Consorciados ou dos usuários do CIS Amcespar, ou mesmo indicar consultórios particulares para realização de serviços.
Parágrafo Único - O prestador de serviços deverá preencher documentação referente à pacientes atendidos via CIS Amcespar, sempre que solicitado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, processos originários da Regional de Saúde - LME (Medicamento de Alto Custo), dentre outros, sem ônus ao CIS Amcespar.

SUSPENSÃO E DESCREDENCIAMENTO VOLUNTÁRIO POR QUALQUER DAS PARTES.
CLÁUSULA DECIMA– Na eventualidade da necessidade do CREDENCIADO suspender o atendimento por algum período, deverá comunicar o CIS Amcespar, no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência.
Parágrafo Único – O CIS Amcespar poderá rescindir o termo de credenciamento, rescisão amigável a pedido credenciado, ou poderá também ocorrer pelo CIS Amcespar, a fim de que os atos administrativos cabíveis sejam praticados em tempo de não interferir na rotina de agendamentos.

DAS INFRAÇOES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E DAS MULTAS.
CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - O descumprimento injustificado de qualquer das cláusulas aqui avençadas, constituirá motivo justo para a:
Parágrafo Primeiro – Para a SUSPENSÃO IMEDIATA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO.
Parágrafo Segundo - De modo que será informado por NOTIFICAÇÃO EXPRESSA ao CREDENCIADO.
Parágrafo Terceiro - A partir do recebimento da Notificação abre-se prazo de 10 (dez) dias para que o CREDENCIADO exerça o seu direito de defesa, e, na sequência, 10 (dez) dias para que o CREDENCIADOR emita decisão sobre a continuidade da suspensão ou rescisão do Termo de Credenciamento.
Parágrafo Quarto - Em caso de rescisão pelo descumprimento do Termo de Credenciamento caberá ao Credenciante buscar pelas vias legais os danos sofridos, sem prejuízo da cobrança de MULTA de 10% sobre o valor da média dos últimos 03 (três) meses de faturamento do CREDENCIADO pelos serviços prestados. A mesma MULTA é devida em caso de SUSPENSÃO POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL.
Parágrafo Quinto – Em condutas de maneira de tornar ciente dos atos e demais casos expressos para fins de imposição de penalidades são considerados infrações as condutas elencadas no item 15.7 do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – Sanções administrativas e inadimplemento dos serviços a contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133/2021 e os termos da minuta de credenciamento, anexa a este Edital.
Parágrafo Primeiro – A interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada sem motivo justificado será considerada como abandono, sujeitando-a as sanções previstas em Lei e neste Edital.
Parágrafo Segundo – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o credenciado que:
I – der causa à inexecução parcial do contrato;
II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – der causa à inexecução total do contrato;
IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
V – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Parágrafo Terceiro – Serão aplicadas ao credenciado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I – Advertência, quando o credenciado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II,
III e IV do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas V, VI, VII e VIII do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas II, III e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,
§5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV – Multa, com observância do percentual mínimo de 0,5% e de percentual máximo de 30%.
Parágrafo Quarta – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos que dela provierem para o CIS Amcespar;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Parágrafo Quinta – As sanções previstas neste instrumento são independentes, podendo ser aplicadas de forma isolada ou, em casos de multas, cumulativamente com outras de maior gravidade.
Parágrafo Sexta – A personalidade jurídica da credenciada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Credenciamento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a credenciada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Parágrafo Sétima – Os débitos da credenciada para com a Administração credenciante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo termo de credenciamento ou de outros contratos administrativos que da credenciada possua com o mesmo órgão ora credenciante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO E TERMOS DE CREDENCIAMENTOS.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Caberá ao CIS Amcespar a coordenação, controle e fiscalização da prestação dos serviços. A execução do Termo deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor/Fiscal ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), na forma da interna do CIS Amcespar que constitui e nomeia o fiscal do termo de credenciamento e o gestor responsável.
Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Termo de Credenciamento pelos órgãos competentes do SUS não exclui, nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação civil, penal e administrativa.
Parágrafo Segundo - A execução do presente Termo de Credenciamento será avaliada pelos órgãos competentes do CREDENCIADOR, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Credenciamento, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.
Parágrafo Terceiro - A fiscalização exercida pelo CREDENCIADOR sobre serviços ora instrumentalizado não eximirá o CREDENCIADO da sua plena responsabilidade perante o CREDENCIADOR ou para com os pacientes e terceiros decorrente de culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

Parágrafo Quarto - O CREDENCIADO facilitará ao CREDENCIADOR o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CREDENCIADOR designados para tal fim.

DA EXTINÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do termo de credenciamento será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro - O Termo poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CREDENCIADOR, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo - O Termo de Credenciamento poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quarto - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Quinto - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

DA INTEGRIDADE E DAS MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – As partes se obrigam, sob as penas previstas neste termo de credenciamento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando, a legislação brasileira anticorrupção e a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro.

Parágrafo Único - Para a execução deste termo, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, sejam de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, sob pena de rompimento do vínculo contratual e adoção das medidas sancionatórias cabíveis.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE TRATAMENTOS PRIVACIDADE DOS DADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, o CREDENCIADOR e CREDENCIADA se obrigam a dar ciência prévia quando fizerem uso dos dados privados de pessoas naturais, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

Parágrafo Primeiro – Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da Credenciada com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

Parágrafo Segundo – O CREDENCIADOR se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculadas à Credenciada, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

Parágrafo Terceiro – A Credenciada se compromete em zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares pessoas naturais vinculadas à prestação de serviços (pacientes e outros que porventura tenham seus dados colhidos pela Credenciada durante e por conta da execução deste termo de credenciamento), sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

Parágrafo Quarto – É obrigação da Credenciada manter as condições e os protocolos de segurança de forma a preservar a integridade moral e o sigilo de informações íntimas das pessoas de acordo com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e suas alterações.

DAS DISPOSIÇÕES ATUALIZAÇOES E ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – O valor dos procedimentos indicados no Anexo II poderá sofrer reajustes, conforme o expresso no edital de CHAMAMENTO e respeitado a Lei de licitações e contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Qualquer das alterações do presente Termo de Credenciamento será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O presente Termo de Credenciamento será publicado, por extrato, em Jornal de Circulação na Região, em sincronia com exposto no art. 94, parágrafo primeiro, da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Único – Divulgação e propaganda por parte da credenciada é de caráter restrito de modo a inibir a propaganda maciça e predatória.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E NOS CASO CASOS OMISSOS.

CLÁUSULA VIGESSIMA– Os casos omissos serão resolvidos à luz Lei nº 14.133/2021, suas alterações e legislação pertinente sobre normas gerais de licitação e dos princípios gerais de direito.

Parágrafo Único – É aplicável as situações inerentes matéria estrita aos procedimentos/itens a legislação do SUS e suas instruções, quando não expressas aplicasse a referência do Conselho Profissional disposta para a matéria da literatura do que venha ser e como aplicasse os procedimentos/itens segundo as boas práticas.

DO FORO.

CLÁUSULA VIGESSIMA PRIMEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Irati-PR para dirimir eventuais desavenças da presente contratação.

CLÁUSULA VIGESSIMA TERCEIRA - A **vigência** deste Termo de Credenciamento Nº / é de a **25 de abril de 2027.**

Estando as partes em pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Irati, de___de____.

CIS AMCESPAR	_____
Credenciador	Credenciada

Testemunhas:	
_____	_____

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS/AMCESPAR**, pessoa jurídica de
direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 00.358.098/0001-53, sito à Rua 19 de dezembro, 280, Centro, Irati- Paraná, neste ato representado por sua (seu) Presidente, Prefeita (o) Municipal , Senhora(o)
já qualificado no procedimento licitatório, em pleno exercício de seu mandato e funções, doravante denominado CREDENCIADOR, e de outro lado a empresa CNPJ sob nº , com endereço à Rua , Bairro, Cidade, CEP: , neste ato representado por
, RG nº e CPF Nº , a seguir denominado CREDENCIADO.

Conforme solicitação assinam o Termo de Descredenciamento de prestação de serviços profissionais, Chamamento Público n°0xx/202_, referente a Inexigibilidade de Licitação n° 0xx/202_, qual tinha celebrado originalmente o Termo de Credenciamento para execução de serviços credenciados n°/ .

CLÁUSULA PRIMEIRA – Tem por objeto informar o Descredenciamento de Pessoas Jurídicas para disponibilização de Profissionais da Área da Saúde.
CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme regramento imposto pelo ato convocatório, decidem as partes, o descredenciamento considerando RESCINDIDO na mesma data, de forma amigável nos termos do edital de credenciamento, e no Termo de Credenciamento firmado anteriormente, cessando, a partir da presente data, todas as obrigações e responsabilidades assumidas por ambas as partes, considerando plenamente quites e sem mais agendas de serviços a disponibilizar.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Irati-PR para dirimir eventuais desavenças da presente contratação.

Estando as partes em pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Irati, de_de_.

CIS AMCESPAR	_____
Credenciador	Credenciada

REQUERIMENTO DE DESCREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA.
REQUERIMENTO DE DESCREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍD
RAZÃO SOCIAL:_____
CNPJ: _____
CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)_____
ENDEREÇO – CEP: _____
MUNICÍPIO: _____
TELEFONE E/OU E-MAIL: _____

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da região Amcespar – CIS Amcespar
Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, conforme exigido pelo Edital de Credenciamento em conformidade com a Lei 14.133/2021.
Venho através deste requerer o descredenciamento do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0_/202_.
Referente ao TERMO DE CREDENCIAMENTO n° . Fazendo as anotações necessárias para evitar o agendamento de mais serviços/procedimentos, e em considerações que já estão quites todas as obrigações, sem mais a requerer, a cumprir ou a solicitar.

_____
(NOME DO REPRESENTANTE LEGALDA EMPRESA REQUERENTE)

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:CD1C5D5C

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO REEQUILÍBRIO

TERMO ADITIVO Nº 001 – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO CONTRATO Nº 02/2024 - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 091/2023. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Transporte Escolar, com fornecimento de veículos e condutores, para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação - Contratante: Município de Inácio Martins - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: **IONE MEIRA TRANSPORTES ME** - CNPJ da Contratada n° 19.339.074/0001-85. Objeto do termo aditivo: Reequilíbrio Econômico Financeiro no valor de R$ 41.351,20 (Quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

ITENS					
Lote	Descrição do Produto	Quantidade	Valor Unitário R$	Reajuste R$	Valor Atualizado R$
09	Linha são domingos a cachoeira estado manhã: inicia na fazenda kaminski, depois volta até a sede do são domingos, até as alunas milena e tainara, vai até no davi e então segue pela estrada principal, entra até residência do sr celso faustino, retorna e aguarda na estrada principal pela passagem do ônibus, que embarcará os alunos para leva-los até o colégio estadual em inácio martins. - Percurso de 13 km, a devolução é feita pelo veículo de outra rota. Horário aproximado para ida e volta (05:20/6:00). Município tarde - inicia no zoca, daí segue até os vieiras, depois até o celso ponte, entra sentido res cristiane, daí retorna até a casa do aluno joão lucas, vai até a casa da aluna laura, depois vai até as três. antas, na cachoeira entra buscar uma aluna antes da ponte e então e segue até a escola municipal de cachoeira. Percurso ida e volta, total de 88 km. Para devolução segue o mesmo percurso. Horário aproximado para ida e volta (11:30/13:00 - 17:00/18:30). Total da linha aproximadamente: 101 km/dia. Necessário veículo com capacidade a partir de 15 lugares	23.495,00	3,74	1,76	5,50
					41.351,20

Passando a valer a partir da data de 31/03/2026, conforme solicitação da Contratada, deferimento do Parecer Jurídico, nos termos do Art. 37, Inc. XXI, da Constituição Federal de 1998 e da Lei Federal nº 14.133/2021. Assinatura: 31/03/2026

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:2E206066

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 - PSS Nº 001/2025 - SAMAE

O Superintendente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Itambaracá/PR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, **CONVOCA** o(a) candidato(a) aprovado(a) abaixo relacionado(a) para comparecer à sede administrativa do SAMAE, situada na Rua Major Florêncio, nº 411, Centro, Itambaracá/PR, CEP 86375-250, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste edital, no horário das 08h30 às 11h00 e das 13h30 às 16h00.

O(a) candidato(a) convocado(a), caso tenha interesse em assumir a vaga, deverá comparecer munido(a) dos documentos abaixo relacionados, para fins de comprovação documental e verificação do atendimento aos requisitos exigidos para a contratação, junto à Seção de Recursos Humanos.

Estando a documentação em conformidade, será encaminhado(a) para a realização de avaliação médica pré-admissional.

Nome do(a) Candidato(a)	Nº Inscrição	Função	Classificação (A. C.)
ELSON JOSÉ ALVES	20	Auxiliar Administrativo	1º

Item	Documento	Exigência
a)	1 foto 3x4 (colorida e recente)	Original
b)	Documento de Identidade com foto*	Cópia + original
c)	CPF**	Cópia + original
d)	Comprovante de endereço atualizado (ex: conta de água, luz ou telefone)	Cópia + original
e)	Título de Eleitor	Cópia + original
f)	Comprovantes de escolaridade exigidos para a função	Cópia + original
g)	Certidão de Nascimento ou Casamento	Cópia + original
h)	Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos ou dependentes, se houver	Cópia + original
i)	RG e CPF dos filhos menores ou dependentes, se houver	Cópia simples
j)	Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos ou dependentes, se houver	Cópia simples
k)	Certidão de Quitação Eleitoral (disponível em: www.tse.gov.br)	-
l)	Certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal (dos locais de residência dos últimos 5 anos)	-
m)	Carteira de Trabalho – CTPS (páginas iniciais, último contrato e próxima folha em branco) ou CTPS digital; número do PIS/PASEP	Cópia + original
n)	Comprovante de inscrição no órgão de classe (caso a função exija)	Cópia + original
o)	Declaração de bens e valores (**Anexo I**) ou Cópia da Declaração do Imposto de Renda (ano anterior)	-
p)	Declaração de que não ocupa outro cargo/função/emprego público (exceto as hipóteses admitidas – art. 37, XVI e XVII, da CF) – conforme **Anexo II**	-
q)	Declaração sobre recebimento de aposentadoria e pensão (**Anexo III**)	-
r)	Certificado de Reservista, Alistamento, Dispensa ou Carta Patente (somente para candidatos do sexo masculino)	Cópia + original

* Exemplos: Registro Geral (RG), Carteira de Identidade Nacional (CIN), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira de Identidade Profissional emitida por órgão de classe, ou outro documento oficial equivalente, com foto.
** Fica dispensada a apresentação do cartão CPF caso já conste o referido número no documento de Identidade apresentado.

OBSERVAÇÕES:

- As vias originais dos documentos serão exigidas apenas para fins de conferência, sendo devolvidas ao final ao(à) candidato(a); no caso de apresentação de cópia autenticada, fica dispensada a apresentação da via original.

- O(a) candidato(a) convocado(a) deverá abrir conta para recebimento de salário na instituição financeira indicada pelo SAMAE.

- O não comparecimento no prazo estabelecido ou a apresentação incompleta da documentação exigida acarretará a eliminação do(a) candidato(a), com convocação do(a) próximo(a) classificado(a), nos termos do Edital.

- O(a) candidato(a) fica ciente de que a contratação somente será efetivada caso seja declarado(a) apto(a) física e mentalmente para o exercício da função, mediante avaliação médica pré-admissional, nos termos do item 12.12 do Edital.
- As declarações constantes dos Anexos poderão ser preenchidas manualmente com caneta esferográfica, desde que em letras legíveis.

Itambaracá – PR, 31 de março de 2026.

PAULO ZAMBONI
Superintendente do SAMAE

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome completo:
Nacionalidade:
Estado civil:
RG nº:
CPF nº:
Endereço:

( ) Declaro não possuir bens ou valores a declarar neste momento.

( ) Declaro que os bens e valores que compõem meu patrimônio estão descritos na minha Declaração de Imposto de Renda (ano-base _____), cuja cópia segue em anexo.

( ) Declaro, alternativamente, os seguintes bens e valores que compõem o meu patrimônio:

Relação de Bens e Valores
1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
Declaro, ainda, que esta declaração é verdadeira e que estou ciente das sanções administrativas, civis e penais aplicáveis à falsidade.

Itambaracá/PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Declarante

*Observações:
- A relação de bens e valores deve incluir, de forma resumida, todos os elementos que compõem o patrimônio do declarante, tais como imóveis (casas, terrenos, sítios, etc.), veículos (carros, motos, embarcações), saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, participações societárias, bens móveis de alto valor (como joias e obras de arte), créditos a receber e quaisquer outros bens ou direitos com valor econômico, indicando, sempre que possível, informações básicas como localização, identificação e valor estimado.
- A declaração pode ser substituída pela cópia da última declaração de imposto de renda entregue à Receita Federal. Ou seja, caso o candidato apresente sua última Declaração do Imposto de Renda, fica dispensado de listar os bens/valores nesta declaração.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

Nome completo:
Nacionalidade:
Estado civil:
RG nº:
CPF nº:
Endereço:
DECLARO, para os devidos fins, que:

( ) Não exerço outro cargo, emprego ou função pública na Administração Pública direta ou indireta, em qualquer dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), tampouco percebo benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a cargo público.

( ) Exerço cumulativamente outro cargo, emprego ou função pública, nas condições permitidas pelos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, conforme descrito abaixo:

Órgão/Entidade: _____
Cargo/Função: _____
Horário de trabalho: _____

Declaro estar ciente da necessidade de compatibilidade de horários e da observância ao teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, assumindo total responsabilidade pelas informações aqui prestadas.

Itambaracá/PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO III
DECLARAÇÃO SOBRE RECEBIMENTO DE PROVENTO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Nome completo:
Nacionalidade:
Estado civil:
RG nº:
CPF nº:
Endereço:
DECLARO, para os fins do disposto no art. 37, §10 da Constituição Federal:

( ) Não percebo provento de aposentadoria ou pensão paga por regime próprio de previdência social (RPPS) ou pelo regime geral de previdência social (RGPS), relativo a cargo, emprego ou função pública.

( ) Percebo provento de aposentadoria ou pensão, conforme descrito a seguir:

Órgão previdenciário responsável: _____
Espécie de benefício: _____
Número do benefício: _____
Valor bruto mensal: _____
Data de início do benefício: _____

Declaro estar ciente das proibições de acumulação indevida, bem como da necessidade de compatibilidade legal para percepção simultânea de provento de aposentadoria e remuneração, conforme os parâmetros constitucionais. Declaro estar ciente, ainda, de que o SAMAE se reserva no direito de não proceder à contratação, caso constate a ocorrência de impedimento legal nesse sentido.

Itambaracá/PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:392C65CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADJ. HOM. CONTRATO - PE082026

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2026
Processo Administrativo 030.2026
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATACAO DE SERVIÇOS DE SHOWS ARTISTICOS REGIONAIS, INCLUINDO TODA A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA DE SOM, ILUMINAÇÃO E OPERADOR TÉCNICO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE EVENTOS E PROGRAMAÇÕES CULTURAIS DAS SECRETARIAS;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021)
CONTRATADA: ROBERTO CARLOS DA SILVA - 50.389.834/0001-09.
VALOR TOTAL HOMOLOGADO (TOTALGERAL):

Lote	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance
1	8,00	SERVICO	Show com cantores ou duplas musicais de notoriedade regional, com histórico de apresentação em municípios da região e comprovada aceitação de público. Apresentação mínima de 2h30, com som e iluminação, para realização durante a semana (segunda a sexta-feira). Características mínimas: SOM CONTENDO: mesa mínimo 16 canais; mesa de iluminação beringer; 02 graves duplo 18; 04 line (médio) dupla atak; 01 retorno. ILUMINAÇÃO CONTENDO: 08 canhões de LED; 02 spider; 02 microfones sem fio; 02 microfones com fio; 03 cabeamentos P10; 03 cabeamentos XRL; 01 técnico operador de som e iluminação. Despesas com nota, transporte e alimentação inclusas.			R$ 2.470,18	R$ 19.761,44
1	8,00	SERVIÇO	Show com cantores ou duplas musicais de notoriedade regional, com histórico de apresentação em municípios da região e comprovada aceitação de público. Apresentação mínima de 2h30, com som e iluminação, para realização aos sábados, domingos ou feriados. Características mínimas: SOM CONTENDO: mesa mínimo 16 canais; mesa de iluminação beringer; 02 graves duplo 18; 04 line (médio) dupla atak; 01 retorno. ILUMINAÇÃO CONTENDO: 08 canhões de LED; 02 spider; 02 microfones sem fio; 02 microfones com fio; 03 cabeamentos P10; 03 cabeamentos XRL; 01 técnico operador de som e iluminação. Despesas com nota, transporte e alimentação inclusas.			R$ 2.470,32	R$ 19.762,56

VIGÊNCIA ATA-RP/CONTRATO: 12 (DOZE) meses podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 31 de março de 2026.

O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo. **Responsável pela Pesquisa de Preços:** ANDRESSA DA SILVA – DIRETORA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO. **Publicação:** Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

EXTRATO CONTRATO
REF:**PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2026.** Processo Administrativo 030.2026
CONTRATANTE: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. Início: 23/12/2025.
AUTORIDADE COMPETENTE: GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO MUNICIPAL.

OBJETO: CONTRATACAO DE SERVIÇOS DE SHOWS ARTISTICOS REGIONAIS, INCLUINDO TODA A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA DE SOM, ILUMINAÇÃO E OPERADOR TÉCNICO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE EVENTOS E PROGRAMAÇÕES CULTURAIS DAS SECRETARIAS
ESPÉCIE:CONTRATO nº 014/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021)
CONTRATADA: ROBERTO CARLOS DA SILVA - 50.389.834/0001-09.
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:7248ED2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL Nº 01/2026 - RESULTADO LICENÇA ESPECIAL

EDITAL Nº 001/2026
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura torna público o **Resultado da solicitação de licença especial para o ano de 2026**, conforme documentação apresentada no ato da inscrição. Tendo em vista a Lei n° 395/92 art. 78, divulga inscrições para licença especial de 30, 60 e 90 dias para os professores e funcionários da rede municipal de ensino.

	Professor(a)	Tempo Serviço	Licenças usufruídas	Solicita licença para o Mês	Data de nasc.
1.	Francine Dalzotto Garcia	126 meses	0	Junho, Julho, Agosto	31/10/1994
2.	Elaine Cristina De Oliveira	106 meses	0	Maio, Setembro	06/03/1985
3.	Maria Eliane Bardal	106 meses	0	Junho	27/05/1968
4.	Edicléia Domareski Kobelnik	82 meses	0	Setembro, Outubro, Novembro	07/06/1982
5.	Lisley Michelli Kos Grabicoski	69 meses	0	Novembro	28/06/1985
6.	Vilmar Freitas De Meira	168 meses	1	Fevereiro, Março	10/07/1967
7.	Marlene Kruk Bobek	114 meses	1	Agosto	26/09/1962
8.	Solange Schneider	114 meses	1	Agosto	02/11/1982
9.	Marta Schornobay Salvadori	180 meses	2	Setembro	28/06/1982
10.	Lorislei Aparecida Manosso De Castro	128 meses	2	Agosto, Setembro	07/10/1964
11.	Terezinha Pavlak	187 meses	3	Agosto, Outubro	14/09/1964
12.	Veridiane Maranhuk Placedino	208 meses	5	Novembro	24/04/1974
13.	Solange Schneider	238 meses	6	Agosto	02/11/1982

	Outras funções	Tempo Serviço	Licenças usufruídas	Solicita licença para o Mês	Data de nasc.
1.	Rafaela Karpinski	84 meses	0	Setembro, Outubro e Novembro	05/01/1996
2.	Marine Aparecida Garcia	60 meses	0	Março, Abril, Maio	01/06/1998
3.	Marcia Cardoso Gonçalves	180 meses	1	Maio	27/09/1981
4.	Francieli Regina Batista de Castro		4	Maio	13/08/1983

· Critérios de classificação conforme Edital Nº 01/2025
3.1 Menor número de licenças usufruídas.
3.2 Maior tempo de serviço.
3.3 Maior Idade.

· As licenças serão distribuídas em 3 (três) trimestres, sendo concedidas no 1º trimestre, 2° trimestre e 3º Trimestre.
· Se a solicitação for de 60 ou 90 dias, esses devem ser em sequência.
· Será concedido 3 (três) licenças por trimestre.
· A licença será concedida conforme disponibilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
· O servidor deverá manifestar expressamente a intenção de obter a concessão da licença.
Ivaí, 19 de janeiro de 2026.

ANA PAULA DALZOTO SALVADORI
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto Nº 065/2025 de 21/02/2025

Publicado por:
Elaine Cristina de Oliveira
Código Identificador:6F396E1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 177/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos desta municipalidade conforme relacionados abaixo:

Nome	Matricula	Cargo	Período Aquisitivo	Período De Férias
CESAR AUGUSTO CALDERARO	814028	MEDICO CLINICO GERAL	24/06/2024 a 23/06/2025	02/03/2026 a 31/03/2026
IZIDORO ANTONIO SANDOLI	786530	MOTORISTA	01/08/2024 a 31/07/2025	05/03/2026 a 03/04/2026
LAERCIO SOARES JUNIOR	78618	FISCAL DE TRIBUTOS	13/07/2024 a 12/07/2025	23/03/2026 a 01/04/2026
JAQUELINE MARIA GASPARINI VIEIRA	802201	FISIOTERAPEUTA	31/03/2023 a 30/03/2024 31/03/2024 a 30/03/2025	30/03/2026 a 28/04/2026 29/04/2026 a 28/05/2026
ELIAS BUENO DA SILVA	68201	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/03/2024 a 28/02/2025	01/04/2026 a 30/04/2026
JOSE LUIZ ACCETI	786340	MOTORISTA	22/02/2023 a 21/02/2024 22/02/2024 a 21/02/2025 22/02/2025 a 21/02/2026	01/04/2026 a 30/04/2026 04/05/2026 a 02/06/2026 03/06/2026 a 02/07/2026
PAULO SERGIO TUZINI	42202	MOTORISTA	01/04/2024 a 31/03/2025	01/04/2026 a 30/04/2026
SERGIO MURILO DE SOUZA	805801	DENTISTA	16/03/2024 a 15/03/2025	01/04/2026 a 30/04/2026
MARILI TEREZINHA AMADIO ALVES	63601	ZELADOR	01/03/2025 a 28/02/2026	01/04/2026 a 30/04/2026
MEIRI TEREZINHA CAVEQUIA	814057	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	09/03/2024 a 08/03/2025	06/04/2026 a 20/04/2026
ARLETE BARIDOTTI	800701	ESCRITURARIO	01/04/2025 a 31/03/2026	06/04/2026 a 05/05/2026
FELIPE RICARDO CAMARGO DOS SANTOS SILVA	8147499	AGENTE DE ENDEMIAS	07/12/2024 a 06/12/2025	06/04/2026 a 05/05/2026
AIRTON VIEIRA	786555	MOTORISTA	01/10/2024 a 30/09/2025	06/04/2026 a 05/05/2026
BRUNA RUIZ DUARTE TURQUE	8148308	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	07/04/2025 a 06/04/2026	07/04/2026 a 26/04/2026
ALINE NOCHI BERTO	8148241	VETERINARIO	22/01/2025 a 21/01/2026	09/04/2026 a 28/04/2026
BRUNO PEREIRA DE OLIVO	8147500	AGENTE DE ENDEMIAS	07/12/2024 a 06/12/2025	13/04/2026 a 12/05/2026
CLEIDE TENORIO CAVALCANTE GUIMARAES	814015	TECNICO EM ENFERMAGEM	19/06/2024 a 18/06/2025	15/04/2026 a 14/05/2026
DEBORA CRISTINA GONCALVES CESARIO	8147543	TECNICO EM ENFERMAGEM	15/04/2026 a 15/04/2026	15/04/2026 a 14/05/2026
MARLI DE SOUZA CAINELLI	804601	AUXILIAR DE FARMACIA	01/02/2021 a 31/01/2022	22/04/2026 a 01/05/2026
CAIO HENRIQUE LOPES MOURA	8147471	ENFERMEIRO	17/08/2024 a 16/08/2025	23/04/2026 a 22/05/2026

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE COMUNIQUE-SE CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ/PR,
Em 26 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:EF252C07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
LEI N° 4552, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Extingue, cria e altera cargos de provimentos em comissão, constantes no anexo I e II da Lei nº 4337/2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Executivo Municipal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam extintos os cargos de provimento em comissão, abaixo relacionados, integrantes do Anexo I da Lei nº 4337 de 04 de fevereiro de 2025:

a) Diretor Geral da UPA e SAMU;
b) Diretor Geral da Maternidade;
c) Diretor Técnico Médico da Maternidade;
d) Diretor de Estatística;
e) Assessor de Gabinete III.

Art. 2º - Ficam criados os cargos de provimento em comissão, abaixo relacionados, os quais passam a integrar o Anexo I, da Lei nº 4337 de 04 de fevereiro de 2025:

a) Diretor Administrativo da Saúde;
b) Diretor de Enfermagem;
c) Diretor de Recursos Humanos da Saúde;
d) Assessor de Gabinete da Administração.

Art. 3º – Ficam alteradas as nomenclaturas dos cargos da estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Município da Lapa, abaixo relacionadas, os quais passam a integrar o Anexo I e II, da Lei nº 4337 de 04 de fevereiro de 2025:

Onde consta:
a) Diretor Técnico de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher;
b) Diretor Geral do CRAS;
c) Diretor do CREAS;
d) Diretor de Políticas Públicas para Mulher;
Passa a constar:
a) Diretor Técnico de Apoio aos Serviços do SUAS;
b) Diretor Geral de Políticas Públicas para a Mulher;

c) Diretor de Serviços Operacionais e Administrativos;
d) Diretor de Políticas de Assistência Social.

Art. 4º – Fica criada a simbologia CC-03 para o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito.

Art. 5º – Os Anexos I e II da Lei nº 4337 de 04 de fevereiro de 2025, passam a viger conforme os Anexos I e II, que são parte integrante da presente Lei.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 31 de março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

ANEXO I – PARTE INTEGRANTE DA LEI N° 4552, DE 31 DE MARÇO DE 2026

CARGO/DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA	N° DE VAGAS TOTAIS
1 – PROCURADOR GERAL	**CC-1**	**1**
2 – CHEFE DA CASA CIVIL	**CC-1**	**1**
3 – SECRETÁRIO MUNICIPAL	**Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024**	
3.1 – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO	Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024	1
3.2 – SECRETÁRIO DA FAZENDA	Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024	1
3.3 – SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER	Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024	1
3.4 – SECRETARIO DA SAÚDE	Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024	1
3.5 – SECRETÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLICITAS PÚBLICAS PARA A MULHER	Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024	1
3.6 – SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024	1
3.7 - SECRETÁRIO DE CULTURA	Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024	1
3.8 - SECRETÁRIO DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.	Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024	1
3.9 - SECRETÁRIO DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE	Subsídio Fixado Leis Municipais n°s 2706/2012, 3488/2018, 3590/2019, 3907/2022, 4113/2023 e 4211/2024	1
4 – SUPERINTENDÊNCIA	**CC-02**	
4.1- SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DO OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE	CC-02	1
4.2 - SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS	CC-02	1
5 - CHEFE DE GABINETE DO VICE-PREFEITO	**CC-03**	**1**
6 - COORDENADORIA	**CC-04**	
6.1 – COORDENADOR GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	CC-04	1
6.2 - COORDENADOR GERAL PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO MULTIMEIOS	CC-04	1
6.3 – COORDENADOR GERAL DE EVENTOS	CC-04	1
6.4 – COORDENADOR DE INFORMÁTICA	CC-04	1
7 – DIRETOR TÉCNICO	**CC-05**	
7.1 – DIRETOR TÉCNICO DE APOIO AOS SERVIÇOS DO SUAS	CC-05	**1**
7.2 – DIRETOR TÉCNICO DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE	CC-05	**1**
8 – ASSESSOR ESPECIAL DA CASA CIVIL	**CC-05**	**1**
9 – ASSESSORIA TÉCNICA	**CC-06**	
9.1 ASSESSOR TÉCNICO DE ENGENHARIA DA ADMINISTRAÇÃO	CC-06	1
9.2 ASSESSOR TÉCNICO DE ENGENHARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE	CC-06	1
10 – DIRETOR GERAL	**CC-07**	
10.1 – DIRETOR GERAL DA PROCURADORIA	CC-07	**1**
10.2 – DIRETOR GERAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER	CC-07	1
10.3 – DIRETOR GERAL DO CENTRO DA JUVENTUDE	CC-07	**1**
11 – COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	**CC-07**	**1**
12 - COORDENADOR ARTÍSTICO	**CC-08**	**1**
13 - DIRETOR ADMINISTRATIVO	**CC-08**	
13.1 – DIRETOR ADMINISTRATIVO DA UPA E SAMU	CC-08	1
13.2 - DIRETOR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE	CC-08	1
13.3 – DIRETOR ADMINISTRATIVO DO CENTRO DA JUVENTUDE	CC-08	1
13.4 – DIRETOR ADMINISTRATIVO DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	CC-08	**1**
14 – CHEFE DE GABINETE PREFEITO	**CC-09**	**1**
15 – OUVIDOR GERAL	**CC-10**	**1**
16 – DIRETOR DE DEPARTAMENTO	**CC-10**	
16.1 – DIRETOR DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO	CC-10	1
16.2 – DIRETOR DE COMUNICAÇÃO	CC-10	1
16.3 - DIRETOR DE ESPORTE E LAZER	CC-10	1
16.4 - DIRETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL	CC-10	1
16.5 - DIRETOR MUSICAL	CC-10	1
16.6 - DIRETOR FISCAL DE UNIDADES DE SAÚDE	CC-10	1
16.7 – DIRETOR DA CENTRAL DE AMBULÂNCIAS	CC-10	1
16.8 – DIRETOR DA MATERNIDADE	CC-10	1
16.9 – DIRETOR DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS	CC-10	1
16.10 – DIRETOR DE ENFERMAGEM	CC-10	1
16.11 – DIRETOR DE EXAMES	CC-10	1
16.12 – DIRETOR DE TRANSPORTE DE PACIENTES	CC-10	1
16.13 – DIRETOR DE LOGÍSTICA SANITÁRIA	CC-10	1
16.14 – DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE	CC-10	1

16.15 – DIRETOR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS	CC-10	1
16.16 – DIRETOR DE POLITICAS DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL	CC-10	1
16.17 – DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL	CC-10	1
16.18 – DIRETOR DE CONTROLE E BEM ESTAR ANIMAL	CC-10	1
16.19 – DIRETOR DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	CC-10	1
16.20 – DIRETOR DE URBANISMO	CC-10	1
16.21 – DIRETOR DE SANEAMENTO	CC-10	1
16.22 – DIRETOR DE TRANSPORTE	CC-10	1
16.23 – DIRETOR DE ZELADORIA MUNICIPAL	CC-10	1
16.24 – DIRETOR REGIONAL RURAL	CC-10	1
16.25 – DIRETOR DA AGÊNCIA DO TRABALHADOR E BANCO SOCIAL	CC-10	1
16.26 – DIRETOR DE INDUSTRIA E COMERCIO	CC-10	1
16.27 – DIRETOR DE TURISMO	CC-10	1
16.28 – DIRETOR DE CULTURA	CC-10	1
17 - ASSESSOR DE GABINETE I	**CC-11**	**1**
18 - ASSESSOR DE GABINETE II	**CC-11**	**1**
19 - ASSESSOR DE GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO	**CC-11**	**1**
20 - ASSESSOR JURÍDICO	**CC-11**	**1**
21 - ASSESSOR DE CONTENCIOSO	**CC-11**	**1**
22 - ASSESSORIA ADMINISTRATIVA	**CC-11**	
22.1 - ASSESSOR ADMINISTRATIVO DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	CC-11	1
22.2 - ASSESSOR ADMINISTRATIVO DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE	CC-11	1
23 - ASSESSORIA TÉCNICA DE MANUTENÇÃO DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE	**CC-11**	**1**
24 - ASSESSOR ESPECIAL DE ZELADORIA	**CC-11**	
24.1 - ASSESSOR ESPECIAL DE ZELADORIA I	CC-11	1
24.2 - ASSESSOR ESPECIAL DE ZELADORIA II	CC-11	1
25 - ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA	**CC-12**	
25.1 - ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CC-12	2
25.2 - ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DA FAZENDA	CC-12	2
25.3 – ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	CC-12	3
25.4 - ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE SAÚDE	CC-12	6
25.5 - ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER	CC-12	3
25.6 - ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	CC-12	1
25.7 - ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE	CC-12	3
25.8 - ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	CC-12	3
25.9 - ASSESSOR ESPECIAL DE SECRETARIA DE CULTURA	CC-12	3
26 - ASSESSOR DE SECRETARIA	**CC-13**	
26.1 - ASSESSOR DE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CC-13	2
26.2 - ASSESSOR DE SECRETARIA DA FAZENDA	CC-13	1
26.3 - ASSESSOR DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER	CC-13	2
26.4 - ASSESSOR DE SECRETARIA DE SAÚDE	CC-13	3
26.5 - ASSESSOR DE SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER	CC-13	1
26.6 - ASSESSOR DE SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE	CC-13	1
26.7 - ASSESSOR DE SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	CC-13	1
26.8 - ASSESSOR DE SECRETARIA DE CULTURA	CC-13	1

SIMBOLOGIA	**VALOR (R$)**
CC-01	15.409,18
CC-02	10.800,00
CC-03	8.100,00
CC-04	6.500,00
CC-05	6.000,00
CC-06	5.806,69
CC-07	5.547,30
CC-08	5.177,48
CC-09	4.500,00
CC-10	4.314,57
CC-11	3.698,19
CC-12	2.465,46
CC-13	1.621,00

ANEXO II – PARTE INTEGRANTE DA LEI N° 4552, DE 31 DE MARÇO DE 2026

FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS CARGOS COMISSIONADOS

1. – ...
2. – ...
3. – ...
4. - ...
5. - ...
6. - ...
7. - ...
8. - ...
9. - ...

10. - DIRETOR TÉCNICO DE APOIO AOS SERVIÇOS DO SUAS

I – Prestar apoio técnico e administrativo à organização, execução, monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

II – Assessorar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher na implementação, operacionalização e acompanhamento das diretrizes, normativas e pactuações do SUAS, em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal vigente;

III – Acompanhar, orientar e apoiar o funcionamento dos equipamentos socioassistenciais, especialmente os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e unidades correlatas, garantindo a qualidade, a padronização e a efetividade dos serviços ofertados;
IV – Prestar apoio técnico contínuo às coordenações dos serviços socioassistenciais, orientando quanto à organização do trabalho, fluxos, procedimentos, cumprimento de normativas e qualificação das ofertas do SUAS;
V – Contribuir tecnicamente para a elaboração, atualização e análise de diagnósticos socioterritoriais, planos, relatórios, pareceres e demais instrumentos de planejamento, monitoramento e gestão da política de assistência social;
VI – Apoiar os processos de monitoramento, avaliação e sistematização de informações, bem como a alimentação, acompanhamento e qualificação dos sistemas de informação do SUAS;
VII – Articular ações intersetoriais com outras políticas públicas e promover a integração com a rede socioassistencial governamental e não governamental, fortalecendo a oferta e a complementaridade dos serviços;
VIII – Prestar suporte técnico, colaborar no planejamento e apoiar a execução das ações relacionadas à gestão do trabalho e à educação permanente dos trabalhadores do SUAS;
IX – Colaborar na elaboração, análise técnica e acompanhamento de propostas de convênios, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres relacionados à política de assistência social;
X – Auxiliar no acompanhamento técnico da execução orçamentária e financeira dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, observadas as normas legais e administrativas vigentes;
XI – Executar outras atividades correlatas e compatíveis com a natureza do cargo, ou que lhe sejam atribuídas pela autoridade superior.
11. - ...
12. - ...
13. - ...
14. – Extinto.
15. - *DIRETOR GERAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER*
I – Planejar, gerenciar e avaliar a execução das políticas públicas voltadas às mulheres no âmbito municipal;
II – Auxiliar na elaboração o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, alinhado às diretrizes estaduais e federais;
III – Assessorar o(a) Secretário(a) Municipal na formulação de estratégias e metas voltadas à promoção dos direitos das mulheres;
IV – Coordenar a elaboração de relatórios técnicos, diagnósticos e indicadores sociais relacionados à realidade das mulheres no município;
V – Desenvolver, implementar e monitorar programas, projetos e ações de enfrentamento à violência contra a mulher;
VI – Articular políticas de promoção da autonomia econômica, inclusão produtiva e qualificação profissional para mulheres;
VII – Promover ações de prevenção e conscientização sobre igualdade de gênero e direitos das mulheres;
VIII – Supervisionar serviços especializados de atendimento à mulher em situação de vulnerabilidade;
IX – Coordenar, supervisionar e administrar a Casa da Mulher do Município;
X – Garantir o funcionamento adequado da Casa da Mulher, assegurando atendimento humanizado, sigiloso e qualificado às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade;
XI – Organizar e supervisionar a equipe multidisciplinar da Casa da Mulher, incluindo assistentes sociais, psicólogos(as), advogados(as), orientadores(as) e demais profissionais;
XII – Estabelecer fluxos de atendimento, protocolos e procedimentos internos da Casa da Mulher conforme a legislação vigente;
XIII – Monitorar e avaliar os atendimentos realizados na Casa da Mulher, garantindo qualidade e efetividade dos serviços;
XIV – Propor melhorias estruturais, administrativas e técnicas para a qualificação contínua da Casa da Mulher;
XV - Elaborar relatórios periódicos de gestão e prestação de contas das atividades desenvolvidas;
XVI – Promover a integração entre as políticas públicas de assistência social, saúde, educação, segurança pública, trabalho e renda, garantindo a transversalidade;
XVII – Articular parcerias com órgãos estaduais e federais, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, forças de segurança e organizações da sociedade civil.
16. – Extinto.
17. - ...
18. – Extinto.
19. - ...
20. - ...
21. - ...
22. - ...
23. - DIRETOR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE
I - Planejar, organizar e dirigir os serviços da seção administrativa da Secretaria, determinando procedimentos, rotinas, prazos e expediente de trabalho;
II - Coordenar a execução dos serviços administrativos da Secretaria, atribuindo, delegando, supervisionando, suspendendo e remanejando tarefas aos servidores, elaborando escalas e determinando horários, com anuência do Secretário;
III - Analisar as ocorrências do setor e sugerir providências ao Secretário, auxiliando em seu poder decisório;
IV - Dirigir e supervisionar o controle de ponto dos servidores da Secretaria, fazendo os apontamentos necessários, apurando a frequência mensal, saldos de horas cumpridas e devidas, afastamentos e demais ocorrências;
V - Coordenar a realização periódica de fiscalização e vistoria no setor;
VI - Determinar e supervisionar a elaboração de relatórios;
VII - Realizar e coordenar periodicamente reuniões com os servidores do setor para verificar eventuais deficiências e propor medidas corretivas ao Secretário competente, auxiliando-o em seu poder decisório;
VIII - Atender os usuários, analisar os pedidos e propõem soluções ao Secretário;
IX - Coordenar os assuntos administrativos da Secretaria, emitindo ordens e determinações aos demais servidores da Secretaria;
X - Identificar eventuais necessidades de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do setor e propor medidas;
XI - Desenvolver outras atividades correlatas.
24. -
25. - ...
26. - ...
27. - ...
28. - ...
29. - ...
30. - ...

31. - ...
32. - ...
33. - ...
34. - ...
35. - ...
36. - ...
37. - ...
38. - ...
39. - ...
40. - ...

41. DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE

I – Planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à gestão de pessoas da área da saúde no Município;
II – Executar e acompanhar os processos de admissão, lotação, movimentação, controle de frequência, férias, licenças, afastamentos e desligamentos dos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde;
III – Realizar o dimensionamento da força de trabalho nas unidades de saúde, propondo ajustes conforme a demanda assistencial e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS);
IV – Coordenar a elaboração de escalas de trabalho, plantões e distribuição de pessoal, assegurando a continuidade e eficiência dos serviços de saúde;
V – Promover a política de desenvolvimento e valorização dos servidores da saúde, incluindo programas de capacitação, educação permanente e avaliação de desempenho;
VI – Acompanhar e orientar os gestores das unidades de saúde quanto à aplicação da legislação trabalhista e estatutária vigente, bem como das normas internas do Município;
VII – Instruir processos administrativos relacionados à vida funcional dos servidores da saúde, emitindo pareceres técnicos quando necessário;
VIII – Atuar em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração e com o setor de folha de pagamento para conferência de dados funcionais, adicionais, gratificações e demais vantagens;
IX – Monitorar indicadores de gestão de pessoas na área da saúde, elaborando relatórios gerenciais para subsidiar a tomada de decisões;
X – Garantir o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis aos servidores da saúde;
XI – Coordenar ações relativas à gestão de contratos temporários, credenciamentos e demais vínculos de pessoal na área da saúde, quando houver;
XII – Representar a Secretaria Municipal de Saúde em assuntos relacionados à gestão de recursos humanos, quando designado;
XIII – Exercer outras atribuições correlatas determinadas pela autoridade superior, compatíveis com a natureza do cargo.

42. - DIRETOR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS

I – Planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades operacionais e administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher;
II – Gerenciar os serviços de apoio administrativo, logístico e operacional necessários ao funcionamento da Secretaria e de suas unidades vinculadas;
III – Coordenar e supervisionar os recursos humanos, materiais e patrimoniais da Secretaria, assegurando o uso eficiente e adequado;
IV – Articular os serviços operacionais e administrativos com as áreas técnicas da assistência social e das políticas públicas para a mulher, garantindo suporte às ações finalísticas;
V – Acompanhar e apoiar a execução dos planos, programas, projetos e ações sob responsabilidade da Secretaria, no âmbito administrativo e operacional;
VI – Monitorar e avaliar os fluxos, rotinas e procedimentos administrativos, propondo melhorias para maior eficiência e qualidade dos serviços;
VII – Apoiar a gestão do trabalho, a capacitação dos servidores e a organização administrativa e operacional da Secretaria;
VIII – Acompanhar a execução orçamentária e financeira, no que se refere às despesas administrativas e operacionais da Secretaria;
IX – Assessorar o Secretário Municipal e o Chefe do Poder Executivo em assuntos relacionados à gestão administrativa, operacional e logística da Secretaria;
X – Executar outras atividades correlatas ou que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

43. - ***DIRETOR DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL***

I – Planejar, coordenar, dirigir e supervisionar a execução da política municipal de assistência social, em consonância com o SUAS;
II – Gerenciar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, assegurando a proteção social básica e especial;
III – Coordenar e supervisionar as unidades e equipamentos da assistência social, incluindo CRAS, CREAS e serviços correlatos;
IV – Articular a política de assistência social com outras políticas públicas e com a rede socioassistencial;
V – Acompanhar a elaboração e execução do Plano Municipal de Assistência Social;
VI – Monitorar e avaliar os resultados das ações socioassistenciais, propondo melhorias contínuas;
VII – Apoiar a gestão do trabalho, a capacitação permanente dos profissionais e a organização administrativa da área;
VIII – Acompanhar a execução orçamentária e financeira da assistência social;
IX – Assessorar a Secretaria Municipal e o Chefe do Poder Executivo em matérias relacionadas à assistência social;
X – Executar outras atividades correlatas ou que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

44. - ...
45. - ...
46. - ...
47. - ...
48. - ...
49. - ...
50. - ...
51. - ...
52. - ...
53. - ...
54. - ...
55. - ...
56. - ...
57. - ...
58. - ...
59. - ...
60. - ...
61. - ...

62. - ...
63. - ...
64. - ...

65. – DIRETOR DE ENFERMAGEM

I – Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e avaliar as ações e serviços de enfermagem desenvolvidos nas unidades de saúde do Município;
II – Elaborar e implementar protocolos, rotinas técnicas e normas operacionais de enfermagem, em conformidade com as diretrizes do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e do Conselho Regional de Enfermagem (COREN), bem como com as políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS);
III – Coordenar e supervisionar a equipe de enfermagem (enfermeiros, técnicos e auxiliares), promovendo a adequada distribuição de pessoal, dimensionamento de equipes e controle de frequência;
IV – Acompanhar e avaliar a qualidade da assistência de enfermagem prestada à população, propondo medidas de melhoria contínua;
V – Participar do planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo na formulação de políticas públicas relacionadas à atenção básica, média e alta complexidade;
VI – Promover e coordenar programas de educação permanente e capacitação continuada da equipe de enfermagem;
VII – Zelar pelo cumprimento das normas técnicas, éticas e legais relativas ao exercício profissional da enfermagem;
VIII – Supervisionar o controle e uso adequado de materiais, equipamentos e insumos relacionados à assistência de enfermagem;
IX – Integrar-se às demais áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando a interdisciplinaridade e a integralidade do cuidado;
X – Elaborar relatórios técnicos, pareceres e indicadores relacionados às atividades de enfermagem;
XI – Acompanhar auditorias internas e externas, inspeções sanitárias e fiscalizações relacionadas aos serviços de enfermagem;
XII – Representar a área de enfermagem junto aos órgãos de controle, conselhos de saúde e demais instâncias administrativas, quando designado;
XIII – Exercer outras atribuições correlatas determinadas pela autoridade superior, compatíveis com a natureza do cargo.

66. - ASSESSOR DE GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO

I- Assessorar o Secretário na recepção de pessoas e autoridades que se dirijam a ele, identificando as demandas por políticas públicas municipais, propondo ações para atender tais demandas;
II - Organizar a agenda do Secretário para trabalhos administrativos e sociais da Secretaria, conforme diretrizes do mesmo;
III – Assessorar o Secretário na organização de registros da agenda de reuniões, dispondo horários de reuniões e avisando previamente os participantes acerca de datas, locais e horários;
IV - Assessorar o gestor por meio da organização e controle de documentos ou relatórios relativos às políticas públicas em desenvolvimento ou em fase de implantação;
V – Assessorar o Secretário na materialização, execução e avaliação de projetos e atividades planejadas;
VI - Assessorar no encaminhamento de propostas, projetos e anteprojetos, representações e demais submetidos à sua apreciação;
VII - Assessorar o gestor na elaboração, implementação e desenvolvimento de ações articuladas com órgãos de esfera municipal, estadual ou federal;
VIII – Assessorar o Secretário na identificação de demandas por políticas públicas municipais, propondo ações para atender tais demandas;
IX - Realizar outras tarefas afins.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F4D51A08

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 93/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome ALANA KOGERASKI		Matrícula 9530-05
Cargo ASSISTENTE SOCIAL	CPF 070.313.769-71	RG 10.469.719-4
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER/ CREAS	Conta corrente/poupança 000813815158-5	Banco / Nº Agência Caixa Economica Federal 0393
INFORMAÇÕES DA VIAGEM		
Justificativa PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS, NOS DIAS 14, 15 e 16 DE ABRIL DE 2026, EM CURITIBA.		
Destino (Dist. Aprox.) CURITIBA 76 KM	Período **14/04/2026 a 16/04/2026**	
Hora de Saída 06:00h (aproximado)	Hora de Retorno 19:00h (aproximado)	
Transporte Veículo Oficial (x) Ônibus ( ) Aéreo ( ) Outros ( ) _____		
Valor Diária(s) (R$) 03 meia diária de R$ 60,00 cada.	Total a Receber (R$) R$ 145,98 (CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS CENTAVOS)	
Justificativa: PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS, NOS DIAS 14, 15 e 16 DE ABRIL DE 2026, EM CURITIBA.		
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO		
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 30/03/2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 30/03/2026 Data Secretário(a) Municipal		
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL		
30/03/2026 Diego Timbirussu Ribas data Prefeito Municipal		

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F4ADF3A9

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 94/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome ELIANE PICULSKI PAES		Matrícula 5202
Cargo PSICÓLOGA	CPF 582.692.821-20	RG 5.721.802-9
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER/ CREAS	Conta corrente/poupança 32.639-9	Banco / Nº Agência Banco do Brasil 0630
INFORMAÇÕES DA VIAGEM		
Justificativa PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS, NOS DIAS 14, 15 e 16 DE ABRIL DE 2026, EM CURITIBA.		
Destino (Dist. Aprox.) CURITIBA 76 KM	Período **14/04/2026 a 16/04/2026**	
Hora de Saída 06:00h (aproximado)	Hora de Retorno 19:00h (aproximado)	
Transporte Veículo Oficial (x) Ónibus ( ) Aéreo ( ) Outros ( ) _____		
Valor Diária(s) (R$) 03 meia diária de R$ 60,00 cada.	Total a Receber (R$) R$ 145,98 (CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS CENTAVOS)	
Justificativa: PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS, NOS DIAS 14, 15 e 16 DE ABRIL DE 2026, EM CURITIBA.		
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO		
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 30/03/2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 30/03/2026 Data Secretário(a) Municipal		
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL		
30/03/2026 Diego Timbirussu Ribas data Prefeito Municipal		

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8D42273B

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 95/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome FRANCIELE IAVORSKI REMIÃO BASTOS		Matrícula 82493
Cargo PSICÓLOGA	CPF 8196258-9	RG 13.342.629-9
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER/ CREAS	Conta corrente/poupança 32.639-9	Banco / Nº Agência Nubank 0260
INFORMAÇÕES DA VIAGEM		
Justificativa PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS, NOS DIAS 14, 15 e 16 DE ABRIL DE 2026, EM CURITIBA.		
Destino (Dist. Aprox.) CURITIBA 76 KM	Período **14/04/2026 a 16/04/2026**	
Hora de Saída 06:00h (aproximado)	Hora de Retorno 19:00h (aproximado)	
Transporte Veículo Oficial (x) Ónibus ( ) Aéreo ( ) Outros ( ) _____		
Valor Diária(s) (R$) 03 meia diária de R$ 60,00 cada.	Total a Receber (R$) R$ 145,98 (CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS CENTAVOS)	
Justificativa: PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS, NOS DIAS 14, 15 e 16 DE ABRIL DE 2026, EM CURITIBA.		
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO		
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 30/03/2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 30/03/2026 Data Secretário(a) Municipal		
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL		
30/03/2026 Diego Timbirussu Ribas data Prefeito Municipal		

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:37B82CFD

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 96/2026

DADOS DO SERVIDOR		
Nome SARAH KRAINSKI MARTINS		Matrícula 80859
Cargo PSICÓLOGA	CPF 110.849.069-70	RG 13.198.158-9
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER/ CRAS	Conta corrente/poupança 732848946-5	Banco / Nº Agência Caixa Economica Federal 0393
INFORMAÇÕES DA VIAGEM		
Justificativa PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS, NOS DIAS 14, 15 e 16 DE ABRIL DE 2026, EM CURITIBA.		
Destino (Dist. Aprox.) CURITIBA 76 KM	Período **14/04/2026 a 16/04/2026**	
Hora de Saída 06:00h (aproximado)	Hora de Retorno 19:00h (aproximado)	
Transporte Veículo Oficial (x) Ónibus ( ) Aéreo ( ) Outros ( ) _____		
Valor Diária(s) (R$) 03 meia diária de R$ 60,00 cada.	Total a Receber (R$) R$ 145,98 (CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS CENTAVOS)	
Justificativa: PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS, NOS DIAS 14, 15 e 16 DE ABRIL DE 2026, EM CURITIBA.		

SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 30/03/2026 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 30/03/2026 Data Secretário(a) Municipal
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL
30/03/2026 Diego Timbirussu Ribas data Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BD83EF3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 141/2026

DECRETO N.º 141/2026

Regulamenta a Lei Municipal n° 1.007/2010 e suas alterações, estabelecendo a escala anual de plantão obrigatório das farmácias e drogarias para o ano de 2026 e dá outras providências.

O prefeito Municipal do Município de Mallet-PR, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto no § 2°, do art. 3º da Lei Municipal nº 1.007/2010, que estabelece a necessidade de regulamentação, pelo Poder Executivo, do regime de plantão das farmácias locais;
CONSIDERANDO o contido no Processo Cloud n° 00000353/2026;
CONSIDERANDO o contido no Processo Cloud n° 00001016/2026;

D E C R E T A:
Art. 1º. Fica estabelecida a escala do ano de 2026 de plantão obrigatório das farmácias e drogarias, composta pelas seguintes farmácias:
1ª – Farmácia Santo Antônio;
2ª – Farmácia Rede Hiper Farma;
3ª – Farmácia Extra Farma;
4ª – Farmácia Forte Farma (Rua XV de Novembro);
5ª – Farmácia Divina Farma.
§1º. A ordem de escala está presente no Anexo I deste Decreto.
§2º. A rede que for proprietária de mais de um estabelecimento do rol presente no *caput* poderá optar em manter ambos abertos ou apenas um durante o plantão obrigatório, desde que indique previamente aos outros estabelecimentos qual ficará aberto, a fim que essa informação conste na placa prevista no art. 7º da Lei Municipal nº 1.007/2010.
Art. 2°. A escala de plantão obrigatório adotará o sistema de rodízio, sendo de uma semana a duração do plantão de cada farmácia, iniciando-se sempre às 08h00min (oito horas) de segunda-feira, findando às 07h59min (sete horas e cinquenta e nove minutos) da segunda-feira subsequente.
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário, especialmente o Decreto n° 727/2025.
Prefeitura Municipal de Mallet, 25 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

ANEXO I
ESCALA DE PLANTÃO DO ANO DE 2026

SEMANA	INÍCIO	PLANTÃO
Semana 11	23/03/2026	Farmácia Santo Antônio
Semana 12	30/03/2026	Farmácia Divina Farma
Semana 13	06/04/2026	Farmácia Hiper Farma
Semana 14	13/04/2026	Farmácia Extra Farma
Semana 15	20/04/2026	Farmácia Forte Farma
Semana 16	27/04/2026	Farmácia Divina Farma
Semana 17	04/05/2026	Farmácia Santo Antônio
Semana 18	11/05/2026	Farmácia Hiper Farma
Semana 19	18/05/2026	Farmácia Extra Farma
Semana 20	25/05/2026	Farmácia Forte Farma
Semana 21	01/06/2026	Farmácia Divina Farma
Semana 22	08/06/2026	Farmácia Santo Antônio
Semana 23	15/06/2026	Farmácia Hiper Farma
Semana 24	22/06/2026	Farmácia Extra Farma
Semana 25	29/06/2026	Farmácia Forte Farma
Semana 26	06/07/2026	Farmácia Divina Farma
Semana 27	13/07/2026	Farmácia Santo Antônio
Semana 28	20/07/2026	Farmácia Hiper Farma
Semana 29	27/07/2026	Farmácia Extra Farma
Semana 30	03/08/2026	Farmácia Forte Farma
Semana 31	10/08/2026	Farmácia Divina Farma
Semana 32	17/08/2026	Farmácia Santo Antônio
Semana 33	24/08/2026	Farmácia Hiper Farma
Semana 34	31/08/2026	Farmácia Extra Farma
Semana 35	07/09/2026	Farmácia Forte Farma
Semana 36	14/09/2026	Farmácia Divina Farma
Semana 37	21/09/2026	Farmácia Santo Antônio
Semana 38	28/09/2026	Farmácia Hiper Farma
Semana 39	05/10/2026	Farmácia Extra Farma
Semana 40	12/10/2026	Farmácia Forte Farma

Semana 41	19/10/2026	Farmácia Divina Farma
Semana 42	26/10/2026	Farmácia Santo Antônio
Semana 43	02/11/2026	Farmácia Hiper Farma
Semana 44	09/11/2026	Farmácia Extra Farma
Semana 45	16/11/2026	Farmácia Forte Farma
Semana 46	23/11/2026	Farmácia Divina Farma
Semana 47	30/11/2026	Farmácia Santo Antônio
Semana 48	07/12/2026	Farmácia Hiper Farma
Semana 49	14/12/2026	Farmácia Extra Farma
Semana 50	21/12/2026	Farmácia Forte Farma
Semana 51	28/12/2026	Farmácia Divina Farma

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:71692F6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 151/2026 - ABERTURA DE PSS - CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS SEMANAIS

EDITAL Nº 151/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS SEMANAIS
(ATUAÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA)

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 37, inciso IX, e artigo 196 da Constituição Federal, bem como na Lei Municipal nº 2.093/2013 e Lei Municipal nº 3.208/2018,

CONSIDERANDO:

I. Que a saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição Federal;
II. A necessidade de manutenção contínua dos atendimentos prestados nas Unidades Básicas de Saúde – UBS;
III. A existência de vacância de cargos efetivos, afastamentos legais e licenças;
IV. O papel essencial dos Técnicos de Enfermagem na assistência à saúde;
V. O risco de prejuízo à população em caso de descontinuidade dos serviços;
VI. A impossibilidade de reposição imediata por concurso público;
VII. Que a contratação temporária encontra respaldo no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal;
VIII. O caráter excepcional e transitório da contratação;
IX. O dever do Município de garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos de saúde;

TORNA PÚBLICO

A abertura de Processo Seletivo Simplificado – PSS para contratação temporária de Técnico de Enfermagem.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado – PSS destina-se à seleção de profissionais para contratação temporária no cargo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuação nos estabelecimentos da Rede Municipal de Saúde de Mandaguari.

1.2 A seleção será realizada exclusivamente por meio de Análise de Títulos de Escolaridade, Aperfeiçoamento Profissional e Experiência Profissional, conforme critérios estabelecidos neste Edital.

1.3 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer as normas estabelecidas neste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a contratação.

1.4 As vagas serão disponibilizadas para contratação somente após esgotadas todas as demais formas de suprimento por servidores efetivos, adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde, observada a necessidade temporária e excepcional do serviço público.

1.5 A participação no PSS gera mera expectativa de contratação, não implicando obrigatoriedade por parte da Administração Pública.

1.6 A contratação decorrente deste PSS terá natureza administrativa temporária, não gerando estabilidade, vínculo permanente ou direito à efetivação.

1.7 A convocação dos candidatos classificados ocorrerá conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final.

1.8 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais, comunicados e convocações referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

1.9 Será admitida impugnação deste Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da data de sua publicação no Diário Oficial do Município. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, devidamente fundamentada, e encaminhada ao e-mail oficial: pssmandaguari@gmail.com.

2. DA VIGÊNCIA

A vigência desse Processo Seletivo será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação para mais 12 (doze) meses, respeitado o prazo limite de até dois anos a contar da data de publicação da classificação final.

3. DA DIVULGAÇÃO
A divulgação oficial dar-se-á por meio do site da Associação dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp) e no site da Prefeitura de Mandaguari (www.mandaguari.pr.gov.br)

4. DO CARGO, REQUISITO MÍNIMO, VENCIMENTO E VAGAS:
As funções, requisitos mínimos exigidos, remuneração e as vagas são os estabelecidos no quadro abaixo.

VAGAS	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	C/H SEMANAL	SALÁRIO (R$)
04+CR	TECNICO DE ENFERMAGEM	Curso técnico de enfermagem e carteira de identidade profissional devidamente regulamenta no conselho regional de enfermagem (COREN)	40 HORAS	R$ 2.416,46

5. ATRIBUIÇÕES TÉCNICO DE ENFERMAGEM
5.1 Executar atividades de assistência de enfermagem de nível médio, sob supervisão do enfermeiro, no âmbito da Atenção Básica;
5.2 Aferir sinais vitais, realizar curativos, administrar medicamentos conforme prescrição médica e de enfermagem;
5.3 Prestar assistência direta aos pacientes nas Unidades Básicas de Saúde – UBS;
5.4 Realizar procedimentos de enfermagem, observadas as normas técnicas e legais da profissão;
5.6 Atuar em ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, no âmbito individual e coletivo;
5.7 Auxiliar médicos e enfermeiros na realização de procedimentos assistenciais;
5.8 Realizar acolhimento, orientação e acompanhamento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS;
5.9 Participar de campanhas de vacinação, programas de saúde pública e ações coletivas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
5.10 Registrar, de forma adequada e legível, as informações referentes ao atendimento em prontuários físicos ou eletrônicos e sistemas oficiais;
5.11 Zelar pela organização, limpeza, conservação e controle de materiais, equipamentos e insumos utilizados nas atividades de saúde;
5.12 Cumprir e fazer cumprir protocolos, normas técnicas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde;
5.13 Atuar em conformidade com os princípios do SUS, garantindo atendimento humanizado, universal e igualitário;
5.14 Executar outras atividades correlatas determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde, compatíveis com a natureza do cargo.

6. DAS INSCRIÇÕES:
6.1 As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente por meio eletrônico, mediante solicitação da ficha de inscrição à Comissão Coordenadora e Fiscalizadora do Processo Seletivo Simplificado, instituída especificamente para este certame por meio do Decreto Municipal n°131/2026 através do e-mail oficial do processo seletivo: **pssmandaguari@gmail.com**
6.2 O candidato deverá seguir o seguinte passo a passo:
a) Enviar e-mail, através do e-mail oficial do processo seletivo: pssmandaguari@gmail.com, com o assunto: **"SOLICITAÇÃO DE FICHA – PSS TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS SEMANAIS – [NOME COMPLETO DO CANDIDATO]";**
b) Aguardar o envio da ficha de inscrição pela Comissão Organizadora, que responderá somente em horário comercial (das 08h às 17h, em dias úteis);
c) Preencher corretamente todos os campos da ficha de inscrição, assinar manualmente ou digitalmente;
d) Digitalizar a ficha assinada juntamente com toda a documentação obrigatória e complementar exigida deste edital;
e) Enviar um único arquivo em formato PDF, contendo a ficha preenchida e toda a documentação, para o mesmo e-mail informado acima.
6.3 O período de inscrição será das 00:00h do dia **06 de ABRIL de 2026** até às 23:59h do dia **13 de** ABRIL de 2026, **EXCLUSIVAMENTE por meio de encaminhamento das cópias, em formato PDF, da documentação descrita ne**sta edital no e-mail: **pssmandaguari@gmail.com**. Solicitações enviadas fora desse período serão automaticamente desconsideradas, ainda que o envio da ficha tenha ocorrido dentro do prazo.
6.4 Somente serão aceitas as inscrições cujas solicitações de ficha regularmente assinada pelo candidato e envio do PDF completo, **EM ARQUIVO ÚNICO**, sejam realizadas dentro do período de vigência das inscrições. Mensagens encaminhadas fora do prazo, não serão validadas.
6.5 A responsabilidade pelo correto envio da solicitação, recebimento da ficha, preenchimento adequado e envio da documentação final em PDF único é integralmente do candidato. A Comissão Organizadora não se responsabiliza por atrasos decorrentes de erros de envio, falhas de conexão ou inconsistências no preenchimento da ficha.

7. DAS DOCUMENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO:
7.1 Da documentação OBRIGATÓRIA:

Cópia da ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada, a ser solicitada previamente pelo candidato, por meio do e-mail oficial do PSS, junto à Comissão Avaliadora, conforme este edital
Cópia escaneada e visível (frente e verso) do RG;
Cópia escaneada e visível (frente e verso) do CPF;
Cópia escaneada e visível do comprovante de endereço;
Cópia escaneada e visível (frente e verso) do Título de Conclusão do Curso de Auxiliar/ Técnico de Enfermagem;
Cópia escaneada e visível (frente e verso) da Carteira de identificação profissional (COREN);

7.2 Da documentação OPTATIVA:
Cópia escaneada e visível(frente e verso) de cada um dos certificados dos títulos de aperfeiçoamento profissional (COM NO MÍNIMO 60H/AULA CADA) para contagem de pontos conforme tabela do item 9 do presente edital – LIMITE DE ATÉ CINCO CERTIFICADOS
Cópia escaneada e visível de comprovantes de experiência profissional podendo estes ser, cumulativamente, ou não, à escolha do candidato:
Cópia da carteira de trabalho com registro em estabelecimento de saúde onde exerceu afunção de Técnico de Enfermagem
Cópia do Currículo Lattes, com registro de comprovada experiência na área
Cópia de Contratos (especificando o tempo de trabalho) na área
Cópia de Declarações de órgãos públicos acompanhados de editais de chamamento público, especificando o tempo de trabalho, na área.

8. DA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO E CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS.

A validação da inscrição do candidato será efetuada pela comissão de avaliação conforme Decreto Municipal **nº 131/2026,** após conferência da documentação enviada pelo candidato, pelo e-mail oficial do presente PSS: pssmandaguari@gmail.com durante o período de inscrição e das informações prestadas pelo candidato no ato de envio de sua inscrição.

A Banca Examinadora procederá com toda a comunicação necessária ao candidato **EXCLUSIVAMENTE** via e-mail oficial, podendo haver solicitações de correções a serem executadas pelo candidato, com prazo determinado pela Banca, sob pena de REPROVAÇÃO da inscrição do candidato que não apresentar os requisitos obrigatórios prepostos no item 6 do presente edital, e/ou a não obediência às recomendações e os prazos estabelecidos pela comissão de avaliação.

9. DO CRONOGRAMA
Este processo seletivo será composto das seguintes fases:

FASE	DATA/PERIODO
INSCRIÇÕES	Das 00:00h do dia 06 de abril de 2026 até às 23:59h do dia 13 de abril de 2026, EXCLUSIVAMENTE por meio de encaminhamento das cópias, em formato PDF, da documentação descrita no Item 07 deste edital no e-mail: pssmandaguari@gmail.com
TAXA DE INSCRIÇÃO	Não há taxa de inscrição
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	Dia 16 de abril de 2026
PUBLICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Dia 22 de abril de 2026
RECURSO DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Das 00:00h do dia 23 de abril 2026 até às 23:59h do dia 24 de abril de 2026
CLASSIFICAÇÃO FINAL	Dia 28 de abril de 2026

10. DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS
O PSS consistirá na avaliação e pontuação (ANEXO II) dos documentos acadêmicos e trabalhistas apresentados pelo candidato, referentes à Escolaridade, Especialização, Aperfeiçoamento Profissional e Experiência Profissional, sendo:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 40 horas	
DOCUMENTO	**PESO**
Titulo de Conclusão de Curso Técnico de Enfermagem	**30 pontos**
Cursosde aperfeiçoamento na área de Técnico em Enfermagem, reconhecidos pelo MEC e com no mínimo 90 horas de duração por curso.*	**Até 20 pontos**
Tempo de Serviço na Área de Técnico de Enfermagem**	**Até 50 pontos**
TOTAL DE PONTOS	**100 PONTOS**

** Será atribuído o valor de 4,0 pontos a cada título apresentado, sendo limitada a apresentação de até 05 (cinco) títulos, com teto máximo de 20 pontos*
*** Será atribuído o peso de 10 (dez) pontos a cada ciclo de um ano (12 meses) de experiência profissional comprovadamente exercida e 5,0 pontos a cada ciclo de até 06 meses de experiência profissional comprovada POR LOCAL DE TRABALHO, com teto máximo de 50 pontos*

11. DA CLASSIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO
Os candidatos inscritos para os cargos relacionados serão classificados pelo total de pontos obtidos na avaliação de títulos e tempo de serviço, em ordem decrescente, sendo convocados para contratação de acordo com a necessidade dos estabelecimentos públicos.
O resultado final do PSS, contendo a classificação dos candidatos, será divulgado nos quadros de aviso da sede da Prefeitura Municipal de Mandaguari, e, na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Zacarias de Vasconcelos, nº 382 – Centro, e publicado no Diário Oficial do Município, garantindo ampla transparência e acesso à informação.

12. DOS RECURSOS
Após a publicação do resultado oficial, serão admitidos pedidos de RECURSO, no prazo de 2 (dois) dias úteis, desde que realizados nos moldes do ANEXO V, cuja cópia escaneada, preenchida e assinada deverá ser encaminhada ao e-mail: pssmandaguari@gmail.com, onde será respondida pela Comissão de avaliação via E-MAIL OFICIAL.

13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Em caso de empate na pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

13.1 Maior Grau de Escolaridade:
Terá preferência o candidato que possuir número de titulação acadêmica, observando o critério mínimo de 60h de duração por título de especialização na área de saúde, estritamente correlatos ao exercício da função de técnico de enfermagem;

13.2 Maior Tempo de Experiência Profissional na Área:
Caso o empate ainda persista, terá preferência o candidato com maior tempo de atuação profissional comprovada na área de técnico de enfermagem considerando documentos como contratos, certidões, declarações ou carteira de trabalho.

13.4 Maior Idade:
Se os critérios anteriores não forem suficientes para o desempate, será considerado o candidato de maior idade, com base na data de nascimento constante no RG.

13.5 Ordem Alfabética:
Como critério derradeiro, será utilizado o nome completo do candidato, em ordem alfabética.

14. DOS REQUISITOS MÍNIMOS E OBRIGATÓRIOS PARA INVESTIDURA NO CARGO
São requisitos mínimos e obrigatórios para a investidura no quadro de pessoal temporário do Município de Mandaguari:

Possuir nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da legislação federal;

Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

Estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com as obrigações militares;

Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima imediatamente inferior à prevista para aposentadoria compulsória;

Possuir habilitação legal para o exercício do cargo, incluindo registro ativo e regular no Conselho Regional de Enfermagem – COREN, quando exigido;

Não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, por motivo de infração disciplinar;

Ter sido aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital;

Não acumular cargo, emprego ou função pública, salvo nos casos permitidos pela Constituição Federal (art. 37, incisos XVI e XVII);

Apresentar todos os documentos exigidos por lei e pelas normas da Administração Municipal no ato da contratação;

Possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo, comprovada mediante exame médico admissional realizado pelo Município;

Atender às demais exigências previstas neste Edital.

Não receber benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de previdência Social relativo a emprego público ou função pública (Art. 37 § 10 da Constituição Federal), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

15. DA CONTRATAÇÃO

Os candidatos aprovados no presente processo seletivo, obedecida a classificação final, serão convocados para a contratação por meio do Edital de Convocação publicado no quadro de avisos da prefeitura Municipal de Mandaguari e na Secretaria Municipal de Saúde, no site oficial do Município de Mandaguari e no O Diário do Norte do Paraná. Os candidatos serão contratados de acordo com a ordem de classificação e a necessidade dos estabelecimentos públicos, durante o período de validade deste Processo Seletivo.

O candidato convocado deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do edital de Convocação, munido da documentação constante no edital , sob pena de sua desídia ser considerada renúncia ao objeto do certame, à relação jurídica e ao direito de contratar com a municipalidade, sendo convocado o próximo classificado da lista. Por ocasião da contratação, serão exigidos do candidato classificado os seguintes documentos:

• RG – Carteira de Identidade
• CPF- Cadastro dePessoaFísica
• Título de Eleitor
• Certidão de Nascimento ou Casamento
• CNH - Carteira Nacional de Habilitação
• CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social (1ª e 2ª página). Em caso de Contratação CLT, é necessário a Carteira de Trabalho original.
• PIS/PASEP- Extrato/Comprovante
• Comprovante de Residência (máximo 30 dias)
• Comprovante de Escolaridade
• Registro de Órgão Responsável
• Certidão de Alistamento Militar ou Dispensa de Incorporação (para o sexo masculino)
• Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum)
• 02 Fotos 3x4
• Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21Anos
• Certidão de Quitação Eleitoral atualizada emitida pela Justiça Eleitoral (pode ser retirada pelo site www.tse.jus.br)
• Declaração de Imposto de Renda (emitida pela Receita Federal)
• Declaração de que não se encontra em Situação de Acúmulo Ilegal de Proventos, Funções, Empregos e Cargos Públicos*
• Declaração de Bens e Valores que integram o Patrimônio Privado*
• Formulário de Cadastro de Pessoas*
• Declaração e número Conta Salário (pegar declaração para abertura da conta no Departamento de Gestão)
• Atestado de incapacidade/deficiência de filhos de qualquer idade se houver.
• Declaração de Dependentes para Imposto de Renda*
• Exame Admissional.

16. A RESCISÃO DO CONTRATO PODERÁ OCORRER:

A pedido do contratado;
Pela Conveniência da administração, a juízo da autoria que procedeu a contratação;
Pelo cometimento de infração contratual, apurada em processo sumário;
Pelo de curso dos prazos estabelecidos consignado no instrumento contratual;
Quando o contratado fica afastado por mais de 15 (quinze) dias de suas atividades por qualquer motivo, salvo por licença maternidade.
No ato de sua contratação, o candidato deverá preencher a Declaração de que não ocupa outro cargo/emprego ou função pública, junto à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista ou Fundações Instituídas pelo Poder Público, salvo acumulação legal prevista (ART.37, inciso XVI e XVII, da Constituição de 1988). O regime jurídico que rege as contratações provenientes deste Edital é o Estatutário - Temporário.

17. DAS VEDAÇÕES

No ato da contratação, o candidato deverá apresentar declaração de que não ocupa cargo, emprego ou função pública acumulável, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aprovação neste Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionado à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do processo seletivo.

O acompanhamento das publicações de Editais, avisos comunicados relacionados ao processo seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Na desistência, renúncia ou eliminação de algum candidato aprovado dentro do número de vagas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

Os casos omissivos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora e Fiscalizadora do Processo Seletivo Simplificado, no que couber.

Mandaguari (PR), 31 de março de 2026.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:B195A4AD

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 44/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2025
PROCESSO N° 15/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n. 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e a **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **R DE A JOHNSSON**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 42.449.955/0001-70, com endereço na Rua Padre Ribeiro, 527, CENTRO CEP: 83540-000, na cidade de Rio Branco do Sul/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **RODRIGO DE ASSIS JOHNSSON**, inscrito no CPF sob o nº 106.976.929-06, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do Pregão 04/2025, bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 44/2025 referente ao Pregão n° 04/2025, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 27 de Março de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente a prorrogação, conforme solicitação da secretaria (em anexo), será de acordo com tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRICAO	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	18	CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DE AUTOMAÇÃO FINANCEIRA	Mês	12	R$4.308,22	R$51.698,62

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original, datado de 27 de Março de 2025.

Mandaguari (PR), 26 de Março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

RODRIGO DE ASSIS JOHNSSON
R de A Johnsson

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:86759C7F

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025
PROCESSO Nº 57/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e a **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **SATURNO COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 48.936.631/0001-43, com endereço na RUA MANOEL HERCULANO MARQUES DE FONTES, 0, LOTEAMENTO PARQUE SÃO MARTINHO, CEP: 13040-703, na cidade de Campinas/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, a

Senhora **GRAZIELE MARIÁ DE SOUZA NOVAES**, inscrito no CPF sob o nº. 541.932.238-25, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do Pregão 21/2025, bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Ata n° 131/2025 referente ao Pregão n° 21/2025, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 29 de Abril de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente a prorrogação, conforme solicitação da secretaria (em anexo), será de acordo com tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
33	1	LUMINÁRIA PÚBLICA POTÊNCIA MÁXIMA DE 150W EM LED, COM INMETRO, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 60.000HS LUMINÁRIA PÚBLICA POTÊNCIA MÁXIMA DE 150W EM LED, COM INMETRO, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 60.000HS COMPROVADA COM LM80 – L70, LUZ NA COR 5000K, TENSÃO BIVOLT, FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMO DE 0,98, DISTORÇÃO HARMÔNICA INFERIOR A 9%, DPS 10KV E 10KA, IP66, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO 24.000 LÚMENS, COM FOTOCÉLULA INCORPORADA OU TOMADA MAIS FOTOCÉLULA, PINTURA ELETROSTÁTICA COR VERDE RAL6002, CABO DE CINCO METROS SEM EMENDAS, GARANTIA LUMINÁRIA E FOTOCÉLULA MÍNIMA DE SEIS (06) ANOS	PERFECT LED	7	80	210,00	16.800,00
34	1	LUMINÁRIA PÚBLICA POTÊNCIA MÁXIMA DE 100W EM LED, COM INMETRO, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 60.000HS COMPROVADA COM LM80	PERFECT LED	7	80	157,00	12.560,00
38	1	PROJETOR LED 100W, 5.000K,100-240V 16.500 LUMENS VIDA ÚTIL 50.000HS	PERFECT LED	7	75	28,90	2.167,50
39	1	PROJETOR LED 50W, 5.000K,100-240V 6.500 LUMENS VIDA ÚTIL 50.000HS	PERFECT LED	7	35	45,00	1.575,00
40	1	PROJETOR LED 200W, 5.000K,100-240V 33.000 LUMENS VIDA ÚTIL 50.000HS	PERFECT LED	7	75	48,00	3.600,00

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Ata de Registro de Preços Original, datado de 29 de Abril de 2025.

Mandaguari (PR), 31 de Março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

GRAZIELE MARIÁ DE SOUZA NOVAES
Saturno Comercio De Material Eletrico E Eletronico LTDA

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:7DD9D305

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025
PROCESSO Nº 57/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e a **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **STELLAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 52.933.047/0001-01, com endereço na RUA TIRADENTES, 2449, INDUSTRIAL, CEP: 32230-020, na cidade de CONTAGEM/MG, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **ROSENEI DA SILVA REIS**, inscrito no CPF sob o nº. 033.885.646-39, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do Pregão 21/2025, bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Ata n° 132/2025 referente ao Pregão n° 21/2025, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 29 de Abril de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente a prorrogação, conforme solicitação da secretaria (em anexo), será de acordo com tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
50	1	LUMINÁRIA LED REFLETOR MÁXIMA 400W - ÍNDICE DE PROTEÇÃO (IP): IP67; DRIVER COM IP67; FLUXO LUMINOSO DO LED SUPERIOR A 56.500 LUMENS	LUMANTI	7	50	353,20	17.660,00

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Ata de Registro de Preços Original, datado de 29 de Abril de 2025.

Mandaguari (PR), 31 de Março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

ROSENEI DA SILVA REIS
Stellar Comercio E Representacoes LTDA

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:2207BC7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
25º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026

25° ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026

O Município de Mandirituba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Bom Jesus, n.º 44, Centro, CEP 83.800-058, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.105.550/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito FELIPE CLAUDINO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições legais previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como, o Decreto Municipal n.º 1.216/2023 – Regulamenta a Lei 14133/2021, formaliza ao Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026. As demandas não previstas no Plano de Contratações Anual foram solicitadas pelo respectivo Secretário responsável pela pasta e está autorizada pela autoridade competente.

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COBERTORES PARA ATENDER AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ACOMPANHADAS PELAS EQUIPES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –CRAS ECENTRODE REFERÊNCIA ESPECIALIZADODEASSISTÊNCIA SOCIAL –CREAS.

Justificativa Suscinta: Considerando as pessoas em situação de rua do município; Considerando as pessoas em trânsito em Mandirituba, em decorrência do município serrota da Rodovia Regis Bittencourt; Considerando a Deliberação n.º27/2024/CEAS/PR que aprova o Incentivo Vidas Aquecidas, incentivo voltado ao atendimento para população em situação de rua no inverno,se faz necessário adquirir cobertores para atender as pessoas em situação de rua do município e famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelas equipes do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, conforme Deliberação n.º 45/2025/CEAS/PR

Item	Elemento da despesa	Especificação	Und.	Quant. A acrescent ar	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.30	Cobertor de alta qualidade 100% poliéster, gramatura mínima 350 g/m², acabamento raschel ou equivalente, alta resistência, com medidas de 1,50mX2,20M, toque ultra macio, leve, quente, confortável e com alta durabilidade. Modelo Solteiro	UND	30	R$ 81,62	R$ 2.448,60	Média	30/06/2026	Não
02	3.3.90.30	Cobertor de alta qualidade 100% poliéster, gramatura mínima 350 g/m², acabamento raschel ou equivalente, alta resistência, com medidas de 1,80MX2,20M, toque ultra macio, leve, quente, confortável e com alta durabilidade. Modelo Casal	UND	40	R$ 184,09	R$ 7.363,60	Média	30/06/2026	Não
					Valor total:		**R$ 9.812,20**		

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Contratação de serviços de locação de brinquedos infláveis para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Justificativa Suscinta: A contratação de serviços de locação de brinquedos infláveis justifica-se pela necessidade de promover atividades recreativas e de integração social voltadas às crianças, adolescentes e famílias atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. A ação contribui para o fortalecimento de vínculos comunitários, inclusão social e garantia de acesso ao lazer, especialmente em eventos e ações socioassistenciais realizadas pelo município.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.39	Futebol de Sabão + Canhão de espuma	DIÁRIA	01	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00	Médio	18/04/2026	Não
02	3.3.90.39	Guerra de Cotonete - RING UFC	DIÁRIA	01	R$ 750,00	R$ 750,00	Médio	18/04/2026	Não
03	3.3.90.39	Tobogã gigante	DIÁRIA	01	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00	Médio	18/04/2026	Não
04	3.3.90.39	Tobogã descida dupla	DIÁRIA	01	R$ 950,00	R$ 950,00	Médio	18/04/2026	Não
05	3.3.90.39	Mini circuito inflável	DIÁRIA	01	R$ 850,00	R$ 850,00	Médio	18/04/2026	Não
06	3.3.90.39	Chute a Gol - Inflável	DIÁRIA	01	R$ 500,00	R$ 500,00	Médio	18/04/2026	Não
07	3.3.90.39	Mini tobogã com piscina de bolinhas	DIÁRIA	01	R$ 750,00	R$ 750,00	Médio	18/04/2026	Não
08	3.3.90.39	Cama elástica (g)	DIÁRIA	02	R$ 400,00	R$ 800,00	Médio	18/04/2026	Não
09	3.3.90.39	Alpinismo inflável	DIÁRIA	01	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00	Médio	18/04/2026	Não
10	3.3.90.39	Corrida de obstáculos	DIÁRIA	01	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	Médio	18/04/2026	Não
11	3.3.90.39	Tobogã castelinho	DIÁRIA	01	R$ 700,00	R$ 700,00	Médio	18/04/2026	Não
12	3.3.90.39	Piscina de bolinha e escorregador	DIÁRIA	02	R$ 700,00	R$ 1.400,00	Médio	18/04/2026	Não
				Valor total: R$	**11.900,00**				

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: A contratação de serviços de locação de brinquedos infláveis e Não infláveis pela Secretariade Educação, Cultura,Esporte e Lazer.

Justificativa Suscinta: Justifica-se a inclusão da contratação de brinquedos infláveis e não infláveis, bem como de carrinho de pipoca e algodão doce, no PCA 2026 da Secretaria Municipalde Educação, em razão da definição posterior do calendário escolar, que passou a contemplar eventos pedagógicos, culturais e recreativos não previstos à época da elaboração do plano. Tais contratações visam promover aintegração escolar, o bem-estardos alunos e ofortalecimento das ações educativas, atendendo ao interesse público.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Qu ant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
1	3.3.90.39	Tobogãcom Piscina	DIÁRIA	04	R$ 1.000,00	R$ 4.000,00	Alto	18/04/2026	Não
2	3.3.90.39	Futebolde Sabão +Canhãodeespuma	DIÁRIA	04	R$ 1.500,00	R$ 6.000,00	Alto	18/04/2026	Não
3	3.3.90.39	CanhãodeEspuma	DIÁRIA	04	R$ 850,00	R$ 3.400,00	Alto	18/04/2026	Não
4	3.3.90.39	SlideRadical	DIÁRIA	04	R$ 1.000,00	R$ 4.000,00	Alto	18/04/2026	Não
5	3.3.90.39	Toboágua Radical	DIÁRIA	04	R$ 1.000,00	R$ 4.000,00	Alto	18/04/2026	Não
6	3.3.90.39	FutebolDeSabãoCoberto	DIÁRIA	07	R$ 1.200,00	R$ 8.400,00	Alto	18/04/2026	Não
7	3.3.90.39	Guerra De Cotonete -RingUfc	DIÁRIA	07	R$ 750,00	R$ 5.250,00	Alto	18/04/2026	Não
8	3.3.90.39	Tobogã Gigante	DIÁRIA	07	R$ 1.200,00	R$ 8.400,00	Alto	18/04/2026	Não
9	3.3.90.39	Tobogã Descida Dupla	DIÁRIA	04	R$ 950,00	R$ 3.800,00	Alto	18/04/2026	Não
10	3.3.90.39	Mini Circuito Inflável	DIÁRIA	04	R$ 850,00	R$ 3.400,00	Alto	18/04/2026	Não
11	3.3.90.39	Chute A Gol– Inflável	DIÁRIA	07	R$ 500,00	R$ 3.500,00	Alto	18/04/2026	Não
12	3.3.90.39	Mini Tobogã Com Piscina De Bolinhas	DIÁRIA	07	R$ 750,00	R$ 5.250,00	Alto	18/04/2026	Não
13	3.3.90.39	Cama elástica (g):	DIÁRIA	04	R$ 400,00	R$ 1.600,00	Alto	18/04/2026	Não
14	3.3.90.39	GiroRadical	DIÁRIA	04	R$ 1.000,00	R$ 4.000,00	Alto	18/04/2026	Não
15	3.3.90.39	Piscina de bolinhas cubo com escorrega:	DIÁRIA	04	R$ 600,00	R$ 2.400,00	Alto	18/04/2026	Não
16	3.3.90.39	Alpinismo Inflável	DIÁRIA	07	R$1.500,00	R$ 10.500,00	Alto	18/04/2026	Não
17	3.3.90.39	KiddiePlay Parquinho	DIÁRIA	04	R$ 700,00	R$ 2.800,00	Alto	18/04/2026	Não
18	3.3.90.39	Corrida de obstáculos	DIÁRIA	07	R$ 1.000,00	R$ 7.000,00	Alto	18/04/2026	Não
19	3.3.90.39	Tobogã Castelinho	DIÁRIA	04	R$ 700,00	R$ 2.800,00	Alto	18/04/2026	Não

20	3.3.90.39	Piscina De Bolinha E	DIÁRIA	04	R$ 700,00	R$ 2.800,00	Alto	18/04/2026	Não
21	3.3.90.39	**Locação de carrinho de pipoca completo:** incluindo todos os insumos e materiais, como milho de pipoca, óleo, gás, açúcar, embalagens, acompanhado de um profissional capacitado e responsável pela confecção das pipocas na hora, no dia do evento, pelo período de 8 horas (média de 400 a 500 pacotes de 50 a 100 gramas).	DIÁRIA	12	R$ 1.000	R$ 12.000,00	Alto	18/04/2026	Não
22	3.3.90.39	**Locação de Carrinho de algodão doce completo:** acompanhado de um profissional capacitado e responsável pela confecção do algodão, no dia do evento, pelo período de 8 horas. b) Produto: O algodão doce deverá ser produzido na hora e distribuídos de forma gradual e continuo, ter tamanho mínimo aproximado de 15cm por 20cm e em vareta para algodão doce (sem ponta com acabamento redondo e com tamanho aproximado de 30 cm)	DIÁRIA	12	R$ 1.000	R$ 12.000,00	Alto	18/04/2026	Não
				Valor total: R$ 117.300,00					

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Locação de imóvel para implantação do Centro de Educação em Tempo Integral(Jornada Ampliada)

Justificativa Suscinta: A demanda de locação não consta no PCA 2026 por se tratar de **necessidade superveniente**, identificada após a elaboração do plano, decorrente do **aumento da demanda por vagas em jornada ampliada** e da ampliação das ações para implantação do Centro de Educação em Tempo Integral, não sendo possível prever, à época, a insuficiência da infraestrutura física disponível.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	4.4.90.51	Locação de imóvel para implantação do Centro de Educação em Tempo Integral (Jornada Ampliada) com no mínimo 8 salas de aula	mês	60	R$ 27.000,00	R$ 1.620.000,00	Alta	15/04/2026	Não
					Valor total: R$ 1.620.000,00				

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Abertura de processo licitatório para Aquisição de veículos para o Transporte Sanitário.

Justificativa Suscinta: A aquisição de veículos justifica-se pela necessidade de ampliar e qualificar o serviço de transporte sanitário do município, garantindo o deslocamento seguro e regular de pacientes do SUS para consultas, exames e tratamentos de média e alta complexidade em municípios de referência. A medida também visa suprir a insuficiência e o desgaste da frota atual, assegurando a continuidade, eficiência e humanização do atendimento, bem como o apoio às equipes de saúde nas ações assistenciais. Destaca-se que o investimento é viabilizado por recursos provenientes de resoluções da Secretaria de Estado da Saúde, destinados ao fortalecimento da estrutura da rede pública de saúde. **Destaca-se que** a Secretaria Municipal de Saúde foi contemplada com recursos provenientes das Resoluções nº 1432/2023, nº 1762/2023, nº 1699/2024, nº 1037/2025, nº 1357/2025, nº 1432/2025 e nº 1982/2025, da Secretaria de Estado da Saúde, que viabilizam o investimento em veículos destinados ao transporte sanitário.

Item	Tipo do item (Elemento da despesa)	Especificação	Und	Quant	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Priorida de	Data Prevista	Vincula ção com outro item
01	4.4.90.52	Ambulância de Suporte Básico (TIPO B) - Veiculo tipo furgão (longo/teto alto) com carroceria em aço tipo chassis ou monobloco original de fábrica; cor predominante branca, zero km, ano/modelo 2026, volume útil mínimo do compartimento de carga: 10m3, motor diesel, capacidade mínima do tanque de combustível de 70 litros, potência máxima igual ou superior a 130 CV, 4 cilindros em linha, cilindradas mínimas de 2.100 cm³, injeção eletrônica, turbinada, protetor de cárter, caixa de câmbio com no mínimo 5 marchas à frente e 1 marcha ré, sistema de som com aparelho de rádio CD/MP3, com entrada USB e bluetooth e caixas de som instalado, ar condicionado com dupla saída, sendo uma caixa de ar na cabine e uma caixa de ar no compartimento do paciente, com comandos independentes para acionamento da ventilação, vidros dianteiros elétricos, trava elétrica de todas as portas, comprimento externo mínimo de 5.500mm, distância mínima entre eixos: 3.250 mm; altura mínima: 2.400 mm; comprimento mínimo do salão de atendimento: 2.800; altura mínima do salão de atendimento: 1.900mm; conta giros, direção elétrica ou hidráulica, faróis com regulagem de altura, com porta lateral corrediça, porta traseira com duas folhas com abertura de 180 graus, válvula antirefluxo de combustível, vidros climatizados verdes, rodas e pneus com aro 16 ou superior, freio a disco nas 04 rodas com sistema ABS, bancos com cintos de 3 (três) pontas, air bag duplo (motorista e passageiros), teto alto original de fábrica, divisória interna original do veículo, com todos os equipamentos obrigatórios exigidos em lei e em conformidade com o catálogo técnico da marca e modelo proposto. REVESTIMENTO INTERNO: Revestimento interno do teto e laterais em fibra de vidro na cor branca, com reforços em perfis de aço na linha automotiva e isolamento termo acústico em isopor tipo P2 de alta densidade, com aplicação de poliuretano injetado nas áreas de difícil acesso, vedação das junções das chapas de teto e laterais com cola poliuretânica de uso da indústria automotiva, própria para tal finalidade. REVESTIMENTO ASSOALHO: Estribo de embarque; Revestimento do assoalho em chapas de compensado naval com tratamento à prova de umidade com no mínimo 15mm de espessura, revestido com tecido emborrachado vinílico inteiriço ou em fibra de vidro, sem emendas, com acabamentos em perfis de alumínio, totalmente vedado, proporcionando uma perfeita assepsia. JANELAS CORREDIÇAS: Uma janela corrediça instalada na divisória original do veículo e uma janela corrediça instalada na porta lateral direita do compartimento do paciente, com aplicação de película jateada com 03 (três) listras centrais. CLIMATIZAÇÃO INTERNA: Um ventilador/exaustor de 12V instalado no teto do veículo para circulação e distribuição do ar no compartimento do paciente. MÓVEIS INTERNOS: Um armário aéreo instalado na lateral esquerda do compartimento do paciente, confeccionado em chapas de compensado naval com revestimento em fórmica texturizada ou em fibra de vidro na cor branca, portas de correr em acrílico transparente, utilizado para guarda de medicamentos, com comprimento de 1200mm; Uma bancada inferior confeccionada em chapas de compensado naval com revestimento em fórmica texturizada ou em fibra de vidro na cor branca, portas de correr em acrílico transparente, gavetas com corrediças metálicas, lixeira tipo tulha, local para acondicionamento da central elétrica; Um banco baú com capacidade para 03 (três) pessoas, confeccionado em chapas de compensado naval com revestimento em fórmica texturizada ou em fibra de vidro na cor branca, com assentos e encostos individuais em espuma injetada com revestimento em courvin automotivo super resistente, com cintos de segurança abdominal, com lixeira tipo tulha embutida no banco. Uma poltrona socorrista tipo anatômica, fixada no salão de atendimento próximo à cabeceira da maca, com cinto de segurança de 03 pontas. Apoiodas costas e cabeça anatômico, com proteção para recuo da cabeça, com assento e encosto em espuma injetada (densidade mínima de 45kgf/m3), revestidos em courvin automotivo super resistente. Fixada de forma que permita a mobilidade das pernas do socorrista entre a cabeceira da maca e a poltrona. SISTEMA ELÉTRICO: Toda fiação elétrica deve estar protegida por conduítes de fácil acesso para manutenção e cabos antichamas com terminais crimpados nas pontas dos fios; iluminação interna composta de 04 (quatro) luminárias de LED instaladas no compartimento do paciente, com interruptor instalado junto ao painel do motorista; painel de comando interno para ambulância com corpo em ABS injetado, destinado a alojar 06 (seis) tomadas tri polares, sendo 04 (quatro) tomadas 110V – via inversor e 02 (duas) tomadas 12V – via bateria auxiliar, chaves disjuntores para ventilação e exaustão; iluminação interna com teclas iluminadas e sistema de oxigenoterapia fixado na lateral esquerda do veículo; 01 (um) inversor de energia 12V – 110V com capacidade de 500W; 01 (uma) bateria auxiliar ligada em paralelo com a original do veículo, com sistema de bloqueio de carga das mesmas. SINALIZAÇÃO EXTERNA: 01 (um) sinalizador acústico e visual tipo barra linear de LED, 02 (dois) sinalizadores traseiros pulsantes de LED na cor vermelha e 01 (uma) sirene eletrônica de 100W de potência e no mínimo 04 (quatro) tons. MACA RETRÁTIL: 01 (uma) maca retrátil construída totalmente em alumínio com rodízios, cabeceira basculante, colchonete revestido em material impermeável na cor	UND	3	R$ 390.000,00	R$ 1.170.000,00	Alto	12/04/2026	Não

		padrão, engate rápido e 03 (três) cintos de segurança; 06 (seis) proteções tipo bolacha de aço inox para descanso das rodas da maca retrátil. PRANCHA LONGA DE IMOBILIZAÇÃO: 01 (uma) prancha longa de imobilização adulto e infantil, com cantos arredondados e extremidades sextavadas, confeccionada em ABS injetado. SISTEMA DE OXIGÊNIO: 01 (um) conjunto de oxigenoterapia composto de ré gua tripla, mangueira de oxigênio trançada de 03 (três) metros, umidificador, aspirador tipo Venturi, regulador de pressão, fluxômetro e máscara de silicone com mangueira transparente, instalado na lateral interna do veículo; 01 (um) suporte para cilindro de oxigênio de 16 litros								

		e 01 (um) cilindro de oxigênio de 16 litros. SUPORTES: 01 (um) corrimão em alumínio polido instalado na parte central do teto do compartimento do paciente, com dois pontos de fixação; 01 (um) suporte para soro e sangue instalado junto ao corrimão. DEMAIS EQUIPAMENTOS: 01 (um) equipamento de rádio comunicação fixo e móvel com antena; 01 (uma) maleta para acondicionamento de material de urgência, 01 (uma) maleta para acondicionamento de medicações, 01 (uma) maleta para acondicionamento de material de parto e com película de proteção nos vidros com 70% de transparência conforme permitido na Resolução 989/2022 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). OBSERVAÇÕES: O veículo deve ser entregue com a plotagem do brasão do município de Mandirituba e plotagem oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, conforme modelo disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/docu mento/2025- 09/af_frotas_sesa_gov_pr- _setembro-2025.pdf Será condição para pagamento do veículo que a contratada encaminhe juntamente com a Nota Fiscal e demais documentos, Termo de Garantia com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, sendo que, durante este período, constatado qualquer defeito ou vício, a Contratada se obriga a substituir o veículo ou providenciar o reparo/conserto em questão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua notificação, sem ônus para a contratante. Serão asseguradas à contratante as revisões do veículo conforme manual do fabricante, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme estabelecido no plano de manutenção do veículo (manual de garantia do fabricante), uma vez que este plano de manutenção prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, ajudando a prolongar a durabilidade do veículo e reduzindo a ocorrência de problemas. Documentação (Emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contrata.							
02	4.4.90.52	Veículo Micro-ônibus - Chassi e carroceria integrados - Zero quilometro; 2026. - Capacidade mínima de 21 Lugares. - Tacógrafo de fábrica. - Motor turbo intercooler; Euro 6. - Potência mínima de 157 cv. - torque mínimo 550 nm - Com 4 cilindros; - Sistema de injeção eletrônica; - Movido à combustível Diesel S10 , - Tração 4x2. - Para-brisa bi-partido OU inteiriço; -Tensão nominal 24 volts. - Embreagem com acionamento hidráulico ou servo assistido; - Câmbio manual de 5 marchas à frente e uma aré sincronizadas. - Direção hidráulica ou elétrica. - Tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros; - Rodas de aço no mínimo nas dimensões de 6.00 x 17,5''; - Pneus no mínimo nas dimensões de 215/75 R17.5'', radiais, sem câmara; -Rodas e pneu estepe nas mesmas especificações dos de rodagem; - PBT – Peso Bruto Total mínimo de 8.700 kg; Carroceria de acordo norma resoluçãoABNT15320/Rodoviário - Poltronas, fixas revestidas em tecido -Cintos de segurança abdominal em todas as poltronas e três pontas retrátil para o motorista -Comprimento externo mínimo de 6.535 mm - Altura interna mínima de 1.900 mm • Assoalho de madeira naval com passadeira antiderrapante - Uma porta rodoviária pantográfica instalada LD (lado direito) com acionamento pneumático e válvula de alivio sob a grade dianteira - Janelas rodoviárias móveis com vidros fume – -Traseira superior fechada, sem vidro - Parede total de separação, porta com dobradiça -Porta pacotes com iluminação de leitura - Revestimento interno, laterais e teto em BPPLUS -Desembaçador de para-brisa elétrico a ar natural -Saídas de emergência junto as janelas -Para-brisa bipartido OU inteiriço. - Ar condicionado. -Carregador de celular USB junto ao posto do motorista -Porta objetos para o posto do motorista -Porta estepe entre eixos -Iluminação interna com luminárias LEDs' - Alarme marcha ré -Pintura na cor Branca- Ferramentas: macaco, estepe e triângulo de sinalização; - Película de proteção nos vidros com 70% de transparência conforme permitido na Resolução 989/2022 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). - Documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado. Inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contratada. - Garantia e assistência técnica do chassi e da carroceria de no mínimo 12 (doze) meses, conforme manual do proprietário. Plotagem deverá seguir o manual de identificação de veículos, conforme disponível no site: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/f iles/documento/2025- 09/af_frotas_sesa_gov_pr-_setembro-2025.pdf Será condição para pagamento do veículo que a contratada encaminhe juntamente com a Nota Fiscal e demais documentos, Termo de Garantia com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, sendo que, durante este período, constatado qualquer defeito ou vício, a Contratada se obriga a substituir o veículo ou providenciar o reparo/conserto em questão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua notificação, sem ônus para a contratante. Serão asseguradas à contratante as revisões do veículo conforme manual do fabricante, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme estabelecido no plano de manutenção do veículo (manual de garantia do fabricante), uma vez que este plano de manutenção prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, ajudando a prolongar a durabilidade do veículo e reduzindo a ocorrência de problemas. Documentação (Emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contrata.	UND	1	R$ 622.000,00	R$622.000,00	Alto	12/04/2026	
03	4.4.90.52	Veículo ônibus - Chassi e carroceria integrados - Zero quilometro; 2026. - Capacidade mínima de 32 Lugares. - Tacógrafo de fábrica. - Motor turbo intercooler; Euro 6. - Potência mínima de 157 cv. - torque mínimo 550 nm - Com 4 cilindros; - Sistema de injeção eletrônica; - Movido à combustível Diesel S10 - Tração 4x2. - Para-brisa bi-partido OU inteiriço; -Tensão nominal 24 volts. - Embreagem com acionamento hidráulico ou servo assistido; Câmbio manual de 5 marchas à frente e uma aré sincronizadas. - Direção hidráulica ou elétrica. - Tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros; - Rodas de aço no mínimo nas dimensões de 6.00 x 17,5''; - Pneus no mínimo nas dimensões de 215/75 R17.5'', radiais, sem câmara; -Rodas e pneu estepe nas mesmas especificações dos de rodagem; - PBT – Peso Bruto Total mínimo de 8.700 kg; Carroceria de acordo norma resoluçãoABNT15320/Rodoviário - Poltronas, fixas revestidas em tecido -Cintos de segurança abdominal em todas as poltronas e três pontas retrátil para o motorista -Comprimento externo mínimo de 6.535 mm - Altura interna mínima de 1.900 mm • Assoalho de madeira naval com passadeira antiderrapante - Uma porta rodoviária pantográfica instalada LD (lado direito) com acionamento pneumático e válvula de alivio sob a grade dianteira - Janelas rodoviárias móveis com vidros fume – - Traseira superior fechada, sem vidro - Parede total de separação, porta com dobradiça - Porta pacotes com iluminação de leitura - Revestimento interno, laterais e teto em BPPLUS -Desembaçador de para-brisa elétrico a ar natural -Saídas de emergência junto as janelas -Para-brisa bipartido OU inteiriço. - Ar condicionado. -Carregador de celular USB junto ao posto do motorista -Porta objetos para o posto do motorista -Porta estepe entre eixos -Iluminação interna com luminárias LEDs' - Alarme marcha ré -Pintura na cor Branca - Ferramentas: macaco, estepe e triângulo de sinalização; - Película de proteção nos vidros com 70% de transparência conforme permitido na Resolução 989/2022 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). - Documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado. Inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contratada. - Garantia e assistência técnica do chassi e da carroceria de no mínimo de 12(doze) meses, conforme manual do proprietário. Plotagem deverá seguir o manual de identificação de veículos,	UND	1	R$ 672.700,00	R$ 672.700,00	Alto	12/04/2026	

		conforme disponível no site: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-09/af_frotas_sesa_gov_pr-_setembro-2025.pdf Será condição para pagamento do veículo que a contratada encaminhe juntamente com a Nota Fiscal e demais documentos, Termo de Garantia com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, sendo que, durante este período, constatado qualquer defeito ou vício, a Contratada se obriga a substituir o veículo ou providenciar o reparo/conserto em questão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua notificação, sem ônus para a contratante. Serão asseguradas à contratante as revisões do veículo conforme manual do fabricante, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme estabelecido no plano de manutenção do veículo (manual de garantia do fabricante), uma vez que este plano de manutenção prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, ajudando a prolongar a durabilidade do veículo e reduzindo a ocorrência de problemas. Documentação (Emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contrata.							
04	4.4.90.52	Veículo Automotor, tipo hatch, básico, no mínimo 04 portas**,** ano e modelo 2026/2026, capacidade para 05 ocupantes em conformidade com o Contran (CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO) Proconve (PROGRAMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO DO AR PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES) e Conama (CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE) e demais equipamentos de lei, ano de fabricação atual ou última versão, zero km, cor branca, cilindrada mínima de 1.0, biocombustível, potência mínima de 65CV, direção elétrica ou hidráulica, ar quente, desembaçador traseiro, ar condicionado, proteção de película nos vidros nos vidros com 70% de transparência conforme permitido	UND	1	R$ 89.600,00	R$ 89.600,00		12/04/2026	

		na Resolução 989/2022 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), rádio(bluetooth,USB,AUX), volume do porta malas mínimo de 290 litros, equipado com os demais itens de segurança originais de fábrica impertinentes ao modelo ofertado (Com 12 meses de garantia) devendo vir acompanhado do certificado de garantia e do manual de instruções. Documentação (emplacamento e licenciamento em nome do ente federado), inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contratada. Plotagem deverá seguir o manual de identificação de veículos, conforme disponível no site: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-09/af_frotas_sesa_gov_pr-_setembro-2025.pdf Será condição para pagamento do veículo que a contratada encaminhe juntamente com a Nota Fiscal e demais documentos, Termo de Garantia com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, sendo que, durante este período, constatado qualquer defeito ou vício, a Contratada se obriga a substituir o veículo ou providenciar o reparo/conserto em questão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua notificação, sem ônus para a contratante. Serão asseguradas à contratante as revisões do veículo conforme manual do fabricante, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme estabelecido no plano de manutenção do veículo (manual de garantia do fabricante), uma vez que este plano de manutenção prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, ajudando a prolongar a durabilidade do veículo e reduzindo a ocorrência de problemas. Documentação (Emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contrata.							
05	4.4.90.52	Veículo Automotor, tipo Utilitário, completo, no mínimo 02 portas**,** ano e modelo 2026/2026 capacidade para 02 ocupantes em conformidade com o Contran (CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO) Proconve (PROGRAMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO DO AR PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES) e Conama (CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE) e demais equipamentos de lei, ano de fabricação atual ou última versão, zero km, cor branca, cilindrada mínima de 1.3, biocombustível, potência mínima de 85CV, direção elétrica ou hidráulica, computador de bordo, ar quente, desembaçador traseiro, ar condicionado, proteção de película nos vidros nos vidros com 70% de transparência conforme permitido na Resolução 989/2022 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), rádio(bluetooth,USB,AUX), capacidade da caçamba mínimo de 1.350 litros, capacidade de carga (kg) mínima de 700Kg, alarme antifurto, equipado com os demais itens de segurança originais de fábrica impertinentes ao modelo ofertado (Com 12 meses de garantia) devendo vir acompanhado do certificado de garantia e do manual de instruções. Documentação (emplacamento e licenciamento em nome do ente federado), inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contratada. Plotagem deverá seguir o manual de identificação de veículos, conforme disponível no site: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-09/af_frotas_sesa_gov_pr-_setembro-2025.pdfl Será condição para pagamento do veículo que a contratada encaminhe juntamente com a Nota Fiscal e demais documentos, Termo de Garantia com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, sendo que, durante este período, constatado qualquer defeito ou vício, a Contratada se obriga a substituir o veículo ou providenciar o reparo/conserto em questão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua notificação, sem ônus para a contratante. Serão asseguradas à contratante as revisões do veículo conforme manual do fabricante, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme estabelecido no plano de manutenção do veículo (manual de garantia do fabricante), uma vez que este plano de manutenção prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, ajudando a prolongar a durabilidade do veículo e reduzindo a ocorrência de problemas. Documentação (Emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contrata.	UND	2	R$ 120.990,00	R$ 241.980,00	Alto	12/04/2026	
06	4.4.90.52	Veículo Tipo Van Teto Alto 15 Lugares, DE TRAÇÃO dianteira ou traseira, ano e modelo 2026/2026, novo, zero km, cor branca, 02 portas (motorista e passageiro), porta lateral para embarque de passageiros com acionamento elétrico e/ou automático, para acesso lateral à direita do veículo, porta traseira dupla com bagageiro, comprimento mínimo 5910mm, distância mínima entre eixos 3660mm, largura mínima 1990mm, altura mínima 2490mm, motor dianteiro ou traseiro mínimo 04 cilindros, rodado de tração simples, potência mínima de 130cv ou superior, sistema de alimentação por injeção eletrônica, abastecimento com combustível óleo diesel S10, capacidade mínima do tanque de combustível 80 litros ou superior, câmbio com 6 marchas a frente e 1 à ré, direção elétrica e/ou hidráulica ou eletrohidráulica, freios com sistema antibloqueio (ABS) nas quatro rodas, janelas laterias, Airbags frontais, trio elétrico com alarme, trava elétrica e vidros elétricos frontais, chave com comando de alarme e trava, sistema antifurto, câmera traseira de ré e sensor de estacionamento para manobras, cinto de segurança de 03 pontos para os ocupantes dos dois (2) assentos dianteiros, cinto de segurança para todos os passageiros, encosto de cabeça para todos os ocupantes, poltronas para os passageiros reclináveis com mínimo 30 graus de inclinação, revestidos em couro, korino ou kourvin, assoalho com proteção impermeável, estribo de embarque. Controle de tração, controle de estabilidade, travamento das portas, ar condicionado quente e frio em todo o veículo, banco do motorista com ajuste de altura e de distanciamento dos pedais, ajuste elétrico dos retrovisores, computador de bordo, controle elétrico dos vidros dianteiros, com proteção de película nos vidros nos vidros com 70% de transparência conforme permitido na Resolução 989/2022 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), som interno com rádio original de fábrica com entrada USB, sistema de iluminação externo (faróis) com regulagem de altura, documentação e emplacamento em nome da Prefeitura Municipal de Mandirituba por conta do vendedor. pneus e rodas novas compatíveis com o veículo de acordo com a especificação técnica de fábrica incluindo o estepe, faróis de neblina, conta-giros, termômetro de água do motor, tacógrafo digital, protetor de cárter/caixa de câmbio, jogo de tapetes e demais acessórios e equipamentos de série e componentes de segurança obrigatórios exigidos pela Legislação vigente para o bom funcionamento do veículo. OBSERVAÇÕES: O veículo deve ser entregue com a plotagem do brasão do município de Mandirituba e plotagem oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, conforme modelo disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-09/af_frotas_sesa_gov_pr-_setembro-2025.pdf Será condição para pagamento do veículo que a contratada encaminhe juntamente com a Nota Fiscal e demais documentos, Termo de Garantia com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, sendo que, durante este período, constatado qualquer defeito ou vício, a Contratada se obriga a substituir o veículo ou providenciar o reparo/conserto em questão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua notificação, sem ônus para a contratante. Serão asseguradas à contratante as revisões do veículo conforme manual do fabricante, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme estabelecido no plano de manutenção do veículo (manual de garantia do fabricante), uma vez que este plano de manutenção prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, ajudando a prolongar a durabilidade do veículo e reduzindo a ocorrência de problemas.	UND	4	R$ 399.990,00	R$ 1.599.960,00	Alto	12/04/2026	
07	4.4.90.52	Veículo Zero KM: Modelo/ano 2026/2026, Veículo utilitário sem acessibilidade, cor branca, carroceria tipo mini van; com capacidade para 07 ocupantes, direção hidráulica e/ou elétrica; vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras e traseiras; travas elétricas nas portas; jogo de tapetes de borracha ou material similar, na cor preta, com carpete; motor 1.8 mínimo 111CV, combustível bicombustível (etanol e gasolina) câmbio automático e/ou manual, refrigeração ar condicionado; com proteção de película nos vidros nos vidros com 70% de transparência conforme permitido na Resolução 989/2022 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN); regulagem de altura de volante, multimídia de aproximadamente 11 polegadas com autofalantes nas 4 portas, todos itens obrigatórios conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia de 12 meses; OBSERVAÇÕES: O veículo deve ser entregue com a plotagem do brasão do município de Mandirituba e	UND	2	160.000,00	R$ 320.000,00	Alto	12/04/2026	

		plotagem oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, conforme modelo disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/d efault/arquivos_restritos/files/docu mento/2025- 09/af_frotas_sesa_gov_pr-_setembro-2025.pdf Será condição para pagamento do veículo que a contratada encaminhe juntamente com a Nota Fiscal e demais documentos, Termo de Garantia com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, sendo que, durante este período, constatado qualquer defeito ou vício, a Contratada se obriga a substituir o veículo ou providenciar o reparo/conserto em questão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua notificação, sem ônus para a contratante. Serão asseguradas à contratante as revisões do veículo conforme manual do fabricante, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme estabelecido no plano de manutenção do veículo (manual de garantia do fabricante), uma vez que este plano de manutenção prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, ajudando a prolongar a durabilidade do veículo e reduzindo a ocorrência de problemas. Documentação (Emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contrata.								
08	4.4.90.52	Veículo Utilitário Pick-Up Cabine Dupla, zero quilômetro, na cor Branca; com as seguintes especificações mínimas; Veículo automotor zero quilometro tipo pick- up utilitário, movido à álcool e gasolina (flex), carroceria aberta com capota, com no mínimo cinco marchas a frente e uma a ré, deverá possuir quatro portas, mínimo de 5 lugares; ano/modelo 2026/2026; ar condicionado; travas nas 4 portas; com proteção de película nos vidros nos vidros com 70% de transparência conforme permitido na Resolução 989/2022 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN); tapete de borracha;	UND	1	R$ 139.990,00	139.990,000	Alto	12/04/2026	

		capacidade de carga no mínimo 600 KG.; motor de no mínimo 1.0 e no mínimo 100 cv; todos itens obrigatórios conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia de 12 meses; OBSERVAÇÕES: O veículo deve ser entregue com a plotagem do brasão do município de Mandirituba e plotagem oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, conforme modelo disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/d efault/arquivos_restritos/files/docu mento/2025- 09/af_frotas_sesa_gov_pr- _setembro-2025.pdf Será condição para pagamento do veículo que a contratada encaminhe juntamente com a Nota Fiscal e demais documentos, Termo de Garantia com período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, sendo que, durante este período, constatado qualquer defeito ou vício, a Contratada se obriga a substituir o veículo ou providenciar o reparo/conserto em questão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de sua notificação, sem ônus para a contratante. Serão asseguradas à contratante as revisões do veículo conforme manual do fabricante, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme estabelecido no plano de manutenção do veículo (manual de garantia do fabricante), uma vez que este plano de manutenção prevê a verificação e substituição de vários componentes dentro dos períodos esperados de vida útil, ajudando a prolongar a durabilidade do veículo e reduzindo a ocorrência de problemas. Documentação (Emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, inclusive com a confecção de placas em nome do Município de Mandirituba por conta da contrata.								
Valor total:										R$ 4.856.230,00

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Locação de imóvel para implantação do Centro de Educação em Tempo Integral (JornadaAmpliada)

Justificativa Suscinta: A demanda de locação não consta no PCA 2026 por se tratar de **necessidade superveniente**, identificada após a elaboração do plano, decorrente do **aumento da demanda por vagas em jornada ampliada** e da ampliação das ações para implantação do Centro de Educação em Tempo Integral, não sendo possível prever, à época, a insuficiência da infraestrutura física disponível.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	4.4.90.51	Locação de imóvel para implantação do Centro de Educação em Tempo Integral (Jornada Ampliada) com no mínimo 8 salas de aula	mês	60	R$ 27.000,00	R$ 1.620.000,00	Alta	15/04/2026	Não
Valor total:					R$ 1.620.000,00				

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS

Justificativa Suscinta: A inclusão se faz necessária em razão de erro de soma das secretarias, que não foi considerado na quantidade total inicial do PCA 2026.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant. a ser incluída	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
50	3.3.90.30	Pneu14.00R24,construção radial, classificação G2, mínimo16PR,para motoniveladora.	Und	48	R$10.089,33	R$484.287,84	médio	10/04/2026	Não
51	3.3.90.30	Pneu17.5R25, construçãoradial, classificação L3, mínimo16PRparapá carregadeira	Und	48	R$13.072,00	R$627.456,00	médio	10/04/2026	Não
Valor total:					R$1.111.743,84				

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços geológicos, consistentes na elaboração de estudo locacional para implantação de poço tubular profundo, no âmbito do Programa Água no Campo, do Instituto Água e Terra – IAT, compreendendo levantamento geológico, análise técnica do subsolo, elaboração de planilha de especificação de materiais com suas respectivas quantidades e desenvolvimento do projeto técnico exigido pelo programa, conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA SUSCINTA: A contratação torna-se necessária em razão da carência de infraestrutura hídrica em diversas comunidades rurais do município de Mandirituba, que enfrentam dificuldades de acesso à água potável, especialmente em períodos de estiagem. Essa realidade impacta diretamente as famílias residentes no meio rural, prejudica a produção agrícola e pecuária e compromete o desenvolvimento local.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridad e	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	33.90.39	Serviços geológicos para realizar e protocolar a solicitação de anuência prévia para a futura perfuração de poços tubulares profundos. A empresa contratada será responsável por preparar, organizar e formalizar toda a documentação técnica exigida pelo órgão regulador estadual, seguindo as normas e legislações aplicáveis, garantindo que o município esteja apto a solicitar a perfuração ao IAT.	Servi ço	5	R$ 3.000,00	R$ 15.000,00	Alto	6 de abril de 2026	Sim
02	33.90.39	Estudo locacional do poço, incluindo a análise do terreno para definição do ponto mais adequado para captação de água subterrânea, acompanhado da elaboração do projeto geológico construtivo exigido pelo IAT e da emissão da ART do profissional responsável.	Servi ço	5	R$ 2.550,00	R$ 12.750,00	Alto	6 de abril de 2026	Sim
Valor total:					R$27.750,00				

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO

Justificativa Suscinta: A inclusão se faz necessária em razão de erro de soma, que não foi considerado na quantidade total inicial do PCA 2026

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant. a ser incluída	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.39	Seguro total veículos leves	SER	07	R$675,73	R$4.730,11	médio	01/06/2026	Não
Valor total:			R$4.730,11						

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO Aquisição de 01 semi reboque tipo basculante e um semi reboque carregada tudo tipo prancha

Justificativa Suscinta: Justifica-se a inclusão de um semi reboque basculante um semi reboque carrega tudo tipo prancha no PCA2026, devido à aquisição de um cavalo mecânico por meio de convênio com a SECID. Os implementos são necessários para utilização do veículo no transporte de materiais e máquinas, garantindo melhor aproveitamento do equipamento.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quantida de	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Priorida de	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	4.4.90.52	Semi Reboque tipo Basculante 25M³	UN.	01	R$180.500,00	R$180.500,00	médio	Maiode 2026	Não
02	4.4.90.52	Semi Reboque Carrega tudo tipo Prancha	UN.	01	R$247.500,00	R$247.500,00	médio	Maio de 2026	Não
					Valor total:	R$ 428.000,00			

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de entretenimento e alimentação recreativa, compreendendo a locação e operação de brinquedos infláveis, bem como o fornecimento de pipoca e algodão doce, destinados a eventos comunitários.									
Justificativa Suscinta: A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover o bem-estar, a integração social e o lazer da comunidade em eventos festivos locais. O fornecimento de brinquedos e alimentação recreativa visa garantir um ambiente seguro e lúdico para crianças e famílias, fomentando a ocupação de espaços públicos e o fortalecimento de vínculos comunitários.									
Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Qua nt.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Priorida de	Data Prevista	Vinculaçã o com outro item
1	3.3.90.30	**GUERRA DE COTONETE - RING UFC** DESCRIÇÕES TÉCNICAS: DIMENSÕES:5.60M (C) X 5.60M (L) × 1.80M (A) IDADE RECOMENDADA: A PARTIR DE 5 ANOS PESO MÁXIMO SUPORTADO: 200KG MOTOR: 110V	DIÁRIA	06	R$750,00	R$4.500,00	Alto	20/07/2026	Não
2	3.3.90.30	TOBOGÃ GIGANTE DESCRIÇÕES TÉCNICAS: PESO MÁXIMO: 400 KG IDADE RECOMENDADA: INFANTIL E ADULTO DIMENSÕES: 6,50M (A) X 4,00M (L) X 8,50M (C) MOTOR: 110V	DIÁRIA	05	R$1.200,00	R$6.000,00	Alto	20/07/2026	Não
3	3.3.90.30	TOBOGÃ DESCIDA DUPLA DESCRIÇÕES TÉCNICAS: PESO MÁXIMO SUPORTADO: 200KG IDADE RECOMENDADA: 4 A 15 ANOS DIMENSÕES: 7.00M (C) × 5.00M (A) × 4.00M (L) MOTOR: 110V	DIÁRIA	05	R$950,00	R$4.750,00	Alto	20/07/2026	Não
4	3.3.90.30	MINI CIRCUITO INFLÁVEL DESCRIÇÕES TÉCNICAS: PESO MÁXIMO SUPORTADO: 80KG IDADE RECOMENDADA: 2 A 6 ANOS DIMENSÕES: 5,30M (C) X 3,30M (L) X 2.30M (A) MOTOR:110V	DIÁRIA	10	R$850,00	R$8.500,00	Alto	20/07/2026	Não
5	3.3.90.30	Chute a Gol - Inflável Dimensões: 2,00m (L) × 3,00m (C) × 2,30m (A) Idade recomendada: todas as idades Motor: 110V	DIÁRIA	10	R$500,00	R$5.000,00	Alto	20/07/2026	Não
6	3.3.90.30	**MINI TOBOGÃ COM PISCINA DE BOLINHAS** DESCRIÇÕES TÉCNICAS: DIMENSÕES:5.00M (C) X 2,10M (L) × 2,40M (A) IDADE RECOMENDADA: 3 A 10 ANOS PESO MÁXIMO SUPORTADO: 120KG MOTOR: 110V	DIÁRIA	10	R$750,00	R$7.500,00	Alto	20/07/2026	Não
7	3.3.90.30	**CAMA ELÁSTICA (G)** DESCRIÇÕES TÉCNICAS: DIMENSÕES:3,20M / 3,70M PESO SUPORTADO: 150KG	DIÁRIA	10	R$400,00	R$4.000,00	Alto	20/07/2026	Não
8	3.3.90.30	**Giro Radical** Dimensões: 5,50m (C) × 5,50m (L) × 1,40m (A) Motor: 110V	DIÁRIA	10	R$1.000,00	R$1.000,00	Alto	20/07/2026	Não
9	3.3.90.30	**PISCINA DE BOLINHAS CUBO COM ESCORREGA** DESCRIÇÕES TÉCNICAS: DIMENSÕES: 2.80M (C) X 2,70M (L) × 1.70M (A) MOTOR: 110V	DIÁRIA	10	R$600,00	R$6.000,00	Alto	20/07/2026	Não
10	3.3.90.30	**ALPINISMO INFLÁVEL** DESCRIÇÕES TÉCNICAS: 5,60(C) X5,60(L) X 6,00(A)M MOTOR: 110V	DIÁRIA	03	R$1.500,00	R$4.500,00	Alto	20/07/2026	Não
11	3.3.90.30	Kiddie Play Parquinho Dimensões: 4,00 m (C) × 4,60 m (L) × 2,40 m (A) Motor: 110V	DIÁRIA	07	R$700,00	R$4.900,00	Alto	20/07/2026	Não
12	3.3.90.30	Corrida de obstáculos Dimensões: 8,00 m (C) × 4,90 m (L) × 2,50 m (A) Motor: 110V	DIÁRIA	10	R$1.000,00	R$10.000,00	Alto	20/07/2026	Não
13	3.3.90.30	Locação de carrinho de pipoca completo: incluindo todos os insumos e materiais, como milho de pipoca, óleo, gás, açúcar, embalagens, acompanhado de um profissional capacitado e responsável pela confecção das pipocas na hora, no dia do evento, pelo período de 8 horas (média de 400 a 500 pacotes de 50 a 100 gramas).	DIÁRIA	15	RS1.000,00	R$15.000,00	Alto	20/07/2026	Não
14	3.3.90.30	Locação de Carrinho de algodão doce completo: acompanhado de um profissional capacitado e responsável pela confecção do algodão, no dia do evento, pelo período de 8 horas. b) Produto: O algodão doce deverá ser produzido na hora e distribuídos de forma gradual e contínuo, ter tamanho mínimo aproximado de 15cm por 20cm e em vareta para algodão doce (sem ponta com acabamento redondo e com tamanho aproximado de 30 cm).	DIÁRIA	15	R$1.000,00	R$15.000,00	Alto	20/07/2026	Não
Valor total:					R$96.650,00				

30 de março de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mayara Thaine Moro
Código Identificador:1FC549D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
26º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026

26° ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M – 2026

O Município de Mandirituba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Bom Jesus, n.º 44, Centro, CEP 83.800-058, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.105.550/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito FELIPE CLAUDINO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições legais previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como, o Decreto Municipal n.º 1.216/2023 – Regulamenta a Lei 14133/2021, formaliza ao Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026.
As demandas não previstas no Plano de Contratações Anual foram solicitadas pelo respectivo Secretário responsável pela pasta e está autorizada pela autoridade competente.
DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: : Contratação de serviços de locação de brinquedos infláveis para atender as demandas da Secretaria Municipal de Governo.
Justificativa Suscinta: A contratação de serviços de locação de brinquedos infláveis justifica-se pela necessidade de promover atividades recreativas e de integração social voltadas às crianças, adolescentes e famílias. A ação contribui para o fortalecimento de vínculos comunitários, inclusão social e garantia de acesso ao lazer, especialmente em eventos realizados pelo município.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant .	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculaçã o com outro item
01	3.3.90.30	FUTEBOL DE SABÃO – MEDIDAS: 5M X 10M. PODE INCLUIR ÁGUA E SABÃO PARA DIVERSÃO EXTRA	DIÁRIA	2	R$ 1.500	R$3.000	MÉDIO	20/07/2026	NÃO
02	3.3.90.30	GUERRA DE COTONETE – MEDIDAS APROXIMADAS: 5,50M X 4,50M X 1,50M. COM BASTÕES, CAPACIDADE 3 CRIANÇAS	DIÁRIA	5	R$ 750,00	R$ 3.750	MÉDIO	20/07/2026	NÃO
03	3.3.90.30	TOBOGÃ INFLÁVEL GRANDE – MEDIDAS APROXIMADAS: 7M X 4M X 6M, COM ESCORREGADOR E ÁREA DE ESCALA. IDEAL PARA CRIANÇAS DE 4 A 12 ANOS	DIÁRIA	5	R$ 1.200	R$ 6.000	MÉDIO	20/07/2026	NÃO
04	3.3.90.30	CIRCUITO INFLÁVEL- MEDIDAS APROXIMADAS: 8,00M X 6,50M X 3,40M DE	DIÁRIA	5	R$ 850,00	R$4.250	MÉDIO	20/07/2026	NÃO

		ALTURA. CORRIDA DE OBSTACULOS COM VÁRIOS MEIOS PARA TRANSPOR. CAPACIDADE: ATÉ 5 CRIANÇAS							
05	3.3.90.30	TOBOGÃ INFLÁVEL MÉDIO – MEDIDAS APROXIMADAS: 5M X 4,7M X 4M, ESCORREGADOR E ÁREA DE ESCALADA. IDEAL PARA CRIANÇAS DE 4 A 12 ANOS	DIÁRIA	5	R$ 950,00	R$ 4.750	MÉDIO	20/07/2026	NÃO
06	3.3.90.30	TOBOGÃ CASTELINHO MEDIDAS APROXIMADAS: 4,5M X 3,5M X 2,6M. COM PULA PULA E ESCORREGADOR (KID PLAY)	DIÁRIA	5	R$ 700,00	R$ 3.500	MÉDIO	20/07/2026	NÃO
07	3.3.90.30	MINI TOBOGÃ COM PISCINA DE BOLINHAS – MEDIDAS APROXIMADAS: 5,0M X 2,50M 2,60M. COM ESCORREGADOR E COM QUEDA EM UMA PISCINA DE BOLINHAS	DIÁRIA	5	R$ 750,00	R$ 3.750	MÉDIO	20/07/2026	NÃO
08	3.3.90.30	PISCINA DE BOLINHA E ESCORREGADOR (TOBOGÃ 3X1) MEDIDAS APROXIMADAS: 5,4M X 3,6M X 3,2M, CAPACIDADE	DIÁRIA	20	R$ 600,00	R$ 12.000	MÉDIO	20/07/2026	NÃO
Valor total:					R$ 41.000,00				

30 de março de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mayara Thaine Moro
Código Identificador:A56019C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RETIFICAÇÃO AO 20º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M – 2026

RETIFICAÇÃO AO 20º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M – 2026
RETIFICAÇÃO: Onde lê-se: "Pavimentação de estrada rural em CBUQ", leia-se: "Pavimentação de vias urbanas em CBUQ"
ASecretaria Municipal de Obras e Urbanismo, neste ato representado por seu Secretário (a) Ana Teresa do Amaral Palu CPF: 001.***.***-52, no uso de suas atribuições e considerando as disposições legais previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como, o Decreto Municipal n.º 1.216/2023 – Regulamenta a Lei 14133/2021, vem RETIFICAR a INCLUSÃO de demanda não prevista no Plano de Contratações Anual – 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 30/07/2025, edição 3330, conforme especificações abaixo **DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada em engenharia para Pavimentação em CBUQ da Rua Luis Carlos Negrelli, Rua Francisco da Rocha, Rua Porteira para Campos, Estrada Municipal Francisco da Rocha, Rua Maria Leontina da Rocha, Rua Pedro Claudino de Bastos, Rua Arthur Pereira Magalhães, Rua Generoso dos Santos, Rua Helena Sebastiana Magalhães, Rua João Gregório, Rua João Kugesin, Rua José Gregório Barbosa, Rua Pedro Ferreira Justificativa Suscinta: Em virtude de convênio firmado entre o municipio e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria Estadual das Cidades

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
001	3.3.90.39	Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, com área de 16079,17m², da Rua Luis Carlos Negrelli, Rua Francisco da Rocha, Rua Porteira para Campos, Estrada Municipal Francisco da Rocha, Rua Maria Leontina da Rocha, Rua Pedro Claudino de Bastos, Rua Arthur Pereira Magalhães, Rua Generoso dos Santos, Rua Helena Sebastiana Magalhães, Rua João Gregório, Rua João Kugesin, Rua José Gregório Barbosa, Rua Pedro Ferreira	Serv	01	R$ 5.537.862,39	R$ 5.537.862,39	Médio	01/05/2026	Não

30 De Março De 2026
FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mayara Thaine Moro
Código Identificador:E1D4EEA0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO FINANCEIRO 2025 - BF 2025

Unidade gestora: Município de Manfrinópolis					
BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13					
Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de 30/03/2026**			
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orcamentária (I)	39.403.504,73	34.874.530,01	**Despesa Orçamentária (VI)**	40.076.146,50	34.609.056,71

Ordinária	25.167.539,05	22.632.048,33	**Ordinária**	23.541.289,14	21.812.003,12
Vinculada	14.235.965,68	12.242.481,68	**Vinculada**	16.534.857,36	12.797.053,59
Transferências Financeiras Recebidas (II)	589.676,27	485.089,25	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	1.875.118,65	1.642.236,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	4.634.959,39	4.132.414,51	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	4.335.874,87	3.237.835,22
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	9.088.166,22	9.085.260,38	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	7.429.166,59	9.088.166,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.070.844,69	9.069.109,29	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.405.226,04	9.070.844,69
Realizável	17.321,53	16.151,09	Realizável	23.940,55	17.321,53
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	53.716.306,61	48.577.294,15	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	53.716.306,61	48.577.294,15
Notas Explicativas					
-					

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	

Entidades Consolidadas:

Município de Manfrinópolis

Notas explicativas para relatórios do portal	
Anexo 13 - Balanço Financeiro	
Tipo: Consolidado Mês: Dezembro	
Número	Texto
1	NOTA 1 - BALANÇO FINANCEIRO (BF)
	O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:72F24236

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2025 - BO 2025

Unidade gestora: Município de Manfrinópolis

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de**	**30/03/2026**		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES		37.549.300,00	39.310.440,04	32.010.248,61	(7.300.191,43)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		1.466.086,00	1.516.086,00	1.826.499,30	310.413,30
IMPOSTOS		1.325.610,00	1.375.610,00	1.800.444,93	424.834,93
TAXAS		140.476,00	140.476,00	26.054,37	(114.421,63)
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		79.860,00	79.860,00	53.776,39	(26.083,61)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		79.860,00	79.860,00	53.776,39	(26.083,61)
RECEITA PATRIMONIAL		135.271,00	214.637,62	831.384,56	616.746,94
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		33.000,00	33.000,00	0,00	(33.000,00)
VALORES MOBILIÁRIOS		102.271,00	181.637,62	831.384,56	649.746,94
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL		0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		335.000,00	335.000,00	14.791,08	(320.208,92)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		335.000,00	335.000,00	120,56	(334.879,44)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS		0,00	0,00	14.670,52	14.670,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		35.533.083,00	37.164.856,42	29.211.867,82	(7.952.988,60)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		25.619.913,00	26.914.286,42	20.462.058,86	(6.452.227,56)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		7.478.870,00	7.816.270,00	6.774.163,03	(1.042.106,97)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		2.420.000,00	2.420.000,00	1.970.257,53	(449.742,47)
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade gestora: Município de Manfrinópolis

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de**	**30/03/2026**		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		14.300,00	14.300,00	3.888,40	(10.411,60)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	71.929,46	71.929,46
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		0,00	0,00	29.915,11	29.915,11
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		0,00	0,00	42.014,35	42.014,35
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO		0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		3.950.700,00	15.146.197,94	7.393.256,12	(7.752.941,82)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		200.000,00	200.000,00	0,00	(200.000,00)

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		200.000,00	200.000,00	0,00	(200.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.750.700,00	14.946.197,94	7.393.256,12	(7.552.941,82)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		2.200.000,00	3.360.019,00	1.839.563,25	(1.520.455,75)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		1.550.700,00	11.586.178,94	5.553.692,87	(6.032.486,07)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)		41.500.000,00	54.456.637,98	39.403.504,73	(15.053.133,25)

Unidade gestora: Município de Manfrinópolis

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de**	**30/03/2026**		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
REFINANCIAMENTO (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)		41.500.000,00	54.456.637,98	39.403.504,73	(15.053.133,25)
DÉFICIT (IV)		0,00	3.937.487,66	672.641,77	(3.264.845,89)
TOTAL (V) = (III+IV)		41.500.000,00	58.394.125,64	40.076.146,50	(18.317.979,14)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	5.780.147,66	5.780.147,66	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00	5.780.147,66	5.780.147,66	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTACÃO c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES		31.360.206,50	35.661.682,61	28.822.967,52	28.822.967,52	28.518.446,39	6.838.715,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		13.336.957,00	13.207.384,00	11.732.792,24	11.732.792,24	11.591.472,37	1.474.591,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		338.800,00	338.800,00	277.828,18	277.828,18	257.388,69	60.971,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		17.684.449,50	22.115.498,61	16.812.347,10	16.812.347,10	16.669.585,33	5.303.151,51
DESPESAS DE CAPITAL		8.179.133,50	22.612.443,03	11.253.178,98	9.618.707,66	9.320.560,20	11.359.264,05
INVESTIMENTOS		7.634.633,50	22.067.943,03	11.020.224,31	9.385.752,99	9.105.525,12	11.047.718,72
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		544.500,00	544.500,00	232.954,67	232.954,67	215.035,08	311.545,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)		39.659.340,00	58.394.125,64	40.076.146,50	38.441.675,18	37.839.006,59	18.317.979,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI +		39.659.340,00	58.394.125,64	40.076.146,50	38.441.675,18	37.839.006,59	18.317.979,14
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IX)		1.840.660,00	0,00	0,00	961.829,55	1.564.498,14	0,00
TOTAL COM SUPERAVIT (X) = (VIII + IX)		41.500.000,00	58.394.125,64	40.076.146,50	39.403.504,73	39.403.504,73	18.317.979,14
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:							

Unidade gestora: Município de Manfrinópolis

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

Exercício 2025	**Balanço Anual**		**Data de**	**30/03/2026**			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NOTA	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c-d)

DESPESAS CORRENTES		35.537,68	610.198,49	609.945,78	32.002,00	3.788,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.788,35	75.571,11	75.571,07	0,00	3.788,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		31.749,33	534.627,38	534.374,71	32.002,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		150.956,19	1.568.683,99	1.516.948,99	202.691,19	0,00
INVESTIMENTOS		150.956,19	1.568.683,99	1.516.948,99	202.691,19	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		186.493,87	2.178.882,48	2.126.894,77	234.693,19	3.788,39
Notas Explicativas						
-						

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno

Entidades Consolidadas: Município de Manfrinópolis

Município de Manfrinópolis - 2025	
Notas explicativas para relatórios do portal	
Anexo 12 - Balanço Orçamentário	
Tipo: Consolidado Mês: Dezembro	
Número	Texto
1	NOTA 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)
	Demonstra as receitas previstas e realizadas em confronto com a as despesas fixadas e executadas e ainda reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo - superávit orçamentário - ou negativo - déficit orçamentário.
2	NOTA 2 - CONTEXTO OPERACIONAL
	Os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta do Município, com exceção do Poder Legislativo, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná
3	NOTA 3 - CRITÉRIO DE APROPRIAÇÃO
	Considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.
4	NOTA 4 - RECEITAS PREVISTAS X ARRECADADA
	Em relação a realização das receitas orçamentária em 2025, houve uma negativa na arrecadação de R$ 15.053.133,25 com relação a Previsão Atualizada da Receita no Exercício.
	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS 2025
	PREVISÃO ATUALIZADA - R$ 54.456.637,98
	RECEITAS REALIZADAS - R$ 39.403.504,73
	SALDO - R$ (15.053.133,25)
5	NOTA 5 - DESPESAS FIXADAS X REALIZADAS
	Em relação a execução da despesa orçamentária em 2025, houve uma economia de R$ 18.317.979,14 decorrente do esforço para a contenção de gastos durante o período.
	TOTAL
	DOTAÇÃO ATUALIZADA: R$ 58.394.125,64
	DESPESA EMPENHADA: R$ 40.076.146,50
	SALDO DOTAÇÃO: R$ 18.317.979,14
6	NOTA 6 - RESTOS A PAGAR
	As despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2021, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício. Para fins de inscrição, foram observados as recomendações e os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.
7	NOTA 7 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
	E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
	TOTAL
	EXERCÍCIOS ANTERIORES: R$ 186.493,87
	EXERCÍCIO ANTERIOR 2025: R$ 2.178.882,48
	PAGOS: R$ 2.126.894,77
	CANCELADOS: R$ 234.693,19
	SALDO: R$ 3.788,39

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:615994E8

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BALANÇO PATRIMONIAL 2025 - BP 2025

BALANÇO PATRIMONIAL			**Exercício 2025**
Balanço Anual			
Município de Manfrinópolis			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE		19.494.374,46	18.625.423,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.405.226,04	9.070.844,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		7.405.226,04	9.070.844,69
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		387.504,13	303.492,17
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		335.667,82	248.507,19
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		51.836,31	54.984,98
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		23.940,55	17.321,53
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		23.940,55	17.321,53
ESTOQUES		11.677.703,74	9.233.765,02
ALMOXARIFADO		2.968.803,08	2.968.231,93
OUTROS ESTOQUES		8.708.900,66	6.265.533,09
ATIVO NÃO CIRCULANTE		54.520.494,43	45.268.605,68
IMOBILIZADO		54.519.784,96	45.267.896,21
BENS MOVEIS		24.338.759,68	20.108.502,19
BENS IMÓVEIS		30.181.025,28	25.159.394,02
INTANGÍVEL		709,47	709,47
SOFTWARES		709,47	709,47

TOTAL		**74.014.868,89**	**63.894.029,09**
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
PASSIVO CIRCULANTE		2.067.607,12	3.870.641,78
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		145.108,26	79.749,46
PESSOAL A PAGAR		0,00	4.241,19
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		145.108,26	75.508,27
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		1.310.650,76	1.505.246,35
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO		1.290.211,27	1.505.246,35
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO		20.439,49	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		416.139,78	2.279.023,51
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		416.139,78	2.279.023,51
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		6.849,86	6.603,38
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		6.849,86	6.603,38
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		188.858,46	19,08
VALORES RESTITUÍVEIS		188.839,38	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		19,08	19,08
TOTAL DO PASSIVO		**2.067.607,12**	**3.870.641,78**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		**Exercício Atual**	**Exercício**
RESULTADOS ACUMULADOS		71.947.261,77	60.023.387,31
RESULTADO DO EXERCÍCIO		11.740.916,27	10.368.583,63
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		60.206.345,50	49.654.803,68
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**71.947.261,77**	**60.023.387,31**
TOTAL		74.014.868,89	63.894.029,09

BALANÇO PATRIMONIAL					**Exercício 2025**
Balanço Anual					
Município de Manfrinópolis					
ATIVO FINANCEIRO	7.429.166,59	9.088.166,22	**PASSIVO FINANCEIRO***	2.429.767,68	2.365.376,35
ATIVO PERMANENTE	66.585.702,30	54.805.862,87	**PASSIVO PERMANENTE**	1.272.310,76	1.505.265,43
SALDO PATRIMONIAL				**70.312.790,45**	**60.023.387,31**
*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados					

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**

BALANÇO PATRIMONIAL	**Exercício 2025**
Balanço Anual	
Município de Manfrinópolis	
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
0 Recursos Ordinários (Livres)	1.279.507,30	1.185.954,04
3 Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	210,00	0,00
94 Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00
101 Fundeb 60%	15.419,54	13.443,57
103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	103.917,65	(65.082,48)
104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	143.938,54	0,00
107 Salário-Educação	291,98	(6.639,85)
118 PNAT	(4.000,00)	(4.000,00)
120 TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	(139,28)	5.176,33
128 BRASIL CARINHOSO	89,70	80,92
131 Transferências Voluntárias Públicas Federais - Creche Pré-Escola Tipo 2	203.030,72	41.142,10
133 Kit Chrome Book - SEES Estadual	(4.286,50)	(271,26)
134 FNDE/ETI - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	5,69	36.375,31
180 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	44.513,31	0,00
303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	48.565,58	33.381,49
304 Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	838,51	756,44
325 PSF ESTADO	3.667,17	3.300,57
331 FMS MANFRINOPOLIS	0,00	0,00
333 VIGIA SUS EQUIPAMENTOS	2.313,10	2.086,70
337 CUSTEIO VIGIA SUS	470,73	423,91
342 VIGIA SUS INVESTIMENTO	73.511,83	73.511,83
343 FMS Saude	965,23	869,23
345 FMS MANFRINOPOLIS 624085-9	16.578,10	12.236,34
346 Implantação de Módulos Sanitarios	0,00	(768,52)
347 Outras Transferências Voluntárias Públicas - FMS	25.587,30	25.532,43
370 Posto de Saúde Linha São Sebastiao da Bela Vista	0,00	0,00
374 Programa de Fortalecimento da Vigilância em Saúde - Resolução 726/2025	74.193,71	0,00
380 Complementação Estadual ao Pagamento dos Pisos Salariais para Profissionais da	0,45	0,02
381 Convênio Van - SAÚDE - Estadual	0,00	0,00
384 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos	5.601,94	15,04
494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	196.958,56	1.011.019,25

501 Receitas de Alienações de Ativos	14.261,53	16.787,26
504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	58.814,81	92.945,12
507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	10.519,53	49.722,23
510 Taxas - Exercício Poder de Polícia	87.416,58	68.343,43
511 Taxas - Prestação de Serviços	31.844,08	30.817,20
512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	4.556,66	13.436,87
518 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	308.529,62	198.114,27
555 SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	14.733,07	9.609,11
608 Operação de Credito Equipamentos Rodoviarios	200,11	180,52

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
Município de Manfrinópolis		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
609 Operações de Crédito Internas - Equipamentos Rodoviarios	135,00	135,00
610 Operações de Crédito junto a CEF - FINISA	0,00	0,00
762 CENTRO DE EVENTOS E PRAÇA 647258-0	(778,42)	(778,42)
766 FAMILIA PARANAENSE	6,10	6,10
772 PROGRAMA LEITE SUDOESTE	(1.750,00)	(1.750,00)
773 SISTEMA DE AGUA RIO TUNAL	(9.377,17)	(9.377,17)
775 ADOLESCENTE PARANAENSE	(3.659,40)	(3.659,40)
791 Pavimentação com Pedras Poliedricas	0,00	53.597,84
797 Emenda Parlamentar - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agricolas	(2.440,60)	(2.440,60)
798 PROGRAMA GESTÃO SOLO RIO ENCANTILADO	(14.710,00)	(14.710,00)
879 Transferencias do Cons Estadual da Criança e do Adolescente Delib 38/2021	0,00	80,37
880 Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	1.773,73	1.600,13
881 Transferencia do CEDCA-PR Deliberação 13/2025	68.903,04	0,00
889 Transferências Voluntárias Públicas Federais - Pavimentação Poliedrica e Construção de	87,82	87,82
934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	14.995,19	4.108,16
1001 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Pá Carregadeira	(10,00)	(10,00)
1006 Outras Transferências Voluntárias Públicas - FIA CONSELHO TUTELAR	0,00	4.409,44
1009 FIA CMDCA	0,00	325,20
1010 FEAS Incentivo Benefício Eventual IV	0,00	0,00
1011 FIA ATENÇÃO CCA	0,00	13,07
1015 Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	1.941,10	1.892,53
1022 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)	3,53	3,53
1023 Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado no Fundo Estadual de Saúde - (COVID-19)	5.142,00	5.142,00
1024 Auxílio Financeiro para ações de Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 - L.C	2.136,42	2.136,42
1032 Transf do Sistema Único de As Social - SUAS - (COVID-19) Portaria 378	69.532,32	69.532,32
1034 Transferências Vol Púb Federais - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	(5.958,33)	(5.958,33)
1036 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - SEAB - Óleo Diesel SIT 50537	1.185,48	1.185,48
1038 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - percentual mínimo de 70%	1.227,95	1.227,95
1040 Transf Voluntarias do Estado - SEDU - Conv 128/2022 - Aquisição Escavadeira Hidraulica	27.440,00	27.440,00
1041 Transf Voluntarias do Estado - SEDU - Destacamento PM	(8.300,00)	(8.300,00)
1042 Meu Campinho - Módulo Playgroud - 2	(3.379,31)	(4.386,84)
1043 Meu Campinho - Módulo Campo de Society	0,00	0,00
1046 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Centro Comunitário	0,00	(124.422,66)
1047 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Capela Mortuaria	0,00	0,00
1048 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Pavimentação de Vias Urbanas	0,00	0,00
1049 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FIA IMPACTO COVID	0,00	23,14
1050 FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Incentivo Benefício Eventual - COVID19	384,76	347,10
1053 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	1.485,66
1054 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores	0,00	601,81
1056 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	1.261,70	1.261,70

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
Município de Manfrinópolis		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
1057 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	18.925,44	18.925,44
1059 Apoio e Fortalecimento as Familias Com Gestantes e Crianças de 0 a 6 Anos	16.021,92	22.055,74
1060 Incentivo de Garantia de Diretios a pessoas Idosas - Centro de Convivência	26,79	24,16
1063 Piso Paranaense de Assistência Social - FPAS I - Expansão	27.600,50	4.958,01
1067 Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA	2,73	46,72
1072 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação	23,78	2.397,07
1073 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao	23,35	72,72
1075 TRANSFERENCIAS DE EMENDAS PARA INVESTIMENTOS	81.075,64	180.990,06
1076 TRANSFERENCIAS DE EMENDAS PARA INVESTIMENTOS	0,00	0,00
1079 TRANSFERENCIAS DE EMENDAS PARA INVESTIMENTOS	10.110,35	9.045,45
1080 Programa de Fortalecimento Emergencial do Atend do Cadastro Unico do SUAS - PROCAD	6.196,21	7.020,63
1081 Emendas de Bancadas - Dep Valdir Rossoni	4.816,88	59.047,08
1082 Emendas de Bancadas - Dep Gleisi Hoffmann	204,19	204,19
1160 Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	8.542,68	8.542,68
1161 Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação	711,90	711,90
1162 Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde	2.135,68	2.135,68
1163 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Pavimentação Asfaltica - SIT 61359	(485.260,73)	2.223,23
1166 Pavimentação Asfáltica	14.717,23	0,00
1172 Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA ITAIPU MAIS	2.052.546,56	2.299.492,02
1180 Transferências SECID - Recape e Pavimentação Asfaltica	(6.487,91)	1.254,63
1183 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - IAT - SIT 62301 Conv 109/2023	0,00	74,09
1184 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Paraná Mais Viagens - SETU	(677,00)	29.060,00
1185 Plano Paraná Mais Cidades III - Aquisição Plantadeira	31.924,26	28.127,10
1189 Convenio Estadual - Equipamento Rodoviario - Caminhão 220071359	0,00	1.352,54
1191 Veículo Utilitário SECID - Agricultura	(96.805,00)	0,00
1192 Emendas Individuais - Deputado Paulo Litro	190.718,78	226.726,46
1193 Emendas Individuais Impositivas - Deputado Padovani	2.982,25	260.000,00

1194 Transferências da Política Nacional Aldir	152,46	137,54
1195 Conselho Estadual dos Direitos do Idoso- Incentivo Paraná Viaja Mais 60 - Del 024/2023	31,30	28,23
1196 Conselho Estadual As Social - Acolhimento ao Idoso e Pessoa com Deficiência	1.282,07	8.581,61
1197 Conselho Estadual Dir Criança e Adolescentes - Incentivos Creches	225.359,45	135.528,06
1198 Convenio SECID - Retro Escavedeira - Emenda Matheus Vermelho	0,00	714,02
1199 Convenio SEAB - Retro Escavadeira - Emenda Recheimbach	4.623,05	0,00
1200 VIAJA MAS 60 FASE 2	12.758,82	25.267,02
1201 Convenio SEAB - Cozinha Comunitária	33.415,55	0,00
1204 Transferências do Ministério dos Esportes - Playground	69,63	0,00
1205 Aquisição de Equipamentos Rodoviários - Convênio SEAB - Secretaria de Agricultura e	(1.056.278,20)	0,00
1206 Transferência da SEDEF PR - Aquisiçao de Veículo	(107.065,00)	0,00
1207 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - SECID - CONV 880/2025 Aquisição Veiculo	67,00	0,00
1302 Transferencias da Secretaria de Estado do Esporte (SEES)	301.284,15	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
Município de Manfrinópolis		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
1303 Transferencias COEDE/PR DEL 525 GAR PCD	34.424,12	0,00
1304 Transferencias Cuida + Investimentos	30.193,31	0,00
4941 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	0,00	0,00
4942 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-19)	1.172,62	1.172,62
4944 Bl de Custeio A e Serv Públ de Saúde - (COVID-19) Portaria 1857 Escolas Públicas	5.286,60	5.286,60
4945 Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus (COVID-19) PORT 2222	2.036,00	2.036,00
4946 Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus (COVID-19) - PORT 2358	474,19	474,19
4947 Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus (COVID-19) - PORT 2405	3.725,47	3.725,47
4948 Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus (COVID-19) PORT 3391	6.950,00	6.950,00
4949 Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus (COVID-19) - Portaria 2994	1.596,00	1.596,00
49410 Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus (COVID-19) - Portaria 3008	888,49	888,49
49411 Bloco de C das A e Serv Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-19) Port 350 Estadual	4.450,60	4.450,60
49412 Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus (COVID-19) - PORT 731	11.626,50	11.626,50
49413 Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus (COVID-19) - PORT 894	19.820,27	19.820,27
49414 Bloco de Custeio das Ações e Serv Públi de Saúde - Coronavírus (COVID-19) - Port 377	14.544,00	14.544,00
49421 EMENDAS PARA INCREMENTO TEMPORARIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE SAUDE	0,00	466.126,28
49422 Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde - Elton Carlos Welter	95.533,83	0,00
49423 Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde - Gleisi Hoffmann	61.566,48	0,00
49424 Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde - Flavio Arns	105.103,33	0,00
49425 Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde - Nelsi Coguetto Maria	210.116,12	0,00
49426 Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde - Oriovisto Guimarães	185.694,46	0,00
TOTAL	**4.999.398,91**	**6.722.789,87**
Notas Explicativas		
-		

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades Consolidadas:		
Município de Manfrinópolis		

Município de Manfrinópolis - 2025	
Notas explicativas para relatórios do portal	
Anexo 14 - Balanço Patrimonial	
Tipo: Consolidado Mês: Dezembro	
Número	Texto
1	NOTA 1 - BALANÇO PATRIMONIAL (BP)
	O BP evidencia a situação patrimonial do Poder Executivo Municipal em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).
2	NOTA 2 - CONTEXTO OPERACIONAL
	A Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, órgão do Poder Executivo do Município de Manfrinópolis, situado no Estado do Paraná entidade contábil compreendendo os órgãos do Poder Executivo Municipal, composto pelo Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, dez Secretarias Municipais, oito Fundos Municipais e três Consórcios Públicos e dois Órgãos de Assessoramento.
	O Município não possui órgãos da Administração Indireta.
	As Secretarias Municipais são:
	- Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
	- Secretaria Municipal de Planejamento;
	- Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde;
	- Secretaria Municipal de Assistência Social;
	- Secretaria Municipal de Educação;
	- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
	- Secretaria Municipal de Esportes;
	- Secretaria Municipal do Interior;
	- Secretaria Municipal de Agricultura e Sanidade Animal;
	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento;
	- Secretaria Municipal de Urbanismo.
	Os Fundos Especiais são:
	- Fundo Municipal de Saúde de Manfrinópolis - FMS;
	- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA;
	- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;
	- Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
	- Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - FMDPI;
	- Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA.
	- Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FMDPD
	- Fundo Municipal de Educação - FME
	- Fundo Municipal de Cultura - FMC
	- Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FMDM

	- Fundo Municipal de Esportes de Manfrinópolis - FUMUESPM
	Os Órgãos de Assessoramento são:
	- Controle Interno;
	- Assessoria Jurídica.
	O Município de Manfrinópolis em 2025 fazia parte dos seguintes consórcios públicos:
	- Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência do Sudoeste - CIRUSPAR;
	- Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste - CONSUD;
	- Consórcio Intergestores Paraná Saúde.
3	NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes. Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público adotado, integrante do o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição, estendido pelo Plano de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O Poder Legislativo Municipal, teve seu desvinculo confirmado através da Lei CM 01/2016 de 23 de agosto de 2016, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017. Sendo, portanto desmembrada administrativa e financeiramente do Poder Executivo Municipal.
4	NOTA 4 - CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
	Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis
	A elaboração das demonstrações contábeis tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PR.
	Receitas e Despesas
	As receitas e despesas orçamentárias e suas respectivas alterações e seus desdobramentos foram codificados e registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Plano de Contas expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
	O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as receitas e as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
	Ativo Imobilizado
	O Ativo Imobilizado é avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição, e registrado no Patrimônio do Município.
5	NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Município de Manfrinópolis - 2025	
Notas explicativas para relatórios do portal	
Anexo 14 - Balanço Patrimonial	
Tipo: Consolidado Mês: Dezembro	
Número	Texto
	Conta que registra o valor de recursos imediatamente disponíveis para efetuar pagamentos. O somatório dos valores está aplicado/depositado em instituições financeiras, integrantes do sistema bancário brasileiro.
	Todas as disponibilidades são mantidas em instituições oficiais (Art. 164, § 3º da CF). Inexistem disponibilidades financeiras em espécie depositados em cofres do Município.
6	NOTA 6 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO
	Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa. Conta dos direitos ou créditos de natureza tributária ou créditos não tributários não recebidos no prazo estabelecido.
	Neste grupo estão compreendidos os valores a receber pelo Município, inclusive, juros, encargos e atualização monetária de dívida de IPTU, ISS, TAXAS e CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.
	Os índices de multa e juros, encargos e atualização monetária se dão conforme Código Tributário Municipal.
	A baixa é realizada somente através de processo administrativo, observados a prescrição do débito, ou o pagamento efetuado.
7	NOTA 7 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO
	Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.
8	NOTA 8 - ESTOQUES
	Compreende o valor dos bens adquiridos pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades das Secretarias.
9	NOTA 9 - IMOBILIZADO
	Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens
	O registro contábil dos bens móveis e imóveis ocorre automaticamente pelo lançamento no registro das notas fiscais no momento da liquidação do empenho. Portanto, os bens móveis e imóveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento.
10	NOTA 10 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR DE CURTO PRAZO
	Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, com vencimento no curto prazo.
	As obrigações trabalhistas do Poder Executivo Municipal correspondem aos Encargos sociais a pagar.
11	NOTA 11 - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO
	Compreende os empréstimos contratuais ou mobiliários assumidos dentro do país e transacionados, em regra, em moeda nacional, com vencimento no curto prazo.
	O Município de Manfrinópolis efetivou Financiamento como apoio financeiro para financiamento de despesas de capital, com recursos do FINISA: Programa de Financiamento à infraestrutura e ao Saneamento, junto a Caixa Econômica Federal, contrato nº 0.602.096-4 FINISA/REGOV/CEF, sendo o montante de R$ 2.000.000,00 e liberado uma parcela no exercício de 2022 R$ 1.000.000,00. O prazo total da quitação do presente contrato dar-se-á em 120 meses.
	Total dos empréstimos a Curto Prazo - Interno no exercício de 2025.....| R$ 1.290.211,27
12	NOTA 12 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO
	Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade com vencimento no curto prazo.
13	NOTA 13 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO
	Compreende as obrigações da entidade com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.
14	NOTA 14 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO
	Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, com vencimento no curto prazo.
15	NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.
	O resultado do Exercício obteve uma evolução na ordem de 20 % em relação ao exercício anterior.
	Total do Resultados de exercícios anteriores..... | R$ 60.206.345,50
	Total do Resultado do Exercício em 2025..... | R$ 11.740.916,27
	Total do Resultados Acumulados para o Exercício de 2025..... | R$ 71.947.261,77
	Ajustes de Exercícios Anteriores ..... | R$ 0,00
	Total do Patrimônio Líquido em 2025..... | R$ 71.947.261,77
	O Patrimônio Líquido do Município representa, aproximadamente 98,00 % do Passivo Total.
16	NOTA 16 - DIVIDA FUNDADA INTERNA
	O Município de Manfrinópolis efetivou Financiamento como apoio financeiro para financiamento de despesas de capital, com recursos do FINISA:
	Programa de Financiamento à infraestrutura e ao Saneamento, junto a Caixa Econômica Federal, contrato nº 0.602.096-4 FINISA/REGOV/CEF, sendo o montante de R$ 2.000.000,00 e liberado uma parcela no exercício de 2022 R$ 1.000.000,00. O prazo total da quitação do presente contrato dar-se-á em 120 meses.
17	NOTA 17 - SALDO DE ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Município de Manfrinópolis - 2025	
Notas explicativas para relatórios do portal	
Anexo 14 - Balanço Patrimonial	

Tipo: Consolidado Mês: Dezembro	
Número	Texto
Não houve movimento nos últimos dois exercícios.	
Emitido por: ISABEL CAROLINA MOCHNACZ, na versão: 5538 s 30/03/2026 09:13:13	

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:2D82EB4E

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA 2025 - DFC 2025

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
2025		
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO		**DATA EMISSÃO:30/03/2026**
DESCRIÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	42.391.000,48	37.313.151,29
RECEITAS DERIVADAS	1.880.275,69	1.530.433,47
Receita Tributária	1.826.499,30	1.481.045,61
Receita de Contribuições	53.776,39	49.387,86
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	918.105,10	1.085.263,46
Receita Patrimonial	831.384,56	1.053.697,29
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	14.791,08	27.093,66
Outras Receitas Originárias	71.929,46	4.472,51
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	39.592.619,69	34.697.454,36
Intergovernamentais	34.629.478,01	30.457.266,97
da União	22.301.622,11	20.886.357,27
de Estados e Distrito Federal	12.327.855,90	9.570.909,70
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	1.975.645,93	1.801.566,11
Transferências Financeiras Recebidas	589.676,27	485.089,25
Recebimentos Extraorçamentários	2.397.819,48	1.953.532,03
DESEMBOLSOS	43.834.965,03	37.095.210,37
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	11.667.043,44	9.630.176,50
SAÚDE	2.874.215,49	2.447.534,16
ASSISTÊNCIA SOCIAL	837.578,99	541.054,73
ADMINISTRAÇÃO	1.539.592,29	1.304.198,00
URBANISMO	471.628,63	442.923,75
EDUCAÇÃO	3.920.896,53	3.283.378,71
CULTURA	96.326,50	47.273,49
GESTÃO AMBIENTAL	190.118,86	134.661,82
AGRICULTURA	603.760,24	441.893,94
TRANSPORTE	987.820,52	875.942,27
SANEAMENTO	20.209,87	11.188,17
DESPORTO E LAZER	124.895,52	100.127,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	257.388,69	248.531,55
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	257.388,69	248.531,55
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	31.910.532,90	27.216.502,32
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	27.826.434,15	23.619.201,35
Transferências Financeiras Concedidas	1.875.118,65	1.642.236,00
Pagamentos Extraorçamentários	2.208.980,10	1.955.064,97
Outros Desembolsos	0,00	0,00
Perdas de Investimentos/Redução Valor Recuperável	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	(1.443.964,55)	217.940,92
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
2025		
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DATA EMISSÃO:30/03/2026		
DESCRIÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	215.035,08	215.035,08
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	215.035,08	215.035,08
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(215.035,08)	(215.035,08)
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.658.999,63)	2.905,84
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	9.088.166,22	9.085.260,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.429.166,59	9.088.166,22
Notas Explicativas		
-		
AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades Consolidadas:		
Município de Manfrinópolis		
Município de Manfrinópolis - 2025		
Notas explicativas para relatórios do portal		
Anexo 18 - Demonstração do Fluxo de Caixa		
Tipo: Consolidado Mês: Dezembro		
Número Texto		
1 NOTA 1 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)		
A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento. Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido (Receita Realizada (-) Deduções da receita orçamentária) relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais.		
Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais.		
A Demonstração do Fluxo de Caixa tem o objetivo de apresentar as entradas e saídas de caixa classificando-as em fluxos operacional, de investimento e de financiamentos.		
2 NOTA 2 - GERAÇÃO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
O Município de Manfrinópolis obteve geração líquida de caixa das atividades operacionais da Entidade no montante de (R$ 1.443.964,55).		
3 NOTA 3 - GERAÇÃO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
As atividades de investimento demonstram que não houve acréscimo resultantes de ingressos em alienação de bens.		
4 NOTA 4 - GERAÇÃO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
As atividades de financiamento obtiveram resultado de (R$ 215.035,08), devido a efetivação do Financiamento como apoio financeiro para financiamento de despesas de capital, com recursos do FINISA: Programa de Financiamento à infraestrutura e ao Saneamento, junto a Caixa Econômica Federal, contrato nº 0.602.096-4 FINISA/REGOV/CEF, sendo o montante de R$ 2.000.000,00. O prazo total da quitação do presente contrato dar-se-á em 120 meses		
5 NOTA 5 - GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
O Município de Manfrinópolis em seu Poder Executivo teve uma geração negativa de caixa em 2025 de R$ 1.658.999,63. Sendo:		
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial ..... R$ 9.088.166,22		
Caixa e Equivalente de Caixa Final ..... R$ 7.419.166,59		
Emitido por: ISABEL CAROLINA MOCHNACZ, na versão: 5538 s 30/03/2026 09:16:33		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:0AC57FC3

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2025 - DVP 2025

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO:2025		**PERÍODO(MÊS):DEZEMBRO**	**DATA EMISSÃO:**30/03/2026
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**40.077.192,96**	**35.415.317,27**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**1.816.538,02**	**1.503.395,92**
IMPOSTOS		1.782.767,70	1.467.295,12
TAXAS		33.770,32	36.100,80
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		**53.776,39**	**49.387,86**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		53.776,39	49.387,86
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**14.791,08**	**27.093,66**
VENDA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		14.791,08	27.093,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**904.220,40**	**1.070.815,73**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		72.835,84	17.118,44
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		831.384,56	1.053.697,29
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**37.245.852,72**	**32.761.035,77**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		3.132.834,09	2.594.148,84
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		34.079.215,12	30.162.598,37
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		29.915,11	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		3.888,40	4.288,56
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**0,00**	**0,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**42.014,35**	**3.588,33**

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		42.014,35	3.588,33

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**28.336.276,69**	**25.046.733,64**
PESSOAL E ENCARGOS		**11.713.875,21**	**9.597.577,45**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		10.187.294,62	8.781.780,87
ENCARGOS PATRONAIS		1.493.580,59	788.212,47
BENEFÍCIOS A PESSOAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		33.000,00	27.584,11
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**0,00**	**0,00**
APOSENTADORIAS E REFORMAS		0,00	0,00
PENSÕES		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**13.896.973,25**	**12.944.418,80**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		5.663.539,64	5.322.100,60
SERVIÇOS		8.233.433,61	7.622.318,20
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**277.828,18**	**248.531,55**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		277.828,18	248.531,55
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**2.021.249,14**	**1.871.612,52**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.875.118,65	1.642.236,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		146.130,49	229.376,52
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**0,00**	**0,00**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		**286.339,42**	**260.767,21**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		286.339,42	260.767,21
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**0,00**	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**140.011,49**	**123.826,11**
PREMIAÇÕES		49.364,80	10.127,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
INCENTIVOS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		90.646,69	113.699,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		**11.740.**916,27	**10.368.583,**63

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(decorrentes da execução orçamentária)		**0,00**	**0,00**
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		9.251.888,75	8.714.074,52
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		510.782,85	463.566,63
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	0,00
Notas Explicativas			
-			
AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ JAXIELE***	***JUCHNESKI TAVARES FREIRE***	
Prefeito	Contador	Controlador Interno	
CRC: 066669/O-6			
Entidades Consolidadas:			
Município de Manfrinópolis			

Município de Manfrinópolis - 2025	
Notas explicativas para relatórios do portal	
Anexo 15 - Demonstrações das Variações Patrimoniais	
Tipo: Consolidado Mês: Dezembro	
Número	Texto
1	NOTA 1 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

	A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Órgão durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.
	A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)2º evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
2	NOTA 2 - DVP - ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS O quociente do Resultado das Variações Patrimoniais, que é resultante da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O Resultado indica outra maneira de se evidenciar o resultado patrimonial.
3	NOTA 3 - DVP - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS No exercício de 2025 as transferências intergovernamentais obtiveram um índice de 12,00% a maior do que no ano anterior, totalizando R$ 37.245.852,72
4	NOTA 4 - DVP - ANÁLISE DA VALORIZAÇÃO E GANHOS COM INCORPORAÇÃO DOS ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS No exercício de 2025 não houve ganhos com incorporação de ativos.
5	NOTA 5 - ELABORAÇÃO A elaboração da DVP tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas - VPD) e 4 (variações patrimoniais aumentativas - VPA). Caso haja contas intra-orçamentárias, estas devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente.
6	NOTA 6 - VARIAÇÕES O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:9462E545

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 075/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 075/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 075/2026**
LEI MUNICIPAL 704/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	CRISTIANE DE SIQUEIRA		**MATR.**	**1012171**
CARGO/FUNÇÃO	FISCAL TRIBUTÁRIO	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		GOL
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA:**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	BEX-9C67

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
31/03/2026	31/03/2026	BARRAÇÃO	PR	PARA ; PARTICIPAR DE ENCONTRO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO E ATENDENTES DAS SALAS DO EMPREENDEDOR .	01
TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS			**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**		
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR			**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**		
TRANSPORTE DE PACIENTES			**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**		**X**

Manfrinópolis – Pr, em 26 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:14320D84

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº076/2025

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº076/2025

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 076/2025**
LEI MUNICIPAL 704/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	IVANUSA FERREIRA		**MATR.**	**1012262**
CARGO/FUNÇÃO	CHEFE DE DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**		GOL
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA:**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	BEX-9C67

MOTIVO DA VIAGEM

DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
31/03/2026	31/03/2026	BARRAÇÃO	PR	PARA ; PARTICIPAR DE ENCONTRO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO E ATENDENTES DAS SALAS DO EMPREENDEDOR .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – Pr, em 26 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:3D6579F8

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRFBALANCOORCAMENTARIORECEITA - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.500.000,00	54.456.637,98	8.512.618,72	15,63	39.403.504,73	72,36	15.053.133,25
RECEITAS CORRENTES	37.549.300,00	39.310.440,04	6.385.751,62	16,24	32.010.248,61	81,43	7.300.191,43
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	1.466.086,00	1.516.086,00	416.428,40	27,47	1.826.499,30	120,47	(310.413,30)
IMPOSTOS	1.325.610,00	1.375.610,00	415.127,94	30,18	1.800.444,93	130,88	(424.834,93)
TAXAS	140.476,00	140.476,00	1.300,46	0,93	26.054,37	18,55	114.421,63
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	79.860,00	79.860,00	2.513,74	3,15	53.776,39	67,34	26.083,61
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	79.860,00	79.860,00	2.513,74	3,15	53.776,39	67,34	26.083,61
RECEITA PATRIMONIAL	135.271,00	214.637,62	143.377,98	66,80	831.384,56	387,34	(616.746,94)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	102.271,00	181.637,62	143.377,98	78,94	831.384,56	457,72	(649.746,94)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	335.000,00	335.000,00	1.890,00	0,56	14.791,08	4,42	320.208,92
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	335.000,00	335.000,00	0,00	0,00	120,56	0,04	334.879,44
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	1.890,00	0,00	14.670,52	0,00	(14.670,52)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.533.083,00	37.164.856,42	5.821.390,09	15,66	29.211.867,82	78,60	7.952.988,60
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	25.619.913,00	26.914.286,42	4.118.647,56	15,30	20.462.058,86	76,03	6.452.227,56
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	7.478.870,00	7.816.270,00	1.366.540,73	17,48	6.774.163,03	86,67	1.042.106,97
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	(1.500,00)
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	2.420.000,00	2.420.000,00	335.509,16	13,86	1.970.257,53	81,42	449.742,47
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.300,00	14.300,00	692,64	4,84	3.888,40	27,19	10.411,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	151,41	0,00	71.929,46	0,00	(71.929,46)
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	0,00	0,00	29.915,11	0,00	(29.915,11)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	151,41	0,00	42.014,35	0,00	(42.014,35)
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.950.700,00	15.146.197,94	2.126.867,10	14,04	7.393.256,12	48,81	7.752.941,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.750.700,00	14.946.197,94	2.126.867,10	14,23	7.393.256,12	49,47	7.552.941,82
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	2.200.000,00	3.360.019,00	281.414,10	8,38	1.839.563,25	54,75	1.520.455,75
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	1.550.700,00	11.586.178,94	1.845.453,00	15,93	5.553.692,87	47,93	6.032.486,07
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS							

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	41.500.000,00	54.456.637,98	8.512.618,72	15,63	39.403.504,73	72,36	15.053.133,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	41.500.000,00	54.456.637,98	8.512.618,72	15,63	39.403.504,73	72,36	15.053.133,25
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	672.641,77	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	41.500.000,00	54.456.637,98	8.512.618,72	15,63	39.403.504,73	72,36	15.053.133,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.780.147,66	0,00	0,00	5.780.147,66	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	5.780.147,66	0,00	0,00	5.780.147,66	100,00	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	

Entidades:

Município de Manfrinópolis

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:31FBBF70

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF BALANCO ORCAMENTARIO RECEITA INTRA - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno

Entidades:

Município de Manfrinópolis

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:E51DF54A

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF DESPESA FUNCAO SUB FUNCAO INTRA - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno

Entidades:

Município de Manfrinópolis

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:96D97198

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA - 02SEM2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea			
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.505.246,35	1.503.642,26	1.272.291,68
Dívida Mobiliária	1.505.246,35	1.397.728,81	1.272.291,68
Dívida Contratual	0,00	105.913,45	0,00
Empréstimos	0,00	105.913,45	0,00
Internos	0,00	105.913,45	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.705.468,34	6.564.649,21	6.648.288,76
Disponibilidade de Caixa	6.705.468,34	6.564.649,21	6.648.288,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.070.844,69	8.177.732,64	7.405.226,04
(-) Restos a pagar processados	2.365.376,35	1.395.086,15	568.097,90
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	217.997,28	188.839,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(5.200.221,99)	(5.061.006,95)	(5.375.997,08)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	28.676.686,25	29.950.380,26	32.010.248,61
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	27.464,04	27.464,04	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	28.649.222,21	29.922.916,22	32.010.248,61
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	5,25	5,03	3,97
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(18,15)	(16,91)	(16,79)
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	34.379.066,65	35.907.499,46	38.412.298,33
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	30.941.159,99	32.316.749,52	34.571.068,50
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	1.634.471,32
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
Entidades:			
Município de Manfrinópolis			

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:5A60B602

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF GARANTIAS CONTRAGARANTIAS VALORES - 02SEM2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §			
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00

Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**28.676.686,25**	**29.950.380,26**	**32.010.248,61**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**27.464,04**	**27.464,04**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	**28.649.222,21**	**29.922.916,22**	**32.010.248,61**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**6.302.828,89**	**6.583.041,57**	**7.042.254,69**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**5.672.546,00**	**5.924.737,41**	**6.338.029,22**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:			
Município de Manfrinópolis			

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:07D251F4

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF OPERACOES CREDITO - 02 SEM 2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	32.010.248,61	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	32.010.248,61	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.121.639,78	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	4.609.475,80	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	2.240.717,40	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno

Entidades:
Município de Manfrinópolis

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:0E5B4DFB

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RECEITA ALIENACAO APLICACAO RECURSO - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	200.000,00	2.651,34	197.348,66
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	200.000,00	2.651,34	197.348,66
Alienação de Bens Móveis	200.000,00	0,00	200.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	2.651,34	(2.651,34)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	200.000,00	2.651,34	197.348,66

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	200.000,00	5.095,00	5.095,00	5.095,00	0,00	10.195,74	194.905,00
Investimentos	200.000,00	5.095,00	5.095,00	5.095,00	0,00	10.195,74	194.905,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	200.000,00	5.095,00	5.095,00	5.095,00	0,00	10.195,74	194.905,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	(32.759,36)	(2.443,66)	(35.203,02)

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:EAAA546C

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRFRECEITADESPESAMANUTENCAODESENVENSINO - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.375.610,00	1.779.307,53
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	267.410,00	84.109,78
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	330.000,00	230.988,28
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	440.000,00	694.852,22
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	338.200,00	769.357,25
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	36.820.520,00	28.246.329,46
2.1 - Cota-parte FPM	28.160.000,00	21.279.404,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	26.400.000,00	18.943.956,19
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.760.000,00	2.335.447,81
2.2 - Cota-parte ICMS	7.920.000,00	6.407.971,26
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	108.900,00	93.125,92
2.4 - Cota-parte ITR	26.620,00	26.421,62
2.5 - Cota-parte IPVA	605.000,00	439.406,66
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	38.196.130,00	30.025.636,99
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	7.012.104,00	5.182.176,33
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) +	2.536.928,50	2.324.232,92
(2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))		
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**

6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.420.000,00	1.984.933,40
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.420.000,00	1.984.933,40
6.1.1 - Principal	2.420.000,00	1.970.257,53
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	14.675,87
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(4.592.104,00)	(3.211.918,80)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		0,00
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		0,00
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		1.984.933,40

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	2.420.000,00	1.982.957,43	1.982.957,43	1.982.957,43	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.420.000,00	1.982.957,43	1.982.957,43	1.982.957,43	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	598.078,00	259.238,42	259.238,42	259.238,42	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	1.821.922,00	1.723.719,01	1.723.719,01	1.723.719,01	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	INDICADORES DO DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	FUNDEB DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.982.957,43	1.982.957,43	1.982.957,43	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.982.957,43	1.982.957,43	1.982.957,43	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.982.957,43	1.982.957,43	1.982.957,43	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.389.453,38	1.982.957,43	1.982.957,43	99,90
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	198.493,34	1.975,97	1.975,97	0,00	0,10

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	180.642,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	180.642,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB) DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.908.334,21	3.194.968,08	3.194.968,08	3.143.241,30	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20.1 - Educação Infantil	777.166,00	212.979,93	212.979,93	212.979,93	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	4.077.161,41	2.954.488,15	2.954.488,15	2.902.761,37	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	39.930,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	0,00
20.5 - Administração Geral	14.076,80	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	7.274.327,41	5.150.425,51	5.150.425,51	5.098.698,73	0,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.375.244,00	472.218,35	472.218,35	472.218,35	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	5.899.083,41	4.678.207,16	4.678.207,16	4.626.480,38	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					3.194.968,08
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					5.182.176,33
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					245,01
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					8.376.899,40
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			7.506.409,25	8.376.899,40	27,90
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	134.027,16	0,00	105.754,24	245,01	28.027,91
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	134.027,16	0,00	105.754,24	245,01	28.027,91
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.004.915,72	1.312.170,97
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	369.154,00	242.090,59
31.1.1 - Salário-Educação	178.354,00	155.749,26
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	59.900,00	37.844,70
31.1.4 - PNATE	130.900,00	48.496,63
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.366.561,72	889.944,58
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	269.200,00	180.135,80

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	3.367.423,03	1.713.595,44	1.713.595,44	1.683.190,06	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.336.330,98	911.478,70	911.478,70	911.478,70	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	904.837,05	708.174,31	708.174,31	677.768,93	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	126.255,00	93.942,43	93.942,43	93.942,43	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	10.730.363,24	6.922.020,95	6.922.020,95	6.839.888,79	0,00
33.1 - Despesas Correntes	7.695.160,13	5.896.650,20	5.896.650,20	5.814.518,04	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	4.667.776,00	3.941.304,82	3.941.304,82	3.889.774,98	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	3.027.384,13	1.955.345,38	1.955.345,38	1.924.743,06	0,00
33.2 - Despesas de Capital	3.035.203,11	1.025.370,75	1.025.370,75	1.025.370,75	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	3.035.203,11	1.025.370,75	1.025.370,75	1.025.370,75	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	14.671,52	7.070,40
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.029.446,71	155.749,26
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.982.957,43	162.527,68
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	61.160,80	291,98
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	61.160,80	291,98
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		
AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:A8AC08BF

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RECEITA OPERACAO CREDITO DESPESA CAPITAL - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	22.612.443,03	11.253.178,98	11.359.264,05
Investimentos	22.067.943,03	11.020.224,31	11.047.718,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	544.500,00	232.954,67	311.545,33
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	22.612.443,03	11.253.178,98	11.359.264,05
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	22.612.443,03	11.253.178,98	11.359.264,05

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:D1A17CE0

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RESULTADO PRIMARIO NOMINAL - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	39.310.440,04	32.010.248,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.516.086,00	1.826.499,30
IPTU	267.410,00	84.109,78
ISS	440.000,00	694.852,22
ITBI	330.000,00	230.988,28
IRRF	338.200,00	769.357,25
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	140.476,00	47.191,77
Contribuições	79.860,00	53.776,39
Receita patrimonial	214.637,62	831.384,56
Aplicações Financeiras (II)	181.637,62	831.384,56
Outras Receitas Patrimoniais	33.000,00	0,00

Transferências correntes	37.164.856,42	29.211.867,82
Cota-Parte do FPM	22.880.000,00	17.490.613,21
Cota-Parte do ICMS	6.336.000,00	5.126.377,23
Cota-Parte do IPVA	484.000,00	351.524,79
Cota-Parte do ITR	21.296,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	87.120,00	74.500,70
Transferências do FUNDEB	2.420.000,00	2.014.770,84
Outras transferências correntes	4.936.440,42	4.154.081,05
Demais receitas correntes	335.000,00	86.720,54
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	335.000,00	86.720,54
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	39.128.802,42	31.178.864,05
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	15.146.197,94	7.393.256,12
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	200.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	200.000,00	0,00
Transferências de Capital	14.946.197,94	7.393.256,12
Convênios	13.786.178,94	5.827.248,42
Outras Transferências de Capital	1.160.019,00	1.566.007,70
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	15.146.197,94	7.393.256,12
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	54.275.000,36	38.572.120,17
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	54.275.000,36	38.572.120,17

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	35.661.682,61	28.822.967,52	28.822.967,52	28.518.446,39	609.945,78	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	13.207.384,00	11.732.792,24	11.732.792,24	11.591.472,37	75.571,07	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	338.800,00	277.828,18	277.828,18	257.388,69	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	22.115.498,61	16.812.347,10	16.812.347,10	16.669.585,33	534.374,71	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	35.322.882,61	28.545.139,34	28.545.139,34	28.261.057,70	609.945,78	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	22.612.443,03	11.253.178,98	9.618.707,66	9.320.560,20	1.516.948,99	0,00	0,00
Investimentos	22.067.943,03	11.020.224,31	9.385.752,99	9.105.525,12	1.516.948,99	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	544.500,00	232.954,67	232.954,67	215.035,08	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	22.067.943,03	11.020.224,31	9.385.752,99	9.105.525,12	1.516.948,99	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	57.510.825,64	39.565.363,65	37.930.892,33	37.366.582,82	2.126.894,77	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	57.510.825,64	39.565.363,65	37.930.892,33	37.366.582,82	2.126.894,77	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							(921.357,42)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							(921.357,42)

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	664.285,03	
JUROS NOMINAIS	Até Dezembro / 2025	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	831.384,56	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	277.828,18	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	(367.801,04)	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Dezembro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.505.246,35	1.272.291,68

DEDUÇÕES (XL)	6.705.468,34	6.648.288,76
Disponibilidade de Caixa	6.705.468,34	6.648.288,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.070.844,69	7.405.226,04
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.365.376,35	568.097,90
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	188.839,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(5.200.221,99)	(5.375.997,08)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	175.775,09	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Dezembro / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(1.797.278,45)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	(1.621.503,36)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(2.175.059,74)	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.780.147,66	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.780.147,66	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:DA9E3764

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	41.500.000,00
Previsão Atualizada da Receita	54.456.637,98
Receitas Realizadas	39.403.504,73
Déficit Orçamentário	672.641,77
Saldos de Exercícios Anteriores	5.780.147,66
Dotação Inicial	39.659.340,00
Créditos Adicionais	18.734.785,64
Dotação Atualizada	58.394.125,64
Despesas Empenhadas	40.076.146,50
Despesas Liquidadas	38.441.675,18
Despesas Pagas	37.839.006,59
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	40.076.146,50
Despesas Liquidadas	38.441.675,18
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	32.010.248,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.010.248,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	31.160.248,61
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	(367.801,04)	0,00 %
Resultado Primário	489.886,03	(921.357,42)	(188,00 %)

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.365.376,35	234.693,19	2.126.894,77	3.788,39
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				

Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.365.376,35	234.693,19	2.126.894,77	3.788,39

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	8.376.899,40	25% / 18%	27,90
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	1.982.957,43	70%	99,90

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	11.253.178,98		11.359.264,05	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		200.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	5.095,00		194.905,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.775.044,06	15%	17,26
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			

AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:21C3F076

EXECUTIVO MUNICIPAL
RPTLRFDEMONSTRATIVOSIMPLIFICADOGESTAOFISCAL - 02SEM2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	32.010.248,61	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.010.248,61	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	31.160.248,61	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	11.967.054,04	38,40
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.826.534,25	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	15.985.207,54	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	15.143.880,82	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-5.375.997,08	-16,79
Limite definido por resolução do senado federal	38.412.298,33	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	7.042.254,69	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	5.121.639,78	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	2.240.717,40	7,00
RESTO A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	1.634.471,32	4.999.398,91
AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:267527C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
DECRETO 93/2026 - SUPLEMENTAR

DECRETO 093/2026

SÚMULA – Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município.

Leandro Dorini, Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e observando os dispositivos constantes do art. 43 – parágrafo 1º - inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e considerando o art. 5° da Lei Municipal nº 2483/2025, de 19 de Novembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar, referente ao exercício financeiro de 2026, no valor de **R$ 424.233,72 (Quatrocentos e Vinte e Quatro Mil e Duzentos e Trinta e Três Reais e Setenta e Dois Centavos),** para reforço de dotações orçamentárias, conforme discriminadas no anexo.
Art. 2º - Como recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto, fica indicada como recursos o Superávit Financeiro, Excesso de Arrecadação e Anulação de Dotação, de acordo com o que prevê os incisos I, II e III, parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Art. 4º – Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, em 31 de Março de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
Relação de Alterações Orçamentárias da Despesa
CNPJ: 77.774.867/0001-29
Município: Mangueirinha – Estado do Paraná
Data de Emissão: 31/03/2026

Créditos					Origens				
Tipo	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**	**Tipo**	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**
Crédito Suplementar	3.3.90.30.00.00.00.00	2058	01941/00941	9.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.14.00.00.00.00	2058	01941/00941	2.000,00
					Anulação de Dotação	3.3.90.32.00.00.00.00	2058	01941/00941	4.000,00
					Anulação de Dotação	3.3.90.14.00.00.00.00	2058	01941/00941	3.000,00
						Total da Entidade Origem:			9.000,00
Crédito Suplementar	3.3.90.30.00.00.00.00	2032	00104/00104	150.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.39.00.00.00.00	2032	00104/00104	150.000,00
Crédito Suplementar	3.3.90.47.00.00.00.00	2018	00000/00000	200.000,00	Superávit Financeiro			00000/00000	200.000,00
Crédito Suplementar	3.3.90.40.00.00.00.00	2038	00494/00494	40.000,00	Anulação de Dotação	3.1.90.13.00.00.00.00	2038	00494/00494	40.000,00
Crédito Suplementar	3.3.90.40.00.00.00.00	2038	02023/01018	25.233,72	Anulação de Dotação	3.3.90.39.00.00.00.00	2038	02023/01018	25.233,72

Total da Entidade: R$ 424.233,72
Total Geral: R$ 424.233,72

Publicado por:
Tatiane Nonnemacher
Código Identificador:FF205534

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2401/26

Lei nº 2401/2026

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providencias.

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Especial no valor de R$- 410.000,00 (-Quatrocentos e dez mil reais-), proveniente do Termo de Adesão firmado entre o Município de Marilena-Pr, e a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família/FEAS-PR "Fundo Estadual de Assistência Social" através da Deliberação nº 013/2025-CEDCA-PR, visando dar suporte legal no fortalecimento em âmbito municipal do Sistema Estadual da Política da Criança e do adolescente – SEPCA/PR, cujos repasses serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto:

07.000	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VALOR
07.001	ORGÃO GESTOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.246.0005.2.092	Delib. nº 013/2025-CEDCA - Direitos da Criança e do Adolescente	
Fonte - 558	Delib. nº 013/2025-CEDCA - Direitos da Criança e do Adolescente - Exercício Corrente	
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	44.000,00
4.4.90.52.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	366.000,00
	Total do Crédito Autorizado.....R$-	**410.000,00**

Artigo 2º) - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, autorizado na forma do artigo 1º da presente Lei, serão utilizados os seguintes recursos:

I – Excesso de Arrecadação.

Título – Tendência do Excesso de Arrecadação	Valor
1.7.2.9.51.0.1.04.00.00.00.00. - Delib. nº 013/2025-CEDCA - Direitos da Criança e do Adolescente	410.000,00
Total Tendência de Excesso de Arrecadação.....R$-	**410.000,00**

Artigo 3º) - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de março de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:B781D877

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA MINERAÇÃO NOVA PRATA LTDA.

GESTOR	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

DETENTORA	MINERAÇÃO NOVA PRATA LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.514.795/0001-10, com sede à Rodovia PR 508 (Alexandra-Matinhos) km 16, Colônia Pereira, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, telefone: (41) 9 9978-3644 e endereço eletrônico: mineracaonovaprata@gmail.com, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. Hemerson Pampuch, portador do RG nº 5.075.213-5 e inscrito no CPF sob nº 816.301.829-15.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado GESTOR e MINERAÇÃO NOVA PRATA LTDA doravante denominada DETENTORA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, na Ata de Registro de Preços n.º 006/2025, Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 010/2025 e Processo n° 023/2025 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE BICA CORRIDA, PEDRA TIPO 4A EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, firmam o presente TERMO ADITIVO conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.
As partes de comum acordo proceder a PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2025, assinado em 27/03/2025 e sendo prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 27 de março de 2026 e encerrando em 27 de março de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	11.250	M³	PEDRA 4 A - TIPO BICA CORRIDA, COM DENSIDADE MÍNIMA DE 1,52 TON/M³.	R$ 120,00	R$ 1.350.000,00
TOTAL					R$ 1.350.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo do Aditivo Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
408	11	1	2041	333903054000000000	000
409	11	1	2041	333903054000000000	504
410	11	1	2041	333903054000000000	510
411	11	1	2041	333903054000000000	511
412	11	1	2041	333903054000000000	512

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 006/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 27 de março de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Gestor

Mineração Nova Prata LTDA
HEMERSON PAMPUCH
CPF nº 816.301.829-15
Representante Legal
Detentora

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F026F226

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA MINERAÇÃO NOVA PRATA LTDA.

GESTOR	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

DETENTORA	MINERAÇÃO NOVA PRATA LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.514.795/0001-10, com sede à Rodovia PR 508 (Alexandra-Matinhos) km 16, Colônia Pereira, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, telefone: (41) 9 9978-3644 e endereço eletrônico: mineracaonovaprata@gmail.com, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. Hemerson Pampuch, portador do RG nº 5.075.213-5 e inscrito no CPF sob nº 816.301.829-15.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado GESTOR e MINERAÇÃO NOVA PRATA LTDA doravante denominada DETENTORA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, na Ata de Registro de Preços n.º 008/2025, Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 009/2025 e Processo n° 020/2025 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE SAIBRO BRITADO EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, firmam o presente TERMO ADITIVO conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.
As partes de comum acordo proceder a PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2025, assinado em 27/03/2025 e sendo prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 27 de março de 2026 e encerrando em 27 de março de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	11.250	M³	SAIBRO BRITADO: PEDRA CONSTITUÍDA DE MATERIAL DE COR AMARELADA, COM MISTURA DE MATERIAL ARENOSO, ENCONTRADAS NAS JAZIDAS TIPO GRANITO MIGMATITO OU EQUIVALENTE; BRITAGEM DE NO MÍNIMO 9,00 MM (3/8" E NO MÁXIMO 4" POLEGADAS); COM COEFICIENTE DE EXPANSÃO MENOR QUE 0,50% (MEIO POR CENTO), ESPECÍFICO PARA SUB-BASE DE ESTRADAS E RUAS NÃO PAVIMENTADAS ONDE SE DESEJA OBTER UM SOLO MAIS CONSISTENTE E COMPACTADO PARA O RECEBIMENTO DE CAMADA ASFÁLTICA OU SIMILAR, EM SUPERFÍCIES ARENOSAS. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE NO PÁTIO DA SECRETARIA DE OBRAS OU CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA.	R$ 119,50	R$ 1.344.375,00
TOTAL					R$ 1.344.375,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo do Aditivo Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
408	11	1	2041	3339030540000000000	000
409	11	1	2041	3339030540000000000	504
410	11	1	2041	3339030540000000000	510
411	11	1	2041	3339030540000000000	511
412	11	1	2041	3339030540000000000	512

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 008/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 27 de março de 2026.

Município De Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Gestor

Mineração Nova Prata LTDA
HEMERSON PAMPUCH
CPF nº 816.301.829-15
Representante Legal
Detentora

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:D902D188

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FOMENTO N°004/2026

TERMO DE FOMENTO 004/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A ASSOCIAÇÃO PARAOLIMPICA DO PARANÁ-APP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE MATINHOS, inscrito no CNPJ sob número 76.017.466/0001-61, com sede na Rua Pastor Elias Abraão, nº 22, Centro, Matinhos, Paraná, CEP. 83.260-000, doravante denominado Administração Pública, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, sr. Eduardo Antonio Dalmora, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº 1.326.821-5 SESP/PR e CPF sob n° 337.613.459-68 e a ASSOCIAÇÃO PARAOLIMPICA DO PARANÁ-APP, com sede na Rua Dezenove de Dezembro, nº 412, Bairro Flamingo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.395.814/0002-70, doravante denominada Organização da Sociedade Civil ou OSC, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Edmir Cesar de Oliveira, inscrito no CPF/MF nº 544.534.459-20, resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, e que será regido pelas disposições contidas na Lei nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.513/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Trata-se de parceria a ser realizada entre o município de Matinhos, pessoa jurídica de Direito Público Interno e a Associação Paraolimpica do Paraná-APP, pessoa jurídica de direito privado, visando a realização do Programa Saberes – Contraturno Escolar na modalidade de Esporte Paraolimpico , para crianças da rede pública de ensino municipal de 6 a 10 anos com TEA ou outra deficiência, conforme plano de trabalho anexo, o qual é parte integrante e indissociável deste termo de fomento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - FUNDAMENTO

Esta parceria decorre de dispensa por inexigibilidade, objeto do processo digital nº 5610/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DOS BENEFICIADOS

Serão beneficiados com esta parceria crianças da rede pública de ensino municipal de 6 a 10 anos com TEA ou outra deficiência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

•
Compete à administração pública:

•
Realizar o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, observando o prescrito na cláusula 10;

•
Liberar os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto da parceria;

•
Exigir da Organização da Sociedade Civil a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a transferência de recursos;

•
Designar, mediante ato público específico, os membros para compor a comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

•
Designar, mediante ato público específico, o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão de parceria celebrada, com poderes de controle e fiscalização;

•
Fornecer à Organização da Sociedade Civil as normas e instruções para prestação de contas dos recursos da parceria;

•
Prorrogar de ofício a vigência da parceria quando a administração pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado;

•
Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos elencados no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

•
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

•

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes a esta parceria;

•
Verificar se a Organização da Sociedade Civil mantém, durante a execução do objeto da parceria, todos os requisitos exigidos para sua celebração.

•
Compete à Organização da Sociedade Civil:

•
Cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o plano de trabalho, com as exigências legais aplicáveis, bem como com as disposições desta parceria;

•
Apresentar relatórios e outros documentos que sejam solicitados pela administração pública;

•
Abrir conta-corrente específica, que será isenta de tarifa bancária, na instituição financeira pública determinada pela administração pública para receber os recursos provenientes desta parceria, em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016;

•
Previamente ao repasse da(s) parcela(s) prevista(s) no plano de trabalho, apresentar à administração pública as certidões negativas de regularidade fiscal das esferas federal, estadual e municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), certidão liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN Estadual;

•
Adquirir os materiais e/ou serviços somente após a assinatura da parceria, não sendo permitido o pagamento retroativo àquela data;

•
Divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social, bem como dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a parceria celebrada com a administração pública, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos previstos no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

•
Restituir à administração pública o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual:

•
quando não for executado o objeto deste instrumento;

•
quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido;

•
quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

•
Restituir à administração pública, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção desta parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

•
Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução desta parceria para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;

•
Utilizar os recursos financeiros de acordo com o plano de trabalho e em conformidade com os procedimentos legais;

•
Prestar à administração pública, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força desta parceria;

•
Apresentar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, diretamente no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo previsto em lei, sem prejuízo da prestação de contas à administração pública;

•
Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme a Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

•
Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

•
Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
•
Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

•
Manter durante a execução do objeto da parceria todos os requisitos exigidos para sua celebração;

•
Franquear aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

•
Como condicionante de pagamento, serão exigidos relatórios com fotos e atividades exercidas em cada instituição de ensino, em conformidade com o Plano de Trabalho proposto e aprovado;

•
Cumprir a metodologia proposta elencada no Plano de Trabalho, levando em consideração as especificidades e potencialidades relacionadas à faixa etária de acordo com a idade de cada aluno.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

•
- Para a realização do objeto da parceria serão repassados à Organização da Sociedade Civil o montante de R$ 368.088,27 a serem transferidos conforme tabela de aplicação de recursos (Tabela 1) e o cronograma de desembolso (Tabela 2) e de acordo com o número de dotação informada pela Secretaria Municipal de Planejamento.

TABELA 1.

•
PLANO DE APLICAÇÃO

DESCRIÇÃO		VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Despesas salarios e contr		Mensal	Período total
3.1.90.11.01	SALARIOS	R$ 25.710,56	231.395,04
3.1.90.11.42	FÉRIAS	R$ 2.221,11	19.990,00
3.1.90.11.43	13* SALARIO	R$ 1.527,31	13.745,83
3.1.90.13.02	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	R$ 7.120,40	64.083,53
3.1.90.13.01	FGTS	R$ 1.724,66	15.522,00
3.3.90.30.99	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	R$	6.291,87
3.3.90.30.99	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	R$	7.150,00
3.3.90.30.99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA	R$ 1.111,11	10.000,00
	TOTAL	R$ 42.232,66	R$ 368.088,27

TABELA 2.

•
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS	VALOR	MÊS	VALOR	
MARÇO	R$	AGOSTO	R$ 41.523,50	
ABRIL	R$ 50.134,34	SETEMBRO	R$ 51.057,62	TOTAL
MAIO	R$ 50.134,34	OUTUBRO	R$ 30.730,49	
JUNHO	R$ 41.523,50	NOVEMBRO	R$ 30.730,49	
JULHO	R$ 41.523,50	DEZEMBRO	R$ 30.730,49	R$ 368.088,27

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS
As despesas previstas neste instrumento correrão à conta da dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade funcional	Ação	Elemento	Vínculo
240	08	001	108	3335043000000000000	104

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
O cronograma de desembolso dos recursos desta parceria constará como item específico do plano de trabalho anexo.
CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

•
Os recursos da administração pública, destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para Conta Corrente n° 14571-8, Agência 5881-5, Banco do Brasil, de titularidade da Organização da Sociedade Civil e vinculada a esta parceria.

•
Os recursos serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso, item constante do plano de trabalho.

•
A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após prévia aprovação do plano de trabalho, assinatura da parceria e publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Matinhos.

•
Os recursos transferidos em decorrência desta parceria, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança vinculada à conta corrente de que trata a cláusula 4.

•
Mediante expressa autorização da administração pública os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

•
As alterações decorrentes do uso dos rendimentos serão formalizadas por apostilamento, desde que não impliquem modificação do plano de trabalho.

4.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
4.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.
4.7 As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

•
- Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

•
- Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas na parceria;

•
- quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

•
Esta parceria deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos parceiros pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

•
É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da Organização da Sociedade Civil, para:

•
- Finalidade alheia ao objeto da parceria ou atividade não prevista no plano de trabalho;

•
- Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

•
A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

•
Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

•
Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

•
A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

•
A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica.

•

A prestação de contas relativa à execução da parceria dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

•

- Relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

•

- Relatório de execução financeira da parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

•

- Relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

•

- Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da parceria.

•

O gestor da parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

•

No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

•

Se a duração da parceria exceder 01 (um) ano, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

•

Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o(s) parecer(es) técnico(s) do gestor da parceria deverá(ão), obrigatoriamente, mencionar:

•

- Os resultados já alcançados e seus benefícios;

•

- Os impactos econômicos ou sociais;

•

- O grau de satisfação do público-alvo;

•

- A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

•

6.8. Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

•

A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

•

O prazo referido acima poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

•

O prazo para a prestação final de contas será de 120 (cento e vinte) dias.

•

O disposto na cláusula 6.9 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

•

Na hipótese da cláusula 6.11, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

•

A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos neste instrumento, devendo concluir, alternativamente, pela:

•

- Aprovação da prestação de contas;

•

- Aprovação da prestação de contas com ressalvas;

•
- Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

•
A autoridade competente para emitir a manifestação conclusiva será a autoridade competente para assinar o instrumento da parceria.

•
As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública.

•
Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

•
O prazo referido na cláusula 6.15 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

•
Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

•
A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

•
O transcurso do prazo definido na cláusula 6.16 sem que as contas tenham sido apreciadas:

•
- Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

•
- Nos casos em que não for constatado dolo da Organização da Sociedade Civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

6.17. As prestações de contas serão avaliadas:

•
- Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

•
- Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

•
- irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

•
omissão no dever de prestar contas;

•
descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

•
dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

•
desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

6.18 Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a Organização da Sociedade Civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito na parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
6.19 A prestação de contas à administração pública, tratada na cláusula sétima desta parceria, não prejudica o dever da Organização da Sociedade Civil prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

•
Esta parceria terá vigência de 01 de Abril de 2026 até 22 de dezembro de 2026, a contar da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Matinhos.

•
O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta dias) antes do termo inicialmente previsto.

•
Para a prorrogação de vigência da parceria, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

•
A prorrogação do prazo de vigência, prevista na cláusula 7.1, será formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos parceiros antes do término da vigência da parceria, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

•
. A administração pública promoverá de ofício a prorrogação do prazo de vigência deste instrumento quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, independentemente de proposta da Organização da Sociedade Civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

•
As alterações das cláusulas desta parceria não podem modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, bem como não poderão modificar a finalidade definida no plano de trabalho.

•
Serão formalizados por apostilamento:

•
- Utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

•
– Ajustes materiais da execução do objeto da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

•
- Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;

•
- Prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

•
– Alteração da indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

•
As demais alterações serão formalizadas por termo aditivo.

•
A ampliação do objeto da parceria não pode exceder a 25% (vente e cinco cento) do seu valor inicial.

•
Para ampliação do objeto da parceria, é necessário parecer da área técnica competente justificando a necessidade e a possibilidade da alteração pretendida.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

•
Para a implementação do monitoramento e avaliação, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

•
Se a parceria possuir vigência superior a 1 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

•
A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologa, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil.

•
O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

•
- Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

•
- Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

•
- Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

•
- Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no termo de parceria;

•
- Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

•
Se a parceria for financiada com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

•
Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de políticas públicas da área correspondente.

•
Esta parceria também sujeita-se aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

•
São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

•
Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter à administração pública na hipótese de sua extinção.

•
No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante.

•
Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto nesta parceria, sob pena de nova reversão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

•
Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação de regência, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

•
Advertência;

•
Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

•
Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou entidade pública, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

•
A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

•
A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública.

•
É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

•
Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas neste instrumento caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência da decisão.

•
Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita como inadimplente no Cadastro do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços - GMS, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

•
Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública destinadas a aplicar as sanções previstas neste instrumento, contados da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

•
A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO

•
Esta parceria poderá ser:

•
- Extinta por decurso de prazo;

•
- Extinta, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante termo de distrato;

•
- Denunciada, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;

•
- Rescindida, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

•
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

•
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

•
omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;

•
violação da legislação aplicável;

•
cometimento de falhas reiteradas na execução;

•
malversação de recursos públicos;

•
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

•
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

•
descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;

•
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à administração pública;

•
quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública;

•
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

•
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram da avença.

•
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da administração pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

•
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

•
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis, da abertura de vista do processo.

•
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada tomada de contas especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

•
É prerrogativa da administração pública assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Organização da Sociedade Civil até o momento em que a administração pública assumiu essas responsabilidades.

•
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em termo de encerramento da parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no termo de distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

•
A publicação resumida deste instrumento será efetivada por extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

•
A parceria será gerida pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Célia Amaral, portadora do RG. n° 5.886.869-8 e inscrita no CFF sob nº 885.733.389-20 e fiscalizada pela e fiscalizada pela Comissão de Monitoramento das Parcerias Firmadas .

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

•
Fica estabelecido o Foro da Comarca de Matinhos, Paraná, para dirimir as controvérsias decorrentes da execução da parceria, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os parceiros firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Matinhos, 31 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA	***CÉLIA AMARAL***
Prefeito do Município De Matinhos	Secretária Municipal
CPF 337.613.459-68	CPF 885.733.389-20
Concedente	Gestora

EDMIR CESAR DE OLIVEIRA
Associação Paraolimpica do Paraná - APP
CPF 544.534.459-20

Testemunha	Testemunha
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:EC76349B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FOMENTO N°005/2026

TERMO DE FOMENTO 005/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A OCEAM ORGANIZAÇÃO CENTRALIZADORA DE ESPORTES AQUÁTICOS DE MATINHOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE MATINHOS, inscrito no CNPJ sob número 76.017.466/0001-61, com sede na Rua Pastor Elias Abraão, nº 22, Centro, Matinhos, Paraná, CEP. 83.260-000, doravante denominado Administração Pública, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, sr. Eduardo Antonio Dalmora, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº 1.326.821-5 SESP/PR e CPF sob n° 337.613.459-68 e a OCEAM ORGANIZAÇÃO CENTRALIZADORA DE ESPORTES AQUÁTICOS DE MATINHOS, com sede na Rua TV da Pedra, nº 6, Bairro Centro, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.294.010/0001-40, doravante denominada Organização da Sociedade Civil ou OSC, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Renato Trogue Mesquita, inscrito no CPF/MF nº 043.755.759-64 resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, e que será regido pelas disposições contidas na Lei nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.513/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Trata-se de parceria a ser realizada entre o município de Matinhos, pessoa jurídica de Direito Público Interno e a OCEAM Organização Centralizadora de Esportes Aquáticos de Matinhos, pessoa jurídica de direito privado, visando a realização do Programa Saberes – Contraturno Escolar na modalidade de Surf, conforme plano de trabalho anexo, o qual é parte integrante e indissociável deste termo de fomento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - FUNDAMENTO

Esta parceria decorre de dispensa por inexigibilidade, objeto do processo digital nº 4346/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DOS BENEFICIADOS

Serão beneficiados com esta parceria os estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino do Município de Matinhos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

•

Compete à administração pública:

•

Realizar o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, observando o prescrito na cláusula 10;

•

Liberar os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto da parceria;

•

Exigir da Organização da Sociedade Civil a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a transferência de recursos;

•

Designar, mediante ato público específico, os membros para compor a comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

•

Designar, mediante ato público específico, o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão de parceria celebrada, com poderes de controle e fiscalização;

•

Fornecer à Organização da Sociedade Civil as normas e instruções para prestação de contas dos recursos da parceria;

•

Prorrogar de ofício a vigência da parceria quando a administração pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado;

•

Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos elencados no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

•

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

•

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes a esta parceria;

•

Verificar se a Organização da Sociedade Civil mantém, durante a execução do objeto da parceria, todos os requisitos exigidos para sua celebração.

•

Compete à Organização da Sociedade Civil:

•

Cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o plano de trabalho, com as exigências legais aplicáveis, bem como com as disposições desta parceria;

•

Apresentar relatórios e outros documentos que sejam solicitados pela administração pública;

•
Abrir conta-corrente específica, que será isenta de tarifa bancária, na instituição financeira pública determinada pela administração pública para receber os recursos provenientes desta parceria, em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016;

•
Previamente ao repasse da(s) parcela(s) prevista(s) no plano de trabalho, apresentar à administração pública as certidões negativas de regularidade fiscal das esferas federal, estadual e municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), certidão liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN Estadual;

•
Adquirir os materiais e/ou serviços somente após a assinatura da parceria, não sendo permitido o pagamento retroativo àquela data;

•
Divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social, bem como dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a parceria celebrada com a administração pública, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos previstos no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

•
Restituir à administração pública o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual:

•
quando não for executado o objeto deste instrumento;

•
quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido;

•
quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

•
Restituir à administração pública, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção desta parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

•
Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução desta parceria para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;

•
Utilizar os recursos financeiros de acordo com o plano de trabalho e em conformidade com os procedimentos legais;

•
Prestar à administração pública, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força desta parceria;

•
Apresentar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, diretamente no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo previsto em lei, sem prejuízo da prestação de contas à administração pública;

•
Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme a Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

•
Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

•
Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

•
Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

•
Manter durante a execução do objeto da parceria todos os requisitos exigidos para sua celebração;

•

Franquear aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

•
Como condicionante de pagamento, serão exigidos relatórios com fotos e atividades exercidas em cada instituição de ensino, em conformidade com o Plano de Trabalho proposto e aprovado;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

•
Para a realização do objeto da parceria serão repassados à Organização da Sociedade Civil o montante de R$ 406.429,73, a serem transferidos conforme tabela de aplicação de recursos (Tabela 1) e o cronograma de desembolso (Tabela 2) e de acordo com o número de dotação informada pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Tabela 1.

	DESCRIÇÃO		QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	Despesas salarios e contr			mensal	8,5 MESES
3.1.90.11.01	SALARIOS			R$ 26.647,46	226.503,40
3.1.90.11.42	FÉRIAS			R$ 2.858,89	24.300,56
3.1.90.11.43	13* SALARIO			R$ 1.968,37	16.731,12
3.1.90.13.18	CONTR. P/ O PIS/PASEP S/ A FOLHA DE PGTO.			R$ 337,60	2.869,61
3.1.90.13.02	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS - INSS			R$ 11.136,52	94.660,42
3.1.90.13.01	FGTS			R$ 3.781,13	32.139,63
3.1.90.47.99	IRRF			R$ 0,00	0,00
3.3.90.39.99	CONTADOR			R$ 930,00	7.905,00
3.3.90.39.99	EXAMES MEDICOS			R$ 155,29	1.320,00
	TOTAL			**R$ 47.815,26**	**R$ 406.429,73**

Tabela 2.

MÊS	VALOR	MÊS	VALOR	TOTAL
		AGOSTO	R$ 47.815,26	
ABRIL	R$ 47.815,26	SETEMBRO	R$ 47.815,26	
MAIO	R$ 47.815,26	OUTUBRO	R$ 47.815,26	
JUNHO	R$ 47.815,26	NOVEMBRO	R$ 47.815,27	
JULHO	R$ 47.815,26	DEZEMBRO	R$ 23.907,64	R$406.429,73

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS
As despesas previstas neste instrumento correrão à conta da dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade funcional	Ação	Elemento	Vínculo
240	08	001	2051	3335043000000000000	000104

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
O cronograma de desembolso dos recursos desta parceria constará como item específico do plano de trabalho anexo.
CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

•
Os recursos da administração pública, destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para Conta Corrente n° 577524066-5, Agência nº 3164, Banco Caixa Econômica Federal, de titularidade da Organização da Sociedade Civil e vinculada a esta parceria.

•
Os recursos serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso, item constante do plano de trabalho.

•
A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após prévia aprovação do plano de trabalho, assinatura da parceria e publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Matinhos.

•
Os recursos transferidos em decorrência desta parceria, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança vinculada à conta corrente de que trata a cláusula 4.

•
Mediante expressa autorização da administração pública os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

•
As alterações decorrentes do uso dos rendimentos serão formalizadas por apostilamento, desde que não impliquem modificação do plano de trabalho.

4.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
4.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.
4.7 As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

•
- Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

•
- Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas na parceria;

•
- quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

•
Esta parceria deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos parceiros pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

•
É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da Organização da Sociedade Civil, para:

•
- Finalidade alheia ao objeto da parceria ou atividade não prevista no plano de trabalho;

•
- Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

•
A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

•
Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

•
Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

•
A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

•
A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica.

•
A prestação de contas relativa à execução da parceria dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

•
- Relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

•
- Relatório de execução financeira da parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

•
- Relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

•
- Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da parceria.

•
O gestor da parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

•
No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

•

Se a duração da parceria exceder 01 (um) ano, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

•

Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o(s) parecer(es) técnico(s) do gestor da parceria deverá(ão), obrigatoriamente, mencionar:

•

- Os resultados já alcançados e seus benefícios;

•

- Os impactos econômicos ou sociais;

•

- O grau de satisfação do público-alvo;

•

- A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

•

6.8. Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

•

A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

•

O prazo referido acima poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

•

O prazo para a prestação final de contas será de 120 (cento e vinte) dias.

•

O disposto na cláusula 6.9 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

•

Na hipótese da cláusula 6.11, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

•

A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos neste instrumento, devendo concluir, alternativamente, pela:

•

- Aprovação da prestação de contas;

•

- Aprovação da prestação de contas com ressalvas;

•

- Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

•

A autoridade competente para emitir a manifestação conclusiva será a autoridade competente para assinar o instrumento da parceria.

•

As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública.

•

Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

•

O prazo referido na cláusula 6.15 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

•

Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

•

A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

•
O transcurso do prazo definido na cláusula 6.16 sem que as contas tenham sido apreciadas:

•
- Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

•
- Nos casos em que não for constatado dolo da Organização da Sociedade Civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

6.17. As prestações de contas serão avaliadas:

•
- Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

•
- Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

•
- irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

•
omissão no dever de prestar contas;

•
descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

•
dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

•
desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

6.18 Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a Organização da Sociedade Civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito na parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
6.19 A prestação de contas à administração pública, tratada na cláusula sétima desta parceria, não prejudica o dever da Organização da Sociedade Civil prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

•
Esta parceria terá vigência de 01 de abrilde 2026 até 15 de dezembro de 2026, a contar da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Matinhos.

•
O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta dias) antes do termo inicialmente previsto.

•
Para a prorrogação de vigência da parceria, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

•
A prorrogação do prazo de vigência, prevista na cláusula 7.1, será formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos parceiros antes do término da vigência da parceria, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

•
. A administração pública promoverá de ofício a prorrogação do prazo de vigência deste instrumento quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, independentemente de proposta da Organização da Sociedade Civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

•
As alterações das cláusulas desta parceria não podem modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, bem como não poderão modificar a finalidade definida no plano de trabalho.

•
Serão formalizados por termo aditivo:
•
- Utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

•
– Ajustes materiais da execução do objeto da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

•
- Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;

•
- Prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

•
– Alteração da indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

•
As demais alterações serão formalizadas por termo aditivo.

•
A ampliação do objeto da parceria não pode exceder a 25% (vente e cinco cento) do seu valor inicial.

•
Para ampliação do objeto da parceria, é necessário parecer da área técnica competente justificando a necessidade e a possibilidade da alteração pretendida.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

•
Para a implementação do monitoramento e avaliação, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

•
Se a parceria possuir vigência superior a 1 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

•
A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologa, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil.

•
O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

•
- Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

•
- Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

•
- Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

•
- Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no termo de parceria;

•
- Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

•
Se a parceria for financiada com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

•
Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de políticas públicas da área correspondente.

•
Esta parceria também sujeita-se aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

•
São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

•
Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter à administração pública na hipótese de sua extinção.

•
No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante.

•
Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto nesta parceria, sob pena de nova reversão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

•
Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação de regência, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

•
Advertência;

•
Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

•
Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou entidade pública, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

•
A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

•
A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública.

•
É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

•
Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas neste instrumento caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência da decisão.

•
Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita como inadimplente no Cadastro do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços - GMS, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

•
Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública destinadas a aplicar as sanções previstas neste instrumento, contados da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

•
A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO

•
Esta parceria poderá ser:

•

- Extinta por decurso de prazo;

•
- Extinta, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante termo de distrato;

•
- Denunciada, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;

•
- Rescindida, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

•
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

•
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

•
omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;

•
violação da legislação aplicável;

•
cometimento de falhas reiteradas na execução;

•
malversação de recursos públicos;

•
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

•
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

•
descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;

•
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à administração pública;

•
quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública;

•
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

•
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram da avença.

•
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da administração pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

•
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

•
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis, da abertura de vista do processo.

•
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada tomada de contas especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

•

É prerrogativa da administração pública assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Organização da Sociedade Civil até o momento em que a administração pública assumiu essas responsabilidades.

•
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em termo de encerramento da parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no termo de distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

•
A publicação resumida deste instrumento será efetivada por extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GESTOR E FISCAL DE CONTRATO
A parceria será gerida pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Sra. Célia Amaral, portadora do RG. n° 5.886.869-8 e inscrita no CFF sob nº 885.733.389-20 e fiscalizada pela Comissão de Monitoramento das Parcerias Firmados .
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

•
Fica estabelecido o Foro da Comarca de Matinhos, Paraná, para dirimir as controvérsias decorrentes da execução da parceria, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os parceiros firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Matinhos, _____ de _____ de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA	***CÉLIA AMARAL***
Prefeito do Município De Matinhos	Secretária Municipal
CPF 337.613.459-68	CPF 885.733.389-20
Concedente	Gestora

RENATO TROGUE MESQUITA
OCEAM - Organização Centralizadora de Esportes Aquáticos de Matinhos
CPF 043.755.759-64

Testemunha	Testemunha
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:31525B05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portador da cédula de identidade R.G n° 4.323.609-1 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 024.319.929-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 10/2026**, **processo administrativo nº 3436/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de artigos natalinos, conforme especificado no edital de licitação que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA
CNPJ/CPF: 28.453.476/0001-05
LOTE 4
Valor Total do Lote: R$340,00 (trezentos e quarenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Estrela ponteira para árvore de natal, com aproximadamente 20 cm de altura na cor dourado	Festcor	UN	20	R$17,0000	R$340,0000

LOTE 12
Valor Total do Lote: 340,00 (trezentos e quarenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Tapete carpete peludo, pelo alto tamanho aproximado de 3 cm, antiderrapante, lavável, formato quadrado com aproximadamente 2,0 m x 2,5 m.	casa e cor	UN	10	R$ 111,1100	R$ 1.111,1000

Valor Total Homologado - R$ 1.451,10

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Fica a empresa contratada condicionada a entregar e instalar os itens no prazo de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.
2.3 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:
- Os itens que estão sendo solicitados (de forma parcelada) e suas especificidades; As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades.
- Integridade dos itens;
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.
2.4 - Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
2.4.1 - O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Departamento de Almoxarifado
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira - PR - CEP 84130-000.
Horário da Entrega: De segunda-feira a sexta-feira, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.
Telefone para contato: (42) 3909-5016 e da Secretaria; (42) 99107-9616.
Responsáveis pelo recebimento: Os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 15 dias após o recebimento da nota fiscal.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho - Endereço de e-mail para ser enviada a nota fiscal:
Assistência Social - E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com / Contato: (42) 99107-9616.
3.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812, de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de março de 2026.

Testemunhas:

_____
Marlana Sanson
Fiscal de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

LOTE 4

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	942	28.453.476/0001-05	20,50	17,00		Sim
2 KW INFORMÁTICA LTDA	167	14.208.959/0001-21	20,62	17,15	0,88	Sim
3 LUIZ RICARDO BUENO ME	592	30.219.220/0001-71	20,62	17,24	0,52	Sim
4 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	506	24.925.253/0001-34	20,62	18,00	4,41	Sim
5 ALFA VÉRTICE COMERCIO ATACADISTA	233	60.424.559/0001-70	19,00	19,00	5,56	Sim
6 PAMELA MANOELA ZANUTTO	596	61.499.004/0001-50	20,00	20,00	5,26	Sim
7 TIAGO BORGES SEIXAS	094	19.584.576/0001-71	20,00	20,00	0,00	Sim
8 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	257	27.720.289/0001-70	20,62	20,62	3,10	Sim
9 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	218	63.414.662/0001-28	20,62	20,62	0,00	Sim
10 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	610	13.772.057/0001-50	20,62	20,62	0,00	Sim
11 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	765	58.291.882/0001-71	20,62	20,62	0,00	Sim

LOTE 12

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	142	28.453.476/0001-05	140,00	111,11		Sim
2 KW INFORMÁTICA LTDA	853	14.208.959/0001-21	141,34	112,95	1,66	Sim
3 PAMELA MANOELA ZANUTTO	839	61.499.004/0001-50	140,00	114,00	0,93	Sim
4 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	773	24.925.253/0001-34	141,34	120,00	5,26	Sim
5 TIAGO BORGES SEIXAS	310	19.584.576/0001-71	141,00	141,00	17,50	Sim
6 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	878	58.291.882/0001-71	141,34	141,34	0,24	Sim

7 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	212	63.414.662/0001-28	141,34	141,34	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:B7E19A92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portador da cédula de identidade R.G n° 4.323.609-1 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 024.319.929-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 10/2026**, **processo administrativo nº 3436/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de artigos natalinos, conforme especificado no edital de licitação que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: LUIZ RICARDO BUENO
CNPJ/CPF: 30.219.220/0001-71
LOTE 2
Valor Total do Lote: 1.360,00 (um mil, trezentos e sessenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Kit com 50 bolas de natal, medindo 6 cm, contendo bolas foscas, brilhantes e com glitter na cor vermelho.	LAMIND LAMIND	KIT	20	R$ 68,0000	R$ 1.360,0000

LOTE 3
Valor Total do Lote: 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Item	Especificação	Marca	Un.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Kit com 50 bolas de natal, medindo 6 cm, contendo bolas foscas, brilhantes e com glitter na cor dourado.	LAMIND LAMIND	KIT	20	R$ 70,0000	R$ 1.400,0000

LOTE 6
Valor Total do Lote: 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Item	Especificação	Marca	Un.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Kit contendo 30 enfeites pendentes para decoração, para árvore de natal, na forma de sinos vermelhos e dourados, medindo aproximadamente 5 cm	LAMIND LAMIND	KIT	20	R$70,0000	R$1.400,0000

LOTE 7
Valor Total do Lote: 280,00 (duzentos e oitenta reais)

Item	Especificação	Marca	Un.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Kit contendo 20 enfeites pendentes para decoração, para árvore de natal na forma de mini caixa de presente, medindo cerca de 5 cm, na cor vermelha	LAMIND LAMIND	KIT	20	R$ 14,0000	R$ 280,0000

LOTE 8
Valor Total do Lote: 280,00 (duzentos e oitenta reais)

Item	Especificação	Marca	Un.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Kit contendo 16 enfeites pendentes para decoração, para árvore de natal na forma de pinha, medindo cerca de 6 cm, na cor marrom	LAMIND LAMIND	KIT	20	R$ 14,0000	R$ 280,0000

LOTE 10
Valor Total do Lote: 4.240,00 (quatro mil, duzentos e quarenta reais)

Item	Especificação	Marca	Un.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Roupa fantasia de Papai Noel em tecido de veludo e pelúcia branca. Completo, com 10 itens: Blusão, Calça, Cinto, Gorro, Polainas, Saco de Presentes, Luvas, Barba Luxo Longa e Encaracolada e sino de metal e óculos metal com lente, tamanho adulto que veste até manequim 54. CONTEÚDO: 1. Blusão em veludo vermelho com pelúcia branca. 2. Calça em veludo vermelho. 3. Gorro em veludo vermelho e pelúcia branca.; 4. Cinto preto com fivela em metal.; 5. Polainas pretas.; 6. Luvas brancas em helanca; 7. Sino dourado em Ferro e mdf tamanho 6,5cm x 12,5 cm; 8. Barba de Papai Noel luxo, grande e encaracolada. 9. Saco de presentes em veludo. 10. Óculos metal dourado com lente	LUVINCO LUVINCO	KIT	10	R$ 424,0000	R$ 4.240,0000

Valor Total Homologado - R$ 8.960,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Fica a empresa contratada condicionada a entregar e instalar os itens no prazo de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.
2.3 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:
- Os itens que estão sendo solicitados (de forma parcelada) e suas especificidades; As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades.
- Integridade dos itens;
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.
2.4 - Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
2.4.1 - O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Departamento de Almoxarifado
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira - PR - CEP 84130-000.
Horário da Entrega: De segunda-feira a sexta-feira, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.
Telefone para contato: (42) 3909-5016 e da Secretaria; (42) 99107-9616.
Responsáveis pelo recebimento: Os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 15 dias após o recebimento da nota fiscal.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho - Endereço de e-mail para ser enviada a nota fiscal:
Assistência Social - E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com / Contato: (42) 99107-9616.
3.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812, de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de março de 2026.

Testemunhas:

MARLANA SANSON
Fiscal de Contrato

MICHELE APARECIDA BATISTA
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

LOTE 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LUIZ RICARDO BUENO ME	928	30.219.220/0001-71	109,00	68,00		Sim
2 PAMELA MANOELA ZANUTTO	348	61.499.004/0001-50	109,00	75,00	10,29	Sim
3 KW INFORMÁTICA LTDA	340	14.208.959/0001-21	109,63	75,95	1,27	Sim
4 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	112	28.453.476/0001-05	109,00	82,00	7,97	Sim
5 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	408	27.720.289/0001-70	109,63	98,98	20,71	Sim
6 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	389	24.925.253/0001-34	109,63	99,00	0,02	Sim
7 ALFA VÉRTICE COMERCIO ATACADISTA	498	60.424.559/0001-70	109,00	104,99	6,05	Sim
8 MP COMERCIO VAREJISTA LTDA	095	56.980.229/0001-94	109,63	105,00	0,01	Sim
9 TIAGO BORGES SEIXAS	937	19.584.576/0001-71	109,00	109,00	3,81	Sim
10 CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI - ME	952	29.774.483/0001-63	109,63	109,63	0,58	Sim
11 56.021.707 AMANDA MATNI DE SOUSA	030	56.021.707/0001-39	109,63	109,63	0,00	Sim
12 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	846	13.772.057/0001-50	109,63	109,63	0,00	Sim
13 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	770	63.414.662/0001-28	109,63	109,63	0,00	Sim
14 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	486	58.291.882/0001-71	109,63	109,63	0,00	Sim

LOTE 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LUIZ RICARDO BUENO ME	656	30.219.220/0001-71	119,00	70,00		Sim
2 KW INFORMÁTICA LTDA	181	14.208.959/0001-21	119,90	75,00	7,14	Sim
3 PAMELA MANOELA ZANUTTO	149	61.499.004/0001-50	119,00	85,00	13,33	Sim
4 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	070	28.453.476/0001-05	119,00	88,90	4,59	Sim
5 ALFA VÉRTICE COMERCIO ATACADISTA	102	60.424.559/0001-70	119,00	89,00	0,11	Sim
6 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	903	27.720.289/0001-70	119,90	109,94	23,53	Sim
7 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	246	24.925.253/0001-34	119,90	110,00	0,05	Sim
8 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	170	58.291.882/0001-71	119,90	119,90	9,00	Sim
9 CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI - ME	182	29.774.483/0001-63	119,90	119,90	0,00	Sim
10 MP COMERCIO VAREJISTA LTDA	163	56.980.229/0001-94	119,90	119,90	0,00	Sim
11 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	385	63.414.662/0001-28	119,90	119,90	0,00	Sim
12 56.021.707 AMANDA MATNI DE SOUSA	990	56.021.707/0001-39	119,90	119,90	0,00	Sim
13 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	348	13.772.057/0001-50	119,90	119,90	0,00	Sim
14 TIAGO BORGES SEIXAS	484	19.584.576/0001-71	120,00	120,00	0,08	Sim

LOTE 6

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LUIZ RICARDO BUENO ME	962	30.219.220/0001-71	97,00	70,00		Sim
2 KW INFORMÁTICA LTDA	790	14.208.959/0001-21	97,00	74,99	7,13	Sim
3 PAMELA MANOELA ZANUTTO	318	61.499.004/0001-50	95,00	85,00	13,35	Sim
4 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	672	28.453.476/0001-05	96,00	89,00	4,71	Sim
5 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	485	24.925.253/0001-34	97,00	90,00	1,12	Sim
6 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	504	58.291.882/0001-71	97,00	97,00	7,78	Sim
7 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	906	27.720.289/0001-70	97,00	97,00	0,00	Sim
8 TIAGO BORGES SEIXAS	324	19.584.576/0001-71	97,00	97,00	0,00	Sim
9 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	393	13.772.057/0001-50	97,00	97,00	0,00	Sim
10 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	912	63.414.662/0001-28	97,00	97,00	0,00	Sim

LOTE 7

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LUIZ RICARDO BUENO ME	960	30.219.220/0001-71	25,50	14,00		Sim
2 KW INFORMÁTICA LTDA	804	14.208.959/0001-21	25,50	18,99	35,64	Sim
3 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	017	24.925.253/0001-34	25,50	20,00	5,32	Sim
4 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	005	28.453.476/0001-05	25,00	25,00	25,00	Sim
5 TIAGO BORGES SEIXAS	538	19.584.576/0001-71	25,00	25,00	0,00	Sim
6 PAMELA MANOELA ZANUTTO	368	61.499.004/0001-50	25,00	25,00	0,00	Sim
7 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	673	13.772.057/0001-50	25,50	25,50	2,00	Sim
8 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	597	63.414.662/0001-28	25,50	25,50	0,00	Sim
9 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	783	58.291.882/0001-71	25,50	25,50	0,00	Sim

LOTE 8

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LUIZ RICARDO BUENO ME	933	30.219.220/0001-71	24,90	14,00		Sim
2 KW INFORMÁTICA LTDA	246	14.208.959/0001-21	24,95	17,00	21,43	Sim
3 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	459	28.453.476/0001-05	24,50	19,75	16,18	Sim
4 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	556	24.925.253/0001-34	24,95	20,00	1,27	Sim
5 PAMELA MANOELA ZANUTTO	753	61.499.004/0001-50	24,00	24,00	20,00	Sim
6 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	412	63.414.662/0001-28	24,95	24,95	3,96	Sim
7 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	656	13.772.057/0001-50	24,95	24,95	0,00	Sim
8 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	826	58.291.882/0001-71	24,95	24,95	0,00	Sim
9 TIAGO BORGES SEIXAS	167	19.584.576/0001-71	25,00	25,00	0,20	Sim

LOTE 10

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LUIZ RICARDO BUENO ME	368	30.219.220/0001-71	890,00	424,00		Sim
2 PAMELA MANOELA ZANUTTO	692	61.499.004/0001-50	890,00	550,00	29,72	Sim
3 MP COMERCIO VAREJISTA LTDA	902	56.980.229/0001-94	890,00	597,00	8,55	Sim
4 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	092	28.453.476/0001-05	880,00	640,50	7,29	Sim
5 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	542	27.720.289/0001-70	890,00	650,00	1,48	Sim
6 KW INFORMÁTICA LTDA	915	14.208.959/0001-21	890,00	699,89	7,68	Sim
7 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	435	24.925.253/0001-34	890,00	850,00	21,45	Sim
8 58.345.126 MATHEUS SPOSITO LUCAS	606	58.345.126/0001-88	890,00	879,99	3,53	Sim
9 TIAGO BORGES SEIXAS	185	19.584.576/0001-71	890,00	890,00	1,14	Sim
10 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	139	58.291.882/0001-71	890,00	890,00	0,00	Sim
11 CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI - ME	824	29.774.483/0001-63	890,00	890,00	0,00	Sim
12 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	404	63.414.662/0001-28	890,00	890,00	0,00	Sim
13 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	454	13.772.057/0001-50	890,00	890,00	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:0958E684

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portador da cédula de identidade R.G n° 4.323.609-1 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 024.319.929-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 10/2026**, **processo administrativo nº 3436/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de artigos natalinos, conforme especificado no edital de licitação que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: SCAN LIFE COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 46.022.479/0001-68
LOTE 9
Valor Total do Lote: 2.524,50 (dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Pisca pisca, contendo 300 lâmpadas coloridas de LED, medindo aproximadamente 25 metros	WF COM FUNÇÃO	UN	50	R$50,4900	R$2.524,5000

Valor Total Homologado - R$ 2.524,50

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Fica a empresa contratada condicionada a entregar e instalar os itens no prazo de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.
2.3 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:
- Os itens que estão sendo solicitados (de forma parcelada) e suas especificidades; As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades.
- Integridade dos itens;
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.
2.4 - Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.
2.4.1 - O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Departamento de Almoxarifado
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira - PR - CEP 84130-000.
Horário da Entrega: De segunda-feira a sexta-feira, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.
Telefone para contato: (42) 3909-5016 e da Secretaria; (42) 99107-9616.
Responsáveis pelo recebimento: Os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 15 dias após o recebimento da nota fiscal.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho - Endereço de e-mail para ser enviada a nota fiscal:
Assistência Social - E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com / Contato: (42) 99107-9616.
3.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812, de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de março de 2026.

Testemunhas:

_____
Marlana Sanson
Fiscal de Contrato

_____
Michele Aparecida Batista
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

LOTE 9

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 SCAN LIFE COMERCIAL LTDA	039	46.022.479/0001-68	102,30	50,49		Sim
2 LUIZ RICARDO BUENO ME	588	30.219.220/0001-71	102,00	63,00	24,78	Sim
3 58.508.063 MARCIA MARIA DA SILVA	488	58.508.063/0001-33	102,30	65,00	3,17	Sim
4 KW INFORMÁTICA LTDA	953	14.208.959/0001-21	102,30	65,00	0,00	Sim
5 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	326	28.453.476/0001-05	102,00	70,10	7,85	Sim
6 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	070	27.720.289/0001-70	102,30	70,20	0,14	Sim
7 56.021.707 AMANDA MATNI DE SOUSA	803	56.021.707/0001-39	102,30	71,00	1,14	Sim
8 ALFA VÉRTICE COMERCIO ATACADISTA	008	60.424.559/0001-70	102,00	79,99	12,66	Sim
9 58.345.126 MATHEUS SPOSITO LUCAS	180	58.345.126/0001-88	102,30	98,00	22,52	Sim
10 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	176	24.925.253/0001-34	102,30	99,00	1,02	Sim
11 TIAGO BORGES SEIXAS	158	19.584.576/0001-71	102,00	102,00	3,03	Sim
12 PAMELA MANOELA ZANUTTO	503	61.499.004/0001-50	102,00	102,00	0,00	Sim
13 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	678	63.414.662/0001-28	102,30	102,30	0,29	Sim
14 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	185	13.772.057/0001-50	102,30	102,30	0,00	Sim
15 MP COMERCIO VAREJISTA LTDA	565	56.980.229/0001-94	102,30	102,30	0,00	Sim
16 CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI - ME	115	29.774.483/0001-63	102,30	102,30	0,00	Sim
17 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	223	58.291.882/0001-71	102,30	102,30	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:77B4F003

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portador da cédula de identidade R.G n° 4.323.609-1 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 024.319.929-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 10/2026**, **processo administrativo nº 3436/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de artigos natalinos, conforme especificado no edital de licitação que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: KW INFORMATICA LTDA
CNPJ/CPF: 14.208.959/0001-21

LOTE 1

Valor Total do Lote: 2.195,00 (dois mil, cento e noventa e cinco reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Árvore de natal, tipo pinheiro grande luxo cheia premium, com altura de aproximadamente 2,10 metros, densidade dos galhos de 1200 galhos densamente preenchidos para um visual exuberante e natural, material durável feita em pvc de alta qualidade, garantindo durabilidade e resistência, design elegante estilo pinheiro que proporciona um toque natalino clássico, montagem simples: Galhos dobráveis que facilitam o processo de montagem e desmontagem, base resistente deve ser incluída junto, feita de metal para estabilidade e segurança, visual realista galhos densamente preenchidos para uma aparência cheia e natural, uso versátil ideal para ambientes internos.	home arvore	UN	10	R$ 219,5000	R$ 2.195,0000

LOTE 5

Valor Total do Lote: 1.300,00 (um mil e trezentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Kit contendo 30 enfeites de decoração, para árvore de natal, na forma de laços natalinos feitos em tecido vermelho com dourado, medindo aproximadamente 10 cm	Home kit	KIT	20	R$65,0000	R$1.300,0000

LOTE 11

Valor Total do Lote: 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Roupa fantasia de mamãe noel, confeccionado nas cores vermelho e branco, material do tecido em poliéster, a fantasia acompanha: 1 vestido, 1 gorro, 1 par de luvas e 1 óculos (sem grau), tamanho adulto que veste até o tamanho 48	home roupa	KIT	10	R$ 122,0000	R$ 1.220,0000

LOTE 13

Valor Total do Lote: 1.020,00 (um mil e vinte reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Painel mural magnético para fotos, na cor preto ou branco, com as medidas mínimas de (Largura x Altura) 80 cm x 50 cm	home painel	UN	10	R$ 102,0000	R$ 1.020,0000

Valor Total Homologado - R$ 5.735,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 Fica a empresa contratada condicionada a entregar e instalar os itens no prazo de até 15 dias após o recebimento da nota de empenho.

2.3 A empresa vencedora do certame deverá estar ciente de todos os dados e cláusulas contidas no contrato e no edital, dentre elas:

- Os itens que estão sendo solicitados (de forma parcelada) e suas especificidades; As entregas deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, conforme necessidade da secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da entrega. Caso haja atrasos na entrega a Contratada estará sujeita as penalidades.
- Integridade dos itens;
- Local de entrega;
- Condições e Prazo para pagamento da nota.
- Em hipótese alguma o serviço pode ser realizado sem empenho prévio.

2.4 - Os produtos que chegarem com avarias e/ou chegarem de forma insatisfatória, serão recusados e deverão ser trocados pela empresa fornecedora.

2.4.1 - O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de alta qualidade.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

Local de Entrega: Departamento de Almoxarifado
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira - PR - CEP 84130-000.
Horário da Entrega: De segunda-feira a sexta-feira, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.
Telefone para contato: (42) 3909-5016 e da Secretaria; (42) 99107-9616.
Responsáveis pelo recebimento: Os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será realizado após a entrega definitiva dos produtos, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, sendo este realizado em até 15 dias após o recebimento da nota fiscal.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho - Endereço de e-mail para ser enviada a nota fiscal:
Assistência Social - E-mail: gestorsocial.palm@gmail.com / Contato: (42) 99107-9616.
3.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812, de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de março de 2026.

Testemunhas:

_____
MARLANA SANSON
Fiscal de Contrato

_____
MICHELE APARECIDA BATISTA
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 KW INFORMÁTICA LTDA	545	14.208.959/0001-21	688,80	219,50		Sim
2 56.021.707 AMANDA MATNI DE SOUSA	451	56.021.707/0001-39	688,80	247,00	12,53	Sim
3 PAMELA MANOELA ZANUTTO	305	61.499.004/0001-50	688,00	250,00	1,21	Sim
4 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	307	28.453.476/0001-05	680,00	254,50	1,80	Sim
5 LUIZ RICARDO BUENO ME	818	30.219.220/0001-71	688,80	595,99	134,18	Sim
6 MP COMERCIO VAREJISTA LTDA	108	56.980.229/0001-94	688,80	596,00	0,00	Sim
7 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	689	27.720.289/0001-70	688,80	599,98	0,67	Sim
8 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	532	24.925.253/0001-34	688,80	600,00	0,00	Sim
9 58.345.126 MATHEUS SPOSITO LUCAS	211	58.345.126/0001-88	688,80	687,00	14,50	Sim
10 TIAGO BORGES SEIXAS	408	19.584.576/0001-71	688,00	688,00	0,15	Sim
11 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	996	58.291.882/0001-71	688,80	688,80	0,12	Sim
12 CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI - ME	255	29.774.483/0001-63	688,80	688,80	0,00	Sim
13 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	025	13.772.057/0001-50	688,80	688,80	0,00	Sim
14 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	897	63.414.662/0001-28	688,80	688,80	0,00	Sim
15 61.541.014 EVELIZE BORDINHAO COSTA	395	61.541.014/0001-07	700,00	700,00	1,63	Sim

LOTE 5

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 KW INFORMÁTICA LTDA	464	14.208.959/0001-21	105,46	65,00		Sim
2 LUIZ RICARDO BUENO ME	837	30.219.220/0001-71	105,46	70,00	7,69	Sim
3 56.021.707 AMANDA MATNI DE SOUSA	998	56.021.707/0001-39	105,46	77,50	10,71	Sim
4 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	585	28.453.476/0001-05	105,00	77,90	0,52	Sim
5 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	734	24.925.253/0001-34	105,46	100,00	28,37	Sim
6 PAMELA MANOELA ZANUTTO	415	61.499.004/0001-50	105,00	105,00	5,00	Sim
7 TIAGO BORGES SEIXAS	193	19.584.576/0001-71	105,00	105,00	0,00	Sim
8 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	228	13.772.057/0001-50	105,46	105,46	0,44	Sim
9 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	796	63.414.662/0001-28	105,46	105,46	0,00	Sim
10 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	021	27.720.289/0001-70	105,46	105,46	0,00	Sim
11 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	207	58.291.882/0001-71	105,46	105,46	0,00	Sim

LOTE 11

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 KW INFORMÁTICA LTDA	673	14.208.959/0001-21	154,90	122,00		Sim
2 MP COMERCIO VAREJISTA LTDA	234	56.980.229/0001-94	154,90	127,00	4,10	Sim
3 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	741	28.453.476/0001-05	154,00	129,50	1,97	Sim
4 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	818	24.925.253/0001-34	154,90	140,00	8,11	Sim
5 58.345.126 MATHEUS SPOSITO LUCAS	873	58.345.126/0001-88	154,90	153,00	9,29	Sim
6 JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	889	13.772.057/0001-50	154,90	154,90	1,24	Sim
7 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	744	58.291.882/0001-71	154,90	154,90	0,00	Sim
8 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	278	27.720.289/0001-70	154,90	154,90	0,00	Sim
9 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	681	63.414.662/0001-28	154,90	154,90	0,00	Sim
10 TIAGO BORGES SEIXAS	127	19.584.576/0001-71	155,00	155,00	0,06	Sim

LOTE 13

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 KW INFORMÁTICA LTDA	874	14.208.959/0001-21	140,90	102,00		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	775	28.453.476/0001-05	140,00	111,90	9,71	Sim
3 MP COMERCIO VAREJISTA LTDA	700	56.980.229/0001-94	140,90	111,97	0,06	Sim
4 PAMELA MANOELA ZANUTTO	767	61.499.004/0001-50	140,00	112,90	0,83	Sim
5 ALFA VÉRTICE COMERCIO ATACADISTA	605	60.424.559/0001-70	140,00	119,99	6,28	Sim
6 ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES	628	24.925.253/0001-34	140,90	120,00	0,01	Sim
7 CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI - ME	938	29.774.483/0001-63	140,90	140,10	16,75	Sim
8 ISABELLA BELEGANTE DE SOUZA	446	63.414.662/0001-28	140,90	140,90	0,57	Sim
9 A/E COMERCIO IMPORTACAO E	494	27.720.289/0001-70	140,90	140,90	0,00	Sim
10 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA	687	58.291.882/0001-71	140,90	140,90	0,00	Sim
11 TIAGO BORGES SEIXAS	003	19.584.576/0001-71	141,00	141,00	0,07	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A3CFC719

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 06/2026

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 23/2026**, elaborado pela Modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 06/2026** teve por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA COMPLETA, SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL, INCLUINDO MONTAGEM, OPERAÇÃO TÉCNICA E DESMONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS, VISANDO ATENDER À PROGRAMAÇÃO DA 36ª FESTA DO MILHO NO MUNICÍPIO DE PALMITAL – PR,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MENOR PREÇO"**, conforme especificado no Edital e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **HOMOLOGO E ADJUDICO** os objetos aos licitantes:

Lote: 1 -

Item	Nome do produto/serviço	Qtde	Unidade	Preço máximo	Preço áximo total
01	LOCAÇÃO - Tenda modular piramidal 10x10m, área 100m² LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIARIAS	18,00	UN	1.500,00	27.000,00
02	LOCAÇÃO - Arquibancada modular coberta com 9 degraus e passarela LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIARIAS	40,00	MT	430,00	17.200,00
03	LOCAÇÃO - Pavilhão modular 53x30m LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIÁRIAS -	1,00	UN	100.000,00	100.000,00
04	LOCAÇÃO - Banheiro químico portátil LOCAÇÃO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DIÁRIA - 03 DIARIAS -	22,00	UN	300,00	6.600,00
05	LOCAÇÃO - Fechamento perimetral de 200 metros corridos LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIÁRIAS -	1,00	UN	6.000,00	6.000,00
06	LOCAÇÃO - Camarim modular 4x4m área 16 m² em sistema TS/Octanorm LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIARIAS -	2,00	UN	7.500,00	15.000,00
07	LOCAÇÃO - Catraca de controle de público LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIARIAS -	6,00	UN	500,00	3.000,00
08	LOCAÇÃO - Palco modular 16x8m área 128 m LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIARIAS - ;	1,00	UN	22.000,00	22.000,00
	02 und - Andaime para Pirotecnia: Estrutura de 5m de altura montada atrás do palco, com base superior.				
09	LOCAÇÃO - Palco 9x7m área 63 m LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIARIAS -	1,00	UN	10.000,00	10.000,00
10	LOCAÇÃO - Estrutura com 44 Camarotes modulares 2,02x2,20m LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIARIAS	1,00	UN	39.600,00	39.600,00
11	LOCAÇÃO - Piso elevado em compensado naval 18mm área 50m LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIARIAS -	1,00	UN	5.000,00	5.000,00
12	LOCAÇÃO - Treliças estruturais modulares Q30 LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIARIAS -	240,00	MT	80,00	19.200,00
13	LOCAÇÃO - Gerador a diesel LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIÁRIAS -	2,00	UN	6.000,00	12.000,00
14	LOCAÇÃO - SOM E ILUMINAÇÃO (GRANDE PORTE) PALCO 01 LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIÁRIAS -	1,00	UN	30.000,00	30.000,00
15	LOCAÇÃO - SOM E ILUMINAÇÃO (MÉDIO PORTE) PALCO 02 LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIÁRIAS -	1,00	UN	11.500,00	11.500,00
16	LOCAÇÃO - Painel de LED interno/externo P3.9 área 36m LOCAÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - 03 DIÁRIAS -	1,00	UN	14.000,00	14.000,00
Valor total					338.100,00

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:437128A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
MINUTA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO SFM N.º 4637/2026 - FOMENTO PARANÁ E MUNICÍPIO DE PALMITAL(PR)

CONTRATO DE FINANCIAMENTO: Sistema de Financiamento deAções nos Municípios do Estado do Paraná – SF

CONTRATO FOMENTO PARANÁ – SFM N.º 4637/2026.

PREÂMBULO

I – PARTES

AGENTE FINANCEIRO: Agência de Fomento do Paraná S. A., instituição financeira sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Comendador Araújo, 652, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.584.906/0001-99, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, pelos seus Diretores signatários, doravante denominada FOMENTO PARANÁ.

BENEFICIÁRIO: MUNICÍPIO DE PALMITAL/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 75.680.025/0001-82, neste ato representado por seu Prefeito, Sr.(a) ROBERTO CARLOS ROSSI, doravante denominado MUNICÍPIO.

II – AGENTE TÉCNICO OPERACIONAL DO SFM – Serviço Social Autônomo, doravante denominado PARANACIDADE.

III – FINALIDADE DO FINANCIAMENTO: Pavimentação de Vias.

IV – AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA MUNICIPAL:

Lei Municipal n.º 1324/2025 de 13/05/2025, publicada em 14/05/2025.

V – APROVAÇÃO STN/INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Ofício n.º 6/2026 de 03/02/2026	
VI – CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO	
VI.1 – VALOR DO FINANCIAMENTO	R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
VI.2 – DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	26 de março de 2026
VI.3 – DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO	03/03/2034
VI.4 – CARÊNCIA	Prazo de carência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 26 de março de 2026.
VI.5 – PRAZO MÁXIMO PARA A PRIMEIRA	6 (seis) meses contados a partir da assinatura do
LIBERAÇÃO	contrato 26 de março de 2026.
VI.6 – SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	Sistema de Amortização Constante (SAC).
VI.7 – INDEXADOR	Índice de Preços ao ConsumidorAmplo – IPCA.
VI.8 – JUROS	6% a. a.
VI.9 – JUROS REMUNERATÓRIOS	Os juros são calculados tomando-se por base o IPCA, aplicado na fórmula cheia, acrescido a uma margem de juros fixa de 6% ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o saldo devedor, de acordo com o exposto na clausula dos ENCARGOS FINANCEIROS.
VI.10 – ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO	
VI.10.1 – JUROS REMUNERATÓRIOS	Mesmos juros remuneratórios previstos para o período de adimplemento.
VI.10.2 – JUROS MORATÓRIOS	1% (um por cento) ao mês, observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VI.10.3 – MULTA	2% (dois por cento), observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VII – GARANTIA	Cota Parte do MUNICÍPIO do ICMS, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:32F7DD51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RREO ANEXO I - 1º BIM

CONSORCIO
INTERM. DE
SAUDE DO LITORAL DO PARANA

CONSÓRCIO PÚBLICO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO
RESUMIDO
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.848.667,76	12.279.293,76	1.474.971,80	12,01	1.474.971,80	12,01	10.804.321,96
RECEITAS CORRENTES	11.848.667,76	12.279.293,76	1.474.971,80	12,01	1.474.971,80	12,01	10.804.321,96
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	28.722,48	0,00	28.722,48	0,00	-28.722,48
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	28.722,48	0,00	28.722,48	0,00	-28.722,48
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.848.667,76	12.279.293,76	1.446.249,32	11,78	1.446.249,32	11,78	10.833.044,44
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	11.848.667,76	12.279.293,76	1.446.249,32	11,78	1.446.249,32	11,78	10.833.044,44
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.848.667,76	12.279.293,76	1.474.971,80		12,01	1.474.971,80	12,01	10.804.321,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	11.848.667,76	12.279.293,76	1.474.971,80		12,01	1.474.971,80	12,01	10.804.321,96
DÉFICIT (VI)	-	-	-		-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	11.848.667,76	12.279.293,76	1.474.971,80		12,01	1.474.971,80	12,01	10.804.321,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	665.333,56	-		-	665.333,56	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-		-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	665.333,56	-		-	22.359,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.344.858,93	10.599.768,39	1.690.182,70	1.690.182,70	11.254.444,62	332.736,67
DESPESAS CORRENTES	11.661.677,60	12.751.847,16	2.339.068,93	2.339.068,93	10.412.778,23	1.684.392,70	1.684.392,70	11.067.454,46	326.946,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.189.134,74	8.189.134,74	1.654.171,43	1.654.171,43	6.534.963,31	1.654.171,43	1.654.171,43	6.534.963,31	298.045,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.472.542,86	4.562.712,42	684.897,50	684.897,50	3.877.814,92	30.221,27	30.221,27	4.532.491,15	28.901,14
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	3.472.542,86	4.562.712,42	684.897,50	684.897,50	3.877.814,92	30.221,27	30.221,27	4.532.491,15	28.901,14
DESPESAS DE CAPITAL	68.503,48	74.293,48	5.790,00	5.790,00	68.503,48	5.790,00	5.790,00	68.503,48	5.790,00
INVESTIMENTOS	68.503,47	74.293,47	5.790,00	5.790,00	68.503,47	5.790,00	5.790,00	68.503,47	5.790,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	118.486,68	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.344.858,93	10.599.768,39	1.690.182,70	1.690.182,70	11.254.444,62	332.736,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.344.858,93	10.599.768,39	1.690.182,70	1.690.182,70	11.254.444,62	332.736,67
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	0,00	-	1.142.235,13
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.344.858,93	-	1.690.182,70	1.690.182,70	-	1.474.971,80
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA, emitido em 30/mar/2026 as 13h e 47m.									
RODRIGO SOARES									
Chefe Do Depto De Contabilidade									

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:F52E7B84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
TERMO

TERMO DE PRORROGAÇÃO 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2025

A Prefeitura do Município de Paranaguá–PR, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.017.458/0001-15, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Senhor JOSÉ REIS DE FREITAS NETO, no uso das

atribuições legais que lhe são conferidas, e a empresa Áudio Técnica Eventos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 07.761.287/0001-11, neste ato representada por GILMAR JOSÉ DOS SANTOS, seu representante legal abaixo assinado, tem entre si justo e avençado e celebram TERMO DE PRORROGAÇÃO 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2025, por força do presente instrumento e Processo Administrativo n° 99.405/2025, sujeitos às disposições da Lei n° 14.133/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais passam a fazer parte integrante da contratação originária.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Constitui objeto do presente a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 007/2025, com relação ao item fornecido pela empresa elencada acima, nas condições atualmente pactuadas, durante o período de 10 de fevereiro de 2026 a 09 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS PACTUADOS

Ficam mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, exceto no tocante aos preços registrados. O preço registrado foi devidamente ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, de julho a dezembro de 2025 (dados oficiais de janeiro e fevereiro de 2026, ainda não publicados pelo IBGE – conferência em 09/02/2026), conforme certificação, passando a vigorar conforme demonstrado no quadro abaixo:

EMPRESA: Áudio Técnica Eventos Ltda		
CNPJ: 07.761.287/0001-11	Telefone: (41) 97400-8184	E-mail: contato@audiotecnica.com.br
Endereço: Rua Orestes Códega, nº 1014 – Pinheirinho, Curitiba/PR CEP: 81150-200 Representante Legal: Gilmar José dos Santos		

LOTE 02

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. DE DIÁRIAS / ANO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL AJUSTADO
2.1	**64417**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 1	Diária	9	R$ 22.859,151111	R$ 205.732,36
2.2	**64418**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 2	Diária	3	R$ 13.912,553333	R$ 41.737,66
2.3	**64419**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 3	Diária	36	R$ 8.907,187500	R$ 320.658,75
2.4	**64420**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 4	Diária	35	R$ 7.192,751429	R$ 251.746,30
2.5	**64421**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 5 (ANEXO 4)	Diária	48	R$ 3.178,760833	R$ 152.580,52
2.6	**64422**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 6	Diária	4	R$ 22.149,725000	R$ 88.598,90
2.7	**64423**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 7	Diária	6	R$ 5.320,661667	R$ 31.923,97
2.8	**64424**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 8	Diária	5	R$ 38.229,914000	R$ 191.149,57
2.9	**64425**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 9	Diária	110	R$ 1.779,611182	R$ 195.757,23
2.10	**64426**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 10	Diária	1	R$ 5.320,660000	R$ 5.320,66
2.11	**64427**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 11 (Aniversário de Paranaguá – em estádio de futebol)	Diária	12	R$ 6.798,623333	R$ 81.583,48
2.12	**64428**	Equipamentos de Sonorização e Iluminação para Shows e Festividades, conforme Rider Técnico 12	Diária	8	R$ 6.621,280000	R$ 52.970,24
VALOR DO LOTE 02						**1.619.759,64**

LOTE 03

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. DE DIÁRIAS / ANO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL AJUSTADO
3.1	**57809**	Locação de telão 01 Painel de LED (16:9) 6 metros de largura x 4m de altura, Outdoor IP67, Led SMD 3 em 1 Ângulo visual 140/140, resolução do painel 4 mm, 01 Processador de led, de acordo com as configurações do painel, com ajuste de brilho, entrada de DVI-D, SDI, HDMI, e 2 saídas DVI-D, 02 send card full hd com as seguinte conexões cada: 2 rj45, 1 DVI-D, 1 usb, 01 computador com software instalado de acordo com o modelo de painel de led, 01 computador 2,8Ghz, 16Gb ram, placa de vídeo 4gb dedicado, hd 256 ssd, 02 Direct box/isoladores, Redundância no painel de led, 04 Cabos CAT6 externo blindado 50m, 04 Cabos USB, 02	Diária	6	R$ 4.296,416667	R$ 25.778,50
		Cabos DVI-D 2m, 02 Cabos HDMI 2m, 02 Cabos SDI 2m, 02 Cabos P2/P10 estéreo, 50 Mts torres em alumínio P30, 02 Sleeves P30, 02 Cubos P30, 02 Talhas 01 tonelada, 02 Pau de carga P30.				
3.2	**57810**	Locação de telão 01 Painel de LED (16:9) 5 metros de largura x 3m de altura, Outdoor IP67, Led SMD 3 em 1 Ângulo visual 140/140, resolução do painel 4 mm, 01 Processador de led, de acordo com as configurações do painel, com ajuste de brilho, entrada de DVI-D, SDI, HDMI, e 2 saídas DVI-D, 02 send card full hd com as seguinte conexões cada: 2 rj45, 1 DVI-D, 1 usb, 01 computador com software instalado de acordo com o modelo de painel de led, 01 computador 2,8Ghz, 16Gb ram, placa de vídeo 4gb dedicado, hd 256 ssd, 02 Direct box/isoladores, Redundância no painel de led, Cabos CAT6 externo blindado 50m, Cabos USB, Cabos DVI-D 2m, Cabos HDMI 2m, Cabos SDI 2m, Cabos P2/P10 estéreo, 30 Mts torres em alumínio P30, 02 Sleeves P30, 02 Cubos P30, 02 Talhas 01 tonelada, 02 Pau de carga P30. 03 câmeras Full HD com HDMI e Composta Saída tipo run-and-gun que é adequada para cobertura de eventos e produção de filmes independentes e documentais. A câmera possui um sensor CMOS de 1 / 2.84 ", 1920 x 1080 que captura vídeo em várias taxas de quadros de até 59,94p com cabeamento, acessórios e operadores para transmissão simultânea.	Diária	12	R$ 5.558,817500	R$ 66.705,81
3.3	**64429**	Locação de telão 01 Painel de LED (16:9) 5 metros de largura x 3m de altura, Outdoor IP67, Led SMD 3 em 1 Ângulo visual 140/140, resolução do painel 4 mm, 01 Processador de led, de acordo com as configurações do painel, com ajuste de brilho, entrada de DVI-D, SDI, HDMI, e 2 saídas DVI-D, 02 send card full hd com as seguinte conexões cada: 2 rj45, 1 DVI-D, 1 usb, 01 computador com software instalado de acordo com o modelo de painel de led, 01 computador 2,8Ghz, 16Gb ram, placa de vídeo 4gb dedicado, hd 256 ssd, 02 Direct box/isoladores, Redundância no painel de led, Cabos CAT6 externo blindado 50m,	Diária	68	R$ 2.687,791029	R$ 182.769,79

		Cabos USB, Cabos DVI-D 2m, Cabos HDMI 2m, Cabos SDI 2m, Cabos P2/P10 estéreo, 30 Mts torres em alumínio P30, 02 Sleeves P30, 02 Cubos P30, 02 Talhas 01 tonelada, 02 Pau de carga P30.				
3.4	**57812**	Locação de Painéis de LED 8 metros de largura x 2m de altura, Outdoor IP67, Led SMD 3 em 1 Ângulo visual 140/140, resolução do painel 4 mm, 01 Processador de led, de acordo com as configurações do painel, com ajuste de brilho, entrada de DVI-D, SDI, HDMI, e 2 saídas DVI-D, 02 send card full hd com as seguinte conexões cada: 2 rj45, 1 DVI-D, 1 usb, 01 computador com software instalado de acordo com o modelo de painel de led e que execute a função cronômetro, 01 computador 2,8Ghz, 16Gb ram, placa de vídeo 4gb dedicado, hd 256 ssd, 02 Direct box/isoladores, Redundância no painel de led, 04 Cabos CAT6 externo blindado 50m, 04 Cabos USB, 02 Cabos DVI-D 2m, 02 Cabos HDMI 2m, 02 Cabos SDI 2m, 02 Cabos P2/P10 estéreo, 50 Mts torres em alumínio P30, 02 Sleeves P30, 02 Cubos P30, 02 Talhas 01 tonelada, 02 Pau de carga P30 e operador do software.	Diária	8	R$ 2.851,538750	R$ 22.812,31
VALOR DO LOTE 03						**R$ 298.066,41**

LOTE 04

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. DE DIÁRIAS / ANO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL AJUSTADO
4.1	**64430**	Locação de Trio Elétrico, conforme Rider Técnico 13	Diária	14	R$ 9.597,084286	R$ 134.359,18
VALOR DO LOTE 04						**R$ 134.359,18**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS está fundamentado no artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, c/c o artigo 299 do Decreto Municipal nº 4.319/2023 e a ARP respectiva.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESOLUTIVA

O presente Termo, a critério da Administração, poderá a qualquer tempo promover a rescisão administrativa ou a extinção unilateral do ajuste, por razões de interesse público, conveniência administrativa ou superveniência de fato que a justifique, sem que disso decorra direito adquirido à manutenção do vínculo ou direito de indenização.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

A eficácia interpartes do presente TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS fica condicionada à divulgação integral do presente termo no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas, à luz do que preceitua o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

E, por estarem assim justas e acordes, firmam o presente TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2025, que vai assinado eletronicamente pelas partes.

Paranaguá, 10 de fevereiro de 2026

Áudio Técnica Eventos LTDA
GILMAR JOSÉ DOS SANTOS

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:006215CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 04/2026

AUTORIZAÇÃO N° 04/2026

Autoriza o servidor estudante para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Evely Marques de Oliveira,** matrícula n° 10246-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino – SEMEDI, a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 16670/2026 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 13/03/2026 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Tuiuti do Paraná
Curso	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Doutorado em Educação
Disciplina	Pesquisas em Educação e Inovação: curadoria, narrativas e novas etnografias virtuais. Conexões: Educação, Cultura Digital e Inovação Orientações para escrita da Tese e Atividades para bolsistas PROSUP/CAPES

Previsão de Término	Período de 12/03/2026 à 25/06/2026				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
				08:00h/12:00h 14:00h/18:00h	
Compensação				Hora atividade Manhã e Tarde	

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.
A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 25/06/2026 - 1º Semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, a servidora deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 27 de março de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Decreto n° 1443/25
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:B5D8BFEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.593

DECRETO Nº 1.593

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária no valor de R$ 3.140.227,52 (três milhões, cento e quarenta mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial ou total, no valor de R$ 3.140.227,52 (três milhões, cento e quarenta mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
06.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.001.0004.0122.0004.2021	Esta ação foca na coordenação e supervisão estratégica de todas as atividades e projetos ligados às áreas de Cultura e Turismo do município. O objetivo é planejar, organizar, promover e executar iniciativas que valorizem e impulsionem o patrimônio cultural e turístico da cidade. Isso inclui a gestão de eventos, a criação de roteiros e a implementação de políticas que visam o desenvolvimento econômico e social, usando a cultura e o turismo como ferramentas para o progresso local.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.000.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, Manutenção do Auxílio Alimentação, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.120.227,52
Fundo de Reequipamento dos Bombeiros		
Unidade Orçamentária:	Fundo de Reequipamento de Bombeiros	
23.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
23.001.0006.0182.0048.2225	Manter o desenvolvimento das atividades de prevenção e intervenção em emergências do Corpo de Bombeiros. Proporcionar atividades de pronto - atendimento às emergências, casos de incêndio, busca e salvamento e prestação de outros serviços em prol da comunidade. Vistorias em edificações públicas e privadas, estabelecimentos comerciais e outros, verificando as condições dos equipamentos de segurança, como prevenção de incêndio. Realização de campanhas preventivas e educativas através de projetos comunitários.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 3.140.227,52		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	
Fundo de Reequipamento dos Bombeiros	
Unidade Orçamentária:	Fundo de Reequipamento de Bombeiros
23.001	
Funcional Programática:	**Atividade:**

23.001.0006.0182.0048.2225	Manter o desenvolvimento das atividades de prevenção e intervenção em emergências do Corpo de Bombeiros. Proporcionar atividades de pronto - atendimento às emergências, casos de incêndio, busca e salvamento e prestação de outros serviços em prol da comunidade. Vistorias em edificações públicas e privadas, estabelecimentos comerciais e outros, verificando as condições dos equipamentos de segurança, como prevenção de incêndio. Realização de campanhas preventivas e educativas através de projetos comunitários.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.002.0012.0361.0016.2339	Garantir a oferta de alimentação escolar de qualidade, nutritiva e segura para todos os alunos matriculados na rede pública municipal, contribuindo para o seu desenvolvimento físico e intelectual.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.120.227,52
Secretaria Municipal de Planejamento		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
07.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
07.001.0004.0121.0007.2030	Coordenar o planejamento do Município assessorando os titulares das demais pastas para a criação de bancos de projetos e gestão territorial, para o desenvolvimento e implementação de planos de governo em consonância com as diretrizes estabelecidas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Contabilidade	
09.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
09.004.0028.0843.0000.0019	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4690710000 - Principal da dívida contratual resgatado	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 179.300,00
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Tecnologia da Informação	
22.002		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
22.002.0004.0126.0052.1078	O plano de ação a seguir visa modernizar a infraestrutura tecnológica como um todo, garantindo maior eficiência, transparência e capacidade de gestão em todas as secretarias. Este investimento é crucial para otimizar processos, aprimorar a comunicação interna e externa, e fortalecer a prestação de serviços públicos de Paranaguá.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
07.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
07.001.0004.0121.0007.2030	Coordenar o planejamento do Município assessorando os titulares das demais pastas para a criação de bancos de projetos e gestão territorial, para o desenvolvimento e implementação de planos de governo em consonância com as diretrizes estabelecidas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Planejamento Urbano	
14.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.002.0004.0127.0059.2129	Coleta, tratamento e análise de dados, assim como a operação de sistemas computacionais utilizadas no geoprocessamento, visando a interpretação e análise de variáveis presentes em um espaço de forma a oferecer dados e informações relevantes aos setores de Gestão e Setores Técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo de forma a promover otimização das Ações públicas e maior assertividade na aplicação dos recursos.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Inclusão		
Unidade Orçamentária:	Centro Educacional Municipal de Referência ao TEA	
28.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
28.003.0014.0422.0032.2302	Manutenção e Desenvolvimento do Centro Educacional Municipal de Referência ao Transtorno do Espectro Autista (CEMR-TEA), busca ampliar o respeito a diversidade e fomentar a igualdade de oportunidades através de atendimentos multidisciplinar, com equipe multiprofissional com foco na qualidade de vida e a autonomia dos estudantes da rede municipal de ensino diagnosticados com TEA e seus familiares.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 4.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
07.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
07.001.0004.0121.0038.2338	Captar e direcionar valores para projetos e planos específicos para melhoria da qualidade de vida em geral, com foco na gestão do desenvolvimento urbano.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
12.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.001.0004.0122.0058.2100	Essa ação visa integrar e otimizar todos os recursos - humanos, financeiros, materiais, técnicos e institucionais - para garantir o planejamento, a execução e o acompanhamento de todas as obras de infraestrutura urbana. O objetivo é assegurar que os projetos sejam realizados de forma eficiente, dentro do prazo e do orçamento, resultando em obras de alta qualidade que atendam às necessidades da população. Essa coordenação centralizada garante que cada projeto se encaixe em uma visão maior para o desenvolvimento da cidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Planejamento Urbano	
14.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.002.0004.0127.0059.2126	Esta ação garante a manutenção e o pleno funcionamento da Superintendência de Planejamento Urbano. Seu foco é desenvolver e coordenar ações integradas com a comunidade e outras secretarias, a fim de garantir que as diretrizes de desenvolvimento urbano sejam aplicadas de maneira eficiente e, principalmente, que atendam às necessidades reais dos moradores de Paranaguá. É por meio dessa integração que a cidade planeja seu futuro de forma participativa, garantindo o crescimento sustentável.	

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.000,00
Fundo de Reequipamento dos Bombeiros		
Unidade Orçamentária:	Fundo de Reequipamento de Bombeiros	
23.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
23.001.0006.0182.0048.2225	Manter o desenvolvimento das atividades de prevenção e intervenção em emergências do Corpo de Bombeiros. Proporcionar atividades de pronto - atendimento às emergências, casos de incêndio, busca e salvamento e prestação de outros serviços em prol da comunidade. Vistorias em edificações públicas e privadas, estabelecimentos comerciais e outros, verificando as condições dos equipamentos de segurança, como prevenção de incêndio. Realização de campanhas preventivas e educativas através de projetos comunitários.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo da Mulher	
18.008		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.008.0014.0422.0034.2317	O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM), de natureza contábil, tem como finalidade assegurar os recursos necessários para a implantação e execução das politicas, dedicadas à promoção, a garantia e à realização dos direitos da Mulher no Município de Paranaguá. O objetivo do fundo é financiar programas e ações voltadas à garantia dos direitos das mulheres no Município; financiar ações de apoio ao desenvolvimento, estruturação e ampliação dos equipamentos públicos de atendimento à mulher em situação de violência; subsidiar ações de aperfeiçoamento e qualificação dos atendimentos por parte dos profissionais da Rede de proteção à Mulher em situação de violência no Município de Paranaguá; apoiar ações promovidas pela Secretaria Municipal da Mulher; financiar campanhas de conscientização social acerca dos direitos das mulheres, contra a violência de gênero e sobre os mecanismos de enfrentamento à violência contra a mulher;	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.004.0015.0451.0014.2103	Manutenção e Melhorias nas condições de tráfego, colocação de revestimento, drenagem, colocação de meio fio em ruas e avenida. Executar obras de terraplanagem.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Prefeito	
02.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
02.001.0004.0122.0057.2002	Esta ação foca em manter e aprimorar o suporte direto ao Gabinete do Prefeito, assegurando que todas as atividades de assessoria e gestão sejam realizadas com eficiência. O objetivo é fornecer ao Prefeito as informações, análises e o apoio necessários para a tomada de decisões estratégicas, garantindo que a coordenação das ações municipais seja fluida e eficaz, alinhada com as metas de governo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Inclusão		
Unidade Orçamentária:	Centro Municipal de Avaliação Especializada	
28.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
28.002.0012.0367.0031.2301	O Centro Municipal de Avaliação Especializada (CMAE), atua com profissionais especializados contando três equipes de Avaliação Especializada composta por Psicólogo, Terapeuta ocupacional Fonoaudiólogo, Psicopdagoga Avaliadora e Assistente Sociacontando contando com médico Neurologista, neuropediatra e ou Psiquiatra. A avaliação especializada consite em investigar por meio de testes informais e formais as potencialidades e dificuldades de aprendizagem dos estudantes encaminhados pelas escolas, Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino e unidades conveniadas; O CMAE tem a função de avaliar, acompanhar, orientar e dar suporte as famílias, escolas e CMEIs da rede municipal, no processo de aprendizagem dos estudantes, para efetivo apoio aos estudantes atendidos, de acordo com suas necessidades educacionais; Capacitar profissionais do magistério da rede municipal de ensino; Promover campanhas, seminários, palestras com temas sobre Sindrome de Down, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação, deficiência física, mental, intelectual, sensorial, visual, auditiva, psicossocial, deficiência múltipla e doença rara para profissionais da educação e comunidade em geral.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Transporte Coletivo	
16.006		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
16.006.0026.0453.0042.2154	Relatórios mensais de repasse de subsídio às concessionárias; Relatórios de auditoria financeira e operacional das empresas; Pesquisas de satisfação dos usuários do transporte coletivo realizadas; Contratos/termos aditivos de subsídio revisados e aditados; Painel de indicadores de desempenho do transporte coletivo; Planos de investimento das concessionárias validados.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Controladoria Geral do Município		
Unidade Orçamentária:	Controladoria Geral	
04.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
04.001.0004.0124.0050.2015	Coordenar o controle e a verificação da legalidade dos atos administrativos e financeiros da administração. Avaliar o cumprimento de metas: Verificar se as metas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) e nos programas de governo estão sendo alcançados. Analisar a execução orçamentária: Avaliar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração municipal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades privadas. Identificar e prevenir irregularidades: Detectar falhas, erros, fraudes, desvios e desperdícios de recursos, propondo ações corretivas e preventivas. Apoiar o controle externo: Prestar informações e subsídios aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) Propor melhorias: Elaborar e propor normas e procedimentos de controle interno, buscando aprimorar os processos de gestão, a racionalização da despesa e a eficiência na aplicação dos recursos. Assessorar o gestor: Atuar como ferramenta de apoio à administração municipal, orientando os gestores e servidores sobre as melhores práticas de gestão e a correta aplicação das normas Manutenção e aquisição de máquinas, equipamentos e materiais de expediente e demais materiais necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Transporte Coletivo	
16.006		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
16.006.0026.0453.0042.2154	Relatórios mensais de repasse de subsídio às concessionárias; Relatórios de auditoria financeira e operacional das empresas; Pesquisas de satisfação dos usuários do transporte coletivo realizadas; Contratos/termos aditivos de subsídio revisados e aditados; Painel de indicadores de desempenho do transporte coletivo; Planos de investimento das concessionárias validados.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento		

Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
07.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
07.001.0004.0121.0007.2031	Conhecimento técnico, estudos de viabilidade e projetos executivos que servirão de base para futuras intervenções do município com a elaboração de Projetos arquitetônicos, estruturais, hidrossanitários, elétricos e prevenção de incêndio, elaboração de planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros, acompanhamento e fiscalização. Cada projeto deve ser minuciosamente descrito para permitir uma gestão eficiente, transparente e alinhada aos objetivos estratégicos do Governo Municipal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 4.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Concessões e Permissões	
16.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
16.004.0015.0451.0044.1067	Mercados Municipais reformados/ampliados (com relatório de obras); Novos boxes/espaços comerciais criados; Relatórios de manutenção preventiva e corretiva dos mercados; Pesquisas de satisfação de usuários e comerciantes realizadas; Sistemas de climatização/ventilação instalados/modernizados; Relatórios de fluxo de visitantes nos mercados; Planos de manutenção dos Mercados Municipais elaborados e em execução; Sistemas de segurança (câmeras, iluminação) modernizados; Certificados de vistoria e conformidade sanitária.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
12.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.001.0004.0122.0058.2100	Essa ação visa integrar e otimizar todos os recursos - humanos, financeiros, materiais, técnicos e institucionais - para garantir o planejamento, a execução e o acompanhamento de todas as obras de infraestrutura urbana. O objetivo é assegurar que os projetos sejam realizados de forma eficiente, dentro do prazo e do orçamento, resultando em obras de alta qualidade que atendam às necessidades da população. Essa coordenação centralizada garante que cada projeto se encaixe em uma visão maior para o desenvolvimento da cidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 28.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Coordenação das atividades Municipais de Alexandra	
15.011		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.011.0020.0122.0009.2116	Esta ação estratégica é dedicada a otimizar a presença e a atuação do poder público no distrito de Alexandra. O objetivo é assegurar que todos os serviços e a infraestrutura municipal sejam entregues de forma eficiente e contínua, atendendo às necessidades específicas da comunidade. A ação busca aproximar a gestão pública dos cidadãos, garantindo que os moradores de Alexandra tenham acesso ao mesmo padrão de qualidade de serviços que o restante do município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Ouvidoria Geral	
26.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.002.0014.0422.0003.2319	Recebimento e processamento das reclamações e denúncias relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
12.004.0015.0451.0014.1057	Obras de Pavimentação da Avenida senador Atílio Fontana, trecho compreendido entre a Av. Ayrton Senna da Silva e a Trincheira da BR-277, e do Trecho denominado Estrada Velha de Alexandra, trecho compreendido entre a Trincheira BR-277 e o KM 011+430 da BR-277 em Alexandra.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Governo		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Comunicação	
02.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
02.002.0004.0131.0046.2340	Manutenção das atividades da comunicação da Prefeitura de Paranaguá, oferecendo à população um olhar detalhado sobre as principais iniciativas, projetos e serviços da gestão municipal. A ação vai além da simples divulgação, buscando educar os cidadãos sobre o impacto das políticas públicas e como eles podem se beneficiar delas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Infra-estrutura da Ilha dos Valadares	
17.002		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
17.002.0015.0451.0014.1073	Coordenar e assessorar e supervisionar obras conforme o cronograma, acompanhamento da execução física e financeira, aquisição de materiais e equipamentos para executar os projetos de maneira eficiente.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 90.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Casa da Mulher	
18.007		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.007.0014.0422.0034.2316	A Casa de Acolhimento à Mulher Parnanguara é um espaço temporário de curta duração para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, animais de estimação, que corram risco iminente de morte. A casa contará com equipe profissional multidisciplinar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 60.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
12.004.0015.0451.0014.1055	Reformar e garantir o pleno funcionamento das Instalações Administrativas do Palácio São José, Sede da Prefeitura Municipal de Paranaguá.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares		

Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
17.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
17.001.0004.0122.0060.2155	A Ilha dos Valadares, com suas características únicas, exige uma gestão pública descentralizada e eficiente. Esta ação busca otimizar a administração dos serviços públicos na ilha, garantindo que as necessidades dos moradores sejam atendidas de forma mais rápida e próxima. A principal meta é estabelecer uma coordenação administrativa local para centralizar e agilizar o atendimento, evitando que os moradores precisem se deslocar para o centro de Paranaguá para resolver questões administrativas. O órgão será o ponto focal para a comunicação com a comunidade, agindo como um elo entre a população e as secretarias.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.004.0017.0512.0014.2105	Manutenção de obras de drenagem ou canalização de canais nas regiões do canal no Bertioga e canal do Labra e demais canais.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
18.003.0008.0245.0019.1081	A Casa da Família é uma proposta inovadora no campo das políticas públicas que visa oferecer um espaço de cuidado, escuta e fortalecimento das relações familiares e comunitárias de forma complementar aos serviços oferecidos da rede socioassistencial. A iniciativa se materializa por meio de obras de construção e reforma de um espaço físico multifuncional, projetado para ser um ambiente acolhedor e seguro.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.002.0008.0243.0053.2176	Manutenção do Conselho Tutelar e implantação de novos Conselhos Tutelares, Atendimento e encaminhamento para redes socioassistencial. Garantir os direitos de crianças e adolescentes preconizados em Lei.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.004.0015.0451.0014.2103	Manutenção e Melhorias nas condições de tráfego, colocação de revestimento, drenagem, colocação de meio fio em ruas e avenida. Executar obras de terraplanagem.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
27.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
27.001.0004.0122.0011.2324	O objetivo desta ação é estimular o crescimento econômico de Paranaguá, criando um ambiente favorável para o setor privado. A meta é ir além do apoio às empresas já existentes, atuando de forma estratégica para atrair novos investimentos que gerem empregos, aumentem a receita municipal e diversifiquem a economia local.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 89.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
07.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
07.001.0004.0127.0035.2336	Atualização dos Planos para organização, monitoramento e direcionamento de uso e ocupação da cidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 60.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.003.0008.0242.0020.2208	Integrar a pessoa com deficiência oportunidades para acesso à vida independente, com autonomia e liberdade, e garantindo também àqueles que possuem limitações severas o cuidado por uma equipe de profissionais habilitados e capacitados, com ações articuladas entre as diferentes políticas públicas. Garantir acolhimento institucional, através da execução direta ou em parceria com Organizações da Sociedade Civil, pessoas com deficiência, as quais não possuem meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Logística	
12.003		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
12.003.0004.0122.0058.1084	Esta ação foca em investir de forma estratégica na frota de veículos e em outros materiais permanentes do município. O objetivo é modernizar e otimizar o patrimônio da prefeitura, garantindo que cada bem seja um ativo produtivo e confiável para a prestação de serviços essenciais. - Compra de veículos e equipamentos de última geração, como carros, caminhões, maquinário pesado e ferramentas de alta durabilidade. - Substituição gradual de veículos e equipamentos antigos por modelos mais eficientes, seguros e econômicos. - Implementação de um sistema que prevê a necessidade de reparos e manutenção, reduzindo custos de emergência e aumentando a vida útil dos bens. - Captação de Recursos.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
18.003.0008.0245.0019.1081	A Casa da Família é uma proposta inovadora no campo das políticas públicas que visa oferecer um espaço de cuidado, escuta e fortalecimento das relações familiares e comunitárias de forma complementar aos serviços oferecidos da rede socioassistencial. A iniciativa se materializa por meio de obras de construção e reforma de um espaço físico multifuncional, projetado para ser um ambiente acolhedor e seguro.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		

Unidade Orçamentária:	Departamento de Produção	
12.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.002.0015.0451.0014.2101	Coordenar a produção de tubos de concreto destinados a ampliação da rede de drenagem, bem como, artefatos de cimento em geral para minimizar os problemas de alagamento além da confecção de peças mobiliárias e gerenciamento das obras civis do Município, apoiar o pleno funcionamento da Prefeitura, em todas as suas secretarias com manutenções prediais corretivas e preventivas, aquisição de materiais e equipamentos de construção.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.002.0008.0243.0020.6006	Manutenção e desenvolvimento das Atividades do Centro de Atendimento Integrado da Criança e Adolescentes Vítimas de Violência	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Chefia de Gabinete		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
13.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
13.001.0004.0122.0057.2335	Trabalhar juntos para garantir que a imagem e as ações do Governo sejam apresentadas de forma profissional e estratégica. As ações se complementam e se concentram em eventos, relacionamento público e comunicação. -Relacionamento Institucional -Comunicação estratégica e Imagem Pública -Elaboração e Gestão de Eventos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 31.400,00
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Infra-estrutura da Ilha dos Valadares	
17.002		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
17.002.0015.0451.0014.1073	Coordenar e assessorar e supervisionar obras conforme o cronograma, acompanhamento da execução física e financeira, aquisição de materiais e equipamentos para executar os projetos de maneira eficiente.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 85.000,00
Secretaria Municipal de Administração		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Predial	
08.003		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
08.003.0015.0451.0014.1082	Esta ação visa garantir as condições ideais de funcionamento, segurança e habitabilidade do edifício-sede da administração municipal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 70.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	
18.006		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
18.006.0008.0241.0019.1080	Projeto e obra de construção do Centro de Atendimento à Pessoa Idosa, com a finalidade de promover o bem-estar, a socialização e a integração da pessoa idosa na comunidade, oferecendo um espaço de atividades e apoio que fortaleça vínculos familiares e comunitários, previna riscos sociais e garanta a participação ativa na sociedade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário.	
21.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
21.001.0004.0122.0047.2332	Coordenar e supervisionar todas as operações diárias da secretaria, garantindo que ela funcione como um motor para as iniciativas de desenvolvimento industrial e portuário. O foco é a eficiência, a transparência e a sinergia entre as diversas áreas. Coordenação dos Assuntos Portuários Voltados ao Desenvolvimento do Município. Otimizar a relação entre o porto e o desenvolvimento do município, garantindo que as atividades portuárias contribuam de forma sustentável para a economia e a sociedade local. Estabelecer canais de comunicação contínuos com a autoridade portuária e as empresas do setor para identificar oportunidades de cooperação, resolver conflitos e alinhar interesses.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 31.400,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Produção	
12.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.002.0015.0451.0014.2101	Coordenar a produção de tubos de concreto destinados a ampliação da rede de drenagem, bem como, artefatos de cimento em geral para minimizar os problemas de alagamento além da confecção de peças mobiliárias e gerenciamento das obras civis do Município, apoiar o pleno funcionamento da Prefeitura, em todas as suas secretarias com manutenções prediais corretivas e preventivas, aquisição de materiais e equipamentos de construção.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	
18.006		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
18.006.0008.0241.0019.1080	Projeto e obra de construção do Centro de Atendimento à Pessoa Idosa, com a finalidade de promover o bem-estar, a socialização e a integração da pessoa idosa na comunidade, oferecendo um espaço de atividades e apoio que fortaleça vínculos familiares e comunitários, previna riscos sociais e garanta a participação ativa na sociedade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.500,00

Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Execução Orçamentária e Financeira	
09.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
09.003.0004.0123.0056.2052	Esta ação envolve a gestão completa do fluxo de caixa do município. O objetivo é gerenciar, contabilizar e efetuar o pagamento de todas as despesas, garantindo que cada gasto seja feito de acordo com a sua fonte de recurso específica. A tesouraria atua como o coração financeiro da prefeitura, controlando e monitorando cada transação para assegurar que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e transparente, e que todas as obrigações financeiras sejam cumpridas dentro do prazo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Limpeza Publica	
15.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.003.0015.0542.0012.1014	Manutenção e ampliação dos serviços de limpeza Pública, esta ação estratégica visa aprimorar a gestão de resíduos sólidos e a limpeza urbana no município, garantindo um ambiente mais saudável, limpo e seguro para a população. O objetivo é modernizar e expandir os serviços existentes para atender ao crescimento da cidade e às demandas por maior eficiência e sustentabilidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
14.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.001.0004.0122.0059.2125	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar o desenvolvimento urbano de Paranaguá. Seu objetivo é implementar as diretrizes de desenvolvimento urbano para regular e fiscalizar o parcelamento, uso e ocupação do solo. Em outras palavras, a ação garante que o crescimento da cidade seja planejado, organizado e alinhado com as necessidades da população, assegurando a harmonia entre as áreas residenciais, comerciais e de serviço, e promovendo um desenvolvimento sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cidadania e Desenvolvimento Comunitário	
18.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
18.004.0008.0245.0019.1079	Piso da Proteção social Básica para construção, ampliação e manutenção dos CRAS viabiliza a oferta do acolhimento mais humanizado, territorializado, confortável e seguro, além de ampliar a capacidade de atendimento e a oferta de serviços na proteção social básica, de maneira preventiva.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Planejamento Urbano	
14.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.002.0004.0127.0059.2126	Esta ação garante a manutenção e o pleno funcionamento da Superintendência de Planejamento Urbano. Seu foco é desenvolver e coordenar ações integradas com a comunidade e outras secretarias, a fim de garantir que as diretrizes de desenvolvimento urbano sejam aplicadas de maneira eficiente e, principalmente, que atendam às necessidades reais dos moradores de Paranaguá. É por meio dessa integração que a cidade planeja seu futuro de forma participativa, garantindo o crescimento sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
26.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
26.001.0004.0122.0003.2318	A gestão eficaz de contratos públicos é crucial para garantir que os recursos municipais sejam utilizados com responsabilidade e que os serviços prestados à população tenham a qualidade esperada. Esta ação visa estabelecer um sistema de acompanhamento e fiscalização rigoroso, garantindo que cada contrato firmado pela Prefeitura seja executado com eficiência, transparência e em conformidade com a legislação.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Casa da Mulher Marisqueira, Pescadora e Indígena	
18.009		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
18.009.0004.0122.0034.1071	Aquisição de imóvel para acolhimento de mulheres marisqueiras, pescadoras Indígenas da Município de Paranaguá de acordo com o plano de trabalho - PT da E.P. nº2002337020014. - Equipamentos, Veículos, Máquinas e Materiais necessários para o desenvolvimento das atividades.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária		
Unidade Orçamentária:	Fundo da Indústria	
21.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
21.002.0022.0661.0047.2333	O Fundo Municipal da Indústria visa fomentar o desenvolvimento econômico local por meio estratégico a empresas, indústrias e empreendedores do município. O principal objetivo é impulsionar a inovação, a competitividade e a geração de empregos.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.002.0012.0364.0025.2285	Manutenção e Conservação do Polo Presencial do Ensino Superior à Distância.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
07.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
07.001.0004.0121.0038.2338	Captar e direcionar valores para projetos e planos específicos para melhoria da qualidade de vida em geral, com foco na gestão do desenvolvimento urbano.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Transporte Coletivo	

16.006		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
16.006.0015.0451.0042.1075	Terminal(is) de transporte coletivo construído(s) ou reformado(s); Abrigos de ônibus instalados; Paradas de ônibus sinalizadas (placas, totens); Relatórios de acessibilidade da infraestrutura; Sistema de informação em tempo real implantado; Plano de manutenção da infraestrutura de terminais e abrigos; Pesquisas de satisfação dos usuários com a infraestrutura.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Gestão dos Cemitérios Municipais	
15.008		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.008.0004.0122.0012.2140	Esta ação estratégica é dedicada à gestão, conservação e melhoria dos cemitérios e capelas mortuárias do município. Mais do que um serviço de manutenção, a ação visa garantir que esses locais sejam espaços de dignidade, respeito e ordem, honrando a memória dos cidadãos de Paranaguá e proporcionando um ambiente acolhedor e seguro para as famílias. A ação abrange as cinco unidades municipais: Nossa Senhora do Carmo, São Benedito, São Francisco de Assis (Ilha dos Valadares), Alexandra e Alexandra - Rio das Pedras.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Controladoria Geral do Município		
Unidade Orçamentária:	Controladoria Geral	
04.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
04.001.0004.0124.0050.2015	Coordenar o controle e a verificação da legalidade dos atos administrativos e financeiros da administração. Avaliar o cumprimento de metas: Verificar se as metas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) e nos programas de governo estão sendo alcançados. Analisar a execução orçamentária: Avaliar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração municipal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades privadas. Identificar e prevenir irregularidades: Detectar falhas, erros, fraudes, desvios e desperdícios de recursos, propondo ações corretivas e preventivas. Apoiar o controle externo: Prestar informações e subsídios aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) Propor melhorias: Elaborar e propor normas e procedimentos de controle interno, buscando aprimorar os processos de gestão, a racionalização da despesa e a eficiência na aplicação dos recursos. Assessorar o gestor: Atuar como ferramenta de apoio à administração municipal, orientando os gestores e servidores sobre as melhores práticas de gestão e a correta aplicação das normas Manutenção e aquisição de máquinas, equipamentos e materiais de expediente e demais materiais necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
18.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.001.0008.0122.0053.2170	Manter e promover o desenvolvimento das atividades administrativas do órgão gestor da política de Assistência Social, visando a eficiência e a efetividade na execução desta política pública. Atuar em parceria com as diferentes políticas públicas, reforçando o caráter protetivo da atuação da esfera estatal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
12.004.0015.0451.0014.1056	Obra de Reforma e Restauração do Palácio Visconde de Nácar	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Infra-estrutura da Ilha dos Valadares	
17.002		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
17.002.0015.0451.0014.1030	Construir nova área para fabricação de artefatos com ambiente próprio para secagem e armazenamento de peças e maquinário; adequar o espaço para segurança e comodidade dos servidores; Proporcionar Manutenção e modernização dos serviços para continuidade dos mesmos.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Administração Regional das Colônias	
15.010		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.010.0020.0122.0009.2119	Esta ação estratégica é dedicada a otimizar a presença e a atuação do poder público nas Colônias Serra da Prata. Seu objetivo é garantir que os serviços e a infraestrutura municipal sejam entregues de forma eficiente, coordenada e contínua, atendendo de forma específica às necessidades dessa importante região do município. A ação busca aproximar a gestão pública dos cidadãos, assegurando que eles tenham acesso a serviços de qualidade e que a infraestrutura local seja mantida em plenas condições.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
12.004.0015.0451.0014.1056	Obra de Reforma e Restauração do Palácio Visconde de Nácar	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Habitação	
27.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
27.003.0016.0482.0011.2327	Apoiar e dar suporte à Política de Habitação e Regularização Fundiária com a finalidade de desenvolver, implementar, executar, administrar e aplicar recursos que objetivem a execução de programas e projetos habitacionais e de regularização fundiária no Município de Paranaguá.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
12.004.0015.0451.0014.1050	Coordenar e assessorar e supervisionar obras conforme o cronograma, acompanhamento da execução física e financeira para diversos Órgãos da a Prefeitura.	

Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Administração		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Administração de Pessoal	
08.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
08.002.0004.0122.0008.2042	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar a gestão de recursos humanos da prefeitura, com o objetivo principal de promover a valorização do servidor e o desenvolvimento de suas atividades de maneira eficiente e eficaz. O programa busca criar um ambiente de trabalho motivador, que reconheça o esforço de cada colaborador, investe em sua capacitação e assegura que ele tenha as condições ideais para servir à população de Paranaguá com excelência.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 9.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Habitação	
27.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
27.003.0016.0482.0011.2327	Apoiar e dar suporte à Política de Habitação e Regularização Fundiária com a finalidade de desenvolver, implementar, executar, administrar e aplicar recursos que objetivem a execução de programas e projetos habitacionais e de regularização fundiária no Município de Paranaguá.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.002.0008.0243.0019.5000	Equipagem e manutenção do Centro da Juventude.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.002.0008.0243.0019.5000	Equipagem e manutenção do Centro da Juventude.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Urbanismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
14.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
14.001.0004.0122.0059.2125	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar o desenvolvimento urbano de Paranaguá. Seu objetivo é implementar as diretrizes de desenvolvimento urbano para regular e fiscalizar o parcelamento, uso e ocupação do solo. Em outras palavras, a ação garante que o crescimento da cidade seja planejado, organizado e alinhado com as necessidades da população, assegurando a harmonia entre as áreas residenciais, comerciais e de serviço, e promovendo um desenvolvimento sustentável.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.002.0008.0243.0053.6007	A prioridade para a primeira infância é o compromisso da gestão municipal em garantir que as políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos recebam atenção orçamentária prioritária e antecipada. Isso é assegurado legalmente e reflete a importância do cuidado integral nessa fase crucial para o desenvolvimento humano.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Administração		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Predial	
08.003		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
08.003.0015.0451.0014.1082	Esta ação visa garantir as condições ideais de funcionamento, segurança e habitabilidade do edifício-sede da administração municipal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Tecnologia da Informação	
22.002		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
22.002.0004.0126.0052.1078	O plano de ação a seguir visa modernizar a infraestrutura tecnológica como um todo, garantindo maior eficiência, transparência e capacidade de gestão em todas as secretarias. Este investimento é crucial para otimizar processos, aprimorar a comunicação interna e externa, e fortalecer a prestação de serviços públicos de Paranaguá.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.004.0017.0512.0014.2105	Manutenção de obras de drenagem ou canalização de canais nas regiões do canal no Bertioga e canal do Labra e demais canais.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.002.0012.0361.0016.2339	Garantir a oferta de alimentação escolar de qualidade, nutritiva e segura para todos os alunos matriculados na rede pública municipal, contribuindo para o seu desenvolvimento físico e intelectual.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Transporte Coletivo	
16.006		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
16.006.0015.0451.0042.1075	Terminal(is) de transporte coletivo construído(s) ou reformado(s); Abrigos de ônibus instalados; Paradas de ônibus sinalizadas (placas, totens); Relatórios de acessibilidade da infraestrutura; Sistema de informação em tempo real implantado; Plano de manutenção da infraestrutura de terminais e abrigos; Pesquisas de satisfação dos usuários com a infraestrutura.	

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Planejamento Orçamentário	
09.005		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
09.005.0004.0121.0056.2054	Esta ação estratégica foca no planejamento e na gestão do ciclo orçamentário completo do município. O objetivo principal é coordenar a elaboração, a execução e o acompanhamento das principais peças orçamentárias: Plano Plurianual (PPA): Define as metas e prioridades de médio prazo para o município, alocando recursos em programas e projetos estratégicos. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Estabelece as metas fiscais e as prioridades anuais, servindo como base para a elaboração do orçamento do ano seguinte. Lei Orçamentária Anual (LOA): Detalha a estimativa de receitas e a fixação de despesas para o ano fiscal. A superintendência também atua na realização de estudos econômicos detalhados, o que permite prever receitas, controlar despesas e alocar recursos de maneira eficiente. Isso assegura a solidez financeira e a sustentabilidade dos projetos municipais a longo prazo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Procuradoria Geral do Município		
Unidade Orçamentária:	Procuradoria Geral	
05.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
05.001.0002.0062.0055.2020	Esta ação é o núcleo da gestão da Procuradoria Geral do Município, centralizando a liderança e o controle de todas as atividades jurídicas e administrativas. Seu objetivo é garantir que atue de forma integrada, eficiente e alinhada com os objetivos estratégicos da administração municipal. É por meio desta ação que a Procuradoria se posiciona não apenas como um órgão consultivo, mas como um parceiro estratégico na governança de Paranaguá. - Esta ação assegura a prestação de consultoria jurídica de alta qualidade ao Prefeito, secretários e a todos os órgãos da administração. O foco é atuar de forma proativa, analisando projetos de lei, contratos e atos administrativos antes de sua publicação, prevenindo litígios e garantindo que as políticas públicas sejam implementadas com segurança jurídica. - A Procuradoria é o único órgão habilitado a representar o município em todas as instâncias do Poder Judiciário. Esta ação garante que a defesa dos interesses municipais seja conduzida de forma coesa e técnica, desde o acompanhamento de processos judiciais até a negociação de acordos e a mediação de conflitos extrajudiciais. - Esta ação abrange a supervisão das rotinas internas da PGM, a alocação de equipes, a definição de metas e o monitoramento de resultados. Além disso, ela tem o papel de orientar os demais órgãos municipais sobre os procedimentos legais necessários para a realização de suas atividades, criando um padrão de legalidade e conformidade em toda a administração pública.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Limpeza Publica	
15.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.003.0015.0542.0012.1014	Manutenção e ampliação dos serviços de limpeza Pública, esta ação estratégica visa aprimorar a gestão de resíduos sólidos e a limpeza urbana no município, garantindo um ambiente mais saudável, limpo e seguro para a população. O objetivo é modernizar e expandir os serviços existentes para atender ao crescimento da cidade e às demandas por maior eficiência e sustentabilidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
16.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
16.001.0026.0781.0022.2148	Esta ação tem por objetivo atender ao usuário com qualidade, conforto e segurança. Pista de pouso e decolagem reformada/ampliada; Pátio de aeronaves ampliado; Relatórios de manutenção da infraestrutura aeroportuária; Sistemas de auxílio à navegação aérea (balizamento, meteorologia, etc.) instalados/homologados.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cidadania e Desenvolvimento Comunitário	
18.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
18.004.0008.0245.0019.1079	Piso da Proteção social Básica para construção, ampliação e manutenção dos CRAS viabiliza a oferta do acolhimento mais humanizado, territorializado, confortável e seguro, além de ampliar a capacidade de atendimento e a oferta de serviços na proteção social básica, de maneira preventiva.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Infra-estrutura da Ilha dos Valadares	
17.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
17.002.0004.0451.0014.2156	O objetivo principal desta ação é transformar a Fábrica de Artefatos em um centro de produção moderno e eficiente, capaz de atender às crescentes demandas de infraestrutura do município. Ao modernizar a fábrica, garantimos que a produção de peças pré-moldadas, como tubos, blocos e meio-fio, seja mais rápida, econômica e de alta qualidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Regional da Ilha dos Valadares		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Infra-estrutura da Ilha dos Valadares	
17.002		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
17.002.0015.0451.0014.1030	Construir nova área para fabricação de artefatos com ambiente próprio para secagem e armazenamento de peças e maquinário; adequar o espaço para segurança e comodidade dos servidores; Proporcionar Manutenção e modernização dos serviços para continuidade dos mesmos.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Governo		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Licitações	
02.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	

02.004.0004.0122.0057.2043	Esta ação estratégica concentra-se em garantir a eficiência e a integridade do processo de contratação pública. O objetivo é manter um Departamento de Licitações robusto e transparente, responsável por conduzir todos os certames licitatórios de maneira ágil, segura e em total conformidade com a legislação. Isso assegura que a aquisição de bens e serviços seja feita com lisura, garantindo o melhor uso dos recursos públicos e a competitividade entre os fornecedores.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
12.004.0015.0451.0014.1050	Coordenar e assessorar e supervisionar obras conforme o cronograma, acompanhamento da execução física e financeira para diversos Órgãos da a Prefeitura.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.002.0008.0243.0020.6002	Garantir proteção integral e acolhimento temporário para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou que se encontram em situação de risco, afastados temporariamente de suas famílias.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Gestão Fundiária e Habitacional	
27.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
27.002.0016.0482.0011.2326	Esta ação é responsável por apoiar e dar suporte à Política de Habitação do município, com o objetivo de desenvolver, implementar e executar projetos e programas habitacionais. Além de focar na construção de moradias, a ação também gerencia e aplica recursos para a regularização fundiária, transformando ocupações informais em bairros com infraestrutura completa e título de propriedade para as famílias. A meta é garantir o direito à moradia digna para a população de Paranaguá, assegurando não apenas a casa, mas a segurança jurídica e a qualidade de vida.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Gestão Fundiária e Habitacional	
27.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
27.002.0016.0482.0011.2326	Esta ação é responsável por apoiar e dar suporte à Política de Habitação do município, com o objetivo de desenvolver, implementar e executar projetos e programas habitacionais. Além de focar na construção de moradias, a ação também gerencia e aplica recursos para a regularização fundiária, transformando ocupações informais em bairros com infraestrutura completa e título de propriedade para as famílias. A meta é garantir o direito à moradia digna para a população de Paranaguá, assegurando não apenas a casa, mas a segurança jurídica e a qualidade de vida.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Administração		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
08.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
08.001.0004.0122.0002.2040	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar todos os assuntos administrativos da prefeitura, funcionando como um pilar de apoio para o prefeito e as demais secretarias. O objetivo é fornecer assessoramento técnico e estratégico para a definição das políticas de material, gestão de patrimônio, prestação de serviços administrativos e manutenção do Auxílio Alimentação. Em outras palavras, a ação garante que a prefeitura tenha as diretrizes e o suporte necessários para que sua estrutura interna funcione de forma eficiente, ágil e transparente, facilitando o trabalho de todas as áreas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
16.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
16.001.0004.0122.0039.2145	Melhorar a vida urbana, facilitando os deslocamentos e assegurando o acesso das pessoas às suas casas, ao trabalho, aos serviços de lazer, de maneira confortável, segura, eficiente e acessível; Executar o controle e a manutenção dos serviços de iluminação pública, incluindo projetos de ampliação; Promover a execução da política de ordenamento e disciplinamento dos transportes; Desenvolver as políticas, formalizar e gerir concessões para transporte de massa; Elaborar estudos tarifários sobre serviços de transporte público de massa e de táxi, para fixação de suas tarifas; proteção, defesa e direito dos animais.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
16.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
16.001.0026.0781.0022.2148	Esta ação tem por objetivo atender ao usuário com qualidade, conforto e segurança. Pista de pouso e decolagem reformada/ampliada; Pátio de aeronaves ampliado; Relatórios de manutenção da infraestrutura aeroportuária; Sistemas de auxílio à navegação aérea (balizamento, meteorologia, etc.) instalados/homologados.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Guarda Civil Municipal - Gcm	
20.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.002.0006.0181.0023.2201	Realizar serviço de segurança em todo município, mantendo a ordem, fiscalizando e gerenciando o trânsito de nosso município, fiscalizando e preservando o Meio Ambiente, avaliando as áreas com a Defesa Civil, treinando e capacitando o Guarda Civil Municipal para realizar trabalho com Excelência a toda população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.003.0008.0242.0020.2208	Integrar a pessoa com deficiência oportunidades para acesso à vida independente, com autonomia e liberdade, e garantindo também àqueles que possuem limitações severas o cuidado por uma equipe de profissionais habilitados e capacitados, com ações articuladas entre as diferentes políticas públicas. Garantir acolhimento institucional, através da execução direta ou em parceria com Organizações da Sociedade Civil, pessoas com deficiência, as quais não possuem meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
12.004.0015.0451.0014.1055	Reformar e garantir o pleno funcionamento das Instalações Administrativas do Palácio São José, Sede da Prefeitura Municipal de Paranaguá.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Procuradoria Geral do Município		
Unidade Orçamentária:	Departamento Juridico	
05.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
05.002.0003.0092.0055.2343	- Representar o Município em processos judiciais, em todos os níveis (municipal, estadual e federal), e em procedimentos administrativos. Isso inclui a elaboração de defesas, recursos, pareceres e demais manifestações técnicas. - Defender o patrimônio público, os direitos e os interesses do Município em questões cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais, de direito público e outras áreas pertinentes. - Prestar suporte jurídico consultivo a todos os órgãos e secretarias municipais para a tomada de decisões e a elaboração de atos normativos. - Acompanhar o andamento de todos os processos judiciais e administrativos, assegurando o fiel e tempestivo cumprimento de sentenças, acórdãos, decisões liminares e determinações judiciais. - Atuar de forma proativa para mitigar riscos jurídicos, fornecendo orientações preventivas para evitar novos processos e litígios contra o Município, promovendo a legalidade e a transparência em todas as ações governamentais. - Redigir ou revisar instrumentos jurídicos essenciais, como contratos, convênios, leis, decretos, portarias e regulamentos, garantindo a conformidade com a legislação vigente.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Administração		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
08.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
08.001.0004.0122.0002.2040	Esta ação é responsável por coordenar e supervisionar todos os assuntos administrativos da prefeitura, funcionando como um pilar de apoio para o prefeito e as demais secretarias. O objetivo é fornecer assessoramento técnico e estratégico para a definição das políticas de material, gestão de patrimônio, prestação de serviços administrativos e manutenção do Auxílio Alimentação. Em outras palavras, a ação garante que a prefeitura tenha as diretrizes e o suporte necessários para que sua estrutura interna funcione de forma eficiente, ágil e transparente, facilitando o trabalho de todas as áreas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Inclusão		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
28.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
28.001.0004.0122.0030.2300	Ampliar a acessibilidade e o respeito à diversidade de pessoas com deficiência: Intelectual, física, visual, auditiva, e deficiência múltipla, síndrome de Dow, Transtorno global do desenvolvimento entre outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 48.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gestão Técnica das Atividades Aquícolas, Pesqueiras e Abastecimento	
15.009		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.009.0020.0605.0009.2118	Esta ação estratégica é voltada para o fortalecimento e a modernização dos setores agropecuário e pesqueiro do município, reconhecendo-os como pilares essenciais da economia local. O objetivo é atuar de forma abrangente para elevar a produtividade, a sustentabilidade e a competitividade dos produtores rurais e pescadores, garantindo a segurança alimentar da população e promovendo o desenvolvimento econômico de forma equilibrada.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 12.400,00
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Tecnologia da Informação	
22.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.002.0004.0126.0052.2041	Manutenção do departamento de Tecnologia da Informação. Consiste na utilização da tecnologia da informação como ferramenta central para aprimorar a gestão pública em Paranaguá. O objetivo é criar um ambiente digital que otimize a prestação de serviços e fortaleça a comunicação entre a prefeitura e os cidadãos. A adoção de sistemas informatizados para a gestão de documentos e processos administrativos, visando à redução de custos operacionais e ao aumento da eficiência entre as secretarias. Capacitação de servidores e cidadãos para o uso das novas ferramentas, garantindo que a modernização beneficie toda a população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÂO: R$ 3.140.227,52		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1D05D0B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.594

DECRETO Nº 1.594

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 49.108,20 (quarenta e nove mil, cento e oito reais e vinte centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 49.108,20 (quarenta e nove mil, cento e oito reais e vinte centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, Manutenção do Auxílio Alimentação, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei nº 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01150 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R$ 49.108,20
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 49.108,20		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:59691892

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.670

LEI Nº 4.670, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"Autoriza a concessão de isenção do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) aos ocupantes de imóveis localizados nos Residenciais Ouro Verde e Ilhas do Sol, vinculados à COHALITORAL, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) incidente sobre a primeira transmissão de propriedade aos atuais ocupantes e beneficiários das unidades habitacionais dos seguintes empreendimentos:

I – Conjunto Residencial Ouro Verde;
II – Conjunto Residencial Ilhas Do Sol.

§ 1º A concessão da isenção de que trata esta lei deverá observar os termos do acordo judicial celebrado ou a que venha a ser celebrado nos autos nº 5002496-94.2017.4.04.7008, que prevê a alienação dos imóveis aos ocupantes mediante pagamento à vista ou de forma parcelada.

§ 2º O benefício fiscal será aplicável exclusivamente às transmissões realizadas em favor dos ocupantes das unidades habitacionais contempladas no referido acordo judicial, e terá vigência até a conclusão das respectivas transferências de propriedade.

Art. 2º A isenção prevista nesta Lei aplica-se exclusivamente aos imóveis relacionados no Anexo I desta Lei, vinculados à Cooperativa Habitacional do Litoral (COHALITORAL).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

ANEXO I – RELAÇÃO DE CADASTROS DE IMÓVEIS SUJEITOS A ISENÇÃO DE ITBI

1. CONJUNTO RESIDENCIAL OURO VERDE,

	Matrícula	Bloco/Apartamento	Tipologia
1	56.570	Bloco 1 - Apartamento 11	3 Quartos
2	56.571	Bloco 1 - Apartamento 13	3 Quartos
3	43.596 (MÃE)	Bloco 1 - Apartamento 14	3 Quartos
4	43.597 (MÃE)	Bloco 1 - Apartamento 21	3 Quartos
5	43.598 (MÃE)	Bloco 1 - Apartamento 22	3 Quartos
6	43.599 (MÃE)	Bloco 1 - Apartamento 23	3 Quartos
7	43.600 (MÃE)	Bloco 1 - Apartamento 32	3 Quartos
8	43.601 (MÃE)	Bloco 1 - Apartamento 33	3 Quartos
9	43.602 (MÃE)	Bloco 1 - Apartamento 41	3 Quartos
10	56.572	Bloco 1 - Apartamento 42	3 Quartos
11	43.602 (MÃE)	Bloco 1 - Apartamento 44	3 Quartos
12	43.602 (MÃE)	Bloco 2 - Apartamento 11	2 Quartos
13	56.597	Bloco 2 - Apartamento 12	2 Quartos
14	43.602 (MÃE)	Bloco 2 - Apartamento 13	2 Quartos
15	56.598	Bloco 2 - Apartamento 14	2 Quartos
16	56.599	Bloco 2 - Apartamento 22	2 Quartos
17	43.602 (MÃE)	Bloco 2 - Apartamento 24	2 Quartos
18	43.602 (MÃE)	Bloco 2 - Apartamento 32	2 Quartos
19	43.602 (MÃE)	Bloco 2 - Apartamento 33	2 Quartos
20	56.600	Bloco 2 - Apartamento 34	2 Quartos
21	43.602 (MÃE)	Bloco 2 - Apartamento 41	2 Quartos
22	43.602 (MÃE)	Bloco 2 - Apartamento 44	2 Quartos
23	56.573	Bloco 3 - Apartamento 13	3 Quartos
24	43.602 (MÃE)	Bloco 3 - Apartamento 14	3 Quartos
25	43.603 (MÃE)	Bloco 3 - Apartamento 21	3 Quartos
26	43604 (MÃE)	Bloco 3 - Apartamento 31	3 Quartos
27	43605 (MÃE)	Bloco 3 - Apartamento 33	3 Quartos
28	43606 (MÃE)	Bloco 3 - Apartamento 34	3 Quartos
29	43607 (MÃE)	Bloco 3 - Apartamento 44	3 Quartos
30	56601	Bloco 4 - Apartamento 11	2 Quartos
31	43607 (MÃE)	Bloco 4 - Apartamento 12	2 Quartos
32	43607 (MÃE)	Bloco 4 - Apartamento 13	2 Quartos
33	43607 (MÃE)	Bloco 4 - Apartamento 14	2 Quartos
34	43607 (MÃE)	Bloco 4 - Apartamento 22	2 Quartos
35	56602	Bloco 4 - Apartamento 23	2 Quartos
36	56603	Bloco 4 - Apartamento 34	2 Quartos
37	56604	Bloco 4 - Apartamento 42	2 Quartos
38	56605	Bloco 4 - Apartamento 43	2 Quartos
39	56606	Bloco 5 - Apartamento 11	2 Quartos
40	56607	Bloco 5 - Apartamento 12	2 Quartos
41	56608	Bloco 5 - Apartamento 13	2 Quartos
42	56609	Bloco 5 - Apartamento 14	2 Quartos
43	56610	Bloco 5 - Apartamento 22	2 Quartos
44	56611	Bloco 5 - Apartamento 23	2 Quartos
45	56612	Bloco 5 - Apartamento 24	2 Quartos
46	56613	Bloco 5 - Apartamento 31	2 Quartos
47	43607 (MÃE)	Bloco 5 - Apartamento 33	2 Quartos
48	56614	Bloco 5 - Apartamento 41	2 Quartos
49	56615	Bloco 5 - Apartamento 42	2 Quartos
50	56616	Bloco 5 - Apartamento 43	2 Quartos
51	56617	Bloco 5 - Apartamento 44	2 Quartos
52	56574	Bloco 6 - Apartamento 12	3 Quartos
53	56575	Bloco 6 - Apartamento 13	3 Quartos
54	56576	Bloco 6 - Apartamento 14	3 Quartos
55	56577	Bloco 6 - Apartamento 21	3 Quartos
56	56578	Bloco 6 - Apartamento 22	3 Quartos
57	56579	Bloco 6 - Apartamento 23	3 Quartos
58	56580	Bloco 6 - Apartamento 24	3 Quartos
59	56581	Bloco 6 - Apartamento 32	3 Quartos
60	56582	Bloco 6 - Apartamento 34	3 Quartos
61	56583	Bloco 6 - Apartamento 41	3 Quartos
62	56584	Bloco 6 - Apartamento 42	3 Quartos
63	56585	Bloco 6 - Apartamento 43	3 Quartos
64	43607 (MÃE)	Bloco 7 - Apartamento 11	2 Quartos
65	43607 (MÃE)	Bloco 7 - Apartamento 12	2 Quartos
66	43607 (MÃE)	Bloco 7 - Apartamento 13	2 Quartos

67	56618	Bloco 7 - Apartamento 14	2 Quartos
68	43607 (MÃE)	Bloco 7 - Apartamento 22	2 Quartos
69	43607 (MÃE)	Bloco 7 - Apartamento 24	2 Quartos
70	43607 (MÃE)	Bloco 7 - Apartamento 31	2 Quartos
71	43607 (MÃE)	Bloco 7 - Apartamento 33	2 Quartos
72	56619	Bloco 7 - Apartamento 34	2 Quartos
73	56620	Bloco 7 - Apartamento 41	2 Quartos
74	56621	Bloco 7 - Apartamento 43	2 Quartos
75	43607 (MÃE)	Bloco 7 - Apartamento 44	2 Quartos
76	56586	Bloco 8 - Apartamento 11	3 Quartos
77	56587	Bloco 8 - Apartamento 12	3 Quartos
78	56588	Bloco 8 - Apartamento 13	3 Quartos
79	43607 (MÃE)	Bloco 8 - Apartamento 14	3 Quartos
80	56589	Bloco 8 - Apartamento 21	3 Quartos
81	56590	Bloco 8 - Apartamento 22	3 Quartos
82	56591	Bloco 8 - Apartamento 23	3 Quartos
83	56592	Bloco 8 - Apartamento 32	3 Quartos
84	43607 (MÃE)	Bloco 8 - Apartamento 33	3 Quartos
85	56593	Bloco 8 - Apartamento 34	3 Quartos
86	56594	Bloco 8 - Apartamento 41	3 Quartos
87	43607 (MÃE)	Bloco 8 - Apartamento 44	3 Quartos

2. CONJUNTO RESIDENCIAL ILHAS DO SOL

	Matrícula	Bloco/Apartamento	Tipologia
88	37843 (MÃE)	Bloco 01 - Apartamento 41	3 Quartos
89	37843 (MÃE)	Bloco 02 - Apartamento 43	3 Quartos
90	37843 (MÃE)	Bloco 04 - Apartamento 11	3 Quartos
91	37843 (MÃE)	Bloco 05 - Apartamento 14	3 Quartos

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B6763CF2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
RESOLUÇÃO Nº 04/2026

RESOLUÇÃO N.º 04/2026, DE 30 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR, Senhor Ulisses de Souza, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e
Considerando as manifestações da Presidente do CRESEMS da 14º Regional de Saúde, formalizadas por meio dos Oficios nºs 03/2026 e 07/2026;
Considerando o teor dos Memorandos nºs 078/2026, da Diretoria de Planejamento e Gestão e da Diretoria de Divisão Técnica do CIS/Amunpar, bem como do Memorando nº 118/2026 da Diretoria de Divisão Técnica do CIS/Amunpar, nos quais solicita a alteração nos valores dos exames referente aos itens 3.1 do Anexo IV e 31 e 77 do Anexo VI da Resolução nº 27/2025-CIS/Amunpar;
Considerando a Ata da Assembéia Extraordinária de Prefeitos-Pasta Saúde, em 13 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam retificados os valores dos itens 3.1 do Anexo IV – Colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica (CPRE) – e 31 e 77 do Anexo VI – Gasometria e Urocultura –, que passam a vigorar com os seguintes valores: R$ 5.500,00 (Cinco mil, quinhentos reais), R$ 30,00 (trinta reais) e R$ 19,62 (dezenove reais e sessenta e dois centavos), respectivamente, no âmbito da Resolução nº 27/2025- CIS/AMUNPAR, conforme discriminado abaixo:
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

ULISSES DE SOUZA
Presidente CIS/AMUNPAR

ANEXO IV

TABELA DE VALORES PARA ATENDIMENTO HOSPITALAR E/OU HOSPITAL DIA			
3	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NA ESPECIALIDADE DE GASTROENTEROLOGIA/PROCTOLOGIA OU COLOPROCTOLOGIA	UNIDADE	VALOR UNIT
3.1	COLANGIOPANCREATOGRAFIA RETRÓGADA ENDOSCÓPICA (CPRE), COM SEDAÇÃO	EXAME	5.500,00

ANEXO VI

TABELA DE VALORES – LABORATÓRIO (URGÊNCIA/EMERGÊNCIA) – 2026			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$
31	GASOMETRIA	EXAME	30,00
77	UROCULTURA	EXAME	19,62

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:87F66DB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
TRANSFERENCIAS DE RECURSOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
^Rua Getúlio Vargas, 900 - Centro Fone 44 3421-2323 - Cep 87.702-000 www.paranavai.com.br
EM ATENDIMENTO AOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.452, DE 20/03/1997, RELACIONAMOS ABAIXO OS RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO E ESTADO PARA CONHECIMENTO DO LEGISLATIVO, PARTIDOS POLITICOS, SINDICATOS DE TRABALHADORES E ENTIDADES EMPRESARIAIS DO MUNICÍPIO.

ITEM	jan/26	fev/26
Atenção Primaria - Agente Comunitario de Saúde - 1051	R$ 460.364,00	R$ 460.364,00
Atenção Primaria - Apoio a Manutenção dos Polos de Academia da Saúde	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
Atenção Primaria - Incentivo Financeiro para Atenção à Saúde Bucal - 494	R$ 186.273,69	R$ 186.314,94
Atenção Primaria - Equipes de Saúde da Familia/ ESF e Equipes de Atenção Prim	R$ 533.826,00	R$ 675.201,00
Atenção Primaria - Incentivo Financeiro da APS Demais Prog. Serviços e Equpes	R$ 10.695,00	R$ 10.695,00
Atenção Primaria - Componente Per Capita de Base Populacional	R$ -	R$ -
Atenção Primaria - Incentivo Financeiro da APS - Equipes Multiprofissional	R$ 57.000,00	R$ 66.000,00
Atenção Primaria - Incentivo Financ.da APS - Atenção a Saúde de Pessoas Conflito	R$ 40.000,00	R$ 35.500,00
Transf. Recursos do SUS -Atenção de Média e Alta Complex.Ambul e Hospitalar	R$ 408.879,92	R$ 408.879,92
Transf. Recursos do SUS -Atenção de Média e Alta Complex.Ambul e Hosp. SAMU	R$ 119.676,70	R$ 119.676,70
VS - Incentivo Financeiro de Ações de Vig.Prev.e Cont.das DST/AIDS e Hepatite	R$ -	R$ 14.911,56
VS - Incentivo Financeiro para Vigilância em Saúde Despesas Diversas	R$ 27.210,78	R$ 27.018,69
Assist.Financeira da União destinada Piso salariais da Enfermagem	R$ -	R$ 56.435,17
Bloco de Manut.Vigilancia em Saúde - Agente de Combate as Endemias	R$ 152.374,00	R$ 152.374,00
Salario Educação	R$ 694.091,72	R$ 411.591,40
Transf. Referente ao Prog.Nac.Alimentação Escolar PNAE	R$ -	R$ 275.302,25
Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	R$ -	R$ 134.975,19
Transferências de Recusos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	R$ 761.209,62	R$ 415.848,67
Piso Basico Fixo	R$ -	R$ 26.500,55
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo	R$ -	R$ 17.298,97
Piso de Média Complexidade (SUAS) 941	R$ -	R$ 17.641,62
Piso de Alta Complexidade (SUAS)	R$ -	R$ 6.358,08
Componente para Gestão Progama Bolsa Família e Cadastro Único	R$ 18.053,75	R$ -
Piso Único de Assistencia Social - PAS - Deliberação CEAS 59/2023	R$ -	R$ -
Transf. Obrigatória da Lei Complementar 176/2020	R$ 26.465,44	R$ 26.465,44
Transf.Politica Naciona Adir Blanc de Fomento a Cultura Lei 14.399/22	R$ 671.708,84	R$ -
Termo de compromisso 962525/2024/FNDE/Caixa Const.Creche e Escola da Educação	R$ -	R$ 891.810,15
Contribuições /Doações - FMDI - 900	R$ 4.037,30	R$ -
Contribuições/Doações - ECA/FMDCA - 880	R$ 4.037,30	R$ -
Operação de Credito - FINISA - 0611.630-62	R$ -	R$ 10.500.000,00
Operação de Credito - FINISA - 0555.668-25	R$ 2.500.000,00	
Convênio 196/2024 - Apliação Centro de Referencia de Assistência Social	R$ 63.661,19	R$ -
TOTAL	R$ 6.742.565,25	R$ 14.940.163,30
RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO	***VANUSA AP. C. ARRIBARD***	
Sec. de Fazenda Pública	Contadora	

Publicado por:
Ivanir Toro Alecio Dos Santos
Código Identificador:12A24232

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 274, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, homologado pelo Edital nº 018, de 17 de dezembro de 2025; considerando a necessidade de provimento de vagas temporárias em regime especial para atendimento da rede pública municipal de ensino previstas na Lei Municipal nº 6.419/2025; e considerando o contido no Despacho nº 85 de 31 de março de 2026 contido no Memorando nº 39.170/2025 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, para ocupar função pública no Município de Pato Branco, conforme segue:

CARGO/FUNÇÃO	**PROFESSOR DE APOIO 20HORAS**		
CANDIDATO	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Aline Fernanda Bosio	101º	-	-
Ivone Santos Haefliger	102º	-	-
Jhulyane Cristina Mayer Pereira	103º	-	-
Estela Aparecida Martins Fabian	104º	-	-
Sandra Mara Gomes Da Silva Bin	105º	-	-
Celiane Cristina Borges	106º	-	-
Andréia Zancanaro Giacomelli	107º	-	-
Angela Araújo Da Silva Ribeiro	108º	-	-
Samara Tibes Pegorini	109º	-	-
Patricia Natiely Ribeiro	110º	-	-
Vania Mangoni Baroni	111º	-	-
Susana Cleia Maroni Martins	112º	-	-

Elizandra Regina Orliczek	113º	-	-
Amanda Carolini Pinto Guedes Zini	114º	-	-
Andréia Aparecida De Paula Dos Santos	115º	-	-
Suzana Kuzma	116º	-	-
Denise Zancanaro	117º	-	-
Joice Libia Pereira Da Silva	118º	-	-
Dilmara Aparecida De Quadros Simongozeski	119º	-	-
Jocimar Moraes	120º	-	-
Maria Francieli Maciel	121º	-	-
Nathalia Monteiro	122º	-	-
Monica Luiza Balbinotti	123º	-	-
Leila Battisti	124º	-	-
Daiane Martins	125º	-	-
Aline Antunes	126º	-	-
Priscila Caroline Rodrigues Soares	127º	-	-
Joyce Alessandra Borges	128º	-	-
Silvane Malaggi Lusa	129º	-	-
Lidiane Zini	130º	-	-
Cleci Frarão Bordin	131º	-	-
Daniele Mascarelo	132º	-	-
Luciane Do Amaral Da Costa	133º	-	-
Rosemari Da Silva Antunes	134º	-	-
Lucieli Fabris Dos Santos	135º	-	-
Roseli Da Silva Ferreira	136º	-	-
Fabiana Telles Da Silva	137º	-	-
Franciely Nayana Cordeiro Cardoso	138º	-	-
Maria Zenori Da Silva Guimarães	139º	-	-
Tainara Schiochet Dos Santos	140º	-	-
Margarete Dias	142º	-	-
Luciane Mattos Carvalho	143º	-	-
Dercilda Fraga Giaretta	144º	-	-
Marlice De Souza	145º	-	-
Eduarda Andreoni	146º	-	-
Katlen De Souza	147º	-	-
Analice Antunes De Castro	148º	-	-
Fernanda Cristina Venturin Da Silva	149º	-	-
Tami Alves De Carvalho	150º	-	-
Patricia Sarturi	151º	-	-
Luciana De Fatima Burille	152º	-	-
Marceli Soares	153º	-	-
Rosana Aparecida Dallemole	154º	-	-
Mayra Sarturi	155º	-	-
Denise Duarte Ribeiro	156º	-	-
Joelma Gertrudes Vaiz	157º	-	-
Maria Aparecida Vieira Da Silva	158º	-	-
Roselaine Chaves	160º	-	-
Jane Carvalho	162º	-	-
Gilmara Aparecida Tajariol	163º	-	-
Jessica Da Silva Lisboa	164º	-	-
Silmara Aparecida Dos Santos	165º	-	-
Raquel Da Trindade De Mello	166º	-	-
Sabrina Das Graças Andryjak Pereira	167º	-	-
Gizele Karpinski Battistoni	168º	-	-
Eleandra Medeiros Wietholter	169º	-	-
Cleudes Marli Rodrigues Viera Farias	170º	-	-
Sirlei Carvalho De Almeida	171º	-	-
Diana Alves	172º	-	-
Clair Alves De Miranda	173º	-	-
Laiana Correa Baptista Caiçara	174º	-	-
Ereni Koslinski Redivo	175º	-	-
Cassiane Regina Balbinotti	176º	-	-
Renata Svidzinski	177º	-	-

*Candidatas colocadas nas posições 141º - 159º e 161º já assumiram anteriormente em vagas PPP e ou PCD

Art. 2º Os candidatos relacionados no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido no artigo anterior implicará na **perda do direito à nomeação,** conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:8BDCF63B

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.841, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 154.204,00 (cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e quatro reais) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 9.948, de 31 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 154.204,00 (cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e quatro reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
08.06	**GESTÃO DO SUS**	
10	**Saúde**	
10.301	**Atenção Básica**	
10.301.0043	**Manutenção da Saúde**	
1.129	Construção, Ampliação e Reformas da Estrutura Física da Saúde	
4.4.90.51 – 5518 (42754)	Obras e Instalações	134.204,00

Código	Especificação	Valor (R$)
17	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	
17.03	**DEP DE POLÍTICAS E PROG. DE PESQ. E DESENV.**	
19	**Ciência e Tecnologia**	
19.573	**Difusão do Conhecimento Cientifico e Tecnológico**	
19.573.0066	**Desenvolvimento Tecnológico**	
2.243	Manutenção de Dep. de Sistemas e Infraestrutura do Centro	
3.3.90.40 – 000 (27014)	Serviços de Tecnologia da Informação	20.000,00

Total	**154.204,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias e do superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

I - recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias:

Código	Especificação	Valor (R$)
17	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	
17.03	**DEP. DE POLÍTICAS E PROG. DE PESQ. E DESENV.**	
19	**Ciência e Tecnologia**	
19.573	**Difusão do Conhecimento Cientifico e Tecnológico**	
19.573.0066	**Desenvolvimento Tecnológico**	
2.243	Manutenção de Dep. de Sistemas e Infraestrutura do Centro	
3.3.90.36 – 000 (27012)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.000,00
3.3.90.93 – 000 (27016)	Indenizações e Restituições	10.000,00

Subtotal	**20.000,00**

II - superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025:

Código	Especificação	Valor (R$)
5518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	134.204,00

Total	**154.204,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:8E54C94E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 098/2026 – DE 31 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA N.º 098/2026 – de 31 de março de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	N.º de Diárias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Gislaine Aparecida Soares Galle	26/03/2026	26/03/2026	1	45,66	45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Marilize Olivette Loth	26/03/2026	26/03/2026	1	45,66	45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Eliziane Ribeiro	26/03/2026	26/03/2026	1	45,66	45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Angela Lachovski Custódio	26/03/2026	26/03/2026	1	45,66	45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Maria Cláudia da Silva	26/03/2026	26/03/2026	1	45,66	45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Heliana Scussiato Franco Teixeira	26/03/2026	26/03/2026	1	45,66	45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Daiane Deise Gonçalves Duarte Ultchak	26/03/2026	26/03/2026	1	45,66	45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Kelly Adriane Fersch Levandoski	26/03/2026	26/03/2026	1	45,66	45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Joceline Mendes Carneiro	26/03/2026	26/03/2026	1	45,66	45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Paço Municipal, 31 de Março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:79602949

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2025 - CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO PARANÁ				Exercício de 2025
CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN				Período: Janeiro a Dezembro
Anexo 12 - Balanço Orçamentário				
Entidades: CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN				
Parâmetros: Mês: 12; Enviar relatório para o Transparência Cloud: N; Exercício: 2025; Tipo do recurso: TODOS; Entidades: [{"valor":"736","descricao":"CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN"}]; Enviar Relatório para o Transparência Fly: N; Consolidado: N - Versão: 5 de 15/07/2025 11:50:45				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO c = (b-a)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00

Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas*	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Déficit (IV)	0,00	1.605.000,00	1.513.788,35	-91.211,65
TOTAL (V) = (III + IV)	**0,00**	**1.605.000,00**	**1.513.788,35**	**-91.211,65**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	**0,00**	**0,00**	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores RPPS	-	**0,00**	**0,00**	-
Superávit Financeiro	-	**0,00**	**0,00**	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	**0,00**	**0,00**	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS (f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (g)**	**DESPESAS PAGAS (h)**	**SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)**
DESPESAS CORRENTES	2.085.000,00	1.555.000,00	1.486.896,35	1.486.896,35	1.486.896,35	68.103,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.720.000,00	1.300.000,00	1.268.196,02	1.268.196,02	1.268.196,02	31.803,98
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	365.000,00	255.000,00	218.700,33	218.700,33	218.700,33	36.299,67
DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00	50.000,00	26.892,00	26.892,00	26.892,00	23.108,00
INVESTIMENTOS	120.000,00	50.000,00	26.892,00	26.892,00	26.892,00	23.108,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	**2.205.000,00**	**1.605.000,00**	**1.513.788,35**	**1.513.788,35**	**1.513.788,35**	**91.211,65**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	**2.205.000,00**	**1.605.000,00**	**1.513.788,35**	**1.513.788,35**	**1.513.788,35**	**91.211,65**
Superávit (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VII + IX)	**2.205.000,00**	**1.605.000,00**	**1.513.788,35**	**1.513.788,35**	**1.513.788,35**	**91.211,65**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Nota(s) Explicativa(s):						

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:DFE42407

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO 2025 - CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ					
MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN			Exercício de 2025		
Balanço Financeiro - Anexo 13			Período de: Janeiro à Dezembro		
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN			Despesa: Empenhada		
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**0,00**	**0,00**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**1.513.788,35**	**1.333.446,35**
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	1.513.788,35	1.333.446,35
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da	0,00	0,00

Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00
			Outras Origens	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**2.205.000,00**	**2.021.072,59**	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	**691.211,65**	**687.626,24**
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**286.986,93**	**288.135,11**	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	**286.986,93**	**288.135,11**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Realizável - Inscrição Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	Realizável - Cancelam./Baixa Cisão,Fusão,Extin.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	286.986,93	288.135,11	Valores Restituíveis	286.986,93	288.135,11
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**0,00**	**0,00**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	**0,00**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**2.491.986,93**	**2.309.207,70**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**2.491.986,93**	**2.309.207,70**
Nota(s) Explicativa(s):					

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:9856C489

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL 2025 - CÂMARA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR		Exercício de 2025
CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN		Até o Mês: Dezembro
Balanço Patrimonial - Anexo 14		
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN		
ATIVO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	**0,00**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Crédito de Transferências a Receber	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**337.625,19**	**310.733,19**
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00
Clientes a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
Imobilizado	337.625,19	310.733,19
Bens Móveis	224.751,62	197.859,62
Bens Imóveis	112.873,57	112.873,57
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	**337.625,19**	**310.733,19**
PASSIVO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
PASSIVO CIRCULANTE	**0,00**	**0,00**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar	0,00	0,00
Obrigações Fiscais	0,00	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR		Exercício de 2025
CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN		Até o Mês: Dezembro
Balanço Patrimonial - Anexo 14		
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN		
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Longo Prazo	0,00	0,00

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**0,00**	**0,00**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Patrimônio Social/Capital Social	**212.894,89**	**212.894,89**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	**124.730,30**	**97.838,30**
Resultado do Exercício	26.892,00	0,00
Resultado de Exercícios Anteriores	97.838,30	97.838,30
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Outros Resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**337.625,19**	**310.733,19**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**337.625,19**	**310.733,19**
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	337.625,19	310.733,19
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL	**337.625,19**	**310.733,19**
Saldos dos Atos Potenciais Ativos		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**
Saldos dos Atos Potenciais Passivos		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	0,00	0,00
Obrigações Contratuais a Executar	65.067,23	114.096,90
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	**65.067,23**	**114.096,90**
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
TOTAL POR FONTES DE RECURSOS	**0,00**	**0,00**
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:EC0EC2E9

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2025 - CÂMARA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR		Exercício de 2025
CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN		Mês: 12
Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15		
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício atual	**Exercício anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**2.205.000,00**	**2.021.072,59**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0.00	0.00
Impostos	0.00	0.00
Taxas	0.00	0.00
Contribuições de Melhoria	0.00	0.00
Contribuições	0.00	0.00
Contribuições Sociais	0.00	0.00
Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico	0.00	0.00
Contribuição de Iluminação Pública	0.00	0.00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0.00	0.00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0.00	0.00
Venda de Mercadorias	0.00	0.00
Venda de Produtos	0.00	0.00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0.00	0.00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0.00	0.00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0.00	0.00
Juros e Encargos de Mora	0.00	0.00
Variações Monetárias e Cambiais	0.00	0.00
Descontos Financeiros Obtidos	0.00	0.00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0.00	0.00
Transferências e Delegações Recebidas	2.205.000,00	2.021.072,59
Transferências Intragovernamentais	2.205.000,00	2.021.072,59
Transferências Intergovernamentais	0.00	0.00
Transferências das Instituições Privadas	0.00	0.00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0.00	0.00
Transferências de Consórcios Públicos	0.00	0.00

Transferências do Exterior	0.00	0.00
Delegações Recebidas	0.00	0.00
Transferências de Pessoas Físicas	0.00	0.00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0.00	0.00
Valorização e Ganhos com Ativos	0.00	0.00
Reavaliação de Ativos	0.00	0.00
Ganhos com Alienação	0.00	0.00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0.00	0.00
Desincorporação de Passivos	0.00	0.00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0.00	0.00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0.00	0.00
Resultado Positivo de Participações	0.00	0.00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0.00	0.00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0.00	0.00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**2.178.108,00**	**2.021.072,59**
Pessoal e Encargos	703.229,83	703.415,08
Remuneração a Pessoal	403.872,84	388.821,36
Encargos Patronais	175.018,85	124.088,79
Benefícios a Pessoal	0.00	0.00
Custo de Pessoal e Encargos	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	124.338,14	190.504,93
Benefícios Previdenciários	0.00	0.00
Aposentadorias e Reformas	0.00	0.00
Pensões	0.00	0.00
Outros Benefícios Previdenciários	0.00	0.00
Benefícios Assistenciais	0.00	0.00
Benefícios de Prestação Continuada	0.00	0.00
Benefícios Eventuais	0.00	0.00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0.00	0.00
Outros Benefícios Assistenciais	0.00	0.00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	84.170,79	109.724,11
Uso de Material de Consumo	18.092,17	12.184,84
Serviços	66.078,62	97.539,27
Depreciação, Amortização e Exaustão	0.00	0.00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0.00	0.00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0.00	0.00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0.00	0.00
Juros e Encargos de Mora	0.00	0.00
Variações Monetárias e Cambiais	0.00	0.00
Descontos Financeiros Concedidos	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0.00	0.00
Transferências e Delegações Concedidas	691.211,65	687.626,24
Transferências Intragovernamentais	691.211,65	687.626,24
Transferências Intergovernamentais	0.00	0.00
Transferências das Instituições Privadas	0.00	0.00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0.00	0.00
Transferências de Consórcios Públicos	0.00	0.00
Transferências do Exterior	0.00	0.00
Execução Orçamentária Delegada	0.00	0.00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0.00	0.00
Desvalorização e Perda de Ativos	0.00	0.00
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0.00	0.00
Perdas com Alienação	0.00	0.00
Perdas Involuntárias	0.00	0.00
Incorporação de Passivos	0.00	0.00
Desincorporação de Ativos	0.00	0.00
Tributárias	220,01	90,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	220,01	90,94
Contribuições	0.00	0.00
Custo com Tributos	0.00	0.00
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0.00	0.00
Custo das Mercadorias Vendidas	0.00	0.00
Custo dos Produtos Vendidos	0.00	0.00
Custo dos Serviços Prestados	0.00	0.00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	699.275,72	520.216,22
Premiações	0.00	0.00
Resultado Negativo de Participações	0.00	0.00
Incentivos	0.00	0.00
Subvenções Econômicas	0.00	0.00
Participações e Contribuições	0.00	0.00
VPD de Constituição de Provisões	0.00	0.00
Custo de Outras VPD	0.00	0.00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	699.275,72	520.216,22
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**26.892,00**	**0,00**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
(decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício atual	**Exercício anterior**
Incorporação de Ativo	26.892,00	0,00
Desincorporação de Passivo	0,00	0,00
Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Desincorporação de Ativo	0,00	0,00
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:87B47A72

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
ANEXO 16 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA 2025 - CÂMARA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN						Exercício de 2025			
Demonstração da Dívida Fundada Interna / Externa - Anexo 16						Período : Janeiro a Dezembro			
Entidades : CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN									
Autorizações						**Saldo Anterior**	**Movimento no Exercício**		**Saldo**
Número	**Credor**	**Data**	**Valor**	**Nº Lei**	**Data Lei**		**Emissão**	**Resgate**	
Para os argumentos utilizados não temos dados para emissão.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:B7E3AB17

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE 2025 - CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ				
CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN			Exercício de 2025	
Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante			Período: Janeiro a Dezembro	
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN				
TÍTULOS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**MOVIMENTAÇÕES NO EXERCÍCIO**		**SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE**
		INSCRIÇÃO	**BAIXA**	
RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	286.986,93	286.986,93	0,00
TOTAL GERAL	0,00	286.986,93	286.986,93	0,00
Nota(s) Explicativa(s):				

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:B8BF6DF8

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2025 - CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ		
Exercício de 2025		
CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN		
Período: Janeiro a Dezembro		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Entidades(s): CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	2.491.986,93	2.309.207,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	2.491.986,93	2.309.207,70
Transferências recebidas	0,00	0,00
Desembolsos	2.465.094,93	2.309.207,70
Pessoal e demais despesas	1.486.896,35	1.333.446,35
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais	978.198,58	975.761,35
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais (I)	26.892,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	26.892,00	0,00
Aquisição de ativo não circulante	26.892,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxos de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-26.892,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integração do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamento	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxos de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de caixa final	0,00	0,00
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:0A7E64D7

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
ANEXO 19 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2025 - CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ	
CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN	Exercício de 2025
Anexo 19 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	Período: Janeiro - Dezembro
Parâmetros: Consolidado: N; Exercicio: 2025; Entidades: [{"valor":"736","descricao":"CAMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN"}]; Até o Mês: 12; Enviar relatório para o Transparência Cloud: N; Enviar Relatório para o Transparência Fly: N; Desconsiderar as movimentações Intra OFFS: N	

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	**212.894,89**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**97.838,30**	**0,00**	**310.733,19**
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.892,00	0,00	26.892,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição / Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	**212.894,89**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**124.730,30**	**0,00**	**337.625,19**
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:4BFABE71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2022

REFERENTE A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2022.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E ROBERTO RIVANILDO DE ANDRADE.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr**. MAICON GROSSKOPF**, brasileiro, portador da CI nº 10094176- 7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.xxx-17, residente e domiciliado em Piên – PR, doravante denominada LOCATÁRIO e de outro **ROBERTO RIVANILDO DE ANDRADE**, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 969.846.519-72 com endereço na Avenida Paraná, nº 690, Trigolândia, na cidade de Piên/PR – CEP: 83.860-000, doravante denominado simplesmente **LOCADOR,** resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 041/2022, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: O prazo de vigência e execução fica prorrogado em 12 (doze) meses a partir do dia 11/04/2026.

Cláusula Segunda: O valor do contrato fica acrescido em R$ 39.173,16 (trinta e nove mil e cento e setenta e três reais e dezesseis centavos) já considerando o reajuste conforme abaixo:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNITÁRIO	IPCA (março/25 a fev/26)	VALOR MENSAL ATUALIZADO A PARTIR DE 11/04/2026
1	Locação de barracão no perímetro urbano, com área territorial de 1.200 m² e área edifica de 300 m² situado na Avenida Paraná, nº 1225, Trigolândia, no Município de Piên.	12	MÊS	R$ 3.158,62	3,35%	R$ 3.264,43

Cláusula Terceira: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên, 30 de março de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:D56BD4C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO RESOLUÇÃO 002/2026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação da alteração do cronograma do processo de seleção das famílias inscritas no Programa habitacional de interesse social no município de Piên/PR, e dá outras providências.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FHIS de Piên, nomeado pelo Decreto nº 410, de 24 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.568, de 20 de fevereiro de 2025, as Portarias MCID nº 1416/2023 e nº 75/2025 e demais legislações pertinentes,

CONSIDERANDO que não houve previsão expressa de prazo para interposição de recursos após a divulgação do resultado preliminar das inscrições, constante na etapa 2 do cronograma;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o contraditório e a ampla defesa aos interessados, bem como garantir a transparência e legalidade do processo seletivo;

RESOLVE:
Art.1º Fica estabelecido, de forma excepcional, prazo para interposição de recursos em face do resultado preliminar das inscrições indeferidas, referente à etapa 2 do cronograma.
§1º O prazo para apresentação de recursos será de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de publicação desta alteração.
§2º Os recursos contra as inscrições indeferidas (anexo I) deverão ser protocolados no CRAS de Piên, em horário comercial, devendo ser apresentado por escrito, de forma clara e fundamentada, dirigido à Comissão, indicando os pontos a serem revisados e anexando, documentos comprobatórios;
§3º A análise dos recursos interpostos ocorrerá em prazo a ser definido pela Comissão de Avaliação, com posterior divulgação das decisões.
Art. 2º Divulga a alteração do cronograma do processo de seleção das famílias que realizaram inscrições para participação no programa habitacional do Município de Piên, conforme etapas descritas no Anexo II desta Resolução;
Art. 3º A homologação do resultado final ficará condicionada ao envio da listagem dos 30 (trinta) primeiros colocados constantes no resultado final, ao Sistema de Gestão de Demandas Habitacionais – SIGDH, em atendimento ao previsto na Portaria MCID nº 1.424, de 09 de dezembro de 2025.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 31 de março de 2026.

DOUGLAS LIETZ
Presidente do Conselho Gestor

ANEXO I – LISTA DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO
036	Alessandro de Lima Pedro	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
034	Ana Claudia da Silva de Oliveira	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
007	Benisio Aparecido Vieira da Cruz	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
074	Carolina Bodziack	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
200	Charles Junior Soares Tavares	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
062	Cirlene de Fátima Siqueira de Souza	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
012	Cleunice Domingues da Silva Ferreira	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
117	Eduardo Henrique Assis Calaça	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
181	Elizandra do Carmo Kloki	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
047	Ellin Soares de Alburquerque Fernandes	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
115	Eloisa Aparecida de Lima	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
096	Evelin Benicio Martin	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
107	Gabriela Natalia da Silva	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
035	Jaine Teixeira Conink	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
037	Josiane de Lima Carvalho	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
048	Josiane do Carmo Alves Pereira	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
033	Leticia Linkoski	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
170	Luciane Rodio	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
051	Maria Eduarda de Los Santos Pereira	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
091	Maria Pereira Ribas	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
071	Milena de Fátima Simões	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
025	Pamela Tamires Dutra Guimarães	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
027	Regina Tadra	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
224	Rosalina de Lima Souza	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
020	Samantha Driele Batista da Anunciação	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
054	Sebastião Henrique	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS
230	Taynara Castro de Oliveira Tschoeke	INDEFERIDO	Renda Superior ao previsto na Deliberação 001/25 Conselho Gestor do FHIS
099	Tomaz Faustino Bueno	INDEFERIDO	Tempo de moradia inferior ao previsto na Deliberação 001/25 do Conselho Gestor FHIS

ANEXO II

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Etapa de avaliação das inscrições das famílias.	09/02/2026 a 13/02/2026
2	Divulgação do resultado preliminar das inscrições.	19/02/2026
2 A	Interposição de recursos do resultado preliminar (inscrições indeferidas)	01/04/2026 a 06/04/2026
2 B	Análise dos recursos apresentados quanto as inscrições indeferidas pela Comissão de Seleção	07/04/2026 a 16/04/2026
2 C	Publicação da análise dos recursos das inscrições indeferidas apresentados pela Comissão	17/04/2026
3	Convocação das famílias pré-selecionadas para apresentação dos documentos conforme Resolução nº 001/2025 do Conselho Gestor do FHIS.	22/04/2026 a 24/04/2026
4	Análise e ranqueamento dos documentos pela Comissão de Seleção dos beneficiários	27/04/2026 a 30/04/2026
5	Publicação do resultado da análise e ranqueamento	04/05/2026
6	Interposição de recursos do resultado do ranqueamento	04/05/2026 a 06/05/2026
7	Análise de recursos pela comissão	07/05/2026 a 15/05/2026
8	Divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	18/05/2026
9	Publicação do resultado preliminar	20/05/2026
10	A homologação do resultado definitivo ficará condicionada a análise pela Caixa Econômica Federal.	Data a ser definida posteriormente

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:1DEE078D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 54/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato	**n° 5560 - Decreto n° 54/2026 de 30/03/2026**	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei:	5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**			**Valor**
Suplementar	Superávit Financeiro			50.000,00

Despesa					
06		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:**	Acréscimo	50.000,00
06.002		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:**	Abertura	
10.301.1001.2043		RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR			
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
1887	398	Emendas de Bancadas - 36000705498 - Paulo Litro / 50410001 - Comissão da Saúde - R$ 200 mil			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro		
06		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:**	Anulação	50.000,00
06.002		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:**	Abertura	
10.301.1001.2043		RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR			
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO			
1942	398	Emendas de Bancadas - 36000705498 - Paulo Litro / 50410001 - Comissão da Saúde - R$ 200 mil			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro		

Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	50.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	Anulação	50.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:CC884117

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.550/2026

Dispõe sobre a elevação de nível por graduação dos professores e servidores da educação municipal.

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA:**
Art. 1º Os professores e servidores da educação municipal abaixo relacionados terão seus níveis por graduação alterados após apresentação e deferimento da documentação, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.192/2012 e Lei Municipal nº 1.691/2017.

MATRÍCULA	NOME	NÍVEL	DATA DO PROTOCOLO
997562	ANNE CAROLINE MOHR	ESP-03	30/03/2026
997569	CLAUDIANE HORNES FERRARI ANTUNES DE SOUZA	ESP-03	06/02/2026
997575	JÉSSICA DE SOUZA TELLES	ESP-03	27/03/2026
997244	MISLAYNE APARECIDA GERVIKAS SANT ANA	ESP-03	12/03/2026

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data constante no quadro sob a denominação – DATA DO PROTOCOLO.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:BCEB9D13

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PSS Nº 032/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO - PSS, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR (20 HORAS).COM BASE NOS RESULTADOS DA PROVA NACIONAL DOCENTE - PND 2025, LEI MUNICIPAL N° 1.109/2011,EDITAL DE ABERTURA N° 17/2025 E HOMOLOGAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N°10/2026.

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:
I – Convocar os candidatos abaixo relacionados, para comparecerem na Superintendência de Gestão de Pessoas, situado na Sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, **no dia 07 de abril de 2026 às 9h:30min. (01º ao 22º AC, 01ºe 02º PCD, 01º ao 03º AFRO) e às 10h:30min. (23º ao 40º AC e 04º ao 07º AFRO),** para a entrega de documentos e escolha de vagas de acordo com a classificação obtida, conforme Edital n° 10/2026, portando a seguinte documentação:
FOTOCÓPIAS E ORIGINAIS
a)01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) Carteira de Identidade, CPF, Título Eleitoral e Certidão de Quitação Eleitoral;
c) PIS/PASEP;
d) Exame Médico e Psicológico;
e) Certificado Militar (se masculino);
f) Comprovante de escolaridade;
g) Certidão de Casamento e CPF do cônjuge;
h) Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
i) Certidão negativa de antecedentes criminais: 1-Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside,2-Estadual (www.institutodeidentificacao.pr.gov.br) e 3-Federal (www.pf.gov.br);
j) conta bancária no banco Bradesco (agência Piraquara);
II –Documentos dos dependentes:
a) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
b) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos.

PROFESSOR (20HORAS)

Classif.	Nome	Nota
01	GABRIELY TELES PEREIRA	97,76
02	DANIELA DALAGRANA PENTEADO	92,16
03	DENIS MAIK BISPO KOWALSKI	89,52
04	LILIAN GONÇALVES GANNAM	86,52
*01	KAROLINY DIAS DE AZEVEDO	60,36
05	PAMELA APARECIDA PLUCENIO	83,64
06	ANDRIELY FERREIRA DO NASCIMENTO	83,64
07	INGRID DAYANE GONZAGA DE MOURA	83,02
08	RAQUEL ADRIANA DOS SANTOS	82,14
09	RENATA DOS SANTOS MARTINS	79,64
**01	DENIS MAIK BISPO KOWALSKI(CANDIDATO JÁ CONVOCADO PELA AMPLA CONCORRÊNCIA)	89,52
**02	MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO RODRIGUES	78,92
10	MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO RODRIGUES (CANDIDATA JÁ CONVOCADA PELA RESERVA DE VAGAS PARA AFRO)	78,92
11	TALISIÊ BORGES DA SILVA JAGHER	78,92
12	GABRIELA DA COSTA CARVALHO	78,78
13	LUCAS ANTONIO DARIF RIBAS	78,28
14	LEIDY CAROLINA ALVAREZ SANGUINO	77,64
*02	CARLA BEATRIZ HATSCHBACH MARTINS	59,78
15	UILZA GUEDES FERREIRA CARVALHO	77,18
16	CAMILE DIAS DE ANDRADES	77,18
17	ELIZANE MATTIAS ENES DA SILVA	76,28
18	EVELIZE DE FREITAS FERREIRA WOLF	74,68
19	WILLIAN EVERTON FIDELIS GOUVEIA	74,18
**03	DÉBORA CRISTIANE SILVA DOS REIS	71,68
20	KAUANA VERANIEIRO OLIVEIRA	74,16
21	TATIANA DE ANDRADE PARREIRA OLIVEIRA	73,98
22	LEILIANE DE BARROS TURCI COSTA	73,68
23	OSANA FONSECA IZEL	73,36
24	IRACI DE ALMEIDA BARBOSA	72,68
25	JESSICA CRISTINA MORAES DA SILVA	72,16
26	VANESSA SANTOS PIRES DE CAMARGO	71,88
27	DÉBORA CRISTIANE SILVA DOS REIS	71,68
28	ALESSANDRA VAZ	71,68
29	MARRY SILVA INÁCIO	71,48
**04	MARRY SILVA INÁCIO (CANDIDATA JÁ CONVOCADA PELA AMPLA CONCORRÊNCIA)	71,48
**05	SARA VITÓRIA DA SILVA	70,16
30	FERNANDA BARBOSA DE PAULA BATISTA	70,18
31	ANA CLAUDIA DE AGUIAR RODRIGUES ELOI	70,16
32	SARA VITÓRIA DA SILVA (CANDIDATA JÁ CONVOCADA PELA RESERVA DE VAGAS PARA AFRO)	70,16
33	CASSIANE LOPES LEITE	69,98
34	JANAINA MONEGATO MITRUT	69,86
35	SILVANIA WENG PIO	68,42
36	OZANA BUENO DOS SANTOS	68,38
37	DARIANE FREIRE ROSA RANGEL	68,36
38	MAIZA DE SOUZA WOCHE	68,16
39	KETLEN MOREIRA SENTER	67,36
**06	MAIZA DE SOUZA WOCHE (CANDIDATA JÁ CONVOCADA PELA AMPLA CONCORRÊNCIA)	68,16

**07	RITHELLI SANTIAGO MARTINS	65,76
40	ELISANGELA CIPRIANI POSSAMAI	66,8

***Vaga reservada para PCD.**
****Vaga reservada para afrodescendente.**
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 31 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:E370F587

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
RATIFICAÇÃO INEX 13/2026 EXTRATO DE CONTRATO 51/2026 B VIANA

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE 13/2026

RATIFICAÇÃO
O Prefeito de Pitanga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, tendo em vista Documentos Apresentados para o Credenciamento analisados pela Comissão de Contratação Designada pela Portaria 1006/2025. Resolve: Ratificar a Inexigibilidade 13/2026. Em conformidade com Artigo 74, Inciso IV, da Lei federal 14133/21. Nos seguintes termos:

1 - Objeto	Credenciamento **5/2025. C*redenciamento de pessoas jurídicas especializadas*** na elaboração de projetos, estudos técnicos e serviços de engenharia, topografia e ensaios laboratoriais, para atender às demandas das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esporte; Saúde; Desenvolvimento Social e Cidadania; Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Agricultura e Pecuária; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

2 -EMPRESA:

B. VIANA VARASCHIN ENGENHARIA LTDA, inscrito no CNPJ: 34.696.199/0001-56, situada na Rua Padre Anchieta, Bairro Vila Rubim, CEP: 86.390-000, CAMBARA PR

Valor máximo **R$ 642.769,60 (seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).**

A **totalidade da demanda** estimada pela Administração será **colocada à disposição de todos os credenciados**, sem exclusividade, não havendo garantia de contratação de quantitativos mínimos por fornecedor. Sendo estabelecido o critério de Rodizio entre os fornecedores credenciados, conforme edital.

3 – DESCRIÇÃO DO ITENS, QUANTIDADES E VALORES

Lote 1	**Descrição do objeto**	**Exigências complementares**	**Quantidade**	**Valor unitário máximo**	**Valor total máximo**
Item 1	Elaboração de projeto de Drenagem	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	100.000 M2	R$ 1,00	R$ 100.000,00
Item 2	Elaboração de projeto de sinalização e passeio público	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	100.000 M2	R$ 0,30	R$ 30.000,00
Item 3	Elaboração de projeto Geométrico e de pavimentação	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	100.000 M2	R$ 0,50	R$ 50.000,00
Item 4	Execução de ensaio Índice de suporte California (CBR)	Elaboração Laudo disponibilizado em PDF.	100 UN	R$ 425,00	R$ 42.500,00
Valor máximo do Lote					**R$ 222.500,00**

Lote 2	**Descrição do objeto**	**Exigências complementares**	**Quantidade**	**Valor unitário máximo**	**Valor total máximo**
Item 1	Elaboração de Projeto arquitetônico	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	25.000 M2	R$ 5,13	R$ 128.250,00
Item 2	Elaboração de Projeto de PSCIP	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	15.000 M2	R$ 4,49	R$ 67.350,00
Item 3	Elaboração de projeto Elétrico	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	15.000 M2	R$ 3,32	R$49.800,00
Item 4	Elaboração de Projeto Estrutural;	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	15.000 M2	R$ 3,77	R$ 56.550,00
Item 5	Elaboração de Projeto Hidrossanitário	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	15.000 M2	R$ 2,71	R$ 40.650,00

Item 6	Execução de ensaio Standard Penetration Test (SPT)	Elaboração Laudo disponibilizado em PDF.	60 UN	R$ 513,75	R$ 30.825,00
Soma dos valores do lote					R$ 373.425,00

Lote 3	**Descrição do objeto**	**Exigências complementares**	**Quantidade**	**Valor unitário máximo**	**Valor total máximo**
Item 1	Execução de ensaio de deflexão de pavimento por Viga Benkelman	Elaboração de laudo com memorial descritivo/ cálculo com emissão de ART.	30 KM	R$ 974,82	R$ 29.244,60
Soma dos valores do lote					**R$ 29.244,60**

Lote 4	**Descrição do objeto**	**Exigências complementares**	**Quantidade**	**Valor unitário máximo**	**Valor total máximo**
Item 1	Levantamento Planialtimétrico cadastral/topográfico	Elaboração de projeto com emissão de ART.	80.000 M2	R$ 0,22	R$ 17.600,00
Soma dos valores do lote					**R$17.600,00**

4 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Fundamentado no Artigo 79, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

Art. 79, da Lei Federal 14.133/2021. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I – paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Fundamentado no Artigo 74, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

Art. 74, da Lei Federal 14.133/2021. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
IV– objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal conforme Lei 14133/2021, para eficácia dos Atos.
Pitanga, 10 de Março de 2026.

Originalmente Assinado

DIRCEU MORAES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2026
CREDENCIAMENTO Nº 05/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 13/2026
CONTRATANTE: Município de Pitanga, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, Pitanga/PR, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Dirceu Moraes.
CONTRATADA: B. VIANA VARASCHIN ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.696.199/0001-56, com sede na Rua Padre Anchieta, Bairro Vila Rubim, CEP 86.390-000, Cambará/PR.
OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na elaboração de projetos, estudos técnicos e serviços de engenharia, topografia e ensaios laboratoriais, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esporte; Saúde; Desenvolvimento Social e Cidadania; Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Agricultura e Pecuária; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.
VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 642.769,60 (seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2026.
PRAZO DE VIGENCIA 12 MESES.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Edital de Credenciamento nº 05/2025 e Inexigibilidade nº 13/2026.

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:3704AD72

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
RATIFICIAÇÃO INEX 12/2026 EXTRATO CONTRATO 45/2026 VALHUX

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE 12/2026

RATIFICAÇÃO
O Prefeito de Pitanga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, tendo em vista Documentos Apresentados para o Credenciamento analisados pela Comissão de Contratação Designada pela Portaria 1006/2025. Resolve: Ratificar a Inexigibilidade 07/2026. Em conformidade com Artigo 74, Inciso IV, da Lei federal 14133/21. Nos seguintes termos:

1 - Objeto	Credenciamento **5/2025. Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas** na elaboração de projetos, estudos técnicos e serviços de engenharia, topografia e ensaios laboratoriais, para atender às demandas das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esporte; Saúde; Desenvolvimento Social e Cidadania; Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Agricultura e Pecuária; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.

2 -EMPRESA:

VALHUX ENGENHARIA, inscrita no CNPJ: 25.047.908/0001-81, situada na Av. Morro Verde, 993, BRCAO01, CEP: 85145-000, CENTRO, FOZ DO JORDÃO PR,

Valor máximo **R$ 642.769,60 (seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).**

A **totalidade da demanda** estimada pela Administração será **colocada à disposição de todos os credenciados**, sem exclusividade, não havendo garantia de contratação de quantitativos mínimos por fornecedor. Sendo estabelecido o critério de Rodizio entre os fornecedores credenciados, conforme edital.

3 – DESCRIÇÃO DO ITENS, QUANTIDADES E VALORES

Lote 1	**Descrição do objeto**	**Exigências complementares**	**Quantidade**	**Valor unitário máximo**	**Valor total máximo**
Item 1	Elaboração de projeto de Drenagem	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	100.000 M2	R$ 1,00	R$ 100.000,00
Item 2	Elaboração de projeto de sinalização e passeio público	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	100.000 M2	R$ 0,30	R$ 30.000,00
Item 3	Elaboração de projeto Geométrico e de pavimentação	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	100.000 M2	R$ 0,50	R$ 50.000,00
Item 4	Execução de ensaio Índice de suporte California (CBR)	Elaboração Laudo disponibilizado em PDF.	100 UN	R$ 425,00	R$ 42.500,00
Valor máximo do Lote					**R$ 222.500,00**

Lote 2	**Descrição do objeto**	**Exigências complementares**	**Quantidade**	**Valor unitário máximo**	**Valor total máximo**
Item 1	Elaboração de Projeto arquitetônico	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	25.000 M2	R$ 5,13	R$ 128.250,00
Item 2	Elaboração de Projeto de PSCIP	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	15.000 M2	R$ 4,49	R$ 67.350,00
Item 3	Elaboração de projeto Elétrico	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	15.000 M2	R$ 3,32	R$49.800,00
Item 4	Elaboração de Projeto Estrutural;	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	15.000 M2	R$ 3,77	R$ 56.550,00
Item 5	Elaboração de Projeto Hidrossanitário	Elaboração do cronograma físico- financeiro, planilha orçamentária e memorial descritivo conforme exigido em convênio, se houver. Disponibilização em **formato PDF** para fins de protocolo e em **arquivo editável (DWG, DOCX, XLSX, ou compatível com BIM/IFC.**	15.000 M2	R$ 2,71	R$ 40.650,00
Item 6	Execução de ensaio Standard Penetration Test (SPT)	Elaboração Laudo disponibilizado em PDF.	60 UN	R$ 513,75	R$ 30.825,00
Soma dos valores do lote					R$ 373.425,00

Lote 3	**Descrição do objeto**	**Exigências complementares**	**Quantidade**	**Valor unitário máximo**	**Valor total máximo**
Item 1	Execução de ensaio de deflexão de pavimento por Viga Benkelman	Elaboração de laudo com memorial descritivo/ cálculo com emissão de ART.	30 KM	R$ 974,82	R$ 29.244,60
Soma dos valores do lote					**R$ 29.244,60**

Lote 4	**Descrição do objeto**	**Exigências complementares**	**Quantidade**	**Valor unitário máximo**	**Valor total máximo**
Item 1	Levantamento Planialtimétrico cadastral/topográfico	Elaboração de projeto com emissão de ART.	80.000 M2	R$ 0,22	R$ 17.600,00
Soma dos valores do lote					**R$17.600,00**

4 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Fundamentado no Artigo 79, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

Art. 79, da Lei Federal 14.133/2021. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I – paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Fundamentado no Artigo 74, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

Art. 74, da Lei Federal 14.133/2021. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
IV– objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal conforme Lei 14133/2021, para eficácia dos Atos.
Pitanga, 10 de Março de 2026.

Originalmente Assinado

DIRCEU MORAES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2026

CREDENCIAMENTO Nº 05/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026
CONTRATANTE: Município de Pitanga, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, Pitanga/PR, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Dirceu Moraes.
CONTRATADA: VALLUX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.047.908/0001-81, com sede na Av. Morro Verde, nº 993, Barracão 01, Centro, Foz do Jordão/PR.
OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na elaboração de projetos, estudos técnicos e serviços de engenharia, topografia e ensaios laboratoriais, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esporte; Saúde; Desenvolvimento Social e Cidadania; Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Agricultura e Pecuária; e Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga/PR.
VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 642.769,60 (seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente art. 79, inciso I, Processo de Credenciamento nº 05/2025, que originou a Inexigibilidade nº 12/2026.
DATA DA ASSINATURA: 11 de março de 2026.
FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:5D17AA72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13385/2026 DE 30/03/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13385/2026 de 30/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$605.056,59 (seiscentos e cinco mil e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.002		FUNDO MUN DOS DTOS DA CCA E ADOLESCENTE	
06.002.08.243.0008.6.010		GESTAO DE POLITICAS PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	
143 - 3.3.72.39.00.00	31745	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
144 - 3.3.90.14.00.00	31745	DIARIAS - CIVIL	5.000,00
145 - 3.3.90.30.00.00	31745	MATERIAL DE CONSUMO	59.868,13
150 - 3.3.90.39.00.00	31745	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	42.000,00
150 - 3.3.90.39.00.00	3773	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
155 - 4.4.90.52.00.00	31745	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	46.898,55
155 - 4.4.90.52.00.00	3773	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.405,23
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.08.246.0009.2.016		GESTAO DE POLITICAS PUBLICAS DE PROTECAO SOCIAL	
159 - 3.3.90.32.00.00	3998	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	9.607,21
160 - 3.3.90.33.00.00	31744	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	12.671,41
163 - 3.3.90.39.00.00	31011	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	29.643,00
163 - 3.3.90.39.00.00	3936	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31.677,84
06.003.08.246.0009.2.017		APOIO A ORGANIZACAO E GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA IGDPBF	
168 - 3.3.90.30.00.00	3973	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
170 - 3.3.90.39.00.00	3973	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.832,87
172 - 4.4.90.52.00.00	3741	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.979,98
172 - 4.4.90.52.00.00	3973	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00
06.003.08.246.0009.2.019		SERVICO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
176 - 3.3.90.30.00.00	3975	MATERIAL DE CONSUMO	9.139,75
06.003.08.246.0009.2.022		APOIO E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DO SUAS (3%)	
200 - 3.3.90.14.00.00	3933	DIARIAS - CIVIL	3.864,80
06.003.08.246.0009.2.023		SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - BL MAC - FNAS	
206 - 3.3.90.39.00.00	3974	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.702,02
06.004		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	
06.004.08.241.0010.2.024		GESTAO DE POLITICAS PARA ATENDIMENTO DO IDOSO	
213 - 3.3.90.30.00.00	3994	MATERIAL DE CONSUMO	3.032,77
217 - 3.3.90.39.00.00	3746	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.180,75
06.005		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
06.005.08.244.0037.2.125		GESTAO DE POLITICAS PARA A MULHER	
221 - 3.3.72.39.00.00	3772	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
225 - 3.3.90.39.00.00	3772	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.552,28
		Total Suplementação:	605.056,59

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 30 de Março de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:14B4E365

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°025/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº025/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX72335-X SSP/PR, CPF nºXXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **F.A.L. EVENTOS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ n°16.993.356/0001-03, com sede na Avenida José Bonifácio, 538, Vila Atalaia, cidade de Cambé, Estado do Paraná, CEP 86.183-040, neste ato representada por **ALDREAN DOUGLAS FURTADO**, inscrito no CPF n°XXX.711.329-XX e portador do RG n°XX.430.953-X, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decretos Municipais nº 019/2015 e 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Registros de Preços para Contratação de pessoa (s) jurídica (s) para fornecimento e instalação de Abrigo para pontos de paradas de ônibus, conforme a necessidade destes, pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Componentes do Abrigo de Passageiro de Ônibus: 01 cobertura: fabricado através de chapa dobrada, 80x30x20x1,5mm, com telha tp 25, tipo forro pre pintada eletrostática. 01 painel traseiro: fabricado através de tubos 70x50x3,0mm, fechamento em policarbonato compacto Crystal, acoplado através de parafusos ou soldas, banco com 1,90 metros, fabricado com tubo 30x30x2,0, mm e 4 bancos com assento e encosto, vazado, atendendo normas da NBR 15925/11 e envio de laudo comprobatório, cores a ser definida pelo município e espaço livre para cadeirante devendo atender a NBR 9050 – acessibilidade, como também adesivo de identificação. 02 painéis laterais: fabricado através de tubos 50x30x3,0mm, e fechamento em policarbonato compacto Crystal. Concretado com 50 cm ao chão, com travamento anti – giro. Todo o pórtico deverá receber pintura eletrostática, Fabricação, fornecimento e instalação. **COTA PRINCIPAL**	10	R$ 9.800,00	R$ 98.000,00
2	Componentes do Abrigo de Passageiro de Ônibus: 01 cobertura: fabricado através de chapa dobrada, 80x30x20x1,5mm, com telha tp 25, tipo forro pre pintada eletrostática. 01 painel traseiro: fabricado através de tubos 70x50x3,0mm, fechamento em policarbonato compacto Crystal, acoplado através de parafusos ou soldas, banco com 1,90 metros, fabricado com tubo 30x30x2,0, mm e 4 bancos com assento e encosto, vazado, atendendo normas da NBR 15925/11 e envio de laudo comprobatório, cores a ser definida pelo município e espaço livre para cadeirante devendo atender a NBR 9050 – acessibilidade, como também adesivo de identificação. 02 painéis laterais: fabricado através de tubos 50x30x3,0mm, e fechamento em policarbonato compacto Crystal. Concretado com 50 cm ao chão, com travamento anti – giro. Todo o pórtico deverá receber pintura eletrostática, Fabricação, fornecimento e instalação. **COTA RESERVA**	4	R$ 9.800,00	R$ 39.200,00
VALOR TOTAL:			**R$ 137.200,00**	

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº005/2026.

2. O contrato deverá ter o prazo mínimo de 12 (doze) meses, podendo ser estendido de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. Todos os produtos, nos quantitativos solicitados, deverão ser entregues no Município de Porto Amazonas, em local designado na requisição de compra (pontos previamente estabelecidos), sendo de inteira responsabilidade da empresa apresentar as informações a seus entregadores ou transportadora a informação de seu correto local de entrega, isso, sem qualquer ônus ao Município.

4. Os produtos deverão ser entregues nos locais especificados nas requisições de compras, no horário das 09h00min às 11h00min e dás 13h30min às 16h00min, sem qualquer ônus a Administração, nas quantidades solicitadas e em até 15 (quinze) úteis dias após o pedido. Em caso da (as) empresa (as) vencedora (as) não entregar (rem) os produtos no prazo previsto, terá contrato rescindido e a (as) empresa (as) sofrerá (rão) as punições previstas na lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

5. A instalação dos produtos se dará pela empresa vencedora com a fiscalização da administração Municipal, desta forma a prefeitura apenas se encarregar de providenciar o local para instalação, entretanto todos os produtos necessários para sua correta instalação são responsabilidade da empresa.

6. Os prazos de que tratam o item 4 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

7. A entrega do pedido **independe** de quantidades mínimas do (s) produto (s), **NÃO PODENDO** a empresa vencedora dos itens, alegar a seu favor que não efetuou a entrega no prazo estabelecido em edital porque os custos operacionais para a sua realização são maiores que a própria mercadoria.

8. As entregas serão fracionadas, sendo que a Administração poderá reduzir ou ampliar as quantidades para atender ao interesse público de acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal n° 14.133/2021.

9. Em hipótese do fornecedor não dispor de todos os produtos solicitados na nota de empenho, e realizar a entrega parcial dos itens, o prazo para a entrega dos itens faltantes é o mesmo previsto no item 4.

10. O Gestor de Contrato é o Sr. Rubens Seguro de Paula, Portaria Municipal nº 12 de 30 de janeiro de 2025 e a fiscal de contrato será a Sra. Camila Portela, Portaria Municipal nº 12 de 30 de janeiro de 2025.

11. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 137.200,00 (cento e trinta e sete mil e duzentos reais)**, são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 01/04/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 31/03/2027.

12. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°005/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

13. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Porto Amazonas, 31/03/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***F.A.L. EVENTOS LTDA – ME***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:334E6368

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 22/2026

PORTARIA N.º 22 DE 31 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 64, incisos IX e X da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO as disposições do artigo 129 ss., do Decreto-Lei n.º 5452, de 1º de maio de 1943;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 482 de 19 de novembro de 1990, que instituiu o Regime Jurídico do Quadro de Pessoal do Município de Porto Amazonas;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto n.º 080, de 30 de junho de 2025.

RESOLVE:
Art. 2º Conceder férias regulamentares aos agentes públicos municipais abaixo nominados, relativo aos períodos de gozo e períodos aquisitivos que menciona:

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação	P. Aquisitivo	P. Gozo I	P. Gozo II	P. Gozo III
5661	JUCIMARA NEVES	Agente Comunitária de Saúde	Depto. de Saúde	01/03/2025 a 01/03/2026	06/04/2026 a 20/04/2026	06/07/2026 a 20/07/2026	
1000158	NATHALIA MINARDI ALVES DE BRITTO	Chefe da Divisão de Turismo	Depto. de Esportes, Recreação e Turismo	01/04/2025 a 31/03/2026	06/04/2026 a 20/04/2026	07/12/2026 a 11/12/2026	11/01/2027 a 20/01/2027
287725	RUBENS SEGURO DE PAULA	Diretor Depto. Obras e Serv. Urbanos	Depto. Obras e Serv. Urbanos	07/01/2025 a 06/01/2026	06/04/2026 a 05/05/2026		
287732	SANDRO LUIZ MULLER PLACHA	Diretor Depto. de Esportes, Recreação e Turismo	Depto. de Esportes, Recreação e Turismo	11/01/2025 a 10/01/2026	06/04/2026 a 20/04/2026	10/11/2026 a 24/11/2026	

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:73D0E13F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS- CIRES									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	101.042,02	101.042,02	138,00	138,00	100.904,02	138,00	138,00	100.904,02	138,00
DESPESAS CORRENTES	95.041,60	95.041,60	138,00	138,00	94.903,60	138,00	138,00	94.903,60	138,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	95.041,60	95.041,60	138,00	138,00	94.903,60	138,00	138,00	94.903,60	138,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,42	1.000,42	0,00	0,00	1.000,42	0,00	0,00	1.000,42	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	101.042,02	101.042,02	138,00	138,00	100.904,02	138,00	138,00	100.904,02	138,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	101.042,02	101.042,02	138,00	138,00	100.904,02	138,00	138,00	100.904,02	138,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	101.042,02	101.042,02	138,00	138,00	100.904,02	138,00	138,00	100.904,02	138,00
Entidades:									
Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos- CIRES									

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS- CIRES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.042,02	101.042,02	27,07	0,03	27,07	0,03	101.014,95
RECEITAS CORRENTES	101.042,02	101.042,02	27,07	0,03	27,07	0,03	101.014,95
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	27,07	0,00	27,07	0,00	(27,07)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	27,07	0,00	27,07	0,00	(27,07)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101.042,02	101.042,02	0,00	0,00	0,00	0,00	101.042,02
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	101.042,02	101.042,02	0,00	0,00	0,00	0,00	101.042,02
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS- CIRES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	101.042,02	101.042,02	27,07	0,03	27,07	0,03	101.014,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	101.042,02	101.042,02	27,07	0,03	27,07	0,03	101.014,95
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	110,93	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	101.042,02	101.042,02	27,07	0,03	27,07	0,03	101.014,95
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidades:

Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos- CIRES

Publicado por:
Manoel Sabino de Lemos Neto
Código Identificador:21AEABC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
DESPESAS COM PUBLICICADE - 4º TRIMESTRE - 2025

DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

PERÍODO: 4º TRIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2.025

MUNICÍPIO:	RANCHO ALEGRE D´OESTE
ESTADO	PARANÁ

Número do Empenho	Órgão de Divulgação	Dotação	Data do Liquidado	Valor Liquidado	Descrição da Publicidade
736/2025	Imprensa Oficial do Estado	3.3.90.39.90.00	06/10/2025	60,00	Publicidade Legal
737/2025	Imprensa Nacional	3.3.90.39.90.00	23/10/2025	512,04	Publicidade Legal
736/2025	Imprensa Oficial do Estado	3.3.90.39.90.00	30/10/2025	300,00	Publicidade Legal
737/2025	Imprensa Nacional	3.3.90.39.90.00	05/11/2025	426,70	Publicidade Legal
737/2025	Imprensa Nacional	3.3.90.39.90.00	06/11/2025	554,71	Publicidade Legal
736/2025	Imprensa Oficial do Estado	3.3.90.39.90.00	24/11/2025	240,00	Publicidade Legal
737/2025	Imprensa Nacional	3.3.90.39.90.00	26/11/2025	298,69	Publicidade Legal
736/2025	Imprensa Oficial do Estado	3.3.90.39.90.00	27/11/2025	330,00	Publicidade Legal
736/2025	Imprensa Oficial do Estado	3.3.90.39.90.00	10/12/2025	240,00	Publicidade Legal
6818/2025	Salla de Propaganda Ltda	3.3.90.39.88.00	01/10/2025	13.393,50	Serviços de Publ. e Propaganda
6826/2025	Salla de Propaganda Ltda	3.3.90.39.88.00	01/10/2025	10.443,50	Serviços de Publ.e Propaganda
8251/2025	Salla de Propaganda Ltda	3.3.90.39.88.00	14/11/2025	13.393,50	Serviços de Publ.e Propaganda
8252/2025	Salla de Propaganda Ltda	3.3.90.39.88.00	14/11/2025	10.443,50	Serviços de Publ.e Propaganda
9411/2025	Salla de Propaganda Ltda	3.3.90.39.88.00	15/12/2025	23.837,00	Serviços de Publ.e Propaganda
8453/2025	Salla de Propaganda Ltda	3.3.90.39.88.00	17/12/2025	23.837,00	Serviços de Publ.e Propaganda
9820/2025	Salla de Propaganda Ltda	3.3.90.39.88.00	30/12/2025	23.837,00	Serviços de Publ.e Propaganda
TOTAL			122.147,14		

Obs: - Elaborado e Publicado após o Financeiro Executar o Encerramento dos Meses Pertinentes ao Relatório acima Descrito.

Obs: - Elaborado e Publicado Conforme LIQUIDADO Efetivado no Período Acima Descrito.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO	***JAQUELINE D. S. FIRMINO***
Prefeito Municipal	Chefe D. Fazenda
JOSÉ REGINALDO PÉPECE	***VIVALDO J. PEREIRA***
CRCPR-033451/O-1	Controle Interno

Publicado por:
Jose Reginaldo Pepece
Código Identificador:224A43FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
PORTARIA 111 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Concede diárias aos servidores municipais que especifica e dá outras providências.

FABIELI MANFREDI, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto na Lei 1282, de 18 de fevereiro de 2013, alterada pela Lei 1775, de 16 de fevereiro de 2022, em conformidade com os valores reajustados pelo Decreto 2667, de 16 de JANEIRO de 2026,

R E S O L V E:

CONCEDER diárias aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**26/02/2026**
Data de chegada	**26/02/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Patricia Aparecida Torres de Melo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Assessora de pronto atendimento**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Acompanhar pacientes.**
Data de saída	**03/03/2026**
Data de chegada	**04/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 762,50**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**02/03/2026**
Data de chegada	**02/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Ampére - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**24/02/2026**
Data de chegada	**24/02/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**José Antunes**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**27/02/2026**
Data de chegada	**27/02/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**03/03/2026**
Data de chegada	**03/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**03/03/2026**
Data de chegada	**04/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**26/02/2026**
Data de chegada	**26/02/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Elizandro Joel Espindola**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pato Branco - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de atletas.**
Data de saída	**21/02/2026**
Data de chegada	**21/02/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 70,76**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**05/03/2026**
Data de chegada	**05/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**José Antunes**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**04/03/2026**
Data de chegada	**05/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**José Antunes**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**03/03/2026**
Data de chegada	**03/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**01/03/2026**
Data de chegada	**03/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**
Nome do servidor	**Elisiane Lavall Campanholo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Enfermeira**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do lançamento macrorregional do Projeto: Mais Saúde no Campo.**
Data de saída	**12/03/2026**
Data de chegada	**12/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Elisiane Lavall Campanholo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Enfermeira**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da reunião ordinária do Comitê Regional de Investigação de Óbitos e amputações Relacionados ao Trabalho.**
Data de saída	**05/03/2026**
Data de chegada	**05/03/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Diego Antunes Folle**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**ACE**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do lançamento macrorregional do Projeto: Mais Saúde no Campo.**
Data de saída	**12/03/2026**
Data de chegada	**12/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Diego Antunes Folle**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**ACE**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da reunião ordinária do Comitê Regional de Investigação de Óbitos e amputações Relacionados ao Trabalho.**
Data de saída	**05/03/2026**
Data de chegada	**05/03/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Mariana Feldberg Silvestro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Nutricionista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Marmeleiro - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da formação em segurança alimentar e nutricional da Itaipu.**
Data de saída	**11/03/2026**
Data de chegada	**11/03/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Francieli Gaspari**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**
Cargo	**Escriturária**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de capacitação sobre a reforma tributária e temas previdenciários.**
Data de saída	**13/03/2026**
Data de chegada	**13/03/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Angela de Lima**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Professora**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Maringá - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de Seminário Estadual.**
Data de saída	**11/03/2026**
Data de chegada	**13/03/2026**
Número de diárias	**3**
Valor das diárias	**R$ 1.223,31**

Nome do servidor	**Solange Rukel**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Professora**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Maringá - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de Seminário Estadual.**
Data de saída	**11/03/2026**
Data de chegada	**13/03/2026**
Número de diárias	**3**
Valor das diárias	**R$ 1.223,31**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**06/03/2026**
Data de chegada	**06/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Cristiane Melina Wazilewski Muner**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente**
Cargo	**Veterinária**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de capacitação do SIM-POA.**
Data de saída	**09/03/2026**
Data de chegada	**10/03/2026**
Número de diárias	**1**

Valor das diárias	**R$ 144,00**
Nome do servidor	**Simone Carla Becchi Tavares da Luz**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Assessora de Controle, Avaliação e Regulação em Serviços de Saúde**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da oficina regional - Gestão com sentido: conectando PMS, PAS e RAG.**
Data de saída	**17/03/2026**
Data de chegada	**17/03/2026**
Número de diárias	½
Valor das diárias	**R$ 51,21**

Nome do servidor	**Leticia Dall'Agnol Colla**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Diretora de departamento**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da oficina regional - Gestão com sentido: conectando PMS, PAS e RAG.**
Data de saída	**17/03/2026**
Data de chegada	**17/03/2026**
Número de diárias	½
Valor das diárias	**R$ 51,21**

Nome do servidor	**Suzia Carla de Bem**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Secretaria de saúde**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da oficina regional - Gestão com sentido: conectando PMS, PAS e RAG.**
Data de saída	**17/03/2026**
Data de chegada	**17/03/2026**
Número de diárias	½
Valor das diárias	**R$ 51,21**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**11/03/2026**
Data de chegada	**11/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**11/03/2026**
Data de chegada	**11/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**10/03/2026**
Data de chegada	**10/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Patricia Aparecida Torres de Melo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Assessora de pronto atendimento**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Acompanhar pacientes.**
Data de saída	**04/03/2026**
Data de chegada	**05/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 254,17**

Nome do servidor	**Patricia Aparecida Torres de Melo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Assessora de pronto atendimento**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Acompanhar pacientes.**
Data de saída	**06/03/2026**
Data de chegada	**06/03/2026**

Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 254,17**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**10/03/2026**
Data de chegada	**11/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Daniele Soares de Matos Bueno**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Finanças**
Cargo	**Escriturária**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de capacitação sobre a reforma tributária e temas previdenciários.**
Data de saída	**13/03/2026**
Data de chegada	**13/03/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Elizandro Joel Espindola**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Toledo - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de atletas.**
Data de saída	**12/03/2026**
Data de chegada	**13/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 141,53**

Nome do servidor	**Micheli Perreira**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
Cargo	**Conselheira tutelar**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pato Branco - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de curso de formação de conselheiros tutelares.**
Data de saída	**16/03/2026**
Data de chegada	**20/03/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 360,00**

Nome do servidor	**Simone Zeferino**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
Cargo	**Conselheira tutelar**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pato Branco - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de curso de formação de conselheiros tutelares.**
Data de saída	**16/03/2026**
Data de chegada	**20/03/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 360,00**

Nome do servidor	**Jociana Cristina da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
Cargo	**Conselheira tutelar**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pato Branco - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de curso de formação de conselheiros tutelares.**
Data de saída	**16/03/2026**
Data de chegada	**20/03/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 360,00**

Nome do servidor	**Inês Aparecida Gonçalves**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
Cargo	**Conselheira tutelar**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pato Branco - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de curso de formação de conselheiros tutelares.**
Data de saída	**16/03/2026**
Data de chegada	**20/03/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 360,00**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**

Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**11/03/2026**
Data de chegada	**11/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**08/03/2026**
Data de chegada	**09/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**04/03/2026**
Data de chegada	**05/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 305,36**

Nome do servidor	**José Antunes**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**12/03/2026**
Data de chegada	**12/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Fabieli Manfredi**
Unidade Administrativa	**Executivo Municipal**
Cargo	**Prefeita**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Visita legislativa ao Deputado Traiano, Deputado Luís Fernando Guerra e Deputado Geraldo Mendes. Reunião com a Copel e com a SECID.**
Data de saída	**15/03/2026**
Data de chegada	**17/03/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 1.526,90**

Nome do servidor	**Lucas Henrique de Lima Marques**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Finanças**
Cargo	**Secretário de finanças**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Visita legislativa ao Deputado Traiano, Deputado Luís Fernando Guerra e Deputado Geraldo Mendes. Reunião com a Copel e com a SECID.**
Data de saída	**15/03/2026**
Data de chegada	**17/03/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 1.270,83**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**12/03/2026**
Data de chegada	**13/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Daisy Berlatto**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Indústria, comércio, serviços e turismo**
Cargo	**Diretora de departamento**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do simpósio obrigatório para secretários de junta de serviço militar.**
Data de saída	**25/03/2026**
Data de chegada	**27/03/2026**
Número de diárias	**3**
Valor das diárias	**R$ 1.524,99**

Nome do servidor	**Angela de Lima**

Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Professora**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do seminário de cooperação pedagógica com municípios.**
Data de saída	**17/03/2026**
Data de chegada	**19/03/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 1.019,43**

Nome do servidor	**Doles Catarina Pichi**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Professora**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do seminário de cooperação pedagógica com municípios.**
Data de saída	**17/03/2026**
Data de chegada	**19/03/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 1.019,43**

Nome do servidor	**Julcemar Silva de Lima**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**14/03/2026**
Data de chegada	**14/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Eloisa Moreira**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Escriturária**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da oficina regional - Gestão com sentido: conectando PMS, PAS e RAG.**
Data de saída	**17/03/2026**
Data de chegada	**17/03/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**16/03/2026**
Data de chegada	**16/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Céu Azul - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**17/03/2026**
Data de chegada	**17/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**José Antunes**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**16/03/2026**
Data de chegada	**17/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**18/03/2026**
Data de chegada	**18/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Mariana Feldberg Silvestro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Nutricionista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do encontro de Integração, Formação em Segurança Alimentar e Nutricional.**
Data de saída	**18/03/2026**
Data de chegada	**20/03/2026**
Número de diárias	**2**
Valor das diárias	**R$ 815,54**

Nome do servidor	**Márcio Camiccia**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Secretário de Educação, cultura e esporte**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do Seminário de Cooperação Pedagógica com municípios.**
Data de saída	**17/03/2026**
Data de chegada	**19/03/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 1.270,83**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Dois Vizinhos - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**17/03/2026**
Data de chegada	**17/03/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**19/03/2026**
Data de chegada	**19/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**19/03/2026**
Data de chegada	**19/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Rosa Maria Fontana Dias**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
Cargo	**Secretária de Assistência Social**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pato Branco - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da 1ª reunião descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.**
Data de saída	**26/03/2026**
Data de chegada	**26/03/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 51,21**

Nome do servidor	**Luana Krug**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
Cargo	**Diretora de departamento**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pato Branco - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do Fórum Internacional 2026: Políticas Públicas, Cuidados e Proteção da Pessoa Idosa.**
Data de saída	**25/03/2026**
Data de chegada	**25/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 102,42**

Nome do servidor	**Carla Cristine Lise**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
Cargo	**Escriturária**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pato Branco - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do Fórum Internacional 2026: Políticas Públicas, Cuidados e Proteção da Pessoa Idosa.**
Data de saída	**25/03/2026**
Data de chegada	**25/03/2026**
Número de diárias	**1**

Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Lucieli Fátima Ramos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
Cargo	**Psicóloga**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pato Branco - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da 1ª reunião descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.**
Data de saída	**26/03/2026**
Data de chegada	**26/03/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**23/03/2026**
Data de chegada	**24/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**José Antunes**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**23/03/2026**
Data de chegada	**23/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Maiara da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Diretora de departamento**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Pinhais - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de cerimônia de entrega de ônibus escolar.**
Data de saída	**23/03/2026**
Data de chegada	**25/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Fabieli Manfredi**
Unidade Administrativa	**Executivo Municipal**
Cargo	**Prefeita**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do evento de encerramento promovido pela Primeira-Dama do Estado do PR. Verificar ônibus que será doado ao município. Visitas ao Deputado Traiano, Luis Fernando Guerra, Geraldo Mendes. Visita as Secretarias SEDEF, SEMIP e SECID.**
Data de saída	**29/03/2026**
Data de chegada	**02/04/2026**
Número de diárias	**4**
Valor das diárias	**R$ 2.443,04**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**25/03/2026**
Data de chegada	**25/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**25/03/2026**
Data de chegada	**26/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**

Data de saída	**25/03/2026**
Data de chegada	**25/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**26/03/2026**
Data de chegada	**27/03/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**26/03/2026**
Data de chegada	**26/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Lucas Henrique de Lima Marques**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Finanças**
Cargo	**Secretário de finanças**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Verificar ônibus que será doado ao município. Visitas ao Deputado Traiano, Luis Fernando Guerra, Geraldo Mendes. Visita ao MPC e a Copel.**
Data de saída	**30/03/2026**
Data de chegada	**01/04/2026**
Número de diárias	**2**
Valor das diárias	**R$ 1.016,66**

Nome do servidor	**Jonas Manoel Linhares**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de atletas.**
Data de saída	**28/03/2026**
Data de chegada	**29/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**31/03/2026**
Data de chegada	**31/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Origem da viagem	**Renascença – PR**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**30/03/2026**
Data de chegada	**30/03/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Rafaeli Rachurat
Código Identificador:F5E6B398

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
ALIENAÇÃO DE ATIVOS

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	70.000,00	1.418,77	68.581,23
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	70.000,00	1.418,77	68.581,23
Alienação de Bens Móveis	70.000,00	0,00	70.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	1.418,77	(1.418,77)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	70.000,00	1.418,77	68.581,23

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	70.000,00	0,00	0,00	0,00	18.431,25	70.000,00
Investimentos	70.000,00	0,00	0,00	0,00	18.431,25	70.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	70.000,00	0,00	0,00	0,00	18.431,25	70.000,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	(166.101,36)	1.418,77	(164.682,59)
Entidades:			
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu			
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu			
Município de Reserva do Iguaçu			

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:927B69AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
BALANÇO ORÇAMENTARIO - DESPESA INTRA

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	2.988.240,00	2.988.240,00	498.621,13	498.621,13	2.489.618,87	498.621,13	498.621,13	2.489.618,87	256.012,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.988.240,00	2.988.240,00	498.621,13	498.621,13	2.489.618,87	498.621,13	498.621,13	2.489.618,87	256.012,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	700.000,00	700.000,00	124.553,66	124.553,66	575.446,34	124.553,66	124.553,66	575.446,34	124.553,66
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	700.000,00	124.553,66	124.553,66	575.446,34	124.553,66	124.553,66	575.446,34	124.553,66
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	3.688.240,00	3.688.240,00	623.174,79	623.174,79	3.065.065,21	623.174,79	623.174,79	3.065.065,21	380.565,88
SUPERÁVIT (IV)	91.830,00	91.830,00	238.984,66	238.984,66	(147.154,66)	238.984,66	238.984,66	(147.154,66)	481.593,57
TOTAL (V) = (III + IV)	3.780.070,00	3.780.070,00	862.159,45	862.159,45	2.917.910,55	862.159,45	862.159,45	2.917.910,55	862.159,45
Entidades:									
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu									
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu									
Município de Reserva do Iguaçu									
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 27/03/2026 14:07									

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:53876591

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
BALANÇO ORÇAMENTARIO - RECEITA

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.282.428,00	96.755.704,78	13.685.631,57	14,14	13.685.631,57	14,14	83.070.073,21
RECEITAS CORRENTES	73.212.428,00	73.323.128,00	13.396.872,78	18,27	13.396.872,78	18,27	59.926.255,22
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.640.300,00	2.640.300,00	520.236,69	19,70	520.236,69	19,70	2.120.063,31
IMPOSTOS	2.441.810,00	2.441.810,00	515.632,13	21,12	515.632,13	21,12	1.926.177,87
TAXAS	198.490,00	198.490,00	4.604,56	2,32	4.604,56	2,32	193.885,44
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.876.880,00	2.876.880,00	635.734,30	22,10	635.734,30	22,10	2.241.145,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.511.640,00	2.511.640,00	572.803,86	22,81	572.803,86	22,81	1.938.836,14
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	365.240,00	365.240,00	62.930,44	17,23	62.930,44	17,23	302.309,56
RECEITA PATRIMONIAL	6.506.430,00	6.506.430,00	2.403.416,41	36,94	2.403.416,41	36,94	4.103.013,59
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	6.506.430,00	6.506.430,00	2.403.416,41	36,94	2.403.416,41	36,94	4.103.013,59
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	105.700,00	105.700,00	1.046,43	0,99	1.046,43	0,99	104.653,57
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	105.700,00	105.700,00	1.046,43	0,99	1.046,43	0,99	104.653,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.894.488,00	61.005.188,00	9.817.552,48	16,09	9.817.552,48	16,09	51.187.635,52
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	37.142.890,00	37.253.590,00	5.387.256,45	14,46	5.387.256,45	14,46	31.866.333,55
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	16.649.868,00	16.649.868,00	2.941.450,51	17,67	2.941.450,51	17,67	13.708.417,49
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	7.101.730,00	7.101.730,00	1.488.845,52	20,96	1.488.845,52	20,96	5.612.884,48
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.630,00	188.630,00	18.886,47	10,01	18.886,47	10,01	169.743,53
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	24.460,00	24.460,00	10.260,42	41,95	10.260,42	41,95	14.199,58
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	164.170,00	164.170,00	8.626,05	5,25	8.626,05	5,25	155.543,95
RECEITAS DE CAPITAL	70.000,00	23.432.576,78	288.758,79	1,23	288.758,79	1,23	23.143.817,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	23.362.576,78	288.758,79	1,24	288.758,79	1,24	23.073.817,99
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	288.758,79	0,00	288.758,79	0,00	(288.758,79)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	23.362.576,78	0,00	0,00	0,00	0,00	23.362.576,78
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	3.780.070,00	3.780.070,00	862.159,45	22,81	862.159,45	22,81	2.917.910,55
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	77.062.498,00	100.535.774,78	14.547.791,02	14,47	14.547.791,02	14,47	85.987.983,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	77.062.498,00	100.535.774,78	14.547.791,02	14,47	14.547.791,02	14,47	85.987.983,76
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	77.062.498,00	100.535.774,78	14.547.791,02	14,47	14.547.791,02	14,47	85.987.983,76
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	900.130,89	0,00	0,00	900.130,89	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	900.130,89	0,00	0,00	900.130,89	100,00	0,00

Entidades:

Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu

Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu

Município de Reserva do Iguaçu

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:77900938

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
BALANÇO ORÇAMENTARIO - RECEITA INTRA

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	3.780.070,00	3.780.070,00	862.159,45	22,81	862.159,45	22,81	2.917.910,55
CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	3.780.070,00	3.780.070,00	862.159,45	22,81	862.159,45	22,81	2.917.910,55
CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO -	3.780.070,00	3.780.070,00	862.159,45	22,81	862.159,45	22,81	2.917.910,55
APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	3.780.070,00	3.780.070,00	862.159,45	22,81	862.159,45	22,81	2.917.910,55
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	3.780.070,00	3.780.070,00	862.159,45	22,81	862.159,45	22,81	2.917.910,55

Entidades:
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu
Município de Reserva do Iguaçu
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 27/03/2026 14:02

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:BB9247F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
MANUNTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	2.441.810,00	515.632,13
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	110.080,00	3.970,25
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	310.250,00	90.056,33
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	807.760,00	303.221,04
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.213.720,00	118.384,51
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	48.085.810,00	7.647.538,92
2.1 - Cota-parte FPM	28.159.240,00	3.999.788,91
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	26.395.560,00	3.999.788,91
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.763.680,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	17.850.000,00	3.336.688,38
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	300.810,00	50.269,70
2.4 - Cota-parte ITR	304.890,00	27.231,03
2.5 - Cota-parte IPVA	1.387.000,00	233.560,90
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	83.870,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.527.620,00	8.163.171,05
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	9.264.426,00	1.529.507,78
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	3.367.479,00	511.284,98

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.513.140,00	1.752.433,65
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.173.140,00	1.500.342,24
6.1.1 - Principal	7.101.730,00	1.488.845,52
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	71.410,00	11.496,72
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	690.000,00	90.504,05
6.3.1 - Principal	690.000,00	90.504,05
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	650.000,00	161.587,36
6.4.1 - Principal	650.000,00	161.587,36
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00

7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(2.162.696,00)	(40.662,26)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	108.263,19	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	108.263,19	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	1.860.696,84	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	8.030.140,00	1.535.431,35	1.490.152,09	833.740,78	45.279,26
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.042.621,00	1.197.769,44	1.197.769,44	575.949,46	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.430.000,00	467.696,56	467.696,56	231.702,84	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	3.337.621,00	647.735,29	647.735,29	301.713,43	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	275.000,00	82.337,59	82.337,59	42.533,19	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	2.987.519,00	337.661,91	292.382,65	257.791,32	45.279,26
10.2.1 - Educação Infantil	962.000,00	160.434,62	129.364,62	102.392,23	31.070,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	1.825.519,00	161.778,81	147.569,55	147.569,55	14.209,26
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	200.000,00	15.448,48	15.448,48	7.829,54	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO	1.692.202,13	1.567.063,37	910.652,06	125.138,76	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.455.402,59	1.455.402,59	798.991,28	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	214.583,96	94.238,78	94.238,78	120.345,18	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	22.215,58	17.422,00	17.422,00	4.793,58	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.197.769,44	1.197.769,44	575.949,46	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	174.660,28	94.238,78	94.238,78	80.421,50	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	5.515,68	0,00	0,00	5.515,68	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.113.592,40	1.197.769,44	1.197.769,44	75,29
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	45.252,02	94.238,78	94.238,78	104,13
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	13.575,61	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	175.243,36	185.370,28	185.370,28	10.126,92	10,58

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	920.663,96	108.263,19	0,00	0,00	0,00	108.263,19
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	810.774,83	27.979,91	0,00	0,00	0,00	27.979,91
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	109.889,13	80.283,28	0,00	0,00	0,00	80.283,28

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**

20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.243.043,00	820.780,53	514.376,86	205.872,34	306.403,67
20.1 - Educação Infantil	1.594.500,00	289.292,78	186.862,53	83.224,98	102.430,25
20.2 - Ensino Fundamental	2.980.543,00	453.045,09	267.705,76	93.333,39	185.339,33

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	205.000,00	23.781,96	10.557,96	5.278,98	13.224,00
20.5 - Administração Geral	463.000,00	54.660,70	49.250,61	24.034,99	5.410,09
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	12.613.183,00	2.336.753,93	1.923.845,59	1.036.847,70	412.908,34
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.419.500,00	1.043.686,74	860.834,99	494.231,33	182.851,75
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.193.683,00	1.293.067,19	1.063.010,60	542.616,37	230.056,59

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	Valor
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	514.376,86
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	1.529.507,78
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	10.126,92
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	27.979,91
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	2.005.777,82

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.040.792,76	2.005.777,82	24,57

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	240.407,62	39.120,55	213.084,04	0,00	27.323,58
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	91.469,58	31.769,07	73.231,20	0,00	18.238,38
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	85.908,09	0,00	85.908,09	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	63.029,95	7.351,48	53.944,75	0,00	9.085,20

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.599.830,00	208.492,50
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	923.130,00	160.441,35
31.1.1 - Salário-Educação	749.700,00	137.061,59
31.1.2 - PDDE	2.690,00	128,76
31.1.3 - PNAE	115.880,00	23.232,54
31.1.4 - PNATE	54.860,00	18,46
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	789,91
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	676.700,00	47.261,24

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	3.399.371,00	722.591,21	86.460,07	67.862,41	636.131,14
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	93.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.066.371,00	716.762,48	84.660,07	66.062,41	632.102,41
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	210.000,00	5.828,73	1.800,00	1.800,00	4.028,73
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	17.155.554,00	3.235.573,87	2.167.900,30	1.184.386,81	1.067.673,57
33.1 - Despesas Correntes	16.643.594,00	3.230.058,19	2.167.900,30	1.184.386,81	1.062.157,89
33.1.1 - Pessoal Ativo	9.792.640,00	1.796.215,60	1.796.215,60	855.477,39	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	6.850.954,00	1.433.842,59	371.684,70	328.909,42	1.062.157,89
33.2 - Despesas de Capital	511.960,00	5.515,68	0,00	0,00	5.515,68
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	511.960,00	5.515,68	0,00	0,00	5.515,68

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	315.868,27	84.426,37

35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.785.259,66	137.061,59
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.050.504,90	5.416,44
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.050.623,03	216.071,52
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.050.623,03	216.071,52
Entidades:		
Município de Reserva do Iguaçu		

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:B7C60A26

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	31.769.966,30	4.613.338,91	27.156.627,39
Investimentos	29.484.966,30	4.240.868,11	25.244.098,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.285.000,00	372.470,80	1.912.529,20
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	31.769.966,30	4.613.338,91	27.156.627,39
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	31.769.966,30	4.613.338,91	27.156.627,39
Entidades:			
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu			
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu			
Município de Reserva do Iguaçu			

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:61DCA33F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE RESERVA DO IGUAÇU		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	11.899.410,00	3.628.037,33
Receita de Contribuições dos Segurados	2.511.640,00	572.803,86
Civil	2.511.640,00	572.803,86
Ativo	1.999.500,00	571.076,08
Inativo	10.000,00	0,00
Pensionista	502.140,00	1.727,78
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	3.780.070,00	862.159,45
Civil	3.780.070,00	862.159,45
Ativo	3.780.070,00	862.159,45
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	5.466.130,00	2.188.163,22
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	5.466.130,00	2.188.163,22
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	141.570,00	4.910,80
Compensação Financeira entre os regimes	141.570,00	4.910,80
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00

Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	11.899.410,00	3.628.037,33

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
Benefícios - Civil	5.200.000,00	558.347,44	558.347,44	558.347,44
Aposentadorias	4.000.000,00	430.687,94	430.687,94	430.687,94
Pensões	1.200.000,00	127.659,50	127.659,50	127.659,50
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	352.000,00	38.013,50	38.013,50	38.013,50
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	352.000,00	38.013,50	38.013,50	38.013,50
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	5.552.000,00	596.360,94	596.360,94	596.360,94
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	6.347.410,00	3.031.676,39	3.031.676,39	(596.360,94)
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**			
VALOR	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORCAMENTÁRIA**			
VALOR	6.500.000,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.593.837,80			
Investimentos e Aplicações	24.620.873,09			
Outros Bens e Direitos	1.621.034,34			

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00			
Recursos para Formação de Reserva	0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre**

				(b)
RECEITAS CORRENTES	0,00			0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00			0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	188.880,55			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA**			**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre**
Contribuições dos Servidores	6.291.710,00			1.434.963,31
Demais Receitas Previdenciárias	0,00			0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	6.291.710,00			1.434.963,31
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:				
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu				

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:3F3ED207

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RESULTADO E PRIMARIO E NOMINAL

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2026 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	65.203.788,00	10.630.994,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.640.300,00	520.236,69
IPTU	110.080,00	3.970,25
ISS	807.760,00	303.221,04
ITBI	310.250,00	90.056,33
IRRF	1.213.720,00	118.384,51
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	198.490,00	4.604,56
Contribuições	365.240,00	62.930,44
Receita patrimonial	1.040.300,00	215.253,19
Aplicações Financeiras (II)	1.040.300,00	215.253,19
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	61.005.188,00	9.817.552,48
Cota-Parte do FPM	22.880.128,00	3.199.831,20
Cota-Parte do ICMS	14.280.000,00	2.669.350,72
Cota-Parte do IPVA	1.109.600,00	186.848,72
Cota-Parte do ITR	243.912,00	21.784,85
Transferências da LC 61/1989	240.648,00	40.215,76
Transferências do FUNDEB	8.441.730,00	1.773.762,94
Outras transferências correntes	13.809.170,00	1.925.758,29
Demais receitas correntes	152.760,00	15.022,10
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	152.760,00	15.022,10
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	64.163.488,00	10.415.741,71
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	6.433.280,00	1.439.874,11
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	5.466.130,00	2.188.163,22
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	4.082.423,89	288.758,79
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	70.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	70.000,00	0,00
Transferências de Capital	4.012.423,89	288.758,79
Convênios	4.012.423,89	288.758,79
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	4.082.423,89	288.758,79
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	74.679.191,89	12.144.374,61
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	68.245.911,89	10.704.500,50

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	55.919.727,93	12.807.711,47	8.398.234,96	5.263.487,15	931.930,54	321.897,20	209.163,12
Pessoal e encargos sociais	30.103.370,00	5.376.004,13	5.376.004,13	2.726.878,66	582.396,90	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	250.000,00	88.607,66	88.607,66	88.607,66	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	25.566.357,93	7.343.099,68	2.933.623,17	2.448.000,83	349.533,64	321.897,20	209.163,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	55.669.727,93	12.719.103,81	8.309.627,30	5.174.879,49	931.930,54	321.897,20	209.163,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	6.294.000,00	700.353,99	629.788,67	629.788,67	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	31.484.966,30	4.543.338,91	932.480,81	923.980,81	0,00	428.508,97	428.508,97
Investimentos	29.284.966,30	4.240.868,11	630.010,01	621.510,01	0,00	392.758,79	392.758,79
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	2.200.000,00	302.470,80	302.470,80	302.470,80	0,00	35.750,18	35.750,18
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	29.284.966,30	4.240.868,11	630.010,01	621.510,01	0,00	392.758,79	392.758,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	7.452.211,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	85.000,00	70.000,00	12.457,88	12.457,88	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	98.900.905,67	17.660.325,91	9.569.425,98	6.426.178,17	931.930,54	714.655,99	601.921,91
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	92.406.905,67	16.959.971,92	8.939.637,31	5.796.389,50	931.930,54	714.655,99	601.921,91
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							4.184.343,99
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							3.374.258,55

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	162.173,32	
JUROS NOMINAIS	Até Fevereiro / 2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	215.253,19	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	89.463,60	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.500.048,14	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Fevereiro / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	10.648.618,72	10.359.105,96
DEDUÇÕES (XL)	10.640.586,32	11.342.757,59
Disponibilidade de Caixa	10.640.586,32	11.342.757,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.739.269,67	15.333.214,03
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	971.155,02	3.295.206,37
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.127.528,33	695.250,07
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	8.032,40	(983.651,63)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		991.684,03

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(700.000,00)
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Fevereiro / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	2.324.051,35
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/-	3.315.735,38
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	3.189.945,79
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	900.130,89
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	900.130,89
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	6.500.000,00
Entidades:	
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu	
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu	
Município de Reserva do Iguaçu	

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:09C1849B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RREO CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	65.163.088,00
Previsão Atualizada da Receita	88.636.364,78
Receitas Realizadas	10.919.753,69
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	900.130,89
Dotação Inicial	60.383.498,00
Créditos Adicionais	24.373.407,67
Dotação Atualizada	84.756.905,67
Despesas Empenhadas	16.955.735,96
Despesas Liquidadas	8.985.371,44
Despesas Pagas	5.857.666,82
Superávit Orçamentário	1.934.382,25
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	16.955.735,96
Despesas Liquidadas	8.985.371,44
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	68.225.943,12
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	67.364.660,12
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	66.925.980,12
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	4.549.703,04	0,00 %
Resultado Primário	59.994.273,32	4.423.913,45	7,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	971.155,02	0,00	931.930,54	39.224,48
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	7.827.186,45	0,00	636.946,69	7.190.239,76
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.798.341,47	0,00	1.568.877,23	7.229.464,24

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	2.005.777,82	25% / 18%	24,57
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.197.769,44	70%	75,29

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	4.543.338,91	26.441.627,39

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.796.862,06	15%	22,01
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			

Município de Reserva do Iguaçu

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:3E1A6C99

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RREO MUNICIPIO

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	77.062.498,00
Previsão Atualizada da Receita	100.535.774,78
Receitas Realizadas	14.547.791,02
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	900.130,89
Dotação Inicial	70.562.498,00
Créditos Adicionais	24.373.407,67
Dotação Atualizada	94.935.905,67
Despesas Empenhadas	18.121.404,37
Despesas Liquidadas	9.972.962,32
Despesas Pagas	6.829.714,51
Superávit Orçamentário	4.574.828,70
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	18.121.404,37
Despesas Liquidadas	9.972.962,32
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	68.226.032,40
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	67.364.749,40
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	66.926.069,40
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	596.360,94
Despesas Previdenciárias Liquidadas	596.360,94
Despesas Previdenciárias Pagas	596.360,94
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	4.184.225,95	0,00 %
Resultado Primário	59.994.273,32	4.058.436,36	7,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	971.155,02	0,00	931.930,54	39.224,48
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	7.827.186,45	0,00	636.946,69	7.190.239,76
Poder Legislativo	226.767,13	0,00	725,40	226.041,73
TOTAL	9.025.108,60	0,00	1.569.602,63	7.455.505,97

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	2.005.777,82	25% / 18%	24,57
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.197.769,44	70%	75,29

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo a realizar	
Receita de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	4.613.338,91		27.156.627,39	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	70.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.796.862,06	15%	22,01
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu			
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu			
Município de Reserva do Iguaçu			

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:AB6F0B89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL			Exercício 2025
Balanço Anual			
CONSOLIDAÇÃO GERAL - ENTIDADES			
Município de Rio Azul			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE		127.822.189,75	110.106.404,53
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		20.043.553,93	17.053.249,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		20.043.553,93	17.053.249,76
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		4.323.006,15	4.033.030,53
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		1.472.458,01	889.926,24
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		2.690.667,17	2.983.223,32
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		159.880,97	159.880,97
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		116.694,13	67.789,95
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		82.285,02	36.966,66
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		34.409,11	30.823,29
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		103.305.487,59	88.918.886,34
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		103.305.487,59	88.918.886,34
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS		0,00	0,00
ESTOQUES		33.447,95	33.447,95
OUTROS ESTOQUES		33.447,95	33.447,95
ATIVO NÃO CIRCULANTE		155.134.850,06	101.902.488,94
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		40.703.112,86	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		40.703.112,86	0,00
IMOBILIZADO		114.378.954,84	101.849.706,58
BENS MOVEIS		48.583.407,99	39.029.004,69
BENS IMÓVEIS		65.827.046,85	62.852.201,89
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		(31.500,00)	(31.500,00)
INTANGÍVEL		52.782,36	52.782,36
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		52.782,36	52.782,36
TOTAL		**282.957.039,81**	**212.008.893,47**
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
PASSIVO CIRCULANTE		10.487.388,15	5.077.642,35
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		147.529,88	174.046,51
PESSOAL A PAGAR		0,00	431,46
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		147.529,88	173.615,05
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		8.372.535,31	4.402.007,79
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO		8.372.535,31	4.402.007,79
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.684.735,75	409.380,48
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		1.684.735,75	409.380,48
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	0,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		282.587,21	92.207,57
VALORES RESTITUÍVEIS		94.875,48	70.146,47
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		187.711,73	22.061,10
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		129.625.488,86	71.394.678,10
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		22.791,95	322.791,95
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		22.791,95	322.791,95
PROVISÕES A LONGO PRAZO		129.602.696,91	71.071.886,15
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO		129.602.696,91	71.071.886,15

BALANÇO PATRIMONIAL			Exercício 2025
Balanço Anual			
CONSOLIDAÇÃO GERAL - ENTIDADES			
Município de Rio Azul			
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
TOTAL DO PASSIVO		**140.112.877,01**	**76.472.320,45**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		**Exercício Atual**	**Exercício**
DEMAIS RESERVAS		252.993,50	233.691,21
RESERVAS ATUARIAIS		252.993,50	233.691,21
RESULTADOS ACUMULADOS		142.591.169,30	135.302.881,81

RESULTADO DO EXERCÍCIO		7.367.362,45	23.221.327,02
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		135.276.793,10	114.146.316,25
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(52.986,25)	(2.064.761,46)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**142.844.162,80**	**135.536.573,02**
TOTAL		282.957.039,81	212.008.893,47

ATIVO FINANCEIRO	123.366.136,60	105.985.645,36	**PASSIVO FINANCEIRO***	7.264.917,16	5.015.127,31
ATIVO PERMANENTE	159.590.903,21	106.023.248,11	**PASSIVO PERMANENTE**	137.998.024,17	75.796.685,89
SALDO PATRIMONIAL				**137.694.098,48**	**131.197.080,27**
*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados					

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR		37.329.101,09	33.053.943,60
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**37.329.101,09**	**33.053.943,60**

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
CONSOLIDAÇÃO GERAL - ENTIDADES		
Município de Rio Azul		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
0 Recursos Ordinários (Livres)	2.042.575,17	2.764.003,20
1 Recursos do Tesouro (Descentralizados)	5.616,38	2.034,46
2 Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM - COSIP	79.086,38	74.057,12
40 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	25.697.226,89	15.127.049,72
94 Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00
101 Fundeb 60%	3.478,84	155.979,33
102 Fundeb 40%	0,00	0,00
103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	92.434,08	23.314,99
104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	318.924,15	1.847,43
107 Salário-Educação	1.194.646,19	585.415,68
110 Merenda Escolar	21.956,95	22.394,26
111 PDDE	140,81	(502,57)
122 TRANSPORTE ESCOLAR FNDE/PNATE	3.453,08	35.959,33
125 Transporte Escolar 2012	133.977,07	167.979,94
140 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL VANDA HESSEL	0,00	167.758,95
149 GASS SEED - Internet na Escola - 185370 - 149	(2.000,00)	(2.000,00)
150 Emenda Especial - 150 - 6720189 - 150000 - Ônibus	0,00	291.756,65
151 Escola em Tempo Integral - 19034-9 - 151	1.009,65	231.329,30
152 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	7.447,55	0,00
153 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	185.392,48	0,00
154 EMENDA ESPECIAL - LEANDRE - INFRAESTRUTURA EDUCAÇÃO - 154	402.817,21	0,00
155 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI - máximo de 30% estabelecido no	79.453,92	0,00
303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	14.632,63	30.779,19
316 APPSUS	0,00	214,07
318 FAF - INCENT FINANC PROGRAMA QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE - RESOLUÇÃO	43.533,08	43.533,08
320 FAF - INCENTIVO À ORG ASSIST FARMACÊUTICA - CAPITAL - RESOLUÇÃO 1712/24 - 187844	19.830,00	19.830,00
321 Equipamentos Saúde - Resolução - 1697/2024 - 187844 - 321	(0,64)	0,00
322 Incentivo Financeiro de Custeio do PROAPS PARANÁ - Resolução 709/2025 - 322 - 187836	104.821,20	0,00
341 FAF - QUALIFICAÇÃO DO ACESSO E ATEND - MÉDIA COMPLEXIDADE - RESOLUÇÃO 1815/24 - 187836	0,00	180.330,18
342 FAF - INCENTIVO À ORG ASSIST FARMACÊUTICA - IOF RESOLUÇÃO 1712/24 - 187836	2.480,00	26.440,00
346 VIGIA - SUAS ESTADO - 346 - 4554	164,23	7.531,52
347 EQUIPAMENTO ATENÇÃO PRIMÁRIA ESTADUAL - 5160 - 347	564.906,48	390.374,24
349 INCENTIVO À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADO - CUSTEIO 154954 - 349	2.347,30	9.316,78
350 INCENTIVO À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADO - CAPITAL - 154946 - 350	2.762,33	14.866,11
351 APSUS - ESTADUAL - 503-8	23.723,64	239.102,87
352 SAÚDE BUCAL - ESTADUAL - 503-8	20,14	3.320,64
353 FAMÍLIA PARANAENSE - ESTADUAL - 503-8	0,00	3.188,55
354 INC. FIN. DE CUSTEIO DA REDE DE SAÚDE MENTAL - NASF - 503-8	9.041,69	11.991,69
355 Incentivo Financeiro Estadual das Ações de Vigilância em Saúde - Custeio 5038	2.676,58	9.596,58
356 Incentivo Financeiro Estadual das Ações de Vigilância em Saúde - Capital 5160	28.596,49	28.596,49

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
CONSOLIDAÇÃO GERAL - ENTIDADES		
Município de Rio Azul		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**

357 Van - Transporte Sanitário - 357 - Resolução 933/2021	0,00	0,00
360 Media Complexidade Ambulatorial - 360 - Resolução 1123/2021	1.565,31	1.565,31
361 Van - Transporte Sanitário - 361 - Resolução 327/2022	0,00	0,00
362 Reabilitação da Síndrome pós Covid - Custeio 362 - 5038	0,00	0,00
363 Reabilitação da Síndrome pós Covid - Investimento - 363 - 5160	4.810,29	6.947,84
364 Veículo - Transporte Sanitário - 364 - 5160 - Resolução 410/2022	0,00	0,00
366 FAF - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PROVIGIA PARANÁ - 366	8.761,80	216.167,77
367 FAF - KIT ODONTOLÓGICO - Resolução 860/2022 - 367	70.493,66	125.000,00
368 FAF - Incentivo Financeiro Transporte Sanitario - Res 85/2022 - 368	0,00	0,00

371 e-Multi - Portaria 768/2023	12.631,47	18.275,55
372 Incremento Emergencial AP - Portaria 768/2023	2.058,00	2.058,00
373 Ambulância - Resolução 506/2023 - 373 187844	0,00	0,00
374 Van - Resolução 506/2023 - 374 187844	0,00	0,00
376 FAF - INC. FIN. DE CUSTEIO EM CARÁTER EXCEPCIONAL PARA AMBULANCIAS TIPO B	12.765,00	12.765,00
377 Atenção á Saúde Especializada - Resolução 1413 - 377 -187836	3.621,33	3.621,33
378 Veículo Sanitario - Resolução 1108 - 378 - 187844	0,00	0,00
379 Reforma Unidade Saúde da Mulher - 379 - 187844	0,00	150.000,00
380 Recurso Aliel Machado - 380 - 179701	465,89	(712,28)
381 FAF - KIT EQUIPAMENTO UBS - 381 187844 - Resolução 860/2022	42.148,82	150.000,00
382 Calamidade Pública - Saúde - Resolução 1657/2023	0,00	(69,88)
383 Ações e serviços especializados - Resolução 1648/23 - 383 - 187836	0,00	0,00
384 Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica - IOAF- Resolução 1472/23	12.842,13	12.842,13
385 IncentivoFinanceiro Atributos Atenção Primária - APS - Resolução 1466/2023 - 385	39.195,38	39.195,38
386 Resoluçao 1431/2023 - Equip e Material Perm. para Consolidação e Expansão da Rede de	154.852,24	280.000,00
387 Resolução 1432/2023 - Incentivo Financeiro para o Transporte Sanitário - 387 - 187844-4	0,00	65.000,00
388 APOIO FINANCEIRO PARA AÇÕES EMERGENCIAIS COM ÊNFASE EM DENGUE - RESOL. 285/2024 - FONTE	326,40	326,40
389 FAF - REPASSE DE INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO PARA DO PROGRAMA QUALIFICACAO DA	112.939,20	102.168,00
390 RECURSO TADEU VENERI	0,00	(6.072,82)
391 Recurso Aliel Machado 2 - 500 -	14.409,00	109.946,72
392 Recurso Leandre - 1200	0,00	135.422,23
393 AUXÍLIO SAMU - CUSTEIO 179170 - 393	4.297,50	48.922,50
394 Ônibus - Resolução 483/24 - SESA - 394 - 187844	23.000,00	700.000,00
395 Veículo Sanitario - Resolução 516/24 - SESA - 395 - 187844	0,00	100.000,00
396 Saúde 200.000 - 396 - 179701	3.697,06	200.000,00
397 AQUISIÇAO DE TABLETS - Resolução 605/2024 - SESA - 397 - 187844	0,00	8.000,00
398 FAF - INVESTIMENTO PARA EQUIPAMENTO E MT - RESOLUÇÃO 635 - 187844 - 398	300.000,00	300.000,00
399 FAF - FORTALECIMENTO SAÚDE - PROVIGIA RESOL.726/2025 - 399	75.237,71	0,00
494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	394.316,92	(110.849,01)
495 Atenção Básica	43,03	42,14
497 Vigilância em Saúde	659,27	659,27
BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
CONSOLIDAÇÃO GERAL - ENTIDADES		
Município de Rio Azul		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
498 Assistência Farmacéutica	0,00	127,70
500 Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	2.321,46	2.063,66
501 Receitas de Alienações de Ativos	742.129,10	720.751,82
504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	268.202,43	80.763,44
507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	206.118,45	(35.025,23)
510 Taxas - Exercício Poder de Polícia	43.855,06	42.636,77
511 Taxas - Prestação de Serviços	53.700,16	41.485,76
512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	38.404,78	12.388,05
518 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	43.078,72	66.074,38
551 Compensação entre Regimes Previdenciários	5.665.726,53	1.852.884,37
553 Incentivo à Assistência Farmacéutica	0,00	9,03
613 OPERAÇÃO DE CRÉDITO - 2021	11.902,92	(191.970,50)
615 Operações de Crédito - 2025	2.254,02	0,00
797 FUNASA - ÁGUA 2	436.991,36	387.216,23
900 Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011	118.536,40	71.316,99
911 DIESEL - 2016 - SEAB - 16427-5	0,74	0,74
918 FEAS PPASIV - 918 - 164593	0,00	0,00
926 CRESCER EM FAMÍLIA - 2017 - 926 - 168955	0,00	394,25
934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	48.417,81	29.326,16
936 Componente para Qualificação da Gestão - SUAS	329,83	297,55
940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria	13.953,94	35.718,41
941 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	125.304,84	211.958,83
950 FIA-PR 950 - Infância e Adolescência - 173223	0,00	1.938,84
956 Apoio Financeiro aos Municípios - AMF 2020	60,61	54,68
957 Incentivo COVID-19 - Aquisição de EPI - Assistência	0,00	6,52
958 Incentivo COVID-19 - Alimentos - Assistência	0,00	1.354,83
964 Incentivo para Apoio e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Municipais de Direitos da	0,00	0,00
966 FIA ATENÇÃO CCA	0,00	0,00
969 FIA INCENTIVO 2021 - IDOSO - 181919 - 969	0,00	309,35
970 FIA INCENTIVO SCFV 21 - 182087 - 970	0,00	68,76
971 INCENTIVO COVID 21 - 182133 - 971	0,00	0,00
973 Reforma e Revitalização da Praça Tiradentes - Fase II	0,00	0,00
974 Pavimentação Asfáltica Rodovia Municipal V Durval Martins - 974	0,00	(18.074,92)
975 Pavimentação Asfáltica - Vila Diva	(0,04)	(0,04)
984 Pavimentação Asfáltica - Vila Girardi - 984	0,00	0,00
985 Pavimentação Asfáltica - Vila Erechim - 985	(350,99)	(350,99)
987 SIG TV - EMENDA 2038006 - CUSTEIO APAE - 987 -185396	3.799,18	3.427,34
990 INCENTIVO PRIMEIRA INFÂNCIA - 186910 - 990	0,00	689,77
991 INCENTIVO ILPI - LAR DOS VELHINHOS - 991	0,00	2.234,38
992 EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - MAPA 992 -	23.221,38	19.868,97
BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
CONSOLIDAÇÃO GERAL - ENTIDADES		
Município de Rio Azul		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
993 PROCAD SUAS - 187739 - 993	1.033,78	5,39
994 SIGTV - GND3 - CUSTEIO - 188476 - 994	8.659,78	7.812,20
995 SIGTV - GND4 - CAPITAL - 188484 - 995	4.769,35	4.302,55
996 Emenda Especial - Campo Pinhalzinho - 18861-1 996	0,00	45.105,40
997 Emenda Especial - Leandre - 18861-1 - 997	80.221,96	204.506,58
998 Emenda Especial - Toninho - Arquibancada Estadio - 998 672031-6	465.146,60	0,00

1001 Produtos de Higiene Íntima - Criança e Adolescente - 1001 - 189618	0,00	199,75
1002 PPAS Expansão - 1002 - 189456	0,00	0,00
1003 Pavimentação Rua João Henrique Speckt - 1003 - 190381	0,00	1.702,53
1004 Paraná Viaja Mais 60 - 1004	0,00	501,25
1005 PARANÁ VIAJA MAIS 60 - FASE 2 - 1005 - 196134	1.228,15	25.267,02
1006 PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS - 19144-2 - 1006	39.366,34	34.271,12
1007 Pavimentação Vila Santa Terezinha	0,00	(121.424,35)
1008 Pista de Laço Comprido	(800.000,00)	0,00
1010 Emenda Parlamentar - Leandre - Lar dos Velhinhos - CUSTEIO - 1010 - 192228	4.506,02	4.064,99
1011 Emenda Parlamentar - Leandre - VAN CRAS - 1011 - 192449	20.449,28	314.245,86
1012 Emenda Parlamentar - Leandre - Veiculo Adaptado Lar dos Velhinhos - 1012 - 192457	2.415,48	2.179,07
1013 Fortalecimento da Rede de Proteçao e Enfrentamento às Violencias contra as mulheres	2.206,02	1.201,38
1017 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - Saúde	4.518,71	7.195,14
1018 Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do	0,00	58.336,49
1019 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-19)	1.080,75	1.080,75
1022 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)	551,33	551,33
1023 Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado no Fundo Estadual de Saúde - (COVID-19)	586,12	586,12
1024 Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19	1.672,99	1.509,25
1025 EMENDA PARLAMENTAR - AQUISIÇÃO DE EQUIP - 1025- 196223	7.564,02	100.939,17
1026 CUIDA MAIS PARANÁ ACOLHIMENTO - 1026 -196142	1.657,16	50.389,54
1033 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de Serviços	484,50	484,50
1038 FIA - Impacto Covid	0,00	13.114,54
1039 Leandre 1039 - 6720308 - 1000000	53.971,70	38.823,12
1040 Retroescavadeira - 1040 - 192813	0,00	0,00
1041 Vidas Aquecidas - 192961 - 1041	1.204,10	18.090,68
1045 Outros Recursos não Vinculados - Livres	392.352,82	277.202,53
1051 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos	92.917,51	89.280,27
1053 Lei Paulo Gustavo 195/2022 - 1053 - 189049 - Audiovisual	0,00	0,00
1054 Lei Paulo Gustavo 195/2022 - 1054 - 189030 - Demais Áreas	0,00	0,00
1056 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	4.824,74	4.824,74
1057 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	71.406,11	71.406,11
1060 Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	14.894,72	14.699,72
1061 Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação	1.944,12	1.944,12
1062 Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde	29.766,50	29.766,50
BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
CONSOLIDAÇÃO GERAL - ENTIDADES		
Município de Rio Azul		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
1063 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)	1.435,51	36.737,12
1064 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos	26.423,78	37.134,59
1068 Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei Estadual n°	0,00	0,00
1072 Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA ITAIPU MAIS	400.121,67	857.517,35
1073 Apoio Financeiro aos Municípios AFM	119.440,98	119.440,98
1075 Máquinas e Equip. Agrícolas - Convenio nº 955955/2024 - 6071128-5	608,13	0,00
1076 VEÍCULO UTILITÁRIO TRAÇAO 4X4 - CONVENIO 343/2024 - 1076 - 196398	0,00	0,00
1077 942002/2023 - Máquinas e Equipamentos Agrícolas - MAPA - 1077 - 71114-5	159.215,37	0,00
1079 Veículo e material permanente para agricultura familiar - 1079 - 185094	(1.020,12)	0,00
1080 Pavimentação Asfáltica Rua Marechal Deodoro - Vila Diva - 1080 - 19699-1	(154.430,49)	0,00
1081 Emenda Especial - Toninho - Campo de Futebol Faxinal dos Elias - 1081 - 672018-9	325.971,75	0,00
1083 Veículo Assistência Social - Deliberação 13_2025 CEDCA - 198471	59.570,39	0,00
1084 SEAB - Equipamentos Agrícolas e Rodoviários - 19810-2 - 1084	(1.471.974,24)	0,00
1086 EMENDA DILCEU SPERAFICO - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS 1086 - 5746007648	251.985,45	0,00
1087 Transferência APAE Investimento - Estado - 199907 - 1087 GAR PCD	754,85	0,00
1088 Emenda Individual - APAE Custeio - União - 199753 - 1088 - ESTR3	102.519,02	0,00
1089 CONVÊNIO PISO DO GINASIO DE ESPORTES - 1089 - 574208559-8	9.382,03	0,00
1092 EMENDA ESPECIAL - LEANDRE - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS 1092 - 574040175-1	302.112,91	0,00
1093 CUIDA MAIS PARANÁ - ENVELHECIMENTO ATIVO-1093 - 200271	40.413,14	0,00
1094 DEFESA DIREITOS DA MULHER - CAPITAL - 1094 - 200204	60.619,71	0,00
1097 ESPORTE QUE QUEREMOS - 1097 - 196061	405.347,77	0,00
3001 Emenda Aliel Machado - Custeio 3001 - 199001	1.246,63	0,00
3002 Emenda Flavio Arns - Custeio 3002 - 198854	423,75	0,00
3003 INCENTIVO À ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - IOAF - CUSTEIO - RESOLUÇÃO 1450/25	14.925,00	0,00
3004 INCENTIVO À ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - IOAF - CAPITAL RESOLUÇÃO 1450/25 -	44.775,00	0,00
3007 EMENDA (20380010) FLÁVIO ARNS - Custeio 199150 - 3007	103.491,83	0,00
3008 Transporte Sanitário - Resolução 1357 e 1063 - 187844 - 3008	1.760.000,00	0,00
3009 Incremento Temporário - Emenda - Flavio Arns - 199885 - 3009	101.948,22	0,00
3010 Incremento Temporário - Emenda - Sérgio Moro - 200174 - 3010	506.684,72	0,00
3011 Incremento Temporário - Emenda - Beto Richa - 200590 - 3011	250.640,18	0,00
5561 Transferências Lei 9615/98 - Pelé	0,00	47,60
TOTAL	**44.164.301,65**	**29.033.600,26**
Notas Explicativas		
-		
VILMA JOSELI VERONEZ	***ROZILDA FERRAZ ZIPIELA***	***LEANDRO JASINSKI***
Contadora	Controle Interno	Prefeito Municipal
CRC: PR 043378/O		
Entidades Consolidadas:		
Fundo de Previdência de Rio Azul		
Município de Rio Azul		

Publicado por:
Vilma Joseli Veronez
Código Identificador:A64C10A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA 07/2026

"Dispõe sobre a lista de classificação das crianças que aguardam vagas nas Unidades Educacionais mantidas por este Município."

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Normativa Nº 02/2023 de março de 2023.

CONSIDERANDO a atualização cadastral das crianças para vagas nas Unidades de Educação Infantil realizadas na Secretaria Municipal de Educação.

CONSIDERANDO a formação e atualização das crianças cadastradas em lista de espera para vagas nas Unidades Educacionais de Ensino Infantil seguindo o disposto da Normativa Nº 02/2023.

R E S O L V E

Art. 1º Tornar pública a Lista de Espera dos Centros Municipais de Educação Infantil.

Art. 2º Os responsáveis pelas crianças convocadas para as vagas remanescentes, devem comparecer a Secretaria Municipal de Educação entre os dias **06** a **10 de abril**, para a retirada da Guia de Encaminhamento e efetivação da matrícula no CMEI.

Art. 3° Os responsáveis pelas crianças classificadas como "Deferido" devem aguardar a abertura de novas vagas para ser convocado pela Secretaria Municipal de Educação.

Rio Branco do Sul, 01 de abril de 2026.

ELISANGELA RODRIGUES BAIDO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 8.024/2025
Rio Branco do Sul
Paraná

LISTA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MARIA DA LUZ CHRISTO LIMA - CAIC

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	**23**	LUIZ MIGUEL MACHADO DA SILVA	10/05/2025	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
2	**23**	ISABELA BORGES DOS SANTOS	09/09/2025	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
3	**23**	KALIEL ALVES PIRES	06/12/2024	**104-26/DEFERIDO**
4	**22**	ALINA RODRIGUES DE FARIA	08/07/2025	**64-26/DEFERIDO**
5		ANTHONY RAFAEL STRESSER	11/10/2025	**37-26/DEFERIDO**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	**24**	YAGO RIAN ANDRADE DOS SANTOS	08/03/2024	**111-26/DEFERIDO**
2	**24**	MELISSA GEFFER VAZ	30/11/2023	**118-26/DEFERIDO**
3	**12**	JOHN BENICIO RESTOF RITA	03/10/2023	**32-26/DEFERIDO**
4	**12**	ANTONIO FELIPE TEIXEIRA NETO	18/08/2023	**73-26/DEFERIDO**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	DATA INSC.	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1		20/10/2025	LARA EMANUELY LINS ORTIS	10/01/2023	**224-25/PENDÊNCIA NA DOC.**

LISTA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DINAIR F.MARCHIORO – VOVÓ DIVA

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO
1		MARIA ALICE DE MOURA MARIANO	19/08/2024	**292-25/PENDENCIA NA DOC.**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO
1	**24**	PIETRA EMANUELLE NOLEVAICO DOS SANTOS	21/03/2024	**69-26/DEFERIDO**
2	**23**	DAVI DALAVECHIA TEIXEIRA	23/08/2023	**54-26/DEFERIDO**
3	**22**	ETHAN GABRIEL BUENO	17/10/2023	**11-26/DEFERIDO**
4	**22**	VALENTIM JOSÉ SANTOS	17/01/2024	**221-25/DEFERIDO**
5	**20**	ÍSIS MARIA FELISSISSIMO	15/09/2023	**120-25/DEFERIDO**
6	**12**	MAYLLA LOUISE MIRANDA BONFIM	23/10/2023	**53-26/DEFERIDO**
7	**11**	THÉO HENRIQUE BONFIM	12/12/2023	**61-25/DEFERIDO**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO

LISTA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO LEONY PIOLI

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	**24**	ALYCIA EMANUELLA DE LIMA MACHADO	20/02/2025	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
2	**24**	ANTONIO JOSÉ CAVALI COLARES	22/04/2024	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
3	**24**	YSAAC GONIDES MARTINS	25/11/2025	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
5	**23**	ANA MOTIN RIBEIRO	24/09/2025	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
4	**23**	CECÍLIA MACHADO DOS SANTOS	20/08/2025	**120-26/DEFERIDO**
6	**21**	MAITÊ MARINHO DOS SANTOS	26/04/2024	**90-26/DEFERIDO**
7	**12**	MARIA ELOAH DOS SANTOS CUSTODIO	25/09/2025	**27-26/DEFERIDO**
8	**10**	HELENA DE CRISTO BUNICK	08/09/2025	**83-26/DEFERIDO**
9	**10**	APOLO BONFIM DE CRISTO	14/11/2024	**85-26/DEFERIDO**
10	**8**	MAITÊ GONÇALVES DE ALMEIDA	16/01/2025	**80-26/DEFERIDO**
11	**7**	MARIA ÍSIS VIDAL RIBEIRO	06/04/2025	**65-26/DEFERIDO**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	DATA INSC.	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	**43**	25/03/2026	AYLA MARIANA CARDOSO	07/05/2023	**115-26/DEFERIDO**
2	**40**	11/03/2026	EMANUEL FITZ	09/02/2024	**102-26 / DEFERIDO**
3	**24**	03/02/2026	EDUARDO FRANÇA ELIAS	29/03/2024	**20-26/DEFERIDO**
4	**24**	20/02/2026	AYLA SOPHIA DE ARAUJO FARIAS	22/11/2023	**71-26/DEFERIDO**
5	**24**	02/03/2026	AMANDA FURQUIM CAVALCANTE	18/10/2023	**81-26/DEFERIDO**
6	**24**	23/03/2026	ISADORA SALIM PRESTES	02/04/2023	**114-26/DEFERIDO**
7	**23**	03/02/2026	HENRIQUE DE SOUZA PORFIRIO	10/10/2023	**13-26/DEFERIDO**
8	**23**	04/02/2026	YURI GABRIEL MACHADO THIMOTEO	13/10/2023	**33-26/DEFERIDO**
9	**23**	30/10/2024	MARIA CECILIA RODRIGUES BUENO	14/11/2023	**307-24/DEFERIDO**
10	**22**	08/08/2025	CECÍLIA CORDEIRO AGNER	11/12/2023	**165-25/DEFERIDO**
11	**22**	21/10/2025	ISAAC JOSÉ AGNER DE LARA	27/12/2023	**227-25/DEFERIDO**
12	**22**	05/02/2026	ANTONELLA DE LARA LAMIN MACEDO	14/05/2023	**35-26/DEFERIDO**
13	**21**	04/02/2025	GIULLIANE DA SILVA ROSA	28/09/2023	**33-25/DEFERIDO**
14	**12**	09/02/2026	YCARO RAVI GONÇALVES DE FARIA	14/04/2023	**56-26/DEFERIDO**
15	**11**	22/09/2025	MANUELA STRESSER DA SILVA	04/06/2023	**201-25/DEFERIDO**
16	**9**	23/07/2025	AYLA MARIA FARIA DA SILVA	21/09/2023	**144-25/DEFERIDO**
17	**9**	17/11/2025	EMANUEL RODRIGUES ARTIGAS	06/07/2023	**284-25/DEFERIDO**
18	**7**	27/11/2023	JOAQUIM HENRIQUE SOUZA DA SILVA	31/10/2023	**296-24/DEFERIDO**
19	**6**	16/05/2024	RAFAEL DE FARIA RIBEIRO	19/02/2024	**161-24/DEFERIDO**
20		28/06/2024	LORRANY SOFIA DE SOUZA TABORDA	24/03/2024	**191-24/ PENDÊNCIA DE DOC.**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	DATA INSC.	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	**22**	20/02/2026	NOAH RAVI CHABOSKI CUSTODIO	10/01/2023	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 - 10 DE ABRIL**
2	**11**	14/12/2022	EMANUEL DA SILVA PRESTES	14/12/2022	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 - 10 DE ABRIL**

LISTA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MARIA LUIZA DE FARIA

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO/SIT. DO CADASTRO
1	**24**	MARIA ALICE NODARIA MACHADO	24/06/2025	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
2	**24**	VALENTIN DE ANDRADE	16/05/2025	**59-26/DEFERIDO**
3	**24**	ASAFE RAMOS DE FRANÇA	14/07/2024	**78-26/DEFERIDO**
4	**23**	LOHAN AGNER LARA	01/08/2024	**49-26/DEFERIDO**
5	**21**	NICOLAS BARBOSA DOS SANTOS	17/10/2025	**75-26/DEFERIDO**
6	**12**	CECÍLIA ALVES DOS SANTOS	11/05/2025	**18-26/DEFERIDO**
7	**11**	ELOAH VITORIA NASCIMENTO DE MORAIS	09/07/2024	**45-26/DEFERIDO**
8	**7**	MATHEUS MARIANO LAZARINI	14/12/2024	**19-25/ DEFERIDO**
9		BRENO LUIZ RAUSIS	05/04/2024	**40-26/PENDÊNCIA NA DOC.**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO
1	**24**	ANTONY EMANUEL DA SILVA	08/12/2023	**283-25/DEFERIDO**

2	**24**	MARIA ALICE DE PAULA DIAS	20/11/2023	**285-25/DEFERIDO**
3	**24**	ELOÁH BUENO FURQUIM	15/03/2024	**61-26/DEFERIDO**
4	**24**	ELÔAH NASCIMENTO SILVA	02/02/2024	**74-26/DEFERIDO**
5	**24**	MARIA ALICE DE FARIA	06/01/2024	**99-26/DEFERIDO**
6	**23**	EMANUEL COUTO CARDOSO DOS REIS	18/03/2024	**32-25/DEFERIDO**
7	**23**	JOÃO EDUARDO COSTA ROSA	10/01/2024	**130-25/DEFERIDO**
8	**23**	ANTHONY DANIEL CROPOLATO MATIAS	29/03/2024	**162-25/DEFERIDO**
9	**23**	AURORA DOS REIS DE SOUZA	11/09/2023	**259-25/ DEFERIDO**
10	**23**	MAVIE DOS SANTOS MACIEL	20/01/2024	**98-26 / DEFERIDO**
11	**22**	VITOR MIGUEL ERAT PEREIRA	18/05/2023	**190-25/DEFERIDO**
12	**22**	LAURA LUIZA APARECIDA PEREIRA	11/07/2023	**68-26/DEFERIDO**
13	**12**	HENRY GABRIEL MAIA DE SOUZA	24/08/2023	**19-26/DEFERIDO**
14	**12**	THÉO NOAH DOS SANTOS VAZ	08/09/2023	**24-26/DEFERIDO**
15	**10**	JULIA GONÇALVES DA SILVA	26/05/2023	**22-25/DEFERIDO**
16	**9**	ANTONELLA LAVINIA MULLER	10/04/2023	**244 / DEFERIDO**
17	**9**	CECÍLIA NATEL DE CASTRO BONFIM	13/08/2023	**234-24/DEFERIDO**
18	**7**	ANTONELA VALENTINA DOS SANTOS PEREIRA	27/01/2024	**249-24/DEFERIDO**
19		MARIA LUIZA FRANÇA DOS SANTOS	08/08/2023	**94-25/PENDÊNCIA NA DOC.**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO DO CADASTRO
1	**23**	ENZO GABRIEL TIBLIER NOVKA	19/04/2022	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
2	**22**	LORENA BEATRIZ OLIMPIO	29/06/2022	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
3	**12**	ARTHUR GARCIA VAZ RODRIGUES	01/05/2022	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
4		LORENZO SOARES LEMOS	16/08/2022	**139-24 / PENDÊNCIA NA DOC.**

LISTA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO JOCIMERI FLORÊNCIO DOS REIS – TIA MERI

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CADASTRO
1	**24**	GEORGIA FRANCESCA MATOSO MACHADO	18/09/2025	**89-26/DEFERIDO**
2	**24**	KEVIN RAVI DOS SANTOS MACHADO	18/11/2024	**109-26/DEFERIDO**
3	**24**	REBECCA CORDEIRO FARIA	04/08/2025	**117-26/DEFERIDO**
4	**23**	HELENA MAVIH BUENO	31/03/2025	**106-26/DEFERIDO**
5	**22**	REDELYN MARIA PEEDROSO DA SILVA	24/08/2025	**29-26/DEFERIDO**
6	**22**	ANTHONY GABRIEL DOS SANTOS	18/09/2025	**55-26/DEFERIDO**
7	**22**	AURORA ARAUJO DE LIMA	29/08/2025	**79-26/DEFERIDO**
8	**12**	ÁGATHA PELIZZARI	27/01/2025	**299-25/DEFERIDO**
9	**12**	ISABELLA SOFIA SOARES DO NASCIMENTO	10/12/2024	**25-26/DEFERIDO**
10	**10**	KALEB DO NASCIMENTO SILVA	21/09/2025	**02-26/DEFERIDO**
11	**8**	GEOVANA MONTEIRO	10/02/2025	**122-25/DEFERIDO**
12	**8**	ANTONY GABRIEL DOS SANTOS	17/06/2024	**138-25/DEFERIDO**
13		ALAN MATEO BASTIDAS MONTANA	05/02/2025	**39-26/PENDÊNCIA NA DOC.**

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	**24**	ISAAC FERREIRA DE SOUZA	22/11/2023	**38-26/DEFERIDO**
2	**24**	EDWINA MAKENA MATOSO MACHADO	10/04/2023	**87-26/DEFERIDO**
3	**20**	JULIO DE OLIVEIRA DE CARVALHO	27/12/2023	**47-25/DEFERIDO**
4	**18**	VICENTE LESNIOWSKI	19/09/2023	**181-25/DEFERIDO**
5	**11**	NOAH MIGUEL CAETANO BOUTIN	07/10/2023	**10-26/DEFERIDO**
6	**11**	RAVI MIGUEL CANDIDO BUENO	18/10/2023	**72-26/DEFERIDO**
7	**11**	LUARA DE LIMA SCHNEIDER	29/09/2023	**82-26/DEFERIDO**
8	**9**	BERNARDO MIRANDA	03/09/2023	**179-24 / DEFERIDO**

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	**41**	LORENZO ITALO AGNER	05/10/2022	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
2	**24**	MARIA CLARA DE JESUS MATIAS	11/09/2022	**COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 6 -10 DE ABRIL**
3	**24**	ARTHUR RIBEIRO PONTES	13/02/2023	**43-26/DEFERIDO**
4	**23**	MARIA HELENA NUNES MOREIRA	23/10/2022	**08-26/DEFERIDO**
5	**10**	HEITOR MACHADO ARTIGAS	18/08/2022	**52-26/DEFERIDO**

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B7948CB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 82/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 34/2026

OBJETO: Aquisição de Tenda Inflável para eventos e atividades ao ar livre.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	UN	TENDA INFLÁVEL - TENDA INFLÁVEL 12m x 14m Aquisição de 01 (uma) Tenda Inflável medindo 12 metros x 14 metros, com	24.990,00	A D HUERTA INFLAVEIS PROMOCIONAIS LTDA

			cortinas laterais, destinada à utilização em eventos institucionais, fabricada conforme as seguintes especificações técnicas mínimas: Estrutura e Material: -Confeccionada em nylon emborrachado de alta resistência; -Acabamento plastificado com filme de PVC translúcido; -Tratamento ultravioleta (UV) e antifungo, garantindo maior durabilidade; -Fundo reforçado confeccionado em lona de alta resistência; -Atraques em fita de alta resistência, sem risco de ruptura; -Estrutura sem utilização de componentes metálicos, evitando corrosão e ferrugem; -Cortinas laterais inclusas. 2. Sistema de Insuflação: -Motor insuflador compacto embutido na estrutura; -Voltagem 110V/220V; -Modelo compatível com o dimensionamento da tenda (VSCR 30 ou equivalente técnico); -Sistema de insuflação contínua; -Manual de instruções fixado junto ao equipamento. 3 Itens Inclusos: Impressão digital de logomarca; -Sacola para transporte confeccionada em nylon emborrachado; -Atraques de fixação; -Manual de instruções. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação.		

Rio Negro, 31 de março de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:2B370D1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 90/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 39/2026

OBJETO: Aquisição de materiais para apoio às ações de vacinação da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	20,00	CX	CURATIVO ADESIVO ESTÉRIL INFANTIL, HIPOALERGÊNICO, TIPO PÓS-PUNÇÃO (PÓS-COLETA), COM ALMOFADA ABSORVENTE CENTRAL, INDICADO PARA USO APÓS VACINAÇÃO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25 MM, PODENDO VARIAR QUANTO AO FORMATO (QUADRADO, REDONDO OU EQUIVALENTE), DESDE QUE ADEQUADO À COBERTURA DO LOCAL DA PUNÇÃO, EM ROLO COM APROXIMADAMENTE 500 UNIDADES, COM ESTAMPAS INFANTIS VARIADAS.	20,48	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
2	30,00	UN	FAIXA DECORATIVA ADESIVA PARA PAREDE INFANTIL, FORNECIDA EM ROLO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 15 CM DE ALTURA POR 10 METROS DE COMPRIMENTO, CONFECCIONADA EM MATERIAL VINÍLICO AUTOADESIVO OU EQUIVALENTE, COM IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO, ACABAMENTO LAVÁVEL, RESISTENTE À UMIDADE E COM BOA ADERÊNCIA EM SUPERFÍCIES LISAS, CONTENDO ESTAMPA TEMÁTICA INFANTIL (EX.: JARDIM, SAFARI OU SIMILAR), EM PADRÃO CONTÍNUO.	73,50	PRINTER ART LTDA
3	1,00	UN	FANTASIA DE HOMEM ARANHA - CLÁSSICO - ADULTO, CONFECCIONADO EM ELASTANO E POLIÉSTER DE ALTA QUALIDADE; GRAMATURA DO TECIDO 330; LUVAS E MEIAS DEVEM COMPOR O MACACÃO; COM ZÍPER INVISÍVEL; MÁSCARA SEPARADA DO MACACÃO, COM OLHOS BRANCOS PARA TER MELHOR VISIBILIDADE.	288,00	THAISA DE SOUZA FERIGOTTI 06587095933
4	1,00	UN	FANTASIA DE SUPERMAN - ADULTO, CONFECCIONADO EM ELASTANO E POLIÉSTER DE ALTA QUALIDADE; GRAMATURA DO TECIDO DE 330; MACACÃO DEVE SER LONGO E COM MANGAS COMPRIDAS; BOTAS VERMELHAS ANEXADAS NAS PERNAS; CAPA VERMELHA DE COMPRIMENTO MÉDIO; COM ZÍPER INVISÍVEL;	288,00	THAISA DE SOUZA FERIGOTTI 06587095933
5	1,00	UN	FANTASIA DE BRANCA DE NEVE - ADULTO, CONFECCIONADO EM CETIM E MALHA SUPLEX DE ALTA QUALIDADE, VESTIDO LONGO, CORPO EM MALHA QUE ESTICA E SE MOLDA AO CORPO, MANGAS BUFANTES COM DETALHES EM VERMELHO (SAIA LONGA DE PRINCESA E CAPA SOLTA COM GOLA); DEVE ACOMPANHAR SAIOTE DE ARMAÇÃO E PERUCA.	356,90	THAISA DE SOUZA FERIGOTTI 06587095933
6	1,00	UN	FANTASIA DE ELZA (FROZEN) - ADULTO, CONFECCIONADO EM TECIDO DE CETIM E MICROFIBRA DE ALTA QUALIDADE, VESTIDO LONGO, COM CAPA; DEVE ACOMPANHAR SAIOTE DE ARMAÇÃO E PERUCA.	969,80	THAISA DE SOUZA FERIGOTTI 06587095933
7	2.000,00	UN	COFRINHO PERSONALIZADO - ZÉ GOTINHA (ARTE INCLUSA) CONFECCIONADO EM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, FORMATO CILÍNDRICO, RESISTENTE A UMIDADE; TAMPA E FUNDO EM POLIPROPILENO RESISTENTE, COM ABERTURA SUPERIOR PARA ENTRADA DE MOEDA (TAMANHO DE MOEDA DE R$ 1,00), UMA FACE DEVE CONTER IMAGEM DO ZÉ GOTINHA; NA OUTRA FACE, BRASÃO DA PREFEITURA DE RIO NEGRO; IMPRESSÃO EM PAPEL FOTOGRÁFICO DE ALTA QUALIDADE. MEDIDAS APROXIMADAS DO OBJETO 10 X 6 CM;	2,97	46431260 ALISSON FELIPE GABRIEL
8	1.000,00	UN	TOALHINHA DE MÃO (ARTE INCLUSA), TECIDO ATOALHADO COM TAMANHO APROXIMADO DE 25 X 35CM; ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS, SEM FIAPOS SOLTOS; TOQUE MACIO,	7,87	46431260 ALISSON FELIPE GABRIEL

			ADEQUADO A PELE SENSÍVEL INFANTIL; DEVERÁ POSSUIR ÁREA LIVRE E ADEQUADA PARA APLICAÇÃO DA ESTAMPA, E TECIDO DA ÁREA DE IMPRESSÃO DEVERÁ APRESENTAR SUPERFÍCIE UNIFORME, PERMITINDO A CORRETA FIXAÇÃO DA ESTAMPA; A ESTAMPA SERÁ APLICADA POR PROCESSO DE IMPRESSÃO (NÃO BORDADO);		

Rio Negro, 31 de março de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:66B5EE88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº058/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº058/2026

Ref. Pregão nº 013/2026 – Herbicidas – PA – 2.271/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliadonestaCidade, resolve registrar o preço da empresa MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA-----, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ nº11.258.338/0001-64, com sede na Estrada Linha Rio Bonito, s/n, Distrito São João do Oeste, na cidade de Cascavel - PR, Cep: 85.823-000, Fone(45)99942-7849, email mercosul.jhon@gmail.com, representada pelo Senhor JHON MAYKEL SBARDELOTTO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Herbicidas, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 013/2026, devidamente homologado pelo Município em 24/03/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	MARCA
2	LT	500,00	71682	EXCLUSIVO ME/EPP: Herbicida para jardinagem amadora, não seletivo, pronto para uso, com registro no MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS, AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, com a seguinte composição: Formulação: Sal de isopropilamina de N-(phosphonometyl) Glycine (GLIFOSATO) 1% (p/p) Ingredientes inertes: 99% (p/p)	14,00	7.000,00	MADEMATO PLUS

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;

• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 07 (sete) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 07 – Infra Estrutura;

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 24 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:D1E1F1E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº059/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº059/2026

Ref. Pregão nº 013/2026 – Herbicidas – PA – 2.271/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliadonestaCidade, resolve registrar o preço da empresa ZAIDAN AGRÍCOLA LTDA-----, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ nº63.339.855/0001--61, com sede à Rua Reinaldo Pazello, nº2657, Bairro Santa Quitéria, na cidade de Curitiba - PR, Cep: 80310-110, Fone(41)3011-2221, (41)98431-2001, email zaidaninsumos@hotmail.com, representada pelo Senhor LUIZ FELIPE ZAIDAN DE SOUZA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Herbicidas, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 013/2026, devidamente homologado pelo Município em 24/03/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	MARCA
3	GL	40,00	71683	EXCLUSIVO ME/EPP: HERBICIDA SELETIVO SISTÊMICO - GRUPO QUÍMICO: OXIMA CICLOHEXANODIONA (CLETODIM) HIDROCARBONETO AROMÁTICO (SOLVENTE NAFTA DE PETRÓLEO AROMÁTICO PESADO)TIPO DE FORMULAÇÃO: CONCENTRADO EMULSIONÁVEL (EC) EMBALAGEM DE 20L - REGISTRADO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO MAPA COMPOSIÇÃO: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-CHLOROALLYLOXYIMINO]PROPYL]-5-[2-(ETHYLTHIO)PROPYL]-3-HYDROXYCYCLOHEX-2-ENONE (CLETODIM)...120,00 G/L (12,00% M/V) SOLVENTE NAFTA DE PETRÓLEO AROMÁTICO PESADO 262,26 G/L (26,23% M/V) OUTROS INGREDIENTES: 547,76 G/L (54,78% M/V)	875,40	35.016,00	GRASIDIM / RAINBOW
4	GL	40,00	71684	AMPLA CONCORRÊNCIA: HERBICIDA SISTÊMICO - GRUPO QUÍMICO: Halauxifeno-metílico, ácido piridinocarboxílico. (Produto comercial Elevore) FORMULAÇÃO: SUSPENÇÃO CONCENTRADA (SC) EMBALAGEM DE 20L - REGISTRADO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA PECUARIA E	20.482,07	819.282,80	ELEVORE / CORTEVA

				ABASTECIMENTO MAPA Composição: Methyl 4-amino-3-chloro-6-(4-chloro-2-fluoro-3-methoxyphenyl)pyridine-2-carboxylate (HALAUXIFENO - METÍLICO)....71,40 g/L (7,14% m/v) Outros ingredientes ....968,60 g/L (96,86% m/v)			

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 854.298,80 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;

• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 07 (sete) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.

2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 07 – Infra Estrutura;

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 24 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***ZAIDAN AGRÍCOLA LTDA-----***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:633300B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2025

Ref. Pregão nº049/2025 – Material Elétrico – PA – 2.079/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa REALLUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 97.456.636/0001-84, com sede à Avenida Brasília, nº 1.200, Jardim do Sol, na cidade de Londrina – PR, CEP 86.070-020, fone (43) 3377-9208, (43) 99984-7585, e-mail comercial2@realluzdistribuidora.com.br, representada pela Senhora REGINA HELENA SORIANI CIAPPINA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Ficam aditivados os valores dos itens na presente ata de registro de preços conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Und.	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	Marca
1	1	und	58299	ABRAÇADEIRA 1" CINZA OU BRANCA	0,70	INPOL
2	2	und	58300	ABRAÇADEIRA 1/2 CINZA OU BRANCA	0,63	INPOL
3	3	und	58301	ABRAÇADEIRA 3/4 CINZA OU BRANCA	0,69	INPOL
4	4	und	66910	ABRAÇADEIRA D 1" COM CHAVETA	0,88	AIEDEN
5	5	und	66912	ABRAÇADEIRA D1 1/2" COM CHAVETA	1,76	AIEDEN
6	6	und	55064	ABRAÇADEIRA DE NYLON 2,5X150MM	0,03	FERTAK
7	7	und	55065	ABRAÇADEIRA DE NYLON 4,8X350MM	0,17	FERTAK
22	22	und	66914	BUCHA + ARRUELA 1"	2,13	PRENSAL
26	26	und	7979	BUCHA + ARRUELA 3/4	1,56	PRENSAL
27	27	und	7980	BUCHA + ARRUELA 4	16,61	PRENSAL
33	33	und	62712	CABEÇOTE DE PVC 1	1,04	BETEL
35	35	und	62714	CABEÇOTE DE PVC 1 1/4	1,13	BETEL
37	37	und	62716	CABEÇOTE DE PVC 2.	3,06	BETEL
39	39	und	62718	CABEÇOTE DE PVC 3	5,32	BETEL
56	56	MT	70137	CABO COBRE FLÉXIVEL XLPE 0,6/1KV 120 MM	11,82	RCM
86	86	und	23363	CAIXA 2 X 4 DE SOBREPOR PVC	2,08	RCM
93	93	und	55066	CAIXA PADRÃO COPEL GNE (NORMA NTC 910100)	503,49	JORDAO
94	94	und	23375	CAIXA PVC 4 X 4 EMBUTIR	0,72	SOMAR
98	98	und	1036	CALHA COMERCIAL 2 X 20 W	12,46	BLUEMENAU
99	99	und	195	CALHA COMERCIAL 2 X40 W	24,71	BLUEMENAY
100	100	und	23553	CANALETA DE PISO 50 X 10 2MT	37,89	ENERBRAS
114	114	und	58364	CONECTOR PARA HASTE TERRA REFORÇADA	4,04	BETEL
115	115	und	54021	Conector Perfurante 10-70 1,5 a 10 mm.	5,97	MEGA METAL
122	122	und	23394	CONECTOR S.B. 50 MM	10,90	RRPIMEL
123	123	und	23395	CONECTOR S.B. 6MM	3,17	RRPIMEL
128	128	und	47474	CONTATOR TIPO SIEMENS 3TF42 - 22amp	72,15	SOPRANO
129	129	und	47475	CONTATOR TIPO SIEMENS 3TF44 - 32amp	88,08	SOPRANO
132	132	und	23405	CURVA GALVANIZADA 1 POLEGADA	3,71	PERFIL
137	137	und	18981	CURVA PVC 1 1/2	4,00	SSCONEXOES
138	138	und	15673	CURVA PVC 1 1/4	3,47	SSCONEXOES
139	139	und	18982	CURVA PVC 1P	1,53	SSCONEXOES
155	155	und	58378	DISJUNTOR 3 X 50 TRIFÁSICO NEMA	61,97	SOPRANO
156	156	und	58379	DISJUNTOR 3X70 TRIFÁSICO NEMA	90,90	SOPRANO
165	165	und	19005	DISJUNTOR TIPO SIEMENS 2 X 63A	24,76	SOPRANO
173	173	und	8104	DISJUNTOR TIPO SIEMENS 3X16 A-C	30,97	SOPRANO
174	174	und	8105	DISJUNTOR TIPO SIEMENS 3X20A-C	30,97	SOPRANO
175	175	und	8106	DISJUNTOR TIPO SIEMENS 3X25A-C	30,97	SOPRANO
188	188	und	66947	ELETRODUTO GALVANIZADO 3/4 3M	18,17	PERFIL
189	189	und	66948	ELETRODUTO PVC 1. 1/4 3M	1,92	BOM JESUS
190	190	und	66949	ELETRODUTO PVC - 1/2" CINZA OU BRANCO 3M	8,15	INPOL
196	196	und	66955	ELETRODUTO PVC 2.1/2¨ 3M	34,00	BOM JESUS
197	197	und	66956	ELETRODUTO PVC 2¨ 3M	19,59	BOM JESUS
200	200	und	66959	ELETRODUTO PVC 4¨ 3M	64,68	BOM JESUS
201	201	und	59980	ESPUMA EXPANSIVA PARA VEDAÇÃO POLIURETANO 500 ML	15,57	CIBRA
205	205	und	58384	FEIXO PARA FITA AÇO INOX 3/4	0,39	ALMEIDA
212	212	und	23564	FIO TELEFONE FONE EXTERNO	0,99	STARBRASUL
218	218	und	178	FITA ISOLANTE 20 MT	3,27	MUNDILUX
219	219	und	59981	GUIA PASSA FIO DE PVC ALMA DE AÇO PROFISSIONAL 40 METROS	40,38	FOXLUX
220	220	und	66961	HASTE TERRA COPPERWELD 5/8X2,40 COM CONECTOR GTDU	25,95	TAF
221	221	und	58394	INTERRUPTOR DUPLO PARALELO DE EMBUTIR, LINHA BRANCA C/PLACA	8,46	PLUZIE
224	224	und	58397	INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA DE EMBUTIR, BRANCO C/PLACA	7,01	MECTRONIC
225	225	und	58398	INTERRUPTOR PARALELO DE EMBUTIR BRANCO, C/PLACA	4,56	PLUZIE
226	226	und	19159	INTERRUPTOR PARALELO SOBREPOR	5,81	MECTRONIC
228	228	und	58400	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA DE EMBUTIR, LINHA BRANCA C/PLACA	6,02	PLUZIE
237	237	und	58409	LÂMPADA LED BULBO 12W NORMATIZADA	2,69	MUNDILUX

239	239	und	58411	LÂMPADA LED FLUOR 18W NORMATIZADA	7,06	MUNDILUX
243	243	und	58415	LÂMPADA ULTRA LED 30W E-27 NORMATIZADA	8,62	MUNDILUX
254	254	und	23492	LUVA GALNANIZADA 1 POLEGADA	1,67	PERFIL
255	255	und	23493	LUVA GALNANIZADA 3/4	1,05	PERFIL
260	260	und	19061	LUVA PVC 1/2"	0,23	SSPLASTICOS
262	262	und	19062	LUVA PVC 2"	1,28	SSPLASTICOS
263	263	und	8246	LUVA PVC 2.1/2	2,16	SSPLASTICOS
264	264	und	19064	LUVA PVC 3"	2,89	SSPLASTICOS
265	265	und	8248	LUVA PVC 3/4¨	0,31	SSPLASTICOS
268	268	MT	23502	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4	0,94	CIMFLEX
269	269	und	8255	MULTIMETRO DIGITAL	24,91	FOXLUX
274	274	und	58421	PARAFUSO GALVANIZADO 5/8X8	7,63	GALFOGO
288	288	und	33749	PLACA PARA CONDULETE (TOMADA) PVC 3/4 CINZA OU BRANCA	1,61	INPOL
289	289	und	52518	PLACA PARA CONDULETE(TOMADA) PVC ¾ CINZA OU BRANCA	1,61	INPOL
291	291	und	45643	QUADRO C/ BARRAMENTO BIF P /28 DISJUNTOR DIN 100 A SOBREPOR - COPEL NTC 900100	319,74	OPÇÃO
304	304	und	70154	RESISTÊNCIA PARA DUCHA ELETRÔNICA, POTENCIA DE 127V / 5500W OU 220V / 7500W.	18,06	PRATIMIX
305	305	und	70155	RESISTÊNCIA PARA TORNEIRA ELÉTRICA, POTENCIA DE 127V / 5500W OU 220V / 7500W.	11,94	PRATIMIX
306	306	und	58443	ROLDANA LOUÇA 72/72	4,26	BETEL
307	307	und	2542	ROLDANA PVC 36X36	0,23	MARKS
310	310	und	23649	SISTEMA X CAIXA X	2,49	MECTRONIC
311	311	und	66967	SISTEMA X CANALETA 20 X 10 X 2000MM C/ DUPLA FACE	4,20	MUNDILUX
313	313	und	19193	SISTEMA X INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES	5,64	PLUZIE
316	316	und	58449	SISTEMA X TOMADA 2P +T 20 AP	5,50	PLUZIE
317	317	und	19196	SISTEMA X TOMADA 2P+T 10 AP	5,50	PLUZIE
319	319	und	19198	SOQUETE COM RABICHO	1,74	FERTAK
321	321	und	19200	SOQUETE PARA FLUOR DE PRESSAO	2,08	ENERBRAS
322	322	und	33667	SOQUETE PORCELANA E 27	1,86	FERTAK
323	323	und	19202	SOQUETE RABICHO PARA FLUOR	0,88	PRISMATEC
326	326	und	66969	TERMINAL COMPRESSÃO 10 MM²	0,77	DECORLUX
327	327	und	66970	TERMINAL COMPRESSÃO 16 MM²	1,30	DECORLUX
334	334	und	66977	TERMINAL PINO TUBULAR 4 MM²	0,10	DECORLUX
337	337	und	58455	TOMADA 2P + T DE EMBUTIR DE 20 AP, BRANCA C/PLACA	3,89	PLUZIE

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.
E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 17 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***REALLUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Serviços Públicos

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:CC6C0A39

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 330/2025

Ref. Pregão nº 049/2025 – Material Elétrico – PA – 2.079/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa REALLUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 97.456.636/0001-84, com sede à Avenida Brasília, nº 1.200, Jardim do Sol, na cidade de Londrina – PR, CEP 86.070-020, fone (43) 3377-9208, (43) 99984-7585, e-mail comercial2@realluzdistribuidora.com.br, representada pela Senhora REGINA HELENA SORIANI CIAPPINA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Fica aditivado o valor do item na presente ata de registro de preços conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Und.	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	Marca
142	142	und	58366	DESINGRIPANTE SPRAY 250ML	7,71	LUBFAST

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 17 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***REALLUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Serviços Públicos

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:DA7EC9D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO --- PREGÃO 19/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 19/2026**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.

Objeto da licitação: Aquisição de 02 (duas) moendas de cana elétricas industriais novas (zero hora), destinadas à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Município de Salgado Filho – PR

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	36586 - Moenda de cana elétrica industrial, motor mínimo 5CV, rolos em aço inoxidável, capacidade mínima 500 kg/h, ou superior, alimentação 220V, sistema de segurança conforme NR-12, garantia mínima 12 meses Moenda de cana elétrica industrial, motor mínimo 5CV, rolos em aço inoxidável, capacidade mínima 500 kg/h, ou superior, alimentação 220V, sistema de segurança conforme NR-12, garantia mínima 12 meses	UN	2	11.266,67	22.533,34
Total Geral					**22.533,34**

Data de entrega dos envelopes: 22/04/2026 às 08:29 horas no COMPRASGOV.

Data de abertura dos envelopes: 22/04/2026 às 08:30 horas no COMPRASGOV.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site http://www.salgadofilho.pr.gov.br ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 31 de março de 2026

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:60D15CCE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CREDENCIAMENTO: 18/2025 --- TERCEIRA ATA DE ABERTURA DE ENVELOPES – UNIFICADA CADASTRO RESERVA

Terceira Ata de Abertura de Envelopes – Unificada
Cadastro Reserva
Processo Administrativo: 74/2025
Credenciamento: 18/2025
Objeto: "Visa credenciar pessoas jurídicas e pessoas físicas em condições de prestar serviços médicos para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde"
Data: 31 de março de 2026.
Local: Prefeitura de Salgado Filho – PR.
Abertura:
Dia 31 de março de 2026 com início às 13:30 horas, finalização em 31 de março de 2026 as 16:40 horas.
Publicidade:
O Aviso de Licitação foi publicado nos seguintes diários e jornais:
Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/10/2025. Edição 3380;
Matéria publicada no Jornal Tribuna Diário no dia 08/10/2025 de 2025, edição 2611;

A disponibilidade do Edital se deu a partir do dia 08/10/2025 de outubro 2025

Credenciamento:
As empresas optaram por aderir ao Credenciamento 08/2025 estão listadas a seguir:

Nº	Credenciado	Número do Protocolo	Modalidade
1	**Clinica Medica Amarilys LTDA** (35.956.456/0001-04)	59 (10/03/2026)	Plantonista
2	**Clinica Ana C Tomazzini (52.683.626/0001-43)**	68 (13/03/2026)	Plantonista

3	**CEDAC SERVICOS MEDICOS LTDA (64.010.001/0001-08)**	82 (31/03/2026)	Plantonista

Empresas Habilitadas

Após análise dos documentos fornecido pelas empresas que optaram por aderir ao presente credenciamento, segue as empresas habilitadas.

N°	Empresas
1	**Clinica Ana C Tomazzini (52.683.626/0001-43)**
2	

Empresas Inabilitadas

Empresas	Motivo
Clinica Medica Amarilys LTDA (35.956.456/0001-04)	**Ausência dos documentos solicitados no Edital e seus anexos:**
	Documentos Faltantes exigidos no Edital e/ou Termo de Referência: **4.1.3.** Para os itens 1, 2 e 3 (plantões), o profissional médico deverá comprovar a conclusão do curso ACLS – Advanced Cardiovascular Life Support, reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina **1.6.** A empresa credenciada deverá, no momento da habilitação, indicar expressamente o profissional médico que executará os serviços, sendo vedada a substituição deste durante a vigência do contrato, **8.5[...]** **b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União[...]; **c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União[...] **8.6.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, **3.5.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União[...] **3.5.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União [...] **3.6.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário **5. Exigências de habilitação** [...] **b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União[...] **c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União[...] **5.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, poderá obter em: https://certidoes.cgu.gov.br/ **Qualificação Econômico-Financeira** [...]Calculos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)[...]
CEDAC SERVICOS MEDICOS LTDA (64.010.001/0001-08)	**Documentos Faltantes exigidos no Edital e/ou Termo de Referência:** **4.1.3.** Para os itens 1, 2 e 3 (plantões), o profissional médico deverá comprovar a conclusão do curso ACLS – Advanced Cardiovascular Life Support, reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina

Recurso a Inabilitação/Habilitação

As empresas supracitadas terão o prazo de 10 (dez) dias uteis para proceder à regularização da documentação pendente, contados a partir da publicação da presente ata.

Após a devida regularização, os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações.

Encerrado o prazo de 10 (dez) dias uteis, será realizada nova análise documental. Caso a documentação seja considerada regular, a empresa passará à condição de HABILITADA.

As empresas interessadas terão o prazo de 1 (um) dia útil para manifestar intenção de interposição de recurso, seja contra a habilitação/inabilitação própria ou outros participantes, ou ainda contra a presente ata por outros motivos.

Havendo manifestação de intenção de recurso, a parte recorrente disporá de 3 (três) dias úteis para apresentar suas razões. Da mesma forma, caso haja necessidade de contrarrazões, a parte interessada terá o prazo de 3 (três) dias úteis para fazê-lo.

Todos os recursos, contrarrazões e demais manifestações apresentadas serão devidamente encaminhadas a todos os participantes do certame constantes na presente ata, a fim de que tomem conhecimento dos fatos e das alegações apresentadas, garantindo-se, assim, a ampla publicidade e a transparência do processo licitatório

Ressalta-se que os prazos destinados à manifestação de intenção de recurso, do recurso e à apresentação de contrarrazões estão compreendidos dentro do prazo geral de 10 (dez) dias uteis mencionado anteriormente.

A empresa que não proceder à regularização ou não encaminhar a documentação exigida dentro do prazo estabelecido permanecerá na condição de INABILITADA.

Concluídas todas as fases e prazos supracitados, será realizada nova análise, com a consequente emissão de nova ata contendo o resultado e a classificação final.

Após a reanálise documental anteriormente mencionada, será lavrada nova ata, a qual será devidamente encaminhada a todos os licitantes, acompanhada dos documentos atualizados e regularizados. Eventual manifestação de intenção de interposição de recurso, em decorrência dos novos documentos ou da reclassificação resultante, submeter-se-á ao mesmo rito procedimental já estabelecido, a saber: prazo de 1 (um) dia útil para manifestação da intenção de recorrer, 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais e igual prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das contrarrazões, se houver

Da Classificação

Esclarecemos, desde o princípio, que a classificação na presente etapa do credenciamento ocorrerá estritamente por ordem de protocolo. Os proponentes integrarão uma lista de espera para futura convocação, haja vista que todas as vagas disponíveis no momento se encontram preenchida.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15:00, sendo esta ata lavrada por Jorge Gabriel Luz dos Reis, que após lida e aprovada, será assinada por todos os membros presentes.

Salgado Filho – PR, 31 de março de 2026.

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:8D08FE1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 13/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Inciso I do Art. 75 da Lei nº 14.133/21, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	MARCA	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico cadastral para trecho de 10km, na comunidade Linha São Jorge com execução de Aerolevantamento (fotogrametria)	IVAN CARLOS BERTOLDO - ME	SV	10,00	2.200,00	22.000,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
IVAN CARLOS BERTOLDO - ME	22.000,00

Salto do Lontra, 31 de março de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:19462227

DEPARTAMENTO DE RH
EDITAL Nº 012-2026- CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 012/2026
PSS 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO:

SÚMULA: Convoca Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2025, 25 de Novembro de 2025, para os cargo de **Prof. Ed. Infantil, Fund. (Anos Iniciais) 20hs** dá outras providências:
FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei;
Art. 1º - Ficam convocados para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, no Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, na Rua Prefeito Neuri Baú, 975, Centro, no prazo de 05 (cinco) dias, no horário das 07:30 as 11:30hrs e das 13:00 as 17:00hrs, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2025, na forma constante no anexo, que fica fazendo parte integrante do Edital nº 001/2025, de 25 de Novembro de 2025, para apresentar documentação constante do Edital, para fins de nomeação:
Prof. Ed. Infantil, Fund. (Anos Iniciais) 20hs – Ampla concorrência

Nº Insc.	**Nome**	**Data Nasc.**	**Formação**	**T. Serviço**	**Ap. Profiss.**	**Pont. Final**	**Class. Geral**
48	Taise de Souza Toscan	13/08/1992	40	2	5	47	44

Art. 2º - O candidato que regularmente convocado deixar de comparecer perderá a sua vaga e novo Edital de convocação será expedido, observando-se a ordem de classificação, o mesmo ocorrendo para aqueles candidatos que deixarem de apresentar a sua documentação completa constante do Edital nº 001/2025.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrario este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 31 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:D6F01070

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 188/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei
Municipal nº 1.527/2022
I – Secretaria Municipal de Educação

Alinea	Nome	objetivo	Destino	Veículo	Valor	Data
A	João Paulo Monteiro	Transportar alunos	Bandeirantes/Pr	BDV-1B78	45,00	01/04/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 31 de Março de 2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:E573CE8C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 189/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei
Municipal nº 1.527/2022
I – Secretaria Municipal de Saúde

Alinea	Nome	objetivo	Destino	Veículo	Valor	Data
A	Sidnei Pereira	Transportar pacientes	Cornélio Procópio/Pr	RHT-7F51	45,00	03/04/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 31 de Março de 2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:2C68D91F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.527/2026

DECRETO Nº 2.527/2026

SÚMULA: Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1164/2025, de 18 de novembro de 2025.

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$ 12.198,00 (Doze Mil e Cento e Noventa e Oito Reais)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
05	**SECRETÁRIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO**		
05.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**		
04.123.0002.2008	**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA**		
3.3.90.39	54 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	501	R$ 50,00
07	**SECRETÁRIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**		
07.001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
08.244.0004.2108	**SERVIÇO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**		
3.3.90.39	387 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	806	R$ 168,00
13	**SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
13.001	**DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
20.606.0011.1017	**INVESTIMENTO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
4.4.90.51	354 - Equipamentos e Material Permanente	000	R$ 9.980,00
20.606.0011.2061	**MANUTENÇÃO DA DIV. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE**		
3.3.90.39	362 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	000	R$ 2.000,00
TOTAL SUPLEMENTAR			**R$ 12.198,00**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Superávit Financeiro - Fonte 000 Recursos Ordinários (Livres).	R$ 11.980,00
Red. 34 Tendência de excesso de arrecadação – Fonte 501 Receitas de Alienações de Ativos.	R$ 50,00
Red. 29 Tendência de excesso de arrecadação – Fonte 806 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	R$ 168,00
TOTAL	**R$ 12.198,00**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 30 de março de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:5EB4DA5E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2025 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: Academia Body Station Ltda.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aulas de hidroginástica para até 100 idosos/alunos, a ser realizada em piscina aquecida, sendo 02 aulas para cada aluno por semana e com duração de 50 minutos cada aula, ministradas por professor de educação física com registro no CREF, onde o limite de aluno por turma será fixado em até 20 alunos, totalizando 600 horas aulas.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 01 de abril de 2026 a 01 de abril de 2027, bem como conceder o reajuste de 3,36% sobre o valor contratual, de acordo com o índice do INPC/IBGE, acumulado no período de março de 2025 a fevereiro de 2026, conforme especificações a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. LICITADA (HORAS)	QUANT. ADITIVADA (HORAS)	VALOR UNITÁRIO LICITADO (R$)	VALOR UNITÁRIO ADITIVADO (R$)	VALOR TOTAL ADITIVADO (R$)
01	Aulas de hidroginástica para até 100 idosos/alunos, a ser realizada em piscina aquecida, sendo 02 aulas para cada aluno por semana e com duração de 50 minutos cada aula, ministradas por professor de educação física com registro no CREF, onde o limite de aluno por turma será fixado em até 20 alunos.	600 horas (para o período de 1 ano)	600 horas (para o período de 1 ano)	R$ 220,00	R$ 227,39	R$ 136.434,00

VALOR DO ADITIVO: R$ 136.434,00 (cento e trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e quatro reais).
DATA DA ASSINATURA: 30 de março de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:6A1D4695

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026

Súmula: AAltera o anexo III da Lei Complementar nº 29/2024, que dispõe sobre o Código do Sistema Viário do município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1° - Fica alterado o anexo III, da Lei Complementar nº 29/2024, que dispõe sobre o Código do Sistema Viário do Município, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III - TABELAS DE CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS URBANAS
(DIMENSÕES MÍNIMAS)

Categorias das vias	Seção normal da via (m)	Pista de rolamento (m)	Faixa de estacionamento (m)	Calçadas (m)	Canteiro Central	Inclinação mínima[1] (%)	Rampa Máxima [2] (%)
Via Arterial – PR-182/BR-163	20,00	(E)11,20 (D)11,20	(E) 2,40 (D) 2,40	(E) 2,00 (D) 2,00	-	0,5	20
Via Estrutural Av. Orlando Luiz Zamprônio[3] [4]	30,00	(E) 7,00 (D) 7,00	(E) 2,00 (D) 2,00	(E) 3,00 (D) 3,00	2,0m min 5,0m max	0,5	20
Via Conectora Rua Guilherme Laiter[3] [5]	24,00	(E) 6,00 (D) 6,00	-	(E) 3,50 (D) 3,50	5,0m	0,5	20
Vias Coletoras tipo 1 Rua Altair	21,00	(E) 6,00 (D) 6,00	-	(E) 3,00 (D) 3,00	1,6 m min 3,0 m max	0,5	20

Reffatti, Rua Curitiba, Avenida do Rosário, Avenida Américo Mantovani, Novas Vias							
Vias Coletoras tipo 2 Rua Londrina, Rua Ovídio Bill, Rua das Palmeiras, Rua Alcebíades Mantovani e Rua Padre Estanislau Polon e Rua Azulindo Seibert, Rua das Perobas, Rua das Violetas, Prolongamento da Rua Guilherme Laiter.[3] [4]	12,00	(E) 3,50 (D) 3,50	-	(E) 2,50 (D) 2,50	-	0,5	20
Vias Locais As demais [3] [4]	12,00	(E) 3,00 (D) 3,00	(E) 2,00	(E) 2,00 (D) 2,00	-	0,5	20

[1] Da seção transversal tipo.
[2] Rampas aceitáveis em trechos de via cujo comprimento não exceda 150 m (cento e cinquenta metros) [3] Características Geométricas Mínimas.
[3] ***Em vias consolidadas, pavimentadas ou não pavimentadas, com passeio público ou não, com presença de edificações e que estão em inconformidade com os novos parâmetros de geometria, poderão permanecer como estão***

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia-Pr, em 31 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:0585A467

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2026.
DATA DA REALIZAÇÃO: 30/03/2026.

O **MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA,** entidade pública estabelecido na Avenida do Rosário, nº 228, Centro Santa Lúcia - Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93 , **DISPENSA** a Licitação, conforme o inciso II do Artigo 75, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, a favor da empresa **E PEREIRA DE ASSIS DISTRIBUIDORA**, sito à, AV ORLANDO LUIZ ZANPRONIO, 200, 0 CASA - CEP: 85795000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Santa Lúcia/PR, inscrita no CNPJ sob nº 31.163.042/0001-77, para **Aquisição de produtos de gêneros alimentícios e materiais de consumo, de forma parcelada, a fim de atender as necessidades da câmara municipal de santa lúcia-PR.**, no valor de ***R$ 6.404,34 (Seis Mil, Quatrocentos e Quatro Reais e Trinta e Quatro Centavos),*** por um período de 365 **Dias**, conforme abaixo descrito:

E PEREIRA DE ASSIS DISTRIBUIDORA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	AÇUCAR CRISTAL 5 KG Tipo cristal, isento de mofo, fermentação, odores estranhos e substâncias nocivas. Embalagem com no mínimo 5kg. Validade deve ser de no mínimo 180 dias na data de entrega. Tipo cristal, isento de mofo, fermentação, odores estranhos e substâncias nocivas. Embalagem com no mínimo 5kg. Validade deve ser de no mínimo 180 dias na data de entrega.	globo		PCT	15,00	17,02	255,30
2	1	ERVA MATE CHIMARRAO PACOTE DE 1 KG Erva-mate para chimarrão, embalagem mínima de 1 kg com os seguintes ingredientes: folhas de erva mate moídas e secadas no método tradicional, 100% natural, sem conservantes, aromatizantes ou corantes artificiais, embalada à vácuo, sem açúcar.	laranjeiras		KG	36,00	12,86	462,96
3	1	LEITE INTEGRAL 1LT Embalagens longa vida (tetra pack) de 1 (um) litro integral, sem vazamento e que contenham data de vencimento e origem do produto. Produto com registro no Ministério da Agricultura e/ou Saúde. Prazo de validade mínima de 3 (três) meses a partir da data de entrega.	lider		LT	36,00	5,10	183,60
4	1	SUCO EM PÓ 25 G Refresco em pó para preparo de bebida artificial, acondicionado em embalagem individual de no mínimo 25g, destinado ao preparo de bebida saborizada Sabores variados	apti		UN	60,00	0,97	58,20
5	1	CHA MATE C/ 25 UNID (SACHET) CHA MATE C/ 25 UNID (SACHET) EMBALAGEM COM NO MINIMO 40 GRAMAS.). Embalagem com no mínimo 40g. Validade deve ser de no mínimo 180 dias na data de entrega.	81		CX	36,00	4,95	178,20
6	1	AGUA MINERAL 20LT ÁGUA MINERAL 20LT Água mineral; natural sem gás; armazenada em garrafão plástico com capacidade de 20 litros e fabricado com resina virgem ou material adequado para contato com alimentos; vedado com tampa de pressão e lacre. Validade deve ser no mínimo de 3 (três) meses na data da entrega	fontana ouro		UN	36,00	17,80	640,80
7	1	COPO DESCARTAVEL 180ML COPO DESCARTAVEL 180ML Copo descartável para líquidos, embalagem com no mínimo de 100 un, confeccionado em poliestireno (PS) ou polipropileno (PP), destinado ao consumo de bebidas frias ou quentes	divina mesa		UN	96,00	6,02	577,92
8	1	COPO DESCARTAVEL 50ML COPO DESCARTAVEL 50ML Copo descartável para líquidos, embalagem com no mínimo de 100un, confeccionado em poliestireno (PS) ou polipropileno (PP), destinado ao consumo de bebidas frias ou quentes.	divina mesa		UN	60,00	4,45	267,00
9	1	BISCOITO AMANTEIGADO 200G SABORES .	marilan		un	48,00	6,40	307,20

		Biscoito tipo amanteigado, doce, embalagem original de no mínimo 200g, íntegra e lacrada. Elaborado à base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, manteiga, podendo conter cacau em pó, sal, fermentos químicos, corante, emulsificantes e aromatizantes. Validade deve ser de no mínimo 180 dias na data de entrega.						
10	1	SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ Material plástico, modelo tradicional, tamanho referência Nª 03	erka		UN	2,00	12,00	24,00
11	1	CAFE EM PO -CAFE TIPO TRADICIONAL 500 GR. Café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo, sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 20% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, conforme classificação da ABIC, pacote com mínimo de 500 gramas, com todas as informações pertinentes ao produto, previsto na legislação vigente, constatando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade deve ser de no mínimo 3 meses na data de entrega. Café torrado e moído, com aspecto homogêneo, embalado à vácuo, sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 20% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, conforme classificação da ABIC, pacote com mínimo de 500 gramas, com todas as informações pertinentes ao produto, previsto na legislação vigente, constatando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade deve ser de no mínimo 3 meses na data de entrega.	caboclo		PCT	54,00	28,10	1.517,40
12	1	BISCOITO SALGADO SABORES DIVERSOS MINIMO 130G Biscoito salgado com no mínimo 130g, sabores diversos a base de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, açúcar, amido de milho, aspecto, cor, cheiro e sabor próprio embalados em pacote plástico resistente. Validade deve ser de no mínimo 180 dias na data de entrega.	racini		UN	48,00	5,14	246,72
13	1	FILTRO DE PAPEL Nª 103 CX MINIMO 30UN Embalagem com mínimo de 30 unidades, com tamanho nª 103, com textura de 100% fibras celulósicas, dupla costura, isento de impurezas. O produto deverá estar embalado de maneira que haja proteção e conservação higiênica interna e externa	brigita		UN	24,00	6,13	147,12
14	1	ÁGUA MINERAL COPO DE 310ML S/GÁS Água mineral sem gás. Embalagem: Copo de 310ml. Data de envase e prazo de validade não inferior a 180 dias	itaipu		UN	864,00	1,23	1.062,72
15	1	BALA DURA SABORES SORTIDOS 500G Bala tipo dura com embalagem de no mínimo 500g, com sabores sortidos dentro da embalagem (hortelã, canela, cereja, eucalipto ou similares); embaladas individualmente; data de fabricação e prazo de validade não inferior a 180 dias.	prodasa		UN	60,00	7,92	475,20
TOTAL								6.404,34

As razões que levaram á escolha do contratado, nos termo do art. 72, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 37/2025 são: seleção mediante processo de disputa, nos termos do art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021 e arts. 12 e 14 do Decreto Municipal nº 37/2025.

Publique-se.

Gabinete do Presidência de Santa Lúcia, Estado do Paraná,
trinta e um dias de março de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:88C9AEA7

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 60/2026 DE 30 DE MARÇO DE 2026

DECRETO 60/2026
De 30 de março de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito no orçamento vigente no valor R$ 122.115,80 (Cento e Vinte e Dois Mil, Cento e Quinze Reais e Oitenta Centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264/2025 de 24/11/2025.

DECRETO
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 122.115,80 (Cento e Vinte e Dois Mil, Cento e Quinze Reais e Oitenta Centavos) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.305.0007.2086	Pró-Vigia	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
4421	00392-FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PROVIGIA PARANÁ - RES. 689/2025 SESA CUSTEIO	3.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

4432	00392-FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PROVIGIA PARANÁ - RES. 689/2025 SESA CUSTEIO	12.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4462	00392-FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PROVIGIA PARANÁ - RES. 689/2025 SESA CUSTEIO	7.115,80
	SUBTOTAL	22.115,80
10	SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES	
10.001 26.782.0012.2109	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES Manutenção de Rede de Estradas Municipais	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
	TOTAL	122.115,80

Art. 2º - Para cobertura do Crédito aberto conforme Artigo Anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício de 2025, de acordo com o Inciso I do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1.964, em conformidade com os saldos constantes do Anexo 14 do Balanço Financeiro do Exercício de 2025, de Recursos Vinculados, conforme especificado a seguir:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
00392	FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE PROVIGIA PARANÁ - RES. 689/2025 SESA CUSTEIO	22.115,80
	TOTAL	122.115,80

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 30 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:10AABC80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 021/2026

EMENTA: "Estabelece a publicação da relação de servidores que recebem gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, para fins de controle, transparência e legalidade da despesa pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estatuto dos Servidores Municipais e os princípios da Administração Pública,

CONSIDERANDO a necessidade de transparência e publicidade dos atos administrativos;

CONSIDERANDO a importância de assegurar o cumprimento das normas que regem a concessão de vantagens e gratificações aos servidores públicos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica publicada, nos termos do Art. 122 da Lei Municipal nº 004/2001, a relação nominal dos servidores públicos municipais que recebem gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE), com a devida indicação de valores recebidos.

Art. 2º A relação dos servidores com TIDE consta no Anexo Único deste Decreto, devendo ser atualizada sempre que houver alteração nas concessões e mantida acessível no Portal da Transparência do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Maria do Oeste - Pr, 31 de Março de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Matricula	Nome	Valor
9997254	ALBANI DUDEK	1.998,82
12771	ATAIR CORDEIRO	1.528,36
15251	DANIEL TOMEN	554,34
9997303	DJONATHAN DA CRUZ SILVA	717,37
12431	DORANICE DA LUZ FERREIRA	540,68
9997234	EDUARDO FERREIRA NETO	717,37
10831	GELSON ANTONIO MACIEL	1.100,02
14591	JOSEMERI NEVES DE ALMEIDA	1.453,80
9997241	KETLIN CRISCIANE PASQUALOTTO LOCATELLE	3.332,60
9997207	LEANDRO DE SOUZA	1.232,30
9997469	LUCAS IASUNIK	371,21
9997218	LUCAS SANTOS DE LARA	1.062,75
9997351	LUCAS TIAGO MINHUK	1.279,26

9997349	MARCOS ANTONIO DE LIMA	2.132,10
11841	MARIA IVONE LUBACHESKI MACHADO	3.122,41
12561	MARIELY PEREIRA MOREIRA	4.442,90
9997350	MAURI CONSTANTINO DA LUZ	1.427,73
11821	ODAIR JOSE FERREIRA DE LIMA	2.183,42
9997235	PAULO HENRIQUE RENZI	1.132,02
9081	ROZANGELA MAIER BUENO	417,67
9997197	SIMONE APARECIDA FERREIRA	1.358,42
12991	TALITA MARIA SOARES	2.163,25
12631	VALDIR CORDEIRO	1.453,80

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:5D901658

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 - PROCESSO Nº 156/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 - Processo nº 156/2026
OBJETO: Aquisição de insumos agrícolas (sementes forrageiras) destinados à implementação do Programa da Bacia Leiteira de 2026, no município de Santo Antônio do Sudoeste -PR

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021; Decreto Municipal nº. 4.084/2024 de 26 de maio de 2006, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – preço por item.

AGROVET EQUIPAMENTOS VETERINARIOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	Cutímetro inox analógico para teste de tuberculose bovina	Agrovet	Cutimetro inox	UN	1,00	619,99	619,99
5	1	Jogo de pistola de tuberculina com tubo de vidro	Agrovet	Kit pistola tuberculina	JOGO	2,00	919,99	1.839,98
TOTAL								2.459,97
GSZ REPRESENTACOES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	Semente de capim Zuri Panicum maximum) peletizada, sacas de 10 kg	BONAMIGO	10 KG	SACAS	150,00	180,00	27.000,00
TOTAL								27.000,00
J CASSOL SEMENTES								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	Semente de milheto híbrido para pastoreio bovino (BRS 1501/1502 ou ADR 300)	CJC SEMENTES	BRS 1501	SACAS	150,00	119,00	17.850,00
TOTAL								17.850,00
TERRAMAQ INSUMOS AGRICOLAS EIRELI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Semente de aveia forrageira para pastejo selecionada, certificada, sacos de 40 kg, mínimo 4 cortes	RG2	EMBRAPA 139	SACAS	300,00	82,42	24.726,00
TOTAL								24.726,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 30/03/2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:2F1A747E

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviço de operador de máquina pesada, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-Pr, Conforme chamamento público n° 14/2025..
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
J A TOFFOLI LTDA	1	1	Execução de serviço de operador de máquina pesada		2.400,00	25,50

			(retroescavadeira, motoniveladora, pá-carregadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador e outras máquinas rodoviárias, tratores e outras atividades correlatas)			

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 30/03/2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:91066478

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 53/2025

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 53/2025
Pregão Eletrônico nº 07/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 53/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA**, *inscrita no CNPJ/MF sob o nº* 54.205.260/0001-22, *sediado* na cidade de Jataizinho/PR à RUA CASTELO BRANCO, 206 - CEP: 86210000 - BAIRRO: CENTRO telefone 43988632869, e-mail rpgmercadorias@gmail.com , doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado por* RAFAEL PIRES GONÇALVES, brasileiro, maior, empresário, portador do C.P.F. nº 297.699.628-80 e RG nº 159431428, representante legal, *conforme atos constitutivos da empresa*, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo e Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de até 25% do valor do lote, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, fica acrescido o valor do contrato em 25%, nos seguintes itens:

CLÁUSULA TERCEIRA –

3.0. Fica prorrogado a vigência do contrato nº 53/2025 até o dia 23 de junho de 2026.

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
13	1	AMIDO DE MILHO produto amiláceo extraído do milho, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Acondicionado em sacos de papel impermeável ou plástico transparente fechado, em embalagens de 500g e reembalado em caixa de papelão, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Embalagem secundária de fardos plásticos ou caixas de papelão resistentes. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega	PCT	50,00	5,20	260,00
68	1	FERMENTO QUIMICO DE 100 G Fermento químico - de qualidade, composto por amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem em lata de 100g contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Embalagem secundária de fardos plásticos ou caixas de papelão resistentes. Validade mínima de 10 meses, a contar da data de entrega.	UND	65,00	2,60	169,00
69	1	Fermento em pó biológico 10 g- Embalagem de 10 g, Ingredientes: Saccharamyces cerevisiae e emulsificante monoestearato de sorbitana, Não contém glútem. Apresentar amostra para teste de malha glutínica.	UND	65,00	0,75	48,75
73	1	Gelatina Incolor - em pó, sem sabor, sem açúcar, embalagem 24g	PCT	20,00	5,00	100,00
95	1	Milho de canjica branco – tipo 1 classe branca, subgrupo duro, espeliculado, novo, constituído de grãos inteiros, sãos e sem mofo. Apresentar certificado de classificação. Embalagem primária plástica, atóxica, transparente, termossoldada de 500g , contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Embalagem secundária de fardos plásticos ou caixas de papelão resistentes. Validade mínima 05 meses a contar da entrega.	PCT	45,00	4,50	202,50
107	1	Polvilho Azedo - 500 g	PCT	22,00	3,60	79,20
117	1	Sardinha em lata em óleo comestível, com Omega3 embalagem de 125. Informações Nutricionais: proteínas 14g, sódio 330mg, cálcio 221mg. Produto elaborado com peixe (sardinha) em bom estado de conservação e higiene, submetido a processo tecnológico adequado, envasado com cobertura (óleo comestível) em recipiente hermético e esterilizado comercialmente, o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 10 (decreto 12,486 de 20/10/1978); a partir de matérias primas sãs, limpas e de boa qualidade; produto enviscerado, sem nadadeiras, cauda ou cabeça; com aspecto característico do produto, não deverá ter cheiro ardido ou rançoso; com tampa tipo abre fácil; com validade mínima de 12 meses após a data de fabricação	UND	60,00	3,95	237,00

Totalizando o valor de R$:1.096,45 (Um mi, noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUINTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 23 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:769B7C76

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 50/2025

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 50/2025
Pregão 7/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA JAIR SILVA DE ANDRADE - ME.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **JAIR SILVA DE ANDRADE - ME**, *inscrita no CNPJ/MF sob o nº* 04.932.895/0001-53, *sediado* na cidade de Sapopema/PR à Av. Joaquim D Guerreiro, 415 - Bairro: Jd Alto Alegre - CEP: 84.290-000 -Telefone 4398444-8347, e-mail: supermercadojairandrade@hotmail.com , doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado por* Jair Silva de Andrade, brasileiro, maior, empresário, portador do C.P.F. nº 977.102.539-20 e RG nº 6950596-1, representante legal, *conforme atos constitutivos da empresa*, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo e Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de até 25% do valor do lote, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.
O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência, conforme o Art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, fica acrescido o valor do contrato nos seguintes itens:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.0. Fica prorrogado a vigência do contrato nº 50/2025 até o dia 23 de junho de 2026.

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
32	1	Café em pó Extraforte homogêneo torrado e moído, obtido a partir de 100% de grãos beneficiados do fruto maduro e de 1ª qualidade, gosto predominante de café arábica, permitida a presença de café conilon, bebida dura, admitindo-se Rio e isento de Rio Zona, com o ponto de torra média, embalado pelo processo de vácuo puro, material atóxico, em embalagem double-wall ou embalagem single-wall. No caso de embalagem single-wall, deverá estar protegida individualmente por caixote de papel-cartão com selo de certificação do programa FSC. O pacote de 500 gramas deverá ser acondicionado em quantidade de 10 ou 20, em caixa de papelão reforçado, que resista às condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento, dimensionada de forma a não permitir a existência de espaços vazios entre os pacotes e os limites da caixa e que suporte empilhamento mínimo de 08 (oito) caixas. Marcas de referência: Melitta, Damasco, Bom Jesus, 3 Corações, Alvorada, ou equivalente, ou similar, ou de melhor qualidade. Validade mínima: 12 meses a partir da data de entrega. Pacote de 500 gramas. AMOSTRA Fonte da descrição: Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Pregão 13/2023.	PCT	650,00	34,22	22.243,00
103	1	PAO DE LEITE FATIADO Pão de leite fatiado - preparado no mínimo com: farinha de trigo enriquecida com ácido fólico e ferro, leite e manteiga, pacote de 400 gramas cada. Embalagem em plástico transparente termo soldado, contendo identicação do fabricante e do produto, composição, peso da embalagem, informação nutricional de acordo com a legislação vigente, data de produção e prazo validade. Não serão aceitos pães pré- preparados (congelados), e/ou apresentando sujidades, sabor e aroma de gordura (rancificado), mal cozido ou queimado. O transporte deverá ser feito em monoblocos plásticos, lavável, com finalidade exclusiva para este fim, em carros ou caminhões fechados. Os produtos devem OBRIGATORIAMENTE ser entregues de acordo com o pedido	PCT	550,00	5,33	2.931,50
183	1	Paleta bovina moída - SETINHO carne de bovino sem osso tipo paleta moída. A carne bovina utilizada para a elaboração da paleta moída deve ser submetida aos processos de inspeção estabelecidos no RIISPOA (Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Origem Animal – MAPA) Características Gerais do Produto: O produto deverá ser obtido exclusivamente de carne bovina, corte paleta, conforme padrão descrito na Portaria nº 05, de 08/11/88 - SIPA/MA, sem adição de outros ingredientes estranhos ao produto como soja, temperos, especiarias, extrato de tomate, corantes e/ou conservadores, aditivos e coadjuvantes de tecnologia entre outros. A matéria prima a ser utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, gordura parcial, aponeurose, tendões, coágulos, nódulos linfáticos, etc. Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e CMS (carne mecanicamente separada); A carne bovina no corte paleta moída deverá apresentar-se livre de parasitos, sujidades e de qualquer substância contaminante que possa alterá-las ou encobrir alguma alteração. Validade mínima do produto congelado: 12 meses a partir da data de fabricação. Embalagem Primária: Saco plástico polietileno, atóxico, lacrado por termossoldagem, transparente e resistente ao transporte e ao armazenamento. Peso liquido: de 1 a2kg. Etiquetado com peso, data do processamento e data de validade. Transporte: deverá OBRIGATORIAMENTE ser feito em carro refrigerado, obedecendo à temperatura de -12°C no momento do recebimento, conforme legislação vigente na Secretaria de Saúde.	KG	200,00	29,80	5.960,00
184	1	Peito de Frango - sem osso, sem pele, sem filézinho e sem sassami, refilada e congelada. As peças devem estar sem penas, sem penugem, sem manchas de bili, sem mancha vermelha e ausência de materiais estranhos.Toda matéria prima utilizada na elaboração do produto deve ser de qualidade comprovadamente alimentar e, os produtos de origem animal utilizados deverão ser provenientes de estabelecimento inspecionado pelo serviço de inspeção oficiai (SIM, SIP ou SIF). Embalagem Primária: Sacode Polietileno. Peso líquido da embalagem primária: 1 ou2 kg. Embalagem secundária do produto deverá ser em caixa de papelão reforçado, adequado ao empilhamento recomendado lacrada com fita adesiva, resistente a danos durante o transporte ou armazenamento e que garanta a integridade do produto durante todo o seu período de validade. Caixas com até 12 kg. Validade: 12 meses. Transporte: deverá OBRIGATORIAMENTE ser feito em carro refrigerado, obedecendo à temperatura de -12°C no momento do recebimento, conforme legislação vigente na Secretaria de Saúde. Os produtos devem OBRIGATORIAMENTE	KG	200,00	17,65	3.530,00

		ser entregues PESADOS e ETIQUETADOS de acordo com o pedido.				

Totalizando o valor de R$: 34.664,50 (Trinta e Quatro Mil, Seiscentos e Sessenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos).

CLÁUSULA QUARTO – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUINTO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 23 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:6C5EC426

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 49/2025

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 49/2025
Pregão 07/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA EMPORIO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421 , doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **EMPORIO COMERCIAL DE ALIMENTOS -LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Jataizinho - estado do Paraná. Av. Rua Antônio Brandão de Oliveira - centro nº 1151 - CEP:86.210-000 Telefone 43-3259-3093 / 99693-0339- e-mail-licitacao@alexandrecomercial.com.br / financeiro@alexandrecomercial.com.br . Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 51.817454/0001-90 neste ato representada pelo Sr. Alexandre Sextak Batistela Junior, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 800.919.849-80,RG: 13.181.034-2 conforme nº 20241327016, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo e Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de até 25% do valor do lote, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência, conforme o Art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, fica acrescido o valor do contrato nos seguintes itens:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

2.0. Fica prorrogado a vigência do contrato nº 49/2025 até o dia 23 de junho de 2026.

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
65	1	FARINHA DE TRIGO 01 KG Farinha de trigo – tipo 1, produto composto de 100% de farinha de trigo especial para consumo, obtido através da moagem de trigo e enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagens de 1 kg , com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Embalagem secundária de fardos plásticos ou caixas de papelão resistentes. Com validade mínima de 4 meses a contar da data de entrega	PCT	5,00	2,90	14,50
122	1	Abacaxi pérola - de primeira qualidade, com tamanho médio padronizado, frescas, inteiras e sãs. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isentos de substâncias terrosas, sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa. Sem parasitas, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens. Sem umidade externa anormal. Isentas de odor e sabor estranhos. O produto deverá estar acondicionado em sacos plásticos ou caixas plásticas, devidamente higienizadas para o transporte até o local de entrega. Preço unitário	UNID	60,00	10,70	642,00
142	1	Chuchu extra AA – especial de primeira, fresco, compacto e firme, sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme.	KG	50,00	5,57	278,50
143	1	COUVE FLOR Couve flor, de primeira qualidade, fresca, firme, com coloração e tamanho uniformes, livre de corpos estranhos aderidos, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	25,00	6,45	161,25
152	1	Manga - tipo tommy - de primeira qualidade, com tamanho médio padronizado, frescas, inteiras e sãs. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Isentas de substâncias terrosas, sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa. Sem parasitos, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens. Sem umidade externa anormal. Isentas de odor e sabor estranhos. O produto devera estar acondicionado em sacos plásticos ou caixas plásticas, devidamente higienizadas para o transporte até o local de entrega.	KG	50,00	4,80	240,00
155	1	MELAO Melão de 1ª qualidade amarelo casca sã firme sem rachaduras sem danos físicos ou mecânicos, devendo estar e bem desenvolvidos e maduros devendo apresentar 80 a 90 % de maturação	KG	100,00	6,65	665,00
157	1	PERA	KG	50,00	12,81	640,50
158	1	OVOS Ovos de galinha classe A: branco tamanho grande, íntegros (sem rachadura) e sem sujidades na casca - embalagens ou bandejas revestidas em filme PVC, que contenham data de classificação, validade e certificado de inspeção sanitária - produto com no máximo 05 di de classificação. Os produtos devem OBRIGATORIAMENTE ser entregues de acordo com o pedido.	DZ	50,00	7,50	375,00

Totalizando o valor de R$: 3.016,75 (Três Mil e Dezesseis Reais e Setenta e Cinco Centavos).

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUINTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 23 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:4F3A9E9E

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 51/2025

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 51/2025
Pregão 07/2025
TERMO ADITIVO AO **CONTRATO Nº 51/2025,** QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA **JOÃO DOMINGOS SUTIL.**
O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **JOÃO DOMINGOS SUTIL,** pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de São Jerônimo - Pr, situada na Av. Pedro Ferreira Costa, 1205, Bairro: Centro, CEP: 86.270-000 – Fone: 43 99191-0785 - e-mail: mercado.sutil.sjs.pr@gmail.com , devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 80.009.525/0001-27, neste ato representado pelo Sr. João Domingos Sutil, brasileiro, maior, empresário, portador do R.G. nº. 37872180 SSP-Pr e C.P.F. nº. 510.911.949-04, residente e domiciliado na cidade de São Jerônimo da Serra – PR, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo e Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de até 25% do valor do lote, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência, conforme o Art. 107 da Lei 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1. Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, fica acrescido o valor do contrato nos seguintes itens:
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
3.0. Fica prorrogado a vigência do contrato nº 51/2025 até o dia 23 de junho de 2026.

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
14	1	ARROZ INTEGRAL classe longo fino, tipo 1. O produto deve conter no mínimo 90% de grãos inteiros. Sendo embalagens de 1 kg contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e peso líquido. Embalagem secundária de fardos plásticos resistentes. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega.	PCT	8,00	11,90	95,20
48	1	Coador para café 100% algodão arame galvanizado cabo de madeira 14x18.	UND	10,00	4,50	45,00
55	1	Creme de leite - UHT, com teor de 17 à 20% de gordura, homogeneizado. Embalagem tetra brik, de 200g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou ministério da Saúde. Embalagem secundária de fardos plásticos ou caixas de papelão resistentes. Validade mínima de 5 meses a contar da data de entrega.	UND	75,00	3,10	232,50
72	1	Gelatina em pó vários sabores- Com açúcar, aromatizante, podendo ser adicionada de corantes naturais. Acondicionada em sacos plásticos, íntegros e resistentes, acondicionados em caixas limpas, íntegras e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Caixa com peso aproximado 30g.Informações Nutricionais: carboidratos 5,1g, proteínas 1,2g, sódio 87mg, vitamina C 10mg.	CX	45,00	1,04	46,80
94	1	Milho cozido no vapor - ingredientes: milho e água. Apresentando cor, cheiro e sabor característicos. Embalagem: sachê, contendo 260 gramas de produto drenado, 170 g drenado com identificação do produto, informação nutricional, marca do fabricante, data de fabricação, validade e peso líquido, reembalados em caixas de papelão resistente. Com validade mínima de 24 meses a contar da data de entrega.	PCT	150,00	2,30	345,00
108	1	POLVILHO DOCE Polvilho Doce – 500 g	PCT	38,00	3,14	119,32
112	1	SACO PLASTICO PARA CARNE 03 KG Saco plástico para carne e hortifrutigranjeiros de 3 kg c/ 50 und 28x40cm	PCT	75,00	3,45	258,75

Totalizando o valor de R$: 1.142,57 (Um Mil, Cento e Quarenta e Dois Reais e Cinqüenta e Sete Centavos).
CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
CLAÚSULA QUINTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.
Sapopema Pr, 23 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C380A4CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 77/2026 ID: 10709 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0066/2025

Fornecedor: *MAGBA E -COMMERCE LTDA*
CNPJ/MF: 559.655.990/0001-17
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
14	44072	Pneu 185/70R14. Tipo:HT.indice de carga :mín.88	UND	135	R$ 229,9900	R$ 31.048,6500	LANVIGATOR/HAOHUA (VIETNAM) CO., LTD
33	44088	Pneu 225/65R16C. Tipo: HT. Índice de carga: mín. 110.	UND	170	R$ 339,9900	R$ 57.798,3000	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co
38	44098	Pneu 10.00R20. (Liso/Direcional). Mín. 16 lonas. Índice de carga: mín. 140.	UND	27	R$ 1.414,9900	R$ 38.204,7300	CASUMINA/Southern Rubber Ind. Joint Stock Cia.
42	44103	Pneu 275/80R22.5 (Misto). Mín. 16 lonas. Índice de carga: mín. 144.	UND	29	R$ 1.277,9900	R$ 37.061,7100	ROYALBLACK/SHANDONG HAOHUA TIRE
					TOTAL:	R$ 164.113,3900	

LOTE 2: Cota reservada para MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
5	44088	Pneu 225/65R16C. Tipo: HT. Índice de carga: mín. 110.	UND	56	R$ 327,9900	R$ 18.367,4400	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co
7	44098	Pneu 10.00R20. (Liso/Direcional). Mín. 16 lonas. Índice de carga: mín. 140.	UND	9	R$ 1.414,9900	R$ 12.734,9100	CASUMINA/Southern Rubber Ind. Joint Stock Cia.
					TOTAL:	R$ 31.102,3500	

Valor total é de R$195.215,74 (cento e noventa e cinco mil, duzentos e quinze reais e setenta e quatro centavos)

Sarandi, 19 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:825F466F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº100/2026 ID: 10732 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *REALLUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA*
CNPJ: 97.456.636/0001-84
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
10	77150	CAIXA CN.	UNID	9	R$ 178,0000	R$ 1.602,0000	JORDÃO
13	77151	CAIXA GNE.	CONJ.	10	R$ 598,0000	R$ 5.980,0000	JORDÃO
14	28416	Caixa pvc sistema x branca	Peça	315	R$ 3,2500	R$ 1.023,7500	BETEL
53	34408	Interruptor de embutir com 1 tecla	Unid	317	R$ 3,4800	R$ 1.103,1600	
					TOTAL:	R$ 9.708,9100	

Valor total: R$ 9.708,91 (nove mil, setecentos e oito reais e noventa e um centavos).
Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:43E949C9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº101/2026 ID: 10733 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *RF COMERCIAL LTDA*
CNPJ: 40.913.078/0001-11
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
67	72390	Lâmpada LED, Bulbo, luz Branca 18W.	Unid	1.920	R$ 4,6900	R$ 9.004,8000	OUROLUX
68	77147	Lâmpada tubular LED T5 18W – 1,20mts.	UNID	2.270	R$ 13,9900	R$ 31.757,3000	OUROLUX
					TOTAL:	R$ 40.762,1000	

Valor total: R$ 40.762,10 (quarenta mil, setecentos e sessenta e dois reais e dez centavos).

Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:0797F940

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº102/2026 ID: 10734 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *RM COMERCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA*
CNPJ: 20.784.313/0001-95
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	77148	ALICATE DE CORTE.	UNID	37	R$ 29,9900	R$ 1.109,6300	KALA
19	28317	Conj. 1 tecla simples + tomada c/ placa 4x2	Peça	228	R$ 6,1400	R$ 1.399,9200	PLUZIE
20	46083	Conj. 1 tecla simples c/ placa 4x2 (modelo: interruptor).	Peça	188	R$ 3,8400	R$ 721,9200	PLUZIE
21	28321	Conj. 1 tomada 2p+t 10a	Peça	572	R$ 3,9700	R$ 2.270,8400	PLUZIE
22	28322	Conj. 1 tomada 2p+t 20a	Peça	502	R$ 3,9800	R$ 1.997,9600	PLUZIE
23	28318	Conj. 2 teclas simples c/ placa 4x2	Peça	255	R$ 6,0400	R$ 1.540,2000	PLUZIE
24	46084	Conj. 2 teclas simples, interruptor 2P+T c/ placa 4x2.	Peça	215	R$ 7,2200	R$ 1.552,3000	PLUZIE
52	28639	Interruptor 2tecla simples sem placa	Peça	165	R$ 6,5300	R$ 1.077,4500	PLUZIE
54	34409	Interruptor de embutir com 3 teclas	Unid	212	R$ 8,0900	R$ 1.715,0800	PLUZIE
72	34417	Pino fêmea para extensão 2P + T10 ampere	Unid	431	R$ 2,7900	R$ 1.202,4900	PLUZIE
93	28798	Sistema X - Tomada universal 2 P+T 10 A	Peça	645	R$ 5,7900	R$ 3.734,5500	PLUZIE
94	28799	Sistema X - Tomada universal 2 P+T 20 A	Peça	690	R$ 5,0700	R$ 3.498,3000	PLUZIE
					TOTAL:	R$ 21.820,6400	

Valor total: R$ 21.820,64 (vinte e um mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos).

Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:20366D6D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº217/2026 ID: 10849 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0005/2026

Fornecedor: *L HENRIQUE LEAL DE SOUZA*
CNPJ: 30.635.147/0001-19
LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	78315	Serviço roçada manual mecanizada com roçadeira costa/lateral de terrenos baldios e áreas pública, com fornecimento de combustível, operador e manutenção do equipamento terrenos públicos e particulares	M²	6.836.700	R$ 0,1700	R$ 1.162.239,0000	
					TOTAL:	R$ 1.162.239,0000	

Valor total: R$ 1.162.239,00 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, duzentos e trinta e nove reais).

Sarandi, 27 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:151CF56E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº68/2026 ID: 10700 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *FIACAO PARANA LTDA*
CNPJ: 05.609.481/0001-50

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
17	72380	Conector tapit 1/0-4/0.	UN	430	R$ 4,0000	R$ 1.720,0000	BETEL
18	72379	Conector tapit 1/0.	UN	540	R$ 2,2000	R$ 1.188,0000	BETEL
49	34404	FITA ISOLANTE - 19MM x 10M. Certificado: ABNT NBR NM 60454-3. Disponível nas cores: Azul, Amarelo, Verde e Vermelho.	Rolo	175	R$ 5,8500	R$ 1.023,7500	SIBRATEC
61	28427	Luminária publica rebaixada fixa completa modelo republicano com globo, cinta e pinaculo	Unid	158	R$ 799,0000	R$ 126.242,0000	FIBROMETAL
79	44166	Poste Republicano com 02 globos, medindo 2,60 metros, padrão município.	unid	15	R$ 3.753,0000	R$ 56.295,0000	FIBROMETAL
96	72311	Suporte para luminária pública reclinável com regulagem de inclinação de 0 a 35 graus.	UNID	150	R$ 89,0000	R$ 13.350,0000	BM
					TOTAL:	R$ 199.818,7500	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
10	28427	Luminária publica rebaixada fixa completa modelo republicano com globo, cinta e pinaculo	Unid	52	R$ 799,0000	R$ 41.548,0000	FIBROMETAL
13	44166	Poste Republicano com 02 globos, medindo 2,60 metros, padrão município.	unid	5	R$ 3.753,0000	R$ 18.765,0000	fibrometal
19	72311	Suporte para luminária pública reclinável com regulagem de inclinação de 0 a 35 graus.	UNID	50	R$ 89,0000	R$ 4.450,0000	BM
					TOTAL:	R$ 64.763,0000	

Valor total: R$ 264.581,75 (duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos).
Sarandi, 11 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:E6D680E7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº83/2026 ID: 10715 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *AGRO COMERCIAL GES LTDA*
CNPJ: 22.011.004/0001-08
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
6	77141	CABO FLEXÍVEL - 2,5MM - 750V.	M	10.800	R$ 2,0100	R$ 21.708,0000	CONNECT CABOS
					TOTAL:	R$ 21.708,0000	

Valor total: R$ 21.708,00 (vinte e um mil, setecentos e oito reais).

Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:1F768B8F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº84/2026 ID: 10716 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *ALFA CONSTRUTORA LTDA*
CNPJ: 59.903.006/0001-11

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
7	77142	CABO FLEXÍVEL - 4,0MM - 750V.	M	4.800	R$ 2,4900	R$ 11.952,0000	PORTO FLEX
8	77152	CABO FLEXÍVEL, 6,0 MM – 750V.	M	3.755	R$ 4,0900	R$ 15.357,9500	PORTO FLEX
9	72312	Cabo Flexível de cobre PP para isolação 0,6/1KV, seção 2x2,5m².	Metro	12.638	R$ 4,4200	R$ 55.859,9600	PORTO FLEX
					TOTAL:	R$ 83.169,9100	

Valor total: R$ 83.169,91 (oitenta e três mil, cento e sessenta e nove reais e noventa e um centavos).
Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:E1ADB832

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2026 ID: 10718 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *BAHIA LUMI ILUMINACAO E MATERIAL PARA CONSTRUCAO LTDA*
CNPJ: 39.983.511/0001-06

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
58	77155	LUMINÁRIA ORNAMENTAL EM LED DE 200 WATTS.	UNID	72	R$ 1.100,0000	R$ 79.200,0000	FORT
					TOTAL:	R$ 79.200,0000	

Valor total: R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:E421C6F6

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2026 ID: 10719 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *CITYLUX GROUP BRASIL LTDA*
CNPJ: 63.295.156/0001-67

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
3	77158	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO DE LED COM 3 METROS.	UNID	1.152	R$ 99,9800	R$ 115.176,9600	PROPRIA
4	77159	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO DE LED COM 4 METROS.	UNID	690	R$ 103,4800	R$ 71.401,2000	PROPRIA
82	44167	Reator para lâmpada de vapor de sódio 150w/220V, interno. Afp com capacitor e ignitor.	unid	780	R$ 43,4500	R$ 33.891,0000	HIDROWATTS
					TOTAL:	R$ 220.469,1600	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	77158	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO DE LED COM 3 METROS.	UNID	383	R$ 99,9800	R$ 38.292,3400	PROPRIA
3	77159	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO DE LED COM 4 METROS.	UNID	230	R$ 103,4800	R$ 23.800,4000	PROPRIA
16	44167	Reator para lâmpada de vapor de sódio 150w/220V, interno. Afp com capacitor e ignitor.	unid	260	R$ 43,4500	R$ 11.297,0000	HIDROWATTS
					TOTAL:	R$ 73.389,7400	

Valor total: R$ 293.858,90 (duzentos e noventa e três mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).

Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:718DCB34

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2026 ID: 10721 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *EURO TUBOS LTDA*
CNPJ: 28.568.405/0001-40
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	77157	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO DE LED COM 2 METROS.	UNID	1.145	R$ 85,0000	R$ 97.325,0000	EURO TUBOS
					TOTAL:	R$ 97.325,0000	

Valor total: R$ 97.325,00 (noventa e sete mil, trezentos e vinte e cinco reais).
Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:281594C5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2026 ID: 10723 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *FIACAO PARANA LTDA*
CNPJ: 05.609.481/0001-50

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
17	72380	Conector tapit 1/0-4/0.	UN	430	R$ 4,0000	R$ 1.720,0000	BETEL
18	72379	Conector tapit 1/0.	UN	540	R$ 2,2000	R$ 1.188,0000	BETEL
49	34404	FITA ISOLANTE - 19MM x 10M. Certificado: ABNT NBR NM 60454-3. Disponível nas cores: Azul, Amarelo, Verde e Vermelho.	Rolo	175	R$ 5,8500	R$ 1.023,7500	SIBRATEC
61	28427	Luminária publica rebaixada fixa completa modelo republicano com globo, cinta e pinaculo	Unid	158	R$ 799,0000	R$ 126.242,0000	FIBROMETAL
79	44166	Poste Republicano com 02 globos, medindo 2,60 metros, padrão município.	unid	15	R$ 3.753,0000	R$ 56.295,0000	FIBROMETAL
96	72311	Suporte para luminária pública reclinável com regulagem de inclinação de 0 a 35 graus.	UNID	150	R$ 89,0000	R$ 13.350,0000	BM
					TOTAL:	R$ 199.818,7500	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
8	77155	LUMINÁRIA ORNAMENTAL EM LED DE 200 WATTS.	UNID	23	R$ 4.000,0000	R$ 92.000,0000	PROJELUZ
10	28427	Luminária publica rebaixada fixa completa modelo republicano com globo, cinta e pinaculo	Unid	52	R$ 799,0000	R$ 41.548,0000	FIBROMETAL
13	44166	Poste Republicano com 02 globos, medindo 2,60 metros, padrão município.	unid	5	R$ 3.753,0000	R$ 18.765,0000	fibrometal
19	72311	Suporte para luminária pública reclinável com regulagem de inclinação de 0 a 35 graus.	UNID	50	R$ 89,0000	R$ 4.450,0000	BM
					TOTAL:	R$ 156.763,0000	

Valor total: R$ 356.581,75 (trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos).
Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:D4C42099

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº92/2026 ID: 10724 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *IVANETE APARECIDA MIRANDA*
CNPJ: 31.722.206/0001-59

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
44	77160	FILTRO DE LINHA BIVOLT.	UNID	415	R$ 19,3000	R$ 8.009,5000	LUMIVALLY
					TOTAL:	R$ 8.009,5000	

Valor total: R$ 8.009,50 (oito mil e nove reais e cinquenta centavos).

Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:99743560

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2026 ID: 10727 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *MORK TELECOM PRODUTOS E SERVICOS PARA TELECOMUNICACOES LTDA*
CNPJ: 13.460.002/0001-05
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
75	38931	Pino macho para extensão 2P + T20 amperes	Unid	230	R$ 4,4800	R$ 1.030,4000	PLUZIE
76	38963	PLAFONIER, corpo em PVC, formato redondo, cor: branca, com soquete em porcelana, base E-27.	Unid	1.230	R$ 2,9900	R$ 3.677,7000	BETEL
					TOTAL:	R$ 4.708,1000	

Valor total: R$ 4.708,10 (quatro mil, setecentos e oito reais e dez centavos).

Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:8133A548

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2026 ID: 10729 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *OGT DISTRIBUIDORA LTDA*
CNPJ: 05.893.370/0001-19
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
59	77149	LUMINÁRIA PLAFON DE LED.	UNID	326	R$ 19,8700	R$ 6.477,6200	LUMANTI
60	38962	Luminária de calha de sobrepor para 02 lâmpada de LED 120cm.	Unid	3.447	R$ 25,8100	R$ 88.967,0700	LUMANTI
63	72387	Lâmpada Led Bulbo luz branca 30 watts, Bivolt.	Unid	740	R$ 6,3200	R$ 4.676,8000	EMPALUX
65	72389	Lâmpada Led E40 luz branca 60 watts, Bivolt.	Unid	775	R$ 29,3500	R$ 22.746,2500	GLIGHT
					TOTAL:	R$ 122.867,7400	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
9	38962	Luminária de calha de sobrepor para 02 lâmpada de LED 120cm.	Unid	1.148	R$ 25,8100	R$ 29.629,8800	LUMANTI
17	46093	Refletor Holofote LED branca, 1000 Watts, Bivolt.	Unidad	78	R$ 165,4200	R$ 12.902,7600	MTX
					TOTAL:	R$ 42.532,6400	

Valor total: R$ 165.400,38 (cento e sessenta e cinco mil e quatrocentos reais e trinta e oito centavos).
Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:9AAD1EC9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº99/2026 ID: 10731 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0048/2025

Fornecedor: *TRIUNFO ILUMINACAO LTDA*
CNPJ: 56.004.897/0001-86
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
11	39014	Caixa de Distribuição de embutir, com barramento para 18/24 disjuntores	Unid	30	R$ 97,2000	R$ 2.916,0000	GOMES
15	39011	Canaleta, material PVC, 20 x 20 x 2000mm, sem recorte, com fita adesiva.	Barra	945	R$ 16,0500	R$ 15.167,2500	ENERBRAS
43	77161	EXTENSÃO ELÉTRICA BIVOLT.	UNID	127	R$ 31,0000	R$ 3.937,0000	VOLTIM
66	39013	Lâmpada LED Tubular T8; 20 W; branca/fria ;120 cm ; 6.500K ; bivolt, com certificação do INMETRO.	Unid	2.376	R$ 8,1100	R$ 19.269,3600	GLIGHT
71	72313	Parafuso para Poste com porca 1/2x300mm.	UNID	4.082	R$ 8,0300	R$ 32.778,4600	ROMAGNOLE
73	38930	Pino fêmea para extensão 2P + T20 amperes	Unid	180	R$ 3,1600	R$ 568,8000	VOLTIM
74	34418	Pino macho para extensão 2P + T10 ampere	Unid	431	R$ 3,3900	R$ 1.461,0900	VOLTIM
78	28745	Poste de concreto PM-100 com 7,20 M	Unid	14	R$ 360,0000	R$ 5.040,0000	INGAPOSTE

86	28788	Receptáculo para lâmpada fluorescente antivibratorio	Peça	680	R$ 2,3000	R$ 1.564,0000	ENERBRAS
					TOTAL:	R$ 82.701,9600	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
5	72312	Cabo Flexível de cobre PP para isolação 0,6/1KV, seção 2x2,5m².	Metro	4.212	R$ 4,5000	R$ 18.954,0000	CONDUBRAZ
					TOTAL:	R$ 18.954,0000	

Valor total: R$ 101.655,96 (cento e um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos).
Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:FAF08415

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DE CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 244/2025 ID: 10449 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0030/2025 - PMS

Ante as razões de fato e direito apresentadas pelo fornecedor e com base no parecer 201/26 exarado pela Procuradoria Municipal, decide-se pelo**Cancelamento da Ata de Registro de Preços 244/2025 (oriunda do Pregão Eletrônico 9-0030/2025),** correspondente a registro de preços para possíveis aquisições de equipamentos operacionais de trabalho (motopoda, motoserra, roçadeira, carrinho para coleta de lixo e afins) para atender as Secretarias Municipais de Sarandi/PR.
LOTE 1: Ampla Concorrência

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
10	76616	Motoserra MS 260	UNID	17	R$ 2.153,00	R$ 36.601,00	STIHL
					TOTAL:	R$ 36.601,00	

Sarandi, 17 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:A3D6362A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260325_178606

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 11/05/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AKG1303	284610NIC0032765	03/03/2026	50020
ALF7A95	284610NIC0032746	03/03/2026	50020
AQX2627	284610NIC0032768	03/03/2026	50020
ARQ2244	284610NIC0032770	03/03/2026	50020
AUR2645	284610NIC0032771	03/03/2026	50020
AVJ8E86	284610NIC0032781	03/03/2026	50020
AVL5051	284610NIC0032769	03/03/2026	50020
AWE7G84	284610NIC0032750	03/03/2026	50020
AXL9605	284610NIC0032761	03/03/2026	50020
AZO8A28	284610NIC0032755	03/03/2026	50020
BCB9I90	284610NIC0032753	03/03/2026	50020
BCW7D18	284610NIC0032762	03/03/2026	50020
BEO9H91	284610NIC0032774	03/03/2026	50020
DGC2I78	284610NIC0032780	03/03/2026	50020
ETF8320	284610NIC0032772	03/03/2026	50020
FVO6C30	284610NIC0032773	03/03/2026	50020
GDF5H53	284610NIC0032747	03/03/2026	50020
GFE5J67	284610NIC0032778	03/03/2026	50020
HYV9A73	284610NIC0032749	03/03/2026	50020
ISA3B91	284610NIC0032760	03/03/2026	50020
MLG5G50	284610NIC0032756	03/03/2026	50020
QRP0D19	284610NIC0032745	03/03/2026	50020
RBS6H35	284610NIC0032757	03/03/2026	50020
RFZ2H13	284610NIC0032775	03/03/2026	50020
SDR4C90	284610NIC0032754	03/03/2026	50020
SEF6H69	284610NIC0032776	03/03/2026	50020
SFE3C62	284610NIC0032766	03/03/2026	50020
SIH2J22	284610NIC0032751	03/03/2026	50020
SJI4J60	284610NIC0032748	03/03/2026	50020
SSW8A01	284610NIC0032777	03/03/2026	50020
TAK4D16	284610NIC0032779	03/03/2026	50020
TAL5G06	284610NIC0032759	03/03/2026	50020
TBX7C78	284610NIC0032763	03/03/2026	50020
TJA3F73	284610NIC0032758	03/03/2026	50020
TJA3F73	284610NIC0032764	03/03/2026	50020
TJV9E57	284610NIC0032752	03/03/2026	50020

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:0FBD612F

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260326_178724

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 14/05/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AJZ4I10	284610NIC0032797	06/03/2026	50020
AKK5768	284610CND0000905	16/01/2026	50292
ALT9884	284610NIC0032786	06/03/2026	50020
ANJ4394	284610NIC0032787	06/03/2026	50020
AOO6E41	284610NIC0032800	06/03/2026	50020
ARV2680	284610NIC0032793	06/03/2026	50020
ATV0D17	284610NIC0032767	03/03/2026	50020
AVE6940	284610NIC0032788	06/03/2026	50020
AZM1D41	284610NIC0032798	06/03/2026	50020
AZR1271	284610NIC0032792	06/03/2026	50020
BAG9J44	284610NIC0032813	06/03/2026	50020
BCY4J51	284610NIC0032806	06/03/2026	50020
BES5B76	284610NIC0032815	06/03/2026	50020
BEY9F27	284610NIC0032807	06/03/2026	50020
BWQ5G73	284610NIC0032803	06/03/2026	50020
CRL3B55	284610NIC0032814	06/03/2026	50020
DWK7781	284610NIC0032789	06/03/2026	50020
FDN5E36	284610NIC0032782	06/03/2026	50020
GCV2A78	284610NIC0032805	06/03/2026	50020
IYN9I98	284610NIC0032810	06/03/2026	50020
QAU0C79	284610NIC0032785	06/03/2026	50020
QHY5B03	284610NIC0032808	06/03/2026	50020
QXS4J17	284610NIC0032811	06/03/2026	50020
REA7I26	284610NIC0032809	06/03/2026	50020
SDV0H57	284610NIC0032794	06/03/2026	50020
SEM8C92	284610NIC0032791	06/03/2026	50020
SER3I17	284610NIC0032790	06/03/2026	50020
SEW3D36	284610NIC0032795	06/03/2026	50020
SFD6D44	284610NIC0032796	06/03/2026	50020
SFH9A80	284610NIC0032817	06/03/2026	50020
SVI1I35	284610NIC0032784	06/03/2026	50020
SWI4C93	284610NIC0032802	06/03/2026	50020
TBG7B37	284610NIC0032804	06/03/2026	50020
TBP1F48	284610NIC0032812	06/03/2026	50020
TCH4I97	284610NIC0032783	06/03/2026	50020
TJW5A64	284610NIC0032816	06/03/2026	50020
TPP4F55	284610NIC0032799	06/03/2026	50020
UAU5G21	284610NIC0032801	06/03/2026	50020

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:770DFD02

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260328_178857

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 18/05/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAY5495	284610M000353770	17/03/2026	60503
ABK7541	284610M000353816	17/03/2026	60503
ABW9591	284610M000353635	14/03/2026	60503
ABY6695	284610M000353796	17/03/2026	60503
ACJ7A71	284610M000353692	15/03/2026	60503
ACK7J31	284610M000353583	14/03/2026	60503
ACL8525	284610M000353634	14/03/2026	60503
ACQ2169	284610M000353757	16/03/2026	60503
ACT6108	284610M000353712	15/03/2026	60503
ADB4523	284610M000353651	14/03/2026	60503
ADB4523	284610M000353564	13/03/2026	60503
AFG9238	284610T000009471	23/03/2026	61220
AFK7853	284610M000353552	13/03/2026	60503
AFL4H47	284610M000353955	20/03/2026	60503
AFP7926	284610M000353866	18/03/2026	60503
AFS9073	284610M000353664	15/03/2026	60503
AGE4304	284610M000353539	13/03/2026	60503
AGL8514	284610M000353545	13/03/2026	60503
AGR0E84	284610M000353922	19/03/2026	60503
AGX0C87	284610M000353679	15/03/2026	60503
AHN3I51	284610M000353717	16/03/2026	60503
AHO1691	284610M000353739	16/03/2026	60503
AHX0350	284610M000353874	18/03/2026	56732
AHY4005	284610M000353707	15/03/2026	56732
AIL0C63	284610T000009103	23/03/2026	57463

AIP6D52	284610M000353663	15/03/2026	60503
AIP6D52	284610M000353581	13/03/2026	60503
AIP6D52	284610M000353636	14/03/2026	60503
AIW2914	284610M000353612	14/03/2026	60503
AIX3974	284610M000353750	16/03/2026	60503
AIZ3691	284610M000353540	13/03/2026	60503
AJE8222	284610M000353767	17/03/2026	56732
AJE8921	284610M000353555	13/03/2026	60503
AJK4792	284610M000353585	14/03/2026	60503
AJN2731	284610M000353607	14/03/2026	60503
AJN5B33	284610T000009475	23/03/2026	59591
AJO0534	284610M000353595	13/03/2026	60503
AJQ8555	284610M000353685	15/03/2026	60503
AJT8G97	284610M000353849	18/03/2026	56732
AJW4F58	284610M000353745	16/03/2026	56732
AKD0973	284610M000353944	19/03/2026	60503
AKF2I50	284610M000353939	19/03/2026	60503
AKF9J37	284610M000353954	19/03/2026	60503
AKF9J37	284610M000353911	19/03/2026	60503
AKF9J37	284610M000353602	13/03/2026	60503
AKG0G15	284610M000353923	19/03/2026	60503
AKG6678	284610T000009457	20/03/2026	54521
AKJ5G48	284610M000353627	14/03/2026	60503
AKN7243	284610M000353590	14/03/2026	60503
AKT9338	284610M000353863	18/03/2026	60503
AKU0457	284610M000353570	13/03/2026	60503
AKU0457	284610M000353639	14/03/2026	60503
AKW1120	284610M000353961	20/03/2026	60503
AKX1B36	284610M000353630	14/03/2026	60503
ALC3D71	284610M000353785	17/03/2026	60503
ALF2819	284610M000353524	17/03/2026	60503
ALM5I44	284610M000353708	15/03/2026	60503
ALP6C71	284610M000353878	18/03/2026	60503
ALS0F90	284610M000353857	18/03/2026	60503
ALS1108	284610M000353918	19/03/2026	60503
ALT7C00	284610M000353704	15/03/2026	60503
AMF1745	284610M000353854	18/03/2026	60503
AML3J82	284610M000353860	18/03/2026	60503
AMP2E92	284610M000353702	15/03/2026	60503
AMZ6C05	284610T000003059	26/03/2026	57380
ANA7317	284610M000353734	16/03/2026	60503
ANC8J14	284610M000353622	14/03/2026	60503
AND8C86	284610M000353800	10/03/2026	60503
ANF4F63	284610M000353784	17/03/2026	60503
ANG1B74	284610M000353689	15/03/2026	60503
ANI4E75	284610M000353587	14/03/2026	60503
ANN0518	284610M000353890	19/03/2026	60503
ANQ7056	284610M000353841	18/03/2026	60503
ANS2H93	284610T000009109	27/03/2026	51851
ANS3I02	284610M000353883	18/03/2026	60503
ANS4713	284610M000353766	17/03/2026	60503
ANU0G15	284610M000353834	18/03/2026	60503
AOA4A99	284610M000353662	15/03/2026	56732
AOK3C87	284610M000353825	17/03/2026	60503
AON0C70	284610M000353907	19/03/2026	60503
AOP8J95	284610T000008550	20/03/2026	60502
AOQ5H80	284610M000353690	15/03/2026	60503
AOQ5H80	284610M000353731	16/03/2026	60503
AOQ5H80	284610M000353779	17/03/2026	60503
AOS9819	284610M000353920	19/03/2026	56732
AOV4I77	284610M000353673	15/03/2026	60503
AOW7F16	284610M000353723	16/03/2026	56732
APA2F59	284610M000353736	16/03/2026	60503
APF1891	284610M000353844	18/03/2026	60503
APO0C51	284610M000353684	15/03/2026	60503
APO7H44	284610M000353966	20/03/2026	56732
APP0H39	284610M000353620	14/03/2026	60503
APQ9487	284610M000353591	14/03/2026	60503
APR9C89	284610M000353638	14/03/2026	60503
APT0904	284610M000353579	14/03/2026	60503
APU5783	284610M000353534	13/03/2026	60503
APV0958	284610M000353792	17/03/2026	56732
APZ3862	284610M000353619	14/03/2026	60503
AQB8060	284610T000009479	23/03/2026	57380
AQI0582	284610M000353544	13/03/2026	60503
AQI0683	284610M000353893	19/03/2026	56732
AQI3J64	284610M000353660	14/03/2026	60503
AQJ7588	284610M000353563	13/03/2026	60503
AQK4358	284610M000353649	14/03/2026	60503
AQP7D60	284610M000353824	17/03/2026	60503
AQR0D58	284610M000353810	17/03/2026	56732
AQW5I95	284610M000353711	15/03/2026	60503
AQX2627	284610M000353596	13/03/2026	60503
AQZ6D05	284610M000353931	19/03/2026	60503
ARE2221	284610M000353950	19/03/2026	60503
ARF3917	284610M000353781	17/03/2026	60503
ARO9E95	284610M000353720	16/03/2026	60503
ARR4307	284610M000353829	17/03/2026	60503
ARR9207	284610T000009456	20/03/2026	54521

ARS2482	284610M000353632	14/03/2026	60503
ART3C19	284610T000009487	26/03/2026	57463
ARU7384	284610M000353845	18/03/2026	60503
ARX3D51	284610M000353869	18/03/2026	60503
ARZ5A14	284610M000353851	18/03/2026	60503
ASK3H14	284610T000009454	20/03/2026	51180
ASK3H14	284610T000009453	20/03/2026	50100
ASK9A63	284610M000353695	15/03/2026	60503
ASQ7160	284610M000353789	17/03/2026	60503
ASQ7A65	284610M000353924	19/03/2026	56732
ASR6J95	284610M000353872	18/03/2026	60503
ASR6J95	284610M000353772	17/03/2026	60503
ASR6J95	284610M000353963	20/03/2026	60503
ASU6J21	284610M000353571	13/03/2026	60503
ASY1E20	284610M000353768	17/03/2026	60503
ATB9442	284610M000353532	13/03/2026	60503
ATD9487	284610M000353848	18/03/2026	60503
ATE2F47	284610M000353701	15/03/2026	60503
ATE6903	284610M000353558	13/03/2026	60503
ATG5G38	284610M000353899	19/03/2026	60503
ATH6A24	284610M000353913	19/03/2026	60503
ATO0H10	284610M000353839	18/03/2026	60503
ATP8576	284610M000353821	17/03/2026	60503
ATQ5102	284610M000353814	17/03/2026	60503
ATR4367	284610M000353560	13/03/2026	60503
ATS7F14	284610T000005433	25/03/2026	55411
ATU1D17	284610M000353640	14/03/2026	60503
ATU2I97	284610M000353815	17/03/2026	60503
ATW7C06	284610M000353873	18/03/2026	60503
ATX6B24	284610M000353573	13/03/2026	60503
AUG2J02	284610M000353553	13/03/2026	60503
AUL0G97	284610M000353940	19/03/2026	60503
AUM8F67	284610M000353557	13/03/2026	60503
AUS9I94	284610M000353675	15/03/2026	60503
AUU5A84	284610M000353826	17/03/2026	60503
AUY7470	284610M000353921	19/03/2026	60503
AVA4294	284610M000353957	20/03/2026	60503
AVA4A84	284610M000353859	18/03/2026	60503
AVA8218	284610M000353933	19/03/2026	60503
AVF9G64	284610M000353935	19/03/2026	60503
AVH6J88	284610M000353624	14/03/2026	60503
AVL8C21	284610M000353958	20/03/2026	60503
AVR8J78	284610M000353700	15/03/2026	60503
AVT0E19	284610M000353805	17/03/2026	60503
AVW6H98	284610M000353618	14/03/2026	60503
AVY1142	284610M000353527	17/03/2026	60503
AWF7148	284610M000353641	14/03/2026	60503
AWF7C79	284610M000353721	16/03/2026	60503
AWG4C76	284610M000353964	20/03/2026	60503
AWH5C56	284610M000353746	16/03/2026	60503
AWI2G89	284610M000353748	16/03/2026	60503
AWK1B21	284610M000353577	13/03/2026	60503
AWV7952	284610M000353730	16/03/2026	56732
AWW6F38	284610M000353799	10/03/2026	60503
AXC2A16	284610M000353637	14/03/2026	60503
AXG8474	284610M000353526	17/03/2026	60503
AXI2580	284610M000353831	18/03/2026	60503
AXI9369	284610M000353531	13/03/2026	60503
AXJ6G56	284610M000353659	14/03/2026	60503
AXK6A00	284610M000353791	17/03/2026	60503
AXK6A00	284610M000353917	19/03/2026	60503
AXM5J43	284610M000353652	14/03/2026	60503
AXP6H45	284610T000009104	23/03/2026	57463
AXQ3659	284610M000353898	19/03/2026	60503
AXR2C07	284610M000353706	15/03/2026	60503
AXS7A29	284610M000353582	14/03/2026	60503
AXT8955	284610M000353735	16/03/2026	60503
AXT9A98	284610M000353798	10/03/2026	60503
AYB0A07	284610M000353897	18/03/2026	60503
AYB7787	284610T000006611	21/03/2026	66290
AYB7787	284610T000006610	21/03/2026	70561
AYH3G49	284610M000353905	19/03/2026	60503
AYI0B57	284610T000009458	20/03/2026	54521
AYJ4F83	284610M000353833	18/03/2026	60503
AYJ5661	284610M000353794	17/03/2026	60503
AYL3393	284610M000353870	18/03/2026	56732
AYN5667	284610M000353956	20/03/2026	60503
AYN9769	284610M000353840	18/03/2026	60503
AYO2A88	284610M000353724	16/03/2026	60503
AYQ7492	284610M000353889	19/03/2026	60503
AYR9945	284610M000353820	17/03/2026	60503
AYS0C40	284610M000353586	14/03/2026	60503
AYS7134	284610M000353623	14/03/2026	60503
AYV3C08	284610T000008028	25/03/2026	51851
AYV9I45	284610M000353742	16/03/2026	60503
AYX5547	284610M000353965	20/03/2026	56732
AYY6J50	284610M000353761	17/03/2026	60503
AZB1D49	284610M000353886	18/03/2026	60503
AZC3H00	284610M000353536	13/03/2026	60503

AZK8G76	284610M000353855	18/03/2026	60503
AZK8G76	284610M000353852	18/03/2026	60503
AZK8G76	284610M000353787	17/03/2026	60503
AZK8G76	284610M000353786	17/03/2026	60503
AZM7D76	284610M000353605	14/03/2026	60503
AZM8C75	284610M000353908	19/03/2026	60503
AZN0B39	284610M000353867	18/03/2026	60503
AZN9171	284610M000353694	15/03/2026	60503
AZQ0C90	284610M000353861	18/03/2026	60503
AZX4J29	284610M000353642	14/03/2026	60503
AZY4F83	284610T000009105	23/03/2026	57463
BAJ6691	284610T000009459	20/03/2026	54521
BAV2J71	284610T000009450	20/03/2026	54521
BBG1899	284610M000353584	14/03/2026	60503
BBG5C77	284610T000008029	25/03/2026	57380
BBI5I40	284610M000353647	14/03/2026	60503
BBI6F68	284610M000353788	17/03/2026	60503
BBN1E89	284610M000353871	18/03/2026	60503
BBO2H62	284610M000353827	17/03/2026	60503
BBR8E36	284610M000353819	17/03/2026	60503
BBS7149	284610M000353749	16/03/2026	60503
BBT5D62	284610M000353672	15/03/2026	60503
BBU5F43	284610M000353868	18/03/2026	60503
BBW1846	284610M000353669	15/03/2026	60503
BBY5D97	284610M000353864	18/03/2026	60503
BBZ3C62	284610M000353892	19/03/2026	56732
BCD2941	284610M000353725	16/03/2026	60503
BCD2941	284610M000353759	17/03/2026	60503
BCE5G30	284610M000353726	16/03/2026	60503
BCJ0J66	284610M000353667	15/03/2026	60503
BCJ1D25	284610M000353718	16/03/2026	60503
BCJ5G51	284610M000353894	19/03/2026	56732
BCJ8312	284610M000353657	14/03/2026	60503
BCM6I67	284610M000353741	16/03/2026	60503
BCP9789	284610M000353752	16/03/2026	60503
BCS9H40	284610T000009480	24/03/2026	57380
BCS9H99	284610M000353909	19/03/2026	60503
BCT1E54	284610T000009484	24/03/2026	55414
BCV7I46	284610M000353549	13/03/2026	60503
BCX4H61	284610M000353665	15/03/2026	60503
BCX4H61	284610M000353919	19/03/2026	60503
BCZ4I70	284610M000353763	17/03/2026	60503
BCZ4J42	284610M000353912	19/03/2026	60503
BDC3G19	284610M000353681	15/03/2026	60503
BDK7E08	284610M000353941	19/03/2026	56732
BDP3D97	284610T000008218	21/03/2026	70301
BDQ5E08	284610M000353580	13/03/2026	60503
BDQ9B10	284610M000353817	17/03/2026	60503
BDS6J21	284610M000353688	15/03/2026	60503
BDV7D40	284610M000353880	18/03/2026	60503
BDW9H63	284610M000353541	13/03/2026	60503
BDY9C81	284610M000353910	19/03/2026	60503
BEA4G97	284610T000009474	23/03/2026	62700
BED9H29	284610M000353809	17/03/2026	60503
BEF8B59	284610M000353754	16/03/2026	60503
BEH9F49	284610M000353680	15/03/2026	60503
BEH9F49	284610M000353727	16/03/2026	56732
BEI6G16	284610M000353853	18/03/2026	60503
BEI7A53	284610M000353885	18/03/2026	60503
BEK2B35	284610M000353775	17/03/2026	60503
BEO5J76	284610M000353653	14/03/2026	56732
BEU9C09	284610T000009476	23/03/2026	59591
BEX3I96	284610T000009107	27/03/2026	73400
BEX3I96	284610T000009106	27/03/2026	70721
BEX6J10	284610T000009485	24/03/2026	76252
BKV4054	284610T000009452	20/03/2026	57380
BKV4054	284610T000009451	20/03/2026	50450
BLF2C46	284610M000353916	19/03/2026	60503
BMM2519	284610M000353566	13/03/2026	60503
BRA7751	284610M000353876	18/03/2026	60503
BVU8158	284610M000353737	16/03/2026	60503
CCJ8350	284610M000353937	19/03/2026	60503
CDP9B56	284610M000353666	15/03/2026	60503
CIQ8B76	284610T000009460	20/03/2026	54521
CKZ9I17	284610M000353943	19/03/2026	60503
CLJ1019	284610M000353528	13/03/2026	60503
CNW5E82	284610M000353747	16/03/2026	60503
CPW5268	284610M000353743	16/03/2026	60503
CRH4D73	284610M000353654	14/03/2026	60503
CVQ3173	284610M000353687	15/03/2026	60503
CVX9H26	284610M000353901	19/03/2026	60503
CZV9248	284610M000353877	18/03/2026	60503
DAY6C96	284610T000008027	25/03/2026	51851
DAY6C96	284610T000005432	25/03/2026	55411
DCL6549	284610M000353610	14/03/2026	60503
DCW9801	284610M000353535	13/03/2026	60503
DDS4I34	284610M000353760	17/03/2026	60503
DFB1075	284610M000353837	18/03/2026	60503
DFB1075	284610M000353678	14/03/2026	60503

DFB1075	284610M000353732	16/03/2026	60503
DFB1075	284610M000353843	18/03/2026	60503
DFB1075	284610M000353960	20/03/2026	60503
DIM8262	284610M000353589	14/03/2026	60503
DJN3J49	284610M000353888	19/03/2026	60503
DJN4018	284610M000353777	17/03/2026	60503
DOJ2A27	284610M000353881	18/03/2026	60503
DPN5G67	284610M000353875	18/03/2026	60503
DQA0485	284610M000353656	14/03/2026	60503
DQA8449	284610M000353882	18/03/2026	60503
DTZ0790	284610T000005434	26/03/2026	55411
DUE6129	284610M000353946	19/03/2026	60503
DVO3J04	284610M000353529	13/03/2026	60503
ECU7C64	284610M000353846	18/03/2026	60503
EDN0D58	284610T000009310	27/03/2026	55090
EDN1E07	284610T000008025	21/03/2026	65300
EEA4D47	284610M000353533	13/03/2026	60503
EKZ8C52	284610M000353658	14/03/2026	60503
EMU6J70	284610M000353661	15/03/2026	60503
EMY5F81	284610M000353530	13/03/2026	60503
ENV8346	284610M000353698	15/03/2026	60503
EPY1G72	284610M000353600	13/03/2026	60503
EPY4B78	284610T000005435	26/03/2026	55411
ERI7F11	284610M000353728	16/03/2026	56732
ETD1A70	284610M000353797	17/03/2026	60503
EWG6B44	284610M000353835	18/03/2026	60503
EWK9449	284610M000353858	18/03/2026	60503
EXJ2448	284610M000353567	13/03/2026	60503
EZE0B90	284610M000353967	20/03/2026	56732
FCU4H33	284610T000009489	26/03/2026	76332
FDN3827	284610M000353617	14/03/2026	60503
FGB4H33	284610T000009470	23/03/2026	60502
FHC8D50	284610M000353934	19/03/2026	60503
FHL7448	284610M000353847	18/03/2026	56732
FJB2H01	284610T000009481	24/03/2026	66531
FJB2H01	284610T000009482	24/03/2026	76842
FKA0A37	284610M000353740	16/03/2026	60503
FKN0G33	284610M000353609	13/03/2026	60503
FNG4A19	284610M000353710	15/03/2026	60503
FNG6I02	284610T000009490	26/03/2026	55414
FQU6E24	284610M000353554	13/03/2026	60503
FRC1E30	284610M000353575	13/03/2026	60503
FRW5D26	284610M000353525	17/03/2026	60503
FUV4E03	284610M000353862	18/03/2026	60503
FWM9B80	284610T000009201	20/03/2026	54600
FZL5F50	284610M000353808	17/03/2026	60503
FZN7E20	284610M000353614	14/03/2026	60503
FZU3G23	284610T000009486	24/03/2026	55411
GAJ4J24	284610M000353733	16/03/2026	60503
GCZ8I25	284610M000353755	16/03/2026	60503
GDT7H05	284610T000009477	23/03/2026	59591
GHE2I35	284610M000353780	17/03/2026	60503
GIU1E29	284610M000353562	13/03/2026	60503
GIU9J97	284610M000353953	20/03/2026	60503
GQH1115	284610M000353900	19/03/2026	60503
GQQ5F98	284610M000353588	14/03/2026	60503
GUU9536	284610M000353597	13/03/2026	60503
GZF3407	284610M000353633	14/03/2026	60503
HAP3B12	284610T000008026	21/03/2026	73400
HCS2984	284610M000353703	15/03/2026	60503
HPR0306	284610M000353856	18/03/2026	60503
HRJ1938	284610M000353812	17/03/2026	56732
HSY5171	284610T000009108	27/03/2026	51851
HTG8F62	284610M000353828	17/03/2026	60503
HTM3665	284610M000353546	13/03/2026	60503
IJW5726	284610M000353683	15/03/2026	60503
IQV2A95	284610M000353776	17/03/2026	60503
JEG1I85	284610M000353926	19/03/2026	60503
JHB0053	284610M000353628	14/03/2026	56732
JJH1F74	284610M000353559	13/03/2026	60503
JKE7E54	284610M000353811	17/03/2026	56732
KEG0C71	284610M000353807	17/03/2026	60503
KXS6H39	284610M000353574	13/03/2026	60503
LBJ9420	284610M000353650	14/03/2026	60503
LLJ1G37	284610M000353550	13/03/2026	60503
LQY6C29	284610M000353697	15/03/2026	56732
LRM0542	284610M000353832	18/03/2026	60503
LZH0921	284610M000353568	13/03/2026	60503
MCX4725	284610T000009102	23/03/2026	66531
MCY3494	284610M000353626	14/03/2026	60503
MDS8J70	284610M000353604	14/03/2026	60503
MEF0212	284610M000353801	10/03/2026	60503
MFJ2826	284610M000353551	13/03/2026	60503
MFV7886	284610M000353795	17/03/2026	60503
MHF5F05	284610M000353758	16/03/2026	60503
MIP3151	284610M000353615	14/03/2026	60503
MKH4F54	284610M000353608	13/03/2026	60503
MLN0A96	284610M000353613	14/03/2026	60503
MOX9066	284610M000353644	14/03/2026	60503

NCG1E56	284610T000008024	21/03/2026	51930
NFE5025	284610M000353593	14/03/2026	60503
NFE5025	284610M000353616	14/03/2026	60503
NJF0F59	284610M000353646	14/03/2026	60503
NLP4684	284610T000009455	20/03/2026	54521
NOZ6H52	284610M000353850	18/03/2026	60503
NRI1B61	284610M000353677	15/03/2026	60503
NSD2957	284610M000353903	19/03/2026	60503
NWH0B08	284610M000353601	13/03/2026	56732
OBQ9I52	284610M000353691	15/03/2026	60503
OEN5C30	284610M000353962	20/03/2026	60503
OEP2F96	284610M000353936	19/03/2026	60503
OKD3J90	284610M000353802	17/03/2026	60503
ONH9C90	284610M000353538	13/03/2026	60503
OOU6E22	284610M000353714	15/03/2026	60503
OPF3B07	284610M000353547	13/03/2026	60503
OUK9A90	284610M000353631	14/03/2026	60503
OYM6H92	284610M000353715	16/03/2026	60503
PUO5A65	284610M000353682	15/03/2026	60503
PWW9I84	284610M000353645	14/03/2026	60503
PXT6I83	284610M000353818	17/03/2026	60503
PZP6E26	284610M000353945	19/03/2026	60503
QAD4D96	284610M000353537	13/03/2026	60503
QAE1D53	284610M000353648	14/03/2026	60503
QAL6I72	284610M000353765	17/03/2026	60503
QBH2F98	284610M000353783	17/03/2026	60503
QBN3798	284610T000009483	24/03/2026	55411
QIT3E82	284610M000353949	19/03/2026	60503
QMT5653	284610M000353891	19/03/2026	60503
QQD8E47	284610M000353578	13/03/2026	60503
QWW8D81	284610M000353729	16/03/2026	56732
QXE8E26	284610M000353709	15/03/2026	60503
RDY1E98	284610M000353693	15/03/2026	60503
REC2E26	284610M000353879	18/03/2026	60503
REY0F18	284610M000353671	15/03/2026	60503
RHB2I89	284610M000353928	19/03/2026	60503
RHF4B73	284610M000353762	17/03/2026	60503
RHF4H46	284610M000353643	14/03/2026	60503
RHF7D62	284610M000353764	17/03/2026	60503
RHF8B23	284610T000008219	25/03/2026	58191
RHI5J28	284610M000353915	19/03/2026	60503
RHL8C09	284610M000353948	19/03/2026	60503
RHO3A17	284610M000353569	13/03/2026	60503
RHP5E90	284610T000009461	23/03/2026	66531
RHP5E90	284610T000009462	23/03/2026	73400
RHQ7E03	284610M000353713	15/03/2026	60503
RHT4I93	284610M000353565	13/03/2026	60503
RHT4I93	284610M000353756	16/03/2026	60503
RHW7F62	284610T000009473	23/03/2026	55920
RJK4D67	284610M000353705	15/03/2026	60503
SAH5J05	284610M000353655	14/03/2026	60503
SDQ5D01	284610M000353782	17/03/2026	60503
SDW7J14	284610M000353621	14/03/2026	60503
SEH8A49	284610M000353884	18/03/2026	60503
SEJ6A54	284610M000353932	19/03/2026	60503
SEK8E04	284610M000353670	15/03/2026	60503
SEK9I94	284610M000353968	20/03/2026	56732
SEL0G30	284610M000353606	14/03/2026	60503
SEL0G30	284610M000353906	19/03/2026	60503
SEL0G30	284610M000353668	15/03/2026	60503
SEL9G43	284610M000353952	20/03/2026	56732
SEM7F27	284610M000353674	15/03/2026	60503
SEP2J10	284610M000353838	18/03/2026	60503
SEV5H69	284610M000353629	14/03/2026	60503
SEV9C07	284610M000353719	16/03/2026	60503
SFE2C87	284610M000353778	17/03/2026	60503
SFE9F63	284610M000353836	18/03/2026	60503
SFF0G46	284610M000353771	17/03/2026	60503
SFG7B52	284610M000353904	19/03/2026	60503
SFI2H52	284610M000353938	19/03/2026	60503
SFI5C48	284610M000353774	17/03/2026	60503
SFM4I80	284610M000353556	13/03/2026	60503
SFN0E86	284610M000353951	20/03/2026	60503
SFN0F41	284610M000353769	17/03/2026	56732
SFN0H38	284610T000009467	23/03/2026	57200
SFN0H38	284610T000009463	23/03/2026	60501
SFN0H38	284610T000009468	23/03/2026	58350
SFN0H38	284610T000009464	23/03/2026	76842
SFN9E64	284610M000353686	15/03/2026	60503
SHB5F67	284610M000353813	17/03/2026	56732
SIT4I83	284610M000353830	17/03/2026	60503
SJN4F29	284610M000353823	17/03/2026	60503
SYH2C72	284610M000353722	16/03/2026	60503
TAK6F08	284610M000353930	19/03/2026	60503
TAN2A15	284610M000353699	15/03/2026	60503
TAN9I31	284610M000353927	19/03/2026	60503
TAQ7J51	284610M000353572	13/03/2026	60503
TAS4D60	284610T000009472	23/03/2026	62700
TAT0F73	284610M000353611	13/03/2026	60503

TAU2I75	284610M000353793	17/03/2026	60503
TAU3F98	284610M000353738	16/03/2026	60503
TAU9G11	284610M000353716	16/03/2026	60503
TAY5D71	284610M000353542	13/03/2026	56732
TAZ4H38	284610T000009309	27/03/2026	57380
TBA0J48	284610M000353947	19/03/2026	60503
TBA7C80	284610M000353806	17/03/2026	60503
TBG3G33	284610T000009488	26/03/2026	66531
TBH1F61	284610M000353576	13/03/2026	60503
TBK3I14	284610M000353969	20/03/2026	56732
TBN0J96	284610M000353561	13/03/2026	60503
TBO3I61	284610M000353959	20/03/2026	60503
TBP0D39	284610M000353803	17/03/2026	60503
TBS7H98	284610M000353895	19/03/2026	56732
TBS7H98	284610M000353896	19/03/2026	60503
TBS7H98	284610M000353594	14/03/2026	60503
TBU4G10	284610M000353548	13/03/2026	60503
TBU6G81	284610M000353942	19/03/2026	60503
TBW3E82	284610M000353925	19/03/2026	60503
TBW5J22	284610M000353598	13/03/2026	60503
TBZ0E61	284610M000353865	18/03/2026	60503
TIQ0F09	284610M000353914	19/03/2026	60503
TPJ8E05	284610M000353773	17/03/2026	60503
TXI5I11	284610M000353599	13/03/2026	60503
UAU8I48	284610M000353753	16/03/2026	60503
UAX5H70	284610M000353625	14/03/2026	60503
UBB6A82	284610M000353592	14/03/2026	60503
UBC4D56	284610M000353543	13/03/2026	60503
UBC4D89	284610M000353842	18/03/2026	60503
UBC4F36	284610M000353744	16/03/2026	60503
UBC5H79	284610M000353603	13/03/2026	60503
UBF2H33	284610M000353929	19/03/2026	60503
UBF3F59	284610M000353751	16/03/2026	60503
UBF9C65	284610T000009469	23/03/2026	66531
UBG1H89	284610M000353902	19/03/2026	60503
UBG6I15	284610M000353676	15/03/2026	60503
UBI6D38	284610M000353887	18/03/2026	60503
UBJ8I27	284610M000353822	17/03/2026	60503
UBK2G28	284610M000353523	17/03/2026	60503
UBK7B97	284610M000353790	17/03/2026	60503

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:E8ACEE28

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260325_178680

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 14/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ADK3D66	284610T000007791	13/01/2026	66532	R$ 195,23
AFJ0I31	284610T000007849	15/01/2026	55411	R$ 195,23
AIX1128	284610T000007595	09/01/2026	65992	R$ 293,47
AJL7H06	284610T000007810	13/01/2026	51851	R$ 195,23
AKT1487	284610T000007594	09/01/2026	50450	R$ 293,47
AKT1487	284610T000007593	09/01/2026	65992	R$ 293,47
ALA9949	284610T000007847	14/01/2026	66531	R$ 195,23
ALO3421	284610T000007836	14/01/2026	51851	R$ 195,23
AMN3D35	284610T000007815	13/01/2026	51851	R$ 195,23
AMW7C32	284610T000001178	13/01/2026	52741	R$ 2.934,70
AMW7C32	284610T000001176	13/01/2026	73400	R$ 130,16
AMW7C32	284610T000001177	13/01/2026	70561	R$ 293,47
ANA5735	284610T000007789	13/01/2026	66532	R$ 195,23
ANC8C63	284610T000007818	13/01/2026	76252	R$ 293,47
ANM0G02	284610T000007809	13/01/2026	51851	R$ 195,23
AOU4884	284610T000007820	13/01/2026	51851	R$ 195,23
AQA9F52	284610T000007822	13/01/2026	51851	R$ 195,23
AQM9A23	284610T000007800	14/01/2026	66532	R$ 195,23
AQW6H28	284610T000007797	14/01/2026	66532	R$ 195,23
ASE5820	284610T000007829	14/01/2026	66531	R$ 195,23
ASV9I61	284610T000007845	14/01/2026	59591	R$ 1.467,35
ASV9I61	284610T000007842	14/01/2026	50450	R$ 293,47
ASV9I61	284610T000007843	14/01/2026	65992	R$ 293,47
ASV9I61	284610T000007844	14/01/2026	51420	R$ 293,47
ATB5E40	284610T000007827	14/01/2026	76251	R$ 293,47
ATL8B81	284610T000008356	15/01/2026	51851	R$ 195,23
ATV6815	284610T000007799	14/01/2026	66532	R$ 195,23
AUE3837	284610T000007848	15/01/2026	55414	R$ 195,23
AUG6B46	284610T000008354	15/01/2026	51851	R$ 195,23
AWH9A39	284610T000007795	14/01/2026	51851	R$ 195,23
AWJ1I38	284610T000007817	13/01/2026	51851	R$ 195,23
AYP0856	284610T000007825	13/01/2026	51851	R$ 195,23
AYY4G31	284610T000008351	15/01/2026	51851	R$ 195,23
AZU1A17	284610T000001709	13/01/2026	51851	R$ 195,23

BAI6546	284610T000007830	14/01/2026	55411	R$ 195,23
BBX5J25	284610T000007834	14/01/2026	51851	R$ 195,23
BCM8D37	284610T000007840	14/01/2026	50450	R$ 293,47
BCM8D37	284610T000007839	14/01/2026	65800	R$ 293,47
BDS5F70	284610T000007798	14/01/2026	73400	R$ 130,16
BDW9F11	284610T000007790	13/01/2026	66532	R$ 195,23
BPS9I17	284610T000007812	13/01/2026	58196	R$ 880,41
BSI4J86	284610T000007824	13/01/2026	51851	R$ 195,23
CXU6234	284610T000007823	13/01/2026	51851	R$ 195,23
DXY2437	284610T000007813	13/01/2026	51851	R$ 195,23
FBJ7D23	284610T000007816	13/01/2026	66531	R$ 195,23
FDO5I89	284610T000007071	12/01/2026	76332	R$ 293,47
JAR9A91	284610T000007819	13/01/2026	76332	R$ 293,47
KYV2F19	284610T000001564	14/01/2026	51851	R$ 195,23
LON7486	284610T000007835	14/01/2026	51851	R$ 195,23
MDF6766	284610T000007792	14/01/2026	51851	R$ 195,23
MJQ9H95	284610T000007832	14/01/2026	51851	R$ 195,23
NMP6077	284610T000007814	13/01/2026	58196	R$ 880,41
PXQ0B72	284610T000007070	12/01/2026	51851	R$ 195,23
QBV2A54	284610T000007850	15/01/2026	66531	R$ 195,23
QFR5E84	284610T000007811	13/01/2026	51851	R$ 195,23
QXP2I23	284610T000008355	15/01/2026	61220	R$ 293,47
RFM6E34	284610T000007826	13/01/2026	56225	R$ 88,38
RHV2J41	284610T000007794	14/01/2026	73400	R$ 130,16
RUJ8H72	284610T000007831	14/01/2026	55414	R$ 195,23
RWD4F32	284610T000007837	14/01/2026	61300	R$ 293,47
SEU4J44	284610T000007793	14/01/2026	66532	R$ 195,23
SEZ6C34	284610CND0000883	08/01/2026	77492	R$ 293,47
TAS8B18	284610T000007796	14/01/2026	66532	R$ 195,23
TBE1E98	284610T000008352	15/01/2026	66531	R$ 195,23
TBE1E98	284610T000008353	15/01/2026	76842	R$ 130,16
TBQ3I78	284610T000008357	15/01/2026	59591	R$ 1.467,35
TBZ8H91	116100T003207316	09/01/2026	55760	R$ 130,16
TEH0G55	284610T000007821	13/01/2026	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:0ED385C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026.

Processo Licitatório nº 041/2026 - Pregão Presencial nº 013/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DIB LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 04.173.883/0001-92.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo tem por fim reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços através da revisão dos lotes 01, 02 e 03.
DO VALOR REGISTRADO RESULTANTE DA REVISÃO: Aplica-se a revisão a partir desta data, ao saldo ainda pendente de fornecimento existente na ARP. O valor unitário do Lote 01 (Gasolina) passa a ser de R$ 7,40 (sete reais e quarenta centavos), do Lote 02 (Óleo Diesel) a ser de R$ 8,06 (oito reais e seis centavos), e Lote 03 (Óleo Diesel S10) a ser de R$ 8,20 (oito reais e vinte centavos), conforme abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Procedência Bandeira	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	GASOLINA GASOLINA	RDP DISTR	LTS	170.720,00	7,40	1.263.328,00
2	1	ÓLEO DIESEL ÓLEO DIESEL	RDP DISTR	LTS	12.000,00	8,06	96.720,00
3	1	ÓLEO DIESEL S10	RDP DISTR	LTS	680.800,00	8,20	5.582.560,00
TOTAL							**6.942.608,00**

DO VALOR TOTAL: Em razão ao exposto no presente, acrescer-se-á ao valor total da Ata de Registro de Preços em epígrafe o montante equivalente a R$ 1.592.381,60 (um milhão quinhentos e noventa e dois mil trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos).
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 30/03/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 31 de março de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:E0F74D54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 113/2025

Pregão Eletrônico nº 050/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **CSS DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 42.419.905/0001-40.

DA MOTIVAÇÃO: O cancelamento se dá devido ao descumprimento de exigências editalícias e das condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável.
DO CANCELAMENTO: Por força do presente, se da por cancelado o Registro dos Preços da Detentora da Ata de Registro de Preços n.º 113/2025, restando os seguintes itens pendentes de fornecimento:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	OCULOS MONOFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇAO E LENTES 0 A 2 GRAUS ÓCULOS MONOFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇÃO E LENTES (0 A 2 GRAUS) - Lentes de resina1,49 - incolor. Armação: Em acetato, nylon ou metal. Detalhes: Com estojo e flanela personalizada. SEM A.R. (antireflexo)	ARM YES LENTE CR 39 FAB ARM ANJOS FAB LENTE MACLENS	UNID	300,00	62,40	18.720,00
1	2	OCULOS MONOFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇAO E LENTES 2,25 A7 GRAUS ÓCULOS MONOFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇÃO E LENTES (2,25 a 7) - Lentes de resina1,49 - incolor. Armação: Em acetato, nylon ou metal. Detalhes: Com estojo e flanela personalizada. SEM A.R. (antireflexo)	ARM YES LENTE VISAO SIMPLES FAB ARM ANJOS FAB LENTE SYGMA	UNI	207,00	83,10	17.201,70
1	3	OCULOS MONOFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇAO E LENTES 7,25 A 11 GRAUS ÓCULOS MONOFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇÃO E LENTES (7,25 A11)–lentes policabornato1,59 - incolor. Armação: Em acetato, nylon ou metal. Detalhes: Com estojo e flanela personalizada. SEM A.R. (antireflexo	ARM YES LENTE VISAO SIMPLES FAB ARM ANJOS FAB LENTE SYGMA	UNI	20,00	112,00	2.240,00
1	4	OCULOS MONOFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇAO E LENTES ACIMA 11,25 GRAUS ÓCULOS MONOFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇÃO E LENTES (acima de 11,25) - Lentes alto índice 1,67 - incolor. Armação: Em acetato, nylon ou metal. Detalhes: Com estojo e flanela personalizada. SEM A.R. (antireflexo)	ARM YES LENTE VISAO SIMPLES FAB ARM ANJOS FAB LENTE SYGMA	UNI	37,00	125,00	4.625,00
1	5	OCULOS MULTIFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇAO E LENTES 0 A7 GRAUS ÓCULOS MULTIFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇÃO E LENTES (0 A 7 GRAUS) - Lentes de resina1,49 - incolor. Armação: Em acetato, nylon ou metal. Detalhes: Com estojo e flanela personalizada. SEM A.R. (antireflexo).	ARM YES LENTE MULTIFOCAL FAB ARM ANJOS FAB LENTE SYGMA	UNI	300,00	81,60	24.480,00
1	6	OCULOS MULTIFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇAO E LENTES ACIMA DE 7,25 GRAUS ÓCULOS MULTIFOCAIS COMPLETOS COM ARMAÇÃO E LENTES (ACIMA DE 7,25GRAUS) -lentes policabornato1,59 - incolor. Armação: Em acetato, nylon ou metal. Detalhes: Com estojo e flanela personalizada. SEM A.R. (antireflexo	ARM YES LENTE MULTIFOCAL FAB ARM ANJOS FAB LENTE SYGMA	UNI	249,00	113,40	28.236,60
Total							95.503,30

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 26/03/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 30 de março de 2026.

Departamento De Gestão De Contratos

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:EB5D3935

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 069/2026.

Pregão Presencial nº 013/2026

DO OBJETO DO REGISTRO E DO PREÇO: Consideram-se **REGISTRADOS** os preços para futura e eventual compra de combustíveis dos tipos ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10, GASOLINA COMUM E ARLA 32, conforme quantidades e especificações contidas abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Procedência Bandeira	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	GASOLINA GASOLINA	RDP DISTR	LTS	170.720,00	6,67	1.138.702,40
2	1	ÓLEO DIESEL ÓLEO DIESEL	RDP DISTR	LTS	12.000,00	5,90	70.800,00
3	1	ÓLEO DIESEL S10	RDP DISTR	LTS	680.800,00	6,08	4.139.264,00
4	1	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO - ARLA 32 AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO (ARLA 32) , necessário a tecnologia SCR (Redução Catalítica Seletiva), presente nos veículos automotores a Diesel, classificados como comerciais, pesados e semi pesados, fabricados a partir de janeiro de 1012. Devendo conter o selo de registro e selo do INMETRO, e, que atenda a Norma ISSO 22241. Igual ou equivalente a LUBRAX FLUA – ARLA 32, IPIRANGA – ARLA 32.	LIMPBRILHO	LTS	6.560,00	3,00	19.680,00
TOTAL							**5.368.446,40**

DETENTORA DA ATA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS DIB LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.173.883/0001-92.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contados a partir **da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 24/03/2026.
FORO: Comarca de Sengés.

Sengés, 30 de março de 2026.

DEPARTAMENTOS DE GESTÃO DE CONTRATOS

OBS. A integra desta ARP encontra-se disponível no portal transparência encontrado no site www.senges.pr.gov.br.

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:7EDD514D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
EDITAL N.º 002/2026 – CONCURSO PÚBLICO PMS

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2024, DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público Municipal 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 31/10/2024; Edital 05/2024 de Homologação das Inscrições, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 11/12/2024; Edital 16/2024 de Divulgação do Resultado Final e Classificação, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 05/03/2025 e o Edital 17/2024 de Homologação do Resultado Final e Classificação, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 11/03/2025, faz saber que:

Ficam CONVOCADOS os candidatos constantes da relação abaixo, aprovados e classificados no Concurso Público Municipal n.º 001/2024, para realização de Exame de Sanidade Física, e posterior nomeação ao cargo público:

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

Nº	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG/CPF	CLASSIF.
01	20241140300	BRUNA GUIMARÃES BURGHI	093.452.779-27	28
02	20241040208	GABRIELLY FERNANDA PAVANELI DE ALMEIDA	122.643.739-70	29
03	20241140324	CAMILA DIAS ARRUDA	092.360.679-30	4º AFRO 30
04	20241140276	JÉSSICA FERNANDA VERTEIRO DE FREITAS	069.349.999-08	31
05	20241140523	FRANCIANI CRISTINA BIAZOTO	049.082.399-83	32

Os candidatos convocados por este Edital, deverão se apresentar na Clínica ABBA Medicina e Segurança do Trabalho, sito na Rua Santa Catarina, 956, Sertanópolis/PR, **NO DIA 15 DE ABRIL DE 2026, DAS 14H30MIN ÀS 15H10MIN,** para a realização da avaliação de sanidade física, pelo médico Dr. ANDRE SEIJI SUZUKI, inscrito no CRM/PR n.º 56.666, portando os resultados dos exames abaixo relacionados, previamente realizados, e obedecendo a seguinte ordem:

-HEMOGRAMA
-RX DE COLUNA TOTAL AP + PERFIL COM LAUDO
-CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA
-EXAME DE APTIDÃO MENTAL (realizado por profissional especializado, psicólogo ou psiquiatra).
As despesas decorrentes com a realização dos Exames acima mencionados, são de responsabilidade dos Candidatos aprovados, que após aprovação nos Exames Médicos, deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Sertanópolis – PR, sito a Avenida Doutor Vacyr Gonçalves Pereira n° 342, centro, cidade de Sertanópolis/PR, **NO DIA 16 DE ABRIL DE 2026 DAS 8:00 ÀS 11:00 E DAS 13:30 ÀS 16:30, PORTANDO EM ORDEM A SEGUINTE A DOCUMENTAÇÃO:**

Cópia da Cédula de Identidade (RG);
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Situação Regular do Cadastro de Pessoa Física - CPF (site da Receita Federal);
Cópia do Título de Eleitor;
Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
Certificado de Reservista para o Sexo masculino (idade igual ou inferior a 40 anos);
Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento com as respectivas averbações se for o caso;
Cópia da Carteira de Trabalho Física (parte da foto frente e verso) e/ou cópia dos dados da Carteira de Trabalho Digital (precisa constar o número do PIS);
Cópia do Certificado/Diploma de Conclusão do Curso exigido pelo requisito do cargo com registro no MEC.
Caso possua pós-graduação, Mestrado ou Doutorado apresentar cópias do Certificado de Conclusão.
01 (uma) fotografia 3X4 recente;
Cópia da última Declaração de Imposto de Renda.
Caso NÃO seja declarante, mas possua bens modelo de declaração no ANEXO I deste edital.
Caso NÃO seja declarante e não possua nenhum bem, modelo de declaração no ANEXO II deste edital;
Cópia do comprovante de residência atualizado (máximo 60 dias);
Cópia da Certidão de Nascimento ou RG do (s) filho (s), menores de 21 (vinte e um) anos;
CPF do (s) filho (s), menores de 21 (vinte e um) anos, ou dependentes para declaração de Imposto de Renda;
CPF do cônjuge, quando houver;
Atestado de Antecedentes Criminais, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado onde residiu nos últimos 5 anos (se for o Paraná: *https://www.atestados.pr.gov.br/solicitacao/*
Atestado de Antecedentes Criminais Federal expedida pela Polícia Federal *https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/*
Certidão de Ações Criminais expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde residiu nos últimos 5 anos;
Certidão de Ações Criminais expedida pela Justiça Federal da Região onde residiu nos últimos 5 anos (se for região sul do Brasil: *https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php*
Declaração de **não acúmulo** de cargo, modelo: ANEXO III deste edital, **nos termos do Art. 37 da Constituição Federal**, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente, o candidato que tiver outro cargo público que venha exceder as quarenta horas semanais, devem apresentar no ato da assinatura do termo de posse, o decreto ou portaria comprovando a exoneração, não será aceito protocolo de pedido de exoneração;
Caso tenha outro emprego público (o qual permita acúmulo) deverá apresentar uma declaração expedida pelo outro Órgão Público, contendo carga horária semanal, horário de trabalho e remuneração.
Atestado de sanidade física (Fornecido pelo médico trabalho **ESPECIFICADO NO ITEM 2 DESTE EDITAL;**
Declaração redigida a próprio punho de que não foi demitido do serviço público (modelo no ANEXO IV deste edital);
O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo apresentar requerimento (modelo no ANEXO V deste edital) no Setor de Protocolo da Prefeitura de Sertanópolis obrigatoriamente até a data da entrega dos documentos (16/04/2026). Após esta data, não serão aceitos pedidos de final de lista.

O não comparecimento dos candidatos convocados sem causa justificada nos prazos estipulados acima, acarretará na perda do direito de nomeação, e a critério e conveniência da Administração implicará na convocação do próximo candidato classificado.

Paço Santo Soriani, Sertanópolis, 31 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES, COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA

1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE			
Nome:			
CPF:			
RG:			
Endereço:			
Profissão:			
2. FONTES DE RENDAS			
Denominação		CPF/CNPJ	
3. BENS, DIREITOS E VALORES			
Especificação	Data de Aquisição (AQ) Data de Alienação (AL)	Valor (R$)	
TOTAL		**R$**	

Declaro para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são a expressão da verdade.

Sertanópolis, _____, de _____de 2026.

_____

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR BENS

Eu _____, portador do CPF _____, profissional de_____, **declaro** que até a presente data, **NÃO** possuo nenhum bem, direito e valor no meu nome.
Declaro para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são a expressão da verdade.

Sertanópolis, _____de _____de 2026.

_____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

EU, _____ portadora da cédula de identidade RG_____ e C.P.F_____ **declaro** para os devidos fins de direito e a quem possa interessar, que até a presente data, **NÃO** exerço nenhum cargo, emprego ou função pública não acumulável na forma do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Sertanópolis, _____, de _____de 2026.

_____

ANEXO IV

Deve ser integralmente redigida a próprio punho:

DECLARAÇÃO DE DEMISSÃO DE CARGO PÚBLICO

EU, _____ portadora da cédula de identidade RG_____ e C.P.F_____ **declaro** para os devidos fins de direito e a quem possa interessar, que até a presente data, **NÃO FUI DEMITIDA (O) DE NENHUM** cargo ou função pública.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Sertanópolis, _____, de _____de 2026.

_____

ANEXO V

REQUERIMENTO "FINAL DA FILA"

EU, _____ portadora da cédula de identidade RG_____ e C.P.F_____, residente e domiciliada á _____, nº_____, na cidade de _____**declaro** que neste momento **não assumirei** a vaga para qual fui convocada através do EDITAL N.º 001/2026 – CONCURSO PÚBLICO PMS referente ao CONCURSO 001/2024, assim **REQUISITO** a reclassificação, ocupando assim a última vaga de classificados conforme EDITAL nº17.01/2024 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Sertanópolis, _____, de _____de 2026.

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:EB30EDB7

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO LUCANO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	27/2026
b) Licitação Nº:	1/2026
c) Modalidade:	Concorrência
d) Data Homologação:	31/03/2026
e) Objeto Homologado:	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de recape asfáltico de vias urbanas em CBUQ, com 13.739,69 m², incluindo serviços preliminares, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, ensaios técnicos. Trecho: Rua DISTRITO FEDERAL (entre a Rua Sergipe e Rua Senador Souza Naves) e RUA SENADOR SOUZA NAVES (início na Rua Distrito Federal até a Ponte sobre o Ribeirão do Cerne). Colocação de placa de comunicação visual. A obra deverá ser executada em conformidade com o projeto, especificações técnicas, memoriais e demais documentos constantes no processo licitatório. SAM 44, Convênio nº 838/2025 - SECID, através da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, o Serviço Autônomo - PARANACIDADE e o município de Sertanópolis, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais, mão de obra e demais equipamentos que atendem a completa execução, conforme Pedido, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, ART n° 1720252686784 e n° 1720202203321, Memorial Descritivo, Projetos, Cronograma Físico Financeiro e planilha orçamentária

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
	07060154510012111744905100000	**1000**	**OBRAS E INSTALAÇÕES**
	07060154510012111744905100000	**1800**	**OBRAS E INSTALAÇÕES**

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: **LUCANO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA - CNPJ: 27.428.563/0001-31**						
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	OBRAS E INSTALAÇÕES	Obra	1	R$ 3.374.389,0800	R$ 3.374.389,08

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 3.374.389,08 (três milhões trezentos e setenta e quatro mil trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 31 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:E8AF79BA

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO TORNO E SOLDA SERTANOPOLIS LTDA - ME

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	75/ 2026
b) Licitação Nº:	12/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	31/03/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para contratação de serviços de torno com fornecimento de insumos

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
197	**07020267820012205533903900000**	**1000**	**OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA**
237	**07060154510012206133903900000**	**1000**	**OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA**
197	**07020267820012205533903900000**	**1505**	**OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA**
246	**08020206080013111933903900000**	**1000**	**OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA**
197	**07020267820012205533903900000**	**11065**	**OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA**
237	**07060154510012206133903900000**	**1711**	**OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA**
255	**08020206080013206333903900000**	**1000**	**OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA**

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: **TORNO E SOLDA SERTANOPOLIS LTDA - ME - CNPJ: 26.866.560/0001-17**							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO		UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	1	Serviço de Tornearia		Hora	100	R$ 116,00	R$ 11.600,00
2	1	Serviço de Tornearia		Hora	700	R$ 116,00	R$ 81.200,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 92.800,00 (Noventa e dois mil e oitocentos reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 31 de março de 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:BE4C72CC

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO VERCEZI & VERCEZI LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	71/ 2026
b) Licitação Nº:	11/2026
c) Modalidade:	Pregão
d)Data Homologação:	31/03/2026
e)Objeto Homologado:	Registro de Preços para aquisição de pedra graduada e pedra rachão, para uso do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
	07040154200122058339030000 0	1000	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: **VERCEZI & VERCEZI LTDA - CNPJ: 12.535.268/0001-07**

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO		UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	PEDRA GRADUADA		Tonelada	85	R$ 69,98	R$ 5.948,30
1	2	PEDRA RACHÃO		Tonelada	90	R$ 69,98	R$ 6.298,20
2	1	PEDRA GRADUADA		Tonelada	915	R$ 69,98	R$ 64.031,70
2	2	PEDRA RACHÃO		Tonelada	910	R$ 69,98	R$ 63.681,80

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 139.960,00 (Cento e trinta e nove mil novecentos e sessenta reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 31 de março de 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:87376109

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
1º TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 22/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PMS Nº 07/2026

Registrar Preços para compra de combustíveis para os veículos da Prefeitura Municipal, Serviço Municipal de Saúde (SERMUSA), Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e Câmara Municipal.

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no MF/CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, com sede na rua Senador Souza Naves, Nº 487, em Sertanópolis, Estado Do Paraná, neste ato representado por sua diretora superintendente **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA**, portadora da cédula de identidade registro geral n.º 6.487.109-1/SESP-PR, inscrita no CPF(MF) sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, doravante denominado de contratante e de outro lado a empresa **JOLA AUTO POSTO LTDA - EPP**, com CNPJ: 00.115.408/0001-09, situada na Rua Distrito Federal, nº 470, centro, Sertanópolis. Neste ato representado pelo senhor **LUIZ BENEDITO RAZABONI**, com cédula de identidade nº 3.106.587-9-SSP/PR, inscrito no CPF nº 364.920.439-87, residente e domiciliado na cidade de Sertanópolis, doravante denominada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de valor contratado para readequação econômico-financeira, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit. Contrato	Valor Unit. Ajustado	Diferença de valor	Valor Total
1	GASOLINA COMUM	LITROS	29.641,99	R$ 6,22	R$ 6,66	R$ 0,44	R$ 13.042,47

CLÁUSULA SEGUNDA.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.
E, por estarem justos e certos e acordados com o presente termo aditivo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que serão anexadas ao contrato inicial, feito na época e aditado nesta oportunidade na presença das testemunhas constantes.

Sertanópolis, 31 de Março de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora superintendente do Serviço Municipal de Saúde
Contratante

LUIZ BENEDITO RAZABONI
Jola Auto Posto LTDA - EPP
Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:25FAE549

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 03, DE 30 DE MARÇO DE 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Reclamação n.º 88.319 ED/SP, que determinou a revisão e discriminação das verbas remuneratórias e indenizatórias pagas aos agentes públicos;
CONSIDERANDO a necessidade de dar transparência às parcelas remuneratórias, indenizatórias e auxílios pagos aos agentes públicos da Câmara Municipal de Teixeira Soares;

RESOLVE

Art. 1.º Discriminar as verbas remuneratórias e indenizatórias pagas aos agentes públicos da Câmara Municipal de Teixeira Soares, com indicação do valor, critério de cálculo e fundamento legal, conforme tabela constante no Anexo Único desta Resolução Administrativa.
Art. 2.º A tabela referida no artigo 1.º contempla as parcelas remuneratórias e indenizatórias atualmente pagas aos servidores efetivos, servidor ocupante de cargo em comissão e vereadores vinculados à Câmara Municipal.
Art. 3.º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data da sua publicação.

INÊS APARECIDA FERREIRA
Presidente

Anexo Único

TABELA DE VERBAS REMUNERATÓRIAS E INDENIZATÓRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

VERBA	VALOR	CRITÉRIO DE CÁLCULO	FUNDAMENTO LEGAL	NATUREZA DA VERBA
1) Vencimentos a Servidores Efetivos. 2) Subsídio a Procuradora Jurídica – Servidora Efetiva.	Variável	1) Valores fixados em lei. 2) Conforme cargo, Classe e Nível da tabela de vencimentos/subsídio.	1) Anexo I da Lei Municipal n.º 2.260, de 19 de dezembro de 2025 (servidores que recebem no regime de vencimento). 2) Anexo da Lei Municipal n.º 2.261, de 19 de dezembro de 2025 (servidora que recebe pelo regime de subsídio). 3) Valores corrigidos monetariamente todo ano pela Lei da revisão geral anual (art. 37, X da Constituição).	Remuneratória
Subsídios a Vereadores	R$ 6.439,00	Até 20% do Subsídio de Deputado Estadual para Município com	1) Alínea "a" do inciso VI do art. 29 da Constituição da	Remuneratória
	(inclusive a Presidente da Câmara)	menos de 10 mil habitantes	República (limite do subsídio dos vereadores). 2) Valor fixado pela Resolução n.º 01, de 01 de julho de 2024.	
Vencimento ao Assessor Jurídico da Presidência – Cargo em Comissão.	R$ 7.800,00	Valor fixado em lei.	1) Art. 24 da Lei Municipal n.º 2.262, de 19 de dezembro de 2025. 2) Valor corrigido monetariamente todo ano pela Lei da revisão geral anual (art. 37, X da Constituição).	Remuneratória
Gratificação de função de serviços de informática e comunicação.	R$ 896,92	Valor fixado em lei.	1) Art. 2.º da Lei Municipal n.º 2.041, de 22 de dezembro de 2022. 2) Valor corrigido monetariamente todo ano pela Lei da revisão geral	Remuneratória
			anual (art. 37, X da Constituição).	
Adicional por tempo de serviço (ATS)	Variável	1) Valor fixado em lei. 2) Percentual de 4% incidente sobre o vencimento do servidor, devido a cada biênio de efetivo exercício no serviço público municipal. 3) Servidor que recebe pelo regime de subsídio não usufrui.	Art. 93 da Lei n.º 1.609, de 13 de agosto de 2013 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).	Remuneratória
Abono de permanência	R$ 1.970,62	Valor correspondente à contribuição previdenciária da servidora ao RPPS, enquanto permanecer em atividade após cumprir os requisitos para a aposentadoria voluntária.	1) § 19 do art. 40 da Constituição da República.	Remuneratória

			2) Artigos 51 e 52 da Lei Municipal n.º 1.966, de 21 de setembro de 2021.	
Auxílio- alimentação	R$ 597,95	Valor fixado em lei.	1) Art. 3.º da Lei Municipal n.º 2.005, de 28 de março de 2022. 2) O valor é corrigido	Indenizatória

			monetariamente todo ano por Resolução Administrativa autorizada em lei de acordo com o mesmo percentual e índice aplicado a revisão geral anual dos servidores (inciso X do art. 37 da Constituição).	
Diária	Variável	Valores fixados em lei, pagos por dia de deslocamento a serviço fora do Município, conforme local de destino.	1) Anexo I e II da Lei n.º 2.042, de 20 de janeiro de 2023. 2) O valor é corrigido monetariamente todo ano por Resolução Administrativa autorizada em lei de acordo com o mesmo percentual e índice aplicado a revisão geral anual dos servidores	Indenizatória

			(inciso X do art. 37 da Constituição).	
Férias e terço de férias	Variável	O valor da remuneração do servidor (vencimento + adicional por tempo de serviço ou somente subsídio), acrescido por um terço.	1) Inciso XVII do art. 7.º da Constituição da República. 2) § 3.º do art. 39 da Constituição da República. 3) Art. 111 da Lei n.º 1.609, de 13 de agosto de 2013 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).	Remuneratória
Abono pecuniário de férias	Variável	Conversão de um terço das férias em abono pecuniário, cabendo a Administração Municipal a análise e deferimento, mediante a disponibilidade financeira e a necessidade da administração.	§ 7.º do art. 107 da Lei n.º 1.609, de 13 de agosto de 2013 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).	Indenizatório
	Variável			Remuneratória

Licença- prêmio		Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 03 (três) meses de licença- prêmio, sem prejuízo de sua remuneração (vencimento + adicional por tempo de serviço ou somente subsídio).	Arts. 138 e 139 da Lei n.º 1.609, de 13 de agosto de 2013 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).	
Licença- prêmio convertida em pecúnia	Variável	Recebimento de 01 (um) mês e ½ (meio) do seu salário efetivo, cabendo a Administração Municipal a análise e deferimento, mediante a disponibilidade financeira e expedição da portaria de conversão.	Art. 139 da Lei n.º 1.609, de 13 de agosto de 2013 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).	Indenizatória
Férias indenizadas – servidores que pediram exoneração ou foram exonerados	Variáveis	O valor da remuneração (vencimento + adicional por tempo de serviço ou somente subsídio) do servidor, acrescido por um terço, sem desconto previdenciário e nem de Imposto de Renda	§ 8.º do art. 107 da Lei n.º 1.609, de 13 de agosto de 2013 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).	Indenizatória
Décimo terceiro (Gratificação Natalina)	Variáveis	A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.	1) Inciso VIII do art. 7.º da Constituição da República. 2) § 3.º do art. 39 da Constituição da República. 3) Arts. 89 e 90 da Lei n.º 1.609, de 13 de agosto de 2013 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).	Remuneratória

INÊS APARECIDA FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:D81140B3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
CONCORRÊNCIA 17/2025

HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 17/2025

OBJETO: Pavimentação de estrada rural em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 51.032,38 m², compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico. Trecho: – ESTRADA DA GRUTA, entre o início do trecho (516.106,76; 7.183.216,66) e a faixa de domínio da BR-277 (a 6.110m).

CONTRATADA: OESTE CAPITAL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ 02.096.823/0001-98, com sede em Rua CIELITO, Nº 47, CENTRO - Santa Tereza do Oeste/PR - CEP 85825-000.

Oeste Capital Construtora Ltda						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	(CBUQ), área de 51.032,38 m² (ESTRADA DA GRUTA ETAPA 4) Pavimentação de estrada rural em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área	OBRA	1,00	10.379.900,00	10.379.900,00

		de 51.032,38 m², compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico. Trecho: - ESTRADA DA GRUTA, entre o início do trecho (516.106,76; 7.183.216,66) e a faixa de domínio da BR-277 (a 6.110m) - ETAPA IV Área Pavimentada: 51.032,38 m² Prazo de execução: 330 (trezentos e trinta) dias;				
TOTAL							10.379.900,00

Valor total: R$ 10.379.900,00 (Dez milhões, trezentos e setenta e nove mil e novecentos reais).

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 25 de março de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:78E3DDDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 90009/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR.

CONTRATADA: ARMAZEM 75 COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrita no CNPJ 42.965.607/0001-56, com sede em RUA PAIN FILHO, N° 1980 /SÃO JOSE, CEP: 95.180-406| Cidade: FARROUPILHA | Estado: RS.
VALOR TOTAL: R$ 11.586,00 (onze mil, quinhentos e oitenta e seis reais).

ARMAZEM 75 COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
5	1	LAMPADA LED BULBO 30W BIVOLT	Maxxy Led	Bulbo	UN	300,00	5,58	1.674,00
5	2	LAMPADA LED BULBO 40W BIVOLT	Maxxy Led	Bulbo	UN	300,00	7,11	2.133,00
5	3	LAMPADA LED BULBO 50W BIVOLT	Maxxy Led	Bulbo	UN	300,00	9,45	2.835,00
5	4	LAMPADA LED PERA 9W BIVOLT	Maxxy Led	Bulbo	UN	300,00	1,93	579,00
5	5	LAMPADA TUBULAR BIVOLT LED T8 18W 6500K	Maxxy Led	Tubular	UN	100,00	5,40	540,00
5	6	LAMPADA TUBULAR BIVOLT LED T8 9W 6500K	Maxxy Led	Tubular	UN	100,00	4,19	419,00
5	7	REFLETOR LED SLIM PR 100W 6500K	Maxxy Led	Refletor	UN	100,00	19,92	1.992,00
5	8	REFLETOR LED SLIM PR 50W 6500K	Maxxy Led	Refletor	UN	100,00	14,14	1.414,00
TOTAL								11.586,00

CONTRATADA: FORCE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS, inscrita no CNPJ 46.671.055/0001-24, com sede em Av. Brasília, 1212 – Jardim do Sol – Londrina PR | CEP 86070-020.
VALOR TOTAL: R$ 20.355,50 (vinte mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

FORCE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	ABRACADEIRA CONDULETE BR 3/4"	INPOL	UN	100,00	0,65	65,00
4	2	ABRACADEIRA CONDULETE PR 3/4"	INPOL	UN	100,00	0,65	65,00
4	3	ADAPTADOR CONDULETE BR 3/4"	INPOL	UN	100,00	1,00	100,00
4	4	ADAPTADOR CONDULETE PR 3/4"	INPOL	UN	100,00	0,82	82,00
4	5	CAIXA CONDULETE BR 5 ENT. 3/4"	INPOL	UN	100,00	3,55	355,00
4	6	CAIXA DE PASSAGEM CONCRETO 30X30	ACM	UN	30,00	37,50	1.125,00
4	7	CAIXA PADRAO COPEL FERRO AN1 FJ	JORDAO	UN	20,00	102,40	2.048,00
4	8	CAIXA PADRAO COPEL FERRO CN1 FJ	JORDAO	UN	30,00	118,80	3.564,00
4	9	CANALETA 20X10X2MT C/ FITA ADESIVA	MUNDILUX	UN	100,00	2,99	299,00
4	10	CONECTOR DE EMENDA 2 FIOS ATE 4MM	ASANTOS	UN	100,00	1,20	120,00
4	11	CONECTOR DE EMENDA 2 FIOS ATE 6MM WAGO	ASANTOS	UN	100,00	2,65	265,00
4	12	CONECTOR DE EMENDA 3 FIOS ATE 4MM WAGO	ASSANTOS	UN	100,00	2,90	290,00
4	13	ELETRODUTO CONDULETE PVC BR 3M 3/4"	INPOL	UN	50,00	11,55	577,50
4	14	ELETRODUTO ROSC. 1"	BOM JESUS	UN	50,00	8,55	427,50
4	15	ELETRODUTO ROSC. 3/4"	BOM JESUS	UN	50,00	7,00	350,00
4	16	FITA ISOLANTE 18MMX20M	FOXLUX	UN	50,00	8,60	430,00
4	17	HASTE TERRA 5/8X2,40MT 12,7MM	EV	UN	10,00	50,00	500,00
4	18	INTERRUP. 1TS EXTERNA	ILUMI	UN	100,00	13,95	1.395,00
4	19	INTERRUP. 2TS	PLUZIE	UN	100,00	17,95	1.795,00
4	20	INTERRUPTOR SIMPLES 6A BR	PLUZIE	UN	100,00	8,30	830,00
4	21	ISOLADOR ROLDANA 72X72	MUNDILUZ	UN	20,00	10,10	202,00
4	22	TOMADA 2P+T 10A BR	PLUZIE	UN	100,00	8,35	835,00
4	23	TOMADA 2P+T 20A BR	PLUZIE	UN	100,00	11,70	1.170,00
4	24	TOMADA 3P 10A BRANCA SISTEMA X	PLUZIE	UN	100,00	10,80	1.080,00
4	25	TOMADA 3P 20A BRANCA SISTEMA X	PLUZIE	UN	100,00	12,50	1.250,00
4	26	TOMADA P/ CONDULETE BR DUPLA 20A	MECTRONIC	UN	50,00	15,21	760,50
4	27	TOMADA P/ CONDULETE BR SIMPLES 20A	MECTEONIC	UN	50,00	7,50	375,00
TOTAL							20.355,50

CONTRATADA: THALYTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 52.880.468/0001-11, com sede em RUA JOAO RIBEIRO DOS REIS, 691, CENTRO, Cidade/Estado: TEIXEIRA SOARES – PR.
VALOR TOTAL: R$ 549.291,22 (quinhentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos).

THALYTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CADEADO ZAMAC 20MM	STAM	UN	50,00	13,30	665,00
1	2	CADEADO ZAMAC 25MM	STAM	UN	100,00	14,70	1.470,00
1	3	CADEADO ZAMAC 35MM	STAM	UN	50,00	23,50	1.175,00
1	4	CADEADO ZAMAC 40MM	STAM	UN	50,00	27,00	1.350,00
1	5	CADEADO ZAMAC 45MM	STAM	UN	100,00	29,70	2.970,00
1	6	DISCO DE CORTE FINO ACO INOX 115X1,0X22	VILA	UN	20,00	1,90	38,00
1	7	DISCO DE CORTE FINO ACO INOX 115X1,0X22,2	CORTAG	UN	20,00	2,20	44,00
1	8	LUVA LATEX MULTIUSO AM TAM G	LALAN	UN	50,00	7,37	368,50
1	9	LUVA RASPA DE COURO LONGA	LUVAS KOCH	UN	50,00	19,95	997,50
1	10	LUVA VAQUETA AMERICANA CURTA 10" LUVAS	LUVAS KOCH	UN	50,00	19,95	997,50
1	11	MANGUEIRA JARDIM LARANJADA	PABOVI	MT	300,00	3,00	900,00
2	1	ACABAMENTO DOCOL P/ VALVULA DE DESCARGA CHROME	DOCOL	UN	20,00	109,22	2.184,40
2	2	ACABAMENTO P/ TORNEIRA 15000-C23	MARCHE ZAN	UN	20,00	11,09	221,80
2	3	ADESIVO PVC TIGRE 175G	AMANCO	UN	50,00	4,34	217,00
2	4	ANEL VEDAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO C/ GUIA	BLUKIT	UN	50,00	6,72	336,00
2	5	COLUNA PARATI LOGASA BRANCO	LOGASA	UN	10,00	105,25	1.052,50
2	6	ENGATE FLEXIVEL PVC 1/2X40CM	TIGRE	UN	30,00	5,13	153,90
2	7	ENGATE FLEXIVEL DE PVC 1/2X50CM	TIGRE	UN	30,00	5,50	165,00
2	8	ENGATE FLEXIVEL DE PVC 1/2X60CM	TIGRE	UN	30,00	6,72	201,60
2	9	JOELHO ESGOTO 45º 100MM	AMANCO	UN	40,00	9,49	379,60
2	10	JOELHO ESGOTO 45º 50MM	AMANCO	UN	50,00	3,11	155,50
2	11	JOELHO ESGOTO 90º 100MM	AMANCO	UN	60,00	7,10	426,00
2	12	JOELHO ESGOTO 90º 150MM	AMANCO	UN	20,00	52,25	1.045,00
2	13	JOELHO ESGOTO 90º 40MM	AMANCO	UN	100,00	1,94	194,00
2	14	JOELHO ESGOTO 90º 50MM	AMANCO	UN	120,00	3,11	373,20
2	15	JOELHO SOLDAVEL 90º 25MM	AMANCO	UN	200,00	0,72	144,00
2	16	JOELHO SOLDAVEL 90º 25X1/2 AZUL	AMANCO	UN	100,00	5,50	550,00
2	17	JOELHO SOLDAVEL 90º 32MM	AMANCO	UN	50,00	3,79	189,50
2	18	LUVA ESGOTO 40MM	AMANCO	UN	100,00	2,31	231,00
2	19	LUVA ESGOTO 50MM	AMANCO	UN	78,00	2,74	213,72
2	20	LUVA ESGOTO 100MM	AMANCO	UN	50,00	5,93	296,50
2	21	LUVA SOLDAVEL 25X3/4 AZUL	AMANCO	UN	30,00	8,69	260,70
2	22	LUVA SOLDAVEL 25MM	AMANCO	UN	150,00	0,72	108,00
2	23	LUVA SOLDAVEL TIGRE 32MM	AMANCO	UN	50,00	2,31	115,50
2	24	MÁSCARA DESCARTÁVEL SEM VALVULA	ECOAR	UN	1.000,00	1,52	1.520,00
3	1	MECANISMO SAIDA UNIV. P/CAIXA ACOPLADA	BLUKIT	KIT	10,00	46,86	468,60
3	2	PARAFUSO P/ VASO BUCHA N°10 LATONADO	LETEL	UN	100,00	2,93	293,00
3	3	SIFÃO SANFONADO BRANCO	ASTRA	UN	100,00	6,75	675,00
3	4	TE ESGOTO 100MMX50MM	PLASTILIT	UN	40,00	11,87	474,80
3	5	TE ESGOTO 40MM	AMANCO	UN	50,00	2,48	124,00
3	6	TE ESGOTO 100MM	AMANCO	UN	20,00	14,43	288,60
3	7	TE ESGOTO TIGRE 150MMX100MM	PLASTILIT	UN	15,00	64,90	973,50
3	8	TE SOLDAVEL 32MM	AMANCO	UN	50,00	4,80	240,00
3	9	TE SOLDAVEL TIGRE 25MM	AMANCO	UN	150,00	1,39	208,50
3	10	TUBO DE LIGAÇAO CROMADO 260MM	BLUKIT	UN	20,00	68,90	1.378,00
3	11	TUBO DESCARGA P/ VALVULA	AMANCO	UN	20,00	16,50	330,00
3	12	TUBO ESGOTO DN 100MM	AMANCO	UN	200,00	89,45	17.890,00
3	13	TUBO ESGOTO DN 150MM	PLASTUBOS	UN	50,00	221,00	11.050,00
3	14	TUBO ESGOTO DN 40MM	AMANCO	UN	50,00	39,00	1.950,00
3	15	TUBO ESGOTO DN 50MM	AMANCO	UN	100,00	59,00	5.900,00
3	16	TUBO SOLDAVEL DN 32MM	AMANCO	UN	150,00	50,05	7.507,50
3	17	TUBO SOLDAVEL DN 50MM	AMANCO	UN	60,00	80,80	4.848,00
3	18	TUBO SOLDAVEL TIGRE DN 25MM	AMANCO	UN	200,00	25,40	5.080,00
3	19	VALVULA LAVATORIO ABS BRANCA	ASTRA	KIT	50,00	8,80	440,00
6	1	FIO. CABO PP 2X1,5MM	SIL	UN	500,00	4,59	2.295,00
6	2	FIO. CABO PP 2X2,5MM	SIL	UN	500,00	7,09	3.545,00
6	3	FIO. CABO PP 2X4,00MM	SIL	UN	500,00	10,82	5.410,00
6	4	FIO. CABO PP 2X6,00MM	SIL	UN	500,00	15,00	7.500,00
6	5	FIO. FLEXIVEL ANTICHAMA 10,00MM CORFIO/RCM	SIL	UN	2.000,00	10,82	21.640,00
6	6	FIO. PARALELO FLEXIVEL ANTICHAMA 2X1,50MM	SIL	UN	1.000,00	3,50	3.500,00
6	7	FIO. PARALELO FLEXIVEL ANTICHAMA 2X2,50MM	SIL	UN	1.000,00	5,66	5.660,00
6	8	FIO. PARALELO FLEXIVEL ANTICHAMA 2X4,00MM	SIL	UN	1.000,00	8,76	8.760,00
6	9	FIO. SOLIDO/FLEXIVEL ANTICHAMA 1,50MM CORFIO/RCM	SIL	UN	2.000,00	1,41	2.820,00
6	10	FIO. SOLIDO/FLEXIVEL ANTICHAMA 2,50MM CORFIO/RCM	SIL	UN	2.000,00	2,32	4.640,00
6	11	FIO. SOLIDO/FLEXIVEL ANTICHAMA 4,00MM CORFIO/RCM	SIL	UN	2.000,00	3,83	7.660,00
6	12	FIO. SOLIDO/FLEXIVEL ANTICHAMA 6,00MM CORFIO/RCM	SIL	UN	2.000,00	5,81	11.620,00
6	13	POSTE DE CONCRETO PM 100	POSTES PADROEIRA	UN	20,00	358,85	7.177,00
6	14	POSTE DE CONCRETO PM 200	POSTES PADROEIRA	UN	10,00	458,20	4.582,00
6	15	POSTE DE CONCRETO PM 300	POSTES PADROEIRA	UN	5,00	581,72	2.908,60
6	16	POSTE DE CONCRETO PM 75	POSTES PADROEIRA	UN	20,00	333,00	6.660,00
7	1	ASSENTO SANITARIO BRANCO	ASTRA	UN	50,00	37,11	1.855,50
7	2	BACIA C/ CAIXA ACOP. PARATI LOGASA BCA	LOGASA	UN	10,00	453,85	4.538,50
7	3	ENXADA OLHO OVAL C/CABO 7,5"	PANDOLFO	UN	30,00	37,94	1.138,20
7	4	FECHADURA EXT 4811 BL	STAM	UN	30,00	104,77	3.143,10
7	5	FECHADURA EXT 4811 CR	STAM	UN	10,00	110,55	1.105,50
7	6	FECHADURA INT 4642 BL	STAM	UN	10,00	88,27	882,70
7	7	FECHADURA INT 4812 CR	STAM	UN	10,00	85,80	858,00
7	8	FECHADURA WC 4513 CR	STAM	UN	10,00	95,70	957,00
7	9	FECHADURA WC 4813 BL	STAM	UN	10,00	93,23	932,30
7	10	FECHADURA WC 4813 PF	STAM	UN	10,00	95,73	957,30
7	11	FECHADURA EXT F-2600/63 S/AC PF	STAM	UN	30,00	67,65	2.029,50
7	12	FECHADURA WC 4643 PF	ALIANCA	UN	10,00	85,80	858,00
7	13	LAVATORIO PARATI BRANCO	LOGASA	UN	20,00	160,89	3.217,80
7	14	LAVATORIO PLASTICO GD BRANCO	ASTRA	UN	20,00	40,41	808,20
7	15	LIXEIRA DE INOX COM PEDAL 5LITROS	MOR	UN	10,00	91,57	915,70
7	16	LIXEIRA INOX COM PEDAL 12LT	MOR	UN	10,00	114,70	1.147,00
7	17	MARTELO UNHA 29MM CB NAVAL	DREYER	UN	10,00	98,96	989,60

7	18	MARTELO UNHA CABO FIBRA 27MM	LOTUS	UN	10,00	29,68	296,80
7	19	NIVEL ALUMINIO 18" 45CM	IRWIN	UN	10,00	27,21	272,10
7	20	TORNEIRA BOIA CAIXA D AGUA 3/4"	TIGRE	UN	20,00	16,48	329,60
7	21	TORNEIRA COZ. PAR. ALT. CROSS BC 1/2-3/4"	TIGRE	UN	50,00	68,46	3.423,00
7	22	TORNEIRA ELETRICA 5500W 127V	ZAGONEL	UN	5,00	136,14	680,70
7	23	TORNEIRA ELETRICA 5500W 220V	ZAGONEL	UN	5,00	136,14	680,70
7	24	TORNEIRA LAVATORIO MESA CROSS BC 1/2" TIGRE	TIGRE	UN	20,00	53,61	1.072,20
7	25	TORNEIRA TANQUE/MAQ. CROSS BC 1/2-3/4"	TIGRE	UN	20,00	7,40	148,00
7	26	VASSOURA JARDIM PLAST. 22D C/ CB PR	TRAPP	UN	30,00	24,73	741,90
7	27	VASSOURAO DE GARI C/ CABO	ROMA	UN	30,00	28,86	865,80
8	1	ARAME GALVANIZADO N18 RL 1KG 1,24MM	MORLAN	UN	10,00	20,04	200,40
8	2	ARAME GALVANIZADO N16 RL 1KG 1,65MM	MORLAN	UN	10,00	18,60	186,00
8	3	ARAME RECOZIDO 18	COMAX	UN	100,00	12,16	1.216,00
8	4	FERRO 10MM CA50 DOBRADO	ARCELORMITTAL	UN	70,00	48,70	3.409,00
8	5	FERRO 12.5MM CA50 DOBRADO	ARCELORMITTAL	UN	70,00	71,28	4.989,60
8	6	FERRO 4.2MM CA50 DOBRADO	ARCELORMITTAL	UN	100,00	10,01	1.001,00
8	7	FERRO 6.3MM CA50 DOBRADO	ARCELORMITTAL	UN	100,00	21,13	2.113,00
8	8	FERRO 8MM CA50 DOBRADO	ARCELORMITTAL	UN	100,00	31,50	3.150,00
8	9	TRELICA H8 TIPO 3 LEVE C/ 6MT	ARCELORMITTAL	UN	200,00	22,90	4.580,00
8	10	TRELICA HP8 TIPO 3 PESADA C/ 6MT	ARCELORMITTAL	UN	200,00	32,22	6.444,00
9	1	LONA PRETA 4M	LONAX	MT	2.000,00	1,74	3.480,00
9	2	LONA PRETA 6M	LONAX	MT	2.000,00	1,90	3.800,00
9	3	TELHA 1,83X1,10X5MM	ISDRALIT	UN	200,00	43,90	8.780,00
9	4	TELHA 2,44X0,50X4MM	ISDRALIT	UN	2.000,00	16,33	32.660,00
9	5	TELHA 2,44X1,10X5MM	ISDRALIT	UN	600,00	47,20	28.320,00
10	1	ARGAMASSA AC I	CERAMFIX	SACO	500,00	15,90	7.950,00
10	2	ARGAMASSA AC III PISO SOBRE PISO CINZA	CERAMFIX	UN	500,00	29,68	14.840,00
10	3	ARGAMASSA ACII	CERAMFIX	UN	500,00	25,18	12.590,00
10	4	CAL FINO 18KG	SÃO JOAO	UN	100,00	19,78	1.978,00
10	5	CAL HIDRATADA CH-3 20KG	CIBRA	UN	500,00	17,08	8.540,00
10	6	CAL PARA PINTURA 8 KG	CIBRA	UN	300,00	11,25	3.375,00
10	7	CAL VIRGEM 20KG	CIBRA	SACO	100,00	14,85	1.485,00
10	8	CIMENTO CPII-F 32 50KG	VOTORANTIM	SACO	1.500,00	35,98	53.970,00
10	9	PISO CERÂMICO 2,51M 50X50 A	LEF	MT²	800,00	19,90	15.920,00
10	10	REJUNTE BEGE 1KG	QUARTZOLIT	UN	150,00	6,27	940,50
10	11	REJUNTE BRANCO 1KG	QUARTZOLIT	KG	150,00	6,27	940,50
10	12	REJUNTE CINZA OUTONO 1KG	QUARTZOLIT	KG	150,00	6,27	940,50
10	13	REJUNTE GRAFITE 1KG	QUARTZOLIT	KG	150,00	6,27	940,50
10	14	REJUNTE MARROM CAFE 1KG	QUARTZOLIT	KG	150,00	6,27	940,50
11	1	AREIA MEDIA	PORTO AREIA BRASOL	MT³	400,00	126,43	50.572,00
11	2	PEDRA BRITA/PEDRISCO Nº 1 E 2	BOSCARDIN	MT³	50,00	136,35	6.817,50
11	3	TIJOLO 6 FUROS 9X14X19 (PADRÃO)	CERAMICA OSLI	UN	25.000,00	0,58	14.500,00
11	4	TIJOLO 6 FUROS MEIO (PADRÃO).	CERAMICA OSLI	UN	10.000,00	0,61	6.100,00
12	1	PARAFUSO P/ FORRO PHILL.PON.AGU. 4,2X13	VILA	UN	3.000,00	0,65	1.950,00
12	2	PARAFUSO P/VASO SANITARIO C/BUCHA Nº10 2PÇS 439	PROIND	UN	50,00	7,97	398,50
12	3	PARAFUSO P/VASO SANITARIO C/BUCHA Nº8 2PÇS 438	PROIND	UN	50,00	6,22	311,00
12	4	PARAFUSO PANELA C/BUCHA Nº10 6,3X50 546	PROIND	UN	50,00	6,15	307,50
12	5	PARAFUSO PHILIPS C/BUCHA Nº8 5,0X50 10PÇS 550	PROIND	UN	80,00	6,44	515,20
12	6	PARAFUSO TELHEIRO SEXTAVADO 5/16 X110	RESENDE	UN	1.000,00	0,79	790,00
12	7	PREGO 12X12 S/ CABEÇA	RESENDE	UN	10,00	21,18	211,80
12	8	PREGO 13X15	RESENDE	UN	10,00	19,38	193,80
12	9	PREGO 15X21	GERDAU	UN	50,00	17,53	876,50
12	10	PREGO 17X27 CAB. DUPLA	RESENDE	UN	100,00	20,46	2.046,00
12	11	PREGO 17X27	GERDAU	UN	200,00	12,41	2.482,00
12	12	PREGO 18X30 P/TELHA TORC C/ ARR. 30UN	RESENDE	PCT	200,00	13,82	2.764,00
12	13	PREGO 18X36	GERDAU	UN	300,00	13,14	3.942,00
12	14	PREGO 20X42	RESENDE	UN	100,00	12,41	1.241,00
12	15	PREGO 22X42	GERDAU	UN	50,00	7,24	362,00
12	16	PREGO COMUM C/CABEÇA 17X27 20PÇS 518	PROIND	UN	10,00	2,45	24,50
12	17	PREGO DE AÇO C/CABEÇA 10X10 25PÇS 500	PROIND	UN	10,00	3,58	35,80
12	18	PREGO DE AÇO C/CABEÇA 15X15 100PÇS 1015	PROIND	UN	10,00	4,10	41,00
12	19	PREGO DE AÇO C/CABEÇA 17X21 10PÇS 505	PROIND	UN	10,00	3,66	36,60
12	20	PREGO DE AÇO C/CABEÇA 18X36 10PÇS 509	PROIND	UN	10,00	4,13	41,30
TOTAL							549.291,22

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 31 de março de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:F2C9A067

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO PROCESSO DE DISPENSA ELETRONICA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 11/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 46/2026
Plataforma: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado"
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por item.
Sistema de Registro de Preços

Licitação exclusiva para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Torna-se público que o Municipio de Terra Rica, por meio do departamento de Licitações, realizará Dispensa Eletrônica**,** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da Sessão: 07/04/2026
Horário da Fase de Lances: 09:00 horas.
Duração da Fase de Lances: 06:00 Horas (até as 15:00)

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
O objeto da presente dispensa: Registro de preço para compra de vacinas antirrábicas e seringas para a realização de vacinação de cães e gatos, em contrapartida ao programa Castrapet**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
O objeto será conforme Tabela:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	57781	SERINGA DESCARTAVEL DE 3ML COM AGULHA HIPODÉRMICA 25X07MM Especificações: Seringa fabricada em polipropileno incolor; certificada pelo INMETRO, produto estéril, descartável e de uso único; deve possuir escala de graduação com alto grau de precisão com numeração legível e indelével. Agulha com canhão identificado com cor correspondente ao número do calibre, conector em plástico colorido conforme padrão universal para identificação do tamanho. Tamanho: 25 mm x 0,70 mm; Identificação dos calibres conforme Padrão Universal de Cores do canhão.	100,00	UNID	0,83	83,00
2	57785	VACINA ANTIRRÁBICA Especificações: Fabricação nacional, inativada, para imunização ativa de cães e gatos contra raiva, dose única contendo 1 ml, deve ser regulamentada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento MAPA. As vacinas deverão possuir prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade na data de entrega. As vacinas deverão ser entregues em condições adequadas de armazenamento e de transporte, devendo ser conservadas sob refrigeração entre 2°C e 8°C, protegida da luz, até o momento da entrega. Os materiais deverão ser entregues sem qualquer indicio de violação, com a embalagem intacta e vedada. Na embalagem deverá conter todas as informações sobre o produto para a imediata identificação dos itens no momento do recebimento, devendo constar também a data de fabricação, validade e a identificação do fabricante e/ou marca dos produtos.	100,00	UNID	24,11	2.411,00
TOTAL						2.494,00

Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

O critério de julgamento adotado será o Dispensa, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.
A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/.
O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
que se enquadrem nas seguintes vedações:
autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.
Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Documento de Formalização da Demanda, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e/ou, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, conforme o caso;
Juntamente dos documentos de habilitação o licitante apresentará as Declarações exigidas em Edital na forma do Anexo III;

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade cooperativa deverá apresentar declaração, conforme Anexo IV, junto aos documentos de habilitação, para possuir o direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Fica facultado ao fornecedor, **caso a opção seja disponível no sistema,** cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.
Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso
FASE DE LANCES
A partir da data e horário definidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01 centavos (um centavos de reais)
Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
Estando o preço compatível, será solicitado ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, nos termos do Anexo V do Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Na mesma oportunidade o fornecedor deverá encaminhar os documentos de habilitação, conforme item 6.1.2.
É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
O prazo de validade da proposta não será inferior a sessenta (60) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
Será desclassificada a proposta vencedora que:
contiver vícios insanáveis;
não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

HABILITAÇÃO

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
O Agente de contratação exigirá do fornecedor mais bem classificado o envio dos documentos de habilitação a que se referem esse tópico, no prazo máximo de 02 (duas) horas, devendo ser encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico, devendo ser encaminhado juntamente com a proposta de preços (conforme *item 5.3)*.
Após o prazo do *item* anterior, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

DO REGISTRO DE PREÇOS

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Ata de registro de Preços ou emitido instrumento equivalente.
O Sistema de Registro de Preços adotado como procedimento auxiliar no presente processo licitatório é regulamentado nos termos da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 264/2023.
A quantidade do objeto por *Lote/item* descrita no Termo de Referência trata da quantidade máxima a ser contratada pela Administração, sem que exista obrigatoriedade de contratação desta quantidade pela Administração Pública.
Não serão admitidas propostas para de registro de preços em quantidade inferior à quantidade definida no termo de referência
As condições para alteração ou atualização dos preços registrados, hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor e do registro de preços, penalidades a serem aplicadas em caso de descumprimento da Ata estão descrita nos termos da Minuta da Ata de Registro de Preços.
Veda-se a participação da Administração Pública em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.
Serão incluídos em cadastro de reserva:
Os licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação; e
Os licitantes que mantiverem sua proposta original;

SANÇÕES

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços;
dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preços;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata de registro de preços;
fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preços;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de até 05% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
Poderá ser aplicada multa moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato/ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente
A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o contratante, na forma da **Instrução Normativa GTTNLL 09/2023**.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O procedimento será divulgado na plataforma de dispensa eletrônica, Diário Oficial do Município e sítio eletrônico do órgão público.
No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
republicar o presente aviso com uma nova data;
valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência Simplificado
ANEXO II	Modelo De Declaração Unificada
ANEXO III	Modelo Padrão De Declaração De Enquadramento – ME/EPP
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	Minuta de Ata de Registro de Preços

Terra Rica, 02/04/2026

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal de Terra Rica

JULIO CESAR GERMANO JUNIOR
Agente de Contratações

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

OBJETO: Registro de preço para compra de vacinas antirrábicas e seringas para a realização de vacinação de cães e gatos, em contrapartida ao programa Castrapet.

Órgão: Secretaria de Administração

Solicitante: Alexsander Bruno Medeiros

Responsável pelo preenchimento: Mayara Carla Alvarez

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Conforme Relatório de Cotação (anexo).

DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMOS

Nos termos do art. 72, *caput*, V da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão exigidos, como requisitos de habilitação mínimos para a contratação:

a) Documento constitutivo da empresa;
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;
c) Certidão Conjunta de quitação de Tributos e contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e regularidade relativa a Seguridade Social (INSS-CND);
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos;
e) Certidão negativa conjunta relativa a débitos junto Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

IDENTIFICAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	57781	SERINGA DESCARTAVEL DE 3ML COM AGULHA HIPODÉRMICA 25X07MM Especificações: Seringa fabricada em polipropileno incolor; certificada pelo INMETRO, produto estéril, descartável e de uso único; deve possuir escala de graduação com alto grau de precisão com numeração legível e indelével. Agulha com canhão identificado com cor correspondente ao número do calibre, conector em plástico colorido conforme padrão universal para identificação do tamanho. Tamanho: 25 mm x 0,70 mm; Identificação dos calibres conforme Padrão Universal de Cores do canhão.	100,00	UNID	0,83	83,00
2	57785	VACINA ANTIRRÁBICA Especificações: Fabricação nacional, inativada, para imunização ativa de cães e gatos contra raiva, dose única contendo 1 ml, deve ser regulamentada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento MAPA. As vacinas deverão possuir prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade na data de entrega. As vacinas deverão ser entregues em condições adequadas de armazenamento e de transporte, devendo ser conservadas sob refrigeração entre 2°C e 8°C, protegida da luz, até o momento da entrega. Os materiais deverão ser entregues sem qualquer indicio de violação, com a embalagem intacta e vedada. Na embalagem deverá conter todas as informações sobre o produto para a imediata identificação dos itens no momento do recebimento, devendo constar também a data de fabricação, validade e a identificação do fabricante e/ou marca dos produtos.	100,00	UNID	24,11	2.411,00
TOTAL						2.494,00

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

a) O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12 meses, prorrogável por igual período, conforme art. 84 da Lei 14.133/21.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

• LOCAIS DE ENTREGA

a) Os bens serão entregues, no local indicado na Solicitação, no local ou dentre os locais listados abaixo *(o local da entrega dentre os listados será apresentado na Requisição de Empenho/ Requisição de Compra)*:

Prefeitura, localizado no endereço: Avenida Claudio Soletti, 1120, Terra Rica/PR;

Horário de funcionamento: 07h30 – 11h30 e 13h00 – 17h00.

• PRAZO DE ENTREGA

I -O prazo de entrega será de 10 dias, a contagem do prazo de entrega terá início à partir do recebimento da *Requisição de Empenho* ou documento equivalente.

II - O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que a empresa apresente pedido formal de prorrogação com a devida motivação por escrito instruída com os documentos que se fizerem necessários e o pedido seja aprovado pelo Gestor ou Fiscal responsável.

• GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO

I – Os materiais deverão dispor de garantia mínima prevista na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

II - No caso de substituição do bem, o substituído terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao bem substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição.

III – Durante o período de garantia ou assistência técnica, a Administração Municipal não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento da garantia.
IV - A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.

V - Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

VI - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

• DO RECEBIMENTO

I – Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata de registro de preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

II – Disposição na Nota Fiscal ou documento que o acompanhe de que, à partir da *assinatura* ou *visto* na Nota opera efeitos de recebimento legal do objeto, que impedem sua devolução ou substituição não produzirão quaisquer efeitos jurídicos. Eventual assinatura ou visto na Nota Fiscal pelo recebedor significará única e exclusivamente o recebimento provisório do objeto.

III – Até o recebimento definitivo do objeto, os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desconformidade com especificações constantes no Termo de Referência e na proposta ou quando desatenderem os requisitos mínimos de qualidade para uso do objeto.

IV – Em havendo irregularidade do objeto, conforme *inciso* anterior, o fornecedor será notificado via A.R. ou *e-mail* e terá o prazo de 5 dias para a substituição do objeto, às suas custas, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções administrativas.

V - No caso de indícios de irregularidade do objeto, seja em relação a quantidade entregue, seja em relação à qualidade ou dimensões, em relação à parte do objeto entregue, será notificada a empresa (via A.R. ou *e-mail*), na forma do *inciso* anterior, bem como, solicitado à empresa a emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa (regular) do objeto para liquidação e pagamento, conforme art. 143 da Lei 14.133/21.

VI - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação devidamente documentada.

VII – A notificação encaminhada para o fornecedor, nos termos do *inciso IV* interrompe o prazo para o recebimento definitivo do objeto, desde sua emissão até a solução fornecida pela empresa. Na hipótese de substituição do objeto ou entrega de parcela faltante, o prazo para o recebimento da parcela substituída ou entregue será iniciado novamente em sua integralidade.

VIII – A referida notificação contará no mínimo com: Identificação da empresa; Identificação do processo licitatório; identificação da Requisição de Compra ou Empenho ou Nota Fiscal do Objeto; Identificação da parcela do objeto em que se constatou vício qualitativo, dimensional ou quantitativo; Descrição do vício; Prazo para regularização ou substituição; Identificação do notificante; Data.

IX – O recebimento definitivo do objeto, não isenta o fornecedor de responsabilidade legal pelo Objeto nos termos do Código Civil Brasileiro, Código de Defesa do Consumidor ou outro dispositivo legal aplicável.

• LIQUIDAÇÃO

I – Após o recebimento definitivo do objeto, a Nota Fiscal junto com a documentação de aceite do objeto, será encaminhado para o Departamento competente para fins de verificação se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento;

II - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Poder Público;

III – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, que será conferida pela Administração na oportunidade da liquidação;

IV – Constatada irregularidade fiscal do fornecedor, este será notificado para no prazo de 15 (quinze) dias realizar a regularização fiscal necessária;

V – Persistindo a irregularidade, a Administração Pública tomará as providências necessárias para a rescisão contratual, assegurado o contraditório e ampla defesa do fornecedor.

VI - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços

• DO PAGAMENTO

I - Os pagamentos serão realizados à partir do décimo quinto dia do mês subsequente a data do *recebimento definitivo* do objeto.

II – Serão retidos, na fonte, de tributos e contribuições exigidos na forma da Lei, exceto, quando o fornecedor comprovar, juntamente com os documentos exigidos para o pagamento, ser optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples.

DAS OBRIGAÇÕES

• DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

I - Efetuar a entrega de produto(s) que esteja(m) em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, sob demanda do órgão, nas quantidades e locais indicados m estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, bem como, em condições de qualidades adequadas ao seu uso;

II- Substituir às suas expensas o(s) material(is) que apresentar(em) defeito(s) de fabricação ou desgastes prematuros;
III - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do(s) produto(s) fornecidos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor abrigando-se a, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas aqueles que apresentarem avarias ou defeitos; indicados, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta;
IV - Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários,
fiscais, tributários e sociais e de acidentes de trabalho e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;

V - Garantir que o(s) produto(s) fornecido(s) à Administração esteja(m) em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;
VI - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VII - Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e qualquer dano que cause à administração, a preposto seus ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução da ata de registro de preços, objeto deste Termo de Referência, não cabendo à administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

VIII - Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das
obrigações decorrentes da aquisição;
IX - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os direitos e obrigações assumidas por força de contrato/ata de registro de preços, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
X - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

XI – Informar e manter atualizado o endereço físico e eletrônico (*e-mail)* à Administração para serem utilizados como canais oficiais de comunicação entre as partes. As comunicações encaminhadas aos endereços informados terão presunção de recebimento pelo fornecedor para fins de efeitos legais.

XII - Comunicar à Administração, por escrito, quaisquer irregularidades ou anormalidades ocorrida durante o fornecimento dos produtos contratados prestando os esclarecimentos julgados necessários;

XIII - Manter durante toda a execução as condições da habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, devendo fornecer os documentos e certidões que comprovem às condições, sempre que solicitado.

• DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

I - Conferir minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s)
provisoriamente com as especificações constantes do termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

II - Proporcionar as condições necessárias ao fiel cumprimento das obrigações do fornecedor, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente qualquer mudança de
Administração e endereço de cobrança;

III – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, por meio de fiscais especialmente designados.

IV - Efetuar o pagamento da fatura de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira e demais condições legais e editalícias;

V - Permitir aos funcionários do fornecedor (devidamente identificados) acesso às dependências da administração, caso necessário.

VI – Notificar e comunicar a existência de vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas do fornecedor.

VII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Apenas serão considerados recebidas as solicitações encaminhadas aos meios de comunicação oficial do Poder Público.

DA FISCALIZAÇÃO

I – A fiscalização do fornecimento ficará a cargo do(s) agente(s) público(s), denominado de Fiscal Responsável:

• *Nome: Alexsander Bruno Medeiros, cargo/função: Secretário de Administração.*

IV - São atribuições do(s) fiscal(is) da ata de registro de preços:

a) Acompanhar o fornecimento, responsabilizando-se pelo recebimento provisório e definitivo do objeto;

b) Acompanhar o cumprimento das condições do instrumento convocatório e contratual ou instrumento que o substitua, bem como, verificação do cumprimento das obrigações pelo prestador de serviços;

c) Registrar ocorrências e eventos relevantes à execução do contrato ou ata, com a descrição do que for necessária para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

d) Emissão de notificação conforme tópico “Do recebimento”, ou em constatada irregularidade, falha ou falta no cumprimento das obrigações do instrumento convocatório e/ou contratual, com auxílio da Procuradoria Jurídica e Departamento de Compras.

e) Informar ao gestor do contato/ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

f) Quando do recebimento definitivo, encaminhar as Notas Ficais, com registro do recebimento definitivo, ao Departamento de Compras para a liquidação e pagamento.

V – O fiscal do contrato/ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Terra Rica, 20/03/2026

ALEXSANDER BRUNO MEDEIROS
Secretário de Administração

MAYARA CARLA ALVAREZ
Assistente Administrativo

ANEXO - II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

EDITAL DE PREGÃO Nº 11/2026
OBJETO: **Registro de preço para compra de vacinas antirrábicas e seringas para a realização de vacinação de cães e gatos, em contrapartida ao programa Castrapet**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA:

A ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
O cumprimento dos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, em caso de tratarem-se de profissionais organizados em coopertativa;

Não enquadra-se em situação de vedação a participação no processo licitatório, nos termos do *item 2.7.* e seguintes do Edital;

Declaramos os meios de contato oficiais da empresa e seu respectivo endereço, para fins de toda e qualquer comunicação oficial a ser tratada entre o licitante e eventual contratado/ detentor de ata de registro de preços. As comunicações, intimações ou notificações enviadas pelo e-mail e/ou por correspondência aos endereços indicados serão considerados como recebidos. Eventuais alterações deverão ser previamente comunicadas à Administração.

E-mail:

Telefone:
Endereço (completo com CEP):

Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Declaramos para os fins de direito, em relação ao presente processo licitatório e eventual instrumento contratual ou congênere firmado à partir dele, queo(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc**.**

....., ..., ... de .....
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO - III

EDITAL DE PREGÃO Nº 11/2026
OBJETO: **Registro de preço para compra de vacinas antirrábicas e seringas para a realização de vacinação de cães e gatos, em contrapartida ao programa Castrapet**

Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP/EQUIPARADAS

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que:

1) Se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (que atende aos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14;

2) Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

3) Inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

....., ..., ... de .....
.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO – IV
Modelo de proposta comercial
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe que tem por objeto a Registro de preço para compra de vacinas antirrábicas e seringas para a realização de vacinação de cães e gatos, em contrapartida ao programa Castrapet, conforme segue:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	57781	SERINGA DESCARTAVEL DE 3ML COM AGULHA HIPODÉRMICA 25X07MM Especificações: Seringa fabricada em polipropileno incolor; certificada pelo INMETRO, produto estéril, descartável e de uso único; deve possuir escala de graduação com alto grau de precisão com numeração legível e indelével. Agulha com canhão identificado com cor correspondente ao número do calibre, conector em plástico colorido conforme padrão universal para identificação do tamanho. Tamanho: 25 mm x 0,70 mm; Identificação dos calibres conforme Padrão Universal de Cores do canhão.	100,00	UNID	0,83	83,00
2	57785	VACINA ANTIRRÁBICA Especificações: Fabricação nacional, inativada, para imunização ativa de cães e gatos contra raiva, dose única contendo 1 ml, deve ser regulamentada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento MAPA. As vacinas deverão possuir prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade na data de entrega. As vacinas deverão ser entregues em condições adequadas de armazenamento e de transporte, devendo ser conservadas sob refrigeração entre 2°C e 8°C, protegida da luz, até o momento da entrega. Os materiais deverão ser entregues sem qualquer indicio de violação, com a embalagem intacta e vedada. Na embalagem deverá conter todas as informações sobre o produto para a imediata identificação dos itens no momento do recebimento,	100,00	UNID	24,11	2.411,00

		devendo constar também a data de fabricação, validade e a identificação do fabricante e/ou marca dos produtos.				
TOTAL						2.494,00

Informar o valor final do prêmio máximo de cada item.

Validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **Processo dispensa**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO – IV
minuta de ATA DE REGISTRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>

Pregão Nº 11/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, endereço - Av. Claudio Domingos Soletti, 1120, Cep - 87.890-000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Empresa **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>**, CNPJ nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, com sede na <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>, neste ato representada por <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>, com CPF/MF sob nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE>, resolvem celebrar a presente Ata para Registro de Preços <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>, em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e alterações, e ainda de conformidade com a documentação constante no Processo dispensa N° 11/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ata trata do(a) Registro de preço para compra de vacinas antirrábicas e seringas para a realização de vacinação de cães e gatos, em contrapartida ao programa Castrapet. Conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Terra Rica a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para a realização dos serviços/produtos do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

2.1. Conforme Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. Conforme Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E ALTERAÇÃO

4.1. Os preços para os bens/serviços registrados são os constantes da proposta apresentada no Processo dispensa nº 11/2026, conforme discriminação abaixo:

<ITENS.CONTRATO#T>

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer alteração ou atualização nas seguintes hipóteses (hipóteses de acréscimo de valor):

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

d) ocorrência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, desde que devidamente comprovado;

4.3. Para realização da alteração de valores deverá ser realizado o procedimento e atendidos os requisitos dos arts. 19, 20 e 21 do Decreto Municipal nº 264/2023. Os valores poderão eventualmente sofrer redução, na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, nos termos e condições do art. 21 do Decreto Municipal nº 264/2023.

4.4. A revisão de preços será feita, observando os requisitos e critérios dispostos no referido Decreto Municipal.

4.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto registrado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO
5.1 As O fornecedor receberá Requisição de Empenho e devendo atende-la, nos prazos, locais e formas previstas na Requisição e Termo de Referência.

5.2. O fornecedor deverá cumprir as cláusulas da presente Ata, as disposições do Termo de Referência e demais disposições do Edital Licitatório.

5.3. O fornecimento será gerido e fiscalizado conforme "Modelo de Gestão de Ata", previsto no Termo de Referência.

5.4. A fiscalização exercida no fornecimento do objeto não exclui a responsabilidade da detentora da ata de registro de preços, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – Para despesas realizadas à partir dos valores registrados em Ata, poderão ser utilizadas as seguintes dotações orçamentárias:

<DOTACOES.CONTRATO#T>

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1. O recebimento ocorrerá conforme Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente registrados são fixos não sofrerão reajuste no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (Data do Relatório de Cotação).

Após o interregno do *item* anterior, poderá ser concedido o reajuste de valores, desde que o fornecedor formalmente o requeira, nos termos do art. 19 e seguintes do Decreto Municipal nº 264/2023, observado o disposto nos *itens* subsequentes.

Para fins de reajustamento de valores, será aplicado o índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Os valores não serão reajustados, quando o fornecedor concorrer ou der causa à mora na execução do objeto.

Os valores não serão reajustados em caso de a aplicação do reajuste resultar em valor superior ao de mercado, ou na hipótese de o(s) fornecedor(es) em cadastro de reserva apresentarem proposta mais vantajosa à Administração, conforme art. 20 do Decreto Municipal nº 264/2023

Não será concedido reajuste, com efeitos retroativos, em nenhuma hipótese.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, poderá ser a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, injustificadamente;

Descumprir as condições da ata de registro de preços, injustificadamente, de forma que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;

praticar ato fraudulento na execução da ata;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o fornecedor descumprir condições da ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” e “c” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste instrumento, bem como nas alíneas “b” e “c”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será considerado haver inexecução total da ata;

quando a ata exigir garantia , moratória de 0,05% por dia de atraso injustificado sobre o valor total da ata, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover o cancelamento do registro do fornecedor por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 22 do Decreto Municipal nº 264/2023

compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total da ata, no caso de sua inexecução inexecução total da ata.

9.3 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de dano causado ao Ente Público (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para a Administração;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9 A personalidade jurídica do fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.12 Os débitos do fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o Administração, na forma da **Instrução Normativa GTTNLL 09/2023**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, prorrogável por igual período, conforme art. 84 da Lei 14.133/21, contado à partir da publicação de seu extrato.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços e seus preços registrados serão cancelados, quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou incidir nas condutas descritas no *item 9.1*. da CLÁUSULA NONA deste instrumento.

b) Não retirar Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável.

c) Sofrer sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

d) Não aceitar manter os preços registrados, em caso de ter indeferido pedido de alteração de valores, por não preencher as condições para alteração de valores, observado o art. 20, § 5º do Decreto Municipal nº 264/2023;

11.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DE PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que em conformidade com o Decreto Municipal nº 264/2023:

a) Por interesse público, desde que devidamente comprovado e justificado;

b) A pedido de fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e justificado;

c) Na hipótese de pedido de alteração de valores, quando na negociação de valores, nos termos do art. 20 do Decreto Municipal nº 264/2023, restar comprovada vantagem econômica no cancelamento do valor registrado, ou no cancelamento seguido de contratação de fornecedor do cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços.

d) Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, e não houver êxito na negociação com o fornecedor para redução do preço registrado, nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 264/2023.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os termos dessa Ata vinculam-se às condições e disposições, conforme do Edital Licitatório, em especial, ao Termo de Referência, considerado, para todos os efeitos como parte integrante da relação entre as partes.

13.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

13.3. As características e condições do objeto devem obedecer, no que não for contrário ao Edital e Ata de Registro de Preços, às disposições da proposta apresentada pelo fornecedor, no certame licitatório.

13.4. Elege-se o foro da Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne, para qualquer demanda que envolva a presente Ata de Registro de Preços e demais obrigações dela decorrentes.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da prefeitura municipal de Terra Rica - Pr.

Terra Rica – PR, 31/03/2026 (trinta e um dias de março de 2026).

MUNICÍPIO DE TERRA RICA <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>
Agnaldo de Souza Costa <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF.:

_____
Nome:
CPF.:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>**.

DOMICÍLIO: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>.

OBJETO: Registro de preço para compra de vacinas antirrábicas e seringas para a realização de vacinação de cães e gatos, em contrapartida ao programa Castrapet, Processo dispensa N° 11/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em <DTHOMOLOGACAOLIC>.

VALOR TOTAL: R$ **<VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: <PRAZOVIGENCIA>, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, trinta e um dias de março de 2026

Município De Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

_____
<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>
<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:B84B1DC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 23-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 29/2026, MODALIDADE: PREGÃO Nº 23/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 16804/2025
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 29/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 23/2026, o(s) participante(s):

396089 - F. C. DE PAULA JOSE & CIA. LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	OXIGÊNIO MEDICINAL (PUREZA DE 99,5%) EM CILINDRO COM CAPACIDADE DE 01 M ³ - (COM FORNECIMENTO DOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO).	METROS CUBICOS		200	R$38,00	R$7.600,00
2	OXIGÊNIO MEDICINAL (PUREZA DE 99,5%) EM CILINDRO COM CAPACIDADE DE 03 M ³ - (COM FORNECIMENTO DOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO).	METROS CUBICOS		700	R$35,50	R$24.850,00
3	OXIGÊNIO MEDICINAL (PUREZA DE 99,5%) EM CILINDRO COM CAPACIDADE DE 06 A 10M ³ - (COM FORNECIMENTO DOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO).	METROS CUBICOS		5.000	R$8,00	R$40.000,00
Total do Fornecedor:						R$72.450,00
422959 - MASK7 DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	FLUXÔMETRO PARA OXIGÊNIO - VAZÃO DE 0 A 15 LITROS.	UNIDADE		30	R$51,95	R$1.558,50
Total do Fornecedor:						R$1.558,50
1260162 - DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	REGULADOR DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM FLUXÔMETRO COM CAPACIDADE DE FLUXO DE 0 A 15 LITROS	UNIDADE		80	R$239,90	R$19.192,00
Total do Fornecedor:						R$19.192,00

Terra Roxa, 30 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:6E49C475

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 24-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 32/2026,
MODALIDADE: PREGÃO Nº 24/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 16804/2025
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 32/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 24/2026, o(s) participante(s):

422962 - ZANATTA EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO DE ATÉ 5L/MIN. LOCAÇÃO MENSAL DE CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO DE 5 LITROS/MINUTO PARA ATENDIMENTO GRATUITO AOS MUNÍCIPES ATRAVÉS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE. ITENS INCLUSOS. CONCENTRADOR 05 LITROS, DESCARTÁVEIS (UMIDIFICADOR, TUBO DE CONEXÃO, CATÉTER NASAL E REGISTRO DE FLUXÔMETRO). COM BAIXO NÍVEL DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, BIVOLTS (110/220 V).	UNIDADE		120	R$135,00	R$16.200,00
2	LOCAÇÃO DE CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO DE ATÉ 10L/MIN. LOCAÇÃO MENSAL DE CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO DE 10 LITROS/MINUTO PARA ATENDIMENTO GRATUITO AOS MUNÍCIPES ATRAVÉS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE. ITENS INCLUSOS CONCENTRADOR 10 LITROS, DESCARTÁVEIS (UMIDIFICADOR, TUBO DE CONEXÃO, CATÉTER NASAL E REGISTRO DE FLUXÔMETRO). COM BAIXO NÍVEL DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, BIVOLTS (110/220 V).	UNIDADE		35	R$434,00	R$15.190,00
					Total do Fornecedor:	R$31.390,00

Terra Roxa, 30 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:4EE7564C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DAS ARP Nº 32/2026 ATÉ A 44/2026 - P.E. Nº 04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL/PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2026 A 44/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº ATA	Nº DA LICITAÇÃO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA	VALOR (R$)
ATA Nº 32/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 56.393.363/0001-99	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$ 2.538,10
ATA Nº 33/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	KARLA KAROLINE FONTES MENESES CNPJ: 37.937.325/0001-05	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$ 81.023,50
ATA Nº 34/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	KOPU B2B LTDA CNPJ: 45.652.976/0001-87	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$20.367,70
ATA Nº 35/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	LUIZ MINIOLI NETTO LTDA CNPJ: 14.221.429/0001-13	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$16.725,00
ATA Nº 36/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 09.254.808/0001-70	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$2.523,50
ATA Nº 37/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA CNPJ: 07.634.816/0001-16	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$11.567,60
ATA Nº 38/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	SCCARE DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ:51.814.039/0001-83	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$4.452,00
ATA Nº 39/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES CNPJ: 51.740.794/0001-60	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$525,00
ATA Nº 40/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI CNPJ: 06.175.908/0001-12	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$1.133,00
ATA Nº 41/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA	INOVA ASSESSORIA E RESULTADOS LTDA CNPJ: 57.589.415/001-60	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$2.260,40

		DE TIJUCAS DO SUL/PR				
ATA Nº 42/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	JUMBO SAÚDE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ: 59.089.998/0001-95	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$8.058,60
ATA Nº 43/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	K&M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 40.892.801/0001-23	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$115,00
ATA Nº 44/2026	P.E. Nº 04/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR	ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 18.362.195/0001-85	31/03/2026	01/04/2026 A 31/03/2027	R$42.648,00

TIJUCAS DOS SUL, 31 DE MARÇO DE 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:524E5DDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO ANEXO 1 - DESPESA- 1 BIMESTRE

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	133.119.480,32	141.304.599,32	22.744.665,62	22.744.665,62	118.559.933,70	16.845.240,56	16.845.240,56	124.459.358,76	15.188.605,23
DESPESAS CORRENTES	113.893.480,32	117.082.049,34	19.062.377,64	19.062.377,64	98.019.671,70	14.823.890,31	14.823.890,31	102.258.159,03	13.708.456,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	56.507.133,14	57.690.376,82	8.408.802,76	8.408.802,76	49.281.574,06	8.408.802,76	8.408.802,76	49.281.574,06	8.303.770,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.200.000,00	1.200.000,00	890.262,91	890.262,91	309.737,09	369.582,15	369.582,15	830.417,85	369.324,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.186.347,18	58.191.672,52	9.763.311,97	9.763.311,97	48.428.360,55	6.045.505,40	6.045.505,40	52.146.167,12	5.035.361,99
DESPESAS DE CAPITAL	7.318.000,00	12.314.549,98	3.682.287,98	3.682.287,98	8.632.262,00	2.021.350,25	2.021.350,25	10.293.199,73	1.480.148,25
INVESTIMENTOS	5.518.000,00	10.514.549,98	3.018.027,27	3.018.027,27	7.496.522,71	1.612.731,19	1.612.731,19	8.901.818,79	1.101.529,19
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.800.000,00	1.800.000,00	664.260,71	664.260,71	1.135.739,29	408.619,06	408.619,06	1.391.380,94	378.619,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.908.000,00	11.908.000,00	0,00	0,00	11.908.000,00	0,00	0,00	11.908.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	8.168.000,00	8.243.000,00	1.368.107,28	1.368.107,28	6.874.892,72	1.167.208,14	1.167.208,14	7.075.791,86	790.707,38
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	141.287.480,32	149.547.599,32	24.112.772,90	24.112.772,90	125.434.826,42	18.012.448,70	18.012.448,70	131.535.150,62	15.979.312,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	141.287.480,32	149.547.599,32	24.112.772,90	24.112.772,90	125.434.826,42	18.012.448,70	18.012.448,70	131.535.150,62	15.979.312,61
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	148.705,60	148.705,60	(148.705,60)	6.249.029,80	6.249.029,80	(6.249.029,80)	8.282.165,89
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	141.287.480,32	149.547.599,32	24.261.478,50	24.261.478,50	125.286.120,82	24.261.478,50	24.261.478,50	125.286.120,82	24.261.478,50

Entidades:
Câmara Municipal de Tijucas do Sul
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul
Município de Tijucas do Sul
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 30/03/2026 14:37

Publicado por:
Tiago de Almeida
Código Identificador:6167132A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO ANEXO 1 - RECEITA - 1 BIMESTRE

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.427.480,31	131.500.980,31	22.892.609,65	17,41	22.892.609,65	17,41	108.608.370,66
RECEITAS CORRENTES	128.427.480,31	128.897.480,31	20.716.822,93	16,07	20.716.822,93	16,07	108.180.657,38
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	18.040.000,00	18.040.000,00	2.094.596,62	11,61	2.094.596,62	11,61	15.945.403,38
IMPOSTOS	15.840.000,00	15.840.000,00	1.833.532,66	11,58	1.833.532,66	11,58	14.006.467,34
TAXAS	2.200.000,00	2.200.000,00	261.063,96	11,87	261.063,96	11,87	1.938.936,04

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	5.806.000,00	5.806.000,00	1.288.041,60	22,18	1.288.041,60	22,18	4.517.958,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.506.000,00	4.506.000,00	1.087.495,99	24,13	1.087.495,99	24,13	3.418.504,01
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	1.300.000,00	1.300.000,00	200.545,61	15,43	200.545,61	15,43	1.099.454,39
RECEITA PATRIMONIAL	6.070.000,00	6.070.000,00	1.130.521,52	18,62	1.130.521,52	18,62	4.939.478,48
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	6.070.000,00	6.070.000,00	1.130.521,52	18,62	1.130.521,52	18,62	4.939.478,48
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	96.411.480,31	96.881.480,31	16.131.460,99	16,65	16.131.460,99	16,65	80.750.019,32
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	50.921.650,39	50.921.650,39	8.546.776,00	16,78	8.546.776,00	16,78	42.374.874,39
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	27.489.829,92	27.959.829,92	4.007.688,39	14,33	4.007.688,39	14,33	23.952.141,53
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	18.000.000,00	18.000.000,00	3.576.996,60	19,87	3.576.996,60	19,87	14.423.003,40
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.100.000,00	2.100.000,00	72.202,20	3,44	72.202,20	3,44	2.027.797,80
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	1.236,84	0,00	1.236,84	0,00	(1.236,84)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	47.782,25	0,00	47.782,25	0,00	(47.782,25)
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.100.000,00	2.100.000,00	23.183,11	1,10	23.183,11	1,10	2.076.816,89
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	2.603.500,00	2.175.786,72	83,57	2.175.786,72	83,57	427.713,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	1.124.500,00	2.114.972,02	188,08	2.114.972,02	188,08	(990.472,02)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	1.124.500,00	2.114.972,02	188,08	2.114.972,02	188,08	(990.472,02)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.479.000,00	60.814,70	4,11	60.814,70	4,11	1.418.185,30
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	0,00	0,00	20.349,49	0,00	20.349,49	0,00	(20.349,49)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	1.000.000,00	1.479.000,00	40.465,21	2,74	40.465,21	2,74	1.438.534,79
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	5.660.000,00	5.660.000,00	1.368.868,41	24,18	1.368.868,41	24,18	4.291.131,59
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	135.087.480,31	137.160.980,31	24.261.478,06	17,69	24.261.478,06	17,69	112.899.502,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	135.087.480,31	137.160.980,31	24.261.478,06	17,69	24.261.478,06	17,69	112.899.502,25
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	135.087.480,31	137.160.980,31	24.261.478,06	17,69	24.261.478,06	17,69	112.899.502,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.186.619,00	0,00	0,00	6.186.619,00	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	6.186.619,00	0,00	0,00	6.186.619,00	100,00	0,00
Entidades:							
Câmara Municipal de Tijucas do Sul							
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul							
Município de Tijucas do Sul							
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 30/03/2026 13:41							

Publicado por:
Tiago de Almeida
Código Identificador:0A699CA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO ANEXO 8 - 1 BIMESTRE 2026

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	15.200.000,00	1.777.562,92
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.500.000,00	68.015,83
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.500.000,00	76.541,66
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	7.000.000,00	1.024.232,73
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.200.000,00	608.772,70
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	82.028.069,82	12.837.170,40
2.1 - Cota-parte FPM	49.978.282,42	7.999.577,84
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	45.300.660,11	7.999.577,84
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	4.677.622,31	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	27.299.787,40	3.554.498,80
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	53.468,31
2.4 - Cota-parte ITR	800.000,00	69.962,15
2.5 - Cota-parte IPVA	3.500.000,00	1.159.663,30
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	97.228.069,82	14.614.733,32
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	15.470.089,50	2.567.434,08
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	8.836.927,95	1.086.249,25
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	18.550.000,00	3.603.694,00
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	18.000.000,00	3.603.694,00
6.1.1 - Principal	18.000.000,00	3.576.996,60
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	26.697,40
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	550.000,00	0,00
6.4.1 - Principal	550.000,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	2.529.910,50	1.009.562,52
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	414.696,38	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	414.696,38	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	4.018.390,38	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	19.011.243,68	3.188.530,83	3.188.530,83	2.998.452,33	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	16.380.134,11	2.565.414,16	2.565.414,16	2.417.927,79	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	8.250.000,00	905.725,86	905.725,86	852.551,81	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	8.130.134,11	1.659.688,30	1.659.688,30	1.565.375,98	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	2.631.109,57	623.116,67	623.116,67	580.524,54	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	665.000,00	73.637,67	73.637,67	69.028,66	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	1.696.109,57	509.958,38	509.958,38	471.975,26	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	270.000,00	39.520,62	39.520,62	39.520,62	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.991.718,29	2.991.718,29	2.811.955,75	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB -	2.991.718,29	2.991.718,29	2.811.955,75	0,00	0,00	0,00

Impostos e Transferências de Impostos						
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.565.414,16	2.565.414,16	2.417.927,79	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.522.585,80	2.565.414,16	2.565.414,16	71,19
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	360.369,40	611.975,71	611.975,71	251.606,31	16,98

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.744.406,79	414.696,38	0,00	0,00	0,00	413.534,29
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.736.132,20	405.259,70	0,00	0,00	0,00	405.259,70
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	8.274,59	9.436,68	0,00	0,00	0,00	8.274,59

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	9.691.400,31	1.793.952,21	934.770,99	889.668,66	859.181,22

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20.1 - Educação Infantil	4.777.427,96	975.123,34	194.142,06	194.142,06	780.981,28
20.2 - Ensino Fundamental	3.170.972,35	673.028,47	622.417,28	587.850,73	50.611,19
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	480.000,00	14.800,00	14.800,00	14.800,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	1.257.000,00	131.000,40	103.411,65	92.875,87	27.588,75
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	26.886.643,99	4.600.349,48	3.768.757,01	3.554.427,92	831.592,47
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	13.872.427,96	1.965.273,92	1.184.292,64	1.126.509,58	780.981,28
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.014.216,03	2.635.075,56	2.584.464,37	2.427.918,34	50.611,19

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	934.770,99
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.567.434,08
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	251.606,31
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	405.259,70

26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,05
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	2.845.339,01

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			3.653.683,33	2.845.339,01	19,47
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	387.853,29	20.901,55	337.278,85	0,05	50.574,39
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	251.361,10	20.901,55	200.786,66	0,05	50.574,39
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	136.492,19	0,00	136.492,19	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.400.000,00	415.704,57
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.150.000,00	337.170,35
31.1.1 - Salário-Educação	1.200.000,00	288.112,19
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	350.000,00	49.002,27
31.1.4 - PNATE	600.000,00	55,89
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.250.000,00	78.534,22

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	3.903.620,86	209.105,29	121.220,67	112.330,35	87.884,62
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	535.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.015.797,34	170.222,40	108.093,92	101.704,80	62.128,48
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	1.502.823,52	38.882,89	13.126,75	10.625,55	25.756,14
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	32.803.264,85	5.185.955,51	4.238.889,67	3.998.744,67	947.065,84
33.1 - Despesas Correntes	32.018.264,85	5.145.746,32	4.236.617,67	3.996.472,67	909.128,65
33.1.1 - Pessoal Ativo	18.979.243,68	3.339.918,56	3.339.918,56	3.149.166,61	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	695.000,00	54.320,62	54.320,62	54.320,62	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	12.344.021,17	1.751.507,14	842.378,49	792.985,44	909.128,65
33.2 - Despesas de Capital	785.000,00	40.209,19	2.272,00	2.272,00	37.937,19
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	785.000,00	40.209,19	2.272,00	2.272,00	37.937,19

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	518.254,62	37.105,39
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.670.719,77	288.112,19
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.154.400,53	101.704,80
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.034.573,86	223.512,78
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.034.573,86	223.512,78
Entidades:		
Câmara Municipal de Tijucas do Sul		
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul		
Município de Tijucas do Sul		

Publicado por:
Tiago de Almeida
Código Identificador:54C636CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO 7043.2026

DECRETO Nº 7043/2026 Data 25.03.2026

Homologa Resultado Final dos Cargos com Exigência de Prova Prática do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025 e dá outras providencias.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, mediante as condições estipuladas no Edital de Abertura n°001/2025, em conjunto com a Comissão Organizadora, e tendo em vista disposto no artigo 37, inciso ll da Constituição Federal,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final dos Cargos com Exigência de Prova Prática do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, conforme consta no anexo único deste Decreto.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná,em 25 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Relação dos cargos homologados
Auxiliar de Serviços Gerais

Classifi cação	Nº Inscrição	Nome	Prova Objetiva	40% Nota Prova Objetiva	Prova Prática	60% Nota Prova Prática	Pontuação Final
1	29329	Jusara Brandao Dalberto	82,00	32,80	100,00	60,00	92,80
2	29771	Rosa de Fatima Feles dos Santos	76,00	30,40	100,00	60,00	90,40
3	30444	Marilene Belarmino Vicente	64,00	25,60	100,00	60,00	85,60
4	30434	Elvira Terezinha Salla	50,00	20,00	100,00	60,00	80,00
5	29227	Joao Victor Araujo de Sousa	58,00	23,20	90,00	54,00	77,20

Motoristas

Classifi cação	Nº Inscrição	Nome	Prova Objetiva	40% Nota Prova Objetiva	Prova Prática	60% Nota Prova Prática	Pontuação Final
1	30423	Adalto Mateus da Silva	65,00	26,00	100,00	60,00	86,00
2	28386	Rudinei Aparecido Tavares	65,00	26,00	100,00	60,00	86,00
3	29126	Edemir Simao	55,00	22,00	94,00	56,40	78,40
4	28966	Antônio Manoel Dias	55,00	22,00	92,00	55,20	77,20
5	29432	Rafael Junior Begnini	61,00	24,40	87,00	52,20	76,60
6	29138	Anderson Barbosa da Silva	70,00	28,00	79,00	47,40	75,40
7	28435	Anésio Schutz	77,00	30,80	74,00	44,40	75,20
8	28808	Gean Junior Fernandes	50,00	20,00	92,00	55,20	75,20
9	29110	Valdecir de Souza	65,00	26,00	74,00	44,40	70,40
10	29396	Claudimir Tramontini	66,00	26,40	66,00	39,60	66,00
11	30261	Cleverson Valoes	62,00	24,80	61,00	36,60	61,40
12	28481	Patrick da Mota	72,00	28,80	48,00	28,80	57,60
13	29148	Paulo Cesar Brandão Soares	80,00	32,00	42,00	25,20	57,20

Operador de Máquinas

Classifi cação	Nº Inscrição	Nome	Prova Objetiva	40% Nota Prova Objetiva	Prova Prática	60% Nota Prova Prática	Pontuação Final
1	29137	Anderson Barbosa da Silva	90,00	36,00	85,54	51,32	87,32
2	28715	Lucas Eduardo de Almeida Borges	91,00	36,40	83,35	50,01	86,41
3	29889	Oseias Ramos da Silva Cordeiro	87,00	34,80	80,85	48,51	83,31
4	30432	Mauro Fornasa	86,00	34,40	78,05	46,83	81,23
5	29354	Jucinei Ribeiro	74,00	29,60	85,01	51,01	80,61
6	29155	Mateus da Silva Baldin	69,00	27,60	75,85	45,51	73,11

Legenda

• Objetiva: Nota da prova objetiva
• 40%: porcentagem de 40% da nota da prova objetiva
• Prática: Nota da prova prática
• 60%: porcentagem de 60% da nota da prova prática
• Pontuação Final: Soma de 40% da objetiva, mais 60% da prática

Três Barras do Paraná, 25 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:A6CEDFBF

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7052/2026

Data 31/03/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3080/2026 de 31/03/2026.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 1.407.889,47 (um milhão, quatrocentos e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.021000	Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	
3.3.90.93 (5339) (855)	Indenizações e restituições	300,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.04	Fundo Municipal do Idoso	
082410009.2.085000	Fundo Municipal do Idoso	
3.3.90.32 (5340) (860)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	11.000,00
3.3.90.39 (5341) (860)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	16.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.02	Fundo Munic. da Criança e Adolescente	
082430023.6.003000	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA	
3.3.90.39 (5342) (873)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	42.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.02	Fundo Munic. da Criança e Adolescente	
082430023.6.003000	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA	
3.3.90.30 (5343) (880)	Material de consumo	4.000,00
3.3.90.39 (5344) (880)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	4.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.04	Fundo Municipal do Idoso	
082410009.2.085000	Fundo Municipal do Idoso	
4.4.90.52 (5345) (887)	Equipamentos e material permanente	6.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.01	Departamento de Promoção Social	
082440009.1.007000	Execução de obras de infraestrutura social	
4.4.90.51 (5346) (889)	Obras e instalações	1.079.589,47

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.095000	Manutenção do Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres	
4.4.90.52 (5347) (890)	Equipamentos e material permanente	8.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.118000	Fortalecimento da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher	
4.4.90.52 (5348) (893)	Equipamentos e material permanente	110.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.118000	Fortalecimento da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher	
3.3.90.14 (5349) (894)	Diárias – pessoal civil	8.000,00
3.3.90.30 (5350) (894)	Material de consumo	20.000,00
3.3.90.32 (5351) (894)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	30.000,00
3.3.90.39 (5352) (894)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	32.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.095000	Manutenção do Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres	
3.3.90.39 (5353) (942)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	7.000,00

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.021000	Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	
3.3.90.14 (5354) (1011)	Diárias – pessoal civil	10.000,00
4.4.90.52 (5355) (1011)	Equipamentos e material permanente	20.000,00

Total.....R$ 1.407.889,47

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, das seguintes fontes:

Fonte	Especificação	Valor R$
855	SIGTV-ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS	300,00
860	Transf. Progr. PR VIAJA MAIS 60	27.000,00
873	Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - Deliberação n 013/2025 CEDCA/PR	42.000,00
880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	8.000,00
887	Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo	6.000,00
889	Incentivo Financeiro para Construção do CREAS	1.079.589,47
890	Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher	8.000,00
893	Incentivo de investimento para a qualificação de Políticas para Mulheres - RESOLUÇÃO N 191/2025 SEMIPI	110.000,00
894	Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher - CUSTEIO	90.000,00
942	PROGR REDE FORT ENFRENT A VIOLENCIA C/ MULHER	7.000,00
1011	PAS – Programa Único de Assistência – Deliberação nº 59/2023 do CEAS/PR.	30.000,00

Total.....R$ 1.407.889,47

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:469E2FA7

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3081/2026

Data 31/03/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 1.075.700,00 (um milhão, setenta e cinco mil e setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5427) (378)	Equipamentos e material permanente	8.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.011000	Manutenção Progr.de Atenç.Bás./Primária em Saúde Rec.Gov.Estadual	
3.3.90.30 (5428) (498)	Material de consumo	2.500,00
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5429) (498)	Equipamentos e material permanente	5.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5430) (500)	Equipamentos e material permanente	980.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.1.029000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Média Complex. Em Saúde	
4.4.90.52 (5431) (518)	Equipamentos e material permanente	600,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103030008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.32 (5432) (878)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	600,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (5433) (881)	Material de consumo	29.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (5434) (884)	Material de consumo	25.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (5435) (885)	Material de consumo	25.000,00

Total.....R$ 1.075.700,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, das seguintes fontes:

Fonte	Especificação	Valor R$
378	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERV.PÚBL.DE SAÚDE	8.000,00
498	Assistência Farmacêutica	7.500,00
500	Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM, de 2007	980.000,00
518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	600,00
878	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PARLAMENTAR N 40890004	600,00
881	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PARLAMENTAR N 45000007	29.000,00
884	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PROPOSTA N 36000705791202500 2025/007	25.000,00
885	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PROPOSTA N 36000705782202500 2025/005	25.000,00

Total.....R$ 1.075.700,00
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 31 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:C8D71A48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2026

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa **MERCADO & MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PONTES LTDA,** CNPJ: sob nº. 14.156.181/0001-54.
OBJETO Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

	LOTE 1:R$ 10.500,00 (**Dez mil e quinhentos reais**).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**OVOS DE GALINHAS, TIPO GRANDE:** frescos, selecionados com embalagem primária atóxica em dúzias e embalagem secundária de papelão atóxica resistente, e não reutilizadas. Produto isento de rachaduras, estufamento, sem sujidades. Casca de ovo limpa, áspera, fosca, odor e aspectos característicos, com registro nos órgãos de inspeção sanitária. Transporte fechado conforme legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 15 dias no momento da entrega, suas condições deverão estar de acordo a RIISPOA. **MARCA MATUTANI**	Dúzia	1050	10,00	10.500,00

	LOTE 2:R$ 3.297,00 (**Três mil, duzentos e noventa e sete reais)**.				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Abobrinha Verde** extra AA, in natura, apresentando grau de maturação adequada; boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, isenta de materiais terrosos, parasitas ou larvas, umidade externa anormal, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio / transporte. **IN NATURA**	Kg	525	6,28	3.297,00

	LOTE 3:R$ 11.056,50 (**Onze mil e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)**.				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Alho Branco em Cabeça -** Descrição: Firme e intacto sem lesões de origem física, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas. A Granel ou embalagem de 500g **IN NATURA**	Kg	210	29,90	6.279,00
2	**Cebola - de 1ª qualidade; fresca;** tamanho e coloração uniformes; devendo estar bem desenvolvida, firme e intacta; isenta de material terroso e umidade externa anormal; livre de sujidades, parasitas, residuos de fertilizantes; sem danos físicos e mecânicos oriundos do transporte ou manuseio. **IN NATURA**	Kg	735	6,50	4.777,50

	LOTE 4:R$ 6.300,00 (**Seis mil, e trezentos reais)**.				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Banana caturra –** deve apresentar características da variedade, bem definidas, sem as manchas pretas, bem formadas, coloração própria, livre de quaisquer danos, pragas ou doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. **IN NATURA**	Kg	1050	6,00	6.300,00

	LOTE 5:R$ 16.010,40 (**Dezesseis mil, dez reais e quarenta centavos)**.				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Batata inglesa –** lavada, in natura, apresentando grau de maturação adequada; boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, isenta de materiais terrosos, parasitas ou larvas, umidade externa anormal, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio / transporte. **IN NATURA**	Kg	1260	4,99	6.287,40
2	**Batata salsa,** de boa qualidade, de cor clara, sem ferimentos, firme e tamanho uniforme e de safra recente. **IN NATURA**	kg	798	8,50	6.783,00
3	**BATATA DOCE -** Roxa de 1ª qualidade, sem rama, tamanho e coloração uniformes, fresca, com polpa compacta e firme, devendo ser bem desenvolvidas, sem lesões de origem, rachaduras e cortes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. **IN NATURA**	Kg	588	5,00	2.940,00

	LOTE 6:R$ 3.018,75 (**Três mil, dezoito reais e setenta e cinco centavos)**.				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Beterraba -** lavada, in natura, apresentando grau de maturação adequada; boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, isenta de materiais terrosos, parasitas ou larvas, umidade externa anormal, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio / transporte. **IN NATURA**	kg	525	5,75	3.018,75

	LOTE 7:R$ 6.798,33 (**Seis mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos)**.				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Caqui -** deve apresentar características da variedade, bem definidas, sem manchas pretas, bem formadas, coloração própria, livre de quaisquer danos, pragas ou doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação**.**	Kg	693	9.81	6.798,33

	IN NATURA				

	LOTE 8:R$ 2.394,00 (Dois mil, trezentos e noventa e quatro reais).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Cenoura -** lavada, in natura, apresentando grau de maturação adequada; boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, isenta de materiais terrosos, parasitas ou larvas, umidade externa anormal, sem danos fiscos ou mecânicos oriundos do manuseio / transporte. **IN NATURA**	Kg	420	5,70	2.394,00

	LOTE 9:R$ 16.487,90 (Dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa centavos).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Laranja -** deve apresentar características da variedade, bem definidas, sem manchas pretas, bem formadas, coloração própria, livre de quaisquer danos, pragas ou doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. **IN NATURA**	Kg	2625	5,70	14.962,50
2	**Limão taiti,** com grau médio de amadurecimento, compacto e firme. Tamanho e cor uniformes. **IN NATURA**	Kg	263	5,80	1.525,40

	LOTE 10: R$ 52.605,00 (Cinquenta e dois mil, seiscentos e cinco reais).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Maçã -** deve apresentar características da variedade, bem definidas, sem manchas pretas, bem formadas, coloração própria, livre de quaisquer danos, pragas ou doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação**.** **IN NATURA**	Kg	3150	16,70	52.605,00

	LOTE 11: R$ 40.320,00 **(Quarenta mil, trezentos e vinte reais)**.				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Mamão formosa comprido extra -** 1ª qualidade - classe mínima k (1000 gr). Livre de sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido e maduro; com polpa firme e intacta; sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte**.** **IN NATURA**	Kg	3150	12,80	40.320,00

	LOTE 12: R$ 20.160,00 (Vinte mil, cento e sessenta reais).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Melancia –** tamanho médio de 1ª qualidade; fresca; tamanho e coloração uniformes; devendo estar bem desenvolvida, firme e intacta; isenta de material terroso e umidade externa anormal; livre de sujidades, parasitas, resíduos de fertilizantes; sem danos físicos e mecânicos oriundos do transporte ou manuseio. **IN NATURA**	Kg	4200	4,80	20.160,00

	LOTE 13: R$ 3.347,40 (Três mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Ponkan / tangerina / mexerica / Morgote** - deve apresentar características da variedade, bem definidas, sem manchas pretas, bem formadas, coloração própria, livre de quaisquer danos, pragas ou doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. **IN NATURA**	Kg	420	7,97	3.347,40

	LOTE 14:R$ 2.095,00 (Dois mil e noventa e cinco reais).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Repolho Roxo** - in natura, apresentando grau de maturação adequada; boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, isenta de materiais terrosos, parasitas ou larvas, umidade externa anormal, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio / transporte. **IN NATURA**	Un	420	4,99	2.095,00

	LOTE 15:R$ 13.440,00 (Treze mil, quatrocentos e quarenta reais).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**PERA** aspecto globoso, frutos mistos entre verdes e maduros, cor própria, classificada como fruta com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física. Acondicionada em embalagem própria. **IN NATURA**	Kg	1680	8,00	13.440,00

	LOTE 16: R$ 7.875,00 (Sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Abacate** de tamanho regular e grande, de 1ª qualidade, cor e formação uniforme, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Embalado em caixa própria. **IN NATURA**	Kg	525	15,00	7.875,00

	LOTE 17: R$ 11.025,00 (Onze mil e vinte e cinco reais).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**Goiaba vermelha fresca** de primeira qualidade, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, com polpa firme e intacta. Tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura. Isenta de enfermidades, de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionada em caixa de papelão, com 18 unidades, pesando 3kg.	Kg	1050	10,50	11.025,00

	LOTE 19: R$ 5.488,81 (Cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e um centavos).				
Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**MORANGO CONGELADO**, de primeira qualidade, carnudo, suculento, de coloração vermelho-viva, odor característico, agradável e doce. Tamanho uniforme. Não deve conter sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca; deve estar isento de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos e deve estar livre de resíduos. Embalagem rotulada contendo 01 kg. **MARCA EASY**	kg	263	20,87	5.488,81

	LOTE 20: R$ 8.820,00 (Oito mil, oitocentos e vinte reais).	

Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**UVA**, apresentando tamanho, cor e formação uniformes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Deve ser doce e suculenta, firme e estar bem presa ao cacho, nova e de primeira qualidade, não deve estar murcha ou despencando, in natura: com características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem: única, plástica de polietileno transparente ou caixa vazada limpa. **IN NATURA**	kg	630	14,00	8.820,00

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n.º14.133/2021.

05.002.12.306.0028.2.2025 Manutenção da Merenda Escolar na Rede Municipal			
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**		**Fonte**
82	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1001
84	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11042
83	3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1107

DATA: Tunas do Paraná,24 de março de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal
GILDA SQUENA STRAPASSON,
Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:B576CEE0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026 PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ** CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado a empresa **CENTRO TERAPÊUTICO HADASH,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 23.678.050/0001-28**.**
CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é a **Prestação de Serviços de** abrigamento para recuperação de pessoas com dependência química de álcool/drogas**, de 1 (uma) pessoa do sexo masculino**, visando atender à necessidade imediata da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Quantidade de pessoas	Quantidade estimada (Diárias)	Valor diário R$	Valor total R$
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/ABRIGAMENTO PARA RECUPERAÇÃO DE PESSOAS COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE ÁLCOOL/DROGAS - SEXO: MASCULINO	1	90	R$ 72,634	R$ 6.537,06
TOTAL					**R$ 6.537,06**

CLÁUSULA SEGUNDA: Integram e complementam o presente Contrato, independentemente de transcrição, o PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 07/2025 –, e a proposta da **Contratada**.
CLÁUSULA TERCEIRA: Os recursos para pagamento dos serviços correrão por conta da dotação, previsto no orçamento geral do Município de Tunas do Paraná (PR)**.**

08.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
186	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1303

08.002.10.302.0014.2.044. Manutenção da Rede Municipal de Saúde Média Complexidade			
Cód. Red.	Elemento de Despesa		Fonte
226	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1303

DATA: Tunas do Paraná, 31 de março de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - PREFEITO MUNICIPAL E CENTRO TERAPÊUTICO HADASH, por **PATRICIA LIMA DA SILVA ISRAEL**

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:3C386051

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO REFERENETE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 - PRESTAÇÃO DE SEVIÇOS FUNERÁRIOS.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO REFERENETE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 - PRESTAÇÃO DE SEVIÇOS FUNERÁRIOS.
PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ** CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado a empresa **NELMA LUCIA BELAI,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. **07.158.166/0001-80.**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é a **Prestação de Serviços funerários,** visando atender à necessidade imediata da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família, conforme descrito abaixo:

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	Urna mortuária – infanto juvenil, enfeite floral em tecido, véu em tecido, roupa e preparação simples do corpo.	5	SERV.	R$ 838,06	**R$ 4.190,30**

2	Urna mortuária – Adulto, enfeite floral em tecido, véu em tecido, roupa e preparação simples do corpo.	10	SERV	R$ 1.282,56	**R$ 12.825,60**
3	Urna mortuária – Adulto especial (obeso), enfeite floral em tecido, véu em tecido, roupa e preparação simples do corpo.	5	SERV	R$ 1.391,56	**R$ 6.957,80**
4	Urna mortuária – Adulto especial (gigante), enfeite floral em tecido, véu em tecido, roupa e preparação simples do corpo	5	SERV	R$ 1.349,10	**R$ 6.745,50**
5	Tanatopraxia (com indicação médica)	25	SERV	R$ 814,25	**R$ 20.356,25**
6	SERVIÇOS DE TRANSLADO INTERMUNICIPAL	5.000	Km Serviço	R$ 2,87	**R$ 14.350**
Total do Auxilio					**R$ 65.425,45**

CLÁUSULA SEGUNDA: Os recursos para pagamento dos serviços correrão por conta da dotação, previsto no orçamento geral do Município de Tunas do Paraná (PR)**.**

07.002.08.244.0007.2031 Ações Socioassistenciais Básicas às Famílias			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
291	3.3.90.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1001

DATA: Tunas do Paraná, 31 de março de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - PREFEITO MUNICIPAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE LUTO DE APIAI, POR **NELMALUCIA BELAI**

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:990322F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 05/2026

Altera os anexos da lei Municipal 66/2025 – Plano Plurianual (PPA-2026-2029) e alterações posteriores, as metas e prioridades da administração para 2026 e as metas fiscais de 2026 da lei Municipal 32/2025 – LDO 2026 e alterações posteriores e autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no Orçamento do exercício financeiro de 2026 Crédito Adicional Especial mediante Cancelamento de Dotações do Exercício

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam alterados os anexos da lei 66/2025 – (PPA 2026/2029) e alterações posteriores, para compatibilização dos três instrumentos de planejamento – PPA –LDO-LOA.

Art. 2º Ficam alteradas as metas e prioridades da administração para 2026 e as metas fiscais da lei n° 32/2025 Diretrizes Orçamentárias - LDO 2026, para a compatibilização dos três instrumentos de planejamento PPA-LDO-LOA.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, no corrente exercício, a abertura de **Crédito Adicional Especial** no orçamento geral do município no valor de **R$ 1.743.000,00** (um milhão, setecentos e quarenta e três mil reais), para atender a finalidade abaixo especificada.

Especial		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO	
02.002	ASSESSORIA DE GABINETE	
24.131.0201.2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO ESTRATEGICA	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
165	00000-Recursos Ordinários (Livres)	23.000,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0201.2010	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
471	00000-Recursos Ordinários (Livres)	62.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.002	DEPARTAMENTO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
04.123.0301.2112	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
901	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
05.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0501.2032	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1571	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2211	00000-Recursos Ordinários (Livres)	800.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.607.0701.2028	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ÁGUA É SAÚDE	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4661	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	103.000,00
10.301.0701.2022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4061	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	430.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	

08.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
08.122.0802.2056	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4771	00000-Recursos Ordinários (Livres)	89.600,00
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.243.0801.2057	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4841	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.400,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
20.606.0901.2078	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
5851	00000-Recursos Ordinários (Livres)	23.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
10.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
22.661.1001.2087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6121	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.1101.2074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6391	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.400,00
11.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	
13.392.1102.2075	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6501	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.600,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6841	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
12.003	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
15.122.1202.2104	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
7031	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
13	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
13.001	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
02.062.1301.2033	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
7141	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	TOTAL	**1.743.000,00**

Art. 4º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Especial**, que trata o art. 3º desta lei, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$1.743.000,00** (um milhão, setecentos e quarenta e três mil reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0201.2010	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.002	DEPARTAMENTO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
04.123.0301.2112	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	24.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
05.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0501.2032	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	127.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	616.800,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2080	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0701.2022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4060	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	310.500,00
10.301.0701.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	53.500,00
3740	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	222.500,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
08.122.0802.2056	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	

3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	24.000,00
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.243.0801.2057	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.400,00
08.008	FUNDO DA MULHER	
08.245.0801.2060	DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
5620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	24.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
20.606.0901.2078	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
5850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
10.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
22.661.1001.2087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.1101.2074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
11.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	
13.392.1102.2075	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
11.004	DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS	
23.695.1103.2076	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
18.541.1201.2099	CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
12.003	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
15.122.1202.2104	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
7030	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
7040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
13	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
13.001	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
02.062.1301.2033	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
3.1.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
7140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.300,00
	TOTAL	**1.743.000,00**

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 27de março de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:E682B9C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 423/2026

PORTARIA Nº 423/2026

Nomeia a servidora para o Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,
no uso de
suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013 e a Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020,
CONSIDERANDO ainda, a Portaria nº 596, de 15 de março de 2024, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 16 de março de 2024, que homologou o resultado do Concurso Público Municipal, realizado em decorrência do Edital nº 199, de 17 de novembro de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Profissional do Magistério Público abaixo relacionada, para ocupar o Cargo de Carreira de Professora Atuação Na Educação Infantil e/Ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, em preenchimento das vagas existentes no Quadro de Servidores do Magistério Público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A nomeada face ao que estabelece o Art. 24 da Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020, fica enquadrada na classe e nível inicial da respectiva carreira, conforme está previsto no capítulo III, Seção II, percebendo os valores constantes na tabela de vencimentos anexo XXIV, da referida Lei, a contar de 06 de abril de 2026.
PROFESSORAATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS SEMANAIS

ITEM	NOME	RG	NÍVEL	CLASSE
01	ANGELICA LETICIA DE CARVALHO	067.298.459-88	A	01

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C1760996

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 427/2026

PORTARIA Nº 427/2026

Nomeia a servidora para o Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013 e a Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020,
CONSIDERANDO ainda, a Portaria nº 596, de 15 de março de 2024, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 16 de março de 2024, que homologou o resultado do Concurso Público Municipal, realizado em decorrência do Edital nº 199, de 17 de novembro de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Profissional do Magistério Público abaixo relacionada, para ocupar o Cargo de Carreira de Professora Atuação Na Educação Infantil e/Ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, em preenchimento das vagas existentes no Quadro de Servidores do Magistério Público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º A nomeada face ao que estabelece o Art. 24 da Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020, fica enquadrada na classe e nível inicial da respectiva carreira, conforme está previsto no capítulo III, Seção II, percebendo os valores constantes na tabela de vencimentos anexo XXIV, da referida Lei, a contar de 06 de abril de 2026.
PROFESSORAATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS SEMANAIS

ITEM	NOME	RG	NÍVEL	CLASSE
01	REGIANE DE SOUZA DOS SANTOS	10.727.378-6	A	01

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3AA43841

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
BALANÇO FINANCEIRO FUNDO DE PREVIDÊNCIA

ESTADO DO PARANÁ					
MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA				Exercício de 2025	
Balanço Financeiro - Anexo 13				Período de: Janeiro à Dezembro	
ENTIDADE(S): FM CUSTEIO PREV APOS UNIAO DA VITORIA				Despesa: Empenhada	
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**30.093.453,61**	**25.778.690,98**	**Despesa Orçamentária (VII)**	**59.054.367,60**	**54.923.275,47**
Recursos Não Vinculados	**241.512,26**	**160.934,87**	**Recursos Não Vinculados**	**135.717,87**	**378.186,47**
Recursos do Tesouro (Descentralizados)	241.512,26	160.934,87	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	135.717,87	323.186,47
			RECURSOS DO TESOURO (DESCENTRALIZADOS)	0,00	55.000,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	**0,00**	**0,00**	**Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)**	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados ao RPPS	**29.851.941,35**	**25.617.756,11**	**Recursos Vinculados ao RPPS**	**58.918.649,73**	**54.545.089,00**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**29.851.941,35**	**25.617.756,11**	**Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)**	**58.918.649,73**	**54.545.089,00**
Regime Próprio de Previdência Social	27.787.233,34	23.727.992,70	Regime Próprio de Previdência Social	54.158.346,46	54.545.089,00
Compensação entre Regimes Previdenciários	2.064.708,01	1.889.763,41	Regime Próprio de Previdência Social	4.704.035,35	0,00
			Compensação entre Regimes Previdenciários	56.267,92	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**32.203.565,11**	**27.611.238,31**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.423.424,58	1.569.225,39	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	30.780.140,53	26.042.012,92	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	**101.196.134,82**	**60.128.047,00**	**Outras Movimentações Financeiras (IX)**	**104.458.251,94**	**59.324.917,69**
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras	101.196.134,82	60.128.047,00	Transferências de Investimentos e Aplicações Financeiras	104.458.251,94	59.324.917,69
Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00	Bloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**18.233.277,04**	**17.616.748,69**	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**18.211.033,87**	**17.160.466,49**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	9.578,75	7.776,52	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	4.720,64	1.159,72
Inscrição de Restos a Pagar Processados	181,46	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.206.313,23	17.159.306,77	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.206.313,23	17.159.306,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	17.203,60	449.665,40	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (V)	**0,00**	**273.934,67**	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**2.777,17**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	0,00	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	273.934,67	Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	2.777,17	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)	**181.726.430,58**	**131.408.659,65**	**Total (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)**	**181.726.430,58**	**131.408.659,65**
Nota(s) Explicativa(s):					
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FRANCISCO OSMAIR SONEGO		***DILMARA APARECIDA BANISKI DE PAULA***		***LUIS RENATO CARVALHO PINTO***	
Tecnico contabil		Presidente		Controle Interno	

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:1ABA89A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
BALANÇO FINANCEIRO IMAS

ESTADO DO PARANÁ					
MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA			Exercício de 2025		
Período de: Janeiro à Dezembro					
Balanço Financeiro - Anexo 13					
Despesa: Empenhada					
ENTIDADE(S): INSTITUTO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SERV. UNIÃO DA VITÓRIA-IMAS					
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**13.880.967,14**	**12.294.015,46**	**Despesa Orçamentária (VII)**	**11.344.015,64**	**10.110.427,49**
Recursos Não Vinculados	**12.721.184,02**	**11.255.578,57**	**Recursos Não Vinculados**	**10.470.715,43**	**9.062.276,43**

Recursos Livre (arrecadados na Entidade)	12.721.184,02	0,00	Recursos Livre (arrecadados na Entidade)	9.103.909,41	0,00
Recursos Livre (arrecadados na Entidade) Ex corren	0,00	11.255.578,57	Recursos Livre (arrecadados na Entidade)	1.366.806,02	0,00
			Recursos Livre (arrecadados na Entidade) Ex corren	0,00	8.801.415,17
			Recursos Livre (arrecadados na Entidade)	0,00	260.861,26
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	**1.159.783,12**	**1.038.436,89**	**Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)**	**873.300,21**	**1.048.151,06**
Outras Vinculações	**1.159.783,12**	**1.038.436,89**	**Outras Vinculações**	**873.300,21**	**1.048.151,06**
Receitas Intraorçamentárias P869/05STN	1.159.783,12	1.038.436,89	Receitas Intraorçamentárias P869/05STN	873.300,21	1.048.151,06
Recursos Vinculados ao RPPS	**0,00**	**0,00**	**Recursos Vinculados ao RPPS**	**0,00**	**0,00**
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**0,00**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	**0,00**	**0,00**	**Outras Movimentações Financeiras (IX)**	**0,00**	**0,00**
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	Transferências de Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00	Bloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**92.618,33**	**87.759,90**	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**94.128,39**	**86.997,63**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	1.200,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.200,00	320,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	310,06	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	310,06	427,79
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	92.618,33	86.249,84	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	92.618,33	86.249,84
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (V)	**19.046.417,77**	**16.862.067,53**	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**21.581.859,21**	**19.046.417,77**
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	19.046.417,77	16.862.067,53	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	21.581.859,21	19.046.417,77
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)	**33.020.003,24**	**29.243.842,89**	**Total (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)**	**33.020.003,24**	**29.243.842,89**
Nota(s) Explicativa(s):					
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FRANCISCO OSMAIR SONEGO	***LUIS RENATO CARVALHO PINTO***		***TATIANE DE FÁTIMA STACECHEN***		
Técnico em Contabil	Controle Interno		Presidente		

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:E43DC003

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Exercício de 2025

FM CUSTEIO PREV APOS UNIAO DA VITORIA — Período: Janeiro a Dezembro

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Entidades: FM CUSTEIO PREV APOS UNIAO DA VITORIA

Parâmetros: Exercício: 2025; Tipo do recurso: TODOS; Entidades: [{"valor":"547","descricao":"FM CUSTEIO PREV APOS UNIAO DA VITORIA"}]; Mês: 12; Assinatura: {"valor":"14610","descricao":"BALANÇO PATRIMONIAL / 2025- 01-01 / 2028-12-31"}; Enviar relatório para o Transparência Cloud: N; Enviar Relatório para o Transparência Fly: N; Consolidado: N - Versão: 27 de 05/02/2026 08:41:05

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	56.000.000,00	56.000.000,00	60.873.594,14	4.873.594,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	23.907.000,00	23.907.000,00	26.628.056,98	2.721.056,98
RECEITA PATRIMONIAL	1.300.000,00	1.300.000,00	1.850.233,16	550.233,16
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.793.000,00	30.793.000,00	32.395.304,00	1.602.304,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**56.000.000,00**	**56.000.000,00**	**60.873.594,14**	**4.873.594,14**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**56.000.000,00**	**56.000.000,00**	**60.873.594,14**	**4.873.594,14**
Déficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	**56.000.000,00**	**56.000.000,00**	**60.873.594,14**	**4.873.594,14**
Saldos de Exercícios Anteriores	-	**5.800.000,00**	**5.800.000,00**	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	**0,00**	**0,00**	-
Superávit Financeiro	-	**5.800.000,00**	**5.800.000,00**	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	**0,00**	**0,00**	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	56.180.000,00	61.980.000,00	59.052.068,60	59.042.489,85	59.042.308,39	2.927.931,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.680.000,00	61.380.000,00	58.862.381,81	58.862.381,81	58.862.381,81	2.517.618,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000,00	600.000,00	189.686,79	180.108,04	179.926,58	410.313,21
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	20.000,00	20.000,00	2.299,00	2.299,00	2.299,00	17.701,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	20.000,00	2.299,00	2.299,00	2.299,00	17.701,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**56.200.000,00**	**62.000.000,00**	**59.054.367,60**	**59.044.788,85**	**59.044.607,39**	**2.945.632,40**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	**56.200.000,00**	**62.000.000,00**	**59.054.367,60**	**59.044.788,85**	**59.044.607,39**	**2.945.632,40**
Superávit (XIV)	-	-	1.819.226,54	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**56.200.000,00**	**62.000.000,00**	**60.873.594,14**	**59.044.788,85**	**59.044.607,39**	**2.945.632,40**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**Inscritos**		**Liquidados (c)**	**Pagos (d)**	**Cancelados (e)**	**Saldo f= (a+b-d-e)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)**				
DESPESAS CORRENTES	330,91	7.776,52	4.720,64	4.720,64	755,29	2.631,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	330,91	7.776,52	4.720,64	4.720,64	755,29	2.631,50
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**330,91**	**7.776,52**	**4.720,64**	**4.720,64**	**755,29**	**2.631,50**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	**Inscritos**		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e= (a+b-c-d)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)**			
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Nota(s) Explicativa(s):					

FRANCISCO OSMAIR SONEGO
Tecnico Contabil

DILMARA APARECIDA BANISKI DE PAULA
Presidente

LUIS RENATO CARVALHO PINTO
Controle Interno

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:CD0515A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - IMAS

ESTADO PARANÁ	Exercício de 2025
INSTITUTO MUN. DE ASSIST. SERV. UNIAO DA VITORIA	Período: Janeiro a Dezembro
Anexo 12 - Balanço Orçamentário	
Entidades: INSTITUTO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SERV. UNIÃO DA VITÓRIA-IMAS	
Parâmetros: Exercício: 2025; Tipo do recurso: TODOS; Entidades: [{"valor":"505","descricao":"INSTITUTO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SERV. UNIÃO DA VITÓRIA-IMAS"}]; Mês: 12; Assinatura: {"valor":"14606","descricao":"BALANÇO PATRIMONIAL / 2025-01-01 / 2028-12-31"}; Enviar relatório para o Transparência Cloud: N; Enviar Relatório para o Transparência Fly: N; Consolidado: N - Versão: 27 de	

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL (a)**	**PREVISÃO ATUALIZADA (b)**	**RECEITAS REALIZADAS (c)**	**SALDO d = (c-b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	12.000.000,00	12.000.000,00	13.880.967,14	1.880.967,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	9.160.000,00	9.160.000,00	9.641.856,30	481.856,30
RECEITA PATRIMONIAL	1.630.000,00	1.630.000,00	2.597.912,33	967.912,33
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.210.000,00	1.210.000,00	1.641.198,51	431.198,51
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**12.000.000,00**	**12.000.000,00**	**13.880.967,14**	**1.880.967,14**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**12.000.000,00**	**12.000.000,00**	**13.880.967,14**	**1.880.967,14**
Déficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	**12.000.000,00**	**12.000.000,00**	**13.880.967,14**	**1.880.967,14**
Saldos de Exercícios Anteriores	-	**2.150.000,00**	**2.150.000,00**	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	**0,00**	**0,00**	-
Superávit Financeiro	-	**2.150.000,00**	**2.150.000,00**	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	**0,00**	**0,00**	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL (e)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)**	**DESPESAS EMPENHADAS (g)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (h)**	**DESPESAS PAGAS (i)**	**SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)**
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.900.000,00	14.050.000,00	11.324.865,14	11.324.865,14	11.324.865,14	2.725.134,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	760.000,00	760.000,00	0,00	0,00	0,00	760.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.140.000,00	13.290.000,00	11.324.865,14	11.324.865,14	11.324.865,14	1.965.134,86
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	100.000,00	100.000,00	19.150,50	19.150,50	19.150,50	80.849,50
INVESTIMENTOS	100.000,00	100.000,00	19.150,50	19.150,50	19.150,50	80.849,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**12.000.000,00**	**14.150.000,00**	**11.344.015,64**	**11.344.015,64**	**11.344.015,64**	**2.805.984,36**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	**12.000.000,00**	**14.150.000,00**	**11.344.015,64**	**11.344.015,64**	**11.344.015,64**	**2.805.984,36**
Superávit (XIV)	-	-	2.536.951,50	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**12.000.000,00**	**14.150.000,00**	**13.880.967,14**	**11.344.015,64**	**11.344.015,64**	**2.805.984,36**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**Inscritos**		**Liquidados (c)**	**Pagos (d)**	**Cancelados (e)**	**Saldo f= (a+b-d-e)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)**				
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**1.200,00**	**1.200,00**	**1.200,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	**Inscritos**		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e= (a+b-c-d)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)**			
DESPESAS CORRENTES	0,00	310,06	310,06	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	310,06	310,06	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**310,06**	**310,06**	**0,00**	**0,00**
Nota(s) Explicativa(s):					
FRANCISCO OSMAIR SONEGO	***LUIS RENATO CARVALHO PINTO***		***TATIANE DE FÁTIMA STACECHEN***		
Técnico em Contabil	Controle Interno		Presidente		

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:D179AFFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
BALANÇO PATRIMONIAL FUNDO DE PREVIDÊNCIA

MUNICIPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR		Exercício de 2025
FM CUSTEIO PREV APOS UNIAO DA VITORIA		
Balanço Patrimonial - Anexo 14		Até o Mês: Dezembro
ENTIDADE(S): FM CUSTEIO PREV APOS UNIAO DA VITORIA		
BALANÇO PATRIMONIAL		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
ATIVO	829.411.057,11	47.809.721,00
ATIVO CIRCULANTE	13.937.182,03	10.689.491,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.777,17	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	17.203,60
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	13.934.404,86	10.672.287,74
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	815.473.875,08	37.120.229,66
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	815.245.907,35	36.894.560,93

IMOBILIZADO	227.967,73	225.668,73
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	829.411.057,11	47.809.721,00
PASSIVO CIRCULANTE	181,46	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	181,46	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	826.298.133,56	730.005.698,67
PROVISÕES A LONGO PRAZO	826.298.133,56	730.005.698,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.112.742,09	-682.195.977,67
RESULTADOS ACUMULADOS	3.112.742,09	-682.195.977,67
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
ATIVO (I)	829.411.057,11	47.809.721,00
ATIVO FINANCEIRO	13.937.182,03	10.689.491,34
ATIVO PERMANENTE	815.473.875,08	37.120.229,66
PASSIVO (II)	826.310.525,27	730.013.806,10
PASSIVO FINANCEIRO	12.391,71	8.107,43
PASSIVO PERMANENTE	826.298.133,56	730.005.698,67
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	3.100.531,84	-682.204.085,10
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	19.500,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	19.500,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Nota(s) Explicativa(s):		
FRANCISCO OSMAIR SONEGO	***DILMARA APARECIDA BANISKI DE***	***LUIS RENATO CARVALHO PINTO***
Tecnico contabil	Presidente	Controle Interno

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:C0B6D4CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
BALANÇO PATRIMONIAL IMAS

MUNICIPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR	Exercício de 2025	
INSTITUTO MUN. DE ASSIST. SERV. UNIAO DA VITORIA		
Até o Mês: Dezembro		
Balanço Patrimonial - Anexo 14		
ENTIDADE(S): INSTITUTO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SERV. UNIÃO DA VITÓRIA-IMAS		
BALANÇO PATRIMONIAL		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
ATIVO	21.836.371,58	19.282.746,19
ATIVO CIRCULANTE	21.581.859,21	19.047.384,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.581.859,21	19.046.417,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	966,55
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	254.512,37	235.361,87
IMOBILIZADO	254.512,37	235.361,87
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.836.371,58	19.282.746,19
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	310,06
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	310,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.836.371,58	19.282.436,13
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	6.864.485,38	6.864.485,38
RESULTADOS ACUMULADOS	14.971.886,20	12.417.950,75
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
ATIVO (I)	21.836.371,58	19.282.746,19
ATIVO FINANCEIRO	21.581.859,21	19.046.417,77
ATIVO PERMANENTE	254.512,37	236.328,42
PASSIVO (II)	0,00	1.510,06
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	1.510,06
PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	21.836.371,58	19.281.236,13
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	13.944.614,04	9.772.381,81
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	13.944.614,04	9.772.381,81
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
TOTAL POR FONTES DE RECURSOS	**21.581.859,21**	**19.044.907,71**
000690006901070000018980000 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS P869/05STN	320.131,63	34.270,67
000760000001070000015000000 - RECURSOS LIVRE (ARRECADADOS NA ENTIDADE)	22.886.042,95	0,00
000760000001070000025000000 - RECURSOS LIVRE (ARRECADADOS NA ENTIDADE)	-1.628.095,07	0,00
000760000101070000015010000 - AFM - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS	0,00	19.268.146,39
000760000101070000025010000 - AFM - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS	0,00	-261.289,05

00094000949499000018690000 - RETENÇÕES EM CARÁTER CONSIGNATÓRIO	3.779,70	3.779,70
Nota(s) Explicativa(s):		

FRANCISCO OSMAIR SONEGO	*LUIS RENATO CARVALHO PINTO*	*TATIANE DE FÁTIMA STACECHEN*
Técnico em Contabil	Controle Interno	Presidente

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:E4B3806F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS FUNDO DE PREVIDÊNCIA

MUNICIPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR		Exercício de 2025
FM CUSTEIO PREV APOS UNIAO DA VITORIA		Mês: 12
Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15		
ENTIDADE(S): FM CUSTEIO PREV APOS UNIAO DA VITORIA		
	Exercício atual	**Exercício anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**840.648.365,14**	**90.316.788,17**
CONTRIBUIÇÕES	15.634.909,38	13.951.801,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.634.909,38	13.951.801,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.969.023,32	284.212,44
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.850.233,16	232.395,89
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	118.790,16	51.816,55
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	41.890.520,77	36.304.770,70
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	41.890.520,77	36.304.770,70
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	32.297,95
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	32.297,95
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	781.153.911,67	39.743.705,48
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	676.904.109,79	36.894.560,93
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	104.249.801,88	2.849.144,55
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**155.339.645,38**	**73.561.866,35**
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	274.257,80
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00	274.257,80
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	58.457.825,73	53.916.310,96
APOSENTADORIAS E REFORMAS	53.402.051,32	49.458.782,50
PENSÕES	5.055.774,41	4.457.528,46
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	87.611,75	171.030,29
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	13.675,92	42.631,10
SERVIÇOS	73.935,83	128.399,19
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	96.794.207,90	19.200.267,30
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	96.292.434,89	18.760.516,81
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	501.773,01	439.750,49
Resultado Patrimonial do Período	**685.308.719,76**	**16.754.921,82**
Nota(s) Explicativa(s):		
FRANCISCO OSMAIR SONEGO	***DILMARA APARECIDA BANISKI DE***	***LUIS RENATO CARVALHO PINTO***
Tecnico contabil	Presidente	Controle Interno

Publicado por:
Leci Konkel
Código Identificador:4DCC087D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DE PROVAS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2026, de 30 de janeiro de 2026

Homologação das inscrições e divulgação dos locais de provas

O Exmo. Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Edital n.º 01/2026, de 30 de janeiro de 2026, que trata do CONCURSO PÚBLICO n.º 01/2026, publica e faz saber aos interessados que:
1. no Anexo I deste instrumento consta o quantitativo de candidatos que tiveram seus pedidos de inscrição deferidos, homologados e aptos a realizarem as provas;
2. no Anexo II deste instrumento consta a relação de candidatos que tiveram seus pedidos de inscrição deferidos e que estão aptos a prestarem as provas do dia 12/04/2026;
3. as provas serão aplicadas, para todos os candidatos na UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco, Estado do Paraná, no horário e condições previstos no Edital de Abertura do Concurso Público; e
4. os portões estarão abertos, conforme Edital de Abertura, item 9.3.1., **das 12h às 12h45 (**horário de Brasília). Recomenda-se chegar com antecedência.

Pato Branco, 01 de abril de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal de Vitorino

ANEXO I
QUANTITATIVO DE INSCRITOS

Cargo	Homologações
Agente Comunitário de Saúde	39
Agente de Combate a Endemias	34
Agente de Limpeza Pública	6
Agente de Manutenção de Prédios Públicos	5
Agente de Manutenção Mecânica	3
Agente de Zeladoria	25
Analista Administrativo	40
Assistente Social I	49
Atendente de Farmácia	6
Auxiliar de Cirurgião Dentista	3
Cirurgião Dentista	52
Cuidador Infantil	56
Enfermeiro II	48
Farmacêutico	18
Fonoaudiólogo	4
Guarda Patrimonial	48
Médico Clínico Geral II	59
Médico Clínico Geral III	57
Médico Clínico Geral IV	56
Médico Ginecologista e Obstetra	8
Médico Pediatra	10
Médico Veterinário	72
Motorista	103
Operador de Máquina	22
Procurador	131
Professor 20h	57
Professor 40h	99
Professor de Educação Física	32
Psicólogo	14
Psicopedagogo	29
Técnico Administrativo	87
Técnico de Informática	11
Técnico em Enfermagem I	45
Técnico em Enfermagem II	21
Técnico em Segurança do Trabalho	9
Técnico em Vigilância Sanitária	Sem inscritos
Tradutor e Intérprete de Libras	Sem inscritos
Total	**1358**

ANEXO II
INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Agente Comunitário de Saúde			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	370	ANA PAULA APARECIDA RAMOS PEDROSO	M 107
2	433	ANDREIA VAZ PEREIRA DOS SANTOS	M 107
3	1052	ARTHUR FELIPE BRANDAO	M 107
4	840	BARBARA MACHADO TROSDOLF ARAUJO	M 107
5	1807	BRUNA DE SOUZA DIAS	M 107
6	1731	BRUNA LIMA DO NASCIMENTO	M 107
7	1890	CLAUDETI DE BITENCOURT	M 107
8	804	DAIANI CARVALHO IJOTTON	M 107
9	443	DEBORA FLOR	M 107
10	759	EDUARDA VIDAL	M 107
11	26	ELISIANE PONCIANO	M 107
12	2144	ENI TEREZINHA WOSNES DE OLIVEIRA	M 107
13	1606	FABIO MARCOS BOASTIK	M 107
14	573	FRANCIELI SAMANTA LEITE DO AMARAL	M 107
15	718	GENIFER MAGALI DOLCI PROVENSI	M 107
16	29	ILUINA RAQUELI RIZZATTI MENEZES	M 107
17	2101	IVA LUIZA DOS SANTOS BELO	M 107
18	1768	IVANIA DE LAZARI MACHADO	M 107
19	280	IVANILDA REGINA PAZIN	M 107
20	491	JESSICA MARTINS DA ROSA	M 107
21	461	JOANA CAMILA CARNEIRO DOS SANTOS BINSFELD	M 107
22	302	JOICE BETTIATO	M 107
23	1441	JOSEANE CRUZ DAS NEVES	M 107
24	1906	JOSIANE GORETI DOS SANTOS	M 107
25	1810	JULIA GRACIELA BEGNINI	M 107
26	864	JULIA PERIN	M 107
27	2070	JULIANA DA SILVA	M 107
28	1270	LETICIA DOS SANTOS CORREIA	M 107
29	1656	LIVIANE VITORIA MACHADO	M 107
30	1903	MARIZETE DA SILVA	M 107
31	371	PAULO SERGIO DAL PRA ROCHA	M 107
32	50	ROSANA TODESCHINI ANDREATTA	M 107
33	1289	SILNEI DINARTE PEDROSO	M 107
34	1064	SILVANA DOS SANTOS FAITAO	M 107
35	1666	SILVANA RODRIGUES DA SILVA NOBRE	M 107
36	810	TAINARA MAIA	M 107
37	776	TATIANE RAQUEL DA COSTA DA SILVA	M 107
38	1732	THALIA CAMARGO DA SILVA	M 107
39	2107	VITOR FACIN	M 107
Agente de Combate a Endemias			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	24	ALEX MANOEL MORAES	L107
2	1659	ALINE DE MATTOS PINHEIRO	L107

3	581	ANA CAROLINE GASPERIN	L107
4	1149	ANDRESSA RAFAELA DE SOUZA	L107
5	957	ANGELO AUGUSTO BONATTO DA ROSA	L107
6	350	ARACY ALICE DE OLIVEIRA	L107
7	1888	CARLOS HENRIQUE PIANA	L107
8	1996	CAUAN RODRIGUES	L107
9	1108	CILIANE RIBEIRO DE LIMA	L107
10	1066	CLAUDETE DA ROSA	L107
11	133	CLEONICE TEREZINHA PALAORO	L107
12	883	DANIANE GELINSKI DOS REIS	L107
13	1466	ELIANE RIBEIRO BEZERRA	L107
14	536	EVERLISE WANDSCHER SCHNEIGER MARTINS	L107
15	1427	FERNANDO TSCHA VAZ	L107
16	222	GEISE ANTUNES LEPECHACKI	L107
17	555	GIANE LUCIA LAZZAROTTO BELLE	L107
18	912	HENRIQUE AUGUSTO LOBO	L107
19	1002	IARA TERESINHA DE FREITAS SILVEIRA	L107
20	407	JANE NUNES PILZ	L107
21	62	JONAS FERNANDES DOS SANTOS	L107
22	1390	KARINA VIEIRA GOMES	L107
23	700	LUAN ROZA	L107
24	1187	MARCIANE DUTRA CAMPOS	L107
25	1693	MARIA BETANIA MORANO CAMPOS	L107
26	980	MARIA DENISE ALVES FERREIRA	L107
27	884	MARILUZ VOLPATTO	L107
28	1723	NUBIA ROBERTA DE OLIVEIRA COSTA	L107
29	362	QUEILA FATIMA MUHL	L107
30	253	SARAH KESLY SARAIVA LEMOS	L107
31	1142	SILVANA CAMARGO	L107
32	848	TATIANE MORAES BITENCORT	L107
33	270	VANDERLEI JOAO CUNICO	L107
34	557	WILLIAN BORTOLOTTO	L107
Agente de Limpeza Pública			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1848	ANDRIO JOAO ZILIO	M 003
2	161	ATONIHO CAVLHODOS SANTOS	M 003
3	2200	DORACI TOSETTO	M 003
4	442	MARIA TEREZA VIANA	M 003
5	1561	VALDEMIR CARLETT	M 003
6	281	VILSON NUNES DOS SANTOS	M 003
Agente de Manutenção de Prédios Públicos			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1398	ADRIANO MARCOS GEHLEN	M 011
2	2045	CARLOS CESAR LOPES	M 011
3	1620	GILMAR LUIS DEMBINSKI	M 011
4	1771	NELSON PEREIRA DOS SANTOS	M 011
5	2039	PAULO FERREIRA BATISTA	M 011
Agente de Manutenção Mecânica			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1021	CLARE PERCI GROTH	M 107
2	1754	ISAC REZENDE DOS SANTOS	M 107
3	1688	JOAO VALTAIR CATTELAN	M 107
Agente de Zeladoria			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	2074	ADRIANA JAQUELINE CORREA	O 204
2	34	ADRIANE POLIDORO	O 204
3	61	ADRIELI DE FATIMA DOS SANTOS NEVES VELOSO	O 204
4	2116	DAIANE APARECIDA DE SOUZA	O 204
5	1720	DANIELA MOURA VELOZO	O 204
6	968	EDENILCE RODRIGUES DA FONSECA CELESTINO	O 204
7	1014	EVA LOPES DA SILVA	O 204
8	588	FERNANDA DOS SANTOS SIQUEIRA	O 204
9	123	FRANCIELI GELINSKI	O 204
10	830	GERLANDE DE SOUZA RAMOS	O 204
11	609	GUILMAR MARIA SIQUEIRA ZAT	O 204
12	563	IRACILDE ALVES DE SIQIEIRA	O 204
13	1975	ISAIAS DO NASCIMENTO	O 204
14	1978	JUSSARA DO NASCIMENTO	O 204
15	283	LORENA LEMES DA SILVA ALVES	O 204
16	648	LORRAINY APARECIDA DA COSTA SILVA	O 204
17	2069	MARINEIDE LAMP	O 204
18	1664	OZIANE LOPES DA COSTA	O 204
19	1755	ROGERIA DE PAULA BARBOSA	O 204
20	1765	ROZENILDA LEMES DA SILVA	O 204
21	653	SANDRA RAMOS	O 204
22	606	SANIELI APARECIDA DE LIMA	O 204
23	2147	VITAMAR STRAPPAZZON	O 204
24	1537	WALQUIRIA AMANDA BERGOZZA DE OLIVEIRA	O 204
25	1729	WILLIAN RIBEIRO DA SILVA	O 204
Analista Administrativo			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	103	ALESSANDRA APARECIDA ANDRE ALVES	M 011
2	1715	ANA CECILIA TORTELLI BOGDAN	M 011
3	2077	ANA LUCIA SOUSA DE LIMA	M 011
4	1703	ANDRE CARLOS WEBBER	M 011
5	2139	ANGELINE RAQUEL DE OLIVEIRA CRISTANI	M 011
6	1293	ANNA CLARA ANGHEBEN	M 011
7	1001	BRUNA RUZZA	M 011
8	1463	CAMILA GOBATTO FACIN	M 011

9	434	CAMILA MARTARELLO	M 011
10	1802	CATIANE RENNER SCHWABE	M 011
11	1714	DANIELI MOLINETT FERGUTZ	M 011
12	1384	ELISANGELA RODRIGUES DO PRADO	M 011
13	1875	ELIZANDRA CORREIA	M 011
14	478	ELIZANGELA SAUTHIER	M 011
15	1106	FABIANA MARIA BOASTIK	M 011
16	1859	FABIANO ANTONIO MINOSSO	M 011
17	635	FELIX DE ROSSI JUNIOR	M 011
18	83	GEORGIA CERBARO	M 011
19	1962	HELOIZA NATALIA GARBIN	M 011
20	1982	INGRID ROHR KEMPFER	M 011
21	423	IZADORA CARNIEL	M 011
22	795	JAQUELINE BORGES	M 011
23	1389	JAQUELINE MASSOLA MARTELLO	M 011
24	1991	JEAN RODRIGO ANDREOLA DE SOUZA	M 011
25	452	LAIS MARIANE GUERRA	M 011
26	33	LARISSA MARTINS	M 011
27	797	LETICIA DA CORREGIO	M 011
28	1822	MARCIO ROMEU COPETTI	M 011
29	985	MARIA CRISTINA ALVES DOS SANTOS	M 011
30	2178	MARIANA BRANCO	M 011
31	1554	MARINES MULLER	M 011
32	745	MILAN IARA MOREIRA	M 011
33	294	NAYARA CRISTINA TONIAL	M 011
34	485	NIAMARA SOLETTI MARTELLO	M 011
35	2090	POLIANA DE LIMA BOLZANELL	M 011
36	1058	SHEILA MIELLY TSCHA	M 011
37	152	SUELEN BRUFATI	M 011
38	607	TAINA APARECIDA FACINI	M 011
39	162	TAISE CAROLINE RUBNICH	M 011
40	1634	VANESSA PIANTA	M 011
Assistente Social I			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	520	SUELI RIBEIRO DE JESUS MATUELLA	L107
2	577	VANESSA PAULA RODRIGUES	L107
3	192	VANILDE DE LURDES RIBEIRO DE LIMA	L107
4	1551	VIVIANE APARECIDA PINHEIRO	L107
5	295	VIVIANE DANIELA LEITE	L107
6	1118	ADRIELE REGINA APPELT DA SILVA	N 107
7	1034	ADRIELI HUFF LARA	N 107
8	570	ALINE FERNANDA TIBES MARTARELLO	N 107
9	934	ANA CAROLINE HECKLER DA SILVA BAPTISTELLA	N 107
10	509	ANA PAULA MACIEL	N 107
11	1241	ANDRESSA ELLEN TURATTI VIGANO	N 107
12	1538	ANGELA MARIA DOS SANTOS	N 107
13	1335	ARIANE CASADO VIEIRA	N 107
14	1139	BRUNA JURIS DE LIMA	N 107
15	1777	CARLOS EDUARDO HONORATO DOS SANTOS	N 107
16	156	CLEONICE APARECIDA FORTES	N 107
17	1448	CRISTIANE FRANCISCA DE OLIVEIRA	N 107
18	91	DAIANE CRISTINA DA SILVA MOLON	N 107
19	1794	DEBORA CRISTINA COLPANI	N 107
20	587	ELIZA CARDOSO SIQUEIRA	N 107
21	367	EMANUELA GEMMI	N 107
22	876	EVENS PIERRE	N 107
23	1916	FABIANA DE JESUS	N 107
24	1138	FABIOLA MONIQUE MARASCHIN MACHADO	N 107
25	1846	FLAVIA GRACE DE MELO COSTA PEREIRA	N 107
26	1375	FRANCIELE OLIVO	N 107
27	906	GABRIELA STANG	N 107
28	809	GRACIELI SANTOS DE QUADROS	N 107
29	2075	IONARA BAHLS	N 107
30	2046	ISADORA MENSOR MARTINHAGO	N 107
31	1862	JOCELIA RODRIGUES DOS SANTOS	N 107
32	639	JUCELIA PIRES DE LIMA	N 107
33	1653	JULIA CAROLINE PEREIRA	N 107
34	1893	LEANDRO CIMADON	N 107
35	1583	LUCIANE APARECIDA BARCHAKI GIELINSKI	N 107
36	1408	LUCIANE DIAS TEIXEIRA	N 107
37	1581	LUCIMARA SALETE LISBOA	N 107
38	2086	MARIA REGINA TUSKY DE LIMA	N 107
39	2134	MARIANA DE FARIAS	N 107
40	146	MARINA PARISE REINA	N 107
41	255	MARIZE NASCIMENTO DE CARVALHO	N 107
42	149	MARLENE APARECIDA ROCHA	N 107
43	188	PAOLA DAL MAGRO DE OLIVEIRA	N 107
44	2016	PRISCILA SANTANA	N 107
45	1927	RAFAELA TEO BALSI	N 107
46	1577	ROSANGELA SALVATERRA BOZIM	N 107
47	1107	SALETE MARCELINO	N 107
48	250	SILVANA DE MATTOS	N 107
49	263	SONIA MOURA DE OLIVEIRA	N 107
Atendente de Farmácia			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	574	CLEIDE DE OLIVEIRA FAITTA CARDOSO	O 204
2	1566	DOMINGAS SALINI CIVA	O 204
3	2015	FRANCIELLE DANIELLI MADRUGA	O 204
4	828	GICELLE BUSSOLARO	O 204

5	227	NATALIA AMANDA DA SILVA	O 204
6	204	RAQUEL GABRIEL DE LIMA	O 204
Auxiliar de Cirurgião Dentista			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	854	GESSICA TAYLANA ZANELLA BOASTIK	O 005
2	1516	JOSIANE DIAS DE CARVALHO DA SILVA	O 005
3	1840	SARA MARIA SPONCHIADO	O 005
Cirurgião Dentista			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	2012	RODOLPHO ANTONIO FARIAS	N 106
2	2149	ROSIELLY WANESSA SIQUEIRA MEDINA	N 106
3	1196	SABRINA GASPERIN	N 106
4	306	SARAH CAVALCANTE CURADO MERCIO	N 106
5	437	TARCIS PAULEK PADOAN	N 106
6	1514	VANESSA MEZOMO	N 106
7	2132	VITORIA GRASSI DE SOUZA	N 106
8	2013	ADRIEL NATAN PACHECO	N 105
9	2148	ALEXANDRA DELFIS DE LEMOS	N 105
10	2022	ALINE TESKER VALDAMERI BOTTEGA	N 105
11	1533	AMANDA CAMILA DALACORTE	N 105
12	2044	ANA GABRIELA STIVAL	N 105
13	132	ANA JULIA CHINI	N 105
14	1868	ANA LAURA DE SOUZA BALBINOTTI	N 105
15	1793	ANDREI DUARTE	N 105
16	1122	ANDRESSA GASS	N 105
17	1116	BEATRIZ DO NASCIMENTO TRES	N 105
18	1830	BRENDA OTTO BAHR	N 105
19	1947	BRUNA AGATA ELY	N 105
20	1735	CLEITON FELIPE DA SILVA	N 105
21	22	DANIELE BET CONTE	N 105
22	918	DEBORA CRISTINA SCHENKEL	N 105
23	1557	DIEGO MANICA	N 105
24	508	ESTER PFAFFENZELLER	N 105
25	1369	FELIPE MULHMANN PIT	N 105
26	1265	FRANCIELI FERREIRA FLORIANO	N 105
27	1728	GEZANILDA DOS SANTOS DE MORAES	N 105
28	1792	GUILHERME TIAGO PESSINI	N 105
29	2087	GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS KALSING	N 105
30	1750	JECIEL ORIAS DA LUZ	N 105
31	181	JULIA QUADRI	N 105
32	813	JULIANA DE FATIMA DAMER ZOCHE	N 105
33	1684	KAMILA VITORIA BUSATTO	N 105
34	1126	KAROLINE NUNES FRAGA	N 105
35	1086	KASSIA WRONSKI	N 105
36	1472	LAIS ALANIS BARALDI	N 105
37	119	LAIS MACIEL WEBER	N 105
38	113	LARISSA MINOZZO	N 105
39	1508	LUIZ HENRIQUE SANTANA	N 105
40	1327	MARIA CLARA MELO SANTOS	N 105
41	986	MARIA EDUARDA BARATTO LEAO	N 105
42	1686	MARIA EDUARDA RECALCATI WERDAN	N 105
43	338	MARIA JOANA CIBULSKI	N 105
44	229	MARIA LUIZA GIASSON DE ALMEIDA ROCHA	N 105
45	969	MARIANA STAUDT LEAO RIBEIRO DA SILVA	N 105
46	1886	MARIANI RICCI	N 105
47	1043	MATHEUS SCIREA	N 105
48	737	NICOLY GHELLER DIAS	N 105
49	1184	PAMELA REGINA SOMARIVA	N 105
50	1444	RAFAEL ZORTEA	N 105
51	1178	RAFAELA DE OLIVEIRA BASSO	N 105
52	586	RAFAELA REGINA ROSSO	N 105
Cuidador Infantil			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1775	ADRIANA GONCALVES	M 105
2	1849	ALICE INACIO DOS	M 105
3	1637	ANA CAROLINA DIONIZIO MARQUES COUTINHO	M 105
4	1153	ANA MARIA SILVA BERNARDINO	M 105
5	20	ANDREIA MARCELA DA SILVA TELLES	M 105
6	1761	ANDREIA PEGORARO BERNA	M 105
7	1615	ANGELA CIBELLE FERREIRA CARNEIRO	M 105
8	960	ANGELA MARIA RODRIGUES MIRON FERREIRA	M 105
9	1046	CAMILA DA ROSA DOS SANTOS	M 105
10	954	CAROLINE MARTINS DA SILVA	M 105
11	472	CECILIA INES TOSETTO	M 105
12	1278	CLAUDIANE APARECIDA DA ROSA	M 105
13	1547	CRISTIANE APARECIDA RACHWAL	M 105
14	1079	DAIANA NORONHA BERNARDO DA SILVA	M 105
15	1746	DAIANE LICHESKI CALZA08	M 105
16	513	DANIELA CAMARGO ANTUNES	M 105
17	2010	DAYANE APARECIDA DE SOUZA	M 105
18	2009	ELENICE DE GOIS	M 105
19	1759	EMILY VITORIA SMANIOTO TONON	M 105
20	141	GILVANA MONTEIRO MATOS DE SOUZA	M 105
21	1031	IANARA TIBES SIMONETTI	M 105
22	1303	IONE GIACOMET WELZEL	M 105
23	365	IVANETE LOURDES BERNARDI	M 105
24	1657	IVANETE MARTINS FRANCA	M 105
25	1471	JAKELINE CHRISTOFOLI	M 105
26	2181	JAMILY DA SILVA ECHER	M 105

27	948	JAQUELINE BUENO DE ANDRADE	M 105
28	366	JESSICA DA SILVA FERNANDES	M 105
29	1628	JOAO VALTAIR CATTELAN	M 105
30	1864	JOILSE DINIZ	M 105
31	1337	JOSIANE FOSCHEIRA SCHMIDT	M 105
32	1130	JOZIMEIRE FOSCHEIRA SCHMIDT	M 105
33	1645	JUCIELI STEIN	M 105
34	1984	JULIANA HAERTER HARTHOPF CAUS	M 105
35	284	JULIANA LEMES DA SILVA ALVES CAMARGO	M 105
36	324	KEVILLYN APARECIDA GABRIEL DE LIMA ROCHA	M 105
37	224	LIANE CORREIA DA SILVA	M 105
38	1751	LILIANE ALVES DE OLIVEIRA	M 105
39	1672	LUCIANE GIRARDI DE OLIVEIRA	M 105
40	486	MARIA DEMETRIO	M 105
41	77	MARIA EDUARDA PIOVEZANA	M 105
42	2004	MARIA ELOISA DANGUI PEREIRA	M 105
43	925	MARIA JOCELI PONTES	M 105
44	1410	MARIA LUIZA PERAO	M 106
45	1038	MARLEI DE LIMA	M 106
46	2073	MARLI APARECIDA DA ROCHA	M 106
47	23	MAYSA DA SILVA	M 106
48	1790	REJIANE MEIRELES DA SILVA	M 106
49	2049	SABRINA MACHADO RIBEIRO SOARES	M 106
50	490	SARA NUNES DA LUZ	M 106
51	1647	SIDIANE DE FATIMA PINHEIRO	M 106
52	420	SIMONE INACIO DE SIQUEIRA	M 106
53	287	SIMONE REGINA DA SILVA	M 106
54	2064	TAINA DOS SANTOS ROCHA	M 106
55	532	VANESSA MARIA ZUCCO	M 106
56	1007	VANESSA ROCHA DOS SANTOS	M 106
Enfermeiro II			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	380	ALEXIA JACKELINE PEREIRA	N 110
2	619	ANA CLARA GOTZ	N 110
3	1857	ANA LAURA FERRAZZA COLLA	N 110
4	772	ANA VITORIA PERIUS DE OLIVEIRA DE SOUZA	N 110
5	1135	ANDRESSA ZENAIDE HELMANN	N 110
6	712	ANGELA MARIA DA COSTA BRAGA	N 110
7	891	DANUZA BORGES MARTINS	N 110
8	2000	DARLICIANE CANTELLI	N 110
9	1808	DEBORA RAQUEL JORDANI	N 110
10	1313	DJAVAM MATEUS TRIACA	N 110
11	172	EDEVANIA APARECIDA MODESTO DA CRUZ	N 110
12	687	EDIVANIA LAVINIA DOS SANTOS	N 110
13	722	ELIANE APARECIDA DA CRUZ DIAS DO AMARAL	N 110
14	1851	EMANOELE APARECIDA ZINKE	N 110
15	632	GESSICA CRISTINA BUTTNER	N 110
16	2186	GIOVANA PATRICIA BELLO	N 110
17	1091	GISELE CHAVES	N 110
18	1365	GRACILEI DOS SANTOS COSTA	N 110
19	160	HELLEN MARTINS BRIZOLA	N 110
20	1312	JOZIANE GONZATTO	N 110
21	867	JULIANO MARTINS DA SILVA	N 110
22	1287	KAREN LOUISE NEVES	N 110
23	259	KARISE PETRY ORZECHOWSKI	N 110
24	777	LARISSA LOPES	N 110
25	1016	LEANDRO ORZECHOWSKI	N 110
26	1685	LETICIA MELO SANTOS	N 110
27	245	LUANA SCHIOCHET	N 110
28	1597	LUANA TIZZIANI RASBOLD	N 110
29	1488	LUCIANE DE FATIMA DOS SANTOS	N 110
30	1564	MARIA ANGELICA CAMARGO OLIVEIRA	N 110
31	1601	MARIA SUZANE MARIANO	N 110
32	1322	MARILENE CARTERI	N 110
33	384	MARISTELA ROCHA DE VARGAS	N 110
34	1791	MARIZANGELA APARECIDA DE SOUZA ANDRADE	N 110
35	2121	MILENA DE ALCANTARA	N 110
36	2025	NEUCIANE RADIN	N 110
37	943	OHANA GABRIELI DE RAMOS WERLE	N 110
38	344	PIETRO RICARDO SILVA DIAS	N 110
39	1587	RAIKA FERNANDA BERTE	N 110
40	28	REGES ANTONIO DEON	N 110
41	1967	ROSELI DIAS	N 110
42	2198	ROSILENE INES ECKERT KRUMMENAUER	N 110
43	1717	SANDRA MARIA DA ROSA	N 110
44	169	SILVANA SANTOS	N 110
45	130	TAINARA NEGRI	N 110
46	1734	TANIA REGINA HOLEK KUHN	N 110
47	1609	THAIS DA SILVA CORREA	N 110
48	1752	WILLIAN DE SOUZA MATOS	N 110
Farmacêutico			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1489	ALINE ANHAIA GEREMIA	O 205
2	561	BARBARA LAYS ZAMBONI	O 205
3	1957	BRUNO COSTA	O 205
4	343	DAIANE FATIMA MARTINELLO	O 205
5	1325	ELOISA BERNARDON	O 205
6	1901	EVELYN PEREIRA SEOLA	O 205
7	1652	GEAN DOUGLAS MEZZARI	O 205

8	1626	HEMELY LANZARIN ALMEIDA	O 205
9	1356	IVONE GONCALVES DA CRUZ	O 205
10	256	JULIANE FETTER	O 205
11	761	LEONELLI MARIOT	O 205
12	177	LILIANE GUIMARAES MATHIAS VERZA	O 205
13	1999	LUANNE DOS SANTOS MARTINS	O 205
14	1828	LUZIARA PENADEI ANDRE	O 205
15	1766	PRICILA LUIZA OZELAME	O 205
16	2131	RODRIGO TOSTANOWSKI	O 205
17	1423	SABRINA BARBOSA	O 205
18	1814	THAIS APARECIDA SANTOS DOS ANJOS GONCALVES	O 205
Fonoaudiólogo			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1017	CIBELI REGINA MATTEI	O 005
2	1215	EDNA COLLA RENOSTO	O 005
3	999	ROZANE FATIMA BONI GETASSI	O 005
4	1085	SIMONE LORENSET GUTSTEIN	O 005
Guarda Patrimonial			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1013	ADRIANO DA SILVA ALCANFORADO	M 004
2	736	AGUSTINHO FRANCO	M 004
3	839	ANTONIO PEREIRA NETO	M 004
4	692	ARTHUR PILASTRE NETO	M 004
5	1695	AUGUSTO JOSE ZARISTA	M 004
6	1318	CESAR DE SOUZA	M 004
7	2050	CLAUDINEI SOARES	M 004
8	2099	CLEOMAR DOS SANTOS	M 004
9	939	CLEOMAR RAMOS	M 004
10	699	DANIELLE LOURENCO DE LIMA	M 004
11	2011	DAVI CAPOANI DE SOUZA	M 004
12	705	DEMIAN SALES DOS SANTOS	M 004
13	1006	DINORI DE SOUZA PINTO	M 004
14	2091	DIONATAN JOSE MOREIRA RODRIGUES	M 004
15	526	EDIANA MACULAN	M 004
16	2189	EMERSON CORREIA	M 004
17	1668	EMERSON DE OLIVEIRA LIMA	M 004
18	2065	FABIANO DE SOUZA	M 004
19	32	FERNANDO CESAR DE FARIA	M 004
20	971	GABRIEL DE OLIVEIRA PEREIRA	M 004
21	2164	GELSON POLESE GIRARDI	M 004
22	359	GILMAR PEDROSO	M 004
23	2106	GRACIELA ZAMIATOVSKI	M 004
24	1382	GUILHERME DO PRADO	M 004
25	430	HENRIQUE VINICIUS DA SILVA RODRIGUES	M 004
26	66	IDIR FAITTA KILIAM	M 004
27	18	IGOR BARBOSA	M 004
28	677	JANAINA FERREIRA DOS SANTOS	M 004
29	661	JOAO LUIZ DE RAMOS	M 004
30	2152	JONES GOMERCINDO CORREA	M 004
31	833	JUNIOR MELLO DE MORAIS	M 004
32	2187	LAURO ROBERTO GONCALVES	M 004
33	1366	LEANDRO SIEBENEICHLER	M 004
34	1223	LUIZ CARLOS FERREIRA DREHMER	M 004
35	1456	LUIZ FRANCISCO CAMARGO KUJO49151827972	M 004
36	689	MAICON PEREIRA FERRARI	M 004
37	1923	MARCELO ANTONIO DOS SANTOS	M 004
38	128	MARCO AURELIO CRUZ DE OLIVEIRA	M 004
39	915	MARCOS FERNANDO GOMES	M 004
40	1677	MARELI DE RAMOS	M 004
41	675	MATHEUS ANTUNES DOS SANTOS	M 004
42	1636	OSMAR OVITZKE DA COSTA	M 004
43	671	RICARDO BERNARDO DOS SANTOS	M 004
44	1776	THIAGO FERREIRA DE SOUZA	M 004
45	2143	VAGNER CHITTO	M 004
46	872	VALMIR ANGELO DA CRUZ	M 009
47	392	VALMIR SCATOLIN	M 009
48	1404	WALDIR GONCALVES	M 009
Médico Clínico Geral II			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1869	AGNES BOENIG ONISZCZUK	O 001
2	1889	AKIRA GABRIELA CONCEICAO	O 001
3	1811	ALAIN JOSE PEREIRA GONCALVES	O 001
4	2042	ALEANDRO STIVAL	O 001
5	1965	ALENILDE PEREIRA SOUZA	O 001
6	1174	AMANDA PAULINO SILVA	O 001
7	159	ANA PAULA CARLI CHIAVAGATTI	O 001
8	1230	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA TELES	O 001
9	582	ANGELICA COCCO	O 001
10	131	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	O 001
11	377	BERNARDO RIBEIRO BÖHM	O 001
12	1344	BRUNA TESSER ROSA	O 001
13	717	CAMILLA CAROLINA TIBES DE MORAES	O 001
14	1302	CLAUDIA LISSA MAEKAWA	O 001
15	1485	CRISTIANO VIEIRA MACHADO	O 001
16	2002	EDITH CORADI BISOGNIN	O 001
17	1827	EDUARDA DAGIOS IMHOFF BIASEBETTI	O 001
18	191	EDUARDA PIZONI CONRADO	O 001
19	1809	EDUARDO MERIGO SOLIMAN	O 001
20	1011	EDUARDO TOMAZONI	O 001

21	1964	EDVALDO LISBOA SANTOS	O 001
22	2109	ELIZA FIM	O 001
23	771	GABRIEL YAN CONSOLI	O 001
24	868	GABRIELA ANA NIEROTKA COLODA	O 001
25	1416	GABRIELA CAETANO PINTO SILVEIRA	O 001
26	2088	GABRIELA DUQUE DE SOUZA	O 001
27	2177	GABRIELA GALLINA GUEDES	O 001
28	57	GABRIELA PAULA VIDOR	O 001
29	1282	GABRIELLA BORSOI LATREILLE	O 001
30	1785	GUILHERME DASSOLER POLIDORIO	O 001
31	1553	JOAO FELIPE FIAMETTI	O 001
32	2203	JORGE MARCELO SAUKA	O 001
33	1592	JULIA FELDBERG RITTER	O 001
34	685	JULIAN FERNANDA MARCONDES	O 001
35	2053	LAISLENEN RACHURAT	O 001
36	1850	LETICIA ANITA DE MORAIS	O 001
37	327	LIVIA GARCIA DA CUNHA	O 001
38	1260	LUCAS DILL CORREA	O 001
39	1259	LUIZ HENRIQUE BERNARDI ZATTERA	O 001
40	2128	LUIZA CAROLINA BUTTENBENDER MUNHOZ	O 001
41	1251	MAICON JUNIOR MILANI	O 002
42	1895	MARCELA DREYER MACHADO ALVES SIRTOLI	O 002
43	1956	MARCELLE ROPKE DE CAMPOS	O 002
44	1709	MARIA PAULA IDELBRANDO VICARI	O 002
45	286	MARIA VITORIA SANTOS	O 002
46	2142	MARIANA RUBIN	O 002
47	798	MILLENA RAQUEL SCHIAVINI	O 002
48	1379	NATALIA FLORIANO DA ROSA	O 002
49	1898	NEIVA CRISTIANE GERTZ	O 002
50	1804	PEDRO HENRIQUE ZABOT	O 002
51	2124	RAISSA BOHRY DE SOUZA VASCONCELOS CORREA	O 002
52	1825	RAMON GUILHERME NUNEZ KAIMEN	O 002
53	2071	RODRIGO MORI REIMANN	O 002
54	2151	RODRIGO ROGERIO DE SOUZA	O 002
55	1239	SILVIA LETICIA DOS SANTOS	O 002
56	1661	SILVIA LETICIA QUEIROZ BENATO	O 002
57	2119	VICTORIA TISCHER SAWKA	O 002
58	106	VITHORIA CRISTHINE CASTANHETTI	O 002
59	1528	WASHINGTON HENAN DE SOUSA SAMPAIO	O 002

Médico Clínico Geral III

SEQ.	IN	CANDIDATO	SALA
1	2185	ALEXANDRE DENARDIN	O 202
2	200	ALIONNES FONDEN CRIBE	O 202
3	589	ALYNE VONS	O 202
4	1740	AMANDA GRAPSKI DE JESUS	O 202
5	1539	AMARILYS MONTES DE OCA ESTUPINAN	O 202
6	1805	ANA CAROLINA DOS SANTOS ROCHA	O 202
7	1826	ANA LARA CALDATO	O 202
8	1380	ANA LUIZA COLLA PASTORELLO	O 202
9	1484	ANGELICA MOZZATTO RADAELLI	O 202
10	1773	CAMILA ENEDINA MESQUITA DA COSTA HENTGES	O 202
11	1446	DEISIANE CAROLINE VITOR	O 202
12	1305	ELIANE FERREIRA GHIDINI	O 202
13	2155	ELIZANDRO RIBEIRO CAMARGO	O 202
14	1419	EMILLY ANGELINA BRANDALIZE	O 202
15	534	ERIBERTO AGUILERA REYES	O 202
16	1610	FERNANDA ELIS LEFCHAK	O 202
17	1724	FLAVIA SANAGIOTTO ROSS	O 202
18	1341	GABRIELA FAVERO	O 202
19	2194	GABRIELI STURZA MARTINS DOS SANTOS	O 202
20	1300	GEDALLYA KATHIUSCIA MOREIRA VIEIRA	O 202
21	1482	GUSTAVO HENRIQUE MATZENBACHER TREVISOL	O 202
22	1748	GUSTAVO ROSA PRIMON	O 202
23	1800	HENRIQUE MATHEUS CAMARGO	O 202
24	1621	IGOR OVANDO PEDRAO	O 202
25	206	ISADORA MENEGARO	O 202
26	549	JOANA ROSA RODRIGUES	O 202
27	1928	KAMILLA ISABEL NARDI	O 202
28	1513	KAROLAYNE SKIBA LAZZARI	O 202
29	167	LAIS CRISTINA WILLENS SANTOLIN	O 202
30	1902	LEONARDO GAUGINSKI MARQUETTI	O 202
31	122	LUCAS OLIVEIRA DE ANDRADE	O 202
32	444	LUIS MANUEL GONZALEZ GARCIA	O 202
33	2058	LUIZA GALERA	O 202
34	1186	MARIA CAROLINA BRAMBILLA NUNES	O 202
35	1912	MARIA FERNANDA PAREJA RIBEIRO	O 202
36	2153	MARIA LUCIA NEPPEL DIAS	O 202
37	1236	MARIA LUISA BASEGGIO	O 202
38	535	MAURICE DEYMANN VEITIA PONCE	O 202
39	2037	MERCEDES CARIDAD ROMERO SALLES	O 202
40	1056	MIDALGIS LEYVA LEYVA	O 202
41	2115	NALBER GONCALVES ALVES	O 203
42	25	NATALIA HOPPEN	O 203
43	819	NORGE ARMAS BERMUDEZ	O 203
44	1702	PAMELA PIMENTEL ARALDI	O 203
45	1073	PAULA BEATRIZ SANTI SCHUSTER	O 203
46	75	PAULO RICARDO PIRES DA SILVA	O 203
47	2171	RENATA ELOISE DA ROSA	O 203
48	1522	TAISA YAMAGUCHI	O 203

49	1057	TATIANE DOLINSKI	O 203
50	1167	TAUAN MONTEIRO SANTA HELENA	O 203
51	1881	THAIS CAROLINE MULLER SOSSMEIER	O 203
52	1541	THIAGO ARTUR CONSOLI	O 203
53	2110	TIAGO LUIS WIETCHIKOSKI NILSON	O 203
54	955	TUANY ISABEL VANIN	O 203
55	1525	VALDINEI PEREIRA DE SOUZA	O 203
56	1208	WILLIAN PICHETTI COLACO	O 203
57	1774	YANET BOZA CHAVEZ	O 203
Médico Clínico Geral IV			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	956	MAYARA LAZZARINI TOCCHETTO	O 003
2	1445	MILENA LORENZETTI	O 003
3	2063	MIRIA TELLES SANTOS GUSTMANN WULFF	O 003
4	1460	OHANA TOIGO KUHN	O 003
5	2068	PAMELLA CRISTINA MARTINS GRANDE	O 003
6	1763	PAULA BELLE	O 003
7	1340	RAFAELA BRUM GALLINA	O 003
8	1252	RAFAELE ZAMPIER	O 003
9	1033	ROBBSON HAUGUSTO DAMBROS	O 003
10	2093	RODRIGO ALOACYR DE CAMARGO SILVA	O 003
11	2097	SOPHIA BALBINOTTI DE LOURENCO	O 003
12	1939	STHEFANIE VIECHNIESKI	O 003
13	1782	VALENTINA KONZEN SERPA	O 003
14	417	VANUZA BORTOLAN TOMAZINI	O 003
15	1376	VITOR VERONA CENI	O 003
16	1949	YASMINE OLIVEIRA LUNELLI	O 003
17	1593	ZENNAS ALICE SOARES DE CASTRO	O 003
18	1801	ADAO RODRIGUES VIANA	O 004
19	1159	ADILHANE PAINI BORCATTO	O 004
20	1400	ANA BARBARA SILVEIRA BIANCHI	O 004
21	1474	ANNA FLAVIA RODRIGUES MOTA	O 004
22	1744	BRUNO CESAR SOTOPIETRA	O 004
23	2061	CAROLINE BORDIN CORREA	O 004
24	2192	CAROLINE VICTORIA QUADROS DE AZEVEDO	O 004
25	98	CESAR MENIN	O 004
26	863	DEBORA VITORIA GALVAN	O 004
27	2196	DOUGLAS DE ARAUJO DOS SANTOS	O 004
28	720	EDEGAR BLEICHVELH TIBES DE MORAES	O 004
29	120	EDUARDA CHIOQUETTA TOMASINI	O 004
30	859	EDUARDO ANTONIO RAVAGIO	O 004
31	2081	EUGENIO EMANUEL WERLE DA SILVA	O 004
32	199	FLAVIA GARCIA MICHALICHEN	O 004
33	1780	GABRIEL FRANCISCO DENARDIN DOS SANTOS	O 004
34	2197	GABRIELA DE AQUINO WALTERS	O 004
35	1364	GILVAN FERREIRA	O 004
36	983	GUSTAVO ANDRE PASQUALOTTO	O 004
37	2094	HAROLDO LAZZARETTI QUEIROZ	O 004
38	1160	HENRIQUE VITOR BEVILAQUA	O 004
39	1175	ISADORA PESSATTO	O 004
40	196	JAQUELINE DALASTRA	O 004
41	142	JEFFERSON REINALDO SCHNEIDER	O 004
42	604	JOAO ANTONIO SAUGO MILANI	O 004
43	1221	JOAO VITOR BORGES BARBOSA	O 004
44	2034	JULIA AMANDA GUZZATI VALDUGA	O 004
45	58	LARISSA CRISTINA CASTAGNA PIVETTA	O 004
46	301	LAURA POLO	O 004
47	757	LEONARDO PASSAGLIA DE FREITAS	O 004
48	1219	LUIS HENRIQUE BOMBONATO FACCIO	O 004
49	1860	LUIZ EDUARDO VELOSO MILANI	O 004
50	2120	LUIZA TESSER MICHALISZYN	O 004
51	634	LUIZA VEDANA MIOTTI	O 004
52	1473	MARDEN YURI MOTA OLIVEIRA	O 004
53	1403	MARIA CAROLINA KOBEL VELLOZO	O 004
54	1941	MARIA EDUARDA TURCATTO	O 004
55	1789	MARIA VITORIA PAINIM INFELD	O 004
56	1409	MATHEUS AUGUSTO DA CRUZ	O 004
Médico Ginecologista e Obstetra			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	118	CAMILA TIRELLI CAVALLI	O 203
2	2146	ELOISA SOTILLI SCARIOTI	O 203
3	1772	EVA CRISTINA PESSOA MARQUES	O 203
4	1699	GABRIELA ANTONIOLLI NESI	O 203
5	1315	GABRIELA POTRICH COSTA	O 203
6	1648	KARINE KRINDGES	O 203
7	1032	LILIAN MAGALHAES LEITE PINTO	O 203
8	701	MAIARA ZATERA	O 203
Médico Pediatra			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1244	ALICE DONATO GONZALEZ	O 205
2	2051	CAROLINA CECILIA COELHO SOTOPIETRA	O 205
3	1543	CAROLINE MOZZATTO COSTA	O 205
4	1983	DAYSE ADAZS FONSECA	O 205
5	1131	DEBORA CAROLINA SCHERER	O 205
6	487	FERNANDA GAZONI DE SOUZA	O 205
7	1478	FERNANDO RIOS FONSECA	O 205
8	1678	LUCIANE MARTINS	O 205
9	313	RENATA DE CARVALHO KUNTZ	O 205
10	1627	SAMANTA SGARBI VEBBER	O 205

Médico Veterinário

SEQ.	IN	CANDIDATO	SALA
1	1481	RODOLFO VENDRAME GRITTI	O 002
2	1921	RODRIGO COSTA FERREIRA	O 002
3	613	RODRIGO DE ASSIS BAYER	O 002
4	413	SAMARA LATIFFA DE LIMA	O 002
5	140	SANDRO MICAEL ROSA	O 002
6	2138	STHEFFANY MAZUTTI MASSAROTTO	O 002
7	345	SULIVAN LUIZ ZAGANIN	O 002
8	1154	TAIS ANGELICA MARIA	O 002
9	1333	THAIS FERNANDA COPACHINSKY	O 002
10	1298	THAIS TEIXEIRA DE SOUZA	O 002
11	41	THALIA PIONER NETTO	O 002
12	1310	THALITA DANELUZ FRANCO	O 002
13	1457	VICTOR PROCOPIO RODRIGUES DA SILVA	O 002
14	2123	VITORIA DOS SANTOS	O 002
15	1050	VITORIA GONCALVES MARCANTE	O 002
16	1075	ALEX SANDRO DEZORDI	O 201
17	278	ALISSON ROBERTO ACCO	O 201
18	1381	ALYANA MARIA RANZAN	O 201
19	554	ANA CLARA TLUSZ L	O 201
20	823	ANA JULIA DAL BELLO SUTILI	O 201
21	1954	ANABELE PIRES SANTOS	O 201
22	1692	ANDERSON JUNIOR MARIANE	O 201
23	184	ANDRESSA DELIBERALLI	O 201
24	1905	ANDRIEL GUSTAVO FELICHAK	O 201
25	2067	BRUNA RIZZO	O 201
26	237	CAMILA PERON	O 201
27	1700	CAROLINE CELLA GERON	O 201
28	114	CRISTIANE GRACIETTI	O 201
29	2191	DANIELA KUCZAR FERREIRA	O 201
30	1468	DARLINE KREFTA	O 201
31	424	DIEGO BASILIO HAMILKO	O 201
32	538	DIEINY DANIELA VITAL	O 201
33	602	EDUARDA DALMOLIN DOS SANTOS	O 201
34	1451	EDUARDA DEMARCHI	O 201
35	1083	EDUARDA DESTRI	O 201
36	265	ELISANGELA VICARI BERNARDES	O 201
37	99	ELOISA CAMARA WULFF	O 201
38	347	EMANUEL DA SILVA GOMES	O 201
39	1054	ERIC ANTONIO ANATRIELLO	O 201
40	835	EVELIN DE OLIVEIRA LEMES	O 201
41	1299	FELIPE LAZARIN	O 201
42	1255	FRANCIELI APARECIDA DE OLIVEIRA	O 201
43	1816	GUILHERME ANTONIO HORN	O 201
44	990	GUILHERME NUNES CAVALHEIRO	O 201
45	1694	HANYELE DOLCI DE VARGAS	O 201
46	1214	INGRIDI FERNANDA DE BONA PIRES	O 201
47	1349	ISADORA RODRIGUES PEREZ BORSATTI	O 201
48	1698	IVANICE VALENTINA TOPANOTTI	O 201
49	2030	JEAN LUIS FURLAN FREIRE	O 201
50	1258	JEFERSON SCHARONE MOURA	O 201
51	55	JOANA HOPPEN	O 201
52	87	JOAO GABRIEL BOZI	O 201
53	469	JOCIELI TAPPERO SONAGLIO	O 201
54	849	JOSEANE HEIN	O 201
55	428	KEVELIN RIEGER HOLLER	O 201
56	185	LAURA THOME SILVEIRA	O 201
57	1598	LETICIA UCIEL MENDES MIRANDA	O 201
58	2114	LUCAS ZAMBONI ESTRAPASSAO	O 201
59	584	LUIS GUSTAVO PINHEIRO CELLA	O 201
60	1969	LUIZ HENRIQUE LOSSO LONGO	O 201
61	1246	LUKAS SCHIOCHET	O 201
62	1854	MARCOS RAFAEL DE ANDRADE	O 201
63	1622	MARIA CLARA GALVAO DOS SANTOS	O 201
64	1141	MARIA EDUARDA SAGGIN	O 201
65	1132	MAYCOM KRUGER	O 201
66	138	MICHELE TATIANE RAZOTO	O 201
67	1945	MURILO ULLRICH ANTUNES DE LIMA	O 201
68	670	MYKAELLA CAETANO ZANATTA WAZ	O 201
69	1970	NERI HELLEN VIEIRA DA CUNHA	O 201
70	1455	NESTOR PEDRO FURLANETTO	O 201
71	96	NICOLE KOSLINSKI DOS REIS	O 201
72	1018	POLYANA ARAUJO DE ADELIA	O 201

Motorista

SEQ.	IN	CANDIDATO	SALA
1	1747	ADEMIR BATISTA	M 005
2	503	ADEMIR CHAGAS	M 005
3	1385	ADENILSON ANTUNES DA SILVA	M 005
4	1133	ADILIO IZAIAS MACIEL	M 005
5	1232	ALAN IUNG	M 005
6	1199	ALCIONIR MATIAZZO	M 005
7	257	ALEX SANDRO COSTA	M 005
8	1531	ALVARO OLIVEIRA DOS SANTOS	M 005
9	970	ANDRE JAILSON PEREIRA	M 005
10	1405	ANTONINHO CANONICO	M 005
11	175	APAULINA BOMFIM DOS SANTOS PEREIRA	M 005
12	652	ARALDO DA SILVA	M 005
13	1821	BRUNO DE OLIVEIRA SANTOS	M 005

14	1268	CACIA RACHVAL	M 005
15	1296	CARLOS AUGUSTO FERREIRA	M 005
16	15	CARLOS VELOSO	M 005
17	1690	CLAUDEMIR CARDOZO DOS SANTOS	M 005
18	1993	CLAUDENEI GOBATTO	M 005
19	1907	CLEITON LUIZ FACHIN	M 005
20	1311	CLEITON NATALINO RENOSTO	M 005
21	644	CLEITON ROBERTO OLIVERIO	M 005
22	1762	CLESIO ROQUE CORDEIRO NUNES	M 005
23	1068	CLOVIS ZAPPE	M 005
24	1873	DANIEL DOUGLAS SERIGATI	M 005
25	2040	DOUGLAS DA SILVA	M 005
26	1048	EBERSON MEDEIROS	M 005
27	1730	EDEMAR LUIZ MYSCZAK	M 005
28	1749	EDEVILSON FRANCISCO TAFAREL	M 005
29	1360	EDSON VICENTE HERMANN	M 005
30	317	EDUARDO SKIRZINSKI	M 005
31	1089	EDVANDRO PICINATO	M 005
32	1904	ELIS VALERIA BROCHI RAMOS	M 005
33	1507	ELIZANDRA ANTUNES	M 005
34	1654	ELIZANDRO DE BORBA DO NASCIMENTO	M 005
35	1934	EMERSON JONER	M 005
36	1696	EVERSON ANDRE MARIANO PIRES	M 005
37	203	FABIANO BORMANN	M 005
38	1008	FAGNER DIEGO GAMBETA	M 005
39	412	FARLEY PEREIRA DOS SANTOS	M 005
40	2018	FELIPE ALBANI	M 005
41	2019	FERNANDO DALLA COSTA	M 005
42	1461	GABRIEL SANTOS DO NASCIMENTO	M 005
43	886	GELSON LUIS TONON	M 005
44	1662	GERSON BATISTA	M 005
45	873	GILMAR ALVES BORGES	M 005
46	1070	GUILHERME ECHER CARNEIRO	M 007
47	398	GUSTAVO CRUZ DA SILVA	M 007
48	1304	HELITON DE PAULA	M 007
49	500	IARA SCHMITZ	M 007
50	1324	ILVANES PAULO FERNANDES	M 007
51	1741	ISAC ARI ALVES	M 007
52	1990	IZALETE ILOIS	M 007
53	1932	JACKSON MARCELO HENNING	M 007
54	1248	JAIME ANTONIO VAZZATTA	M 007
55	97	JAMIR REZENE	M 007
56	2122	JANIR DETONI	M 007
57	2204	JEAN CARLOS DOS REIS	M 007
58	1571	JEFFERSON WILLIAN EVANGELISTA	M 007
59	1158	JOAO MARIA HONORATO	M 007
60	935	JOCIL SCHMITZ	M 007
61	1603	JOSE REGINALDO BRATTI	M 007
62	374	JULIANA SCHAUSS SOUZA DE LIMA	M 007
63	195	KATIA DA COSTA	M 007
64	1383	LEANDRO DA SILVA	M 007
65	2014	LEANDRO PIRES DOS SANTOS	M 007
66	1697	LEOMAR JOSE OLIVEIRA	M 007
67	1894	LUCAS BARBOSA BORTOLLI	M 007
68	1279	LUCAS LUIZ DE LIMA	M 007
69	562	LUIZ FERNANDO BAZI	M 007
70	495	MAICON JACOSKI	M 007
71	473	MARCELO EDUARDO MONTEIRO	M 007
72	1739	MARCELO MARTINS SANTANA	M 007
73	1632	MARCIO CAMARGO	M 007
74	734	MARCOS MENEGAT	M 007
75	322	MAURO ANTONIO TOMAZINI	M 007
76	1926	NATANAEL SILVA NOGUEIRA	M 007
77	1229	NEY MACHADO	M 007
78	298	NILSO CAMARGO	M 007
79	1930	ONIVALDO DE BITENCOURT	M 007
80	590	PEDRO CAMARGOBATISTA	M 007
81	1205	PETERSON DE ALMEIDA DUARTE	M 007
82	1588	RAFAEL DE MORAES BORGES	M 007
83	174	RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS	M 007
84	279	RENAN POSSAMAI DELLA	M 007
85	231	RENATO CANOTH	M 007
86	514	RODRIGO DOS SANTOS AMANTINO	M 007
87	1092	RODRIGO GULARTE DEZAN	M 007
88	1277	ROGERIO MORAIS	M 007
89	1350	ROQUE SERPA DOS SANTOS	M 007
90	1544	SANDRO LUIZ ROHR	M 007
91	2111	SANDROMAR CERQUEIRA DA SILVA	M 009
92	1211	SERGIO TOLEDO JUNIOR	M 009
93	930	SIDNEY GOMES DE LARA	M 009
94	1718	SILVONEI DO AMARAL	M 009
95	1467	SIMONE MADRIONE GORLIN	M 009
96	1227	SOLANGE DELFIN DE SOUZA	M 009
97	1049	TIAGO BALHAN	M 009
98	207	VALCIR ANTONIO DE LIMA	M 009
99	1168	VALDELI BUENO DE LIMA	M 009
100	1675	VANDERLEI ALVES FORTES	M 009
101	274	VANDERLEI JOSE CORREIA	M 009
102	1667	VANDERLEI MOCELLIN	M 009

103	1852	VILMA MULLER	M 009
Operador de Máquina			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	1281	ADILSON MORO	O 005
2	559	ADRIANO DOS SANTOS CIUFFI	O 005
3	1897	ALTAIR ZAMPOLI	O 005
4	410	CLEVERTON DE GODOIS	O 005
5	741	CRISTOVAO LEINOR SCHAVES	O 005
6	226	DIRCEU DIAS DA SILVA	O 005
7	972	EDSON DOS SANTOS BATISTA	O 005
8	125	EVANDRO DE SOUZA	O 005
9	822	EVANDRO PORTELLA MALFESSONI	O 005
10	860	GABRIEL EDUARDO TRINDADE	O 005
11	1411	JOAO CARLOS DOS SANTOS	O 005
12	243	LUESLEY NATHAN DELLARMELIN	O 005
13	1529	LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA GUEDIN	O 005
14	1963	MARCIO JOSE DE LIMA	O 005
15	615	MARCOS QUADRA FERREIRA	O 005
16	1297	MATHEUS ANTONIO TOMAZINI	O 005
17	414	PEDRO HENRIQUE VOLPATTO	O 005
18	269	REGINALDO JOSE CORREA	O 005
19	282	ROBERTO CARLOS MANN	O 005
20	666	RONEI BRANDOLI	O 005
21	738	SERGIO MALACARNE	O 005
22	856	VILMAR JOSE DE FREITAS	O 005
Procurador			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	682	ADILSON CARLOS DE OLIVEIRA	L 104
2	992	AGNES PAOLA BALDO ZIMOVSKI	L 104
3	938	ALAN ANTONIO PASQUALOTTO	L 104
4	1347	ALANA PATRICIA LOCATELLI	L 104
5	916	ALEXANDRE MATOS LIMA	L 104
6	565	ALISON GIOVANE GOMES	L 104
7	1567	ALLAN GUSTMAM	L 104
8	1189	ALTAIR BORGES	L 104
9	1431	AMANDA CAROLINE HOFFMANN	L 104
10	48	AMANDA OLINQUEVICZ	L 104
11	318	ANA ALICE ILDEBRANDO SUTILE	L 104
12	708	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MENEGUZZI	L 104
13	1494	ANA CAROLINA MILHORETO FRIGHETTO	L 104
14	2137	ANA LUIZA BERNARDI LIRA	L 104
15	80	ANDRE LUIZ CARARO	L 104
16	1406	ANDRE LUIZ QUAGLIOTTO	L 104
17	945	ANDRE NATHAN DE MORAES DA VEIGA	L 104
18	1612	ANDRES RAVANELLO	L 104
19	902	ANDREZA DA SILVA JACOBSEN	L 104
20	1788	ANDRIELI BORSATI	L 104
21	215	ANGELA BOITO	L 104
22	1234	ANI CAROLINI PEREIRA	L 104
23	1523	BARBARA ROBERTA SAMPAIO	L 104
24	1779	BRUNA KAMILLA FAGUNDES	L 104
25	235	CAMILLA GONCALVES FASSULA	L 104
26	155	CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS	L 104
27	1995	CASSIANA PARISOTTO	L 104
28	1283	CAUAN MATANA RAMOS	L 104
29	214	CHRISTIAN DE MORAES PIASSA	L 104
30	108	CLACIR ANTONIO SURDI	L 104
31	2118	CLAUDIA ANDREA MORI REIMANN	L 104
32	735	CLEBERSON TIAGO ROSA MELLO	L 104
33	246	DAIANE FERNANDA PEREIRA	L 104
34	387	DAIANE MULLER DUARTE	L 104
35	540	DEIZE TEIXEIRA SCHVANZ	L 104
36	1432	DIEGO DE OLIVEIRA	L 104
37	629	DIONATAN CRISTOFANI ARRUDA ANTUNES	L 104
38	59	EDUARDO ROSANELLI MATTEI	L 104
39	1479	EDY CARLOS CHIELE	L 104
40	2117	ELENIR CASANI DA SILVA	L 104
41	2193	ELISANGELA ALVES DOS SANTOS	L 104
42	1192	EMILY CHITTO LOPES	L 104
43	1346	FABIANE CAMILA MABONI	L 104
44	504	FELIPE ALEXANDRE WAGNER	L 104
45	752	FELIPE GRUDYSZ DO ESPIRITO SANTO	L 104
46	603	FERNANDA ESGANZELLA LUCAS	L 105
47	53	FERNANDA OLIVEIRA CORDOVA	L 105
48	1650	FILIPE REIS DO ESPIRITO SANTO	L 105
49	1985	FRANCELISE CAMARGO DE LIMA	L 105
50	1877	FRANCINE GRACIELE DE MATOS	L 105
51	1909	GABRIEL RAMON STEFANELLO DE OLIVEIRA	L 105
52	1098	GABRIEL ROQUE IENERICH	L 105
53	1920	GABRIELA GIARETTA	L 105
54	2062	GILBERTO GONCALVES	L 105
55	1722	GISELE VEZZARO BOLZAN	L 105
56	1358	GUILHERME DOS SANTOS ODY	L 105
57	290	ISADORA DE LOURDES FIM RODRIGUES	L 105
58	1269	ISADORA FOLGASSA DA SILVA	L 105
59	336	ISADORA FREITAS GRANDO	L 105
60	1301	IVO RENATO MACHIEVIZC VAZ	L 105
61	210	JANAINA APARECIDA SCHNEIDER CONSOLI	L 105
62	40	JOAO ANDRE GONDAKI	L 105

63	2163	JOAO PAULO WAGNER MURARO	L 105
64	1465	JOEL AVILA DE FREITAS	L 105
65	1213	JONATAS EVANGELISTA DE RESENDE	L 105
66	1585	JORGIANE PAGNAN	L 105
67	1795	JULIANA CAROLINA GNOATTO	L 105
68	1783	JULIANA POLETTO SABADIN	L 105
69	1719	JUSSARA DE LURDES CORDEIRO	L 105
70	223	KALLEBY ABYMAEL DOS SANTOS	L 105
71	154	KARIMA HAWA MUJAHED	L 105
72	84	KARLA DENISE ROSIN	L 105
73	2082	KELEN VARGAS BORTOLASO DE FREITAS	L 105
74	1865	KELI CRISTINA DE MEDEIROS	L 105
75	1041	LAURA CRISTINA TREVISAN	L 105
76	1510	LEANDRO NEGRI CUNICO	L 105
77	1462	LEONARDO LONGHI	L 105
78	425	LUANA VARASCHIM PERIN	L 105
79	1756	LUCIA TEREZA MICHELON	L 105
80	1596	LUCIANA CHALITO LEPCHACK	L 105
81	887	MARCELLY MARIA LEDER	L 105
82	2085	MARCIO ALVES RODRIGUES	L 105
83	834	MARCOS VINICIUS DA SILVA	L 105
84	1165	MARIA CLARA BERTOL COPETTI	L 105
85	1181	MARIANA ALESSANDRA DE FARIAS	L 105
86	100	MAURICIO GIACOMINI	L 105
87	919	MAURICIO YAN BELINCANTA	L 105
88	1701	MAYLA PIETRA BERLATO PEREIRA BAYERLE	L 105
89	81	MILENE IARROCHESKI	L106
90	285	NAIANE ALVES DE BORBA	L106
91	143	NATHALIA THAIS ALMEIDA PALLAORO	L106
92	1412	NAYARA CARVALHO DI NORMANDI	L106
93	2100	NEIDE DE FATIMA TARTAS	L106
94	76	NICOLY DURANTE FUSSIEGER	L106
95	1878	PAOLLA TOLDO COLLA	L106
96	268	PATRICIA DE OLIVEIRA	L106
97	1476	PEDRO HENRIQUE DE ALMEIDA BAYERLE	L106
98	1452	POLIANA HAAG	L106
99	1876	RAFAEL DOS SANTOS	L106
100	1951	RAFAELA PILAR	L106
101	2095	REGIANI APARECIDA LOCATELI	L106
102	2084	RICARDO AUGUSTO DOMINIAK	L106
103	488	RITA DE CASSIA GHIZZI	L106
104	1745	RODRIGO DOS SANTOS	L106
105	624	SAIONARA DA SILVA RUFATO	L106
106	409	SAIONARA ZATERA	L106
107	2079	SALATIEL XAVIER CORREA	L106
108	896	SANDRA MARA POSSO	L106
109	706	SIBELI INEZ FOGACA	L106
110	1839	SIDNEI ANTONIO MESACASA	L106
111	1420	SILVIO DE LARA FELIPE	L106
112	923	THAIS CAROLINE GHENO	L106
113	903	THALIA ZAPPELLO DA SILVA	L106
114	893	THALITA LARISSA SCHMOLLER	L106
115	719	TIAGO ANTUNES CORREA	L106
116	947	TIAGO BERNARDO BUGINSKI DE ALMEIDA	L106
117	1676	URSULA ALINE EIGENSTUHLER FEITOSA	L106
118	1882	VANDERLEY SANTOS JUNIOR	L106
119	1009	VANUSA ESQUINCA COROLESQUI WEBER	L106
120	2036	VICTOR IGOR CIT FONTOURA DE LARA	L106
121	1578	VINICIUS FERRARINI BELLO FILHO	L106
122	1552	VIVIANE BELLO SAVICKI	L106
123	37	WAGNER DOUGLAS FRANZOSI	L106
124	944	WALTER SANTANA DA SILVA	L106
125	2183	WANTUIR AROLDO MENDES JUNIOR	L106
126	820	WELINGTON VALE DE VASCONCELOS	L106
127	1908	WELLEN PEREIRA AUGUSTO	L106
128	390	WILLI JOSE ROBERTO CASSOL WEISS	L106
129	193	YONARA BEATRIZ DE ARAUJO PENSO	L106
130	1998	YURI WELLERSON OLIVEIRA CARLOS	L106
131	1010	ZONIR RAMPANELLI JUNIOR	L106

Professor 20h

SEQ.	IN	CANDIDATO	SALA
1	731	ADILSON RODRIGUES	N 111
2	1638	ALINE FRANCIELI KALINOSKI	N 111
3	303	AMANDA CRYSTHINA DE MELO CEZAR	N 111
4	1044	ANA PAULA ROLDO	N 111
5	1961	ANNI FRANCIELE CANESSO MARQUES	N 111
6	1257	BIANCA DUARTE DO AMARAL	N 111
7	1435	BREMAIR MACHADO SOARES DOS SANTOS	N 111
8	961	CAMILA TRINDADE VELOZO DE LIMA	N 111
9	2108	CAMILE ANHAIA GEREMIA	N 111
10	1191	CHRISLEY ELAINE SANTOS COSTA	N 111
11	1683	CLARICE WELTER DE MORAES	N 111
12	1986	CLEUDES MARLI RODRIGUES VIERA FARIAS	N 111
13	1069	CRISTIANE TRINDADE GEREMIA DA SILVA	N 111
14	1088	DAIANA DO AMARAL	N 111
15	1521	DENIZE REGINA MAGGI	N 111
16	2160	DIEGO SAGAZ	N 111
17	1663	EDWIN SMITHSON DA SILVA FLOREZ	N 111
18	1819	ELEM CRISTINA QUADRI	N 111

19	1736	ELENICE ORTIZ CHUTZ	N 111
20	314	ELIZANE DE OLIVEIRA FONSECA DOS SANTOS	N 111
21	1803	ESTER DA SILVA MATAR	N 111
22	1640	FABIANE GIACOBBO	N 111
23	921	FERNANDA GONCALVES DE RAMOS WEISS DE FREITAS	N 111
24	1618	FRANCIELE CRISTINA MAZUTTI	N 111
25	439	GEOVANA CAROLINA BORGES	N 111
26	474	HEMELLI TAMIMA PONTES DOS SANTOS	N 111
27	1944	IRMA VITORIA CASAGRANDE DE OLIVEIRA	N 111
28	378	JANAINA TAINARA RIBEIRO	N 111
29	1262	JAQUELINE RIBEIRO NOVAES	N 111
30	2159	JOSE DIEGO DOS SANTOS	N 111
31	1981	JOSIANE DE OLIVEIRA GOMES DOS REIS	N 111
32	1994	JOSIANE SOUZA P.O.MOURA	N 111
33	1786	JULIANE GRIKE	N 111
34	1639	KAMI ANZOLIN	N 111
35	1077	LAIS CRISTINE CAMARGO	N 111
36	399	LAIS GERHARDT	N 111
37	307	LARISSA BERTOLDO	N 111
38	1082	LEILA BATTISTI	N 111
39	351	LUANA VITORIA FERRAZ	N 111
40	394	MARCIA OSORIO DE ALMEIDA	N 111
41	1486	MARCIELI ANA PAULI	N 111
42	580	MARIA EDUARDA FIGUERO DE OLIVEIRA	N 111
43	1582	MARIA RAMOS PINHEIRO	N 111
44	1952	IETRE ESPINDOLA DE ABREU PINTO	N 111
45	1646	MARIANE SAVI	N 111
46	805	NATANIELI LUIZ DOS SANTOS	M 106
47	1055	RENATA SVIDZINSKI	M 106
48	1422	ROGERIO SCHERMER	M 106
49	2054	ROSELI DE MATTOS TURMINA	M 106
50	2133	ROSELI FERNANDES	M 106
51	1458	SIDIONI BAGIO ZITKOSKI	M 106
52	1090	SILVANE MALAGGI LUSA	M 106
53	2005	SUELY FATIMA FERREIRA	M 106
54	770	SUZAMARA CRESCENCIO DA LUZ	M 106
55	2020	TAIS THEISEN	M 106
56	466	TERCIA BORGES	M 106
57	1200	VANESSA CRISTINA SAGIM GUEDIN	M 106

Professor 40h

SEQ.	IN	CANDIDATO	SALA
1	1351	SONIA MARIA PEDROSO	M 003
2	831	SUZANE INES SCHAEFFER	M 003
3	1121	TATIANE MORAES GIROLOMETTO	M 003
4	1725	THAILA APARECIDA DE CANDIDO	M 003
5	1562	THAIS MAIRA SIQUEIRA	M 003
6	2157	VALDINEIA APARECIDA MOREIRA	M 003
7	1076	VALDIRENE CAMARGO DE OLIVEIRA	M 003
8	1914	VERONICA FRANCISCA STANG	M 003
9	539	VITORIA ARAGAO CARDONA	M 003
10	1660	WANESSA KARINE MACIEL	M 003
11	1288	GILVANA LOUREIRO DE QUEIROZ OLIVEIRA	N 109
12	1624	GRACIELLI FORGIARINI	N 109
13	382	JANILCE DE LAZERI MACIEL	N 109
14	1935	JESSICA APARECIDA FERRI	N 109
15	1493	JOAO GUILHERME DE SOUZA ROCHA	N 109
16	2076	JULIANA VERGINIO BIAVA ORTIGARA	N 109
17	668	KAREN LUANA DOS SANTOS DIAS	N 109
18	1527	KAROLINE APARECIDA RODRIGUES	N 109
19	150	KELI RIBEIRO DA SILVA	N 109
20	1426	LAILA THALIA VITALI DOS SANTOS VIERO	N 109
21	595	LARISSA BERNARDI	N 109
22	1671	LARISSA RIBEIRO ANUNCIACAO	N 109
23	1490	LETICIA MOLINARI	N 109
24	1733	LIGIA MARA DE SOUZA	N 109
25	1532	LUANA APARECIDA PEREIRA	N 109
26	1253	LUANA CRISTINE DE ASSIS AMARO	N 109
27	2048	LUANA MENDES MONTEIRO	N 109
28	1861	LUCIANA GOBATTO	N 109
29	1374	LUCIANE ROBETTI	N 109
30	2001	MANOEL ESTRAPASSAO FERREIRA	N 109
31	836	MARCIA CAMBRUZZI GUERRA	N 109
32	1674	MARCIANI SCHUERTS GARDACHO	N 109
33	1655	MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	N 109
34	236	MARIA EDUARDA CARDOSO DIAS	N 109
35	1332	MARIZETE ELY BACK	N 109
36	1642	MAYARA DA SILVA E SILVA	N 109
37	625	MICHELE COMPANHONI	N 109
38	1506	MIRIAM ROSANE ROSIN	N 109
39	1275	NATALIA MINGOTI	N 109
40	1145	NILZA MENESES DE BARROS GERALDI	N 109
41	1737	NOEMI GRAFF SILVEIRA	N 109
42	110	PAMELA CRISTINE BRAGA	N 109
43	331	PATRICIA RODRIGUES SOARES	N 109
44	1218	REGINA MINGOTI KEHRVALD	N 109
45	2150	ROSELAINE CHAVES	N 109
46	1658	ROSELI DA SILVA FERREIRA	N 109
47	1361	ROSELIA ANTUN DE JESUS	N 109
48	1568	ROSILDA ANTUNES DE JESUS	N 109

49	1220	SEIBRA FATIMA BRUM FERRARI	N 109
50	2125	SILMARA APARECIDA DOS SANTOS	N 109
51	1669	SILVIA RIBEIRO COSTA	N 109
52	1025	SIMONE DE LIMA MACALI	N 109
53	2028	SIRLEI CARVALHO DE ALMEIDA	N 109
54	1919	SOLANGE DE FATIMA MONTEIRO DA SILVA	N 109
55	1105	SUELEN MARQUES CAMARGO	N 109
56	2047	ALEXANDRA GUSATTI BUSNELLO	N 108
57	436	ALINE BOSA	N 108
58	696	ALINI ANDREIA SAUGO	N 108
59	610	AMABILE SANTOS MARCANTE	N 108
60	1290	ANA CLARA LAZARIN SPRICIGO	N 108
61	1498	ANA LUIZA HORN	N 108
62	1418	ANA RITA DA SILVA DURANTE	N 108
63	1673	ANDRESSA DE FATIMA SAUGO	N 108
64	2135	ANDRESSA PROVENZI DE CHAVES	N 108
65	1992	ANDRESSA TOMAZINI ROSANELI	N 108
66	1501	ANGELA MARIA PASALA	N 108
67	1757	BERNARDETE APARECIDA DE SOUZA	N 108
68	1156	BRUNA EDUARDA BOHN DE LIMA	N 108
69	1317	CAROLINE FATIMA GURAL	N 108
70	2126	CASSIA GIACOMINI CARDOSO DA SILVA	N 108
71	1319	CLARICE LISE	N 108
72	1330	CLEIDIANE DE LIMA INACIO	N 108
73	1368	DAIANE DE ALMEIDA	N 108
74	2166	DANIANE EVA FERREIRA RODRIGUES	N 108
75	1020	DANIELE CRISTINA CAMARGO	N 108
76	2179	DANIELI DO COUTO E SILVA	N 108
77	1005	DEBORA CRISTINA DE ALMEIDA	N 108
78	1271	EDINA DOS SANTOS	N 108
79	1931	EDUARDA BORTOLI	N 108
80	1124	ELAINE FERNANDES	N 108
81	760	ELICA CRISTINA SIMONETTI	N 108
82	2089	ELIMARI FATIMA BERTOLDO	N 108
83	1235	ELISANDRA AMERICO	N 108
84	1067	ELIZABETE SCARIOT ZOLETE	N 108
85	1414	ELIZANGELA APARECIDA MYCZAK	N 108
86	1540	ELIZEU CADENA	N 108
87	1307	ELIZIANE SIMAO	N 108
88	1217	EVELAINE CARNEIRO	N 108
89	1649	EVELIN BARBIERI CARNEIRO	N 108
90	1339	FERNANDA PEDROSO DE SOUZA	N 108
91	1721	FERNANDA SOARES BARBOSA	N 108
92	1574	FRANCIELE FERREIRA RIOS	N 108
93	1966	FRANCIELI BORTOLINI	N 108
94	393	GABRIELA FERNANDES	N 108
95	1758	GABRIELA PADILHA DE LIMA	N 108
96	744	GENILCE GASPARETTO HERMES	N 108
97	1843	GEOVANA SCHMITT SILVEIRA	N 108
98	1619	GESSICA RAFAELA LAURINDO CANDIOTTO	N 108
99	1323	GILIANDRA VANIN DE ALMEIDA	N 108

Professor de Educação Física

SEQ.	IN	CANDIDATO	SALA
1	568	ALVARO HENRIQUE VARGAS DOS SANTOS	N 106
2	1556	ANA CARLA LAVARDA CASSOL	N 106
3	785	CELIA DE FATIMA ROSA	N 106
4	1417	COPEU BRASIL	N 106
5	1295	DAIANE CRISTINA PONTES	N 106
6	148	DAIANE DE OLIVEIRA	N 106
7	1605	EZEQUIELE FURLANETTO	N 106
8	617	FERNANDA APARECIDA TONET	N 106
9	1844	FERNANDO RIVA	N 106
10	1367	FERNANDO SILVEIRA ORSATTO	N 106
11	1842	GABRIELI SAUGO	N 106
12	611	GUILHERME FONSECA DA COSTA	N 106
13	780	JAINE FERREIRA DA SILVA	N 106
14	1084	JAKSON EHLERS DOS SANTOS	N 106
15	1691	JOCELAINE PEROZZO PELIZZARI	N 106
16	1392	JONATAS TRENTIN	N 106
17	784	KALANA PELLIZZARO ALVES	N 106
18	2161	LEILA VAGNER ORO	N 106
19	1442	LUCAS MORGAN	N 106
20	2202	MAICON ALBINO RIBAS	N 106
21	1254	MARCOS ANTONIO FASOLIN	N 106
22	258	MARCOS DIEGO CONCEICAO LUVISON	N 106
23	1787	NATHAN GABRIEL HOLZ	N 106
24	1542	NILSON ANTUNES DA SILVA	N 106
25	70	NILTON HOLDEFER CHAGAS	N 106
26	134	PAULO SERGIO DA SILVA PAULA	N 106
27	1681	RICARDO DOS SANTOS	N 106
28	1706	SUZANA DA SILVA CAMARGO	N 106
29	1459	TANIA MARA TAVARES	N 106
30	427	VIVIANE COAN VILANI	N 106
31	605	VIVIANE DO NASCIMENTO COSTA	N 106
32	1817	WAINER ANTENOR ARTUZI	N 106

Psicólogo

SEQ.	IN	CANDIDATO	SALA
1	1784	ADRIANA APARECIDA MARIANO LOPES	O 203
2	1464	ALISSON ADRIANO FERREIRA VICENTE	O 203

3	311	ANA LUIZA PROVENSI	O 203
4	2130	BRUNO DA SILVA GIRELLI	O 203
5	975	CAMILLA DE MOURA CONTER	O 203
6	1509	CAROLINE PLAKITKA LAVEZZO	O 203
7	293	LUCIELI FATIMA RAMOS	O 203
8	1707	MARCIA MARIA TERRAS BARRETO	O 203
9	937	MARIA EDUARDA MACEDO SCHIAVINI	O 203
10	1129	NATHANY ALESSANDRA BERNARDI DE SOUZA	O 203
11	79	RENATA ELIZA VALENTINI MÜLLER	O 203
12	2103	SAMARA ALINE LOBO DOS SANTOS	O 203
13	576	SUSILEI AVER	O 203
14	2182	TAINARA DEFAVERI GASPARIN	O 203
Psicopedagogo			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	527	ALDA VIVIANE MONTEIRO	M 003
2	213	CLEUSA DO NASCIMENTO	M 003
3	890	DAIANA CRISTINE LEONARDI TUNI	M 003
4	63	DAIANE DALLAGNOL	M 003
5	1343	DEISE RAQUEL HANZEN	M 003
6	1892	DEMIS MIGUEL STILLER	M 003
7	1491	ELISANGELA LEONARDI MESQUITA	M 003
8	1742	FABIELI ANDREA NOLL RUCH ZYGOSKI	M 003
9	1155	FLAVIA CAROL ANGELI	M 003
10	1028	GABRIELI BASSO	M 003
11	1545	GILSON JOSE DEMBINSKI	M 003
12	1190	GIZELE KARPINSKI BATTISTONI	M 003
13	964	IARA DE LIMA RETORE	M 003
14	1946	INAJARA SIMONE DE MIRANDA MELO DE LIMA	M 003
15	690	IVONE SANTOS HAEFLIGER	M 003
16	993	JHULYANE CRISTINA MAYER PEREIRA	M 003
17	558	JOICE CAMILA SILVA	M 003
18	507	JOILDA BEZERRA DOS SANTOS	M 003
19	1113	JUCIANE ACHRE DEMO	M 003
20	756	LEILA CRISTIELI KLEMPOVUS AMANTINO	M 003
21	523	LUCENE BARBOSA GEREMIA	M 003
22	477	MANOELA SOARES DE GODOIS	M 003
23	1065	MARISTELA CAMARGO DO COUTO	M 003
24	1402	MARIZA ACKER	M 003
25	1643	MAYARA DA SILVA E SILVA	M 003
26	858	MICHELI BONADIMAN	M 003
27	328	REGIANE TODERO	M 003
28	1555	ROSILDA SALETE FAGUNDES	M 003
29	746	STELIA LUCIENNE SOROKA	M 003
Técnico Administrativo			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	179	ADRIELI LIMA	M 103
2	2136	ALAN ALOVISI TERNUS	M 103
3	2173	ANA CAROLINE VEIGA	M 103
4	1425	ANA LAURA ANTUNES CARVALHO	M 103
5	1974	ANA LETICIA MALLMANN	M 103
6	1170	ANA PAULA DE LIMA BRASIL	M 103
7	468	ANA PAULA MONTEIRO TOSETTO	M 103
8	2066	ANDREIA GOBATTO	M 103
9	435	BIANCA NATALIA ALVES RIBEIRO JOVENAL	M 103
10	2003	BRUNO MACIEL FERREIRA	M 103
11	494	CARLOS VINICIUS ZANARDI	M 103
12	646	CASSIA RENATA FRACARO	M 103
13	1689	CLAUDIA LOIZEN DE SOUZA	M 103
14	1177	CRISTIANE PAULA TOLDO	M 103
15	1977	CY JU DE CARLI	M 103
16	1835	DAIANE REGINA DE OLIVEIRA TURRA	M 103
17	373	DANIANA CARLA HOFFMANN PAULINI	M 103
18	1665	DULCE DAS GRACAS MACEDO	M 103
19	1575	EDUARDA MORENO	M 103
20	2033	EDUARDO JOSE BRANDIELLI	M 103
21	1037	ELISANGELA LINDENBERG	M 103
22	1112	ERICA CRISTINA FRANCISCON	M 103
23	870	FERNANDA ARAUJO FERNANDES	M 103
24	1863	FLAVIA APARECIDA BIGATON	M 103
25	1704	FLAVIA DE LIMA	M 103
26	1608	FRANCINE DE LIMA WEBER CALEFFI	M 103
27	959	GABRIEL CARNIEL DE OLIVEIRA	M 103
28	386	GABRYELA ALESSADRA NETTO	M 103
29	1764	GABYH MONTEIRO	M 103
30	273	GESSICA SALETTE MIOZZO	M 103
31	2105	GICELI TEREZA TURRA	M 103
32	1535	HAOANA VITORIA VIDI	M 103
33	1891	INDIANARA LUISA ASTUN DE OLIVEIRA	M 103
34	1059	IZABEL CRISTINI OLIVEIRA	M 103
35	1134	JANAINA DOS SANTOS	M 103
36	1980	JANICE MILAN	M 103
37	1157	JAQUELINE PESSOA DOS SANTOS	M 103
38	1950	JORGE DOMINGUES	M 103
39	2007	JOSELAINE BUENO	M 103
40	1515	JOZIELE TAINARA VOLPATO	M 103
41	1716	JUCARA ADRIANA NEIS	M 103
42	1399	JULIA ANTONIA BARONI	M 103
43	892	JULIA BORGES DELEGA	M 103
44	1198	JULIA CRISTINA NORONHA BERNARDO DA SILVA	M 103

45	272	JULIA MARTINELLO MUETZENBERG	M 103
46	1629	JUSSARA PIROLA	M 104
47	773	KAMILA VITORIA ANTUNES CARVALHO	M 104
48	1812	KAUANNA BUENO	M 104
49	1940	KELITY DAYANNE FABIANI MIGUEL	M 104
50	368	KENEDY LUANA DE OLIVEIRA ANTUNES LUNARDI	M 104
51	1570	LAURA RACHWAL MARIANO	M 104
52	1918	LEOCIR TIAGO DE JESUS CORDEIRO	M 104
53	1569	LEODETE DA ROSA	M 104
54	1858	LUANA BITENCOURT DA CRUZ	M 104
55	1150	LUCAS DOS SANTOS	M 104
56	901	LUCINEIA BARBOSA	M 104
57	1778	MARCELO DE ALMEIDA	M 104
58	2209	MARCIANA DENISE SANTOS SOARES	M 104
59	1936	MARIA CLARA PORTO	M 104
60	47	MARIA GABRIELA INACIO	M 104
61	545	MARIANA RAQUEL ALVES BRAVO DE MIRANDA	M 104
62	411	MARIZETE ROCHA	M 104
63	1727	MAYHARA CHINI ALVES GOBATTO	M 104
64	419	MICHELI GORLIN DE ALMEIDA	M 104
65	763	MILTON BARBOSA DE LIMA JUNIOR	M 104
66	1580	MOISES HENRIQUE GEMAQUE OLIVEIRA	M 104
67	1829	NAIANDRA CRISTINA MAZOROSKI SPENASSATO	M 104
68	216	NICOLY SAMPAIO FERNANDES INNOCENCIO	M 104
69	456	PABLO SARAPIAO	M 104
70	438	PATRICIA MARTINELLO	M 104
71	320	POLIANA SALETE RIBEIRO	M 104
72	1012	RAFAEL LIMA SILVERIO	M 104
73	1267	RAISSA PALOSCHI ZORZETTO	M 104
74	984	RENAN FELIPE DA SILVA	M 104
75	1687	RENAN SOARES DA SILVA	M 104
76	1120	RENATA SOBIERAI	M 104
77	1617	ROSMARI APARECIDA CANELLO	M 104
78	909	SAMUEL BERTOLETI	M 104
79	242	SILVANA PAGNONCELLI FERREIRA KOGHOFER	M 104
80	1738	SOFIA CASAROTTO WINTER	M 104
81	1572	TATIANE LAIS DE OLIVEIRA CANOTH	M 104
82	1530	TATIANE TOME DOS SANTOS	M 104
83	241	THIAGO ROBERTO SANTOS COPACHINSKI	M 104
84	636	TIAGO ALEXANDRE FRANCISCON	M 104
85	354	VANESSA VEIGA	M 104
86	1148	WELYSON CARLOS BIAZIN	M 104
87	1024	WILSON DANIEL PORTES	M 104

Técnico de Informática

SEQ.	IN	CANDIDATO	SALA
1	254	ALEXSANDRO SILVA DO NASCIMENTO	M 106
2	1378	AURINO SALVADOR BEZERRA DA SILVA	M 106
3	1884	EMANUEL LANZARIN ALMEIDA	M 106
4	811	EVANDRO FERREIRA MARTINS	M 106
5	88	IRONI JUNIOR SCORTEGAGNA	M 106
6	1831	JAQUELINE GABRIELE DIAS	M 106
7	1355	JOAO PEDRO BALHAN DE LIMA	M 106
8	415	JOCELAINE VITALI	M 106
9	401	MARCELO RIBAS DE CAMARGO	M 106
10	988	PATRICIA CARDOSO DE OLIVEIRA	M 106
11	1584	PEDRO HENRIQUE BELINSKI	M 106

Técnico em Enfermagem I

SEQ.	IN	CANDIDATO	SALA
1	1440	ALANA CRISTINA GUSATO	M 102
2	714	ALINE FRANCIELI SUFREDINI	M 102
3	929	ANA CASSIA MACHADO	M 102
4	1146	ANA PAULA BALDIN	M 102
5	1845	ANDREIA ZANARDI	M 102
6	104	BIANCA SUELLEN RAVARENA	M 102
7	1362	CARMEM LUCIA SANTOS GONCALVES DE OLIVEIRA	M 102
8	330	CRISTINA RODRIGUES DA SILVA	M 102
9	129	DAIANA PAULA MARTINELLO	M 102
10	1979	DAIANE HLADCZUK	M 102
11	1103	DIVANI CASSIA CONTE DA SILVA	M 102
12	395	ELENICE THUMS	M 102
13	102	ELOISA ROSA	M 102
14	475	ELOIZA DE AGUIAR	M 102
15	885	FABIANA INES RIFFEL DE OLIVEIRA	M 102
16	1929	FLAVIA DOS SANTOS FERREIRA	M 102
17	1526	GRACIELE BRUM	M 102
18	1855	ISADORA DALMAS	M 102
19	194	IVANETE DE LAZARI	M 102
20	73	JESSICA SIRINO DANGUI	M 102
21	497	JUSSARA DE MORAIS CHAGAS	M 102
22	147	KAROLINA PIRES DA SILVA	M 102
23	1309	KATIA MARA SILVA DA CRUZ	M 102
24	592	KATIANE FAVERO MACHADO	M 102
25	335	LETICIA CRISTINA MARCON DA SILVA	M 102
26	1913	LETICIA DE CAMPOS PRESTES	M 102
27	1026	LORIANE FERNANDA ALTHAUS	M 102
28	1781	LUZIA DE FATIMA CARNEIRO	M 102
29	505	MANOEL ANTUNES MOREIRA	M 102
30	1193	MARILUZ CHALITO	M 102
31	180	MARINA BATTISTI MARTINELLO	M 102

32	1519	MARINES DE FREITAS CRIVELARO	M 102
33	1559	MONIKELI SCHMIT	M 102
34	779	NAIARA MAIA	M 102
35	1796	NATIELE CUSTODIO DE MEIRA	M 102
36	1600	PAULO SOSTER	M 102
37	1247	REGIANE ALVES RIBEIRO	M 102
38	1607	ROSANGELA FARIAS	M 102
39	627	ROZILENE RAMOS PIMENTEL	M 102
40	1438	SABRINA DA SILVA MELLO	M 102
41	1331	SIMONE MORESCO	M 102
42	655	TEREZINHA DE FATIMA BARBOSA DA SILVA	M 102
43	2188	VANDRESSA DE MELO CEZAR	M 102
44	1291	VANESSA RODRIGUES DA SILVA NOBRE	M 102
45	228	ZILDA ALVES	M 102
Técnico em Enfermagem II			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	817	ADRIANA FRANCES CAVALCANTE	O 003
2	1838	ALAUANA DE OLIVEIRA	O 003
3	1433	ALICE DALPONTE	O 003
4	1502	ANA CLAUDIA HORN SIERPINSKI	O 003
5	1874	ANDREIA VANUZA LIMA DA SILVA	O 003
6	2174	BEATRIZ CAUVILA	O 003
7	1308	DENISE GUIMARAES CHAGAS	O 003
8	1866	EDIMARA MARCIELI POLI	O 003
9	1326	EVA DE FATIMA VERGUTZ	O 003
10	1348	FABIANA FERREIRA DOS SANTOS	O 003
11	2102	GUIOMAR NAZARE RIBEIRO GUIMARAES	O 003
12	92	JAQUELI MARTINELLO	O 003
13	1180	JHENIFER COCCO	O 003
14	1245	LETICIA LAUX	O 003
15	1102	MARLICE CARNEIRO SCATOLIN	O 003
16	1306	MARTA MARIA CARVALHO TEZONE	O 003
17	594	ROSANGELA VIEIRA	O 003
18	1228	ROSEMARI RUFFATTO MACHADO	O 003
19	1885	ROSENILDA BARBOSA DE QUADROS	O 003
20	115	SIMONE RAMPANELLI	O 003
21	1022	TATIANE SILVEIRA	O 003
Técnico em Segurança do Trabalho			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
1	232	ALAN RIBEIRO JOVENAL	O 205
2	551	ALEXANDRO PREZZI	O 205
3	2140	ALEXSSANDRA BERTOLA KRUTQUEVISKI	O 205
4	974	ANDERSON DE SANTANA SOUZA	O 205
5	1263	EDUARDO ROBERTO DA SILVA PIRES	O 205
6	1565	ELAINE VANESSA KINCELER	O 205
7	68	LETIANE ROCHA	O 205
8	247	MARTA MARILUCI PAULINO	O 205
9	796	PAULO ALBERTO VAZATTA	O 205
Técnico em Vigilância Sanitária			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
Sem ensalamentos para este cargo.			
Tradutor e Intérprete de Libras			
SEQ.	**IN**	**CANDIDATO**	**SALA**
Sem ensalamentos para este cargo.			

LEGENDA:
SEQ. - Sequência
IN – Número de Inscrição

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:63ADA798



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF JAN-FEV 2026 - ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL														
PODER EXECUTIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MARÇO/2025 A FEVEREIRO/2026														
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS (Últimos 12 Meses) EXECUTADAS**													
	LÍQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	3 / 2.025	**4 / 2.025**	**5 / 2.025**	**6 / 2.025**	**7 / 2.025**	**8 / 2.025**	**9 / 2.025**	**10 / 2.025**	**11 / 2.025**	**12 / 2.025**	**1 / 2.026**	**2 / 2.026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.007.762,57	2.232.957,06	2.074.976,48	2.134.446,51	2.157.462,12	2.494.561,74	2.133.694,33	2.127.360,59	2.377.269,00	4.641.003,07	2.230.941,99	2.556.511,30	29.168.946,76	326.451,92
Pessoal Ativo	1.952.538,47	2.177.732,96	2.019.752,38	2.079.222,41	2.102.238,02	2.439.337,64	2.078.470,23	2.070.566,81	2.117.072,95	4.172.380,05	2.172.260,89	2.419.487,81	27.801.060,62	162.253,39
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.695.892,07	1.918.436,30	1.758.844,88	1.811.707,04	1.831.605,67	2.161.964,34	1.811.694,28	1.802.774,27	1.851.726,89	3.813.866,04	1.861.601,84	2.038.735,78	24.358.849,40	-0,05
Obrigações Patronais	256.646,40	259.296,66	260.907,50	267.515,37	270.632,35	277.373,30	266.775,95	267.792,54	265.346,06	358.514,01	310.659,05	380.752,03	3.442.211,22	162.253,44
Pessoal Inativo e Pensionistas	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	110.448,20	58.681,10	58.681,10	724.827,30	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	68.077,56	36.169,58	36.169,58	446.765,74	0,00
Pensões	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	42.370,64	22.511,52	22.511,52	278.061,56	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.569,68	204.971,95	358.174,82	0,00	78.342,39	643.058,84	164.198,53
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	28.462,99	135.913,58	24.288,00	31.878,60	24.288,00	242.987,52	24.288,00	32.362,16	23.775,32	129.472,48	144.338,89	53.133,19	895.188,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	3.250,62	111.625,58	0,00	7.590,60	0,00	218.007,52	0,00	8.074,16	0,00	105.184,48	118.402,89	27.197,19	599.333,04	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	25.212,37	24.288,00	24.288,00	24.288,00	24.288,00	24.980,00	24.288,00	24.288,00	23.775,32	24.288,00	25.936,00	25.936,00	295.855,69	0,00

Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.979.299,58	2.097.043,48	2.050.688,48	2.102.567,91	2.133.174,12	2.251.574,22	2.109.406,33	2.094.998,43	2.353.493,68	4.511.530,59	2.086.603,10	2.503.378,11	28.273.758,03	326.451,92

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	77.250.265,88	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	1.854.694,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	323.721,44	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	75.071.850,44	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**28.600.209,95**	**38,10**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	40.538.799,24	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	38.511.859,28	51,30
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	36.484.919,31	48,60
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 30/mar/2026 as 08h e 30m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***	***EMANUELLE FURLAN DOS REIS***
Prefeito Municipal	Contador	Secretária Municipal De Financas

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:9270F41D

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF JAN-FEV 2026 - ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL										
PODER EXECUTIVO										
ESTADO DO PARANÁ										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2.026										
RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)1 (g) = (a – (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	10.652.915,55	123.762,45	1.472.909,57	1.450.347,56	0,00	0,00	7.605.895,97	8.382.958,71	138.855,70	-777.062,74
Recursos Ordinários	10.495.352,36	123.762,45	1.472.909,57	1.449.767,50	0,00	0,00	7.448.912,84	8.382.958,71	138.855,70	-934.045,87
Outros Recursos não Vinculados	157.563,19	0,00	0,00	580,06	0,00	0,00	156.983,13	0,00	0,00	156.983,13
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	14.649.940,33	63.219,87	240.500,07	2.437.904,65	539.944,03	0,00	11.368.371,71	3.355.293,59	884,34	8.013.078,12
Recursos Vinculados à Educação	1.969.177,67	-3.112,02	168.354,10	126.979,67	539.944,03	0,00	1.137.011,89	778.830,26	884,32	358.181,63
Transferências do FUNDEB	797.781,47	-7.858,83	165.017,91	68.888,55	0,00	0,00	571.733,84	394.149,11	884,32	177.584,73
Outros Recursos Vinculados à Educação	1.171.396,20	4.746,81	3.336,19	58.091,12	539.944,03	0,00	565.278,05	384.681,15	0,00	180.596,90
Recursos Vinculados à Saúde	5.550.542,09	15.582,29	21.623,31	636.062,48	0,00	0,00	4.877.274,01	18.944,32	0,02	4.858.329,69

Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	5.433.352,10	15.582,29	21.623,31	636.062,48	0,00	0,00	4.760.084,02	18.944,32	0,02	4.741.139,70
Outros Recursos Vinculados à Saúde	117.189,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.189,99	0,00	0,00	117.189,99
Recursos Vinculados à Assistência Social	1.662.719,69	10.451,32	0,00	69.208,79	0,00	0,00	1.583.059,58	151.960,81	0,00	1.431.098,77
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	2.594.411,34	44.877,48	49.966,42	1.493.961,35	0,00	0,00	1.005.606,09	1.845.144,85	0,00	-839.538,76
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	1.336.966,24	0,98	0,00	1.129.995,01	0,00	0,00	206.970,25	1.535.105,00	0,00	-1.328.134,75
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.257.445,10	44.876,50	49.966,42	363.966,34	0,00	0,00	798.635,84	310.039,85	0,00	488.595,99
Demais Vinculações Legais	2.873.089,54	-4.579,20	556,24	111.692,36	0,00	0,00	2.765.420,14	560.413,35	0,00	2.205.006,79
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	2.555,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.555,90	0,00	0,00	2.555,90
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	1.518.766,00	33.908,80	0,00	2.659,98	0,00	0,00	1.482.197,22	80.808,70	0,00	1.401.388,52
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	11.075,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.075,87	0,00	0,00	11.075,87
Outras Vinculações Legais	1.340.691,77	-38.488,00	556,24	109.032,38	0,00	0,00	1.269.591,15	479.604,65	0,00	789.986,50
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**25.302.855,88**	**186.982,32**	**1.713.409,64**	**3.888.252,21**	**539.944,03**	**0,00**	**18.974.267,68**	**11.738.252,30**	**139.740,04**	**7.236.015,38**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 08h e 50m.

NOTA:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***	***EMANUELLE FURLAN DOS REIS***
Prefeito Municipal	Contador	Secretária Municipal De Financas

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:52458926

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/totalb)		No Periodo	Até o Periodo (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO	74.888.942,86	80.173.930,31	20.187.637,26	20.187.637,26	100,00	59.986.293,05	8.406.611,53	8.406.611,53	100,00	71.767.318,78

INTRA-ORÇAMENTARIA										
LEGISLATIVA	3.495.262,82	3.495.262,82	331.064,90	331.064,90	1,64	3.164.197,92	288.291,47	288.291,47	3,43	3.206.971,35
Ação Legislativa	3.495.262,82	3.495.262,82	331.064,90	331.064,90	1,64	3.164.197,92	288.291,47	288.291,47	3,43	3.206.971,35
ADMINISTRAÇÃO	8.459.256,00	9.100.635,00	2.286.867,19	2.286.867,19	11,33	6.813.767,81	1.192.862,55	1.192.862,55	14,19	7.907.772,45
Ação Judiciária	624.930,00	684.930,00	76.973,27	76.973,27	0,38	607.956,73	67.277,59	67.277,59	0,80	617.652,41
Planejamento e Orçamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Administração Geral	4.681.646,00	5.152.025,00	1.241.154,80	1.241.154,80	6,15	3.910.870,20	431.627,45	431.627,45	5,13	4.720.397,55
Administração Financeira	2.921.160,00	3.032.160,00	945.327,16	945.327,16	4,68	2.086.832,84	670.841,12	670.841,12	7,98	2.361.318,88
Controle Externo	231.420,00	231.420,00	23.411,96	23.411,96	0,12	208.008,04	23.116,39	23.116,39	0,27	208.303,61
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.130.504,18	5.263.539,98	1.330.821,94	1.330.821,94	6,59	3.932.718,04	386.416,53	386.416,53	4,60	4.877.123,45
Assistência à Pessoa Idosa	17.230,00	17.230,00	0,00	0,00	0,00	17.230,00	0,00	0,00	0,00	17.230,00
Assistência à Pessoa com Deficiência	3.160,00	3.160,00	0,00	0,00	0,00	3.160,00	0,00	0,00	0,00	3.160,00
Assistência à Criança a ao Adolescente	494.510,00	494.510,00	68.401,08	68.401,08	0,34	426.108,92	62.166,42	62.166,42	0,74	432.343,58
Assistência Comunitária	2.615.604,18	4.748.639,98	1.262.420,86	1.262.420,86	6,25	3.486.219,12	324.250,11	324.250,11	3,86	4.424.389,87
SAÚDE	18.650.702,00	17.112.702,00	3.614.384,31	3.614.384,31	17,90	13.498.317,69	1.924.311,16	1.924.311,16	22,89	15.188.390,84
Administração Geral	14.769.269,00	13.231.269,00	3.282.854,73	3.282.854,73	16,26	9.948.414,27	1.663.929,85	1.663.929,85	19,79	11.567.339,15
Atenção Básica	1.732.480,00	1.732.480,00	218.754,78	218.754,78	1,08	1.513.725,22	181.264,01	181.264,01	2,16	1.551.215,99
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	929.515,00	929.515,00	28.928,02	28.928,02	0,14	900.586,98	15.408,41	15.408,41	0,18	914.106,59
Vigilância Sanitária	1.122.738,00	1.122.738,00	83.846,78	83.846,78	0,42	1.038.891,22	63.708,89	63.708,89	0,76	1.059.029,11
Vigilância Epidemiológica	96.700,00	96.700,00	0,00	0,00	0,00	96.700,00	0,00	0,00	0,00	96.700,00
EDUCAÇÃO	21.394.673,36	23.694.173,36	5.624.285,00	5.624.285,00	27,86	18.069.888,36	2.742.021,66	2.742.021,66	32,62	20.952.151,70
Alimentação e Nutrição	783.006,00	1.183.006,00	388.068,15	388.068,15	1,92	794.937,85	3.387,00	3.387,00	0,04	1.179.619,00
Ensino Fundamental	12.096.162,50	14.681.262,50	4.700.974,17	4.700.974,17	23,29	9.980.288,33	2.266.259,15	2.266.259,15	26,96	12.415.003,35
Educação Infantil	8.071.679,86	7.671.679,86	527.336,98	527.336,98	2,61	7.144.342,88	469.064,54	469.064,54	5,58	7.202.615,32
Educação de Jovens e Adultos	443.825,00	158.225,00	7.905,70	7.905,70	0,04	150.319,30	3.310,97	3.310,97	0,04	154.914,03
CULTURA	177.300,00	293.655,00	158.484,43	158.484,43	0,79	135.170,57	28.548,33	28.548,33	0,34	265.106,67
Difusão Cultural	177.300,00	293.655,00	158.484,43	158.484,43	0,79	135.170,57	28.548,33	28.548,33	0,34	265.106,67
DIREITOS DA CIDADANIA	243.730,00	243.730,00	8.682,62	8.682,62	0,04	235.047,38	8.682,62	8.682,62	0,10	235.047,38
Direitos Individuais, Coletivos Difusos	243.730,00	243.730,00	8.682,62	8.682,62	0,04	235.047,38	8.682,62	8.682,62	0,10	235.047,38
URBANISMO	1.202.386,00	1.653.470,32	384.000,00	384.000,00	1,90	1.269.470,32	0,00	0,00	0,00	1.653.470,32
Serviços Urbanos	1.202.386,00	1.653.470,32	384.000,00	384.000,00	1,90	1.269.470,32	0,00	0,00	0,00	1.653.470,32
GESTÃO AMBIENTAL	771.210,00	387.210,00	65.170,93	65.170,93	0,32	322.039,07	39.831,64	39.831,64	0,47	347.378,36
Controle Ambiental	771.210,00	387.210,00	65.170,93	65.170,93	0,32	322.039,07	39.831,64	39.831,64	0,47	347.378,36
AGRICULTURA	1.545.560,00	2.793.893,33	531.910,40	531.910,40	2,63	2.261.982,93	315.846,67	315.846,67	3,76	2.478.046,66
Extensão Rural	1.545.560,00	2.793.893,33	531.910,40	531.910,40	2,63	2.261.982,93	315.846,67	315.846,67	3,76	2.478.046,66
INDÚSTRIA	239.368,00	239.368,00	44.928,96	44.928,96	0,22	194.439,04	20.728,96	20.728,96	0,25	218.639,04
Promoção Industrial	239.368,00	239.368,00	44.928,96	44.928,96	0,22	194.439,04	20.728,96	20.728,96	0,25	218.639,04
TRANSPORTE	5.652.788,50	10.180.588,50	3.296.767,39	3.296.767,39	16,33	6.883.821,11	933.522,85	933.522,85	11,10	9.247.065,65
Transporte Rodoviário	5.652.788,50	10.180.588,50	3.296.767,39	3.296.767,39	16,33	6.883.821,11	933.522,85	933.522,85	11,10	9.247.065,65
DESPORTO E LAZER	893.665,00	893.665,00	386.423,03	386.423,03	1,91	507.241,97	87.644,56	87.644,56	1,04	806.020,44
Desporto Comunitário	893.665,00	893.665,00	386.423,03	386.423,03	1,91	507.241,97	87.644,56	87.644,56	1,04	806.020,44
ENCARGOS ESPECIAIS	7.850.167,00	3.639.667,00	2.123.846,16	2.123.846,16	10,52	1.515.820,84	437.902,53	437.902,53	5,21	3.201.764,47
Serviço da Dívida Interna	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00
Outros Encargos Especiais	7.850.147,00	3.639.647,00	2.123.846,16	2.123.846,16	10,52	1.515.800,84	437.902,53	437.902,53	5,21	3.201.744,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.182.370,00	1.182.370,00	0,00	0,00	0,00	1.182.370,00	0,00	0,00	0,00	1.182.370,00
Reserva de Contingência geral	1.182.370,00	1.182.370,00	0,00	0,00	0,00	1.182.370,00	0,00	0,00	0,00	1.182.370,00
TOTAL	**74.888.942,86**	**80.173.930,31**	**20.187.637,26**	**20.187.637,26**	**100,00**	**59.986.293,05**	**8.406.611,53**	**8.406.611,53**	**100,00**	**71.767.318,78**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 08h e 56m.

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:F25F9081

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL
PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

3/2.025 A 2/2.026

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
	3 / 2.025	4 / 2.025	5 / 2.025	6 / 2.025	7 / 2.025	8 / 2.025	9 / 2.025	10 / 2.025	11 / 2.025	12 / 2.025	1 / 2.026	2 / 2.026		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.412.919,90	6.890.800,69	6.606.401,38	7.137.648,30	9.622.436,39	6.247.583,62	7.429.920,39	6.061.275,07	6.969.622,93	9.060.591,60	7.160.176,30	7.453.650,80	87.053.027,37	85.885.442,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	450.226,77	534.003,08	481.977,60	667.499,29	866.092,52	719.043,23	582.348,33	581.114,70	573.821,72	685.508,13	517.733,27	515.540,32	7.174.908,96	6.801.550,00
IPTU	9.504,20	11.196,70	13.306,37	155.695,93	209.760,07	48.871,70	47.425,89	41.007,07	11.265,86	22.686,00	12.293,67	8.971,32	591.984,78	1.027.300,00
ISS	132.078,06	158.077,37	157.024,96	165.983,94	173.878,45	199.680,37	205.596,07	206.208,87	198.302,10	189.094,26	151.107,86	218.463,38	2.155.495,69	2.021.200,00
ITBI	25.837,50	80.785,21	58.262,50	28.230,00	75.050,00	196.184,56	35.750,00	31.750,00	79.166,20	47.380,75	117.625,00	44.500,00	820.521,72	633.000,00
IRRF	211.972,09	209.801,08	210.368,26	208.844,80	212.362,67	207.886,79	221.492,84	226.451,90	215.387,96	367.589,16	198.256,28	201.535,58	2.691.949,41	2.285.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	70.834,92	74.142,72	43.015,51	108.744,62	195.041,33	66.419,81	72.083,53	75.696,86	69.699,60	58.757,96	38.450,46	42.070,04	914.957,36	835.050,00
Contribuições	94.443,74	101.856,03	94.992,16	101.540,87	98.296,40	100.662,44	95.479,34	131.005,48	95.325,17	57.964,82	99.063,56	72.441,87	1.143.071,88	1.028.100,00
Receita Patrimonial	106.154,88	125.270,78	142.315,08	178.810,53	175.331,72	160.403,58	301.687,24	212.640,33	191.298,95	211.815,19	207.942,16	201.238,59	2.214.909,03	1.287.286,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	106.154,88	125.270,78	142.315,08	158.253,17	175.331,72	160.403,58	301.687,24	212.640,33	191.298,95	211.815,19	207.942,16	201.238,59	2.194.351,67	1.287.286,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	20.557,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.557,36	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.966,63	2.672,57	10.784,14	10.506,62	10.166,53	15.175,60	5.330,78	5.719,54	7.531,28	19.948,87	6.942,72	6.584,71	104.329,99	29.040,00
Transferências Correntes	5.749.481,00	6.119.689,92	5.866.967,06	6.148.605,09	8.431.482,37	5.207.337,77	6.370.048,75	5.093.608,95	6.065.719,63	8.035.672,89	6.324.726,13	6.634.232,24	76.047.571,80	76.570.351,86
Cota-Parte do FPM	2.315.803,13	2.353.251,14	3.001.905,50	3.083.369,40	3.240.814,06	2.497.226,67	3.169.078,75	2.125.389,79	2.889.126,80	4.652.570,71	2.362.580,48	2.970.471,41	34.661.587,84	33.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.162.083,04	1.342.584,41	1.004.634,15	1.196.765,48	1.377.152,86	1.111.589,26	1.379.765,48	1.250.074,26	1.164.837,46	1.477.341,11	1.333.221,65	1.067.163,49	14.867.212,65	15.200.000,00
Cota-Parte do IPVA	380.274,34	389.708,92	352.593,23	135.557,11	105.363,69	104.886,58	107.609,79	96.766,87	71.219,51	87.865,99	752.475,31	287.578,32	2.871.899,66	5.800.000,00
Cota-Parte do ITR	1.166,05	925,30	660,07	2.119,06	1.987,79	4.684,12	21.896,76	94.601,39	5.679,77	5.508,70	4.493,70	6.665,89	150.388,60	35.500,00
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 61/1989	18.834,71	17.683,59	17.179,97	19.558,02	16.780,36	18.535,81	19.656,84	18.851,04	18.631,65	22.568,58	17.890,36	18.774,07	224.945,00	230.000,00
Transferências do FUNDEB	1.011.780,08	1.126.599,61	984.763,74	1.047.483,49	1.001.885,03	935.520,09	904.342,46	1.057.529,13	1.218.977,30	1.235.999,33	1.410.587,55	1.037.256,67	12.972.724,48	14.076.001,00
Outras Transferências Correntes	859.539,65	888.936,95	505.230,40	663.752,53	2.687.498,58	534.895,24	767.698,67	450.396,47	697.247,14	553.818,47	443.477,08	1.246.322,39	10.298.813,57	8.228.850,86
Outras Receitas Correntes	9.646,88	7.308,31	9.365,34	30.685,90	41.066,85	44.961,00	75.025,95	37.186,07	35.926,18	49.681,70	3.768,46	23.613,07	368.235,71	169.115,00
DEDUÇÕES (II)	775.632,20	832.677,23	879.398,41	891.500,79	682.871,94	749.484,12	709.037,47	717.136,62	829.899,00	970.860,88	894.132,24	870.130,59	9.802.761,49	10.996.500,00
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acordão TCE/PR 1509/06 e 870/07 - IN 56/2011 TCE-PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	775.632,20	832.677,23	879.398,41	891.500,79	682.871,94	749.484,12	709.037,47	717.136,62	829.899,00	970.860,88	894.132,24	870.130,59	9.802.761,49	10.996.500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**5.637.287,70**	**6.058.123,46**	**5.727.002,97**	**6.246.147,51**	**8.939.564,45**	**5.498.099,50**	**6.720.882,92**	**5.344.138,45**	**6.139.723,93**	**8.089.730,72**	**6.266.044,06**	**6.583.520,21**	**77.250.265,88**	**74.888.942,86**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	100.000,00	0,00	4.694,00	0,00	0,00	250.000,00	1.854.694,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**5.637.287,70**	**6.058.123,46**	**5.727.002,97**	**6.246.147,51**	**7.439.564,45**	**5.498.099,50**	**6.620.882,92**	**5.344.138,45**	**6.135.029,93**	**8.089.730,72**	**6.266.044,06**	**6.333.520,21**	**75.395.571,88**	**74.888.942,86**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	24.447,10	24.803,76	25.107,14	24.861,55	24.702,85	24.482,64	24.779,11	24.576,80	24.349,85	48.971,71	26.437,83	26.201,10	323.721,44	294.800,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**5.612.840,60**	**6.033.319,70**	**5.701.895,83**	**6.221.285,96**	**7.414.861,60**	**5.473.616,86**	**6.596.103,81**	**5.319.561,65**	**6.110.680,08**	**8.040.759,01**	**6.239.606,23**	**6.307.319,11**	**75.071.850,44**	**74.594.142,86**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 30/mar/2026 as 08h e 59m.

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***	***EMANUELLE FURLAN DOS REIS***
Prefeito Municipal	Contador	Secretária Municipal De Financas

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:6DD2EA6C

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO		
RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)		Em reais
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre / 2026** **RECEITAS REALIZADAS (a)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	74.888.942,86	12.849.564,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.801.550,00	1.033.273,59
IPTU	1.027.300,00	21.264,99
ISS	2.021.200,00	369.571,24
ITBI	633.000,00	162.125,00
IRRF	2.285.000,00	399.791,86
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	835.050,00	80.520,50
Contribuições	1.028.100,00	171.505,43
Receita Patrimonial	1.287.286,00	409.180,75
Aplicações Financeiras (II)	1.287.286,00	409.180,75
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	65.573.851,86	11.194.695,54
Cota-Parte do FPM	26.500.000,00	4.266.441,58
Cota-Parte do ICMS	12.000.000,00	1.920.308,15
Cota-Parte do IPVA	4.600.000,00	832.042,88
Cota-Parte do ITR	29.000,00	8.927,70
Transferências da LC 61/1989	180.000,00	29.331,54
Transferências do FUNDEB	14.076.001,00	2.447.844,22
Outras Transferências Correntes	8.188.850,86	1.689.799,47
Demais Receitas Correntes	198.155,00	40.908,96
Outras Receitas Financeiras (III)	102.165,00	24.467,99
Receitas Correntes Restantes	95.990,00	16.440,97
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) =		
[I - (II + III)]	73.499.491,86	12.415.915,53

RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	3.741.771,66	120.000,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.741.771,66	120.000,00
Convênios	3.741.771,66	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	120.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII)		
= [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	3.741.771,66	120.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	77.241.263,52	12.535.915,53
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV +		
XIII)	77.241.263,52	12.535.915,53

DESPESAS PRIMÁRIAS	**Até o Bimestre / 2026**						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES	69.578.069,05	17.271.038,77	8.079.957,38	6.401.189,24	782.127,66	1.940.248,84	1.709.334,13
RPPS) (XVIII)							
Pessoal e Encargos Sociais	33.719.859,50	4.926.884,68	4.709.110,90	4.337.485,65	359.720,38	162.253,44	162.253,44
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	35.858.199,55	12.344.154,09	3.370.846,48	2.063.703,59	422.407,28	1.777.995,40	1.547.080,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	69.578.059,05	17.271.038,77	8.079.957,38	6.401.189,24	782.127,66	1.940.248,84	1.709.334,13
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS)	5.918.228,44	2.585.533,59	38.362,68	3.721,18	9.146,11	191.253,03	156.424,44
(XXIII)							
Investimentos	5.918.218,44	2.585.533,59	38.362,68	3.721,18	9.146,11	191.253,03	156.424,44
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO							
FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV +							
XXVI + XXVII)]	5.918.218,44	2.585.533,59	38.362,68	3.721,18	9.146,11	191.253,03	156.424,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	1.182.370,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM							
FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL							
(COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX +							
XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**76.678.647,49**	**19.856.572,36**	**8.118.320,06**	**6.404.910,42**	**791.273,77**	**2.131.501,87**	**1.865.758,57**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO							
FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII +							
XXIX)	76.678.647,49	19.856.572,36	8.118.320,06	6.404.910,42	791.273,77	2.131.501,87	1.865.758,57

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**3.473.972,77**	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**3.473.972,77**	
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre / 2026**	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	409.180,75	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**3.883.153,52**	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o Bimestre (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.328.930,95	3.531.493,78
DEDUÇÕES (XL)	20.793.279,14	22.930.477,76
Disponibilidade de Caixa	20.793.279,14	22.930.477,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.206.041,21	25.370.813,75
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	712.512,89	1.900.391,96
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	700.249,18	539.944,03
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-18.464.348,19	-19.398.983,98
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	**934.635,79**	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	1.187.879,07	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	**2.122.514,86**	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**1.713.334,11**	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.543.215,79	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.543.215,79	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 09h e 05m.		

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***	***EMANUELLE FURLAN DOS REIS***
Prefeito Municipal	Contador	Secretária Municipal De Financas

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:D6E983B9

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 07 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO			
RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V)			Em Reais
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b) (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**-119.299,04**	**831.811,93**	**791.273,77**	**-123.657,35**	**44.896,47**	**552.475,19**	**6.365.635,95**	**2.131.501,87**	**1.865.758,57**	**1.022.014,51**	**4.030.338,06**	**4.075.234,53**
PODER EXECUTIVO	-119.299,04	831.811,93	791.273,77	-123.657,35	44.896,47	552.475,19	6.365.635,95	2.131.501,87	1.865.758,57	1.022.014,51	4.030.338,06	4.075.234,53
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**-119.299,04**	**831.811,93**	**791.273,77**	**-123.657,35**	**44.896,47**	**552.475,19**	**6.365.635,95**	**2.131.501,87**	**1.865.758,57**	**1.022.014,51**	**4.030.338,06**	**4.075.234,53**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 09h e 06m.												
JOÃO DE LIMA				***MARCOS NISHIDA AOKI***								
Prefeito Municipal				Contador								

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:FC3CB78E

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1º BIMESTRE 2026 - ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO				
RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	5.966.500,00	5.966.500,00	952.753,09	15,97
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.027.300,00	1.027.300,00	21.264,99	2,07
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	633.000,00	633.000,00	162.125,00	25,61
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.021.200,00	2.021.200,00	369.571,24	18,28
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.285.000,00	2.285.000,00	399.791,86	17,50
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	54.447.500,00	54.447.500,00	8.821.314,68	16,20
Cota-Parte FPM	33.000.000,00	33.000.000,00	5.333.051,89	16,16
Cota-Parte ITR	35.500,00	35.500,00	11.159,59	31,44
Cota-Parte IPVA	5.800.000,00	5.800.000,00	1.040.053,63	17,93
Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	2.400.385,14	15,79
Cota-Parte IPI-Exportação	230.000,00	230.000,00	36.664,43	15,94
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	182.000,00	182.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	60.414.000,00	60.414.000,00	9.774.067,77	16,18

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	523.528,00	523.528,00	106.647,96	20,37	74.581,90	14,25	68.823,17	13,15
Despesas Correntes	504.170,00	504.170,00	106.647,96	21,15	74.581,90	14,79	68.823,17	13,65
Despesas de Capital	19.358,00	19.358,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.122.738,00	1.122.738,00	83.846,78	7,47	63.708,89	5,67	58.364,35	5,20
Despesas Correntes	1.085.868,00	1.085.868,00	83.846,78	7,72	63.708,89	5,87	58.364,35	5,37
Despesas de Capital	36.870,00	36.870,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	14.690.454,00	13.152.454,00	3.277.290,24	24,92	1.658.365,36	12,61	1.440.497,54	10,95
Despesas Correntes	14.671.556,00	13.133.556,00	3.277.290,24	24,95	1.658.365,36	12,63	1.440.497,54	10,97
Despesas de Capital	18.898,00	18.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	16.336.720,00	14.798.720,00	3.467.784,98	23.43	1.796.656,15	12,14	1.567.685,06	10,59

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	3.467.784,98	1.796.656,15	1.567.685,06
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	711.390,49	711.390,49	711.390,49
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.756.394,49	1.085.265,66	856.294,57
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		1.466.110,17	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)[1]	1.290.284,32	-380.844,51	-609.815,60
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	28,20	11,10	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (Não Aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidad e Financeira (q) = (XIVd)	Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)	
Empenhos de 2026	1.466.110,17	3.467.784,98	2.001.674,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.001.674,81	
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.245.274,23	0,00	0,00	
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.897,56	4.416,56	0,00	0,00	
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	555.421,40	64.211,77	49.129,56	-49.129,56	
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.613.239,18	0,00	161.976,03	-161.976,03	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)											
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)											
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)											

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	59.204,01	59.204,01	59.204,01	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	59.204,01	59.204,01	59.204,01	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.125.000,00	2.125.000,00	309.046,05	14,54
Proveniente da União	1.395.000,00	1.395.000,00	309.046,05	22,15
Proveniente dos Estados	730.000,00	730.000,00	0,00	0,00
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS RECEITAS (XXX)	205.295,00	205.295,00	111.983,58	54,55
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.330.295,00	2.330.295,00	421.029,63	18,07

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.208.952,00	1.208.952,00	112.106,82	9,27	106.682,11	8,82	88.423,29	7,31
Despesas Correntes	1.208.952,00	1.208.952,00	112.106,82	9,27	106.682,11	8,82	88.423,29	7,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	929.515,00	929.515,00	28.928,02	3,11	15.408,41	1,66	12.043,92	1,30
Despesas Correntes	818.860,00	818.860,00	28.928,02	3,53	15.408,41	1,88	12.043,92	1,47
Despesas de Capital	110.655,00	110.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	96.700,00	96.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	96.700,00	96.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	78.815,00	78.815,00	5.564,49	7,06	5.564,49	7,06	5.564,49	7,06
Despesas Correntes	76.825,00	76.825,00	5.564,49	7,24	5.564,49	7,24	5.564,49	7,24
Despesas de Capital	1.990,00	1.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.313.982,00	2.313.982,00	146.599,33	6,34	127.655,01	5,52	106.031,70	4,58

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	1.732.480,00	1.732.480,00	218.754,78	12,63	181.264,01	10,46	157.246,46	9,08
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	929.515,00	929.515,00	28.928,02	3,11	15.408,41	1,66	12.043,92	1,30
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.122.738,00	1.122.738,00	83.846,78	7,47	63.708,89	5,67	58.364,35	5,20
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	96.700,00	96.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	14.769.269,00	13.231.269,00	3.282.854,73	24,81	1.663.929,85	12,58	1.446.062,03	10,93
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	18.650.702,00	17.112.702,00	3.614.384,31	21,12	1.924.311,16	11,24	1.673.716,76	9,78
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/mar/2026 as 09h e 17m.								
JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***							
Prefeito Municipal	Contador							

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:E69AFE59

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") | Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	50.193.400,00	58.178.522,05	11.740.658,43	11.740.658,43	97,95	46.437.863,62	7.246.494,58	7.246.494,58	96,71	50.932.027,47
ADMINISTRAÇÃO	3.272.000,00	3.272.000,00	668.281,18	668.281,18	5,58	2.603.718,82	536.217,27	536.217,27	7,16	2.735.782,73
Administração Geral	3.272.000,00	3.272.000,00	668.281,18	668.281,18	5,58	2.603.718,82	536.217,27	536.217,27	7,16	2.735.782,73
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.482.000,00	3.534.119,02	495.628,40	495.628,40	4,13	3.038.490,62	405.765,14	405.765,14	5,42	3.128.353,88
Assistência ao Idoso	130.000,00	130.000,00	22.000,14	22.000,14	0,18	107.999,86	11.000,07	11.000,07	0,15	118.999,93
Assistência à Criança e ao Adolescente	499.000,00	499.000,00	60.628,80	60.628,80	0,51	438.371,20	57.893,20	57.893,20	0,77	441.106,80
Assistência Comunitária	2.853.000,00	2.905.119,02	412.999,46	412.999,46	3,45	2.492.119,56	336.871,87	336.871,87	4,50	2.568.247,15
SAÚDE	12.770.600,00	17.662.398,23	4.690.068,40	4.690.068,40	39,13	12.972.329,83	2.004.254,22	2.004.254,22	26,75	15.658.144,01
Atenção Básica	6.790.000,00	11.681.798,23	3.102.075,15	3.102.075,15	25,88	8.579.723,08	1.258.620,94	1.258.620,94	16,80	10.423.177,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.230.000,00	3.230.000,00	1.227.605,88	1.227.605,88	10,24	2.002.394,12	393.700,67	393.700,67	5,25	2.836.299,33
Suporte Profilático e Terapêutico	2.370.300,00	2.370.300,00	301.840,19	301.840,19	2,52	2.068.459,81	294.701,43	294.701,43	3,93	2.075.598,57
Vigilância Sanitária	380.300,00	380.300,00	58.547,18	58.547,18	0,49	321.752,82	57.231,18	57.231,18	0,76	323.068,82
EDUCAÇÃO	16.297.000,00	16.527.000,00	2.282.312,40	2.282.312,40	19,04	14.244.687,60	1.938.668,11	1.938.668,11	25,87	14.588.331,89
Ensino Fundamental	11.500.000,00	11.630.000,00	1.703.269,77	1.703.269,77	14,21	9.926.730,23	1.491.375,19	1.491.375,19	19,90	10.138.624,81
Ensino Superior	350.000,00	350.000,00	46.813,40	46.813,40	0,39	303.186,60	32.496,03	32.496,03	0,43	317.503,97
Educação Infantil	3.280.000,00	3.280.000,00	368.421,58	368.421,58	3,07	2.911.578,42	333.453,19	333.453,19	4,45	2.946.546,81
Educação de Jovens e Adultos	39.000,00	39.000,00	1.599,34	1.599,34	0,01	37.400,66	0,00	0,00	0,00	39.000,00
Educação Especial	1.128.000,00	1.228.000,00	162.208,31	162.208,31	1,35	1.065.791,69	81.343,70	81.343,70	1,09	1.146.656,30
CULTURA	595.300,00	595.300,00	27.758,13	27.758,13	0,23	567.541,87	19.162,13	19.162,13	0,26	576.137,87
Difusão Cultural	595.300,00	595.300,00	27.758,13	27.758,13	0,23	567.541,87	19.162,13	19.162,13	0,26	576.137,87
URBANISMO	4.390.000,00	5.236.100,00	722.096,38	722.096,38	6,02	4.514.003,62	661.782,89	661.782,89	8,83	4.574.317,11
Infra-Estrutura Urbana	3.255.000,00	4.101.100,00	654.879,56	654.879,56	5,46	3.446.220,44	615.205,28	615.205,28	8,21	3.485.894,72
Serviços Urbanos	1.135.000,00	1.135.000,00	67.216,82	67.216,82	0,56	1.067.783,18	46.577,61	46.577,61	0,62	1.088.422,39
SANEAMENTO	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Saneamento Básico Urbano	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	866.300,00	866.300,00	110.400,08	110.400,08	0,92	755.899,92	77.312,09	77.312,09	1,03	788.987,91
Preservação e Conservação Ambiental	866.300,00	866.300,00	110.400,08	110.400,08	0,92	755.899,92	77.312,09	77.312,09	1,03	788.987,91
AGRICULTURA	1.170.000,00	1.170.000,00	203.522,74	203.522,74	1,70	966.477,26	159.262,40	159.262,40	2,13	1.010.737,60
Promoção da Produção Agropecuária	868.000,00	868.000,00	82.226,39	82.226,39	0,69	785.773,61	61.966,05	61.966,05	0,83	806.033,95

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Administração Geral	302.000,00	302.000,00	121.296,35	121.296,35	1,01	180.703,65	97.296,35	97.296,35	1,30	204.703,65
TRANSPORTE	3.570.000,00	5.273.297,29	1.640.250,00	1.640.250,00	13,68	3.633.047,29	584.869,54	584.869,54	7,81	4.688.427,75
DESPORTO E LAZER	600.000,00	600.000,00	47.974,63	47.974,63	0,40	552.025,37	41.834,70	41.834,70	0,56	558.165,30
Desporto Comunitário	600.000,00	600.000,00	47.974,63	47.974,63	0,40	552.025,37	41.834,70	41.834,70	0,56	558.165,30
ENCARGOS ESPECIAIS	2.502.000,00	2.763.807,51	852.366,09	852.366,09	7,11	1.911.441,42	817.366,09	817.366,09	10,91	1.946.441,42
Serviço da Dívida Interna	1.632.000,00	1.632.000,00	430.434,41	430.434,41	3,59	1.201.565,59	430.434,41	430.434,41	5,74	1.201.565,59
Outros Encargos Especiais	870.000,00	1.131.807,51	421.931,68	421.931,68	3,52	709.875,83	386.931,68	386.931,68	5,16	744.875,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	558.200,00	558.200,00	0,00	0,00	0,00	558.200,00	0,00	0,00	0,00	558.200,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.673.800,00	2.673.800,00	0,00	246.295,79	2,05	2.427.504,21	0,00	246.295,79	3,29	2.427.504,21
TOTAL (III) = (I + II)	52.867.200,00	60.852.322,05	11.740.658,43	11.986.954,22	100,00	48.865.367,83	7.246.494,58	7.492.790,37	100,00	53.359.531,68

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	2.673.800,00	2.673.800,00	0,00	246.295,79	2,05	2.427.504,21	0,00	246.295,79	3,29	2.427.504,21
ADMINISTRAÇÃO	158.000,00	158.000,00	27.006,19	27.006,19	0,23	130.993,81	27.006,19	27.006,19	0,36	130.993,81
Administração Geral	158.000,00	158.000,00	27.006,19	27.006,19	0,23	130.993,81	27.006,19	27.006,19	0,36	130.993,81
ASSISTÊNCIA SOCIAL	68.000,00	68.000,00	6.626,79	6.626,79	0,06	61.373,21	6.626,79	6.626,79	0,09	61.373,21
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência Comunitária	67.000,00	67.000,00	6.626,79	6.626,79	0,06	60.373,21	6.626,79	6.626,79	0,09	60.373,21
SAÚDE	504.400,00	504.400,00	71.650,83	71.650,83	0,60	432.749,17	71.650,83	71.650,83	0,96	432.749,17
Atenção Básica	355.000,00	355.000,00	52.065,76	52.065,76	0,43	302.934,24	52.065,76	52.065,76	0,69	302.934,24
Suporte Profilático e Terapêutico	119.700,00	119.700,00	15.619,10	15.619,10	0,13	104.080,90	15.619,10	15.619,10	0,21	104.080,90
Vigilância Sanitária	29.700,00	29.700,00	3.965,97	3.965,97	0,03	25.734,03	3.965,97	3.965,97	0,05	25.734,03
EDUCAÇÃO	783.000,00	783.000,00	113.422,79	113.422,79	0,95	669.577,21	113.422,79	113.422,79	1,51	669.577,21
Ensino Fundamental	620.000,00	620.000,00	94.167,56	94.167,56	0,79	525.832,44	94.167,56	94.167,56	1,26	525.832,44

Educação Infantil	150.000,00	150.000,00	19.255,23	19.255,23	0,16	130.744,77	19.255,23	19.255,23	0,26	130.744,77
Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Especial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
CULTURA	4.700,00	4.700,00	792,81	792,81	0,01	3.907,19	792,81	792,81	0,01	3.907,19
Difusão Cultural	4.700,00	4.700,00	792,81	792,81	0,01	3.907,19	792,81	792,81	0,01	3.907,19
URBANISMO	90.000,00	90.000,00	13.392,84	13.392,84	0,11	76.607,16	13.392,84	13.392,84	0,18	76.607,16
Infra-Estrutura Urbana	55.000,00	55.000,00	11.704,29	11.704,29	0,10	43.295,71	11.704,29	11.704,29	0,16	43.295,71
Serviços Urbanos	35.000,00	35.000,00	1.688,55	1.688,55	0,01	33.311,45	1.688,55	1.688,55	0,02	33.311,45
GESTÃO AMBIENTAL	15.700,00	15.700,00	1.799,14	1.799,14	0,02	13.900,86	1.799,14	1.799,14	0,02	13.900,86
Preservação e Conservação Ambiental	15.700,00	15.700,00	1.799,14	1.799,14	0,02	13.900,86	1.799,14	1.799,14	0,02	13.900,86
AGRICULTURA	30.000,00	30.000,00	4.150,43	4.150,43	0,03	25.849,57	4.150,43	4.150,43	0,06	25.849,57
Promoção da Produção Agropecuária	30.000,00	30.000,00	4.150,43	4.150,43	0,03	25.849,57	4.150,43	4.150,43	0,06	25.849,57
TRANSPORTE	40.000,00	40.000,00	6.980,01	6.980,01	0,06	33.019,99	6.980,01	6.980,01	0,09	33.019,99
DESPORTO E LAZER	20.000,00	20.000,00	473,96	473,96	0,00	19.526,04	473,96	473,96	0,01	19.526,04
Desporto Comunitário	20.000,00	20.000,00	473,96	473,96	0,00	19.526,04	473,96	473,96	0,01	19.526,04
ENCARGOS ESPECIAIS	960.000,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00	960.000,00
Outros Encargos Especiais	960.000,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00	960.000,00

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:29C21727

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	52.083.834,84	11.009.475,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:611697FE

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MARÇO/2025 A FEVEREIRO/2026														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III												Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 29/05/2023		
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (Últimos 12 meses)**	**Previsão atualizada 2026**
	03/2025	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.391.847,65	4.592.743,67	4.445.548,47	5.933.157,54	5.425.059,23	4.193.668,73	4.924.167,79	4.629.117,56	4.935.813,01	6.920.217,34	5.231.274,77	4.941.851,91	60.406.752,41	63.879.200,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	379.793,76	404.668,94	340.658,54	342.495,13	365.138,78	343.615,30	322.218,67	330.215,18	336.100,60	564.863,68	290.089,55	308.372,19	4.328.230,32	5.423.300,00
IPTU	71.275,92	10.685,36	15.239,73	10.725,78	10.086,09	1.826,64	3.080,24	4.184,45	8.734,93	4.129,17	2.364,48	1.630,92	143.963,71	264.200,00
ISS	123.691,82	121.987,00	140.564,47	140.822,32	128.914,74	136.778,02	137.250,04	152.764,64	138.269,33	209.659,99	133.416,39	175.394,52	1.739.513,28	1.607.600,00
ITBI	23.183,50	85.653,00	28.759,00	17.200,00	49.832,42	23.259,92	27.643,40	9.213,90	24.500,00	65.452,12	6.578,40	5.088,24	366.363,90	965.200,00
IRRF	139.446,81	150.447,00	138.935,06	158.124,66	162.462,77	169.084,31	137.600,67	152.125,01	151.163,04	267.898,00	131.398,61	112.578,03	1.871.263,97	2.110.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.195,71	35.896,58	17.160,28	15.622,37	13.842,76	12.666,41	16.644,32	11.927,18	13.433,30	17.724,40	16.331,67	13.680,48	207.125,46	476.300,00
Contribuições	36.387,93	30.626,17	30.280,88	28.390,90	34.765,23	28.019,76	1.901,75	62.498,22	34.696,47	32.189,72	35.112,80	32.920,48	387.790,31	612.000,00
Receita patrimonial	87.232,09	97.824,81	101.488,59	92.468,19	106.033,48	101.776,10	102.836,58	102.954,50	96.456,88	270.308,67	101.253,98	86.013,45	1.346.647,32	516.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	86.662,17	97.737,13	101.137,87	92.380,51	105.770,44	101.688,42	102.485,86	102.603,78	96.456,88	270.308,67	101.253,98	86.013,45	1.344.499,16	509.600,00
Outras Receitas Patrimoniais	569,92	87,68	350,72	87,68	263,04	87,68	350,72	350,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.148,16	6.400,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	1.580,43	591,84	131,52	263,04	657,60	995,96	1.121,86	1.183,68	394,56	920,64	741,32	891,73	9.474,18	26.000,00
Transferências correntes	3.882.260,01	4.058.686,67	3.972.734,62	5.347.190,39	4.873.308,81	3.690.828,07	4.486.422,59	4.130.892,51	4.389.306,87	6.014.030,94	4.571.679,46	4.394.119,78	53.811.460,72	57.201.100,00
Cota parte do FPM	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	21.596.910,45	24.021.100,00
Cota parte do ICMS	1.442.847,06	1.666.958,30	1.247.357,88	1.460.699,41	1.722.053,06	1.393.188,92	1.713.122,49	1.552.097,34	1.446.266,99	1.834.272,79	1.592.675,87	1.271.935,26	18.343.475,37	21.000.000,00
Cota parte do IPVA	97.759,89	102.091,41	96.218,79	44.370,99	28.267,40	26.176,46	29.001,38	20.222,12	11.136,30	34.035,92	298.765,82	69.390,80	857.437,28	1.000.000,00
Cota parte do ITR	1.438,93	2.020,77	552,00	3.893,00	1.061,54	3.789,69	62.939,20	290.810,50	22.287,83	22.358,05	17.219,78	2.280,45	430.651,74	400.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	23.092,94	21.681,58	21.064,08	23.979,79	20.574,13	22.726,46	24.100,93	23.112,98	22.843,98	27.670,97	21.056,69	22.096,82	274.001,35	250.000,00
Transferências do FUNDEB	435.285,29	481.633,79	421.132,45	447.975,37	428.718,55	400.832,18	389.148,67	497.368,68	443.046,94	516.456,83	634.432,79	457.524,69	5.553.556,23	5.501.000,00
Outras transferências correntes	492.354,02	372.350,15	385.266,11	1.516.250,20	728.145,71	345.778,34	366.662,68	472.047,02	710.248,75	787.693,96	235.593,15	343.038,21	6.755.428,30	5.029.000,00
Outras receitas correntes	4.593,43	345,24	254,32	122.349,89	45.155,33	28.433,54	9.666,34	1.373,47	(78.857,63)	37.903,69	232.397,66	119.534,28	523.149,56	100.800,00
DEDUÇÕES (II)	600.766,25	640.940,50	638.238,39	686.634,76	584.130,77	588.843,44	607.783,81	632.295,28	647.202,21	774.989,93	740.330,64	718.711,33	7.860.867,31	8.560.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	600.766,25	640.940,50	638.238,39	686.634,76	584.130,77	588.843,44	607.783,81	632.295,28	647.202,21	774.989,93	740.330,64	718.711,33	7.860.867,31	8.560.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.791.081,40	3.951.803,17	3.807.310,08	5.246.522,78	4.840.928,46	3.604.825,29	4.316.383,98	3.996.822,28	4.288.610,80	6.145.227,41	4.490.944,13	4.223.140,58	52.545.885,10	55.319.200,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	1.400.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.791.081,40	3.951.803,17	3.807.310,08	4.346.522,78	4.840.928,46	3.604.825,29	4.316.383,98	3.896.822,28	3.888.610,80	6.145.227,41	4.490.944,13	4.223.140,58	51.145.885,10	55.319.200,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	85.008,00	45.388,00	45.388,00	558.320,00	540.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	3.748.577,40	3.909.299,17	3.764.806,08	4.304.018,78	4.798.424,46	3.562.321,29	4.273.879,98	3.854.318,28	3.846.106,80	6.060.219,41	4.445.556,13	4.177.752,58	50.587.565,10	54.779.200,00
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 30/03/2026 14:50														

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:E166F607

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RECEITAS E DESPESAS COM SAÚDE - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 11/11/2024.		
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.947.000,00	4.947.000,00	568.449,59	11,49
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	264.200,00	264.200,00	3.995,40	1,51
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	965.200,00	965.200,00	11.666,64	1,21
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.607.600,00	1.607.600,00	308.810,91	19,21
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.110.000,00	2.110.000,00	243.976,64	11,56
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	44.771.100,00	44.771.100,00	7.295.210,40	16,29
Cota-Parte FPM	21.921.100,00	21.921.100,00	3.999.788,91	18,25
Cota-Parte ITR	400.000,00	400.000,00	19.500,23	4,88
Cota-Parte IPVA	1.000.000,00	1.000.000,00	368.156,62	36,82
Cota-Parte ICMS	21.000.000,00	21.000.000,00	2.864.611,13	13,64
Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	43.153,51	17,26
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I) + (II)	49.718.100,00	49.718.100,00	7.863.659,99	15,82

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.864.700,00	5.864.700,00	1.175.247,80	20,04	1.062.300,97	18,11	935.880,90	15,96
Despesas Correntes	5.534.800,00	5.534.800,00	1.175.247,80	21,23	1.062.300,97	19,19	935.880,90	16,91
Despesas de Capital	329.900,00	329.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.129.500,00	3.129.500,00	1.227.605,88	39,23	393.700,67	12,58	382.308,67	12,22
Despesas Correntes	3.126.080,00	3.126.080,00	1.227.605,88	39,27	393.700,67	12,59	382.308,67	12,23
Despesas de Capital	3.420,00	3.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	1.401.000,00	1.401.000,00	157.270,55	11,23	157.270,55	11,23	142.877,20	10,20
Despesas Correntes	1.401.000,00	1.401.000,00	157.270,55	11,23	157.270,55	11,23	142.877,20	10,20
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	296.000,00	296.000,00	48.353,05	16,34	48.353,05	16,34	46.341,01	15,66
Despesas Correntes	296.000,00	296.000,00	48.353,05	16,34	48.353,05	16,34	46.341,01	15,66
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	10.691.200,00	10.691.200,00	2.608.477,28	24,40	1.661.625,24	15,54	1.507.407,78	14,10

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.608.477,28	1.661.625,24	1.507.407,78
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.608.477,28	1.661.625,24	1.507.407,78
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			1.179.549,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.428.928,28	482.076,24	327.858,78

Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	33,17	21,13	19,17

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Diferença de limite não cumprido 2026 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2026	1.179.549,00	2.608.477,28	1.428.928,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.428.928,28
Empenhos de 2025	6.498.227,91	8.710.032,55	2.211.804,64	3.882,72	0,00	0,00	0,00	1.594,72	0,00	2.211.804,64
Empenhos de 2024	6.079.389,86	8.417.128,62	2.337.738,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337.738,76
Empenhos de 2023	5.385.077,05	7.236.642,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial =	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV) (saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.317.000,00	2.317.000,00	277.309,05	11,97
Proveniente da União	2.042.500,00	2.042.500,00	277.309,05	13,58
Proveniente dos Estados	274.500,00	274.500,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	162.500,00	162.500,00	63.028,94	38,79
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.479.500,00	2.479.500,00	340.337,99	13,73

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.280.300,00	6.172.098,23	1.962.771,65	31,80	232.264,27	3,76	224.027,56	3,63
Despesas Correntes	1.098.200,00	1.098.200,00	105.036,87	9,56	66.321,54	6,04	59.044,83	5,38
Despesas de Capital	182.100,00	5.073.898,23	1.857.734,78	36,61	165.942,73	3,27	164.982,73	3,25
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	100.500,00	100.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100.500,00	100.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	1.089.000,00	1.089.000,00	160.188,74	14,71	153.049,98	14,05	146.683,52	13,47
Despesas Correntes	1.089.000,00	1.089.000,00	160.188,74	14,71	153.049,98	14,05	146.683,52	13,47
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	114.000,00	114.000,00	14.160,10	12,42	12.844,10	11,27	11.613,99	10,19
Despesas Correntes	114.000,00	114.000,00	14.160,10	12,42	12.844,10	11,27	11.613,99	10,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.583.800,00	7.475.598,23	2.137.120,49	28,59	398.158,35	5,33	382.325,07	5,11
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.145.000,00	12.036.798,23	3.138.019,45	26,07	1.294.565,24	10,76	1.159.908,46	9,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	3.230.000,00	3.230.000,00	1.227.605,88	38,01	393.700,67	12,19	382.308,67	11,84
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	2.490.000,00	2.490.000,00	317.459,29	12,75	310.320,53	12,46	289.560,72	11,63
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	410.000,00	410.000,00	62.513,15	15,25	61.197,15	14,93	57.955,00	14,14
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	13.275.000,00	18.166.798,23	4.745.597,77	26,12	2.059.783,59	11,34	1.889.732,85	10,40

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:7C8C6756

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - 1º BIMESTRE DE 2026

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)									Memória de cálculo STN: 14ª edição - Atualizada em 03/2023.			
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	11.021,89	3.892.294,35	3.750.902,12	12.544,13	139.869,99	288.691,74	2.471.026,58	1.776.182,95	591.934,60	67.154,07	2.100.629,65	2.240.499,64
PODER EXECUTIVO	11.021,89	3.892.294,35	3.750.902,12	12.544,13	139.869,99	288.691,74	2.471.026,58	1.776.182,95	591.934,60	67.154,07	2.100.629,65	2.240.499,64
Município de Fernandes Pinheiro	11.021,89	4.014.346,12	3.872.953,89	12.544,13	139.869,99	288.691,74	2.471.026,58	1.776.182,95	591.934,60	67.154,07	2.100.629,65	2.240.499,64
EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	5.072,69	5.072,69	0,00	0,00	0,00	864,00	864,00	864,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	50.765,94	45.949,70	0,00	4.816,24	0,00	52.374,58	40.449,85	40.273,85	4.438,11	7.662,62	12.478,86
SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA TUR E ESPORTES	0,00	255.049,63	252.395,83	0,00	2.653,80	136.006,88	49.286,25	113.075,74	94.669,74	0,00	90.623,39	93.277,19
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	1.850,00	348.089,11	329.065,38	12.544,13	8.329,60	950,00	439.904,42	370.733,92	357.314,55	47.505,92	36.033,95	44.363,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E	0,00	35.279,69	31.466,06	0,00	3.813,63	0,00	372.604,99	36.297,38	24.724,79	3.966,00	343.914,20	347.727,83
SEC. DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	9.171,89	2.942.982,99	2.952.134,88	0,00	20,00	151.734,86	1.424.242,60	1.200.440,32	72.202,51	0,00	1.503.774,95	1.503.794,95
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	240.680,52	120.443,80	0,00	120.236,72	0,00	131.042,81	13.665,13	1.665,13	11.244,04	118.133,64	238.370,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	11.787,28	11.787,28	0,00	0,00	0,00	270,35	220,03	220,03	0,00	50,32	50,32
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	2.586,50	2.586,50	0,00	0,00	0,00	436,58	436,58	0,00	0,00	436,58	436,58
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	122.051,77	122.051,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	122.051,77	122.051,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Fernandes Pinheiro	11.021,89	4.014.346,12	3.872.953,89	12.544,13	139.869,99	288.691,74	2.471.026,58	1.776.182,95	591.934,60	67.154,07	2.100.629,65	2.240.499,64
EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	502,12	502,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	12.825,15	12.825,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA TUR E ESPORTES	0,00	56.661,72	56.661,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	35.428,88	35.428,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E	0,00	3.544,68	3.544,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	9.938,89	9.938,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	2.035,52	2.035,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	882,36	882,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	232,45	232,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**11.021,89**	**4.014.346,12**	**3.872.953,89**	**12.544,13**	**139.869,99**	**288.691,74**	**2.471.026,58**	**1.776.182,95**	**591.934,60**	**67.154,07**	**2.100.629,65**	**2.240.499,64**

Publicado por:
Juarez Miguel da Silva
Código Identificador:51CF8C31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 959-2026 -ALTERA A LEI N.º 326.2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Altera a Lei n.º 326/2009 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Goioxim - PR, nos termos da Lei Orgânica Municipal, propôs e assim a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOIOXIM – ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e Eu EDER DOS SANTOS, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1°Fica alterado o Anexo I - Estrutura de Cargos, da Lei 326/2009, para fim de modificar o que se segue:

§ 1º As classes únicas e os níveis remuneratórios iniciais dos cargos abaixo indicados passarão a ser:

I - Procurador Jurídico - (PJ1) - PJ - Classe única PJ, nível inicial 01;

Art. 2°Altera o anexo II da Lei Municipal n.º 326/2009, que dispõe sobre a remuneração do cargo abaixo listado, previsto pela Lei n.º 580/2018 e 775/2022, para incluir o nível Procurador Jurídico - (PJ1) - PJ - Classe única PJ, o qual passará a conter a seguinte redação:

	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
NÍVEL PJ	10.122,55	10.426,23	10.739,01	11.061,18	11.393,02	11.734,81	12.086,85	12.449,46	12.822,94	13.207,63	13.603,86	14.011,98	14.432,34	14.865,31	15.311,27

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 31 de março de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:F11F3741

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
BALANÇO PATRIMONIAL

CAMARA MUNICIPAL DE GUAIRA							
Prestação de Contas							
BALANÇO PATRIMONIAL							
Período de Referência: Dezembro / 2025							
Art. 105 da Lei n. 4.320/1964							
ATIVO				**PASSIVO**			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE		**5.180,38**	**9.208,77**	**PASSIVO CIRCULANTE**		**0,00**	**574,85**
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.067,55	574,85	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar		0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber		0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00	Obrigações Fiscais		0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber		0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária		0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo		0,00	574,85
Dívida Ativa Não Tributária		0,00	0,00	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**		**0,00**	**0,00**
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		1.112,83	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	8.633,92	Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		**763.375,36**	**1.493.382,03**	Resultado Diferido		0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00				
				TOTAL DO PASSIVO		**0,00**	**574,85**
Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00				
Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo		0,00	0,00				
Clientes a Longo Prazo		0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo		0,00	0,00	**ESPECIFICAÇÃO**	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Dívida Ativa Tributária a Longo Prazo		0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo		0,00	0,00	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00	Reservas de Capital		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		0,00	0,00	Reservas de Lucros		0,00	0,00
Estoques a Longo Prazo		0,00	0,00	Demais Reservas		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo		0,00	0,00	Resultados Acumulados		768.555,74	1.502.015,95
Investimentos		0,00	0,00	Resultado do Exercício		(733.460,21)	459.009,17
Participações Permanentes		0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores		1.502.015,95	1.043.006,78
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0,00	0,00	Outros Resultados		0,00	0,00
Propriedades para Investimento		0,00	0,00	(-) Ações/Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00				
Imobilizado		763.375,36	1.493.382,03				
Bens Móveis		763.026,84	1.493.382,03				
Bens Imóveis		348,52	0,00				
Intangível		0,00	0,00				
Softwares		0,00	0,00				
CAMARA MUNICIPAL DE GUAIRA							
Prestação de Contas							
BALANÇO PATRIMONIAL							
Período de Referência: Dezembro / 2025							
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		0,00	0,00				
Direito de Uso de Imóveis		0,00	0,00	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**768.555,74**	**1.502.015,95**
Diferido		0,00	0,00				
TOTAL DO ATIVO		**768.555,74**	**1.502.590,80**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**768.555,74**	**1.502.590,80**
ATIVO FINANCEIRO		4.067,55	574,85	PASSIVO FINANCEIRO		4.067,55	574,85
ATIVO PERMANENTE		764.488,19	1.502.015,95	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00

SALDO PATRIMONIAL						**764.488,19**	**1.502.015,95**
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber		0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar		0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar		0,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar		4.067,55	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**TOTAL**		**4.067,55**	**0,00**
SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO							
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** CAMARA MUNICIPAL DE GUAIRA, **Data Emissão** 30/03/2026, **Hora emissão** 10:10:53							
NOTA:							

TEREZA CAMILO DOS SANTOS	***JOÃO VICTOR DA SILVA QUEIROZ***	***DURCELINA DOS SANTOS TITOTTO***
Presidente da Câmara	Controlador Interno	Contador
CPF: 662.248.379-53	CPF: 063.702.519-92	CRC/ PR-044787/O

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:EA7D45CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF BALANCO ORCAMENTARIO - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO -DESPESA										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025										
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"										
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)	Inscritas em restos a pagar não
			No bimestre	Até bimestre		No bimestre	Até bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.659.340,00	58.394.125,64	8.465.085,84	40.076.146,50	18.317.979,14	7.796.870,58	38.441.675,18	19.952.450,46	37.839.006,59	1.634.471,32
DESPESAS CORRENTES	31.360.206,50	35.661.682,61	5.862.479,53	28.822.967,52	6.838.715,09	5.885.837,59	28.822.967,52	6.838.715,09	28.518.446,39	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.336.957,00	13.207.384,00	2.862.621,90	11.732.792,24	1.474.591,76	2.862.621,90	11.732.792,24	1.474.591,76	11.591.472,37	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	338.800,00	338.800,00	62.183,64	277.828,18	60.971,82	62.183,64	277.828,18	60.971,82	257.388,69	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.684.449,50	22.115.498,61	2.937.673,99	16.812.347,10	5.303.151,51	2.961.032,05	16.812.347,10	5.303.151,51	16.669.585,33	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	8.179.133,50	22.612.443,03	2.602.606,31	11.253.178,98	11.359.264,05	1.911.032,99	9.618.707,66	12.993.735,37	9.320.560,20	1.634.471,32
INVESTIMENTOS	7.634.633,50	22.067.943,03	2.548.847,54	11.020.224,31	11.047.718,72	1.857.274,22	9.385.752,99	12.682.190,04	9.105.525,12	1.634.471,32
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	544.500,00	544.500,00	53.758,77	232.954,67	311.545,33	53.758,77	232.954,67	311.545,33	215.035,08	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	39.659.340,00	58.394.125,64	8.465.085,84	40.076.146,50	18.317.979,14	7.796.870,58	38.441.675,18	19.952.450,46	37.839.006,59	1.634.471,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	39.659.340,00	58.394.125,64	8.465.085,84	40.076.146,50	18.317.979,14	7.796.870,58	38.441.675,18	19.952.450,46	37.839.006,59	1.634.471,32
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	1.840.660,00	0,00	47.532,88	0,00	0,00	715.748,14	961.829,55	(961.829,55)	1.564.498,14	(961.829,55)
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	41.500.000,00	58.394.125,64	8.512.618,72	40.076.146,50	18.317.979,14	8.512.618,72	39.403.504,73	18.990.620,91	39.403.504,73	672.641,77

AMARILDO ALVES CARNEIRO	*ISABEL CAROLINA MOCHNACZ*	*JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE*
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:D79F9E74

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF DEMONSTRATIVO DISPONIBILIDADE CAIXA RESTOS A PAGAR - 02SEM2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2025 À 12/2025
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Recursos Ordinários (Livres)	1.296.054,15	3.788,39	234.904,39	0,00	0,00	0,00	1.057.361,37	0,00	0,00	1.057.361,37
Operação de Credito Equipamentos Rodoviarios	200,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,11	0,00	0,00	200,11
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.296.254,26	3.788,39	234.904,39	0,00	0,00	0,00	1.057.561,48	0,00	0,00	1.057.561,48
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	4.556,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.556,66	0,00	0,00	4.556,66
Auxílio Financeiro para ações de Assistência Social para	2.136,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.136,42	0,00	0,00	2.136,42
Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus	888,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	888,49	0,00	0,00	888,49
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210,00	0,00	0,00	210,00
Bloco de C das A e Serv Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-	4.450,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.450,60	0,00	0,00	4.450,60
Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus	11.626,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.626,50	0,00	0,00	11.626,50
Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus	19.820,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.820,27	0,00	0,00	19.820,27
Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	308.529,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	308.529,62	0,00	0,00	308.529,62
Bloco de Custeio das Ações e Serv Públi de Saúde - Coronavírus	14.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
Transf do Sistema Único de As Social - SUAS - (COVID-19) Portaria	69.532,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.532,32	0,00	0,00	69.532,32
Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde - Elton	95.533,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.533,83	0,00	0,00	95.533,83
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF -	1.227,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.227,95	0,00	0,00	1.227,95
Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde - Gleisi	61.566,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.566,48	0,00	0,00	61.566,48
Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde - Flavio	105.103,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.103,33	0,00	0,00	105.103,33
Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde - Nelsi	210.116,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.116,12	0,00	0,00	210.116,12
Meu Campinho - Módulo Playgroud - 2	1.330,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330,90	0,00	0,00	1.330,90
Emenda - Incr Temp ao Custeio dos Serv de At Pr em Saúde -	185.694,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.694,46	0,00	0,00	185.694,46
Transferencias da Secretaria de Estado do Esporte (SEES)	301.284,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301.284,15	0,00	0,00	301.284,15
Transferencias COEDE/PR DEL 525 GAR PCD	40.324,12	0,00	5.900,00	0,00	0,00	0,00	34.424,12	0,00	0,00	34.424,12
Transferencias Cuida + Investimentos	30.193,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.193,31	0,00	0,00	30.193,31
FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Incentivo Benefício	384,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	384,76	0,00	0,00	384,76
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º,	1.261,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.261,70	0,00	0,00	1.261,70
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º,	18.925,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.925,44	0,00	0,00	18.925,44
Apoio e Fortalecimento as Familias Com Gestantes e Crianças de 0	16.021,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.021,92	0,00	0,00	16.021,92
Incentivo de Garantia de Diretios a pessoas Idosas - Centro de	26,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,79	0,00	0,00	26,79
Piso Paranaense de Assistência Social - FPAS I - Expansão	27.600,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.600,50	0,00	0,00	27.600,50
Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA	2,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,73	0,00	0,00	2,73
SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	14.733,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.733,07	0,00	0,00	14.733,07
Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	90.406,01	0,00	41.840,43	0,00	0,00	0,00	48.565,58	0,00	0,00	48.565,58
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa	23,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,78	0,00	0,00	23,78
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Demais Obrigaçãoes	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	RESTOS A PAGAR	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
		Restos a Pagar Liquidados e		Restos a Pagar						

	(a)	Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Fianceiras (e)	VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	838,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	838,51	0,00	0,00	838,51
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa	23,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,35	0,00	0,00	23,35
TRANSFERENCIAS DE EMENDAS PARA INVESTIMENTOS	81.075,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.075,64	0,00	0,00	81.075,64
TRANSFERENCIAS DE EMENDAS PARA INVESTIMENTOS	10.110,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.110,35	0,00	0,00	10.110,35
Programa de Fortalecimento Emergencial do Atend do Cadastro Unico	6.196,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.196,21	0,00	0,00	6.196,21
Emendas de Bancadas - Dep Valdir Rossoni	4.816,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.816,88	0,00	0,00	4.816,88
Emendas de Bancadas - Dep Gleisi Hoffmann	204,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,19	0,00	0,00	204,19
PSF ESTADO	3.667,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.667,17	0,00	0,00	3.667,17
VIGIA SUS EQUIPAMENTOS	2.313,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.313,10	0,00	0,00	2.313,10
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde -	1.172,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.172,62	0,00	0,00	1.172,62
Bl de Custeio A e Serv Públ de Saúde - (COVID-19) Portaria 1857	5.286,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.286,60	0,00	0,00	5.286,60
CUSTEIO VIGIA SUS	470,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	470,73	0,00	0,00	470,73
Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus	2.036,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.036,00	0,00	0,00	2.036,00
Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus	474,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474,19	0,00	0,00	474,19
Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus	3.725,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.725,47	0,00	0,00	3.725,47
Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus	6.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.950,00	0,00	0,00	6.950,00
Bloco de Custeio das Ações e Serv Públ de Saúde - Coronavírus	1.596,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596,00	0,00	0,00	1.596,00
VIGIA SUS INVESTIMENTO	73.511,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.511,83	0,00	0,00	73.511,83
FMS Saude	965,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	965,23	0,00	0,00	965,23
FMS MANFRINOPOLIS 624085-9	16.578,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.578,10	0,00	0,00	16.578,10
Outras Transferências Voluntárias Públicas - FMS	25.587,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.587,30	0,00	0,00	25.587,30
Retenções em Caráter Consignatário	188.839,38	0,00	0,00	0,00	188.839,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Equipamentos Rodoviarios	135,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,00	0,00	0,00	135,00
Fundeb 60%	15.419,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.419,54	0,00	0,00	15.419,54
5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	7.860,62	0,00	1.478,06	0,00	0,00	0,00	6.382,56	0,00	0,00	6.382,56
Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	194.187,26	0,00	50.248,72	0,00	0,00	0,00	143.938,54	0,00	0,00	143.938,54
Salário-Educação	291,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	291,98	0,00	0,00	291,98
Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	1.773,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.773,73	0,00	0,00	1.773,73
Transferencia do CEDCA-PR Deliberação 13/2025	97.771,38	0,00	28.868,34	0,00	0,00	0,00	68.903,04	0,00	0,00	68.903,04
Programa de Fortalecimento da Vigilância em Saúde - Resolução	74.193,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.193,71	0,00	0,00	74.193,71
TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	160,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,72	0,00	0,00	160,72
Transferências Voluntárias Públicas Federais - Pavimentação	87,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,82	0,00	0,00	87,82
Complementação Estadual ao Pagamento dos Pisos Salariais para	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	0,00	0,00	0,45

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Assistência financeira da União destinada à complementação ao	5.601,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.601,94	0,00	0,00	5.601,94
BRASIL CARINHOSO	89,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,70	0,00	0,00	89,70
Transferências Voluntárias Públicas Federais - Creche Pré-Escola	298.849,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	298.849,05	0,00	0,00	298.849,05
FNDE/ETI - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	5,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,69	0,00	0,00	5,69
Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos	8.542,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.542,68	0,00	0,00	8.542,68
Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos	711,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711,90	0,00	0,00	711,90
Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos	2.135,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.135,68	0,00	0,00	2.135,68
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Pavimentação	4.210,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.210,59	489.471,32	0,00	(485.260,73)
Pavimentação Asfáltica	14.717,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.717,23	0,00	0,00	14.717,23
Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL	2.206.629,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.206.629,71	0,00	0,00	2.206.629,71
Transferências SECID - Recape e Pavimentação Asfaltica	2.480,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.480,27	0,00	0,00	2.480,27
Plano Paraná Mais Cidades III - Aquisição Plantadeira	38.796,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.796,06	0,00	0,00	38.796,06
Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	14.995,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.995,19	0,00	0,00	14.995,19
Veículo Utilitário SECID - Agricultura	0,00	0,00	96.805,00	0,00	0,00	0,00	(96.805,00)	0,00	0,00	(96.805,00)
Emendas Individuais - Deputado Paulo Litro	190.718,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.718,78	0,00	0,00	190.718,78
Emendas Individuais Impositivas - Deputado Padovani	2.982,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.982,25	0,00	0,00	2.982,25
Transferências da Política Nacional Aldir	152,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,46	0,00	0,00	152,46
Conselho Estadual dos Direitos do Idoso- Incentivo Paraná Viaja	31,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,30	0,00	0,00	31,30

Conselho Estadual As Social - Acolhimento ao Idoso e Pessoa com	1.282,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.282,07	0,00	0,00	1.282,07
Conselho Estadual Dir Criança e Adolescentes - Incentivos Creches	225.359,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.359,45	0,00	0,00	225.359,45
Convenio SEAB - Retro Escavadeira - Emenda Recheimbach	4.623,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.623,05	0,00	0,00	4.623,05
VIAJA MAS 60 FASE 2	12.758,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.758,82	0,00	0,00	12.758,82
Convenio SEAB - Cozinha Comunitária	47.492,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.492,35	0,00	0,00	47.492,35
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	44.513,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.513,31	0,00	0,00	44.513,31
Transferências do Ministério dos Esportes - Playground	2.999,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999,89	0,00	0,00	2.999,89
Aquisição de Equipamentos Rodoviários - Convênio SEAB -	13.721,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.721,80	1.070.000,00	0,00	(1.056.278,20)
Transferência da SEDEF PR - Aquisiçao de Veículo	0,00	0,00	107.065,00	0,00	0,00	0,00	(107.065,00)	0,00	0,00	(107.065,00)
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - SECID - CONV	67,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,00	0,00	0,00	67,00
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	197.016,83	0,00	58,27	0,00	0,00	0,00	196.958,56	0,00	0,00	196.958,56
Receitas de Alienações de Ativos	23.956,88	0,00	5.095,00	0,00	0,00	0,00	18.861,88	0,00	0,00	18.861,88
Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	1.941,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.941,10	0,00	0,00	1.941,10
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não	164.220,19	0,00	30.405,38	0,00	0,00	0,00	133.814,81	75.000,00	0,00	58.814,81
COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	10.519,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.519,53	0,00	0,00	10.519,53

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Taxas - Exercício Poder de Polícia	87.416,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.416,58	0,00	0,00	87.416,58
FAMILIA PARANAENSE	6,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,10	0,00	0,00	6,10
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS -	3,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,53	0,00	0,00	3,53
Taxas - Prestação de Serviços	31.844,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.844,08	0,00	0,00	31.844,08
Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado no Fundo	5.142,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,00	0,00	0,00	5.142,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	6.132.912,33	0,00	367.764,20	0,00	188.839,38	0,00	5.576.308,75	1.634.471,32	0,00	3.941.837,43
TOTAL (III) = (I + II)	7.429.166,59	3.788,39	602.668,59	0,00	188.839,38	0,00	6.633.870,23	1.634.471,32	0,00	4.999.398,91
AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***			***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***						
Prefeito	Contador			Controlador Interno						
	CRC: 066669/O-6									
Entidades:										
Município de Manfrinópolis										

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:8BEB6C2F

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF DEMONSTRATIVO PARCERIAS PUBLICO PRIVADA - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2025		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts.		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	32.010.248,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	*ISABEL CAROLINA MOCHNACZ*	*JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE*
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:F79F46FE

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF DESPESA COM PESSOAL 02 SEM 2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	779.906,17	855.719,59	892.444,66	898.565,78	909.082,52	917.109,01	943.643,30	964.444,08	960.678,26	958.893,11	968.252,15	1.936.819,35	11.985.557,98	0,00
Pessoal Ativo	759.647,30	835.460,72	871.219,86	877.340,98	887.857,72	895.884,21	922.418,50	943.219,28	939.453,46	937.668,31	947.027,35	1.915.594,55	11.732.792,24	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	663.446,47	731.301,74	760.089,23	764.586,45	774.931,92	780.797,90	805.435,97	824.364,35	820.578,35	818.075,25	825.808,87	1.669.795,15	10.239.211,65	0,00
Obrigações Patronais	96.200,83	104.158,98	111.130,63	112.754,53	112.925,80	115.086,31	116.982,53	118.854,93	118.875,11	119.593,06	121.218,48	245.799,40	1.493.580,59	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	20.258,87	20.258,87	21.224,80	21.224,80	21.224,80	21.224,80	21.224,80	21.224,80	21.224,80	21.224,80	21.224,80	21.224,80	252.765,74	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.334,70	2.341,88	2.303,41	2.303,92	2.304,94	2.305,92	2.300,98	2.308,19	18.503,94	0,00
Indenizações por Demissão e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.334,70	2.341,88	2.303,41	2.303,92	2.304,94	2.305,92	2.300,98	2.308,19	18.503,94	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	779.906,17	855.719,59	892.444,66	898.565,78	906.747,82	914.767,13	941.339,89	962.140,16	958.373,32	956.587,19	965.951,17	1.934.511,16	11.967.054,04	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.010.248,61	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	850.000,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	31.160.248,61	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	11.967.054,04	38,4%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.826.534,25	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	15.985.207,54	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	15.143.880,82	48,6%
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		
AMARILDO ALVES CARNEIRO	***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***	***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:DA48E2F3

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF DESPESA FUNCAO SUBFUNCAO - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	39.659.340,00	58.394.125,64	8.465.085,84	40.076.146,50	100,00	18.317.979,14	7.796.870,58	38.441.675,18	100,00	19.952.450,46	1.634.471,32
ADMINISTRAÇÃO	3.938.841,00	3.728.124,45	692.630,30	3.092.320,74	7,72	635.803,71	692.630,30	3.092.320,74	8,04	635.803,71	0,00
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	203.643,00	272.643,00	39.201,09	216.322,45	0,54	56.320,55	39.201,09	216.322,45	0,56	56.320,55	0,00
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	625.445,00	635.445,00	140.937,41	509.165,59	1,27	126.279,41	140.937,41	509.165,59	1,32	126.279,41	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.876.102,00	2.601.385,45	487.566,28	2.263.873,93	5,65	337.511,52	487.566,28	2.263.873,93	5,89	337.511,52	0,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	233.651,00	218.651,00	24.925,52	102.958,77	0,26	115.692,23	24.925,52	102.958,77	0,27	115.692,23	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.219.221,10	4.963.405,11	633.204,31	2.432.060,55	6,07	2.531.344,56	633.204,31	2.432.060,55	6,33	2.531.344,56	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.000,00	11.000,00	7.825,20	9.829,11	0,02	1.170,89	7.825,20	9.829,11	0,03	1.170,89	0,00
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	261.000,00	389.581,59	33.358,45	231.209,62	0,58	158.371,97	33.358,45	231.209,62	0,60	158.371,97	0,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	507.000,00	2.779.583,80	192.033,02	678.295,46	1,69	2.101.288,34	192.033,02	678.295,46	1,76	2.101.288,34	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.440.221,10	1.733.239,72	399.987,64	1.463.727,14	3,65	269.512,58	399.987,64	1.463.727,14	3,81	269.512,58	0,00
HABITAÇÃO URBANA	0,00	50.000,00	0,00	48.999,22	0,12	1.000,78	0,00	48.999,22	0,13	1.000,78	0,00
SAÚDE	8.915.980,50	11.694.056,47	1.609.791,91	8.378.720,53	20,91	3.315.335,94	1.633.149,97	8.378.720,53	21,80	3.315.335,94	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	8.689.589,50	11.457.665,47	1.593.074,84	8.319.877,67	20,76	3.137.787,80	1.616.432,90	8.319.877,67	21,64	3.137.787,80	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	73.205,00	73.205,00	0,00	0,00	0,00	73.205,00	0,00	0,00	0,00	73.205,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	153.186,00	163.186,00	16.717,07	58.842,86	0,15	104.343,14	16.717,07	58.842,86	0,15	104.343,14	0,00
EDUCAÇÃO	10.079.351,40	10.730.363,24	1.431.348,65	6.988.459,20	17,44	3.741.904,04	1.431.348,65	6.988.459,20	18,18	3.741.904,04	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	140.331,80	35.869,21	93.942,43	0,23	46.389,37	35.869,21	93.942,43	0,24	46.389,37	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	6.427.282,40	6.803.920,46	1.248.972,92	5.442.595,72	13,58	1.361.324,74	1.248.972,92	5.442.595,72	14,16	1.361.324,74	0,00
ENSINO MÉDIO	34.606,00	34.606,00	30.500,00	30.500,00	0,08	4.106,00	30.500,00	30.500,00	0,08	4.106,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	3.577.533,00	3.711.574,98	116.006,52	1.393.921,05	3,48	2.317.653,93	116.006,52	1.393.921,05	3,63	2.317.653,93	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	39.930,00	39.930,00	0,00	27.500,00	0,07	12.430,00	0,00	27.500,00	0,07	12.430,00	0,00
CULTURA	184.357,00	329.451,43	117.719,43	266.579,55	0,67	62.871,88	117.719,43	266.579,55	0,69	62.871,88	0,00
DIFUSÃO CULTURAL	184.357,00	329.451,43	117.719,43	266.579,55	0,67	62.871,88	117.719,43	266.579,55	0,69	62.871,88	0,00
URBANISMO	2.227.906,00	5.033.223,25	752.671,49	4.074.699,97	10,17	958.523,28	263.200,17	3.585.228,65	9,33	1.447.994,60	489.471,32
INFRA-ESTRUTURA URBANA	585.000,00	3.267.449,02	489.471,32	2.512.969,45	6,27	754.479,57	0,00	2.023.498,13	5,26	1.243.950,89	489.471,32
SERVIÇOS URBANOS	1.642.906,00	1.765.774,23	263.200,17	1.561.730,52	3,90	204.043,71	263.200,17	1.561.730,52	4,06	204.043,71	0,00
SANEAMENTO	814.000,00	1.209.715,77	91.701,46	353.374,64	0,88	856.341,13	91.701,46	353.374,64	0,92	856.341,13	0,00
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
ABASTECIMENTO	614.000,00	1.009.715,77	91.701,46	353.374,64	0,88	656.341,13	91.701,46	353.374,64	0,92	656.341,13	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	416.000,00	471.000,00	110.796,93	410.135,79	1,02	60.864,21	110.796,93	410.135,79	1,07	60.864,21	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	416.000,00	471.000,00	110.796,93	410.135,79	1,02	60.864,21	110.796,93	410.135,79	1,07	60.864,21	0,00
AGRICULTURA	1.968.146,00	7.004.713,08	1.899.235,98	6.591.196,27	16,45	413.516,81	1.586.233,98	5.446.196,27	14,17	1.558.516,81	1.145.000,00
EXTENSÃO RURAL	1.823.726,00	6.506.593,08	1.843.491,59	6.119.205,99	15,27	387.387,09	1.530.489,59	4.974.205,99	12,94	1.532.387,09	1.145.000,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	0,00	353.700,00	0,00	351.700,00	0,88	2.000,00	0,00	351.700,00	0,91	2.000,00	0,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)		
DEFESA AGROPECUÁRIA	144.420,00	144.420,00	55.744,39	120.290,28	0,30	24.129,72	55.744,39	120.290,28	0,31	24.129,72	0,00
INDÚSTRIA	50.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,25	0,00	0,00	100.000,00	0,26	0,00	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	50.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,25	0,00	0,00	100.000,00	0,26	0,00	0,00
ENERGIA	223.860,00	252.860,00	13.739,85	47.776,74	0,12	205.083,26	13.739,85	47.776,74	0,12	205.083,26	0,00
ENERGIA ELÉTRICA	223.860,00	252.860,00	13.739,85	47.776,74	0,12	205.083,26	13.739,85	47.776,74	0,12	205.083,26	0,00
TRANSPORTE	6.351.977,00	10.563.657,84	934.516,41	6.280.865,74	15,67	4.282.792,10	934.516,41	6.280.865,74	16,34	4.282.792,10	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	870.300,00	2.200.319,00	235.461,21	1.217.942,39	3,04	982.376,61	235.461,21	1.217.942,39	3,17	982.376,61	0,00

TRANSPORTE RODOVIÁRIO	5.481.677,00	8.363.338,84	699.055,20	5.062.923,35	12,63	3.300.415,49	699.055,20	5.062.923,35	13,17	3.300.415,49	0,00
DESPORTO E LAZER	1.136.400,00	1.180.255,00	61.786,71	539.588,60	1,35	640.666,40	172.686,71	539.588,60	1,40	640.666,40	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	1.136.400,00	1.180.255,00	61.786,71	539.588,60	1,35	640.666,40	172.686,71	539.588,60	1,40	640.666,40	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.013.300,00	1.013.300,00	115.942,41	520.368,18	1,30	492.931,82	115.942,41	520.368,18	1,35	492.931,82	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	883.300,00	883.300,00	115.942,41	510.782,85	1,27	372.517,15	115.942,41	510.782,85	1,33	372.517,15	0,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	130.000,00	130.000,00	0,00	9.585,33	0,02	120.414,67	0,00	9.585,33	0,02	120.414,67	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I +	39.659.340,00	58.394.125,64	8.465.085,84	40.076.146,50	100,00	18.317.979,14	7.796.870,58	38.441.675,18	100,00	19.952.450,46	1.634.471,32
AMARILDO ALVES CARNEIRO				***ISABEL CAROLINA MOCHNACZ***			***JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE***				
Prefeito				Contador CRC: 066669/O-6			Controlador Interno				
Entidades:											
Município de Manfrinópolis											

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:666610A9

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RECEITA CORRENTE LIQUIDA - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão atualiza 2025
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.894.802,71	3.205.544,42	2.518.737,17	2.683.075,00	2.844.029,85	3.202.574,33	4.193.541,91	2.618.026,53	3.183.618,05	2.487.295,16	2.883.747,62	4.472.147,77	37.187.140,52	46.322.544,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	84.509,52	140.332,00	127.912,39	156.896,77	120.636,56	127.799,33	117.490,12	142.774,14	218.215,54	173.504,53	216.146,97	200.281,43	1.826.499,30	1.516.086,00
IPTU	3.504,04	2.178,90	986,73	3.155,24	1.997,54	817,84	1.540,91	727,85	1.029,06	17.241,65	39.287,79	11.642,23	84.109,78	267.410,00
ISS	26.102,75	74.340,99	56.504,46	61.398,52	52.831,24	54.302,98	53.597,82	69.455,60	56.362,33	53.300,23	68.984,97	67.670,33	694.852,22	440.000,00
ITBI	16.860,00	9.788,24	6.600,00	11.304,73	0,00	19.151,36	7.473,00	2.900,00	94.204,57	24.933,41	28.300,08	9.472,89	230.988,28	330.000,00
IRRF	29.540,37	44.414,44	61.517,19	79.439,95	64.414,44	52.080,94	54.402,30	69.168,49	63.095,39	63.972,94	77.555,19	109.755,61	769.357,25	338.200,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.502,36	9.609,43	2.304,01	1.598,33	1.393,34	1.446,21	476,09	522,20	3.524,19	14.056,30	2.018,94	1.740,37	47.191,77	140.476,00
Contribuições	6.182,83	6.801,67	6.022,98	7.336,17	6.660,68	6.780,64	6.391,72	3.331,29	1.112,04	642,63	1.009,13	1.504,61	53.776,39	79.860,00
Receita patrimonial	63.415,10	64.913,44	59.921,25	57.340,09	61.975,41	59.160,44	75.752,61	78.110,52	86.571,43	80.846,29	72.157,22	71.220,76	831.384,56	214.637,62
Rendimentos de Aplicação Financeira	63.415,10	64.913,44	59.921,25	57.340,09	61.975,41	59.160,44	75.752,61	78.110,52	86.571,43	80.846,29	72.157,22	71.220,76	831.384,56	181.637,62
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	8.196,00	86,06	168,00	0,00	2.778,52	1.210,50	0,00	0,00	0,00	462,00	819,00	1.071,00	14.791,08	335.000,00
Transferências correntes	2.732.499,26	2.964.251,71	2.324.712,55	2.461.501,97	2.639.275,28	3.007.623,42	3.978.630,27	2.379.172,66	2.877.719,04	2.231.839,71	2.593.615,30	4.197.918,56	34.388.759,73	44.176.960,42
Cota parte do FPM	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	21.279.404,00	28.160.000,00
Cota parte do ICMS	565.295,84	472.108,51	513.134,38	573.284,47	437.527,79	519.617,41	596.715,05	479.132,30	589.160,83	533.782,58	497.386,41	630.825,69	6.407.971,26	7.920.000,00
Cota parte do IPVA	186.421,33	36.456,19	44.359,52	56.191,18	35.475,09	12.095,95	17.784,30	18.709,39	7.941,60	8.925,77	3.625,79	11.420,55	439.406,66	605.000,00
Cota parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.620,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	6.442,23	7.292,64	7.941,90	7.456,53	7.244,18	8.246,90	7.075,67	7.815,88	8.288,58	7.948,79	7.856,28	9.516,34	93.125,92	108.900,00
Transferências do FUNDEB	217.429,99	173.210,77	157.430,68	175.249,32	150.875,00	160.477,91	153.303,54	142.753,40	139.956,97	186.317,44	163.058,30	194.707,52	2.014.770,84	2.420.000,00
Outras transferências correntes	184.551,20	165.259,81	212.364,19	237.369,80	207.009,91	457.163,62	1.259.263,29	232.425,67	230.923,82	219.631,26	188.212,44	559.906,04	4.154.081,05	4.936.440,42
Outras receitas correntes	0,00	29.159,54	0,00	0,00	12.703,40	0,00	15.277,19	14.637,92	0,00	0,00	0,00	151,41	71.929,46	0,00
DEDUÇÕES (II)	466.103,58	525.156,18	390.983,48	409.776,52	456.278,00	477.996,82	351.447,52	400.798,67	363.029,22	365.178,15	448.468,88	521.674,89	5.176.891,91	7.012.104,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	466.103,58	525.156,18	390.983,48	409.776,52	456.278,00	477.996,82	351.447,52	400.798,67	363.029,22	365.178,15	448.468,88	521.674,89	5.176.891,91	7.012.104,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.428.699,13	2.680.388,24	2.127.753,69	2.273.298,48	2.387.751,85	2.724.577,51	3.842.094,39	2.217.227,86	2.820.588,83	2.122.117,01	2.435.278,74	3.950.472,88	32.010.248,61	39.310.440,04

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.428.699,13	2.680.388,24	2.127.753,69	2.273.298,48	2.387.751,85	2.724.577,51	3.842.094,39	2.217.227,86	2.820.588,83	2.122.117,01	2.435.278,74	3.950.472,88	32.010.248,61	39.310.440,04
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.000,00	1.455.000,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	2.428.699,13	2.680.388,24	2.127.753,69	2.273.298,48	2.387.751,85	2.724.577,51	2.992.094,39	2.217.227,86	2.820.588,83	2.122.117,01	2.435.278,74	3.950.472,88	31.160.248,61	37.855.440,04

AMARILDO ALVES CARNEIRO	*ISABEL CAROLINA MOCHNACZ*	*JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE*
Prefeito	Contador CRC: 066669/O-6	Controlador Interno
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:7E1D7157

EXECUTIVO MUNICIPAL
LRF RESTOS PAGAR - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) -**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**186.493,87**	**2.178.882,48**	**2.126.894,77**	**234.693,19**	**3.788,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.788,39**
EXECUTIVO												
Município de Manfrinópolis	**186.493,87**	**2.178.882,48**	**2.126.894,77**	**234.693,19**	**3.788,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.788,39**
Executivo Municipal	122,14	4.542,77	4.542,77	122,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	301,32	37.645,44	37.645,44	301,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Planejamento	143,00	9.750,37	9.750,37	143,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	152.851,76	41.079,72	41.079,72	152.851,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Sáude/Fundo Municipal de	15,00	162.133,83	162.126,17	22,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	1.737,89	166.109,38	165.864,37	245,01	1.737,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.737,89
Secretaria Municipal de Interior	11.147,04	744.318,79	710.168,79	45.297,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Agricultura e Sanidade	6.235,19	37.227,36	37.227,36	4.184,73	2.050,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050,46
Secretaria Municipal de Urbanismo	13.940,53	812.237,01	794.651,97	31.525,53	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04
Secretaria Municipal de Esportes e Turismo	0,00	112.531,48	112.531,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e	0,00	51.306,33	51.306,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) =	**186.493,87**	**2.178.882,48**	**2.126.894,77**	**234.693,19**	**3.788,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.788,39**

AMARILDO ALVES CARNEIRO	*ISABEL CAROLINA MOCHNACZ*	*JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE*
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:CA700856

EXECUTIVO MUNICIPAL
RPT LRF DEMONSTRATIVO RECEITA E DESPESAS - 6º BIM.2025 - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.325.610,00	1.375.610,00	1.779.307,53	129,35
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	267.410,00	267.410,00	84.109,78	31,45
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	330.000,00	330.000,00	230.988,28	70,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	440.000,00	440.000,00	694.852,22	157,92
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	288.200,00	338.200,00	769.357,25	227,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.060.520,00	35.060.520,00	25.884.460,03	73,83
Cota-Parte FPM	26.400.000,00	26.400.000,00	18.943.956,19	71,76
Cota-Parte ITR	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	605.000,00	605.000,00	439.406,66	72,63
Cota-Parte ICMS	7.920.000,00	7.920.000,00	6.407.971,26	80,91
Cota-Parte IPI-Exportação	108.900,00	108.900,00	93.125,92	85,52
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	36.386.130,00	36.436.130,00	27.663.767,56	75,92

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.007.453,50	5.984.453,50	4.719.132,20	78,86	4.719.132,20	78,86	4.681.536,92	78,23	0,00
Despesas Correntes	5.738.972,00	5.715.972,00	4.672.114,63	81,74	4.672.114,63	81,74	4.634.519,35	81,08	0,00
Despesas de Capital	268.481,50	268.481,50	47.017,57	17,51	47.017,57	17,51	47.017,57	17,51	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	53.240,00	53.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	53.240,00	53.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	118.580,00	128.580,00	55.911,86	43,48	55.911,86	43,48	55.386,61	43,08	0,00
Despesas Correntes	111.925,00	121.925,00	55.911,86	45,86	55.911,86	45,86	55.386,61	45,43	0,00
Despesas de Capital	6.655,00	6.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	6.179.273,50	6.166.273,50	4.775.044,06	77,44	4.775.044,06	77,44	4.736.923,53	76,82	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.775.044,06	4.775.044,06	4.736.923,53
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.775.044,06	4.775.044,06	4.736.923,53
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.149.565,13
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	625.478,93	625.478,93	587.358,40

Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	17,26	17,26	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2025	4.149.565,1	4.775.044,0	625.478,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.411,66	625.478,93
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	7.411,66	7.411,66	7.411,66	-7.411,66
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.416.707,00	3.752.344,71	2.941.006,77	78,38
Proveniente da União	1.788.100,00	3.036.100,00	2.108.048,27	69,43
Proveniente dos Estados	628.607,00	716.244,71	832.958,50	116,30
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	195.243,17	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.416.707,00	3.752.344,71	3.136.249,94	83,58

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS							
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.224.900,00	4.985.975,97	3.344.504,87	67,08	3.344.504,87	67,08	3.344.446,60	67,08	0,00	
Despesas Correntes	1.803.900,00	4.371.900,00	2.988.108,20	68,35	2.988.108,20	68,35	2.988.049,93	68,35	0,00	
Despesas de Capital	421.000,00	614.075,97	356.396,67	58,04	356.396,67	58,04	356.396,67	58,04	0,00	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	19.965,00	19.965,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	19.965,00	19.965,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	34.606,00	34.606,00	2.931,00	8,47	2.931,00	8,47	2.931,00	8,47	0,00	
Despesas Correntes	34.606,00	34.606,00	2.931,00	8,47	2.931,00	8,47	2.931,00	8,47	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO	2.279.471,00	5.040.546,97	3.347.435,87	66,41	3.347.435,87	66,41	3.347.377,60	66,41	0,00	
CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)										

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.232.353,50	10.970.429,47	8.063.637,07	73,50	8.063.637,07	73,50	8.025.983,52	73,16	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	73.205,00	73.205,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	153.186,00	163.186,00	58.842,86	36,06	58.842,86	36,06	58.317,61	35,74	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	8.458.744,50	11.206.820,47	8.122.479,93	72,48	8.122.479,93	72,48	8.084.301,13	72,14	0,00

AMARILDO ALVES CARNEIRO	*ISABEL CAROLINA MOCHNACZ*	*JAXIELE JUCHNESKI TAVARES FREIRE*
Prefeito	Contador	Controlador Interno
	CRC: 066669/O-6	
Entidades:		
Município de Manfrinópolis		

Publicado por:
Isabel Carolina Mochnacz
Código Identificador:FD17484B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RREO ANEXO II - 1º BIM

CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA										
CONSÓRCIO PÚBLICO										
ESTADO DO PARANÁ										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO										
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R$ 1,00
Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/totalb)		No Periodo	Até o Periodo (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.344.858,93	100,00	10.599.768,39	1.690.182,70	1.690.182,70	100,00	11.254.444,62
SAÚDE	11.730.181,08	12.826.140,64	2.344.858,93	2.344.858,93	100,00	10.481.281,71	1.690.182,70	1.690.182,70	100,00	11.135.957,94
Administração Geral	3.751.591,52	4.182.217,52	382.261,60	382.261,60	16,30	3.799.955,92	292.836,97	292.836,97	17,33	3.889.380,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.978.589,56	8.643.923,12	1.962.597,33	1.962.597,33	83,70	6.681.325,79	1.397.345,73	1.397.345,73	82,67	7.246.577,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68
Reserva de Contingência geral	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68
TOTAL	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.344.858,93	100,00	10.599.768,39	1.690.182,70	1.690.182,70	100,00	11.254.444,62
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA, emitido em 30/mar/2026 as 13h e 49m.										
RODRIGO SOARES										
Chefe Do Depto De Contabilidade										

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:957964CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
DESPESA FUNCAO SUBFUNCAO JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS- CIRES											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	101.042,02	101.042,02	138,00	138,00	100,00	100.904,02	138,00	138,00	100,00	100.904,02
SANEAMENTO	100.041,60	100.041,60	138,00	138,00	100,00	99.903,60	138,00	138,00	100,00	99.903,60
ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.041,60	100.041,60	138,00	138,00	100,00	99.903,60	138,00	138,00	100,00	99.903,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,42	1.000,42	0,00	0,00	0,00	1.000,42	0,00	0,00	0,00	1.000,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,42	1.000,42	0,00	0,00	0,00	1.000,42	0,00	0,00	0,00	1.000,42
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	101.042,02	101.042,02	138,00	138,00	100,00	100.904,02	138,00	138,00	100,00	100.904,02
Entidades:											
Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos- CIRES											

Publicado por:
Manoel Sabino de Lemos Neto
Código Identificador:E54BF9D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.441.810,00	2.441.810,00	515.632,13	21,12
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	110.080,00	110.080,00	3.970,25	3,61
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	310.250,00	310.250,00	90.056,33	29,03
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	807.760,00	807.760,00	303.221,04	37,54
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.213.720,00	1.213.720,00	118.384,51	9,75
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	46.322.130,00	46.322.130,00	7.647.538,92	16,51
Cota-Parte FPM	26.395.560,00	26.395.560,00	3.999.788,91	15,15
Cota-Parte ITR	304.890,00	304.890,00	27.231,03	8,93
Cota-Parte IPVA	1.387.000,00	1.387.000,00	233.560,90	16,84
Cota-Parte ICMS	17.850.000,00	17.850.000,00	3.336.688,38	18,69
Cota-Parte IPI-Exportação	300.810,00	300.810,00	50.269,70	16,71
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	83.870,00	83.870,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	48.763.940,00	48.763.940,00	8.163.171,05	16,74

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS

SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	8.720.611,00	8.720.611,00	2.257.682,14	25,89	1.796.862,06	20,60	1.084.847,86	12,44
Despesas Correntes	8.555.611,00	8.555.611,00	2.255.592,14	26,36	1.796.862,06	21,00	1.084.847,86	12,68
Despesas de Capital	165.000,00	165.000,00	2.090,00	1,27	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	8.875.611,00	8.875.611,00	2.257.682,14	25,44	1.796.862,06	20,24	1.084.847,86	12,22

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.257.682,14	1.796.862,06	1.084.847,86
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.257.682,14	1.796.862,06	1.084.847,86
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			1.224.475,66
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.033.206,48	572.386,40	(139.627,80)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	27,66	22,01	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2026	1.224.475,66	2.257.682,14	1.033.206,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.206,48
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.656.280,00	1.766.980,00	266.345,56	15,07
Proveniente da União	1.384.560,00	1.495.260,00	266.345,56	17,81
Proveniente dos Estados	271.720,00	271.720,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	212.090,00	212.090,00	38.718,63	18,26
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.868.370,00	1.979.070,00	305.064,19	15,41

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.526.100,00	2.636.800,00	807.768,22	30,63	296.289,51	11,24	220.060,00	8,35
Despesas Correntes	2.456.170,00	2.566.870,00	807.768,22	31,47	296.289,51	11,54	220.060,00	8,57
Despesas de Capital	69.930,00	69.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	72.170,00	72.170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	17.170,00	17.170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.648.270,00	2.758.970,00	807.768,22	29,28	296.289,51	10,74	220.060,00	7,98

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	11.246.711,0	11.357.411,0	3.065.450,36	26,99	2.093.151,57	18,43	1.304.907,86	11,49
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	137.170,00	137.170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	11.523.881,0	11.634.581,0	3.065.450,36	26,35	2.093.151,57	17,99	1.304.907,86	11,22
Entidades:								
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu								
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu								
Município de Reserva do Iguaçu								

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:6100ABC9

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
BALANÇO ORÇAMENTARIO - DESPESA

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	66.874.258,00	91.247.665,67	17.498.229,58	17.498.229,58	73.749.436,09	9.349.787,53	9.349.787,53	81.897.878,14	6.449.148,63
DESPESAS CORRENTES	58.958.487,56	59.225.487,93	13.009.444,33	13.009.444,33	46.216.043,60	8.529.402,50	8.529.402,50	50.696.085,43	5.637.263,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.667.130,00	32.667.130,00	5.473.743,94	5.473.743,94	27.193.386,06	5.473.743,94	5.473.743,94	27.193.386,06	3.067.227,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	250.000,00	88.607,66	88.607,66	161.392,34	88.607,66	88.607,66	161.392,34	88.607,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.041.357,56	26.308.357,93	7.447.092,73	7.447.092,73	18.861.265,20	2.967.050,90	2.967.050,90	23.341.307,03	2.481.428,56
DESPESAS DE CAPITAL	6.963.559,00	31.069.966,30	4.488.785,25	4.488.785,25	26.581.181,05	820.385,03	820.385,03	30.249.581,27	811.885,03
INVESTIMENTOS	5.378.559,00	29.484.966,30	4.240.868,11	4.240.868,11	25.244.098,19	630.010,01	630.010,01	28.854.956,29	621.510,01
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.585.000,00	1.585.000,00	247.917,14	247.917,14	1.337.082,86	190.375,02	190.375,02	1.394.624,98	190.375,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	952.211,44	952.211,44	0,00	0,00	952.211,44	0,00	0,00	952.211,44	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	3.688.240,00	3.688.240,00	623.174,79	623.174,79	3.065.065,21	623.174,79	623.174,79	3.065.065,21	380.565,88
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	70.562.498,00	94.935.905,67	18.121.404,37	18.121.404,37	76.814.501,30	9.972.962,32	9.972.962,32	84.962.943,35	6.829.714,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	70.562.498,00	94.935.905,67	18.121.404,37	18.121.404,37	76.814.501,30	9.972.962,32	9.972.962,32	84.962.943,35	6.829.714,51
RESERVA DO RPPS	6.500.000,00	6.500.000,00	0,00	0,00	6.500.000,00	0,00	0,00	6.500.000,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	6.500.000,00	5.599.869,11	0,00	0,00	5.599.869,11	4.574.828,70	4.574.828,70	1.025.040,41	7.718.076,51
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	77.062.498,00	100.535.774,78	18.121.404,37	18.121.404,37	82.414.370,41	14.547.791,02	14.547.791,02	85.987.983,76	14.547.791,02
Entidades:									
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu									
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu									
Município de Reserva do Iguaçu									

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:FF11B7D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DESPESA POR FUNÇÃO

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026									
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	73.374.258,00	97.747.665,67	17.498.229,58	17.498.229,58	96,56	80.249.436,09	9.349.787,53	9.349.787,53	93,75	88.397.878,14
LEGISLATIVA	3.400.000,00	3.400.000,00	378.190,96	378.190,96	2,09	3.021.809,04	328.220,87	328.220,87	3,29	3.071.779,13
AÇÃO LEGISLATIVA	3.400.000,00	3.400.000,00	378.190,96	378.190,96	2,09	3.021.809,04	328.220,87	328.220,87	3,29	3.071.779,13
ADMINISTRAÇÃO	7.639.346,00	7.639.346,00	1.437.075,52	1.437.075,52	7,93	6.202.270,48	1.128.336,22	1.128.336,22	11,31	6.511.009,78
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.593.632,00	5.593.632,00	1.162.933,50	1.162.933,50	6,42	4.430.698,50	890.927,21	890.927,21	8,93	4.702.704,79
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.975.714,00	1.975.714,00	273.442,02	273.442,02	1,51	1.702.271,98	237.409,01	237.409,01	2,38	1.738.304,99
TURISMO	70.000,00	70.000,00	700,00	700,00	0,00	69.300,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.569.950,00	4.226.852,96	703.907,44	703.907,44	3,88	3.522.945,52	494.798,54	494.798,54	4,96	3.732.054,42
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	70.000,00	77.233,43	0,00	0,00	0,00	77.233,43	0,00	0,00	0,00	77.233,43
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	166.000,00	513.664,65	54.502,57	54.502,57	0,30	459.162,08	14.064,47	14.064,47	0,14	499.600,18
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.333.950,00	3.635.954,88	649.404,87	649.404,87	3,58	2.986.550,01	480.734,07	480.734,07	4,82	3.155.220,81
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.578.000,00	6.578.000,00	770.353,99	770.353,99	4,25	5.807.646,01	642.246,55	642.246,55	6,44	5.935.753,45

PREVIDÊNCIA BÁSICA	187.000,00	187.000,00	70.000,00	70.000,00	0,39	117.000,00	12.457,88	12.457,88	0,12	174.542,12
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	6.391.000,00	6.391.000,00	700.353,99	700.353,99	3,86	5.690.646,01	629.788,67	629.788,67	6,31	5.761.211,33
SAÚDE	11.203.881,00	11.314.581,00	2.978.614,17	2.978.614,17	16,44	8.335.966,83	1.985.308,02	1.985.308,02	19,91	9.329.272,98
ATENÇÃO BÁSICA	10.926.711,00	11.037.411,00	2.978.614,17	2.978.614,17	16,44	8.058.796,83	1.985.308,02	1.985.308,02	19,91	9.052.102,98
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	137.170,00	137.170,00	0,00	0,00	0,00	137.170,00	0,00	0,00	0,00	137.170,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
EDUCAÇÃO	16.479.219,00	16.592.554,00	3.086.126,29	3.086.126,29	17,03	13.506.427,71	2.001.402,72	2.001.402,72	20,07	14.591.151,28
ADMINISTRAÇÃO GERAL	665.000,00	665.000,00	88.252,31	88.252,31	0,49	576.747,69	63.863,49	63.863,49	0,64	601.136,51
ENSINO FUNDAMENTAL	10.601.719,00	10.715.054,00	1.905.026,60	1.905.026,60	10,51	8.810.027,40	1.042.867,60	1.042.867,60	10,46	9.672.186,40
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.032.500,00	4.032.500,00	973.479,25	973.479,25	5,37	3.059.020,75	790.627,50	790.627,50	7,93	3.241.872,50
EDUCAÇÃO ESPECIAL	615.000,00	615.000,00	106.967,21	106.967,21	0,59	508.032,79	93.743,21	93.743,21	0,94	521.256,79
DIFUSÃO CULTURAL	565.000,00	565.000,00	12.400,92	12.400,92	0,07	552.599,08	10.300,92	10.300,92	0,10	554.699,08
CULTURA	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
URBANISMO	6.645.910,56	29.696.063,45	5.490.502,80	5.490.502,80	30,30	24.205.560,65	1.158.572,74	1.158.572,74	11,62	28.537.490,71
ADMINISTRAÇÃO GERAL	595.000,00	595.000,00	43.711,98	43.711,98	0,24	551.288,02	32.905,45	32.905,45	0,33	562.094,55
INFRA-ESTRUTURA URBANA	230.000,00	230.000,00	546,98	546,98	0,00	229.453,02	546,98	546,98	0,01	229.453,02
SERVIÇOS URBANOS	5.220.910,56	5.220.910,56	1.808.448,03	1.808.448,03	9,98	3.412.462,53	1.123.764,87	1.123.764,87	11,27	4.097.145,69
LAZER	600.000,00	23.650.152,89	3.637.795,81	3.637.795,81	20,07	20.012.357,08	1.355,44	1.355,44	0,01	23.648.797,45
GESTÃO AMBIENTAL	4.199.000,00	4.199.000,00	1.450.600,12	1.450.600,12	8,00	2.748.399,88	859.108,77	859.108,77	8,61	3.339.891,23
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	4.199.000,00	4.199.000,00	1.450.600,12	1.450.600,12	8,00	2.748.399,88	859.108,77	859.108,77	8,61	3.339.891,23
AGRICULTURA	1.730.740,00	1.816.493,89	633.714,86	633.714,86	3,50	1.182.779,03	254.431,36	254.431,36	2,55	1.562.062,53
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	1.730.740,00	1.816.493,89	633.714,86	633.714,86	3,50	1.182.779,03	254.431,36	254.431,36	2,55	1.562.062,53
COMÉRCIO E SERVIÇOS	655.000,00	655.000,00	59.902,10	59.902,10	0,33	595.097,90	42.135,91	42.135,91	0,42	612.864,09
CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
PROMOÇÃO COMERCIAL	655.000,00	655.000,00	59.902,10	59.902,10	0,33	595.097,90	42.135,91	42.135,91	0,42	612.864,09
COMUNICAÇÕES	65.000,00	65.000,00	2.897,87	2.897,87	0,02	62.102,13	2.897,87	2.897,87	0,03	62.102,13
ADMINISTRAÇÃO GERAL	65.000,00	65.000,00	2.897,87	2.897,87	0,02	62.102,13	2.897,87	2.897,87	0,03	62.102,13
DESPORTO E LAZER	789.000,00	1.143.679,30	150.887,72	150.887,72	0,83	992.791,58	96.872,22	96.872,22	0,97	1.046.807,08
DESPORTO COMUNITÁRIO	789.000,00	1.143.679,30	150.887,72	150.887,72	0,83	992.791,58	96.872,22	96.872,22	0,97	1.046.807,08
ENCARGOS ESPECIAIS	2.757.000,00	2.758.883,63	355.455,74	355.455,74	1,96	2.403.427,89	355.455,74	355.455,74	3,56	2.403.427,89
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	750.000,00	750.000,00	266.524,80	266.524,80	1,47	483.475,20	266.524,80	266.524,80	2,67	483.475,20
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.007.000,00	2.008.883,63	88.930,94	88.930,94	0,49	1.919.952,69	88.930,94	88.930,94	0,89	1.919.952,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.452.211,44	7.452.211,44	0,00	0,00	0,00	7.452.211,44	0,00	0,00	0,00	7.452.211,44
RESERVA DO RPPS	6.500.000,00	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	6.500.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	952.211,44	952.211,44	0,00	0,00	0,00	952.211,44	0,00	0,00	0,00	952.211,44
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.688.240,00	3.688.240,00	623.174,79	623.174,79	3,44	3.065.065,21	623.174,79	623.174,79	6,25	3.065.065,21
TOTAL III = (I + II)	77.062.498,00	101.435.905,67	18.121.404,37	18.121.404,37	100,00	83.314.501,30	9.972.962,32	9.972.962,32	100,00	91.462.943,35
Entidades:										
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu										
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu										
Município de Reserva do Iguaçu										
Conjunto de informações em tempo real,atualizados até 27/03/2026 14:21										

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:DF604A2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	73.374.258,00	97.747.665,67	17.498.229,58	17.498.229,58	96,56	80.249.436,09	9.349.787,53	9.349.787,53	93,75	88.397.878,14
LEGISLATIVA	3.400.000,00	3.400.000,00	378.190,96	378.190,96	2,09	3.021.809,04	328.220,87	328.220,87	3,29	3.071.779,13
AÇÃO LEGISLATIVA	3.400.000,00	3.400.000,00	378.190,96	378.190,96	2,09	3.021.809,04	328.220,87	328.220,87	3,29	3.071.779,13
ADMINISTRAÇÃO	7.639.346,00	7.639.346,00	1.437.075,52	1.437.075,52	7,93	6.202.270,48	1.128.336,22	1.128.336,22	11,31	6.511.009,78
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.593.632,00	5.593.632,00	1.162.933,50	1.162.933,50	6,42	4.430.698,50	890.927,21	890.927,21	8,93	4.702.704,79
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.975.714,00	1.975.714,00	273.442,02	273.442,02	1,51	1.702.271,98	237.409,01	237.409,01	2,38	1.738.304,99
TURISMO	70.000,00	70.000,00	700,00	700,00	0,00	69.300,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.569.950,00	4.226.852,96	703.907,44	703.907,44	3,88	3.522.945,52	494.798,54	494.798,54	4,96	3.732.054,42
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	70.000,00	77.233,43	0,00	0,00	0,00	77.233,43	0,00	0,00	0,00	77.233,43
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	166.000,00	513.664,65	54.502,57	54.502,57	0,30	459.162,08	14.064,47	14.064,47	0,14	499.600,18
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.333.950,00	3.635.954,88	649.404,87	649.404,87	3,58	2.986.550,01	480.734,07	480.734,07	4,82	3.155.220,81
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.578.000,00	6.578.000,00	770.353,99	770.353,99	4,25	5.807.646,01	642.246,55	642.246,55	6,44	5.935.753,45
PREVIDÊNCIA BÁSICA	187.000,00	187.000,00	70.000,00	70.000,00	0,39	117.000,00	12.457,88	12.457,88	0,12	174.542,12
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	6.391.000,00	6.391.000,00	700.353,99	700.353,99	3,86	5.690.646,01	629.788,67	629.788,67	6,31	5.761.211,33
SAÚDE	11.203.881,00	11.314.581,00	2.978.614,17	2.978.614,17	16,44	8.335.966,83	1.985.308,02	1.985.308,02	19,91	9.329.272,98
ATENÇÃO BÁSICA	10.926.711,00	11.037.411,00	2.978.614,17	2.978.614,17	16,44	8.058.796,83	1.985.308,02	1.985.308,02	19,91	9.052.102,98
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	137.170,00	137.170,00	0,00	0,00	0,00	137.170,00	0,00	0,00	0,00	137.170,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
EDUCAÇÃO	16.479.219,00	16.592.554,00	3.086.126,29	3.086.126,29	17,03	13.506.427,71	2.001.402,72	2.001.402,72	20,07	14.591.151,28
ADMINISTRAÇÃO GERAL	665.000,00	665.000,00	88.252,31	88.252,31	0,49	576.747,69	63.863,49	63.863,49	0,64	601.136,51
ENSINO FUNDAMENTAL	10.601.719,00	10.715.054,00	1.905.026,60	1.905.026,60	10,51	8.810.027,40	1.042.867,60	1.042.867,60	10,46	9.672.186,40
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.032.500,00	4.032.500,00	973.479,25	973.479,25	5,37	3.059.020,75	790.627,50	790.627,50	7,93	3.241.872,50
EDUCAÇÃO ESPECIAL	615.000,00	615.000,00	106.967,21	106.967,21	0,59	508.032,79	93.743,21	93.743,21	0,94	521.256,79
DIFUSÃO CULTURAL	565.000,00	565.000,00	12.400,92	12.400,92	0,07	552.599,08	10.300,92	10.300,92	0,10	554.699,08
CULTURA	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
URBANISMO	6.645.910,56	29.696.063,45	5.490.502,80	5.490.502,80	30,30	24.205.560,65	1.158.572,74	1.158.572,74	11,62	28.537.490,71
ADMINISTRAÇÃO GERAL	595.000,00	595.000,00	43.711,98	43.711,98	0,24	551.288,02	32.905,45	32.905,45	0,33	562.094,55
INFRA-ESTRUTURA URBANA	230.000,00	230.000,00	546,98	546,98	0,00	229.453,02	546,98	546,98	0,01	229.453,02
SERVIÇOS URBANOS	5.220.910,56	5.220.910,56	1.808.448,03	1.808.448,03	9,98	3.412.462,53	1.123.764,87	1.123.764,87	11,27	4.097.145,69
LAZER	600.000,00	23.650.152,89	3.637.795,81	3.637.795,81	20,07	20.012.357,08	1.355,44	1.355,44	0,01	23.648.797,45
GESTÃO AMBIENTAL	4.199.000,00	4.199.000,00	1.450.600,12	1.450.600,12	8,00	2.748.399,88	859.108,77	859.108,77	8,61	3.339.891,23
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	4.199.000,00	4.199.000,00	1.450.600,12	1.450.600,12	8,00	2.748.399,88	859.108,77	859.108,77	8,61	3.339.891,23
AGRICULTURA	1.730.740,00	1.816.493,89	633.714,86	633.714,86	3,50	1.182.779,03	254.431,36	254.431,36	2,55	1.562.062,53
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	1.730.740,00	1.816.493,89	633.714,86	633.714,86	3,50	1.182.779,03	254.431,36	254.431,36	2,55	1.562.062,53
COMÉRCIO E SERVIÇOS	655.000,00	655.000,00	59.902,10	59.902,10	0,33	595.097,90	42.135,91	42.135,91	0,42	612.864,09
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
PROMOÇÃO COMERCIAL	655.000,00	655.000,00	59.902,10	59.902,10	0,33	595.097,90	42.135,91	42.135,91	0,42	612.864,09
COMUNICAÇÕES	65.000,00	65.000,00	2.897,87	2.897,87	0,02	62.102,13	2.897,87	2.897,87	0,03	62.102,13
ADMINISTRAÇÃO GERAL	65.000,00	65.000,00	2.897,87	2.897,87	0,02	62.102,13	2.897,87	2.897,87	0,03	62.102,13
DESPORTO E LAZER	789.000,00	1.143.679,30	150.887,72	150.887,72	0,83	992.791,58	96.872,22	96.872,22	0,97	1.046.807,08
DESPORTO COMUNITÁRIO	789.000,00	1.143.679,30	150.887,72	150.887,72	0,83	992.791,58	96.872,22	96.872,22	0,97	1.046.807,08
ENCARGOS ESPECIAIS	2.757.000,00	2.758.883,63	355.455,74	355.455,74	1,96	2.403.427,89	355.455,74	355.455,74	3,56	2.403.427,89
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	750.000,00	750.000,00	266.524,80	266.524,80	1,47	483.475,20	266.524,80	266.524,80	2,67	483.475,20
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.007.000,00	2.008.883,63	88.930,94	88.930,94	0,49	1.919.952,69	88.930,94	88.930,94	0,89	1.919.952,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.452.211,44	7.452.211,44	0,00	0,00	0,00	7.452.211,44	0,00	0,00	0,00	7.452.211,44
RESERVA DO RPPS	6.500.000,00	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	6.500.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	952.211,44	952.211,44	0,00	0,00	0,00	952.211,44	0,00	0,00	0,00	952.211,44
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.688.240,00	3.688.240,00	623.174,79	623.174,79	3,44	3.065.065,21	623.174,79	623.174,79	6,25	3.065.065,21
TOTAL III = (I + II)	77.062.498,00	101.435.905,67	18.121.404,37	18.121.404,37	100,00	83.314.501,30	9.972.962,32	9.972.962,32	100,00	91.462.943,35

Entidades:

Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu

Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu

Município de Reserva do Iguaçu

Conjunto de informações em tempo real,
atualizados até 27/03/2026 14:21

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:2A731F07

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO INTRA

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.688.240,00	3.688.240,00	623.174,79	623.174,79	3,44	3.065.065,21	623.174,79	623.174,79	6,25	3.065.065,21
LEGISLATIVA	200.000,00	200.000,00	17.123,46	17.123,46	0,09	182.876,54	17.123,46	17.123,46	0,17	182.876,54
AÇÃO LEGISLATIVA	200.000,00	200.000,00	17.123,46	17.123,46	0,09	182.876,54	17.123,46	17.123,46	0,17	182.876,54
ADMINISTRAÇÃO	330.000,00	330.000,00	51.131,43	51.131,43	0,28	278.868,57	51.131,43	51.131,43	0,51	278.868,57
ADMINISTRAÇÃO GERAL	210.000,00	210.000,00	29.497,34	29.497,34	0,16	180.502,66	29.497,34	29.497,34	0,30	180.502,66
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	120.000,00	120.000,00	21.634,09	21.634,09	0,12	98.365,91	21.634,09	21.634,09	0,22	98.365,91
ASSISTÊNCIA SOCIAL	224.240,00	224.240,00	36.950,38	36.950,38	0,20	187.289,62	36.950,38	36.950,38	0,37	187.289,62
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	224.240,00	224.240,00	36.950,38	36.950,38	0,20	187.289,62	36.950,38	36.950,38	0,37	187.289,62
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
SAÚDE	740.000,00	740.000,00	138.982,00	138.982,00	0,77	601.018,00	138.982,00	138.982,00	1,39	601.018,00
ATENÇÃO BÁSICA	740.000,00	740.000,00	138.982,00	138.982,00	0,77	601.018,00	138.982,00	138.982,00	1,39	601.018,00
EDUCAÇÃO	1.128.000,00	1.128.000,00	190.525,96	190.525,96	1,05	937.474,04	190.525,96	190.525,96	1,91	937.474,04
ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.000,00	8.000,00	914,58	914,58	0,01	7.085,42	914,58	914,58	0,01	7.085,42
ENSINO FUNDAMENTAL	545.000,00	545.000,00	104.803,07	104.803,07	0,58	440.196,93	104.803,07	104.803,07	1,05	440.196,93
EDUCAÇÃO INFANTIL	480.000,00	480.000,00	70.207,49	70.207,49	0,39	409.792,51	70.207,49	70.207,49	0,70	409.792,51
EDUCAÇÃO ESPECIAL	95.000,00	95.000,00	14.600,82	14.600,82	0,08	80.399,18	14.600,82	14.600,82	0,15	80.399,18
URBANISMO	190.000,00	190.000,00	34.196,61	34.196,61	0,19	155.803,39	34.196,61	34.196,61	0,34	155.803,39
SERVIÇOS URBANOS	190.000,00	190.000,00	34.196,61	34.196,61	0,19	155.803,39	34.196,61	34.196,61	0,34	155.803,39
GESTÃO AMBIENTAL	70.000,00	70.000,00	11.648,38	11.648,38	0,06	58.351,62	11.648,38	11.648,38	0,12	58.351,62
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	70.000,00	70.000,00	11.648,38	11.648,38	0,06	58.351,62	11.648,38	11.648,38	0,12	58.351,62
AGRICULTURA	65.000,00	65.000,00	14.387,15	14.387,15	0,08	50.612,85	14.387,15	14.387,15	0,14	50.612,85
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	65.000,00	65.000,00	14.387,15	14.387,15	0,08	50.612,85	14.387,15	14.387,15	0,14	50.612,85
COMÉRCIO E SERVIÇOS	10.000,00	10.000,00	914,58	914,58	0,01	9.085,42	914,58	914,58	0,01	9.085,42
PROMOÇÃO COMERCIAL	10.000,00	10.000,00	914,58	914,58	0,01	9.085,42	914,58	914,58	0,01	9.085,42
DESPORTO E LAZER	20.000,00	20.000,00	2.761,18	2.761,18	0,02	17.238,82	2.761,18	2.761,18	0,03	17.238,82
DESPORTO COMUNITÁRIO	20.000,00	20.000,00	2.761,18	2.761,18	0,02	17.238,82	2.761,18	2.761,18	0,03	17.238,82
ENCARGOS ESPECIAIS	710.000,00	710.000,00	124.553,66	124.553,66	0,69	585.446,34	124.553,66	124.553,66	1,25	585.446,34
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	700.000,00	700.000,00	124.553,66	124.553,66	0,69	575.446,34	124.553,66	124.553,66	1,25	575.446,34
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	3.688.240,00	3.688.240,00	623.174,79	623.174,79	100,00	3.065.065,21	623.174,79	623.174,79	100,00	3.065.065,21

Entidades:
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu
Município de Reserva do Iguaçu
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 27/03/2026 14:22

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:C612E9EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RECEITA CORRRENTE LIQUIDA - RCL CONSOLIDADA

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MARÇO DE 2025 A FEVEREIRO DE 2026														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III														
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL**	**Previsão atualiza 2026**
	03/2025	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	8.060.332,11	7.476.332,40	6.231.638,20	6.875.893,05	7.187.690,44	5.934.219,63	7.836.006,48	7.374.146,15	7.682.038,35	8.876.891,15	8.416.933,57	6.509.446,88	88.461.568,41	82.570.780,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	292.435,82	354.868,98	430.444,22	349.092,75	423.587,55	268.276,71	352.432,22	326.693,07	337.304,16	1.034.312,91	249.344,21	270.892,48	4.689.685,08	2.640.300,00
IPTU	3.678,20	6.920,49	12.729,26	8.369,25	8.333,22	5.751,46	6.742,30	4.806,78	2.909,02	4.448,41	2.853,48	1.116,77	68.658,64	110.080,00
ISS	89.740,94	112.654,25	106.100,16	72.834,03	122.949,88	72.896,90	125.264,90	100.365,86	95.725,30	234.457,68	236.862,89	66.358,15	1.436.210,94	807.760,00
ITBI	20.700,00	59.963,54	138.179,61	74.173,21	25.218,36	6.000,00	19.640,00	17.100,00	40.200,00	224.276,00	5.208,00	84.848,33	715.507,05	310.250,00
IRRF	172.050,26	159.606,30	161.371,67	183.042,13	260.668,65	177.910,05	194.965,56	199.033,79	196.491,07	464.916,25	1.537,27	116.847,24	2.288.440,24	1.213.720,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.266,42	15.724,40	12.063,52	10.674,13	6.417,44	5.718,30	5.819,46	5.386,64	1.978,77	106.214,57	2.882,57	1.721,99	180.868,21	198.490,00
Contribuições	205.147,08	215.520,08	215.514,74	216.888,15	233.666,02	222.137,45	216.956,24	233.224,92	221.805,26	236.123,77	406.995,93	228.738,37	2.852.718,01	2.876.880,00
Receita patrimonial	800.139,29	1.218.504,62	928.954,55	646.847,27	570.270,51	866.888,39	707.706,50	775.681,42	1.197.650,44	514.864,94	1.200.509,17	1.202.907,24	10.630.924,34	6.506.430,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	799.780,19	1.218.369,17	928.954,55	646.847,27	568.779,11	866.888,39	707.706,50	775.681,42	1.197.325,99	514.675,94	1.200.509,17	1.202.907,24	10.628.424,94	6.506.430,00
Outras Receitas Patrimoniais	359,10	135,45	0,00	0,00	1.491,40	0,00	0,00	0,00	324,45	189,00	0,00	0,00	2.499,40	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	1.113,00	3.828,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.941,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	34.533,90	11.117,19	9.359,67	3.395,36	1.767,81	145,51	4.814,39	8.197,15	8.617,58	2.065,62	885,00	161,43	85.060,61	105.700,00
Transferências correntes	6.711.188,74	5.656.896,56	4.631.120,29	5.644.622,88	5.947.729,74	4.559.329,61	6.523.751,07	6.011.481,12	5.900.283,63	7.069.729,57	6.546.942,93	4.800.117,22	70.003.193,36	70.252.840,00
Cota parte do FPM	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	21.596.910,45	28.159.240,00
Cota parte do ICMS	1.675.867,61	1.936.172,92	1.448.806,82	1.696.603,10	2.000.165,52	1.618.189,66	1.989.792,63	1.802.761,85	1.679.839,86	2.130.508,79	1.855.005,93	1.481.682,45	21.315.397,14	17.850.000,00
Cota parte do IPVA	92.383,50	99.001,34	80.980,56	34.507,33	32.727,78	22.728,18	22.272,88	15.758,13	23.114,19	27.220,66	170.276,64	63.284,26	684.255,45	1.387.000,00
Cota parte do ITR	4.962,97	6.572,12	9.090,82	10.491,91	5.295,91	24.064,40	57.267,53	1.284.302,08	87.278,68	77.978,36	21.276,57	5.954,46	1.594.535,81	304.890,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	26.822,45	25.183,17	24.465,95	27.852,54	23.896,85	26.396,79	27.993,25	26.845,71	26.533,28	32.139,84	24.529,04	25.740,66	318.399,53	300.810,00
Transferências do FUNDEB	724.713,38	800.479,10	724.746,85	771.402,08	742.018,37	701.666,44	667.461,75	859.536,81	763.349,55	855.341,73	1.087.434,77	686.328,17	9.384.479,00	8.441.730,00
Outras transferências correntes	2.796.956,95	1.377.537,24	541.885,98	1.253.744,29	1.199.136,89	667.948,12	1.857.515,79	747.042,67	1.586.691,99	1.154.997,77	1.616.484,62	309.273,67	15.109.215,98	13.809.170,00
Outras receitas correntes	16.887,28	19.424,97	15.131,73	11.218,64	10.668,81	17.441,96	30.346,06	18.868,47	16.377,28	19.794,34	12.256,33	6.630,14	195.046,01	188.630,00
DEDUÇÕES (II)	1.498.334,28	1.969.441,12	1.646.028,17	1.439.120,61	1.244.027,84	1.575.974,45	1.428.497,23	1.725.795,40	1.997.386,26	1.415.545,10	2.237.203,89	2.058.181,66	20.235.536,01	17.366.992,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	172.627,29	186.063,73	182.071,97	186.551,24	199.787,42	193.846,63	185.764,95	200.182,81	194.027,05	202.326,38	373.779,07	199.024,79	2.476.053,33	2.511.640,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	4.910,80	4.910,80	4.910,80	4.910,80	4.910,80	4.910,80	4.910,80	4.910,80	4.910,80	9.821,60	4.910,80	0,00	58.929,60	141.570,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	671.460,93	1.082.690,62	780.373,90	512.099,69	396.751,85	739.274,08	576.405,22	639.721,53	1.088.400,03	358.505,23	1.089.909,37	1.098.253,85	9.033.846,30	5.466.130,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	649.335,26	695.775,97	678.671,50	735.558,88	642.577,77	637.942,94	661.416,26	880.980,26	710.048,38	844.891,89	768.604,65	760.903,02	8.666.706,78	9.247.652,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	6.561.997,83	5.506.891,28	4.585.610,03	5.436.772,44	5.943.662,60	4.358.245,18	6.407.509,25	5.648.350,75	5.684.652,09	7.461.346,05	6.179.729,68	4.451.265,22	68.226.032,40	65.203.788,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	79.583,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	323.000,00	0,00	198.000,00	0,00	0,00	160.700,00	0,00	861.283,00	110.700,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE	6.482.414,83	5.506.891,28	4.585.610,03	5.336.772,44	5.943.662,60	4.035.245,18	6.407.509,25	5.450.350,75	5.684.652,09	7.461.346,05	6.019.029,68	4.451.265,22	67.364.749,40	65.093.088,00

ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	66.792,00	35.662,00	35.662,00	438.680,00	517.830,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	6.449.018,83	5.473.495,28	4.552.214,03	5.303.376,44	5.910.266,60	4.001.849,18	6.374.113,25	5.416.954,75	5.651.256,09	7.394.554,05	5.983.367,68	4.415.603,22	66.926.069,40	64.575.258,00
Entidades: Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 27/03/2026 14:2														
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu														
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu														
Município de Reserva do Iguaçu														

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:349E35DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RECEITA CORRRENTE LIQUIDA - RCL MUN

MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO DE 2025 A FEVEREIRO DE 2026
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão atualiza 2026
	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.211.333,09	6.202.667,25	5.264.281,53	6.172.331,32	6.586.240,37	4.996.188,12	7.068.925,51	6.529.241,73	6.394.700,47	8.306.237,94	6.948.334,33	5.212.168,24	76.892.649,90	74.451.440,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	292.435,82	354.868,98	430.444,22	349.092,75	423.587,55	268.276,71	352.432,22	326.693,07	337.304,16	1.034.312,91	249.344,21	270.892,48	4.689.685,08	2.640.300,00
IPTU	3.678,20	6.920,49	12.729,26	8.369,25	8.333,22	5.751,46	6.742,30	4.806,78	2.909,02	4.448,41	2.853,48	1.116,77	68.658,64	110.080,00
ISS	89.740,94	112.654,25	106.100,16	72.834,03	122.949,88	72.896,90	125.264,90	100.365,86	95.725,30	234.457,68	236.862,89	66.358,15	1.436.210,94	807.760,00
ITBI	20.700,00	59.963,54	138.179,61	74.173,21	25.218,36	6.000,00	19.640,00	17.100,00	40.200,00	224.276,00	5.208,00	84.848,33	715.507,05	310.250,00
IRRF	172.050,26	159.606,30	161.371,67	183.042,13	260.668,65	177.910,05	194.965,56	199.033,79	196.491,07	464.916,25	1.537,27	116.847,24	2.288.440,24	1.213.720,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.266,42	15.724,40	12.063,52	10.674,13	6.417,44	5.718,30	5.819,46	5.386,64	1.978,77	106.214,57	2.882,57	1.721,99	180.868,21	198.490,00
Contribuições	32.519,79	29.456,35	33.442,77	30.336,91	33.878,60	28.290,82	31.191,29	33.042,11	27.778,21	33.797,39	33.216,86	29.713,58	376.664,68	365.240,00
Receita patrimonial	128.678,36	135.814,00	148.580,65	134.747,58	173.518,66	127.614,31	131.301,28	135.959,89	109.250,41	156.359,71	110.599,80	104.653,39	1.597.078,04	1.040.300,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	128.319,26	135.678,55	148.580,65	134.747,58	172.027,26	127.614,31	131.301,28	135.959,89	108.925,96	156.170,71	110.599,80	104.653,39	1.594.578,64	1.040.300,00
Outras Receitas Patrimoniais	359,10	135,45	0,00	0,00	1.491,40	0,00	0,00	0,00	324,45	189,00	0,00	0,00	2.499,40	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	1.113,00	3.828,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.941,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	34.533,90	11.117,19	9.359,67	3.395,36	1.767,81	145,51	4.814,39	8.197,15	8.617,58	2.065,62	885,00	161,43	85.060,61	105.700,00
Transferências correntes	6.711.188,74	5.656.896,56	4.631.120,29	5.644.622,88	5.947.729,74	4.559.329,61	6.523.751,07	6.011.481,12	5.900.283,63	7.069.729,57	6.546.942,93	4.800.117,22	70.003.193,36	70.252.840,00
Cota parte do FPM	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	21.596.910,45	28.159.240,00
Cota parte do ICMS	1.675.867,61	1.936.172,92	1.448.806,82	1.696.603,10	2.000.165,52	1.618.189,66	1.989.792,63	1.802.761,85	1.679.839,86	2.130.508,79	1.855.005,93	1.481.682,45	21.315.397,14	17.850.000,00
Cota parte do IPVA	92.383,50	99.001,34	80.980,56	34.507,33	32.727,78	22.728,18	22.272,88	15.758,13	23.114,19	27.220,66	170.276,64	63.284,26	684.255,45	1.387.000,00
Cota parte do ITR	4.962,97	6.572,12	9.090,82	10.491,91	5.295,91	24.064,40	57.267,53	1.284.302,08	87.278,68	77.978,36	21.276,57	5.954,46	1.594.535,81	304.890,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	26.822,45	25.183,17	24.465,95	27.852,54	23.896,85	26.396,79	27.993,25	26.845,71	26.533,28	32.139,84	24.529,04	25.740,66	318.399,53	300.810,00
Transferências do FUNDEB	724.713,38	800.479,10	724.746,85	771.402,08	742.018,37	701.666,44	667.461,75	859.536,81	763.349,55	855.341,73	1.087.434,77	686.328,17	9.384.479,00	8.441.730,00
Outras transferências correntes	2.796.956,95	1.377.537,24	541.885,98	1.253.744,29	1.199.136,89	667.948,12	1.857.515,79	747.042,67	1.586.691,99	1.154.997,77	1.616.484,62	309.273,67	15.109.215,98	13.809.170,00
Outras receitas correntes	11.976,48	14.514,17	10.220,93	6.307,84	5.758,01	12.531,16	25.435,26	13.868,39	11.466,48	9.972,74	7.345,53	6.630,14	136.027,13	47.060,00

DEDUÇÕES (II)	649.335,26	695.775,97	678.671,50	735.558,88	642.577,77	637.942,94	661.416,26	880.980,26	710.048,38	844.891,89	768.604,65	760.903,02	8.666.706,78	9.247.652,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	649.335,26	695.775,97	678.671,50	735.558,88	642.577,77	637.942,94	661.416,26	880.980,26	710.048,38	844.891,89	768.604,65	760.903,02	8.666.706,78	9.247.652,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	6.561.997,83	5.506.891,28	4.585.610,03	5.436.772,44	5.943.662,60	4.358.245,18	6.407.509,25	5.648.261,47	5.684.652,09	7.461.346,05	6.179.729,68	4.451.265,22	68.225.943,12	65.203.788,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	79.583,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	323.000,00	0,00	198.000,00	0,00	0,00	160.700,00	0,00	861.283,00	110.700,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	6.482.414,83	5.506.891,28	4.585.610,03	5.336.772,44	5.943.662,60	4.035.245,18	6.407.509,25	5.450.261,47	5.684.652,09	7.461.346,05	6.019.029,68	4.451.265,22	67.364.660,12	65.093.088,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	66.792,00	35.662,00	35.662,00	438.680,00	517.830,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	6.449.018,83	5.473.495,28	4.552.214,03	5.303.376,44	5.910.266,60	4.001.849,18	6.374.113,25	5.416.865,47	5.651.256,09	7.394.554,05	5.983.367,68	4.415.603,22	66.925.980,12	64.575.258,00
Entidades:										Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 27/03/2026 14:27				
Município de Reserva do Iguaçu														

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:D3681AE9

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÒRGÃO

CONSOLIDADO DE RESERVA DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c +	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**18.993,65**	**471.921,77**	**451.690,94**	**0,00**	**39.224,48**	**4.340.730,03**	**3.712.926,55**	**750.406,17**	**637.672,09**	**0,00**	**7.415.984,49**	**7.455.208,97**
EXECUTIVO												
Município de Reserva do Iguaçu	**18.993,65**	**471.921,77**	**451.690,94**	**0,00**	**39.224,48**	**4.340.730,03**	**3.486.159,42**	**749.680,77**	**636.946,69**	**0,00**	**7.189.942,76**	**7.229.167,24**
EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	8.724,74	8.724,74	0,00	0,00	0,00	14.072,94	7.594,03	7.594,03	0,00	6.478,91	6.478,91
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO	1.180,00	142.330,92	136.838,17	0,00	6.672,75	6.682,90	143.915,41	133.566,66	23.375,66	0,00	127.222,65	133.895,40
SECRETARIA DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	0,00	15.178,97	15.178,94	0,00	0,03	3.738.460,55	21.250,22	17.988,42	17.988,42	0,00	3.741.722,35	3.741.722,38
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	8.005,17	83.013,59	82.963,27	0,00	8.055,49	17.329,39	119.558,22	66.637,59	64.094,51	0,00	72.793,10	80.848,59
SECRETARIA DE SAÚDE	2.846,01	75.329,42	74.751,28	0,00	3.424,15	3.713,28	114.990,29	27.484,89	27.484,89	0,00	91.218,68	94.642,83
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO	5.144,00	15.640,02	14.682,21	0,00	6.101,81	427.537,60	166.339,96	108.293,00	108.293,00	0,00	485.584,56	491.686,37
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.818,47	11.565,81	11.299,31	0,00	2.084,97	2.062,50	2.808.219,32	331.041,06	331.041,06	0,00	2.479.240,76	2.481.325,73
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	13.897,45	13.897,45	0,00	0,00	0,00	8.800,00	3.200,00	3.200,00	0,00	5.600,00	5.600,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	2.449,04	2.449,04	0,00	0,00	0,00	3.894,35	1.759,77	1.759,77	0,00	2.134,58	2.134,58
SECRETARIA DE ESPORTES	0,00	5.659,29	4.089,29	0,00	1.570,00	0,00	920,00	0,00	0,00	0,00	920,00	2.490,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	0,00	56.824,30	45.649,76	0,00	11.174,54	0,00	74.108,71	16.365,17	16.365,17	0,00	57.743,54	68.918,08
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	41.308,22	41.167,48	0,00	140,74	144.943,81	10.090,00	35.750,18	35.750,18	0,00	119.283,63	119.424,37
LEGISLATIVO												
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**226.767,13**	**725,40**	**725,40**	**0,00**	**226.041,73**	**226.041,73**
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.767,13	725,40	725,40	0,00	226.041,73	226.041,73
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**480.239,60**	**480.239,60**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**297,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**297,00**	**297,00**
EXECUTIVO												
Município de Reserva do Iguaçu	**0,00**	**480.239,60**	**480.239,60**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**297,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**297,00**	**297,00**
EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	9.719,55	9.719,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO	0,00	21.148,82	21.148,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	0,00	34.023,45	34.023,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	189.834,90	189.834,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	138.195,41	138.195,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO	0,00	13.800,32	13.800,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	36.438,79	36.438,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	20.896,32	20.896,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	914,58	914,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ESPORTES	0,00	3.246,73	3.246,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	0,00	12.020,73	12.020,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	297,00	0,00	0,00	0,00	297,00	297,00
TOTAL (III) = (I +	**18.993,65**	**952.161,37**	**931.930,54**	**0,00**	**39.224,48**	**4.340.730,03**	**3.713.223,55**	**750.406,17**	**637.672,09**	**0,00**	**7.416.281,49**	**7.455.505,97**
Entidades:												
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu												
Fundo de Previdência de Reserva do Iguaçu												
Município de Reserva do Iguaçu												

Publicado por:
Rubia Carla Romaniw Tuczynski
Código Identificador:906E0B6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RREO ANEXO 12 - 1 BIMESTRE 2026

CONSOLIDADO DE TIJUCAS DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	15.200.000,00	15.200.000,00	1.777.562,92	11,69
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.500.000,00	1.500.000,00	68.015,83	4,53
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	76.541,66	5,10
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.024.232,73	14,63
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	5.200.000,00	5.200.000,00	608.772,70	11,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	76.550.447,51	76.550.447,51	12.767.208,25	16,68
Cota-Parte FPM	45.300.660,11	45.300.660,11	7.999.577,84	17,66
Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	1.159.663,30	33,13
Cota-Parte ICMS	27.299.787,40	27.299.787,40	3.554.498,80	13,02
Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	53.468,31	11,88
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	91.750.447,51	91.750.447,51	14.544.771,17	15,85

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	16.906.133,	16.906.133,	4.345.081,91	25,70	3.496.464,43	20,68	3.263.022,46	19,30
Despesas Correntes	16.841.133,	16.491.133,	4.195.101,91	25,44	3.496.464,43	21,20	3.263.022,46	19,79
Despesas de Capital	65.000,00	415.000,00	149.980,00	36,14	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	275.000,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	17.446.133,	17.446.133,	4.345.081,91	24,91	3.496.464,43	20,04	3.263.022,46	18,70

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.345.081,91	3.496.464,43	3.263.022,46
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	837.897,46	837.897,46	837.897,46
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.507.184,45	2.658.566,97	2.425.125,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.181.715,68
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.325.468,77	476.851,29	243.409,32
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	24,11	18,28	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	2.181.715,6	3.507.184,4	1.325.468,7	0,00	837.897,46	0,00	0,00	0,00	11,50	2.163.366,2
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	11,50	11,50	11,50	-11,50
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	7.600.000,00	7.600.000,00	1.659.491,93	21,84
Proveniente da União	5.100.000,00	5.100.000,00	1.549.978,06	30,39
Proveniente dos Estados	2.500.000,00	2.500.000,00	109.513,87	4,38
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	51.529,57	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	7.600.000,00	7.600.000,00	1.711.021,50	22,51

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100

ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	7.070.000,0	10.025.957,	1.504.030,63	15,00	681.260,35	6,79	453.003,98	4,52
Despesas Correntes	6.107.000,0	7.094.434,8	1.064.030,63	15,00	681.260,35	9,60	453.003,98	6,39
Despesas de Capital	963.000,00	2.931.523,0	440.000,00	15,01	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	205.000,00	205.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	7.428.000,0	10.383.957,	1.504.030,63	14,48	681.260,35	6,56	453.003,98	4,36

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	23.976.133,	26.932.091,	5.849.112,54	21,72	4.177.724,78	15,51	3.716.026,44	13,80
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	168.000,00	168.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	24.874.133,	27.830.091,	5.849.112,54	21,02	4.177.724,78	15,01	3.716.026,44	13,35
Entidades:								
Câmara Municipal de Tijucas do Sul								
Instituto de Previdência dos Serv Públicos do Mun de Tijucas do Sul								
Município de Tijucas do Sul								

Publicado por:
Tiago de Almeida
Código Identificador:FA0A226C

